



**Companhia
Vale do Rio Doce**

Av. Graça Aranha 26, 19º andar, CEP 20030-900, Rio de Janeiro, RJ
NIRE 33300019766 – CNPJ n.º 33.592.510/0001-54 – CVM n.º 00417-0
Códigos ISIN números: BRVALEDBS036 (1ª Série) e BRVALEDBS044 (2ª Série)

R\$ 5.500.000.000,00

Classificações de Risco: Standard & Poor's: 'brAAA'; Moody's: 'Aaa.br'

Registros na CVM n.º CVM/SRE/DEB/2006/044 (1ª Série) e n.º CVM/SRE/DEB/2006/045 (2ª Série), concedidos em 13 de dezembro de 2006.

Sétima emissão pública, por Companhia Vale do Rio Doce (“Companhia”), para distribuição pública (“Oferta”), em duas séries, de 550.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, nominativas, escriturais (“Debêntures”), com valor nominal unitário de R\$10.000,00 em 20 de novembro de 2006 e vencimento em 20 de novembro de 2010, para as Debêntures da primeira série, e em 20 de novembro de 2013, para as Debêntures da segunda série, perfazendo o valor total de R\$5.500.000.000,00. As Debêntures são nominativas, escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

A quantidade de Debêntures acima descrita já considera a emissão de 50.000 Debêntures suplementares, destinadas a atender excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores no contrato de colocação das Debêntures, que foi exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia.

As Debêntures foram registradas para (i) distribuição no mercado primário através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (“ANDIMA”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário (a) através do SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (ii) através do Sistema BovespaFix, administrado pela Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações (i) da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 19 de outubro de 2006, cujo extrato da ata foi arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 31 de outubro de 2006 e publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais “DCI – Diário Comércio e Indústria” e “Jornal do Commercio” em 17 de novembro de 2006; e (ii) da reunião de diretoria executiva da Companhia realizada em 8 de dezembro de 2006, cujo extrato da ata será arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 2006 e nos jornais “DCI – Diário Comércio e Indústria” e “Jornal do Commercio” em 11 de dezembro de 2006.

O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia, bem como sobre as Debêntures a serem distribuídas.

Os investidores devem ler a seção *Fatores de Risco*, nas páginas 75 a 93 deste Prospecto.



“A(O) presente oferta pública/programa foi elaborada(o) de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 4890254, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública/programa, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública/programa.”

Coordenadores



O Coordenador Líder da Oferta é o Banco Santander Banespa S.A.

A data deste Prospecto Definitivo é 13 de dezembro de 2006.

[página intencionalmente deixada em branco]

ÍNDICE

PARTE I – INTRODUÇÃO

• Glossário	7
• Informações Cadastrais da Companhia	21
• Considerações Sobre Expectativas e Declarações Futuras	22
• Sumário da Companhia	23
• Apresentação e Resumo das Demonstrações Financeiras da Companhia	27
• Sumário dos Termos e Condições da Oferta	34
• Breve Descrição dos Coordenadores	41
• Identificação da Companhia, Consultores e Auditores	48
• Declarações da Companhia e do Coordenador Líder	52

PARTE II – INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

• Características e Prazos da Oferta	55
• Contrato de Colocação	68
• Destinação dos Recursos	74
• Fatores de Risco	75

PARTE III – INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

• Informações Financeiras Seleccionadas da Companhia	97
• Análise e Discussão pela Administração a respeito das Demonstrações Contábeis e Resultado Operacional da Companhia	106
• Capitalização	142
• Visão Geral do Setor de Atuação da Companhia no Brasil e no Mundo	143
• Atividades da Companhia	155
• Contratos Relevantes e Valores Mobiliários de Emissão da Companhia	203
• Capital Social e Principais Acionistas da Companhia	213
• Operações com Partes Relacionadas	225
• Administração e Conselho Fiscal	226
• Governança Corporativa	235

PARTE IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

• Informações Anuais – IAN do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005	243
• Informações Trimestrais – ITR da Companhia – Terceiro Trimestre de 2006	363
• Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 e dos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2006 e 2005 da Companhia	421

ANEXOS

A Estatuto Social da Companhia	755
B Escritura de Emissão e respectivo Primeiro Aditamento	779
C Atos Societários da Companhia relativos à Oferta	855
D Súmulas de Classificação de Risco das Debêntures	867
E Declaração da Companhia nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03	879
F Declaração do Coordenador Líder nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03	883

[página intencionalmente deixada em branco]

PARTE I - INTRODUÇÃO

[página intencionalmente deixada em branco]

GLOSSÁRIO

Os seguintes termos que aparecem neste prospecto têm os seguintes significados descritos abaixo.

ABN AMRO	Banco ABN AMRO Real S.A.
ADRs	<i>American Depositary Receipts</i> , certificados representativos de ações ou outros valores mobiliários emitidos no exterior com lastro em valores mobiliários de emissão de empresas brasileiras depositados em custódias específicas no Brasil.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. D.T.V.M.
Albras	ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A.
Alcan	Alcan Inc.
Alcoa	Alcoa Inc.
Alumina	Óxido de alumínio, principal componente da Bauxita, extraído do minério de Bauxita em um processo de refino químico, e principal matéria-prima no processo eletro-químico, a partir do qual o alumínio é produzido.
Alumínio Primário	Metal branco obtido do processo eletroquímico da redução do óxido de alumínio.
Alunorte	ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S.A.
Aluvale	Vale do Rio Doce Alumínio S.A. – ALUVALE.
AMCI	American Metals and Coal International.
AMEC	AMEC E&C Services, Inc.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID.
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
Antracito	Tipo de Carvão mais duro que contém um percentual alto de carbono fixo e um percentual baixo de matéria volátil. O antracito é o Carvão de maior classificação, com aproximadamente 90% de carbono fixo, mais do que qualquer outra forma de Carvão. O antracito possui um lustro semimetálico e pode queimar produzindo pouca fumaça. É usado principalmente para fins de metalurgia.
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários.
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres.
Arcelor	Arcelor Group.

Banco Central	Banco Central do Brasil.
Baosteel	Baosteel Shanghai Group Corporation.
Baovale	Baovale Mineração S.A.
Bauxita	Rocha composta basicamente de óxido de alumínio hidratado. É o principal minério de Alumina, matéria-prima da qual o alumínio é produzido.
BB BI	BB Banco de Investimento S.A.
Belém	Belém Administrações e Participações Ltda.
Beneficiamento	Uma variedade de processos pelos quais o minério é reduzido a partículas que podem ser separadas em minério e resíduo. O minério resultante dessa operação pode ser utilizado diretamente ou para futuro processamento.
BHP Billiton	BHP Billiton Plc.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A.
BNP Paribas	Banco BNP Paribas Brasil S.A.
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo.
BovespaFix	Sistema integrado para negociação, liquidação e custódia de títulos de renda fixa privada administrado pela Bovespa.
Bradesco	Banco Bradesco S.A.
Brasil	República Federativa do Brasil.
CAEMI	Caemi Mineração e Metalurgia S.A.
CADAM	Cadam S.A.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
Carvão	Substância combustível preta e sólida, formada pela decomposição de matéria vegetal sem acesso ao ar. A classificação dos tipos de carvão, quais sejam o Antracito, o carvão betuminoso (ambos chamados de carvão-duro), o carvão sub-betuminoso e o linhito, é feita tomando-se como base o carbono fixo, a matéria volátil e o valor calorífico.
Carvão Metalúrgico	É tipo de Carvão betuminoso de consistência dura, cuja qualidade permite a produção do Coque. O Carvão metalúrgico é normalmente usado em alto-fornos para fins metalúrgicos.
Carvão Térmico	É um tipo de Carvão mineral adequado para a geração de energia em

	usinas de energia térmica.
Caulim	Argila branca fina de silicato de alumínio usada como agente de revestimento, obturador, expansor e absorvente pelas indústrias de papel, cerâmica e farmacêutica.
CBA	Companhia Brasileira de Alumínio.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão majoritariamente civil, de caráter consultivo da Presidência da República.
Cdn\$ ou Dólar Canadense	Moeda corrente no Canadá.
Celmar	Celmar S.A. – Indústria de Celulose e Papel.
Cenibra	Celulose Nipo-Brasileira S.A.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.
CFN	Companhia Ferroviária do Nordeste
Chalco	Aluminum Corporation of China Limited.
CHF	Franco Suíço, moeda corrente na Suíça.
CISA	Centro de Informações sobre Saúde e Álcool.
Citibank	Banco Citibank S.A.
Cobre	Elemento metálico de cor marrom avermelhada extremamente condutivo, tanto de modo térmico como elétrico. É altamente maleável e dúctil, podendo ser facilmente laminado e utilizado em fios.
Código de Minas	Código instituído pelo Decreto-Lei n.º 1.985 de 29 de janeiro de 1940, conforme alterado, que regula: (i) os direitos sobre as massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis encontradas na superfície ou no interior da terra, formando os recursos minerais do Brasil; (ii) regime de seu aproveitamento; e (iii) a fiscalização, pelo Governo Federal, da pesquisa, da lavra e de outros aspectos da indústria mineral.
Concentração	Processo físico, químico ou biológico utilizado para aumentar o teor do metal ou mineral desejado.

Concentrado de Cobre	Material produzido por meio da concentração de minerais de Cobre, contidos no minério de Cobre. É a matéria-prima utilizada pelas fundições para produzir metal de Cobre.
Contrato de Colocação	“Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Sétima Emissão Pública da Companhia Vale do Rio Doce”, celebrado em 1º de dezembro de 2006 entre a CVRD e os Coordenadores.
Contrato de Risco Mineral	Contrato celebrado entre a CVRD e o BNDES em março de 1997, relacionado às autorizações de exploração mineral em regiões de mineração onde a perfuração e a exploração ainda estão em seus estágios iniciais.
Controlada	Qualquer entidade em que a Companhia seja, direta ou indiretamente, titular de mais de 51% das ações com direito a voto em circulação e que a Companhia tenha o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou outros órgãos de administração.
Controlada Relevante	Qualquer Controlada na qual a participação proporcional da Companhia (incluindo eventuais participações indiretas por meio de outras Controladas) nos ativos totais da Controlada (após exclusões por conta da consolidação) exceda 10% dos ativos consolidados totais da Companhia ao final do último exercício social encerrado, nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil.
Coordenador Líder	Santander.
Coordenadores	Santander, ABN AMRO, Credit Suisse, UBS Pactual, UBS, BB I, Bradesco, BNP Paribas, HSBC, Itaú BBA e Citibank, referidos em conjunto.
Coque	É o Carvão processado em forno de coque, utilizado como agente redutor em alto-forno e em fundições para transformação do minério de ferro em Ferrogusa.
CMAB	Companhia Minera Andino-Brasileira Ltda.
CMLA	Companhia Minera Latino-Americana Limitada.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
CPBS	Companhia Portuária Baía de Sepetiba.
CPFL	Companhia Paulista de Ferro-Ligas.
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
Credit Suisse	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
CRIs	Certificados de Recebíveis Imobiliários.

CRU	Grupo Independente de Análise e Consultoria no Setor de Mineração.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional.
CSI	California Steel Industries, Inc.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
CVRD, Companhia ou Emissora	Companhia Vale do Rio Doce.
CVRD Finance	CVRD Finance Limited.
CVRD International	CVRD International SA (CVRD International AG) (CVRD International Ltd.).
CVRD Overseas	CVRD Overseas Limited.
Data de Emissão	20 de novembro de 2006.
Data de Integralização	Data de integralização das Debêntures, no ato da subscrição.
Data de Vencimento	A Data de Vencimento da Primeira Série e a Data de Vencimento da Segunda Série.
Data de Vencimento da Primeira Série	20 de novembro de 2010.
Data de Vencimento da Segunda Série	20 de novembro de 2013.
Data do Resgate	Data de resgate das Debêntures da Segunda Série, na forma prevista na Escritura de Emissão e neste Prospecto.
DCNDB	DCNDB Overseas S.A.
Debêntures	550.000 debêntures quirografárias e não conversíveis em ações, em duas séries, da sétima emissão pública da Companhia (já considerando as Debêntures Suplementares).
Debêntures Adicionais	Até 100.000 Debêntures adicionais, que poderiam ser emitidas pela Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM n.º 400/03, não tendo havido tal emissão.
Debêntures da Primeira Série	150.000 Debêntures, com as características da primeira série descritas na Escritura de Emissão e neste Prospecto.
Debêntures da Segunda Série	400.000 Debêntures, com as características da segunda série descritas na Escritura de Emissão e neste Prospecto, já considerando as Debêntures Suplementares.
Debêntures Objeto da Garantia Firme	500.000 Debêntures, divididas entre o Coordenador Líder, o ABN AMRO, o Credit Suisse e o UBS Pactual na forma prevista no Contrato de Colocação e neste Prospecto.

Debêntures Suplementares	50.000 Debêntures suplementares, destinadas a atender excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Colocação, que foi exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia, nos termos do artigo 24, da Instrução CVM n.º 400/03, sendo todas Debêntures da Segunda Série.
Depósitos Minerais ou Materiais Mineralizados	Corpo mineralizado que foi objeto de interseção por um número suficiente de perfurações de sondagem espaçadas o mínimo possível uma das outras e/ou amostras subterrâneas de superfície para suportar tonelagem suficiente e teor de metais ou minerais para garantir exploração-desenvolvimento futuros.
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral.
Docenave	Navegação Vale do Rio Doce S.A. – DOCENAVE.
Docegeo	Rio Doce Geologia e Mineração S.A.
Dólar, Dólares ou US\$	Moeda corrente nos Estados Unidos da América.
DR ou Redução Direta	Processo que retira oxigênio do minério de ferro utilizando gás natural, cujo produto resulte em um conteúdo de 90% a 92% de ferro. O produto resultante possui um conteúdo de ferro de 90% a 92%.
DRI ou Ferro Diretamente Reduzido	Minério de ferro processado (granulado ou pelletizado) por meio do processo de Redução Direta, utilizado principalmente como substituto da sucata na fabricação de aço em fornos elétricos.
DWT ou Tara	Capacidade de um navio em toneladas métricas de mil quilos para transportar cargas, óleo combustível, depósitos e tripulação. O DWT de um navio corresponde ao peso total que este pode conter quando na linha de carregamento.
EBITDA ajustado	EBITDA, de acordo com Ofício Circular CVM n.º 1/2006, são os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do IRPJ, CSLL, depreciação e amortização. O EBITDA ajustado da Companhia leva ainda em consideração os dividendos recebidos e a exclusão dos itens não recorrentes. O EBITDA ajustado não é uma medida de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA ajustado não possui significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras sociedades.
EFC	Estrada de Ferro Carajás.
EFVM	Estrada de Ferro Vitória a Minas.
Empréstimo-Ponte ou 2-Year Senior	Contrato de empréstimo denominado “Credit Agreement”, celebrado pela Companhia com um sindicato de bancos, em 25 de outubro de 2006, para financiar a aquisição do controle

<i>Acquisition Facility</i>	acionário da Inco, no valor de até US\$18 bilhões, conforme informado em fato relevante publicado pela Companhia em 11 de agosto de 2006.
Encargos Moratórios	Multa moratória de 2% e juros de mora de 1% ao mês, calculados <i>pro rata temporis</i> desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo da Remuneração.
Escritura de Emissão	“Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Sétima Emissão Pública da Companhia Vale do Rio Doce”, celebrada em 1º dezembro de 2006, e seus eventuais aditamentos.
Euro	Moeda corrente na União Européia.
FCA	Ferrovia Centro-Atlântica S.A.
Ferroban	Ferroban – Ferrovias Bandeirantes S.A.
Ferrogusa	Produto da fundição do minério de ferro com Coque e calcário em alto-forno.
Ferroligas	Ligas de ferro que contêm um ou mais elementos químicos. Essas ligas são utilizadas para adicionar outros elementos ao metal fundido, material utilizado na fabricação de aço. As principais Ferroligas são cromo, minério de Manganês e silício.
Ferteco	Ferteco Mineração S.A.
FIDC ou FIDCs	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
FINDES	Federação das Indústrias do Espírito Santo.
Finos de Minério de Ferro ou <i>Sinter Feed</i>	Minério de ferro utilizado para Sinterização com partículas que variam de 0,15 milímetro a 6,35 milímetros de diâmetro.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
FOB ou <i>Free on Board</i>	Termo utilizado no comércio internacional que significa que o comprador de mercadorias é o responsável pelo pagamento do transporte, do seguro, bem como de todos os demais encargos associados ao transporte de mercadorias até o seu destino.
Fosfato	Sal de um ácido fosfórico, muitas vezes classificado como primário, secundário e terciário, de acordo com o número de átomos de hidrogênio substituídos no ácido.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.
GIIC	Gulf Industrial Investment Company.
Graduação	A proporção de metal ou mineral presente em uma Onça Troy ou em qualquer outro material hospedeiro.

HBI ou Ferro Briquetado	Ferro diretamente reduzido e processado em briquetes. Como o DRI, o HBI também pode entrar em combustão espontaneamente durante o transporte. O HBI tem a preferência quando o material metálico precisar ser armazenado ou transportado.
HISpanoBRAS	Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização – HISpanoBRAS.
HSBC	HSBC Bank Brasil S.A – Banco Múltiplo.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação.
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, medido e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, medido e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Inco	Inco Limited.
Infostrata	Infostrata S.A.
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
Instituição Depositária	Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de escrituração e de Instituição Depositária das Debêntures, ou qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Depositária na prestação de tais serviços.
Instrução CVM n.º 202/93	Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 408/04	Instrução CVM n.º 408, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
Itabasco	Companhia Italo-Brasileira de Pelotização – ITABRASCO.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
JBIC	Japan Bank for International Cooperation.
<i>Joint Venture</i>	Pessoa jurídica constituída entre duas ou mais partes, sendo uma delas a CVRD, para desenvolver uma atividade econômica em conjunto.

Kobrasco	Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização – KOBRASCO.
Latibex	Mercado Eletrônico criado pela Bolsa de Valores de Madrid.
Lei nº 10.233	Lei nº 10.233/2001, de 5 de junho de 2001.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei de Modernização dos Portos	Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993.
Lei dos Transportes Aquaviários	Lei nº 9.432, de 20 de fevereiro de 1997.
LIBOR	Taxa interbancária de Londres (<i>London Interbank Offered Rate</i>) – taxa de referência para operações em Dólares aplicável ao mercado interbancário de curto prazo internacional.
Light	Light – Serviços de Eletricidade S.A.
Longyu	Henan Longyu Energy Resources Ltd.
Lote de Sindicalização	A quantidade de Debêntures Objeto da Garantia Firme sindicalizada aos demais Coordenadores, na forma prevista no Contrato de Colocação e neste Prospecto, de acordo com os respectivos contratos de adesão.
LME	<i>London Metal Exchange</i> , a bolsa de metais de Londres.
MAE	Mercado Atacadista de Energia.
Mannesmann	Mannesmann S.A.
Manganês	Elemento metálico, duro e quebradiço, encontrado principalmente em minerais como pirolusita, hausmanita e manganato. O manganês é essencial para a produção de quase todo tipo de aço e é importante para a produção de ferro fundido.
MBR	Minerações Brasileiras Reunidas S.A.
Mercado Transoceânico	Comércio global de minério de ferro (exportação) realizado entre países por meio de navios de carga.
Metanol	Combustível alcoólico largamente utilizado na produção de componentes químicos e plásticos.
Mineração a Céu Aberto	Método de extração de pedras ou minerais de uma mina a céu aberto utilizado nos casos em que depósitos de minerais e pedras comercialmente viáveis são encontrados próximos à superfície, ou seja, onde o capeamento (material de superfície que encobre o depósito de valor) é relativamente fino ou o material de interesse é estruturalmente inadequado para a mineração subterrânea.
Mineração Onça Puma	Mineração Onça Puma Ltda.
Mineração Serra do Sossego	Mineração Serra do Sossego S.A.

Mineração Vera Cruz	Mineração Vera Cruz S.A.
Mineração Subterrânea	Exploração mineral na qual as operações de extração são realizadas sob a superfície terrestre.
Minério Granulado	Minério de ferro ou de Manganês cujas partículas mais grossas variam de 6,35 milímetros a 50 milímetros de diâmetro, mas que apresentam pequenas variações entre as diferentes minas e minérios.
MME	Ministério de Minas e Energia.
MRN	Mineração Rio do Norte S.A.
MRS	MRS Logística S.A.
MSG	Minas da Serra Geral S.A.
Mt	Megatoneladas ou um milhão de toneladas.
Níbrasco	Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização – NIBRASCO.
Níquel	Metal branco prateado que aceita um alto polimento. É um metal duro, maleável, levemente ferromagnético e condutor razoável de calor e eletricidade. Pertence ao grupo de metais do ferro-cobalto e é especialmente valioso para as ligas que ele forma, como aço inoxidável e outras ligas resistentes à corrosão.
Nucor	Nucor Corporation.
NYSE	<i>New York Stock Exchange</i> , a bolsa de valores de Nova Iorque.
Oferta	Oferta pública das Debêntures, conforme descrita neste Prospecto.
Onça Troy	Medida equivalente a 31,103 gramas.
Ouro	Metal precioso encontrado livre na natureza ou normalmente misturado com outros metais como prata, quartzo, calcita, chumbo, telúrio, zinco e Cobre. É mais maleável e dúctil, sendo um bom condutor de calor e eletricidade, não sofrendo com ações do ar e a maioria dos reagentes.
Óxidos	Composto de oxigênio com outro elemento, a exemplo da magnetita, um mineral de óxido formado pela união química do ferro com o oxigênio.
Pelotas	Partículas ultrafinas aglomeradas de minério de ferro, com tamanho e qualidade apropriados para processos específicos de siderurgia. O tamanho das pelotas da Companhia varia de 8 milímetros a 18 milímetros.
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS.
PGMs	Metais do grupo da platina, tais como platina, paládio, ródio, rutênio e irídio.

PIB	Produto Interno Bruto do Brasil.
PIS	Programa de Integração Social.
Placas	Tipo mais comum de aço semi-acabado. As placas medem normalmente 25,5 centímetros de espessura e 76 centímetros a 2,15 metros de largura (aproximadamente 6 metros), enquanto a produção das “placas finas” recém-fundidas é de, aproximadamente, 5 centímetros. Após a fundição, as placas são enviadas ao laminador de tiras quentes, onde são transformadas em bobinas e chapas.
Posco	Pohang Iron & Steel Co., Ltd.
Potássio	Composto de cloreto de potássio, especialmente KCl, utilizado como fertilizante simples, bem como na produção de mistura fertilizante.
PPSA	Pará Pigmentos S.A.
PPP ou PPPs	Parceria Público-Privada.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Princípios e práticas contábeis estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelas normas da CVM, pelas resoluções do CFC e pelas normas e pronunciamentos do IBRACON.
Preço de Integralização	O Preço de Integralização da Primeira Série e o Preço de Integralização da Segunda Série.
Preço de Integralização da Primeira Série	Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
Preço de Integralização da Segunda Série	Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
Prêmio	Prêmio de resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série, calculado de acordo com fórmula prevista na Escritura de Emissão e neste Prospecto.
Previ	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento, organizado pelos Coordenadores por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição (i) da quantidade das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série; e (ii) da Remuneração da Primeira Série e da Remuneração da Segunda Série.
Projeto <i>Greenfield</i> ou Projetos <i>Greenfield</i>	Expressão genérica que indica uma referência a um projeto a ser ainda implementado ou em fase inicial de implementação, ou seja, aqueles projetos que não são caracterizados como expansão.
Prospecto	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo.

Prospecto Preliminar	Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Sétima Emissão Pública da Companhia Vale do Rio Doce.
Prospecto Definitivo	Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Sétima Emissão Pública da Companhia Vale do Rio Doce.
PT Inco	PT International Nickel Indonésia Tbk.
QCM	Quebec Cartier Mining Company.
RDM	Rio Doce Manganês S.A.
RDME	Rio Doce Manganèse Europe.
RDMN	Rio Doce Manganese Norway.
Real, Reais ou R\$	Moeda corrente no Brasil.
Remuneração	A Remuneração da Primeira Série e a Remuneração da Segunda Série, em conjunto.
Remuneração da Primeira Série	Juros remuneratórios correspondentes a 101,75%, definido de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , da variação acumulada da Taxa DI, calculada de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento.
Remuneração da Segunda Série	Juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, calculada de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por dias úteis decorridos, acrescida ou capitalizada de 0,25%, base 252 dias úteis, definida de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento.
Reserva ou Reserva Mineral	Parte da jazida mineral que pode ser legal e economicamente extraída ou produzida no momento da determinação da reserva.
Reservas Provadas	Reservas para as quais (i) a quantidade é computada a partir de dimensões reveladas em afloramentos, cortes na terra, furos de broca ou de trabalho; (ii) o teor e/ou qualidade são computados a partir de resultados de amostras detalhadas; e (iii) os locais para inspeção, amostragem e medição estão tão claramente determinados e a característica geológica está tão bem definida que o tamanho, a forma, a profundidade e o teor mineral das Reservas podem ser bem estabelecidos.
Reservas Prováveis	Reservas nas quais a quantidade e o teor e/ou qualidade são computados a partir de informações semelhantes àquelas usadas para Reservas Provadas (medidas), mas que os locais para inspeção, amostragem e medição estão demasiadamente distantes ou ainda inadequadamente espaçados. O teor de certeza, embora mais baixo que nas Reservas Provadas (medidas), é alto o suficiente para se

	assumir a continuidade entre os pontos de observação.
Resolução ANTAQ nº 52/2002	Resolução ANTAQ nº 52, de 19 de novembro de 2002, conforme alterada pela Resolução ANTAQ nº 112 de 8 de setembro de 2003.
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A., em liquidação.
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental.
Rio Tinto	Rio Tinto Corporation PLC.
Rusal	Rusal Limited.
ROM ou <i>Run-of-Mine</i>	Minério em seu estado natural (não processado), da maneira como é minerado antes de ser britado.
Salobo	Salobo Metais S.A.
Samarco	Samarco Mineração S.A.
Samitri	S.A. Mineração Trindade.
Santander	Banco Santander Banespa S.A.
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i> dos Estados Unidos da América.
SDT	Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA, e operacionalizado pela CETIP.
Siderar	Siderar Sociedad Anónima Industrial y Comercial.
Sinterização	Aglomeração de pequenas partículas em uma massa uniforme mediante aquecimento sem fusão.
Sistema MBR	Sistema pelo qual a CVRD contrata serviços de transporte da MRS para transportar toda a produção de suas minas na região do quadrilátero ferrífero no Estado de Minas Gerais ao terminal marítimo da Ilha de Guaíba no Estado do Rio de Janeiro.
Sistema Norte e Sistema Sul	Sistemas integrados de classe mundial operados pela Companhia no Brasil para a produção e distribuição de minério de ferro.
SND	Sistema Nacional de Debêntures administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.
Socoimex	Mineração Socoimex S.A.
Tacumã	Tacumã Mineração Ltda.
Taxa DI	Taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na <i>Internet</i> (http://www.cetip.com.br).

Taxa SELIC	Taxa média dos financiamentos diários com lastro em títulos federais apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
Ton.	Tonelada métrica equivalente a mil quilos.
Tku	Tonelada líquida (o peso das mercadorias sendo transportadas menos o peso do vagão) por quilômetro.
TVV	Terminal de Vila Velha S.A.
UBS	Banco UBS S.A.
UBS Pactual	Banco UBS Pactual S.A.
Ultrafinos de minério de ferro – PFF ou <i>Pellet Feed</i>	Minério de ferro ultrafino (menos de 0,15 milímetro) gerado pela mineração e classificação. Este material é agregado em Pelotas através de um processo de aglomeração.
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento.
Unidade de Ferro	Medida do ferro contido no minério de ferro equivalente a 1% do ferro presente em uma tonelada de minério de ferro.
Urucum	Urucum Mineração S.A.
U.S.GAAP	Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.
Usiminas	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS.
Vale Overseas	Vale Overseas Limited.
Valepar ou Controladora	Valepar S.A.
Valepontocom	Valepontocom S.A.
Valesul	Valesul Alumínio S.A.
Valia	Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social.
Valor Nominal	Valor nominal de cada Debênture, de R\$10.000,00, na Data de Emissão.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Companhia Vale do Rio Doce é uma sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.592.510/0001-54, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.300.019.766.
Registro na CVM	A Companhia encontra-se registrada na CVM sob o n.º 04170.
Sede	Avenida Graça Aranha 26, 19º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Prazo de Duração	A Companhia tem prazo de duração indeterminado.
Diretoria de Relações com Investidores	Diretor de Relações com Investidores Sr. Fabio de Oliveira Barbosa Avenida Graça Aranha 26, 18º andar 20030-900 Rio de Janeiro, RJ Telefone: (21) 3814-4540 Fac-símile: (21) 3814-9935 Correio Eletrônico: rio@cvrld.com.br www.cvrld.com.br
Atendimento aos Acionistas	O atendimento aos acionistas da Companhia é feito pelo telefone (21) 3814-4540, pelo fac-símile (21) 3814-9935 e pelo correio eletrônico rio@cvrld.com.br .
Auditores Independentes Atuais	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Jornais nos quais divulga Informações	“DCI – Diário Comércio e Indústria”, “Jornal do Commercio” e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE EXPECTATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS

Este Prospecto contém estimativas e informações referentes às perspectivas da Companhia que refletem suas opiniões com relação a desenvolvimentos futuros que envolvem riscos e incertezas. Embora a Companhia acredite que as informações acerca de seu futuro sejam baseadas em convicções e expectativas razoáveis, não há garantia de que o desempenho futuro será consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências indicadas neste Prospecto, dependendo de vários fatores discutidos nas seções *Fatores de Risco* e *Análise e Discussão da Administração a Respeito das Demonstrações Financeiras da Companhia*, dentre as quais, entre outras, se destacam as tendências relativas:

- à administração e operação futura;
- à implementação das principais estratégias operacionais, incluindo a participação potencial em processos de privatização de empresas estatais, aquisições ou operações com *Joint Ventures* ou outras oportunidades de investimentos;
- aos planos de aquisições ou venda de investimentos;
- à implementação de estratégia financeira e aos planos de investimentos de capital;
- à implementação de programa de excelência operacional;
- à exploração das Reservas Minerais e desenvolvimento de instalações de mineração;
- ao esgotamento e à exaustão das minas e das Reservas Minerais;
- à alteração da legislação aplicável ao setor de mineração, bem como o advento de regulamentos governamentais futuros relativos à exploração de minas;
- à declaração ou ao pagamento de dividendos pela Companhia;
- às tendências da indústria, incluindo a direção dos preços e dos níveis estimados de oferta e demanda;
- às conseqüências da aquisição da Inco nas atividades da Companhia;
- aos outros fatores ou tendências que afetem a condição financeira ou o resultado das operações.

As palavras “acredita”, “antecipa”, “entende”, “espera”, “estima”, “irá”, “planeja”, “pode”, “poderá”, “pretende”, “prevê”, “projeta” e outras expressões similares identificam apenas informações sobre as expectativas da Companhia. Estimativas e declarações acerca do futuro são válidas apenas a partir da data em que foram expressas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las ou a revisar qualquer estimativa e/ou declaração acerca do futuro devido a novas informações, eventos futuros ou outros fatores. Estimativas e declarações acerca do futuro envolvem riscos e incertezas e não são garantias de performance futura. Em decorrência dos riscos e incertezas descritos acima, as estimativas e declarações acerca do futuro discutidas neste Prospecto poderão não se concretizar e os resultados futuros e a performance da Companhia poderão diferir significativamente das expressas nessas estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive, mas não limitadas aos fatores mencionados acima. Devido a estas incertezas os investidores são alertados para não tomar nenhuma decisão de investimento baseada exclusivamente em tais estimativas e declarações acerca do futuro.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Visão Geral

A CVRD é a maior companhia de minerais e metais das Américas e uma das maiores companhias do setor privado na América Latina por capitalização de mercado.

A CVRD tem um amplo *portfolio* de produtos minerais, sendo uma das maiores produtoras e, segundo a própria Companhia e o TEX Report, a maior exportadora mundial de minério de ferro e Pelotas, com participação de 32% do Mercado Transoceânico. Segundo o relatório “Manganese Ferroalloy Market Service” de julho de 2006 da instituição CRU, a CVRD é a segunda maior produtora global de Manganês e Ferroligas. A Companhia produz ainda Cobre, Bauxita, Potássio, Caulim, Alumínio e Alumina.

A Companhia possui direitos de exploração que cobrem 8,7 milhões de hectares (21,5 milhões de acres) em 14 Estados do Brasil e 19,8 milhões de hectares (48,9 milhões de acres) no exterior.

A Companhia opera mais de 9 mil quilômetros de malha ferroviária e oito terminais portuários próprios, que são integrados com suas operações de mineração. Além disso, diretamente e através de suas Controladas e de *Joint Ventures*, possui importantes investimentos em negócios relacionados a alumínio, energia e aço. A Companhia tem participação acionária em oito usinas hidrelétricas, com capacidade projetada total de 2.509 MW (da qual sua parte corresponde a 991,4 MW), estando seis em operação (Igarapava, Porto Estrela, Funil, Candonga, Aimorés e Capim Branco I), uma em implantação (Capim Branco II) e uma em licenciamento (Estreito), bem como participa no capital social de três empresas produtoras de aço. Dentre os produtos relacionados ao alumínio, a Companhia produz Bauxita, Alumina e alumínio, por meio da Albras, Alunorte, MRN e Valesul, nas quais a Companhia tem participação no capital social ou atua através de *Joint Ventures*.

A CVRD está presente em 18 países, quais sejam, Brasil, Estados Unidos, Argentina, Chile, Peru, França, Suíça, Noruega, Gabão, Angola, Moçambique, África do Sul, Índia, Mongólia, China, Japão, Austrália e Guiné.

O minério de ferro produzido no mundo é utilizado na produção de aço, de modo que a demanda por minério de ferro depende da indústria global do aço, podendo existir diferenças regionais.

A expectativa com relação ao mercado mundial de minério de ferro é que o principal foco de crescimento continue a ser a China, onde as importações de minério de ferro devem aumentar 13% por ano, atingindo 460Mt por volta de 2010, de acordo com estimativa da Companhia. A despeito de significativas expansões dos produtores desse setor, a expectativa é que o mercado permaneça em déficit. Nos primeiros oito meses de 2006, as importações de minério de ferro da China cresceram 24,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A demanda mundial por Níquel continua a crescer em um ritmo ágil, com taxa composta de crescimento anual, entre os anos de 2002 e 2006, de 4,0%, de acordo com a CRU. A principal geradora dessa demanda é a China, cuja taxa composta de crescimento anual, nos últimos cinco anos, foi de 24,8%, segundo a CRU.

Em 2005, a CVRD tornou-se a primeira empresa de controle acionário brasileiro a obter a classificação de grau de investimento (*investment grade*) em moeda estrangeira. Na data deste Prospecto, a Companhia possuía classificação grau de investimento em moeda estrangeira por quatro agências de *rating* de renome internacional, a Moody's, a Dominion Bond Rating Service (DBRS), a Standard & Poor's e a Fitch.

Em todos os seus empreendimentos, a CVRD atua de maneira socialmente responsável e se destaca pelo desenvolvimento de projetos em harmonia com o meio ambiente. A CVRD possui um modelo de governança corporativa fundamentado nos princípios de clareza de papéis, transparência e estabilidade, necessários para posicionar a Companhia em trajetória de crescimento e criação de valor.

Em 19 de outubro de 2006, a Companhia obteve aprovação necessária, conforme o *Investment Canada Act*, para concretizar a compra de todas as ações ordinárias em circulação da Inco, obtendo todas as aprovações regulatórias necessárias para concluir sua oferta de aquisição com pagamento à vista. No dia 6 de novembro, a Companhia

completou a aquisição de 196.078.276 ações ordinárias da Inco, correspondente a 86,57% das ações ordinárias emitidas e em circulação da mesma de acordo com critério de diluição total. Os resultados da Inco passarão a ser consolidados ao da CVRD a partir do último trimestre de 2006 e, deste modo, os negócios com Níquel terão significativa relevância nos negócios consolidados da CVRD, representando de 20% a 30% da receita total da Companhia. Nenhuma das informações constantes deste Prospecto contempla a Inco na qualidade de Controlada da Companhia. Para maiores informações, vide *Atividades da Companhia – Níquel – Aquisição da Inco*.

A Companhia apresentou no terceiro trimestre de 2006 a melhor performance de sua história registrando novos recordes operacionais e financeiros. A seqüência de recordes dos últimos anos consolida alta qualidade do desempenho da Companhia e, conseqüentemente, sua posição de liderança na indústria de mineração global.

Vantagens Competitivas

A Companhia acredita que suas principais vantagens competitivas, as quais pretende usar como base para implementação de seus objetivos estratégicos, incluem as seguintes:

- **A Companhia possui um dos mais baixos custos de produção de minério de ferro e Pelotas.** A Companhia acredita que é capaz de manter-se competitiva no mercado em que atua por obter custos de produção mais baixos do que dos concorrentes. O custo de produção de minério de ferro engloba custo de mineração, beneficiamento e logística. A CVRD produz minério de ferro com níveis baixos de impurezas e outras propriedades, o que lhe permite originar o produto final pretendido de maneira mais eficiente e econômica, dado que, em razão da qualidade de seu minério, os custos de processamento são geralmente mais baixos. Ademais, as minas de minério de ferro da Companhia possuem baixo teor de corte (*stripping ratio*), resultando em menos dispêndio com manuseio de estéril e, conseqüentemente, custos de extração mais baixos. Finalmente, a Companhia possui um sistema logístico integrado (mina-ferrovia-porto) que lhe permite obter um baixo custo de logística.
- **A Companhia diferencia-se por produzir minério de ferro customizado.** A Companhia realiza misturas (*blending*) de minérios de diferentes minas de modo a criar produtos customizados para seus clientes, o que a posiciona a frente das demais mineradoras que, por não possuírem minas tão diversificadas como as da CVRD, não possuem flexibilidade para oferecer tais tipos de produtos. Deste modo, o minério produzido pela Companhia tem níveis superiores de produtividade nos altos-fornos, resultando em menores custos de produção para seus clientes.
- **A Companhia diferencia-se pela qualidade da Bauxita por ela produzida e de sua cadeia produtiva de alumínio.** A vantagem competitiva da CVRD no segmento do alumínio é deter um grande potencial de recursos de Bauxita de alta qualidade e operações de primeira linha em Alumina, o que lhe permite explorar o seu potencial na cadeia de alumínio, concentrando-se nos negócios de Bauxita e Alumina.
- **A Companhia possui Reservas Minerais de qualidade e sistema de logística integrado no Brasil.** A Companhia possui Reservas de minério de ferro, Cobre, Níquel e Manganês na região de Carajás, de boa qualidade que, alavancadas pela sua logística integrada (mina-ferrovia-porto), e infra-estrutura instalada, como rede de distribuição de energia elétrica, possibilitam à CVRD o acesso a custos operacionais e de expansão competitivos nas suas respectivas indústrias.
- **A Companhia tornou-se a segunda maior produtora mundial de Níquel com perspectiva para se tornar um líder de mercado.** A aquisição da Inco faz da Companhia a segunda maior produtora de Níquel do mundo. Atualmente, somente outros quatro grandes projetos *greenfield* estão em desenvolvimento na indústria de Níquel, sendo que três deles pela Companhia. Após a conclusão dos projetos Goro, Vermelho e Onça Puma, a Companhia espera aumentar sua capacidade de produção em aproximadamente 164.000 Ton., ou 80,4% da produção de Níquel contida da Inco em 2005, o que posicionará a Companhia como a segunda maior produtora mundial de Níquel.

Estratégia

O objetivo da CVRD é fortalecer sua competitividade entre as principais companhias mineradoras globais com ênfase em um crescimento diversificado em mineração, com foco no crescimento orgânico. A Companhia busca um crescimento disciplinado de administração de capital, com o objetivo de maximizar o retorno sobre o capital investido e o retorno total aos seus acionistas. Embora a CVRD enfatize um crescimento orgânico em suas principais atividades, pode fazer aquisições estratégicas visando criar valor para seus acionistas.

Nos últimos anos, a CVRD tem desenvolvido um processo de planejamento estratégico de longo prazo mais consistente. A Companhia possui planos ambiciosos de largo espectro em cada um de seus principais negócios, inclusive significativos investimentos em crescimento orgânico até 2012.

Os parágrafos a seguir descrevem os principais pontos da estratégia da CVRD:

- **Manter a Posição de Liderança no Mercado de Minério de Ferro.** Em 2005, a Companhia continuou a consolidar sua liderança no Mercado Transoceânico de minério de ferro, com uma participação estimada em 32% do total de 675 milhões de toneladas negociadas no ano, segundo a própria Companhia e o TEX Report. A CVRD está comprometida em manter sua posição no mercado global de minério de ferro, fortalecendo relacionamentos com seus clientes, concentrando-se na linha de produtos desenvolvidos sob medida para capturar tendências industriais, aumentando sua capacidade produtiva em função do crescimento da demanda e controlando custos. A Companhia acredita que o forte relacionamento com seus principais clientes (corroborado por contratos de longo prazo), juntamente com produtos customizados e de alta qualidade a ajudarão a atingir este objetivo. A Companhia ainda adota medidas para encorajar diversos fabricantes de aço a desenvolver fábricas de Placas voltadas para exportação no Brasil, de modo a criar demanda adicional para o minério de ferro por ela produzido.
- **Aumentar a Produção na Cadeia de Alumínio.** A CVRD planeja desenvolver e aumentar a capacidade de produção de suas operações da cadeia de alumínio, focando no início da cadeia produtiva, desenvolvendo projetos de baixo custo de Bauxita e Alumina. A Companhia possui grandes Reservas não desenvolvidas de Bauxita de alta qualidade e oportunidades para expansões a baixo custo em sua refinaria de Alumina. A Companhia está trabalhando no desenvolvimento destas oportunidades e também investe na exploração mineral para aumentar suas Reservas de Bauxita. A Companhia poderá buscar aquisições e/ou parcerias na produção de Alumínio Primário para garantir a demanda pela Alumina por ela produzida.
- **Desenvolver Recursos em Cobre.** A CVRD acredita que seus projetos de Cobre, todos situados na região de Carajás, no Estado do Pará, podem estar entre os mais competitivos do mundo em termos de custo de investimento por tonelada de minério. Suas minas de Cobre serão beneficiadas pelas instalações de infraestrutura do Sistema Norte da Companhia.
- **Investir em Níquel e Carvão.** A Companhia procura diversas oportunidades para tornar-se um grande participante global nos negócios de Níquel e Carvão. Neste sentido, a aquisição da Inco, que é uma das maiores mineradoras de Níquel do mundo, contribui de maneira extremamente relevante com a estratégia de diversificação e expansão da Companhia.
- **Globalizar os Esforços de Exploração Multi-Commodity.** A prospecção mineral é uma parte importante da estratégia de crescimento orgânico da Companhia. Para tanto, a CVRD está comprometida com um programa de exploração de ativos minerais, com presença em vários países e regiões do mundo, tais como Angola, Argentina, Austrália, Brasil, Chile, Gabão, Guiné, Moçambique, Mongólia, Peru, Canadá e África do Sul. A Companhia busca principalmente novos depósitos de Cobre, Ouro, minério de Manganês, minério de ferro, Níquel, Caulim, Bauxita, Fosfato, Potássio, Carvão, diamante e platinóides.
- **Aumentar Seus Negócios de Logística.** A Companhia acredita que a qualidade de seus ativos ferroviários e seus vários anos de experiência como operadora de ferrovias e portos, juntamente com a falta de eficiência na área de transporte nacional de carga geral no Brasil, a posiciona como líder em logística no Brasil. A CVRD está expandindo a capacidade de suas ferrovias através da compra de mais locomotivas e vagões para atender à necessidade crescente de seus negócios e de seus clientes.

- **Desenvolver Projetos de Geração de Energia.** O gerenciamento de energia e seu fornecimento eficiente tornaram-se prioridade para a CVRD. Estimulada por mudanças estruturais no segmento e incertezas regulatórias, bem como pelo risco de aumento nos preços da energia e programas de racionamento, a Companhia, atualmente, investe em sete consórcios para desenvolver oito usinas hidrelétricas, com capacidade projetada total de 2.509 MW (da qual sua parte corresponde a 991,4 MW), sendo que seis já iniciaram suas operações e as demais estão previstas para iniciar operações nos próximos quatro anos. A CVRD planeja utilizar a energia gerada por esses projetos para atender seu próprio consumo. Como grande consumidora de energia, a Companhia espera que o seu investimento no setor de energia possa protegê-la da volatilidade dos preços de energia.

Histórico

A CVRD foi fundada pelo Governo Federal em junho de 1942 para ser proprietária e operadora das minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais, bem como da EFVM, que transportava minério de ferro e produtos agropecuários pelo Vale do Rio Doce, na região sudeste do Brasil, até o porto de Vitória, localizado no Estado do Espírito Santo.

Com a crescente demanda mundial de minério de ferro, na década de 1960-1970, a CVRD ampliou, consideravelmente, sua participação no mercado internacional. Tornou-se, então, indispensável modernizar a sua estrutura para possibilitar sua rápida expansão. Em 1962, iniciou-se a construção do porto de Tubarão, no Espírito Santo. Com a duplicação da ferrovia, foi atingida a marca de 20 milhões de toneladas por ano de minério de ferro.

O desenvolvimento dos processos de aglomeração possibilitou que os Finos de Minério de Ferro, antes considerados sobras da lavra, passassem a ter valor econômico na forma de Pelotas, sendo amplamente utilizadas no processo siderúrgico. As usinas do complexo de pelotização, no Espírito Santo, começaram a ser implantadas em 1969. Atualmente, a CVRD opera nove usinas de pelotização, sendo que quatro destas são próprias. Nas outras cinco, a Companhia possui sócios estrangeiros.

Depois de adquirir, em 1977, a participação da United States Steel nos depósitos minerais existentes na Amazônia oriental paraense, a CVRD começou a construir o Sistema Norte (Mina de Serra dos Carajás - Estrada de Ferro Carajás e Porto de Ponta da Madeira), que iniciou suas operações em escala comercial em 1987. Desde então, a Companhia continua a expandir e diversificar suas atividades de mineração, transporte e outros.

Em 6 de maio de 1997, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a CVRD foi privatizada, tendo o Consórcio Brasil (Valepar) adquirido 104.318.070 ações ordinárias, equivalentes a 41,73% do capital votante pelo valor de, aproximadamente, R\$3,3 bilhões.

Em 6 de novembro, a Companhia completou a aquisição de 196.078.276 ações ordinárias da Inco, correspondente a 86,57% das ações ordinárias emitidas e em circulação da mesma de acordo com critério de diluição total. A aquisição da Inco faz da Companhia a segunda maior produtora de Níquel do mundo.

A partir de dois sistemas produtivos mina-ferrovia-porto, instalados em diferentes regiões do País, a CVRD é hoje um conglomerado de exploração e beneficiamento de recursos naturais e transportes, que inclui a operação de ferrovias e portos, além da navegação de cabotagem. A CVRD também participa dos setores de siderurgia, Ferroligas, alumínio e Cobre.

A sede da Companhia e escritório principal está localizado na Avenida Graça Aranha 26, 19º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e seu número de telefone é (21) 3814-4540. Sua página na *internet* é www.cvr.com.br.

APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA

Os quadros a seguir exibem um resumo das informações financeiras selecionadas da Companhia. As informações financeiras selecionadas originam-se das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes aos períodos indicados. As presentes informações deverão ser analisadas no contexto das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que são parte integrante deste Prospecto.

As informações de mercado e sobre a posição competitiva da Companhia no setor de atuação apresentadas ao longo deste Prospecto, incluindo estimativas de mercado, foram obtidas por meio de pesquisas internas, pesquisas de mercado, informações públicas e publicações do setor. A Companhia faz tais declarações com base em informações obtidas de fontes que considera confiáveis, tais como o IBGE, o Ministério dos Transportes, o DNPM, dentre outras. Embora a Companhia não tenha motivos para achar que tais informações não são corretas em seus aspectos materiais, tais informações não foram verificadas de forma independente pela Companhia. As informações apresentadas não contemplam a aquisição da Inco pela Companhia, ocorrida no quarto trimestre de 2006.

Alguns dos percentuais e outros valores incluídos neste Prospecto foram arredondados para facilitar a apresentação. Portanto, alguns dos totais constantes das tabelas aqui apresentadas podem não representar uma soma aritmética exata dos valores que os precedem.

Consolidado		Exercício Social Findo em Valores em R\$ milhões						
<u>Balanco Patrimonial</u>	31.12.2003 <i>Pro forma</i>	% Total do Ativo	31.12.2004	% Total do Ativo	31.12.2005	% Total do Ativo	Variação %	Variação %
ATIVO								
Circulante								
Disponibilidades	2.129	5,6	3.917	9,0	2.703	5,0	84,0	(31,0)
Contas a receber de clientes	2.577	6,8	3.076	7,1	4.183	7,8	19,4	36,0
Partes relacionadas	48	0,1	73	0,2	134	0,3	52,1	83,6
Estoques	2.195	5,8	2.894	6,7	3.235	6,0	31,8	11,8
Tributos a recuperar ou compensar	800	2,1	898	2,1	986	1,8	12,3	9,8
IRPJ e CSLL diferidos	299	0,8	428	1,0	428	0,8	43,1	-
Outros	661	1,8	644	1,3	902	1,8	(2,6)	40,1
	8.709	23,0	11.930	27,4	12.571	23,5	37,0	5,4
Não Circulante								
Realizável a Longo Prazo								
Partes relacionadas	59	0,2	109	0,3	6	-	84,7	(94,5)
Empréstimos e financiamentos	197	0,5	150	0,4	143	0,3	(23,9)	(4,7)
IRPJ e CSLL	1.325	3,5	1.058	2,4	1.043	2,0	(20,2)	(1,4)
Depósitos judiciais	1.430	3,8	1.680	3,9	1.667	3,1	17,5	(0,8)
Imobilizado disponível para venda	86	0,2	111	0,3	54	0,1	29,1	(51,4)
Adiantamentos a fornecedores de energia	-	-	259	0,6	727	1,3	100,0	180,7
Tributos a recuperar ou compensar	-	-	87	0,2	313	0,6	100,0	259,8
Despesas antecipadas	118	0,3	95	0,2	90	0,2	(19,5)	(5,3)
Outros	549	1,5	162	0,3	192	0,3	(70,5)	18,5
	3.764	10,0	3.711	8,6	4.235	7,9	(1,4)	14,1
Ativo Permanente								
Participações societárias	3.313	8,8	2.830	6,5	2.814	5,3	(14,6)	(0,6)
Imobilizado	21.717	57,6	24.798	57,0	33.768	63,0	14,2	36,2
Diferido	236	0,6	203	0,5	206	0,3	(14,0)	1,5
	25.266	67,0	27.831	64,0	36.788	68,6	10,2	32,2
Total do Ativo	37.739	100,0	43.472	100,0	53.594	100,0	15,2	23,3

PASSIVO	31.12.2003 Pro forma	% Total do Passivo	31.12.2004	% Total do Passivo	31.12.2005	% Total do Passivo	Varição % 2003/2004	Varição % 2004/2005
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	888	2,4	515	1,2	517	1,0	(42,0)	0,4
Parcela do circulante de empréstimo e financiamentos de longo prazo	3.575	9,5	2.526	5,8	2.940	5,5	(29,3)	16,3
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	1.518	4,0	1.972	4,5	2.684	5,0	29,9	36,1
Partes relacionadas	63	0,2	73	0,2	81	0,2	15,9	11,0
Salários e encargos sociais	268	0,7	399	0,9	542	1,0	48,9	35,8
Fundo de pensão	92	0,2	91	0,2	70	0,1	(1,0)	(23,1)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	337	0,9	1.557	3,6	2.907	5,4	362,0	86,7
Tributos e contribuições	225	0,6	1.286	3,0	909	1,7	471,6	(29,3)
Outros	731	1,9	907	2,0	1.017	1,9	24,1	12,1
	7.697	20,4	9.326	21,4	11.667	21,8	21,2	25,1
Não Circulante								
Exigível a Longo Prazo								
Empréstimos e financiamentos	9.724	25,8	9.045	20,8	9.066	16,9	(7,0)	0,2
Partes relacionadas	9	-	41	0,1	3	-	355,6	(92,7)
Provisão para contingências	2.086	5,5	2.604	6,0	3.183	5,9	24,8	22,2
Fundo de pensão	570	1,5	570	1,3	563	1,1	-	(1,2)
Provisão para obrigações com desmobilização de ativos	232	0,6	354	0,8	549	1,0	52,6	55,1
Provisão para derivativos	323	0,9	430	1,0	610	1,1	33,1	41,9
Outros	537	1,4	891	2,1	941	1,8	65,9	5,6
	13.481	35,7	13.935	32,1	14.915	27,8	3,4	7,0
Resultados de Exercícios Futuros	157	0,4	10	-	9	-	(93,6)	(10,0)
Participações Minoritárias	1.464	3,9	2.031	4,7	2.951	5,5	38,7	45,3
Patrimônio Líquido								
Capital social	6.300	16,7	7.300	16,8	14.000	26,1	15,9	91,8
Reserva de lucros	8.640	22,9	10.870	25,0	10.052	18,8	25,8	(7,5)
	14.940	39,6	18.170	41,8	24.052	44,9	21,6	32,4
Total do Passivo	37.739	100,0	43.472	100,0	53.594	100,0	15,2	23,3

Consolidado

Legislação Societária

Valores em R\$ milhões

Exercício Social Findo Em

Demonstração de Resultado

	31.12.2003	% Receita		% Receita		% Receita	Variação	Variação
	<i>Pro forma</i>	Operacional	31.12.2004	Operacional	31.12.2005	Operacional	%	%
		Líquida		Líquida		Líquida	2003/2004	2004/2005
Receita operacional bruta	20.895	103,9	29.020	105,4	35.350	104,0	38,9	21,8
Impostos sobre vendas	(779)	(3,9)	(1.476)	(5,4)	(1.357)	(4,0)	89,4	(8,1)
Receita operacional líquida	20.116	100,0	27.544	100,0	33.993	100,0	36,9	23,4
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(11.330)	(56,3)	(14.123)	(51,3)	(16.311)	(48,0)	24,7	15,5
Lucro bruto	8.786	43,7	13.421	48,7	17.682	52,0	52,8	31,7
Receitas (despesas) operacionais								
Despesas de vendas	(295)	(1,5)	(412)	(1,5)	(340)	(1,1)	39,7	(17,5)
Despesas administrativas	(822)	(4,1)	(1.125)	(4,1)	(1.280)	(3,8)	36,9	13,8
Pesquisa e desenvolvimento	(249)	(1,2)	(440)	(1,6)	(672)	(2,0)	76,7	52,7
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(755)	(3,8)	(955)	(3,5)	(834)	(2,4)	26,5	(12,7)
Item não recorrente	-	-	(183)	(0,6)	-	-	100,0	(100,0)
Lucro Operacional	6.665	33,1	10.306	37,4	14.556	42,8	54,6	41,2
Resultado de participações societárias	(540)	(2,7)	156	0,6	269	0,8	128,9	72,4
Resultado financeiro líquido	(203)	(1,0)	(2.000)	(7,3)	(1.276)	(3,8)	885,2	(36,2)
Venda de ativos	174	0,9	551	2,0	298	0,9	216,7	(45,9)
Mudança de prática contábil	(91)	(0,4)	-	-	-	-	(100,0)	-
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	6.005	29,9	9.013	32,7	13.847	40,7	50,1	53,6
IRPJ e CSLL	(963)	(4,8)	(1.810)	(6,5)	(2.368)	(7,0)	88,0	30,8
Participação minoritária	(533)	(2,7)	(743)	(2,7)	(1.036)	(3,0)	39,4	39,4
Lucro líquido do exercício	4.509	22,4	6.460	23,5	10.443	30,7	43,3	61,7

Consolidado

Exercício Social Findo em

EBITDA ajustado⁽¹⁾ reconciliado com o lucro operacional	31.12.2003 Pro forma	% Participação	31.12.2004	% Participação	31.12.2005	Variação % 2003/2004	Variação % 2004/2005
Lucro operacional	6.665	82,3	10.306	84,2	14.556	54,6	41,2
Depreciação e amortização	1.302	16,1	1.694	13,8	1.994	30,1	17,7
Dividendos recebidos	38	0,5	66	0,5	151	73,7	128,8
Item não recorrente	95	1,1	183	1,5	-	92,6	(100,0)
EBITDA ajustado	8.100	100,0	12.249	100,0	16.701	51,2	36,3
Margem EBITDA ⁽²⁾	40,2%		44,4%		49,1%	4,2 p.p.	4,7 p.p.

(1) EBITDA ajustado = O EBITDA, de acordo com Ofício Circular CVM n.º 1/2006, são os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA ajustado leva ainda em consideração os dividendos recebidos e a exclusão dos itens não recorrentes. O EBITDA ajustado não é uma medida de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA ajustado não possui significado padronizado e nossa definição de EBITDA ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras sociedades.

(2) MARGEM EBITDA = Divisão do EBITDA ajustado pela receita operacional líquida.

Consolidado

Saldos em

<u>Balanco Patrimonial</u>	30.09.2005	% Total do Ativo	30.09.2006	% Total do Ativo	Variação % 2005/2006
ATIVO					
Circulante					
Disponibilidades	2.989	6,1	6.580	9,7	120,1
Contas a receber de clientes	3.807	7,8	5.213	7,7	36,9
Partes relacionadas	126	0,3	16	-	(87,3)
Estoques	3.130	6,4	3.443	5,1	10,0
Tributos a recuperar ou compensar	702	1,4	738	1,1	5,1
IRPJ e CSLL diferidos	549	1,2	774	1,1	41,0
Outros	869	1,8	769	1,1	(11,5)
	12.172	25,0	17.533	25,8	44,0
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Partes relacionadas	-	-	11	-	100,0
Empréstimos e financiamentos	140	0,3	160	0,2	14,3
IRPJ e CSLL	1.078	2,2	880	1,3	(18,4)
Depósitos judiciais	1.853	3,8	2.115	3,1	14,1
Imobilizado disponível para venda	74	0,2	108	0,2	45,9
Adiantamentos a fornecedores de energia	585	1,2	928	1,4	58,6
Tributos a recuperar ou compensar	199	0,4	478	0,7	140,2
Despesas antecipadas	91	0,2	123	0,2	35,2
Outros	259	0,5	522	0,8	101,5
	4.279	8,8	5.325	7,9	24,4
Ativo Permanente					
Participações societárias	2.796	5,7	6.722	9,9	140,4
Imobilizado	29.312	60,1	38.119	56,2	30,0
Diferido	177	0,4	186	0,2	5,1
	32.285	66,2	45.027	66,3	39,5
Total do Ativo	48.736	100,0	67.885	100,0	39,3

PASSIVO	30.09.2005	% Total do Passivo	30.09.2006	% Total do Passivo	Variação % 2005/2006
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	708	1,5	1.062	1,6	50,0
Parcela do circulante de empréstimo e financiamentos de longo prazo	1.628	3,4	2.218	3,3	36,2
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	2.143	4,4	2.189	3,2	2,1
Partes relacionadas	69	-	50	0,1	(27,5)
Salários e encargos sociais	390	0,8	543	0,7	39,2
Fundo de pensão	67	-	79	-	17,9
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	45	-	1.357	2,0	2.915,6
Tributos e contribuições	1.169	2,4	1.083	1,6	(7,4)
Outros	1.029	2,4	926	1,5	(10,0)
	7.248	14,9	9.507	14,0	31,2
Não Circulante					
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	7.146	14,7	10.842	16,0	51,7
Partes relacionadas	3	-	3	-	-
Provisão para contingências	3.302	6,8	3.276	4,8	(0,8)
Fundo de pensão	568	1,2	546	0,8	(3,9)
Provisão para obrigações com desmobilização de ativos	369	0,8	549	0,8	48,8
Provisão para derivativos	382	0,8	536	0,8	40,3
Outros	960	1,8	1.041	1,5	8,4
	12.730	26,1	16.793	24,7	31,9
Resultados de Exercícios Futuros	14	-	7	-	(50,0)
Participações Minoritárias	2.770	5,7	2.631	3,9	(5,0)
Patrimônio Líquido					
Capital social	14.000	28,7	19.493	28,7	39,2
Reserva de lucros	11.974	24,6	19.454	28,7	62,5
	25.974	53,3	38.947	57,4	49,9
Total do Passivo	48.736	100,0	67.885	100,0	39,3

Consolidado

Período de Nove Meses Findo Em

Demonstração de Resultado

	30.09.2005	% Receita Operacional Líquida	30.09.2006	% Receita Operacional Líquida	Variação % 2005/2006
Receita operacional bruta	26.146	104,3	30.054	103,7	14,9
Impostos sobre vendas	(1.069)	(4,3)	(1.084)	(3,7)	1,4
Receita operacional líquida	25.077	100,0	28.970	100,0	15,5
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(11.904)	(47,5)	(13.232)	(45,7)	11,2
Lucro bruto	13.173	52,5	15.738	54,3	19,4
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	(286)	(1,1)	(262)	(0,9)	(8,4)
Despesas administrativas	(898)	(3,5)	(1.088)	(3,7)	21,2
Pesquisa e desenvolvimento	(463)	(1,9)	(667)	(2,3)	44,1
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(629)	(2,5)	(712)	(2,5)	13,2
Lucro Operacional	10.897	43,5	13.009	44,9	19,4
Resultado de participações societárias	163	0,6	(55)	(0,1)	(133,7)
Resultado financeiro líquido	(512)	(2,0)	(974)	(3,4)	90,2
Venda de ativos	298	1,2	791	2,7	165,4
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	10.846	43,3	12.770	44,1	(17,7)
IRPJ e CSLL	(2.215)	(8,9)	(1.970)	(6,8)	(11,1)
Participação minoritária	(825)	(3,3)	(738)	(2,6)	(10,5)
Lucro líquido do período	7.806	31,1	10.062	34,7	28,9

Consolidado

Período de Nove Meses Findo Em

EBITDA ajustado⁽¹⁾ reconciliado com o lucro operacional	30.09.2005	% Participação	30.09.2006	% Participação	Variação % 2005/2006
Lucro operacional	10.897	87,2	13.009	87,8	19,4
Depreciação e amortização	1.456	11,6	1.657	11,2	13,8
Dividendos recebidos	148	1,2	135	1,0	(8,8)
EBITDA ajustado	12.501	100,0	14.801	100,0	18,4
Margem EBITDA ⁽²⁾	49,9%		51,0%		0,1 p.p.

(1) EBITDA ajustado = O EBITDA, de acordo com Ofício Circular CVM n.º 1/2006, são os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA ajustado leva ainda em consideração os dividendos recebidos e a exclusão dos itens não recorrentes. O EBITDA ajustado não é uma medida de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA ajustado não possui significado padronizado e nossa definição de EBITDA ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras sociedades.

(2) MARGEM EBITDA = Divisão do EBITDA ajustado pela receita operacional líquida.

Para maiores informações vide *Análise e Discussão da Administração a Respeito das Demonstrações Financeiras e Resultado Operacional da Companhia* deste Prospecto.

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

O sumário abaixo não contém todas as informações sobre as Debêntures a serem emitidas no âmbito da Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento.

Recomenda-se a leitura cuidadosa desta seção do Prospecto e da Escritura de Emissão, também constante deste Prospecto como Anexo B.

Emissora	Companhia Vale do Rio Doce.
Coordenador Líder	Santander.
Coordenadores	Santander, ABN AMRO, Credit Suisse, UBS Pactual, UBS, BB BI, Bradesco, BNP Paribas, HSBC, Itaú BBA e Citibank.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. D.T.V.M.
Instituição Depositária	Bradesco.
Códigos ISIN	BRVALEDBS036 (primeira série) e BRVALEDBS044 (segunda série).
Número da emissão	As Debêntures representam a sétima emissão pública de debêntures da Companhia.
Valor total da emissão	O valor total da emissão é de R\$5.500.000.000,00 na Data de Emissão, já considerando as Debêntures Suplementares.
Quantidade	Serão emitidas 550.000 Debêntures, já considerando as Debêntures Suplementares.
Debêntures Suplementares	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada foi acrescida em 50.000 Debêntures Suplementares, destinadas a atender excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Colocação, que foi exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia, sendo todas Debêntures da Segunda Série. O item “Quantidade” já considera as Debêntures Suplementares.
Debêntures Adicionais	Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderia ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 100.000 Debêntures Adicionais, que poderiam ser emitidas pela Companhia a seu critério, não tendo havido tal emissão.
Valor nominal	As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 na Data de Emissão.

Séries

A emissão será realizada em duas séries, tendo a quantidade de cada série sido definida no Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que:

- a primeira série será composta por 150.000 Debêntures; e
- a segunda série será composta por 400.000 Debêntures (já considerando as Debêntures Suplementares).

A Companhia não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado.

**Coletas de intenções de investimento
(bookbuilding)**

Foi adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição:

- da quantidade das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, observado que (i) a primeira série deveria ser composta por, no mínimo, 100.000 Debêntures e, no máximo, 400.000 Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais); (ii) a segunda série deveria ser composta por, no mínimo, 100.000 Debêntures e, no máximo, 400.000 Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais); e (iii) o somatório das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série não poderia exceder R\$5.000.000.000,00, na Data de Emissão, e nem 500.000 Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; e
- da Remuneração da Primeira Série e da Remuneração da Segunda Série, observados os limites estabelecidos na deliberação (h) da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de outubro de 2006.

Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei n.º 6.404/76.

Data de emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 20 de novembro de 2006.

Prazo e data de vencimento

Observado o disposto na Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de quatro anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de novembro de 2010; e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de sete anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de novembro de 2013.

Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal (i) das Debêntures da Primeira Série será pago em uma única parcela na Data de Vencimento da Primeira Série; e (ii) das Debêntures da Segunda Série será pago em uma única parcela na Data de Vencimento da Segunda Série.

Atualização Monetária

O Valor Nominal não será atualizado.

Remuneração

Remuneração da Primeira Série. Sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 101,75%, definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, da variação acumulada Taxa DI, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2007 e, o último, na Data de Vencimento da Primeira Série.

Remuneração da Segunda Série. Sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de 0,25%, definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2007 e, o último, na Data de Vencimento da Segunda Série.

Repactuação

Não haverá repactuação.

Resgate antecipado facultativo

A Companhia:

- não terá a faculdade de resgatar antecipadamente quaisquer das Debêntures da Primeira Série; e
- a partir de 20 de novembro de 2010 (inclusive), terá a faculdade de resgatar antecipadamente a totalidade (e apenas a totalidade) das Debêntures da Segunda Série em circulação (com seu conseqüente cancelamento), mediante os procedimentos previstos na seção *Características e Prazos da Oferta– Resgate Antecipado Facultativo*.

Público Alvo

O público alvo da Oferta é composto por investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificados, clientes dos Coordenadores que tenham amplo conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes às Debêntures, bem como acesso aos Prospectos.

Inadequação da Oferta

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de mineração. Os investidores devem ler a seção *Fatores de Risco* do Prospecto Definitivo.

Plano da Oferta

Coordenadores realizarão a Oferta conforme plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM n.º 400/03, de forma a assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores, e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente exemplares do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores.

Forma e Preço de Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição e em moeda corrente nacional, sendo que:

- as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; e
- as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

Forma de Subscrição

As Debêntures serão subscritas por meio dos procedimentos da CETIP.

Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BovespaFix.

Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Companhia com a Oferta serão utilizados para amortizar parcialmente os valores devidos pela Companhia no âmbito do Empréstimo-Ponte denominado “*Credit Agreement*”, financiamento obtido pela Companhia em 25 de outubro de 2006 para a aquisição do controle acionário da Inco Limited, conforme informado em fato relevante publicado pela Companhia em 11 de agosto de 2006.

Autorização Societária

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações (i) da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de outubro de 2006, cujo extrato da ata foi arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 31 de outubro de 2006 e publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais “DCI – Diário Comércio e Indústria” e “Jornal do Commercio” em 17 de novembro de 2006; e (ii) da reunião de diretoria executiva da Companhia realizada em 8 de dezembro de 2006, cujo extrato da ata será arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 2006 e nos jornais “DCI – Diário Comércio e Indústria” e “Jornal do Commercio” em 11 de dezembro de 2006.

Fatores de Risco

Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nas Debêntures, ver seção *Fatores de Risco*.

Informações Adicionais

Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver *Parte II - Informações Relativas à Oferta*. O pedido de registro da Oferta foi apresentado à CVM em 27 de outubro de 2006, tendo a CVM concedido o registro em 13 de dezembro de 2006, sob o n.º CVM/SRE/DEB/2006/044 (primeira série) e n.º CVM/SRE/DEB/2006/045 (segunda série).

Quoruns de deliberação em Assembléias Gerais de Debenturistas

Nas deliberações das assembléias gerais de Debenturistas de cada uma das séries, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Todas as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de Debenturistas de cada uma das séries dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso. Não estão incluídos no quorum mínimo acima referido:

- substituição da Taxa DI – necessária a aprovação de Debenturistas representando no mínimo, 75% das Debêntures da Primeira Série em circulação, e/ou titulares das Debêntures da Segunda Série, reunidos em assembléia, representando, no mínimo, 75% das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso;
- decisão de Debenturistas para não declarar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série – necessária a aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures da Primeira Série em circulação ou 75% das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso; e
- as seguintes alterações, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, 90% das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, conforme disposto no artigo 71, parágrafo 5º, da Lei n.º 6.404/76, (i) dos quoruns previstos na Escritura de Emissão; (ii) da Remuneração, exceto pelo disposto no item “Substituição da Taxa DI”; (iii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (iv) da espécie das Debêntures; (v) da alteração das disposições sobre resgate antecipado facultativo; ou (vi) criação de evento de repactuação.

Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer assembléia geral de Debenturistas, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Companhia, ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Companhia, ou a qualquer coligada da Companhia, ou qualquer de seus diretores ou conselheiros; e (ii) do quorum de deliberação em qualquer assembléia geral de Debenturistas, além do disposto no item (i) acima, também serão excluídos os votos em branco.

Regime de Colocação – Garantia Firme

Observadas as condições previstas no Contrato de Colocação, o Coordenador Líder, o ABN AMRO, o Credit Suisse e o UBS Pactual realizarão, sem solidariedade entre estes, a colocação, em regime de garantia firme, de 500.000 Debêntures, no prazo de até três dias úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, na proporção descrita na seção *Contrato de Colocação – Regime de Colocação*. Se, até o final do prazo acima previsto, as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série não tiverem sido totalmente colocadas, o Coordenador Líder, o ABN AMRO, o Credit Suisse e o UBS Pactual, sem qualquer solidariedade entre estes, deverão, até o último dia do prazo, subscrever e integralizar as respectivas Debêntures Objeto da Garantia Firme que porventura não forem colocadas junto a investidores na forma prevista no Contrato de Colocação e na seção *Contrato de Colocação – Regime de Colocação*.

BREVE DESCRIÇÃO DOS COORDENADORES

Coordenador Líder

O Santander é instituição integrante do conglomerado financeiro Santander Banespa, cuja sociedade controladora é, indiretamente, o Banco Santander Central Hispano S.A. O Santander opera como banco múltiplo, tendo encerrado o ano de 2005 com um lucro líquido no exercício de R\$1,74 bilhão.

O grupo Santander, composto por empresas sediadas em diversos países e controladas direta ou indiretamente pelo Banco Santander Central Hispano S.A., opera no Brasil desde 1982 e deu início, na década de 1990, a um processo de crescimento com a aquisição de cinco instituições financeiras: Banco Geral do Comércio S.A., Banco Noroeste S.A., Banco Meridional S.A., Banco Bozano, Simonsen S.A. e Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa.

Em 2006, o grupo Santander passou por uma reestruturação societária em suas operações no Brasil, através da qual os bancos adquiridos foram incorporados em uma única instituição, o Banco Santander Banespa S.A. As operações do banco e das demais empresas do setor financeiro e de seguros são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

O grupo Santander posiciona-se entre os dez principais bancos do mundo e é o primeiro na Zona do Euro em valor de mercado. Fundado em 1857, o grupo Santander contava, em março de 2006, com 66 milhões de clientes, 10,3 mil agências, 129 mil funcionários e presença em mais de 40 países. É o principal grupo financeiro na Espanha e na América Latina e tem papel relevante na Europa, principalmente no Reino Unido, depois da aquisição do Abbey National, e em Portugal, onde é proprietário do terceiro maior grupo financeiro. Na Alemanha, na Itália e em sete outros países europeus o Santander Consumer Finance mantém uma unidade especializada no financiamento ao consumo. No total, administra ativos de €815 bilhões e administra €975 bilhões em fundos.

Na América Latina, o grupo Santander administra volumes de negócio de aproximadamente US\$200 bilhões (créditos, depósitos e fundos de investimento e de pensão) por meio de 4,1 mil agências. No primeiro trimestre de 2006, o Santander registrou lucro de US\$743 milhões na América Latina, volume 35% superior ao apresentado no mesmo período de 2005.

No Brasil, o Santander foi a quarta instituição no ranking de volume de originação de renda fixa e FIDCs da ANBID, em 2005, tendo intermediado 25 operações. Essa extensa participação em número de operações lhe proporcionou a segunda posição no ranking de número de operações de renda fixa e FIDC da ANBID em 2005.

As operações de renda fixa realizadas em 2005 e que merecem destaque são: (i) a sétima emissão de debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, no valor de R\$300 milhões; (ii) a terceira emissão de debêntures da Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro – Ampla, no valor de R\$400 milhões; (iii) a segunda emissão de debêntures simples da Telesp Celular Participações S.A., no valor de R\$1,0 bilhão; (iv) a terceira emissão de debêntures simples da Companhia Paranaense de Energia, no valor de R\$400 milhões e (v) a quinta emissão de debêntures da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba, no valor de R\$540 milhões.

Já em 2006, as operações que merecem destaque são: (i) a segunda emissão de debêntures da Vivax S.A., no valor de R\$220 milhões, (ii) a primeira emissão de debêntures da Companhia Piratininga de Força e Luz, no valor de R\$400 milhões, (iii) a terceira emissão de debêntures da Bandeirante Energia S.A., no valor de R\$250 milhões, (iv) a sexta emissão de debêntures da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul, no valor de R\$337 milhões, (v) a primeira emissão de debêntures da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – Escelsa, no montante de R\$264 milhões; (vi) a quinta emissão de debêntures da Brasil Telecom S.A., no montante de R\$1,08 bilhão; (vii) a sexta emissão de debêntures da ALL – América Latina Logística S.A., atuando como coordenador líder, no montante de R\$700 milhões, e (viii) a primeira emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhangüera – Bandeirantes S.A. no montante de R\$510 milhões.

No segmento de operações estruturadas, o Santander intermediou importantes operações do mercado em 2005 e em 2006, via utilização de FIDCs e CRIs, quais sejam: (i) FIDCs de Furnas Centrais Elétricas S.A., no valor de R\$878 milhões, (ii) FIDCs do Sistema Cataguazes Leopoldina, no valor de R\$210 milhões, (iii) CRIs da 31ª série, da

primeira emissão, da Rio Bravo Securitizadora S.A., lastreado em créditos imobiliários devidos pela Petrobras, no valor de R\$200 milhões, (iv) duas séries do FIDC BGN LIFE Crédito Consignado, no valor de R\$400 milhões, e (v) CRIs da primeira emissão da WT VRJ Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A., no valor de R\$126,9 milhões, dentre outras.

Coordenadores

ABN AMRO

O ABN AMRO é um banco pertencente ao grupo holandês ABN AMRO, que possui instituições financeiras presentes em 60 países ao redor do mundo, incluindo o maior banco da Holanda (ABN AMRO Bank N.V.), um dos maiores da Europa e o segundo maior banco estrangeiro em atuação nos Estados Unidos. O ABN AMRO atua no Brasil há mais de 89 anos. Em 2003, o ABN AMRO adquiriu o Banco Sudameris S.A., que era considerado, naquele momento, o nono maior banco privado do País, passando a ampliar sua presença na região Sudeste e a aumentar sua participação nos segmentos de clientes de alta renda.

O ABN AMRO encerrou o exercício de 2005 com ativos de R\$74,6 bilhões e patrimônio líquido de R\$9,2 bilhões, sendo o terceiro maior banco privado do Brasil por volume de empréstimos e por depósitos e o quinto em volume de ativos. Sua rede de atendimento possui mais de 6,2 mil pontos de venda para atender seus 12,1 milhões de clientes.

O ABN AMRO possui grande experiência em estruturação e distribuição de títulos no mercado de capitais brasileiro, onde coordenou a emissão de debêntures de várias companhias, entre elas (i) a décima, décima primeira e décima quarta emissões de debêntures da Braskem S.A. no valor total de R\$625,0 milhões, R\$1,2 bilhão e R\$500,0 milhões, respectivamente; (ii) a terceira emissão de Petrobras, no valor total de R\$775,0 milhões; (iii) a terceira, quarta, quinta, sexta, sétima e oitava emissões de debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, nos valores totais de R\$448,3 milhões, R\$300,0 milhões, R\$400,0 milhões, R\$600,0 milhões, R\$300,0 milhões e R\$700,0 milhões, respectivamente; (iv) a primeira e a segunda emissão de Nova Marlim Petróleo S.A., nos valores de R\$235,5 milhões e R\$1,8 bilhão, respectivamente; (v) a quarta emissão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba, no valor de R\$450,0 milhões; (vi) a quarta emissão da Brasil Telecom S.A. no valor de R\$500,0 milhões; (vii) a primeira emissão da Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp, no valor de R\$1,5 bilhão; (viii) a quarta emissão da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., no valor de R\$1,5 bilhão; (ix) a primeira emissão da Tractebel Energia S.A., no valor de R\$200,0 milhões; (x) a quarta emissão da Petroflex Indústria e Comércio S.A. no valor de R\$160,0 milhões; (xi) a primeira emissão da Telemar Norte Leste S.A. no valor de R\$2,1 bilhões; (xii) a quinta emissão da Brasil Telecom S.A., no valor de R\$1,08 bilhão; (xiii) a primeira emissão da BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A., no valor de R\$1,35 bilhão; (xiv) a quarta emissão da Companhia Paranaense de Energia – Copel, no valor de R\$600,0 milhões; (xv) a quarta emissão de Empla Energia e Serviços, no valor de R\$370 milhões; entre outras.

Credit Suisse

O Credit Suisse iniciou suas operações no Brasil em 1990, sendo um dos primeiros grandes grupos financeiros internacionais a estabelecer presença no Brasil. O Credit Suisse é um banco de investimentos completo. Atua na área de fusões, aquisições, emissões de ações e de títulos de dívidas, renda variável, renda fixa, câmbio, operações estruturadas e *asset management*.

Em 1998, seguindo sua estratégia de globalização e consistente com o objetivo de ser um dos principais bancos nos mercados emergentes, o Credit Suisse adquiriu o controle acionário do Banco de Investimentos Garantia, um dos principais bancos de investimentos no mercado brasileiro. A presença do Credit Suisse no Brasil é a maior dentre todos os bancos de investimentos, locais ou internacionais.

O Credit Suisse é, atualmente, o principal *player* no mercado de emissões de ações no Brasil. Durante o ano de 2005, o Credit Suisse foi responsável por 44% das emissões de ações ocorridas no Brasil, o que corresponde a, aproximadamente, US\$1,210 milhões segundo o SDC. Recentemente, o Credit Suisse foi agraciado com o título de melhor banco de investimentos no mercado de emissões de ações brasileiro segundo os critérios da Euromoney. Dentre as operações realizadas em 2006 estão (i) oferta pública inicial de ações da Brscan Residential Properties

S.A., no valor de US\$494 milhões; (ii) oferta pública inicial de ações da Santos-Brasil S.A., no valor de US\$392 milhões; (iii) oferta pública inicial de ações da Medial Saúde S.A., no valor de US\$342 milhões; (iv) oferta de ações da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., no valor de US\$532 milhões; (v) oferta pública inicial de ações da MMX Mineração e Metálicos S.A., no valor de US\$511 milhões.

O Credit Suisse também é líder na emissão de títulos de dívida no Brasil, tendo realizado recentemente (i) emissão de bonds perpétuos da Cosan S.A, no valor de US\$450 milhões; (ii) emissão de bonds com vencimento em 2016 para Camargo e Corrêa S.A., no valor de US\$250 milhões (iii) troca de C Bonds por A Bonds, para a República Federativa do Brasil, no valor de US\$4.400 milhões.

UBS

O UBS pertence ao grupo suíço UBS. Ao final de 2005, o UBS estava entre os maiores bancos do mundo, com ativos totais da ordem de CHF\$2.1 trilhões. Com valor de mercado superior a CHF\$131.9 bilhões, o UBS atualmente está presente em mais de 50 países, empregando aproximadamente 72.000 funcionários. O UBS opera, mundialmente, em três principais áreas: *Investment Banking*, *Global Wealth Management* & *Business Bankinge Global Asset Management*.

No Brasil, o UBS está presente desde o início dos anos 90 e sua história é marcada por importantes aquisições. Em 1998, a aquisição do Banco Omega, um *investment bank* local com pouco mais de 100 funcionários, possibilitou ao UBS aumentar sua presença no mercado de capitais local e garantiu também inúmeras licenças bancárias. A última importante aquisição realizada pelo UBS no Brasil aconteceu em maio de 2006, com a compra do então Banco Pactual, décimo sexto maior banco privado brasileiro em volume de derivativos, transação esta ainda dependente de aprovação pelo Governo Federal. O UBS encerrou o ano de 2005 com ativos da ordem de R\$522,2 milhões e patrimônio líquido de R\$130,4 milhões.

O UBS, no Brasil, possui vasta experiência na estruturação e distribuição de títulos no mercado de capitais, dentre as principais transações realizadas no Brasil destacamos: (i) *Joint Bookrunner* na emissão de *notes* da Usiminas, no valor de US\$200 milhões, em junho de 2006; (ii) *Joint Bookrunner* na emissão global no valor de US\$1 bilhão para a República do Brasil, em janeiro de 2006; (iii) emissão de *bônus perpétuos* do Unibanco no valor de US\$500 milhões, em julho de 2005; (iv) emissão para a República do Brasil no valor de US\$1.250 milhões, em janeiro de 2005; (v) emissão para a República do Brasil no valor de €\$1,000 milhões, em setembro de 2004; (vi) emissão para a Usiminas de US\$175 milhões, em janeiro de 2004; (vii) emissão para a Votorantim de US\$300 milhões, em janeiro de 2004; (viii) emissão para a Braskem de US\$250 milhões, em janeiro de 2004 e; (ix) emissão para a Nossa Caixa de US\$100 milhões em janeiro de 2004.

UBS Pactual

O UBS Pactual foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Atualmente, é um banco múltiplo organizado como uma sociedade privada, com um patrimônio líquido de R\$740 milhões (em 31 de dezembro de 2005) e recursos administrados na ordem de R\$36,4 bilhões (em 31 de dezembro de 2005). O UBS Pactual tem como foco principal nas áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, *private banking*, tesouraria, investimentos de médio e longo prazos e *sales & trading*. Sua sede está localizada no Rio de Janeiro e possui escritórios nas Cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Recife, e uma subsidiária nas Ilhas Cayman.

O UBS Pactual participa ativamente das atividades de *underwriting* e distribuição de emissões de dívidas e ações para empresas brasileiras nos mercados de capitais. A força da área de distribuição provém do amplo acesso e da prestação de serviços aos vários grupos de investidores locais e externos, de renda fixa ou dedicados a renda variável.

Desde 2003, a área de mercado de capitais do UBS Pactual assessorou clientes na captação de recursos no mercado local que totalizaram, aproximadamente, R\$13,1 bilhões em operações de debêntures e notas promissórias. Entre as principais, destacam-se as emissões de debêntures da Companhia Siderúrgica Nacional, no valor total de R\$1,5 bilhão; das Lojas Americanas S.A., no valor de R\$200,0 milhões; da Lupatech S.A, no valor de R\$227,0 milhões, da ALL - América Latina Logística S.A., no valor de R\$120,0 milhões; da Braskem S.A., no valor de R\$300,0 milhões; da Camargo Cimentos S.A., no valor de R\$360,0 milhões; e da Vicunha Siderurgia S.A., no valor de R\$1,2 bilhão, nas quais o UBS Pactual foi o coordenador líder.

BB BI

O BB BI, criado em outubro de 1988 como subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., atua na prestação de consultoria financeira, estruturação e distribuição de operações de *underwriting* e aquisição de participações em sociedades anônimas.

Em 2004, o BB BI permaneceu entre as maiores instituições financeiras na originação e distribuição de operações de renda fixa no mercado de capitais doméstico, participando de 13 das 41 operações, com um volume de negócios superior a R\$1,0 bilhão.

Em 2005, o BB BI liderou a terceira emissão de debêntures da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, no valor de R\$400 milhões, a sexta emissão de debêntures da Telemar Participações S.A., no valor de R\$150 milhões, a terceira emissão de debêntures de Tupy S.A., no valor de R\$251,9 milhões, a primeira emissão da Termopernambuco S.A., no valor de R\$450 milhões e a terceira emissão da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, no valor de R\$179 milhões. O BB BI foi coordenador da décima emissão de debêntures da Itauleasing, no valor de R\$1,35 bilhão, da segunda emissão de Telesp Celular Participações S.A., no valor de R\$1,0 bilhão, da quinta emissão de debêntures da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, no valor de R\$540 milhões, da sétima emissão de debêntures de Aços Villares, no valor de R\$285 milhões, dentre outras.

De janeiro a outubro de 2006, o BB BI liderou a primeira emissão de debêntures da Telemar Norte Leste S.A, no valor de R\$2,16 bilhões, a quinta emissão de debêntures da Brasil Telecom S.A, no valor de R\$1,08 bilhão, a primeira emissão de notas promissórias da Cemig Geração e Transmissão S.A, no valor de R\$900 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Cemig Distribuição S.A, no valor de R\$300 milhões, a décima quarta emissão de debêntures de Braskem S.A. e a quarta emissão de Copel, no valor de R\$600 milhões. Foi coordenador da quarta emissão de debêntures da Petroflex, no valor de R\$160 milhões, da primeira emissão de debêntures da CPFL Piratininga, no valor de R\$400 milhões, da quarta emissão de debêntures da CSN, no valor de R\$600 milhões, da quarta emissão de debêntures da Vigor, no valor de R\$50 milhões, da primeira emissão de BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A, no valor de R\$3,35 bilhões, e da primeira emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, no valor de R\$2,065 bilhões.

Em operações de renda variável, o BB BI mantém sua posição de principal *player* em ofertas públicas no segmento de varejo, apoiado em seus mais de 12 mil pontos de atendimento espalhados por todo o país e pelo portal bb.com.br. No primeiro semestre de 2006, o BB BI coordenou a maior oferta pública de ações dos últimos quatro anos do mercado de capitais brasileiro: a oferta pública secundária de ações do Banco do Brasil S.A.. No total foram vendidas 45.441.459 ações ordinárias de propriedade do próprio Banco do Brasil S.A., do BNDES e da PREVI que, precificadas a R\$43,50, perfizeram um montante de R\$1.976.703.466,50. Desse total, R\$523,1 milhões foram vendidos pelo Banco do Brasil no varejo, através da sua rede de agências e do Canal Internet.

Outro ponto de destaque é o forte crescimento dos instrumentos de securitização, como os Fundos de Direitos Creditórios – FIDC. No primeiro semestre de 2006, o BB Investimentos coordenou as operações da Sabesp e do Grupo Brasil, consolidando-se como grande competidor também nesse segmento.

No acumulado dos últimos quatro anos os negócios em *underwriting* já ultrapassam a marca de R\$35 bilhões.

O BB BI conta ainda com ampla experiência em assessoria e estruturação de grandes operações de fusões e aquisições envolvendo empresas dos setores de energia elétrica, portuário, transportes, saneamento, dentre outros. Em projetos de privatização, foi vencedor de 13 dos 16 consórcios de que participou.

No Banco do Brasil S.A., controlador do BB BI, experientes profissionais aliados a uma das mais respeitáveis marcas do mercado brasileiro trabalham em torno de uma filosofia que conjuga seriedade e criatividade, de forma ágil, moderna e competitiva na busca de soluções sob medida em mercado de capitais para seus clientes.

Em seus 195 anos de história, o Banco do Brasil S.A. tem se diferenciado pela capacidade de atender segmentos do mercado financeiro, com produtos, serviços e soluções em negócios, sem descuidar do papel social de fomentador de programas, projetos e iniciativas que reafirmam os mais autênticos valores da sociedade brasileira.

BNP Paribas

O BNP Paribas encontra-se presente no Brasil há mais de 50 anos, desde a abertura de seu primeiro escritório de representação em 1953. Desde então, o BNP Paribas vem ganhando destaque e espaço no mercado brasileiro.

Em 1981, com apenas um escritório no Brasil, o BNP Paribas adquiriu 45% do capital do Banco Cidade, um banco nacional, mantendo esta participação até 1995. Durante este período, o banco passou a dar maior importância aos investimentos feitos no mercado financeiro brasileiro.

Em 1996, o BNP Paribas foi autorizado a se instalar no país e a operar no mercado doméstico brasileiro como banco múltiplo. Em 1998, o BNP Paribas atuou como líder em emissões internacionais de títulos de dívida em euro. Entre 1998 e 2000, o banco participou como líder em todas as emissões internacionais da República Brasileira em euro.

Com a realização da fusão global do BNP e do Banque Paribas, em 2000, passou a denominar-se Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Em 2000, como resultado da boa atuação de suas filiais brasileiras, o BNP Paribas implementou um projeto de desenvolvimento visando à diversificação e ampliação de suas atividades no País, com o aumento de seu capital, a criação de novos produtos e a realização de novas contratações. O BNP Paribas multiplicou seus resultados no mercado brasileiro em 2001, além de ser responsável pelo maior crescimento em administração de recursos do mercado nacional em 2001, liderando o segmento.

Hoje, o BNP Paribas atua em diversas áreas, tais como a de financiamentos, comércio exterior, mercado de capitais e fusões e aquisições. O BNP Paribas participa de emissões de títulos locais desde 2001, tendo participado das emissões de debêntures simples da NovaMarlim, Copel, CSN e Telefonica. O BNP Paribas também atua junto a empresas brasileiras e ao governo brasileiro na emissão de títulos no mercado externo, tendo realizado recentemente (i) emissão de bonds com vencimento em 2015 para República Federativa do Brasil, no valor de EUR500 milhões; (ii) emissão de bonds com vencimento em 2016 para Camargo e Corrêa S.A., no valor de US\$250 milhões e (iii) emissão de bonds com vencimento em 2016 para Banco Votorantim S.A., no valor de US\$200 milhões.

Bradesco

Fundado em 1943, o Banco Bradesco S.A. é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do País, conforme informação do Banco Central e está presente em praticamente todos os municípios do Brasil. A atuação do Bradesco é sustentada por uma rede de atendimento com 16.301 pontos convencionais, entre eles, 2.993 agências e 5.533 unidades do Banco Postal. Encerrou o primeiro semestre de 2006 com R\$21,5 bilhões de patrimônio líquido e R\$232,9 bilhões em ativos totais.

Atua no Mercado de Capitais Brasileiro desde 1966, destacando-se como uma das mais importantes instituições intermediárias na coordenação, estruturação e distribuição de operações de *Underwriting* e Operações Estruturadas, além de contar com equipes especializadas em Fusões e Aquisições e *Project Finance*.

No período de janeiro a setembro de 2006, o Bradesco coordenou importantes operações de ações e debêntures. Encerrou esse período com uma participação de mercado de 5,76% de acordo com o Ranking de Originação da ANBID, com um montante de operações que totalizaram R\$1,770 bilhão.

Entre as operações que participamos em 2006, podemos destacar as ofertas públicas de ações da Rossi Residencial S.A., no montante de R\$862,5 milhões e da Abyara Planejamento Imobiliário S.A., no montante de R\$188,0 milhões e as ofertas públicas de debêntures do Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., no montante de R\$250,0 milhões, da Petroflex Indústria e Comércio S.A., no montante de R\$160,0 milhões, da Companhia Piratininga de Força e Luz, no montante de R\$400,0 milhões, da Telemar Norte Leste S.A., no montante de R\$2,2 bilhões, da quinta emissão de debêntures da Brasil Telecom S.A., no montante de R\$1,08 bilhão e da Tam S.A., no montante de R\$500,0 milhões.

A área de Fusões e Aquisições é responsável pela prestação de serviços de assessoria financeira em operações de fusões, aquisições, formação de *joint ventures*, reestruturações societárias e privatizações, tendo registrado 20 operações conforme o Ranking de Fusões e Aquisições da ANBID nos últimos três anos e meio.

O Bradesco possui um sólido *track record* desempenhando o papel de assessor e estruturador financeiro para diversos projetos *greenfield* nas modalidades *Project* e *Corporate Finance*. O time de especialistas possui estreito relacionamento com o BNDES e diversos organismos de fomento. A instituição vem ocupando a liderança como maior agente de repasse do BNDES nos últimos três anos.

Na área de Operações Estruturadas, o Bradesco desenvolve estruturas para segregação de riscos por meio da aquisição ou securitização de créditos, FIDCs e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), bem como operações *taylor made* visando a menor utilização de capital de giro, aumento da liquidez, otimização dos custos financeiro e tributário, adequação a limites técnicos legais/*covenants* financeiros, desmobilização e financiamentos das empresas clientes.

Ocupa atualmente o 2º lugar no Ranking de Originação de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios da ANBID, referente ao período de janeiro a setembro de 2006, com um montante de operações que totalizaram R\$382,0 milhões.

Dentre as operações estruturadas desenvolvidas ao longo de 2006, destacamos os FIDCs Cemig – FIDC Conta CRC, no montante de R\$900,0 milhões, o FIDC CESP III, no montante de R\$650,0 milhões e o *Built to Suit Financing* da Confidere Imobiliária e Incorporadora Ltda., no montante de R\$97,0 milhões.

HSBC

O HSBC Bank Brasil S.A.-Banco Múltiplo faz parte do grupo HSBC, corporação internacional sediada em Londres, na Inglaterra, presente em 76 países e territórios, tendo sido constituído no Brasil em 1997. Em 30 de junho de 2006, o HSBC Bank Brasil S.A.. apresentava ativos de aproximadamente R\$51,3 bilhões e patrimônio líquido de aproximadamente R\$3,7 bilhões.

O HSBC conta com uma carteira composta por aproximadamente 3,9 milhões de clientes pessoa física e 335 mil clientes pessoa jurídica, e possui mais de 1,7 mil agências e postos de atendimento em mais de 560 municípios brasileiros. O HSBC possui uma infra-estrutura de 6 mil caixas automáticos e unidades de autoatendimento e canais de conveniência, tais como o Internet Banking e o Phone Centre do HSBC - Serviços Bancários.

Em 2005 e no período encerrado em 31 de outubro de 2006, o HSBC participou de 13 operações de distribuição pública de debêntures e notas promissórias no mercado local, que totalizaram um montante de aproximadamente R\$5,5 bilhões.

Itaú BBA

O Itaú BBA é o maior banco de atacado do Brasil e caracteriza-se pelo foco no atendimento aos clientes corporativos, com ênfase em crédito e operações estruturadas, atuando, assim, como banco corporativo e banco de investimento.

O Itaú BBA faz parte do grupo Itaú, que possui 95,75% do total de ações e 50% das ações ordinárias de emissão do Itaú BBA, sendo o restante detido por executivos do próprio banco. Em junho de 2006, o Itaú BBA possuía ativos de R\$40,1 bilhões.

De acordo com o *ranking* ANBID de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, o Itaú BBA mantém a liderança nesse mercado há dois anos consecutivos, tendo ocupado o primeiro lugar em 2004 e 2005, com uma participação de mercado de 26,0% e 20,5%, respectivamente. Até setembro de 2006, o Itaú BBA ocupava o segundo lugar do mesmo ranking, com uma participação nesse mercado doméstico de 20,2%.

Em 2005, entre as operações coordenadas pelo Itaú BBA destacam-se as seguintes emissões de debêntures: (i) da Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil, no valor de R\$1,35 bilhão; (ii) da Localiza Rent a Car S.A., no valor de

R\$350 milhões; (iii) da Vicunha Siderurgia S.A., no valor de R\$1,2 bilhão; (iv) da Telesp Celular Participações S.A., no valor de R\$1,0 bilhão; (v) da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no valor de R\$750 milhões; e (vi) do FIDC CESP II, no valor de R\$650 milhões.

Em 2006, entre as operações coordenadas pelo Itaú BBA destacam-se as seguintes emissões de debêntures: (i) da Telemar Norte Leste S.A., no valor R\$2,1 bilhões; (ii) da Itauseg Participações S.A., no valor de R\$1,5 bilhão; (iii) da Vivax S.A., no valor de R\$220 milhões; (iv) da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, no valor de R\$350 milhões; (v) da Brasil Telecom, no valor de R\$1,08 bilhão; (vi) da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. - Autoban, no valor de R\$510 milhões; (vii) da ALL - América Latina Logística - S.A., no valor de R\$700 milhões; (viii) da TAM S.A., no valor de R\$500 milhões; (ix) da Ampla Energia e Serviços S.A., no valor de R\$370 milhões; (x) da Gafisa S.A., no valor de R\$240 milhões; (xi) da Lupatech S.A., no valor de R\$227 milhões; (xii) da Energisa S.A. no valor de R\$350 milhões; e (xiii) do FIDC CESP III, no valor de R\$650 milhões.

Citibank

O Citigroup, do qual o Citibank é parte, é um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, está presente em mais de 100 países e detém 200 milhões de contas de clientes diversificados, combinando recursos globais com forte presença local. O Citigroup possui 300 mil funcionários e ativos totais de US\$1,5 trilhão, distribuídos entre pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições.

O Citigroup Brasil atua no Brasil há mais de 90 anos, com mais de 6 mil funcionários, R\$25,1 bilhões em ativos totais e mais de 300 mil correntistas.

O Citigroup Brasil possui forte atuação no segmento de *corporate and investment banking*, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, *project finance* e empréstimos sindicalizados.

Em 2006, o Citibank participou de diversas emissões de debêntures, totalizando R\$5,4 bilhões distribuídos a investidores. O Citibank participou como coordenador das duas maiores transações de renda fixa já realizadas no Mercado de Capitais Brasileiro, a da Companhia de Bebidas das Américas – AmBev e da Telemar Norte Leste S.A. – Telemar, sendo uma delas a primeira emissão de uma empresa *investment grade* em escala global.

IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, CONSULTORES E AUDITORES

COMPANHIA

Quaisquer outras informações sobre a Companhia, a distribuição das Debêntures e este Prospecto poderão ser obtidas junto à Companhia, no seguinte endereço:

Companhia Vale do Rio Doce
Avenida Graça Aranha 26, 19º andar
20030-900 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Roberto Castello Branco
Telefone: (21) 3814-4540
Fac-símile: (21) 3814-9935
Correio Eletrônico: rio@cverd.com.br
www.cverd.com.br

Para maiores informações sobre os administradores da Companhia, vide *Administração e Conselho Fiscal* deste Prospecto.

CONSULTORES

Coordenadores

Quaisquer outras informações sobre a distribuição das Debêntures e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Coordenador Líder e aos Coordenadores nos seguintes endereços:

Coordenador Líder

Banco Santander Banespa S.A.
Rua Hungria 1400, 7º andar
01455-000 São Paulo, SP
At.: Sr. Ricardo Corradi Leoni
Telefone: (11) 3012-7195
Fac-símile: (11) 3012-7393
Correio Eletrônico: ricardoc@santanderbanespa.com.br
www.santanderbanespa.com.br/prospectos

A pessoa acima indicada é responsável por esclarecer dúvidas relativas ao disposto no inciso III do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM n.º 400/03.

Coordenadores

Banco ABN AMRO Real S.A.
Av. Paulista 1374, 15º andar
01310-916 São Paulo, SP
At.: Sra. Cristiane Valle
Telefone: (11) 3174-5377
Fac-símile: (11) 3174-6809
Correio Eletrônico: cristiane.valle@br.abnamro.com
www.bancoreal.com.br/ofertaspublicas

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Av. Brig. Faria Lima 3064, 13º andar
01451-000 São Paulo, SP
At.: Sr. Allan Libman
Telefone: (11) 3841-6800
Fac-símile: (11) 3841-6912
Correio Eletrônico: allan.libman@credit-suisse.com
<http://br.creditsuisse.com/ofertas>

Banco UBS Pactual S.A.
Praia de Botafogo 501, Torre Corcovado, 5º e 6º andares, parte
22250-040 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Evandro Pereira
Telefone: (11) 3046-2000
Fac-símile: (11) 3046-2000
Correio Eletrônico: evandro.pereira@ubs.com
www.ubs.com/ubspactual

Banco UBS S.A.
Av. Pres. Juscelino Kubitschek 50, 6º andar
04543-000 São Paulo, SP
At.: Sr. Hans Lin
Telefone: (11) 3048-5210
Fac-símile: (11) 3078-7926
Correio Eletrônico: hans.lin@ubs.com
<http://www.ubs-brasil.com.br>

BB Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas 105, 36º andar
20031-923 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sra. Marília de Oliveira Carmo
Telefone: (21) 3808-3556
Fac-símile: (21) 3808-3239
Correio Eletrônico: marilia@bb.com.br
www.bb.com.br

Banco Bradesco S.A.
Avenida Paulista 1450, 3º andar
01310-917 São Paulo, SP
At.: Sr. João Carlos Zani
Telefone: (11) 2178-4800
Fac-símile: (11) 2178-4880
Correio Eletrônico: 4013.zani@bradesco.com.br
www.shopinvest.com.br

Banco BNP Paribas S.A.
Av. Pres. Juscelino Kubitschek 510, 13º andar
04543-906 São Paulo, SP
At.: Sr. Luis R. Berlfein
Telefone: (11) 3841 3419
Fac-símile: (11) 3841 3399
Correio Eletrônico: luis.berlfein@br.bnpparibas.com
www.bnpparibas.com.br

HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo
Av. Brig. Faria Lima 3064, 4º andar
01451-000 São Paulo, SP
At.: Sra. Regina Pinheiro
Telefone: (11) 3847-5482
Fac-símile: (11) 3847-9121
Correio Eletrônico: rpinheiro@hsbc.com.br
www.hsbc.com.br/para-empresa/investimentos/mercado-capitais-domesticos.shtml

Banco Itaú BBA S.A.
Av. Brig. Faria Lima 3400, 4º andar (parte)
04535-132 São Paulo, SP
At.: Sr. Eduardo Prado Santos
Telefone: (11) 3708-8717
Fac-símile: (11) 3708-8107
Correio Eletrônico: epsantos@itaubba.com.br
www.itaubba.com.br

Banco Citibank S.A.
Av. Paulista 1111, 10º andar
01311-100 São Paulo, SP
At.: Sr. Hamilton Agle
Telefone: (11) 4009-3012
Fac-símile: (11) 4009-7558
Correio Eletrônico: hamilton.agle@citigroup.com
www.citibank.com.br

Consultores Legais da Companhia

Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados
Rua Borges Lagoa, 1328
04038-904 São Paulo, SP
At.: Sra. Ana Carolina de Salles Freire
Telefone: (11) 5086-5230
Fac-símile: (11) 5086-5555
Correio Eletrônico: afreire@tozzinifreire.com.br
www.tozzinifreire.com.br

Consultores Legais dos Coordenadores

Pinheiro Guimarães – Advogados
Av. Paulista 1842, 24º andar
03110-923 São Paulo, SP
At.: Sr. Francisco José Pinheiro Guimarães
Sra. Ivie Moura Alves
Telefone: (11) 4501-5000
Fac-símile: (11) 4501-5025
Correio Eletrônico: fjpg@pinheiroguimaraes.com.br
imoura@pinheiroguimaraes.com.br
www.pinheiroguimaraes.com.br

AUDITORES

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Pres. Wilson 231, 22º andar
20030-021 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Marcelo Cavalcanti Almeida
Telefone: (21) 3981-0500
Fac-símile: (21) 3981-0600
Correio Eletrônico: mcavalcanti@deloitte.com
www.deloitte.com.br

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Além da Companhia e dos Coordenadores, quaisquer outras informações complementares sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas junto à CVM (www.cvm.com.br) nos seguintes endereços: (i) Rua Sete de Setembro 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; ou (ii) Rua Cincinato Braga 340, 2º, 3º e 4º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER

As declarações da Companhia e do Coordenador Líder estão descritas nos Anexos E e F deste Prospecto.

PARTE II - INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

[página intencionalmente deixada em branco]

CARACTERÍSTICAS E PRAZOS DA OFERTA

Capital Social

Na data deste Prospecto, a Companhia possuía capital autorizado de 5.400.000.000 ações, sendo 1.800.000.000 ações ordinárias e 3.600.000.000 ações preferenciais de classe A.

Na data deste Prospecto, a Companhia possuía capital social de R\$19.492.400.974,56 representado por 2.459.657.058 ações, sendo 1.499.898.858 ações ordinárias, 959.758.194 ações preferenciais de classe A e 6 ações preferenciais de classe especial (*golden share*). Na data deste Prospecto, a Companhia possuía em tesouraria 28.291.020 ações ordinárias e 15.172.516 ações preferenciais classe A.

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia encontra-se totalmente integralizado.

A tabela a seguir contém informações acerca da titularidade das ações ordinárias e ações preferenciais da Companhia, na data deste Prospecto, por cada pessoa titular de mais de 5% de qualquer classe do capital social da Companhia e por todos os seus conselheiros e diretores considerados como um grupo. Os principais acionistas da Companhia têm o mesmo direito de voto relativo a cada classe de suas ações que os demais detentores de ações daquela classe:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais de Classe A		Ações Preferenciais de Classe Especial		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Valepar	784.294.266	52,3	-	-	-	-	784.294.266	31,9
BNDESPAR	100.578.860	6,7	728.668	0,1	-	-	101.307.528	4,1
Governo Federal	28.356	0,0	30.452.046	3,2	6	100,0	30.480.408	1,2
Ações em Tesouraria	28.291.020	1,9	15.172.516	1,6	-	-	43.463.536	1,8
Conselheiros e Diretores	80.880	0,0	454.745	0,0	-	-	535.625	0,0
Outros	586.625.476	39,1	912.950.219	95,1	-	-	1.499.575.695	61,0
Total	1.499.898.858	100,0	959.758.194	100,0	-	100,0	2.459.657.058	100,0

Autorização

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações (i) da reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 19 de outubro de 2006, cujo extrato da ata foi arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 31 de outubro de 2006 e publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais “DCI – Diário Comércio e Indústria” e “Jornal do Commercio” em 17 de novembro de 2006; e (ii) da reunião de diretoria executiva da Companhia realizada em 8 de dezembro de 2006, cujo extrato da ata será arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 2006 e nos jornais “DCI – Diário Comércio e Indústria” e “Jornal do Commercio” em 11 de dezembro de 2006.

Características da Oferta

Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública (Oferta), sob o regime de garantia firme, com intermediação dos Coordenadores, não existindo reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

Coleta de Intenções de Investimento (*Bookbuilding*)

Foi adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição (Procedimento de *Bookbuilding*):

- da quantidade das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, observado que (i) a primeira série deveria ser composta por, no mínimo, 100.000 Debêntures e, no máximo, 400.000 Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais); (ii) a segunda série deveria ser composta por, no mínimo, 100.000 Debêntures e, no máximo, 400.000 Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais); e (iii) o somatório das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série não poderia exceder R\$5.000.000.000,00, na Data de Emissão, e nem 500.000 Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; e
- da Remuneração da Primeira Série e da Remuneração da Segunda Série, observados os limites estabelecidos na deliberação (h) da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de outubro de 2006.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado pela diretoria executiva da Companhia e será divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM n.º 400/03, bem como foi ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão.

Prazo de Subscrição

Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data da publicação do Anúncio de Início.

Forma de Subscrição

As Debêntures serão subscritas por meio dos procedimentos da CETIP.

Forma e Preço de Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição (Data de Integralização) e em moeda corrente nacional, sendo que:

- as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (Preço de Integralização da Primeira Série); e
- as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (Preço de Integralização da Segunda Série e, em conjunto com o Preço de Integralização da Primeira Série, Preço de Integralização).

Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BovespaFix.

Características das Debêntures

Número da Emissão

As Debêntures representam a sétima emissão pública da Companhia.

Valor Total da Emissão

O valor total da emissão é de R\$5.500.000.000,00 na Data de Emissão, já considerando as Debêntures Suplementares.

Quantidade

Serão emitidas 550.000 Debêntures, já considerando as Debêntures Suplementares, observado o disposto no item “Séries” abaixo.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada foi acrescida em 50.000 Debêntures Suplementares, destinadas a atender excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores no Contrato de Colocação, que foi exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia, sendo todas Debêntures da Segunda Série. O item “Quantidade” já considera as Debêntures Suplementares.

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderia ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 100.000 Debêntures adicionais (Debêntures Adicionais), que poderiam ser emitidas pela Companhia a seu critério, não tendo havido tal emissão.

Valor Nominal

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00, na Data de Emissão (Valor Nominal).

Séries

A emissão será realizada em duas séries, tendo a quantidade de cada série sido definida no Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que:

- a primeira série será composta por 150.000 Debêntures (Debêntures da Primeira Série); e
- a segunda série será composta por 400.000 Debêntures (já considerando as Debêntures Suplementares) (Debêntures da Segunda Série).

A Companhia não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado.

Ressalvadas as referências específicas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às “Debêntures” devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.

Forma

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária, e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta um relatório de posição de ativos, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos; e (ii) para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC; que, igualmente, em ambos os casos, servirão de comprovante de titularidade de Debêntures.

Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei n.º 6.404/76. Tendo em vista que, (i) na data de assinatura da Escritura de Emissão, o capital social da Companhia é de R\$19.492.400.974,56; e (ii) as Debêntures, somadas às debêntures da sexta emissão da Companhia não resgatadas ou canceladas, no valor de R\$3.885.590,56, totalizam R\$5.503.885.590,56; o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76 está atendido.

Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 20 de novembro de 2006 (Data de Emissão).

Prazo e Data de Vencimento

Observado o disposto na Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de quatro anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de novembro de 2010 (Data de Vencimento da Primeira Série); e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de sete anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de novembro de 2013 (Data de Vencimento da Segunda Série e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, Data de Vencimento).

Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal (i) das Debêntures da Primeira Série será pago em uma única parcela na Data de Vencimento da Primeira Série; e (ii) das Debêntures da Segunda Série será pago em uma única parcela na Data de Vencimento da Segunda Série.

Atualização Monetária

O Valor Nominal não será atualizado.

Remuneração

Remuneração da Primeira Série

Sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 101,75%, definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, da variação acumulada Taxa DI, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento (Remuneração da Primeira Série). A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2007 e, o último, na Data de Vencimento da Primeira Série. Farão jus à Remuneração da Primeira Série os titulares das Debêntures da Primeira Série ao final do primeiro dia útil anterior à respectiva data de pagamento.

A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$JR = VN \times [FatorDI - 1]$, onde:

JR = valor da Remuneração da Primeira Série, devida nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal, calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com oito casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{S}{100} \right) \right], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com oito casas decimais com arredondamento:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia “k”; e

$S = 101,75$ aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais, definido no Procedimento de *Bookbuilding*.

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k \times S/100)]$ é considerado com 16 casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k \times S/100)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com oito casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Remuneração da Segunda Série

Sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de 0,25%, definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento (Remuneração da Segunda Série e, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, Remuneração). A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2007 e, o último, na Data de Vencimento da Segunda Série. Farão jus à Remuneração da Segunda Série os titulares das Debêntures da Segunda Série ao final do primeiro dia útil anterior à respectiva data de pagamento.

A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VN \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}, \text{ onde:}$$

J = valor da Remuneração da Segunda Série, devida nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com seis casas decimais sem arredondamento;

VN = Valor Nominal, calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das Taxas DI, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com oito casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)] \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com oito casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com duas casas decimais;

FatorSpread = spread ou sobretaxa de juros fixos, calculada com nove casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

spread = 0,25%, definido no Procedimento de *Bookbuilding*;

N = 252;

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo “n” um número inteiro;

Observações:

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com oito casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com nove casas decimais, com arredondamento.

Indisponibilidade Temporária da Taxa DI

Observado o disposto no item “Substituição da Taxa DI”, se, na data de vencimento de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, não houver apuração e/ou divulgação da Taxa DI, será aplicada à Remuneração da Primeira Série e/ou à Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Companhia e os titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

Substituição da Taxa DI

Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de dez dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a ser realizada no prazo máximo de 20 dias contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início deste item, para deliberar, de comum acordo com a Companhia, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração da Primeira Série e/ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso. Caso titulares das Debêntures da Primeira Série, reunidos em assembléia, representando, no mínimo, 75% das Debêntures da Primeira Série em circulação, e/ou titulares das Debêntures da Segunda Série, reunidos em assembléia, representando, no mínimo, 75% das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, não aprovem o parâmetro proposto pela Companhia, as Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou as Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, deverão ser resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, na sua totalidade, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, devida desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de até 30 dias contados da data de encerramento da(s) assembléia(s) geral(is) de Debenturistas a que se refere este item. O resgate a que se refere este item não será acrescido de prêmio ou penalidade de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou do resgate, conforme o caso, será utilizado

o mesmo percentual da última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, calculada *pro rata temporis*.

Repactuação

Não haverá repactuação programada.

Resgate Antecipado Facultativo

A Companhia:

- não terá a faculdade de resgatar antecipadamente quaisquer das Debêntures da Primeira Série; e
- a partir de 20 de novembro de 2010 (inclusive), terá a faculdade de resgatar antecipadamente a totalidade (e apenas a totalidade) das Debêntures da Segunda Série em circulação (com seu consequente cancelamento), mediante:
- aprovação do conselho de administração da Companhia;
- publicação de aviso nos termos do item “Publicidade”, com antecedência de, no mínimo, 30 dias da data do resgate (Data do Resgate), informando (i) a data da reunião do conselho de administração da Companhia que aprovou o resgate antecipado total; (ii) a Data do Resgate; e (iii) quaisquer outras informações necessárias ao evento; e
- pagamento (i) do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série em circulação, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração da Segunda Série até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) de prêmio calculado de acordo com a seguinte fórmula (Prêmio):

$$P = \frac{d}{D} \times 0,35\% , \text{ onde:}$$

P = Prêmio;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a Data do Resgate e a Data de Vencimento da Segunda Série; e

D = quantidade de dias corridos entre 20 de novembro de 2010 e a Data de Vencimento da Segunda Série.

Aquisição Facultativa

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de

inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2%; e (ii) juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento (Encargos Moratórios).

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impuntualidade no pagamento.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Companhia fará as retenções dos tributos previstos em lei.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão até o primeiro dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Vencimento Antecipado

Sujeito ao disposto abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do terceiro evento abaixo, dos Encargos Moratórios), independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- (i) decretação de falência da Companhia; (ii) pedido de autofalência pela Companhia; (iii) pedido de falência da Companhia formulado por terceiros não elidido pela Companhia no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia;
- transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei n.º 6.404/76;
- não pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal, da Remuneração, do Prêmio ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas respectivas datas de pagamento previstas na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até dez dias úteis contados das datas dos respectivos vencimentos;
- descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, e tal descumprimento não seja sanado no prazo de 60 dias contados da data de recebimento de aviso escrito neste sentido que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;

- caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 10 da Escritura de Emissão provarem-se falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- ocorrência de inadimplemento ou de evento de inadimplemento pela Companhia ou por qualquer Controlada Relevante, que não esteja sanado, de qualquer contrato, instrumento ou documento evidenciando dívida em aberto em valor igual ou superior a R\$125.000.000,00 atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM (ou seu contravalor em outras moedas, conforme calculado pela taxa de conversão de venda aplicável divulgada pelo Banco Central no dia útil anterior), desde que tal inadimplemento ou evento de inadimplemento resulte no efetivo vencimento antecipado da referida dívida;
- redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 174 da Lei n.º 6.404/76, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei n.º 6.404/76; ou
- aprovação de incorporação (somente quando a Companhia for a incorporada), fusão ou cisão da Companhia ou venda, pela Companhia, de todos ou de substancialmente todos os seus ativos ou as suas propriedades de mineração, observado que o disposto neste item não se aplica:
 - conforme previsto no artigo 231 da Lei n.º 6.404/76, às operações de incorporação (somente quando a Companhia for a incorporada), fusão ou cisão da Companhia desde que (i) qualquer uma das operações a que se refere este subitem tenha sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação; ou (ii) tenha sido assegurado aos titulares das Debêntures que o desejarem, durante o prazo mínimo de seis meses contados da data de publicação da(s) ata(s) da(s) assembléia(s) geral(is) relativa(s) à(s) operação(ões), o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso; e
 - às operações de venda, pela Companhia, de todos ou de substancialmente todos os seus ativos ou as suas propriedades de mineração, desde que:
 - tenha sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação; ou
 - tenha sido assegurado aos titulares das Debêntures que o desejarem, durante o prazo mínimo de seis meses contados da data de publicação da(s) ata(s) da(s) assembléia(s) geral(is) relativa(s) à(s) operação(ões), o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso; ou
 - os seguintes requisitos tenham sido cumulativamente satisfeitos: (i) a entidade ou pessoa receptora de todos ou de substancialmente todos os ativos ou propriedades de mineração da Companhia (Sucessora) assuma expressamente o integral e pontual pagamento devido de todas as obrigações relacionadas às Debêntures, assim como o cumprimento de todos os compromissos e obrigações da Companhia relacionados às Debêntures; (ii) imediatamente após a realização de qualquer uma das operações a que se refere este item, não tenha ocorrido e não seja existente qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos neste item sobre eventos de vencimento antecipado; (iii) a Companhia entregue ao Agente Fiduciário uma declaração assinada por dois de seus diretores e uma opinião legal de um escritório de advocacia externo, independente e de reputação, ambas afirmando que a operação (dentre aquelas a que se refere este item) atende às disposições deste item; e (iv) a Sucessora concorde expressamente a indenizar os Debenturistas com relação a qualquer tributo, tarifa, emolumento ou taxa governamental devida no Brasil ou na jurisdição da Sucessora que venha a ser devido com relação a qualquer pagamento relativo às Debêntures em decorrência da operação (dentre aquelas a que se refere este item) e a pagar tais valores adicionais que sejam necessários para assegurar que os valores líquidos recebidos pelos Debenturistas após tais retenções ou deduções sejam

equivalentes aos valores que seriam recebidos pelos Debenturistas caso a operação (dentre aquelas a que se refere este item) não tivesse ocorrido.

Ocorrendo quaisquer dos três primeiros eventos de vencimento antecipado, que deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

Ocorrendo quaisquer dos demais eventos de vencimento antecipado (que não sejam aqueles previstos no parágrafo anterior), que deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.5 e 8.5.1 da Escritura de Emissão, convocar, no prazo máximo de cinco dias úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleias gerais de Debenturistas, a se realizarem no prazo mínimo previsto em lei. Se, nas referidas assembleias gerais de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures da Primeira Série em circulação ou 75% das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, das referidas assembleias gerais de titulares das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, com o seu conseqüente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso (e, no caso do terceiro evento de vencimento antecipado, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, em até três dias úteis contados da data de comunicação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

Publicidade

Exceto o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, o aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM n.º 400/03 e eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados nos jornais “DCI – Diário Comércio e Indústria”, “Jornal do Commercio” e “Gazeta Mercantil”, todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais “DCI – Diário Comércio e Indústria” e “Jornal do Commercio”, sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, na Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, de dez dias úteis contados da data da publicação do aviso. A Companhia poderá alterar os jornais acima por outros jornais de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, nos jornais a serem substituídos.

Assembleias Gerais de Debenturistas

Os titulares de Debêntures da Primeira Série e os titulares de Debêntures da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures da Primeira Série e dos titulares de Debêntures da Segunda Série.

As assembleias gerais de Debenturistas de cada uma das séries poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% das Debêntures da Primeira Série em circulação e 10% das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

As assembleias gerais de Debenturistas de cada uma das séries se instalarão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em circulação ou metade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

A presidência das assembleias gerais de Debenturistas de cada uma das séries caberá aos Debenturistas eleitos pelos titulares das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou àqueles que forem designados pela CVM.

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas de cada uma das séries, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas de cada uma das séries dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

Não estão incluídos no quorum geral previsto acima:

- os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão; e
- as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, 90% das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, conforme disposto no artigo 71, parágrafo 5º, da Lei n.º 6.404/76, (i) dos quoruns previstos na Escritura de Emissão; (ii) da Remuneração, exceto pelo disposto no item “Substituição da Taxa DI”; (iii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (iv) da espécie das Debêntures; (v) da alteração das disposições sobre resgate antecipado facultativo; ou (vi) criação de evento de repactuação.

Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer assembleia geral de Debenturistas, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Companhia, ou a qualquer controladora ou Controlada, direta ou indireta, da Companhia, ou qualquer de seus diretores ou conselheiros; e (ii) do quorum de deliberação em qualquer assembleia geral de Debenturistas, além do disposto no item (i) acima, também serão excluídos os votos em branco.

Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembleias gerais de Debenturistas.

O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembleia geral de acionistas.

Público Alvo

O público alvo da Oferta é composto por investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificados, clientes dos Coordenadores que tenham amplo conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes às Debêntures, bem como acesso aos Prospectos.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de mineração. Os investidores devem ler a seção *Fatores de Risco* deste Prospecto.

Manifestação de Aceitação à Oferta

Os investidores terão a partir da data de publicação do Anúncio de Início para manifestar ao(s) Coordenadores, por meio dos procedimentos da CETIP e do CBLC, conforme o caso.

Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta

Caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM n.º 400/03; e/ou (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM n.º 400/03, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (a) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; e (b) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso dos itens (ii) e (iii) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

Suspensão ou Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM n.º 400, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM n.º 400 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamentos sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se, neste caso, o disposto no item abaixo. Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM n.º 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Companhia, de comum acordo com os Coordenadores, de modificação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Companhia e inerentes à própria Oferta.

Se for deferida a modificação, a Oferta poderá, por iniciativa própria da CVM, ou requerimento da Companhia, ser prorrogada por até 90 dias. A suspensão e a modificação serão divulgadas imediatamente na forma prevista em “Publicação”. Os Coordenadores deverão acautelar-se e certificar-se de que os investidores, ao formalizarem sua adesão à Oferta, com a assinatura do boletim de subscrição, estão cientes de que a Oferta original foi alterada e de que têm conhecimento dos novos termos e condições. Caso a Oferta seja suspensa ou modificada, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

Cancelamento ou Revogação da Oferta

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM n.º 400/03, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM n.º 400/03 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta. Nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM n.º 400/03, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado

pela Companhia, de comum acordo com os Coordenadores, de revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Companhia e inerentes à própria Oferta.

Caso a Oferta seja cancelada ou revogada ou o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e os Coordenadores comunicarão aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se houver, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de três dias úteis contados da data da comunicação do cancelamento da Oferta.

Cronograma Estimado das Etapas da Oferta

Evento	Data de Realização/ Data Prevista (1) (2)
Reunião do conselho de administração da Companhia aprovando a Oferta	19.10.06
Protocolo do pedido de registro na CVM	27.10.06
Publicação do Aviso ao Mercado	17.11.06
Disponibilização do Prospecto Preliminar	17.11.06
Início das apresentações a potenciais investidores	17.11.06
Encerramento das apresentações a potenciais investidores	07.12.06
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	08.12.06
Reunião da Diretoria Executiva da Companhia aprovando o resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	08.12.06
Registro da Oferta na CVM	13.12.06
Publicação do Anúncio de Início e divulgação do resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	14.12.06
Disponibilização do Prospecto Definitivo	14.12.06
Liquidação da Oferta	15.12.06
Publicação do Anúncio de Encerramento	19.12.06

(1) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos.

(2) Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM n.º 400/03, caso o Coordenador Líder, o ABN AMRO, o Credit Suisse e o UBS Pactual eventualmente (i) venham a subscrever Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série por força da garantia prestada nos termos acima; e (ii) tenham interesse em vender tais Debêntures da Primeira Série e/ou tais Debêntures da Segunda Série antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures da Primeira Série e/ou de tais Debêntures da Segunda Série será limitado ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da respectiva venda. A revenda das Debêntures pelo Coordenador Líder, pelo ABN AMRO, pelo Credit Suisse e pelo UBS Pactual, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

CONTRATO DE COLOCAÇÃO

O Contrato de Colocação está disponível para consulta na sede da Companhia, cujo endereço está indicado na seção *Informações sobre Administradores, Consultores e Auditores*.

Coordenadores

Os Coordenadores são o Santander (Coordenador Líder), o ABN AMRO, o Credit Suisse, o UBS Pactual, o UBS, o BB BI, o Bradesco, o BNP Paribas, o HSBC, o Itaú BBA e o Citibank.

Para maiores informações sobre os Coordenadores, vide seção *Breve Descrição dos Coordenadores*.

Regime de Colocação

Observadas as condições previstas no Contrato de Colocação, o Coordenador Líder, o ABN AMRO, o Credit Suisse e o UBS Pactual realizarão, sem solidariedade entre estes, a colocação, em regime de garantia firme, de 500.000 Debêntures, no prazo de até três dias úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, na seguinte proporção (Debêntures Objeto da Garantia Firme):

- Coordenador Líder: 125.000 Debêntures, no valor de R\$1.250.000.000,00 na Data de Emissão, sendo 75.000 Debêntures da Primeira Série e 50.000 Debêntures da Segunda Série;
- ABN AMRO: 125.000 Debêntures, no valor de R\$1.250.000.000,00 na Data de Emissão, sendo 75.000 Debêntures da Primeira Série e 50.000 Debêntures da Segunda Série;
- Credit Suisse: 125.000 Debêntures, no valor de R\$1.250.000.000,00 na Data de Emissão, sendo 75.000 Debêntures da Primeira Série e 50.000 Debêntures da Segunda Série; e
- UBS Pactual: 125.000 Debêntures, no valor de R\$1.250.000.000,00 na Data de Emissão, sendo 75.000 Debêntures da Primeira Série e 50.000 Debêntures da Segunda Série.

Se, até o final do prazo acima descrito, as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série não tiverem sido totalmente colocadas, o Coordenador Líder, o ABN AMRO, o Credit Suisse e o UBS Pactual, sem qualquer solidariedade entre estes, deverão, até o último dia do prazo acima previsto, subscrever e integralizar as respectivas Debêntures Objeto da Garantia Firme que porventura não forem colocadas junto a investidores da seguinte forma:

- a quantidade de Debêntures de cada série a ser subscrita e integralizada pelo Coordenador Líder, pelo ABN AMRO, pelo Credit Suisse e pelo UBS Pactual por força da garantia firme será calculada na proporção das respectivas Debêntures Objeto da Garantia Firme após a dedução dos respectivos Lotes de Sindicalização, observado, no entanto, que (i) cada série deverá ser composta por, no mínimo, 100.000 Debêntures; e (ii) sujeito ao item seguinte, a segunda série não poderá ser composta por mais de 200.000 Debêntures;
- após definida a quantidade de Debêntures de cada série a ser subscrita e integralizada pelo Coordenador Líder, pelo ABN AMRO, pelo Credit Suisse e pelo UBS Pactual por força da garantia firme na forma prevista no item anterior, o Coordenador Líder, o ABN AMRO, o Credit Suisse e o UBS Pactual, em comum acordo com a Companhia, poderão exceder o limite previsto no item (ii) do item anterior;
- as Debêntures Objeto da Garantia Firme serão subscritas e integralizadas pelo Coordenador Líder, pelo ABN AMRO, pelo Credit Suisse e pelo UBS Pactual (a) com relação às Debêntures da Primeira Série, por juros remuneratórios equivalentes a 102,00% da variação acumulada da Taxa DI (passando a ser a Remuneração da Primeira Série); e (b) com relação às Debêntures da Segunda Série, por juros

remuneratórios equivalentes à variação acumulada Taxa DI acrescida da sobretaxa de 0,40% ao ano (passando a ser a Remuneração da Segunda Série).

A garantia firme descrita acima é válida até 30 de dezembro de 2006, devendo ser prorrogada uma única vez, por, no máximo, 30 dias, caso tal prorrogação seja necessária à conclusão da Oferta e caso a Companhia tenha solicitado por escrito.

O Coordenador Líder, o ABN AMRO, o Credit Suisse e o UBS Pactual poderão sindicalizar as Debêntures Objeto da Garantia Firme até os seguintes limites (Lotes de Sindicalização):

- Coordenador Líder: 62.500 Debêntures, sendo 12.500 Debêntures da Primeira Série e 50.000 Debêntures da Segunda Série;
- ABN AMRO: 75.000 Debêntures, sendo 25.000 Debêntures da Primeira Série e 50.000 Debêntures da Segunda Série;
- Credit Suisse: 100.000 Debêntures, sendo 50.000 Debêntures da Primeira Série e 50.000 Debêntures da Segunda Série; e
- UBS Pactual: 62.500 Debêntures, sendo 12.500 Debêntures da Primeira Série e 50.000 Debêntures da Segunda Série.

Na hipótese de inadimplemento de qualquer dos demais Coordenadores (excluindo o Coordenador Líder, o ABN AMRO, o Credit Suisse, o UBS Pactual e o UBS) no exercício de suas respectivas garantias firmes prestadas nos termos dos respectivos contratos de adesão, o Coordenador Líder, o ABN AMRO, o Credit Suisse e o UBS Pactual serão responsáveis pelo exercício das garantias firmes inadimplidas na proporção dos Lotes de Sindicalização.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM n.º 400/03, caso o Coordenador Líder, o ABN AMRO, o Credit Suisse e o UBS Pactual eventualmente (i) venham a subscrever Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série por força da garantia prestada nos termos acima; e (ii) tenham interesse em vender tais Debêntures da Primeira Série e/ou tais Debêntures da Segunda Série antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures da Primeira Série e/ou de tais Debêntures da Segunda Série será limitado ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da respectiva venda. A revenda das Debêntures pelo Coordenador Líder, pelo ABN AMRO, pelo Credit Suisse e pelo UBS Pactual, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Observadas as condições previstas nos respectivos contratos de adesão, o BB BI, o Bradesco, o BNP Paribas, o HSBC, o Itaú BBA e o Citibank, sem solidariedade entre estes, realizarão a colocação, em regime de garantia firme, das Debêntures do Lote de Sindicalização, da seguinte forma:

- BB BI: 62.000 Debêntures da Segunda Série;
- Bradesco: 62.000 Debêntures da Segunda Série;
- BNP Paribas: 17.000 Debêntures da Primeira Série e 38.000 Debêntures da Segunda Série;
- HSBC: 30.000 Debêntures da Primeira Série e 18.000 Debêntures da Segunda Série;
- Itaú BBA: 30.000 Debêntures da Primeira Série e 15.000 Debêntures da Segunda Série; e
- Citibank: 23.000 Debêntures da Primeira Série e 5.000 Debêntures da Segunda Série.

Se, até o final do Prazo de Colocação, as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série não tiverem sido totalmente colocadas, o BB BI, o Bradesco, o BNP Paribas, o HSBC, o Itaú BBA e o Citibank, sem solidariedade entre estes, deverão, até o último dia do Prazo de Colocação, subscrever e integralizar as respectivas Debêntures objeto de sua garantia firme que porventura não forem colocadas junto a investidores da seguinte forma:

- a quantidade de Debêntures de cada série a ser subscrita e integralizada pelo BB BI, pelo Bradesco, pelo BNP Paribas, pelo HSBC, pelo Itaú BBA e pelo Citibank por força da garantia firme será calculada na proporção entre as Debêntures objeto de sua garantia firme e a quantidade total de Debêntures Objeto da Garantia Firme, observado, no entanto, que (i) cada série deverá ser composta por, no mínimo, 100.000 Debêntures; e (ii) sujeito ao item seguinte, a segunda série não poderá ser composta por mais de 200.000 Debêntures;
- após definida a quantidade de Debêntures de cada série a ser subscrita e integralizada pelo Coordenador por força da garantia firme na forma prevista no item anterior, o BB BI, o Bradesco, o BNP Paribas, o HSBC, o Itaú BBA e o Citibank, em comum acordo com os demais Coordenadores e com a Companhia, poderá exceder o limite previsto no item (ii) do item anterior;
- as Debêntures objeto da garantia firme do BB BI, do Bradesco, do BNP Paribas, do HSBC, do Itaú BBA e do Citibank, conforme previstas acima, serão subscritas e integralizadas pelo BB BI, pelo Bradesco, pelo BNP Paribas, pelo HSBC, pelo Itaú BBA e pelo Citibank, conforme o caso e no que for aplicável, (i) com relação às Debêntures da Primeira Série, por juros remuneratórios equivalentes a 102,00% da variação acumulada da Taxa DI (passando a ser a Remuneração da Primeira Série); e (b) com relação às Debêntures da Segunda Série, por juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada Taxa DI acrescida da sobretaxa de 0,40% ao ano (passando a ser a Remuneração da Segunda Série).

A garantia firme descrita acima é válida até 30 de dezembro de 2006, devendo ser prorrogada uma única vez, por, no máximo, 30 dias, caso tal prorrogação seja necessária à conclusão da Oferta e caso a Companhia assim tenha solicitado, por escrito, nos termos do Contrato de Colocação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM n.º 400/03, caso , o BB BI, o Bradesco, o BNP Paribas, o HSBC, o Itaú BBA e o Citibank eventualmente (i) venha a subscrever Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série por força da garantia prestada nos termos acima; e (ii) tenha interesse em vender tais Debêntures da Primeira Série e/ou tais Debêntures da Segunda Série antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures da Primeira Série e/ou de tais Debêntures da Segunda Série será limitado ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da respectiva venda. A revenda das Debêntures pelo BB BI, pelo Bradesco, pelo BNP Paribas, pelo HSBC, pelo Itaú BBA e pelo Citibank, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Custo Estimado da Oferta

A tabela a seguir demonstra o custo estimado da Oferta, calculada com base no valor na Data de Emissão.

Descrição	Valor Total (R\$)	% do Valor Total da Oferta	Valor por Debênture (R\$) (1)	% do Valor por Debênture
Valor Total da Oferta	5.500.000.000,00	100,0000000%	10.000,00	100,0000000%
Custo Total da Oferta	24.028.805,00	0,4368874%	43,69	0,4368874%
Comissões	23.163.065,00	0,4211466%	42,11	0,4211466%
Comissão de Coordenação	2.750.000,00	0,0500000%	5,00	0,0500000%
Comissão de Colocação	5.500.000,00	0,1000000%	10,00	0,1000000%
Prêmio de Garantia Firme	10.000.000,00	0,1818182%	18,18	0,1818182%
Comissão de Sucesso (2)	4.913.065,00	0,0893285%	8,93	0,0893285%
Taxa de Registro na CVM	165.740,00	0,0030135%	0,30	0,0030135%
Despesas Estimadas	700.000,00	0,0127273%	1,27	0,0127273%
Valor Líquido para a Companhia	5.475.971.195,00	99,5631%	9.956,31	99,5631%

(1) O custo da Oferta por Debêntures corresponde ao quociente obtido pela divisão do custo total da Oferta pelo número de Debêntures.

(2) Valor calculado em 11 de dezembro de 2006.

Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez

Não serão celebrados contrato de estabilização de preços ou contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Debêntures.

Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores

Coordenador Líder

Além de atuar como coordenador líder da Oferta e como coordenador do Empréstimo-Ponte, o Coordenador Líder mantém com a Companhia e demais sociedades por ela controladas um extenso relacionamento comercial, compreendendo operações de crédito, tais como financiamentos, linhas de crédito rotativo, operações de crédito vinculadas a comércio exterior e prestação de fiança. O Coordenador Líder também figura como contraparte da Companhia em operações de *swap*, além de prestar serviços bancários em geral, tais como de conta-corrente e *cash management*. O Coordenador Líder foi contratado para prestar serviços de assessoria financeira à Companhia para a aquisição da Inco. A Companhia poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-los, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

ABN AMRO

Além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia e demais sociedades por ela controladas mantêm relacionamento comercial, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, com o ABN AMRO ou com sociedades de seu conglomerado econômico. O ABN AMRO foi contratado para prestar serviços de assessoria financeira à Companhia para a aquisição da Inco. A Companhia poderá, no futuro, contratar o ABN AMRO ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-los, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Credit Suisse

Além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia mantém relacionamento comercial, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, com o Credit Suisse ou com sociedades de seu conglomerado econômico. O Credit Suisse foi contratado para prestar serviços de assessoria financeira à Companhia para a aquisição da Inco. A Companhia poderá, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-los, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

UBS Pactual

Além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia mantém relacionamento comercial, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, com o UBS Pactual ou com sociedades de seu conglomerado econômico. A

Companhia poderá, no futuro, contratar o UBS Pactual ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-los, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

UBS

Além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia mantém relacionamento comercial, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, com o UBS ou com sociedades de seu conglomerado econômico. O UBS foi contratado para prestar serviços de assessoria financeira à Companhia para a aquisição da Inco. A Companhia poderá, no futuro, contratar o UBS ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-los, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

BB BI

Além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia e demais sociedades por ela controladas mantêm relacionamento comercial de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro com o BB BI por meio de seu controlador, o Banco do Brasil S.A., compreendendo operações de crédito, tais como financiamentos, linhas de crédito rotativo, operações de crédito vinculadas a comércio exterior e prestação de fiança, além de figurar como contraparte da Companhia em operações de *swap* e como prestador de serviços bancários em geral, tais como de conta-corrente e *cash management*. A Companhia poderá, no futuro, contratar o BB BI ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Bradesco

Além do relacionamento referente à Oferta, o relacionamento entre a Companhia e o Bradesco concentra-se na prestação de serviços bancários em geral, tais como mecanismos de recebimento da Companhia, pagamentos a fornecedores e folha de pagamento, pagamentos de tributos, operações de crédito, aplicações financeiras, participação em seguros diversos (saúde, vida, risco operacional, civil, engenharia, marítimo e outros) e serviço de custódia dos acionistas.

BNP Paribas

Além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia mantém relacionamento comercial, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, com o BNP Paribas ou com sociedades de seu conglomerado econômico. O BNP Paribas foi contratado para prestar serviços de assessoria financeira à Companhia para a aquisição da Inco. A Companhia poderá, no futuro, contratar o BNP Paribas ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

HSBC

Além do relacionamento referente à Oferta e de atuar como *senior mandated lead arranger* no Empréstimo-Ponte, o HSBC mantém extenso relacionamento comercial com a Companhia e demais empresas participantes do mesmo conglomerado econômico via prestação de serviços bancários em geral, tais como conta corrente, aplicações financeiras, financiamentos ao comércio internacional, câmbio pronto, derivativos, folha de pagamentos, dentre outros, incluindo operações do mercado de capitais internacional. A Companhia poderá, no futuro, contratar o HSBC ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-los na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Itaú BBA

Além do relacionamento referente à Oferta, o Itaú BBA mantém relacionamento comercial com a Companhia, mediante a prestação de serviços de banco de investimento e comercial, atuando em operações de financiamentos em geral, inclusive financiamentos de exportação, com linhas de pré-pagamento de longo prazo e curto prazo, empréstimos de capital de giro de longo prazo, garantias internacionais e fianças bancárias, assim como em operações de derivativos e fechamento de câmbio. Além disso, a Companhia tem aplicações em Time Deposit do Itaú BBA Nassau Branch e utiliza o cash management do Itaú BBA para serviços de pagamento e cobrança customizadas para seus clientes do setor siderúrgico.

Citibank

Além do relacionamento referente à Oferta, o Citibank mantém relações comerciais com a Companhia, incluindo operações de crédito, assessoria econômico-financeira, operações de tesouraria e investimentos. O Citibank também é provedor de serviços bancários para a Companhia.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos obtidos pela Companhia com a Oferta serão utilizados para amortizar parcialmente os valores devidos pela Companhia no âmbito do Empréstimo-Ponte, obtido pela Companhia em 25 de outubro de 2006 para a aquisição do controle acionário da Inco.

Segue abaixo o quadro estimado das fontes e usos dos recursos obtidos com a Oferta:

Fontes	Total (R\$)	%
Coordenador Líder	625.000.000,00	11,37
ABN AMRO	500.000.000,00	9,09
Credit Suisse	250.000.000,00	4,54
UBS Pactual	625.000.000,00	11,37
BB BI	620.000.000,00	11,27
Bradesco	620.000.000,00	11,27
BNP Paribas	550.000.000,00	10,00
HSBC	480.000.000,00	8,73
Itaú BBA	450.000.000,00	8,18
Citibank	280.000.000,00	5,09
Debêntures Suplementares (Melhores Esforços de Colocação)	500.000.000,00	9,09
Total	5.500.000.000,00	100,00

Usos	Valor (R\$)	%
Empréstimo-Ponte	5.500.000.000,00	100,00
Total	5.500.000.000,00	100,00

O Empréstimo-Ponte foi celebrado no valor de até R\$18 bilhões, com vencimento no prazo de dois anos, e com taxas de juros que variam de acordo com as datas de pagamento e o *rating* da Companhia, conforme segue:

Rating	Ano	LIBOR + Spread (%)
A-/A3 ou superior	Primeiro Ano	0,35
BBB-/Baa3 ou superior, porém inferior a A-/A3		0,40
Inferior a BBB-/Baa3		0,80
A-/A3 ou superior	Segundo Ano	0,50
BBB-/Baa3 ou superior, porém inferior a A-/A3		0,60
Inferior a BBB-/Baa3		1,00

A Companhia refinanciará os recursos obtidos no âmbito do Empréstimo-Ponte, para a aquisição da Inco, por meio de vários instrumentos financeiros de longo prazo, incluindo, entre outros, o mercado internacional de capitais, o mercado de empréstimos sindicalizados, por meio de bancos comerciais, e o mercado local, por meio da Oferta.

A Oferta resultou na captação de recursos em montante superior àquele representado pela quantidade de Debêntures inicialmente ofertadas, tendo sido exercida a opção de emissão de 50.000 Debêntures Suplementares.

Considerando que houve captação de recursos adicionais por meio das Debêntures Suplementares, os mesmos serão também destinados ao refinanciamento do Empréstimo-Ponte celebrado pela CVRD para a aquisição da Inco.

FATORES DE RISCO

Riscos Relacionados à Companhia

Devido à dependência da Companhia da indústria siderúrgica global, oscilações na demanda de aço podem afetar adversamente as atividades da Companhia.

Os preços e volumes de vendas no Mercado Transoceânico de minério de ferro dependem do nível da demanda existente e esperada de minério de ferro gerada pela indústria mundial de aço. A indústria mundial de aço é cíclica. Uma série de fatores, sendo o mais importante deles o nível existente de demanda mundial por produtos siderúrgicos, influencia a indústria global de aço. Durante períodos de estagnação ou de declínio do crescimento econômico regional ou global, a demanda por produtos siderúrgicos geralmente se retrai, o que normalmente ocasiona reduções correspondentes na demanda por minério de ferro.

Impulsionado principalmente pela forte demanda dos fabricantes chineses de aço, junto com uma expansão modesta em outros mercados, o Mercado Transoceânico de minério de ferro registrou alta demanda e crescimento nos preços de minério de ferro e Pelotas em 2005. Em 2006, houve nova elevação do preço de minério de ferro ocasionada pelo desequilíbrio entre demanda e oferta global, determinado pela significativa expansão da demanda que, na primeira metade desta década se deu à taxa média anual de 11%, entretanto, houve redução dos preços de pelotas de alto forno e de redução direta. A CVRD não pode prever por quanto tempo essa demanda permanecerá nos níveis atuais e tampouco o direcionamento de preços futuros. Reduções prolongadas nos preços dos contratos mundiais ou no volume de vendas de minério de ferro podem ter efeitos adversos significativos em suas receitas.

A indústria de mineração é altamente competitiva e a Companhia pode encontrar dificuldades para concorrer eficazmente com outras companhias mineradoras no futuro.

A indústria mundial de minério de ferro é caracterizada pela competição intensa. A CVRD compete com grandes companhias mineradoras. Algumas de suas concorrentes possuem importantes jazidas de minério de ferro localizadas próximas aos seus principais clientes asiáticos e europeus. A competição entre produtores de minério de ferro pode levar a CVRD a perder mercado e receitas. Suas atividades de alumínio, Manganês, Concentrado de Cobre e outras, também estão sujeitas a intensa competição e a riscos similares.

A demanda por minério de ferro e Pelotas em períodos de pico pode ultrapassar a capacidade produtiva da Companhia, tornando-a incapaz de atender a demanda dos seus clientes.

A capacidade da CVRD de aumentar rapidamente a sua capacidade produtiva para satisfazer aumentos na demanda por minério de ferro é limitada. Em períodos em que a demanda dos clientes excede sua capacidade de produção, a CVRD geralmente atende o excesso de demanda dos clientes revendendo minério de ferro e Pelotas comprados das *Joint Ventures* ou de terceiros. Caso a Companhia seja incapaz de atender a demanda de seus clientes, mesmo adquirindo minério de ferro das *Joint Ventures* ou de terceiros, poderá perder vendas e clientes, com conseqüente redução da sua receita. Da mesma forma, uma vez que o aumento da capacidade de produção de minério de ferro exige muito tempo, a CVRD pode não conseguir completar os projetos de expansão da capacidade produtiva de minério de ferro em tempo hábil e beneficiar-se da alta demanda por minério de ferro. Além disso, a operação na capacidade máxima ou acima poderá expor a CVRD a custos mais altos, incluindo taxas por atraso (*demurrage*) devido a limitações da capacidade em suas minas, ferrovias e portos.

Desenvolvimentos econômicos adversos nos mercados principais da Companhia, especialmente a China, poderiam reduzir a demanda por seus produtos, levando a uma diminuição de receitas e lucratividade.

A economia mundial é o principal impulsionador da demanda pelo Mercado Transoceânico de minério de ferro e Pelotas. Nos últimos anos, a China tem sido a principal responsável pelo aumento das vendas da CVRD. Em 2005, 21% de sua receita bruta de minério de ferro e Pelotas foi atribuída a clientes na China, que foram responsáveis por 15% de sua receita operacional bruta consolidada. Durante o mesmo período, 15% de sua receita bruta consolidada foi atribuída a clientes de países asiáticos além da China e 27% resultantes de vendas a clientes europeus. Até 30 de

setembro de 2006, 27% de sua receita bruta de minério de ferro e Pelotas foi atribuída a clientes na China, que foram responsáveis por 18% de sua receita operacional bruta consolidada. Durante o mesmo período, 16% de sua receita bruta consolidada foi atribuída a clientes de países asiáticos além da China e 26% resultantes de vendas a clientes europeus, 21% ao mercado brasileiro, 19% de vendas às Américas, excluindo o Brasil, e ao resto do mundo. Uma economia global debilitada ou em mercados específicos onde a Companhia vende seus produtos, como a China, poderia reduzir a demanda, resultando na queda de receita e rentabilidade.

O alumínio, o Cobre e o Níquel são comercializados ativamente em bolsas de mercadorias mundiais e seus preços estão sujeitos a flutuações significativas.

O alumínio, o Cobre e o Níquel são comercializados em um mercado mundial ativo em bolsas de mercadorias, como a LME e a New York Mercantile Exchanges (NYMEX). Os preços desses metais estão sujeitos a grandes flutuações e são influenciados por muitos fatores, como condições econômicas e políticas globais atuais e esperadas, níveis de oferta e procura, disponibilidade e custo de substitutos, níveis de estoque mantidos por produtores e bolsas, investimentos por fundos de *commodities* e outros, e ações de participantes nos mercados de *commodities*. Os preços desses metais são mais voláteis que os do minério de ferro e Pelotas, pois respondem mais rapidamente às mudanças reais e esperadas nas condições de mercado.

Uma redução de demanda global por aço e/ou produtos agrícolas poderia reduzir a demanda pelos serviços de logística da Companhia.

Os setores de agricultura e aço atualmente são os principais impulsionadores da demanda por serviços de logística para clientes. Em 2005, aproximadamente 78,6% da receita de logística da CVRD foi atribuída a estes mercados. Até 30 de setembro de 2006, aproximadamente 79,7% da receita de logística da CVRD foi atribuída a estes mercados. Uma redução na demanda mundial por aço e/ou produtos agrícolas brasileiros poderia reduzir a demanda por serviços de logística e prejudicar a rentabilidade de seus negócios de logística.

As estimativas de Reservas da Companhia podem ser significativamente diferentes das quantidades de minério que ela pode realmente recuperar, suas estimativas de vida útil das minas podem se mostrar inadequadas e as flutuações dos preços de mercado e as alterações nos custos operacionais e de capital podem tornar certas Reservas de minério ou depósitos minerais economicamente inviáveis para exploração.

As Reservas de minério e depósitos minerais reportados da CVRD são quantidades estimadas de minério e minerais, os quais têm o potencial a ser economicamente minerados e processados para extração de seu conteúdo mineral. Há inúmeras incertezas inerentes à estimativa das quantidades de Reservas e em projeção de taxas potenciais futuras de produção mineral, incluindo diversos fatores que vão além do controle da Companhia. A medição de Reserva é um processo subjetivo de estimativa de depósitos subterrâneos de minerais que não podem ser medidos de maneira exata e a precisão de qualquer estimativa de Reserva resulta da qualidade dos dados disponíveis e da interpretação e do julgamento geológico e de engenharia. Estimativas de diferentes engenheiros podem variar e os resultados da mineração e produção da Companhia subsequentes à data de uma estimativa podem levar a revisão dessas estimativas. As estimativas de Reservas e de vida útil da mina podem requerer revisão com base na produção real e em outros fatores. Por exemplo, oscilações nos preços de mercado de minérios e metais, taxas de recuperação reduzidas ou custos de produção crescentes devido à inflação ou a outros fatores podem tornar as Reservas Provadas e as Reservas Prováveis com teores mais baixos de minério economicamente inexploráveis e podem resultar em ajuste das Reservas.

Talvez a Companhia não possa renovar suas Reservas, o que poderia afetar adversamente suas perspectivas de exploração.

A atuação da Companhia em exploração mineral, que é de natureza altamente especulativa, envolve muitos riscos e frequentemente não traz os resultados esperados. Seus programas de exploração, que envolvem significativos investimentos de capital, podem não resultar na expansão ou na substituição de Reservas esgotadas pela produção corrente. Se a Companhia não desenvolver novas Reservas, não será capaz de sustentar o nível atual de produção além da vida útil remanescente das minas hoje existentes.

Mesmo que a Companhia descubra depósitos minerais, permanecerá sujeita aos riscos de perfuração e produção, o que pode afetar adversamente o processo de mineração.

A partir do momento em que Reservas Minerais são descobertas, pode-se levar anos desde a fase inicial de perfurações até que a produção seja possível, período no qual a viabilidade econômica da produção pode mudar. São necessários gastos substanciais e tempo para:

- estabelecer Reservas através das perfurações;
- determinar processos metalúrgicos apropriados para otimizar a recuperação de metais contidos no minério;
- obter licenças ambientais e demais licenças;
- construir instalações de processamento de mineração e infra-estrutura necessárias para novos projetos; e
- obter o minério ou extrair seus metais.

Se um projeto provar não ser economicamente viável no momento em que a Companhia estiver apta a explorá-lo, poderá incorrer em baixas contábeis (*write-off*). Além disso, mudanças ou complicações envolvendo processos metalúrgicos ou outros processos tecnológicos que surjam durante a vida do projeto podem causar aumento nos custos e tornar o projeto economicamente inviável.

A CVRD poderá se deparar com atrasos, custos acima do esperado, dificuldades em obter licenças ambientais e outros obstáculos durante a implementação dos projetos de investimento da Companhia.

A CVRD está investindo intensamente para aumentar sua capacidade de produção e de logística e para ampliar o escopo dos minerais que produz. Seus projetos de expansão e mineração estão sujeitos a diversos riscos os quais podem prejudicá-los, tais como:

- atrasos ou custos acima do esperado para obter o equipamento ou serviços necessários e construir e operar seus projetos;
- possível falha, atraso ou custos acima do esperado na obtenção de licenças ambientais necessárias para desenvolver seus projetos;
- alteração na legislação aplicável ao setor de mineração, que seja desfavorável à exploração da atividade de mineração;
- mudanças nas condições de mercado podem tornar seus projetos menos rentáveis do que o previsto no momento em que a Companhia inicia o trabalho no projeto; e
- condições adversas de mineração podem atrasar e atrapalhar sua capacidade de produzir as quantidades esperadas de minerais.

Caso a Companhia não consiga gerenciar tais riscos com sucesso, seu potencial de crescimento e lucratividade podem ser comprometidos.

A Companhia se depara com crescentes custos de extração na medida em que as jazidas se exaurem.

Reservas se esgotam gradativamente no curso normal de uma dada operação de mineração. Na medida em que a exploração progride, as distâncias para o britador primário e os depósitos de estéril se tornam maiores e as cavas mais íngremes. Conseqüentemente, ao longo do tempo, a Companhia tem se deparado com crescentes custos unitários de extração para cada mina. Várias de suas minas já operam há muito tempo e, provavelmente, a Companhia enfrentará altos custos unitários nessas operações.

Aumentos nos custos de combustíveis podem afetar negativamente as atividades da Companhia.

As operações da Companhia dependem, em parte, de óleo e gás, que representaram 11% e 12% dos custos das mercadorias por ela vendidas em 2005 e até 30 de setembro de 2006 respectivamente. Os custos com combustível são o componente principal do total de custos com logística e de produção de Pelotas e afetam indiretamente diversas áreas de negócio, como mineração e produtos relacionados ao alumínio. Um aumento nos preços de óleo e gás pode afetar adversamente as margens de lucro nas áreas de logística, de Pelotas, de mineração e negócios ligados ao alumínio.

A CVRD encontra-se envolvida em processos de antitruste que podem resultar em desinvestimentos, multas ou outras restrições que poderiam prejudicar seus negócios.

Atualmente, a CVRD encontra-se envolvida em oito processos perante o CADE, que é o principal órgão regulador de antitruste brasileiro. Seis destes processos envolvem a análise de aquisições já ocorridas ou operações com *Joint Ventures* e abrangem quase todas as aquisições e *Joint Ventures* da CVRD. Os outros dois processos referem-se à acusação de prática de infração à ordem econômica em seus negócios com logística. Embora a CVRD esteja se defendendo vigorosamente nesses processos, não pode prever os seus resultados. Se o CADE julgar que a CVRD praticou infração à ordem econômica, ele poderá impor o término da prática da conduta considerada irregular e/ou pagamento de multas elevadas.

O CADE recentemente apresentou a decisão referente à sua análise pós-transação das aquisições realizadas pela CVRD da Socoimex, Samitri, Ferteco, Belém e CAEMI e o acordo para o descruzamento das participações recíprocas entre a CVRD e a CSN. Em 10 de agosto de 2005, o CADE emitiu uma decisão aprovando estas aquisições, mediante certas condições. De acordo com as condições colocadas na decisão do CADE, a CVRD deve (i) ceder completamente seus direitos de preferência relacionados ao minério de ferro da mina Casa de Pedra e reestruturar sua participação acionária na MRS ou (ii) vender seus ativos que foram anteriormente pertencentes à Ferteco, uma empresa que a CVRD adquiriu em 2001 e que consolidou em agosto de 2003. Para maiores informações, vide *Atividades da Companhia – Pendências Judiciais e Administrativas* deste Prospecto. Tal decisão é atualmente objeto de processo judicial e seus efeitos encontram-se suspensos até novo julgamento. Se a CVRD tiver que implementar os passos determinados na decisão do CADE, suas operações em minério de ferro e logística podem ser prejudicadas.

O principal acionista da Companhia pode ter influência significativa sobre ela.

Em 30 de setembro de 2006, a Valepar era titular de 53,3% das ações ordinárias em circulação de emissão da Companhia e de 32,5% do total de ações de emissão da Companhia em circulação. Como resultado de sua participação acionária, a Valepar pode determinar o resultado de qualquer decisão que dependa de aprovação dos acionistas, exceto pela indicação dos conselheiros e membros do conselho fiscal da Companhia. Ainda, em 30 de setembro de 2006, o Governo Federal era titular de seis ações preferenciais de classe especial da Companhia (*golden share*) que lhe dão o direito de veto sobre certas decisões. Para obter uma descrição sobre a composição acionária da Companhia e o direito de veto do Governo Federal, vide *Capital Social e Principais Acionistas da Companhia e Operações com Partes Relacionadas*.

Muitas das operações da Companhia dependem de Joint Ventures e podem ser afetadas adversamente caso seus sócios nessas Joint Ventures não cumpram seus compromissos.

Atualmente a Companhia opera partes importantes de seus negócios de pelletização, energia elétrica, alumínio, Bauxita e siderurgia através de *Joint Ventures* com outras companhias. Suas previsões e planos para estas *Joint Ventures* a levam a crer que seus respectivos sócios cumprirão suas obrigações de contribuir com o capital, compra de produtos e, em alguns casos, fornecer talento gerencial. Se algum dos sócios da Companhia não cumprir seus compromissos, a *Joint Venture* correspondente pode não ser capaz de operar de acordo com seus planos de negócios ou talvez a Companhia tenha que aumentar o nível de seus investimentos para atender tais planos. Para obter mais informações sobre as *Joint Ventures* da Companhia, vide *Atividades da Companhia – Segmentos de Negócios* deste Prospecto.

A estratégia de gerenciamento de risco da CVRD pode não ser eficaz.

A CVRD encontra-se exposta a riscos de mercado tradicionais, tais como flutuações de taxas de juros, taxas de câmbio e preços de *commodities*. Para se proteger parcialmente da volatilidade do mercado, o Conselho de Administração da CVRD aprovou a política de gerenciamento de risco, em dezembro de 2005. A estratégia de proteção da CVRD pode não ser bem-sucedida em minimizar a exposição do seu fluxo de caixa a estas flutuações e a Companhia pode não conseguir identificar correlações entre os diversos riscos de mercado aos quais está exposta. Além disso, o fato da Companhia realizar operações de *hedge* de preços de *commodities* para parte de sua produção, pode limitar os benefícios futuros que a Companhia teria caso os preços das *commodities* aumentassem.

A falha em manter controle interno eficaz sobre o relatório contábil pode prejudicar a confiança do investidor na integridade das informações contábeis da Companhia, o que poderia ter um impacto adverso sobre o preço de negociação de seus títulos.

Nos termos da legislação americana, uma vez que a Companhia tem ADRs negociados na NYSE, é obrigada a apresentar um relatório preparado pela administração sobre controle interno dos relatórios contábeis. Tal relatório deve conter, dentre outros assuntos, uma avaliação da eficácia do controle interno da Companhia sobre o relatório contábil a partir do fim do exercício, incluindo uma declaração que revele se o controle interno sobre o relatório contábil é ou não eficaz. Esta avaliação deve incluir a divulgação de quaisquer deficiências relevantes no controle interno da Companhia sobre o relatório contábil identificadas pela administração. Esse relatório também deve conter uma declaração que certifique que os auditores da Companhia emitiram um relatório de validação sobre a avaliação da administração acerca de tais controles internos.

Caso a CVRD identifique deficiências relevantes em seu controle interno sobre o relatório contábil, não sendo capaz de corrigi-los em tempo hábil, sua administração pode não ser capaz de concluir em seu relatório que o controle interno da CVRD sobre o relatório contábil é eficaz, o que poderia afetar a confiança do investidor sobre a integridade de seu relatório contábil, implicando em uma diminuição no preço de negociação de seus títulos ou limitando sua capacidade de acessar os mercados de capital.

A Companhia pode não ter cobertura adequada de seguros para alguns riscos da atividade os quais podem trazer consequências econômicas prejudiciais.

As atividades da Companhia estão geralmente sujeitas a uma série de riscos e danos, incluindo:

- acidentes industriais;
- acidentes ferroviários;
- reclamações trabalhistas;
- desabamentos;
- danos ambientais;
- interrupções no fornecimento de energia;
- falhas em equipamentos ou embarcações; e
- severas condições climáticas e outros fenômenos naturais.

Estes eventos podem causar danos ou destruições de propriedades minerais, instalações produtivas, instalações de transportes, equipamentos ou embarcações. Tais eventos podem também resultar em danos pessoais ou morte, danos ambientais, desperdício de recursos ou produtos intermediários, atrasos ou interrupções nas atividades de mineração, produção ou transporte, perdas monetárias e possíveis passivos legais. O seguro que a Companhia mantém contra

riscos que são típicos em sua atividade pode não oferecer uma cobertura adequada. Os seguros contra alguns riscos (incluindo responsabilidades por certos danos ou poluição ambiental ou interrupção de certas atividades) podem não estar disponíveis a um custo razoável ou mesmo não existirem. Conseqüentemente, acidentes ou outros fatos negativos podem causar um efeito material adverso nas operações da Companhia.

Caso a Companhia não seja capaz de administrar com sucesso os riscos à saúde e segurança, aos quais suas atividades expõem seus funcionários, os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia opera em regiões onde as doenças tropicais prevalecem e desenvolve uma operação potencial de mineração de Carvão em Moçambique, onde a AIDS, a malária e outras doenças contagiosas endêmicas constituem uma questão de saúde e preocupação pública. Se a Companhia não for capaz de proteger adequadamente seus funcionários destas doenças ou não for capaz de assegurar a saúde e segurança de seus funcionários, os negócios da Companhia podem ser afetados adversamente.

A CVRD pode deparar-se com a deficiência em seu fornecimento de equipamentos de mineração devido ao aumento do consumo por empresas mineradoras que excedam a capacidade dos fornecedores.

Embora os fabricantes de equipamentos de mineração e perfuração tenham aumentado suas capacidades nos últimos dois anos, tais aumentos não foram suficientes para compensar o aumento significativo na demanda por equipamento de mineração. As previsões do aumento do tempo de execução na entrega podem resultar em custos mais altos e atrasos na produção.

Particularmente, desde o início de 2004, o setor global de mineração passou por carência de pneus para caminhão fora de estrada. Há apenas cinco fabricantes de pneus radiais no mundo e cada um deles está trabalhando com capacidade total. Apesar dos três maiores fornecedores terem anunciado mais de US\$300 milhões em investimentos para aumentar a capacidade nos próximos três anos, estes aumentos não devem reduzir significativamente o risco de nova escassez antes do final de 2007. Em atenção a esta escassez, os participantes do setor de mineração estão estudando alternativas, como os pneus diagonais (de lonas cruzadas), que apresentam taxas mais baixas de performance comparadas aos pneus radiais. Se a CVRD não conseguir garantir o suprimento de pneus para caminhão fora de estrada ou de pneus alternativos em número suficiente para manter suas operações, poderá sofrer reduções temporárias em sua capacidade produtiva.

Ações de grupos de protesto, incluindo comunidades indígenas localizadas próximas aos locais das atividades de mineração da Companhia, podem dificultar suas operações com mineração e logística.

Ações de grupos de protesto, incluindo comunidades indígenas localizadas nas proximidades das áreas de operação da Companhia, podem interromper as operações da CVRD com o intuito de persuadir a Companhia a continuar aumentando o nível de apoio que oferece a tais comunidades. Além disso, os manifestantes de tais comunidades podem tomar medidas para atrapalhar as operações de algumas das ferrovias da Companhia, em um esforço para influenciar que outros órgãos governamentais locais ou prefeituras respondam às suas reivindicações. Possíveis ações de protesto para atrapalhar as operações da Companhia podem ter um impacto adverso nos resultados de suas operações.

Neste sentido, no primeiro trimestre de 2006, manifestantes bloquearam a ferrovia de Carajás em três ocasiões. Estes bloqueios tiveram um impacto negativo nos embarques de minério de ferro da Companhia, causando uma redução de aproximadamente um milhão de toneladas. Em outubro de 2006, membros de uma comunidade indígena invadiram as instalações e paralisaram, por dois dias, as atividades da CVRD em Carajás. Em todos os casos, imediatamente, a Companhia tomou todas as medidas legais necessárias para a retirada destes manifestantes. Ainda que a CVRD se defenda vigorosamente contra tais ações e continue a dar apoio às comunidades que vivem na vizinhança da ferrovia de Carajás, futuros esforços de manifestantes para atrapalhar suas operações logísticas podem causar reações negativas em suas atividades.

Riscos relacionados ao Brasil

Historicamente, o Governo Federal exerceu e vem exercendo forte influência sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras têm impacto direto nas atividades da Companhia e no valor de mercado de seus títulos.

O Governo Federal frequentemente intervém na economia brasileira e, ocasionalmente, faz mudanças significativas na política, como ocorre continuamente nas economias emergentes. No passado, as ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram controles de salários e preços, desvalorizações da moeda, controles de capital e limites às importações, dentre outras medidas. Os negócios da Companhia, sua condição financeira e os resultados de suas operações podem ser adversamente afetados por fatores no Brasil, que incluem:

- volatilidade da moeda;
- aceleração da inflação;
- política monetária e aumentos nas taxas de juros;
- política fiscal e mudanças tributárias;
- política de comércio internacional, incluindo barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias;
- controles do câmbio;
- racionamento de energia; e
- outros desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afete.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do Governo Federal, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais doméstico, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia.

A instabilidade política pode prejudicar os resultados operacionais e o preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado, as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço dos valores mobiliários de companhias listadas para negociação em bolsa de valores.

Nos últimos meses, políticos brasileiros têm sido acusados de condutas antiéticas ou ilegais. Essas acusações, atualmente investigadas pelo Congresso Nacional, incluem financiamento de campanhas e violações nas práticas eleitorais, influência de autoridades do Governo em troca de apoio político e outras acusações de suposta corrupção. Diversos membros do partido do atual presidente do Brasil e do Governo Federal, incluindo o presidente do partido do presidente do País, renunciaram. A Companhia não pode prever quais serão os efeitos dessas acusações e investigações nas condições políticas e econômicas brasileiras ou no mercado de valores mobiliários brasileiros.

Inflação e medidas do Governo Federal para inibi-la podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade no mercado brasileiro de capitais o que, conseqüentemente, pode afetar adversamente o valor de mercado dos títulos da Companhia.

O Brasil experienciou, no passado, taxas de inflação extremamente altas e taxas anuais que chegaram a 2.567% em 1993, conforme o IGP-M. Mais recentemente, as taxas de inflação no Brasil foram de 25,3% em 2002, 8,7% em 2003, 12,4% em 2004, 1,2% em 2005 e 2,3% no período acumulado de nove meses encerrado em 30 de setembro de

2006, conforme o IGP-M. A inflação, as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre os possíveis atos futuros geraram efeitos adversos sobre a economia brasileira no passado, e têm contribuído para a incerteza econômica no Brasil e para elevar a volatilidade nos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários. Se o Brasil apresentar alta inflação no futuro, os custos da Companhia poderão subir, suas margens operacional e líquida poderão diminuir e, se a confiança do investidor diminuir, o valor de mercado de seus títulos poderá cair. As pressões inflacionárias podem restringir a capacidade da Companhia de acessar os mercados financeiros globais e podem levar a uma intervenção do Governo Federal na economia, o que poderia envolver a introdução de políticas governamentais que afetariam adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo.

Flutuações do valor do Real frente ao Dólar podem resultar em incertezas na economia brasileira e no mercado brasileiro de capitais, podendo causar um efeito adverso sobre o lucro líquido e fluxo de caixa da Companhia.

Historicamente, o Real sofreu freqüentes desvalorizações. No passado, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações durante as quais a freqüência dos ajustes variava de diária a mensal, sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e mercados de câmbio paralelo. Embora em longos períodos a depreciação do Real geralmente tenha correlação com o diferencial entre a taxa de inflação no Brasil em comparação com a taxa de inflação nos Estados Unidos da América, a depreciação em períodos mais curtos tem resultado em flutuações significativas nas taxas de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas estrangeiras.

O Real valorizou-se em 11,8% em relação ao Dólar em 2005, e valorizou-se em aproximadamente 7% durante os primeiros nove meses de 2006. A taxa de câmbio entre o Real e o Dólar pode continuar a flutuar e pode subir ou cair substancialmente em relação aos níveis atuais.

A desvalorização do Real frente ao Dólar pode resultar no registro de significativas perdas cambiais e monetárias com relação à dívida em Dólar, ao passo que a valorização do Real geralmente conduz ao efeito oposto. Os ganhos ou perdas cambiais e monetárias podem ser significativos, o que pode fazer com que haja volatilidade nos lucros de um período quando comparado com o próximo. As flutuações de taxa de câmbio também têm um enorme impacto sobre as receitas e custos da Companhia, pois a maioria das receitas está vinculada ao Dólar e a maioria dos custos ao Real. Como resultado, a valorização do Real em relação ao Dólar resulta, geralmente, em receitas menores e custos mais altos, o que pode afetar a rentabilidade operacional da CVRD. As flutuações da taxa de câmbio também influenciam a economia brasileira e as taxas de inflação, que podem levar o Governo Federal a adotar políticas com impacto adverso nas atividades da Companhia.

Acesso e custo da captação de recursos para companhias brasileiras em mercados internacionais de capital são influenciados pela percepção do investidor dos riscos relacionados ao Brasil e de outras economias emergentes, que podem afetar a capacidade de financiamento das operações da Companhia a um custo aceitável ou reduzir o preço de negociação de seus títulos.

Os investidores internacionais geralmente consideram o Brasil um mercado emergente. Como consequência, as condições econômicas e de mercado em outros mercados de países emergentes, especialmente os da América Latina, influenciam o mercado de títulos emitidos por empresas brasileiras. As crises econômicas em um ou mais países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores globais em títulos emitidos por mercados emergentes. Crises econômicas ocorridas em mercados emergentes no passado, como as do Sudeste Asiático, Rússia e Argentina, resultaram em substancial saída de Dólares do Brasil e fizeram as empresas brasileiras enfrentarem custos mais altos para a captação de fundos, tanto no País como no exterior, e impediu o acesso a mercados internacionais de capital por longos períodos. A Companhia não pode assegurar que mercados internacionais de capitais permanecerão abertos para as companhias brasileiras ou que as taxas de juros nestes mercados serão vantajosas. Além disso, crises financeiras futuras em países de mercados emergentes poderão ter impacto negativo nos mercados brasileiros, o que poderia afetar adversamente o preço dos títulos da Companhia.

As políticas do Governo Federal no setor de energia podem ter um impacto adverso sobre o custo ou o fornecimento de energia para as operações de produtos relacionados ao alumínio e Ferroligas da CVRD.

A CVRD é um importante consumidor de energia elétrica e respondeu por 4,4% do consumo total no Brasil em 2005. O custo de energia é um fator importante no custo de produção de alumínio e Ferroligas e representou 9% do custo total de mercadorias vendidas da Companhia, em 2005, e até 30 de setembro de 2006, representou 8% do custo total de mercadorias da Companhia.

O Brasil enfrentou escassez de energia elétrica durante a segunda metade de 2001, o que resultou em um programa de racionamento de energia elétrica com a diminuição do consumo em, pelo menos 20%. Como consequência deste programa, a Companhia passou por uma redução temporária em sua produção de alumínio e de Ferroligas, que consomem significativa quantidade de energia. Embora a escassez de energia elétrica tenha terminado no final de 2001, com a suspensão das restrições do uso de energia em março de 2002, a Companhia não pode assegurar que o Brasil não sofrerá escassez de energia elétrica futuramente. A escassez de energia no futuro e as políticas do Governo Federal para responder ou evitar a escassez podem ter um impacto adverso sobre o custo ou o fornecimento de energia para operações de produção de alumínio e Ferroligas.

A atividade brasileira de geração de energia depende das concessões dadas pelo Governo Federal, e é regulada e supervisionada pela ANEEL. Uma nova lei para o setor de energia foi aprovada pelo Congresso Nacional em março de 2004 e estabeleceu leilões públicos com o objetivo de comercializar o excesso de energia elétrica disponível no mercado. Preços mais baixos estabelecidos nestes leilões podem desencorajar os investimentos na obtenção de maior capacidade de geração, o que aumentaria o risco de escassez de energia no futuro. Mudanças nas leis, regulamentos ou políticas governamentais relativas ao setor de eletricidade ou requerimentos de concessão poderiam reduzir os retornos esperados para os investimentos na geração de energia. Para obter mais informações sobre as regulamentações referentes à produção de energia da Companhia, vide *Atividades da Companhia* deste Prospecto.

As atividades de mineração e logística da Companhia dependem de autorizações das agências reguladoras e mudanças nos regulamentos podem causar efeito negativo em suas atividades.

As atividades de mineração e logística da Companhia no Brasil dependem de autorizações e concessões dadas pelas agências reguladoras do Governo Federal. Suas atividades de exploração, mineração, processamento mineral e logística também estão sujeitas às leis e regulamentos brasileiros, que podem mudar a qualquer momento. Se estas leis e regulamentos sofrerem alteração no futuro, as tecnologias e operações da Companhia talvez precisem ser alteradas, o que lhe obrigaria a fazer investimentos não previstos. Para obter detalhes sobre as autorizações e as concessões das agências reguladoras do Governo Federal, das quais as atividades de mineração e logística da Companhia dependem, vide *Atividades da Companhia* deste Prospecto.

As leis ambientais brasileiras podem afetar adversamente os negócios de mineração e energia da CVRD.

As operações da CVRD freqüentemente envolvem o uso, o manejo, a baixa e a descarga de materiais perigosos no meio ambiente ou o uso de recursos naturais e, portanto, estão sujeitas às leis e regulamentos ambientais do Brasil. A regulamentação ambiental no Brasil tornou-se mais rigorosa nos últimos anos e é possível que mais regulamentos ou exigências mais agressivas afetem adversamente a CVRD através de restrições impostas a suas atividades, criando-se novas exigências para emissão ou renovação de licenças ambientais, elevando os custos da CVRD ou exigindo que ela incorra em reclamações onerosas.

Os projetos da CVRD exigem freqüentemente a obtenção ou renovação de licenças ambientais. Dificuldades na obtenção dessas licenças podem atrasar as construções ou aumentar custos e, em alguns casos, podem levar ao abandono de um projeto.

A CVRD também se encontra sujeita à recente legislação ambiental brasileira que exige que companhias responsáveis por projetos causadores de impacto ambiental significativo paguem uma taxa de “compensação ambiental” no valor de, pelo menos, 0,5% sobre o investimento total da empreitada. Há várias incertezas sobre como essa lei será aplicada na prática. Se o índice efetivamente cobrado for superior aos 0,5%, isso significará um aumento nos custos da CVRD e, dependendo da magnitude das taxas envolvidas, poderia representar um efeito adverso sobre sua liquidez e retorno.

sobre investimentos. As incertezas relacionadas ao cálculo ou pagamento dessas taxas podem causar tensões com as autoridades ambientais brasileiras ou levar a atrasos na obtenção das permissões ambientais necessárias.

A legislação brasileira impõe, para propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal, a conservação de área de reserva florestal, o que tem impactado economicamente os empreendimentos minerários, na medida em que o empreendedor deverá destinar à conservação ambiental, uma área equivalente a 80% da propriedade em exploração. Ver *Atividades da Companhia* deste Prospecto.

Muitos Estados brasileiros onde a CVRD opera estão atualmente considerando a implementação de taxas para o uso da água, de acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos. Isto pode exigir que a Companhia pague taxas no futuro pelo direito do uso da água que atualmente utiliza gratuitamente, o que poderia aumentar consideravelmente seus custos nas regiões onde os recursos hídricos são escassos.

Além disso, atualmente a Companhia é ré em uma ação judicial impetrada pelo Município de Itabira, no Estado de Minas Gerais, sob o fundamento de que suas operações de minério de ferro causam danos ambientais e sociais ao município. Se a Companhia não obtiver êxito na mencionada ação, poderá incorrer em uma despesa significativa. Para obter informações sobre as leis ambientais e os desafios legais que a Companhia enfrenta, ver *Atividades da Companhia* deste Prospecto.

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é influenciado pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em graus variados, pelas condições de mercado em outros países da América Latina e de outras economias emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações.

No passado recente, eventos políticos, econômicos e sociais em países de economia emergente, incluindo os da América Latina, afetaram adversamente a disponibilidade de crédito para empresas brasileiras no mercado externo, resultando em saída significativa de recursos do País e na diminuição na quantidade de moeda estrangeira investida no País.

Caso ocorram eventos políticos, econômicos e sociais em outros países de economia emergente que afetem relativamente o País, pelas razões indicadas acima, isso poderá ter um efeito adverso na Companhia.

Alterações nas leis tributárias brasileiras podem ter um impacto adverso nos resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias. Estas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal. Essas medidas podem aumentar as obrigações fiscais da Companhia, o que, por sua vez, afetaria adversamente seus resultados operacionais.

Caso a Companhia não consiga repassar esses tributos adicionais aos seus clientes, seus resultados operacionais e sua condição financeira podem ser adversamente afetados.

Riscos Relacionados às Debêntures e à Oferta

As obrigações da Companhia constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas às hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado das obrigações da Companhia com relação à Oferta. Caso ocorra a declaração do vencimento antecipado, a Companhia pode não ter os recursos financeiros necessários para realizar o pagamento das Debêntures.

O mercado secundário de debêntures tem baixa liquidez no Brasil, podendo dificultar a negociação das Debêntures.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures historicamente apresenta baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que possibilite aos subscritores desses títulos sua alienação caso estes assim decidam. Além da dificuldade na realização da venda, a baixa liquidez no mercado secundário de Debêntures no Brasil pode causar também a deterioração do preço de venda desses títulos.

Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá afetar negativamente o preço das Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

As agências de classificação de risco realizam a classificação de risco da Companhia levando em consideração determinados fatores, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características da própria emissão e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Companhia e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Companhia. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Companhia de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço das Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

A Taxa DI utilizada para a remuneração das Debêntures pode não ser válida.

A Súmula nº 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a taxa divulgada pela ANDIMA/CETIP. De acordo com os acórdãos que deram origem a esta Súmula, a ANDIMA e a CETIP são entidades de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras. Apesar de não vincular as decisões do Poder Judiciário, existe a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a referida Súmula ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI não é válida como fator de remuneração das Debêntures. Nesse caso, um novo índice deverá ser determinado pelo Poder Judiciário, podendo representar remuneração inferior à Taxa DI prejudicando a rentabilidade das Debêntures.

As informações acerca do futuro da Companhia contidas no Prospecto podem não ser precisas.

Este Prospecto pode conter informações acerca das perspectivas do futuro da Companhia que refletem as opiniões dela em relação ao desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro da Companhia seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção *Fatores de Risco* e em outras seções deste Prospecto. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Companhia e não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Companhia não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo que dispõem os artigos 8º e 13 da Instrução CVM nº 202/93 e a Instrução CVM nº 400/03.

Riscos Relacionados à Aquisição da Inco

A Companhia poderá enfrentar dificuldades na integração da Inco e poderá não alcançar os benefícios esperados com a aquisição.

A integração da Inco com as operações da Companhia será um processo complexo, oneroso e que poderá levar algum tempo. Ademais, a aludida integração poderá ser ainda mais difícil tendo em vista a natureza da operação de aquisição da Inco na forma de uma oferta não solicitada. Os riscos e desafios que poderão prejudicar a capacidade da Companhia de alcançar os benefícios da aquisição incluem:

- Embora a Companhia possua experiência na integração de empresas adquiridas às suas operações normais, falta à Companhia experiência na integração de operações de natureza tão substancial e geograficamente diversificadas como as da Inco. A aquisição da Inco é significativamente maior do que qualquer outra aquisição já concluída pela Companhia.
- Devido à sua natureza não solicitada, a aquisição da Inco pela Companhia foi realizada considerando-se as informações públicas da Inco. Desde a aquisição, e tendo em vista o curto período de tempo entre a aquisição e a preparação deste Prospecto Preliminar, a Companhia apenas conduziu auditorias limitadas sobre informações não-públicas da Inco.
- A Companhia poderá incorrer em responsabilidades não esperadas ou contingências relacionadas a aspectos trabalhistas, tributários, ou de outras naturezas como consequência da aquisição da Inco. Ainda, obrigações contratuais da Inco não identificadas pela Companhia poderão gerar direitos de aceleração ou vencimento antecipado em função da aquisição do controle da Inco, bem como poderão resultar em despesas não esperadas e/ou pagamentos em dinheiro não antecipados ou afetar de maneira adversa os resultados operacionais e as condições financeiras da Inco.
- A integração da Inco e a familiarização com as suas operações e desafios irão requerer tempo e recursos significativos da administração da Companhia e poderão desviar a atenção da administração da Companhia na condução de seus negócios cotidianos.
- Embora tenha dois projetos de Níquel em desenvolvimento, a Companhia não tem prévia experiência na produção ou venda de Níquel, cobalto ou PGMs, ou na operação de negócios no Canadá, Indonésia, Nova Caledônia, Reino Unido, Japão, Coreia ou Taiwan.
- A integração bem-sucedida da Inco demandará da Companhia a assimilação de pessoal com qualificações, idiomas e culturas diversas. A Companhia poderá encontrar dificuldades na retenção e integração de funcionários-chaves, bem como poderá ser demandada a efetuar pagamentos substanciais a executivos que deixarem a Inco. A performance das operações da Inco poderá ser afetada de modo adverso caso a Companhia não consiga reter funcionários-chaves no processo de integração da CVRD e Inco, bem como na condução da operação da Inco.
- A Companhia poderá encontrar dificuldades ou atrasos na implementação dos sistemas de informação comuns, dos procedimentos operacionais e dos controles financeiros.

Caso a Companhia seja incapaz de superar estes riscos e desafios poderá incorrer em custos operacionais maiores do que os esperados ou poderá falhar na obtenção dos benefícios antecipados com a aquisição.

A Companhia contraiu uma dívida relevante em decorrência da aquisição da Inco, a qual poderá limitar sua flexibilidade operacional e torna mais difícil a manutenção do seu rating de grau de investimento (investment grade).

Com base no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2006, com a contratação de endividamento pela Companhia no montante de R\$31,7 bilhões utilizados no financiamento do preço de aquisição das ações da Inco, a Companhia acumulou dívidas no montante de R\$45,9 bilhões

O aumento substancial da dívida da Companhia e respectivos *covenants* no âmbito do Empréstimo-Ponte para aquisição da Inco poderão limitar a flexibilidade das operações da Companhia. Em particular:

- Uma parte substancial do fluxo de caixa das operações da Companhia deverá ser utilizada para fins de pagamento do principal e juros de seu endividamento, reduzindo assim os fundos disponíveis para outras finalidades.

- Os altos níveis de endividamento da Companhia e a necessidade de cumprir com os seus *covenants* nos termos do Empréstimo-Ponte contratado para a aquisição da Inco poderão prejudicar a capacidade da Companhia de ajustar-se às mudanças nas condições de mercado ou resistir às pressões competitivas.
- Os altos níveis de endividamento da Companhia poderão dificultar a manutenção de seus índices financeiros exigidos pelas agências de *rating* para a manutenção de sua classificação de grau de investimento (*investment grade*).

A não manutenção da classificação de grau de investimento (investment grade) da Companhia poderá afetar de maneira adversa seus negócios.

Em seguida à aquisição da Inco, a agência de *rating* Standard and Poor's rebaixou os *ratings* de crédito em moeda estrangeira de longo-prazo da CVRD e da CVRD Overseas de BBB+ para BBB. Ainda, a Standard and Poor's colocou a Companhia em observação de crédito (*credit watch*) com implicações negativas. Por sua vez, a Moody's confirmou os *ratings* de crédito em moeda estrangeira de longo-prazo da CVRD e da CVRD Overseas em Baa3. Caso não consiga manter seus índices financeiros e de dívida em níveis aceitáveis por estas agências de *rating*, a Companhia poderá perder sua classificação de grau de investimento (*investment grade*). A não manutenção da classificação de grau de investimento (*investment grade*) da Companhia poderá gerar impactos adversos significativos em seus valores mobiliários em circulação (incluindo as Debêntures), bem como na sua capacidade de obter financiamento adicional em condições favoráveis e, ainda, poderá afetar de modo adverso seus resultados operacionais e financeiros. Em particular:

- Um rebaixamento na classificação do *rating* da Companhia poderá acarretar o aumento da taxa de juros do Empréstimo-Ponte, o que poderá resultar em um aumento significativo das despesas de juros da Companhia.
- Um rebaixamento na classificação do *rating* da Companhia também poderá resultar em um rebaixamento similar da avaliação da dívida da Inco, o que poderá aumentar as taxas pagas pela Inco em suas linhas de crédito.
- Caso o *rating* de crédito corporativo da Inco ou, na ausência de tal *rating*, um *rating* de dívida da sua dívida mais sênior com prazo de, no mínimo, cinco anos seja rebaixado para um nível menor de que o grau de investimento mínimo, a Inco, nos termos da regulamentações da Província de Ontário, deverá obter cartas de crédito ou outros instrumentos financeiros de modo a assegurar sua capacidade de cumprir com custos de recuperação e restauração relacionados a futuros fechamentos de suas plantas em Ontário. Quando da divulgação do mais recente relatório anual da Inco (*Form 10-K*), estes custos foram estimados em US\$790 milhões em bases não-descontadas.

Compromissos firmados com as autoridades governamentais canadenses relacionados à aquisição da Inco poderão limitar a flexibilidade da Companhia na administração das operações da Inco.

Com relação à aprovação da aquisição da Inco nos termos das leis canadenses aplicáveis (*Investment Canadian Act*), a Companhia firmou uma série de compromissos junto ao Ministério da Indústria do Canadá, inclusive compromissos de administrar seus negócios de Níquel a partir do Canadá, de abster-se de efetuar demissões nas instalações canadenses operacionais da Inco por três anos e de manter determinados níveis de emprego. A Companhia também se comprometeu a aumentar seus investimentos de capital em valores acima dos níveis pré-existentes, bem como impulsionar o desenvolvimento do Projeto de *Voisey's Bay* da Inco. A assunção de tais compromissos pela Companhia poderá limitar a sua flexibilidade na administração de seus negócios e na sua capacidade de lidar com as constantes mudanças nas condições de mercado, o que poderá afetar adversamente os seus resultados operacionais.

A Companhia poderá ser obrigada a efetuar uma oferta pública para aquisição das ações dos acionistas minoritários da PT Inco.

A PT Inco, subsidiária em que a Inco detém uma participação majoritária de 60,8%, é uma companhia aberta na Indonésia com suas ações listadas na Bolsa de Valores de Jacarta. A legislação do mercado de capitais da Indonésia

aplicável a aquisições indiretas exige, em determinadas circunstâncias, que a nova parte controladora de uma companhia aberta da Indonésia faça uma oferta pública aos demais acionistas da companhia. Segundo a mencionada legislação, o preço de oferta não pode ser menor do que o maior valor da quotação das ações da PT Inco durante um prazo determinado de noventa dias. Não está claro se essa legislação será interpretada de modo a exigir que a Companhia realize uma oferta pública para aquisição do restante das ações da PT Inco ou mesmo quando começa a contagem do prazo de noventa dias acima citado. Além disso, podendo esta oferta pública reduzir o percentual das ações da Inco em poder do público em geral, não está claro como essa redução será interpretada nos termos das regulamentações da Indonésia relativas à participação de acionistas da Indonésia em virtude do contrato de trabalho da PT Inco (o qual autoriza e regula as operações de mineração da PT Inco) e outros contratos relacionados. Caso a Companhia deixe de cumprir com os termos do contrato de trabalho da PT Inco, o governo da Indonésia poderá impor sanções, incluindo a potencial rescisão do contrato de trabalho.

Do total das ações da PT Inco não detidas pela Inco, a Sumitomo Metal Mining Co. Ltd. detém 20,1%, o público detém 18% e o restante das ações é detido por outros pequenos investidores. Desde 24 de agosto de 2006, a data em que foi anunciada a intenção da Companhia de adquirir a Inco, havia, em circulação, 993.633.872 ações da PT Inco. O preço de fechamento das ações da PT Inco na Bolsa de Valores de Jacarta em 11 de agosto de 2006 era de 23,000 Rupiah da Indonésia (equivalente a US\$2,39 com base na taxa de câmbio de conversão vigente em 10 de novembro de 2006. Caso a Companhia seja obrigada a realizar uma oferta pública de aquisição de ações da PT Inco, a Companhia estima que tal oferta deverá ser realizada com relação à aproximadamente 18,5% das ações detidas pelo público e por outros pequenos investidores da PT Inco, o que equivaleria a um desembolso de aproximadamente US\$ 439 milhões, considerando preço e taxa de câmbio apresentados anteriormente.

Riscos Relacionados aos Negócios da Inco

Os negócios da Inco estão sujeitos aos riscos comuns da indústria de mineração.

A aquisição da Inco submeterá a Companhia aos riscos relacionados aos negócios da Inco, muitos dos quais são similares aos riscos que a Companhia já enfrenta como parte de suas operações de mineração existentes. É importante destacar que:

- A Inco está exposta aos riscos tradicionais do mercado, tais como flutuações nas taxas de juros, nas taxas de câmbio e nos preços das *commodities*. Níquel e Cobre são intensamente comercializados no mercado mundial de commodities e seus preços estão sujeitos a significativas flutuações, que são afetadas por diversos fatores. Da mesma forma que a Companhia, a Inco obtém a maioria de suas receitas em Dólares, mas tem uma porção substancial de seus custos e despesas atreladas a outras moedas. As taxas de conversão de tais moedas em Dólares variaram substancialmente durante os últimos três anos. O gerenciamento de riscos da Companhia poderá falhar em proteger adequadamente a Inco com relação às flutuações das taxas de juros, das taxas de câmbio e dos preços das *commodities* ligados às operações da Inco. A estratégia de gerenciamento de risco de mercado pode não ser efetivo.
- A indústria do aço é a maior consumidora de Níquel do mundo. Problemas na indústria do aço poderão ter um impacto significativo nos negócios de Níquel da Inco. Devido à dependência da Inco com relação à indústria global de aço, flutuações na demanda de aço poderão afetar de modo adverso os negócios da Inco.
- A demanda chinesa tem sido a maior direcionadora da demanda mundial por Níquel nos últimos anos, e a produção de Níquel mate da PT Inco é vendida principalmente ao mercado asiático. Um declínio na demanda asiática por Níquel mate poderá ter um impacto significativo nos negócios de Níquel da PT Inco. Efeitos econômicos adversos nos mercados principais de atuação da Inco, especialmente a China, poderão reduzir a demanda pelos produtos da Inco resultando em redução da receita e lucratividade da Inco.
- Quantidades de minerais efetivamente exploradas poderão divergir das Reservas Prováveis de minério da Inco, e mudanças poderão tornar economicamente inviável a mineração de certos depósitos. As estimativas da Inco da vida útil das minas poderão ser incorretas e as flutuações dos preços de mercado e mudanças em custos operacionais e de capital poderão tornar economicamente inviável a exploração de Reservas de minério e Depósitos Minerais.

- Os negócios relacionados ao Níquel estão sujeitos à forte concorrência. A indústria de mineração é extremamente competitiva e a Inco poderá enfrentar dificuldades na competição com outras empresas do mesmo setor de atuação no futuro.
- Os custos com combustível são um componente importante dos custos de produção do Níquel. Um aumento dos preços de combustível poderá afetar de forma adversa os negócios da Inco.
- A Inco opera partes importantes de suas operações por meio de *Joint Ventures*. Muitas das operações da Inco dependem de *Joint Ventures*; os negócios da Inco poderão ser adversamente afetados caso os seus parceiros em *Joint Ventures* não observem seus compromissos.

Caso a Companhia seja incapaz de desenvolver e manter novas fontes de baixo custo de Níquel concentrado para suprir regularmente a demanda das operações da Inco em Thompson (Manitoba), a produção de Níquel nestas unidades poderá ser reduzida e os custos unitários de produção de Níquel poderão aumentar.

A Inco em suas operações em Thompson (Manitoba), deixou de produzir minérios em quantidade suficiente para manter os níveis históricos de produção de Níquel. A Inco confiou na disponibilidade do Níquel adquirido através de intermediários e do Níquel concentrado de *Voisey's Bay* para manter o nível de produção de Níquel em suas plantas em Manitoba. Caso as operações de *Voisey's Bay* enfrentem problemas relacionados à produção ou transporte de Níquel concentrado para as plantas da Inco localizadas em Ontário e Manitoba, a produção nessas unidades poderá ser interrompida ou reduzida. Além disso, nos termos dos acordos firmados com a Província de Newfoundland e Labrador, a Inco obrigou-se a iniciar o refino do Níquel concentrado produzido no âmbito do projeto de *Voisey's Bay* em Newfoundland e Labrador a partir de 2012. Caso a Companhia seja incapaz de desenvolver fontes suficientes de baixo custo de Níquel concentrado para suprir a demanda das operações da Inco em Thompson (Manitoba), até o momento em que os carregamentos de *Voisey's Bay* devam cessar em 2012, a Companhia será incapaz de manter níveis de produção de Níquel das plantas da Inco em Manitoba, sem a aquisição de Níquel de terceiros intermediários, o que poderá aumentar os custos totais de produção unitária de Níquel.

A necessidade de construir uma refinaria na Província de Newfoundland e Labrador até 2011 envolve riscos.

Nos termos dos contratos definitivos firmados pela Inco com a Província de Newfoundland e Labrador, a Inco concordou em construir uma planta comercial de processamento nesta Província até o final de 2011 para tratamento de todo o minério de *Voisey's Bay* ou dos produtos intermediários para a produção de derivados acabados de Níquel e cobalto. A planta será construída com base em tecnologia de processamento hidro-metalúrgica ou, caso esta tecnologia não atenda a determinados requisitos de viabilidade técnica e econômica, com base em tecnologia empregada em uma refinaria convencional. Este projeto envolve diversos riscos e desafios, incluindo os seguintes:

- O custo final do projeto poderá ser maior do que o esperado e eventos inesperados ou condições imprevisíveis poderão atrasar o início das operações comerciais. A Inco poderá enfrentar atrasos, custos maiores do que o esperado, dificuldades na obtenção de licenças ambientais e outros obstáculos quando da implementação de suas operações em investimentos de capital. A falha na implementação dessa planta dentro do prazo acordado com a Província de Newfoundland e Labrador poderá sujeitar a Inco a sanções nos termos dos contratos firmados com a Província, incluindo a eventual cassação da licença para conduzir as operações de mineração em *Voisey's Bay*.
- Conforme atualmente proposto, uma nova unidade de processamento contará com novo processamento hidro-metalúrgico e outras tecnologias para produzir Níquel refinado ou seus derivados acabados. A Inco não pode garantir que essas tecnologias serão desenvolvidas com sucesso e aplicadas em escala comercial. Desafios não previstos na implementação dessas novas tecnologias poderão causar atrasos no início da produção comercial ou resultar em custos operacionais ou de capital mais elevados do que o esperado que poderão afetar adversamente a rentabilidade do projeto.

O projeto Goro está sujeito a riscos que podem levar a um aumento nos custos do projeto ou impedir a sua implementação de modo bem sucedido.

O projeto Goro da Inco em Nova Caledônia, que consiste em uma planta de Mineração a Céu Aberto e processamento, está sujeito a certos riscos que podem levar a um aumento nos custos do projeto ou impedir a sua implementação de modo bem sucedido.

- A implementação bem sucedida do projeto Goro poderá demandar investimentos de capital superiores ao atualmente planejado. O custo final do Projeto Goro poderá exceder, significativamente, as estimativas de incluir despesas de capital da Inco que foram recentemente publicadas. Se o custo de capital do projeto Goro superar limites acordados em contratos celebrados com os acionistas minoritários do Projeto Goro antes do cumprimento de testes de performance estabelecidos em tais contratos, os acionistas minoritários do Projeto Goro não estarão obrigados a financiar a sua participação pro rata nos custos do projeto. Isto poderá aumentar a necessidade de obtenção de recursos para o projeto.
- O desenvolvimento do Projeto Goro está sujeito a riscos de execução, incluindo a necessidade de obtenção de licenças ambientais e outras permissões. Esses fatores poderão atrasar ou impedir a conclusão do projeto. Além disso, processos judiciais poderão atrasar a construção do projeto Goro. Desde o final de outubro de 2006, um grupo da Nova Caledônia ingressou em um tribunal com um pedido de suspensão da constituição do projeto. A Inco acredita que tal pedido carece de fundamento legal. Estima-se que o tribunal irá emitir uma decisão até 14 de novembro de 2006.
- Assim que o projeto Goro iniciar suas operações comerciais, as atividades em mineração ou operações de processamento poderá fazer com que a Inco identifique novas ou condições inesperadas que poderão reduzir a produção, e/ou aumentar os custos operacionais e de capital atualmente estimados.
- Desenvolvimentos políticos, econômicos, sociais, legislativos e regulatórios na Nova Caledônia poderão afetar adversamente o desenvolvimento ou a operação do projeto Goro. Um referendo está previsto para ocorrer em 2018 para decidir se a Nova Caledônia tornar-se-á totalmente independente da França. Enquanto isso, algumas medidas estão sendo planejadas para aumentar a autonomia da Nova Caledônia em relação à França, incluindo a promulgação de uma nova legislação de mineração. Esforços periódicos têm sido conduzidos por determinados grupos locais na área do projeto Goro para interromper as operações e atividades no local do projeto e nas redondezas, bem como boicotes e outras ações têm afetado as operações de outros produtores de Níquel e suas atividades na Nova Caledônia. Interrupções futuras poderão afetar adversamente o cronograma de construção do projeto Goro e seus custos de capital.
- No âmbito de um programa de financiamento patrocinado pelo governo da França relativo a uma parcela da planta da Goro, a Goro Nickel concordou em indenizar certos investidores participantes do referido financiamento com relação a eventuais contingências que poderão ocorrer associadas a perdas ou caducidade de certos incentivos fiscais por parte desses investidores. A Inco é garantidora de tais obrigações. Esses investidores também têm um direito de venda pelo qual poderão solicitar que a Inco compre suas respectivas participações no Projeto Goro mediante a ocorrência de certos eventos materiais adversos de natureza ambiental.

As operações da PT Inco estão sujeitas a riscos significativos.

A PT Inco responde por uma relevante percentagem da produção total da Inco. As operações da PT Inco estão sujeitas a riscos significativos. Em particular:

- A PT Inco é vulnerável a desenvolvimentos políticos e econômicos na Indonésia. Desde o final dos anos 1990, a Indonésia passou por períodos de instabilidade política e econômica, sendo que em alguns momentos exacerbados por crises na economia global. Desenvolvimentos políticos, econômicos e regulatórios na Indonésia poderão se desdobrar de modo a afetar adversamente as operações da PT Inco e suas operações poderão ser afetadas por ações de organizações não-governamentais ou de grupos ativistas comunitários.

- O setor de mineração na Indonésia tem enfrentado nos últimos anos diversos desafios de crescimento gerados por problemas econômicos e políticos no país, que poderão afetar adversamente as operações da PT Inco. Esses desafios incluem:
 - incertezas regulatórias resultantes de transferências do poder governamental entre diferentes esferas governamentais, incluindo a transferência do governo central para governos regionais com competência para legislar em matéria tributária e mineral, bem como a duplicidade e a existência de legislações incertas editadas pelas autoridades dos governos central, provincial e local;
 - crescentes ações de organizações não-governamentais e sindicatos trabalhistas; e
 - disputas constantes entre empresas de mineração e comunidades locais.
- O processamento dos minérios lateríticos da PT Inco é eletro-intensivo. A PT Inco gera uma significativa parcela de eletricidade para suas operações através de suas unidades hidroelétricas, uma das quais tem gerado energia consistentemente acima da sua capacidade para a qual foi projetada, em razão de práticas de manejo de água e altos níveis dos reservatórios. Fatores hidrológicos adversos ou práticas de manejo de água ineficientes poderão afetar a produção de eletricidade nas plantas da PT Inco no futuro, o que poderá incrementar significativamente os custos da PT Inco ou resultar em baixos níveis de produção de energia. Além disso, os trabalhos relacionados com o novo projeto da PT Inco de geração de energia no Rio Larona, perto de Karebbe estão suspensos desde de janeiro de 2006, aguardando que seja deferido um aditamento à licença emitida pelo órgão governamental aplicável atrasos no recebimento de licenças podem afetar adversamente o cronograma e os custos do Projeto Karebbe.
- O contrato de trabalho celebrado pela PT Inco com o governo da Indonésia estabelece que a PT Inco construa plantas de produção em Pomalaa, no sudoeste de Sulawesi e Bahadopi na região central de Sulawesi, observadas a viabilidade econômica e técnica. A obrigação de construção de uma planta comercial em Pomalaa deverá ser cumprida no decorrer de 2008 ou quando do término do Contrato de Cooperação de Recursos da PT Inco com a PT Antam Tbk (contrato este que estabelece o suprimento pela PT Inco de saprolite para a PT Antam Tbk), momento em que, a PT Inco será obrigada a fornecer um relatório acerca da viabilidade técnica e econômica de construção de uma planta comercial em Pomalaa. Observada a viabilidade técnica e econômica, o contrato de trabalho estabelece que a PT Inco construa a planta de Bahadopi até 2010. A falha no atendimento das obrigações previstas no contrato de trabalho de construir aludida planta permitirá que o governo da Indonésia, após o lapso de um período de cura de 180 dias, encerre a obra e determine que a PT Inco devolva as áreas minerais relacionadas à expansão do projeto.
- Regulamentações editadas pelo Ministério Florestal da Indonésia relacionadas às atividades de mineração impuseram novas restrições em atividades de mineração em áreas florestais protegidas. Caso tais regulamentações restrinjam a capacidade da PT Inco de desenvolver atividades de mineração em algumas áreas compreendidas pelo contrato de trabalho, isto poderá reduzir as Reservas Prováveis de minério da PT Inco e afetar adversamente os planos de longo-prazo de mineração da PT Inco.

O contrato de trabalho da PT Inco poderá não ser renovado além do seu prazo de vencimento programado para expirar em 2025.

A Inco foi parte em disputas trabalhistas que interromperam suas atividades, sendo que tais disputas poderão ser recorrentes.

Um número substancial de empregados da Inco e alguns de seus sub-contratados são representados por sindicatos trabalhistas e são regulados por acordos coletivos ou similares, os quais estão sujeitos a renegociações periódicas. Greves ou interrupções nos trabalhos já ocorreram e poderão continuar a ocorrer antes, ou durante as negociações de novos acordos coletivos de trabalho, durante a negociação de salários e benefícios, ou durante outros períodos por outras razões. Além disso, a Inco poderá ser afetada de modo adverso por interrupções nos trabalhos envolvendo terceiros que forneçam bens e serviços para a Inco no Canadá ou em qualquer outro lugar. Greves e outras

interrupções nos trabalhos de quaisquer operações da Inco poderão afetar adversamente a operação de suas unidades ou os custos e prazos de conclusão de seus projetos.

A aquisição da Inco obrigará a Companhia a cumprir com diversas regulamentações ambientais, incluindo potenciais riscos ambientais, que poderão gerar custos e contingências significativos.

Assim como a Companhia, a Inco está sujeita a severas regulamentações ambientais que poderão gerar custos e contingências significativos. A legislação ambiental afeta quase todos os aspectos das operações da Inco e do desenvolvimento de seus projetos ao redor do mundo. Referida legislação ambiental exige que a Inco obtenha licenças de operação, permissões e outras aprovações e que realize avaliações ambientais antes de iniciar seus projetos ou efetuar alterações significativas em suas operações já existentes. A legislação ambiental impõe padrões e controles nas atividades relacionadas à mineração, exploração, desenvolvimento, produção, recuperação de áreas degradadas, fechamento, refino, distribuição e venda de Níquel e outros produtos de metal.

Com a aquisição da Inco a Companhia estará exposta às novas regulamentações e riscos ambientais. Em particular:

- A Inco está sujeita a limitações nas emissões de dióxido sulfúrico e Níquel que a obrigaram e continuarão a obrigá-la a fazer investimentos significativos, e poderá estar sujeita a limitações adicionais no futuro, incluindo potenciais limitações na emissão de gases que provoquem o efeito estufa, que poderão ser adotadas pelo Canadá em virtude do Protocolo de Quioto no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. O cumprimento dessas ou de outras futuras reduções nas emissões poderá exigir investimentos significativos ou o desenvolvimento de novas tecnologias. O cumprimento desses limites nas emissões poderá, ainda, afetar adversamente os níveis de produção o que poderá fazer com que a Companhia opere suas plantas em níveis reduzidos, a fim de cumprir com os limites de emissões, ou que a impossibilite de contratar ou negociar autorizações de emissão de gases em mercados de negociação de emissões (onde existirem).
- A Inco vem trabalhando em conjunto com as autoridades regulatórias e outras partes interessadas para avaliar os elevados níveis de Níquel e outros metais no solo próximo às suas plantas de processamento em Ontário, que podem ter sido causados pela emissão histórica de partículas dispersas contendo metal. Quaisquer esforços que a Inco seja obrigada a assumir para sanar ou investigar estas questões poderão implicar em despesas significativas. A Inco também está envolvida em disputas relacionados ao solo localizado nas proximidades das instalações de Port Colborne, Ontário, sendo que estudos de meio ambiente, saúde e avaliação de risco estão sendo realizados para avaliar os riscos inerentes a produtos químicos perigosos encontrados em solos próximos à fundição da Inco em Port Colborne e Sudbury. Considerando-se a existência de inúmeros recursos judiciais e, ainda, de estudos médicos e científicos atualmente em progresso, não é possível prever o efeito que estas ações e estudos acarretarão nos negócios da Inco, nos resultados de suas operações ou em sua situação financeira.
- As plantas da PT Inco estão sujeitas a regulamentações e permissões ambientais concedidas pelo Governo da Indonésia. A PT Inco tem intermitentemente ultrapassado os limites regulatórios dos níveis de Níquel, Manganês e cromo nas descargas feitas em um riacho adjacente às suas plantas e tem ultrapassado atualmente os limites regulatórios impostos para emissões de partículas. A PT Inco poderá ser obrigada a incorrer em custos significativos ou a alterar suas operações para cumprir com estes limites ou para remediar questões ambientais, e poderá, ainda, estar sujeita a ações das autoridades governamentais em caso de descumprimento.
- A baixa nos ativos para as instalações e projetos da Inco poderá diferir substancialmente dos montantes atualmente estimados pela Inco.
- Os governos das Províncias Canadenses poderão estabelecer no futuro limites de exposição para partículas de diesel, que poderá implicar em mudanças substanciais no uso de equipamentos movidos a diesel nas atividades subterrâneas de mineração da Inco. Isto poderá aumentar os investimentos de capital ou seus custos operacionais, o que poderá impactar adversamente a lucratividade das atividades subterrâneas de mineração da Inco.

- A Inco poderá estar sujeita a indenizações em virtude de ações movidas por empregados vítimas de câncer de pulmão que trabalhem na fundição de Níquel e nas refinarias, o que poderá aumentar seus custos com contingências trabalhistas nos termos das leis do Canadá.

[página intencionalmente deixada em branco]

PARTE III INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

[página intencionalmente deixada em branco]

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA COMPANHIA

A Companhia elabora as suas demonstrações contábeis que aparecem neste Prospecto em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil estão determinadas na Lei das Sociedades por Ações, e as normas e os regulamentos da CVM.

Informações Financeiras Consolidadas Seleccionadas da Companhia dos Exercícios Sociais Findos em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e dos Períodos de Nove Meses Findos em 30 de setembro de 2005 e 2006

Os quadros a seguir exibem informações financeiras seleccionadas da Companhia. As informações financeiras seleccionadas referentes a demonstrações de resultados e balanços patrimoniais foram tiradas das demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios indicados, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com a regulamentação e determinações da CVM, demonstrações estas que se encontram anexadas a este Prospecto como Parte IV. As presentes informações deverão ser analisadas juntamente com as demonstrações financeiras da Companhia. As informações apresentadas não contemplam a aquisição da Inco pela Companhia, ocorrida no quarto trimestre de 2006.

Consolidado		Exercício Social Findo Em						
<u>Balanco Patrimonial</u>	31.12.2003 <i>Pro forma</i>	% Total do Ativo	31.12.2004	% Total do Ativo	31.12.2005	% Total do Ativo	Variação % 2003/2004	Variação % 2004/2005
ATIVO								
Circulante								
Disponibilidades	2.129	5,6	3.917	9,0	2.703	5,0	84,0	(31,0)
Contas a receber de clientes	2.577	6,8	3.076	7,1	4.183	7,8	19,4	36,0
Partes relacionadas	48	0,1	73	0,2	134	0,3	52,1	83,6
Estoques	2.195	5,8	2.894	6,7	3.235	6,0	31,8	11,8
Tributos a recuperar ou compensar	800	2,1	898	2,1	986	1,8	12,3	9,8
IRPJ e CSLL diferidos	299	0,8	428	1,0	428	0,8	43,1	-
Outros	661	1,8	644	1,3	902	1,8	(2,6)	40,1
	8.709	23,0	11.930	27,4	12.571	23,5	37,0	5,4
Não Circulante								
Realizável a Longo Prazo								
Partes relacionadas	59	0,2	109	0,3	6	-	84,7	(94,5)
Empréstimos e financiamentos	197	0,5	150	0,4	143	0,3	(23,9)	(4,7)
IRPJ e CSLL	1.325	3,5	1.058	2,4	1.043	2,0	(20,2)	(1,4)
Depósitos judiciais	1.430	3,8	1.680	3,9	1.667	3,1	17,5	(0,8)
Imobilizado disponível para venda	86	0,2	111	0,3	54	0,1	29,1	(51,4)
Adiantamentos a fornecedores de energia	-	-	259	0,6	727	1,3	100,0	180,7
Tributos a recuperar ou compensar	-	-	87	0,2	313	0,6	100,0	259,8
Despesas antecipadas	118	0,3	95	0,2	90	0,2	(19,5)	(5,3)
Outros	549	1,5	162	0,3	192	0,3	(70,5)	18,5
	3.764	10,0	3.711	8,6	4.235	7,9	(1,4)	14,1
Ativo Permanente								
Participações societárias	3.313	8,8	2.830	6,5	2.814	5,3	(14,6)	(0,6)
Imobilizado	21.717	57,6	24.798	57,0	33.768	63,0	14,2	36,2
Diferido	236	0,6	203	0,5	206	0,3	(14,0)	1,5
	25.266	67,0	27.831	64,0	36.788	68,6	10,2	32,2
Total do Ativo	37.739	100,0	43.472	100,0	53.594	100,0	15,2	23,3

PASSIVO	31.12.2003 <i>Pro forma</i>	% Total do Passivo	31.12.2004	% Total do Passivo	31.12.2005	% Total do Passivo	Variação % 2003/2004	Variação % 2004/2005
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	888	2,4	515	1,2	517	1,0	(42,0)	0,4
Parcela do circulante de empréstimo e financiamentos de longo prazo	3.575	9,5	2.526	5,8	2.940	5,5	(29,3)	16,3
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	1.518	4,0	1.972	4,5	2.684	5,0	29,9	36,1
Partes relacionadas	63	0,2	73	0,2	81	0,2	15,9	11,0
Salários e encargos sociais	268	0,7	399	0,9	542	1,0	48,9	35,8
Fundo de pensão	92	0,2	91	0,2	70	0,1	(1,0)	(23,1)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	337	0,9	1.557	3,6	2.907	5,4	362,0	86,7
Tributos e contribuições	225	0,6	1.286	3,0	909	1,7	471,6	(29,3)
Outros	731	1,9	907	2,0	1.017	1,9	24,1	12,1
	7.697	20,4	9.326	21,4	11.667	21,8	21,2	25,1
Não Circulante								
Exigível a Longo Prazo								
Empréstimos e financiamentos	9.724	25,8	9.045	20,8	9.066	16,9	(7,0)	0,2
Partes relacionadas	9	-	41	0,1	3	-	355,6	(92,7)
Provisão para contingências	2.086	5,5	2.604	6,0	3.183	5,9	24,8	22,2
Fundo de pensão	570	1,5	570	1,3	563	1,1	-	(1,2)
Provisão para obrigações com desmobilização de ativos	232	0,6	354	0,8	549	1,0	52,6	55,1
Provisão para derivativos	323	0,9	430	1,0	610	1,1	33,1	41,9
Outros	537	1,4	891	2,1	941	1,8	65,9	5,6
	13.481	35,7	13.935	32,1	14.915	27,8	3,4	7,0
Resultados de Exercícios Futuros	157	0,4	10	-	9	-	(93,6)	(10,0)
Participações Minoritárias	1.464	3,9	2.031	4,7	2.951	5,5	38,7	45,3
Patrimônio Líquido								
Capital social	6.300	16,7	7.300	16,8	14.000	26,1	15,9	91,8
Reserva de lucros	8.640	22,9	10.870	25,0	10.052	18,8	25,8	(7,5)
	14.940	39,6	18.170	41,8	24.052	44,9	21,6	32,4
Total do Passivo	37.739	100,0	43.472	100,0	53.594	100,0	15,2	23,3

Consolidado

Valores em R\$ milhões

Legislação Societária

Exercício Social Findo Em

Demonstração de Resultado	31.12.2003	% Receita	31.12.2004	% Receita	31.12.2005	% Receita	Variação %	Variação %
	<i>Pro forma</i>	Operacional		Operacional		Operacional	2003/2004	2004/2005
		Líquida		Líquida		Líquida		
Receita operacional bruta	20.895	103,9	29.020	105,4	35.350	104,0	38,9	21,8
Impostos sobre vendas	(779)	(3,9)	(1.476)	(5,4)	(1.357)	(4,0)	89,4	(8,1)
Receita operacional líquida	20.116	100,0	27.544	100,0	33.993	100,0	36,9	23,4
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(11.330)	(56,3)	(14.123)	(51,3)	(16.311)	(48,0)	24,7	15,5
Lucro bruto	8.786	43,7	13.421	48,7	17.682	52,0	52,8	31,7
Receitas (despesas) operacionais								
Despesas de vendas	(295)	(1,5)	(412)	(1,5)	(340)	(1,1)	39,7	(17,5)
Despesas administrativas	(822)	(4,1)	(1.125)	(4,1)	(1.280)	(3,8)	36,9	13,8
Pesquisa e desenvolvimento	(249)	(1,2)	(440)	(1,6)	(672)	(2,0)	76,7	52,7
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(755)	(3,8)	(955)	(3,5)	(834)	(2,4)	26,5	(12,7)
Item não recorrente	-	-	(183)	(0,6)	-	-	100,0	(100,0)
Lucro Operacional	6.665	33,1	10.306	37,4	14.556	42,8	54,6	41,2
Resultado de participações societárias	(540)	(2,7)	156	0,6	269	0,8	128,9	72,4
Resultado financeiro líquido	(203)	(1,0)	(2.000)	(7,3)	(1.276)	(3,8)	885,2	(36,2)
Venda de ativos	174	0,9	551	2,0	298	0,9	216,7	(45,9)
Mudança de prática contábil	(91)	(0,4)	-	-	-	-	(100,0)	-
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	6.005	29,9	9.013	32,7	13.847	40,7	50,1	53,6
IRPJ e CSLL	(963)	(4,8)	(1.810)	(6,5)	(2.368)	(7,0)	88,0	30,8
Participação minoritária	(533)	(2,7)	(743)	(2,7)	(1.036)	(3,0)	39,4	39,4
Lucro líquido do período	4.509	22,4	6.460	23,5	10.443	30,7	43,3	61,7
Quantidade de ações em circulação na data do balanço (milhares) ⁽¹⁾	2.303.040		2.303.040		2.303.040			
Lucro por ação (em R\$)	1,96		2,80		4,53			

(1) A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2006 aprovou o desdobramento de ações da Companhia, sendo este realizado em 22 de maio de 2006. Cada ação existente passou, tanto ordinária quanto preferencial, a ser representada por duas ações. Em 18 de agosto de 2004 já havia sido aprovado o desdobramento de ações da Companhia, quando então cada ação existente, tanto ordinária quanto preferencial, passou a ser representada por três ações. Para fins de comparação consideramos retroativamente os efeitos dos desdobramentos de ações no cálculo do lucro líquido por ações em circulação, apresentadas na demonstração do resultado.

Consolidado

EBITDA ajustado ⁽¹⁾ reconciliado com o lucro operacional	Exercício Social Findo Em						Variação %	Variação %
	31.12.2003 <i>Pro forma</i>	% Participação	31.12.2004	% Participação	31.12.2005	% Participação		
Lucro operacional	6.665	82,3	10.306	84,2	14.556	87,2	54,6	41,2
Depreciação e amortização	1.302	16,1	1.694	13,8	1.994	11,9	30,1	17,7
Dividendos recebidos	38	0,5	66	0,5	151	0,9	73,7	128,8
Item não recorrente	95	1,1	183	1,5	-	-	92,6	(100,0)
EBITDA ajustado	8.100	100,0	12.249	100,0	16.701	100,0	51,2	36,3
Margem EBITDA ⁽²⁾	40,2%		44,4%		49,1%		4,2 p.p.	4,7 p.p.

(1) EBITDA ajustado = O EBITDA, de acordo com Ofício Circular CVM n.º 1/2006, são os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA ajustado leva ainda em consideração os dividendos recebidos e a exclusão dos itens não recorrentes. O EBITDA ajustado não é uma medida de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA ajustado não possui significado padronizado e nossa definição de EBITDA ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras sociedades.

(2) MARGEM EBITDA = Divisão do EBITDA ajustado pela receita operacional líquida.

Consolidado

<u>Balanco Patrimonial</u>	Saldo Em				
	30.09.2005	% Total do Ativo	30.09.2006	% Total do Ativo	Variação % 2005/2006
ATIVO					
Circulante					
Disponibilidades	2.989	6,1	6.580	9,7	120,1
Contas a receber de clientes	3.807	7,8	5.213	7,7	36,9
Partes relacionadas	126	0,3	16	-	(87,3)
Estoques	3.130	6,4	3.443	5,1	10,0
Tributos a recuperar ou compensar	702	1,4	738	1,1	5,1
IRPJ e CSLL diferidos	549	1,2	774	1,1	41,0
Outros	869	1,8	769	1,1	(11,5)
	12.172	25,0	17.533	25,8	44,0
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Partes relacionadas	-	-	11	-	100,0
Empréstimos e financiamentos	140	0,3	160	0,2	14,3
IRPJ e CSLL	1.078	2,2	880	1,3	(18,4)
Depósitos judiciais	1.853	3,8	2.115	3,1	14,1
Imobilizado disponível para venda	74	0,2	108	0,2	45,9
Adiantamentos a fornecedores de energia	585	1,2	928	1,4	58,6
Tributos a recuperar ou compensar	199	0,4	478	0,7	140,2
Despesas antecipadas	91	0,2	123	0,2	35,2
Outros	259	0,5	522	0,8	101,5
	4.279	8,8	5.325	7,9	24,4
Ativo Permanente					
Participações societárias	2.796	5,7	6.722	9,9	140,4
Imobilizado	29.312	60,1	38.119	56,2	30,0
Diferido	177	0,4	186	0,2	5,1
	32.285	66,2	45.027	66,3	39,5
Total do Ativo	48.736	100,0	67.885	100,0	39,3

PASSIVO	30.09.2005	% Total do Passivo	30.09.2006	% Total do Passivo	Variação % 2005/2006
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	708	1,5	1.062	1,6	50,0
Parcela do circulante de empréstimo e financiamentos de longo prazo	1.628	3,4	2.218	3,3	36,2
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	2.143	4,4	2.189	3,2	2,1
Partes relacionadas	69	-	50	0,1	(27,5)
Salários e encargos sociais	390	0,8	543	0,7	39,2
Fundo de pensão	67	-	79	-	17,9
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	45	-	1.357	2,0	2.915,6
Tributos e contribuições	1.169	2,4	1.083	1,6	(7,4)
Outros	1.029	2,4	926	1,5	(10,0)
	7.248	14,9	9.507	14,0	31,2
Não Circulante					
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	7.146	14,7	10.842	16,0	51,7
Partes relacionadas	3	-	3	-	-
Provisão para contingências	3.302	6,8	3.276	4,8	(0,8)
Fundo de pensão	568	1,2	546	0,8	(3,9)
Provisão para obrigações com desmobilização de ativos	369	0,8	549	0,8	48,8
Provisão para derivativos	382	0,8	536	0,8	40,3
Outros	960	1,8	1.041	1,5	8,4
	12.730	26,1	16.793	24,7	31,9
Resultados de Exercícios Futuros	14	-	7	-	(50,0)
Participações Minoritárias	2.770	5,7	2.631	3,9	(5,0)
Patrimônio Líquido					
Capital social	14.000	28,7	19.493	28,7	39,2
Reserva de lucros	11.974	24,6	19.454	28,7	62,5
	25.974	53,3	38.947	57,4	49,9
Total do Passivo	48.736	100,0	67.885	100,0	39,3

Consolidado

Período de Nove Meses Findo Em

<u>Demonstração de Resultado</u>	30.09.2005	% Receita Operacional Líquida	30.09.2006	% Receita Operacional Líquida	Variação % 2005/2006
Receita operacional bruta	26.146	104,3	30.054	103,7	14,9
Impostos sobre vendas	(1.069)	(4,3)	(1.084)	(3,7)	1,4
Receita operacional líquida	25.077	100,0	28.970	100,0	15,5
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(11.904)	(47,5)	(13.232)	(45,7)	11,2
Lucro bruto	13.173	52,5	15.738	54,3	19,4
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	(286)	(1,1)	(262)	(0,9)	(8,4)
Despesas administrativas	(898)	(3,5)	(1.088)	(3,7)	21,2
Pesquisa e desenvolvimento	(463)	(1,9)	(667)	(2,3)	44,1
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(629)	(2,5)	(712)	(2,5)	13,2
Lucro Operacional	10.897	43,5	13.009	44,9	19,4
Resultado de participações societárias	163	0,6	(55)	(0,1)	(133,7)
Resultado financeiro líquido	(512)	(2,0)	(974)	(3,4)	90,2
Venda de ativos	298	1,2	791	2,7	165,4
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	10.846	43,3	12.770	44,1	(17,7)
IRPJ e CSLL	(2.215)	(8,9)	(1.970)	(6,8)	(11,1)
Participação minoritária	(825)	(3,3)	(738)	(2,6)	(10,5)
Lucro líquido do exercício	7.806	31,1	10.062	34,7	28,9
Quantidade de ações em circulação na data do balanço (milhares) ⁽¹⁾	2.303.040		2.416.194		
Lucro por ação (em R\$)	3,39		4,16		

(1) A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2006 aprovou o desdobramento de ações da Companhia, sendo este realizado em 22 de maio de 2006. Cada ação existente passou, tanto ordinária quanto preferencial, a ser representada por duas ações. Em 18 de agosto de 2004 já havia sido aprovado o desdobramento de ações da Companhia, quando então cada ação existente, tanto ordinária quanto preferencial, passou a ser representada por três ações. Para fins de comparação consideramos retroativamente os efeitos dos desdobramentos de ações no cálculo do lucro líquido por ações em circulação, apresentadas na demonstração do resultado.

Consolidado

Período de Nove Meses Findo Em

EBITDA ajustado⁽¹⁾ reconciliado com o lucro operacional	30.09.2005	% Participação	30.09.2006	% Participação	Variação % 2005/2006
Lucro operacional	10.897	87,2	13.009	87,8	19,4
Depreciação e amortização	1.456	11,6	1.657	11,2	13,8
Dividendos recebidos	148	1,2	135	1,0	(8,8)
EBITDA ajustado	12.501	100,0	14.801	100,0	18,4
Margem EBITDA ⁽²⁾	49,9%		51,0%		0,1 p.p.

(1) EBITDA ajustado = O EBITDA, de acordo com Ofício Circular CVM n.º 1/2006, são os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA ajustado leva ainda em consideração os dividendos recebidos e a exclusão dos itens não recorrentes. O EBITDA ajustado não é uma medida de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA ajustado não possui significado padronizado e nossa definição de EBITDA ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras sociedades.

(2) MARGEM EBITDA = Divisão do EBITDA ajustado pela receita operacional líquida.

A Companhia, tendo obtido a concordância da CVM e de seus auditores independentes, passou a consolidar em suas demonstrações contábeis integralmente a Albras (para maiores informações, vide nota explicativa 10.3 das demonstrações contábeis da Companhia do ano de 2004 anexa a este Prospecto). Assim, para manutenção do atributo da comparabilidade, a Companhia apresenta os saldos “pro forma” de 2003 com os ajustes necessários para refletir os efeitos da consolidação das demonstrações contábeis da Albras integralmente naquele exercício.

Muito embora a Companhia já detivesse 51% do seu capital, a mesma vinha sendo tratada até 2003, para efeito de consolidação, como Controlada de controle compartilhado, em decorrência da inexistência na preponderância nas deliberações sociais advindas de condições previstas no acordo de acionistas da sociedade.

A instrução CVM n.º 408, que dispõe sobre a inclusão de Entidades de Propósito Específico – EPE nas demonstrações contábeis consolidadas das Companhias abertas, muito embora trate especificamente de uma EPE, traz no inciso II de seu art. 1º, aspectos de consolidação envolvendo conceitos de participação variável em função dos benefícios e riscos assumidos por um determinado sócio em relação aos demais.

Durante 2004, a Companhia passou a ser a única garantidora nas novas captações de recursos e contratos de fornecimento de longo prazo de energia, necessários à operação da Albras, caracterizando uma dependência direta de um dos sócios, no caso a Companhia, que passou a arcar com riscos e benefícios superiores às limitações previstas no acordo de acionistas, em linha com os conceitos de participação variável em função dos benefícios e riscos assumidos.

De forma a preservar o atributo da comparabilidade na apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia está apresentando os saldos “pro forma” das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003 como se a Albras tivesse sido tratada como uma Controlada desde aquele exercício.

Os principais efeitos dessa alteração em relação às demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 estão refletidos nas tabelas a seguir:

Consolidado Balanco Patrimonial			Valores em R\$ milhões Legislação Societária			
ATIVO						
	31.12.2003	% Total do Ativo	Ajustes <i>Pro forma</i>	% Total do Ativo	31.12.2003 <i>Pro forma</i>	% Total do Ativo
Circulante						
Disponibilidades	2.092	5,6	37	5,7	2.129	5,6
Estoques	2.113	5,7	82	12,7	2.195	5,8
Outros	4.354	11,8	31	4,8	4.385	11,6
	8.559	23,1	150	23,2	8.709	23,0
Não Circulante						
Realizável a Longo Prazo						
IRPJ e CSLL diferidos	1.405	3,8	(80)	(12,4)	1.325	3,5
Outros	2.421	6,5	18	2,8	2.439	6,5
	3.826	10,3	(62)	(9,6)	3.764	10,0
Ativo Permanente						
Imobilizado	21.166	57,1	551	85,2	21.717	57,6
Outros	3.541	9,5	8	1,2	3.549	9,4
	24.707	66,6	559	86,4	25.266	67,0
Total do Ativo	37.092	100,0	647	100,0	37.739	100,0
PASSIVO						
	31.12.2003	% Total do Passivo	Ajustes <i>Pro forma</i>	% Total do Passivo	31.12.2003 <i>Pro forma</i>	% Total do Passivo
Circulante						
Parcela do circulante de empréstimo e financiamentos de longo prazo	3.365	9,1	210	32,4	3.575	9,5
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	1.302	3,5	216	33,4	1.518	4,0
Outros	2.912	7,8	(308)	(47,6)	2.604	6,9
	7.579	20,4	118	18,2	7.697	20,4
Exigível a Longo Prazo						
Empréstimos e financiamentos	9.456	25,5	268	41,4	9.724	25,8
Outros	3.963	10,7	(206)	(31,8)	3.757	9,9
	13.419	36,2	62	9,6	13.481	35,7
Resultados de Exercícios Futuros	157	0,4	-	-	157	0,4
Participações Minoritárias	997	2,7	467	72,2	1.464	3,9
Patrimônio Líquido						
Capital social	6.300	17,0	-	-	6.300	16,7
Reserva de lucros	8.640	23,3	-	-	8.640	22,9
	14.940	40,3	-	-	14.940	39,6
Total do Passivo	37.092	100,0	647	100,0	37.739	100,0

Consolidado Demonstração de Resultado	Valores em R\$ milhões Legislação Societária					
	31.12.2003	% Receita Operacional Líquida	Ajustes Pro forma	% Receita Operacional Líquida	31.12.2003 Pro forma	% Receita Operacional Líquida
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	20.219	104,0	676	100,5	20.895	103,9
Impostos sobre vendas	(776)	(4,0)	(3)	(0,5)	(779)	(3,9)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19.443	100,0	673	100,0	20.116	100,0
Custos dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	(10.985)	(56,5)	(345)	(51,3)	(11.330)	(56,3)
LUCRO BRUTO	8.458	43,5	328	48,7	8.786	43,7
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	(2.087)	(10,7)	(34)	(5,1)	(2.121)	(10,6)
LUCRO OPERACIONAL	6.371	32,8	294	43,6	6.665	33,1
Resultado de participações societárias	(540)	(2,8)	-	-	(540)	(2,7)
Resultado financeiro líquido	(254)	(1,3)	51	7,6	(203)	(1,0)
Venda de ativos	174	0,9	-	-	174	0,9
Mudança de prática contábil	(91)	(0,5)	-	-	(91)	(0,4)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	5.660	29,1	345	51,2	6.005	29,9
IRPJ e CSLL	(898)	(4,6)	(65)	(9,7)	(963)	(4,8)
Participação Minoritária	(253)	(1,3)	(280)	(41,5)	(533)	(2,7)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.509	23,2	-	-	4.509	22,4
Quantidade de ações em circulação na data do balanço (milhares) ⁽¹⁾	2.303.040				2.303.040	
Lucro por ação (em R\$)	1,96				1,96	

(1) O desdobramento de ações da Companhia realizado em 22 de maio de 2006 foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2006. Cada ação existente passou, tanto ordinária quanto preferencial, a ser representada por duas ações. Em 18 de agosto de 2004 já havia sido aprovado o desdobramento de ações da Companhia, quando então cada ação existente, tanto ordinária quanto preferencial, passou a ser representada por três ações. Para fins de comparação consideramos retroativamente os efeitos dos desdobramentos de ações no cálculo do lucro líquido por ações em circulação, apresentadas na demonstração do resultado.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO A RESPEITO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESULTADO OPERACIONAL DA COMPANHIA

A presente discussão acerca da situação financeira e resultados operacionais da Companhia deverá ser lida em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e revisadas de 30 de setembro de 2005 e 2006, anexas a este Prospecto como Parte IV, bem como com as informações incluídas na seção *Apresentação e Resumo das Demonstrações Financeiras da Companhia e Informações Financeiras Selecionadas da Companhia*.

A presente discussão contém declarações prospectivas que envolvem riscos e incertezas. Os resultados efetivos poderão diferir substancialmente daqueles discutidos nas declarações prospectivas em decorrência de vários fatores, inclusive daqueles que constam das seções *Atividades da Companhia – Estratégia e Fatores de Risco*.

A discussão e análise sobre a situação financeira e resultados operacionais foram estruturadas de modo a envolver:

- breve visão geral da Companhia e dos principais fatores que influenciam seus resultados operacionais, situação financeira e liquidez;
- exame da apresentação da situação financeira e políticas contábeis, inclusive as práticas contábeis críticas;
- discussão dos principais fatores que influenciam os resultados operacionais da Companhia;
- discussão dos resultados operacionais da Companhia relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006;
- discussão sobre os acontecimentos ocorridos desde 30 de setembro de 2006, que podem afetar de maneira relevante os resultados operacionais, situação financeira e liquidez da Companhia;
- discussão da liquidez e recursos de capital, inclusive do capital de giro, dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2005 e 2006, e das dívidas de curto prazo e de longo prazo relevantes em 30 de setembro de 2006;
- discussão das operações não registradas contabilmente;
- discussão dos investimentos de capital e compromissos contratuais da Companhia; e
- discussão qualitativa e quantitativa dos riscos de mercado que são enfrentados.

Apresentação das Demonstrações Contábeis e Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, foram auditadas bem como aquelas referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2005 e 2006, foram revisadas e foram elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que têm por base:

- a Lei das Sociedades por Ações; e
- as normas e regulamentos da CVM.

Principais Práticas Contábeis Críticas

Os critérios mencionados abaixo se referem às práticas contábeis críticas adotadas pela Companhia e que estão refletidas nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

Estimativas e Práticas Contábeis Críticas

Considera-se uma prática contábil como crítica quando esta é importante para a situação financeira e para os resultados das operações e exige estimativas e julgamentos significativos por parte da administração da Companhia. O sumário das principais práticas contábeis encontra-se na nota explicativa 7.5 das demonstrações contábeis da Companhia, anexas a este Prospecto como Parte IV.

Reservas minerais e Vida Útil de Minas

As estimativas de Reservas Provadas e as Reservas Prováveis são regularmente avaliadas e atualizadas. As Reservas Provadas e as Reservas Prováveis são determinadas usando técnicas de estimativa geralmente aceitas e em 2005 foram auditadas pela AMEC, uma empresa especializada em engenharia de mineração. O cálculo das Reservas requer que a Companhia assuma posições sobre as condições futuras que são extremamente incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas Reservas Provadas e Reservas Prováveis registradas.

Uma das maneiras pela qual as estimativas das Reservas Minerais são utilizadas é determinar as datas de fechamento das minas usadas para reconhecer o valor de mercado da provisão para baixa de ativos e o período nos quais os ativos de mineração serão amortizados. Qualquer alteração nas estimativas de vidas úteis futuras esperadas das minas ou dos ativos poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização reconhecidos nas demonstrações contábeis como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão também causar impacto significativo nas estimativas de custos ambientais e de recuperação, os quais estão descritos em maiores detalhes nas demonstrações contábeis.

Custos Ambientais e de Recuperação de Áreas Degradadas

Os gastos incorridos relacionados ao cumprimento das regulamentações ambientais são registrados no resultado ou capitalizados. Esses programas foram criados para minimizar o impacto ambiental das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor de mercado para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, caso uma estimativa razoável possa ser efetuada. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de mina como uma prática contábil crítica porque: (a) não incorrerá na maioria destes custos por vários anos, requerendo estimativas para longo prazo; (b) as leis e regulamentações de encerramento e restauração poderão mudar no futuro ou circunstâncias que afetam as operações poderão mudar, e qualquer um dos casos poderá resultar em desvios significativos dos planos atuais; e (c) o cálculo do valor de mercado da obrigação para desmobilização de ativos requer que a Companhia assuma premissas para projetar os fluxos de caixa, assim como estimativas de taxas de inflação, para determinar a taxa de juros de crédito livre de risco e determinar prêmios sobre riscos de mercado aplicáveis às operações.

O Departamento de Meio Ambiente da Companhia desenvolveu um guia que define as regras e procedimentos que devem ser usados para avaliar obrigações para retirada de ativos. Os custos futuros de baixa de todas as minas são estimados anualmente, considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Os custos futuros estimados são descontados a valor presente usando uma taxa de juros ajustada de crédito livre de risco.

IRPJ

A determinação da provisão para IRPJ ou o imposto de renda diferido ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da administração da Companhia. Para cada crédito fiscal futuro, avalia-se a probabilidade de parte ou todo ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro da Companhia em que o IRPJ diferido ativo foi reconhecido baseada na produção e planejamento de vendas, preços de *commodities*, custos operacionais, planos de reestruturação da Companhia e Controladas, custos de recuperação de áreas degradadas e custos de capital planejados. Vide nota explicativa 7.13 das demonstrações contábeis.

A Companhia reconhece uma provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

Contingências

Os passivos contingentes da Companhia são divulgados, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota, pelos consultores legais externos da Companhia. As contingências materiais encontram-se dispostas na nota explicativa 7.17 das demonstrações contábeis anexas a este Prospecto, como Parte IV.

O registro das contingências de um determinado passivo na data das demonstrações contábeis é feito quando o valor de perda pode ser razoavelmente estimado. Particularmente, dada a natureza incerta da legislação tributária brasileira, a avaliação de passivos tributários potenciais requer um julgamento significativo da administração. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente esses eventos poderão ocorrer em futuro longínquo. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Benefícios Pós-Aposentadoria dos Funcionários

A Companhia patrocina um plano de pensão de benefícios definidos que cobre substancialmente todos os seus funcionários. A determinação do montante das obrigações para os benefícios de pensão depende de determinadas suposições atuárias. Estas suposições são descritas na nota explicativa 7.19 das demonstrações contábeis da Companhia, anexas a este Prospecto como Parte IV e incluem, dentre outras, a taxa de retorno de longo prazo esperada sobre ativos da Companhia e aumentos de salário de seus funcionários.

Análise da Condição Financeira e dos Resultados Operacionais

A análise da condição financeira e dos resultados operacionais da Companhia aqui apresentada refere-se às demonstrações contábeis consolidadas da Companhia referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005. Esta análise deve ser lida em conjunto com os seguintes anexos a este Prospecto: (a) as demonstrações financeiras da Companhia e as notas nelas contidas, (b) as informações anuais – IAN da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 2003, 2004 e 2005, que também se encontram anexas a este Prospecto e (c) as informações trimestrais – ITR da Companhia para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2005 e 30 de setembro de 2006.

A partir da concordância da CVM e de seus auditores independentes, a Companhia passou, em 1º de janeiro de 2004, a consolidar integralmente as demonstrações financeiras da Albras, empresa produtora de alumínio.

Para manutenção do atributo da comparabilidade, a Companhia apresenta os saldos “pro forma” de 2003 com os ajustes necessários para refletir os efeitos da consolidação integral naquele exercício.

Efeitos da Variação da Taxa de Câmbio e Inflação na Situação Financeira e Resultados Operacionais

Historicamente, as receitas de vendas da Companhia vinculadas ao Dólar têm se situado em torno de 90% de todas as receitas da Companhia, enquanto os custos dos produtos e serviços mantiveram-se abaixo de 30%. Por sua vez, os empréstimos e financiamentos vinculados ao Dólar mantiveram-se acima de 80% do total de empréstimos e financiamentos da Companhia. Como as receitas são superiores aos empréstimos, a exposição cambial está protegida pelas receitas de vendas. Parte dos investimentos da Companhia no exterior também estão expostos à exposição cambial.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2003 comparado com exercício social findo em 31 de dezembro de 2004

Consolidado					
<u>Balanco Patrimonial</u>	31.12.2003	% Total		% Total	Variação %
ATIVO	<i>Pro forma</i>	do Ativo	31.12.2004	do Ativo	2003/2004
Circulante					
Disponibilidades	2.129	5,6	3.917	9,0	84,0
Contas a receber de clientes	2.577	6,8	3.076	7,1	19,4
Partes relacionadas	48	0,1	73	0,2	52,1
Estoques	2.195	5,8	2.894	6,7	31,8
Tributos a recuperar ou compensar	800	2,1	898	2,1	12,3
IRPJ e CSLL diferidos	299	0,8	428	1,0	43,1
Outros	661	1,8	644	1,3	(2,6)
	8.709	23,0	11.930	27,4	37,0
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Partes relacionadas	59	0,2	109	0,3	84,7
Empréstimos e financiamentos	197	0,5	150	0,4	(23,9)
IRPJ e CSLL	1.325	3,5	1.058	2,4	(20,2)
Depósitos judiciais	1.430	3,8	1.680	3,9	17,5
Imobilizado disponível para venda	86	0,2	111	0,3	29,1
Adiantamentos a fornecedores de energia	-	-	259	0,6	100,0
Tributos a recuperar ou compensar	-	-	87	0,2	100,0
Despesas antecipadas	118	0,3	95	0,2	(19,5)
Outros	549	1,5	162	0,3	(70,5)
	3.764	10,0	3.711	8,6	(1,4)
Ativo Permanente					
Participações societárias	3.313	8,8	2.830	6,5	(14,6)
Imobilizado	21.717	57,6	24.798	57,0	14,2
Diferido	236	0,6	203	0,5	(14,0)
	25.266	67,0	27.831	64,0	10,2
Total do Ativo	37.739	100,0	43.472	100,0	15,2

PASSIVO	31.12.2003 Pro forma	% Total do Passivo	31.12.2004	% Total do Passivo	Variação % 2003/2004
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	888	2,4	515	1,2	(42,0)
Parcela do circulante de empréstimo e financiamentos de longo prazo	3.575	9,5	2.526	5,8	(29,3)
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	1.518	4,0	1.972	4,5	29,9
Partes relacionadas	63	0,2	73	0,2	15,9
Salários e encargos sociais	268	0,7	399	0,9	48,9
Fundo de pensão	92	0,2	91	0,2	(1,0)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	337	0,9	1.557	3,6	362,0
Tributos e contribuições	225	0,6	1.286	3,0	471,6
Outros	731	1,9	907	2,0	24,1
	7.697	20,4	9.326	21,4	21,2
Não Circulante					
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	9.724	25,8	9.045	20,8	(7,0)
Partes relacionadas	9	-	41	0,1	355,6
Provisão para contingências	2.086	5,5	2.604	6,0	24,8
Fundo de pensão	570	1,5	570	1,3	-
Provisão para obrigações com desmobilização de ativos	232	0,6	354	0,8	52,6
Provisão para derivativos	323	0,9	430	1,0	33,1
Outros	537	1,4	891	2,1	65,9
	13.481	35,7	13.935	32,1	3,4
Resultados de Exercícios Futuros	157	0,4	10	-	(93,6)
Participações Minoritárias	1.464	3,9	2.031	4,7	38,7
Patrimônio Líquido					
Capital social	6.300	16,7	7.300	16,8	15,9
Reserva de lucros	8.640	22,9	10.870	25,0	25,8
	14.940	39,6	18.170	41,8	21,6
Total do Passivo	37.739	100,0	43.472	100,0	15,2

Ativo circulante

Disponibilidades. O aumento de 84,0%, de R\$2.129 milhões em 2003 para R\$3.917 milhões em 2004, refere-se basicamente aos desinvestimentos das CST e QCM, assim como do aumento no resultado das atividades operacionais.

Contas a receber de clientes. O aumento de 19,4%, de R\$2.577 milhões em 2003 para R\$3.076 milhões em 2004, refere-se ao aumento do preço de minério de ferro e Pelotas obtido na negociação de 2004.

Estoques. O aumento de 31,8%, de R\$2.195 milhões em 2003 para R\$2.894 milhões em 2004, refere-se ao aumento do estoque de peças para manutenção e reposição, em decorrência do aumento da base de ativos para atender à demanda dos seus produtos da Companhia.

Tributos a recuperar ou compensar. O aumento de 12,3%, de R\$800 milhões em 2003 para R\$898 milhões em 2004, refere-se basicamente a créditos acumulados da COFINS decorrente da sistemática de apuração alterada pela Lei n.º 10.833/03, a partir de fevereiro de 2004.

Ativo não circulante

Adiantamentos a fornecedores de energia. O aumento para R\$259 milhões em 2004, refere-se à antecipação das parcelas de fornecimento de energia, em decorrência do contrato entre Eletronorte e Albras estabelecido em 2004.

Outros. A queda de 70,5%, R\$549 milhões em 2003 para R\$162 milhões em 2004, refere-se aos tributos e valores mobiliários e contas a receber a longo prazo.

Participações societárias. A queda de 14,6%, de R\$3.313 milhões em 2003 para R\$2.830 milhões em 2004, refere-se basicamente ao ágio da Samitri devido à revisão ocorrida em 2004.

Imobilizado. O aumento de 14,2%, de R\$21.717 milhões em 2003 para R\$24.798 milhões em 2004, refere-se ao aumento da base de ativos devido à política de investimentos da Companhia, ampliando sua capacidade produtiva para atender à demanda mundial pelos seus produtos.

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos A queda de 42,0%, de R\$888 milhões em 2003 para R\$515 milhões em 2004, refere-se à desvalorização do Dólar frente ao Real, causando diminuição da dívida em Reais, uma vez que cerca de 90% do endividamento está vinculado ao Dólar.

Parcela do circulante de empréstimos e financiamentos de longo prazo. A queda de 29,3%, de R\$3.575 milhões em 2003 para R\$2.526 milhões em 2004, refere-se à desvalorização do Dólar frente ao Real, causando diminuição da dívida em Reais, uma vez que a maior parte do endividamento está vinculada ao Dólar.

Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros. O aumento de 29,9%, de R\$1.518 milhões em 2003 para R\$1.972 milhões em 2004, refere-se aos reajustes contratuais com os prestadores de serviço.

Salários e encargos sociais. O aumento de 48,9%, de R\$268 milhões em 2003 para R\$399 milhões, em 2004, refere-se ao ajuste salarial, ao aumento do número de funcionários e ao aumento do valor provisionado como participação no resultado.

Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos. O aumento de 362,0%, de R\$337 milhões em 2003 para R\$1.557 milhões em 2004, refere-se ao aumento da remuneração aos acionistas proposta pelo Conselho de Administração da Companhia em decorrência do aumento do lucro passível de distribuição.

Tributos e contribuições. O aumento de 471,6%, R\$225 milhões em 2003 para R\$1.286 milhões em 2004, refere-se ao aumento no passivo de CSLL e do IRPJ, como reflexo do aumento dos lucros tributários.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos. A queda de 7,0%, de R\$9.724 milhões em 2003 para R\$9.045 milhões em 2004, refere-se à desvalorização do Dólar frente ao Real, causando diminuição da dívida em Reais, uma vez que a maior parte do endividamento está vinculada ao Dólar.

Provisões para obrigações com desmobilização de ativos. O aumento de 52,6%, de R\$232 milhões em 2003 para R\$354 milhões em 2004 deve-se basicamente à inclusão de algumas minas e alteração prevista das datas de exaustão das Reservas Minerais.

Provisões para derivativos. O aumento de 33,1%, de R\$323 milhões em 2003 para R\$430 milhões em 2004 refere-se à perda no derivativo da *commodity* alumínio em função do aumento de preço do produto referenciado internacionalmente.

Provisões para contingência. O aumento de 24,8%, de R\$2.086 milhões em 2003 para R\$2.604 milhões em 2004, refere-a à entrada em vigor do novo Código Civil que nos requereu rever os valores e os prognósticos de centenas de

ações que versam sobre responsabilidade civil (ações indenizatórias, em especial as que versam sobre acidentes ferroviários, acidentes do trabalho e doença profissional).

Patrimônio líquido. O aumento de R\$14.940 milhões em 2003 para R\$18.170 milhões em 2004 refere-se basicamente ao aumento de capital ocorrido em abril de 2004, mediante a capitalização de parte da reserva de expansão, no montante de R\$910 milhões, e capitalização da reserva de incentivos fiscais no montante de R\$90 milhões, sem emissão de novas ações.

Consolidado

<u>Demonstração de Resultado</u>	31.12.2003 <i>Pro forma</i>	% Receita Operacional Líquida	31.12.2004	% Receita Operacional Líquida	Variação % 2003/2004
Receita operacional bruta	20.895	103,9	29.020	105,4	38,9
Impostos sobre vendas	(779)	(3,9)	(1.476)	(5,4)	89,4
Receita operacional líquida	20.116	100,0	27.544	100,0	36,9
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(11.330)	(56,3)	(14.123)	(51,3)	24,7
Lucro bruto	8.786	43,7	13.421	48,7	52,8
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	(295)	(1,5)	(412)	(1,5)	39,7
Despesas administrativas	(822)	(4,1)	(1.125)	(4,1)	36,9
Pesquisa e desenvolvimento	(249)	(1,2)	(440)	(1,6)	76,7
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(755)	(3,8)	(955)	(3,5)	26,5
Item não recorrente	-	-	(183)	(0,6)	100,0
Lucro Operacional	6.665	33,1	10.306	37,4	54,6
Resultado de participações societárias	(540)	(2,7)	156	0,6	128,9
Resultado financeiro líquido	(203)	(1,0)	(2.000)	(7,3)	885,2
Venda de ativos	174	0,9	551	2,0	216,7
Mudança de prática contábil	(91)	(0,4)	-	-	(100,0)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	6.005	29,9	9.013	32,7	50,1
IRPJ e CSLL	(963)	(4,8)	(1.810)	(6,5)	88,0
Participação minoritária	(533)	(2,7)	(743)	(2,7)	39,4
Lucro líquido do exercício	4.509	22,4	6.460	23,5	43,3
Quantidade de ações em circulação na data do balanço (milhares) ⁽¹⁾	2.303.040		2.303.040		
Lucro por ação (em R\$)	1,96		2,80		

(1) A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2006 aprovou o desdobramento de ações da Companhia, sendo este realizado em 22 de maio de 2006. Cada ação existente passou, tanto ordinária quanto preferencial, a ser representada por duas ações. Em 18 de agosto de 2004 já havia sido aprovado o desdobramento de ações da Companhia, quando então cada ação existente, tanto ordinária quanto preferencial, passou a ser representada por três ações. Para fins de comparação consideramos retroativamente os efeitos dos desdobramentos de ações no cálculo do lucro líquido por ações em circulação, apresentadas na demonstração do resultado.

Consolidado

EBITDA ajustado⁽¹⁾ reconciliado com o lucro operacional	31.12.2003 Pro forma	% Participação	31.12.2004	% Participação	Variação % 2003/2004
Lucro operacional	6.665	82,3	10.306	84,2	54,6
Depreciação e amortização	1.302	16,1	1.694	13,8	30,1
Dividendos recebidos	38	0,5	66	0,5	73,7
Item não recorrente	95	1,1	183	1,5	92,6
EBITDA ajustado	8.100	100,0	12.249	100,0	51,2
Margem EBITDA ⁽²⁾	40,2%		44,4%		4,2 p.p.

(1) EBITDA ajustado = O EBITDA, de acordo com Ofício Circular CVM n.º 1/2006, são os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA ajustado leva ainda em consideração os dividendos recebidos e a exclusão dos itens não recorrentes. O EBITDA ajustado não é uma medida de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA ajustado não possui significado padronizado e nossa definição de EBITDA ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras sociedades.

(2) MARGEM EBITDA = Divisão do EBITDA ajustado pela receita operacional líquida.

Receita operacional bruta

As receitas operacionais brutas aumentaram para R\$29.020 milhões em 2004, 38,9% a mais que 2003. Destaque-se que em 2004 a Companhia passou a consolidar doze meses da CAEMI e da FCA, enquanto em 2003 essas empresas foram consolidadas apenas quatro meses. Além disso, iniciaram-se as operações da Companhia com Cobre e ocorreu operação a plena capacidade da usina de pelotização de São Luis. Parte desse efeito positivo foi compensado com a desvalorização do Dólar frente ao real, uma vez que a maior parte das vendas da Companhia estão vinculadas ao Dólar (cerca de 90,0% em 2004 e 2003). A tabela abaixo demonstra as receitas operacionais brutas por produto e as receitas operacionais da Companhia para os períodos indicados:

Consolidado		Valores em R\$ milhões			
Receita operacional bruta		Exercício Social Findo Em			
	31.12.2003 Pro forma	% Participação	31.12.2004	% Participação	Variação %
Minério de ferro	7.743	38,5	11.030	40,0	42,5
Pelotas	3.414	17,0	4.596	16,7	34,6
Subtotal	11.157	55,5	15.626	56,7	40,1
Manganês e Ferroligas	1.098	5,5	2.084	7,6	89,8
Cobre	-	-	592	2,2	100,0
Caulim	320	1,6	468	1,7	46,3
Potássio	289	1,4	362	1,3	25,3
Total de minerais e metais	12.864	64,0	19.132	69,5	48,7
Produtos relacionados ao alumínio	3.534	17,6	4.055	14,7	14,7
Serviços de transporte	2.134	10,6	3.025	11,0	41,8
Produtos siderúrgicos	2.217	11,0	2.731	9,9	23,2
Outros produtos e serviços	146	0,7	77	0,3	(47,3)
Total da receita operacional bruta	20.895	103,9	29.020	105,4	38,9
Impostos sobre vendas	(779)	(3,9)	(1.476)	(5,4)	89,4
Total da receita operacional líquida	20.116	100,0	27.544	100,0	36,9

Consolidado <i>Faturamento por Mercado</i>	Valores em R\$ milhões Exercício Social Findo Em				
	31.12.2003 <i>Pro forma</i>	% Participação	31.12.2004	% Participação	Variação %
Mercado Externo	15.827	75,8	22.090	76,1	39,6
Mercado Interno	5.068	24,2	6.930	23,9	36,7
Total da receita operacional bruta	20.895	100,0	29.020	100,0	38,9

Minério de ferro. A receita bruta de venda de minério de ferro aumentou 42,5%, de R\$7.743 milhões em 2003 para R\$11.030 milhões em 2004, principalmente devido ao aumento de 23,7% no embarque de minério de ferro e aumento de 15,3% nos preços médios de venda. O aumento nos embarques foi derivado principalmente da consolidação da CAEMI para todo o ano de 2004 em comparação com apenas quatro meses em 2003 (R\$2.476 milhões em 2004 contra R\$865 milhões em 2003). A variação positiva restante resultou do aumento da produção das atuais minas (principalmente em Carajás) e do aumento nas vendas de 9,2 milhões de toneladas em 2003 para 15,9 milhões de toneladas em 2004. Os preços refletiram os aumentos do preço do minério de ferro acordados com as maiores siderúrgicas em janeiro de 2004 no percentual de 19,0%, em Dólares.

Pelotas. A receita bruta de venda de Pelotas aumentou 34,6%, de R\$3.414 milhões em 2003 para R\$4.596 milhões em 2004. O aumento foi derivado de um aumento de 25,2% no volume embarcado, refletindo a demanda por Pelotas, bem como a operação total da pelotizadora da Companhia em São Luís, que contribuiu com 2,4 milhões de toneladas em 2004, e um aumento de 7,9% nos preços médios de venda. Os aumentos de preço refletiram os preços de Pelotas acordados com as maiores siderúrgicas em janeiro de 2004 no percentual de 19,0%, em Dólares.

Manganês e Ferroligas. A receita bruta de venda de minério de Manganês e Ferroligas aumentou 89,8%, de R\$1.098 milhões em 2003 para R\$2.084 milhões em 2004. O aumento resultou de:

- Acréscimo de 101,1% na receita bruta de venda de Ferroligas, de R\$948 milhões em 2003 para R\$1.906 milhões em 2004. O aumento foi derivado da forte demanda pelos produtos de Ferroliga da indústria siderúrgica e o impacto da produção de Ferroliga de um ano da RDMN em 2004 comparado com seis meses em 2003 (a RDMN passou a ser consolidada em julho de 2003). Estes fatores levaram a um aumento de 5,9% no volume de vendas e um aumento de 89,8% nos preços médios de venda em decorrência da demanda e da diversificação de produtos.
- Aumento de 18,7% na receita bruta de venda de minério de Manganês, de R\$150 milhões em 2003 para R\$178 milhões em 2004. As receitas foram afetadas positivamente em 5,0% em função do aumento nos preços médios de venda comparados a 2003 enquanto que os volumes cresceram em 12,9%.

Cobre. A Companhia começou a vender seu concentrado de Cobre da mina de Sossego em junho de 2004, gerando receita bruta de venda de R\$592 milhões.

Caulim. A receita bruta de venda do Caulim cresceu 46,3%, de R\$320 milhões em 2003 para R\$468 milhões em 2004. Este aumento deriva basicamente da consolidação de 12 meses da CADAM através da CAEMI em 2004 contra quatro meses em 2003 (R\$362 milhões em 2004 contra R\$120 milhões em 2003), parcialmente compensado com a queda do preço médio devido ao câmbio e ao mix de produtos.

Potássio. A receita de venda bruta de Potássio aumentou 25,3%, de R\$289 milhões em 2003 para R\$362 milhões em 2004, em razão de um aumento de 34,0% nos preços médios de venda, refletindo a forte demanda. Os preços médios de venda mais altos foram parcialmente compensados por um volume de venda mais baixo, 6,5% em 2004. Os embarques foram mais baixos em 2004 devido à produção que foi limitada em consequência do projeto de expansão da mina de Potássio Taquari-Vassouras da Companhia, projetada para aumentar sua capacidade de produção em 2005.

Produtos relacionados ao alumínio. A receita bruta de venda dos produtos relacionados ao alumínio aumentou 14,7%, de R\$3.534 milhões em 2003 para R\$4.055 milhões em 2004. Esse aumento ocorreu em consequência de:

- Um aumento de 13,4% na receita bruta de venda de alumínio, de R\$2.151 milhões em 2003 para R\$2.439 milhões em 2004. O aumento foi substancialmente devido ao preço médio de venda, que aumentou 16,0%, em função principalmente da forte demanda mundial por alumínio.
- Um aumento de 16,0% na receita bruta de Alumina, R\$1.134 milhões em 2003 e R\$1.315 milhões em 2004. O decréscimo de 7,0% no volume de vendas foi compensado pelo aumento do preço médio de 28,7%, derivado do aumento na demanda mundial pela Alumina, em decorrência do alumínio.
- Um aumento de 20,9% na receita bruta de venda da Bauxita, de R\$249 milhões em 2003 para R\$301 milhões em 2004. Este aumento foi principalmente devido ao aumento de 25,5% no volume vendido. O preço permaneceu relativamente estável, refletindo preços da Bauxita que são estabelecidos com base nos preços do alumínio e Alumina dos três trimestres anteriores, excluindo-se o trimestre que antecedeu as negociações de preço.

Serviços de transporte. A receita bruta dos serviços de transporte aumentou 41,8%, de R\$2.134 milhões em 2003 para R\$3.025 milhões em 2004. A melhora do desempenho nas receitas logísticas reflete os esforços da Companhia para incrementar a capacidade ferroviária visando a explorar oportunidades fornecidas pela produção agrícola, especialmente a produção de grãos e aumento de embarques devido à maior produção brasileira de aço em 2004. As receitas brutas da Companhia também foram afetadas positivamente pela consolidação da FCA, que se deu em setembro de 2003. Em particular, o aumento na receita bruta referente a serviços de logística reflete:

- Um aumento de 48,5% na receita bruta de venda de transporte ferroviário, de R\$1.431 milhões em 2003 para R\$2.125 milhões em 2004. O aumento resultou basicamente da consolidação da CAEMI (R\$244 milhões em 2004 contra R\$61 milhões em 2003). O aumento nos volumes transportados refletiu a aquisição da FCA, a forte demanda por serviços de carga geral e a aquisição do estoque da Companhia, através da adição de vagões e locomotivas, bem como um aumento de 12,8% nos preços médios de venda em consequência do aumento da demanda que também contribuíram positivamente.
- Um aumento de 21,3% na receita bruta de venda de operações portuárias, de R\$371 milhões em 2003 para R\$450 milhões em 2004, em consequência do aumento do preço médio devido à demanda.
- Um aumento de 35,5% na receita bruta de venda de navegação, de R\$332 milhões em 2003 para R\$450 milhões em 2004 devido ao aumento do serviço de transporte de grãos.

Siderurgia. A receita bruta de venda da área de siderurgia aumentou 23,2%, de R\$2.217 milhões em 2003 para R\$2.731 milhões em 2004, devido principalmente ao aumento dos preços médios de venda em 44,7%.

Outros produtos e serviços. A receita bruta de venda de outros produtos e serviços diminuiu 47,3%, de R\$146 milhões em 2003 para R\$77 milhões em 2004, refletindo principalmente a venda em 2003, pela RDMN, do excesso da energia a terceiros no mercado norueguês durante a conversão de suas fábricas.

Impostos sobre vendas

O aumento de 89,4%, de R\$779 milhões em 2003 para R\$1.476 milhões em 2004 deve-se ao aumento da alíquota do PIS e Cofins a partir de março de 2004, além da consolidação da CAEMI (R\$199 milhões em 2004 contra R\$48 milhões em 2003) e FCA (R\$111 milhões em 2004 contra R\$39 milhões em 2003).

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida cresceu 36,9%, passando de R\$20.116 milhões em 2003 para R\$27.544 milhões em 2004 em decorrência do aumento da receita operacional bruta e impostos sobre vendas comentados acima.

Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas

Os custos relacionados aos serviços e mercadorias vendidas da Companhia estão detalhados abaixo:

Consolidado Descrição	Valores em R\$ milhões				
	31.12.2003 <i>pro forma</i>	% Participação	31.12.2004	% Participação	Variação %
Custo de minérios e metais	6.255	55,2	8.528	60,4	36,3
Custo de serviços de transporte	1.397	12,3	1.805	12,8	29,2
Custo de produtos relacionados ao alumínio	2.072	18,3	2.013	14,3	(2,8)
Custo de produtos siderúrgicos	1.551	13,7	1.738	12,3	12,1
Outros	55	0,5	39	0,2	(29,0)
Total de custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	11.330	100,0	14.123	100,0	24,7

Comentários sobre o custo por natureza

O custo total das mercadorias vendidas aumentou 24,7%, de R\$11.330 milhões em 2003 para R\$14.123 milhões em 2004. Este aumento resultou, em parte, da consolidação da CAEMI e da FCA durante todo o ano de 2004, comparado com apenas quatro meses para a CAEMI e a FCA em 2003. Os outros fatores principais que explicam esse aumento no custo de mercadorias vendidas durante 2004 foram:

- Os custos com materiais, inclusive combustível e gás, aumentou em R\$763 milhões ou 24,2% em 2004, devido principalmente do aumento significativo na produção total da Companhia, resultante, principalmente, da consolidação da CAEMI e da FCA, variação de R\$110 milhões da CAEMI e R\$66 milhões da FCA, bem como o aumento dos volumes vendidos e dos preços do combustível e gás.
- O custo dos serviços terceirizados aumentou em R\$672 milhões ou 37,3%, em 2004, devido principalmente ao aumento nos custos de serviços de logística terceirizados, resultantes da consolidação da CAEMI (variação de R\$299 milhões) e FCA (variação de R\$7 milhões) pela Companhia, e do aumento dos serviços prestados em decorrência do aumento do volume explorado e dos reajustes contratuais.
- Os gastos com eletricidade aumentaram em R\$255 milhões em 2004 ou 25,6%, em razão principalmente do aumento da produção e aumento da tarifa da energia elétrica.
- Os custos de amortização de ágio aumentaram em R\$218 milhões em 2004 devido à incorporação da Ferteco e da revisão das projeções de rentabilidade do ágio da empresa também incorporada Samitri.

Custos de minerais e metais. O custo de minérios e metais vendidos aumentou 36,3%, de R\$6.255 milhões em 2003 para R\$8.528 milhões em 2004, principalmente devido ao aumento no volume de vendas de minério de ferro e Pelotas, Cobre, Caulim, Manganês e Ferroligas. Uma parte do aumento no custo de minerais e metais vendidos também reflete os altos custos associados com as compras de minério de ferro de terceiros para atender à demanda em excesso. A Companhia comprou 15,9 milhões de toneladas em 2004 e 9,2 milhões de toneladas em 2003. O aumento do custo de minérios e metais durante 2004 também inclui custos gerados pela consolidação de doze meses da CAEMI, comparado com quatro meses em 2003 (R\$1.084 milhões em 2004 contra R\$465 milhões em 2003) e o início das operações de Cobre em 2004 (R\$262 milhões).

Custo de serviços de transporte. O custo de serviços logísticos aumentou 29,2%, de R\$1.397 milhões em 2003 para R\$1.805 milhões em 2004. O aumento refere-se basicamente à consolidação de doze meses da FCA em 2004, comparado a quatro meses em 2003 (R\$572 milhões em 2004 contra R\$358 milhões em 2003) e CAEMI (R\$211 milhões em 2004 e R\$65 milhões em 2003), assim como aumento com combustível.

Custo de produtos relacionados ao alumínio. O custo dos produtos relacionados ao alumínio caiu 2,8%, de R\$2.072 milhões em 2003 para R\$2.013 milhões em 2004 devido basicamente a queda dos volumes vendidos.

Custo de produtos siderúrgicos. O custo dos produtos siderúrgicos aumentou 12,1%, de R\$1.551 milhões em 2003 para R\$1.738 milhões em 2004 devido, basicamente, ao aumento dos custos com insumos.

Custo de outros produtos e serviços. O custo de outros produtos e serviços caiu 29,0%, de R\$55 milhões em 2003 para R\$39 milhões em 2004, refletindo principalmente a venda, em 2003, pela RDMN, do excesso da energia a terceiros no mercado norueguês durante a conversão de suas fábricas.

Lucro bruto

O aumento do lucro bruto em 52,8%, de R\$8.786 milhões em 2003 para R\$13.421 milhões em 2004 deve-se ao reajuste dos preços de referência do minério de ferro e das Pelotas e ao aumento no volume vendido de minério de ferro, Pelotas e Cobre, este com início de operações em de junho de 2004. Esses efeitos, contudo, foram parcialmente compensados com a desvalorização do Dólar médio frente ao Real em 5,0% e aos reajustes nos preços dos materiais, óleo combustível, energia e serviços.

Receitas (despesas) operacionais

Consolidado Descrição	Valores em R\$ milhões				
	31.12.2003 <i>Pro forma</i>	% Participação	31.12.2004	% Participação	Variação %
Despesas de vendas	295	13,9	412	13,2	39,7
Despesas administrativas	822	38,8	1.125	36,1	36,9
Pesquisa e desenvolvimento	249	11,7	440	14,1	76,7
Outras despesas operacionais	755	35,6	955	30,6	26,5
Item não recorrente – amortização de ágio Samitri	-	-	183	6,0	100,0
Total das despesas operacionais	2.121	100,0	3.115	100,0	46,9

Despesas de vendas

As despesas de vendas aumentaram 39,7%, de R\$295 milhões em 2003 para R\$412 milhões em 2004. Este aumento resultou principalmente ao aumento de vendas e da consolidação da Caemi e FCA (R\$75 milhões e R\$7 milhões em 2004, e R\$20 milhões e R\$7 milhões em 2003, referentes à CAEMI e FCA, respectivamente).

Despesas administrativas

As despesas administrativas aumentaram 36,9%, de R\$822 milhões em 2003 para R\$1.125 milhões em 2004. Este aumento resultou principalmente da consolidação de doze meses da CAEMI e da FCA ao longo de todo o ano de 2004, comparado aos quatro meses de resultados da CAEMI e da FCA para 2003 (R\$167 milhões e R\$32 milhões em 2004, e R\$75 milhões e R\$13 milhões em 2003, referentes à CAEMI e FCA, respectivamente). O restante reflete principalmente os gastos de vendas devido ao aumento nas receitas de vendas e aumento em salários.

Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram 76,7%, de R\$249 milhões em 2003 para R\$440 milhões em 2004. Este aumento está em conformidade com os planos de expansão da Companhia para a diversificação da sua produção e expansão da produção para atender à demanda mundial.

Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais aumentaram 26,5%, de R\$755 milhões em 2003 para R\$955 milhões em 2004. Estes custos e despesas refletiram principalmente as provisões para contingências e participação no resultado.

Item não recorrente – amortização de ágio Samitri

Com base na instrução CVM 247, de 27 de março de 1996, foi revisado o prazo de amortização do ágio gerado na aquisição da Samitri. Após a revisão das projeções de resultados futuros, foi adotado novo prazo de amortização de cinco anos, principalmente devido ao aumento do fluxo de dividendos recebidos da Samarco, tendo sido reconhecido no resultado uma despesa extraordinária de R\$183 milhões.

Lucro operacional

O aumento do lucro operacional, em 54,6%, de R\$6.665 milhões em 2003 para R\$10.306 milhões em 2004 deve-se, principalmente, aos fatos explicados acima.

Resultado de participações societárias

A variação de 128,9% no resultado de participações societárias, de R\$540 milhões de despesa em 2003 para R\$156 milhões de receita em 2004, refere-se à redução do ágio em decorrência da incorporação da Ferteco em 2003.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido variou R\$1.797 milhões ou 885,2%, de R\$203 milhões de despesa em 2003 para R\$2.000 milhões de despesa em 2004, devido basicamente à consolidação da CAEMI e FCA (variação de R\$101 milhões).

Venda de ativos

Em 2004, o valor de venda de ativos reflete a venda da participação da CST e, em 2003, reflete a venda da Fertilizantes Fosfatados S.A.- FOSFÉRTIL.

Mudança de prática contábil

Objetivando o aprimoramento de suas práticas contábeis, a FCA alterou em 2003 o reconhecimento dos custos de arrendamentos e concessões, buscando reconhecê-los como arrendamento operacional. Como reflexo desta alteração, foi ajustada diretamente na conta de lucros acumulados a baixa do saldo de “despesa de arrendamento e concessão paga antecipadamente” já incorrida. A administração da FCA entende que a adoção deste procedimento está em linha com as melhores práticas de contabilização de concessões governamentais, previstas na minuta de deliberação colocada em audiência pública pela CVM em 14 de dezembro de 2001. Atendendo ao disposto na instrução CVM 247, de 27 de março de 1996, a Companhia reconheceu os efeitos dos ajustes feitos pela FCA diretamente no resultado de participações societárias. Para fins das demonstrações contábeis consolidadas, os reflexos não eliminados desses ajustes estão sendo apresentados em linha própria da demonstração do resultado sob a rubrica “Mudança de Prática Contábil”.

IRPJ e CSLL

O IRPJ e a CSLL representaram uma despesa de R\$1.810 milhões em 2004 e, em 2003, uma despesa de R\$963 milhões, em decorrência principalmente do aumento do lucro tributável.

Participação de minoritários

O aumento de R\$533 milhões de despesa em 2003 para R\$743 milhões de despesa em 2004 deve-se à variação dos percentuais detidos pelos demais acionistas nos resultados das empresas consolidadas pela Companhia.

Lucro líquido do exercício

O aumento em 43,3% do lucro líquido, de R\$4.509 milhões em 2003 para R\$6.460 milhões em 2004, reflete os acontecimentos analisados acima.

EBITDA ajustado

O aumento de 51,2% do EBITDA ajustado, de R\$8.100 milhões, em 2003, para R\$12.249 milhões, em 2004, deve-se ao reajuste dos preços de referência do minério de ferro e das Pelotas, bem como ao aumento nos volumes vendidos de minério de ferro e Cobre, este com início de operações em junho de 2004. Esses efeitos, entretanto, foram parcialmente compensados com a desvalorização do Dólar médio frente ao Real, em 5%, e aos reajustes nos preços dos materiais, óleo combustível, energia e serviços.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2004 comparado com exercício social findo em 31 de dezembro de 2005

Consolidado					
<u>Balanco Patrimonial</u>	31.12.2004	% Total do Ativo	31.12.2005	% Total do Ativo	Variação % 2004/2005
ATIVO					
Circulante					
Disponibilidades	3.917	9,0	2.703	5,0	(31,0)
Contas a receber de clientes	3.076	7,1	4.183	7,8	36,0
Partes relacionadas	73	0,2	134	0,3	83,6
Estoques	2.894	6,7	3.235	6,0	11,8
Tributos a recuperar ou compensar	898	2,1	986	1,8	9,8
IRPJ e CSLL diferidos	428	1,0	428	0,8	-
Outros	644	1,3	902	1,8	40,1
	11.930	27,4	12.571	23,5	5,4
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Partes relacionadas	109	0,3	6	-	(94,5)
Empréstimos e financiamentos	150	0,4	143	0,3	(4,7)
IRPJ e CSLL	1.058	2,4	1.043	2,0	(1,4)
Depósitos judiciais	1.680	3,9	1.667	3,1	(0,8)
Imobilizado disponível para venda	111	0,3	54	0,1	(51,4)
Adiantamentos a fornecedores de energia	259	0,6	727	1,3	180,7
Tributos a recuperar ou compensar	87	0,2	313	0,6	259,8
Despesas antecipadas	95	0,2	90	0,2	(5,3)
Outros	162	0,3	192	0,3	18,5
	3.711	8,6	4.235	7,9	14,1
Ativo Permanente					
Participações societárias	2.830	6,5	2.814	5,3	(0,6)
Imobilizado	24.798	57,0	33.768	63,0	36,2
Diferido	203	0,5	206	0,3	1,5
	27.831	64,0	36.788	68,6	32,2
Total do Ativo	43.472	100,0	53.594	100,0	23,3

PASSIVO	31.12.2004	% Total do Passivo	31.12.2005	% Total do Passivo	Variação % 2004/2005
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	515	1,2	517	1,0	0,4
Parcela do circulante de empréstimo e financiamentos de longo prazo	2.526	5,8	2.940	5,5	16,3
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	1.972	4,5	2.684	5,0	36,1
Partes relacionadas	73	0,2	81	0,2	11,0
Salários e encargos sociais	399	0,9	542	1,0	35,8
Fundo de pensão	91	0,2	70	0,1	(23,1)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	1.557	3,6	2.907	5,4	86,7
Tributos e contribuições	1.286	3,0	909	1,7	(29,3)
Outros	907	2,0	1.017	1,9	12,1
	9.326	21,4	11.667	21,8	25,1
Não Circulante					
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	9.045	20,8	9.066	16,9	0,2
Partes relacionadas	41	0,1	3	-	(92,7)
Provisão para contingências	2.604	6,0	3.183	5,9	22,2
Fundo de pensão	570	1,3	563	1,1	(1,2)
Provisão para obrigações com desmobilização de ativos	354	0,8	549	1,0	55,1
Provisão para derivativos	430	1,0	610	1,1	41,9
Outros	891	2,1	941	1,8	5,6
	13.935	32,1	14.915	27,8	7,0
Resultados de Exercícios Futuros	10	-	9	-	(10,0)
Participações Minoritárias	2.031	4,7	2.951	5,5	45,3
Patrimônio Líquido					
Capital social	7.300	16,8	14.000	26,1	91,8
Reserva de lucros	10.870	25,0	10.052	18,8	(7,5)
	18.170	41,8	24.052	44,9	32,4
Total do Passivo	43.472	100,0	53.594	100,0	23,3

Ativo circulante

Disponibilidades. A queda de 31,0%, de R\$3.917 milhões em 2004 para R\$2.703 milhões em 2005, refere-se ao desembolso para compra da Canico e ao pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos.

Contas a receber de clientes. O aumento de 36,0%, de R\$3.076 milhões em 2004 para R\$4.183 milhões em 2005, refere-se ao aumento do preço de minério de ferro e Pelotas obtido na negociação de 2005.

Estoques. O aumento de 11,8%, de R\$2.894 milhões em 2004 para R\$3.235 milhões em 2005, refere-se ao aumento do custo de produção da Companhia, conforme explicado no comentário de resultado.

Tributos a recuperar ou compensar. O aumento de 9,8%, de R\$898 milhões em 2004 para R\$986 milhões em 2005, refere-se ao aumento na antecipação de IRPJ e CSLL e dos créditos de PIS e COFINS não cumulativos.

Ativo não circulante

Adiantamentos a fornecedores de energia. O aumento de 180,7%, de R\$259 milhões em 2004 para R\$727 milhões em 2005, refere-se à antecipação das parcelas de fornecimento de energia em decorrência da renovação de contrato entre Eletronorte e Albras.

Imobilizado. O aumento de 36,2%, de R\$24.798 milhões em 2004 para R\$33.768 milhões em 2005, refere-se principalmente à aquisição da Canico, expansão das minas de Potássio e de Cobre, aquisição de vagões e locomotivas devido à política de investimentos da Companhia, ampliando sua capacidade produtiva para satisfazer a demanda mundial por seus produtos.

Passivo circulante

Parcela do circulante de empréstimos e financiamentos de longo prazo. O aumento de 16,3%, de R\$2.526 milhões em 2004 para R\$2.940 milhões em 2005, refere-se ao cumprimento de obrigações programadas para serem liquidadas no ano.

Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros. O aumento de 36,1%, de R\$1.972 milhões em 2004 para R\$2.684 milhões em 2005, refere-se ao aumento de extração e produção para atender ao aumento da demanda, além do aumento por aquisição de bens para o imobilizado.

Salários e encargos sociais. O aumento de 35,8%, de R\$399 milhões em 2004 para R\$542 milhões em 2005, refere-se ao ajuste salarial e ao aumento do número de funcionários.

Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos. O aumento de 86,7%, de R\$1.557 milhões em 2004 para R\$2.907 milhões em 2005, refere-se ao aumento da remuneração aos acionistas proposta pelo Conselho de Administração da Companhia em decorrência do aumento do lucro passível de distribuição.

Tributos e contribuições. A diminuição de 29,3%, de R\$1.286 milhões em 2004 para R\$909 milhões em 2005, refere-se ao aumento de receitas não tributadas no final do exercício, maior aproveitamento de incentivos fiscais, maior dedutibilidade nos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia, causando redução no passivo.

Passivo não circulante

Provisões para contingências. O aumento de 22,2%, de R\$2.604 milhões em 2004 para R\$3.183 milhões em 2005, refere-se, principalmente, às ações movidas pela Companhia, discutindo diversos aspectos do IRPJ, do PIS, da COFINS, e autuações sofridas relacionadas ao ICMS.

Provisões para obrigações com desmobilização de ativos. O aumento de 55,1%, de R\$354 milhões em 2004 para R\$549 milhões em 2005 deve-se basicamente à evolução das atividades das minas, alteração dos custos unitários estimados e alteração prevista da data de exaustão da Reserva Mineral.

Provisões para derivativos. O aumento de 41,9%, de R\$430 milhões em 2004 para R\$610 milhões em 2005 refere-se à marcação a mercado significativa na área de alumínio.

Patrimônio líquido. O aumento de R\$18.170 milhões em 2004 para R\$24.052 milhões em 2005 refere-se basicamente ao aumento de capital ocorrido em abril deste ano, realizado mediante a capitalização de parte da reserva de expansão, no montante de R\$5.129 milhões, parte da reserva legal no montante de R\$526 milhões, da reserva de exaustão, no montante de R\$1.004 milhões, e da reserva de incentivos fiscais, no montante de R\$41 milhões, sem emissão de novas ações.

Consolidado

<u>Demonstração de Resultado</u>	31.12.2004	% Receita Operacional Líquida	31.12.2005	% Receita Operacional Líquida	Variação % 2004/2005
Receita operacional bruta	29.020	105,4	35.350	104,0	21,8
Impostos sobre vendas	(1.476)	(5,4)	(1.357)	(4,0)	(8,1)
Receita operacional líquida	27.544	100,0	33.993	100,0	23,4
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(14.123)	(51,3)	(16.311)	(48,0)	15,5
Lucro bruto	13.421	48,7	17.682	52,0	31,7
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	(412)	(1,5)	(340)	(1,1)	(17,5)
Despesas administrativas	(1.125)	(4,1)	(1.280)	(3,8)	13,8
Pesquisa e desenvolvimento	(440)	(1,6)	(672)	(2,0)	52,7
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(955)	(3,5)	(834)	(2,4)	(12,7)
Item não recorrente	(183)	(0,6)	-	-	(100,0)
Lucro Operacional	10.306	37,4	14.556	42,8	41,2
Resultado de participações societárias	156	0,6	269	0,8	72,4
Resultado financeiro líquido	(2.000)	(7,3)	(1.276)	(3,8)	(36,2)
Venda de ativos	551	2,0	298	0,9	(45,9)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	9.013	32,7	13.847	40,7	53,6
IRPJ e CSLL	(1.810)	(6,5)	(2.368)	(7,0)	30,8
Participação minoritária	(743)	(2,7)	(1.036)	(3,0)	39,4
Lucro líquido do exercício	6.460	23,5	10.443	30,7	61,7
Quantidade de ações em circulação na data do balanço (milhares) ⁽¹⁾	2.303.040		2.303.040		
Lucro por ação (em R\$)	2,80		4,53		

(1) A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2006 aprovou o desdobramento de ações da Companhia, sendo este realizado em 22 de maio de 2006. Cada ação existente passou, tanto ordinária quanto preferencial, a ser representada por duas ações. Em 18 de agosto de 2004 já havia sido aprovado o desdobramento de ações da Companhia, quando então cada ação existente, tanto ordinária quanto preferencial, passou a ser representada por três ações. Para fins de comparação consideramos retroativamente os efeitos dos desdobramentos de ações no cálculo do lucro líquido por ações em circulação, apresentadas na demonstração do resultado.

Consolidado

EBITDA ajustado⁽¹⁾ reconciliado com o lucro operacional	31.12.2004	% Participação	31.12.2005	% Participação	Variação % 2004/2005
Lucro operacional	10.306	84,2	14.556	87,2	41,2
Depreciação e amortização	1.694	13,8	1.994	11,9	17,7
Dividendos recebidos	66	0,5	151	0,9	128,8
Item não recorrente	183	1,5	-	-	(100,0)
EBITDA ajustado	12.249	100,0	16.701	100,0	36,3
Margem EBITDA ⁽²⁾	44,4%		49,1%		4.7 p.p.

(1) EBITDA ajustado = O EBITDA, de acordo com Ofício Circular CVM n.º 1/2006, são os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA ajustado leva ainda em consideração os dividendos recebidos e a exclusão dos itens não recorrentes. O EBITDA ajustado não é uma medida de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA ajustado não possui significado padronizado e nossa definição de EBITDA ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras sociedades.

(2) MARGEM EBITDA = Divisão do EBITDA ajustado pela receita operacional líquida.

Receita operacional bruta

As receitas operacionais brutas aumentaram para R\$35.350 milhões em 2005, 21,8% a mais que 2004. Embora a Companhia tenha obtido ganho com aumento de volume de minério de ferro, Cobre, produtos da área do alumínio, volumes portuários transportados, bem como aumento nos preços de minério de ferro, Pelotas, Manganês, Cobre, transporte ferroviário e produtos siderúrgicos, parte deste aumento foi compensado com a desvalorização do Dólar frente ao Real em 17%, uma vez que cerca de 90% das receitas brutas em 2005 e 2004 estão vinculadas ao Dólar. A tabela abaixo demonstra as receitas operacionais brutas por produto e as receitas operacionais líquidas para os períodos indicados:

Consolidado <i>Receita operacional bruta</i>	Valores em R\$ milhões Exercício Social Findo Em				
	31.12.2004	% Participação	31.12.2005	% Participação	Variação %
Minério de ferro	11.030	40,0	16.693	49,1	51,3
Pelotas	4.596	16,7	6.745	19,8	46,8
Subtotal	15.626	56,7	23.438	68,9	50,0
Manganês e Ferroligas	2.084	7,6	1.488	4,4	(28,6)
Cobre	592	2,2	937	2,8	58,3
Caulim	468	1,7	428	1,2	(8,5)
Potássio	362	1,3	359	1,1	(0,8)
Total de minerais e metais	19.132	69,5	26.650	78,4	39,3
Produtos relacionados ao alumínio	4.055	14,7	3.857	11,4	(4,9)
Serviços de transporte	3.025	11,0	3.291	9,7	8,8
Produtos siderúrgicos	2.731	9,9	1.509	4,4	(44,7)
Outros produtos e serviços	77	0,3	43	0,1	(44,2)
Total da receita operacional bruta	29.020	105,4	35.350	104,0	21,8
Impostos sobre vendas	(1.476)	(5,4)	(1.357)	(4,0)	(8,1)
Total da receita operacional líquida	27.544	100,0	33.993	100,0	23,4

Consolidado <i>Faturamento por Mercado</i>	Valores em R\$ milhões Exercício Social Findo Em				
	31.12.2004	% Participação	31.12.2005	% Participação	Variação %
Mercado Externo	22.090	76,1	27.277	77,2	23,5
Mercado Interno	6.930	23,9	8.073	22,8	16,5
Total da receita operacional bruta	29.020	100,0	35.350	100,0	21,8

Minério de ferro. A receita bruta de venda do minério de ferro aumentou 51,3%, de R\$11.030 milhões em 2004 para R\$16.693 milhões em 2005, principalmente devido a um aumento de 35,1% no preço médio nominal de venda e um aumento de 11,9% nos embarques de minério de ferro. Estes aumentos foram ocasionados pelo acréscimo de 71,5% nos preços de referência, em Dólares, do minério de ferro, preços estes acordados com as principais siderúrgicas em fevereiro de 2005, retroativo a janeiro, para a maioria dos clientes na Europa, e retroativo a abril, para a maioria dos clientes na Ásia. O aumento nos embarques deve-se à maior produção das minas existentes e aos aumentos decorrentes da produção inicial em projetos de expansão de capacidade de Capão Xavier e Fábrica.

Pelotas. A receita bruta de venda de Pelotas cresceu 46,8%, de R\$4.596 milhões em 2004 para R\$6.745 milhões em 2005, devido ao aumento médio de 49,1% no preço médio nominal de venda. A elevação dos preços reflete o aumento de 86,4% nos preços de referência, em Dólares, de Pelotas, que foram estabelecidos entre a Companhia e os principais fabricantes de aço, em fevereiro de 2005, retroativo a janeiro, para a maioria dos clientes na Europa e abril, para a maioria dos clientes na Ásia. Os volumes vendidos permaneceram estáveis.

Manganês e Ferroligas. A receita bruta de venda de minério de Manganês e Ferroligas diminuiu 28,6%, de R\$2.084 milhões em 2004 para R\$1.488 milhões em 2005, em decorrência da queda dos preços do mercado para ambos produtos. Assim, a produção em 2005 foi reduzida. Como resultado:

- A receita bruta de venda de Ferroligas diminuiu 33,2%, de R\$1.906 milhões em 2004 para R\$1.274 milhões em 2005, basicamente devido a uma queda de 35,9% nos preços médios nominais de venda. Esta queda deveu-se à grande oferta dos produtores após a alta de preços observada em 2004.
- A receita bruta de venda do minério de Manganês aumentou 20,2%, de R\$178 milhões em 2004 para R\$214 milhões em 2005, devido a um aumento de 32,4% nos preços médios de venda, em parte compensado por uma queda de 9,2% no volume.

Cobre. A venda de Cobre teve início em junho de 2004. A receita bruta de venda de Cobre aumentou em 58,3%, de R\$592 milhões em 2004 para R\$937 milhões em 2005. A receita bruta em 2005 foi positivamente impactada pelo aumento de volume (em 2004 a Companhia contou com apenas sete meses de venda) e pelo preço médio nominal de venda do Cobre, causado por uma forte demanda chinesa, interrupções na produção mundial e níveis menores de estoques reportados.

Caulim. A receita bruta de venda do Caulim diminuiu 8,5%, de R\$468 milhões em 2004 para R\$428 milhões em 2005, devido principalmente a uma queda de 9,4% no preço médio nominal de venda. Esta queda deve-se basicamente à desvalorização do Dólar frente ao Real. Os volumes permaneceram estáveis.

Potássio. A receita bruta de venda de Potássio permaneceu praticamente estável, R\$362 milhões em 2004 e R\$359 milhões em 2005.

Produtos relacionados ao alumínio. A receita bruta de venda dos produtos relacionados ao alumínio caiu 4,9%, de R\$4.055 milhões em 2004 para R\$3.857 milhões em 2005. Esta queda foi consequência da:

- Queda de 5,7% na receita bruta de venda de alumínio, de R\$2.439 milhões em 2004 para R\$2.300 milhões em 2005, ocasionada pela queda de 9,8% no preço médio nominal de venda, devido à desvalorização do Dólar frente ao Real, em parte compensada pelo aumento do preço médio em Dólar, influenciada por uma forte demanda mundial pelo alumínio. O volume aumentou 4,4% devido ao aumento de produtividade.
- Queda de 8,8% na receita bruta de venda de Alumina, de R\$1.315 milhões em 2004 para R\$1.199 milhões em 2005, resultante da desvalorização do Dólar frente ao Real que ocasionou a queda do preço médio nominal em 9,0%, em parte compensado pelo aumento do preço médio em Dólar, influenciado por uma forte demanda mundial por alumínio e Alumina, em parte compensado pelo crescimento de 3,6% no volume de vendas e justificado pelo aumento da demanda mundial pela Alumina.
- Aumento de 18,9% na receita bruta de venda da Bauxita, de R\$301 milhões em 2004, para R\$358 milhões em 2005 devido ao aumento de 15,3% nos preços médios de venda como reflexo do aumento do preço médio da Bauxita (parte dos contratos foram realizados com preços de 2004) e ao aumento de 3,1% no volume.

Serviços de transporte. A receita bruta de venda dos serviços de logística aumentou 8,8%, de R\$3.025 milhões em 2004 para R\$3.291 milhões em 2005. Em particular:

- As receitas do transporte ferroviário aumentaram em 13,2%, de R\$2.125 milhões em 2004 para R\$2.405 milhões em 2005. O aumento dos preços médios em 15,5% foram compensados em parte com a queda de 1,9% dos volumes transportados.
- As receitas das operações portuárias aumentaram em 8,9%, de R\$450 milhões em 2004 para R\$490 milhões em 2005, basicamente devido ao aumento dos volumes vendidos em 6,4%.

- As receitas com navegação diminuíram em 12,0%, de R\$450 milhões em 2004 para R\$396 milhões em 2005. A queda é explicada pelos volumes que caíram em 5,0% e pela desvalorização do Dólar frente ao Real, uma vez que o serviço de transporte de graneis é negociado em Dólar.

Siderurgia. A receita bruta de venda de produtos siderúrgicos diminuiu 44,7%, de R\$2.731 milhões em 2004 para R\$1.509 milhões em 2005, devido, principalmente, à venda da participação da Companhia na CST em 2004 (em 2004 a contribuição da CST na receita operacional bruta foi no montante de R\$625 milhões) e a redução dos volumes vendidos pela CSI.

Outros produtos e serviços. As receitas brutas de outros produtos e serviços diminuíram 44,2%, de R\$77 milhões em 2004 para R\$43 milhões em 2005 devido à redução de venda de energia pela RDMN.

Impostos sobre vendas

A queda de 8,1%, de R\$1.476 milhões em 2004 para R\$1.357 milhões em 2005 deve-se ao aumento da participação dos produtos vendidos para o mercado externo.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida cresceu 23,4%, passando de R\$27.544 milhões em 2004 para R\$33.993 milhões em 2005, em decorrência dos acréscimos na receita operacional bruta acima explicado.

Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas

Os custos relacionados aos serviços e mercadorias vendidas da Companhia estão detalhados abaixo:

Consolidado	Valores em R\$ milhões				
	Exercício Social Findo Em				
	31.12.2004	% Participação	31.12.2005	% Participação	Variação %
Descrição					
Custo de minerais e metais	8.528	60,4	10.585	64,9	24,1
Custo de produtos relacionados ao alumínio	2.013	14,3	2.361	14,5	17,3
Custo de serviços de transporte	1.805	12,8	1.977	12,1	9,5
Custo de produtos siderúrgicos	1.738	12,3	1.364	8,4	(21,5)
Outros	39	0,2	24	0,1	(38,5)
Total de custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	14.123	100,0	16.311	100,0	15,5

Comentários do custo por natureza

O custo aumentou 15,5%, de R\$14.123 milhões em 2004 para R\$16.311 milhões em 2005. Esse aumento foi consequência principalmente dos seguintes fatores:

- Os custos de material e óleo combustível aumentaram em R\$1.012 milhões, ou 25,8%, em 2005, devido principalmente ao aumento do preço de peças de reposição e combustível e ao aumento de produção.
- Os custos dos serviços terceirizados aumentaram R\$932 milhões, ou 37,7%, em 2005, devido principalmente aos maiores volumes de venda, aumento das taxas de frete ferroviário, aumento da remoção de resíduo material nas minas e preços mais altos para os serviços de manutenção.
- Os custos com depreciação aumentaram R\$277 milhões, ou 23,3% em 2005, devido ao aumento da base de ativos.

Custos de minerais e metais. O custo de minerais e metais vendidos aumentou 24,1%, de R\$8.528 milhões em 2004 para R\$10.585 milhões em 2005, principalmente devido ao maior preço dos insumos e aumento no volume de

produção. O custo de minerais e metais durante 2005 também inclui o aumento nos custos relacionados à operação da mina de Cobre de Sossego, que começou a operar em junho de 2004.

Custo de serviços de transporte. O custo de serviços de transporte aumentou 9,5%, de R\$1.805 milhões em 2004 para R\$1.977 milhões em 2005, basicamente devido ao aumento do custo dos combustíveis.

Custo de produtos relacionados ao alumínio. O custo dos produtos relacionados ao alumínio aumentou 17,3%, de R\$2.013 milhões em 2004 para R\$2.361 milhões em 2005, principalmente devido ao aumento do custo dos combustíveis e dos preços estipulados no contrato de fornecimento de energia a longo prazo da Albras.

Custo de produtos siderúrgicos. O custo dos produtos siderúrgicos diminuiu 21,5%, de R\$1.738 milhões em 2004 para R\$1.364 milhões em 2005 basicamente devido à venda da CST em 2004 (em 2004 a contribuição da CST no custo foi no montante de R\$215 milhões) e a redução dos volumes vendidos pela CSI.

Custo de outros produtos e serviços. O custo de outros produtos e serviços diminuiu 38,5%, de R\$39 milhões em 2004 para R\$24 milhões em 2005 devido à redução de energia comprada pela RDMN.

Lucro bruto

O aumento do lucro bruto em 31,7%, de R\$13.421 milhões para R\$17.682 milhões deve-se, principalmente, ao reajuste dos preços de referência, em Dólares, do minério de ferro e das Pelotas de 71,5% e 86,4%, respectivamente.

Receitas (despesas) operacionais

Consolidado	Valores em R\$ milhões				
	Exercício Social Findo Em				
Descrição	31.12.2004	% Participação	31.12.2005	% Participação	Variação %
Despesas de vendas	412	13,2	340	10,9	(17,5)
Despesas administrativas	1.125	36,1	1.280	41,0	13,8
Pesquisa e desenvolvimento	440	14,1	672	21,5	52,7
Outras despesas operacionais	955	30,6	834	26,6	(12,7)
Item não recorrente – amortização de ágio Samitri	183	6,0	-	-	(100,0)
Total das despesas operacionais	3.115	100,0	3.126	100,0	0,4

Despesas de vendas

As despesas com vendas apresentaram queda de 17,5%, de R\$412 milhões em 2004 para R\$340 milhões em 2005.

Despesas administrativas

As despesas administrativas aumentaram 13,8%, de R\$1.125 milhões em 2004 para R\$1.280 milhões em 2005, devido ao acordo coletivo de trabalho e a contratações de serviços de consultoria.

Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram 52,7%, de R\$440 milhões em 2004 para R\$672 milhões em 2005, devido ao aumento da exploração mineral e aos estudos de projeto em diversas regiões, incluindo a América do Sul, Ásia, África e Austrália.

Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais reduziram 12,7%, de R\$955 milhões em 2004 para R\$834 milhões em 2005. Esta queda foi resultado de uma menor provisão de perda relativa ao ICMS.

Item não recorrente – amortização de ágio Samitri

Com base na Instrução CVM 247, de 27 de março de 1996, foi revisado o prazo de amortização do ágio gerado na aquisição da Samitri. Após a revisão das projeções de resultados futuros, foi adotado novo prazo de amortização de cinco anos, principalmente devido ao aumento do fluxo de dividendos recebidos da Samarco, reconhecendo-se no resultado uma despesa extraordinária de R\$183 milhões.

Lucro operacional

O aumento do lucro operacional, em 41,2%, de R\$10.306 milhões em 2004 para R\$14.556 milhões em 2005 deve-se, principalmente, aos fatores explicados acima.

Resultado de participações societárias

O aumento de 72,4% na receita de participações societárias, de R\$156 milhões em 2004 para R\$269 milhões em 2005, refere-se aos melhores resultados obtidos nas operações da Usiminas.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido variou R\$724 milhões ou 36,2%, de R\$2.000 milhões de despesa em 2004 para R\$1.276 milhões de despesa em 2005, devido basicamente aos efeitos da desvalorização do Dólar frente ao Real e da redução da despesa financeira devido ao decréscimo do saldo médio da dívida.

Venda de ativos

Em 2005, o valor de venda de ativos de R\$298 milhões refere-se à venda da participação da Companhia na QCM e, em 2004, da CST, no valor de R\$551 milhões.

IRPJ e CSLL

O IRPJ e a CSLL representaram uma despesa de R\$2.368 milhões em 2005 comparativamente a uma despesa de R\$1.810 milhões em 2004, em decorrência principalmente do aumento do lucro tributável.

Participação minoritária

O aumento de R\$743 milhões de despesa em 2004 para R\$1.036 milhões de despesa em 2005 reflete a aplicação dos percentuais detidos pelos demais acionistas nos resultados das empresas consolidadas pela Companhia.

Lucro líquido

O aumento de 61,7%, de R\$6.460 milhões em 2004 para R\$10.443 milhões em 2005 reflete os acontecimentos analisados acima.

EBITDA ajustado

O aumento de 36,3% de R\$12.249 milhões em 2004 para R\$16.701 milhões em 2005 deve-se basicamente ao reajuste dos preços de referência do minério de ferro e das Pelotas de 71,5% e 86,4%, respectivamente, ao aumento nos preços do Cobre e ao aumento no volume vendido de minério de ferro e Cobre. Os efeitos acima foram parcialmente compensados com a desvalorização do Dólar médio frente ao Real em 17,0%, queda nos preços de Ferroligas e da queda do volume vendido de Manganês e aos reajustes nos preços dos materiais, óleo combustível, energia e serviços de terceiros.

Período findo em 30 de setembro de 2005 comparado com o período findo em 30 de setembro de 2006

Consolidado		Saldo Em			
<u>Balanco Patrimonial</u>					
	30.09.2005	% Total do Ativo	30.09.2006	% Total do Ativo	Variação % 2005/2006
ATIVO					
Circulante					
Disponibilidades	2.989	6,1	6.580	9,7	120,1
Contas a receber de clientes	3.807	7,8	5.213	7,7	36,9
Partes relacionadas	126	0,3	16	-	(87,3)
Estoques	3.130	6,4	3.443	5,1	10,0
Tributos a recuperar ou compensar	702	1,4	738	1,1	5,1
IRPJ e CSLL diferidos	549	1,2	774	1,1	41,0
Outros	869	1,8	769	1,1	(11,5)
	12.172	25,0	17.533	25,8	44,0
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Partes relacionadas	-	-	11	-	100,0
Empréstimos e financiamentos	140	0,3	160	0,2	14,3
IRPJ e CSLL	1.078	2,2	880	1,3	(18,4)
Depósitos judiciais	1.853	3,8	2.115	3,1	14,1
Imobilizado disponível para venda	74	0,2	108	0,2	45,9
Adiantamentos a fornecedores de energia	585	1,2	928	1,4	58,6
Tributos a recuperar ou compensar	199	0,4	478	0,7	140,2
Despesas antecipadas	91	0,2	123	0,2	35,2
Outros	259	0,5	522	0,8	101,5
	4.279	8,8	5.325	7,9	24,4
Ativo Permanente					
Participações societárias	2.796	5,7	6.722	9,9	140,4
Imobilizado	29.312	60,1	38.119	56,2	30,0
Diferido	177	0,4	186	0,2	5,1
	32.285	66,2	45.027	66,3	39,5
Total do Ativo	48.736	100,0	67.885	100,0	39,3

PASSIVO	30.09.2005	% Total do Passivo	30.09.2006	% Total do Passivo	Variação % 2005/2006
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	708	1,5	1.062	1,6	50,0
Parcela do circulante de empréstimo e financiamentos de longo prazo	1.628	3,4	2.218	3,3	36,2
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	2.143	4,4	2.189	3,2	2,1
Partes relacionadas	69	-	50	0,1	(27,5)
Salários e encargos sociais	390	0,8	543	0,7	39,2
Fundo de pensão	67	-	79	-	17,9
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	45	-	1.357	2,0	2.915,6
Tributos e contribuições	1.169	2,4	1.083	1,6	(7,4)
Outros	1.029	2,4	926	1,5	(10,0)
	7.248	14,9	9.507	14,0	31,2
Não Circulante					
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	7.146	14,7	10.842	16,0	51,7
Partes relacionadas	3	-	3	-	-
Provisão para contingências	3.302	6,8	3.276	4,8	(0,8)
Fundo de pensão	568	1,2	546	0,8	(3,9)
Provisão para obrigações com desmobilização de ativos	369	0,8	549	0,8	48,8
Provisão para derivativos	382	0,8	536	0,8	40,3
Outros	960	1,8	1.041	1,5	8,4
	12.730	26,1	16.793	24,7	31,9
Resultados de Exercícios Futuros	14	-	7	-	(50,0)
Participações Minoritárias	2.770	5,7	2.631	3,9	(5,0)
Patrimônio Líquido					
Capital social	14.000	28,7	19.493	28,7	39,2
Reserva de lucros	11.974	24,6	19.454	28,7	62,5
	25.974	53,3	38.947	57,4	49,9
Total do Passivo	48.736	100,0	67.885	100,0	39,3

Ativo circulante

Disponibilidades. O aumento de 120,1%, de R\$2.989 milhões em 30 de setembro de 2005 para R\$6.580 milhões em 30 de setembro de 2006, refere-se basicamente ao aumento da geração de caixa com as atividades operacionais da Companhia, além da venda da GIIC, NES e Gerdau S.A.

Contas a receber de clientes. O aumento de 36,9%, de R\$3.807 milhões em 30 de setembro de 2005 para R\$5.213 milhões em 30 de setembro de 2006, refere-se ao aumento da atividade operacional e aumento do preço de minério de ferro.

Estoques. O aumento de 10,0%, de R\$3.130 milhões em 30 de setembro de 2005 para R\$3.443 milhões em 30 de setembro de 2006, refere-se a expansão da refinaria de Alumina e consolidação da Valesul.

IRPJ e CSLL Diferidos. O aumento de 41,0%, de R\$549 milhões em 30 de setembro de 2005 para R\$774 milhões em 30 de setembro de 2006, refere-se basicamente ao aumento do benefício de pagamento de juros sobre capital próprio, tornados dedutíveis na data do pagamento.

Ativo não circulante

Adiantamentos a fornecedores de energia. O aumento de 58,6%, de R\$585 milhões em 30 de setembro de 2005 para R\$928 milhões em 30 de setembro de 2006, refere-se à antecipação das parcelas de fornecimento de energia em decorrência da renovação de contrato entre Eletronorte e Albras.

Participações societárias. O aumento de 140,4%, de R\$2.796 milhões em 30 de setembro de 2005 para R\$6.722 milhões em 30 de setembro de 2006, refere-se ao aumento do ágio da Caemi oriundo de aquisição de ações.

Imobilizado. O aumento de 30,0%, de R\$29.312 milhões em 30 de setembro de 2005 para R\$38.119 milhões em 30 de setembro de 2006, refere-se principalmente à aquisição da Canico, expansão da mina de Potássio e refinaria de Alumina, aquisição de vagões e locomotivas devido à política de investimentos da Companhia, ampliando sua capacidade produtiva para satisfazer a demanda mundial pelos seus produtos, além da consolidação da Valesul.

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos. O aumento de 50,0%, de R\$708 milhões em 30 de setembro de 2005 para R\$1.062 milhões em 30 de setembro de 2006, reflete um aumento transitório relativo a antecipação de contrato de câmbio ocorrido em função de estratégia financeira de curto prazo.

Parcela do circulante de empréstimos e financiamentos de longo prazo. O aumento de 36,2%, de R\$1.628 milhões em 30 de setembro de 2005 para R\$2.218 milhões em 30 de setembro de 2006, refere-se as capitalizações que a Companhia tem realizado através dos principais endividamentos ocorridos em outubro de 2005 e janeiro de 2006.

Salários e encargos sociais. O aumento de 39,2%, de R\$390 milhões em 30 de setembro de 2005 para R\$543 milhões em 30 de setembro de 2006, refere-se ao ajuste salarial e ao aumento do número de funcionários e ajuste da provisão para pagamento de participação no resultado.

Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos. O aumento de 2.915,6%, de R\$45 milhões em 30 de setembro de 2005 para R\$1.357 milhões em 30 de setembro de 2006 reflete a destinação de resultado ocorrida na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2006, incluindo o pagamento da remuneração aos acionistas, enquanto em 2005 esta destinação ocorreu em outubro.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos. O aumento de 51,7%, de R\$7.146 milhões em 30 de setembro de 2005 para R\$10.842 milhões em 30 de setembro de 2006, refere-se as capitalizações através do endividamento de outubro de 2005 e janeiro de 2006.

Provisões para obrigações com desmobilização de ativos. O aumento de 48,8%, de R\$369 milhões em 30 de setembro de 2005 para R\$549 milhões em 30 de setembro de 2006, deve-se basicamente a evolução das atividades das minas, alteração dos custos unitários estimados e alteração prevista da data de exaustão da Reserva.

Patrimônio líquido. O aumento de R\$25.974 milhões em 30 de setembro de 2005 para R\$38.947 milhões em 30 de setembro de 2006 refere-se ao aumento de capital ocorrido em março deste ano em decorrência da incorporação de ações da Caemi.

Consolidado		Período de Nove Meses Findo Em			
<u>Demonstração de Resultado</u>	30.09.2005	% Receita Operacional Líquida	30.09.2006	% Receita Operacional Líquida	Variação % 2005/2006
Receita operacional bruta	26.146	104,3	30.054	103,7	14,9
Impostos sobre vendas	(1.069)	(4,3)	(1.084)	(3,7)	1,4
Receita operacional líquida	25.077	100,0	28.970	100,0	15,5
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(11.904)	(47,5)	(13.232)	(45,7)	11,2
Lucro bruto	13.173	52,5	15.738	54,3	19,4
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	(286)	(1,1)	(262)	(0,9)	(8,4)
Despesas administrativas	(898)	(3,5)	(1.088)	(3,7)	21,2
Pesquisa e desenvolvimento	(463)	(1,9)	(667)	(2,3)	44,1
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(629)	(2,5)	(712)	(2,5)	13,2
Lucro Operacional	10.897	43,5	13.009	44,9	19,4
Resultado de participações societárias	163	0,6	(55)	(0,1)	(133,7)
Resultado financeiro líquido	(512)	(2,0)	(974)	(3,4)	90,2
Venda de ativos	298	1,2	791	2,7	165,4
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	10.846	43,3	12.770	44,1	(17,7)
IRPJ e CSLL	(2.215)	(8,9)	(1.970)	(6,8)	(11,1)
Participação minoritária	(825)	(3,3)	(738)	(2,6)	(10,5)
Lucro líquido do período	7.806	31,1	10.062	34,7	28,9
Quantidade de ações em circulação na data do balanço (milhares) ⁽¹⁾	2.303.040		2.416.194		
Lucro por ação (em R\$)	3,39		4,16		

(1) A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2006 aprovou o desdobramento de ações da Companhia, sendo este realizado em 22 de maio de 2006. Cada ação existente passou, tanto ordinária quanto preferencial, a ser representada por duas ações. Em 18 de agosto de 2004 já havia sido aprovado o desdobramento de ações da Companhia, quando então cada ação existente, tanto ordinária quanto preferencial, passou a ser representada por três ações. Para fins de comparação consideramos retroativamente os efeitos dos desdobramentos de ações no cálculo do lucro líquido por ações em circulação, apresentadas na demonstração do resultado.

Consolidado		Exercício Social Findo Em			
EBITDA ajustado ⁽¹⁾ reconciliado com o lucro operacional	30.09.2005	% Participação	30.09.2006	% Participação	Variação % 2005/2006
Lucro operacional	10.897	87,2	13.009	87,8	19,4
Depreciação e amortização	1.456	11,6	1.657	11,2	13,8
Dividendos recebidos	148	1,2	135	1,0	(8,8)
EBITDA ajustado	12.501	100,0	14.801	100,0	18,4
Margem EBITDA ⁽²⁾	49,9%		51,0%		0,1 p.p.

(1) EBITDA ajustado = O EBITDA, de acordo com Ofício Circular CVM n.º 1/2006, são os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA ajustado leva ainda em consideração os dividendos recebidos e a exclusão dos itens não recorrentes. O EBITDA ajustado não é uma medida de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA ajustado não possui significado padronizado e nossa definição de EBITDA ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras sociedades.

(2) MARGEM EBITDA = Divisão do EBITDA ajustado pela receita operacional líquida.

Receita operacional bruta

As receitas operacionais brutas alcançaram em R\$30.054 milhões no período de nove meses finais de 2006, 14,9% a mais que o mesmo período de 2005. A Companhia obteve ganho com aumentos de volume e preços em minério de ferro, Cobre, Potássio, Caulim, transporte ferroviário, Alumínio e Alumina (exceto Potássio, com relação ao preço), parte deste aumento foi compensado com a desvalorização do Dólar frente ao Real em 12,0%, uma vez que cerca de 90,0% das receitas brutas em 2005 e 2006 estão vinculadas ao Dólar. A tabela abaixo apresenta a composição da receita operacional bruta da Companhia para os períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006, demonstrando a representatividade de cada item sobre o total, bem como sua variação.

Consolidado	Valores em R\$ milhões				
	Período de Nove Meses Findo em				
	30.09.2005	% Participação	30.09.2006	% Participação	Variação %
Receita operacional bruta					
Minério de ferro	12.288	49,0	15.301	52,8	24,5
Pelotas	4.787	19,1	4.161	14,4	(13,1)
Subtotal	17.075	68,1	19.462	67,2	14,0
Manganês e Ferroligas	1.216	4,8	876	3,0	(28,0)
Cobre	643	2,6	1.298	4,5	101,9
Caulim	314	1,3	321	1,1	2,2
Potássio	267	1,0	217	0,8	(18,7)
Total de minerais e metais	19.515	77,8	22.174	76,6	13,6
Produtos relacionados ao alumínio	2.924	11,7	4.037	13,9	38,1
Serviços de transporte	2.511	10,0	2.556	8,8	1,8
Produtos siderúrgicos	1.171	4,7	1.145	3,9	(2,2)
Outros produtos e serviços	25	0,1	142	0,5	468,0
Total da receita operacional bruta	26.146	104,3	30.054	103,7	14,9
Impostos sobre vendas	(1.069)	(4,3)	(1.084)	(3,7)	1,4
Total da receita operacional líquida	25.077	100,0	28.970	100,0	15,5

Consolidado Faturamento por Mercado	Valores em R\$ milhões				
	Período de Nove Meses Findo Em				
	30.09.2005	% Participação	30.09.2006	% Participação	Variação %
Mercado Externo	19.926	76,2	23.765	79,1	19,3
Mercado Interno	6.220	23,8	6.289	20,9	1,1
Total da receita operacional bruta	26.146	100,0	30.054	100,0	14,9

Minério de ferro. A receita bruta de venda do minério de ferro aumentou 24,5%, de R\$12.288 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$15.301 milhões no período de nove meses de 2006, principalmente devido a um aumento de 10,2% no preço médio nominal de venda e um aumento de 12,9% nos embarques de minério de ferro. Estes aumentos foram ocasionados pelo acréscimo de 19,0% nos preços de referência, em Dólares, do minério de ferro, preços estes acordados com as principais siderúrgicas em maio de 2006, retroativo a janeiro, para a maioria dos clientes na Europa, e retroativo a abril, para a maioria dos clientes na Ásia. O aumento nos embarques deve-se à maior produção das minas existentes e aos aumentos decorrentes da produção inicial em projetos de expansão de capacidade de Capão Xavier e Fábrica.

Pelotas. A receita bruta de venda de Pelotas diminuiu 13,1%, de R\$4.787 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$4.161 milhões no período de nove meses de 2006, devido à queda de 5% no preço médio nominal de venda e de 8,9% nos volumes vendidos. A queda dos preços reflete a queda de 3,0% nos preços de referência, em Dólares, de Pelotas, que foram estabelecidos entre a Companhia e os principais fabricantes de aço, em maio de 2006, retroativo a janeiro, para a maioria dos clientes na Europa e abril, para a maioria dos clientes na Ásia. A queda nos volumes vendidos reflete a queda de demanda por Pelotas e a parada da usina de pelotização de São Luís em março de 2006 com retomada de atividade em julho de 2006.

Manganês e Ferroligas. A receita bruta de venda de minério de Manganês e Ferroligas diminuiu 28,0%, de R\$1.216 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$876 milhões no período de nove meses de 2006, em decorrência da queda dos preços do mercado para ambos produtos. Assim, a produção em 2006 foi reduzida. Como resultado:

- A receita bruta de venda de Ferroligas diminuiu 24,4%, de R\$1.042 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$787 milhões no período de nove meses de 2006, basicamente devido a uma queda de 19,8% nos preços médios nominais de venda e 5,2% nos volumes vendidos. Esta queda deveu-se à grande oferta dos produtores após a alta de preços observada em 2004. Depois de uma queda significativa, devido a redução de estoques e expansão da produção de aço, os preços começaram a se recuperar no segundo trimestre de 2006.
- A receita bruta de venda do minério de Manganês diminuiu 48,9%, de R\$174 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$89 milhões no período de nove meses de 2006, devido a uma queda de 40,6% nos preços médios de venda e 13,9% no volume vendidos. As quedas foram reflexo da queda na demanda por minério de manganês e decisão da Companhia em reduzir a produção devido à oferta global.

Cobre. A receita bruta de venda de Cobre aumentou em 101,9%, de R\$643 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$1.298 milhões no período de nove meses de 2006. A receita bruta no período de nove meses de 2006 foi positivamente impactada pelo aumento de volume em 2,3% e pelo preço médio nominal de venda do Cobre de 95,7%, causado por uma forte demanda chinesa, interrupções na produção mundial e níveis menores de estoques reportados.

Caulim. A receita bruta de venda do Caulim permaneceu praticamente estável, R\$314 milhões no período de nove meses de 2005 e R\$321 milhões no período de nove meses de 2006.

Potássio. A receita bruta de venda do Potássio diminuiu 18,7%, de R\$267 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$217 milhões no período de nove meses de 2006, devido principalmente a queda de 26,8% no preço médio nominal de venda, em parte compensado pelo aumento de 11,0% nos volumes vendidos. A queda do preço foi

influenciada pela redução da demanda mundial. O aumento nos volumes deve-se ao aumento da demanda por fertilizantes dado o começo do período de plantações no Brasil.

Produtos relacionados ao alumínio. A receita bruta de venda dos produtos relacionados ao alumínio aumentou 38,1%, de R\$2.924 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$4.037 milhões no período de nove meses de 2006. Este aumento foi consequência do:

- Aumento de 25,8% na receita bruta de venda de alumínio, de R\$1.730 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$2.176 milhões no período de nove meses de 2006, ocasionada pelo aumento de 18,2% no preço médio nominal de venda, devido ao aumento do preço médio em Dólar, influenciada por uma forte demanda mundial pelo alumínio e o aumento da participação da Companhia na Valesul. O volume aumentou 6,3% como consequência da maior produtividade dos nossos “*smelters*” e da nossa participação na Valesul.
- Aumento de 79,5% na receita bruta de venda de Alumina, de R\$930 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$1.668 milhões no período de nove meses de 2006, ocasionada pelo aumento de 9,6% no preço médio nominal de venda resultante do aumento do preço médio em Dólar, influenciado por uma forte demanda mundial por Alumínio e Alumina, e pelo crescimento de 63,7% no volume de vendas devido à expansão da planta da Controlada Alunorte da Companhia
- Queda de 26,9% na receita bruta de venda da Bauxita, de R\$264 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$193 milhões no período de nove meses de 2006 devido à queda de 7,7% nos preços médios de venda e de 20,8% no volume. A queda nos volumes é explicada pelo aumento das vendas de bauxita da MRN para a Alunorte, levando a menor venda para terceiros.

Serviços de transporte. A receita bruta de venda dos serviços de logística aumentou 1,8%, de R\$2.511 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$2.556 milhões no período de nove meses de 2006. Em particular:

- As receitas do transporte ferroviário aumentaram 5,9%, de R\$1.830 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$1.939 milhões no período de nove meses de 2006 devido ao aumento dos preços médios em 3,8% e dos volumes transportados em 2,2%.
- As receitas das operações portuárias permaneceram estáveis, R\$379 milhões no período de nove meses de 2005 e 2006.
- As receitas com navegação diminuíram em 21,5%, de R\$251 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$197 milhões no período de nove meses de 2006. A queda é explicada pela desvalorização do Dólar em relação ao Real, uma vez que o serviço de transporte de granéis é negociado em Dólar.

Siderurgia. A receita bruta de venda de produtos siderúrgicos diminuiu 2,2%, de R\$1.171 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$1.145 milhões no período de nove meses de 2006, devido, principalmente, a desvalorização do Dólar comparado ao Real, uma vez que os preços são cotados em Dólar. Esta diminuição foi em parte compensada com o aumento do volume vendido em 14,2%.

Outros produtos e serviços. A receita bruta de venda de outros produtos e serviços aumentou 468,0%, de R\$25 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$142 milhões no período de nove meses de 2006 devido à venda de carvão que se iniciou em 2006.

Impostos sobre vendas

Os valores permaneceram praticamente estáveis, R\$1.069 milhões no período de nove meses de 2005 e R\$1.084 milhões no período de nove meses de 2006.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida cresceu 15,5%, passando de R\$25.077 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$28.970 milhões no período de nove meses de 2006 em decorrência dos acréscimos na receita operacional bruta acima explicado.

Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas

Os custos relacionados aos serviços prestados e mercadorias vendidas estão detalhados nas seguintes naturezas:

Consolidado	Valores em R\$ milhões				
	Período de Nove Meses Findo em				
Descrição	30.09.2005	% Participação	30.09.2006	% Participação	Variação %
Custo de minerais e metais	7.641	64,2	8.706	65,8	13,9
Custo de produtos relacionados ao alumínio	1.735	14,6	2.184	16,5	25,9
Custo de serviços de transporte	1.442	12,2	1.329	10,0	(7,8)
Custo de produtos siderúrgicos	1.069	9,0	921	7,0	(13,8)
Outros	17	-	92	0,7	441,2
Total de custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	11.904	100,0	13.232	100,0	11,2

Comentários do custo por natureza

O custo aumentou 11,2%, de R\$11.904 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$13.232 milhões no período de nove meses de 2006. Esse aumento foi consequência principalmente dos seguintes fatores:

- Os custos de pessoal aumentaram em R\$244 milhões, ou 23,6%, no período de nove meses de 2006, devido principalmente ao aumento da contratação de pessoal devido aos projetos de expansão da Companhia e do salário médio em decorrência do acordo coletivo.
- Os custos de material e óleo combustível aumentaram em R\$446 milhões, ou 12,3%, no período de nove meses de 2006, devido principalmente ao aumento dos volumes vendidos e do preço de peças de reposição e combustível.
- Os custos dos serviços terceirizados aumentaram em R\$456 milhões, ou 18,9%, no período de nove meses de 2006, devido principalmente aos maiores volumes de venda, aumento da remoção de estéril nas minas e preços mais altos para os serviços de manutenção.
- Os custos com depreciação aumentaram em R\$131 milhões, ou 12,2% no período de nove meses de 2006, devido ao aumento da base de ativos da Companhia.

Custos de minerais e metais. O custo de minerais e metais vendidos aumentou 13,9%, de R\$7.641 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$8.706 milhões no período de nove meses de 2006, principalmente devido ao maior preço dos insumos e aumento no volume de produção.

Custo de serviços de transporte. O custo de serviços de transporte diminuiu 7,8%, de R\$1.442 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$1.329 milhões no período de nove meses de 2006, principalmente devido à redução de serviços contratados na área de navegação e de transporte ferroviário.

Custo de produtos relacionados ao alumínio. O custo dos produtos relacionados ao alumínio aumentou 25,9%, de R\$1.735 milhões no período de nove meses em 2005 para R\$2.184 milhões para o período de nove meses em 2006, principalmente devido ao aumento do custo dos combustíveis e da expansão da Alunorte.

Custo de produtos siderúrgicos. O custo dos produtos siderúrgicos diminuiu 13,8%, de R\$1.069 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$921 milhões no período de nove meses de 2006, principalmente devido à queda nos insumos.

Custo de outros produtos e serviços. O custo de outros produtos e serviços aumentou 441,2%, de R\$17 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$92 milhões no período de nove meses de 2006 devido aos custos do Carvão, produto que começou a ser vendido em 2006.

Lucro bruto

O aumento do lucro bruto em 19,4%, de R\$13.173 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$15.738 milhões no período de nove meses de 2006 deve-se, principalmente, aos fatores explicados acima.

Receitas (despesas) operacionais

Consolidado	Valores em R\$ milhões				
	Período de Nove Meses Findo Em				
Descrição	30.09.2005	% Participação	30.09.2006	% Participação	Variação %
Despesas de vendas	286	12,6	262	9,6	(8,4)
Despesas administrativas	898	39,5	1.088	39,9	21,2
Pesquisa e desenvolvimento	463	20,3	667	24,4	44,1
Outras despesas operacionais	629	27,6	712	26,1	13,2
Total da despesas operacionais	2.276	100,0	2.729	100,0	19,9

Despesas com vendas

As despesas com vendas diminuíram 8,4%, de R\$286 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$262 milhões no período de nove meses de 2006.

Despesas administrativas

As despesas administrativas aumentaram 21,2%, de R\$898 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$1.088 milhões no período de nove meses de 2006, devido ao acordo coletivo de trabalho e despesa com depreciação devido ao aumento da base de ativos em linha com a expansão da empresa.

Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram 44,1%, de R\$463 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$667 milhões no período de nove meses de 2006, devido ao aumento da exploração mineral e aos estudos de projeto em diversas regiões, incluindo a América do Sul, Ásia, África e Austrália.

Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais aumentaram 13,2%, de R\$629 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$712 milhões no período de nove meses de 2006 devido basicamente à provisão para perda relativa ao ICMS.

Lucro operacional

O aumento do lucro operacional, em 19,4%, de R\$10.897 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$13.009 milhões no período de nove meses de 2006 deve-se aos fatores explicados acima.

Resultado de participações societárias

A queda de 133,7% no resultado de participações societárias, de R\$163 milhões de receita no período de nove meses de 2005 para R\$55 milhões de despesa no período de nove meses de 2006, refere-se ao aumento do ágio com aquisição de ações da Caemi.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido variou R\$462 milhões ou 90,2%, de R\$512 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$974 milhões no período de nove meses de 2006, devido basicamente ao aumento da dívida e do pagamento de prêmio com a compra de opção de Dólar Canadense, no valor de R\$187 milhões e da baixa com debêntures.

Venda de ativos

No período de nove meses de 2005 a receita de venda de ativos refere-se à venda da QCM por R\$298 milhões e no mesmo período de 2006 refere-se à venda da participação da Companhia na GIIC, Nova Era e Gerdau, por R\$791 milhões.

IRPJ e CSLL

O IRPJ e a CSLL representaram uma despesa de R\$2.215 milhões no período de nove meses de 2005 e R\$1.970 milhões no período de nove meses de 2006, em decorrência principalmente do aumento do lucro de empresas no exterior não tributadas.

Participação minoritária

A queda de R\$87 milhões, de R\$825 milhões de despesa no período de nove meses de 2005 para R\$738 milhões de despesa no período de nove meses de 2006 deve-se a variação dos percentuais detidos pelos demais acionistas nos resultados das empresas consolidadas pela Companhia.

Lucro líquido do período

O aumento de 28,9%, de R\$7.806 milhões no período de nove meses de 2005 para R\$10.062 milhões no período de nove meses de 2006 reflete os acontecimentos analisados acima.

EBITDA ajustado

O aumento de 18,4%, de R\$12.501 milhões no período de nove primeiros meses de 2005 para R\$14.801 milhões no período de nove meses de 2006 deve-se basicamente aumento de volume e preço em minério de ferro, Cobre, Potássio (apenas volume), Caulim, transporte ferroviário, alumínio e Alumina, parte deste aumento foi compensado com a desvalorização do Dólar frente ao Real em 12,0% e com o crescimento dos custos devido ao aumento de produção e do incremento dos preços de insumos.

Liquidez e Recursos Financeiros

Visão Geral

Os principais usos pela Companhia de recursos são destinados a investimentos de capital, capital de giro e refinanciamento de dívida. A Companhia acredita que a geração de caixa associada aos financiamentos de curto e longo prazo continuarão a ser adequados para a cobertura da necessidade de capital da Companhia.

Além disso, periodicamente a Companhia revê as oportunidades de aquisições e investimentos e, caso seja oportuno, faz aquisições e investimentos selecionados para implementar sua estratégia de negócio. Geralmente, a Companhia financia estes investimentos através de recursos gerados internamente, da emissão de dívida ou da combinação de ambos.

No quarto trimestre de 2006, a Companhia e suas Controladas esperam que suas principais necessidades financeiras incluam o pagamento ou o refinanciamento dos R\$5,6 bilhões em dívidas à longo prazo, bem como o capital estimado no orçamento para despesas e pagamentos de dividendos. A Companhia espera atender a estas necessidades de caixa através da combinação do fluxo de caixa operacional, das disponibilidades de caixa e de novos financiamentos.

Fontes de Recursos

As principais fontes de liquidez da Companhia são as disponibilidades de caixa e o fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais. Em 30 de setembro de 2006, a Companhia possuía disponibilidades de R\$6.580 milhões. Suas atividades operacionais geraram fluxos de caixa positivos de R\$9.064 milhões em 2006.

Além das fontes de liquidez acima, a CVRD possui linhas de crédito compromissadas com o intuito de melhorar a eficiência de seu gerenciamento de caixa e reduzir os riscos de refinanciamento de dívida durante os momentos de instabilidade nos mercados financeiros. Atualmente, a CVRD possui uma linha de crédito no valor de US\$650 milhões disponível até 2007, com um prazo de amortização de dois anos, caso venha a ocorrer sua utilização, e outra no valor de US\$500 milhões, disponível até 2011. A CVRD nunca fez uso dos fundos disponíveis nestas linhas de crédito.

A Companhia acredita que está bem posicionada para levantar mais fundos, em razão de seu acesso ao mercado global de capitais. Atualmente, a Companhia está com *rating* BBB pela Standard & Poor's, Baa3 pela Moody's, BBB-pela Fitch e BBBhigh pela Dominion Bond Rating Services. A melhoria da classificação de crédito da Companhia é um importante objetivo estratégico.

Utilização de Recursos

Investimentos de Capital

Em setembro de 2006, o fluxo de caixa líquido da Companhia, utilizado em aquisição de investimentos e imobilizado, foi de R\$6.144 milhões. Em 2006 a Companhia orçou aproximadamente R\$10 bilhões para investimentos de capital.

Dividendos

A Companhia pagou um total de dividendos e participações sobre o capital próprio de R\$1,5 bilhões até 30 de setembro de 2006. Em outubro de 2006 a Companhia fez pagamento de R\$1,4 bilhões referente à segunda parcela dos juros sobre o capital próprio e dividendos.

Dívida

Em 30 de setembro de 2006, o endividamento total da Companhia era de R\$14.175 milhões, constituindo uma dívida registrada no passivo circulante de R\$3.330 milhões e registrado no passivo de exigível a longo prazo de R\$10.845 milhões. Em 30 de setembro de 2006, R\$2.132 milhões da dívida da Companhia foram garantidos por alguns de seus ativos.

A dívida de curto prazo da Companhia consiste, principalmente, em financiamentos fixados em Dólar, especialmente na forma de pré-pagamentos de exportação e adiantamentos de exportações com instituições financeiras brasileiras e estrangeiras.

As principais categorias de endividamento a longo prazo (incluindo a atual fração de dívida a longo prazo e excluindo os juros provisionados) da Companhia são as seguintes:

- *Empréstimos e financiamentos externos em Dólares. (R\$6.076 milhões em 30 de setembro de 2006).* Estes empréstimos incluem fundamentalmente linhas de financiamento de exportação, financiamentos de importação de agência de crédito de exportações, empréstimos de bancos comerciais e organizações multilaterais. Os empréstimos geralmente são remunerados às taxas de juros flutuantes com *spreads* acima da LIBOR.
- *Notas de juros fixos em Dólares (R\$4.418 milhões em 30 de setembro de 2006).* A Companhia emitiu várias séries de títulos à taxa fixa através de sua subsidiária financeira Vale Overseas com garantia da CVRD.
- *Securitizações de exportações em Dólares (R\$792 milhões em 30 de setembro de 2006).* A Companhia possui um programa de securitização de US\$550 milhões com base nos recebíveis presentes e futuros, gerados pela CVRD Overseas, e relacionados às exportações de minério de ferro e Pelotas para seis clientes na Europa, Ásia e Estados Unidos. A operação de securitização divide-se em três *tranches* pré-fixadas e uma *tranche* à taxa flutuante.
- *Notas perpétuas (R\$186 milhões em 30 de setembro de 2006).* A Companhia emitiu notas perpétuas que podem ser trocadas por 48.000 milhões de ações preferenciais da MRN. Os juros devidos sobre as notas devem ser pagos em valor igual aos dividendos pagos sobre as ações preferenciais que lastreiam a permuta a partir do exercício social de 2000.
- *Dívida local (R\$1.305 milhões em 30 de setembro de 2006).* A Companhia possui uma série de empréstimos locais, principalmente com o BNDES, sendo a maioria indexada em Dólares e o restante ligado a uma cesta de moedas ou taxas flutuantes no Brasil.

Os recursos para aquisição dos 86,57% do capital da INCO foram originários de Empréstimo-Ponte que, somado ao endividamento da Inco, levou a um crescimento significativo do montante total do endividamento da Companhia consolidado, assim como das obrigações de juros relacionados. Para tanto, a Companhia realizou um desembolso no montante de US\$ 14,6 bilhões do Empréstimo-Ponte, que foi o principal recurso para a aquisição da Inco. Assim sendo, em 30 de setembro de 2006, em uma base consolidada pro forma, incluindo o endividamento para aquisição da Inco, a Companhia atingiu US\$ 22,1 bilhões de endividamento, comparado com US\$ 5,9 bilhões de endividamento na base histórica do mesmo período.

De forma a eliminar o risco de refinanciamento e alongar o prazo médio da dívida da CVRD, ainda em outubro foram iniciadas as negociações para a captação de recursos destinados à liquidação antecipada do empréstimo ponte. No processo de seleção destas operações de refinanciamento, a CVRD manteve sua estratégia de diversificação das alternativas de captação, priorizando a execução de operações de mercado de capital, tanto no mercado local quanto no internacional, bem como operações sindicalizadas por meio de bancos comerciais. A priorização destas operações atribui-se a liquidez do mercado, volume das operações, preço e distribuição de um perfil adequado de prazos e instrumentos.

Neste contexto a CVRD emitiu, em 21 de novembro, US\$ 3,75 bilhões em *eurobonds* no mercado internacional, com vencimentos em dez e 30 anos, por meio da subsidiária integral Vale Overseas Limited. Os *bonds* com vencimento em janeiro de 2017, no valor de US\$ 1,25 bilhão, tendo cupom de 6,25% ao ano, pagos semestralmente, ao preço de 99,267% do valor face do título e os *bonds* com vencimento em novembro de 2036, no valor de US\$ 2,50 bilhões, terão cupom de 6,875% ao ano pago semestralmente, ao preço de 98,478% do valor face de cada título. Para maiores informações, ver *Contratos Relevantes e Valores Mobiliários de Emissão da Companhia – Valores Mobiliários de Emissão da Companhia – Eurobonds*. Adicionalmente, as Debêntures também serão utilizadas para pagamento do Empréstimo-Ponte. Para maiores informações, vide *Destinação dos Recursos*.

Alguns dos instrumentos de dívida de longo prazo da Companhia contêm obrigações que impõem restrições ao nível de endividamento da CVRD, tais como dívida total/EBITDA e cobertura de juros. Em 30 de setembro de 2006, a Companhia cumpriu totalmente com essas obrigações e acredita que as mesmas não restringirão significativamente sua capacidade de obtenção de recursos adicionais conforme as suas necessidades de investimentos. A Companhia acredita que no futuro continuará a ser capaz de operar nos termos dos seus acordos financeiros. Nenhum desses acordos restringe diretamente a capacidade da Companhia de pagar dividendos sobre títulos de participação na qualidade de companhia controladora.

O quadro abaixo indica a composição e a evolução dos empréstimos e financiamentos da Companhia no trimestre findo em 30 de setembro de 2005 e 30 de setembro de 2006:

Consolidado		Valores em R\$ milhões			
Empréstimos e Financiamentos captados a curto prazo					
	30.09.2005	% Participação	30.09.2006	% Participação	Variação %
Financiamentos de comércio exterior	523	73,9	844	79,5	61,4
Capital de giro	185	26,1	218	20,5	17,8
Total	708	100.0	1.062	100.0	50.0

Consolidado	Valores em R\$ milhões				
Passivo circulante					
Empréstimos e Financiamentos captados a longo prazo	30.09.2005	% Participação	30.09.2006	% Participação	Variação %
Operações no exterior					
Empréstimos e financiamentos em:					
Dólar norte-americano	895	55,0	1.413	63,7	57,9
Outras moedas	8	0,5	8	0,4	-
Títulos em Dólares	27	1,7	-	-	(100,0)
Securitização de exportações	179	11,0	183	8,3	2,2
Encargos decorridos	37	2,2	185	8,3	400,0
	1.146	70,4	1.789	80,7	56,1
Operações no país					
Indexados por TJLP, TR e IGP-M	180	11,1	178	8,0	(1,1)
Cesta de moedas	3	0,2	4	0,2	33,3
Empréstimos em Dólares	246	15,1	188	8,5	(23,6)
Debêntures não conversíveis em ações	1	-	-	-	(100,0)
Encargos decorridos	52	3,2	59	2,6	13,5
	482	29,6	429	19,3	(11,0)
	1.628	100,0	2.218	100,0	36,2

Consolidado	Valores em R\$ milhões				
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e Financiamentos captados a longo prazo	30.09.2005	% Participação	30.09.2006	% Participação	Variação %
Operações no exterior					
Empréstimos e financiamentos em:					
Dólar norte-americano	2.810	39,3	4.663	43,0	65,9
Outras moedas	43	0,6	31	0,3	(27,9)
Títulos em Dólares	2.025	28,3	4.418	40,8	118,2
Securitização de exportações	811	11,4	609	5,6	(24,9)
Notas perpétuas	168	2,4	186	1,7	10,7
	5.857	82,0	9.907	91,4	69,1
Operações no país					
Indexados por TJLP, TR e IGP-M	338	4,7	339	3,1	0,3
Cesta de moedas	21	0,3	17	0,2	(19,0)
Empréstimos em Dólares	608	8,5	227	2,1	(62,7)
Debêntures não conversíveis em ações	318	4,5	352	3,2	10,7
Encargos decorridos	4	-	-	-	(100,0)
	1.289	18,0	935	8,6	(27,5)
	7.146	100,0	10.842	100,0	51,7

A dívida consolidada de longo prazo da Companhia contém a programação de pagamento para os seguintes períodos:

Consolidado	Valores em R\$ milhões			
Vencimentos	30.09.2005	% Participação	30.09.2006	% Participação
2006	335	4,7	423	3,9
2007	973	13,6	955	8,8
2008	1.210	16,9	755	7,0
2009 em diante	4.142	58,0	8.170	75,4
Sem data de vencimento	486	6,8	539	4,9
Total	7.146	100,0	10.842	100,0

Gerenciamento de Risco e Operações de derivativos

De forma a apoiar o plano de crescimento da Companhia, fortalecer sua estrutura de capital e permitir o adequado grau de flexibilidade financeira, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Riscos Corporativos e instituiu, como órgão de governança, o Comitê Executivo de Gestão de Riscos. Através dessa política são estabelecidas as diretrizes para o monitoramento contínuo e integrado de gestão de risco, considerando as correlações entre os diversos fatores de risco de mercado.

Os principais fatores de risco de mercado aos quais a CVRD está exposta são: taxas de juros, taxas de câmbio e preços de *commodities*. De acordo com a Política de Gestão de Riscos Corporativos, a Companhia poderá implementar estratégias de mitigação de risco, quando necessário, para apoiar sua estratégia corporativa ou para manter sua solidez e flexibilidade financeira. Sob esta perspectiva, a CVRD vem implementando algumas operações de derivativos, visando a reduzir as exposições ao risco de mercado de seu fluxo de caixa.

De acordo com as normas de gestão de riscos operações de caráter especulativo estão vedadas. A diversificação de instrumentos e a exposição de contrapartes são avaliadas e monitoradas considerando o portfólio de produtos e clientes da Companhia. As variações no valor de mercado das operações que não foram enquadradas formalmente como *hedge* perfeito são reconhecidas mensalmente no resultado da Companhia.

Os limites de exposição às contrapartes são revistos periodicamente, considerando não somente a qualidade de crédito medida pelos *ratings* das instituições, bem como indicadores que buscam avaliar o porte, qualidade dos ativos, lucratividade, dentre outros critérios definidos de acordo com as normas vigentes na Companhia.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a posição dos débitos, do patrimônio líquido e do total da capitalização da Companhia, apurada de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, em 30 de setembro de 2006, e deve ser lida em conjunto com as seções *Informações Financeiras Seleccionadas da Companhia* e *Análise e Discussão da Administração a Respeito das Demonstrações Financeiras da Companhia*.

Consolidado	30 de setembro de 2006	% Participação	30 de setembro de 2006 – Ajustado	% Participação
	R\$ milhões		R\$ milhões	
Disponibilidades	6.580	13,4	6.580	8,1
Endividamento:				
<u>Curto Prazo</u>				
Captados a curto prazo	1.062	2,2	1.062	1,3
Parcela de curto prazo dos empréstimos de longo prazo				
Operações no exterior	1.789	3,6	1.789	2,2
Operações no país	429	0,9	429	0,5
Partes relacionadas	50	0,1	50	0,1
<u>Longo Prazo</u>				
Operações no exterior (1)	9.907	20,1	36.650	45,3
Operações no país (2)	935	1,9	5.953	7,4
Partes relacionadas	3	-	3	-
Endividamento Total	14.175	28,8	45.936	56,8
Participações de Minoritários	2.631	5,4	2.631	3,2
Capital Social	19.493	39,6	19.493	24,1
Reservas de lucros	19.454	39,6	19.454	24,0
Total do Patrimônio Líquido	38.947	79,2	38.947	48,1
Capitalização Total (3)	49.173	100,0	80.934	100,0

(1) Considera o valor do empréstimo-ponte “Credit Agreement” no valor de R\$26.743 milhões, líquido do valor amortizado através do processo de emissão de debêntures (dívida antes dos ajustes + “Credit Agreement” – debêntures = R\$9.907 milhões + R\$31.743 milhões – R\$5.000 milhões).

(2) Recursos obtidos através da emissão das debêntures, no valor de R\$5.000 milhões, mais os custos da operação de colocação das debêntures no valor estimado de R\$18 milhões, integralmente utilizado para amortização do Empréstimo-Ponte “Credit Agreement” obtido em 25 de outubro de 2006.

(3) Endividamento total mais minoritários e o patrimônio líquido, líquidos de disponibilidades.

VISÃO GERAL DO SETOR DE ATUAÇÃO DA COMPANHIA NO BRASIL E NO MUNDO

O setor de mineração envolve desde a extração das matérias-primas até a produção de minérios pelas siderúrgicas, bem como a logística para a sua comercialização, e, por esses motivos, pode ser considerado um dos setores de maior relevância no Brasil e no mundo.

Minério de Ferro

Oferta e Demanda

O minério de ferro é utilizado como matéria-prima na indústria siderúrgica. Assim, a demanda por minério de ferro, bem como o seu preço, estão diretamente relacionados ao setor siderúrgico mundial, que é fortemente influenciado pelo crescimento econômico mundial.

A China, atualmente, é o principal país consumidor de minério de ferro. De acordo com o quadro abaixo, que demonstra a contribuição da China para o consumo de diversos metais, pode-se verificar que a China apresenta maior contribuição para o crescimento do consumo mundial de minério de ferro. O forte e consistente crescimento do PIB e o processo de urbanização e industrialização na China nos últimos anos resultou em elevado incremento na demanda e produção de aço na China e, conseqüentemente, na demanda por minério de ferro.

A contribuição da China para o consumo de metais				
	1993-2002		2002-2005	
	CAGR mundo	contribuição China	CAGR mundo	contribuição China
Alumínio	3,8	38	7,6	48
Cobre	3,5	43	3,8	51
Níquel	4,4	12	3,6	87
Aço	3,4	38	9,2	54
Minério de ferro ¹	3,6	59,8	11,5	87,8
% China no PIB global	10		13	

¹ crescimento do mercado transoceânico.

Fonte: FMI e CVRD

Apesar do crescimento significativo da produção doméstica de minério de ferro da China, de 21,6% ao ano, entre 2002 e 2006, a mesma não tem sido suficiente para lidar com o forte crescimento de sua demanda. Além disso, o minério de ferro chinês possui alto custo de produção, devido ao elevado teor de corte e pequena escala de suas minas, e teor médio de ferro de 32,67%, de acordo com a CISA, bem abaixo dos minérios brasileiro e australiano que possuem teor médio de ferro próximo ou superior a 60%, contribuindo para que a China aumente cada vez mais suas importações de minério de ferro, através de contratos de longo prazo ou compras no mercado *spot*.

Em 2005, as importações de minérios da China totalizaram 275 milhões de toneladas, sendo 38% proveniente da Austrália, 24% da Índia e 22% do Brasil, com aumento de 32,2% em relação aos níveis de 2004. Durante o mesmo

período, a China aumentou a produção dos minérios de baixo grau em aproximadamente 35,6%, de 145,7 milhões de toneladas para 197,6 milhões de toneladas, com ajuste para teor de ferro igual à média do resto do mundo, de acordo com a UNCTAD.

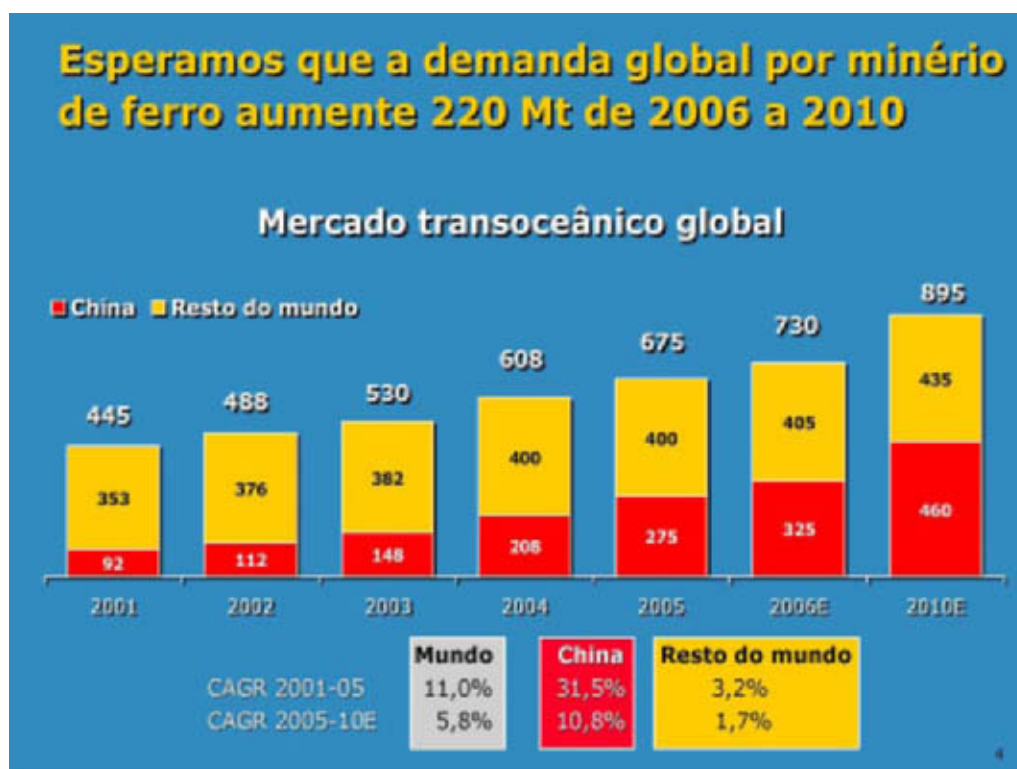
Em 2005, as exportações de minério de ferro do Brasil somaram 229 milhões de toneladas, sendo responsável por 34,2% do Mercado Transoceânico. Ademais, o Brasil possui a maior Reserva de minério de ferro do mundo.

A produção mundial de minério de ferro em 2005 totalizou 1,320 bilhão de tonelada, 11,5% acima de 2004, com manutenção de um forte crescimento desde 2002. O Mercado Transoceânico global totalizou 675 milhões de toneladas em 2005, comparados com 608 milhões de toneladas de minério de ferro em 2004.

Este cenário resultou na expansão das capacidades produtivas dos maiores exportadores de minério de ferro do mundo, que incluem, principalmente, o Brasil, a Austrália, a Índia, a África do Sul e a Suécia. O potencial de produção de minério de ferro da China é limitado devido ao fato de que a maior parte das suas Reservas de minério de ferro são de baixo teor e mostram sinais de exaustão.

Apesar da abundante distribuição geográfica dos recursos de minério de ferro, os de alta qualidade estão concentrados principalmente no Brasil, na Austrália, na Índia e na África Ocidental. Portanto, a maior parte dos projetos de expansão a serem implementados nos próximos anos deverá se concentrar nessas regiões.

O gráfico a seguir apresenta as expectativas de crescimento do Mercado Transoceânico de minério de ferro:



Fonte: TEX Report e CVRD

Preços

Os preços de minério de ferro, assim como os minerais e metais em geral, sofrem oscilações ao longo dos ciclos econômicos e vêm atingindo níveis recordes nos últimos anos.

Em 2005 e 2006, os preços de referência de minério de ferro apresentaram aumento de 71,5% e 19,0%, respectivamente, refletindo a forte demanda mundial, influenciada, principalmente, pela China.

O gráfico a seguir apresenta a trajetória do preço de minério de ferro desde 1900:



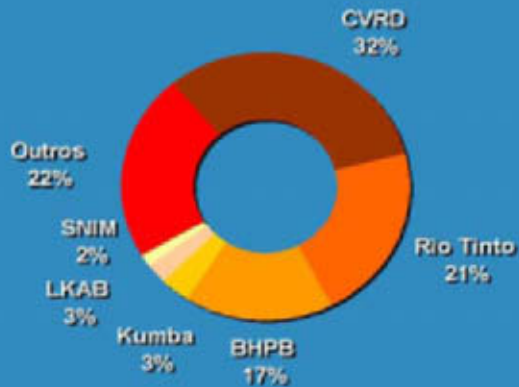
Concorrência

Em geral, o mercado de minério de ferro é altamente competitivo. Diversos grandes produtores operam neste mercado, sendo que os principais fatores que afetam a concorrência são preço, qualidade, tipos de produtos oferecidos, confiabilidade e custos de produção e logística.

As principais empresas que atuam neste Mercado Transoceânico de minério de ferro são a CVRD, BHP Billiton PLC e Rio Tinto, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Players no mercado transoceânico de minério de ferro

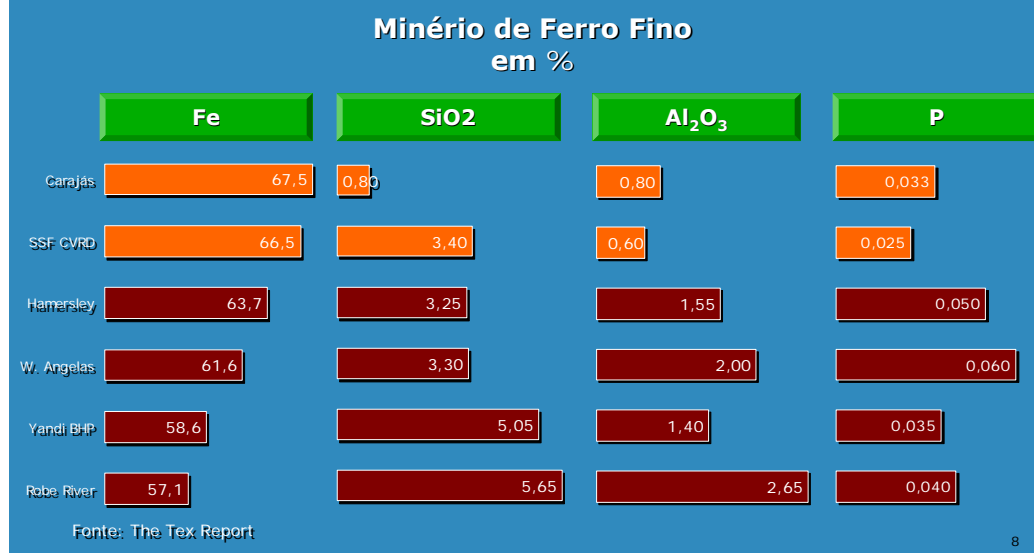
Mercado transoceânico mundial 2005



Fonte: TEX Report e CVRD.

Embora os custos de frete para entrega de minério de ferro da Austrália para os clientes na Ásia sejam normalmente mais baixos que os do Brasil, em virtude da proximidade geográfica, o minério de ferro brasileiro é competitivo no mercado asiático por duas principais razões. A primeira razão consiste no fato de que os produtores de aço normalmente procuram pelos tipos (ou *blending*) de minério de ferro que possam resultar o produto final pretendido de maneira mais eficiente e econômica e o minério de ferro brasileiro tem níveis baixos de impurezas e outras propriedades, obtendo custos de processamento mais baixos. Como exemplo de tal situação, o teor de Alumina do minério de ferro brasileiro é mais baixo se comparado com o minério da Austrália, reduzindo a formação de escória no alto-forno e, conseqüentemente, aumentando a produtividade do último. O minério de ferro brasileiro também tem maior teor de ferro, melhorando a produtividade nos altos-fornos, o que é importante, principalmente, em períodos de alta demanda. A segunda razão consiste no fato de que as usinas siderúrgicas freqüentemente desenvolvem relacionamentos de vendas baseados em um suprimento confiável de *mix* específico de minério de ferro.

Comparação de qualidade de minério de ferro



No mercado europeu, pelas razões descritas acima, bem como pela proximidade, o minério de ferro do Brasil é mais competitivo que o australiano.

O mercado brasileiro de minério de ferro conta com uma série de pequenos produtores e produtores de aço integrados, tais como a CSN e a Mannesmann. Embora o fator preço seja relevante, a qualidade e a confiabilidade também são fatores competitivos importantes. Os preços para os clientes brasileiros são baseados nos preços de referência global descontados pelos custos mais baixos de transporte até suas instalações.

Minério de Manganês e Ferroligas

Os mercados de minério de Manganês e Ferroligas são altamente competitivos. A concorrência no mercado de minério de Manganês ocorre em dois segmentos. O minério de Manganês de alto teor (40% de Mn ou mais) compete no Mercado Transoceânico global enquanto o minério de baixo teor compete regionalmente. Para a produção de determinados tipos de Ferroligas, o minério de alto teor é obrigatório, ao passo que, para outros, ele é complementar. Além do teor de Manganês, o custo e as características físico-químicas têm um papel importante na concorrência (por exemplo, blendagem, impurezas).

Os principais fornecedores de minério de alto teor estão localizados na África do Sul, Gabão e Austrália. Os principais produtores de minério de baixo teor estão localizados na Ucrânia, China, Gana, Cazaquistão, Índia e México.

O mercado de Ferroligas é caracterizado por um grande número de participantes, que competem basicamente em termos de preço (que é uma função de custos mais baixos). A CVRD produz vários tipos de Ferroligas, como as ligas de Manganês ferro-silício (SiMnFe), ligas de alto carbono de ferro-Manganês (HCFeMn), ligas médio carbono de ferro Manganês (MCFeMn) e *cored wire* (ligas especiais). Os principais fatores competitivos neste mercado são os custos do minério de Manganês, eletricidade, logística e teor de carbono.

Níquel

Atualmente, oito empresas detêm 69,7% do mercado mundial do metal, sendo que três empresas (Norilsk, Inco e BHP Billiton) detêm 44,1%, em termos de produção de Níquel em 2005. Os maiores países produtores de Níquel são Rússia, Austrália, Canadá, Indonésia e Colômbia.

O consumo no mercado de níquel primário em 2005 foi de 1.281 mil toneladas, contra 1.265 mil toneladas em 2004. A demanda de Níquel deverá crescer à taxa de 4,1% ao ano até 2015, impulsionada pelo aumento de consumo na China

O segmento siderúrgico (aço inox) representa 65% do consumo total. A demanda de níquel primário neste segmento pode ser influenciada principalmente por fatores macroeconômicos, intensidade do uso de sucata, razão austenítica e substituição.

Além do inox, outras aplicações do Níquel incluem: ligas de Níquel (incluindo superligas) - bombas, propulsores, tubos condensadores, turbinas (aeronáutica e geração de energia), baterias, recobrimento (*plating*) e químicos.

Em 2005, o preço médio do Níquel no LME foi de US\$14.479 por tonelada.

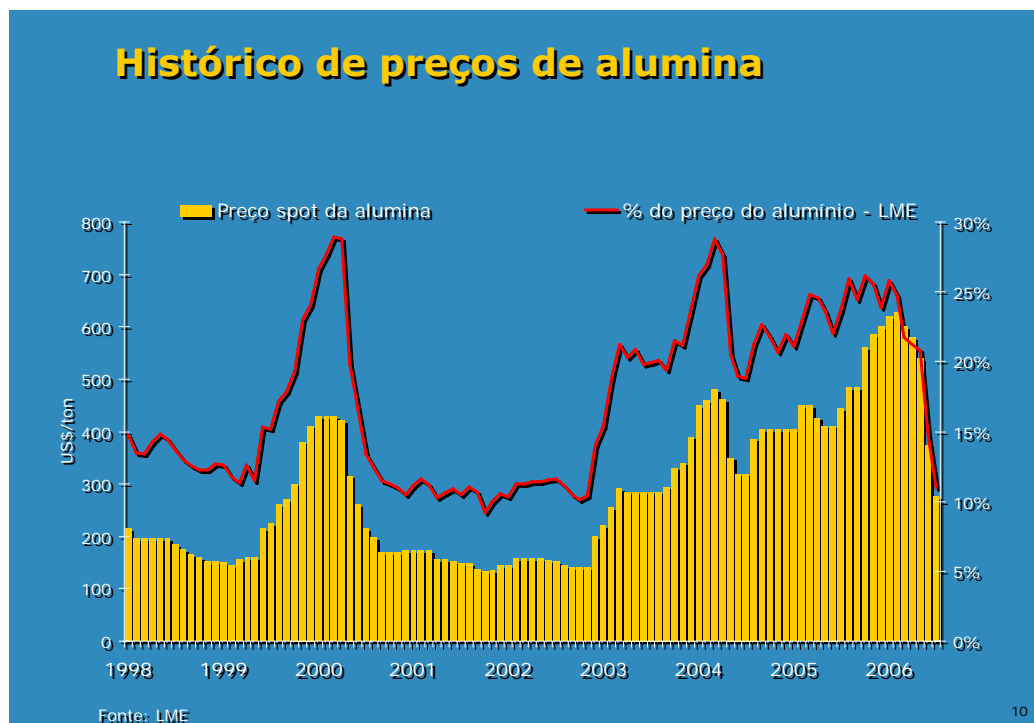


Bauxita, Alumina e Alumínio

O mercado internacional de alumínio também é altamente competitivo. Os maiores produtores são Alcoa, Rusal, Alcan, Norsk Hydro ASA., BHP Billiton e a Chalco. Os mercados de Alumina e Bauxita também são competitivos, porém bem menores, porque várias das principais empresas produtoras de alumínio integraram as operações de Bauxita, Alumina e alumínio.

Em 2005, o consumo de alumínio primário e Alumina foi de 31,946 milhões de toneladas e de 62,325 milhões de toneladas, respectivamente.

O preço médio do alumínio primário no LME em 2005 foi igual a US\$1.918 por tonelada, 10% acima do preço médio do ano anterior. O preço médio de Alumina no mercado *spot* foi US\$460 por tonelada, equivalente a 24% do preço médio LME de alumínio. Apesar do forte aumento de preço *spot* de Alumina nos últimos anos, desde março de 2006, este tem apresentado queda acentuada devido ao aumento substancial da produção chinesa.



Logística

A cadeia logística de infra-estrutura de transporte de carga no Brasil está quase toda sustentada pelo modal rodoviário, que tem maior participação na matriz de transporte no País.

Para que o sistema rodoviário atinja, de imediato, os padrões necessários de segurança e desempenho, são estimados investimentos de R\$20 bilhões e para a correta conservação e manutenção, são necessários investimentos da ordem de R\$1 bilhão por ano.

Transporte Rodoviário

O setor de transporte rodoviário no Brasil é pulverizado, com aproximadamente 46 mil empresas, sendo 95% de pequeno e médio porte. Existem ainda os transportadores autônomos que somam cerca de 310 mil e atuam prestando serviços para transportadoras ou, diretamente, para empresas privadas diversas. A frota nacional de caminhões é estimada em 1,85 milhão de unidades.

A receita da indústria rodoviária advém das tarifas que são baseadas na distância pela qual a carga deve ser transportada e/ou no volume das mercadorias transportadas. Estas tarifas respondem por 0,8% a 2,0% do preço final dos produtos industrializados e entre 15% e 20% do preço final dos produtos da agricultura.

Os principais custos no transporte rodoviário incluem combustível, preço dos caminhões e sua manutenção, peças de reposição, seguro de carga e pedágios, licenciamento dos veículos e IPVA (a tributação representa cerca de 30% do faturamento).

Os investimentos para que o sistema rodoviário atinja, de imediato, os padrões necessários de segurança e desempenho, são estimados em R\$20 bilhões e para a correta conservação e manutenção, são necessários investimentos da ordem de R\$1 bilhão por ano.

Transporte Ferroviário

A malha ferroviária brasileira consiste em um total de 29.605 quilômetros de linhas, que estão predominantemente concentradas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. A malha ferroviária brasileira é a sétima maior do mundo em termos de transporte de carga, com 221 bilhões de toneladas-quilômetros-úteis (TKUs) transportados em 2005. Durante o mesmo ano, a área servida pela malha ferroviária brasileira respondeu por aproximadamente 74% do PIB brasileiro. Todavia, a atual infra-estrutura não é suficiente para atender a demanda por transporte ferroviário. A densidade das vias ferroviárias no Brasil é aproximadamente 5,8 vezes menor que os Estados Unidos e muitos corredores ferroviários já operam em sua capacidade máxima.

Entre 1997 e 2005, o volume de cargas transportadas aumentou em 41% e a parcela do transporte ferroviário no total dos serviços de transporte no Brasil cresceu de 19% para 21,5%.

De maneira geral, a maior parte das cargas no Brasil é transportada por caminhões ou por trens, e a competição ocorre em relação (a) ao valor das tarifas cobradas, (b) ao tempo de entrega da carga, (c) à qualidade e (d) à confiabilidade dos serviços prestados. A modalidade ferroviária é conhecida por sua capacidade de transportar um volume elevado de cargas com grande eficiência, particularmente em média e longa distâncias. Todavia, a ligação inadequada entre os corredores forma uma barreira significativa para o transporte de cargas a longas distâncias (acima de mil quilômetros), e portanto, o transporte se concentra em mercados localizados em curtas e médias distâncias. O transporte ferroviário no Brasil é bastante competitivo quando comparado ao transporte rodoviário, principalmente nos trechos com extensão entre 200 e 600 quilômetros.

Regulamentação

Mineração

De acordo com a Constituição Brasileira, todos os recursos minerais no Brasil pertencem à União. A Constituição Brasileira especifica que as companhias mineradoras devem ser constituídas e administradas em território nacional e com base nas leis brasileiras.

A Constituição Brasileira e o Código de Minas impõem às mineradoras várias restrições legais relativas, entre outras coisas:

- a maneira como os depósitos minerais são explorados,
- a saúde e segurança dos funcionários,
- a proteção e recuperação do meio ambiente, e
- a prevenção de poluição.

No Brasil, as mineradoras só podem pesquisar e lavrar recursos minerais de acordo com as autorizações de pesquisa ou concessões de lavra outorgadas, respectivamente, pelo DNPM e pelo MME.

O DNPM outorga autorizações de pesquisa a uma parte solicitante por um período inicial de três anos. Essas autorizações são prorrogáveis a critério do DNPM, por mais um período que pode variar de um a três anos, desde que a parte requisitante consiga provar que a prorrogação é necessária para a conclusão adequada das atividades de pesquisa ou que não foi possível o ingresso na área objeto da pesquisa. As atividades de pesquisa no local devem ser iniciadas dentro de 60 dias, a partir da publicação oficial da emissão do alvará de pesquisa. Concluídas as atividades de pesquisa no local, a empresa concessionária deverá apresentar um relatório final ao DNPM. Se a exploração geológica revelar a existência de um depósito mineral técnica e economicamente viável, a empresa concessionária terá, a partir da aprovação do relatório pelo DNPM, o prazo de um ano (que pode ser prorrogado pelo DNPM) para requerer uma concessão de lavra, ou transferir seu direito de requerê-la para outra empresa interessada. Uma vez outorgada uma concessão de lavra, a concessionária deverá iniciar os trabalhos de lavra no local dentro de seis meses.

A lavra é entendida, para fins do regime de concessão, como o conjunto de operações coordenadas objetivando o aproveitamento industrial da jazida, desde a extração das substâncias minerais úteis que contiver até o beneficiamento das mesmas. Considera-se como mina a jazida em lavra, ainda que com atividade suspensa.

A lavra de recursos minerais é efetuada mediante concessão da União, através da outorga unilateral pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da emissão de portaria de lavra. Uma vez concedida a portaria pelo Ministério de Minas e Energia, o concessionário é autorizado a realizar a exploração mineral nas jazidas abrangidas pela portaria de lavra. O pedido de concessão de lavra é formulado em requerimento, dirigido ao Ministro de Minas e Energia, pelo titular da autorização de pesquisa ou seu sucessor.

A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, já a concessão de lavra é por prazo indeterminado. A autorização de pesquisa e a concessão de lavra não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência da União.

O DNPM outorga concessões de lavra por um período de tempo indeterminado que perdura até se esgotar o depósito mineral. Os minerais extraídos, especificados no termo de concessão, pertencem à empresa concessionária. Com a aprovação prévia do DNPM, a proprietária de uma concessão de lavra pode transferi-la para outra empresa qualificada para obter concessões. Em alguns casos, as concessões de lavra são contestadas por outras empresas.

De acordo com o Artigo 20, da Constituição Federal de 1988, e amparado pela Lei 8.001/1990, o Governo Federal cobra *royalty* da Companhia, conhecido como CFEM, sobre as receitas da venda de minerais por ela lavradas, líquidas de impostos, custos de seguro e transporte. As taxas anuais pagas sobre os produtos da CVRD são:

- Bauxita, Potássio e minério de Manganês: 3%;
- minério de ferro, Caulim, Cobre, Níquel e fertilizantes: 2%; e
- Ouro: 1% .

O Código de Mineração e suas respectivas leis de mineração e regulamentação também impõem à Companhia outras obrigações financeiras. Por exemplo, as companhias mineradoras devem compensar os proprietários das terras pelos danos e perdas de receita causadas pelo uso e ocupação da terra (seja para pesquisa ou lavra) e devem também dividir com os proprietários das terras os resultados da exploração, à base de 50% da CFEM. As mineradoras devem também compensar o Governo Federal pelos danos causados às terras públicas. A grande maioria das minas da CVRD e concessões de lavra estão em terras de sua propriedade ou em terras públicas para as quais a CVRD possui concessões de lavra.

A CVRD está atualmente envolvida em uma série de processos administrativos e um processo judicial nos quais alega-se que a Companhia não procedeu ao recolhimento adequado da CFEM. Além disso, a Companhia move uma ação judicial contra o DNPM, na qual defende que a porcentagem aplicável no cálculo da CFEM devida sobre a extração de potássio é de 2% e não de 3% como entende o DNPM. Vide *item 8 – Atividades da Companhia – Pendências Judiciais e Administrativas*.

Ferrovias

O Governo Federal, através do Ministério dos Transportes e da ANTT, regulamenta e supervisiona as políticas do setor de transporte ferroviário. O Governo Federal pode fazer concessões a empresas privadas para a construção, operação ou exploração comercial de ferrovias. Os contratos de concessão de ferrovias outorgados pelo Governo Federal impõem certos limites de propriedade aos acionistas. Para a FCA e a MRS, o contrato de concessão dispõe que cada acionista só poderá deter até 20% do capital votante da concessionária, a menos que permitido de outra forma pela ANTT. O limite de participação de 20% não se aplica às ferrovias Vitória a Minas e Carajás da CVRD. A CVRD está em conformidade com as exigências impostas pelos contratos de concessão para as operações de ferrovia da FCA, pelos quais a Companhia recebeu uma autorização da ANTT para a sua atual participação de 99,99% na FCA.

O contrato de concessão da MRS prevê que cada acionista poderá deter, direta ou indiretamente, apenas até 20% do capital votante da concessionária, a menos que permitido previamente pela ANTT. Contudo, como resultado das aquisições pela Companhia da CAEMI e Ferteco em 2003, a Companhia aumentou sua participação, direta e indireta, na MRS para 37,2% do capital com direito a voto e 40,5% do capital total. Em 13 de abril de 2006, a ANTT publicou uma resolução determinando que a CVRD (i) procedesse à venda de todas as ações ordinárias de emissão da MRS provenientes da operação de incorporação da Ferteco e vinculadas ao acordo de acionistas da MRS; ou (ii) adotasse uma das seguintes providências: (a) modificasse a estrutura societária da MRS em conjunto com os demais acionistas integrantes do bloco de controle, de acordo com alternativas dispostas na resolução, ou (b) renunciasse formalmente aos direitos de veto e voto inerentes às ações ordinárias provenientes da operação de incorporação da Ferteco e vinculadas ao Acordo de Acionistas, em especial ao de participar em quaisquer instâncias deliberativas do grupo de controle da MRS. A resolução da ANTT também determina que a Companhia cumpra a decisão do CADE visando unificar a sua participação na MRS. Em 10 de maio de 2006, a Companhia informou a ANTT sobre a sua decisão de renunciar aos direitos de voto e veto em relação às ações da MRS originalmente pertencentes à Ferteco, as quais representam 10,9% do capital total e 19,3% do capital votante da MRS. Em 3 de agosto de 2006, a ANTT publicou resolução, na qual, dentre outras coisas, foi aprovada a opção de renúncia formalizada pela CVRD. Vide *item 8 – Atividades da Companhia – Pendências Judiciais e Administrativas*.

Ao adquirir as ações ordinárias remanescentes de emissão da CAEMI em setembro de 2003, a CVRD aumentou sua participação na MRS para 37,2% do capital com direito a voto e 29,4% do capital total. Atualmente a CVRD está discutindo a estrutura de participação acionária na MRS com a ANTT e seus parceiros de forma a cumprir com as exigências aplicáveis. Para maiores informações, vide *Atividades da Companhia—Segmentos de Negócios—Logística e Pendências Judiciais e Administrativas*.

A ANTT também estabelece diferentes limites tarifários para cada concessionária de serviços ferroviários e cada um dos vários produtos transportados. Uma vez respeitados esses limites, os preços praticados podem ser negociados diretamente com os usuários de tais serviços.

Energia Elétrica

O setor elétrico no Brasil é regulamentado pelo próprio Governo Federal através do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. O papel da ANEEL é implementar e manter em vigor as políticas e normas estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia visando a organizar e regulamentar o setor elétrico e as empresas do ramo. A ANEEL deve garantir aos consumidores um eficiente e econômico fornecimento de energia fazendo valer os regulamentos e monitorando os preços e a eficiência operacional das empresas elétricas.

De acordo com as leis que regem o setor elétrico, as concessões garantem direitos exclusivos de geração e transmissão ou distribuição de energia elétrica em uma área específica, por um determinado período, que seja suficiente para a concessionária recuperar seus investimentos. As concessões de geração de energia são garantidas por até 35 anos e podem ser renovadas, a critério do Governo Federal, por até 35 anos. As concessionárias (distribuidoras) devem fornecer energia elétrica aos serviços públicos, de modo contínuo, com quantidade suficiente e dentro de um padrão de qualidade aceitável.

Em virtude da natureza hidrológica e integrada da matriz brasileira de geração de energia elétrica, nos termos do Decreto n° 2655/1998, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia, conhecido como MRE, um mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico e, conseqüentemente, de redução da volatilidade no processo de geração de todas as empresas geradoras. Para implantar o MRE, a ANEEL determina para cada empresa geradora, um nível de produção de energia conhecido como Cota de Energia ou Energia Segurada. A Cota de Energia é calculada de acordo com um modelo estatístico baseado na média de chuvas na região em questão, na vazão dos rios e nos níveis de água no reservatório de cada unidade medidos ao longo de muitos anos. Cada empresa geradora pode assinar contratos de venda de até 100% de sua Cota de Energia. Se uma empresa geradora assinar contratos para a venda de sua Cota de Energia e se os membros do MRE, em geral, puderem atender aos níveis da Cota de Energia, ela será remunerada com base nos termos contratuais, não importando seu nível de geração neste caso. Se todos os membros do MRE atenderem seus níveis de energia contratada, e ainda houver energia excedente, a energia gerada excedente será distribuída entre as empresas geradoras de diferentes regiões e essa energia excedente poderá ser vendida no mercado atacadista.

Todos os contratos de compra e venda de energia no atacado são atualmente registrados no mercado atacadista, CCEE. A CCEE é uma entidade privada sem fins lucrativos, sujeita à autorização, regulamentação e supervisão da ANEEL e é responsável pela operação do MAE, tendo a função de garantir que as transações de energia no mercado de curto prazo sejam liquidadas e consolidadas com eficiência. Basicamente, o CCEE foi criado para efetuar a liquidação das diferenças entre a quantidade de energia contratada com base em contratos bilaterais dos diversos agentes de mercado (empresas geradoras, distribuidores, *traders* e grandes consumidores) e a quantidade de energia realmente produzida e consumida. A liquidação é efetuada de acordo com os preços vigentes no CCEE, expressos em R\$/MWh, e são calculados para cada período de liquidação de cada sub-mercado.

Em março de 2004, o Governo Federal aprovou a Lei 10.848/2004 para o setor de energia. Embora a lei não tenha sido totalmente regulamentada, e apenas algumas condições sejam regulamentadas pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, esta lei criou um setor ainda mais regulamentado, especialmente no segmento de geração de energia. A nova lei transfere a jurisdição de algumas áreas reguladoras da ANEEL para o Ministério de Minas e Energia. De acordo com essa nova lei, todos os consumidores de energia elétrica, inclusive os grandes consumidores como a CVRD, devem contratar a aquisição de toda sua energia necessária através de contratos, estando previstas penalidades no caso de erros acima de 5% da energia consumida, seja essa contratação no mercado regulado, no qual um distribuidor faz acordos para fornecer energia a seus clientes regulamentados sujeitos a preços controlados; seja no mercado livre não regulamentado, no qual um consumidor livre fará acordos com produtores independentes de energia a preços vigentes no mercado. Os consumidores regulamentados poderão migrar para o mercado não regulamentado. Entretanto, os consumidores devem esperar até o vencimento de seus contratos de longo prazo.

Em 2005, o novo formato regulatório foi consolidado com o regulamento de questões especialmente relevantes para a CVRD. Dentre elas estão a Resolução ANEEL 166 de 10 de outubro de 2005, que isenta auto-produtores como a CVRD de certos encargos setoriais cobrados sobre a energia consumida, e o Decreto 5.597 de 28 de novembro de 2005, que permite que determinadas unidades industriais optem entre o acesso dos sistemas de transmissão, direta ou indiretamente através de um distribuidor. O referido Decreto 5.597 é de especial importância para as operações da Companhia, pois permite melhor eficiência do fornecimento de energia, incidindo em custos menores e melhor qualidade.

Navegação

A ANTAQ foi criada pela Lei 10.233, de 5 de junho de 2001, com a finalidade de regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infra-estrutura portuária e aquaviária, exercida por terceiros.

Nos termos da Lei n.º 9.432, de 20 de fevereiro de 1997, os principais tipos de navegação existentes são: (i) a navegação de apoio portuário, que é a realizada exclusivamente nos portos e terminais aquaviários, para atendimento a embarcações e instalações portuárias; (ii) a navegação de apoio marítimo, realizada para o apoio logístico a embarcações e instalações em águas territoriais nacionais e na zona econômica brasileira, que atuem nas atividades de pesquisa e lavra de minerais e hidrocarbonetos; (iii) a navegação de cabotagem, realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou esta e as vias navegáveis interiores; e (iv) a navegação de longo curso, realizada entre portos brasileiros e estrangeiros.

A navegação de longo curso pode ser realizada por empresas de navegação e embarcações de qualquer país, enquanto os demais tipos de navegação ficam restritos a empresas brasileiras de navegação e embarcações de bandeiras brasileiras ou por embarcações estrangeiras que tenham sido fretadas por empresas brasileiras de navegação com a devida autorização da ANTAQ.

Para que obtenham a autorização da ANTAQ para operarem como empresas brasileiras de navegação, as empresas interessadas devem ser constituídas de acordo com as leis brasileiras e ter sede e administração no País. Além disso, devem ser proprietárias de pelo menos uma embarcação de bandeira brasileira e devem atender aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos na Resolução ANTAQ n.º 52/2002.

Portos e Terminais

A Lei de Modernização dos Portos implantou um modelo privado de operação no setor, mediante a modernização da sistemática da administração portuária e aduaneira nos portos organizados e das concessões, arrendamentos e terceirização do complexo portuário.

Em 2005, a ANTAQ publicou a resolução 517, que estabelece critérios e procedimentos para a outorga de autorização para a construção, a exploração e a ampliação de terminal portuário de uso privativo, na conformidade da Lei n.º 8.630 e da Lei n.º 10.233, de 5 de junho de 2001, observado o disposto na legislação que confere competência pertinente à matéria a outros órgãos e entidades das administrações públicas federal, estadual e municipal.

Além disso, verificou-se um estímulo à competição entre portos, através da autorização para os terminais marítimos de empresas privadas movimentarem cargas de terceiros. Nesse sentido, os portos foram ampliados e reaparelhados com recursos da iniciativa privada, através da execução de programas de arrendamento de áreas e instalações dos portos públicos.

Com a Lei de Modernização dos Portos, as administrações portuárias iniciaram o processo de pré-qualificação dos operadores portuários privados em todo o Brasil, para fins de operação portuária na área do porto organizado. Devidamente qualificadas, estas empresas podem também exercer todas as atividades vinculadas às operações de carga e descarga dentro das áreas do porto organizado. Esta condição de incentivar a competitividade proporcionou significativa melhora nos índices de produtividade, e ainda uma menor estadia dos navios no porto, permitindo assim a otimização do sistema como um todo, bem como, maior confiabilidade nas programações de chegada, atracação e operação dos navios.

ATIVIDADES DA COMPANHIA

Visão Geral

A CVRD é a maior companhia de minerais e metais das Américas e uma das maiores companhias do setor privado na América Latina por capitalização de mercado.

A CVRD tem um amplo *portfolio* de produtos minerais, sendo uma das maiores produtoras e, segundo a própria Companhia e o TEX Report, a maior exportadora mundial de minério de ferro e Pelotas, com participação de 32% do Mercado Transoceânico. Segundo o relatório “Manganese Ferroalloy Market Service” de julho de 2006 da empresa de análise do setor CRU, a CVRD é a segunda maior produtora global de Manganês e Ferroligas. A Companhia produz ainda Cobre, Bauxita, Potássio, Caulim, alumínio e Alumina.

A Companhia possui direitos de exploração que cobrem 8,7 milhões de hectares (21,5 milhões de acres) em 14 Estados do Brasil e 19,8 milhões de hectares (48,9 milhões de acres) no exterior.

A Companhia opera mais de 9 mil quilômetros de malha ferroviária e oito terminais portuários próprios, que são integrados com suas operações de mineração. Além disso, diretamente e através de suas Controladas e de *Joint Ventures*, possui importantes investimentos em negócios relacionados a alumínio, energia e aço. A Companhia tem participação acionária em oito usinas hidrelétricas, com capacidade projetada total de 2.509 MW (da qual sua parte corresponde a 991,4 MW), estando seis em operação (Igarapava, Porto Estrela, Funil, Candonga, Aimorés e Capim Branco I), uma em implantação (Capim Branco II) e uma em licenciamento (Estreito), bem como participa no capital social de três empresas produtoras de aço. Dentre os produtos relacionados ao alumínio, a Companhia produz Bauxita, Alumina e alumínio, por meio da Albras, Alunorte, MRN e Valesul, nas quais a Companhia tem participação no capital social ou atua através de *Joint Ventures*.

A CVRD está presente em 18 países, quais sejam, Brasil, Estados Unidos, Argentina, Chile, Peru, França, Suíça, Noruega, Gabão, Angola, Moçambique, África do Sul, Índia, Mongólia, China, Japão, Austrália e Guiné.

O minério de ferro produzido no mundo é utilizado na produção de aço, de modo que a demanda por minério de ferro depende da indústria global do aço, podendo existir diferenças regionais.

A expectativa com relação ao mercado mundial de minério de ferro é que o principal foco de crescimento continue a ser a China, onde as importações de minério de ferro devem aumentar 13% por ano, atingindo 460Mt por volta de 2010, de acordo com estimativa da Companhia. A despeito de significativas expansões dos produtores desse setor, a expectativa é que o mercado permaneça em déficit. Nos primeiros oito meses de 2006, as importações de minério de ferro da China cresceram 24,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A demanda mundial por Níquel continua a crescer em um ritmo ágil, com taxa composta de crescimento anual, entre os anos de 2002 e 2006, de 4,0%, de acordo com a CRU. A principal geradora dessa forte demanda é a China, cuja taxa composta de crescimento anual, nos últimos cinco anos, foi de 24,8%, segundo a CRU.

Em 2005, a CVRD tornou-se a primeira empresa de controle acionário brasileiro a obter a classificação de grau de investimento (*investment grade*) em moeda estrangeira. Na data deste Prospecto, a Companhia possuía classificação grau de investimento em moeda estrangeira por quatro agências de *rating* de renome internacional, a Moody's, a Dominion Bond Rating Service (DBRS), a Standard & Poor's e a Fitch.

Em todos os seus empreendimentos, a CVRD atua de maneira socialmente responsável e se destaca pelo desenvolvimento de projetos em harmonia com o meio ambiente. A CVRD possui um modelo de governança corporativa, fundamentado nos princípios de clareza de papéis, transparência e estabilidade, necessários para posicionar a Companhia em trajetória de crescimento e criação de valor.

Em 19 de outubro de 2006, a Companhia obteve aprovação necessária, conforme o *Investment Canada Act*, para concretizar a compra de todas as ações ordinárias em circulação da Inco, obtendo todas as aprovações regulatórias necessárias para concluir sua oferta de aquisição com pagamento à vista. No dia 6 de novembro, a Companhia

completou a aquisição de 196.078.276 ações ordinárias da Inco, correspondente a 86,57% das ações ordinárias emitidas e em circulação da mesma de acordo com critério de diluição total. Os resultados da Inco passarão a ser consolidados ao da CVRD a partir do último trimestre de 2006 e, deste modo, os negócios com níquel terão significativa relevância nos negócios consolidados da CVRD, representando de 20% a 30% da receita total da Companhia. Nenhuma das informações constantes deste Prospecto contempla a Inco na qualidade de Controlada da Companhia. Para maiores informações, vide *Níquel – Aquisição da Inco*.

A Companhia apresentou no terceiro trimestre de 2006 a melhor performance de sua história registrando novos recordes operacionais e financeiros. A seqüência de recordes dos últimos anos consolida alta qualidade do desempenho da Companhia e, conseqüentemente, sua posição de liderança na indústria de mineração global.

Vantagens Competitivas

A Companhia acredita que suas principais vantagens competitivas, as quais pretende usar como base para implementação de seus objetivos estratégicos, incluem as seguintes:

- **A Companhia possui um dos mais baixos custos de produção de minério de ferro e Pelotas.** A Companhia acredita que é capaz de manter-se competitiva no mercado em que atua por obter custos de produção mais baixos do que os concorrentes. O custo de produção de minério de ferro engloba custo de mineração, beneficiamento e logística. A CVRD produz minério de ferro com níveis baixos de impurezas e outras propriedades, o que lhe permite originar o produto final pretendido de maneira mais eficiente e econômica, dado que, em razão da qualidade de seu minério, os custos de processamento são geralmente mais baixos. Ademais, as minas de minério de ferro da Companhia possuem baixo teor de corte (*stripping ratio*), resultando em menos dispêndio com manuseio de estéril e, conseqüentemente, custos de extração mais baixos. Finalmente, a Companhia possui um sistema logístico integrado (mina-ferrovia-porto) que lhe permite obter um baixo custo de logística.
- **A Companhia diferencia-se por produzir minério de ferro customizado.** A Companhia realiza misturas (*blending*) de minérios de diferentes minas de modo a criar produtos customizados para seus clientes, o que a posiciona a frente das demais mineradoras que, por não possuírem minas tão diversificadas como as da CVRD, não possuem flexibilidade para oferecer tais tipos de produtos. Deste modo, o minério produzido pela Companhia tem níveis superiores de produtividade nos altos-fornos, resultando em menores custos de produção para seus clientes.
- **A Companhia diferencia-se pela qualidade da Bauxita por ela produzida e de sua cadeia produtiva de alumínio.** A vantagem competitiva da CVRD no segmento do alumínio é deter um grande potencial de recursos de Bauxita de alta qualidade e operações de primeira linha em Alumina explorar o seu potencial na cadeia de alumínio, concentrando-se nos negócios de Bauxita e Alumina.
- **A Companhia possui Reservas Minerais de qualidade e sistema de logística integrado no Brasil.** A Companhia possui Reservas de minério de ferro, Cobre, Níquel e Manganês na região de Carajás, de boa qualidade que, alavancada pela sua logística integrada (mina-ferrovia-porto) e infra-estrutura instalada como rede de distribuição de energia elétrica, possibilitam a CVRD o acesso a custos operacionais e de expansão competitivos nas suas respectivas indústrias.
- **A Companhia tornou-se a segunda maior produtora mundial de Níquel com perspectiva para se tornar um líder de mercado.** A aquisição da Inco faz da Companhia a segunda maior produtora de Níquel do mundo. Atualmente, somente outros quatro grandes projetos *greenfield* estão em desenvolvimento na indústria de Níquel, sendo que três deles pela Companhia. Após a conclusão, dos projetos Goro, Vermelho e Onça Puma, a Companhia espera aumentar sua capacidade de produção em aproximadamente 164.000 Ton., ou 80,4% da produção de Níquel Inco em 2005, o que posicionará a Companhia como a segunda maior produtora mundial de Níquel.

Estratégia

O objetivo da CVRD é fortalecer sua competitividade entre as principais companhias mineradoras globais com ênfase em um crescimento diversificado em mineração, com foco no crescimento orgânico. A Companhia busca um crescimento disciplinado de administração de capital, com o objetivo de maximizar o retorno sobre o capital investido e o retorno total aos seus acionistas. Embora a CVRD enfatize um crescimento orgânico em suas principais atividades, pode fazer aquisições estratégicas visando criar valor para seus acionistas.

Nos últimos anos, a CVRD tem desenvolvido um processo de planejamento estratégico de longo prazo mais consistente. A Companhia possui planos ambiciosos de largo espectro em cada um de seus principais negócios, inclusive significativos investimentos em crescimento orgânico até 2012.

Os parágrafos a seguir descrevem os principais pontos da estratégia da CVRD:

- **Manter a Posição de Liderança no Mercado de Minério de Ferro.** Em 2005, a Companhia continuou a consolidar sua liderança no Mercado Transoceânico de minério de ferro, com uma participação estimada em 32% do total de 675 milhões de toneladas negociadas no ano, segundo a própria Companhia e o TEX Report. A CVRD está comprometida em manter sua posição no mercado global de minério de ferro, fortalecendo relacionamentos com seus clientes, concentrando-se na linha de produtos desenvolvidos sob medida para capturar tendências industriais, aumentando sua capacidade produtiva em função do crescimento da demanda e controlando custos. A Companhia acredita que o forte relacionamento com seus principais clientes (corroborado por contratos de longo prazo), juntamente com produtos customizados e de alta qualidade a ajudarão a atingir este objetivo. A Companhia ainda adota medidas para encorajar diversos fabricantes de aço a desenvolver fábricas de Placas voltadas para exportação no Brasil, de modo a criar demanda adicional para o minério de ferro por ela produzido.
- **Aumentar a Produção na Cadeia de Alumínio.** A CVRD planeja desenvolver e aumentar a capacidade de produção de suas operações da cadeia de alumínio, focando no início da cadeia produtiva, desenvolvendo projetos de baixo custo de Bauxita e Alumina. A Companhia possui grandes Reservas não desenvolvidas de Bauxita de alta qualidade e oportunidades para expansões a baixo custo em sua refinaria de Alumina. A Companhia está trabalhando no desenvolvimento destas oportunidades e também investe na exploração mineral para aumentar suas Reservas de Bauxita. A Companhia poderá buscar aquisições e/ou parcerias na produção de Alumínio Primário para garantir a demanda pela Alumina por ela produzida.
- **Desenvolver Recursos em Cobre.** A CVRD acredita que seus projetos de Cobre, todos situados na região de Carajás, no Estado do Pará, podem estar entre os mais competitivos do mundo em termos de custo de investimento por tonelada de minério. Suas minas de Cobre serão beneficiadas pelas instalações de infraestrutura do Sistema Norte da Companhia.
- **Investir em Níquel e Carvão.** A Companhia procura diversas oportunidades para tornar-se um grande participante global nos negócios de Níquel e Carvão. Neste sentido, a aquisição da Inco, que é uma das maiores mineradoras de Níquel do mundo, contribui de maneira extremamente relevante com a estratégia de diversificação e expansão da Companhia.
- **Globalizar os Esforços de Exploração Multi-Commodity.** A prospecção mineral é uma parte importante da estratégia de crescimento orgânico da Companhia. Para tanto, a CVRD está comprometida com um programa de exploração de ativos minerais, com presença em vários países e regiões do mundo, tais como Angola, Argentina, Austrália, Brasil, Chile, Gabão, Guiné, Moçambique, Mongólia, Peru, Canadá e África do Sul. A Companhia busca principalmente novos depósitos de Cobre, Ouro, minério de Manganês, minério de ferro, Níquel, Caulim, Bauxita, Fosfato, Potássio, Carvão, diamante e platinóides.
- **Aumentar Seus Negócios de Logística.** A Companhia acredita que a qualidade de seus ativos ferroviários e seus vários anos de experiência como operadora de ferrovias e portos, juntamente com a falta de eficiência na área de transporte nacional de carga geral no Brasil, a posiciona como líder em logística no Brasil. A CVRD está expandindo a capacidade de suas ferrovias através da compra de mais locomotivas e vagões para atender a necessidade crescente de seus negócios e de seus clientes.

- **Desenvolver Projetos de Geração de Energia.** O gerenciamento de energia e seu fornecimento eficiente tornaram-se prioridade para a CVRD. Estimulada por mudanças estruturais no segmento e incertezas regulatórias, bem como pelo risco de aumento nos preços da energia e programas de racionamento, a Companhia, atualmente, investe em sete consórcios para desenvolver oito usinas hidrelétricas, com capacidade projetada total de 2.509 MW (da qual sua parte corresponde a 991,4 MW), sendo que seis já iniciaram suas operações e as demais estão previstas para iniciar operações nos próximos quatro anos. A CVRD planeja utilizar a energia gerada por esses projetos para atender seu próprio consumo. Como grande consumidora de energia, a Companhia espera que o seu investimento no setor de energia possa protegê-la da volatilidade dos preços de energia.

Histórico

A CVRD foi fundada pelo Governo Federal em junho de 1942 para ser proprietária e operadora das minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais, bem como da EFVM, que transportava minério de ferro e produtos agropecuários pelo Vale do Rio Doce, na região Sudeste do Brasil, até o porto de Vitória, localizado no Estado do Espírito Santo.

A atividade inicial da Companhia era organizar a produção e a exportação de minério de ferro, através do Sistema Sul com a finalidade de ajudar a atender as necessidades estratégicas de matérias-primas durante a 2ª Guerra Mundial. Em 1970, a Companhia e a United States Steel Corporation iniciaram uma associação visando à exploração dos depósitos minerais de minério de ferro de alta qualidade, localizados em Carajás, Estado do Pará.

Com a crescente demanda mundial de minério de ferro, na década de 1960-1970, a CVRD ampliou, consideravelmente, sua participação no mercado internacional. Tornou-se, então, indispensável modernizar a sua estrutura para possibilitar sua rápida expansão. Em 1962, iniciou-se a construção do porto de Tubarão, no Espírito Santo. Com a duplicação da ferrovia, foi atingida a marca de 20 milhões de toneladas por ano de minério de ferro.

O desenvolvimento dos processos de aglomeração possibilitou que os Finos de Minério de Ferro, antes considerados sobras da lavra, passassem a ter valor econômico na forma de Pelotas, sendo amplamente utilizadas no processo siderúrgico. As usinas do complexo de pelotização, no Espírito Santo, começaram a ser implantadas em 1969. Atualmente, a CVRD opera nove usinas de pelotização, sendo que quatro destas são próprias. Nas outras cinco, a Companhia possui sócios estrangeiros.

Após ter adquirido a participação da United States Steel Corporation na sociedade, em 1977, a Companhia começou a construção do complexo de mineração de ferro de Carajás, bem como da Estrada de Ferro Carajás, relacionada ao complexo, com financiamento junto a várias instituições multilaterais e financeiras comerciais, incluindo, dentre elas, o Banco Mundial e a Comunidade Européia do Carvão e do Aço. O complexo de mineração de Carajás e seus respectivos serviços de transporte tiveram início das operações, em escala comercial, em 1987.

Em 06 de maio de 1997, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a CVRD foi privatizada, tendo o Consórcio Brasil (Valepar) adquirido 104.318.070 ações ordinárias, equivalentes a 41,73% do capital votante pelo valor de aproximadamente R\$3,3 bilhões.

A partir de dois sistemas produtivos mina-ferrovia-porto, instalados em diferentes regiões do país, a CVRD é hoje um conglomerado de exploração e beneficiamento de recursos naturais e transportes, que inclui a operação de ferrovias e portos, além da navegação marítima de cabotagem. A CVRD participa de um conjunto de empresas nos setores de siderurgia e Ferroligas e está presente em outras áreas da maior relevância na economia brasileira, tais como alumínio e Cobre.

A CVRD decidiu aumentar sua participação no mercado de carga geral. Nesse sentido, em 1999, foi criada uma diretoria de logística, com o objetivo de ampliar a participação da CVRD no setor, oferecendo serviços de logística de forma integrada.

Sintonizada com seu tempo e consciente de suas responsabilidades, a CVRD publicou, juntamente com suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1999, o seu primeiro Balanço Social. Através da Fundação Vale do Rio Doce, a Companhia centra seu apoio na educação e também dá suporte a iniciativas nas áreas de meio ambiente, saúde, infra-estrutura e desenvolvimento econômico, desempenhando importante papel para melhorar as condições de vida em inúmeras comunidades localizadas nas regiões sob sua influência.

O ano de 2000 foi um importante marco na existência da CVRD, com o lançamento de ADRs na NYSE, representativos de ações preferenciais de classe A, sendo identificadas pelo símbolo RIOPR.

Em 2002, foi finalizada, com enorme êxito, a terceira e última etapa do programa de privatização da Companhia, mediante oferta global de venda de 78.787.838 ações ordinárias de propriedade do Tesouro Nacional e do BNDES. A demanda superou a oferta em mais de três vezes e as ações foram vendidas para investidores institucionais de 17 países, tais como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Irlanda, Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Itália, Kuwait, Luxemburgo, Suécia, Suíça, Austrália e China (Hong Kong), e para 792.443 pessoas físicas no Brasil. As ações ordinárias da CVRD começaram a ser negociadas na NYSE sob a forma de ADRs, em 21 de março de 2002, sendo identificadas pelo símbolo RIO.

O sucesso dessas operações demonstrou a forte confiança que investidores brasileiros e estrangeiros depositam no futuro da CVRD. A solidez de suas demonstrações financeiras e a forte geração de caixa asseguraram a credibilidade da Companhia no mercado internacional de capitais.

Em novembro de 2006, a Companhia completou a aquisição de 86,57% das ações ordinárias emitidas e em circulação da Inco de acordo com critério de diluição total. A aquisição da Inco faz da Companhia a segunda maior produtora de Níquel do mundo.

Denominação Social, Objeto Social e Sede

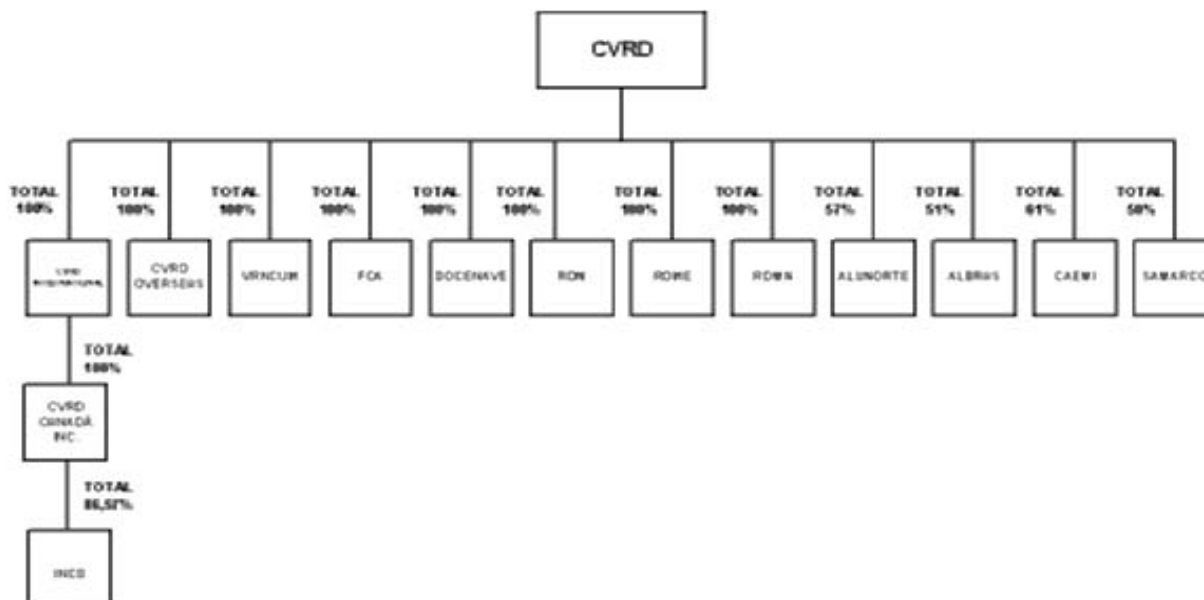
A CVRD é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída por prazo indeterminado, cujo objeto social, de acordo com o artigo 2º de seu estatuto social, consiste em (i) realizar o aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e no exterior, através da pesquisa, exploração, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais; (ii) construir ferrovias, operar e explorar o tráfego ferroviário próprio ou de terceiros; (iii) construir e operar terminais marítimos próprios ou de terceiros, bem como explorar as atividades de navegação e de apoio portuário; (iv) prestar serviços de logística integrada de transporte de carga, compreendendo a captação, armazenagem, transbordo, distribuição e entrega no contexto de um sistema multimodal de transporte; (v) produzir, beneficiar, transportar, industrializar e comercializar toda e qualquer fonte e forma de energia, podendo, ainda, atuar na produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos; (vi) exercer, no País ou no exterior, outras atividades que possam interessar, direta ou indiretamente, à realização do objeto social, inclusive pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação, bem como a exploração, industrialização e comercialização de recursos florestais e a prestação de serviços de qualquer natureza; e (vii) constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades cujos objetos sociais sejam direta ou indiretamente, vinculados, acessórios ou instrumentais ao seu objeto social.

A sede da CVRD localiza-se na Avenida Graça Aranha n.º 26, 19º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Seus atos societários de constituição estão devidamente registrados na Junta Comercial do Rio de Janeiro, sob o NIRE 33.300.019.766. Em 02 de janeiro de 1970, a CVRD obteve registro de companhia aberta perante a CVM sob o n.º 04170.

Estrutura Societária

A Companhia é uma *holding* operacional que possui como ativos, dentre outros, participações acionárias em diversas empresas no Brasil e no exterior que atuam em variados segmentos relacionados às atividades da Companhia.

O organograma a seguir apresenta as principais Controladas operacionais e financeiras da Companhia:



Principais Investimentos e Desinvestimentos de Capital

A discussão a seguir descreve as aquisições, disposições e outras mudanças significativas nos negócios da CVRD em 2005 e 2006, até o momento.

Minério de Ferro e Pelotas

Projeto de expansão Brucutu. A CVRD planeja ampliar a capacidade de sua mina Brucutu para 30 milhões de toneladas por ano. O início da operação ocorreu no terceiro trimestre de 2006.

Expansão de Carajás. A CVRD vem aumentando a capacidade de produção de minério de ferro de Carajás para 100 milhões de toneladas por ano. Este projeto está na fase de planejamento detalhado para a engenharia e os processos relacionados ao fornecimento de equipamentos, maquinário e serviços. A Companhia espera investir um total de, aproximadamente, US\$366 milhões nesse projeto cuja conclusão está prevista para ocorrer em 2007.

Expansão da Samarco. A CVRD vem aumentando a capacidade de produção de Pelotas da Samarco, sua *Joint Venture* com a BHP Billiton. A Companhia estima que a expansão na Samarco deverá gerar o total de 7,6 milhões de toneladas por ano de capacidade e acredita que deverá exigir um investimento de, aproximadamente, US\$1.183 milhões, incluindo a construção de uma usina de Concentração de minério de ferro, uma usina de pelotização e um mineroduto secundário. A Samarco traçou como meta para início da operação a primeira metade de 2008, e obterá financiamento próprio para o projeto.

Mina de minério de ferro de Fábrica Nova. A mina de minério de ferro da CVRD de Fábrica Nova, com capacidade de 15 milhões de toneladas por ano, começou sua operação no segundo trimestre de 2005, e produziu 7,8 milhões de toneladas em 2005.

Projeto Itabirito. A CVRD, através da MBR, está construindo uma fábrica de Concentração, com capacidade estimada pela Companhia de 10 milhões de toneladas por ano, um mineroduto (4 quilômetros de comprimento) e uma planta de pelotização com capacidade de 7 milhões de toneladas de Pelotas por ano, com um custo estimado de US\$759 milhões e meta para início da operação em 2008.

Aquisição da Rio Verde Mineração. Em janeiro de 2006, a Companhia adquiriu os recursos minerais, a propriedade e equipamento de mineração da Rio Verde Mineração por US\$47 milhões. A Rio Verde Mineração está localizada na região do Quadrilátero Ferrífero do Estado de Minas Gerais, perto das operações da MBR no município de Nova Lima.

Incorporação de ações da CAEMI. Em maio de 2006, a CVRD concluiu a incorporação de ações da sua Controlada CAEMI. Todas as ações preferenciais da CAEMI de posse de seus acionistas minoritários foram trocadas por ações preferenciais classe A emitidas pela Companhia, e a CAEMI tornou-se subsidiária integral da Companhia. A proporção na troca de ações foi de uma ação de emissão da CAEMI por 0,04115 ação preferencial de classe A de emissão da CVRD.

Operações Relacionadas ao Alumínio

Projeto Paragominas. A CVRD está desenvolvendo uma nova mina de Bauxita, de sua propriedade, localizada em Paragominas, no Estado do Pará. O projeto está previsto para começar sua produção comercial na primeira metade de 2007, com uma capacidade inicial de 5,4 milhões de toneladas ao ano, e um investimento de US\$352 milhões. Em 2008, a Companhia estima que sua capacidade atingirá, aproximadamente, 9,9 milhões de toneladas ao ano, o que a Companhia espera que exigirá um investimento adicional de, aproximadamente, US\$196 milhões. A Bauxita produzida em Paragominas será utilizada para suprir as necessidades de expansão da Alunorte. A qualidade da Bauxita será similar à da MRN, o projeto utilizará o método *strip mining* de extração e possuirá uma usina de Beneficiamento, que deverá incluir um moinho e um mineroduto com 244 quilômetros de extensão.

Expansão da Alunorte. A CVRD está aumentando a capacidade de produção de Alumina em sua refinaria Alunorte e espera aumentar a capacidade para 6,3 milhões de toneladas por ano, a partir de um investimento estimado de US\$846 milhões. Este projeto está programado para iniciar em 2008.

Valesul. Em 3 de julho de 2006, a CVRD anunciou a aquisição de 45,5% do capital da Valesul, empresa de fundição de alumínio, localizada no distrito de Santa Cruz, Estado do Rio de Janeiro, por US\$27,5 milhões, por meio do exercício do direito de preferência, previsto em acordo de acionistas. Assim, a CVRD adquiriu a participação acionária de sua sócia no empreendimento, BHP Billiton, passando, deste modo, a deter 100% do capital da Valesul.

Cobre

A CVRD planeja desenvolver o projeto de mineração de Cobre 118, localizado no Estado do Pará. Em 2005, de acordo com o Contrato de Risco Mineral celebrado com o BNDES, a Companhia estabeleceu um acordo específico sob o qual pagará ao BNDES uma porcentagem variável de qualquer receita líquida produzida pelo projeto de Cobre 118. Atualmente, a Companhia estima que os investimentos para esse projeto podem chegar a US\$232 milhões e estima que terá início em 2009. A capacidade estimada de produção do projeto é de 36 mil toneladas de catodo de Cobre por ano.

Níquel

Inco. Em 14 de agosto de 2006, a CVRD fez uma oferta, integralmente em dinheiro, para adquirir todas as ações ordinárias em circulação da Inco ao preço de Cdn\$86,00 por ação ordinária da Inco, empresa líder na produção de Níquel sediada no Canadá. A Inco é a segunda maior produtora de Níquel no mundo, segundo a CRU, possuindo a maior base mundial de Reservas de Níquel e um dos custos de produção (*custo cash*) mais baixos do mundo. Em 23 de outubro de 2006, a Companhia adquiriu 174.623.019 ações ordinárias da Inco. No dia 3 de novembro de 2006, mais 21.455.257 ações ordinárias da Inco, incluindo ações depositadas através de garantia de entrega, foram depositadas para a oferta de aquisição. Atualmente a CVRD detém 196.078.276 ações ordinárias da Inco, correspondente a 86,57% das ações ordinárias emitidas e em circulação da Inco de acordo com critério de diluição total. Em linha com o objetivo da CVRD de adquirir 100% das ações da Inco emitidas e em circulação, a Inco convocou para o dia 3 de janeiro de 2007 uma assembléia extraordinária de acionistas para apreciar proposta de incorporação ou outro procedimento que permita a CVRD adquirir as ações ordinárias remanescentes da Inco.

A legislação canadense permite o fechamento do capital de uma sociedade (que tenha sido objeto de uma oferta pública de aquisição de controle) caso o novo controlador passe a deter mais de 90% de seu capital social, mediante a aquisição compulsória das ações remanescentes (ou seja, das ações que não tiverem aderido à oferta). O fechamento do capital também é possível caso o novo controlador passe a deter pelo menos 2/3 das ações votantes de emissão da sociedade, como foi o caso da Companhia, desde que preencha determinados requisitos impostos pela legislação canadense e faça uma operação societária conhecida como "*squeeze out amalgamation*". Para maiores informações sobre a Inco, vide *Atividades da Companhia – Aquisição da Inco*.

Vermelho. Em julho de 2005, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o investimento para desenvolver o projeto do Níquel Vermelho. O projeto do Níquel Vermelho está localizado na região de Carajás, no Estado do Pará, 70 quilômetros ao sul de suas minas de minério de ferro Carajás e 15 quilômetros ao leste de sua mina de Cobre de Sossego. Conforme planejado recentemente, a capacidade estimada de produção do projeto é de 46 mil toneladas por ano de Níquel metálico e 2,8 mil toneladas por ano de cobalto metálico. A CVRD estima que o investimento total para desenvolver o projeto chegue a, aproximadamente, US\$1,2 bilhão.

Onça Puma. Através de diversas operações realizadas entre o fim do ano de 2005 e o início do ano de 2006, a CVRD comprou as ações da Canico Resource Corporation por, aproximadamente, US\$806 milhões. A Canico Resource Corporation era proprietária do projeto de Níquel laterítico Onça Puma, um depósito de ferro-Níquel localizado no Estado do Pará. No terceiro trimestre de 2006, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o investimento no desenvolvimento do projeto Onça Puma, com capacidade nominal de produção de 58 mil toneladas. A construção teve início em julho de 2006 e o contrato de fornecimento dos principais equipamentos já foi assinado. O investimento estimado é de US\$1,437 bilhão, prevendo-se a sua entrada em operação para o segundo semestre de 2008.

Potássio

Em setembro de 2005, a Companhia finalizou seu projeto de expansão de capacidade da mina de Potássio de Taquari-Vassouras, aumentando a capacidade da mina de 600 mil toneladas por ano para 850 mil toneladas por ano.

Fosfato

Em março de 2005, a CVRD venceu um processo de licitação internacional para exploração do depósito de Fosfato de Bayóvar, localizado na região de Piura, no Peru. A CVRD terá, também, o direito de avaliar e desenvolver um terminal marítimo de uso geral na região de Piura a ser utilizado para embarcar Fosfato, o que ajudará a alavancar outros projetos a serem desenvolvidos no norte do Peru. O estudo de viabilidade deverá ser concluído no segundo trimestre de 2007, a partir do qual será possível prever o volume e capacidade de produção, bem como o investimento necessário para o desenvolvimento do projeto.

Carvão e Coque

A CVRD envida vários esforços no sentido de tornar-se um importante participante global no negócio de Carvão.

Estudo de viabilidade da mina de Carvão em Moçambique. Em novembro de 2004, a CVRD venceu um leilão internacional para explorar jazidas de Carvão na região de Moatize, ao norte de Moçambique, por US\$122,8 milhões. A Companhia obteve 95% do consórcio vencedor, sendo que AMCI, um produtor de Carvão americano, é proprietário dos 5% restantes. Acredita-se que Moatize tenha Reservas de Carvão que possam permitir a extração de Carvão Metalúrgico e Térmico. O estudo conceitual do projeto foi concluído e o estudo de viabilidade deve ser concluído no último semestre de 2006. Com o prosseguimento do projeto, o investimento total estimado incluirá os custos do desenvolvimento da mina e a construção de um terminal marítimo de carvão, investimentos relacionados e investimentos em projetos sociais.

Projetos Shandong de Coque e Carvão. Em julho de 2004, a CVRD, atuando através de uma de suas Controladas, concordou em adquirir uma participação de 25% em uma *Joint Venture* com o Yankuang Group (Yankuang), um dos maiores produtores de Carvão na China e com a Itochu Corporation, empresa comercial japonesa. A Companhia se comprometeu a investir aproximadamente US\$26 milhões no projeto. O propósito da *Joint Venture* é operar uma unidade na cidade de Jining, província de Shandong, na China, que a Companhia estima que teria capacidade para produzir, aproximadamente, um volume de dois milhões de toneladas de Coque e 200 mil toneladas de Metanol por ano. Em dezembro de 2004, o governo chinês aprovou a incorporação da *Joint Venture*, a qual recebeu o nome de Shandong Yankuang International Coking Company Limited. Após a incorporação, a CVRD fez uma contribuição inicial de US\$10,6 milhões. Atualmente, a Companhia detém uma participação de 25%, o Yankuang Group detém 70% e a Itochu Corporation os 5% restantes. A usina começou a operar em junho de 2006 e a Companhia tem direitos de retirar aproximadamente 25% de sua produção, que será exportada principalmente para o Brasil. A CVRD está verificando com a Shandong Yankuang International Coking Company Limited a possibilidade de participar de uma *Joint Venture* para desenvolver uma nova mina de Carvão na Cidade de Zhaolou, província de Shandong, na China. A

Companhia estima que a mina de Zhaolou tenha capacidade de produção esperada de aproximadamente 3,0 milhões de toneladas por ano e, se o projeto seguir adiante, espera-se que a mina inicie operações em 2007.

Belvedere. Em julho de 2005, a CVRD assinou um contrato com as companhias de mineração australianas Aquila Resources Limited e AMCI Holding cujo objetivo é a realização de um estudo de exploração do projeto Belvedere Coal Underground, ou Belvedere. O Belvedere é uma mina de Carvão Metalúrgico estimado em 2,7 bilhões de toneladas, localizado no Estado de Queensland, na Austrália. Quando da conclusão do estudo de pré-viabilidade, a Companhia poderá optar por adquirir ou não uma participação de 51% no projeto pelo valor de US\$90 milhões. A Companhia também possui opção de elevar sua participação no projeto para 100%, através da compra da participação dos parceiros pelo valor de mercado, determinado à época do exercício de cada opção.

Aço e Metálicos

Estudo de viabilidade para usina de Placas. A CVRD adota medidas para incentivar diversas siderúrgicas fabricantes de aço a desenvolverem no Brasil usinas de Placas voltadas para a exportação de modo a agregar valor e criar demanda adicional para o minério de ferro por ela produzido.

Ceará Steel S.A. Em novembro de 2005, a Companhia concordou em adquirir uma participação minoritária no capital social da Ceará Steel S.A., um projeto de placas de aço orientados para exportação, no Estado do Ceará, com capacidade nominal de 1,5 milhão de toneladas de Placas por ano. Os principais acionistas são a Dongkuk Steel Mill Co., Ltd., uma siderúrgica coreana, e a Danieli, uma fornecedora italiana de equipamentos. O investimento total nesse projeto está estimado em US\$750 milhões e a Companhia prevê investir US\$25 milhões, devendo ser a fornecedora exclusiva de Pelotas para o projeto. A fábrica deve começar a produção em 2009 e a Companhia possui opção de venda de sua participação no empreendimento no futuro.

Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). Em dezembro de 2004, a CVRD assinou um memorando de entendimentos com a ThyssenKrupp Stahl A.G., uma das principais fabricantes de aço da Europa, para a construção de uma usina de Placas de aço integrada de cinco milhões de toneladas, no Estado do Rio de Janeiro. O projeto foi formalmente aprovado pela ThyssenKrupp Stahl A.G. e pela CVRD, e está agora em processo de implementação. O início das operações da fábrica está previsto para 2009 e o Conselho de Administração da Companhia aprovou um investimento de até US\$200 milhões no projeto. A CVRD possui opção de venda de sua participação no empreendimento no futuro.

Energia

Usina hidrelétrica de Aimorés. Em julho de 2005, a usina hidrelétrica de Aimorés começou suas operações com o início de sua primeira turbina. A usina atingiu sua operação total em dezembro de 2005, com o início de funcionamento da terceira turbina.

Início da Capim Branco I. O projeto Capim Branco I obteve sua licença de operação em dezembro de 2005, o que tornou possível o enchimento do reservatório. Este fato possibilitou o início de suas operações comerciais em fevereiro de 2006.

Compras de Energia. De acordo com os novos regulamentos do setor de energia, a CVRD participou, com sucesso, de uma licitação para compra de energia em um leilão governamental, realizado em agosto de 2005, para o fornecimento de energia a várias de suas unidades. A Companhia também assinou um contrato de fornecimento de energia de longo prazo para as unidades de pelletização do Complexo de Tubarão, no Estado do Espírito Santo, para os próximos 10 anos. A Companhia acredita que os dois acordos, em conjunto, devem gerar uma economia de, aproximadamente, US\$80 milhões.

Alienações de Ativos

A seguir seguem as principais alienações de ativos da CVRD desde o início de 2005:

QCM. Em julho de 2005, a CAEMI vendeu sua participação na Quebec Cartier Mining Company, uma produtora de minério de ferro e Pelotas com operações em Quebec, Canadá, por R\$298 milhões, para a Dofasco Inc. A

consumação desta transação foi parte dos pré-requisitos impostos pelas autoridades antitruste da União Européia para a aprovação da operação envolvendo a aquisição de ações da CAEMI.

Projetos das Usinas Hidrelétricas de Foz do Chapecó e Santa Isabel. Em fevereiro de 2006, a CVRD vendeu, para Furnas Centrais Elétricas, por aproximadamente R\$10 milhões, sua participação de 40% no consórcio para construir e operar a usina hidrelétrica de Foz do Chapecó. O fechamento desta operação, que já foi aprovada pela ANEEL, está sujeito a certas condições precedentes. A Companhia continua envidando esforços para devolver a concessão para o projeto da hidrelétrica Santa Isabel para a ANEEL, devido às dificuldades relacionadas a questões ambientais.

Nova Era Silicon. Em fevereiro de 2006, a CVRD vendeu para sua sócia JFE Steel Corporation sua participação de 49% no capital social da Nova Era Silicon, um produtor de ferro-silício com operações no Estado de Minas Gerais, por R\$30 milhões.

GIIC. Em maio de 2006, a CVRD vendeu sua participação de 50% no capital da GIIC por R\$910 milhões. A CVRD mantém a estratégia de consolidar a liderança global no Mercado Transoceânico, com objetivo de se beneficiar do significativo potencial de crescimento, no médio e longo prazos, da demanda por Pelotas.

Eventos de Reestruturação Societária

Incorporações de Controladas da Companhia ao seu Capital Social

Em maio de 2000, a Companhia adquiriu o controle acionário da Samitri e, em 2001, adquiriu a totalidade das ações de sua emissão. Em outubro de 2001, a Samitri foi incorporada pela Companhia, sem que houvesse aumento de capital e sem emissão de novas ações. A Samitri era uma empresa produtora de minério de ferro, cujo principal ativo era a participação no capital votante e total da Samarco Mineração S.A, produtora de pelotas de minério de ferro e proprietária de minas de ferro localizadas no Estado de Minas Gerais.

Em abril de 2001, a Companhia adquiriu, da Thyssen Krupp Stahl AG., a totalidade das ações de emissão da Ferteco. Em agosto de 2003, a Companhia incorporou a Ferteco, assumindo, diretamente, todos os seus bens, direitos e obrigações. A Ferteco era uma mineradora que operava duas minas de minério de ferro (Fábrica e Feijão) e uma planta de pelotização na região do Quadrilátero Ferrífero, no Estado de Minas Gerais, detinha participação no capital total da MRS e operava um terminal marítimo no porto de Sepetiba, Estado do Rio de Janeiro.

A Valepontocom, antiga subsidiária integral da Companhia e holding de seus negócios na área de *e-business*, foi incorporada pela mesma em dezembro de 2002, sem que houvesse aumento de capital e sem emissão de novas ações.

A Celmar, cujo principal objetivo era formar florestas, realizar o aproveitamento destas florestas, através da transformação, fabricação, comercialização, embarque e transporte de celulose e outros produtos de base florestal, foi incorporada pela Companhia em agosto de 2003, sem aumento de capital e sem emissão de novas ações.

A Docegeo, cujas atividades principais compreendiam a exploração e o aproveitamento de jazidas minerais, abrangendo a prospecção, a pesquisa e a lavra de substâncias minerais, bem como a comercialização, no País e no exterior, de minério de ferro e seus derivados, foi incorporada pela Companhia, em dezembro de 2003, sem que houvesse aumento de capital e sem emissão de novas ações.

A Aluvale, cujas atividades compreendiam a exploração e o aproveitamento de jazidas minerais, compreendendo a prospecção, a pesquisa, lavra, comercialização e transporte de substâncias minerais, em especial Bauxita, Alumina e alumínio, seus insumos e derivados, foi incorporada pela Companhia em dezembro de 2003, sem que houvesse aumento de capital e sem emissão de novas ações.

Em 2001, a CVRD, que já era titular de 50% das ações de emissão da Sossego, adquiriu a totalidade das ações detidas pela Phelps Dodge Corporation na Sossego, passando a deter 100% do seu capital social. Em dezembro de 2003, a Sossego foi incorporada pela Companhia, sem que houvesse aumento de capital e sem emissão de novas ações. A Sossego tinha por objeto social a exploração e o aproveitamento de jazidas minerais e conduzia estudos de exploração e viabilidade para o desenvolvimento de depósitos de Cobre na Mina do Sossego.

Em dezembro de 2003, a Mineração Vera Cruz foi incorporada pela Companhia, sem que houvesse aumento de capital e sem emissão de novas ações. A Mineração Vera Cruz tinha por objeto principal a pesquisa, lavra, exploração, mineração, processamento, fusão e refinação de metal, distribuição, comercialização, transporte e exportação de Bauxita e quaisquer outros minérios ou substâncias minerais.

Cisão de trecho da Ferroban - Ferrovias Bandeirantes S.A. e Incorporação da Parcela Cindida pela FCA

Em agosto de 2005, foi aprovada em assembléia da Ferroban e FCA a cisão parcial da Ferroban. A efetivação da cisão parcial e incorporação do trecho cindido ocorreu apenas após o registro das atas das assembléias da Ferroban e FCA nas respectivas juntas comerciais, ou seja, em 25 de novembro de 2005; todas as obrigações e direitos relativos ao trecho compreendido entre Araguaia, no Estado de Minas Gerais, e Boa Vista Nova, no Estado de São Paulo foram transferidos para a FCA.

Referida operação de cisão foi realizada da seguinte forma: a FCA transferiu o crédito que detinha contra a Ferroban, no valor aproximado de R\$129 milhões, para a Thraupis Participações S.A. ("Thraupis"), sociedade cujo capital na época da cisão era 100% de propriedade da FCA. A propriedade da totalidade do capital da Thraupis por sua vez foi transferida para a Ferroban em pagamento pelo aumento de capital da Ferroban, o qual foi totalmente subscrito pela FCA, sendo que imediatamente após referida emissão de novas ações pela Ferroban e sua respectiva subscrição pela FCA, foi aprovada a cisão do trecho com extinção de todas as ações que haviam sido subscritas pela FCA. Como resultado da operação mencionada acima, o trecho entre Araguaia e Boa Vista Nova passou a ser parte da malha ferroviária sob concessão da FCA e esta deixou de deter qualquer participação indireta ou direta na Ferroban.

Aquisição e Incorporação de Ações da CAEMI

Em dezembro de 2001, a Companhia adquiriu 50% do capital votante da Caemi.

Em setembro de 2003, a Companhia concluiu a aquisição de 50% das ações ordinárias e 40% das ações preferenciais da Caemi pertencentes a Mitsui & Co., passando a deter 100% das ações ordinárias e 40,06% das ações preferenciais da Caemi, correspondendo a 60,23% de seu capital total.

Com a incorporação de ações ocorrida em março de 2006, a Companhia passou a deter a totalidade das ações de emissão da Caemi. Cada acionista não controlador da Caemi recebeu 0,04115 ação preferencial classe A da Companhia em troca de cada ação preferencial da Caemi. Esta relação de troca refletiu a média aritmética dos preços das duas ações nos 90 dias anteriores ao anúncio da decisão de realizar a incorporação, no dia 23 de janeiro de 2006. Em decorrência dessa transação, foram emitidas 64.151.361 ações preferenciais classe A da Companhia.

Em decorrência da incorporação de ações, em julho de 2006, foi promovido pela CVM o cancelamento do registro da Caemi como companhia aberta.

Locais de Atuação

O mapa a seguir mostra a localização das atuais operações no Brasil da CVRD.



Mineração

Minerais Ferrosos

Este segmento representou 70% das receitas operacionais brutas consolidadas da Companhia, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.

O quadro abaixo indica as receitas brutas de minerais ferrosos por categoria da Companhia para os períodos nele indicados.

	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2003(1)	2004	2005
	(Em milhões de R\$)		
Receitas brutas classificadas por categoria			
Minério de ferro.....	7.743	11.030	16.693
Pelotas.....	3.414	4.596	6.745
Minério de manganês e ferroligas	1.098	2.084	1.488
Total.....	12.255	17.710	24.926

(1) As operações da MBR são refletidas na tabela acima a partir de setembro de 2003, data na qual a Companhia adquiriu e começou a consolidar suas operações.

Minério de Ferro

A CVRD conduz seus negócios de minério de ferro diretamente ou através de suas Controladas Urucum e MBR.

Reservas

O quadro a seguir mostra informações relativas às Reservas Provadas e Prováveis de minério de ferro da CVRD e as datas de exaustão projetadas em 31 de dezembro de 2005. As datas de exaustão previstas são baseadas em estimativas dos níveis de produção futura.

Mina (1)	Operações Iniciadas	Data Projetada /Real de Exaustão	Produção para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de			Reservas Provadas e Prováveis em 31 de dezembro de 2005	
			2003	2004	2005	Tonelagem de minério	Teor
			(em milhões de tons)			(em milhões de tons)	(% Fe)
Sistema Sul							
Itabira:							
Cauê(3).....	1942	2005	22,3	22,0	23,5	—	—
Conceição(4).....	1957	2023	20,8	21,6	22,2	395,6	54,4
Minas do Meio(5)	1976	2023	—	—	—	635,7	54,8
Minas Centrais							
Água Limpa /							
Cururu(6).....	2000	2013	4,0	4,1	3,9	63,8	45,0
Gongo Soco (7)	2000	2013	3,2	5,4	5,7	96,2	64,0
Brucutu(8)	1994	2027	1,6	6,0	7,2	736,6	51,8
Baú(9).....	2006	2029	—	—	—	37,1	55,6
Maquiné(10).....	2009	2029	—	—	—	278,7	58,3
Córrego do Meio (11)	2000	2005	1,2	1,9	0,9	—	—
Andrade (19).....	2005	2027	—	—	1,5	129,2	59,0
Minas de Mariana							
Alegria(12).....	2000	2029	9,9	12,2	12,3	281,8	50,4
Fábrica Nova(12)	2005	2023	—	—	7,8	946,3	46,8
Fazendão(13).....	1976	2032	0,3	0,6	0,8	351,3	50,0
Timbopeba(14).....	1984	2008	5,8	6,2	4,6	81,7	55,0
Capanema/Ouro							
Fino(15).....	1982	2003	6,4	—	—	—	—
Minas do Oeste							
Córrego do Feijão(16)....	2003	2014	7,2	7,7	8,1	51,3	66,5
Segredo/João							
Pereira(17).....	2003	2025	9,9	11,1	11,5	501,5	50,7
Total Sistema Sul.....			92,6	98,8	109,9	4.586,8	52,1
Urucum.....	1993	2024	0,8	0,7	1,1	64,3	61,1
Sistema Norte (18)							
Serra Norte							
N4W	1994	2020	13,2	19,4	21,9	601,2	66,4
N4E	1984	2017	21,4	21,9	27,2	438,8	66,7
N5W	1998	2023	6,1	5,0	8,4	325,4	66,3
N5E	1998	2017	17,9	21,7	12,7	55,7	67,3
N5E-N	2003	2016	0,3	1,4	2,4	28,2	65,9
N5S.....							
	2006	2024	—	—	—	607,0	67,5
Serra Leste							
	2007	2037	—	—	—	60,8	66,2
Total Sistema Norte			58,9	69,4	72,5	2.117,1	66,8
Sistema MBR							
Complexo Pico:							
Pico / Sapecado	1942	2030	12,6	13,1	14,1	662,0	54,6
Galinheiro (20).....							
Complexo Vargem Grande							
Tamanduá (21).....	1993	2016	10,2	10,5	9,1	99,3	66,5
Capitão do Mato (21)....	1997	2016	10,2	10,8	9,6	147,5	66,2
Abóboras (21)	2004	2024	—	0,2	2,5	32,2	66,0
Complexo Paraopeba							
Jangada (21).....	2001	2017	3,0	3,6	4,0	92,8	66,0
Capão Xavier (21).....	2004	2021	—	4,2	11,1	179,8	65,6
Total Sistema MBR			35,9	42,4	50,4	1.213,6	59,8
Total CVRD			188,3	211,3	233,9	7.981,8	57,2

(1) Minas a céu aberto. A participação da CVRD nas minas é de 100%, exceto quando indicado o contrário.

- (2) Reservas úmidas, toneladas métricas *run-of-mine*, exceto em contrário.
- (3) As Reservas não foram informadas em 2005 devido ao estado de exaustão da mina. A usina de Cauê beneficia o minério de ferro das minas Minas do Meio.
- (4) A recuperação média do produto após o beneficiamento é de 76,2%. A usina de Conceição beneficia o minério de ferro da Mina de Conceição e das minas Minas do Meio.
- (5) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 73,2%. O *run of mine* é enviado a Usina de Concentração de Cauê e Usina de Concentração de Conceição. A produção é informada em Cauê e Conceição.
- (6) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 73,8%.
- (7) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 84%.
- (8) A recuperação média do produto após beneficiamento é de 100% (embarque direto).
- (9) A recuperação média do produto após beneficiamento é de 100% (embarque direto).
- (10) A recuperação média do produto após beneficiamento é de 84%.
- (11) As Reservas não foram informadas em 2005 devido ao estado de exaustão da mina.
- (12) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 71,5%.
- (13) A recuperação média do produto é de 100% (embarque direto).
- (14) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 77,8%.
- (15) A participação da CVRD é de 51%. As Reservas não foram informadas em 2005 devido ao estado de exaustão da mina.
- (16) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 79%.
- (17) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 70%. O *run-of-mine* é enviado à Usina de Concentração de Fábrica.
- (18) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 92%.
- (19) A recuperação média do produto após beneficiamento é de 100% (embarque direto). Em 2004 entramos em um acordo para arrendar a mina de minério de ferro do Andrade, mas apenas começamos operações em janeiro de 2005.
- (20) A recuperação média do produto após beneficiamento para Pico e Sapecado é de 82%. A recuperação média do produto após beneficiamento para Galinheiro é de 81%.
- (21) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 81%.

Sistemas Integrados

As minas de minério de ferro e operações correspondentes estão concentradas em três sistemas no Brasil, o Sistema Sul, o Sistema Norte e o Sistema MBR. O Sistema Sul situa-se nos Estados de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, e o Sistema Norte situa-se nos Estados do Pará e do Maranhão. Cada um dos sistemas Norte e Sul inclui Reservas de minério de ferro e outros depósitos minerais, minas, instalações para processamento do minério e transportes por ferrovias e terminais de transporte integrados. As estradas de ferro conectam as minas do Sistema Norte ao Complexo do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira e as minas do Sistema Sul ao Complexo do Terminal Marítimo de Tubarão. Uma pequena parte do minério de ferro produzido no Sistema Sul é transportada através da MRS até o Terminal Marítimo CPBS (Terminal de Sepetiba), também de propriedade da Companhia. A operação destes sistemas separados, cada um com sua própria capacidade de transporte, aumenta a confiabilidade dos serviços para os clientes da Companhia. A CVRD também opera o Sistema MBR, que contrata serviços de transporte da MRS para transportar toda a produção das minas da MBR, na região do Quadrilátero Ferrífero, no Estado de Minas Gerais, para o terminal marítimo da Ilha de Guaíba no Estado do Rio de Janeiro.

Sistema Sul

O quadro abaixo apresenta as minas de minério de ferro, a malha rodoviária e o terminal portuário do Sistema Sul:



O Sistema Sul é um sistema integrado constituído por minas de minério de ferro, a ferrovia Vitória a Minas e o Terminal Marítimo de Tubarão (localizado em Vitória, no Estado do Espírito Santo). As minas de minério de ferro do Sistema Sul estão divididas em quatro áreas de mineração (Itabira, Minas Centrais, Mariana e Minas Oeste) e localizadas em uma região chamada Quadrilátero Ferrífero no Estado de Minas Gerais, no sudeste do Brasil. O Sistema Sul é acessível por rodovias ou por desvios da ferrovia na estrada de ferro Vitória a Minas.

O minério de ferro no Sistema Sul é extraído pelo método de Mineração a Céu Aberto. Essas Reservas de minério possuem altas concentrações de minério de itabirito, em comparação ao minério de hematita. Itabirito é uma rocha de quartzo-hematita com teor médio de ferro que varia de 35% a 60%, requerendo concentração para alcançar o teor para embarque, o qual é superior a 64%. A hematita é um minério de ótima qualidade com um conteúdo de ferro de aproximadamente 66%. As minas do Sistema Sul normalmente processam seu minério *Run-of-Mine* através de britagem padrão, classificação e concentração, produzindo *Sinter Feed*, Granulado e *Pellet Feed* nas usinas de Beneficiamento localizadas nas minas.

Em 2005, a CVRD produziu 53% da energia elétrica consumida no Sistema Sul em suas usinas hidrelétricas de Igarapava, Porto Estrela, Funil, Candonga e Aimorés.

Sistema Norte

O quadro abaixo apresenta as minas de minério de ferro, a malha rodoviária e os terminais portuários do Sistema Norte:



O Sistema Norte é um sistema integrado, incluindo minas a céu aberto e um complexo de processamento de minério, na região de Carajás, no Estado do Pará, a ferrovia Carajás e o Terminal de Ponta da Madeira, no Estado do Maranhão. As minas estão localizadas no norte do Brasil (na bacia do rio Amazonas), em terras públicas para as quais a Companhia tem concessões para mineração. As Reservas do Sistema Norte estão entre os maiores depósitos de minério de ferro do mundo. Estas Reservas estão divididas em duas sessões principais (norte e sul), afastadas aproximadamente por 35 quilômetros. As atividades de extração de minério de ferro no Sistema Norte atualmente estão sendo conduzidas na seção norte, a qual é dividida em cinco corpos principais de mineração (N4E, N4W, N5W, N5E e N5EN). As operações de mineração em escala industrial começaram em 1985.

Devido ao alto teor de ferro, 66,8% em média no Sistema Norte, a Companhia não opera nenhuma usina de Concentração em Carajás. O processo de Beneficiamento consiste simplesmente em classificar os produtos por tamanho, incluindo peneiramento, hidrociclone, moagem e filtragem, o que permite que a Companhia produza minério de ferro comercializável no Sistema Norte a um custo mais baixo que no Sistema Sul. Produtos do processo de Beneficiamento consistem em *Sinter Feed*, *Pellet Feed* e finos de minério especiais para processos de redução direta e Minério Granulado. Após o processo de Beneficiamento, transporta-se o minério de ferro do Sistema Norte ao Terminal Marítimo de Ponta da Madeira através da EFC.

O complexo da Companhia em Carajás é acessível por transportes rodoviário, aéreo e ferroviário e adquire energia elétrica a preços de mercado das fornecedoras regionais. Para auxiliar suas operações em Carajás, a Companhia oferece moradia e outras instalações em um vilarejo nas proximidades.

Sistema MBR

Seguem, abaixo, as principais características do Sistema MBR:



A CVRD opera algumas de suas atividades na produção de minério de ferro através de sua Controlada MBR. A MBR opera suas minas no Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais e embarca através de seu próprio terminal marítimo na Ilha de Guaíba, na Baía de Sepetiba, Estado do Rio de Janeiro. A MRS tem um papel importante nas operações da MBR, transportando todo o minério de ferro das minas da MBR destinado ao terminal marítimo da Ilha de Guaíba.

A MBR opera, atualmente, três importantes complexos de mineração:

- o complexo do Pico, que inclui as minas de Pico, Sapecado e Galinheiro, com uma fábrica principal e três secundárias;
- o complexo de Vargem Grande, que compreende as minas de Tamanduá, Capitão do Mato e Abóbodas, com uma fábrica de Beneficiamento; e
- o complexo de Paraopeba, que compreende as minas de Jangada (com uma usina de Beneficiamento) e Capão Xavier (mina de Mutuca).

Os minérios Granulado, *Sinter Feed* e *Pellet Feed*, além da hematitinha, um produto utilizado essencialmente por produtores nacionais de Ferrogusa, são produzidos principalmente através do processo de Beneficiamento do *Run-of-Mine* das operações de Mineração a Céu Aberto.

Mina de Minério de Ferro Casa de Pedra

Em março de 2001, parte da negociação de descruzamento acionário com a CSN concedeu à Companhia os direitos de preferência abaixo, relacionados à mina de minério de ferro Casa de Pedra, de propriedade da CSN, por um período de 30 anos:

- o direito de adquirir, a preços de mercado, qualquer minério de ferro produzido pela mina que esteja além das necessidades internas da CSN;
- o direito de comprar ou arrendar a mina, caso a CSN decida vendê-la ou arrendá-la; e

- o direito da Companhia se tornar sócia de uma eventual *Joint Venture*, caso a CSN decida constituir uma *Joint Venture* com outra empresa para pelotização do minério de ferro produzido pela mina.

Em 10 de agosto de 2005, o CADE emitiu decisão aprovando certas aquisições, as quais impõem à CVRD certas condições, incluindo uma completa renúncia de seus direitos de retirada relativo à mina de minério de ferro de Casa de Pedra.

Pelotas

O quadro abaixo mostra informações relativas à produção de Pelotas das usinas da Companhia e de suas *Joint Ventures* durante os períodos indicados:

Sistema	Participação direta ou indireta da Companhia no capital		Sócios	Produção Total de Pelotas (1) para o Exercício findo em 31 de dezembro			
	Votante	Total		2003	2004	2005	
%		(Em milhões de tons)					
CVRD	Tubarão, Fábrica e São Luis	n.d.	n.d.	----	13,0	16,3	16,4
GIIC	Bahrain	0,0 ⁽²⁾	0,0 ⁽²⁾	GIC	3,7	3,7	4,0
Hispanobrás	Tubarão	51,0	50,9	Arcelor	3,6	3,6	4,2
Itabasco	Tubarão	51,0	50,9	Ilva	3,3	3,3	3,9
Kobrasco	Tubarão	50,0	50,0	Posco	4,4	4,5	4,9
Nibrasco	Tubarão			Nippon Steel	7,7	8,3	9,0
				Sumitomo			
				JFE Steel			
				Kobe Steel			
				Nisshin Steel			
		51,1	51,0	SOJITZ Corp.			
Samarco	Ponta do				13,3	13,8	13,7
	Ubú	50,0	50,0	BHP Billiton			
Total					49,0	54,1	56,1

(1) Produção total por *Joint Venture*.

(2) Em maio de 2006, a CVRD vendeu sua participação de 50% na GIIC

Em março de 2006, a CVRD suspendeu temporariamente as operações de sua usina de pelotização de São Luís. Enquanto a Companhia continua a ver um persistente excesso de demanda global de minério de ferro fino e granulado, com expansão dirigida principalmente pela China, a demanda transoceânica por Pelotas, a qual é mais concentrada na América do Norte e Europa, decaiu. A CVRD retomou suas operações da usina de pelotização de São Luís em julho de 2006.

A CVRD vende *Pellet Feed* para suas *Joint Ventures* de pelotização com base nos preços de mercado. Historicamente, a Companhia tem atendido todas as necessidades de minério de ferro de suas unidades pelotizadoras e de suas *Joint Ventures*, exceto a Samarco que tem parte de sua necessidade suprida pela CVRD. Além das Pelotas de alto forno, parte das Pelotas produzidas pela CVRD e suas *Joint Ventures* pelotizadoras são Pelotas de redução direta, utilizadas em usinas siderúrgicas que usam a tecnologia de forno de arco elétrico no lugar de altos-fornos.

A CVRD é a operadora das *Joint Ventures* pelotizadoras localizadas na área portuária de Tubarão. Em 2005, a CVRD recebeu R\$71 milhões como receita em taxas pela operação destas *Joint Ventures*.

O quadro a seguir apresenta informações relacionadas às vendas de minério de ferro da Companhia para suas *Joint Ventures* de Pelotas para os períodos indicados.

	Para o Exercício Findo em 31 de dezembro		
	2003	2004	2005
	(Em milhões de tons)		
GIIC.....	2,7	3,5	4,0
Hispanobrás.....	3,8	4,2	4,5
Itabasco.....	3,5	3,7	4,1
Kobrasco.....	4,7	4,8	5,2
Nibrasco.....	7,1	7,1	7,9
Samarco.....	2,0	2,0	2,0
Total.....	23,9	25,3	27,7

Clientes, Vendas e Marketing (Minério de Ferro e Pelotas)

A CVRD direciona todo seu minério de ferro e Pelotas (incluindo a sua parte na produção de Pelotas das *Joint Ventures*) para suprir a indústria siderúrgica.

A maior parte de minério de ferro e Pelotas da CVRD é embarcada para a Ásia e Europa, com clientes na China, Japão, Coréia do Sul, França e Alemanha representando 51% do total de exportações de minério de ferro e Pelotas da Companhia em 2005. Em 2005, a China correspondeu a 22% das vendas de minério de ferro e Pelotas da Companhia, enquanto o Brasil foi responsável por 18% e a Europa por 30%. Os dez maiores clientes da CVRD juntos compraram, 122 milhões de toneladas de minério de ferro e Pelotas, representando 49% de suas vendas de minério de ferro e Pelotas em 2005 e 48% de suas receitas totais de minério de ferro e Pelotas. Com exceção da Arcelor, que foi responsável por 13% de suas vendas de minério de ferro e Pelotas em 2005, nenhum cliente sozinho representa mais que 10% de suas vendas de minério de ferro e Pelotas em nenhum dos três anos findos em 31 de dezembro de 2005.

A CVRD enfatiza fortemente o serviço a clientes para melhorar sua competitividade. A CVRD trabalha junto a seus clientes para entender seus principais objetivos e fornecer seu minério de ferro visando a atender as necessidades específicas de cada um dos seus clientes. Para fornecer um produto customizado, a CVRD aproveita sua grande quantidade de minas de minério de ferro e usinas de pelotização para produzir produtos múltiplos de minério de ferro com diferentes teores de ferro, sílica e Alumina, e várias propriedades físicas. A CVRD acredita que sua capacidade de fornecimento aos seus clientes com uma solução completa de minério de ferro e a qualidade de seus produtos constituem vantagens muito importantes. Estas vantagens ajudam a Companhia a melhorar sua competitividade em relação aos concorrentes, que talvez estejam geograficamente melhor posicionados do que ela. Além de oferecer assistência técnica a seus clientes, a CVRD opera escritórios de suporte de vendas em Tóquio, Japão; Saint Prex, Suíça; Nova Iorque, EUA e Xangai, na China. Estes escritórios permitem à Companhia manter um contato mais estreito com seus clientes, monitorar suas necessidades e seu desempenho contratual, e garantem que seus clientes recebam os produtos conforme planejado. Através de seu escritório central de vendas no Rio de Janeiro, a CVRD coordena as atividades destes escritórios. Os escritórios de suporte de vendas da MBR estão localizados em Haia, na Holanda e em Xangai na China.

Distribuição (Minério de Ferro e Pelotas)

A participação e operação dos sistemas de transportes da CVRD desenhados para um eficiente transporte de produtos de minério de ferro complementam seus negócios de mineração de minério de ferro nos Sistemas Norte e Sul. A Companhia opera uma rede de ferrovias e terminais integrados em cada um de seus Sistemas Norte e Sul. Estas redes transportam seus produtos de minério de ferro das minas localizadas no interior para os terminais marítimos e clientes brasileiros.

A Companhia não possui nem opera um sistema de transporte integrado ao Sistema MBR. Na verdade, a Companhia contrata frete junto à MRS para transportar seus produtos de minério de ferro a taxas de mercado das minas da MBR ao terminal marítimo da Ilha de Guaíba.

Minério de Manganês e Ferroligas

Os negócios de Manganês e Ferroligas da CVRD são conduzidos por quatro Controladas: a RDME, a RDMN, a RDM e a Urucum. Em 2005 a CVRD foi uma das maiores produtoras no Mercado Transoceânico global de Manganês e Ferroligas, com total de embarques de 907 mil toneladas de minério de Manganês e 547 mil toneladas de Ferroligas. A CVRD obteve receitas brutas de R\$1.488 milhões em 2005, referente às vendas de minério de Manganês e Ferroligas.

A CVRD produz minério de Manganês na mina do Azul, na região de Carajás, no Estado do Pará, e na mina de Urucum, na região do Pantanal, no Estado de Mato Grosso do Sul. A CVRD opera usinas de Beneficiamento tanto na mina do Azul como na mina de Urucum. Ambas as minas são acessíveis por rodovias e têm energia elétrica a preços de mercado das fornecedoras regionais. A Companhia também opera cinco minas secundárias nos Estados de Minas Gerais e Bahia.

As minas da CVRD de Manganês produzem três tipos de produtos de Manganês:

- minério Metalúrgico usado principalmente para a produção de Ferroligas;
- dióxido de Manganês natural utilizado na manufatura de baterias eletrolíticas; e
- minério químico usado em várias indústrias para a produção de fertilizantes, pesticidas e alimento para animais, e usados como pigmentos na indústria de cerâmica.

O quadro abaixo apresenta informações relativas às minas de Manganês e à produção de minério de Manganês para os períodos indicados. Ressalta-se que a Companhia é titular da totalidade da participação sobre todas as minas:

	Operações Iniciadas	Data Projetada para Exaustão	Produção para os Exercícios Fintos em 31 de dezembro			Reservas Provasdas e Prováveis		
			Em milhões de toneladas			Tipo	Tonelagem de Minério	
			2003	2004	2005		(1)	Teor(2)
Azul (3)	1985	2017	1,5	2,0	2,2	Céu aberto	45,7	35,7
Urucum(4)	1976	2020	0,4	0,4	0,4	Subterrânea	8,2	45,3
Morro da Mina (5)	1902	2030	0,1	0,2	0,3	Céu aberto	9,6	23,0
Minas Bahia (6)	1972	n.d.	0,2	0,1	0,1	Céu aberto	n.d.	n.d.
			2,2	2,7	3,0		63,5	35,0

(1) Reservas reportadas como toneladas líquidas de *run-of-mine*, em milhões de toneladas.

(2) Reportado como o teor Mn% de *run-of-mine*.

(3) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 78% das toneladas *run-of-mine*.

(4) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 75% das toneladas *run-of-mine*.

(5) Mina do Morro da Mina está localizado no estado de Minas Gerais. A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 88% das toneladas *run-of-mine*.

(6) Não há Reservas de Manganês Provasdas e Prováveis nas minas localizadas no Estado da Bahia.

Atualmente a CVRD opera oito usinas que produzem Ferroligas e ligas especiais: Santa Rita, Barbacena, Ouro Preto, São João del Rey (todas localizadas no Estado de Minas Gerais), Simões Filho (no Estado da Bahia), Corumbá (no Estado de Mato Grosso do Sul), RDME (em Dunkerque, França) e RDMN (em Mo I Rana, Noruega). A produção de Ferroligas consome quantias significativas de energia, correspondendo a 11,8% de seu consumo total de 2005. O quadro a seguir apresenta informações sobre a produção da Companhia em 2005:

	Capacidade Produtiva (Em milhares de tons por ano)	Produção em 2005 (Em milhares de tons)
Rio Doce Manganèse Europe (RDME)	136	118
Rio Doce Manganese Norway (RDMN)	110	77
Rio Doce Manganês S.A. (RDM)	368	347
Urucum Mineração S.A.	20	22
Nova Era Silicon S.A. (NES) (1).....	45	38
Total	679	602

(1) Vendida em fevereiro de 2006.

Devido ao excesso de fornecimento global resultante dos estoques acumulados, e queda de preços de Ferroliga, a CVRD decidiu fechar sua usina de Ferroligas na Noruega entre agosto e novembro de 2005. Além disso, em 2005, a Companhia também decidiu operar a usina de Ferroligas na França abaixo de sua capacidade nominal. Após o consumo dos estoques e a estabilização dos preços, a CVRD retomou a capacidade total das operações das suas usinas na Noruega e França em dezembro de 2005.

Carvão

A CVRD detém uma participação de 25% na Longyu, uma *Joint Venture* com a Yongcheng Coal & Energy Co., uma das maiores produtoras de Carvão na China, e a Baosteel International, a maior produtora de aço na China. A Longyu está localizada na província chinesa de Henan, China. A CVRD espera que a Longyu produza em torno de 4,5 milhões de toneladas por ano de Carvão quando estiver completamente operacional. Foram investidos pela Companhia US\$86,4 milhões por uma participação de 25% na Longyu e a Companhia tem o direito de retirar 25% do Carvão produzido pela *Joint Venture*. Em janeiro de 2006, a CVRD recebeu seu primeiro embarque de Carvão, aproximadamente de 40 mil toneladas, da China para o Brasil. A CVRD ainda possui 25% de participação na Shandong Yankuang International Coking Ltda., uma *Joint Venture* que produz Coque metalúrgico e que começou a produção no final de junho de 2006. A capacidade de produção corresponde a dois milhões de toneladas de Coque por ano e 200 mil toneladas de Metanol.

Minerais Não-Ferrosos

Este segmento representou 5% das receitas operacionais brutas consolidadas da Companhia, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. O segmento de negócio de minerais não-ferrosos da CVRD inclui a produção de Caulim, Potássio, Cobre e Ouro. O quadro abaixo apresenta informações sobre as receitas brutas de minerais não-ferrosos para os períodos indicados:

Receitas Brutas Classificadas por Categoria	Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro		
	2003(1)	2004	2005
	(Em milhões de R\$)		
Ouro	71	1	1
Potássio	289	362	359
Cobre	-	592	937
Caulim	320	468	428
Total	680	1.423	1.725

(1) As operações da CADAM são refletidas na tabela acima a partir de setembro de 2003, a data na qual a Companhia adquiriu e começou a consolidar suas operações.

Caulim

A CVRD conduz seus negócios de Caulim através da CADAM, que iniciou suas operações em 1976, e da PPSA, que iniciou suas operações em agosto de 1996. A PPSA e a CADAM são subsidiárias da CAEMI, que possui 82,04% do capital social total da PPSA e 61,48% do capital social total da CADAM. Estas companhias produzem Caulim para o revestimento de papéis e conduzem pesquisas e desenvolvimento de outros usos para produtos de Caulim, visando criar um portfólio mais diversificado.

	Operações Iniciadas	Data Projetada para Exaustão	Produção para os Exercícios Findos em 31 de dezembro				Reservas Provadas e Prováveis			
			(em tons por ano)				Tonelagem de minério	Teor (%)		
			2003	2004	2005	Tipo		Brilho	Pureza	PSD
Morro do Felipe(1)	1976	2013	711,2	750,0	701,0	Céu aberto	36,7	86,7	n.d.	n.d.
Rio Capim (2)	1996	2008	423,0	460,1	517,0	Céu aberto	33,5	82,8	34,5	66,6
Total			1.134,2	1.210,1	1.218		70,2	-	-	-

(1) Expresso como toneladas métricas de minério seco *in situ*.

(2) A recuperação média do produto Century após o beneficiamento é de 55% das toneladas de minério.

A PPSA vendeu aproximadamente 515 mil toneladas de Caulim em 2005, gerando receitas de R\$164 milhões. A mina a céu aberto de Rio Capim e a usina de Beneficiamento da PPSA estão localizadas na cidade de Ipixuna, Estado do Pará. Essas operações são ligadas às instalações terrestres e às portuárias de Barcarena, também no Estado do Pará, através de um mineroduto de 180 quilômetros, que bombeia o Caulim beneficiado. Em 2005, a PPSA atingiu a capacidade de produção de 600 mil toneladas por ano. Em julho de 2004, a PPSA assinou um contrato com a International Paper Co., a maior produtora mundial de papel, para o fornecimento de 110 mil toneladas de Caulim por ano, entre 2005 e 2009. As vendas pelo contrato começaram em julho de 2005. Os produtos da PPSA são vendidos principalmente no mercado europeu, asiático e norte-americano.

A CADAM vendeu aproximadamente 703 mil toneladas de Caulim em 2005, gerando receitas de R\$264 milhões. A CADAM está situada na fronteira dos Estados do Pará e Amapá, na região Amazônica. As Reservas da CADAM estão concentradas principalmente na mina a céu aberto Morro do Felipe, na cidade de Mazagão, Estado do Amapá. A usina de Beneficiamento e o porto privado estão situados na margem esquerda do rio Jari, em Munguba, no Estado do Pará.

Potássio

A CVRD arrenda da Petrobras uma mina de Potássio (mina Taquari – Vassouras) em Rosário do Catete, Estado de Sergipe. O contrato de arrendamento foi assinado em 1991 por um período de 25 anos, renováveis por outros 25 anos. A mina é a única mina de Potássio do Brasil e atualmente possui capacidade nominal de 850 mil toneladas por ano. A Taquari – Vassouras é uma mina subterrânea cuja profundidade varia de 430 a 640 metros. Em 2005, a Companhia produziu 641 mil toneladas de Potássio tendo realizando vendas de 640 mil toneladas, o que resultou em um faturamento de R\$359 milhões. Todas as vendas da mina Taquari – Vassouras são destinadas ao mercado brasileiro.

	Arrendada Desde	Data Projetada para Exaustão	Produção para os Exercícios Findos em 31 de dezembro (Em milhares de tons por ano)			Reservas Provasdas e Prováveis		
			2003	2004	2005	Tipo	Tonelagem de minério	Teor
Taquari – Vassouras (1)	1992 (2)	2012	658	638	641	Subterrânea	19,2	31,0
Total							19,2	31,0

(1) Expresso como toneladas métricas secas *in situ* equivalente a 5,9 Mt de KCl. A média de extração de mineração é de 46% de minério *in situ*, dando 8,8 Mt de minério recuperável e 2,7 MT de KCl recuperável.

(2) A mina iniciou suas operações em 1986.

Cobre

Sossego é a primeira mina de Cobre da CVRD e começou produção comercial de Cobre concentrado em junho de 2004. A mina de Cobre de Sossego está localizada na cidade de Carajás, no Estado do Pará. Em 2005, foram embarcados 398 mil toneladas de Concentrado de Cobre, gerando uma receita bruta de R\$937 milhões.

A mina de Cobre de Sossego possui duas jazidas principais, a Sossego e a Sequeirinho. O minério de Cobre é extraído a céu aberto e o minério bruto é processado pelo método padrão de britagem primária e transporte em correia, moinho SAG (uma moagem semi-autogena que utiliza um grande moinho revolvente cheio de minério, água e esferas de aço de moagem que transforma o minério em pasta) e moinho de bolas, flotação de Cobre concentrado, remoção de impurezas, espessamento do concentrado, filtragem e carregamento. A capacidade operacional anual projetada da mina é de 15 milhões de toneladas de ROM (*Run of Mine*) para produzir uma média de 140 mil toneladas de Cobre contido em concentrado (teor de 30%). O Cobre Concentrado é transportado em caminhões até um terminal de armazenagem em Parauapebas para então ser transportado pela ferrovia Carajás até o terminal marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís, no Estado do Maranhão.

	Operações Iniciadas	Data Projetada para Exaustão	Produção de Cobre Contido em concentrado(ton) para o Ano Findo em			Reservas Provasdas e Prováveis		
			2004	2005		Tipo	Tonelagem de minério	Teor
Sossego	2004	2021	73.000	107.000		Céu aberto	225,1	0,98% Cu e 0,271% Au (GPT)

A CVRD construiu uma estrada de 85 quilômetros ligando Sossego a Carajás e uma linha de transmissão de energia que a permite comprar energia elétrica a preços de mercado. A Companhia celebrou um contrato de longo prazo para o fornecimento de energia com a Eletronorte, a qual vende para a CVRD energia da usina hidrelétrica de Tucuruí, localizada no rio Tocantins.

A Companhia tem quatro projetos de Cobre: Salobo, Cristalino, Alemão e 118. O projeto Salobo, em que a CVRD detém participação de 100%, tem um estudo de viabilidade em andamento, o projeto Cristalino, no qual detém participação de 50%, tem um estudo de pré-viabilidade concluído; já o projeto Alemão, no qual detém 67%, está com estudo de pré-viabilidade em andamento. O BNDES é parceiro da CVRD nos projetos Cristalino e Alemão.

A Companhia planeja desenvolver o projeto de mineração de Cobre 118, localizado no Estado do Pará. Em 2005, de acordo com o Contrato de Risco Mineral celebrado entre a CVRD e o BNDES, a Companhia estabeleceu um acordo

específico sob o qual a CVRD pagará ao BNDES uma porcentagem específica das receitas líquidas obtidas pelo projeto de Cobre 118 variável de acordo com os preços no mercado do Cobre. Atualmente, a Companhia estima que os investimentos para o projeto podem chegar a US\$232 milhões e programa o início da operação para o ano de 2009. A capacidade estimada do projeto é de 36mil toneladas de catodo de Cobre por ano. Para maiores informações sobre este contrato, vide *Contratos Relevantes – Contrato de Risco Mineral* deste Prospecto.

A Companhia está construindo uma usina semi-industrial para processar Concentrado de Cobre usando a rota hidro-metalúrgica. O objetivo desta usina, que terá a capacidade de produzir 10 mil toneladas de catodos de Cobre por ano, é testar uma nova rota tecnológica para produzir metal a partir de concentrados de sulfideo de Cobre. Será utilizado o Concentrado de Cobre da mina de Sossego para alimentar a usina, a qual deverá iniciar suas operações no segundo trimestre de 2007 e funcionar por dois anos. A CVRD estima que este período seja suficiente para provar a viabilidade da produção industrial através da rota hidro-metalúrgica, apoiando a construção de uma usina maior para processar minério de Cobre de outros depósitos da CVRD, inclusive do projeto Salobo. O orçamento para a construção desta usina semi-industrial chega a US\$58 milhões.

Operações de Produtos Relacionados ao Alumínio

Este segmento representou 10,9% das receitas operacionais brutas consolidadas da Companhia, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. O quadro abaixo apresenta informações sobre as receitas brutas consolidadas de Bauxita, Alumina e alumínio da Companhia para os períodos indicados. Estes valores não incluem as receitas das *Joint Ventures* da Companhia não consolidadas.

	31 de dezembro		
	2003	2004	2005
Receitas Brutas Classificadas por Categoria			
Bauxita	249	301	358
Alumina	1.134	1.315	1.199
Alumínio	2.151	2.439	2.300
Total	3.534	4.055	3.857

Conforme tabela abaixo, a CVRD opera seus negócios relacionados ao alumínio através das seguintes Controladas e *Joint Ventures*:

		Participação Direta ou Indireta da Companhia no Capital (Votante, Total)		Sócios
		Votante	Total	
		(%)		
Albras	Alumínio	51,00	51,00	Nippon Amazon
Alunorte (1)	Alumina	59,53	57,03	CBA JAIC Mitsui Mitsubishi Nippon Amazon Norsk Hydro
MRN	Bauxita	40,00	40,00	Abalco Alcoa Alcan AWA BHP Billiton Metais CBA Norsk Hydro
Valesul	Alumínio	100 ⁽²⁾	100	-

(1) Os percentuais refletem as ações diretas ou indiretas de titularidade da Companhia no capital da Alunorte e se referem ao capital integralizado.

(2) Em julho de 2006, a CVRD adquiriu a participação acionária de sua sócia BHP Billiton, passando a deter 100% do capital social da Valesul.

Essas Controladas e *Joint Ventures* atuam em mineração de Bauxita, refino de Bauxita em Alumina e fundição de Alumina para produzir Alumínio Primário e ligas de alumínio.

Bauxita

MRN. A MRN desenvolve a maior operação de exploração da Bauxita do mundo, produzindo Bauxita para venda tanto para a CVRD quanto para os seus sócios nessa *Joint Venture*. O excesso da produção pode ser vendido a clientes. A MRN opera três Minas a Céu Aberto que produzem Bauxita de alta qualidade. Além disso, a MRN controla recursos adicionais substanciais de Bauxita de alta qualidade, os quais a CVRD acredita poder explorar economicamente no futuro. A MRN teve receitas líquidas de R\$990 milhões e lucro líquido de R\$425 milhões em 2005. As minas da MRN estão localizadas na região norte do Estado do Pará.

O quadro abaixo apresenta informações sobre as Reservas de Bauxita da MRN em 31 de dezembro de 2005:

Reservas Provadas e Prováveis(1)				
	Data Estimada para Exaustão	Tipo	Tonelagem de minério (Em milhões de tons)	Teor(2) (% Al ₂ O ₃)
MRN (3)				
Almeidas	2009	Céu aberto	11,7	51,2
Aviso	2012	Céu aberto	48,2	51,1
Bacaba	2009	Céu aberto	6,2	53,1
Saracá V	2010	Céu aberto	5,7	47,2
Saracá W	2015	Céu aberto	17,1	50,3
Total			88,9	50,8 (4)

(1) Informado como produto recuperável, com teor de umidade de aproximadamente 12% na forma úmida. CVRD é proprietária de 40% das Reservas de Bauxita da MRN.

(2) Expresso como disponível Al₂O₃.

(3) Expresso como toneladas métricas de produto seco. Recuperação do produto seco da Bauxita seca *run-of-mine* varia de 69 a 82%, dependendo do depósito, com peso médio de 74%.

(4) Todas as minas são Minas de Céu Aberto.

As operações nas minas da MRN tiveram início em 1979. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, a produção chegou a 14,4, 16,7, e 17,2 milhões de toneladas, respectivamente.

A MRN opera instalações de Beneficiamento em suas minas, que são ligadas por ferrovia a um terminal de cargas e a instalações portuárias no rio Trombetas. O rio Trombetas é um afluente do rio Amazonas. As instalações portuárias da MRN no Rio Trombetas podem suportar embarcações de até 60.000 DWT. A MRN possui e opera a ferrovia e as instalações portuárias que atendem às suas minas. As minas de Bauxita da MRN são acessíveis por rodovia a partir da área do porto e obtêm eletricidade de sua própria estação de energia termoeleétrica. A MRN completou a expansão de sua capacidade, passando de 11 milhões de toneladas para 16,3 milhões de toneladas anuais em 2003.

A MRN produz Bauxita para venda como compromisso firmado (*take-or-pay*) para a CVRD e seus sócios a um preço determinado por uma fórmula vinculada aos preços do alumínio para contratos de três meses na LME e o preço da Alumina exportada da Austrália. A subsidiária para produção de Alumina da CVRD, a Alunorte (que passou a ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia em julho de 2002) compra toda a Bauxita de que necessita da MRN.

Projeto Paragominas. A CVRD possui direitos de mineração na região de Paragominas, no Estado do Pará, onde uma nova mina de Bauxita iniciará sua produção comercial no primeiro semestre de 2007, para fornecer à nova expansão da Alunorte 5,4 milhões de toneladas por ano de Bauxita, com umidade a 12%. A qualidade da Bauxita será similar à da MRN e o projeto utilizará o método de extração *strip mining*. O projeto contempla uma usina de Beneficiamento, que incluirá um moinho e um mineroduto com 244 quilômetros de extensão. A Companhia espera que os investimentos totais de capital neste projeto somem aproximadamente US\$352 milhões. Além disso, o Conselho de Administração da CVRD aprovou uma expansão no projeto Paragominas, que irá requerer um investimento adicional de aproximadamente US\$196 milhões para a produção de outros 4,5 milhões de toneladas de Bauxita. Após a

conclusão destes dois estágios de expansão, a CVRD espera que a mina Paragominas alcance uma capacidade de produção nominal de 9,9 milhões de toneladas em 2008.

A tabela abaixo apresenta as informações relacionadas às Reservas de Bauxita em Paragominas em 31 de dezembro de 2005:

	Reservas Provadas e Prováveis (1)	
	Tonelagem de minério (milhões de toneladas)	Teor (% Al_2O_3)
Miltonia 3	204,9	49,4
Miltonia 5	98,6	47,3
Total	303,5	48,7

(1) Expresso como toneladas métricas de produto seco. Recuperação planejada do produto é de 70% das toneladas secas *run-of-mine*.

Alumina

A Alunorte iniciou suas operações em julho de 1995 e produz Alumina através do refinamento da Bauxita fornecida pela MRN. A refinaria da Alunorte concluiu sua primeira expansão de capacidade (estágio 3) em 2003 e sua segunda expansão (estágios 4 e 5) no primeiro trimestre de 2006, atingindo uma capacidade de produção nominal de 4,4 milhões de toneladas de Alumina por ano, tornando-se a maior refinaria de Alumina do mundo. Em 2005, a Alunorte produziu 2,6 milhões de toneladas de Alumina. A planta da Alunorte fica na cidade de Barcarena, no Estado do Pará, perto das instalações de produção de alumínio da Albras. Isto permite à Alunorte e seu principal cliente, Albras, dividir infra-estrutura e outros recursos. A Alunorte registrou receitas líquidas de R\$1.469 milhões e lucro líquido de R\$334 milhões em 2005. Esta refinaria possui um dos custos de conversão mais baixos do mundo (US\$79,16 por tonelada em 2005).

Cada sócio da *Joint Venture* da Alunorte deve comprar toda a Alumina produzida pela Alunorte na proporção de suas respectivas participações. Cada sócio paga o mesmo valor, que é determinado por uma fórmula que se baseia no preço do alumínio para contratos de três meses no LME.

A tabela abaixo apresenta as informações relativas à produção de Alumina da Alunorte para os períodos indicados:

	Para o exercício Findo em 31 de dezembro de		
	2003	2004	2005
	(milhões de toneladas)		
Produção Alunorte.....	2,323	2,548	2,570

Na data deste Prospecto, a Companhia pretendia investir em mais uma expansão com a construção dos estágios 6 e 7, que exigirão investimentos de US\$846 milhões e adicionarão 1,8 milhões de toneladas por ano de capacidade à unidade. A capacidade da Alunorte deve atingir 6,3 milhões de toneladas até o ano de 2008.

Alumínio

A Albras e a Valesul, cada uma, produzem alumínio com a Alumina fornecida pela Alunorte. A Alunorte atendeu a todas as necessidades de Alumina da Albras e 54,5% das necessidades de Alumina da Valesul, em 2005. A Albras produz lingotes de alumínio e a Valesul produz lingotes, Placas, barras, tarugos e ligas de alumínio. O alumínio é produzido a partir da Alumina, através de um processo eletroquímico contínuo que envolve um alto consumo de eletricidade.

Albras. A unidade industrial da Albras é uma das maiores existentes nas Américas, com capacidade nominal para produzir 445 mil toneladas de alumínio por ano. A Albras iniciou suas operações em 1985 em uma unidade industrial localizada em Barcarena, no Estado do Pará. A Albras teve receitas líquidas de R\$1.954 milhões e lucro líquido de R\$178 milhões, em 2005.

Com base no contrato *take-or-pay* firmado entre as partes, os sócios da Albras são obrigados a adquirir todo o alumínio produzido pela Albras na proporção de suas participações acionárias. Normalmente, a CVRD comercializa seu alumínio nos mercados globais para clientes da indústria de alumínio.

O quadro abaixo apresenta as informações referentes aos volumes de produção da Albras para os períodos nele indicados:

	Exercício Encerrado em 31 de Dezembro		
	2003	2004	2005
	(Em milhares de toneladas)		
Produção da Albras.....	432,1	435,0	445,8

A Albras consome energia elétrica fornecida pela Eletronorte, uma empresa estatal. A Eletronorte gera eletricidade na usina hidrelétrica de Tucuruí, localizada no rio Tocantins. Em toda a região, essa usina é a única fonte de energia elétrica nas quantidades requeridas pelas operações da Albras. A Albras consome cerca de um quarto da produção de energia da Tucuruí no período de demanda normal.

Em maio de 2004, a Albras realizou com sucesso um leilão que lhe concedeu o direito de adquirir eletricidade por um período de 20 anos. Esse contrato entrou em vigor em junho de 2004. O preço básico da aquisição foi de R\$53,00 MWh, indexado pelo IGP-M. Além do preço básico, foi pago um ágio que está vinculado à quantia pela qual o preço do Alumínio Primário exceder a US\$1.450,00 por tonelada na LME.

Valesul. A Valesul iniciou suas atividades em 1982 e opera uma planta localizada no Estado do Rio de Janeiro com capacidade nominal produtiva de 95 mil toneladas por ano. A Valesul produz Alumínio Primário e ligas de alumínio na forma de lingotes e tarugos. Os produtos de alumínio da Valesul são vendidos basicamente no mercado brasileiro ao preço à vista vigente no mercado. Em 2004, a Valesul obteve receitas líquidas de R\$494 milhões, o que resultou em um lucro líquido de aproximadamente R\$2 milhões em 2005. A Valesul produziu 92,6, 95,8 e 94,0 toneladas de alumínio e ligas de alumínio e reciclou 11,7, 14,4 e 16,7 toneladas de sucata de alumínio para terceiros em 2005, 2004 e 2003, respectivamente.

Logística

Este segmento representou 9,3% das receitas operacionais brutas consolidadas da Companhia, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. Os negócios em logística são realizados, direta e indiretamente, pela Companhia através das ferrovias de Vitória a Minas e Carajás, o complexo do porto de Tubarão, o terminal marítimo Inácio Barbosa e o terminal marítimo de Ponta da Madeira. Entre as suas subsidiárias que atuam neste segmento estão a CPBS e o TVV, que opera portos e terminais; a Docenave e a DCNDB, que prestam serviços de transporte marítimo; e a FCA, que opera ferrovias. A CVRD também detém, direta e indiretamente, 37,2% do capital votante e 40,5% do capital social total da MRS.

O quadro a seguir apresenta a receita bruta da Companhia com serviços de logística para clientes, obtida inclusive por meio de subsidiárias da Companhia, para os períodos indicados.

Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro			
Em milhões de R\$			
	2003(1)	2004	2005
Receitas Brutas classificadas por categoria:			
Ferrovias	1.431	2.125	2.405
Portos	371	450	490
Navios	332	450	396
Total	2.134	3.025	3.291

(1) As operações da CAEMI e FCA são apresentadas na tabela acima a partir de setembro de 2003, data em que a Companhia adquiriu e começou a consolidar suas operações.

Ferrovias

Ferrovia Vitória a Minas. A ferrovia Vitória a Minas liga as minas do Sistema Sul no Quadrilátero Ferrífero, no Estado de Minas Gerais ao Porto de Tubarão, em Vitória, no Estado do Espírito Santo. A CVRD opera esta ferrovia de 905 quilômetros sob uma concessão renovável de 30 anos, que expirará em 2027. A ferrovia Vitória a Minas consiste em duas linhas ferroviárias que se estendem por 601 quilômetros para permitir viagens ferroviárias contínuas em direções opostas, e ramificações ferroviárias simples de 304 quilômetros. Empresas industriais estão localizadas nas proximidades desta área e as principais regiões agrícolas estão adjacentes e acessíveis à ferrovia Vitória a Minas. A Vitória a Minas tem capacidade diária de 312 mil toneladas de minério de ferro. Em 2005, a ferrovia Vitória a Minas transportou um total de 68,7 bilhões de Tku de minério de ferro e outras cargas (das quais 18,3 bilhões de Tku, ou 26,7%, consistiram em cargas transportadas para clientes) e, aproximadamente, 1,1 milhão de passageiros em 2005.

As principais cargas transportadas através da ferrovia Vitória a Minas são:

- minério de ferro e Pelotas, de propriedade da Companhia e de clientes;
- aço, Carvão, Ferrogusa, calcário e outras matérias-primas transportadas para clientes com usinas siderúrgicas localizadas ao longo da ferrovia;
- produtos agrícolas, como grãos e farinha de soja; e
- outras cargas gerais, tais como materiais de construção, polpa, combustíveis e produtos químicos.

A CVRD cobra valores de mercado (que são limitados pelas tarifas fixadas pela ANTT) pelo frete a clientes, incluindo frete de produtos originários das *Joint Ventures* e outras empresas, nas quais a Companhia não detém 100% de participação no capital. Os preços de mercado variam com base na distância transportada, tipo de produto e peso da carga.

Ferrovia Carajás. A CVRD opera a ferrovia Carajás por uma concessão renovável de 30 anos que expirará em 2027. Esta ferrovia, situada no Sistema Norte, inicia-se em sua mina de minério de ferro em Carajás, no Estado do Pará, e estende-se por 892 quilômetros até as instalações do complexo de terminal Marítimo de Ponta da Madeira, localizado nas proximidades do Porto de São Luís, no Estado do Maranhão. A ferrovia Carajás consiste em uma linha ferroviária com desvios para permitir a passagem de trens em direções opostas. A ferrovia Carajás tem capacidade diária de transportar 200 mil toneladas de minério de ferro. Em 2005, a ferrovia Carajás transportou um total de 69,5 bilhões de Tku de minério de ferro e outras cargas (das quais 5,0 bilhões de Tku, ou 7,2%, consistiram em cargas transportadas para clientes, incluindo clientes brasileiros de minério de ferro). A ferrovia Carajás também transportou aproximadamente 369 mil passageiros em 2005. A principal carga da ferrovia Carajás é o minério de ferro, transportado principalmente para a Companhia. Em 2007, a CVRD também pretende iniciar suas operações do trem de maior capacidade da América Latina. Este trem ajudará a CVRD a atender à crescente demanda pelos recursos da ferrovia de Carajás e terá 312 vagões, 3,2 quilômetros de comprimento e 40 mil toneladas brutas em peso.

FCA. A FCA opera a rede ferroviária da região do Centro-Leste do sistema ferroviário nacional brasileiro por uma concessão renovável de 30 anos concedida em 1996. A rede Centro-Leste contém aproximadamente 7 mil quilômetros de trilhos estendendo-se pelos Estados de Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro,

Goiás e o Distrito Federal se conectando com a ferrovia Vitória a Minas, nas proximidades das cidades de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e Vitória, no Estado do Espírito Santo. A FCA opera com trilhos de mesma bitola que a ferrovia Vitória a Minas da CVRD. O trecho da rede da Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A. entre Araguari e a estação ferroviária de Vale Fértil, próxima à cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem sido operado pela FCA desde 1998 e, em janeiro de 2002, a FCA começou a operar também o trecho entre Vale Fértil, Estado de Minas Gerais, e Boa Vista, Estado de São Paulo. Essa conexão permite que a FCA chegue até o Porto de Santos, no Estado de São Paulo. Em novembro de 2005, A FCA consolidou a porção de ativos da Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A. relacionados às operações no trecho entre o Araguaia, no Estado de Minas Gerais, e Boa Vista Nova, no Estado de São Paulo. Como resultado da consolidação, a FCA detém diretamente a concessão ferroviária relacionada ao trecho e não detém mais sua participação no capital da Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A. Em 2005, a FCA transportou um total de 10,7 bilhões de Tku de carga para clientes.

MRS. A CVRD detém, direta e indiretamente, 37,2% do capital votante e 40,5% do capital total da MRS. A MRS é uma ferrovia de 1.674 quilômetros, que liga os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e que transportou 107 milhões de toneladas de minérios em 2005. A MRS opera sob concessão renovável de 30 anos obtida em 1996. Como resultado das aquisições da CAEMI e Ferteco, a atual participação da Companhia no capital votante da MRS é maior que o limite de 20% fixado à época da licitação pela concessão para a ferrovia da MRS. O CADE aprovou estas aquisições desde que cumpridas certas condições, incluindo a reestruturação da participação da Companhia na MRS. Atualmente, a CVRD está contestando certos efeitos processuais na decisão do CADE. Em 13 de abril de 2006, a ANTT publicou uma resolução solicitando à CVRD (i) vender aquelas ações ordinárias que a CVRD detém na MRS como resultado da aquisição e consolidação da Ferteco, as quais estão cobertas no acordo de acionistas da MRS; ou (ii) (a) fazer os acionistas da MRS aprovarem certas mudanças na estrutura de capital da MRS, ou (b) renúncia aos seus direitos de veto e voto especificamente em relação às ações da MRS que a CVRD detém como resultado de sua aquisição e consolidação da Ferteco. A resolução da ANTT também recomenda que seja atendida a decisão do CADE, a fim de unificar sua participação na MRS em um único bloco. Em 10 de maio de 2006, a Companhia informou à ANTT sua decisão de desistir dos direitos de voto e veto em relação às ações de emissão da MRS acima mencionadas, as quais representam 10,9% do capital total e 19,3% do capital votante da MRS. Vide *Atividades da Companhia – Pendências Judiciais e Administrativas da Companhia* deste Prospecto.

Portos e Terminais

A CVRD opera portos e terminais principalmente com a finalidade de distribuir seu minério de ferro e Pelotas para as embarcações transoceânicas que atendem ao mercado de exportação. A CVRD também utiliza seus portos e terminais para o manejo de cargas de terceiros. Em 2005, 19% da carga manejada em seus portos e terminais representaram cargas de terceiros.

Porto de Tubarão. O Porto de Tubarão, que cobre uma área de aproximadamente 18 quilômetros quadrados, está situado próximo ao Porto de Vitória, Estado do Espírito Santo. O terminal marítimo de minério de ferro localizado nessa área possui dois *piers*. O Pier I acomoda dois navios de uma vez, um de até 170 mil DWT no lado sul e um de até 200 mil DWT no lado norte. O Pier II acomoda uma embarcação de até 360 mil DWT por vez, com limite de calado de 20 metros. No Pier I, há dois carregadores de navio, que podem carregar até 14 mil toneladas por hora. No Pier II, há dois carregadores de navio que trabalham alternadamente e cada um pode carregar até 16 mil toneladas por hora. Em 2005, 84,1 milhões de toneladas de minério de ferro e Pelotas foram embarcadas pelo terminal para a Companhia. O Terminal de Praia Mole, também localizado no Terminal de Tubarão, é principalmente um terminal de Carvão e manejou 11,3 milhões de toneladas deste produto em 2005. A Companhia opera um terminal de grãos chamado de Terminal de Produtos Diversos, no Terminal de Tubarão, que movimentou 5,5 milhões de toneladas de grãos e fertilizantes em 2005. A CVRD também opera um terminal de granel líquido, que movimentou 1,1 milhões de toneladas em 2005.

Porto de Vitória. Até a licitação, que está prevista para o dia 20 de novembro de 2006, a Companhia está autorizada, mediante contrato de arrendamento, a operar o terminal de Paul, especializado no manuseio de Ferrogusa, localizado no porto público de Vitória, no Estado do Espírito Santo. A Companhia, até o momento, é potencial licitante do cais e tem grandes chances de permanecer em sua operação. Este terminal tem um *pier* que pode acomodar um navio de até 50 mil DWT, que por sua vez pode carregar até 800 toneladas por hora. O terminal de Paul manejou 2,2 milhões de toneladas de Ferrogusa em 2005.

Terminal Marítimo de Ponta da Madeira. O Terminal Marítimo de Ponta da Madeira está situado próximo ao porto de São Luís no Estado do Maranhão. As instalações do porto de Ponta da Madeira podem acomodar três embarcações. O Pier I pode acomodar embarcações com capacidade de até 420 mil DWT. O Pier II pode acomodar embarcações de até 155 mil DWT. Cada ancoradouro tem capacidade máxima de descarga de 16 mil toneladas por hora no Pier I e 8 mil toneladas por hora no Pier II. Em fevereiro de 2004, o Pier III iniciou suas operações. O Pier III pode acomodar embarcações de até 220 mil DWT e possui capacidade máxima de embarque de até 8.000 toneladas por hora em cada ancoradouro.

A carga embarcada através do terminal marítimo de Ponta da Madeira da Companhia consiste basicamente na sua produção de minério de ferro. Outras cargas incluem minério de Manganês e Concentrado de Cobre produzido pela CVRD e Ferrogusa e soja para terceiros. Em 2005, 70,1 milhões de toneladas foram manejadas através do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira para a CVRD e 4,3 milhões de toneladas para seus clientes.

Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB). Desde novembro de 1994, a CVRD opera o Terminal Marítimo Inácio Barbosa localizado no Estado de Sergipe. Esse terminal foi construído pela Petrobras e transferido para a Empresa Administradora de Portos de Sergipe - SERGIPTOS, uma empresa estatal. Em dezembro de 2002, a Petrobrás assumiu o controle do Terminal Marítimo Inácio Barbosa em troca do cancelamento de dívidas com o Estado do Sergipe. A CVRD e a Petrobras assinaram contrato em dezembro de 2002 que permitirá que a CVRD administre esse terminal por um período de 10 anos, com vigência até dezembro de 2012. Em 2005, foram embarcadas 954 toneladas de combustível, produtos agrícolas e aço pelo Terminal Marítimo Inácio Barbosa.

TVV. Em maio de 1998, a CVRD arrendou por 25 anos o terminal marítimo de Capuaba em Vitória, no Estado do Espírito Santo. Para administrar o terminal, a CVRD criou a empresa Terminal de Vila Velha S.A. (TVV). O TVV é um terminal para carga e descarga de contêineres, além de ser uma alternativa de carga geral e de operações com automóveis no sudeste e no centro-oeste do Brasil. Está conectado com a ferrovia Vitória a Minas e com fácil acesso às auto-estradas BR101 e BR262. Esse terminal é formado pelos ancoradouros 203 e 204 no cais de Capuaba e tem uma área de ancoragem de 450 metros e uma retroárea de cerca de 100 mil metros quadrados. Tem uma área coberta de armazenagem de 13,3 mil metros quadrados e um pátio com capacidade para 3,3 mil contêineres. O TVV está equipado com dois guindastes de cais, dois portêineres e quatro transtêineres. Em 2005, foram embarcados pelo TVV 165,6 mil contêineres e 54 mil toneladas de carga geral.

CPBS. Terminal marítimo de Itaguaí, a CPBS é uma subsidiária integral que opera o terminal de Itaguaí, no Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal marítimo de Itaguaí tem um píer que permite o carregamento de navios de até 18,1 metros e até 230 mil DWT. Em 2005, o terminal embarcou aproximadamente 21 milhões de toneladas de minério de ferro.

Terminal marítimo Ilha de Guaíba. A MBR tem o seu próprio terminal marítimo na Ilha de Guaíba, também no Porto de Sepetiba. O terminal de minério de ferro tem um píer que permite o carregamento de navios de até 300 mil DWT. Em 2005, o terminal carregou aproximadamente 39 milhões de toneladas de minério de ferro.

Navegação

A CVRD opera em três áreas diferentes de navegação: transporte de navegação marítima a granel, serviços de cabotagem e rebocadores.

No serviço de transporte de navegação marítima a granel, a Companhia transporta 2.289 milhões de toneladas de carga seca a granel, gerando receitas brutas de R\$149 milhões em 2005. O quadro abaixo apresenta informações sobre o volume transportado em seus serviços de navegação de carga seca a granel nos períodos indicados:

	Para os exercícios findos em 31 de dezembro		
	2003	2004	2005
	(Em milhares de tons)		
Minério de ferro:			
Minério de Ferro de Terceiros	1.860	312	148
Carvão	256	306	-
Outros.....	2.819	553	2.141
Total	4.935	1.171	2.289

Para o transporte da carga acima, em 2005, a CVRD operava uma frota de embarcações a granel que inclui três navios tipo *capsize* que lhe pertencem, além de outras poucas embarcações *panamax* e outra do tipo *capsize*, fretados à vista. Suas embarcações *capsize* têm comercializado mundialmente, carregando principalmente minério de ferro. As embarcações fretadas (duas *capsize* e duas *panamax*) têm sido contratadas para o transporte de minério de ferro do terminal marítimo de Ponta da Madeira, no Estado de Maranhão, para o Terminal de Praia Mole, no Porto de Tubarão, no Estado de Espírito Santo. A CVRD planeja vender suas embarcações *capsize* restantes até o final de 2006.

A atividade de contêineres é operada por cinco embarcações fretadas, que cobrem a costa leste da América do Sul, de Buenos Aires, na Argentina, para Fortaleza, no Estado do Ceará, no nordeste do Brasil, provendo serviços semanais. Este serviço gerou receitas brutas de R\$181 milhões com 93.813 unidades equivalentes (TEUS) transportados em 2005.

A CVRD também opera uma frota de 16 rebocadores (sete próprios e nove fretados) nos portos de Vitória, Estado do Espírito Santo, de Trombetas, Estado do Pará, de São Luís, Estado do Maranhão e de Aracaju, Estado de Sergipe. Esses serviços nas cidades de Vitória e Trombetas geraram receitas brutas de R\$66 milhões em 2005.

Concorrência na indústria de logística. As ferrovias da CVRD competem com o transporte rodoviário, inclusive caminhões, principalmente no que se refere à custo, segurança e tempo de transporte. A CVRD também tem muitos concorrentes internacionais no transporte de contêineres (cabotagem).

Investimentos em Siderurgia

Nos períodos indicados na tabela abaixo, a Companhia tinha investimentos nas seguintes *Joint Ventures* do setor siderúrgico:

	Participação direta ou indireta da Companhia no capital (Votante—Total) em 30 de setembro de 2006		Sócios	Receitas Líquidas em 2005 (12m) em milhões de R\$)	Principais produtos
	Votante (%)	Total			
CSI (Califórnia, Estados Unidos).....	50,00	50,00	JFE Steel	3.019	Aço laminado a quente; aço laminado a frio; aço galvanizado; tubos de aço
Siderar (Argentina).....	4,85	4,85	Ternium Empregados Outros	3.915 (1)	Placas de aço; aço laminado a quente; aço laminado a frio; aço galvanizado; folhas de flandres
Usiminas (Brasil) (2)	22,99	11,46	Nippon Usiminas Previ Caixa dos Empregados da Usiminas Outros	13.041	Aço laminado a quente; aço laminado a frio; chapas de aço grossas; aço eletro-galvanizado

(1) Considerando câmbio médio do período.

(2) Em 13 de novembro de 2006 a CVRD Vendeu parte de sua participação na Usiminas.

Em 13 de novembro a CVRD concluiu a venda de 5.362.928 ações ordinárias da Usiminas ao preço de R\$70,59 por ação ordinária perfazendo o montante de R\$378,6 milhões. A Companhia manterá a propriedade de 6.608.608 ações ordinárias vinculadas ao novo acordo de acionistas do grupo de controle acionário da Usiminas. Desse modo, restam 13.839.192 ações ordinárias da Usiminas, as quais serão vendidas mediante oferta pública a ser anunciada.

A CSI, em 31 de dezembro, de 2005 obteve receitas de vendas líquidas no total de R\$3.019 milhões e lucro líquido no total de R\$59 milhões. Em 30 de setembro de 2006 a receitas de vendas líquidas totalizou R\$2.291 milhões e lucro líquido de R\$166 milhões.

Em 31 de dezembro de 2005, o valor de mercado dos investimentos da CVRD na Usiminas e Siderar, ambas de capital aberto, eram respectivamente de R\$1.324 milhões e R\$332 milhões. Nessa mesma data, o valor contábil líquido total desses investimentos era de R\$1.052 milhões.

Desde o terceiro trimestre de 2005, a CVRD e a Nucor operam conjuntamente um projeto de produção de Ferrogusa ecologicamente correto na região Norte do Brasil. O projeto utiliza dois mini alto-fornos convencionais que produzirão aproximadamente 380 mil toneladas métricas de Ferrogusa por ano, utilizando o minério de ferro extraído das minas da Companhia em Carajás, na região Norte do Brasil. A fonte de Carvão vegetal constitui-se exclusivamente de árvores de eucaliptos plantadas e cultivadas numa área aproximada de 82 mil acres, sendo que todo o projeto envolve aproximadamente 200 mil acres. A CVRD e a Nucor constituíram uma companhia chamada Ferrogusa Carajás S.A. para operar a unidade, na qual a CVRD detém 78% do capital social votante.

Investimento em Energia

Em 2005 a CVRD consumiu 16,9 TWh de energia elétrica. A administração e a eficiente distribuição dos recursos energéticos se tornaram prioritárias para a Companhia em virtude das incertezas relativas às mudanças na legislação, que fizeram aumentar o risco de aumento de preços e de racionamento de energia elétrica, como a que ocorreu no Brasil no segundo semestre de 2001. Foram percebidas oportunidades favoráveis de investimento no setor de energia elétrica do Brasil as quais a CVRD aproveitou investindo em oito projetos hidrelétricos de geração de energia, descritos na tabela abaixo. A intenção da Companhia é a de utilizar a energia elétrica produzida por estes projetos para atendimento de suas próprias necessidades. É possível que haja atraso no desenvolvimento de certos projetos de geração em virtude de questões ambientais ou legais, o que poderia resultar em aumento dos custos da Companhia. Como grande consumidora de energia elétrica, a CVRD espera que o investimento em projetos de geração de energia ajude na redução de seus custos e a proteja contra possíveis flutuações de preços de energia.

Atualmente, a CVRD tem seis usinas hidrelétricas em operação, uma em implantação e uma em licenciamento. A previsão de investimento total da CVRD para estes projetos está estimada em aproximadamente US\$1 bilhão. A CVRD não pode garantir que o custo agregado não irá aumentar ou que os projetos serão concluídos dentro do cronograma previsto. A CVRD detém também 43,85% de participação em um consórcio que tem o direito de concessão para construir a usina hidrelétrica de Santa Isabel no rio Araguaia, Brasil. Em 2005, a CVRD continuou com seus esforços, iniciados em 2003, para devolver a concessão do projeto da hidrelétrica de Santa Isabel para a ANEEL, devido a dificuldades em obter a licença ambiental necessária para dar início à sua construção. Além disso, algumas de suas coligadas geram parte de sua própria energia elétrica. O quadro a seguir contém informações sobre seus projetos de geração de energia, em 30 de setembro de 2006:

	Localização	Participação da CVRD (1) (%)	Sócios	Início das Operações	Capacidade Real e Projetada (em MW)	Investimento da CVRD	
						Em dezembro de 2005 (em milhões de US\$)	Total Projetado
Aimorés	Bacia do rio Doce, no estado de Minas Gerais.	51,00%	Cemig	Julho de 2005	330	136,5	141
Candonga	Bacia do rio Doce, no estado de Minas Gerais.	50,00	Novelis	Setembro de 2004	140	46,0	-
Capim Branco I (3)	Rio Araguari, no estado de Minas Gerais.	48,42	Cemig Capim Suzano Votorantim	Fevereiro de 2006	240	87,1	90
Capim Branco II (3)	Rio Araguari, no estado de Minas Gerais.	48,42	Cemig Capim Suzano Votorantim	Dezembro de 2006 (2)	210	63,0	90
Estreito	Rio Tocantins, na fronteira dos Estados do Maranhão e Tocantins.	30,00	Suez Alcoa Camargo Correa	Agosto de 2009(2)	1.087	4,3	355
Funil	Rio Grande, no Estado de Minas Gerais.	51,00	Cemig	Dezembro de 2002	180	49,0	-
Igarapava	Rio Grande, na fronteira dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.	38,10	Votorantim CSN Cemig Anglo-American	Janeiro de 1999	210	88,1	-
Porto Estrela	Rio Santo Antônio, no estado de Minas Gerais.	33,30	Cemig Coteminas	Setembro de 2001	112	20,0	-

(1) Em fevereiro de 2006 a CVRD vendeu para Furnas Centrais Elétricas por aproximadamente R\$10 milhões participação de 40% no consórcio para construir e operar a usina hidrelétrica de Foz do Chapecó. O fechamento da operação, já autorizado pela ANEEL, está sujeito à assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, transferindo-a ao novo empreendedor.

(2) Data de projeção para começo da primeira unidade deste projeto.

(3) Capim Branco I e Capim Branco II são duas unidades distintas operadas pelo mesmo consórcio.

Em julho de 2005, a Aimorés iniciou suas operações com a ativação de três turbinas. Essa usina possui uma capacidade instalada de 330 MW e capacidade de geração média de 172 MW, equivalente a 1.560.720 MWh por ano.

O projeto Capim Branco I obteve sua licença de operação no mês de dezembro de 2005. Este fato permitiu o início das operações comerciais em fevereiro de 2006.

Aquisição da Inco

Em 23 de outubro de 2006, a Companhia adquiriu 75,66% das ações ordinárias da Inco ao preço de Cdn\$86, em dinheiro, para cada ação, nos termos de uma oferta não solicitada (*unsolicited cash tender offer*). Durante o período subsequente à oferta, encerrado em 3 de novembro de 2006, a Companhia adquiriu ações adicionais da Inco, pelo mesmo preço da oferta, aumentando o percentual total de ações ordinárias já adquiridas da Inco para 86,57%. A Companhia pretende adquirir as ações remanescentes da Inco, sendo que o preço total de aquisição de todas as suas ações ordinárias será de aproximadamente US\$16,9 bilhões.

A legislação canadense permite o fechamento do capital de uma sociedade (que tenha sido objeto de uma oferta pública de aquisição de controle) caso o novo controlador passe a deter mais de 90% de seu capital social, mediante a aquisição compulsória das ações remanescentes (ou seja, das ações que não tiverem aderido à oferta). O fechamento do capital também é possível caso o novo controlador passe a deter, pelo menos, 2/3 das ações votantes de emissão da sociedade, como foi o caso da Companhia, desde que preencha determinados requisitos impostos pela legislação canadense e faça uma operação societária conhecida como “squeeze out amalgamation”.

Nos termos do *Exchange Act* dos Estados Unidos, a Inco tem a obrigação de apresentar relatórios periódicos à SEC. A Companhia não se responsabiliza, de qualquer forma, pela veracidade e pelo teor das informações dos relatórios da Inco apresentados à SEC e constantes deste Prospecto.

Visão Geral da Inco

A Inco é a segunda maior produtora de Níquel do mundo e a maior produtora de produtos especiais de Níquel de valor agregado. Em conjunto com as suas operações de Níquel, a Inco também produz Cobre, metais preciosos e cobalto. A Inco produz, ainda, ácido sulfúrico e dióxido de enxofre líquido, como subprodutos das suas operações de processamento. Os principais produtos da Inco compreendem:

- *Níquel.* As principais minas de Níquel da Inco estão localizadas nas áreas de Sudbury, na Província de Ontário, nas áreas de Thompson, em Manitoba e *Voisey's Bay* em Newfoundland e Labrador. Ademais, através de sua subsidiária PT Inco, da qual é titular de 60,8%. A Inco também possui minas de Níquel na Ilha de Sulawesi, na Indonésia. Em 2005, a Inco vendeu a seus clientes um total de 246.282 toneladas de Níquel, das quais 223.811 toneladas foram obtidas primordialmente das minas da Inco.

A Inco desenvolve, produz e vende produtos de valor adicionado ou produtos derivados de Níquel, tais como pós, espumas, flocos, óxidos e grafite com revestimento de Níquel. Estes produtos são utilizados em diversos segmentos, tais como produtos eletrônicos, baterias recarregáveis para consumo e veículos de uso híbrido, células de combustível, metalurgia de pó, partes automotivas, dispositivos eletromagnéticos de interferência para computadores e telefones celulares, catalizadores e sais especiais, moldes de injeção de metais e *binders* de metal. Estes produtos derivados de Níquel são vendidos a preços com ágio e responderam por aproximadamente 9% das receitas de vendas de Níquel da Inco em 2005.

- *Cobre.* A Inco produz Cobre em conjunto com as suas operações de mineração de Níquel, principalmente através de minérios de sulfetados, lavrados nas suas minas localizadas nas áreas de Sudbury, na Província de Ontário, e *Voisey's Bay* em Newfoundland e Labrador. Em 2005, a Inco produziu 125.595 toneladas de Cobre acabado incluindo produção de anodo. Em 2005, a Inco fechou sua refinaria de Cobre localizada em Sudbury. A Inco também produz Concentrado de Cobre através de suas operações em *Voisey's Bay*.
- *Metais preciosos, cobalto e outros produtos.* A Inco também produz cobalto, metais do grupo da platina ou PGMs, ouro, prata, e pequenas quantidades de selênio e telúrio. A Inco também produz e vende ácido sulfúrico e dióxido de enxofre líquido como subprodutos de sua operação em Sudbury.

A Inco está desenvolvendo uma série de projetos para expandir significativamente sua capacidade produtiva:

- *Projeto de Níquel, Cobre, cobalto em Voisey's Bay.* A produção de concentrados de Níquel obtidos da primeira fase do projeto *greenfield* de *Voisey's Bay*, subsidiária integral da Inco, começou em setembro de 2005, sendo que a primeira produção de Níquel acabado destes concentrados, ocorreu em janeiro de 2006. O depósito de *Voisey's Bay* consiste em uma série de depósitos individuais de Níquel, Cobre e cobalto, sendo que o primeiro, conhecido como o Ovoid, está próximo à superfície e está sendo desenvolvido através de Mineração a Céu Aberto. A Inco estima que a produção do projeto de *Voisey's Bay* em 2006 seja aproximadamente de 45.000 Ton. de Níquel em concentrados. Assumindo a viabilidade técnica e econômica, a planta comercial de processamento será construída no âmbito da segunda fase do projeto entre 2009 e 2011. Enquanto a construção da planta não estiver concluída, a produção de concentrados de Níquel é principalmente transportada para as operações da Inco em Sudbury, na Província de Ontário, e Thompson,

em Manitoba, para fins de processamento em Níquel acabado. Estima-se que a terceira fase do projeto inclua o desenvolvimento de uma mina subterrânea relativa aos depósitos remanescentes de Voisey's Bay.

- *Projeto Goro de Níquel e cobalto.* A Inco detém uma participação de 74% no projeto Goro de Níquel e cobalto, na Nova Caledônia sendo um projeto *greenfield* substancial que envolve Mineração a Céu Aberto e uma planta de processamento, cuja capacidade nominal anual estimada em 60.000 Ton. de Níquel após sua conclusão. A produção do projeto Goro está prevista para iniciar-se em 2008. O custo estimado de capital mais recente divulgado pela Inco para o projeto Goro era de US\$1.878 milhões dentro de um nível de confiança de menos de 5% a mais de 15%. Desde então, a Inco anunciou que o custo estimado revisado excederá a faixa inicial. A CVRD espera ter condições de divulgar os custos estimados revisados de capital até ao final do primeiro trimestre de 2007.

Visão Estratégica

A Companhia acredita que a aquisição da Inco gerará os seguintes benefícios estratégicos e financeiros:

- *A Companhia tornou-se a segunda maior produtora mundial de Níquel com perspectiva para tornar-se líder de mercado.* A aquisição da Inco faz da Companhia a segunda maior produtora de Níquel do mundo. Atualmente, somente outros quatro grandes projetos *greenfield* estão em desenvolvimento na indústria de Níquel, sendo que três deles pela Companhia. Após a conclusão, dos projetos Goro, Vermelho e Onça Puma, a Companhia aumentará sua capacidade de produção em aproximadamente 164.000 Ton., ou 80,4% da produção de Níquel da Inco em 2005, o que posicionará a Companhia como a segunda maior produtora mundial de Níquel contido do mundo.
- *A Companhia diversificou suas atividades de mineração.* A aquisição da Inco diversifica os produtos, mercados e base geográfica da Companhia.

Seguros

A Companhia contrata seguros para proteção dos seus ativos e fluxos operacionais, com o objetivo de reduzir a volatilidade dos seus resultados, garantir a preservação de seu patrimônio e a continuidade de suas operações.

Nesse contexto, as apólices dos seguros contratados pela Companhia referem-se a:

- Riscos Operacionais: apólice global que cobre os principais ativos da Companhia (minas, ferrovias, portos, plantas de pelotização, máquinas, equipamentos, materiais em estoque, prédios e instalações) e a perda de produção conseqüente de coberto;
- Responsabilidade Civil: apólice que protege a Companhia contra demandas advindas de terceiros;
- Vida: apólice que cobre a perda da vida ou danos corporais decorrentes de acidentes com funcionários da Companhia; e
- Além de outras coberturas e apólices de seguro inerentes às atividades de uma companhia do porte da CVRD.

Recursos Humanos

A Companhia encerrou o ano de 2005 com cerca de 38 mil empregados próprios e, em decorrência da expansão de suas operações, em 2005, foram criados aproximadamente 23 mil novos empregos diretos, entre próprios e terceirizados, e 100 mil novos indiretos – o que traduz em números o crescimento da Companhia.

Em 30 de setembro de 2006, a Companhia contava com mais de 40 mil empregados próprios.

A tabela abaixo estabelece o número de funcionários por categoria a contar das datas indicadas.

	31 de dezembro de			30 de setembro de
	2003	2004	2005	2006
Minerais Ferrosos.....	13.107	14.845	17.858	20.543
Logística.....	8.820	10.001	11.269	10.873
Minerais Não Ferrosos.....	1.332	1.957	2.307	2.555
Alumínio, Aço e Desenvolvimento de Negócios.....	2.149	2.328	4.400	3.467
Centro Corporativo.....	5.563	2.915	2.726	3.081
Total.....	30.971	32.046	38.560	40.429

A política de Recursos Humanos da Companhia está voltada para a aprendizagem contínua, a saúde, a segurança no trabalho e a recompensa justa pelo desempenho de seus profissionais, responsáveis pela conquista de repetidos recordes em todas as suas atividades. A Companhia atrai, desenvolve e retém talentos, com isso estimula o planejamento de carreiras, sucessões e a manutenção de um ambiente organizacional desafiador e motivador, acreditando que empregados capacitados contribuem para o crescimento da Companhia.

Salários e Benefícios

A Política de Remuneração da Companhia é peça chave para a sua competitividade, sendo uma das formas de atração e retenção de talentos. É composta de um salário base competitivo em relação ao mercado, de uma remuneração variável baseada em um moderno programa de participação nos resultados e de um pacote diferenciado de benefícios adequado à realidade de cada empresa e região.

A boa relação da Companhia com seus 40 mil empregados reflete-se no entendimento e no diálogo permanente com os 52 sindicatos que os representam, o que propiciou a renovação de todos os acordos coletivos de trabalho em 2006, incluindo a alteração da data-base para o mês de novembro de 2006.

A Companhia não sofreu nenhuma perda econômica significativa em decorrência de greves de trabalhadores ou de paralisações do trabalho.

Planos de Pensão

Os empregados da Companhia e da maioria de suas Controladas estão aptos a participar dos planos de previdência complementar administrados pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA. Patrocinada pela Companhia e por outras empresas do grupo, a Valia é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia financeira e administrativa. A grande maioria dos participantes ativos da Fundação está inscrita no Plano VALE MAIS, implementado em maio de 2000. Esse é um plano de contribuição variável, com características de contribuição definida na fase de acumulação dos recursos, e de benefício definido para rendas vitalícias e benefícios de risco. A Valia também opera um plano de benefício definido, fechado para novas adesões, com a quase totalidade dos participantes já aposentados, restando apenas alguns poucos ativos que não optaram pela migração quando da criação do Plano VALE MAIS.

Os empregados da CAEMI e de suas controladas, MBR e CADAM, e os empregados da ALUNORTE participam de diferentes planos de pensão. A CAEMI e a MBR contribuem para um plano de pensão complementar aberto, que é principalmente uma contribuição definida, mantido pela Bradesco Vida e Previdência S.A. Este plano teve sua origem no plano de seguridade social e pensão, mantidos pela Fundação CAEMI de Previdência Social e patrocinado pela CAEMI e a MBR. Os benefícios concedidos pela CAEMI e a MBR incluem pensões para aposentadoria, incapacitação e morte, bem como abonos anuais. Os benefícios coletivos de saúde e seguro de vida, oferecidos pela CAEMI e suas controladas aos empregados, terminam quando o empregado deixa a companhia, seja por aposentadoria ou não. Os funcionários da CADAM e da Alunorte são beneficiados com o plano de pensão gerenciado pela Bradesco Vida e Previdência. Em junho de 2006, a CAEMI, a CADAM e a MBR tornaram-se patrocinadoras da VALIA, e seus empregados, admitidos a partir deste mês, podem se inscrever no Plano VALE MAIS.

Outros Benefícios

Todos os empregados da Companhia e seus dependentes têm acesso à assistência médica complementar suplementar, que oferece cobertura ambulatorial e hospitalar, dentária e de despesas odontológicas e de medicamentos prescritos. Além de uma ampla rede de profissionais e instituições credenciadas, os beneficiários podem utilizar o sistema de livre escolha de médicos, com parte das despesas reembolsadas pela Companhia. Outros importantes benefícios oferecidos aos empregados são reembolso parcial das despesas com educação em ensino fundamental, médio e graduação dos empregados, uma verba anual para materiais escolares, cartão alimentação, seguro de vida em grupo, assistência funeral e reembolso dos custos de creche para empregados com filhos de até três anos de idade.

Participação Acionária

O Estatuto Social da Companhia prevê a possibilidade de implementar planos de opção de ações, mas até a data deste Prospecto, tais planos não foram implementados pela Companhia.

Participação dos Lucros entre Funcionários

Todos os funcionários da Companhia recebem, anualmente, participação nos resultados da Companhia, que representa um importante instrumento de gestão e consolida a remuneração por resultados, baseando-se no desempenho coletivo da empresa, no desempenho de cada departamento e no desempenho individual de cada empregado, sendo este último desdobrado em metas técnicas e de competências. As demais empresas do grupo CVRD possuem programas semelhantes.

Responsabilidade Sócio-Ambiental de seus Funcionários

A Companhia também incentiva a atitude socialmente responsável de seus funcionários, com projetos em várias áreas. A cada ano lança um tema a ser trabalhado com empregados e é também sugerido para a comunidade que trate do mesmo tema.

Com o exemplo de seus funcionários nas comunidades, a Companhia torna-se referência de atitudes corretas e socialmente responsáveis.

Pendências Judiciais e Administrativas da Companhia

A Companhia e suas Controladas respondem a diversas ações judiciais referentes ao curso normal de suas atividades, incluindo processos cíveis, administrativos, fiscais, trabalhistas e previdenciários. A Companhia provisiona ou deposita em juízo valores para cobrir perdas contingenciais estimadas, relacionadas a sentenças judiciais desfavoráveis. A decisão de efetuar o depósito em juízo depende do tempo de duração de cada demanda. Em certos processos fiscais, com perspectiva de demora na sua conclusão, a Companhia prefere pagar o tributo na expectativa de, posteriormente, obter decisão judicial que a autorize deduzir ou compensar os montantes pagos. A Companhia acredita que as provisões feitas são suficientes para cobrir possíveis perdas relativas às referidas ações, com base em sua análise, nas opiniões dos advogados externos e dos auditores independentes.

As tabelas a seguir demonstram os valores provisionados pela Companhia para eventuais contingências judiciais, assim como o montante dos depósitos judiciais efetuados pela CVRD, para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004 e 2005.

Em milhões de Reais

	Consolidado				Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisão para Contingências		Depósitos Judiciais		Provisão para Contingências	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Contingências Tributárias	1.175	1.064	1.435	2.054	750	576	1.001	1.686
Contingências Trabalhistas e Previdenciárias	293	338	606	549	227	249	501	423
Reclamações Cíveis	197	257	547	508	156	190	434	364
Outras	15	8	16	72	14	15	17	30
Total	1.680	1.667	2.604	3.183	1.147	1.030	1.953	2.503

Em milhares de Reais

Provisões para contingências	Consolidado				
	Contingências tributárias	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Reclamações cíveis	Outras	Total
Saldo em 30/06/2006	1.753.964	696.267	528.147	62.426	3.040.804
Adições	34.799	185.836	35.556	(4.392)	251.799
Baixas	(56.284)	(118.382)	(20.343)	(122)	(195.131)
Atualizações	153.956	20.743	3.865	455	179.019
Saldo em 30/09/2006	1.886.455	784.464	547.225	58.367	3.276.511

Processos Administrativos

A Companhia está envolvida em oito processos perante o Conselho de Administração de Defesa Econômica CADE, que é o principal órgão regulador de antitruste brasileiro. Seis destes processos envolvem a análise de eventual concentração econômica com efeitos antieconômicos em aquisições já ocorridas ou transações com *Joint Ventures*, obrigatórias para quase todas as aquisições e *Joint Ventures* da Companhia. Os outros dois processos são de natureza administrativa e alegam prática de infração à ordem econômica nos negócios de logística da Companhia. Todas as informações e documentos necessários à análise das referidas aquisições estão sendo prestados pela Companhia, visando à aprovação dos respectivos atos de concentração pelo CADE, além da Companhia se defender das condutas que lhe foram imputadas. Caso os processos ligados à eventual infração à ordem econômica sejam julgados desfavoravelmente à CVRD, o CADE poderá impor a cessação da prática desta conduta e/ou pagamento de multas. Deve-se ressaltar que não se pode prever os resultados dos julgamentos sob a responsabilidade do CADE. O CADE recentemente emitiu sua decisão em relação à análise pós-transação de suas aquisições da Socoimex, Samitri, Ferteco, Belém e CAEMI, e o acordo para o descruzamento das participações recíprocas entre a Companhia e a CSN. Em 10 de agosto de 2005, o CADE emitiu decisão aprovando estas aquisições, sujeita a certas condições. Dentre as condições estabelecidas pela decisão do CADE, a Companhia deverá (i) ceder completamente seus direitos de preferência relacionados ao minério de ferro da mina Casa de Pedra e reestruturar sua participação na MRS ou (ii) vender todos os seus ativos que foram de propriedade da Ferteco, uma companhia adquirida pela CVRD em 2001 e consolidada em agosto de 2003. Na parte da decisão relativa à mina de Casa de Pedra, os membros do CADE proferiram três votos a favor e três votos contra e a presidente do CADE emitiu um voto de qualidade contra a Companhia. Assim, a Companhia impetrou um mandado de segurança no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, questionando as deficiências formais da decisão do CADE relativa à mina de Casa de Pedra e solicitando uma liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa. Esta liminar foi concedida em 10 de novembro de 2005 e confirmada, de forma preliminar, pelo Tribunal, em 19 de dezembro de 2005. Contudo, em fevereiro de 2006, o juízo de primeiro grau julgou improcedente a ação da Companhia. Diante dessa última decisão, a CVRD interpôs recurso e obteve o chamado “efeito suspensivo”, de modo que a decisão do CADE ficará suspensa até o julgamento definitivo do recurso de apelação.

A Companhia figura no pólo passivo de vários processos de natureza administrativa, pois o DNPM, órgão responsável pela arrecadação da CFEM, lavrou uma série de notificações sob o argumento de que a CVRD não procedeu ao recolhimento adequado da CFEM. A diferença apurada e requerida pelo DNPM refere-se a deduções que a Companhia efetuou em consonância com a legislação que rege a matéria, mas que o referido órgão entende terem sido feitas de maneira equivocada. A Companhia acredita que as alegações do DNPM não possuem mérito, razão pela qual as contesta veementemente. O valor total envolvido nestes processos é de, aproximadamente, US\$1,3 bilhão. Cabe acrescentar que, não obtendo êxito na esfera administrativa, provavelmente, a referida demanda será questionada na esfera judicial, momento em que talvez a Companhia precise depositar judicialmente os valores envolvidos. Além das mencionadas demandas administrativas, a CVRD é ré em processo judicial movido pelo Município de Mariana, cuja tese envolve, além dos argumentos já mencionados, a inclusão das receitas geradas pelas atividades de pelotização na base de cálculo da CFEM. A CVRD acredita que, assim como nos processos acima mencionados, a possibilidade de êxito do Município de Mariana nesta ação é possível. Por fim, a Companhia move uma ação judicial contra o DNPM, na qual defende que a porcentagem aplicável ao cálculo da CFEM devida sobre a extração do potássio é de 2% e não de 3%, como entende o DNPM. Para maiores informações *Visão Geral do Setor de Atuação da Companhia*.

Processos Cíveis

Diversas ações judiciais contestando a legalidade da privatização da Companhia em 1997 e, consequentemente, o preço mínimo fixado em leilão, ainda estão pendentes de decisão final. Os juízes de primeiro grau proferiram decisões favoráveis nestes processos, as quais foram objeto de recurso voluntário por alguns autores das ações e remessa obrigatória para exame pelo tribunal competente nos demais casos. No final de 2005, nos casos em que os autores das ações discutem o valor da avaliação da Companhia e, consequentemente, o preço pago pelo vencedor do leilão, as decisões proferidas pelos juízes de primeiro grau foram anuladas pelo tribunal competente, tendo sido determinado que os processos judiciais deviam ser devolvidos aos juízes de primeiro grau para dar continuidade à fase probatória, conforme previsto nas leis brasileiras de processo civil, relativamente ao valor de avaliação do patrimônio. Tais decisões proferidas pelos tribunais competentes ainda estão sujeitas a recursos impetrados pelas partes. Nos casos remanescentes, em que apenas vícios formais do edital de licitação foram questionados, as decisões favoráveis à Companhia foram mantidas pelos tribunais de segundo grau. A Companhia não acredita que essas ações em curso afetem de forma desfavorável o resultado da privatização, seja individualmente ou em conjunto, ou que de outra maneira produzam um efeito substancialmente desfavorável sobre a Companhia.

A Companhia é ré em uma ação civil pública que busca anular o contrato de adesão pelo qual opera um terminal (de carvão) do porto de Praia Mole, no Estado do Espírito Santo. A intenção do Ministério Público é incluir o porto de Praia Mole na área de Porto Público, sendo que, atualmente, o referido porto é privativo. A principal alegação do MP é a de que o porto teria sido construído com investimentos públicos. O processo iniciou-se em 1997, não tendo sido prolatada sentença até o momento. Uma decisão contrária à CVRD obrigaria o porto a ser licitado pela Administração Pública, impondo ao vencedor (que poderá ser qualquer interessado, implicando na possibilidade de perda do Porto pela CVRD) o pagamento de valores sobre sua movimentação portuária, a título de arrendamento. A Companhia entende que os seus argumentos construídos no processo são consistentes, sendo provável que a decisão final lhe seja favorável.

A Companhia é ré em duas ações movidas pelo município de Itabira, no Estado de Minas Gerais. Em uma das ações, iniciada em agosto de 1996, o município de Itabira alega que as operações das minas de ferro da Companhia em Itabira causaram danos ambientais e sociais e exige a restauração do local e a execução de programas ambientais de recuperação na região. Os danos mencionados, ajustados da data da petição inicial, somam aproximadamente US\$1 bilhão. Esta ação está em fase de perícia, sendo que existe a expectativa de que seja favorável à Companhia. Isto porque, em 5 de junho de 2000, as autoridades ambientais de Minas Gerais concederam uma licença para regularização das operações da mina de ferro em Itabira, procedimento este previsto na legislação para atualização do controle de atividades antigas, como é o caso. Essa licença estabelece condições para controle ambiental do local de mineração e a execução de programas de preservação ambiental. Desde então, a Companhia renovou a licença de operação e continuou a cumprir com as condições estabelecidas na licença de operação renovada. Em outra ação, o município de Itabira pede indenização pelos gastos que o mesmo teria incorrido com serviços públicos prestados como consequência da atividade de mineração da Companhia. Os danos mencionados, ajustados da data da petição inicial, somam aproximadamente US\$986 milhões. A Companhia acredita que ambas as ações não tenham

fundamento, pois a referida licença ambiental também estabeleceu medidas compensatórias ao município, além daquelas previstas pela legislação minerária, não havendo nada mais a ser exigido da Companhia.

Em conformidade com a Resolução ANEEL No. 591, de novembro de 2003, a ANEEL autorizou a Light a cobrar de consumidores livres no Estado do Rio de Janeiro, como a Valesul, diversas tarifas adicionais inclusive pelo uso do sistema de distribuição. Em janeiro de 2004, a Valesul propôs uma ação contestando a legalidade desta cobrança. Em junho de 2004, a Valesul obteve uma decisão favorável liberando-a do pagamento de tais cobranças. A Light recorreu desta decisão e, em setembro de 2004, obteve decisão favorável da corte superior, que revogou a decisão da corte inferior, forçando assim a Valesul a efetuar os pagamentos pendentes. A Valesul apelou ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal e está aguardando as respectivas decisões.

Processos Tributários

A Companhia está envolvida em litígio relativo a determinados aspectos da recente legislação tributária que exige que os rendimentos provenientes das Controladas no exterior sejam incluídos na apuração do IRPJ e da CSLL a pagar no Brasil, independentemente da sua distribuição. A CVRD obteve liminar em fevereiro de 2003, em sede de mandado de segurança, suspendendo a obrigação da Companhia de pagar o IRPJ e a CSLL sobre tais valores. A liminar continua em vigor e, no momento, a Companhia aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região quanto ao mérito da questão. A Companhia não registrou provisões para estes impostos em suas demonstrações contábeis por considerar como possíveis as chances de êxito.

Processos Trabalhistas e Previdenciários

A Companhia é parte envolvida em várias reclamações trabalhistas e processos previdenciários que têm por objeto as mais diversas questões. O valor provisionado relativo às reclamações trabalhistas era de R\$784,4 milhões em 30 de setembro de 2006.

Propriedade Intelectual

Os negócios da Companhia não dependem tanto do desenvolvimento e exploração de tecnologias proprietárias.

Marcas Registradas no Brasil

Até 30 de setembro de 2006, a Companhia possuía 27 marcas registradas no INPI.

No Brasil, o registro de marcas possui um prazo de validade de dez anos, após o qual pode ser prorrogado por períodos sucessivos de dez anos. O pedido de prorrogação de uma marca deve ser submetido ao INPI no último ano de sua validade do registro de marca, ou dentro de seis meses após a data de vencimento da marca mediante o pagamento de uma taxa adicional. O INPI somente indefere um pedido de prorrogação se as taxas oficiais não forem pagas no prazo previsto. Além disso, o registro das marcas extingue-se, entre outras razões, se não houver comprovação de uso de marca por cinco anos consecutivos. A Companhia pretende solicitar a renovação de registro de todas as suas marcas principais de modo a evitar a extinção de seus respectivos registros, medida que já vem adotando desde o vencimento do seu primeiro registro (1982). A Companhia acredita que suas marcas significativas estão protegidas em todos os aspectos materiais nos mercados em que a Companhia opera atualmente.

Além das marcas devidamente registradas, até 30 de setembro de 2006, a Companhia detinha 112 pedidos para registro de marca depositados, aguardando apreciação por parte do INPI, sendo que algumas estão sendo objeto de oposição por terceiros. Alguns desses pedidos tramitam desde 2000 no INPI que hoje leva, em média, cinco a sete anos para decidir sobre um pedido de registro de marca.

Nomes de Domínio no Brasil

Até 30 de setembro de 2006, a Companhia e algumas de suas Controladas, incluindo Fundação Vale do Rio Doce, Multistrata, Ferrovia Centro Atlântica, Docenave, Terminal Vila Velha, Minas de Serra Geral, possuíam 52 nomes de domínio registrados no Brasil.

Patentes

A CVRD acredita que suas inúmeras patentes são fundamentais na consecução de seus objetivos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Em 30 de setembro de 2006, a CVRD detinha 346 patentes no Brasil, das quais 186 já foram concedidas e 160 encontram-se em processo de tramitação perante o INPI. No exterior, onde a CVRD detém 194 patentes, 99 já foram concedidas e 95 encontram-se em tramitação perante os órgãos competentes.

Cada patente é válida por 20 anos, contados da data do depósito do pedido. O trâmite de um pedido de patente leva de sete a dez anos perante o INPI.

Proteção Ambiental

As leis federais, estaduais e municipais contêm dispositivos relativos ao controle e proteção do meio ambiente no Brasil. Essas leis regem o uso de recursos naturais, a recuperação e restauração de áreas lavradas, o controle de emissões atmosféricas, o tratamento de efluentes industriais, o uso, manuseio e descarte de materiais perigosos, além do controle de recursos hídricos, de acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos, que define os direitos de uso da água e as taxas aplicáveis a esse uso. É possível que as normas ambientais sejam mais rígidas no futuro.

Para que a Companhia possa conduzir suas atividades de mineração, geração de energia e industriais, deve elaborar estudos de impacto ambiental e submetê-los às autoridades responsáveis pelas concessões de licenças relativas ao meio ambiente. A Companhia procura atender todas as exigências legais e alcançar boas relações com as autoridades ambientais e com as partes interessadas, especialmente com as comunidades dos lugares onde a Companhia desenvolve suas atividades. O sistema de gestão ambiental da Companhia foi desenvolvido de modo a garantir um tratamento adequado às questões ambientais.

De acordo com a Lei Federal 9.605/1998, a não observância das leis e normas ambientais pode resultar em penas criminais, como detenção e outras restrições de cunho pessoal (aplicadas inclusive a diretores, executivos e gerentes de empresas), multas e prestação obrigatória de serviços públicos pelas empresas envolvidas. As penas administrativas vão desde advertências e multas até a suspensão das atividades da empresa, podendo incluir também a perda ou redução de incentivos e até o cancelamento ou interrupção de concessões de crédito oferecido por instituições governamentais.

Expedição de licenças ambientais. Para construir, desenvolver, expandir e operar unidades que utilizam recursos naturais ou que possam poluir o meio ambiente é necessário solicitar licenças ambientais. Para cada uma das suas instalações e desenvolvimento das suas atividades, a Companhia busca obter as respectivas licenças exigidas por lei. Em alguns casos, este processo exige um significativo tempo para a preparação e avaliação de relatórios ambientais completos, bem como para o estabelecimento de programas adequados de educação ambiental das comunidades que vivem em áreas em que são desenvolvidos os projetos propostos. No que diz respeito às unidades da Companhia em que foram detectadas não-conformidades ambientais, foi celebrado um acordo com o Governo Federal e estadual através do qual a Companhia se comprometeu a fazer com que essas unidades atendam às exigências.

Muitos Estados brasileiros onde a CVRD opera estão atualmente considerando a implementação de taxas para o uso da água, de acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos. Isto pode exigir que a Companhia pague taxas no futuro pelo direito do uso da água que atualmente utiliza gratuitamente, o que poderia aumentar consideravelmente seus custos nas regiões onde os recursos hídricos são escassos.

Além disso, atualmente a Companhia é ré em uma ação judicial impetrada pelo Município de Itabira, no Estado de Minas Gerais, sob o fundamento de que suas operações de minério de ferro causam danos ambientais e sociais ao município. Se a Companhia não obtiver êxito em vencer a mencionada ação, poderá incorrer em uma despesa significativa. Para obter informações sobre as leis ambientais e os desafios legais que a Companhia enfrenta, ver *Atividades da Companhia – Pendências Judiciais e Administrativas* deste Prospecto.

A legislação brasileira impõe, para propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal, a conservação de área de reserva florestal, o que tem impactado economicamente os empreendimentos minerários, na medida em que o empreendedor deverá destinar à conservação ambiental, uma área equivalente a 80% da propriedade em exploração.

Compensação ambiental. A legislação brasileira exige que companhias responsáveis por projetos causadores de impacto ambiental significativo paguem uma taxa de “compensação ambiental” para que sejam criadas e mantidas áreas de proteção ambiental. Os valores pagos devem corresponder a pelo menos 0,5% do investimento total de cada empreitada com um impacto ambiental material. Ainda há muitas incertezas em relação à abrangência e aplicação desta lei, como a taxa será aplicada pelos órgãos federais e estaduais de controle ambiental e como um investimento será avaliado.

Reserva legal. De acordo com a mais recente versão do Código Florestal Brasileiro, a exploração de atividades econômicas na Amazônia Legal (composta pelos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte dos Estados do Mato Grosso e Maranhão) só pode envolver 20% da área geográfica do projeto, devendo 80% ser destinado à preservação ambiental. A CVRD tem vários projetos na região da Amazônia Legal, bem como a MRN, a PPSA e a CADAM. Atualmente, a Companhia está abaixo do limite de exploração em todos esses projetos. Entretanto, algumas das minas da Companhia poderão atingir esse limite quando as operações forem expandidas. Ainda há muitas incertezas em relação à abrangência e aplicação da mais recente versão do Código Florestal Brasileiro, particularmente com relação às operações existentes antes do advento da nova legislação.

Medidas de prevenção e controle ambiental As políticas ambientais da Companhia visam, também, a prevenir, controlar e reduzir o impacto ambiental causado por suas operações. Para que isso seja possível, a Companhia realizou importantes investimentos em suas instalações e em programas de treinamento de funcionários dirigidos à questão ambiental (aproximadamente US\$44,5 milhões em 2005). A Companhia também está investindo no desenvolvimento de projetos ambientais dirigidos às comunidades que vivem nas imediações de suas unidades (aproximadamente US\$9 milhões em 2005).

Uso dos recursos hídricos. A Companhia faz uso intensivo de água em onze Estados com recursos hídricos, desde aqueles com grande disponibilidade de água, como o Estado do Amazonas, até os que apresentam certa escassez, como os Estados do Nordeste do Brasil. O Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos, que está sendo implementado em toda a CVRD, inclui uma avaliação da disponibilidade de água nas áreas onde a Companhia opera e programas de racionalização e controle do uso da água. A Companhia monitora continuamente as novas leis e normas relativas a recursos hídricos, com um especial interesse nas exigências da Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecida pela Lei 9.433/1997, que define as condições para obtenção de concessões de uso de água e lançamento de efluentes. A CVRD também participa no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nos Comitês Locais das Bacias Fluviais, que oferecem a abordagem estratégica e os critérios de tributação para cada bacia. As taxas relativas ao uso de recursos hídricos têm sido discutidas desde 2002. A Valesul, localizada na bacia fluvial da Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro, foi a primeira das coligadas da Companhia a ser solicitada a pagar uma taxa pelo uso da água, que teve início em 2004. Até 30 de setembro de 2006, nenhuma decisão havia sido tomada nas regiões onde a CVRD opera.

Adesão a Padrões Internacionais de Proteção Ambiental. Certificações ISO. O sistema de gestão ambiental da Companhia baseia-se nas normas ISO 14001. Já foram obtidos pela Companhia 20 certificados de conformidade envolvendo as unidades de produção de minérios de ferro e Manganês, as usinas de pelletização e Ferroligas, operações portuárias, o centro de pesquisa, operações do ciclo de produção do alumínio (Alumina e alumínio) e as instalações de produção do Caulim, Samarco e MRN também são certificadas por este padrão.

Sistemas de controle ambiental. Como uma empresa mineradora, um dos principais objetivos da Companhia é o controle das emissões atmosféricas, incluindo das unidades de pelletização. Os sistemas e equipamentos de controle conhecidos como *stockpiles* e aspersão de água e uso de supressores de pó químico ou a instalação de filtros e precipitadores eletrostáticos em suas unidades são complementados por sistemas de monitoramento abrangentes e *software* de controle. Além de atender às conformidades legais, a qualidade do ar nas unidades e seus efeitos nas comunidades vizinhas, a Companhia realiza, continuamente, investimentos necessários para a melhoria da qualidade do ar.

Com relação às melhorias na qualidade da água, a Companhia procura tratar e controlar os poluentes lançados no mar e rios locais, ou outras fontes hídricas, e também fazer uso extensivo de água reciclada em suas operações. A

Companhia está pesquisando novos processos e tecnologias para a melhoria do uso hídrico, reciclagem e redução de rejeito.

Através de seu abrangente sistema de gestão de resíduos, a Companhia pretende melhorar o controle da geração e descarte de seus resíduos, a fim de criar oportunidades de reutilização, reciclagem e redução da perda.

Em 2003, foi desenvolvido o manual de fechamento de minas, que estabeleceu um conjunto completo de diretrizes, incluindo métodos e procedimentos técnicos a serem seguidos durante o fechamento de minas. O manual destaca procedimentos para a recuperação e monitoramento das áreas degradadas, os principais procedimentos e a sequência a ser seguida no processo de fechamento de uma mina e todas as obrigações resultantes do fechamento. O manual também contém critérios e procedimentos básicos e padronizados, baseados nas diretrizes da CVM e da SEC, para avaliação de custos, elaboração de orçamentos atuais, futuro fechamento e recuperação.

O programa ambiental da Companhia também inclui projetos de reflorestamento para proteger o solo contra erosão e amenizar o impacto das suas atividades nas comunidades vizinhas. Pesquisas extensas são desenvolvidas em parceria com universidades e entidades governamentais de pesquisa para desenvolver procedimentos de reflorestamento, proteção de solo utilizando espécies nativas das regiões gerenciadas e para o melhoramento do crescimento e da taxa de crescimento de sementes. São desenvolvidas constantes investigações abrangentes sobre a fauna e flora, principalmente na região de Carajás para compreender e evitar riscos ambientais envolvidos no investimento em áreas potencialmente sensíveis.

A Companhia participa na manutenção e preservação de aproximadamente 1,3 milhões de hectares das florestas brasileiras, incluindo a Floresta Nacional de Carajás no Amazonas, além de possuir e preservar a Reserva Natural do Vale do Rio Doce, uma das áreas remanescentes da Floresta Atlântica, no Estado do Espírito Santo. Em 2005, US\$1,4 milhões foram gastos nesta atividade.

Nos últimos vinte anos, a Companhia tem dado suporte às comunidades indígenas nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento de infra-estrutura e assistência técnica com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e a auto-suficiência destas comunidades. Os gastos nestes programas chegaram a US\$7,4 milhões em 2005.

Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural

Projetos Sociais – Fundação Vale do Rio Doce

Uma das evidências da visão de sustentabilidade e responsabilidade social da Companhia é o investimento social estratégico. A Fundação Vale do Rio Doce é importante agente deste investimento e, em parceria com ONGs e com o poder público, promove programas nas áreas de educação, cultura e economia local, tendo beneficiado mais de 3 milhões de pessoas, até hoje, no Brasil.

A CVRD investe para revelar e desenvolver o potencial humano dos territórios, sempre respeitando os padrões culturais das comunidades locais. O intercâmbio, a cooperação e as parcerias com o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil são as bases para este trabalho.

A Fundação Vale do Rio Doce atua em três áreas: educação, cultura e economia local. Seus programas são desenhados para aprimorar as características específicas das pessoas, regiões e manifestações culturais das populações onde está presente, promovendo o desenvolvimento territorial sustentável. A Fundação Vale do Rio Doce também se preocupa com a convergência e o alinhamento de ações e esforços, maximizando os recursos investidos em cada programa.

O acompanhamento e a avaliação sistemática dos programas são realizados por instituições-parceiras especializadas, demonstrando o compromisso da Fundação Vale do Rio Doce com os resultados sociais de seu trabalho.

Clientes e Fornecedores

A expansão dos negócios da CVRD reflete o fortalecimento de suas parcerias com clientes e fornecedores. A Companhia acredita que o relacionamento com seus clientes é fundamental para identificar novas oportunidades para o crescimento conjunto e melhorar continuamente seus processos. Por essa razão, a Companhia adota medidas para auxílio de seus clientes e fornecedores, investindo, inclusive, no desenvolvimento e no relacionamento com as empresas que lhe entregam bens e serviços. O fortalecimento dessas parcerias está entre as prioridades da Companhia e é efetivado por meio do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores.

Uma das iniciativas do programa é o Fundo de Financiamento para Pequenos e Médios Fornecedores, fruto de um convênio firmado entre a CVRD e o Banco do Brasil. Disponível para empresas com matriz nos Estados do Pará, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo, o fundo cria oportunidades para a inclusão destas empresas nos processos de compras de rotina da Companhia, através do financiamento do fluxo de caixa a custos reduzidos.

O valor total da linha de crédito é de US\$20 milhões, para atendimento a fornecedores dos quatro Estados. O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores também promove a qualificação integrada dos fornecedores, por meio de parcerias com governos estaduais e municipais, associações comerciais, federações de indústria e outros órgãos públicos. Assim, a Companhia contribui para o desenvolvimento local sustentado e para a dinamização da economia das localidades onde a Companhia atua.

Iniciado há seis anos com a participação de 78 empresas, o programa já conta com 325 empresas atuantes, abrangendo os setores de fabricação e montagem, construção civil, engenharia e automação, comércio e serviços em geral. Para atender aos critérios de qualificação da Companhia, os fornecedores desenvolvem processos de trabalho que garantem o cumprimento não só da legislação vigente, mas também das políticas da Companhia nas áreas ambiental e trabalhista.

A busca de um aprimoramento contínuo no desempenho ambiental levou à criação, em 2003, de um programa de qualificação de fornecedores destinatários de resíduos, que já vistoriou e habilitou 127 empresas. A CVRD vem atuando no desenvolvimento de novos fornecedores locais para a prestação desses serviços. O departamento de suprimentos também exige dos fornecedores, contratualmente, a adoção da mesma conduta da CVRD nas relações com o meio ambiente e com os trabalhadores. Dessa forma, funcionários terceirizados ou de empresas parceiras usufruem de condições semelhantes às dos próprios empregados da Companhia.

Relações com o Poder Público

Em todas as cidades em que mantém operações, a Companhia busca uma relação próxima com o poder público, traduzindo em ações a sua visão de cidadania e responsabilidade social corporativa. A Companhia acredita que a participação da iniciativa privada em favor da questão social é imprescindível e deve acontecer no formato de parcerias, sem substituir a atuação pública das autoridades.

Um exemplo dessa parceria é o convênio firmado pela Companhia com a Universidade Federal do Pará – UFPA, em 2003, para a implantação do Curso de Engenharia de Minas e Materiais, que se tornou referência nacional. Em maio de 2004, o Campus II da Universidade Federal do Pará – UFPA, em Marabá, foi inaugurado, e os primeiros alunos a utilizar o prédio foram os de cursos de especialização nesta área. O sucesso foi tanto que hoje 180 alunos cursam Engenharia de Minas e Meio Ambiente, Engenharia de Materiais e Geologia, para atender à demanda dos projetos da CVRD e de outras empresas ligadas à mineração. Depois de investir R\$1,5 milhão no projeto, a Companhia destinou outros R\$3,2 milhões para uma segunda etapa, iniciada em setembro de 2005, com a construção de mais três prédios. Para colocar o curso entre os melhores do mundo, contratou a Universidade do Chile, que irá prestar consultoria e acompanhamento. Ao todo, a CVRD prevê que os investimentos no projeto cheguem a R\$6 milhões.

A Companhia também apóia o Prêmio Innovare, que tem como objetivo identificar e difundir práticas pioneiras e bem-sucedidas de gestão do Poder Judiciário brasileiro, que estejam contribuindo para a modernização e a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços da justiça. A premiação valoriza ações e práticas de gestão que tragam benefícios como agilidade e maior acesso da população à justiça. O Innovare está atrelado ao Programa de Disseminação de Práticas Inovadoras da Justiça, que prevê ações voltadas à implementação e à multiplicação das

práticas premiadas. O prêmio é um exemplo de ampla parceria em prol da sociedade brasileira, envolvendo conjuntamente a Escola de Direito do Rio de Janeiro da FGV, a Associação dos Magistrados Brasileiros, o Ministério da Justiça e o Ministério Público.

Diálogo com as Comunidades

Programa Vale Comunidade

O Programa Vale Comunidade acontece nos Estados onde a Companhia realiza suas atividades operacionais. Esse programa engloba os seguintes projetos: Estação da Cidadania, Olha o Trem, Encontro com Lideranças, Visitas Comunitárias, Rede Cultural e Cidadania e Terças no Museu.

Projeto Estação da Cidadania

Aberto à comunidade em geral, a Estação da Cidadania realiza ações de educação, cultura, saúde, entretenimento, atividades de lazer e promoção social, e oferece cursos de mecânica, elétrica, direitos humanos, atendimento ao público, oficinas de nutrição e direção defensiva, emissão de documentos e palestras sobre temas diversos, durante um dia do mês. Essa iniciativa é fruto da parceria entre a Companhia, Serviço Social da Indústria - Sesi e a Rede Globo Minas e Espírito Santo.

Nesse evento, a Companhia implantou a "Casa da Vale", uma sala de projeção onde é apresentado o filme "Os Benefícios da Mineração", e o jogo "Onde está o minério?", que possibilitam aos beneficiados conhecer melhor a empresa e seus negócios.

Olha o Trem

Essa iniciativa é realizada ao longo da EFC, de propriedade da CVRD, com o objetivo de sensibilizar e conscientizar a população para a segurança no trânsito ferroviário.

O projeto Olha o Trem teve início em 2003, e é desdobrado em três fases, que englobam parcerias com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Outro importante projeto com este propósito é o Cidadania nos Trilhos, realizado na FCA, e que será estendido à EFVM.

Projeto Encontro com Lideranças

O objetivo desse projeto, criado em setembro de 2004, é estabelecer um canal de comunicação contínuo e transparente com as lideranças comunitárias das localidades onde a Companhia atua.

As reuniões entre a Companhia e líderes comunitários ocorrem periodicamente em vários Estados onde a CVRD atua e consiste na discussão de temas de interesse da comunidade, com pauta de discussões estabelecida previamente pelas lideranças para que a CVRD possa responder aos questionamentos.

Além disso, durante os encontros, outras perguntas surgem e são respondidas pelos profissionais da Companhia.

Projeto Visitas Comunitárias

Iniciado em 2002, o programa Visitas Comunitárias aproxima a CVRD das comunidades. Durante a visita, a comunidade pode conhecer melhor a Companhia, suas atividades, processos produtivos, os cuidados e monitoramentos ambientais realizados e o fluxo de transporte e industrialização do minério e, ainda tem oportunidade de tirar suas dúvidas com profissionais da CVRD.

No Espírito Santo, as visitas comunitárias são realizadas quinzenalmente em parceria com a rádio Gazeta AM, que durante a sua programação realiza inserções convidando a população para visitar a Companhia. As visitas incluem atividades no Parque Botânico de Tubarão.

Projeto Terças no Museu

Em 1998, a Estação Pedro Nolasco (construída em 1927) foi restaurada e transformada no Museu Vale do Rio Doce. O museu tem em seu acervo permanente cerca de 160 peças, como equipamentos, ferramentas, mapas, documentos, filmes e fotografias da EFVM.

As visitas, abertas ao público em geral, são orientadas por guias treinados. Dentro desse escopo, foi desenvolvido o Projeto Terças no Museu, que visa levar cultura, segurança, informação, educação ambiental e cidadania às crianças da rede pública nas áreas de entorno da EFVM na Grande Vitória.

Em três anos de existência, cerca de 4000 alunos e professores foram beneficiados por esse projeto. Além das visitas monitoradas, há palestras sobre educação ambiental, concursos de desenho e redação e distribuição de material escolar.

Rede Cultura e Cidadania

O Programa Rede Cultura e Cidadania vem gerando oportunidades de emprego em Minas Gerais, desde 2004 e mais recentemente o projeto chegou a comunidades do Pará. Em dois anos de existência, mais de mil pessoas participaram das 32 oficinas realizadas e outras 1.100 participaram dos eventos abertos ao público.

Ativos Imobilizados Relevantes

As principais propriedades da Companhia consistem em diversos imóveis, instalações, equipamentos, equipamentos de informática, ferrovias e direitos minerários.

As tabelas a seguir descrevem os ativos da Companhia para os períodos nelas indicados:

(a) Por tipo de ativo:		Consolidado			
		30/06/06		30/09/06	
		Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imóveis	2,8%	2.224.384	4.045.973	(1.528.432)	2.517.541
Instalações	3,7%	10.336.524	17.881.280	(6.529.988)	11.351.292
Equipamentos	9,5%	3.781.821	5.742.956	(2.729.719)	3.013.237
Equipamentos de Informática	20,0%	703.945	1.226.867	(491.730)	735.137
Ferrovias	3,9%	4.902.076	8.755.513	(3.433.341)	5.322.172
Direitos minerários	1,8%	1.092.864	1.761.673	(439.301)	1.322.372
Outros	14,5%	2.029.454	3.088.465	(1.287.021)	1.801.444
		25.071.068	42.502.727	(16.439.532)	26.063.195
Imobilizações em curso	-	11.468.569	12.056.225	-	12.056.225
Total		36.539.637	54.558.952	(16.439.532)	38.119.420

(b) Por área de negócio:

	Consolidado			
	30/06/06	30/09/06		
	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Ferrosos				
Em operação	15.344.432	26.513.717	(10.868.654)	15.645.063
Imobilizações em curso	5.938.563	6.263.395	-	6.263.395
	21.282.995	32.777.112	(10.868.654)	21.908.458
Não Ferrosos				
Em operação	2.188.554	3.076.350	(838.673)	2.237.677
Imobilizações em curso	2.939.831	3.038.543	-	3.038.543
	5.128.385	6.114.893	(838.673)	5.276.220
Logística				
Em operação	2.227.806	4.072.520	(1.279.478)	2.793.042
Imobilizações em curso	238.096	213.895	-	213.895
	2.465.902	4.286.415	(1.279.478)	3.006.937
Participações				
Em operação	4.607.879	7.701.846	(3.080.904)	4.620.942
Imobilizações em curso	1.636.522	2.056.420	-	2.056.420
	6.244.401	9.758.266	(3.080.904)	6.677.362
Corporação				
Em operação	702.397	1.138.292	(371.823)	766.469
Imobilizações em curso	715.557	483.974	-	483.974
	1.417.954	1.622.266	(371.823)	1.250.443
Total	36.539.637	54.558.952	(16.439.532)	38.119.420

CONTRATOS RELEVANTES E VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DA COMPANHIA

Contratos de Concessão

Contratos de Concessão de Energia

A CVRD é concessionária de uso de bem público para geração de energia elétrica, na qualidade de produtora independente ou concessionária de autoprodução, por meio de contratos de concessão celebrados com a ANEEL, mediante a constituição de consórcios entre a CVRD e as outras empresas concessionárias. As concessões de energia têm por objeto a exploração, pelas concessionárias, do potencial de energia hidráulica de rios localizados em diferentes localidades, que variam de acordo com cada concessão, bem como a exploração de instalações de transmissão e linhas de transmissão de energia.

O prazo das concessões é de 30 a 35 anos geralmente contados a partir da data da assinatura dos respectivos contratos com ANEEL. Foram celebrados contratos de concessão de energia envolvendo a Companhia nos anos de 2000, 2001 e 2002. Os prazos dos contratos podem ser prorrogados, mediante solicitação das concessionárias e a critério da ANEEL. De acordo com a classificação constante nos Contratos de Concessão, as concessionárias podem definir o uso da energia gerada, se para consumo próprio ou comercialização no mercado. O pagamento pelo uso do bem público é obrigatório em todos os contratos, e o valor desse pagamento varia conforme o contrato, pois é uma função da energia gerada. As amortizações dos respectivos pagamentos anuais são efetuadas pelas concessionárias em parcelas mensais, atualizadas pelo IGP-M/FGV. O atraso no pagamento da parcela mensal implica em multa de 10% sobre a parcela devida e juros de mora de 1% ao mês.

A ANEEL estabelece em cada contrato de concessão o cronograma físico de implantação de cada usina, como forma de garantir a geração de energia dentro do horizonte planejado pelo Poder Concedente.

As áreas de bacias hidrelétricas abrangidas pelos consórcios que a Companhia é parte são as seguintes: (i) rio Tocantins, localizado nos Estados do Maranhão e Tocantins; (ii) rio Doce, localizado no Estado de Minas Gerais; (iii) rio Araguaia, localizado nos Estados do Pará e Tocantins; (iv) rio Grande, localizado no Estado de Minas Gerais; (v) rio Paranaíba, localizado no Estado de Minas Gerais. Para maiores informações sobre as atividades da Companhia relativas no setor de energia vide *Visão Geral do Setor de Atuação da Companhia no Brasil e no Mundo – Questões Regulamentares – Energia Elétrica e Atividades da Companhia – Investimentos em Energia*.

Contratos de Concessão de Ferrovias

A FCA e a MRS, empresas em que a CVRD detém participação societária, são concessionárias de exploração e desenvolvimento de serviço público de transporte ferroviário de cargas nas malhas Centro-Leste e Sudeste, mediante a celebração de contratos de concessão com a União. O prazo das concessões é de 30 anos, a contar da data de assinatura dos contratos em 28 de agosto de 1996 e 28 de novembro de 1996, respectivamente. Ambos os contratos são prorrogáveis por prazo máximo de 30 anos, a exclusivo critério da União, mediante solicitação da concessionária.

A malha Centro-Leste possui 8.087 quilômetros de linhas, abrangendo sete Estados (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sergipe, Goiás, Bahia e São Paulo) e o Distrito Federal. A FCA, na qualidade de concessionária, desenvolve suas atividades focada em grãos, tais como soja, produtos siderúrgica, calcário, bauxita e derivados de petróleo. Em setembro de 2003, com a devida autorização outorgada pela ANTT, a CVRD assumiu o controle acionário da FCA com 99,9%.

A MRS atua no mercado de transporte ferroviário desde 1996, quando foi constituída, interligando os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. A malha Sudeste é composta por 1.674 quilômetros de malha - trilhos que facilitam o processo de transporte e distribuição de cargas numa região que concentra aproximadamente 65% do PIB do Brasil e estão instalados os maiores complexos industriais do país. Pela malha Sudeste também é possível alcançar os portos de Sepetiba e de Santos.

Além disso, a Companhia é concessionária do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros nas estradas de ferro de Vitória a Minas e de Carajás, através de contratos de concessão celebrados com a União em 30 de junho de 1997. Essas concessões têm prazo de 30 anos, podendo ser prorrogadas pelo prazo adicional de 30 anos, com anuência da União. Em ambos os contratos, o pagamento do preço pelas concessões foi realizado mediante a alienação das ações do capital da Companhia.

Entre 1997 e 2004, a CVRD investiu cerca de R\$1,6 bilhão na Ferrovia Vitória a Minas, a qual registrou em 2005 13,5 bilhões de TKU de cargas gerais movimentadas e 55 bilhões de minério de ferro e Pelotas movimentados. Já entre 1997 e 2004, a CVRD investiu cerca de R\$985 milhões na Ferrovia de Carajás.

Contrato de Risco Mineral

A CVRD e o BNDES celebraram um Contrato de Risco Mineral em março de 1997, relacionado a regiões de mineração onde a perfuração e a exploração ainda estão em seus estágios iniciais. O Contrato de Risco Mineral prevê o desenvolvimento conjunto de determinados depósitos minerais inexplorados em aproximadamente 2,5 milhões de hectares de terra na região de Carajás, que fazem parte do Sistema Norte, além da participação proporcional em quaisquer benefícios financeiros obtidos a partir do desenvolvimento desses recursos. Os depósitos de minério de ferro e Manganês já identificados e sujeitos a desenvolvimento foram especificamente excluídos do Contrato de Risco Mineral.

Conforme o Contrato de Risco Mineral, foi acordado entre a Companhia e o BNDES que cada um disponibilizará US\$205 milhões, representando metade dos US\$410 milhões em investimentos estimados como necessários para concluir os projetos de exploração geológica e de desenvolvimento de projetos de recursos minerais na região. Em abril de 2004, o Contrato de Risco Mineral foi renovado por um período adicional de cinco anos ou até que o valor total de US\$410 milhões seja gasto (incluindo desembolsos já feitos, os quais somavam US\$392,8 milhões em 31 de dezembro de 2005), o que ocorresse primeiro.

A CVRD supervisionará esses projetos e o BNDES adiantará trimestralmente para a Companhia metade dos custos. De acordo com o Contrato de Risco Mineral, em 31 de março de 2006, as contribuições remanescentes voltadas para as atividades de exploração e desenvolvimento totalizaram US\$5 milhões. O contrato prevê que qualquer uma das partes poderá optar por não contribuir e ter sua participação financeira proporcionalmente diluída. Se a participação de uma das partes no Contrato de Risco Mineral for diluída para um montante inferior a 40% do valor investido em relação aos projetos de exploração e desenvolvimento, a parte diluída perderá todos os direitos e benefícios estabelecidos no Contrato de Risco e qualquer valor que tiver sido investido em relação ao projeto.

De acordo com o Contrato de Risco Mineral, o BNDES concordou em compensar a CVRD por sua contribuição aos direitos de desenvolvimento e de propriedade existentes na região de Carajás, por meio da comissão (*finder's fee – royalty*) sobre recursos minerais que sejam descobertos e postos em produção. Essa comissão é equivalente a 3,5% das receitas oriundas da venda de Ouro, prata e metais do grupo da platina, e 1,5% das receitas oriundas da venda de outros minerais, incluindo o Cobre, e excluindo o Ouro e outros minerais descobertos na Serra Leste, Estado do Pará, pelos quais a comissão é equivalente a 6,5% das receitas.

Contratos Comerciais e de Fornecimento

O modelo de comercialização da Companhia é baseado primordialmente em contratos de fornecimento de longo prazo celebrados com seus clientes. Estes contratos concedem suporte aos investimentos da Companhia na expansão de sua capacidade de produção e garantem suprimento estável de insumos de alta qualidade para indústria siderúrgica. O prazo médio dos contratos comerciais da Companhia é de, aproximadamente, sete anos.

A maior parte do minério de ferro e Pelotas da Companhia é embarcada para a Ásia e Europa, com clientes na China, Japão, Coreia do Sul, França e Alemanha, representando, em 2005, aproximadamente 51% do total de exportações de minério de ferro e Pelotas da Companhia. Em 2005, a China correspondeu a 22% das vendas da Companhia de minério de ferro e Pelotas, o Brasil foi responsável por 18% e a Europa por 30%. Os dez maiores clientes da Companhia juntos compraram 122 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas, representando 49% das vendas de minério de ferro e Pelotas da Companhia em 2005 e 48% das receitas totais de minério de ferro e Pelotas da

Companhia. Com exceção da Arcelor, que foi responsável por 13% das vendas de minério de ferro e Pelotas em 2005, nenhum cliente sozinho representou mais que 10% das vendas de minério de ferro e Pelotas da Companhia em nenhum dos últimos três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005.

Contratos de Fornecimentos de Bens e Serviços

A CVRD despende anualmente um valor aproximado de US\$5 bilhões com a aquisição de bens e serviços, destacando-se, entre eles, a Petrobras pelo fornecimento de combustíveis e a Caterpillar pelo fornecimento de equipamentos de mineração e peças de reposição.

Contratos de Financiamento

Nos últimos três anos, a Companhia tem obtido sucesso em sua estratégia financeira que busca ampliar o prazo médio da sua dívida e reduzir seu custo de capital. Entre as atitudes tomadas para atingir estes objetivos, destacam-se: a diversificação das alternativas de financiamento, o acesso a diversos mercados de dívida e o lançamento de *eurobonds* no mercado internacional de capitais, entre outros.

O endividamento da Companhia é denominado substancialmente em Dólares. Os contratos financeiros mais relevantes estão listados a seguir:

Linhas de Crédito Compromissadas

Em maio de 2005, a Companhia contratou US\$650 milhões em linhas de crédito compromissadas junto a um sindicato de bancos comerciais dos Estados Unidos da América, Europa e Ásia. Estas linhas de crédito foram estruturadas de forma a afastar qualquer restrição ao desembolso dos recursos relacionada ao risco soberano. Com esta contratação, foram rolados os US\$400 milhões do programa de linhas compromissadas, cuja disponibilidade venceria naquela data. Vale ressaltar que, além do incremento do valor, houve o alongamento de prazos de disponibilidade e de repagamento e a redução de custo.

Ressalta-se que desde o início do programa, em maio de 2004, a Companhia não utilizou os recursos disponíveis colocados à disposição no âmbito do programa.

Linhas de Crédito Rotativas

Em maio de 2006, a CVRD contratou uma linha de crédito rotativa (*revolving credit line*), no valor de US\$500 milhões, com prazo de cinco anos.

A linha de crédito rotativa foi contratada junto a um sindicato composto por dezessete instituições financeiras. A operação foi estruturada de forma a não haver qualquer restrição ao desembolso de recursos relacionada ao risco soberano. Desde a sua contratação, a Companhia não desembolsou os recursos disponíveis nesta linha.

Operações de Securitização de Recebíveis

A CVRD Finance e a CVRD Overseas foram constituídas pela Companhia com o propósito específico de servir como veículos de captação de recursos através de operações de securitização de recebíveis. Nos termos dos contratos que suportam estas operações, a CVRD Finance compra da CVRD Overseas recebíveis presentes e futuros decorrentes das vendas de minério de ferro e Pelotas da CVRD Overseas para os clientes designados da Companhia. Com lastro nesses recebíveis, a CVRD Finance emitiu notas no mercado internacional.

A CVRD Finance realizou duas emissões de notas com lastro em recebíveis, sendo a primeira em outubro de 2000, no valor de US\$300 milhões, em três *tranches* e com prazos entre sete e dez anos, e a segunda em julho em 2003, no valor de US\$250 milhões e com prazo de dez anos. Em 30 de setembro de 2006, o saldo devedor das operações de securitização totalizava aproximadamente US\$364,5 milhões. O programa de securitização de recebíveis tornou-se

viável em virtude da excelente carteira de clientes da Companhia e da segurança proporcionada pela estrutura da operação.

Operações de Empréstimo Sindicalizado

Em setembro de 2004, a Companhia contratou um empréstimo sindicalizado no valor de US\$400 milhões, com prazo total de sete anos junto a um sindicato formado por instituições financeiras internacionais.

Esta operação conta com 97,5% de cobertura de risco político e 95% de cobertura de risco comercial oferecidos pela agência governamental japonesa NEXI. Esta operação não conta com nenhuma garantia adicional por parte da Companhia, nem possui qualquer vínculo com suas importações ou com seus recebíveis de exportações.

Contratos de Financiamento com o BNDES

Em dezembro de 2000, a Companhia foi parte interveniente do contrato de financiamento no valor de R\$244,5 milhões, celebrado entre o BNDES e a FCA. Os recursos provenientes deste financiamento foram destinados a investimentos no sistema ferroviário arrendado da Rede Ferroviária Federal (abrangendo os Estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe e o Distrito Federal) propiciando maior competitividade à FCA através do aumento da capacidade de transporte, da confiabilidade da infra-estrutura, da redução dos tempos de viagens e da redução de custos diretos e indiretos. A Companhia prestou fiança no referido contrato, responsabilizando-se solidariamente até a liquidação do financiamento.

Em dezembro de 2005, foi celebrado um aditamento ao mencionado contrato de financiamento, no valor total de R\$225,8 milhões, com vencimento em 2013. Ressalta-se que esse aditivo foi celebrado para que a Companhia assumisse a dívida contraída pela FCA junto ao BNDES no contrato original.

A Companhia também figura como parte interveniente no contrato de financiamento celebrado em 2000 entre a sua subsidiária Alunorte e o BNDES, com vencimento em 2011. Esse financiamento, no valor original de, aproximadamente, R\$430,3 milhões, teve como objetivo: (i) o aumento de produção de refinaria localizada no Município de Barcarena, Estado do Pará; (ii) a aquisição de máquinas e equipamentos necessários para a referida refinaria; e (iii) a implantação de projetos sociais no Estado do Pará. A Alunorte cedeu ao BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, o crédito oriundo de todo e qualquer fornecimento de Alumina, relacionado a um contrato de venda de Alumina também celebrado em 2000.

Contratos de Financiamento e de Cooperação com o JBIC

O JBIC já participou do financiamento de vários projetos da Companhia, com destaque para o projeto Carajás, expansões da Cenibra, da Albras e da Alunorte e mais recentemente, da modernização da infra-estrutura logística da Companhia.

A Companhia celebrou dois contratos de financiamento com o JBIC em 2003, totalizando o valor de US\$300 milhões. Os recursos obtidos no âmbito de aludidos financiamentos foram destinados para a melhoria da capacidade logística da Companhia, visando o desenvolvimento: (i) das ferrovias de Carajás e EFVM; e (ii) dos portos de Ponta da Madeira e de Tubarão.

Em outubro de 2004, a Companhia e o JBIC assinaram um acordo de cooperação com o objetivo de estimular o fluxo de informações nas áreas de interesse comum, com destaque para os projetos de infra-estrutura e expansão na área de mineração da Companhia. O acordo é fruto da visão de longo prazo das duas instituições e da parceria que tem marcado o relacionamento da Companhia com seus clientes japoneses, o qual prevê encontros anuais para discussão das respectivas estratégias e projetos. Trata-se do primeiro acordo desse tipo entre uma empresa privada brasileira e o JBIC, que se consolida como uma importante fonte de recursos de longo prazo para o financiamento de projetos de crescimento da CVRD.

Em 2006, a Companhia celebrou outro contrato de financiamento com o JBIC destinado à melhoria da sua capacidade logística. Este contrato, no valor de US\$150 milhões de Dólares tem como objetivo propiciar o desenvolvimento da EFVM e do porto de Tubarão.

A Companhia ainda figura como parte garantidora em um contrato de empréstimo celebrado em 2003 entre a sua Controlada Albras e o JBIC, no valor total de US\$300 milhões, com data de vencimento em 2017.

Outros Contratos de Financiamento

A Companhia figura como parte garantidora em diversos contratos de financiamento de exportação no valor total de US\$800 milhões, celebrados entre a sua subsidiária CVRD International e diversas instituições financeiras.

Em dezembro de 1996, a Companhia celebrou com a Nippon Amazon Aluminium CO., Ltd, contrato de empréstimo no valor de US\$200 milhões, com data de vencimento em 2011. Esse empréstimo foi tomado pela Companhia para o financiamento do Projeto Alunorte. Cabe ressaltar que a União assumiu o compromisso de garantir as obrigações da Companhia em referido contrato, mediante a celebração de contrato de prestação de contra-garantia.

Eventuais Limitações à Oferta Impostas por Contratos Relevantes Celebrados pela Companhia

Especificamente no tocante à contratação de financiamento junto ao BNDES, a Companhia obteve autorização prévia da mencionada instituição, conforme Carta AIE/DELOG n.º 471/06, datada de 09 de novembro de 2006, para fins da emissão das Debêntures pela CVRD, nos termos do item 12, anexo II, da Instrução CVM n.º 400/03.

Com relação aos demais contratos relevantes celebrados pela Companhia e mencionados neste Prospecto, não existem quaisquer limitações para que sejam emitidas as Debêntures da presente Oferta.

Valores Mobiliários de Emissão da Companhia

Ações

A Companhia é uma empresa com registro de companhia aberta na CVM. As ações ordinárias e as ações preferenciais de classe A da Companhia são listadas para negociação na Bovespa no segmento disciplinado pelo Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1, com as denominações "VALE3" e "VALE5", respectivamente.

As ADRs ordinárias da Companhia, cada uma representando uma ação ordinária, são negociadas na NYSE desde março de 2002, com a denominação "RIO". As ADRs preferenciais da Companhia, cada uma representando uma ação preferencial de classe A, são negociadas na NYSE desde junho de 2000, através da denominação "RIOPR". As ADRs preferenciais de classe A eram negociadas no mercado de balcão desde 1994. Em 30 de setembro de 2006, existiam 811.052.968 ADRs em circulação, representando 44,2% das ações preferenciais de classe A de emissão da Companhia e 26,7% de ações ordinárias de emissão da Companhia e 33,6% do seu capital total.

As tabelas a seguir apresentam os preços de venda máximos, médios e mínimos das ações preferenciais de classe A e ordinárias da Companhia no fechamento do pregão da Bovespa, os preços de venda máximos, médios e mínimos no fechamento do pregão dos ADRs na NYSE nos períodos indicados, e os preços de venda máximos, médios e mínimos no fechamento do pregão das ações na LATIBEX.

Bovespa						
Reais por						
Vale do Rio Doce ON			Vale do Rio Doce PN			
VALE3			VALE5			
Máximo	Médio	Mínimo	Máximo	Médio	Mínimo	
2001	9,0	8,4	7,1	9,7	8,7	7,5
2002	18,2	12,6	8,33	17,0	12,1	8,5
2003	28,5	17,7	13,48	24,7	16,3	12,9
2004	38,8	28,1	21,67	32,1	24,0	18,8
2005	50,0	41,2	32,0	43,5	35,5	27,5
2004						
Primeiro Trimestre	30,0	27,4	24,2	26,5	23,8	20,7
Segundo Trimestre	27,3	24,6	21,7	23,8	21,1	18,8
Terceiro Trimestre	32,5	27,3	23,5	27,8	23,1	19,7
Quarto Trimestre	38,8	33,0	29,3	32,1	27,9	25,3
2005						
Primeiro Trimestre	47,9	41,3	35,5	39,5	34,6	29,8
Segundo Trimestre	42,5	35,9	32,0	36,0	30,7	27,5
Terceiro Trimestre	50,0	40,9	34,65	43,4	35,4	29,7
Quarto Trimestre	49,7	46,9	41,9	43,5	41,4	37,0
2006						
Primeiro Trimestre	56,4	51,0	45,5	48,9	44,7	40,0
Segundo Trimestre	59,6	52,6	45,5	49,1	44,5	37,1
Terceiro Trimestre	53,4	48,2	43,7	45,5	41,7	37,3
Últimos Seis Meses	59,6	50,5	43,7	49,1	43,6	37,1
Maio de 2006	59,6	55,4	50,9	49,1	46,0	42,1
Junho de 2006	54,0	49,4	45,5	44,7	41,0	37,1
Julho de 2006	53,4	50,2	47,4	45,2	43,2	41,3
Agosto de 2006	52,0	48,2	45,1	45,5	42,0	39,1
Setembro de 2006	48,4	45,7	43,7	42,0	39,6	37,3
Outubro de 2006	55,0	51,0	45,5	46,6	43,7	39,4

Fonte: Bloomberg.

NYSE						
Dólar por						
Vale do Rio Doce ADR			Vale do Rio Doce ADR			
RIO			RIO-P			
Máximo	Médio	Mínimo	Máximo	Médio	Mínimo	
2001	-	-	4,5	3,8	3,1	
2002	5,0	4,4	4,9	4,1	3,4	
2003	9,9	5,9	8,,7	5,4	4,1	
2004	14,5	9,7	12,2	8,3	6,1	
2005	22,5	17,0	19,8	14,7	11,0	
2004						
Primeiro Trimestre	10,5	9,5	8,3	9,3	8,2	7,1
Segundo Trimestre	9,5	8,1	7,0	8,3	6,9	6,1
Terceiro Trimestre	11,3	9,2	7,7	9,7	7,8	6,4
Quarto Trimestre	14,5	11,9	10,2	12,2	10,1	8,8
2005						
Primeiro Trimestre	18,3	15,5	13,0	15,0	12,9	11,0
Segundo Trimestre	16,0	14,4	12,8	13,5	12,3	11,0
Terceiro Trimestre	22,4	17,5	14,6	19,8	15,2	12,7
Quarto Trimestre	22,5	20,8	18,4	19,2	18,4	16,4
2006						
Primeiro Trimestre	25,6	23,3	21,1	22,2	20,4	18,5
Segundo Trimestre	29,1	24,1	20,1	24,2	20,5	16,1
Terceiro Trimestre	24,4	22,1	19,8	21,0	19,1	16,9
Últimos Seis Meses	29,1	23,2	19,8	24,2	20,0	16,1
Maio de 2006	29,1	25,6	21,9	24,2	21,3	18,1
Junho de 2006	24,0	22,1	20,1	20,6	18,3	16,1
Julho de 2006	24,4	22,9	21,5	21,0	19,7	18,7
Agosto de 2006	24,1	22,3	20,9	20,9	19,3	18,0
Setembro de 2006	22,9	21,0	19,8	19,9	18,2	16,9
Outubro de 2006	25,8	23,8	20,9	21,9	20,4	18,1

Fonte: Bloomberg.

LATIBEX						
Euro por						
Vale do Rio Doce			Vale do Rio Doce			
XVALO			XVALP			
Máximo	Mínimo		Máximo	Mínimo		
Máximo	Médio	Mínimo	Máximo	Médio	Mínimo	
2001	-	-	5,1	4,2	3,2	
2002	5,4	4,6	5,3	4,4	3,5	
2003	7,9	5,1	6,9	4,7	3,7	
2004	10,5	7,7	8,8	6,6	5,1	
2005	19,3	13,8	16,9	11,9	8,4	
2004						
Primeiro Trimestre	8,3	7,3	7,2	6,6	5,9	
Segundo Trimestre	7,9	6,7	6,8	5,8	5,1	
Terceiro Trimestre	9,1	7,5	7,8	6,3	5,3	
Quarto Trimestre	10,5	9,1	8,8	7,7	7,0	
2005						
Primeiro Trimestre	13,6	11,8	11,4	9,9	8,4	
Segundo Trimestre	12,6	11,5	10,7	9,8	8,8	
Terceiro Trimestre	18,4	14,3	16,1	12,4	10,4	
Quarto Trimestre	19,3	17,5	16,9	15,5	13,8	
2006						
Primeiro Trimestre	20,8	19,3	18,3	16,9	15,1	
Segundo Trimestre	22,5	19,1	18,8	16,2	12,9	
Terceiro Trimestre	19,2	17,4	16,3	15,1	13,0	
Últimos Seis Meses	22,5	18,6	18,8	16,1	12,9	
Maio de 2006	22,5	19,8	18,8	16,6	14,2	
Junho de 2006	18,8	17,3	15,9	14,4	12,9	
Julho de 2006	19,2	18,1	16,3	15,5	15,0	
Agosto de 2006	19,0	17,5	16,2	15,2	14,1	
Setembro de 2006	17,8	16,5	15,4	14,4	13,0	
Outubro de 2006	20,3	18,8	17,9	16,1	14,3	

Fonte: Bloomberg.

Debêntures

Desde a sua constituição, a Companhia realizou diversas emissões de debêntures, sendo que a emissão mais recente foi a sexta emissão secundária de debêntures, cuja data de emissão foi 8 de julho de 1997. Após decorrido o prazo de três meses contado a partir da realização da referida oferta pública, conforme previsto na respectiva escritura de emissão e no Edital de Privatização PND-A-01/97/CVRD, foram emitidas 388.559.056 debêntures participativas não conversíveis em ações, sendo cada debênture correspondente a cada ação, ordinária ou preferencial, de titularidade do acionista à época da emissão, com valor nominal unitário de R\$0,02, perfazendo o montante total de R\$3.885.590,56. A partir de 28 de outubro de 2002, as debêntures passaram a ser negociadas no mercado secundário em quatro séries, com os códigos "CVRDA6", "CVRDB6", "CVRDC6" e "CVRDD6".

Os debenturistas da sexta emissão têm o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a um percentual acordado das receitas líquidas da Companhia (receitas livres de impostos, taxas de transporte e seguros relacionados a comercialização dos produtos) provenientes de determinados recursos minerais identificados que a Companhia tinha em abril de 1997, na medida em que a Companhia consiga superar certos patamares de volumes de vendas estipulados para estes minerais, e da venda dos direitos de exploração mineral que a Companhia tinha em abril de 1997. A obrigação de efetuar os pagamentos aos debenturistas cessará quando os recursos minerais pertinentes forem esgotados. A tabela a seguir resume os valores que a Companhia está obrigada a pagar de acordo com as debêntures baseadas nas receitas líquidas obtidas da venda dos recursos minerais identificados e da venda de direitos de exploração mineral.

Tabela de Pagamento do Prêmio – Apuração em 30 Março e 30 Setembro

Área	Mineral	Mineral Pagamentos Exigidos da CVRD
Sistema Sul.....	Minério de Ferro	1,8% da receita líquida, após a produção total de maio de 1997 superar 1,7 bilhão de toneladas
Sistema Norte.....	Minério de Ferro	1,8% da receita líquida, após a produção total de maio de 1997 superar 1,2 bilhão de toneladas
Pojuca, Andorinhas, Liberdade e Sossego.....	Ouro e Cobre sub-produtos	2,5% da receita líquida do início da produção comercial, ajustada na proporção da participação da CVRD nestes projetos
Igarapé Bahia e Alemão.....	Ouro e Cobre	2,5% da receita líquida, após o volume total de vendas de maio de 1997 superar 70 toneladas de ouro, ajustado na proporção da participação da CVRD nestes projetos.
Fazenda Brasileiro.....	Ouro	2,5% da receita líquida, após o total das vendas de maio de 1997 superar 26 toneladas de ouro
Outras áreas, excluindo Carajás, Serra Leste e Salobo, entre outras mencionadas/descritas acima.....	Ouro, cobre e sub-produtos	2,5% da receita líquida desde o início das vendas comerciais
Outras áreas de propriedade em maio de 1997.....	Outros Minerais	1% da receita líquida, 4 anos após o início das vendas comerciais
Todas as áreas.....	Venda de direitos de exploração mineral em maio de 1997	1% do preço das vendas

Os pagamentos das remunerações foram realizados conforme a tabela a seguir:

Remuneração de Debêntures Participativas		
Data de Início do Pagamento	Período Referente	Valor Distribuído por Debênture Participativa (R\$)
01/04/2004	2º Semestre de 2003	0,012062780
-	1º Semestre de 2004	-
01/04/2005	2º Semestre de 2004	0,019005992
03/10/2005	1º Semestre de 2005	0,012456479
03/04/2006	2º Semestre de 2006	0,011557036
02/10/2006	1º Semestre de 2006	0,021564359

No primeiro semestre de 2004, o valor do prêmio alcançou R\$0,0023042 por debênture participativa (inferior a R\$0,01), logo, conforme aprovado pela assembléia geral de debenturistas da emissão em referência, a Companhia adiou o seu pagamento, de forma cumulativa, até a data de pagamento seguinte. Tal montante foi acrescido de juros equivalentes à taxa SELIC, acumulada mensalmente, entre 1º de julho de 2004 e o final de março de 2005. Adicionalmente, a esse valor foi somado 1% no mês do pagamento do prêmio.

As tabelas a seguir apresentam os preços de venda máximos, médios e mínimos das debêntures da sexta emissão da Companhia no SND:

SND						
Reais por						
	CVRDA6			CVRDB6		
	Máximo	Médio	Mínimo	Máximo	Médio	Mínimo
2002	0,019	0,019	0,019	-	-	-
2003	0,043	0,027	0,010	-	-	-
2004	0,070	0,040	0,010	-	-	-
2005	1,000	0,505	0,010	-	-	-
2004						
Primeiro Trimestre	0,040	0,025	0,010	-	-	-
Segundo Trimestre	0,060	0,035	0,010	0,022	0,022	0,022
Terceiro Trimestre	0,060	0,035	0,010	0,100	0,062	0,023
Quarto Trimestre	0,070	0,042	0,014	0,060	0,044	0,023
2005						
Primeiro Trimestre	0,070	0,040	0,010	-	-	-
Segundo Trimestre	0,061	0,036	0,010	-	-	-
Terceiro Trimestre	0,060	0,038	0,015	-	-	-
Quarto Trimestre	1,000	0,511	0,022	-	-	-
2006						
Primeiro Trimestre	1,200	0,610	0,020	-	-	-
Segundo Trimestre	1,500	0,755	0,010	-	-	-
Terceiro Trimestre	2,200	1,114	0,023	0,106	0,104	0,102
Últimos Seis Meses						
Maio de 2006	1,550	0,775	0,020	-	-	-
Junho de 2006	1,800	0,905	0,010	-	-	-
Julho de 2006	2,200	1,112	0,024	-	-	-
Agosto de 2006	1,750	1,100	0,400	-	-	-
Setembro de 2006	2,000	1,014	0,023	0,106	0,104	0,102
Outubro de 2006	2,000	1,060	0,120	1,350	1,350	1,350

Fonte: SND, em 13 de novembro de 2006.

Eurobonds

A Vale Overseas, uma subsidiária integral da Companhia, emitiu diversos *eurobonds* no mercado internacional nos últimos quatro anos. Os *eurobonds* constituem obrigações da Vale Overseas e contam com garantia completa e incondicional da Companhia. Os recursos captados com as emissões são destinados à cobertura das necessidades de fluxo de caixa da Companhia.

Em março de 2002, a Vale Overseas emitiu *eurobonds* de US\$300 milhões, com vencimento em março de 2007 e, em agosto de 2003, a Vale Overseas emitiu *eurobonds* no valor de US\$300 milhões com vencimento em agosto de 2013. Os recursos provenientes das emissões foram destinados à cobertura das necessidades de fluxo de caixa da Companhia.

Em janeiro de 2004, a Vale Overseas emitiu US\$500 milhões em *eurobonds* com vencimento em janeiro de 2034. Em novembro de 2005, a Vale Overseas reabriu os *eurobonds* com vencimento em janeiro de 2034, emitindo US\$300 milhões adicionais. As emissões proporcionaram um significativo alongamento do prazo médio da dívida da Companhia, o que é consistente com o objetivo estratégico de minimizar o risco de sua dívida, reforçando simultaneamente a percepção positiva de sua qualidade de crédito pelo mercado global de capitais.

Em janeiro de 2006, a Companhia emitiu *eurobonds* de dez anos no valor de US\$1,0 bilhão, com data de vencimento em janeiro de 2016. A emissão foi a maior colocação de dívida por uma empresa brasileira no mercado internacional de capitais. Os recursos captados com aludida emissão foram destinados à cobertura das necessidades de caixa da Companhia, bem como para a recompra de parte dos US\$300 milhões em *eurobonds* emitidos pela Vale Overseas com data de vencimento em agosto de 2013.

Em novembro de 2006, a Companhia emitiu *eurobonds* de dez e 30 anos no valor de US\$1,25 bilhão, e US\$2,5 bilhões, respectivamente. Os *eurobonds* com vencimento em janeiro de 2017, no valor de US\$1,25 bilhão, terão cupom de 6,25% ao ano, pagos semestralmente, ao preço de 99,267% do valor de face do título. Os *eurobonds* com vencimento em novembro de 2036, no valor de US\$2,5 bilhões, terão cupom de 6,875% ao ano, pagos semestralmente, ao preço de 98,478% do valor de face do título. Os referidos *eurobonds* são obrigações não garantidas e não subordinadas da Vale Overseas e contam com a garantia completa e incondicional da Companhia. A garantia será *pari passu* a todas as obrigações da CVRD de natureza semelhante. Os recursos captados com essa emissão foram destinados para refinarciar parte do Empréstimo-Ponte.

CAPITAL SOCIAL E PRINCIPAIS ACIONISTAS DA COMPANHIA

A seguir, são apresentadas determinadas informações sobre o capital social autorizado e emitido da Companhia, bem como um breve resumo de determinadas disposições relevantes de seu Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações. Esta descrição não pretende ser completa e está qualificada mediante referência ao Estatuto Social da Companhia e à Lei das Sociedades por Ações.

Visão Geral

O capital social da Companhia é composto de ações ordinárias e ações preferenciais, estas últimas subdivididas em classe A e classe especial (*golden share*), sendo todas nominativas e sem valor nominal.

O Estatuto Social da Companhia contempla um capital autorizado de até 1,8 bilhões de ações ordinárias e até 3,6 bilhões de ações preferenciais classe A, sendo que a emissão de tais ações depende exclusivamente da aprovação do Conselho de Administração, sem a necessidade de aprovação pelos acionistas.

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$19.492.400.974,56, totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.499.898.858 ações ordinárias e 959.758.200 ações preferenciais, sendo 959.758.200 ações preferenciais de classe A e seis ações preferenciais de classe especial (*golden share*).

Na data deste Prospecto, a Companhia mantinha 28.291.020 ações ordinárias e 15.172.516 ações preferenciais em tesouraria.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembléias Gerais de Acionistas da Companhia. Os titulares de ações ordinárias não têm qualquer direito de preferência em relação ao recebimento de dividendos ou outras distribuições.

Os detentores de ações preferenciais classe A e de ações de classe especial (*golden share*) têm os mesmos direitos de votos que os detentores de ações ordinárias, exceto com relação à eleição dos membros do Conselho de Administração e têm direito a dividendo preferencial mínimo não cumulativo anual de (i) pelo menos 3% do valor do patrimônio líquido da ação, calculado com base nas demonstrações financeiras levantadas para o pagamento dos dividendos, ou (ii) 6% calculados sobre a parcela do capital constituída por essa classe de ação, o que for maior entre eles. Os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias representando pelo menos 15% do total das ações com direito a voto e de ações preferenciais representando pelo menos 10% do capital social da Companhia têm o direito de indicar um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente. Se nem os titulares de ações ordinárias e nem os titulares de ações preferenciais perfizerem, respectivamente, os quoruns descritos acima, terão o direito de agregar suas ações para elegerem em conjunto um membro titular e seu respectivo suplente para o Conselho de Administração. Acionistas detentores de ações preferenciais classe A e de ações preferenciais de classe especial têm direito de eleger um membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente. Os Acionistas minoritários detentores de ações ordinárias compreendendo, pelo menos, 10% das ações ordinárias em circulação também podem eleger um membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente. O Governo Federal detém seis ações preferenciais de classe especial (*golden share*). As ações preferenciais de classe especial (*golden share*) são ações preferenciais que conferem os mesmos direitos (inclusive em relação ao direito de voto e de preferência no recebimento de dividendos) dos titulares de ações preferenciais classe A. Além disso, o titular da ação preferencial de classe especial (*golden share*) tem o direito de veto sobre as seguintes matérias:

- alteração da denominação social;
- mudança da sede social;
- mudança do objeto social relativamente à exploração mineral;
- liquidação da Companhia;

- alienação ou encerramento das atividades de qualquer uma ou do conjunto das seguintes etapas dos os sistemas integrados de minério de ferro da Companhia: (a) depósitos minerais, jazidas, minas; (b) ferrovias; e (c) portos e terminais marítimos;
- qualquer modificação do Estatuto Social com relação aos direitos atribuídos às espécies e classes das ações emitidas pela Companhia; e
- qualquer modificação ao Estatuto Social com relação aos direitos atribuídos à ação preferencial de classe especial (*golden share*).

Controladores Diretos e Indiretos da Companhia

Visão Geral

A tabela a seguir contém informações acerca da titularidade das ações ordinárias e ações preferenciais da Companhia, na data deste Prospecto, por cada pessoa titular de mais de 5% de qualquer classe do capital social da Companhia e por todos os seus conselheiros e diretores considerados como um grupo. Os principais acionistas da Companhia têm o mesmo direito de voto relativo a cada classe de suas ações que os demais detentores de ações daquela classe:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais de Classe A		Ações Preferenciais de Classe Especial		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Valepar	784.294.266	52,3	-	-	-	-	784.294.266	31,9
BNDESPAR	100.578.860	6,7	728.668	0,1	-	-	101.307.528	4,1
Governo Federal	28.356	0,0	30.452.046	3,2	6	100,0	30.480.408	1,2
Ações em Tesouraria	28.291.020	1,9	15.172.516	1,6	-	-	43.463.536	1,8
Conselheiros e Diretores	80.880	0,0	454.745	0,0	-	-	535.625	0,0
Outros	586.625.476	39,1	912.950.219	95,1	-	-	1.499.575.695	61,0
Total	1.499.898.858	100,0	959.758.194	100,0	-	100,0	2.459.657.058	100,0

Acionistas da Valepar. As tabelas a seguir apresentam as informações em 30 de setembro de 2006 relativas à participação acionária nas ações ordinárias da Valepar S.A. e da Litel Participações S.A, após o desdobramento de ações aprovado pela Assembléia Geral Ordinária da Valepar, em 28 de abril de 2006:

	Número de Ações Ordinárias da Valepar	Percentual das Ações Ordinárias da Valepar (%)
Valepar		
Litel Participações S.A.(1)	315.982.596	49,00
Eletron S.A.	188.718	0,03
Bradespar S.A. (2)	136.796.982	21,21
Mitsui & Co. Ltd.	117.644.142	18,24
BNDESPAR	74.250.000	11,51
Total.....	644.862.438	100,00

(1) A Litel detém 99.568.944 ações preferenciais Classe B da Valepar, que representam 71,41% das ações preferenciais. A Litela, afiliada da Litel, detém 39.862.884 ações preferenciais classe B da Valepar, que representam 28,59% das ações preferências.

(2) A Bradespar é controlada por um grupo que consiste em Cidade de Deus – Cia. Comercial Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A. e Nova Cidade de Deus Participações S.A.

Titel Participações S.A.

BB Carteira Ativa 0(1)	202.753.508	73,59
BB Carteira Ativa II(1)	53.388.025	19,38
BB Renda Fixa IV(1)	19.371.990	7,03
Outros	822	
Conselheiros e diretores executivos em conjunto	4	
Total	<u>275.514.349</u>	<u>100,00</u>

(1) O BB Carteira Ativa 0, BB Carteira Ativa II e BB Renda Fixa IV são fundos de investimentos brasileiros. O BB Carteira Ativa 0 é 100% da Previ. O BB Carteira Ativa II é 59,36% da Funcef, 35,8% da Petros e 4,84% da Fundação CESP. O BB Renda Fixa IV é 100% da Previ. Previ, Petros, Funcef e Fundação CESP são fundos de pensão brasileiros.

Em 30 de setembro de 2006, 72.199 acionistas eram titulares de 100,0% das ações preferenciais emitidas pela Companhia, dos quais 71.627 eram residentes ou tinham sede, conforme se trate de pessoa física ou jurídica, no Brasil.

Em 30 de setembro de 2006, 12.309 acionistas eram titulares de 100,0% das ações ordinárias emitidas pela Companhia, dos quais 12.139 acionistas eram residentes ou tinham sede, conforme se trate de pessoa física ou jurídica, no Brasil.

Participações do Governo Federal. Em 1997, a Companhia foi privatizada pelo Governo Federal, que vendeu o controle acionário da Companhia para a Valepar. Como parte do processo de privatização, o Tesouro Nacional e o BNDES juntos passaram a deter 32% das ações ordinárias da Companhia e 4% de suas ações preferenciais de classe A. Em 20 de março de 2002, na fase final do processo de privatização, o Governo Federal e o BNDES venderam cada um 39.393.919 ações, sejam de ações ordinárias ou ADRs, que juntos representam 32,1% das ações ordinárias em circulação da Companhia. Atualmente, o BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES, detém aproximadamente 6,8% das ações ordinárias da Companhia em circulação e 0,1% das ações preferenciais de classe A da Companhia em circulação. O Governo Federal atualmente detém cerca de 3,2% das ações preferenciais de classe A de emissão da Companhia em circulação (desconsiderada a participação do BNDESPAR), e seis ações de classe especial, que lhe conferem poder de veto sobre determinadas matérias.

Desdobramentos Acionários. Os acionistas da Companhia aprovaram um desdobramento acionário na proporção de 3 para 1 na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2004. No dia 19 de agosto de 2004, cada ação da Companhia negociada na BOVESPA, tanto ordinária (VALE3) como preferencial (VALE5) foi desdobrada em três ações. Em setembro de 2004, cada ADR representando as ações ordinárias (RIO) ou ações preferenciais (RIOPR) da Companhia foram igualmente desdobradas. Como resultado, a proporção de uma ADR vinculada a uma ação ordinária ou preferencial foi mantida.

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2006, os acionistas da Companhia aprovaram um desdobramento acionário na proporção de 2 por 1. No dia 22 de maio, cada ação da Companhia negociada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), tanto ordinária (VALE3) quanto preferencial (VALE5), foi desdobrada em duas ações. No dia 7 de junho de 2006, cada ADR listado na NYSE, seja representativo de ações ordinárias (RIO) ou preferenciais (RIOPR), também foi desdobrado. Como resultado, a proporção de uma ADR vinculada a uma ação ordinária ou preferencial foi mantida.

As ações preferenciais classe especial (*golden share*) não têm negociação pública.

Acionista Controlador

O acionista controlador da Companhia é a Valepar. Os acionistas da Valepar celebraram um acordo de acionistas, válido até 2017, o qual estabelece o que se segue:

- concede direitos de preferência em qualquer transferência de ações de emissão da Valepar e direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas pela Valepar;
- veda a aquisição direta de ações da CVRD por acionistas da Valepar, salvo mediante autorização dos demais acionistas;

- proíbe a constituição de gravames sobre as ações da Valepar (com exceção daqueles relacionados com o financiamento da aquisição da participação na Companhia);
- exige que cada acionista mantenha o controle acionário das suas respectivas sociedades de propósito específico que detém participação acionária na *holding* Valepar, a menos que os direitos de preferência mencionados acima sejam observados;
- determina o critério de eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e daqueles da Valepar;
- estabelece que a Companhia deve manter uma política de distribuição de dividendos que distribua 50% do lucro líquido da Companhia em cada exercício social;
- estabelece que a Companhia deve manter uma estrutura de capital que não exceda determinados limites de dívida por capital;
- estabelece que os acionistas da Valepar façam com que suas participações indiretas no capital social da Companhia bem como que seus representantes no Conselho de Administração da Companhia, votem de acordo com as decisões tomadas nas reuniões prévias da Valepar realizadas antes das reuniões do Conselho de Administração da CVRD ou da assembléia geral; e
- estabelece quoruns especiais de votação para certas matérias relevantes.

De acordo com os termos e condições do acordo de acionistas da Valepar, as matérias relacionadas abaixo deverão ser aprovadas por titulares de no mínimo 75% das ações de emissão da Valepar:

- alterações do Estatuto Social da CVRD;
- aumento do capital social da CVRD por subscrição de ações, criação de uma nova classe de ações, mudança nas características das ações existentes ou qualquer redução de capital da CVRD;
- emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações da CVRD, bônus de subscrição, partes beneficiárias a título oneroso, opções para compra de ações ou qualquer outro título mobiliário da CVRD;
- determinação do preço de emissão de novas ações do capital social e de quaisquer títulos mobiliários de emissão da CVRD;
- operações de incorporação, cisão ou fusão nas quais a CVRD seja parte, bem como na sua forma corporativa;
- dissolução, processos de liquidação, falência, recuperação judicial ou atos voluntários de reorganização financeira;
- a eleição e substituição de membros do Conselho de Administração da CVRD, inclusive do seu Presidente e qualquer membro da Diretoria Executiva da CVRD;
- a alienação ou aquisição de participação, pela CVRD, no capital de qualquer sociedade, bem como a aquisição de ações do capital social da CVRD ou Valepar;
- a participação da CVRD em grupo de sociedades ou consórcio de qualquer natureza;
- a celebração de acordos de distribuição, investimento, comercialização de exportação, transferência de tecnologia, licença de marcas, exploração de patentes, concessão para uso e arrendamento nos quais a CVRD seja parte;

- a aprovação e alteração do planejamento estratégico da CVRD;
- a fixação da remuneração dos conselheiros da CVRD, bem como as atribuições do Conselho de Administração;
- qualquer participação nos lucros aos administradores da CVRD;
- a fixação da remuneração e das atribuições dos diretores executivos da CVRD;
- modificação do objeto social da CVRD;
- a distribuição ou não distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio pela CVRD, a menos que em consonância com os termos e condições do estatuto social;
- a escolha e destituição de auditor independente da CVRD;
- a constituição de qualquer ônus real, ou prestação de garantias, inclusive fianças pela CVRD para garantir obrigações de terceiros incluindo qualquer parte relacionada ou subsidiária da CVRD;
- a aprovação de deliberação acerca de qualquer matéria que, de acordo com a legislação aplicável, conceda ao acionista o direito de retirada da Companhia;
- a eleição e substituição, pelo Conselho de Administração, de qualquer representante da CVRD em suas Controladas e coligadas ou em outras sociedades nas quais a CVRD tenha o direito de indicar administradores; e
- alteração do limite de dívida por capital da CVRD, conforme definido no acordo de acionistas.

Além disso, o acordo de acionistas dispõe que qualquer emissão de certificados de participação pela CVRD ou qualquer venda de ações da CVRD detidas pela Valepar exige a deliberação unânime dos acionistas da Valepar.

Política de Dividendos

A partir de novembro de 2002, a Companhia passou a adotar uma política de dividendos segundo a qual sua Diretoria Executiva deve propor ao seu Conselho de Administração, até 31 de janeiro de cada ano, o valor mínimo que será distribuído naquele exercício aos acionistas. Os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio são determinados em Dólares, considerando a expectativa de geração de caixa da Companhia para aquele exercício, a serem pagos em duas parcelas iguais em abril e outubro. Nas reuniões do Conselho de Administração realizadas nos meses de abril e outubro a referida proposta deve ser analisada para que as duas parcelas semestrais sejam pagas nos respectivos meses. Uma vez aprovada a proposta, os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio são pagos em Reais e convertidos pelas taxas de câmbio praticadas no último dia útil antes de tais reuniões do Conselho de Administração. Anteriormente a 2002, a Companhia não possuía um conjunto de regras detalhadas para a sua política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

A Diretoria Executiva também poderá propor ao Conselho de Administração, dependendo da evolução do desempenho do fluxo de caixa da Companhia, um pagamento adicional aos acionistas acima do dividendo mínimo inicialmente estabelecido. Para 2006, a Diretoria Executiva da Companhia propôs ao Conselho de Administração um dividendo mínimo de US\$1,3 bilhão. A prática normal da Companhia é pagar o mesmo dividendo ou juros sobre o capital próprio tanto para as ações ordinárias quanto para as ações preferenciais classe A. Em 12 de abril de 2006, a primeira parcela do dividendo mínimo de 2006, representando US\$650 milhões, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. Esta primeira parcela foi paga em 28 de abril de 2006. Em 19 de outubro de 2006, o Conselho de Administração da CVRD aprovou o pagamento, no valor de US\$650 milhões, correspondente a US\$0,269 por ação em circulação pós-desdobramento, referente à segunda parcela de remuneração aos acionistas em

2006, conforme divulgado publicamente no dia 26 de janeiro deste ano. O pagamento da segunda parcela foi realizado no 31 de outubro de 2006.

As distribuições de dividendos com base na política de dividendos da Companhia estão sujeitas a duas restrições:

- Conforme facultado pela Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social especifica que 25% do lucro líquido da Companhia ajustado de cada exercício fiscal deve ser distribuído para os acionistas na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, a menos que o Conselho de Administração aconselhe os acionistas da Companhia em sua Assembléia Geral que o pagamento do dividendo obrigatório para o ano precedente seja desaconselhável em vista da condição financeira da Companhia.
- A Valepar, principal acionista da Companhia, recomenda a distribuição de um dividendo igual, ou superior a 50% do valor da receita líquida relacionada a cada exercício social, exceto em 2005, quando foi recomendado uma distribuição de dividendos igual a 43,68% da receita líquida da Companhia.

A Companhia pode fazer distribuições tanto na forma de dividendos quanto juros sobre o capital próprio. Os dividendos relativos às ADRs e os pagos aos titulares de ações ordinárias ou ações preferenciais classe A que não sejam residentes no Brasil não estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte, exceto os dividendos declarados com base nos lucros gerados antes de 31 de dezembro de 1995. As distribuições de juros sobre o capital próprio aos acionistas, incluindo aos titulares de ADRs, estão atualmente sujeitas ao imposto de renda retido na fonte.

Por lei, a Companhia é obrigada a realizar uma assembléia ordinária de acionistas até 30 de abril de cada ano, na qual um dividendo anual poderá ser declarado. Além disso, dividendos intermediários poderão ser declarados pelo Conselho de Administração nos termos do inciso XVI do artigo 14 do Estatuto Social. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, o pagamento de dividendos deve ser efetuado ao acionista que detiver as ações na data da declaração de dividendos, dentro do prazo de 60 dias após a data que o dividendo foi declarado, a menos que uma deliberação dos acionistas estipule uma outra data de pagamento, o que, em qualquer circunstância, deve ocorrer antes do encerramento do exercício em que esse dividendo foi anunciado. Um acionista tem um período de até três anos, a partir da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos (ou pagamentos de juros sobre o capital próprio) relacionados às suas ações, após o qual a Companhia não terá qualquer obrigação em relação a esses pagamentos. De 1997 a 2003, todas as remunerações que foram efetuadas pela Companhia foram na forma de juros sobre o capital próprio. Em 2004 e 2005, parte da distribuição foi feita na forma de juros sobre capital próprio e parte como dividendos.

A Companhia efetua distribuições de dividendos sobre ações ordinárias e ações preferenciais classe A vinculadas às ADRs em moeda brasileira ao custodiante em nome do depositário. O custodiante converte esses resultados em Dólares e providencia para que esses Dólares sejam entregues ao depositário para distribuição aos titulares de ADRs.

A tabela a seguir mostra as distribuições pagas aos titulares de ações ordinárias e ações preferenciais classe A nos períodos indicados. Um desdobramento acionário na proporção de 3 por 1 ocorreu em 18 de agosto de 2004 e quantias para os períodos anteriores não foram reafirmadas para dar efeito ao desdobramento. Na tabela a seguir, encontram-se os cálculos das conversões para Dólares usando a taxa de venda comercial vigente na data do pagamento:

Ano	Data do Pagamento	Reais por Ação na Data do Pagamento	Dólares por Ação na Data do Pagamento
2001	20 de fevereiro	3,33	1,66
	10 de dezembro	2,305	0,98
2002	30 de abril	2,305	0,98
	10 de dezembro	2,68	0,71
2003	30 de abril	1,62	0,56
	31 de outubro	3,42	1,20
2004	30 de abril	2,06	0,70
	29 de outubro (1) (2)	1,27	0,45
2005	29 de abril	1,11	0,43
	31 de outubro (3)	1,57	0,70
2006	28 de abril (4)	1,15	0,54
2006	31 de outubro (5)	0,57	0,269

(1) Em 31 de outubro de 2004, pagamos 1,03 Real por ação em participação sobre patrimônio líquido e 0,24 Reais por ação em dividendos.

(2) Um desdobramento acionário de 3 para 1 ocorreu em agosto de 2004.

(3) Em 31 de outubro de 2005, pagamos 0,68 Reais por ação em juros sobre capital próprio e 0,89 Reais por ação em dividendos.

(4) Em 28 de abril de 2006, pagamos 0,67 centavos de Real por ação sob a forma de juros sobre capital próprio e 0,48 centavos de Real por ação sob a forma de dividendos.

(5) Um desdobramento acionário de 2 para 1 ocorreu em maio de 2006.

Cálculo do Valor a Distribuir

Em cada Assembléia anual de acionistas, o Conselho de Administração deve propor a destinação a ser dada ao lucro líquido da Companhia referente ao exercício social anterior. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido do exercício de uma companhia após IRPJ e CSLL para tal exercício, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios anteriores e dos valores atribuídos à participação dos empregados e administradores nos lucros da Companhia, representa seus lucros líquidos para tal ano fiscal. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os lucros líquidos da Companhia devem ser ajustados pela dedução dos valores alocados à reserva legal, reservas para contingências, ou a reserva de lucros não estabelecidas pela Companhia em conformidade com as leis aplicáveis (discutidas mais adiante) e aumentadas das reversões das reservas constituídas em exercícios anteriores. Este montante, o lucro líquido ajustado, passará a ser denominado valor a distribuir.

Dividendo Obrigatório

O Estatuto Social da CVRD determina que os acionistas têm direito a receber, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, uma quantia anual não inferior a 25% do valor a distribuir referente ao exercício findo, denominado dividendo obrigatório. O Conselho de Administração poderá recomendar aos acionistas da Companhia reunidos em assembléia geral que o pagamento do dividendo obrigatório relativo ao exercício social anterior não é aconselhável tendo em vista a condição financeira da Companhia. O Conselho Fiscal deverá revisar qualquer determinação e reportá-la aos acionistas. Além do dividendo obrigatório, o Conselho de Administração poderá recomendar aos acionistas que o pagamento de dividendos seja realizado com outros recursos legalmente disponíveis. Qualquer pagamento de dividendos intermediários será deduzido do valor do dividendo obrigatório para aquele exercício. Os acionistas deverão também aprovar a recomendação do Conselho de Administração no que se refere a qualquer distribuição exigida. O valor do dividendo obrigatório está sujeito ao valor da reserva legal, da reserva de contingência e da reserva de lucros não realizados, porém não está sujeito ao valor da reserva de exaustão. Até a data deste Prospecto, o Conselho de Administração da Companhia nunca desaconselhou o pagamento de dividendos obrigatórios.

Desde a privatização da Companhia em 1997, seguindo orientação da Valepar, o principal acionista da Companhia, a CVRD tem distribuído dividendos de no mínimo 50% do lucro líquido em cada exercício social, exceto em 2005, quando recomendou distribuição equivalente a 43,68% do lucro líquido da Companhia.

Prioridade de Pagamento de Dividendo das Ações Preferenciais

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os titulares de ações preferenciais classe A e classe especial (*golden share*) terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos, equivalente a (i) no mínimo 3% do valor do patrimônio líquido da ação, calculado com base nas demonstrações contábeis levantadas que serviram como referência para o pagamento dos dividendos, ou (ii) 6% calculado sobre a parcela do capital constituída por essa classe de ação, o que for maior entre eles. Na medida em que os dividendos são declarados, em qualquer exercício social, em valores superiores aos dividendos mínimos devidos às ações preferenciais classe A, e após os titulares de ações ordinárias receberem dividendos equivalentes por ação ao dividendo mínimo por ação pago aos titulares de ações preferenciais classe A, os titulares de ações ordinárias e de ações preferenciais classe A receberão o mesmo dividendo adicional por ação. Desde a primeira etapa do processo de privatização da Companhia, ocorrido em 1997, a CVRD tem distribuído dividendos em valores iguais para ambos os tipos de acionistas.

Outras Questões Relacionadas às Ações Preferenciais Classe A

O Estatuto Social da Companhia não prevê a conversão de ações preferenciais classe A em ações ordinárias. Além disso, as ações preferenciais classe A não têm nenhuma preferência ou vantagem por ocasião da liquidação da CVRD e não há nenhuma provisão de resgate associada às mesmas.

Juros sobre Capital Próprio

Consoante uma mudança na lei fiscal brasileira em vigor desde 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras estão autorizadas a pagar valores adicionais a acionistas e lançar tais pagamentos como uma despesa para fins da determinação do valor devido a título de IRPJ. De acordo com a Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, o Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de juros sobre o capital próprio como uma alternativa de remuneração aos acionistas. A taxa de juros aplicada está, de modo geral, limitada à taxa de juros de longo prazo brasileira, ou TJLP, para o período aplicável. A dedução do valor dos juros pagos não pode exceder o que for maior entre (i) 50% do lucro líquido (após a dedução da provisão da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da provisão do IRPJ) antes de considerar qualquer distribuição no período de referência do pagamento efetuado ou (ii) 50% da quantia dos lucros acumulados e reservas de lucros. Qualquer pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas está sujeito a imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, exceto para beneficiários domiciliados em paraíso fiscal (por exemplo, um país que não cobre imposto sobre a renda ou cuja alíquota máxima do imposto seja inferior a 20%) para os quais a alíquota é de 25%. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o valor pago aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, livre de imposto retido na fonte, pode ser incluído como parte de qualquer dividendo obrigatório ou mínimo. Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia é obrigada a distribuir aos acionistas um valor suficiente para garantir que o valor líquido recebido, após a retenção do imposto de renda retido na fonte aplicável à distribuição de juros sobre o capital próprio, seja pelo menos equivalente ao dividendo obrigatório.

Direitos de Voto

Cada ação ordinária confere ao seu detentor o direito a um voto nas assembléias gerais de acionistas da Companhia. Os titulares de ações preferenciais classe A têm os mesmos direitos políticos que os titulares de ações ordinárias, exceto por não poderem votar na eleição dos membros do Conselho de Administração, salvo os casos de atrasos no pagamento de dividendos, conforme descrito a seguir. Um dos membros do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente serão eleitos pelo voto majoritário dos titulares de ações preferenciais classe A. Os titulares de ações preferenciais classe A e ações ordinárias poderão, em determinadas circunstâncias, combinar suas respectivas participações para eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia.

As ações de classe especial (*golden share*) conferem a seus titulares os mesmos direitos dos titulares das ações preferenciais classe A. As ações de classe especial (*golden share*) também conferem determinados direitos de voto e veto relevantes com relação a determinadas ações, conforme descrito no Estatuto Social da Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações determina que os titulares de ações sem direito a voto ou ações com direito de voto restrito, tais como as ações preferenciais classe A, passarão a ter direitos de voto irrestritos a partir do momento em que a companhia deixe de pagar qualquer dividendo fixo ou mínimo ao qual essas ações tenham direito durante três

exercícios sociais consecutivos (ou durante qualquer período menor estabelecido nos atos constitutivos da companhia). Os direitos de voto perduram até que o pagamento devido seja efetuado. O Estatuto Social da Companhia não estabelece período menor.

Qualquer alteração nas preferências ou vantagens conferidas às ações preferenciais classe A da Companhia, ou a criação de uma classe de ações tendo prioridade sobre as ações preferenciais classe A, exige a aprovação dos titulares da maioria das ações preferenciais classe A em circulação, votando como uma classe em uma assembléia especial.

Assembléias Gerais Ordinárias

A Assembléia Geral Ordinária de acionistas é convocada anualmente para que os acionistas deliberem sobre negócios relativos ao objeto social da Companhia.

Em conformidade com Lei das Sociedades por Ações, compete privativamente à Assembléia Geral:

- alterar o Estatuto Social;
- eleger ou destituir, a qualquer momento, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- receber os relatórios anuais da administração e deliberar sobre as demonstrações contábeis por ela apresentada, incluindo a destinação do lucro líquido e valor a distribuir para pagamento do dividendo obrigatório e as destinações às diversas contas de reservas;
- autorizar a emissão de debêntures, ressalvadas algumas hipóteses em que a competência é do Conselho de Administração;
- suspender os direitos de um acionista por descumprimento das obrigações estabelecidas por lei ou pelo Estatuto Social;
- deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- autorizar a emissão de partes beneficiárias;
- deliberar sobre transformação, incorporação, fusão e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação e para eleger e destituir os liquidantes da Companhia e examinar suas contas; e
- autorizar a administração a confessar falência ou pedir concordata.

Todas as assembléias de acionistas, incluindo a Assembléia Geral Ordinária, são convocadas mediante a publicação com, pelo menos, quinze dias de antecedência da data programada para a assembléia, por, no mínimo, três vezes, de edital no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em um jornal de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro onde está localizada a sede social da Companhia. Os acionistas da Companhia previamente designaram o Jornal do Commercio para esta finalidade. Além disso, posto que as ações da Companhia são negociadas na BOVESPA, a Companhia deve publicar o edital também em um jornal de grande circulação em São Paulo. Tal edital deve conter a ordem do dia para a assembléia e, no caso de reformas ao Estatuto Social da Companhia, uma indicação da matéria. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o detentor das ações preferenciais de classe especial (*golden share*) tem, ainda, direito a uma notificação de, no mínimo, 15 dias de antecedência a qualquer Assembléia Geral, para avaliar qualquer matéria proposta sujeita aos direitos de veto atribuídos à ação preferencial especial (*golden share*).

A Assembléia Geral Ordinária poderá ser instalada se os acionistas que representam, pelo menos, um quarto do capital votante estiverem presentes. Se não houver quorum, deve ser novamente feita a convocação, conforme descrito acima, com a diferença que, na hipótese de 2ª convocação, a convocação será feita com oito dias de antecedência e a assembléia poderá ser instalada com qualquer quorum, sujeita às exigências mínimas de quorum e de

voto relativas a determinados assuntos, conforme discutido a seguir. Um acionista sem direito de voto poderá comparecer a uma Assembléia Geral Ordinária e participar do debate de assuntos apresentados para consideração.

Exceto disposição em contrário, as deliberações de uma assembléia geral são aprovadas por maioria absoluta de voto, não se considerando as abstenções. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é necessária a aprovação pelos acionistas que representem, pelo menos, metade das ações com direito a voto nas matérias descritas abaixo, e além disso, no caso dos dois primeiros itens (a) e (b) abaixo, a maioria das ações emitidas e em circulação da classe afetada, para deliberação sobre:

- (a) a criação de ações preferenciais ou o aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo se já previsto ou autorizados no estatuto social;
- (b) a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais ou a criação de nova classe mais favorecida;
- (c) a redução do dividendo obrigatório;
- (d) a modificação do objeto social;
- (e) a fusão, cisão ou incorporação em outra companhia;
- (f) a dissolução ou liquidação da Companhia;
- (g) a participação em um grupo de sociedades (conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações);
- (h) a cessão do estado de uma liquidação da companhia; e
- (i) a criação de partes beneficiárias.

Sempre que as ações de qualquer classe do capital social tenham direito de voto, cada ação terá direito a um voto. As assembleias gerais ordinárias devem ser realizadas até 30 de abril de cada ano. As assembleias gerais são convocadas, instaladas e presididas pelo presidente ou vice-presidente do Conselho de Administração. Um acionista pode ser representado em uma assembleia geral por um procurador indicado não mais de um ano antes da assembleia, que deverá ser acionista, administrador da companhia ou advogado. O procurador também pode ser uma instituição financeira.

Direitos de Retirada

As ações ordinárias e preferenciais da Companhia de classe A não são resgatáveis, porém, em determinados casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, acionistas dissidentes têm o direito de retirada mediante reembolso do valor de suas ações, se forem aprovadas quaisquer uma das seguintes matérias:

- (1) criação de uma nova classe de ações preferenciais ou aumento, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, (salvo se tais medidas forem previstas ou autorizadas pelo Estatuto Social);
- (2) modificação de uma preferência, vantagem e condição de resgate ou amortização conferida a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de uma nova classe com privilégios superiores àqueles conferidos às classes de ações preferenciais existentes;
- (3) redução dos dividendos obrigatórios;
- (4) alteração do objeto social da Companhia;
- (5) promover a fusão ou incorporação da Companhia em outra sociedade;

- (6) transferir a totalidade das ações de emissão da Companhia para outra sociedade, de modo que a Companhia venha a se tornar uma controlada integral de outra sociedade;
- (7) aprovação da aquisição de controle de outra companhia por um preço excedente a determinados limites estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações;
- (8) aprovação da participação da Companhia em grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações); ou
- (9) no caso da sociedade resultante de (a) uma fusão, (b) incorporação de ações, conforme descrito no item (6) acima, ou (c) uma cisão realizada pela Companhia, não obter o registro de companhia aberta e, se for o caso, não obter o registro de suas ações para negociação em bolsa de valores, no prazo de 120 dias a contar da Assembléia Geral na qual tal decisão foi aprovada.

Somente os titulares de ações negativamente afetados pelas mudanças mencionadas nos itens (1) e (2) acima poderão exigir o direito de retirada. O direito de retirada, mencionado nos itens (5), (6) e (8) acima, somente poderá ser exercido se as ações de emissão da Companhia não observarem determinados testes de liquidez na ocasião da deliberação dos acionistas. O direito de retirada prescreve em 30 dias após a publicação da ata da Assembléia Geral pertinente, salvo se, no caso dos itens (1) e (2) acima, a deliberação estiver sujeita à confirmação pelos acionistas preferenciais em uma assembléia geral especial, a ser realizada dentro de um ano, caso em que o prazo de 30 dias é contado a partir da publicação da ata da assembléia geral especial.

A Companhia teria o direito de reavaliar qualquer ação dando margem a direitos de retirada em até 10 dias após o término de tais direitos caso o resgate das ações dos acionistas dissidentes venha a por em risco a estabilidade financeira da Companhia. A Lei n.º 9.457, de 5 de maio de 1997, que modificou a Lei das Sociedades por Ações, contém disposições que restringem os direitos de retirada em determinados casos e permitem às companhias reembolsar o valor de suas ações com base no seu valor econômico, sujeito a determinadas exigências. Atualmente, o Estatuto Social não prevê que as ações de emissão da Companhia serão remuneradas com base em seu valor econômico e, conseqüentemente, qualquer retirada em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações será feita pelo menos com base no valor contábil por ação, determinado no último balanço patrimonial aprovado pelos acionistas; entretanto, se a Assembléia Geral que deu origem aos direitos de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias após a data do último balanço patrimonial aprovado, o acionista tem o direito de exigir que as suas ações sejam avaliadas em novo balanço patrimonial datado de até 60 dias antes da Assembléia Geral que deu origem ao direito de retirada.

Direitos de Preferência

Cada acionista tem direito de preferência para subscrever ações em qualquer aumento de capital, proporcionalmente à sua participação no capital social. Um prazo mínimo de 30 dias após a publicação de notificação de um aumento de capital é dado aos acionistas para o exercício do direito de preferência, que é negociável. De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração poderá decidir por não conferir os direitos de preferência aos acionistas da Companhia ou, de acordo com a Lei n.º 10.303/2001, reduzir o período de 30 dias para o exercício do direito de preferência, em cada caso, com relação a qualquer emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição de ações no contexto de uma oferta pública, sujeito ao limite do capital autorizado. No caso de um aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção do capital representado por ações preferenciais, os titulares de ações preferenciais classe A e ADRs terão direitos de preferência para subscrever somente ações preferenciais classe A recentemente emitidas. No caso de um aumento de capital que reduza a proporção do capital representado por ações preferenciais classe A, os titulares de ações preferenciais terão direitos de preferência para subscrever ações preferenciais classe A, proporcionalmente às suas participações acionárias, e para as ações ordinárias somente na medida em que for necessário para impedir a diluição de sua participação total na Companhia. Na ocorrência de um aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção do capital representada por ações ordinárias, os titulares de ações ordinárias terão direito de preferência somente na subscrição de novas ações ordinárias emitidas. Na ocorrência de um aumento de capital que reduza a proporção do capital representado por ações ordinárias, os titulares de ações ordinárias terão direito de preferência na subscrição de ações preferenciais classe A somente até a quantidade necessária para evitar a diluição da sua participação na Companhia.

Direitos de Adesão

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em caso de venda do controle da Companhia, o comprador é obrigado a oferecer aos titulares de ações ordinárias com direito de voto o direito de venderem suas ações por um preço igual a pelo menos 80% do preço pago pelas ações ordinárias com direito de voto representando controle.

Forma e Transferência

As ações preferenciais de classe A de emissão da Companhia e ordinárias são mantidas em forma escritural registradas em nome de cada acionista ou seu representante. A transferência de tais ações é feita de acordo com a Lei das Sociedades por Ações que prevê que a transferência de ações seja efetuada pela Instituição Depositária e Escriturador, mediante apresentação de ordem escrita do vendedor ou seu representante. A transferência de ações ordinárias e preferenciais negociadas em bolsa é realizada por um representante da corretora interveniente ou pela câmara de liquidação da bolsa de valores. A transferência de ações por um investidor estrangeiro é feita da mesma forma e é realizada pelo agente local do investidor, responsável também pela atualização das informações relacionadas ao investimento estrangeiro fornecidas ao Banco Central.

A BOVESPA opera um sistema central de liquidação através da CBLC. Qualquer titular de ações de emissão da Companhia pode participar deste sistema e todas as ações designadas para serem colocadas no sistema serão depositadas em custódia na CBLC por intermédio de uma instituição brasileira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central e que mantenha uma conta de liquidação junto a CBLC. O fato dessas ações estarem sujeitas à custódia na BOVESPA será incluído no registro escritural de acionistas da Companhia. Cada acionista participante estará, por sua vez, incluso no registro de acionistas beneficiários que é mantido pela CBLC e será tratado da mesma maneira que os acionistas registrados.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas são aquelas realizadas entre a Companhia e seus acionistas controladores, sociedades Controladas ou seus administradores.

Em 31 de dezembro de 2005, o montante total das garantias concedidas pela Companhia às suas Controladas, coligadas e *Joint Ventures* era de R\$12 milhões, dos quais R\$11 milhões denominados em Dólares e R\$1 milhão em Reais. Para maiores informações vide Nota Explicativa 7.17. Já em 30 de setembro de 2006, o montante total das garantias pela Companhia concedidas às suas Controladas, coligadas e *Joint Ventures* era de R\$6 milhões, denominados em Dólares. Para maiores informações, vide Nota Explicativa 5.16 das informações financeiras trimestrais da Companhia, anexas a este Prospecto.

No curso normal dos negócios, a CVRD possui relações comerciais com uma série de companhias afiliadas da Valepar, acionista controladora da CVRD. Dentre tais relações, estão as vendas de minério de ferro e Pelotas à Usiminas, na qual tanto a Previ quanto a CVRD são titulares de participações no capital social. A Companhia também tem relações comerciais com a Mitsui & Co, Ltd., acionista da Valepar.

Além disso, a CVRD possui relações comerciais com a Petrobras, uma companhia estatal na qual seu CEO, Sr. Roger Agnelli, é membro do Conselho de Administração. A Companhia arrenda da Petrobras uma mina de Potássio (mina de Taquari-Vassouras) em Rosário do Catete, no Estado de Sergipe, Brasil, e possui um acordo com a Petrobras, por meio do qual tem o direito de operar o terminal marítimo de Inácio Barbosa por um período de 10 anos, até dezembro de 2012. A CVRD também possui relações comerciais com a Petrobras Distribuidora S.A., uma subsidiária da Petrobras.

Um dos membros do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Francisco Augusto da Costa e Silva, é sócio do Bocater, Camargo, Costa e Silva - Advogados Associados, que ocasionalmente presta consultoria jurídica para a CVRD.

Para obter informações sobre investimentos em Controladas, coligadas e *Joint Ventures*, e para informações sobre transações com as principais partes relacionadas da Companhia, vide as Notas Explicativas 7.11 e 7.17 às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, anexas a este Prospecto.

ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

O Conselho de Administração e a Diretoria são responsáveis pela operação dos negócios da Companhia. Cada um dos conselheiros, diretores, membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes são titulares de uma ação ordinária e, em conjunto, de 75.054 ações preferenciais de classe A de emissão da Companhia.

O Sr. Fabio de Oliveira Barbosa ocupa o cargo de Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores da Companhia. Seguem abaixo suas informações para contato:

Companhia Vale do Rio Doce
Avenida Graça Aranha 26, 19º andar
20030-900 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Fabio de Oliveira Barbosa
Tel.: (55 21) 3814-4540
Fax: (55 21) 3814-9935
Correio Eletrônico: rio@cverd.com.br
Site da Companhia: www.cverd.com.br

Conselho de Administração

O Conselho de Administração estabelece diretrizes e políticas gerais para os negócios da Companhia e monitora a implementação das mesmas diretrizes e políticas pelos seus diretores executivos. O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente todo mês, ou extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, Vice-Presidente ou outros dois membros. As decisões do Conselho de Administração exigem a aprovação da maioria dos seus membros.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho de Administração deve ter, no mínimo, três membros. Cada membro titular e seu respectivo suplente são eleitos pela Assembléia Geral Ordinária e podem ser destituídos a qualquer tempo. O Estatuto Social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração deve ser composto de onze membros e onze suplentes, e os empregados da CVRD possuem o direito de eleger um membro titular e seu respectivo suplente. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração devem ser acionistas da CVRD. Os membros do Conselho de Administração são eleitos por um prazo de dois anos, permitida a reeleição. Cada suplente auxilia e representa um determinado membro do conselho. Na ausência de um membro do conselho, seu respectivo suplente poderá participar das reuniões do Conselho de Administração, inclusive para votar em substituição ao conselheiro titular.

Dez dos atuais membros titulares do Conselho de Administração da CVRD e nove dos seus atuais suplentes foram indicados pela Valepar, o principal acionista da Companhia, conforme acordo de acionistas da Valepar e os termos da Lei das Sociedades por Ações.

A tabela a seguir relaciona os membros titulares do Conselho de Administração da Companhia, na data deste Prospecto. Todos os conselheiros da Companhia foram eleitos ou reeleitos, conforme o caso, em 2005, e seus mandatos expiram em 2007. O endereço comercial dos conselheiros é Av. Graça Aranha 26, 19º andar.

	Primeiro Ano de Eleição	Mandato	Posição
Sérgio Ricardo Silva Rosa (1).....	2003	2007	Presidente
Erik Persson (1).....	2001	2007	Conselheiro
Jorge Luiz Pacheco (1).....	2003	2007	Conselheiro
Arlindo Magno de Oliveira (1).....	2003	2007	Conselheiro
Julio Sergio Gomes de Almeida (2).....	2006	2007	Conselheiro
Renato da Cruz Gomes (1).....	2001	2007	Conselheiro
Mário da Silveira Teixeira Júnior (1).....	2003	2007	Vice-presidente
Hiroshi Tada (1).....	2005	2007	Conselheiro
Oscar Augusto de Camargo Filho (1).....	2003	2007	Conselheiro
Francisco Augusto da Costa e Silva (1).....	2005	2007	Conselheiro
Eduardo Fernando Jardim Pinto (3).....	2005	2007	Conselheiro

(1) Indicado pela Valepar e aprovado pela Assembléia Geral Ordinária.

(2) Nomeado pelo Conselho de Administração em abril de 2006 para substituir Jacques Wagner, que renunciou em março de 2006.

(3) Indicado pelos empregados da CVRD e eleito pela Assembléia Geral Ordinária.

Resume-se abaixo a experiência profissional, as áreas de atuação e os principais interesses externos dos atuais conselheiros da Companhia:

Sérgio Ricardo Silva Rosa. O Sr. Rosa é membro do Conselho de Administração desde abril de 2003, tendo sido designado Presidente em maio de 2003. O Sr. Rosa é, na data deste Prospecto, Presidente da Previ, onde trabalha desde 2000. É também conselheiro da Valepar e Diretor Presidente da Litel Participações S.A. É conselheiro da Brasil Telecom Participações S.A. desde dezembro de 2000, e da Sauípe S.A. desde maio de 2001. Antes de ingressar na Previ, o Sr. Rosa atuou como Presidente da Confederação Nacional dos Bancários, de junho de 1994 a maio de 2000. De janeiro de 1995 a dezembro de 1996 o Sr. Rosa foi vereador do Município de São Paulo. Graduou-se em Jornalismo pela Universidade de São Paulo.

Erik Persson. O Sr. Persson é membro do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 2001. Foi Diretor de Planejamento da Previ, de junho de 2000 até maio de 2003, e assumiu, em junho de 2003, a Diretoria de Seguridade. Trabalha no Banco do Brasil desde 1977. Também exerce o cargo de membro do Conselho da Valepar e da Previ desde abril de 2001, e exerce ainda o cargo de conselheiro da SEEB e da FEEB, ambas do Rio Grande do Sul, desde 1990. Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Jorge Luiz Pacheco. O Sr. Pacheco é membro do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 2003. O Sr. Pacheco é gerente de acompanhamento de empresas estratégicas na Previ, desde dezembro de 2000. Antes disso, trabalhava no Banco do Brasil S.A., desde 1973. É também diretor da Valepar e da Litel, e ocupou a posição de executivo no Conselho Fiscal da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Graduou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas - FCPE - Cândido Mendes/RJ e concluiu pós-graduação em Finanças e Administração pelo IBMEC/RJ.

Arlindo Magno de Oliveira. É membro do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 2003. Desde o ano de 1974 já ocupou diversas posições no Banco do Brasil S.A., tais como a de gerente de atendimento ao cliente. O Sr. Oliveira começou a trabalhar na Previ em 1974 e, desde então, vem atuando como membro do Conselho Fiscal, Diretor deliberativo e Diretor de Planejamento. Atualmente, é membro do Conselho deliberativo da Previ. De abril a setembro de 2002, foi diretor executivo, financeiro e administrativo interino da CEDAE – Companhia Estadual de Água e Esgoto. Também exerceu o cargo de membro do Conselho de Administração de várias companhias, dentre elas a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, CPFL Energia S.A., CPFL Geração de Energia S.A. e a ENERCAN – Campos Novos Energia S.A. Formou-se em Economia pela Universidade Federal Fluminense – UFF e é pós-graduado em Finanças pelo IBMEC/RJ.

Julio Sergio Gomes de Almeida. O Sr. Almeida ingressou no Conselho de Administração da CVRD em junho de 2006. Na data deste Prospecto, também mantém a posição de executivo do IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, de membro do Conselho Técnico do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Ministério da Ciência e Tecnologia e membro do Comitê de Política, Indústria e Tecnologia da CNI – Confederação Nacional da Indústria. Desde 1988, o Sr. Almeida é professor do IE/Unicamp. Anteriormente a tais

atividades, era consultor do BNDES, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas/IPERA, do Setor Público de Economia da Fudap, da Petrobrás e da Cepal/Cet. O Sr. Almeida também atuou como membro substituto do Conselho Federal de Desestatização, como membro do Conselho Fiscal do BNDES e da Telebrás, e como membro do conselho consultivo do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira no Ministério da Fazenda como analista do Conselho Interministerial de Preços, em 1974. Após tal função, ele atuou como analista sênior do IBGE e como líder dos serviços relacionados a estudos sobre a política social. De 1985 até o mês de abril de 1987, o Sr. Almeida foi Coordenador Chefe do Programa de Ajustamento da Economia Brasileira da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda. De 1986 a 1987, foi assistente especial da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda e de 1989 a 1991 ele atuou como assistente especial da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.

Renato da Cruz Gomes. O Sr. Gomes é membro do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 2001. O Sr. Gomes é Diretor Executivo da Bradespar S.A. desde 2000. De 1976 a 2000, ocupou várias posições no BNDES e exerceu o cargo de membro do Conselho de Administração de muitas empresas, como: Aracruz, Iochpe, Bahia Sul, Globo Cabo e Latasa. Também foi membro do Conselho Consultivo do Factor Sinergia – Fundo de Investimento de Valores Mobiliários em Ações, e membro do Comitê de Investimentos do Bradesco - *Templeton Value and Liquidity Fund*. O Sr. Gomes é Diretor Executivo da Valepar desde abril de 2001 e membro suplente do Conselho de Administração da Valepar. Formou-se em Engenharia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ e é pós-graduado em Gestão Empresarial pela Secretaria de Direito Econômico – SDE, em convênio.

Mário da Silveira Teixeira Júnior. – O Sr. Teixeira Júnior é membro do Conselho de Administração da CVRD desde maio de 2003. Em 1º de julho de 1971, ingressou na Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, onde serviu como diretor executivo, de março de 1983 a janeiro de 1984, quando foi nomeado diretor chefe de departamento no Banco Bradesco S.A. Em 1992, tornou-se diretor administrativo, em 1998 foi Vice-Presidente e, de março de 1999 até julho 2001, foi membro do Conselho de Administração. De julho de 2001 a março de 2002, o Sr. Teixeira foi diretor presidente da Bradespar e, em março de 2002, retornou ao Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. É também conselheiro da Valepar, VBC Participações S.A., VBC Energia S.A., Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, CPFL Energia S.A., CPFL Geração de Energia S.A., Companhia Piratininga de Força e Luz, e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., Membro Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimentos S.A., com sede em Lisboa, Portugal, e Vice-Presidente do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento. O Sr. Teixeira ocupou os cargos de Vice-Presidente da ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento, membro do Conselho de Administração da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, e conselheiro da CSN, Latasa S.A., Globo Cabo S.A., São Paulo Alpargatas S.A e Tubos e Conexões Tigre S.A. O Sr. Teixeira formou-se em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo.

Hiroshi Tada. O Sr. Tada ingressou no Conselho de Administração da Companhia em abril de 2005. Desde 1968 o Sr. Tada ocupou diversas posições na Mitsui & Co. Ltd., onde hoje é o Vice-Presidente Executivo da empresa. Formou-se em Engenharia de Minas pela Universidade de Kyoto, Japão e possui mestrado na Universidade de Harvard (*Advanced Management Program*).

Oscar Augusto de Camargo Filho. O Sr. Camargo Filho é membro do Conselho de Administração da Companhia desde outubro de 2003. Atualmente, é sócio da CWH Consultoria Empresarial. De 1999 a 2003, atuou como Presidente do Conselho de Administração da MRS. De 1973 a 2003, ocupou diversas posições na CAEMI, incluindo a de Diretor Presidente e de membro de seu Conselho de Administração. De 1963 a 1973, ocupou diversas posições dentro da Motores Perkins S.A., como a de Diretor Comercial e de Vendas e gerente de vendas e serviços. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Francisco Augusto da Costa e Silva. O Sr. Costa e Silva ingressou no Conselho de Administração da Companhia em abril de 2005. Também é sócio da Bocater, Camargo, Costa e Silva - Advogados Associados, um escritório de advocacia no Rio de Janeiro. O Sr. Costa e Silva também é membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A., do Comitê de Ética da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), e do comitê de desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Começou sua carreira no BNDES, onde ocupou diversas posições, como a de diretor. Ainda, integrou o Conselho de

Administração de diversas empresas e instituições, como a Solpart Participações S.A., Aracruz Celulose S.A., Pisa Papel de Imprensa S.A., Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES -FAPES e Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - BVRJ. O Sr. Costa e Silva também foi Presidente da CVM e presidiu o *Council of Securities Regulators of the Americas* – COSRA. Atuou na Comissão da Moeda e do Crédito - COMOC e no Conselho de Gestão da Previdência Complementar. Integrou o Comitê Executivo da *International Organization of Securities Commissions* – IOSCO. O Sr. Costa e Silva formou-se em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, e cursou pós-graduação - MBA pela COPPEAD, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Eduardo Fernando Jardim Pinto. O Sr. Jardim Pinto é membro do Conselho de Administração da CVRD desde abril de 2005. Desde 1983, ocupou diversas posições na CVRD, atualmente ocupando o cargo de maquinista especializado e Presidente do Sindicato da STEFEM, o sindicato dos funcionários da ferrovia no Estado do Maranhão. Formou-se técnico em Engenharia Elétrica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica – Rio de Janeiro e está cursando atualmente Direito, na Faculdade São Luiz.

Diretoria Executiva

Os diretores executivos da CVRD são seus representantes legais e responsáveis pelo cotidiano operacional. São também responsáveis pela implementação das políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Diretoria Executiva é composta por, no mínimo, seis e, no máximo, nove membros. O Conselho de Administração elege os diretores executivos por um período de dois anos, podendo destituí-los a qualquer tempo. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, os diretores executivos devem ser residentes no Brasil. A Diretoria Executiva reúne-se semanalmente, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias por qualquer diretor executivo.

Diretores Executivos

A tabela a seguir relaciona os atuais diretores executivos da Companhia.. Resume-se a seguir a experiência profissional, a área de especialidade e as principais áreas de interesse dos diretores executivos. O endereço dos diretores executivos é Av. Graça Aranha 26, 19º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

	Ano da Indicação	Prazo de Gestão	Cargo
Roger Agnelli	2001	2007	Diretor Presidente
Fabio de Oliveira Barbosa	2002	2007	Diretor Executivo de Finanças
José Carlos Martins	2005	2007	Diretor Executivo (Minerais Ferrosos)
Murilo Ferreira	2005	2007	Diretor Executivo (Participações, Energia e Desenvolvimento de Negócios)
José Auto Lancaster Oliveira	2004	2007	Diretor Executivo (Minerais Não-Ferrosos)
Gabriel Stoliar	1997	2007	Diretor Executivo (Planejamento e Controle)
Carla Grasso	2001	2007	Diretora Executiva (Recursos Humanos e Serviços Corporativos)
Tito Botelho Martins	2006	2007	Diretor Executivo (Assuntos Corporativos)

Roger Agnelli. O Sr. Agnelli foi eleito CEO e Diretor Presidente da Companhia em julho de 2001. Anteriormente à sua eleição, foi Presidente do Conselho de Administração da CVRD, de maio de 2000 a julho de 2001. O Sr. Agnelli construiu sua carreira profissional no Grupo Financeiro Bradesco, de 1981 a 2001, onde alcançou o cargo de Diretor Executivo do Banco Bradesco em 1998, permanecendo nesta função até o ano de 2000. Também foi Diretor Presidente da Bradespar, de março de 2000 a julho de 2001. Devido a suas atividades nas áreas de investimentos, fusões e aquisições e gestão de ativos, também foi membro do Conselho de Administração de diversas companhias com atuações relevantes no Brasil, dentre elas, a Companhia Paulista de Força e Luz, CSN, Latasa S.A., VBC Energia, Brasmotor, Mahle Metal Leve, Rio Grande Energia e Serra da Mesa Energia. O Sr. Agnelli foi também conselheiro da UGB Participações e Vice-Presidente da ANBID. O Sr. Agnelli é membro do Comitê de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), um corpo consultivo ao Presidente do Brasil e membro do Conselho de Investimentos Internacionais, formado para assessorar o Presidente da República da África do Sul, o Sr. Thabo Mbeki. É Presidente do Conselho Econômico China-Brasil e membro do Conselho de Administração da Asea Brown Boveri (ABB), Duke Energy Corporation e Suzano Petroquímica S.A. Recentemente, tornou-se membro do *International Advisory Committee*, da NYSE, e membro do Conselho de Administração da Petrobras. Foi convidado a

fazer parte do Conselho Internacional da *Brookings Institution*. É formado em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado, em São Paulo, Brasil.

Fabio de Oliveira Barbosa. O Sr. Barbosa foi eleito Diretor Executivo Financeiro da Companhia em maio de 2002. Até maio de 2006, foi Presidente do Conselho de Administração da CAEMI. Anteriormente, atuou como membro do Conselho de Administração da CVRD, de abril de 2000 a março de 2002. Anteriormente, atuou como Presidente do Conselho de Administração do BANESPA – Banco do Estado de São Paulo S.A., e também como membro do conselho das seguintes instituições: Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, CST e TELESP—Telecomunicações de São Paulo. Antes de se juntar à Companhia, atuou como Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, desde julho de 1999, tendo atuado como Secretário-Adjunto nos quatro anos anteriores. De 1992 a 1995, atuou como Assessor da Diretoria Executiva do Banco Mundial, em Washington D.C. De 1990 a 1992, foi Coordenador-Adjunto e Coordenador-Geral da Unidade de Política Fiscal do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. De 1988 a 1990, trabalhou como Assessor Econômico e Chefe da Unidade de Análise Macroeconômica, ambos no Ministério do Planejamento. Anteriormente, ocupou diversos cargos no Ministério da Indústria e Comércio, no Instituto de Desenvolvimento do Paraná, no Ministério do Trabalho e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Graduiu-se em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e possui mestrado (abd) em Economia pela Universidade de Brasília - UnB.

José Carlos Martins. O Sr. Martins foi eleito Diretor-Executivo da Divisão de Minerais Ferrosos em abril de 2005, e anteriormente, eleito Diretor-Executivo de Participações e Desenvolvimento de Negócios, em abril de 2004. Com mais de 30 anos de experiência na indústria de metais, foi Diretor e Presidente da Aços Villares, de 1986 a 1996, e Diretor da área siderúrgica da CSN, de 1997 a 1999. Em 1999, o Sr. Martins tornou-se Presidente da Latasa S.A., um dos maiores produtores de latas de alumínio da América Latina. Com a compra da Latasa S.A. pela Rexam, uma empresa do Reino Unido, em 2003, tornou-se Diretor Presidente da divisão sul-americana de bebidas em lata da Rexam, a Rexam Beverage Can South America. O Sr. Martins é graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

Murilo Ferreira. O Sr. Ferreira foi eleito Diretor-Executivo de Participações e Desenvolvimento de Negócios em abril de 2005. Ingressou na CVRD em 1977, e possui ampla experiência em diversas áreas da empresa, principalmente a de Alumínio e Ferroligas. Em 1998 foi apontado como Diretor de Finanças e Comercial na Aluvale, que foi incorporada pela CVRD em dezembro de 2003. O Sr. Ferreira foi CEO da Albras e Diretor do Departamento de Alumínio, desde dezembro de 2003. O Sr. Ferreira também é membro do Conselho de Administração da MRN, Valesul e Alunorte. O Sr. Ferreira é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas - FGV, e possui MBA pela EBAP-FGV.

José Auto Lancaster Oliveira. O Sr. Lancaster foi eleito Diretor-Executivo da Divisão de Minerais Não Ferrosos em setembro de 2004. Também é membro do Conselho Administrativo da Canico Resources Corp. e executivo da Companhia Minera Andino Brasileira Ltd., da Companhia Minera Latino Americana Ltda., e da Tethys Mining LLC. Anteriormente, o Sr. Oliveira exercia o cargo de Presidente da Mineração Serra do Sossego S.A., e gerente de exploração da subsidiária brasileira da British Petroleum. É graduado em Geologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, e é *Ph.D* em Geologia Econômica pela *Mackay School of Mines*, na University of Nevada, Reno (Estados Unidos).

Gabriel Stoliar. O Sr. Stoliar atua, desde outubro de 2001, como Diretor-Executivo de Planejamento e Gestão da CVRD. Em setembro de 1997, foi inicialmente nomeado Diretor-Executivo do Centro Corporativo. Também é conselheiro da Usiminas e PPSA. Em 1994, foi indicado Conselheiro da BNDESPAR. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente da Divisão Operacional, responsável pelas Áreas de Mineração, Metalurgia, Química, Petroquímica, Celulose e Papel da BNDESPAR. Em 1988, foi indicado pela BNDESPAR como Gerente de Operações na Área de Bens de Capital, Eletrônica e Bens de Consumo. Em 1982, foi promovido gerente do BNDES para a Área de Projetos do FINSOCIAL. Em 1978, ingressou no BNDES como analista na Área de Celulose, Papel e Petroquímica. Iniciou sua carreira como analista em organização de empresas no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Gerencial da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. É graduado em Engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, pós-graduado em Engenharia de Produção e possui MBA pela PDG/EXEC-SDE, no Rio de Janeiro.

Carla Grasso. A Sra. Grasso foi indicada Diretora-Executiva de Recursos Humanos e Serviços Corporativos da Companhia em outubro de 2001. De dezembro de 1997 a outubro de 2001, atuou como Diretora de Pessoal,

Administração e TI para o Centro Corporativo da CVRD. Antes disso, atuou como Secretária do Escritório Brasileiro de Seguridade Social Suplementar, de janeiro de 1994 a novembro de 1997; como Assessora do Ministro da Seguridade Social, de dezembro de 1992 a novembro de 1993; como assessora financeira e coordenadora da política fiscal no Ministério da Fazenda, de outubro a dezembro de 1992; como assessora financeira e coordenadora do Ministério do Planejamento, de novembro de 1988 a março de 1990; como assessora da Presidência do Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, de janeiro a novembro de 1988. Em 1997, foi indicada Diretora-Executiva da Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social - FVRD. É graduada e obteve mestrado em Economia pela Universidade de Brasília - UnB.

Tito Botelho Martins. O Sr. Martins foi eleito Diretor-Executivo da CVRD para Assuntos Corporativos em setembro de 2006. Ingressou na CVRD em 1985 e possui ampla experiência em assuntos de finanças corporativas. Foi diretor do Departamento de Finanças Corporativas da CVRD e também diretor financeiro da FCA, entre agosto de 1999 e Setembro de 2003. O Sr. Martins trabalhou em diversas posições em empresas filiadas à CVRD, como FCA, Samarco, Ferrobán, Açominas, Gulf Industrial Investment Corporation, Itabasco e Hispanobrás. O Sr. Martins foi Diretor Presidente da CAEMI e da MBR. Formou-se em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, e conduziu cursos de pós-graduação em diversas instituições no Brasil e no exterior.

Conselho Fiscal

Pela Lei das Sociedades por Ações, as companhias podem estabelecer um Conselho Fiscal, cujos membros são eleitos pelos acionistas e são independentes da administração e dos auditores externos. A principal responsabilidade do Conselho Fiscal, segundo a Lei das Sociedades por Ações, é o monitoramento das atividades da administração e revisão das demonstrações financeiras, reportando os resultados diretamente aos acionistas. A Companhia possui um Conselho Fiscal permanente, que pode ter entre três e cinco membros. Além disso, o Estatuto Social da CVRD conferiu poderes ao Conselho Fiscal para que tenha competência sobre outras matérias. Em conformidade com as normas do comitê de auditoria de empresas registradas na NYSE e na SEC, a partir de 31 de julho de 2005, a Companhia designou e conferiu poderes ao seu Conselho Fiscal para desempenhar o papel do Comitê de Auditoria. Esta medida foi tomada seguindo a alteração do Estatuto Social, aprovada pelos acionistas em 19 de julho de 2005. O Conselho de Administração da CVRD designou o Sr. Aníbal Moreira dos Santos como Especialista Financeiro.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal é responsável por estabelecer procedimentos para o recebimento, retenção e tratamento de quaisquer reclamações relacionadas a questões de contabilidade, controles e auditoria, bem como procedimentos para a submissão confidencial e anônima de assuntos relacionados a tais questões, recomendando e auxiliando o Conselho de Administração da Companhia na indicação, estabelecimento de compensação e dispensa de auditores independentes, na pré-aprovação de serviços a serem prestados pelos auditores independentes da CVRD e na supervisão do trabalho desempenhado pelos auditores externos, com poderes para suspender o pagamento de compensação aos auditores independentes e resolver divergências entre a gerência e os auditores, no que diz respeito ao relatório financeiro.

Os membros do Conselho Fiscal devem atender às exigências aplicáveis de elegibilidade da Lei das Sociedades por Ações. Um membro do Conselho Fiscal da CVRD não pode (i) ocupar cargo de membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou comitê de assessoramento de qualquer empresa concorrente da CVRD ou que tenha interesses conflitantes com a CVRD, a menos que a conformidade deste requerimento for expressamente desconsiderada por uma decisão tomada pelos acionistas nas assembleias gerais, (ii) seja funcionário ou membro da gerência da CVRD ou de suas subsidiárias e coligadas, ou (iii) seja cônjuge ou parente de até terceiro grau, por afinidade ou consangüinidade, de um diretor ou membro do Conselho de Administração da CVRD.

Em 27 de abril de 2006, os acionistas elegeram ou reelegeram os atuais membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes. Os titulares das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, incluindo as ações preferenciais de classe especial (*golden shares*), podem eleger um membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente. Acionistas minoritários titulares de ações ordinárias que sejam titulares, em conjunto, de pelo menos 10% do total das ações ordinárias em circulação também podem eleger um membro e seu respectivo suplente. O mandato dos membros do Conselho Fiscal expira na Assembleia Geral Ordinária seguinte à sua eleição.

A tabela a seguir relaciona os membros do Conselho Fiscal:

	<u>Primeiro Ano de Indicação</u>
Bernard Appy (1)	2006
José Bernardo de Medeiros Neto (2)	2005
Marcelo Amaral Moraes (2)	2004
Aníbal Moreira dos Santos (2)	2005

(1) Indicado pelos acionistas preferenciais.

(2) Indicado pela Valepar.

A tabela a seguir relaciona os membros suplentes do Conselho Fiscal:

	<u>Primeiro Ano de Indicação</u>
Tarcísio José Massote de Godoy (1)	2004
Marcos Coimbra (2)	2006
Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo (2)	2004
Vago	-

(1) Indicado pelos acionistas preferenciais.

(2) Indicado pela Valepar.

Resume-se abaixo a experiência, áreas de especialização e principais interesses externos dos atuais membros do Conselho Fiscal da Companhia:

Bernard Appy. O Sr. Appy foi eleito membro do Conselho Fiscal da CVRD em abril de 2006. Desde abril de 2006 ocupa o cargo de Secretário do Ministério da Fazenda do Brasil, que já havia ocupado anteriormente de janeiro de 2003 a maio de 2005. De maio de 2005 a março de 2006, exerceu o cargo de Secretário para Políticas Econômicas no Ministério da Fazenda no Brasil. Desde 1997, o Sr. Appy é membro do Departamento de Economia da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. De 1995 a 2002, foi sócio na LCA Consultores Ltda., uma empresa de consultoria em Economia. Formou-se em Economia pela Universidade de São Paulo – USP e concluiu o curso de mestrado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP.

José Bernardo de Medeiros Neto. O Sr. Medeiros Neto é membro do Conselho Fiscal da CVRD desde 2005. Ele é o atual Presidente da AFABB-RS, a associação de ex-funcionários do Banco do Brasil S.A., e Presidente do Conselho Fiscal da Previ. De 1980 a 1982, foi CEO da Banrisul Financeira S.A. De 1975 a 1980, foi Vice-Presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL. É ex-funcionário do Banco do Brasil S.A., onde ocupou diversos cargos de 1957 a 1974. O Sr. Medeiros Neto formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Marcelo Amaral Moraes. O Sr. Moraes é membro do Conselho Fiscal da CVRD desde 2004. É gerente de investimento da Bradespar S.A. desde 2000. De 1995 a 2000, trabalhou em fusões e aquisições no departamento de mercado de capitais do Banco Bozano, Simonsen. Em 2004, foi suplente do Conselho de Administração da Net Serviços S.A. e, em 2003, membro suplente do Conselho de Administração da CVRD. O Sr. Moraes formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e tem MBA pela COPPEAD - UFRJ.

Aníbal Moreira dos Santos. O Sr. Santos é membro do Conselho Fiscal da CVRD desde 2005. Foi diretor executivo da Caemi Canada Inc., Caemi Canada Investments Inc., CMM Overseas, Ltd., Caemi International Holdings BV e Caemi International Investments NV, subsidiárias da CAEMI, de 1998 a 2003, quando se aposentou. De 1983 a 2003, foi diretor financeiro da CAEMI. De 1999 a 2003, foi membro do Conselho Fiscal da CADAM S.A. e membro suplente do Conselho de Administração da MBR e da Empreendimentos Brasileiros de Mineração S.A., de 1998 a 2003. O Sr Santos é contador formado pela Escola Técnica de Comércio da Fundação Getúlio Vargas.

Comitês de Assessoramento

O Estatuto Social da Companhia estabelece a criação de cinco comitês técnicos e de assessoramento ao Conselho de Administração, a saber: Comitê de Desenvolvimento Executivo, Comitê Estratégico, Comitê Financeiro, Comitê Contábil e Comitê de Governança e Sustentabilidade. Nem todos os membros destes comitês são membros do Conselho de Administração.

O Comitê de Desenvolvimento Executivo é responsável por reportar as políticas gerais de recursos humanos, recomendar os níveis de remuneração dos diretores executivos, estabelecer diretrizes para avaliar o desempenho dos diretores executivos, e fazer relatórios sobre políticas relativas às responsabilidades corporativas, nos aspectos ambiental, saúde, segurança e responsabilidade da Companhia submetida aos seus diretores executivos. Os membros do Comitê de Desenvolvimento Executivo são: João Moisés de Oliveira, Arlindo Magno de Oliveira, Olga Loffredi e Oscar Augusto de Carmargo Filho.

O Comitê Estratégico é responsável por revisar e fazer recomendações ao Conselho de Administração no que tange às diretrizes estratégicas e o planejamento estratégico submetidos anualmente ao Conselho de Administração pelos diretores executivos da Companhia; os orçamentos de investimentos anuais e plurianuais da Companhia; oportunidades de investimentos e/ou desinvestimentos submetidas pelos diretores executivos, e fusões e aquisições. Os membros do Comitê Estratégico são: Roger Agnelli, Gabriel Stoliar, Sérgio Ricardo da Silva Rosa, Oscar Augusto de Camargo Filho, Demian Fiocca e Mario da Silva Teixeira.

O Comitê Financeiro é responsável por revisar e fazer recomendações ao Conselho de Administração no que tange: às políticas financeiras e aos sistemas internos de controle financeiro da companhia; à compatibilidade entre o nível de remuneração dos acionistas e os parâmetros estabelecidos no orçamento anual; e à consistência com a política geral sobre dividendos e a estrutura de capital da Companhia. Os membros do Comitê Financeiro são: Fabio de Oliveira Barbosa, Rômulo de Mello Dias, Ivan Luiz Modesto Schara e Wanderlei Viçoso Fagundes.

O Comitê de Contabilidade é responsável por propor ao Conselho de Administração a indicação do funcionário responsável pela auditoria interna da companhia; reportar as políticas e o plano anual de auditoria da companhia apresentado pelo responsável pela auditoria interna, e a sua execução; monitorar os resultados da auditoria interna da Companhia e identificar, priorizar e propor ações a serem acompanhadas pelos diretores executivos; e analisar o relatório anual, bem como as Demonstrações Contábeis da Companhia e fazer recomendações ao Conselho de Administração. Os membros do Comitê de Contabilidade são: Inácio Clemente da Silva, Antonio José de Figueiredo Ferreira e Paulo Roberto Ferreira de Medeiros. Nenhum dos membros do Comitê de Contabilidade da Companhia é membro do Conselho de Administração.

O Comitê de Governança e Sustentabilidade é responsável por avaliar as práticas de governança corporativa e funcionamento do Conselho de Administração e recomendar melhorias ao Código de Ética e ao sistema de gestão da CVRD, de forma a evitar conflitos de interesses entre a Companhia e seus acionistas ou administradores; e emitir relatórios sobre os potenciais conflitos de interesse entre a Companhia e seus acionistas ou administradores. Os membros do Comitê de Governança e Sustentabilidade são: Renato da Cruz Gomes, Ricardo Carvalho Giambroni e Ricardo Simonsen.

Remuneração

Administração

Para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2005, a Companhia efetuou o pagamento do total de, aproximadamente, US\$14,1 milhões em remuneração (incluídos aqui a remuneração fixa e variável e benefícios adicionais em espécie) aos diretores executivos, e US\$477,1 mil em remuneração (incluídos aqui a remuneração fixa e variável e benefícios adicionais em espécie) aos membros do Conselho de Administração pelo exercício de seus cargos. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2005, nenhum conselheiro ou diretor executivo teve qualquer interesse financeiro ou de outra espécie em negócios envolvendo a Companhia, senão sua capacidade como membro do conselho ou diretor executivo.

Em 30 de setembro de 2006, o número total de ações ordinárias de titularidade dos conselheiros e diretores executivos da Companhia era de 41.161, e o número total de ações preferenciais de classe A de titularidade dos diretores executivos e conselheiros da Companhia em 30 de setembro de 2006, era de 231.889. Nenhum dos conselheiros ou diretores executivos da Companhia é titular de 1% ou mais de qualquer classe das ações de emissão da Companhia.

Conselho Fiscal

Durante 2005, o montante mensal pago a cada um dos membros do Conselho Fiscal foi de US\$4,5 mil, excluindo os benefícios, totalizando o montante de US\$128,7 mil aos membros do Conselho Fiscal em conjunto. Além disso, os membros do Conselho Fiscal são reembolsados pelas despesas de viagens necessárias ao exercício de seus cargos.

Comitês de Assessoramento

A Companhia pagou um total de US\$106,2 mil a membros dos comitês de assessoramento da CVRD em 2005. Além disso, os membros dos comitês de assessoramento da CVRD são reembolsados pelas despesas de viagens necessárias para o exercício de seus cargos.

Operação ou Contrato com os Administradores da Companhia

Não há qualquer operação ou contrato celebrado entre a Companhia e seus conselheiros e diretores executivos.

Relação Familiar entre os Administradores da Companhia, bem como entre os seus Administradores e acionistas controladores

A Companhia desconhece qualquer relação familiar entre os administradores, bem como entre os administradores e os acionistas controladores da Companhia.

Plano de Opção de Compra de Ações

Não existe nenhum plano de opção de compra de ações em vigor na data deste Prospecto.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, auditores independentes e Conselho Fiscal.

A Companhia segue as mais modernas práticas de Governança Corporativa, baseada em princípios que privilegiam a transparência e o respeito a todos os acionistas e estabelecendo as condições para o desenvolvimento e a manutenção de um relacionamento de longo prazo com seus investidores.

Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo IBGC, em sua terceira versão, objetiva indicar as diretrizes para todos os tipos de sociedade visando a (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade, sendo que os princípios básicos inerentes a estas práticas são a transparência, a equidade, a prestação de contas (*accountability*) e a responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, a Companhia adota:

- tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, sejam do capital ou das demais “partes interessadas” (*stakeholders*), como colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis;
- os agentes de governança corporativa devem prestar contas de sua atuação a quem os elegeu e respondem integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos;
- conselheiros e executivos da Companhia zelam pela perenidade das organizações (visão de longo prazo, sustentabilidade) e, portanto, incorporam considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações;
- o direito de voto é assegurado a todos os acionistas da Companhia, independentemente da espécie ou classe de suas ações e na proporção destas, sendo que uma ação assegura o direito a um voto. No caso da CVRD, os titulares de ações preferenciais têm os mesmos direitos de voto que os titulares de ações ordinárias, exceto para eleição de membro do Conselho de Administração, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia;
- o acordo de acionistas da Valepar encontra-se devidamente arquivado na CVM, juntamente com as suas respectivas alterações;
- o acordo de acionistas da Valepar não indica quaisquer diretores para a Companhia;
- disponibilização do registro de todos os acionistas, com a indicação das respectivas quantidades de ações e demais valores mobiliários de emissão da Companhia, mediante requerimento por escrito e devidamente justificado;
- as convocações para as assembléias gerais devem ser feitas com, no mínimo 30 dias de antecedência da sua realização, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sem a inclusão da rubrica “outros assuntos” e sempre visando à realização de assembléias gerais em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;
- os acionistas têm sempre a faculdade de pedir informações à diretoria executiva da Companhia e recebê-las em tempo hábil, sendo que as perguntas devem ser feitas por escrito e dirigidas ao Diretor-Presidente ou ao Diretor de relações com investidores;
- os votos dissidentes e de protesto são sempre registrados e arquivados na sede da Companhia;

- a contratação de empresa de auditoria independente para prestação de quaisquer serviços obedece à política de aprovação prévia pelo Conselho Fiscal, assegurando a total independência do auditor externo;
- estatuto social claro quanto (i) à forma de convocação da assembléia geral; (ii) às competências do Conselho de Administração e da diretoria executiva; (iii) ao sistema de votação, eleição, destituição e mandato unificado dos membros do Conselho de Administração e da diretoria executiva;
- transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do Comitê de Governança e Sustentabilidade, deliberar sobre políticas visando a evitar conflitos de interesses entre a sociedade e seus acionistas ou seus administradores, bem como sobre a adoção de providências julgadas necessárias na eventualidade de surgirem conflitos dessa natureza;
- a Companhia dispõe de Políticas de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como de um Código de Conduta Ética, todos disponíveis na sua página na Internet (<http://www.cvrld.com.br>);
- as ações preferenciais dispersas (*free float*), assegurando a liquidez dos títulos;
- conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras e experiência em participação em outros conselhos de administração;
- a remuneração dos conselheiros da Companhia: (i) reflete adequadamente o tempo, esforço e experiência dedicados à função; (ii) propicia o incentivo adequado para alinhar seus interesses aos dos acionistas; e (iii) não compromete a capacidade do conselheiro de exercer um julgamento independente, norteados pelo interesse da Companhia e de seus acionistas.

O modelo de governança corporativa da CVRD está fundamentado nos princípios de clareza de funções, transparência e estabilidade, necessários para posicionar a CVRD em nítida trajetória de crescimento e criação de valor. Neste sentido:

- Cabe ao Conselho de Administração a definição das políticas e diretrizes gerais da Companhia, a avaliação de planos e projetos propostos pela diretoria executiva e a aferição dos resultados alcançados;
- Para apoiar o Conselho de Administração na condução de suas atividades foram constituídos cinco comitês de assessoramento, quais sejam: Desenvolvimento Executivo, Estratégico, Financeiro, Controladoria e Governança e Sustentabilidade. Os comitês representam fóruns de discussão nos quais se cotejarão as diferentes visões de seus membros, o que permite maior amadurecimento e alinhamento das proposições antes de seu encaminhamento para o Conselho de Administração, contribuindo para a fluidez dos processos decisórios e para a qualidade das decisões;
- A diretoria executiva é responsável pela execução da estratégia de negócios definida pelo Conselho de Administração, pela elaboração de planos e projetos e pelo desempenho operacional e financeiro da Companhia. O Diretor-Presidente é responsável pela escolha dos membros da diretoria executiva, os quais devem ser ratificados pelo Conselho de Administração. O Diretor-Presidente atua como interface entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

Em dezembro de 2003, a Companhia concordou em cumprir com os requisitos aprimorados de Governança Corporativa e divulgação estabelecidos pela BOVESPA de forma a se qualificar como uma companhia admitida ao “Nível 1 de Exigências de Governança Corporativa” da BOVESPA.

Para se tornar uma companhia de Nível 1, o emissor deve concordar com:

- manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações, representando 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da companhia;
- quando da realização de distribuições públicas de ações, adoção de mecanismos que favoreçam a dispersão do capital;
- melhoria nas informações prestadas, adicionadas às Informações Trimestrais (ITRs), às Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e Informações Anuais (IANs);
- seguir políticas de divulgações mais rígidas com relação às transações feitas pelos acionistas controladores, conselheiros e diretores envolvendo títulos emitidos;
- divulgar os termos dos contratos firmados entre a Companhia e partes relacionadas; e
- elaborar um cronograma de eventos corporativos disponíveis aos acionistas.

Em 2005, a Companhia foi escolhida por analistas de investimentos, pela terceira vez consecutiva, em pesquisa realizada pela revista *Institutional Investor*, como a empresa que possui a melhor governança corporativa na indústria de mineração e metais na América Latina.

A preocupação com investidores pessoas físicas é um dos aspectos relevantes das práticas de governança corporativa da Companhia. Nesse contexto, a Companhia lançou o Vale Investir, programa que permite aos investidores brasileiros reinvestir automaticamente os recursos recebidos provenientes da remuneração aos acionistas, tais como dividendos e/ou juros sobre capital próprio, na compra de ações da Companhia. Essa iniciativa pioneira entre empresas não financeiras no Brasil, estimula a formação de poupança e o investimento de longo prazo, viabilizando a compra de pequenos volumes de ações da CVRD com custos de transação relativamente baixos.

Em junho de 2006, a Companhia também lançou um programa de recompra de suas ações preferenciais classe A, por prazo limitado, envolvendo até 47.986.763 ações preferenciais, correspondentes a 5% do número total de ações preferenciais então em circulação, com o objetivo de utilizar o caixa para proporcionar aos acionistas uma opção adicional de liquidez para seu desenvolvimento sob a forma de um programa de recompra de ações, tendo em vista os múltiplos de mercado observados e o diferencial de preço entre ações ordinárias e preferenciais.

Controles Internos e Procedimentos

Avaliação dos Controles e Procedimentos de Divulgação

O comitê de divulgação da CVRD é presidido pelo Diretor-Presidente e composto pelos seguintes membros: (a) Diretor Executivo responsável pelas funções de Finanças e Relações com Investidores; (b) Consultor Geral Jurídico; (c) Diretor de Relações com Investidores; (d) Diretor de Controladoria; e (e) Diretor de Controles Internos. As principais atribuições deste comitê são a avaliação da relevância de atos ou fatos ocorridos e relacionados aos negócios da Companhia e a supervisão do processo de difusão de informações a seu respeito para o mercado de capitais.

Há limitações inerentes à eficácia de qualquer sistema de controles e procedimentos de divulgação de informações. Por isso, mesmo aqueles controles e procedimentos considerados eficazes oferecem uma garantia apenas razoável quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos. Com base na avaliação da Companhia, o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro da CVRD concluíram que os controles e procedimentos por ela adotados são eficazes para conferir a segurança de que as informações divulgadas pela Companhia, nos seus relatórios arquivados, conforme a regulamentação e legislação aplicáveis, são registradas, processadas, sumariadas e divulgadas dentro dos prazos estabelecidos e na forma apropriada. As informações são compiladas e disponibilizadas à administração da CVRD tempestivamente permitindo a tomada de decisões em tempo hábil à sua divulgação.

Mudanças nos Controles Internos

A administração da CVRD não identificou qualquer modificação dos controles internos relacionados aos relatórios financeiros referentes ao exercício social de 2005 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006 que tenha afetado substancialmente ou que possa afetá-los substancialmente.

Comitê de Auditoria

Em conformidade com as normas aplicáveis às empresas listada na NYSE e na SEC e para fins da Lei de Sarbanes-Oxley de 2002, no que tange à obrigação de constituir um comitê de auditoria, a Companhia outorgou ao seu Conselho Fiscal tal atribuição, na medida em que não conflite com a legislação e regulamentação brasileiras aplicáveis, enquadrando este órgão à isenção constante da legislação americana aplicável.

O Conselho de Administração da CVRD determinou que um dos membros de seu Conselho Fiscal, o Sr. Aníbal Moreira dos Santos, seja o seu especialista financeiro. O Sr. Aníbal atende aos critérios de independência aplicáveis aos membros de Conselho Fiscal determinados pela lei brasileira. Ele também atende aos critérios de independência que seriam aplicáveis aos membros do comitê de auditoria conforme determinado pela NYSE, caso a CVRD não se qualificasse à isenção estabelecida na legislação americana aplicável.

Políticas e Procedimentos Pré-aprovados pelo Comitê de Auditoria

O Conselho Fiscal da CVRD determina que a administração obtenha a sua aprovação antes de contratar os auditores independentes da CVRD na prestação de quaisquer serviços para a CVRD ou suas Controladas. Consoante essa política, o Conselho Fiscal pré-aprova todos os serviços, de auditoria ou de outras categorias, prestados à CVRD e às suas Controladas, por seus respectivos auditores independentes.

De acordo com a referida política, o Conselho Fiscal aprovou previamente uma lista detalhada de serviços com base em propostas específicas apresentadas pelos auditores da CVRD até os limites monetários por ele pré-fixados. Os serviços que não estiverem listados ou que excedam os limites fixados devem ser aprovados separadamente pelo Conselho Fiscal. Nos termos da política, o Conselho Fiscal recebe periodicamente relatórios de acompanhamento dos serviços prestados e uma lista atualizada de serviços pré-aprovados. Os serviços relacionados aos controles internos devem ser expressamente aprovados pelo Conselho Fiscal antes da sua prestação.

Política com Relação aos Auditores Independentes

Nos termos de seu Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração da Companhia escolher e destituir os seus auditores independentes, por recomendação do seu Conselho Fiscal. A política da Companhia com relação aos auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam a independência dos auditores. Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, todos os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia são pré-aprovados pelo seu Conselho Fiscal.

A CVRD adotou um Código de Conduta ética que se aplica a todos os membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, membros do Conselho Fiscal, Diretores, empregados e estagiários da Companhia, suas subsidiárias e sociedades Controladas.

Cópias do Código de Conduta Ética da CVRD podem ser obtidas gratuitamente, desde que solicitadas através de correspondência destinada à Companhia no endereço apresentado neste Prospecto. Desde sua adoção, a CVRD não eximiu seus diretores, implícita ou explicitamente, do cumprimento de qualquer cláusula de seu Código de Conduta Ética.

Política de Negociação de Valores Mobiliários

A CVRD considera ser muito positivo que seus empregados e administradores sejam também acionistas da Companhia.

A decisão dos empregados e administradores de investir a longo prazo suas poupanças em valores mobiliários emitidos pela CVRD, ações e/ou títulos representativos de dívida, demonstra confiança em seu futuro, compromisso e proporciona alinhamento de objetivos.

No entanto, a especulação com títulos emitidos pela Companhia praticada por seus empregados e administradores produz efeito oposto. A utilização de informação privilegiada, seja para fundamentar a realização de tais operações ou quaisquer outras, é ilegal e prejudicial para a CVRD, seus acionistas, administradores e empregados.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários de emissão da CVRD, formulada em conformidade com a Instrução CVM n.º 358/02 e com o Código de Ética da CVRD, tem por objeto contribuir para a negociação ordenada dos valores mobiliários emitidos pela CVRD, afastando eventual presunção de uso inadequado de informação (informação privilegiada) relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a CVRD. Ato ou Fato Relevante são atos ou fatos que possam influenciar significativamente o preço de mercado dos valores mobiliários emitidos ou garantidos pela CVRD, as decisões dos investidores de comprar, vender ou reter tais valores mobiliários ou nas decisões dos investidores de exercer quaisquer direitos que eles tenham relativos a tais valores mobiliários.

A Política de Negociação também visa a contribuir para o cumprimento das leis e regras dos Estados Unidos da América que proíbem a prática de *insider trading* (uso em benefício próprio de informações privilegiadas), incluída aqui a prática de *tipping* (fornecimento de informação privilegiada para que terceiros se beneficiem dela). Uma pessoa se envolve em práticas de (i) *insider trading* caso compre ou venda valores mobiliários em posse de informação relevante e não divulgada publicamente (*material non-public information*) que tenha sido obtida ou usada em descumprimento de um dever de confiança e confidencialidade (*duty of trust and confidence*), e (ii) de *tipping*, caso forneça o mesmo tipo de informação a terceiros que acabam aproveitando a mesma para praticar *insider trading*.

A Política de Negociação da CVRD aplica-se: aos representantes dos acionistas da Valepar, controladora da Companhia, membros do conselho de administração da Valepar, membros do Conselho de Administração da CVRD, membros do Conselho Fiscal da CVRD, membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da CVRD, diretores executivos, diretores de departamento, gerentes gerais, gerentes, supervisores e demais empregados que, em decorrência de seu cargo, função ou posição na CVRD, e em suas Controladas, tenha conhecimento de informação privilegiada.

As companhias abertas sob o controle da Companhia deverão adotar a política de negociação da CVRD, aplicando-se, no que couber, as mesmas vedações e/ou restrições disciplinadas por esta política de negociação.

As normas desta Política de Negociação aplicam-se também nos casos em que as negociações por parte das pessoas vinculadas se dêem para o seu benefício direto e/ou indireto mediante a utilização, por exemplo, de:

(a) sociedade por elas controlada, direta ou indiretamente; (b) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fideicomisso (*trust*) ou de administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (c) procuradores ou agentes; (d) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros (as) e quaisquer dependentes incluídos em sua declaração anual de IRPJ.

A Política de Negociação da CVRD foi aprovada pelo Conselho de Administração da CVRD e qualquer proposta de alteração ou revisão precisa ser aprovada pelo mesmo.

[página intencionalmente deixada em branco]

PARTE IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[página intencionalmente deixada em branco]

Informações Anuais - IAN do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005

[página intencionalmente deixada em branco]

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 004170	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA VALE DO RIO DOCE	3 - CNPJ 33592510000154
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL CVRD		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR NIHIL		
6 - NIRE 33300019766		
7 - SITE www.cvrd.com.br		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Graça Aranha, 26		2 - BAIRRO OU DISTRITO Centro		
3 - CEP 20030-900	4 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro		5 - UF RJ	
6 - DDD 21	7 - TELEFONE 3814-4477	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX
11 - DDD	12 - FAX -	13 - FAX -	14 - FAX -	
15 - E-MAIL www.cvrd.com.br				

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS
ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME Bernardeth Vieira de Souza				
2 - CARGO Gerente Geral de Tesouraria				
3 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Graça Aranha, 26 - 13º andar		4 - BAIRRO OU DISTRITO Centro		
5 - CEP 20030-900	6 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro			7 - UF RJ
8 - DDD 21	9 - TELEFONE 3814-4454	10 - TELEFONE -	11 - TELEFONE -	12 - TELEX
13 - DDD 21	14 - FAX 3814-4603	15 - FAX -	16 - FAX -	
17 - E-MAIL bernardeth.souza@cvrd.com.br				

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME Banco Bradesco S.A.				
19 - CONTATO Antonio Carlos Menegaci				
20 - ENDEREÇO COMPLETO Prédio Amarelo Velho, 2º andar		21 - BAIRRO OU DISTRITO Osasco		
22 - CEP 06029-900	23 - MUNICÍPIO São Paulo			24 - UF SP
25 - DDD 11	26 - TELEFONE 3684-4522	27 - TELEFONE -	28 - TELEFONE -	29 - TELEX
30 - DDD 11	31 - FAX 3684-5645	32 - FAX -	33 - FAX -	
34 - E-MAIL 4010.moraes@bradesco.com.br				

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00417-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA VALE DO RIO DOCE	3 - CNPJ 33.592.510/0001-54
---------------------------	--	--------------------------------

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Fábio de Oliveira Barbosa				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Graça Aranha, 26- 18º andar			3 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
4 - CEP 20030-900	5 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro			6 - UF RJ
7 - DDD 21	8 - TELEFONE 3814-8888	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX
12 - DDD 21	13 - FAX 3814-8820	14 - FAX -	15 - FAX -	
16 - E-MAIL fabio.barbosa@cavrd.com.br				
17 - DIRETOR BRASILEIRO SIM	18 - CPF 359.558.996-34	18 - PASSAPORTE		

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/2005		2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/2005	
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/2006		4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/2006	
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tomatsu			6 - CÓDIGO CVM 00385-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Marcelo Cavalcanti Almeida			8 - CPF DO RESP. TÉCNICO 335.905.597-72

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO				
<input type="checkbox"/> BVBAAL	<input type="checkbox"/> BVMESB	<input type="checkbox"/> BVPR	<input type="checkbox"/> BVRJ	<input type="checkbox"/> BVST
<input type="checkbox"/> BVES	<input type="checkbox"/> BVPP	<input type="checkbox"/> BVRG	<input checked="" type="checkbox"/> BOVESPA	
2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO Bolsa				
3 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional				
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 1030 - Extração Mineral				
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Extração, beneficiamento e comércio de minério de ferro				6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES SIM

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00417-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA VALE DO RIO DOCE	3 - CNPJ 33.592.510/0001-54
---------------------------	--	--------------------------------

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional	
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.	
<input checked="" type="checkbox"/> Ações	<input type="checkbox"/> Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
<input type="checkbox"/> Debêntures Conversíveis em Ações	<input type="checkbox"/> Notas Promissórias (NP)
<input type="checkbox"/> Ações Resgatáveis	<input type="checkbox"/> BDR
<input type="checkbox"/> Partes Beneficiárias	<input type="checkbox"/> Outros DESCRIÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> Debêntures Simples	
<input type="checkbox"/> Bônus de Subscrição	
<input type="checkbox"/> Certificado de Investimento Coletivo (CIC)	

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs. 24/03/2006	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs. 08/05/2006
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs. 04/04/2006	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 04/04/2006

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	Diário Oficial do RJ	RJ
02	Jornal do Commercio	BR
03	Gazeta Mercantil	BR

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 27/06/2006	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELETTO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	7 - FUNÇÃO
01	Sérgio Ricardo Silva Rosa	003.580.198-00	16/04/2003	AGO 2007	2	SIM	20	Presidente do Conselho de Administração
02	Mário da Silveira Teixeira Júnior	113.119.598-15	16/04/2003	AGO 2007	2	SIM	21	Vice Presidente Cons. de Administração
03	Erik Persson	148.409.280-53	25/04/2001	AGO 2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
04	Jorge Luiz Pacheco	345.466.007-63	27/04/2005	AGO 2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
05	Atílio Magno de Oliveira	281.761.977-34	16/04/2003	AGO 2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
06	Renato da Cruz Gomes	426.961.277-00	25/04/2001	AGO 2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
07	Hiroshi Tada	999.999.999-99	27/04/2005	AGO 2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
08	Oscar Augusto de Camargo Filho	030.754.948-87	24/09/2003	AGO 2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
09	Francisco Augusto da Costa e Silva	092.297.957-04	27/04/2005	AGO 2007	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
10	Eduardo Fernando Jardim Pinto	226.158.813-53	27/04/2005	AGO 2007	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
12	Julio Sérgio Gomes de Almeida	359.501.617-34	21/06/2006	AGO 2007	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
13	Rômulo de Mello Dias	604.722.787-20	24/09/2003	AGO 2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
14	Jose Horta Mafra Costa	098.371.836-91	27/04/2005	AGO 2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
15	Wanderlei Viçoso Fagundes	043.341.757-91	24/09/2003	AGO 2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
16	Hidehiro Takahashi	949.725.917-49	27/04/2005	AGO 2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
17	Rita de Cássia Paz Andrade Robles	905.684.437-72	27/04/2005	AGO 2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
18	José Mauro Guahyba de Almeida	022.181.357-87	27/04/2005	AGO 2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
19	Sérgio Ricardo Lopes de Farias	799.861.537-00	27/04/2005	AGO 2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
20	Gerardo Xavier Santiago	603.267.947-00	16/04/2003	AGO 2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
21	Luciano Siani Pires	013.907.897-56	21/06/2006	AGO 2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
22	João Moisés de Oliveira	090.620.258-20	24/09/2003	AGO 2007	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
23	Roger Agnelli	007.372.548-07	18/07/2001	25/05/2007	1		10	Diretor Presidente / Superintendente

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	7 - FUNÇÃO
24	Fábio de Oliveira Barbosa	359.558.996-34	15/05/2002	25/05/2007	1		19	Dir Exec. Finanças Relações Investidores
25	José Carlos Martins	304.880.288-68	22/04/2004	25/05/2007	1		19	Dir. Exec. de Ferrosos
26	Gabriel Stolar	402.763.927-87	24/10/2001	25/05/2007	1		19	Dir. Exec. Planejamento e Gestão
27	Murilo Pinto de Oliveira Ferreira	212.466.706-82	20/04/2005	25/05/2007	1		19	Dir.Exec. Particip e Desenvolv. Negócios
28	José Auto Lancaster Oliveira	312.786.717-49	30/09/2004	25/05/2007	1		19	Dir. Exec. de Minerais Não Ferrosos
29	Guilherme Rodolfo Laager	606.451.997-53	19/09/2001	25/05/2007	1		19	Dir. Exec.Logística
30	Carla Grasso	313.335.241-53	24/10/2001	25/05/2007	1		19	Dir. Exec. RH e Serv. Corporativos
31	Tito Botelho Martins	501.888.956-04	20/04/2006	25/05/2007	1		19	Diretor da Área de Assuntos Corporativos

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

02.01.02 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL

1 - CONSELHO FISCAL INSTALADO	2 - PERMANENTE
SIM	NÃO

3 - ITEM	4 - NOME DO CONSELHEIRO	5 - CPF	6 - DATA DA ELEIÇÃO	7 - PRAZO DO MANDATO	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	Anibal Moreira dos Santos	011.504.567-87	19/07/2005	AGO 2007	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
02	Marcelo Amaral Moraes	929.390.077-72	28/04/2004	AGO 2007	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
03	Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo	005.065.327-04	19/07/2005	AGO 2007	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
04	Marcos Coimbra	005.596.447-87	27/04/2006	AGO 2007	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR
06	José Bernardo de Medeiros Neto	005.573.740-49	27/04/2005	AGO 2007	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
07	Bernard Appy	022.743.238-01	27/04/2006	AGO 2007	44	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/PREFERENCIALISTAS
08	Tarcísio José Massote de Godoy	316.688.601-04	18/08/2004	AGO 2007	47	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/PREFERENCIALISTAS
09	Fernando Marotta	010.955.607-00	19/07/2005	AGO 2007	46	C.F.(SUPLENTE)ELEITO P/CONTROLADOR

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SÉRGIO RICARDO SILVA ROSA. Nascido em 23/06/1959, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.580.198-00, graduado em Comunicação/Jornalismo pela Universidade de São Paulo, o Sr. Rosa é membro do Conselho de Administração desde abril de 2003, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007, tendo sido designado Presidente do Conselho de Administração em maio de 2003. O Sr. Rosa é atualmente o Presidente da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ("Previ"), onde está desde 2000. Ele também é conselheiro da Valepar S.A. ("Valepar"), da Brasil Telecom Participações, desde dezembro de 2000 e da Sauípe S.A., desde maio de 2001 e Diretor Presidente da Litel Participações S.A. ("Litel"). Antes de ingressar na Previ, o Sr. Rosa atuou como Presidente da Confederação Nacional dos Bancários de junho de 1994 a maio de 2000. De janeiro de 1995 a dezembro de 1996, o Sr. Rosa foi vereador do Município de São Paulo. Indicado pela acionista VALEPAR S.A.

MÁRIO DA SILVEIRA TEIXEIRA JÚNIOR. Nascido em 04/03/1946, inscrito no CPF/MF sob o nº 113.119.598-15, se formou em Engenharia Civil e Administração de Empresas na Universidade Mackenzie, São Paulo. O Sr. Teixeira é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) desde maio de 2003, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. O Sr. Teixeira trabalha no Grupo Bradesco desde 1971. Neste período ocupou cargos importantes, chegando a Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Bradesco S.A., em 1992, tornou-se Gerente, em 1998 Vice-presidente e de Março de 1999 a Julho de 2001 membro do Conselho de Administração. Foi Diretor-Presidente da Bradespar S.A., entre julho de 2001 e março de 2002. Em março de 2002, retornou ao Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. Atualmente, ele é Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. e do BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento e membro do Conselho de Administração da VBC Participações S.A.; VBC Energia S.A.; Bradespar S.A.; Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL; CPFL Energia S.A.; CPFL Geração de Energia S.A., Valepar e Membro Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimentos S.A., com sede em Lisboa, Portugal. O Sr. Teixeira foi Vice-Presidente da ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento e conselheiro da ABRASCA - Associação das Companhias Abertas e membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: Globo Cabo S.A., Latasa S.A., CSN, São Paulo Alpargatas S.A., e Tubos e Conexões Tigre S.A. Indicado pelo acionista VALEPAR S.A.

ERIK PERSSON. Nascido em 03/11/1954, inscrito no CPF/MF sob o nº 148.409.280-53, o Sr. Persson é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. É membro do Conselho de Administração desde abril de 2001, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. O Sr. Persson foi Diretor de planejamento da Previ de junho de 2000 até maio de 2003, assumindo em junho de 2003 a Diretoria de Seguridade, e trabalha no Banco do Brasil S.A. desde 1977. O Sr. Persson também tem atuado como conselheiro da Valepar e da Previ desde de abril de 2001. Exerceu os cargos de Diretor de Formação Sindical e Diretor de Organização Sindical da SEEB e Diretor de Assuntos Jurídicos e Diretor de Imprensa e Comunicação da FEEB, ambos no Rio Grande do Sul desde 1990. Indicado pelo acionista VALEPAR S.A.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

JORGE LUIZ PACHECO. Nascido em 23/10/1954, inscrito no CPF sob o nº 345.466.007-63, o Sr. Pacheco é membro efetivo do Conselho de Administração, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007, tendo ocupado o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da CVRD desde abril de 2003. Em 1973, o Sr. Pacheco ingressou no Banco do Brasil S.A., onde trabalhou na área Corporate e na Gerência Mercado de Capitais. Desde dezembro de 2000, trabalha na PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, onde exerce a função de Gerente de Acompanhamento de Empresas Estratégicas, responsável pelo acompanhamento dos investimentos na CVRD. O Sr. Pacheco é membro do Conselho de Administração da Valepar S.A. e da Litel Participações S.A. Além disso, foi membro do Conselho Fiscal da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. É graduado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas – FCPE – Cândido Mendes/RJ, possui MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC/RJ, MBA Executivo em Administração de Negócios pelo IBMEC/RJ e curso de extensão em Governança Corporativa pelo IBMEC/RJ. Indicado pelo acionista VALEPAR S.A.

ARLINDO MAGNO DE OLIVEIRA. Nascido em 16/07/1951, inscrito no CPF/MF sob o nº 281.761.977-34, formado em Economia pela Universidade Federal Fluminense – UFF e pós-graduado em Executivo em Finanças pelo IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – RJ. O Sr. Oliveira é membro do Conselho de Administração desde abril de 2003, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. De agosto de 1974 a agosto de 2001, o Sr. Oliveira trabalhou no Banco do Brasil S.A., onde exerceu dentre outras funções, a de Gerente de Atendimento aos Clientes da Área Internacional e Gerente de Atendimento aos Clientes do Setor Público. Também atua na PREVI, desde maio de 1974, onde exerceu dentre outros, os cargos de Conselheiro Fiscal, Diretor Deliberativo e Diretor de Planejamento. De abril a setembro de 2002 foi Diretor de Finanças e Gestão da CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgoto. Atualmente é membro do Conselho Deliberativo da PREVI. Ele também exerceu o cargo de membro do Conselho de Administração de várias companhias, inclusive a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, CPFL – Energia S.A., CPFL – Geração de Energia S.A. e ENERCAM – Campos Novos Energia S.A. Indicado pela acionista VALEPAR S.A.

RENATO DA CRUZ GOMES. Nascido em 23/02/1953, inscrito no CPF/MF sob o nº 426.961.277-00, graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e com especialização em Programa de Desenvolvimento Gerencial Executivo-SDE. O Sr. Gomes é membro do Conselho de Administração desde abril de 2001, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. Também é Diretor Executivo da Bradespar S.A. desde 2000. De 1976 a 2000, o Sr. Gomes ocupou várias posições no BNDES e exerceu, nos últimos 15 anos, o cargo de membro do Conselho de Administração de várias empresas, como a Aracruz, Iochpe Maxion, Bahia Sul, Globo Cabo e Latasa. Também foi membro do Conselho Consultivo do Fator Sinergia - Fundo de Investimento de Valores Mobiliários em Ações, e membro do comitê de investimentos do Bradesco Templeton Fundo de Valor e Liquidez. O Sr. Gomes é Conselheiro Suplente e Diretor Executivo da Valepar, este último desde abril de 2001. Indicado pela acionista VALEPAR S.A.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

HIROSHI TADA. Nascido em 03/03/1945, inscrito no Passaporte sob o nº TG1817655, o Sr. Tada é formado em Engenharia de Minas pela Universidade de Kyoto - Japão e possui mestrado em Harvard em Gestão Avançada (AMP). O Sr. Tada é membro do Conselho de Administração desde abril de 2005, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. O Sr. Tada é, atualmente, Vice-Presidente Executivo da Mitsui & Co. Ltd. Além de ter ocupado diversos cargos na Mitsui & Co., Ltd, onde ingressou em 1968. Indicado pela acionista VALEPAR S.A.

OSCAR AUGUSTO DE CAMARGO FILHO. Nascido em 09/03/1938, inscrito no CPF/MF sob o nº 030.754.948-87, graduado em Direito pela Faculdade de São Francisco da Universidade de São Paulo, o Sr. Camargo Filho é membro do Conselho de Administração desde outubro de 2003, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. O Sr. Camargo Filho é atualmente sócio da CWA Consultoria Empresarial. De 1999 a 2003, atuou como Presidente do Conselho de Administração da MRS Logística S.A.. De 1973 a 2003, ocupou vários cargos no Grupo Caemi, inclusive o de Diretor Presidente e de membro do Conselho de Administração. De 1963 a 1973 ocupou diversos cargos na Motores Perkins S.A., dentre os quais: Diretor Comercial e Gerente de Vendas e Serviço. Indicado pela acionista VALEPAR S.A.

FRANCISCO AUGUSTO DA COSTA E SILVA. Nascido em 06/09/1948, inscrito no CPF/MF sob o nº 092.297.957-04, o Sr. Costa e Silva é membro do Conselho de Administração desde abril de 2005, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. O Sr. Costa e Silva cursou a Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e, é pós-graduado em MBA-Executivo pela COPPEAD da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Atualmente, o Sr. Costa e Silva é sócio do escritório Bocater, Camargo, Costa e Silva - Advogados Associados, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, bem como membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A., do Comitê de Ética da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC) e do Conselho de Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). O Sr. Costa e Silva iniciou sua carreira profissional no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, tendo ocupado diversos cargos, inclusive o de Diretor do BNDES. Ainda, integrou o Conselho de Administração de diversas instituições, como Solpart Participações S.A., Aracruz Celulose S.A., Pisa Papel de Imprensa S.A., bem como o Conselho de Administração da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES e da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - BVRJ. O Sr. Costa e Silva foi Diretor e, também, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Atuou na Comissão da Moeda e do Crédito - COMOC e no Conselho de Gestão da Previdência Complementar. Presidiu o *Council of Securities Regulators of the Americas* – COSRA e integrou o Comitê Executivo da *International Organization of Securities Commissions* – IOSCO, ambas organizações internacionais que reúnem comissões de valores de diversos países do mundo. Indicado pela acionista VALEPAR S.A.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

EDUARDO FERNANDO JARDIM PINTO. Nascido em 24/02/1963, inscrito no CPF sob o nº 226.158.813-53, o Sr. Jardim Pinto é membro do Conselho de Administração desde abril de 2005, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. O Sr. Jardim Pinto é Técnico em Eletrônica pela CEFET – Rio de Janeiro, cursando Direito, pela Faculdade São Luiz. O Sr. Jardim Pinto é empregado da CVRD desde 1983, ocupando atualmente o cargo de maquinista especializado, bem como é Presidente do Sindicato STEFEM no Estado do Maranhão. Indicado pelos empregados da CVRD.

JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA. Nascido em 16/04/1952, inscrito no CPF/MF sob o nº 359.501.617-34, o Sr. Almeida é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense e possui mestrado e doutorado em Economia pela Unicamp. Foi nomeado membro do Conselho de Administração em junho de 2006, devendo a sua nomeação ser confirmada no cargo na primeira Assembléia Geral que se realizar. Atualmente, exerce os cargos de Diretor-Executivo do IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, de membro do Conselho Técnico do INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais do Ministério da Ciência e Tecnologia e de membro do Comitê de Política Indústria e Tecnológica da CNI – Confederação Nacional da Indústria. Desde 1988, é professor da IE/Unicamp. No passado, foi consultor do BNDES, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/IPEA, do Instituto de Economia do Setor Público da Fundap, da Petrobrás e da Cepal/Cet. Exerceu, ainda, os cargos de membro suplente do Conselho Federal de Desestatização, membro dos conselhos fiscais do BNDES e da Telebrás, e membro do Conselho Consultivo do Instituto de Economia Industrial/UFRJ. Iniciou sua carreira no Ministério da Fazenda como Analista do Conselho Interministerial de Preços em 1974. Posteriormente, foi Analista Senior do IBGE e Chefe do Serviço de Estudos Sobre a Política Social. De 1985 a abril de 1987, foi Coordenador-Chefe do Programa de Ajustamento da Economia Brasileira da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, de 1986 a abril de 1987, foi Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda e de 1989 a 1991, foi assessor especial da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. O Sr. Almeida foi indicado pelo acionista VALEPAR S.A.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

RÔMULO DE MELLO DIAS. Nascido em 27/09/1961, inscrito no CPF sob o nº 604.722.787-20. Possui um MBA pelo IBMEC, é pós graduado pela SDE no Programa de Desenvolvimento Gerencial Executivo e pela FGV Law em Direito Societário. O Sr. Dias é membro suplente do Conselho de Administração desde setembro de 2003, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. O Sr. Dias é Diretor Executivo da Bradespar S.A. e membro do Conselho de Administração da Visanet, Visa Vale e CPM. Em 1999 foi sócio no "Mercosur Equity Fund" da Albion Alliance Capital Management. De 1995 a 1999, trabalhou no Citibank, onde exerceu os cargos de Diretor de Corporate Finance e Diretor Executivo de Investimentos. Antes disso, trabalhou na PREVI onde foi Gerente Geral de Mercado de Capitais. Foi Gerente Regional de Corporate Finance do Banco Nacional e Analista Chefe do Banco do Brasil de Investimentos (BB). Foi membro do Conselho de Administração de algumas empresas, entre as quais Escelsa, Americel, Telet, Iven, Enersul e Net Serviços. Indicado pelo acionista VALEPAR S.A

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

JOSÉ HORTA MAFRA COSTA. Nascido em 18/04/1947, inscrito no CPF sob o nº 098.371.836-91, o Sr. Costa é membro suplente do Conselho de Administração, desde abril de 2005, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. O Sr. Costa cursou o Ensino Médio no Colégio Frei Orlando, em Belo Horizonte. É empregado da CVRD desde 2001, ocupando atualmente o cargo de Assistente de Materiais I. Ademais, trabalhou na Construtora Tratex e Andrade Gutierrez, bem como na Mineração Samitri, onde exerceu o cargo de Chefe de Controle de Equipe e Controle Físico Almoxarifado. Em 1982, o Sr. Costa foi eleito para o primeiro mandato como Diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de Mariana, Santa Bárbara, Barão de Cocais, São Gonçalo do Rio Abaixo e Rio Piracicaba. Em 1991, foi eleito para o cargo de Diretor Presidente do Sindicato, posição que ocupa até hoje. Indicado pelos empregados da CVRD.

WANDERLEI VIÇOSO FAGUNDES. Nascido em 05/05/1946, inscrito no CPF sob o nº 043.341.757-91, o Sr. Fagundes é graduado em Economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Técnico em Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas. Possui curso de Pós-Graduação em Business Management Programme da Columbia University – EUA e Advanced Management Programme da Insead – França. O Sr. Fagundes é membro suplente do Conselho de Administração desde setembro de 2003, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. Atualmente, o Sr. Fagundes é Consultor de empresas, Sócio da CWH Consultoria Empresarial. De 1994 a 2003, foi Presidente da SINFERBASE – Sindicato da Indústria Extrativa do Minério de Ferro e Metais Básicos. Passou por diversas áreas das empresas do Grupo Caemi, onde assumiu, em 1984, a Diretoria de Controle da Minerações Brasileiras Reunidas S.A. – MBR, que posteriormente acumulou com a Diretoria Financeira. Foi Diretor do Grupo Caemi em 1990, assumindo a Presidência da Caemi em 2000. Ocupou o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Caemi de 2001 a 2003. Foi membro do Conselho de Administração de empresas nas quais a Caemi detém participação, a saber: Minerações Brasileiras Reunidas S.A. – MBR, Cadam S.A., MRS Logística S.A. e Quebec Cartier Mining Co. Indicado pelo acionista VALEPAR S.A.

HIDEHIRO TAKAHASHI. Nascido em 03/02/1956, inscrito no CPF sob o nº 949.725.917-49, o Sr. Takahashi é formado em Ciências Política e Econômica pela Universidade de Waseda. O Sr. Takahashi é membro suplente do Conselho de Administração desde abril de 2005, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. Atualmente, o Sr. Takahashi é Diretor Vice-Presidente Executivo da Mitsui Brasileira Importação e Exportação S.A., onde já trabalhou nos Departamentos de Matérias Primas Metálicas e de Minério de Ferro. Ingressou na Mitsui & Co., Ltd. em 1980, onde exerceu, dentre outros cargos, o de Gerente Geral do Departamento da Divisão de Minério de Ferro. Indicado pela acionista VALEPAR S.A.

RITA DE CÁSSIA PAZ ANDRADE ROBLES. Nascida em 03/01/1967, inscrita no CPF sob o nº 905.684.437-72, a Sra. Robles é mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ, economista e especialista em finanças pelo IBMEC-RJ. A Sra. Robles é membro suplente do Conselho de Administração desde abril de 2005, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. A Sra. Robles é Gerente de Administração dos Pagamentos de Benefícios e Rendas da PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Atuou na área de Planejamento de Investimentos da Previ, no período de 1999 a 2004, como Técnico Sênior. Foi cedida pelo Banco do Brasil ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, entre 1989 e 1992, quando trabalhou na Cacex e na Assessoria de Planejamento e, de 1993 a 1999, ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Indicada pelo acionista VALEPAR S/A.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

JOSÉ MAURO GUAHYBA DE ALMEIDA. Nascido em 14/03/1945, inscrito no CPF sob o nº 022.181.357-87, o Sr. Guahyba é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui MBA Executivo do Banco do Brasil em Administração pela USP-SP. É membro suplente do Conselho de Administração desde abril de 2005, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. Em 1964, o Sr. Guahyba ingressou no Banco do Brasil S.A., tendo exercido as funções de Coordenador Chefe de Participações Internacionais, Chefe de Gabinete do Vice Presidente Internacional e Gerente Adjunto e em exercício da Agência de Bruxelas, Bélgica e Gerente Geral da Agência Cinelândia - RJ, aposentando-se em 1994. Representou o Banco do Brasil no exterior em bancos na França e no Panamá. Representou a PREVI no Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Nacional, como suplente, de 1995 a 1997, na SAMITRI - S.A. Mineração da Trindade, como titular, de 1995 a 2001 e na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, como titular, de 2001 a 2005. Indicado pelo Acionista VALEPAR S.A.

SERGIO RICARDO LOPES DE FARIAS. Nascido em 09/10/1964, inscrito no CPF sob o nº 799.861.537-00, o Sr. Farias é graduado em Educação na Universidade do Rio de Janeiro, pós-graduado em Formação de Docentes Universitários na Universidade do Rio de Janeiro e possui MBA no Instituto de Economia da UFRJ em Responsabilidade Social e Terceiro Setor. É membro suplente do Conselho de Administração desde abril de 2005, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. O Sr. Farias ocupou o cargo de membro titular do Conselho Fiscal da PREVI (2000-2002), membro titular do Conselho Fiscal da INVEPAR (2001-2004) e membro titular do Conselho Fiscal da VCP (2003-2004). Em 1979, o Sr. Farias ingressou para o Banco do Brasil S.A., como menor estagiário efetivando na carreira administrativa do Banco desde 1983. O Sr. Farias é Diretor de Administração e Patrimônio da Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo, membro do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão, membro do Conselho de Usuários da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil e membro da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil. Indicado pelo acionista VALEPAR S/A.

GERADO XAVIER SANTIAGO. Nascido em 10/02/1960, inscrito no CPF/MF sob o nº 603.267.947-00. Atualmente, o Sr. Santiago está concluindo o curso de Direito na Universidade Estácio de Sá. Possui curso de Governança Corporativa, pelo IBMEC. O Sr. Santiago é membro suplente do Conselho de Administração desde abril de 2003, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. O Sr. Santiago ingressou na PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil em 2000, tendo exercido os cargos de Assessor de Diretoria, Gerente de Políticas de Investimentos e, desde junho de 2004, Gerente de Planejamento Estratégico. Antes disso, foi Diretor Executivo da CNB/CUT e exerceu diversas funções no Banco do Brasil S.A., de 1981 a 1994. Indicado pelo acionista VALEPAR S.A.

LUCIANO SIANI PIRES. Nascido em 10/02/1970, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.907.897-56, o Sr. Pires é graduado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ e possui MBA em Finanças pela Stern School of Business - New York University. Foi nomeado membro do Conselho de Administração em abril de 2006, devendo a sua nomeação ser confirmada no cargo na primeira Assembléia Geral que se realizar após as Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas no dia 27 de abril de 2006. Desde junho de 2005, o Sr. Pires exercia o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da CVRD. De 2003 a 2005 foi Consultor da McKinsey e atualmente é Chefe do Departamento de Gestão e Acompanhamento da Carteira de Ações do BNDES. O Sr. Pires também ocupa o cargo de conselheiro da Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A. e da Tele Norte Leste Participações. O Sr. Pires Indicado pelo acionista VALEPAR S.A.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

JOÃO MOISÉS DE OLIVEIRA. Nascido em 06.03.1945, inscrito no CPF/MF sob o nº 090.620.258-20, o Sr. Oliveira é graduado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica. O Sr. Oliveira é membro suplente do Conselho de Administração da CVRD desde abril de 2005, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007, já tendo ocupado os cargos de membro titular e suplente da CVRD anteriormente. Ingressou no Banco Bradesco S.A. em 1962, onde ocupou diversos cargos, tais como, Gerente Departamental Chefe, de 1982 a 1983 e Diretor Departamental, de 1992 a 2000. De 1983 a 1992 foi Diretor do Bradesco Previdência e Seguros S.A. Em 1984 assumiu também o cargo de Diretor da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, sendo que em 1985 foi nomeado Diretor Presidente, cargo que exerceu até 1992. Ocupa o cargo de Diretor Presidente da Bradespar S.A. e Bradesplan Participações S.A. Foi membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: COFAP – Companhia Fabricadora de Peças, Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, Companhia Siderúrgica Nacional, Indústria Romi S.A., Metal Leve S.A. Indústria e Comércio, São Paulo Alpargatas S.A., Telecelular Sul Participações S.A., Tigre S.A. Tubos e Conexões, dentre outras. Indicado pelo acionista VALEPAR S.A.

MEMBROS DA DIRETORIA

ROGER AGNELLI. Nascido em 03/05/1959, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.372.548-07, o Sr. Agnelli é graduado em economia pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, São Paulo. Roger Agnelli foi eleito Diretor-Presidente da Companhia Vale do Rio Doce em julho de 2001. Anteriormente, de maio de 2000 a julho de 2001, presidiu o Conselho de Administração da CVRD. Roger Agnelli construiu sua carreira profissional no Grupo Bradesco, de 1981 a 2001. Exerceu o cargo de Diretor-Executivo do Banco Bradesco entre 1998 e 2000 e foi Diretor- Presidente da Bradespar S.A. de março de 2000 a julho de 2001. Em virtude de sua experiência e de suas atividades nas áreas de investimento, fusões e incorporações (M&A) e gestão de ativos, foi conselheiro de diversas companhias com relevante atuação no Brasil, dentre elas a Companhia Paulista de Força e Luz, Companhia Siderúrgica Nacional, Latas de Alumínio (LATASA), VBC Energia, Brasmotor, Mahle Metal Leve, Rio Grande Energia e Serra da Mesa Energia. Assumiu os cargos de Diretor da UGB Participações, de Vice-Presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID) e de Presidente do Comitê de Cooperação Empresarial da Fundação Getúlio Vargas (CCE). Atualmente, é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) – órgão de assessoramento ao Presidente da República do Brasil – e do International Investments Council – órgão de assessoramento ao Presidente da República da África do Sul, Senhor Thabo Mbeki. Integra também os Conselhos de Administração da Asea Brown Boveri (ABB), da Duke Energy, da Suzano Petroquímica e da PETROBRAS. É Presidente do Conselho Empresarial Brasil-China, membro do Conselho Curador da Orquestra Sinfônica Brasileira, Vice-Presidente do Centro Industrial do Rio de Janeiro e, recentemente, tornou-se membro do Conselho Consultivo do Setor Privado da Câmara de Comércio Exterior - CONEX, membro do International Advisory Committee da New York Stock Exchange (NYSE) tendo sido convidado para integrar o International Advisory Council da Brookings Institution.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

FABIO DE OLIVEIRA BARBOSA. Nascido em 31/12/1960, inscrito no CPF/MF sob o nº 359.558.996-34, o Sr. Barbosa é graduado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, com Mestrado em Teoria Econômica pela Universidade de Brasília (UnB). Foi eleito Diretor Executivo da Área de Finanças e de Relações com Investidores da CVRD em maio de 2002, com prazo de gestão até maio de 2007. Até maio de 2006, foi Presidente do Conselho de Administração da Caemi. De abril de 2000 a março de 2002, atuou como membro do Conselho de Administração da CVRD. Anteriormente, foi Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado de São Paulo ("BANESPA") e Conselheiro das seguintes empresas: Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Companhia Siderúrgica de Tubarão e Telesp S/A – Telecomunicações de São Paulo. Foi Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda entre julho de 1999 e abril de 2002, depois de ter atuado como Secretário Adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional responsável pela administração de dívida pública federal entre 1995 e 1999. De 1992 a 1995 foi Assessor da Diretoria Executiva do World Bank em Washington-DC, nos Estados Unidos. De 1990 a 1992 foi Coordenador-Adjunto e Coordenador-Geral de Política Fiscal do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. De 1988 a 1990, trabalhou como Assessor Econômico e Chefe da Unidade de Análise Macroeconômica da Secretaria de Planejamento Econômico e Social do Ministério do Planejamento. Antes disso, o Sr. Barbosa ocupou vários cargos no IPEA (Ministério do Planejamento), Ministério da Indústria e Comércio, no Instituto de Desenvolvimento do Estado do Paraná, no Ministério do Trabalho e no Instituto de Pesquisa Econômica aplicada.

JOSÉ CARLOS MARTINS – Nascido em 05/02/1950, inscrito no CPF/MF sob o nº 304.880.288-68, o Sr. Martins é graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). O Sr. Martins foi eleito Diretor Executivo de Ferrosos da CVRD, em abril de 2004, com prazo de gestão é até maio 2007. O Sr. Martins possui mais de 30 anos de experiência em indústrias de metais. Foi Diretor e Presidente de Aços Villares de 1986 a 1996, e Diretor Superintendente do Setor Aço da Companhia Siderúrgica Nacional, de 1997 a 1999. Em 1999, o Sr. Martins se tornou Presidente da Latasa, uma das maiores produtoras de latas de alumínio da América Latina. Após a aquisição da Latasa pela Rexam, uma companhia do Reino Unido, em 2003, o Sr. Martins se tornou Presidente e Diretor Presidente da Rexam Beverage Can South América.

GABRIEL STOLIAR. Nascido em 18/03/1954, inscrito no CPF/MF sob o nº 402.763.927-87, o Sr. Stoliar é graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós graduado em Engenharia de Produção-área de projetos industriais e de transportes (PIT)-COPPEAD/UFRJ e com MBA/Executivo-PDG/EXEC, no Rio de Janeiro. Foi eleito como Diretor Executivo de Planejamento e Gestão da CVRD em outubro de 2001, com prazo de gestão até maio de 2007.. Em setembro de 1997, o Sr. Stoliar foi originalmente eleito Diretor Executivo do Centro Corporativo e de Relações com Investidores. Em 1994, foi designado conselheiro da BNDESPAR. Também é Conselheiro da Usiminas e Pará Pigmentos S.A Em 1991, assumiu a posição de Superintendente da Divisão Operacional responsável pelas Áreas de Mineração, Metalurgia, Química, Petroquímica, Celulose e Papel da BNDESPAR. Em 1988, foi nomeado pela BNDESPAR Gerente de Operações na Área de Bens de Capital, Eletrônica e Bens de Consumo. Em 1982, foi promovido a Gerente do BNDES para a Área de Projetos do FINSOCIAL. Em 1978, ingressou no BNDES como Analista na Área de Celulose, Papel e Petroquímica. Iniciou sua carreira como consultor em organização de empresas no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Gerencial da Firjan.

MURILO PINTO DE OLIVEIRA FERREIRA. Nascido em 22/06/1953, inscrito no CPF sob o nº 212.466.706-82, o Sr. Ferreira é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ), bem como cursos de

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

especialização em diversas instituições no Brasil e no exterior. Foi eleito como Diretor Executivo de Participações e Novos Negócios da CVRD, em abril de 2005, com prazo de gestão até maio de 2007. Ingressou na CVRD em 1977, e possui vasta experiência em diversas áreas da companhia, especialmente em alumínio e ferro-ligas. Em 1998, assumiu o Cargo de Diretor de Finanças e Comercial da Vale do Rio Doce Alumínio S.A. – Aluvale que foi incorporada pela CVRD em dezembro de 2003. De 2004 até abril de 2005 ocupou o cargo de Diretor do Departamento de Alumínio da CVRD. Foi eleito como diretor presidente da Albras – Alumínio Brasileiro S.A. e da Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A., sendo que nesta última ocupou tal cargo até março de 2005, quando foi eleito como presidente do Conselho de Administração. É, ainda, membro do Conselho de Administração da Mineração Rio do Norte S.A. e da Valesul Alumínio S.A.

JOSÉ AUTO LANCASTER OLIVEIRA. Nascido em 26/03/1947, inscrito no CPF sob nº 312.786.717-49, o Sr. Oliveira é graduado em Geologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e possui o título de Ph.D em Geologia Econômica, pela Mackay School of Mines, da Universidade de Nevada, Reno, Estados Unidos da América. Foi eleito Diretor Executivo da Área de Não-Ferrosos em setembro de 2004, com prazo de gestão até maio de 2007. Antes disso, foi gerente de exploração da filial brasileira da British Petroleum no período 1985 a 1989. Atualmente, o Sr. Oliveira é diretor da Companhia Minera Andino Brasileira Ltd., Companhia Minera Latino Americana Ltda., Tethys Mining LLC e Vale do Rio Doce Kaolin S.A., e também membro do Conselho de Administração do Canico Resources Corp.

GUILHERME RODOLFO LAAGER. Nascido em 13/02/1957, inscrito no CPF/MF sob o nº 606.451.997-53, o Sr. Laager é graduado em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com MBA pela COPPEAD da UFRJ. O Sr. Laager foi eleito Diretor Executivo da área de Logística em setembro de 2001, com prazo de gestão até maio de 2007. Ele foi diretor de logística, suprimentos e tecnologia da informação da Ambev – Companhia de Bebidas das Américas, de 1989 a agosto de 2000. De 1982 a 1988, o Sr. Laager trabalhou na Andersen Consulting e, de 1979 a 1981, na IESA International de Engenharia S.A.

CARLA GRASSO. Nascida em 03/02/1962, inscrita no CPF/MF sob o nº 313.335.241-53, a Sra. Grasso é graduada e obteve mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). A Sra. Grasso foi designada Diretora Executiva da área de Recursos Humanos e Serviços Corporativos da CVRD em outubro de 2001, com prazo de gestão até maio de 2007. Antes disso, atuou como Diretora de Recursos Humanos, Administração e Informática do Centro Corporativo da CVRD, de dezembro de 1997 a outubro de 2001. Antes de ingressar na CVRD, a Sra. Grasso atuou como Secretária de Previdência Complementar, de janeiro de 1994 a novembro de 1997, a assessora especial do Gabinete do Ministro da Previdência Social, de dezembro de 1992 a dezembro de 1993, como coordenadora de política fiscal do Ministério da Fazenda, de outubro a dezembro de 1992, como assessora econômica e coordenadora das áreas Macroeconômica e Social da Secretaria Geral da Presidência da República, de março de 1990 a outubro de 1992, como assessora do Ministro do Planejamento de novembro de 1988 a março de 1990 e como assessora da presidência do Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, de janeiro a novembro de 1988. Em 1997, ela foi indicada diretora executiva da Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social (FVRD).

TITO BOTELHO MARTINS JÚNIOR. Nascido em 24 de setembro de 1962, inscrito no CPF/MF sob o nº 501.888.956-04. O Sr. Martins foi eleito Diretor Executivo responsável pela Área de Assuntos Corporativos em abril de 2006. O Sr. Martins é graduado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Administração de Empresas pela IEAD/UFRJ, além possuir cursos de especialização em diversas instituições no Brasil e no exterior. Ele iniciou sua carreira na CVRD em 1985, e possui uma vasta experiência na área de finanças corporativa. O Sr. Martins exerceu o cargo de

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

diretor de finanças corporativas da CVRD de agosto de 1999 a setembro de 2003, bem como diretor da Ferrovia Centro-Atlântica S.A.. Ele também já exerceu cargos diversos em companhias afiliadas da CVRD, tais como FCA, Samarco, Ferrobarragem, Açominas, Gulf Industrial Investment Corporation, Itabasco e Hispanobrás. Desde outubro de 2003, exerce o cargo de Diretor-Presidente da Caemi Mineração e Metalurgia S.A. e da MBR.

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

ANÍBAL MOREIRA DOS SANTOS. Nascido em 26.08.1938, inscrito no CPF sob o nº 011.504.567-87, o Sr. Santos foi eleito membro efetivo do Conselho Fiscal da CVRD, desde julho de 2005, com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária de 2007, tendo ocupado o cargo de suplente do Conselho Fiscal de abril a julho de 2005. O Sr. Santos é Técnico em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio da Fundação Getúlio Vargas. No período de 1962 a 1965, o Sr. Santos foi Auditor Sênior da Arthur Andersen. O Sr. Santos já integrou o Conselho Fiscal da Cadam S.A., de 1999 a 2003, bem como membro suplente do Conselho de Administração da Empreendimentos Brasileiros de Mineração S.A. e da Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Foi também membro da Diretoria da Caemi Canadá Inc., Caemi Canadá Investments Inc., Caemi International Holdings BV, Caemi International Investments NV e CMM Overseas Ltd., subsidiárias da Caemi, de 1998 a 2003, quando se aposentou. Ingressou no Grupo Caemi em 1965, onde exerceu diversas funções, e dentre elas, de 1983 a 2003, foi seu diretor de controle. Indicado pela acionista VALEPAR S.A.

MARCELO AMARAL MORAES. Nascido em 10/07/1967, inscrito no CPF sob o nº 929.390.077-72, o Sr. Moraes é bacharel em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – FEA/UFRJ (1990) e possui Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPEAD/UFRJ (1993). O Sr. Moraes é membro efetivo do Conselho Fiscal desde abril de 2004, com prazo de gestão até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2007. É também Gerente de investimentos no Bradespar S.A. desde 2000. Trabalhou vários anos nas áreas de fusões e aquisições e de mercado de capitais nos Bancos Bozano, Simonsen e Cindam. Foi membro suplente dos Conselhos de Administração da CVRD, em 2003, e da Net Serviços de Comunicação, em 2004. Atualmente é Gerente de Investimentos da Bradespar. Foi indicado pela acionista VALEPAR S.A.

OSWALDO MÁRIO PÊGO DE AMORIM AZEVEDO. Nascido em 23/06/1941, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.065.327-04, o Sr. Amorim é graduado em Engenharia Industrial e de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi eleito membro suplente do Conselho Fiscal da CVRD desde julho de 2005, com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária de 2007, tendo ocupado o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da CVRD de abril de 2004 até julho de

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

2005. Além disso, ocupa os cargos de Vice-Presidente de Operações Internacionais da Sul América Seguros, desde janeiro de 1996; e Vice-Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG). De janeiro de 1964 a março de 1975, ocupou o cargo de engenheiro da CVRD. De 1975 até a presente data, ocupou vários cargos na área de seguros, dentre os quais foi Diretor de Planejamento da Sul América Seguros e Vice-Presidente Executivo da Sul América Unibanco Seguradora, uma associação entre Sul América e Unibanco. Indicado pela acionista VALEPAR.

JOSÉ BERNARDO DE MEDEIROS NETO. Nascido em 26/05/1938, inscrito no CPF sob o nº 005.573.740-49, Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Sr. Medeiros Neto é membro do Conselho Fiscal desde abril de 2005, com prazo de gestão até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 2007. O Sr. Medeiros Neto é funcionário aposentado do Banco do Brasil, onde ingressou em 10 de abril de 1957 e permaneceu até 1974 tendo exercido várias posições. Exerceu o cargo de Diretor Vice-Presidente do Banco do Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL, de 1975 a 1980, na área administrativa e operacional. Foi Diretor Presidente da Banrisul Financeira S.A. de 1980 a 1982. Atualmente exerce os cargos de presidente da AFABB-RS – Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil – RS, Presidente do Conselho Fiscal da Previ. Foi indicado pela acionista VALEPAR S.A.

MARCOS COIMBRA. Nascido em 07.03.1944, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.596.447-87, o Sr. Coimbra foi eleito membro do Conselho Fiscal da CVRD, em abril de 2006, com prazo de gestão até a Assembléia Geral Ordinária de 2007. O Sr. Coimbra é economista pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com especialização e pós-graduação em Administração Educacional pela Universidade Metodista de Piracicaba. No período de 1971 a 2000, o Sr. Coimbra foi professor titular da cadeira de Economia da Universidade Cândido Mendes, e, de 1993 a 1995, ele foi chefe do Departamento de Teoria Quantitativa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. De 1987 a 1993, o Sr. Coimbra exerceu o cargo de membro do Conselho de Administração da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, onde já havia sido chefe da Divisão de Assuntos Econômicos de 1986 a 1994. Foi Consultor Especial para Assuntos Parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, de 1995 a 2003. O Sr. Coimbra já exerceu o cargo de diretor do Centro Universitário Bennett e da Planec Ltda, bem como de conselheiro da Grande Oriente do Brasil. Indicado pela acionista VALEPAR S.A.

BERNARD APPY. Nascido em 19.02.1962, inscrito no CPF/MF sob o nº 022.743.238-01, o Sr. Appy foi eleito membro do Conselho Fiscal da CVRD, em abril de 2006, com prazo de gestão até a Assembléia Geral Ordinária de 2007. O Sr. Appy é bacharel em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - FEA/USP, e mestre em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE/UNICAMP. Desde abril de 2006 ocupa o cargo de Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, cargo que já havia ocupado de janeiro de 2003 a maio de 2005. De maio de 2005 a março de 2006, ele exerceu o cargo de Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Desde 1997, o Sr. Appy é Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Eleito pelos titulares de ações preferenciais classe "A".

TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY. Nascido em 05.04.1964, inscrito no CPF/MF sob o nº 316.688.601-04, bacharel em Engenharia Civil com pós-graduação em Geotecnia pela Universidade de Brasília, o Sr. Godoy foi eleito membro

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

suplente do Conselho Fiscal da CVRD, desde agosto de 2004 com prazo de gestão até a Assembléia Geral Ordinária de 2007. O Sr Godoy atualmente é Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional. Ele já ocupou vários cargos no setor público federal, destacando-se: Coordenador-Geral de Assunção e Reestruturação de Passivos e Coordenador-Geral de Administração da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional; Secretário-Adjunto e Coordenador-Geral da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. Foi Diretor da Fundação de Seguridade Social - GEAP e Consultor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL e da Century Consultoria Econômica. Participou em Conselhos Fiscais como representante do Governo nas seguintes empresas estatais: Siderurgia Brasileira S/A - SIDERBRÁS, Companhia Estatal de Gás do Estado do Rio de Janeiro - CEG/RJ, Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro - CDRJ, Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV, Empresa de Telecomunicações do Rio de Janeiro - TELERJ, Banco do Brasil Investimento - BBI. Atualmente, é membro do Conselho Diretor do SERPRO, do Conselho Fiscal do Banco do Brasil - Distribuidora de Valores Mobiliário - BBDTVVM e do Conselho Deliberativo da Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF. Eleito pelos titulares de ações preferenciais classe "A".

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
AGO	27/04/2006	51.130	5.711	NÃO	PLENO
7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO					
PNA					
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO					
9 - EXISTE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL
	10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL	14 - QUANTIDADE (Unidade)
	586.706.356	39,90	959.735.284	96,80	1.546.441.640
					15 - PERCENTUAL
					62,87

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO		
18 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL
PNA	959.735.284	96,80

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ	5 - UF
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54	

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	15/3 - % PREFERENCIAIS						
001	BNDES PARTICIPAÇÕES S.A.					00.383.281-0001/09	BRASILEIRA	RJ
	100.578.860	6,70	728.666	0,08	101.307.526	4,12	22/05/2006	NÃO
PNA			728.666		0,08			
TOTAL			728.666		0,08			
002	VALEPAR					01.772.413-0001/57	BRASILEIRA	RJ
	784.294.266	52,29	0	0,00	784.294.266	31,89	22/05/2006	SIM
997	AÇÕES EM TESOURARIA							
	28.291.020	1,89	22.916	0,00	28.313.936	1,15		
PNA			22.916		0,00			
TOTAL			22.916		0,00			
998	OUTROS							
	586.734.712	39,12	959.006.618	99,92	1.545.741.330	62,84		
PNA			959.006.618		99,92			
TOTAL			959.006.618		99,92			
999	TOTAL							
	1.499.898.858	100,00	959.758.200	100,00	2.459.657.058	100,00		
PNA			959.758.200		100,00			
TOTAL			959.758.200		100,00			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001	BNDES PARTICIPAÇÕES S.A.	22/05/2006
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
		4 - NACIONALIDADE
		5 - UF

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL													
002		VALEPAR				22/05/2006													
1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF									
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.							
002001		BNDES PARTICIPAÇÕES										00.383.281-0001/09		BRASILEIRA		RJ			
		37.125.000		11,52		0		0,00		37.125.000		9,48		31/03/2006					
002002		LITEL PARTICIPAÇÕES S.A.										00.743.065-0001/27		BRASILEIRA		RJ			
		157.991.298		49,00		49.784.472		71,41		207.775.770		52,98		31/03/2006					
002003		LITELA PARTICIPAÇÕES S.A.										05.495.546-0001/84		BRASILEIRA		RJ			
		0		0,00		19.931.442		28,59		19.931.442		5,08		31/03/2006					
002004		ELETRON S.A.										00.514.998-0001/42		BRASILEIRA		RJ			
		94.359		0,03		0		0,00		94.359		0,02		31/03/2006					
002005		BRADESPAR S.A.										03.847.461-0001/92		BRASILEIRA		RJ			
		68.398.491		21,21		0		0,00		68.398.491		17,44		31/03/2006					
002006		MITSUI & CO., LTD												JAPONESA					
		58.822.071		18,24		0		0,00		58.822.071		15,00		31/03/2006					
002999		TOTAL																	
		322.431.219		100,00		69.715.914		100,00		392.147.133		100,00							

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
002001	BNDES PARTICIPAÇÕES	31/03/2006
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
12 - COMP. CAP. SOC.	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
002002	LITEL PARTICIPAÇÕES S.A.	31/03/2006
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
12 - COMP. CAP. SOC.	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA					3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
002003	LITELA PARTICIPAÇÕES S.A.					31/03/2006
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL					3 - CPF/CNPJ
5 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
002003001		Litel Participações S.A.				
28.386.274	100,00	0	0,00	28.386.274	100,00	31/03/2006
002003999		TOTAL				
28.386.274	100,00	0	0,00	28.386.274	100,00	

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 002003001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA Litel Participações S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/03/2006
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
		4 - NACIONALIDADE
		5 - UF

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
002004	ELETRON S.A.	31/03/2006
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
12 - COMP. CAP. SOC.	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
002005	BRADSPAR S.A.	31/03/2006
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
12 - COMP. CAP. SOC.	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
002006	MITSUJI & CO., LTD	31/03/2006
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
12 - COMP. CAP. SOC.	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 31/03/2006

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Unidades)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	ESCRITURAL		1.499.898.858	9.007.032	9.007.032
02	PREFERENCIAIS			0	0	0
03	PREFERENCIAIS CLASSE A	ESCRITURAL		959.758.200	10.485.369	10.485.369
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			2.459.657.058	19.492.401	19.492.401

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00417-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA VALE DO RIO DOCE	3 - CNPJ 33.592.510/0001-54
---------------------------	--	--------------------------------

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	16/04/2003	6.300.000	1.300.000	Reserva de Lucro	0	0,000000000000
02	28/04/2004	7.300.000	1.000.000	Reserva de Lucro	0	0,000000000000
03	27/04/2005	14.000.000	6.700.000	Reserva de Lucro	0	0,000000000000
04	31/03/2006	19.492.401	5.492.401	Incorporação de Empresas	0	0,000000000000

Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

04.03 - BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA APROVAÇÃO	3 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO ANTES DA APROVAÇÃO (Reais)	4 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO DEPOIS DA APROVAÇÃO (Reais)	5 - QUANTIDADE DE AÇÕES ANTES DA APROVAÇÃO (Unidades)	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES DEPOIS DA APROVAÇÃO (Unidades)
01	27/04/2006			1.229.828.529	2.459.657.058

Data-Base - 31/12/2005

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Unidades)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
5.400.000.000	0	27/04/2006

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Unidades)
01	ORDINÁRIAS		1.800.000.000
02	PREFERENCIAIS	A	3.600.000.000

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
03	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	16/04/2003	31/12/2003	4.508.850	1,6200000000	ORDINÁRIA		400.054	30/04/2003
04	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	16/04/2003	31/12/2003	4.508.850	1,6200000000	PREFERENCIAL	A	221.766	30/04/2003
09	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/08/2003	31/12/2003	4.508.850	1,9400000000	ORDINÁRIA		479.077	31/10/2003
10	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/08/2003	31/12/2003	4.508.850	1,9400000000	PREFERENCIAL	A	265.572	31/10/2003
11	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	15/10/2003	31/12/2003	4.508.850	1,4800000000	ORDINÁRIA		365.482	31/10/2003
12	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	15/10/2003	31/12/2003	4.508.850	1,4800000000	PREFERENCIAL	A	202.601	31/10/2003
13	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	14/04/2004	31/12/2003	4.508.850	2,0600000000	ORDINÁRIA		205.793	30/04/2004
14	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	14/04/2004	31/12/2003	4.508.850	2,0600000000	PREFERENCIAL	A	114.080	30/04/2004
15	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	13/10/2004	31/12/2004	6.459.519	0,6700000000	ORDINÁRIA		502.466	29/10/2004
16	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	13/10/2004	31/12/2004	6.459.519	0,6700000000	PREFERENCIAL	A	278.538	29/10/2004
17	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	13/10/2004	31/12/2004	6.459.519	0,3600000000	ORDINÁRIA		269.982	29/10/2004
18	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	13/10/2004	31/12/2004	6.459.519	0,3600000000	PREFERENCIAL	A	149.662	29/10/2004
19	DIVIDENDO	RCA	13/10/2004	31/12/2004	6.459.519	0,2400000000	ORDINÁRIA		179.988	29/10/2004
20	DIVIDENDO	RCA	13/10/2004	31/12/2004	6.459.519	0,2400000000	PREFERENCIAL	A	99.775	29/10/2004
21	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	14/04/2005	31/12/2004	6.459.519	1,1100000000	ORDINÁRIA		816.951	29/04/2005
22	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	14/04/2005	31/12/2004	6.459.519	1,1100000000	PREFERENCIAL		461.562	29/04/2005
23	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	14/04/2005	31/12/2005	1.615.190	0,0012045000	ORDINÁRIA		886	29/04/2005
24	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	14/04/2005	31/12/2005	1.615.190	0,0012045000	PREFERENCIAL		501	29/04/2005
25	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	14/10/2005	31/12/2005	5.094.475	0,6800000000	ORDINÁRIA		500.480	31/10/2005
26	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	14/10/2005	31/12/2005	5.094.475	0,6800000000	PREFERENCIAL	A	281.520	31/10/2005
27	DIVIDENDO	RCA	14/10/2005	31/12/2005	5.094.475	0,3000000000	ORDINÁRIA		223.584	31/10/2005
28	DIVIDENDO	RCA	14/10/2005	31/12/2005	5.094.475	0,3000000000	PREFERENCIAL	A	125.766	31/10/2005
29	DIVIDENDO	RCA	14/10/2005	31/12/2005	5.094.475	0,5800000000	ORDINÁRIA		434.438	31/10/2005
30	DIVIDENDO	RCA	14/10/2005	31/12/2005	5.094.475	0,5800000000	PREFERENCIAL	A	244.372	31/10/2005
31	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	12/04/2006	31/12/2005	10.442.986	0,6661338690	ORDINÁRIA		490.144	28/04/2006

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00417-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA VALE DO RIO DOCE	3 - CNPJ 33.592.510/0001-54
---------------------------	--	--------------------------------

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
32	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	12/04/2006	31/12/2005	10.442.986	0,6661338690	PREFERENCIAL	A	319.656	28/04/2006
33	DIVIDENDO	RCA	12/04/2006	31/12/2005	10.442.986	0,4791590250	ORDINÁRIA		352.567	28/04/2006
34	DIVIDENDO	RCA	12/04/2006	31/12/2005	10.442.986	0,4791590250	PREFERENCIAL	A	229.933	28/04/2006

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00417-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA VALE DO RIO DOCE	3 - CNPJ 33.592.510/0001-54
---------------------------	--	--------------------------------

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R\$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		60,98	NÃO		PLENO	80,00		TAG ALON CONFORME DISPOSTO ART 254-A DA LEI 6.404/76
			0,00	0,00000					
02	PREFERENCIAL	A	39,02	NÃO		PLENO	0,00	NÃO	CONF. ARTSº PARÁGRAFO 5º ALÍNEA A MÍNIMO 3% S/PL OU 6% S/PARTICIP. CAPITAL DESSA CLASSE
NÃO	MÍNIMO		6,00	0,00000	NÃO	SIM	CAPITAL SOCIAL		

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
27/04/2006	0,00

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
NÃO	57.000	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2005

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2004

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2003

4 - ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	191.000	138.000	178.000
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	10.442.986	6.459.519	4.508.850
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - INÍCIO ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	(Unidades)
11 - INÍCIO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	12 - FINAL PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	13 - QTD. AÇÕES PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	14 - INÍCIO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	15 - FINAL DO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	16 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL
		(Unidades)			(Unidades)
01	ITABIRA RIO DOCE COMPANY LTDA.	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	37,91
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01/01/2005	31/12/2005		1.000
01/01/2004	31/12/2004	1.000	01/01/2003	31/12/2003	1.000
02	RIO DOCE EUROPA S.A.R.L.	. . / -	FECHADA CONTROLADA	99,80	16,47
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01/01/2005	31/12/2005		10.108.210
01/01/2004	31/12/2004	10.108.210	01/01/2003	31/12/2003	10.108.210

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	01
2 - Nº ORDEM	05
3 - Nº REGISTRO NA CVM	SEP/GER/DEB-91/022
4 - DATA DO REGISTRO CVM	26/07/1991
5 - SÉRIE EMITIDA	1A
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/07/1991
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/07/2006
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SUBORDINADA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	usd+3%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	0
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	79,98
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	79.980
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	3
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	997
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	01/07/2003
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/07/2006

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	02
2 - Nº ORDEM	06
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/SEC/2002/004
4 - DATA DO REGISTRO CVM	04/10/2002
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	08/07/1997
9 - DATA DE VENCIMENTO	
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SUBORDINADA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	0
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	0
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	0,02
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	3.885.590
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	388.559.056
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	388.559.056
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

A Companhia Vale do Rio Doce foi fundada pelo Governo Brasileiro em junho de 1942 para ser proprietária e operar as minas de minério de ferro localizadas em Itabira, no Estado de Minas Gerais e a Estrada de Ferro Vitória-Minas, que operava para transportar minério de ferro e produtos agropecuários pelo Vale do Rio Doce, no sudeste do Brasil, até o porto de Vitória, localizado no estado do Espírito Santo.

A Companhia foi fundada em conformidade com compromissos do Reino Unido, de contribuir com as minas de minério de ferro de Itabira, e dos Estados Unidos da América, de proporcionar financiamentos para aquisição de equipamentos ferroviários e de mineração.

A razão inicial da Companhia era organizar a produção e a exportação de minério de ferro, através do Sistema Sul, com a finalidade de ajudar a atender as necessidades estratégicas de matérias-primas durante a 2ª Guerra Mundial.

Em 1970, a Companhia e a United States Steel Corporation iniciaram uma associação visando a exploração dos depósitos minerais de minério de ferro de alta qualidade, localizados em Carajás, no estado do Pará, na região norte do Brasil.

Após ter adquirido a participação da United States Steel Corporation na sociedade, em 1977, a Companhia começou a construção do complexo de mineração de ferro de Carajás, bem como da Estrada de Ferro Carajás, relacionada ao complexo, com financiamento junto a várias instituições multilaterais e financeiras comerciais, incluindo, dentre elas, o Banco Mundial e a Comunidade Européia de Carvão e Aço.

O complexo de mineração de Carajás e seus respectivos serviços de transporte, tiveram o início das operações, em escala comercial, em 1987.

Em 06 de maio de 1997, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada, tendo o Consórcio Brasil (Valepar) adquirido 104.318.070 ações ordinárias, equivalentes a 41,73% do capital votante, pelo valor de R\$ 3.338.178.240,00.

A partir de dois sistemas produtivos mina-ferrovia-porto, instalados em diferentes regiões do país, a CVRD é hoje um conglomerado de exploração e beneficiamento de recursos naturais e transportes, que inclui a operação de ferrovias e portos, além da navegação marítima nacional e internacional. Participa de um conjunto de empresas nos setores de siderurgia e ferroligas e está presente em outras áreas da maior relevância na economia brasileira, tais como alumínio, cobre. Espalhada por dez estados brasileiros, constituiu em 1997 uma nova companhia para atuar no segmento de energia. A CVRD decidiu estender ao mercado de carga geral a mesma eficiência com que movimenta o minério de ferro que exporta. Nesse sentido, em 1999 foi criada uma diretoria de Logística específica para coordenar esses serviços. Essa diretoria administra terminais marítimos para, em conjunto com ferrovias próprias ou associadas, aumentar a confiabilidade e eficiência no embarque e desembarque das mais diversas cargas: contêineres, graneis sólidos, graneis líquidos e carga geral. O objetivo é ampliar a participação da CVRD no setor, oferecendo serviços de logística de forma integrada.

Todo este leque de atividades deu à CVRD extraordinário peso no desenvolvimento do país. Por esta razão, seu crescimento e desenvolvimento, além de constituir-se em motivo de orgulho para seus empregados, parceiros e acionistas,

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

refletem a capacidade brasileira de organizar e gerir uma empresa que é hoje sinônimo de eficiência e competitividade nas mais diversas regiões do planeta.

Sintonizada com seu tempo e consciente de suas responsabilidades, a CVRD publicou com as Demonstrações Contábeis de 1999 o seu primeiro Balanço Social. Através da Fundação Vale do Rio Doce (FVRD) a Companhia centra seu apoio na educação, e também dá suporte a iniciativas nas áreas de meio ambiente, saúde, infra-estrutura e desenvolvimento econômico, desempenhando importante papel para melhorar as condições de vida em inúmeras comunidades localizadas nas regiões sob sua influência.

O ano 2000 representou um marco na vida da Vale, com o lançamento de ADRs na Bolsa de Valores de Nova York. Uma abrangência tão complexa de negócios – que se estende desde a extração de minérios até a negociação das ações da Companhia nos nervosos mercados de capitais – só é possível com uma gestão moderna e inovadora. Com funcionários empenhados e bem motivados, a administração da empresa foi mais transparente, dinâmica e principalmente mais focada e eficiente.

Foi finalizada com enorme êxito a terceira e última etapa do programa de privatização da Companhia, mediante oferta global de venda de 78.787.838 ações ordinárias de propriedade do Tesouro Nacional e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. A demanda superou a oferta em mais de três vezes e as ações foram vendidas para investidores institucionais de 17 países - Brasil, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Irlanda, Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Itália, Kuwait, Luxemburgo, Suécia, Suíça, Austrália e China (Hong Kong) - e 792.443 pessoas físicas no Brasil. As ações ordinárias da CVRD começaram a ser negociadas na NYSE sob a forma de American Depositary Receipts (ADRs) em 21 de março de 2002, identificadas pelo símbolo RIO.

O sucesso dessas operações demonstrou a forte confiança que investidores brasileiros e estrangeiros depositam no futuro da CVRD. A solidez de seu balanço e a forte geração de caixa asseguraram a credibilidade no mercado internacional de dívida. Estratégia de longo prazo claramente definida, boa governança corporativa, excelência operacional, liderança inquestionável no mercado mundial de minério de ferro e a disponibilidade de significativas oportunidades de crescimento em minerais ferrosos, cobre, bauxita, alumina e serviços de logística foram particularmente importantes para a atração de um numeroso e diversificado contingente de novos acionistas.

Ao longo de sua história, a Vale expandiu sua atuação do Sudeste para todas as regiões do país. A empresa tem um amplo portfólio de produtos minerais e se consolidou como o mais importante player do setor de logística. Opera uma extensa rede de ferrovias, portos, terminais e realiza a navegação costeira, oferecendo o mais completo serviço intermodal do mercado brasileiro. Possui operações em 13 estados brasileiros: Minas Gerais, Espírito Santo, Pará, Maranhão, Tocantins, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Líder mundial no mercado de minério de ferro e pelotas, a Companhia Vale do Rio Doce já é a segunda maior produtora global de manganês e ferroligas, além de produzir bauxita, potássio, caulim, alumínio e alumina. Tem participação acionária em 3 hidrelétricas em operação e em 6 outras usinas em construção. Também participa de 4 empresas produtoras de aço. Em todos os seus empreendimentos, a Vale atua de maneira socialmente responsável e se destaca pelo desenvolvimento de projetos de alta tecnologia, em harmonia com o meio ambiente.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

A Companhia Vale do Rio Doce é uma empresa de atuação global, com atuação em 4 continentes (Américas, Europa, África e Ásia). A empresa tem negócios nos seguintes países: Estados Unidos, Peru, Chile, Argentina, Bélgica, França, Noruega, China, Japão, Bahrain, Gabão e Mongólia. Seus produtos minerais são transformados em milhares de bens que fazem parte do dia-a-dia de milhões de pessoas em todo o mundo.

A Vale possui um moderno sistema de governança corporativa, que ajuda a empresa a focar suas atividades e a implantar seu planejamento estratégico. O objetivo é ingressar no seleto grupo das 3 maiores mineradoras diversificadas do mundo até o final desta década. A empresa também busca alcançar a liderança no setor de logística na América Latina.

Os prêmios e títulos conquistados pela Companhia Vale do Rio Doce durante o ano de 2005 expressam a atitude responsável mantida pela empresa com a sociedade:

Best Metals And Mining Company of Latin America 2005

Categorias Investor Relations, Corporate Governance e CEO. Conferido por Reuters Institutional Investor Survey.

IR Magazine Awards 2005 – Brazil

Grand-prix do Melhor Programa de Relações com Investidores. Prêmio Melhor Desempenho em Relações com Investidores por um CEO ou CFO, concedido ao Diretor-Presidente Roger Agnelli e ao Diretor-Executivo de Finanças Fábio Barbosa.

Troféu Transparência

Concedido à Vale pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras (Fipecafi – USP) e Serasa.

Prêmio Empresa do Ano do Setor Mineral

Concedido à Vale pela revista Brasil Mineral.

Melhor Operadora Intermodal

Concedido à Vale pela Revista Ferroviária.

Prêmio Nacional de Seguridade Social – Liderança Empresarial

Concedido ao Diretor-Presidente Roger Agnelli pelo Instituto Cultural de Seguridade Social (ICSS), com apoio da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e do Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência.

Prêmio Top Marketing 2005 - Personalidade Empresarial

Concedido ao Diretor-Presidente Roger Agnelli pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB).

Título de Cidadão Honorário do Rio de Janeiro

Conferido ao Diretor-Presidente Roger Agnelli pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

Prêmio Profissional do Ano ANEFAC 2005

Concedido ao Gerente-Geral de Controladoria, Marcus Vinícius Dias Severini, na categoria Profissional do Ano de Contabilidade, pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Prêmio ABERJE 2005

Melhor Empresa de Comunicação do Ano pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial. Prêmios nacionais nas categorias Eventos Especiais, Vídeo de Comunicação Externa, e-news Interna, Relacionamento com Comunidade e Internet, além de 19 prêmios regionais, em diversas categorias.

Prêmio FINDES/CONSUMA

Concedido ao Parque Botânico Vale do Rio Doce pela Federação das Indústrias do Espírito Santo e pelo Conselho Superior para Assuntos de Meio Ambiente da FINDES.

VII Prêmio Minas Desempenho Empresarial 2005

Concedido à Vale pela revista Mercado Comum, na categoria Maiores Empresas de Minas Gerais/Maior Exportadora.

Prêmio CNI/Pará

Concedido pela Confederação Nacional da Indústria, na categoria Qualidade e Produtividade, modalidades Melhoria do Processo Produtivo e Produção Mais Limpa.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

O DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

Minerais ferrosos

A produção de minério de ferro da Vale registrou novo recorde histórico, alcançando a marca de 240,413 milhões de toneladas, 10,3% acima do volume produzido em 2004, 218,010 milhões de toneladas. Entre 2001 e 2005, a produção da Companhia cresceu à taxa média anual de 15%, aumentando em 100 milhões de toneladas em quatro anos, o que consolidou sua liderança no mercado global.

Todos os complexos de mineração da Vale tiveram produção recorde em 2005, resultado devido à entrada em operação da mina de Fábrica Nova no Sistema Sul, ramp-up de Capão Xavier, expansão de capacidade de Carajás e ganhos de produtividade em quase todas as demais minas.

Para dar sustentação ao processo de realização de ganhos de eficiência, os programas TEOR – Transformando a Excelência Operacional em Resultados – e PRO-ATIVO – de excelência em manutenção – enfatizaram em 2005 a disseminação da metodologia de melhoria do desempenho operacional junto às operações, especialmente as de minerais ferrosos e logística. A difusão de melhores práticas incorpora-se estruturalmente, a partir de 2006, às operações rotineiras da Companhia.

Em 2005 a produção de pelotas foi de 36,376 milhões de toneladas, 2,2% acima do volume de 2004. Foram produzidas 22,8 milhões de toneladas de pelotas de alto-forno e 13,6 milhões de toneladas de pelotas de redução direta. O volume atribuível à Vale produzido pelas usinas das joint ventures localizadas em Tubarão (Nibrasco, Kobrasco, Itabasco e Hispanobras) foi de 11,156 milhões de toneladas; pela Samarco, 6,852 milhões; e pela GIIC, 2 milhões.

Pelo quinto ano consecutivo, a Vale liderou o acordo de preços no mercado transoceânico de minério de ferro. Em 2005, fechou o preço benchmark com a Nippon Steel, uma das maiores siderúrgicas da Ásia, com aumento de 71,5% para o sinter feed Carajás em relação ao preço de 2004, o que corresponde ao maior reajuste da história. Já o preço FOB-Tubarão de pelotas subiu 86,67%, e para o minério de ferro granulado o aumento foi de 79%.

As vendas de minério de ferro e pelotas bateram recorde em 2005, com 252,189 milhões de toneladas, proporcionando receita bruta de R\$ 23,4 bilhões, 66,1% da receita total da Companhia. Em relação ao ano anterior, a receita com embarques desses produtos apresentou crescimento de 50,3%.

A China, maior importadora mundial de minério de ferro, comprou da Vale 56,530 milhões de toneladas, 22,4% da quantidade total vendida. O Japão absorveu 25,250 milhões de toneladas, representando 10,0% dos embarques, a Alemanha 24,555 milhões de toneladas, 9,7%; seguida da França com 4,7%; Coreia do Sul com 4,2%; e Itália com 3,9%. As vendas para as siderúrgicas e produtores de ferro-gusa do Brasil somaram 45,644 milhões de toneladas, 18,1% das vendas totais.

A Vale comemorou o aniversário de 50 anos do primeiro embarque de minério de ferro brasileiro para o Japão. A parceria desenvolvida com as siderúrgicas japonesas completou, portanto, meio século de respeito mútuo, confiança e realizações, durante o qual a Vale cresceu, concorrendo ao mesmo tempo para o desenvolvimento econômico da Ásia.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

A Vale assinou em 2005 importantes contratos de venda de minério de ferro e pelotas, referentes a um volume de 235 milhões de toneladas, com maturidade média de sete anos.

Em contraste com o comportamento dos demais minérios e metais, o mercado para as ligas de ferro-manganês apresentou situação de excesso de oferta, causado pela resposta exagerada dos produtores aos estímulos concedidos pelos aumentos de preços, que resultou em aumento de 18,6% da produção mundial em 2004. Desse modo, 2005 foi caracterizado por redução de preços de ligas, iniciada ainda no último trimestre de 2004. O minério de manganês, cuja principal utilização é na fabricação de ligas, sofreu com a defasagem de cerca de um semestre o efeito negativo dos movimentos de preços.

Em 2005, a produção de minério de manganês da Vale totalizou 3,032 milhões de toneladas e a de ligas, 563 mil toneladas. Uma vez que a maior parte do minério de manganês produzido é utilizada internamente para a produção de ferroligas, as vendas desse minério para clientes foram de 907 mil toneladas, enquanto os embarques de ligas somaram 547 mil toneladas. A receita bruta obtida com essas vendas foi de R\$ 1,488 bilhão.

O EBITDA gerado pelas operações com minerais ferrosos somou R\$ 13,582 bilhões, correspondendo a 81,3% da geração de caixa da Companhia.

A CADEIA DO ALUMÍNIO – Bauxita, Alumina e Alumínio Primário

A produção dos produtos da cadeia do alumínio atingiu níveis recordes em 2005: 6,9 milhões de toneladas de bauxita, 2,6 milhões de toneladas de alumina e 496 mil toneladas de alumínio primário. Atualmente, toda a produção de bauxita da Vale corresponde ao take de 40%, proporcional à sua participação acionária, na produção da Mineração Rio do Norte, que alcançou 17,2 milhões de toneladas.

Coerentemente com nosso foco estratégico, está em desenvolvimento a mina de bauxita de Paragominas, no Estado do Pará, cujo início de produção deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2007. As fases I e II (a ser concluída em 2008) se destinarão ao suprimento da expansão da produção de alumina, decorrente da implantação dos módulos 4, 5, 6 e 7. Em 2008, Paragominas terá capacidade para produzir 9,9 milhões de toneladas anuais de bauxita, enquanto a refinaria de alumina contará com capacidade nominal de 6,4 milhões de toneladas por ano. Com os módulos 4 e 5, inaugurados no primeiro trimestre de 2006, a Alunorte já se transformou na maior refinaria de alumina do mundo.

A receita bruta derivada dos embarques desses produtos para clientes foi de R\$ 3,857 bilhões, o que resultou no EBITDA de R\$ 1,446 bilhão, 8,7% do valor total obtido pela Companhia em 2005.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Minerais não-ferrosos

A Vale consolidou em 2005 seu ingresso na indústria de concentrado de cobre, com o primeiro ano integral de operação da Mina do Sossego e vendas para 13 clientes em 11 diferentes países.

A produção do Sossego ultrapassou a barreira das 100 mil toneladas de cobre em concentrado, totalizando 107 mil toneladas. Os embarques de concentrado de cobre geraram receita bruta de R\$ 937 milhões.

Foram iniciadas as obras da usina hidrometalúrgica de Carajás, cuja capacidade de produção será de 10 mil toneladas anuais de cobre catodo. Esta usina está sendo construída junto à Mina do Sossego, e tem como objetivo testar a tecnologia da rota hidrometalúrgica para o processamento do minério de cobre. Se comprovada sua eficiência, não só poderá processar a custos bastante competitivos o minério a ser produzido no futuro pelos depósitos do Salobo e Alemão como se transformará num salto tecnológico na indústria do cobre.

A produção de cloreto de potássio, importante matéria-prima da indústria de fertilizantes, foi de 641 mil toneladas, um recorde histórico, e as vendas totalizaram 640 mil toneladas. A receita bruta correspondente foi de R\$ 359 milhões. A conclusão do projeto de ampliação de capacidade de produção da mina de Taquari-Vassouras para 850 mil toneladas permitirá o crescimento de vendas em 2006.

A combinação dos ativos de caulim, PPSA e Cadam, foi um fator impulsionador das vendas deste produto. O maior diferencial competitivo está na diversidade de produtos que podem ser produzidos, consequência da flexibilidade proporcionada por jazidas de classe mundial. Aumentou, dessa maneira, o potencial de desenvolvimento de diferentes produtos, nos colocando numa posição de poder atender no futuro aos diversos segmentos da indústria do papel.

Em 2005 a produção de caulim totalizou 1,218 milhão de toneladas. Na PPSA foram produzidas 517 mil toneladas, enquanto na CADAM a produção somou 701 mil toneladas. As vendas de caulim foram de 1,218 milhão de toneladas e a receita bruta obtida, R\$ 428 milhões.

O EBITDA produzido pelas operações com minerais não-ferrosos foi de R\$ 427 milhões, representando 2,6% do EBITDA total da Vale em 2005. Todavia, com a adição dos projetos de níquel e cobre, a tendência é de aumento da contribuição desta área para a geração de caixa da Companhia.

Carvão

A entrada da Vale nos negócios de níquel e carvão viabilizará a complementação do portfólio de produtos fornecidos para seus clientes na indústria do aço, somando-se aos diversos tipos de minério de ferro, pelotas e ligas de ferro-manganês.

Em janeiro de 2006, chegou ao Terminal de Praia Mole, em Vitória, Estado do Espírito Santo, o primeiro carregamento de carvão antracito, de 40 mil toneladas, produzido pela Henan Longyu Energy Resources Ltd. (Longyu), empresa localizada na China e na qual a Companhia possui 25% do capital em associação com empresas chinesas. A Longyu produziu 2,68 milhões de toneladas de produtos de carvão em 2005 e planeja produzir 4,5 milhões em 2006. O investimento nessa joint venture gerou para a Vale equivalência patrimonial de R\$ 23 milhões.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

A Vale adquiriu 25% do capital da Shandong Yankuang International Coking Co., associação com o Yankuang Group Co. e Itochu Corporation, para a produção de coque metalúrgico. O investimento total da Vale será de aproximadamente US\$ 27 milhões.

A planta industrial, na província de Shandong, na China, está em construção e terá capacidade anual de produção de 2 milhões de toneladas de coque e 200 mil toneladas de metanol como subproduto. O início de suas operações está previsto para o primeiro semestre de 2006.

Ao mesmo tempo, a Companhia desenvolve estudos visando ao desenvolvimento de dois depósitos de carvão: (i) viabilidade econômica do depósito de Moatize, em Moçambique, onde se estima ser possível produzir 14 milhões de toneladas de produtos carvão metalúrgico e energético durante 70 anos; (ii) estudo exploratório do depósito de carvão subterrâneo Belvedere, no Estado de Queensland, Austrália, com recursos avaliados em 2,7 bilhões de toneladas.

Serviços logísticos

Como consequência do considerável volume de recursos investido, a Vale é a principal fornecedora de serviços de logística no Brasil, sendo responsável por 68% da movimentação de cargas em ferrovias e 27% da movimentação portuária.

O papel desempenhado pela Companhia no transporte da produção agrícola tem tido importância crescente: em 2005 movimentamos 10,7 milhões de toneladas de soja em grãos, farelo de soja, açúcar, fertilizantes e outros produtos, contribuindo inclusive para a ampliação das fronteiras agrícolas do país, nas regiões norte e centro-oeste. A Vale foi responsável pela movimentação, incluindo transporte ferroviário e serviços portuários, de 18% das exportações brasileiras de soja e por 9% da movimentação na importação de fertilizantes.

A Companhia tem assumido também posição de destaque no transporte marítimo de cabotagem para produtos industriais e bens de consumo, além de ter sido a principal empresa no transporte marítimo de carga entre Brasil e Argentina em 2005.

A Vale investiu R\$ 1,8 bilhão em 2005 na expansão e melhoria de sua infra-estrutura de logística e na aquisição de 5.414 vagões e 125 locomotivas para utilização no transporte de seus produtos e de carga geral para clientes na Estrada de Ferro Carajás – EFC, Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM e Ferrovia Centro-Atlântica – FCA.

O volume total de carga transportado em 2005 pelas ferrovias da Vale foi 28,379 bilhões de toneladas quilômetro útil, recorde histórico. As principais cargas transportadas foram insumos e produtos da indústria do aço, 44,2% do total, produtos agrícolas, 37,8%, e material de construção e produtos florestais, 8,0%.

A EFVM transportou 13,304 bilhões de tku; a EFC, 3,024 bilhões de tku e a FCA, 10,329 bilhões de tku. O volume transportado pela MRS Logística, empresa coligada, em 2005 foi de 1,722 bilhão de tku.

A segurança nas operações é um aspecto relevante da estratégia de negócios da Vale, objetivando minimizar os riscos de vida, a perda de ativos e de fluxo de caixa. Nas três ferrovias controladas pela Vale, Carajás, Vitória a Minas e FCA, o número de acidentes vem reduzindo continuamente, como resultado do foco em segurança.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Os serviços de logística para clientes proporcionaram receita bruta de R\$ 3,291 bilhões, 9,3% da receita total da Companhia. O transporte ferroviário de carga geral participou com R\$ 2,405 bilhões, 73%; os serviços portuários com R\$ 490 milhões, 15%; e a navegação de cabotagem e os serviços de apoio portuário com R\$ 396 milhões, 12%.

O EBITDA gerado pelos serviços de logística somou R\$ 1,217 bilhão, 7,3% do total da CVRD no ano de 2005.

Reduzindo Custos: A Geração de Energia Elétrica

Em 2005, a Vale consumiu 16,9 TWh de energia elétrica, representando 4,4% do consumo total do Brasil. O custo com o consumo de energia elétrica foi de R\$ 1,4 bilhão, contribuindo com 8,7% do custo de produtos vendidos. Dada a natureza intensiva em energia da produção de alumínio primário, as operações com produtos de alumínio participaram com 53% do consumo da Vale; as de minerais ferrosos, com 43%; minerais não-ferrosos, com 3%; e logística, onde o consumo de óleo diesel é muito importante, com 1%.

O take da Vale na geração das usinas hidrelétricas em que é acionista – Igarapava, Porto Estrela, Funil, Candonga, Aimorés – atendeu a 9% de seu consumo total. Estima-se que a economia de custos proporcionada pelos investimentos em autogeração de energia elétrica tenha sido de R\$ 110 milhões em 2005. Tal contribuição tende a se elevar em 2006 com a geração de energia por Aimorés durante os 12 meses do ano e com a entrada em operação da Usina de Capim Branco I, a partir de fevereiro.

Atualmente, a usina hidrelétrica de Capim Branco II, no Estado de Minas Gerais, encontra-se em fase de implantação, com previsão de início de geração de energia em 2007. As obras da hidrelétrica de Estreito ainda não foram iniciadas.

Outro movimento importante para a diminuição do custo de energia tem sido a migração dos contratos de fornecimento do chamado mercado cativo, no qual não há a alternativa de escolha de fornecedor e negociação de preços, para o mercado livre, em que existe flexibilidade necessária para a obtenção de melhores condições de custo. Em 2003, transações no mercado cativo eram responsáveis por 75,6% do suprimento de energia da Companhia, parcela que se reduziu para 18,1% em 2005.

A estratégia da Vale é tratar todos os insumos energéticos essenciais aos processos produtivos da Companhia de forma centralizada, buscando as melhores fontes de geração de energia aos menores custos possíveis.

Pesquisa e Desenvolvimento: Ampliando os Horizontes de Crescimento

Nosso programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D) está integrado à estratégia de crescimento e focaliza a identificação e viabilização tecnológica de novos projetos de classe mundial para desenvolvimento futuro, procurando assegurar a continuidade do processo de criação de valor no longo prazo.

Desde 2003, a Companhia tem acelerado os gastos com P&D, refletindo a diretriz estratégica que elegeu o crescimento orgânico como principal alavanca para a criação de valor para seus acionistas.

Simultaneamente, houve ampliação do escopo da exploração mineral, anteriormente concentrada na descoberta de jazidas de cobre, ouro e manganês na região de Carajás. Nos últimos anos, o programa de exploração mineral passou a englobar

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

também outros minerais, como carvão, níquel, bauxita, potássio e fosfato. O programa de exploração mineral abrange agora diversos outros Estados do Brasil e 15 países em cinco continentes.

Como consequência dessa mudança estratégica, a Vale já dispõe de um portfólio global de projetos, com estudos em diferentes graus de avanço, para o desenvolvimento de depósitos de potássio, fosfato, níquel, manganês e carvão.

Entre os projetos atualmente em estudo, o desenvolvimento da reserva de carvão de Moatize, em Moçambique, encontra-se em fase mais avançada, com previsão de conclusão do estudo de viabilidade para 2006.

Em 2005, a Vale investiu R\$ 672 milhões em P&D, envolvendo dispêndios associados ao desenvolvimento de depósitos minerais já identificados, à aplicação de inovações tecnológicas e à descoberta de novas jazidas minerais. A realização, durante o ano, de 275 mil furos de sondagem exemplifica bem o esforço da Companhia em plantar sementes para o crescimento no longo prazo.

Do total investido, 61% foram alocados para gastos no Brasil, sendo 80% no Estado do Pará, 11% em Minas Gerais e 9% em outras regiões do país. O restante foi investido em diversos países, na América do Sul, África, Ásia e Austrália.

Financiando o Crescimento com Solidez Financeira – A Conquista do Investment Grade

A forte geração de caixa da Companhia tem viabilizado o financiamento de suas iniciativas de crescimento, permitindo que os projetos sejam avaliados e aprovados de acordo com seu próprio mérito. Ao mesmo tempo, tem sido possível realizar boa distribuição de dividendos para os acionistas. Nos últimos cinco anos, o valor acumulado de investimentos e pagamento de dividendos somou R\$ 40 bilhões, o que ocorreu de maneira simultânea ao fortalecimento do balanço da Companhia.

A Vale conseguiu, em 2005, atingir uma de suas metas mais importantes: a conquista do Grau de Investimento. Com a quebra de um paradigma, segundo o qual a classificação de risco de uma empresa era limitada pelo risco soberano, a Companhia se tornou a primeira empresa controlada por acionistas brasileiros a obter o investment grade e a única no Brasil a ser reconhecida nessa posição por três entre as mais importantes agências de rating do mundo: Standard & Poor's (BBB), Moody's (Baa3) e Dominion Bond Rating Services (BBBLOW).

A relevância dessa conquista deriva de suas implicações para a redução do custo de capital, fator crítico na indústria de mineração, que possui característica intensiva em capital, concorrendo para melhorar as condições de financiamento da expansão das atividades da Vale e, conseqüentemente, para o processo de criação de valor para seus acionistas.

A dívida* total da Vale em 31 de dezembro de 2005 era de US\$ 5,010 bilhões, com incremento de US\$ 922 milhões em relação à posição de 31 de dezembro de 2004, de US\$ 4,088 bilhões.

A relação dívida bruta/EBITDA passou de 1,10x em 31 de dezembro de 2004 para 0,77x em 31 de dezembro de 2005. A relação entre dívida total e enterprise value passou de 11,8% para 10,1%. A cobertura de juros, medida pela relação EBITDA/juros pagos, se elevou de 12,41x no final de 2004, para 25,95x no final de 2005.

A dívida líquida no fim de 2005 era de US\$ 3,969 bilhões, com posição de caixa de US\$ 1,041 bilhão. Além das disponibilidades de caixa, a Vale conta com o potencial de liquidez adicional proporcionada por linhas compromissadas de

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

crédito bancário no valor de US\$ 750 milhões.

O prazo médio da dívida em 31 de dezembro de 2005 era de 7,89 anos contra 6,83 anos, ao final do ano anterior. A dívida era composta por 60% de obrigações atreladas a taxas de juros flutuantes e 40% a taxas de juros fixas. Na medida em que os preços de alumínio e cobre co-variam na mesma direção da taxa Libor, há um hedge natural contra a oscilação dos juros flutuantes.

A política de administração de dívida da Companhia tem como objetivo a redução de seus custos e dos riscos de refinanciamento. Nesse contexto, o desenvolvimento de mercados líquidos para seus bônus e a manutenção de uma postura dinâmica com respeito ao gerenciamento de passivos são bastante importantes.

Em outubro de 2005, a Companhia voltou a emitir bônus com vencimento em 2034, cupom de 8,25% ao ano, no total de US\$ 300 milhões, complementando a emissão de US\$ 500 milhões, com o mesmo vencimento e cupom, realizada em janeiro de 2004. Desse modo, esse vencimento passou a ter um montante total de US\$ 800 milhões, o que dá boas condições de liquidez para os investidores, colaborando para aumentar sua atratividade.

Em janeiro de 2006, foi emitido o bônus CVRD 2016, com dez anos de prazo, cupom de 6,250% ao ano e retorno para o investidor de 6,254% ao ano, no valor de US\$ 1,0 bilhão, com seu custo já refletindo a melhoria da percepção de risco expressada pela obtenção do investment grade-rating.

Entre o quarto trimestre de 2004 e o início de 2006, a Vale recomprou dívida, de taxas de juros mais elevadas e menor duração, no valor de US\$ 600 milhões. Na última dessas recompras, que ocorreu simultaneamente à emissão do CVRD 2016, a Companhia adquiriu US\$ 176 milhões do bônus CVRD 2013, com cupom de 9,000% ao ano.

A Confiança no Futuro dos Mercados

O ano de 2005 foi muito bom para a indústria de mineração e metais, refletindo o ciclo longo derivado do processo de desenvolvimento econômico da China e o crescimento da economia global acima de 4%. Com exceção das ligas de manganês, em que o excesso de oferta mundial levou à redução de preços, todos os produtos da Vale – minério de ferro, pelotas, bauxita, alumina, alumínio, concentrado de cobre, potássio e caulim – foram beneficiados por aumento de preços, reflexo da forte expansão do consumo mundial.

Com sólidas perspectivas, a economia global se expande a ritmo ligeiramente superior a 4% ao ano, com os países desenvolvidos – EUA, Europa dos 15 e Japão – crescendo a 3%; e as economias emergentes da Ásia, América Latina e Leste Europeu, a 6%.

No Brasil, a obtenção de sucessivos superávits fiscais primários e a austeridade na política monetária colaboraram para a criação de um ambiente de maior estabilidade, favorável ao crescimento da economia. Além disso, a expansão das exportações e a boa liquidez dos mercados financeiros internacionais concorreram para significativa melhoria do balanço de pagamentos, reduzindo sua vulnerabilidade. Desse modo, espera-se melhor desempenho da economia para 2006.

Os indicadores de produção industrial no mundo apontam para expansão sólida e mais equilibrada nos próximos trimestres.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

O cenário global fundamenta, portanto, a continuidade da forte demanda por minérios e metais.

Persistem razoáveis desequilíbrios entre demanda e oferta global de minério de ferro e alumina, que, não obstante a capacidade adicional sendo colocada em operação nos próximos meses e os projetos ora em curso, não deverão ser eliminados no curto prazo.

A operação sistemática a plena capacidade eleva a probabilidade de interrupções na produção. Diante das restrições na oferta de peças de reposição e de estoques em níveis historicamente baixos, o impacto dos problemas de produção sobre os preços tende a ser magnificado. Isto, por exemplo, tem sido importante no mercado do cobre, impondo um viés de alta para os preços.

No caso específico dos metais, o crescente fluxo de recursos para os fundos de investimento em commodities, resultante da alocação de parte das carteiras de investidores institucionais para essa classe de ativos, passou a se constituir em nova fonte de demanda a pressionar os preços.

As previsões para a safra agrícola brasileira indicam aumento de 9,3% em relação ao ano passado, quando seu desempenho foi negativamente afetado pela seca no Sul do País. Tal reversão terá impacto positivo sobre a performance das vendas de potássio e serviços de logística da Vale.

Em resumo, permanecemos confiantes na continuidade da forte demanda por minérios e metais no mundo, proveniente, principalmente, da China. Estamos trabalhando arduamente para colaborar com o aumento da oferta de minério de ferro, pelotas, alumina, carvão, cobre e níquel nos próximos anos.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Promovendo o Crescimento: A Empresa Privada que Mais Investe no Brasil

A qualidade de classe mundial dos ativos da Vale, caracterizada pela longa vida de suas reservas e pelos custos de exploração relativamente baixos, a existência de sinergias com a eficiente infra-estrutura de logística e a continuidade do crescimento da demanda global por minérios e metais conduzem a retornos esperados acima do custo de capital da Companhia, incentivando a aceleração de investimentos.

Entre 2001 e 2005, a Vale investiu R\$ 28,4 bilhões, consolidando-se como a empresa privada que mais investe no Brasil.

Diversos projetos foram concluídos, destacando-se as novas minas de minério de ferro, Fábrica Nova e Capão Xavier, e a de cobre do Sossego; a planta de pelotização de São Luís; expansões de capacidade de produção de minério de ferro de Carajás, da mina de potássio de Taquari-Vassouras, de bauxita em Trombetas e da refinaria de alumina da Alunorte; a conversão da planta de ligas de Mo I Rana, na Noruega; a construção de quatro usinas hidrelétricas, Funil, Porto Estrela, Candonga e Aimorés, e do píer III do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira.

Investimentos em logística aumentaram a capacidade de movimentação de cargas das ferrovias – Carajás, Vitória a Minas e FCA – e dos terminais marítimos da Companhia. Nos últimos três anos, a Companhia comprou 11.565 vagões e 262 locomotivas.

Em 2005, a Vale investiu R\$ 10,1 bilhões, um recorde histórico e que envolveu dispêndios de R\$ 6,5 bilhões na promoção do crescimento orgânico – R\$ 5,8 bilhões em projetos e R\$ 700 milhões em pesquisa e desenvolvimento – R\$ 1,8 bilhão na sustentação das operações existentes e R\$ 1,8 bilhão em aquisições.

A Companhia adquiriu a totalidade do capital da Canico Resources Corp., empresa de mineração canadense, proprietária do projeto de níquel laterítico Onça Puma, situado no Estado do Pará. Este projeto deverá começar a ser desenvolvido pela Vale em 2006 e possui uma série de sinergias com o Vermelho, o primeiro projeto de níquel da Companhia, localizado em Carajás.

Para 2006, a Companhia programa investir R\$ 11,8 bilhões, sendo R\$ 7,8 bilhões em novas minas e plantas e na expansão de capacidade de ativos já existentes, R\$ 1,3 bilhão serão dedicados à pesquisa e desenvolvimento e R\$ 2,7 bilhões alocados à manutenção da base de ativos já existentes.

A Vale investirá US\$ 211,1 milhões em pesquisa e desenvolvimento em diversos países na América do Sul, África, Ásia e Austrália, buscando a identificação de novas jazidas de minérios, e na realização de estudos de viabilidade do desenvolvimento de depósitos minerais já identificados.

Entre os projetos contemplados pelo orçamento de investimentos, destacam-se seis expansões de capacidade de produção de minério de ferro, em Carajás, Estado do Pará, e no Sistema Sul – Brucutu, Fábrica, Fazendão e Itabira – no Estado de Minas Gerais; a construção de duas novas plantas de pelotização, Itabiritos e Tubarão VIII, respectivamente em Minas Gerais e Espírito Santo, a mina de cobre 118, as minas de níquel do Vermelho e Onça Puma, a mina de bauxita de Paragominas, os módulos 6 e 7 da refinaria de alumina da Alunorte, todos no Estado do Pará; e a construção de duas usinas de geração de energia hidrelétrica, Capim Branco I e Capim Branco II, ambas em Minas Gerais.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54
------------------------------	--------------------

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Os investimentos previstos na infra-estrutura de serviços de logística estão orçados em R\$ 1,2 bilhão, englobando principalmente a compra de 1.426 vagões e 22 locomotivas. Serão investidos R\$ 51 milhões no projeto de engenharia da Variante Litorânea Sul da FCA, que terá extensão de 165 quilômetros, ligando Flexal a Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, numa parceria entre a Vale e o governo desse Estado. A construção deste trecho ferroviário terá início após a obtenção das licenças ambientais e aprovação do projeto pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Além disso, estão em curso projetos de ampliação de capacidade dos principais terminais marítimos da Companhia para o embarque de minério de ferro: Ponta da Madeira, no Maranhão; Tubarão, no Espírito Santo; Ilha de Guaíba e Sepetiba, ambos no Rio de Janeiro.

Simultaneamente às suas ações diretas, a Vale tem procurado atrair para o país investimentos na indústria do aço, fomentando o consumo doméstico de minério de ferro e colaborando para o desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira. O Brasil é altamente competitivo na produção de aço e ainda há espaço para implementação de novos projetos. Desse modo, existem oportunidades para a ampliação da fatia do mercado brasileiro no mercado mundial de produtos siderúrgicos.

Nesse contexto, estão avançando dois projetos para a produção de placas de aço, com investimento total estimado em US\$ 2,8 bilhões a ser realizado ao longo dos próximos três anos, os quais produzirão relevantes efeitos econômicos e sociais nas regiões em que se localizarão: nos Estados do Ceará (Ceará Steel) e do Rio de Janeiro (Companhia Siderúrgica do Atlântico).

Com investimentos significativos, a Vale continuará a trilhar o caminho da criação de valor para seus acionistas, processo capaz de produzir simultaneamente consideráveis benefícios sociais, ao gerar milhares de empregos, oportunidades de mobilidade social e econômica e expansão das exportações brasileiras.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - Código CVM	2 - Denominação Social	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	Minério de Ferro	59,69
02	Pelotas	23,83

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Minério de Ferro

Sistemas Integrados

Nossas minas de minério de ferro e operações correspondentes estão concentradas em dois sistemas no Brasil, o Sistema Sul e o Sistema Norte. O Sistema Sul situa-se nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, e o Sistema Norte situa-se nos estados do Pará e do Maranhão. Cada um dos sistemas Norte e Sul incluem reservas de minério de ferro e outras jazidas minerais, minas, instalações para processamento do minério e transportes por ferrovias e terminais marítimos integrados. Nossas estradas de ferro conectam as minas do Sistema Norte ao Complexo do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira e as minas do Sistema Sul ao Complexo do Terminal Marítimo de Tubarão. Uma pequena parte do minério de ferro produzido em nosso Sistema Sul é transportada via MRS Logística, uma companhia ferroviária na qual temos um interesse de participação direta e indireta de 29,37%, para o nosso Porto de Sepetiba, do qual somos proprietários integrais. A operação desses dois sistemas separados, cada um capacidade de transporte, aumenta a confiabilidade e a consistência de serviços para nossos clientes.

Sistema Sul

O Sistema Sul é um sistema integrado constituído por minas de minério de ferro, a ferrovia Vitória-Minas e o Complexo do Terminal Marítimo de Tubarão (localizados em Vitória, no estado do Espírito Santo). As minas de minério de ferro do Sistema Sul estão divididas em quatro complexos (Itabira, Minas Centrais, Mariana e Minas do Oeste) e localizadas em uma região chamada Quadrilátero Ferrífero no estado de Minas Gerais, no sudeste do Brasil. O Sistema Sul é acessível por rodovias ou por desvios da ferrovia na estrada de ferro Vitória-Minas. O minério de ferro das minas do Sistema Sul também é transportado para o nosso Porto de Sepetiba, no estado do Rio de Janeiro, pela ferrovia da MRS Logística. O minério de ferro no Sistema Sul é extraído pelo método de mineração a céu aberto. Essas reservas de minério possuem altas concentrações de itabirito, em comparação à hematita. Itabirito é uma rocha de quartzo-hematita com teor médio de ferro que varia de 35% a 65%, requerendo concentração para alcançar o teor para embarque, o qual é superior a 64% do teor médio de ferro. A hematita é um minério de ótima qualidade com um conteúdo de ferro de aproximadamente 66%. As minas do Sistema Sul normalmente processam seu minério natural por meio de etapas de moagem, classificação e concentração, produzindo *sinter feed*, minério granulado e pellet feed nas usinas de beneficiamento localizadas nas minas. Produzimos 57,5% da energia consumida no Sistema Sul em nossas usinas hidrelétricas de Igarapava, Porto Estrela, Funil e Candonga.

Sistema Norte

O Sistema Norte é constituído por mina, ferrovia e porto integrados, incluindo minas a céu aberto e um complexo de processamento de minério. O Sistema Norte está situado na região de Carajás, nos estados do Pará e do Maranhão, no norte do Brasil (na bacia do rio Amazonas), em terras públicas para as quais temos as concessões para mineração. As reservas do Sistema Norte estão entre as maiores jazidas de minério de ferro do mundo. Estas reservas estão divididas em duas sessões principais (norte e sul), afastadas aproximadamente 35 quilômetros. As atividades de extração de minério de ferro no Sistema Norte estão atualmente sendo conduzidas na sessão norte, a qual é dividida em cinco campos principais de mineração (N4E, N4WN, N5W, N5E e N5EN). As operações industriais em escala industrial começaram em 1985.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Devido ao alto teor de ferro (66,6% em média) no Sistema Norte, não temos de operar uma usina de concentração em Carajás. O processo de beneficiamento consiste simplesmente em classificar os produtos por tamanho, incluindo seleção, hidrociclone, moagem e filtragem. Isto nos permite produzir minério de ferro comercializável no Sistema Norte a um custo mais baixo que no Sistema Sul. O processo de beneficiamento consiste na produção de granulados (*sinter feed* e *pellet feed*) e finos de minério especiais para processos de redução direta e minério granulado. Após o processo de beneficiamento, nossa estrada de ferro Carajás transporta o minério de ferro do Sistema Norte ao Complexo do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira em São Luís, no estado do Maranhão.

Nosso complexo em Carajás é acessível por transportes rodoviário, aéreo e ferroviário. Adquire energia elétrica a taxas de mercado das fornecedoras regionais. Para auxiliar nossas operações de Carajás e reduzir a rotatividade do pessoal da mineração, oferecemos moradia e outras instalações em um vilarejo nas proximidades.

Pelotas

Nossas atividades de pelotas aumentam nosso mercado de produtos finos e ultra-finos de minério de ferro. Vendemos minério fino para nossas *joint ventures* de pelotização com base nos preços de mercado. Historicamente, temos atendido todas as necessidades de minério de ferro de nossas *joint ventures* do Sistema Sul. Além de pelotas BF, parte das pelotas que nós e nossas *joint ventures* produzimos são pelotas DR, utilizadas em usinas siderúrgicas que usam a tecnologia de forno de arco elétrico no lugar de altos-fornos.

Ouro

Nossas operações com ouro agora consistem apenas em ouro produzido como um derivado de nossas com minério de ferro em Itabira e o ouro que produzimos como derivado de nossos projetos de cobre em Carajás. Em 2004, produzimos 0,97 mil toneladas de onças troy de ouro como um derivado da produção de minério de ferro em nossa mina de Itabira e 56,76 mil onças troy de ouro contido em nossa produção de concentrado de cobre em nossa mina de Sossego. As receitas relacionadas a ouro contidas no concentrado são computadas juntamente com as receitas de cobre. Também continuamos a investir em exploração mineral visando a descoberta de reservas de ouro.

Potássio

O potássio é uma matéria prima importante usada na produção de fertilizantes e usado na produção de mistura de fertilizantes. Arrendamos uma mina de potássio (a mina Taquari – Vassouras) em Rosário do Catete, no estado de Sergipe, da Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), a companhia brasileira de petróleo. O arrendamento foi assinado em 1991 por um período de 25 anos, renováveis por outros 25 anos. A mina é a única mina de potássio do Brasil e atualmente possui uma capacidade nominal de 600.000 toneladas por ano. A Taquari – Vassouras é uma mina subterrânea cuja profundidade varia de 430 a 640 metros. Em 2004, produzimos 638 mil toneladas de potássio com transportes de 630 mil toneladas, e tivemos um faturamento de US\$124 milhões. Todas as vendas da mina Taquari – Vassouras são destinadas ao mercado interno.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Cobre

Sossego é nosso primeiro projeto de exploração de cobre e iniciou a produção comercial de concentrado de cobre em junho de 2004. O projeto de exploração de cobre de Sossego está localizado no Distrito Mineral de Carajás, no sudoeste do estado do Pará, norte do Brasil. Produz concentrado de cobre, o qual também contém ouro. Portanto não há venda de ouro como um produto individual. Conduzimos nossa operação Sossego principalmente ao nível da controladora.

O projeto de cobre Sossego possui duas jazidas de minérios principais (Sossego e Sequeirinho). O minério de cobre é extraído a céu aberto e a produção da mina (run-of-mine) é processada pelo método padrão de britagem primária e transporte em correia, SAG e moinho de bolas, flotação de concentrado de cobre, remoção de impureza, espessamento do concentrado, filtragem e retirada da plataforma. A capacidade operacional anual projetada é de 15 milhões de toneladas extraídas para produzir uma média de 140 mil toneladas de concentrado de cobre contido no concentrado (teor de 30%). O cobre em concentrado será transportado em caminhões até o terminal de armazenagem de Parauapebas e então transportado pela ferrovia Carajás até o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira em São Luís, estado do Maranhão.

Construímos uma estrada de 85 quilômetros ligando Sossego à Carajás e uma linha de transmissão de energia que nos permita comprar energia elétrica a preço de mercado. Temos um contrato de longo prazo para o fornecimento de energia com a Eletronorte, que nos venderá energia da usina hidrelétrica de Tucuruí, localizada no rio Tocantins.

Ferrovias

Ferrovia Vitória-Minas. A ferrovia Vitória-Minas, parte do Sistema Sul, liga as minas do Sistema Sul no Quadrilátero Ferrífero, no estado de Minas Gerais, ao Complexo do Terminal Marítimo de Tubarão, em Vitória, estado do Espírito Santo. Operamos esta ferrovia por uma concessão renovável de 30 anos que expira em 2027. Esta ferrovia estende-se por 905 quilômetros até o nosso Complexo do Terminal Marítimo de Tubarão localizado próximo ao Porto de Vitória, no Espírito Santo. A ferrovia Vitória-Minas consiste em duas linhas férreas que se estendem por 601 quilômetros para permitir viagens férreas contínuas em direções opostas, e ramificações férreas simples de 304 quilômetros. Empresas industriais estão localizadas nas proximidades desta área e as principais regiões agrícolas são adjacentes e acessíveis à ferrovia Vitória-Minas. A Vitória-Minas tem capacidade diária de 310.000 toneladas de minério de ferro. Em 2004, a ferrovia Vitória-Minas transportou um total de 64,8 bilhões tku toneladas de minério de ferro e outras cargas (das quais 18,5 bilhões tku, ou 28%, consistiram em cargas transportadas para terceiros). A ferrovia Vitória-Minas também transportou aproximadamente 1,1 milhão de passageiros em 2004.

Os principais carregamentos da ferrovia Vitória-Minas consistem em:

- minério de ferro e pelotas, transportados para nós mesmos e para terceiros,
- aço, carvão, ferro-gusa, calcário e outras matérias-primas transportadas para siderúrgicas localizadas ao longo da ferrovia,
- produtos agrícolas, como grãos e farinha de soja, e
- outras cargas gerais tais como materiais de construção, polpa, combustíveis e produtos químicos.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Cobramos valores de mercado pelo frete a terceiros, incluindo pelotas originárias das *joint ventures* e outras empresas nas quais nós não participamos em 100% do capital. Os preços de mercado variam com base na distância transportada, o tipo de produto e o peso da carga em questão.

Ferrovia Carajás. Operamos a ferrovia Carajás por uma concessão renovável de 30 anos que expira em 2027. Esta ferrovia, situada no Sistema Norte, inicia-se em nossa mina de minério de ferro em Carajás, no estado do Pará, e estende-se por 892 quilômetros até o nosso Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, localizado nas proximidades do Porto de São Luís, no estado do Maranhão. A ferrovia Carajás consiste em uma linha férrea, com desvios e saídas para permitir a passagem de trens em direções opostas. A ferrovia Carajás tem capacidade diária de 200.000 toneladas de minério de ferro. Em 2004, a ferrovia Carajás transportou um total de 63,5 bilhões tku de minério de ferro e outras cargas (das quais 6,5 bilhões tku, ou 10,2%, consistiram em cargas transportadas para terceiros). A ferrovia Carajás também transportou aproximadamente 347.441 passageiros em 2004. A principal carga da ferrovia Carajás é o minério de ferro, transportada principalmente para nós mesmos.

Portos e Terminais

Operamos portos e terminais principalmente como um meio de complementar a distribuição de nosso minério de ferro e pelotas para as embarcações transoceânicas que atendem ao mercado de exportações. Usamos também os nossos portos e terminais para o manejo de cargas de terceiros. Em 2004, 22% da carga manipulada em nossos portos e terminais representaram cargas de terceiros.

Complexo do Terminal Marítimo de Tubarão. O Complexo do Terminal Marítimo de Tubarão, que cobre uma área de aproximadamente 18 quilômetros quadrados, está situado próximo ao Porto de Vitória no estado do Espírito Santo. O terminal marítimo de minério de ferro localizado nessa área possui dois píers. O píer I acomoda dois navios simultaneamente, um de até 170.000 DWT no lado sul e um de até 200.000 DWT no lado norte. O píer II acomoda uma embarcação de até 360.000 DWT por vez, com limite de calado de 20 metros. No píer I, há dois carregadores, que podem carregar até 14.000 toneladas por hora. No píer II, há dois carregadores que trabalham alternadamente e podem, cada um, carregar até 16.000 toneladas por hora. Em 2004, 77,7 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas foram embarcadas pelo. O Terminal de Praia Mole, também localizado no Complexo do Terminal Marítimo de Tubarão, é principalmente um terminal de carvão e embarcou 13,1 milhões de toneladas em 2004. Operamos um terminal de grãos – Terminal de Produtos Diversos, na área de Tubarão, que transportou 5,2 milhões de toneladas de grãos e fertilizantes em 2004. Operamos também um terminal de granel líquido, que transportou 0,8 milhões de toneladas em 2004. A CVRD também opera o Terminal de Paul, que é especializado no transporte de ferro-gusa e está localizado próximo ao Porto de Vitória, Espírito Santo. Esse terminal possui um píer que acomoda uma embarcação de até 75 mil DWT e pode embarcar até 900 toneladas por hora. O Terminal de Paul foi responsável pelo embarque de 2,5 milhões de toneladas de ferro-gusa em 2004.

Terminal Marítimo de Ponta da Madeira. O Terminal Marítimo de Ponta da Madeira está situado próximo ao porto de São Luís no estado do Maranhão. As instalações do porto de Ponta da Madeira podem acomodar três navios. O píer I pode acomodar navios com capacidade de até 420.000 DWT. O píer II pode acomodar navios de até 155.000 DWT. Os dois ancoradouros têm capacidade máxima de descarga de 16.000 toneladas por hora no píer I e 8.000 toneladas por hora no

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54
------------------------------	--------------------

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

pier II. Em fevereiro de 2004, o Pier III iniciou suas operações. O Pier III pode acomodar embarcações de até 220.000 DWT e possui uma capacidade máxima de embarque de até 8.000 toneladas por hora.

A carga embarcada através do nosso Terminal Marítimo de Ponta da Madeira consiste basicamente em minério de ferro para nós mesmos. Outras cargas incluem minério de manganês e concentrado de cobre produzido por nós e ferro-gusa e soja para terceiros. Em 2004, 63,1 milhões de toneladas foram embarcadas através do terminal pra nós e 3,5 milhões de toneladas para terceiros.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

CLIENTES

A Vale tem uma equipe de empregados treinada para interagir com clientes de diferentes segmentos e culturas, que possuem necessidades distintas. Seu sucesso é um reflexo da alta qualidade de seus produtos e serviços e de sua estratégia de fornecimento de soluções sob medida para cada empresa.

As reservas minerais e os sistemas integrados de produção, embarque e transporte de minérios permitem à Vale fornecer produtos para qualquer processo existente no mundo com qualidade e rapidez. Na área de Logística, a empresa gera valor para seus clientes a partir de soluções integradas e personalizadas. Todas as operações são suportadas pelo uso de tecnologia de ponta e por ativos próprios, como ferrovias e portos situados em posições estratégicas.

Em 2004, aproximadamente 17 mil empresas de todos os portes forneceram bens e serviços para a Companhia Vale do Rio Doce, gerando empregos nas mais variadas regiões do país. A norma de conduta da Diretoria de Suprimentos destaca o padrão de relacionamento com fornecedores, baseado na transparência, na justiça e na ética, com forte estímulo ao crescimento e ao aumento da competitividade. A Vale adota como prática a construção de parcerias, de forma a desenvolver processos de trabalho que observem rigorosamente a legislação vigente e contemplem aspectos relevantes nas áreas Econômica, Social, de Meio Ambiente e de Segurança Ocupacional.

Nos contratos de prestação de serviços são incluídas cláusulas que estabelecem a obrigação, por parte da contratada, de cumprir a legislação trabalhista e previdenciária, incluindo a proibição do trabalho infantil e as normas de segurança do trabalho. Com relação ao trabalho terceirizado, a Vale mantém relações contratuais e segue as normas de co-responsabilidade trabalhista e previdenciária.

Fortemente comprometida com o crescimento sócio-econômico das regiões onde atua, a Vale patrocina programas de desenvolvimento de fornecedores nos estados do Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais e Pará, em parceria com governos estaduais e municipais, associações comerciais, federações de indústria e outros órgãos públicos e do terceiro setor.

A CVRD comercializa, basicamente, minério de ferro e pelotas através de contratos. No exterior atuam na venda de minério de ferro da CVRD:

Rio Doce Internacional S/A: Controlada da CVRD atua como sua agente na Europa;

Rio Doce Ásia Kabushiki Kaisha: Controlada CVRD atua como sua agente na Ásia;

CVRD Overseas: Controlada indireta da CVRD empenhada na venda para seis maiores clientes da CVRD, localizados na Europa, Estados Unidos e Ásia, de acordo com a operação de securitização.

Itabira Rio Doce Company Limited: Controlada da CVRD empenhada na venda de seus produtos para clientes no mercado externo.

A CVRD distribui seus produtos nos mercados externo e interno através de transporte ferroviário, terminais portuários e transporte marítimo.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

A exportação da CVRD se comportou da seguinte maneira com relação à renda operacional bruta :

	Em milhões de Reais		
	2005	2004	2003
Renda operacional bruta	18.098	13.785	10.367
Exportação	11.694	8.985	6.626
Percentual (%)	65	65	64

Os mercados da CVRD comportaram-se da seguinte maneira:

Exportações CVRD	Em milhares de toneladas					
	2005	%	2004	%	2003	%
Américas	10.264	6,5	11.582	8,2	9.622	8,2
Europa	61.687	39,3	59.683	42,4	48.530	41,5
Japão	19.073	12,2	15.796	11,3	16.138	13,8
Ásia	55.740	35,6	44.620	31,7	35.354	30,3
Oriente Médio, África e Oceania	10.093	6,4	9.043	6,4	7.265	6,2
TOTAL	156.857	100,0	140.724	100,0	116.909	100,0

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Em geral, o mercado internacional de minério de ferro é altamente competitivo. Vários grandes produtores operam neste mercado. Os principais fatores que afetam a concorrência são preço, qualidade, tipos de produtos oferecidos, confiabilidade e custos de frete. Em 2004, os mercados europeu e asiático (principalmente China, Japão e Coréia do Sul) foram os principais mercados para o nosso minério de ferro.

Nossos maiores concorrentes no mercado asiático estão localizados na Austrália e incluem as coligadas da BHP Billiton PLC e Rio Tinto Ltd. Embora os custos de frete para entrega de minério de ferro da Austrália para os clientes na Ásia sejam normalmente mais baixos que os nossos em virtude da proximidade geográfica, acreditamos que somos capazes de nos manter competitivos no mercado asiático por duas principais razões. Primeiro, os produtores de aço normalmente procuram pelos tipos (ou misturas) de minério de ferro que podem originar o produto final pretendido em uma maneira mais eficiente e econômica. Nosso minério de ferro tem níveis baixos de impurezas, o que geralmente nos leva a custos de processamento mais baixos. Por exemplo, o teor de alumina em nosso minério de ferro é muito baixo se comparado com o minério da Austrália. Nosso minério também tem alto teor de minério de ferro, melhorando a produtividade nos altos-fornos, o que é importante em períodos de alta demanda. Segundo, as usinas siderúrgicas freqüentemente desenvolvem relacionamentos de vendas baseados em um suprimento confiável de uma mistura específica de minério de ferro. Temos uma política de marketing agressiva para atender as necessidades de nossos clientes na medida do possível, incluindo a disponibilização de pessoal especializado no contato direto com nossos clientes para determinar a mistura que melhor se adapta a cada cliente em particular. Vendemos nossos produtos FOB (Free-on-Board) de nossos portos, o que significa que o preço na fatura inclui os custos até os portos somente. Em geral, nos Sistemas Norte e Sul, nossa participação no processo produtivo e transporte de minério de ferro para os portos ajuda a assegurar que os produtos chegam em tempo hábil e a custos competitivos.

Somos competitivos no mercado europeu pelas razões descritas acima, bem como pela proximidade do porto de Ponta da Madeira dos clientes europeus. Nossos principais concorrentes na Europa são:

- Rio Tinto PLC (Reino Unido), Rio Tinto Ltd. (Austrália) e coligadas,
- BHP Billiton (Austrália) e coligadas,
- Kumba Resources (África do Sul),
- Luossavaara Kiirunavaara AB - LKAB (Suécia),
- Société Nationale Industrielle et Minière - SNIM (Mauritânia).

O mercado brasileiro de minério de ferro é altamente competitivo com uma série de pequenos produtores de aço integrados tais como a CSN, Belgo Mineira e Manesmann. Embora o preço seja relevante, a qualidade e a confiabilidade são fatores competitivos importantes também. Acreditamos que nossos sistemas de transportes integrados, o minério de alta qualidade e os serviços técnicos nos fazem fortes concorrentes nas vendas domésticas. Os preços atuais para exportação, com ajustes negociados para compensar os custos de transporte mais baixos aos clientes domésticos, influenciam as vendas de minério de ferro no mercado interno.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

PATENTES

A CVRD estima que suas inúmeras patentes são fundamentais na consecução de seus objetivos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. A CVRD detém 522 patentes, sendo 366 no Brasil: 210 delas foram concedidas e 156 processos encontram-se em tramitação no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI; no Exterior 156 patentes, sendo que 128 delas foram concedidas e 28 processos encontram-se em tramitação nos órgãos competentes.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54
------------------------------	--------------------

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54
------------------------------	--------------------

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54
------------------------------	--------------------

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA**Imobilizado:****(a) Por tipo de ativo:**

	Taxas médias de depreciação	Controladora			
				2005	2004
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	2,82%	1.942	(729)	1.213	1.068
Instalações	3,69%	7.695	(3.008)	4.687	3.492
Equipamentos	9,52%	2.454	(927)	1.527	759
Equipamentos de Informática	20,00%	936	(311)	625	138
Ferrovias	3,87%	7.799	(3.182)	4.617	3.216
Direitos minerários (*)	1,84%	1.323	(175)	1.148	908
Outros	14,50%	1.760	(746)	1.012	703
		23.909	(5.008)	18.901	16.284
Imobilizações em curso		5.932	-	5.932	4.962
Total		29.841	(5.008)	24.833	21.246

(*) Calculada em função do volume de minério extraído em relação à possança (reservas provadas e prováveis).

QUADRO 02.01 – COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL

Por motivo de falecimento o Sr. Fernando Marotta constante do quadro acima no item 09 não faz mais parte do quadro do conselho fiscal da Companhia. Tendo em vista que o sistema, nesse quadro, exige o mesmo número de efetivos e suplentes preenchemos ainda com o seu nome conforme orientação da CVM. Está sendo providenciado o preenchimento da vaga.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

POSIÇÃO: 31/03/06

Acionista	Ação Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Controlador	392.147.133	52,29%	-	0,00%	392.147.133	31,89%
Administradores						
Conselho de Administração	1.362	0,00%	7.833	0,00%	9.195	0,00%
Diretoria	40.099	0,01%	245.754	0,05%	285.853	0,02%
Conselho Fiscal	1.800	0,00%	7.600	0,00%	9.400	0,00%
Ações em Tesouraria	14.145.510	1,89%	11.458	0,00%	14.156.968	1,15%
Outros	343.613.525	45,82%	479.606.455	99,94%	823.219.980	66,94%
TOTAL	749.949.429	100,00%	479.879.100	100,00%	1.229.828.529	100,00%
Ações em Circulação no Mercado	343.656.786	45,82%	479.867.642	99,99%	823.524.428	66,96%

POSIÇÃO: 31/03/05

Acionista	Ação Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Controlador	392.147.133	52,29%	-	0,00%	392.147.133	31,89%
Administradores						
Conselho de Administração	1.063	0,00%	4.524	0,00%	5.587	0,00%
Diretoria	28.899	0,00%	42.600	0,01%	71.499	0,01%
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Ações em Tesouraria	14.145.510	1,89%	11.815	0,00%	14.157.325	1,15%
Outros	343.626.824	45,82%	415.668.800	99,99%	759.295.624	61,74%
TOTAL	749.949.429	100,00%	415.727.739	100,00%	1.165.677.168	94,78%
Ações em Circulação no Mercado	343.656.786	45,82%	415.715.924	99,99%	759.372.710	65,14%

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) informa que o Conselho de Administração aprovou o orçamento de investimento para 2006 no valor de US\$4,626 bilhões, o mais elevado de sua história.

De forma consistente com seu plano estratégico, que prioriza o crescimento orgânico como alavanca de criação de valor, a CVRD inicia em 2006 o desenvolvimento de novos projetos que nos próximos anos ampliarão sua capacidade de produção de minério de ferro, pelotas, bauxita, alumina, cobre e níquel. Além disso, ao lado de projetos já em execução, estarão sendo realizados dispêndios significativos na infra-estrutura de logística e energia elétrica destinada a suportar as atividades de mineração.

A qualidade de classe mundial dos ativos, caracterizada pela longa vida das reservas e pelo baixo custo de exploração, a existência de consideráveis sinergias com a eficiente infraestrutura de logística e a continuidade do forte crescimento da demanda global conduzem a retornos esperados acima do custo de capital da Companhia, incentivando a aceleração dos investimentos em projetos. Os projetos, que estão previstos para entrar em operação entre 2006 e 2009, adicionarão novas e consideráveis fontes de crescimento à geração de caixa e valor para os acionistas.

Ao mesmo tempo, a execução desses projetos concorre para criação de dezenas de milhares de empregos de boa qualidade em diversas regiões brasileiras, em especial em comunidades onde são mais limitadas as oportunidades de mobilidade econômica e social. O impacto desses projetos é magnificado pelos benefícios resultantes dos investimentos em infra-estrutura social que acompanham sua realização. Dado o caráter global dos negócios de mineração, os investimentos da CVRD contribuem também de maneira importante para aumentar os fluxos de exportação do Brasil.

Paralelamente às suas ações diretas, a CVRD tem procurado atrair para o país investimentos na indústria do aço, fomentando o consumo doméstico de minério de ferro e contribuindo para o desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira. Nesse contexto, estão previstos dois projetos, com investimento total estimado em US\$ 2,8 bilhões durante os próximos três anos, que produzirão efeitos econômicos e sociais relevantes nas regiões em que se localizarão, Ceará e Rio de Janeiro.

Serão investidos US\$ 3,558 bilhões em crescimento orgânico, correspondentes a 77% do investimento total programado. Isto compreende US\$ 3,067 bilhões em projetos de novas minas e plantas (projetos *greenfield*) e expansão da capacidade de ativos já existentes (projetos *brownfield*) e US\$ 491 milhões dedicados à pesquisa e desenvolvimento (P&D), cujos objetivos básicos são a descoberta de novas jazidas minerais e a viabilização do desenvolvimento de depósitos identificados anteriormente. Os restantes US\$ 1,068 bilhão serão alocados a investimentos destinados à sustentação das operações existentes.

Os negócios com minerais ferrosos receberão investimentos de US\$ 2,118 bilhões, representando 46% do total. Para os negócios de alumínio serão alocados 17% dos dispêndios totais, o mesmo percentual destinado à área de serviços de logística, enquanto que os minerais não ferrosos terão 9%.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Em 2005, a Companhia investiu US\$ 4,161 bilhões, envolvendo dispêndios de US\$ 2,604 bilhões em crescimento orgânico – US\$ 2,314 bilhões em projetos e US\$ 290 milhões em P&D - US\$ 757 milhões na sustentação dos negócios existentes e US\$ 800 milhões em aquisições. Desse modo, o investimento efetuado no ano passado, excluindo os gastos com aquisições, foi de US\$ 3,361 bilhões, tendo sido praticamente igual ao valor anunciado em janeiro de 2005, de US\$ 3,332 bilhões.

Em dezembro do ano passado, foi concluída a aquisição de 99,2% do capital da Canico, empresa de mineração canadense, que era proprietária do projeto de níquel Onça Puma, localizado no estado do Pará, em área próxima à província mineral de Carajás. O desenvolvimento desse projeto, juntamente com o do Vermelho, permitirá que a CVRD ingresse no negócio de níquel como importante produtor global.

O investimento previsto para 2006 apresenta elevação de 37,6%, US\$ 1,265 bilhão, em relação ao realizado no ano passado, com a exclusão da aquisição da Canico. Tal incremento é explicado por: (a) investimentos em novos projetos (Carajás 100Mtpa, Itabirito, Tubarão VIII, Vermelho, 118, Paragominas II, Alunorte 6&7, Albras) e intensificação de desembolsos financeiros de alguns projetos em desenvolvimento; (b) aumento de US\$ 311 milhões no *staying-business capex* determinado por maiores dispêndios na construção de barragens para a proteção ao meio ambiente (US\$ 66 milhões), na elevação da produtividade das usinas de pelotização (US\$ 35 milhões) e em trilhos e dormentes para as ferrovias; (c) intensificação dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que demandarão US\$ 201 milhões a mais do que em 2005; (d) alta de 15% em média nos custos com equipamentos e serviços de engenharia, influenciada diretamente pelo ciclo longo de mineração e metais e a ampliação dos investimentos da indústria de mineração global.

Ao longo dos últimos cinco anos a CVRD investiu US\$ 10,5 bilhões, cuja média anual em termos reais é de longe a mais elevada do que a de qualquer outra fase de sua história. Simultaneamente, a Companhia distribuiu US\$ 4,4 bilhões em dividendos para seus acionistas, sendo capaz de preservar uma sólida posição financeira, reconhecida pela obtenção do grau de investimento por três agências de *rating* (Standard & Poor's, Moody's e Dominion Bond Rating Services) e pela efetiva redução dos *spreads* de sua dívida relativamente aos retornos oferecidos pelos títulos do Tesouro dos EUA.

Nesse período diversos projetos foram concluídos, destacando-se entre eles as novas minas de minério de ferro de Fábrica Nova e Capão Xavier e de cobre do Sossego, a pelotizadora de São Luís, expansões de capacidade de produção de minério de ferro de Carajás para 70 milhões de toneladas anuais, da mina de potássio de Taquari Vassouras, de bauxita em Trombetas e da refinaria de alumina da Alunorte, a conversão da planta de ligas de Mo I Rana, a construção das usinas hidrelétricas de Funil, Porto Estrela, Candonga e Aimorés e do pier III do terminal marítimo de Ponta de Madeira. Investimentos em logística aumentaram significativamente a capacidade de movimentação de carga das ferrovias – Carajás, FCA e Vitória a Minas – e ocorreram incrementos de capacidade de produção de minério de ferro no Sistema Sul, manganês, ferro ligas e alumínio primário, derivados da execução de projetos *brownfield*. A obtenção de uma taxa média de retorno sobre o capital investido estimada em 32% entre 2001 e 2005 é um bom indicador da qualidade da execução desses projetos e da rigorosa disciplina observada pela Companhia na alocação do capital de seus acionistas.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

A criação de novas plataformas de geração de valor

Minerais ferrosos – a expansão de capacidade de minério de ferro e pelotas

Os investimentos em projetos na área de minerais ferrosos estão orçados em US\$ 1,475 bilhão, representando 48% dos dispêndios da CVRD com projetos, sendo US\$ 769 milhões destinados a mineração de minério de ferro e US\$ 374 milhões para as pelotas. Itabirito (US\$ 338 milhões), Carajás (US\$ 330 milhões) e Brucutu (US\$ 310 milhões) se constituem nos projetos da Companhia com maiores desembolsos financeiros previstos para este ano.

Estarão sendo implantados quatro projetos de mineração de minério de ferro no Sistema Sul - Brucutu, Itabira, Fazendão e Fábrica – e o aumento de capacidade de produção de Carajás para 100 milhões de toneladas anuais, que envolvem os projetos Carajás 85 Mtpa e Carajás 100 Mtpa. A implantação de tais projetos, viabilizará o aumento da produção de 233,8 milhões de toneladas em 2005 para aproximadamente 300 milhões em 2007.

Em resposta à forte expansão da demanda global por pelotas, movida pela construção de novas plantas de ferro esponja no Oriente Médio e sudeste da Ásia, a busca por melhores padrões de produtividade e proteção ambiental na indústria do aço, e, por outro lado, diante da crescente escassez de minério de ferro granulado, principal concorrente das pelotas, a CVRD está investindo em duas novas usinas de pelotização.

Itabirito, em Minas Gerais, é um projeto que engloba a construção de uma usina de pelotização com capacidade de 7 milhões de toneladas anuais, uma planta de concentração de minério de ferro e um mineroduto de curta extensão, com custo total estimado em US\$ 759 milhões.

Tubarão VIII será a oitava usina de pelotização do complexo de Tubarão, no estado do Espírito Santo. Este projeto contempla investimento total de US\$ 516 milhões para uma capacidade nominal de 7 milhões de toneladas anuais.

Além disso, a Samarco, *joint venture* onde a CVRD possui 50% do capital, investirá US\$ 1,2 bilhão numa terceira planta de pelotização, com capacidade nominal de 7,6 milhões de toneladas, projeto que compreende também a construção de uma usina de beneficiamento de minério de ferro e de um mineroduto ligando a mina à pelotizadora. Vale ressaltar que este investimento não requererá aporte da CVRD.

O porto de Tubarão, no estado do Espírito Santo, está sendo ampliado visando aumentar a velocidade do manuseio do minério de ferro, proporcionando a redução de custos com multas por atrasos no carregamento de navios (*demurrage*). Este projeto, com custo total de US\$ 65 milhões, está sendo finalizado em 2006.

Importante parcela do investimento na expansão de capacidade de produção de minério de ferro de Carajás, cerca de 54%, será investida este ano na ampliação do terminal marítimo de Ponta da Madeira, no estado do Maranhão. Será instalado no Pier III o terceiro carregador de navios e uma quarta linha de embarque será construída.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

O terminal marítimo de Sepetiba, no Rio de Janeiro, terá ampliação de capacidade de embarque de minério de ferro, de 16,5 para 21 milhões de toneladas por ano em 2007, com investimento estimado em US\$ 28 milhões. O terminal marítimo da Ilha de Guaíba, também no estado do Rio de Janeiro, terá expansão de capacidade de 43 para 49 milhões de toneladas anuais de minério de ferro em 2008 e a aquisição de um segundo carregador de navios, que demandará investimento total de US\$ 41 milhões.

Bauxita e alumina – explorando as vantagens competitivas

O foco estratégico da CVRD na cadeia produtiva do alumínio concentra-se no crescimento da capacidade de bauxita, onde detém consideráveis reservas de alta qualidade, e na alumina, pela eficiência e baixo custo operacional e de logística, fontes de importantes vantagens competitivas no cenário global.

O *start-up* dos módulos 4 e 5 da Alunorte, no estado do Pará, que ampliarão a capacidade da refinaria em 1,9 milhão de toneladas de alumina por ano, está programado para o primeiro trimestre de 2006, enquanto o início da produção da primeira fase da mina de bauxita de Paragominas, também no Pará, com 5,4 milhões de toneladas anuais, está previsto para 2007.

A movimentação da bauxita de Paragominas para a planta da Alunorte será efetuada através do primeiro mineroduto de bauxita do mundo, com extensão de 244 quilômetros, minimizando o custo do transporte. Os dois projetos têm previsão de desembolso de US\$ 354 milhões para 2006.

O investimento nos módulos 6 e 7 da refinaria de alumina, que acrescentará outros 1,9 milhão de toneladas de capacidade será de US\$ 846 milhões, com desembolso de US\$ 239 milhões em 2006, e conclusão estimada para meados de 2008. O orçamento contempla também gastos de US\$ 14 milhões em Paragominas II que levará a mina de bauxita a alcançar capacidade de produção de 9,9 milhões de toneladas em 2008.

O *smelter* de alumínio de Barcarena (Albras) investirá US\$ 102 milhões num projeto de conversão da tecnologia das cubas que produzem lingotes. O objetivo desse projeto é a redução do consumo de eletricidade por tonelada de lingotes de alumínio, o que permitirá a redução do custo unitário e aumento de produção sem a necessidade de investimentos na ampliação da capacidade da planta. Serão gastos US\$ 15 milhões em 2006.

Carvão – CVRD começa na indústria do carvão com produção na China

Em 2005, a CVRD realizou a aquisição, por US\$ 86 milhões, de participação de 25% em projeto para a produção de antracito em associação com a Baosteel e a Yongcheng, Henan Longyu Energy Resources.

Neste ano, a Companhia despenderá US\$ 9 milhões para completar o investimento – valor total de US\$ 26 milhões - na aquisição de participação de 25% na Shandong Yankuang Coking, que iniciará a produção de coque metalúrgico dentro de poucos meses.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Minerais não ferrosos - o ingresso na indústria do níquel

Em julho de 2005, a CVRD aprovou o desenvolvimento do projeto de níquel do Vermelho, na província mineral de Carajás, estado do Pará, com capacidade de produção estimada de cerca de 46.000 toneladas por ano (tpa) de níquel metálico e 2.800 tpa de cobalto. O investimento estimado é de US\$ 1,2 bilhão, dos quais US\$ 97 milhões previstos para 2006. Os principais equipamentos, inclusive as autoclaves e os agitadores, já foram encomendados. A entrada em operação do Vermelho está prevista para o último trimestre de 2008.

Neste ano, será iniciado o desenvolvimento da segunda mina de cobre da Companhia, 118. Sua capacidade de produção média estimada é de 36.000 toneladas por ano de catodos de cobre, e a entrada em operação está programada para o primeiro semestre de 2008. O investimento total estimado é de US\$ 232 milhões, sendo US\$ 21 milhões em 2006.

Logística – o aumento da frota de locomotivas e vagões

Os investimentos na infra-estrutura de serviços de logística estão orçados em US\$ 482 milhões e englobam principalmente a compra de locomotivas e vagões para o transporte de minério de ferro e carga geral.

O orçamento prevê a aquisição de 1.426 vagões, sendo 1.276 para a movimentação de minério de ferro e 150 para a carga geral de clientes. Serão adquiridas 22 locomotivas, que serão dedicadas ao transporte de minério de ferro. Em 2005, a Companhia adquiriu 5.414 vagões e 125 locomotivas. O dispêndio orçado para 2006 é de US\$ 379 milhões contra US\$ 465 milhões gastos em 2005.

Serão investidos US\$ 20 milhões no projeto de engenharia da Variante Litorânea Sul da Ferrovia Centro-Atlântica, que terá extensão de 165 quilômetros, ligando Flexal a Cachoeiro do Itapemirim, no estado do Espírito Santo. A construção deste trecho ferroviário terá início após a obtenção das licenças ambientais e a aprovação do projeto pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). As principais cargas a serem transportadas serão calcário, granito, madeira e cimento.

A geração de energia elétrica – a minimização de riscos

A CVRD prossegue investindo em usinas de geração de energia elétrica – Capim Branco I, Capim Branco II e Estreito - para o suprimento do consumo de suas unidades operacionais. É prevista a entrada em operação neste ano de Capim Branco I, que se constituirá na sexta usina hidrelétrica da Companhia, sendo as outras: Igarapava, Funil, Porto Estrela, Candonga e Aimorés. Prevê-se o início da construção da usina hidrelétrica de Estreito, que visa atender às necessidades de consumo de eletricidade da Companhia na região de Carajás.

As joint ventures no aço – estimulando a demanda por minério de ferro

A CVRD participará do capital do projeto Ceará Steel, em associação com a Dongkuk Steel, e a Danieli, o qual deverá produzir 1,5 milhão de toneladas anuais de placas de aço no estado do Ceará. O investimento da CVRD será de US\$ 25 milhões e o projeto tem entrada prevista de operação em 2009. A Companhia fornecerá anualmente 2,5 milhões de toneladas de pelotas de redução direta.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

No projeto CSA, uma *joint venture* com a ThyssenKrupp, ora em fase de aprovação, a CVRD investirá US\$ 200 milhões. Em 2006, prevê-se aporte pela Companhia de US\$ 72 milhões. A CSA produzirá 4,1 milhões de toneladas de placas de aço no estado do Rio de Janeiro, demandando da CVRD suprimento de minério de ferro e pelotas da ordem de 7,1 milhões de toneladas anuais. Estima-se que o início da operação ocorra em 2008.

Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento – as bases do crescimento futuro

O valor programado para investimentos em pesquisa e desenvolvimento em 2006, de US\$ 491 milhões, contém elevação de 69,3% em relação ao valor gasto em 2005, de US\$ 290 milhões.

Dos US\$ 491 milhões orçados para 2006, US\$ 150 milhões serão destinados à exploração mineral e US\$ 341 milhões a financiamento de investimentos em aperfeiçoamentos tecnológicos e estudos conceituais, de pré-viabilidade e de viabilidade para o desenvolvimento de depósitos.

Os dispêndios iniciais com o desenvolvimento da engenharia básica do recém-adquirido projeto de níquel Onça Puma estão orçados como investimento em P&D. Este projeto será submetido à aprovação do Conselho de Administração ao longo do ano para então ser iniciado seu efetivo desenvolvimento.

Desde 2003, a Companhia acelerou os gastos com o P&D, refletindo a diretriz estratégica que elegeu o crescimento orgânico como principal alavanca para a criação de valor para o acionista. Uma resultante natural do compromisso com o crescimento rentável é a diversificação geográfica e do portfólio de ativos.

No início desta década, a totalidade dos investimentos em P&D, em valores muito inferiores aos atuais, era efetuada no Brasil. Neste ano, 43% dos dispêndios planejados serão realizados em diversos outros países, na América do Sul, África, Ásia e Australásia.

De maneira semelhante, ocorreu ampliação do escopo da exploração mineral, anteriormente concentrada na descoberta de jazidas de cobre, ouro e manganês. Assim, nos últimos anos, aumentou a diversificação, passando o programa a englobar vários outros minerais como carvão, níquel, bauxita, potássio, fosfato e metais do grupo da platina.

Além da exploração geológica, investimentos foram direcionados para desenvolvimento e melhorias de rotas de processamento e estudos de engenharia de novos depósitos.

Como consequência do redirecionamento estratégico, a CVRD já dispõe de um portfólio global de projetos, com estudos em diferentes graus de avanço, para o desenvolvimento de depósitos de potássio, fosfato, níquel, manganês e carvão.

Entre os projetos em estudo, o desenvolvimento da reserva de carvão de Moatize, em Moçambique, encontra-se em fase mais avançada, com previsão de conclusão do estudo de viabilidade para julho de 2006.

O desenvolvimento da usina de escala semi-industrial para processamento de cobre irá demandar investimento da ordem de US\$ 49 milhões durante 2006. O início de operação está previsto para o segundo trimestre de 2007, com capacidade de produção de 10.000 toneladas de catodos por ano. Este projeto tem como objetivo testar a tecnologia de rota

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54
------------------------------	--------------------

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

hidrometalúrgica, que, se comprovada sua eficiência, não só poderá processar a custos bastante competitivos o minério a ser produzido pelas minas do Salobo e Alemão, como se transformará num salto tecnológico na indústria do cobre.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A responsabilidade socioambiental é parte da estratégia de negócio da Companhia Vale do Rio Doce. Permeia toda a sua operação e seu relacionamento com a sociedade.

O ano de 2005 foi marcado pela participação dos empregados nesse processo, com a consolidação do voluntariado, e pela postura cada vez mais ativa e consciente das lideranças.

Os resultados desse engajamento estão evidentes no dia-a-dia da operação da Companhia, na gestão de impactos sociais e ambientais, no diálogo permanente com os vários públicos e segmentos da sociedade com os quais a empresa interage e no investimento social.

O compromisso com as PESSOAS acompanha a Vale desde as suas origens, está presente no seu processo de internacionalização e vem ajudando a mudar a realidade social das regiões onde está inserida, fomentando a criação de condições para o desenvolvimento sustentável. Como em qualquer relacionamento, o comprometimento das PESSOAS da Vale com as PESSOAS das comunidades pressupõe um aprendizado constante e conjunto.

A Vale respeita os valores das localidades onde atua, no Brasil e no exterior, e empenha-se para que sua trajetória de crescimento promova o desenvolvimento econômico e social, gerando emprego, renda e melhoria na qualidade de vida da população.

Por meio da Fundação Vale do Rio Doce, a Companhia realiza programas sociais que atendem às demandas da comunidade de forma participativa e estruturante, apoiando ações que sustentam o desenvolvimento local, em parceria com organizações não-governamentais (ONGs), o poder público e a sociedade civil organizada. Na área ambiental, os mais elevados padrões de respeito ao meio ambiente são seguidos com determinação. A gestão da qualidade ambiental é sistematizada e aperfeiçoada de forma contínua em todas as unidades da Companhia.

O forte envolvimento com as comunidades, a promoção de um clima de trabalho saudável, inspirador e pautado pela ética nas relações, a constante preocupação com o meio ambiente e a produção voltada ao desenvolvimento sustentado convergem todas as ações da Vale para um único agente: as PESSOAS.

A Vale e a Comunidade

Comprometida com o desenvolvimento do Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce contribui para a melhoria da qualidade de vida das populações dos municípios situados próximo a suas unidades operacionais. A inserção na comunidade pressupõe o entendimento de que a Companhia é parte desta comunidade.

Por isso, a Vale avalia e faz a gestão dos impactos de toda a sua operação, de forma a minimizar os efeitos negativos e potencializar os positivos.

A Companhia aplica o conceito de "licença social", no qual os riscos e impactos associados ao negócio são identificados e apresentados à comunidade, a fim de propiciar a reflexão e o entendimento destes e avaliar sua repercussão junto à população local, a exemplo do que acontece nas licenças ambientais. A gestão dos impactos, realizada pelas diversas áreas de negócio, com o suporte da Fundação Vale do Rio Doce, é um dos pilares do modelo de sustentabilidade da

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Companhia, que pressupõe ainda o investimento e o diálogo social.

A Vale não só dialoga com os diversos segmentos em torno das questões que afetem a coletividade, como busca resolver eventuais conflitos entre as partes de modo conjunto e negociado.

Com essa finalidade, promove diversos projetos por meio do programa Vale Comunidade, que propicia canais de relacionamento abertos e contínuos com a população local. Um deles é o Visitas Comunidade, que busca integrar cada vez mais a empresa e as comunidades nas quais está inserida, com incursões às unidades operacionais. Nessas ocasiões, é possível conhecer mais a Vale, os processos produtivos, as ações sociais e os cuidados com o meio ambiente, além de tirar dúvidas com profissionais da Companhia. As visitas trazem benefícios para a comunidade, ao mesmo tempo em que se revertem em ganhos para o ambiente interno.

No Espírito Santo, o programa de visitas da comunidade se dá por meio de uma parceria com a Rádio Gazeta. O roteiro busca apresentar aos visitantes detalhes das principais atividades realizadas no Complexo Industrial de Tubarão: as usinas de pelotização, o virador de vagões, os portos, os pátios de estocagem e o parque botânico. Durante o percurso, locutores fazem flashes ao vivo para a rádio, com depoimentos dos participantes e curiosidades sobre a Vale. Em 2005, o programa recebeu um total de 880 pessoas da Grande Vitória. A novidade do ano foi o atendimento aos internautas do site Gazeta OnLine, um público diferenciado pelo posicionamento crítico e participativo.

Estabelecer um canal de diálogo aberto, contínuo e transparente com a comunidade é o objetivo do Vale Comunidade – Encontro com Lideranças. O programa consiste em reuniões periódicas entre representantes da Vale e lideranças comunitárias locais, em que são apresentados temas de interesse de ambas as partes e aberto espaço para debate e questionamentos. É importante ressaltar que o envolvimento dos parceiros na definição das estratégias de negócios da empresa gera compromisso mútuo com as metas estabelecidas. E ele será tanto mais eficaz quanto sejam assegurados canais de comunicação que viabilizem o diálogo estruturado.

Ainda como parte do Vale Comunidade, o projeto Rede Cultura e Cidadania vem gerando oportunidades de emprego e renda em Minas Gerais, a partir da arte e da cultura local, lapidadas em oficinas de artesanato, música e artes cênicas. O sucesso em 2005 garantiu a expansão do projeto de sete para dez municípios e de três para quatro distritos no Estado. Em dois anos de existência, mais de mil pessoas participaram das 32 oficinas realizadas e outras 1.100, dos eventos abertos ao público.

O Vale Comunidade também procura aproximar a Vale e as populações que convivem diariamente com a passagem dos trens nas ferrovias administradas pela Companhia: Estrada de Ferro Carajás – EFC, Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM e Ferrovia Centro-Atlântica – FCA. O principal objetivo é sensibilizar e conscientizar a população para a segurança no trânsito ferroviário. Entre os projetos nessa área, estão Olha o Trem (EFC), Cidadania nos Trilhos (FCA), Estação da Cidadania (EFVM) e Trem da Cidadania (EFC).

Por ocasião do centenário da EFVM, em 2005, a Vale realizou o projeto Cultura nos Trilhos, que promoveu a produção artística e cultural nos municípios que integram a ferrovia, com espetáculos de teatro, dança, música e circo. Paralelamente, o projeto está estimulando a formação e a organização de empreendedores culturais nestas cidades. Dez municípios

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

integraram o projeto: Vitória, Colatina, Fundão e Baixo Guandu – no Espírito Santo – e Aimorés, Resplendor, Conselheiro Pena, Governador Valadares, Nova Era e Itabira – em Minas Gerais.

O investimento social realizado diretamente pela Vale, mais voltado aos seus produtos e processos de negócios, não se esgota aí. Por meio da Fundação Vale do Rio Doce, a Companhia investe em programas sociais estruturantes, focados nas áreas de Educação, Cultura e Economia Local, pois entende que estes são três vetores básicos do desenvolvimento territorial sustentável. Os programas são realizados em parceria com organizações não-governamentais – ONGs, sociedade civil organizada e o poder público e revertem-se em benefícios de longo prazo para as comunidades beneficiadas.

Educação

A qualidade da educação influencia tanto na elevação da renda das populações – por meio do crescimento da produtividade, da empregabilidade e do empreendedorismo –, quanto no aumento de sua qualidade de vida, pela melhor aplicação dos recursos familiares, reduzindo o grau de pobreza futuro. Além disso, a educação prepara o indivíduo para melhor desempenhar seu trabalho e também para o pleno exercício da cidadania. Esse é o objetivo da Fundação Vale do Rio Doce ao investir nesta área.

O programa Escola que Vale, que tem como parceiro o Centro de Educação e Documentação para a Ação Comunitária – Cedac, qualifica a rede municipal de ensino por meio da implantação de um processo de formação continuada de professores, diretores, supervisores e profissionais das Secretarias de Educação, visando à melhoria da aprendizagem dos alunos. Oferece oficinas de arte, leitura e escrita; internet como instrumento de formação; sistema de acompanhamento e avaliação; e metodologia de planejamento pedagógico participativo, além da Casa do Professor – espaço destinado ao aprimoramento e à atualização dos docentes.

Iniciado em 1999, já beneficiou 74 mil profissionais de ensino e estudantes, tendo sua eficácia comprovada pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultura e de Ação Comunitária – Ideca. Os alunos de professores que estão na segunda fase do Escola que Vale apresentam rendimento médio superior aos alunos dos profissionais inscritos na fase inicial. Em 2005, o programa foi implantado em mais dois municípios – Belo Vale e Congonhas, em Minas Gerais –, atingindo uma abrangência de 18 cidades.

Na prática, o Escola que Vale vai além do treinamento e motiva os professores na tarefa de transformar a realidade social pela educação, buscando soluções criativas na sua prática diária. Uma professora de Alto Alegre do Pindaré, no Maranhão, por exemplo, criou o “Jegue-livro” para levar as publicações disponíveis na Casa do Professor aos alunos das escolas rurais. A solução – de baixo custo e alto impacto – acabou gerando a iniciativa da prefeitura de disponibilizar cinco jegues e mil livros para o projeto.

Em moldes semelhantes, o Programa de Educação Afetivo-Sexual – PEAS Vale, promovido juntamente com a Martins Pereira Consultoria Educacional, busca formar profissionais da rede pública de educação, saúde, ação social e justiça para o trabalho com adolescentes, utilizando metodologias participativas para tratar de temas relacionados à saúde, à afetividade e à sexualidade dos jovens. Adota uma abordagem de fomento à participação e ao protagonismo juvenil. Desde 2001, 1.433 profissionais já foram capacitados em 117 escolas, o que representa um alcance do programa a 38 mil adolescentes.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

O poder da educação não se restringe aos mais jovens. O programa Vale Alfabetizar, conduzido em parceria com a ONG Alfamol, contribui para minimizar o analfabetismo no Brasil. Iniciado em 2004, o programa já contou com a participação de 34.296 alunos e alfabetizadores, em escala nacional, adotando a metodologia do educador Paulo Freire, que valoriza a identidade cultural e promove o exercício da cidadania. Em 2005, incorporou o projeto VER, que fornece óculos para os portadores de deficiência visual, diminuindo uma das principais causas de evasão do programa; e o projeto EJA, para fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos nos municípios onde o Vale Alfabetizar é implementado.

Já o programa Educação nos Trilhos alia-se ao Canal Futura para levar educação, conhecimento e cidadania a diversas comunidades localizadas ao longo das Estradas de Ferro Carajás – EFC e Vitória a Minas – EFVM, desde 2000. As estações ferroviárias são transformadas na Estação do Conhecimento, com atividades educativas e de mobilização, debates e oficinas temáticas. Os vagões de passageiros são convertidos em Teletrem, veiculando programas educativos durante a viagem.

Os meios eletrônicos têm um papel fundamental no processo educativo e por isso a FVRD investe desde 2001 no Vale Informática. Contando com a parceria do Comitê para Democratização da Informática – CDI, o programa promove a inclusão digital de moradores de baixa renda, de forma a permitir maior qualificação profissional, empregabilidade, empreendedorismo e acesso à informação, além da participação em redes e do exercício da cidadania. Em 2005, aproximadamente 12 mil alunos foram beneficiados, o que totaliza 50.100 estudantes inseridos no programa.

Cultura

O investimento em cultura como meio de inclusão social e de fortalecimento da identidade de comunidades também faz parte das atividades da Fundação Vale do Rio Doce. A FVRD apóia manifestações artísticas que potencializem os processos de desenvolvimento local, com ênfase no intercâmbio de diferentes linguagens e no resgate e preservação de tradições.

O programa Vale Música assume diferentes formatos nas regiões onde a Companhia Vale do Rio Doce atua, pois é concebido a partir do desejo das comunidades e da consciência dos agentes sociais. Os parceiros dessa iniciativa são o Centro Cultural Caieiras (ES), a Associação dos Amigos da Orquestra Filarmônica do Espírito Santo – AAOFES, o Instituto Homem Pantaneiro (MS) e a Fundação Amazônica de Música (PA).

O Vale Música – Concertos Didáticos nasceu no Espírito Santo com as apresentações da Orquestra Filarmônica do Estado. Em 2005, foram promovidos 30 concertos, e mais de 7 mil alunos da rede pública de ensino aprenderam a reconhecer as harmonias, os instrumentos, a linguagem musical e a função de cada músico e do maestro.

O Vale Música – Academia de Ensino é um projeto em que crianças e jovens não só aprendem a ouvir, mas também a tocar instrumentos e cantar em corais e grupos musicais. Na Grande Vitória, o projeto é fruto de uma parceria com a Orquestra Filarmônica do Espírito Santo e, em Belém do Pará, com a Fundação Amazônica de Música. Já o Vale Música – Cultura Regional atende ao desejo da comunidade da Grande Vitória de preservar uma das mais típicas manifestações capixabas: o congo, uma mistura de dança e música que, segundo a lenda, nasceu quando um navio negreiro naufragou perto da Vila de Nova Almeida, próximo de Vitória. Ao todo, 820 crianças e adolescentes foram beneficiados pelos dois projetos.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Ainda no Espírito Santo, o Museu Vale do Rio Doce completou em 2005 sete anos de atividade. Além de reunir elementos históricos do universo ferroviário, o museu promove a revitalização cultural no Estado, com exposições de arte contemporânea, workshops com universitários e oficinas de arte com crianças e adolescentes. Somente em 2005, as atrações receberam 62.900 visitantes, dos quais 22.384 estudantes.

O cinema também faz parte das ações culturais promovidas pela Vale. O projeto Cinema nos Trilhos, que é realizado em parceria com a Muito Mais Promoções, foi iniciado no ano passado com a exibição de filmes em 35 milímetros. Os filmes são acompanhados da edição e da exibição de um vídeo feito a partir dos depoimentos dos moradores das comunidades localizadas próximas à Estrada de Ferro Carajás – EFC, nos Estados do Maranhão e Pará, que são colhidos antes e durante as sessões. O projeto atingiu cerca de 16 mil pessoas em 2005.

Economia Local

A Fundação Vale do Rio Doce considera fundamental a adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável para alavancar investimentos e garantir o bem-estar das populações no médio e no longo prazo. Com esse objetivo, o programa Cidade Vale Mais vem desde 2002 dotando as regiões e municípios onde a Companhia atua com instrumentos de planejamento e gestão compartilhada, capazes de fazer convergir os interesses da sociedade e de dar continuidade às ações públicas e privadas de transformação.

O programa, conduzido pela Agência 21, baseia-se na mobilização de lideranças locais – representantes de empresas, poder público, organizações sem fins lucrativos e sociedade civil. Em Cariacica, no Espírito Santo, por exemplo, os moradores foram estimulados a debater estratégias de desenvolvimento para a comunidade, e o setor de moda reuniu-se e montou um pólo de confecções que tem gerado emprego e renda no município.

A partir da identificação da oportunidade, o Cariacica Vale Mais ofereceu apoio técnico, logístico e jurídico aos empreendedores locais, que acabaram se organizando na Associação Cariacica Moda. Hoje, a cidade reúne cerca de 150 empresários do setor, responsáveis por 800 empregos formais e outros 2 mil informais.

Já na Região Serrana do Espírito Santo, a mobilização entre a sociedade civil organizada e o setor público e privado de dez municípios viabilizou a implantação do Plano de Desenvolvimento Sustentável nestas cidades. O plano vem servindo de roteiro para o fortalecimento da região nos próximos 20 anos, até transformá-la em um centro de qualidade de vida e desenvolvimento econômico e social através dos agronegócios e do ecoturismo – suas principais vocações.

Também voltado ao fortalecimento de economias locais, o programa Rede que Vale investe na formação de uma rede de projetos de responsabilidade social e voluntariado empresarial para propiciar o desenvolvimento sustentável. A ONG Rede Cidadã é aliada nessa iniciativa, que vem apoiando 5.511 jovens de cinco municípios de Minas Gerais – Brumadinho, Betim, Congonhas, Contagem e Governador Valadares –, com ações voltadas à capacitação profissional e à contratação para o mercado de trabalho. O Rede que Vale também promove o desenvolvimento de micro e pequenas empresas e agrupamentos associativos, fortalecendo a cultura do empreendedorismo, tão presente na sociedade brasileira.

Por meio desses programas, a Fundação Vale do Rio Doce transforma em realidade a sua missão: contribuir para o desenvolvimento integrado, econômico, ambiental e social de territórios, fortalecendo o capital social das comunidades e

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

respeitando a identidade cultural local.

A VALE E O MEIO AMBIENTE

A Companhia Vale do Rio Doce adota os mais elevados padrões de controle ambiental em suas operações. Mas a sua Política Ambiental vai além. Nela, o meio ambiente é considerado um componente estratégico da gestão empresarial, e a sua proteção faz parte da cultura de negócios da empresa.

Empregados e gestores estão engajados no aprimoramento contínuo da qualidade ambiental das atividades da Companhia. Em 2005, os investimentos somaram R\$ 108 milhões em projetos nas áreas operacionais da Vale e outros R\$ 39 milhões em programas e projetos externos.

Uma das principais ferramentas para a execução da política ambiental corporativa é o Sistema de Gestão da Qualidade Ambiental – SGQA. Trata-se de um sistema em constante aperfeiçoamento, que tem como finalidade aprimorar processos, além de disciplinar e uniformizar o atendimento aos procedimentos operacionais e o fiel cumprimento da legislação. Dessa forma, a Vale busca assegurar o alinhamento das operações às diretrizes de responsabilidade ambiental da Companhia.

Todas as unidades operacionais da Vale têm seu desempenho ambiental periodicamente verificado, segundo critérios técnicos aplicados por meio de procedimentos de auditoria ambiental. Cem por cento das exportações de minério de ferro e pelotas originam-se de minas e plantas industriais, cujos Sistemas de Gestão Ambiental estão certificados segundo a Norma ISO 14001 e são submetidos à verificação por entidades independentes, internacionalmente acreditadas.

Diversos programas e sistemas de informação vêm sendo utilizados pelas unidades operacionais, a fim de racionalizar o uso de recursos naturais, reduzir desperdícios e disseminar informações referentes à gestão ambiental.

O Sistema de Informações Ambientais é a ferramenta de gestão utilizada para os processos de licenciamento e de verificação rotineira dos níveis de conformidade de todas as atividades operacionais. Em 2005, a Vale desenvolveu os módulos Resíduos, Recursos Hídricos e Ar, ampliando a abrangência do sistema, que pode ser acessado em todas as unidades operacionais.

A gestão de riscos ambientais é garantida pelo processo contínuo de identificação dos perigos e de avaliação de riscos associados a atividades, produtos e serviços da empresa. A Vale acredita que essa gestão constitui uma das bases para salvaguardar o seu valor presente e futuro. Em 2005, iniciou-se o processo de revisão e atualização do Programa de Gerenciamento de Riscos da Ferrovia Centro-Atlântica – FCA ao longo dos seus mais de 8 mil quilômetros de extensão, incluindo todas as suas instalações fixas. Trata-se de um dos maiores e mais detalhados programas desse tipo já implementados no Brasil, com utilização intensiva das mais modernas tecnologias de imagens por satélite, de aeronaves e de geoprocessamento.

Todos os terminais portuários operados pela Vale – Complexo Portuário e Industrial de Tubarão e Terminal de Vila Velha, em Vitória (ES); Terminal de Ponta da Madeira, em São Luís (MA); Terminal Marítimo Inácio Barbosa, em Aracaju (SE); e Companhia Portuária Baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro (RJ) – atualizaram seus respectivos Planos de Atendimento a Emergências, de forma a mantê-los adequados.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Foi lançado ainda o regulamento interno de Gestão de Produtos Perigosos, que estabelece critérios e diretrizes para eliminar ou minimizar os riscos de acidentes decorrentes da utilização de produtos específicos, além de definir atribuições e responsabilidades para o seu gerenciamento. Todas as ações ambientais são comunicadas de forma direta às comunidades e demais públicos estratégicos.

Os novos empreendimentos da Companhia passam por uma análise criteriosa de viabilidade técnico-econômica, ambiental e social, o que evidencia o compromisso com o desenvolvimento sustentável. A aprovação e o desenvolvimento de projetos de capital de grande porte são feitos obrigatoriamente através da metodologia Front-End Loading – FEL. Desde o início dos empreendimentos, são feitas avaliações integradas, cobrindo os aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais, que determinam a continuidade do investimento.

Proteção e Pesquisa

Em 2005, o Instituto Ambiental Vale do Rio Doce – IAVRD, responsável pela gestão e pela operação das interfaces entre as atividades operacionais da Vale e os ecossistemas que as abrigam, deu continuidade às pesquisas científicas e ao desenvolvimento de novas tecnologias de proteção e recuperação ambiental.

O IAVRD é detentor de um dos mais vastos conhecimentos sobre os ecossistemas dos biomas da Amazônia e da Mata Atlântica, dominando informações sobre a reprodução de cerca de mil espécies botânicas nativas. Os núcleos de Minas Gerais, Espírito Santo, Maranhão e Pará realizam o atendimento às diversas unidades operacionais da Vale, além de atender a demandas externas de órgãos públicos e empresas privadas, que celebram acordos operacionais com a Companhia.

A Vale também realiza inventários de fauna e flora nos diversos ecossistemas onde atua, o que permite a avaliação da composição de cada região investigada, ampliando o conhecimento sobre espécies existentes. Assim, são identificadas novas espécies e endemismos, além de se viabilizar a avaliação de ameaças de extinção e do impacto da alteração do ambiente sobre a fauna e a flora. Ao longo de 2005, foram realizados dez inventários e seus respectivos monitoramentos em Carajás (PA), com a avaliação de 441 espécies de aves, 102 de anfíbios e répteis e 145 de mamíferos. Os estudos florestais também geram conhecimento sobre a condição ambiental de uma região. Em 2005, o IAVRD inventariou 1.409 hectares de vegetação em Carajás.

O programa de reabilitação de matas ciliares implantado no norte do Espírito Santo, com abrangência de 180 hectares, foi responsável pelo plantio de 200 mil mudas de diversas espécies da Mata Atlântica, cultivadas na Reserva Natural da Vale do Rio Doce, em Linhares. Esse programa, realizado pelo IAVRD em parceria com 56 agricultores da região, tem como objetivo demonstrar a importância da recuperação das áreas de preservação permanente e do envolvimento da comunidade na sua proteção. Desde 1999, a Vale mantém um convênio com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama para a proteção e manutenção também da Reserva Biológica de Sooretama. Juntas, as reservas de Linhares e Sooretama abrigam cerca de 70% da Mata Atlântica do Estado do Espírito Santo.

Através do Instituto, a Vale também realiza pesquisas e desenvolve tecnologias para a reabilitação das áreas afetadas pela mineração, segundo as diretrizes estabelecidas no Manual CVRD de Fechamento de Minas, aplicado também para amparar

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

o processo de provisionamento dos recursos financeiros necessários ao atendimento das futuras demandas. Os estudos, voltados para a obtenção de um sistema cada vez mais eficaz de reabilitação, contam com a participação de diversas entidades de pesquisa, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, a Universidade Federal do Pará – UFPA, o Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Em 2005, foram reabilitados cerca de 1.850 hectares de áreas interferidas entre minas, ferrovias, portos e demais regiões, com espécies nativas dos ecossistemas da Mata Atlântica, do Cerrado e da Amazônia. Esses trabalhos geraram cerca de 300 empregos diretos.

Os projetos de educação ambiental da Vale estão consolidados no programa Atitude Ambiental, que tem como base as diretrizes acordadas em 2004 entre as unidades operacionais e o centro corporativo. Na cidade de Canaã dos Carajás, no Pará, o Atitude Ambiental foi plenamente incorporado pelas 13 escolas que já participavam do programa Escola que Vale, da Fundação Vale do Rio Doce, alcançando mais de 3.200 alunos e 100 professores da rede municipal de Ensino Fundamental. Em Minas Gerais, os projetos ligados ao programa criaram quatro novos centros de educação ambiental, nas cidades de Brumadinho, Itabira, Congonhas e Mariana. Os centros são espaços de conhecimento e de referência para treinamentos ambientais, trocas de experiências das escolas e recepção a visitantes.

Ecoeficiência

Os sistemas e práticas de gestão ambiental garantem também o aumento da eficiência operacional da Companhia. As 18 Comissões de Gestão de Recursos Hídricos destacaram-se em 2005 com a implementação de planos de ação para cada unidade operacional, com metas claras de racionalização do uso deste recurso natural, baseadas nos dados consolidados no balanço hídrico detalhado de cada processo produtivo. Os Sistemas de Tratamento de Efluentes são também objeto de atenção, de forma a assegurar que o desempenho esteja inteiramente compatibilizado com os requisitos legais e normativos.

A Vale atende à Agenda 21 em relação à gestão dos recursos hídricos. Entre 2002 e 2003, realizou o diagnóstico de recursos hídricos de todas as suas unidades, incluindo ferrovias e complexos portuários. A clara designação de responsabilidades pressupõe a nomeação dos gestores hídricos em cada uma das unidades da Vale, que contam com comissões especificamente organizadas e capacitadas para desenvolver os planos de ação que propiciem a racionalização da utilização da água, com base no diagnóstico dos usos dos recursos hídricos. Hoje, a Companhia recircula, em média, 80% da água utilizada nos processos de seus empreendimentos.

Graças a planos de monitoramento específicos, a Vale supervisiona a qualidade da água superficial, potável e de afluentes líquidos, por meio de análises físico-químicas e bacteriológicas, que identificam se a água segue os padrões da legislação ambiental. Dessa forma, a proteção dos recursos hídricos naturais em torno dos projetos é assegurada.

Outra preocupação permanente é a qualidade do ar. Em Carajás, o monitoramento é feito com três subestações automatizadas que entraram em operação em maio de 2005. Com esses equipamentos, é possível obter, de hora em hora, os índices de poeira inalável e poeira total em suspensão nas minas de ferro e de manganês, e também no núcleo urbano. Na área das minas, onde existe emissão de poeira por conta das atividades, são utilizados, além de equipamentos de proteção, sistema remoto de aspersão e seis caminhões-pipa, para controle ambiental.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

No Complexo Industrial e Portuário de Tubarão, no Espírito Santo, foram implantadas três estações internas de monitoramento automático, com medição contínua de partículas totais em suspensão. Também foi instalada, sob a supervisão do Instituto Estadual de Meio Ambiente – IEMA, a oitava estação da Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar da Grande Vitória – RAMQAr, que permite a obtenção de dados em tempo real e é uma das mais modernas do Brasil. A parceria da Vale com o órgão público de controle ambiental, que é responsável pela divulgação dos dados para a população, demonstra a transparência da empresa no relacionamento com a comunidade e a consistência da sua política ambiental.

Atendendo às diretrizes do Plano de Gestão de Resíduos, cada uma das unidades operacionais da Vale desenvolveu em 2005 o seu projeto de minimização da geração de resíduos, que será aplicado em 2006, cumprindo a política da Companhia de buscar o aprimoramento contínuo do seu desempenho ambiental.

Em Carajás, a Vale investe no tratamento de resíduos tanto em áreas operacionais como no núcleo urbano. Os de origem orgânica, coletados dos restaurantes do núcleo e da mina, por exemplo, são levados para a Central de Armazenamento de Resíduos – CAR e depois para a usina de compostagem. Triturados e misturados com serragem e resíduos de grama, são transformados em adubo orgânico, que é utilizado no paisagismo do núcleo e na recuperação de áreas degradadas.

Inovação

Além de utilizar as melhores ferramentas de controle de emissões disponíveis internacionalmente, as ações ambientais da Vale incluíram, em 2005, uma inovadora tecnologia: o supressor de pó para pelotas. Esse aglomerante orgânico reduz a emissão de material particulado pelas usinas de pelotização, minimiza o consumo de água nas pilhas de minério de ferro e melhora o processo de industrialização das pelotas.

O supressor de pó teve sua tecnologia desenvolvida ao longo de dois anos e começou a ser utilizado em agosto de 2005. Trata-se de um produto parafínico viscoso que, aplicado sobre as pelotas nas operações de empilhamento, recuperação e carregamento, as envolve, minimizando a geração de resíduos. A vantagem se estende aos clientes finais, em cujos portos, pátios e usinas o manuseio do produto ocorrerá livre de emissões.

Até então o controle era feito por meio da aplicação de água, mas com desvantagens: a água evapora, interfere na qualidade da pelota e pode aumentar o teor de umidade na hora do embarque. A Vale investiu R\$ 4 milhões no desenvolvimento do supressor de pó, em testes e instalações, e serão gastos R\$ 10 milhões por ano com a operação. A aplicação do produto permitirá uma economia anual de 125 mil metros cúbicos de água, suficientes para abastecer 350 famílias por ano.

A Vale investe também no biodiesel como fonte de energia limpa e renovável. No ano passado, iniciou testes de adição de 20% de biodiesel ao óleo diesel dos trens que operam na Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM.

Os testes ultrapassam as metas do governo, já que o Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis tem como meta a inserção de somente 2% do biodiesel até 2008. Maior consumidora de óleo diesel do país, a Vale instalará tancagens em Tubarão (ES) e Nova Era (MG), para estoque do óleo de produtores de soja.]

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Conscientização

A Vale entende que a capacitação e o treinamento de seus empregados e contratados é fundamental para a implementação e melhoria contínua dos sistemas de gestão ambiental. O Curso de Gestão da Qualidade dos Recursos Hídricos Superficiais, realizado em 2005 em parceria com a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb, mostrou que a capacitação continuada leva a uma efetiva mudança de valores e atitudes. O curso formou 50 gestores-chave e membros das Comissões de Gestão de Recursos Hídricos de todas as unidades operacionais.

Os procedimentos para viabilizar a redução, o manuseio, o acondicionamento e a venda de resíduos fizeram parte de treinamentos em todas as áreas operacionais, que atingiram 350 gestores. Foram elaborados, ao longo de 2005, os conteúdos dos três primeiros módulos do programa corporativo Trilhas para o Desenvolvimento Ambiental para empregados, nas áreas de resíduos, recursos hídricos e riscos.

A conscientização ambiental está sendo levada não somente aos empregados, mas também às comunidades em que a Vale atua. Em Canaã dos Carajás, no Pará, o Programa de Educação Ambiental alcançou cerca de 3 mil professores e alunos da 5ª à 8ª séries do Ensino Fundamental das escolas públicas, com investimento de R\$ 436 mil.

Já o projeto Educação para Limpeza Urbana – ELU vem ajudando no desenvolvimento sustentável da região de Itaqui-Bacanga, no Maranhão. Com foco na limpeza urbana e na educação ambiental, o programa conta com um investimento de R\$ 2,8 milhões e faz parte do programa Cidade Vale Mais.

Os Parques Botânico de Tubarão e Zoobotânico de Carajás são parte da estratégia de conscientização ambiental da Companhia. A Vale inaugurou ainda, no ano passado, as primeiras instalações do novo Parque Botânico de São Luís, no Maranhão, com 110 hectares, que estará totalmente aberto à população em 2006, com previsão de 100 mil a 200 mil visitas ao ano. Em 2005, os parques de Tubarão e Carajás receberam, respectivamente, 96 mil e 42 mil visitantes. Ao todo, a Vale investiu R\$ 1,4 milhão nos três parques em 2005.

Em Tubarão, as visitas monitoradas levaram ao parque 30 mil estudantes de diversas faixas etárias, aos quais foram oferecidas atividades de educação ambiental e visitas às instalações do Complexo Portuário e Industrial de Tubarão. Foram promovidas ainda oficinas de artes, peças teatrais, palestras, shows, apresentações de filmes, workshops e encontros de pesquisadores – sempre com a temática ambiental –, totalizando 458 eventos e 32 mil espectadores. O Parque Botânico de Tubarão está contido em uma área de 33 hectares e conta com uma estrutura física estratégica, com espaço para eventos, quatro salas e um auditório com 130 lugares, equipado com sistema de projeção de áudio e vídeo.

Localizado em 30 hectares da Floresta Nacional de Carajás, o Parque Zoobotânico é considerado modelo de proteção da biodiversidade amazônica, abriga entre 200 e 250 espécies de animais e realiza programas de educação sobre o meio ambiente junto à comunidade de Carajás e às regiões próximas. Em 2005, o parque iniciou um processo de reestruturação que vai ampliar as suas atividades ligadas à investigação científica e às pesquisas botânicas.

Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco, a Reserva Natural da Vale do Rio Doce, em Linhares (ES), faz parte do conjunto de Unidades de Conservação que integram a Costa do Descobrimento do Brasil e também está aberta ao público. Em 2005, cerca de 10 mil pessoas visitaram a reserva, que também recebe um grande número de pesquisadores e

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

cientistas, atraídos pela existência de um dos mais destacados centros de conhecimento sobre a Mata Atlântica no Brasil, internacionalmente reconhecido.

A Vale também apóia e patrocina eventos que promovam a conscientização e o debate ambiental. E como empresa que colabora para a biodiversidade no Brasil, participa das mais representativas organizações nacionais e internacionais comprometidas com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, como o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, a International Emissions Trading Association – Ieta e o World Business Council for Sustainable Development – WBCSD. Além disso, é membro da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, que estabelece normas e princípios para o uso e a proteção da diversidade biológica em cada país signatário.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL.PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	2,28	5,26	SIM	549.000	549.000
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	8,54	19,67	SIM	2.054.000	2.054.000
03	OUTRAS	2,41	5,55	SIM	580.000	580.000

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS**COMPRAS DE PRODUTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****PRODUTOS/VENDEDORES****Pelotas/Minério de Ferro**

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO

Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO

Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS

Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO

Minerações Brasileiras Reunidas S.A - MBR

SERVIÇOS/PRESTADORES**Frete**

Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE

Seamar Shipping Corporation

MRS Logística S.A.

Compra de material importado

Itabira Rio Doce Company Limited - ITACO

Contratos de mútuo

Todas as controladas e coligadas - Taxas de Mercado

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS**VENDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS****PRODUTOS/COMPRADORES****Minério de ferro/Pelotas**

Itabira Rio Doce Company Limited - ITACO
Usinas Siderúrgicas de Minas Geras S.A. - USIMINAS
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização – HISPANOBRÁS
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização – NIBRASCO
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBASCO
Rio Doce Limited
CVRD Overseas Ltd.
Samarco Mineração S.A.
Gulf Industrial Investment Co.- GIIC

SERVIÇOS DE TRANSPORTES PRESTADOS

Usinas Siderúrgicas de Minas Geras S.A. - USIMINAS
Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA
Rio Doce Manganês S.A.

OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS

Todas as controladas e coligadas

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54
------------------------------	--------------------

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54
------------------------------	--------------------

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54
------------------------------	--------------------

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ESTATUTO SOCIAL

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

Art. 1º - A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, abreviadamente CVRD, é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - A sociedade tem por objeto:

- I.** realizar o aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e no exterior, através da pesquisa, exploração, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais;
- II.** construir ferrovias, operar e explorar o tráfego ferroviário próprio ou de terceiros;
- III.** construir e operar terminais marítimos próprios ou de terceiros, bem como explorar as atividades de navegação e de apoio portuário;
- IV.** prestar serviços de logística integrada de transporte de carga, compreendendo a captação, armazenagem, transbordo, distribuição e entrega no contexto de um sistema multimodal de transporte;
- V.** produzir, beneficiar, transportar, industrializar e comercializar toda e qualquer fonte e forma de energia, podendo, ainda, atuar na produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos;
- VI.** exercer, no País ou no exterior, outras atividades que possam interessar, direta ou indiretamente, à realização do objeto social, inclusive pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação, bem como a exploração, industrialização e comercialização de recursos florestais e a prestação de serviços de qualquer natureza;
- VII.** constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades cujos objetos sociais sejam direta ou indiretamente, vinculados, acessórios ou instrumentais ao seu objeto social.

Art. 3º - A sociedade tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo, para melhor desempenho de suas atividades, criar sucursais, filiais, depósitos, agências, armazéns, escritórios de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimento no País e no exterior.

Art. 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 5º - O capital social é de R\$19.492.400.974,56 (dezenove bilhões, quatrocentos e noventa e dois milhões, quatrocentos mil, novecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) correspondendo a 2.459.657.058 (dois bilhões, quatrocentas e cinquenta e nove milhões, seiscentas e cinquenta e sete mil e cinquenta e oito) ações escriturais, sendo R\$9.007.032.395,62 (nove bilhões, sete milhões, trinta e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos) divididos em 1.499.898.858 (um bilhão, quatrocentas e noventa e nove milhões, oitocentas e noventa e oito mil e oitocentas e cinquenta e oito) ações ordinárias e R\$10.485.368.578,94 (dez bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e oito mil, quinhentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos), divididos em 959.758.200 (novecentas e cinquenta e nove milhões, setecentas e cinquenta e oito mil e duzentas) ações preferenciais classe "A", incluindo 06 (seis) de classe especial, todas sem valor nominal.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- § 1º** - As ações são ordinárias e preferenciais. As ações preferenciais são das classes "A" e "especial".
- § 2º** - As ações preferenciais da classe especial pertencerão exclusivamente à União Federal. Além dos demais direitos que lhe são expressa e especificamente atribuídos no presente Estatuto Social, as ações preferenciais da classe especial terão os mesmos direitos das ações preferenciais classe "A".
- § 3º** - Cada ação ordinária, cada ação preferencial classe "A" e cada ação preferencial de classe especial dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais, respeitado o disposto no § 4º a seguir.
- § 4º** - As ações preferenciais das classes "A" e especial terão os mesmos direitos políticos das ações ordinárias, com exceção do voto para a eleição dos membros do Conselho de Administração, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º do **Art. 11** a seguir, bem como o direito de eleger e destituir, um membro do Conselho Fiscal e o respectivo suplente.
- § 5º** - Os titulares das ações preferenciais das classes "A" e especial terão direito de participar do dividendo a ser distribuído calculado na forma do Capítulo VII, de acordo com o seguinte critério:
- a) prioridade no recebimento dos dividendos mencionados neste §5º correspondente a (i) no mínimo 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, calculado com base nas demonstrações financeiras levantadas que serviram como referência para o pagamento dos dividendos ou (ii) 6% (seis por cento) calculado sobre a parcela do capital constituída por essa classe de ação, o que for maior entre eles;
 - b) direito de participar dos lucros distribuídos, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com a alínea "a" acima; e
 - c) direito de participar de eventuais bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias, observada a prioridade estabelecida para a distribuição de dividendos.
- § 6º** - As ações preferenciais adquirirão o exercício pleno e irrestrito do direito de voto se a sociedade deixar de pagar, pelo prazo de 03 (três) exercícios sociais consecutivos, os dividendos mínimos conferidos às ações preferenciais, a que fizerem jus nos termos do §5º do **Art. 5º**.

Art. 6º - A sociedade fica autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.800.000.000 (um bilhão e oitocentos milhões) de ações ordinárias e de 3.600.000.000 (três bilhões e seiscentos milhões) de ações preferenciais classe "A". Dentro do limite autorizado neste Artigo, poderá a sociedade, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais.

- § 1º** - O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.
- § 2º** - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, nos termos estabelecidos na Lei 6.404/76.
- § 3º** - Obedecidos os planos aprovados pela Assembléia Geral, a sociedade poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, com ações em tesouraria ou mediante emissão de novas ações, excluindo o direito de preferência para os acionistas.

Art. 7º - A ação de classe especial terá direito de veto sobre as seguintes matérias:

- I** - alteração da denominação social;
- II** - mudança da sede social;
- III** - mudança no objeto social no que se refere à exploração mineral;

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- IV** - liquidação da sociedade;
- V** - alienação ou encerramento das atividades de qualquer uma ou do conjunto das seguintes etapas dos sistemas integrados de minério de ferro da sociedade: (a) depósitos minerais, jazidas, minas; (b) ferrovias; (c) portos e terminais marítimos;
- VI** - qualquer modificação dos direitos atribuídos às espécies e classes das ações de emissão da sociedade previstos neste Estatuto Social;
- VII** - qualquer modificação deste Artigo 7º ou de quaisquer dos demais direitos atribuídos neste Estatuto Social à ação de classe especial.

CAPÍTULO III - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 8º - A Assembléia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Conselho de Administração.

§ 1º - É competência da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre as matérias objeto do **Art. 7º**.

§ 2º - O acionista titular da ação de classe especial será convocado formalmente pela sociedade, através de correspondência pessoal dirigida ao seu representante legal, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para apreciar as matérias objeto do **Art. 7º**.

§ 3º - Em caso de ausência do titular da ação de classe especial na Assembléia Geral convocada para esse fim ou em caso de abstenção de seu voto, as matérias objeto do **Art. 7º** serão consideradas aprovadas pelo detentor da referida classe especial.

Art. 9º - A Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária será presidida pelo Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração da sociedade, e secretariada pelo Secretário do Conselho de Administração designado na forma do **§14** do **Art. 11**.

Parágrafo Único - Nos casos de ausência ou impedimento temporário do Presidente ou do Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Assembléia Geral dos Acionistas será presidida pelos seus respectivos suplentes, ou na ausência ou impedimentos dos mesmos, por Conselheiro especialmente indicado pelo Presidente do Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10 - A administração da sociedade competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

§1º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

§2º - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

§3º - A remuneração global e anual dos administradores será fixada pela assembléia geral, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. O Conselho de Administração distribuirá a remuneração fixada pela assembléia geral entre os seus membros e os membros da Diretoria Executiva.

§4º - O Conselho de Administração será assessorado por órgãos técnicos e consultivos, denominados Comitês, regulados conforme **Seção II – Dos Comitês** adiante.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

SEÇÃO I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Subseção I - Da Composição

Art. 11 - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, será eleito pela assembléia geral e composto por 11 (onze) membros titulares e respectivos suplentes, acionistas da sociedade, sendo um deles o Presidente do Conselho e outro o Vice-Presidente.

§1º - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

§2º - Nos termos do Artigo 141 da Lei 6.404/76, terão direito de eleger e destituir 01 (um) membro e seu suplente do Conselho de Administração, em votação em separado na assembléia geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares, respectivamente:

I - de ações ordinárias, que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto; e

II - de ações preferenciais, que representem, pelo menos, 10% (dez por cento) do capital social.

§3º - Verificando-se que nem os titulares de ações ordinárias e nem os titulares de ações preferenciais perfizeram, respectivamente, o quorum exigido nos **incisos I e II** do **§2º** acima, ser-lhes-á facultado agregar suas ações para elegerem em conjunto um membro e seu suplente para o Conselho de Administração, observando-se, nessa hipótese, o quorum exigido pelo **inciso II** do **§2º** deste Artigo.

§4º - Somente poderão exercer o direito previsto no **§2º** deste Artigo, os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária ali exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da assembléia geral que eleger membros do Conselho de Administração.

§5º - Dentre os 11 (onze) membros titulares e respectivos suplentes do Conselho de Administração, 01 (um) membro e seu suplente, serão eleitos e/ou destituídos, em votação em separado, pelo conjunto de empregados da sociedade.

§6º - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre os Conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a assembléia geral que os eleger.

§7º - Em caso de impedimento ou ausência temporária, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, o qual, no período de substituição, terá atribuições idênticas às do Presidente, cabendo, entretanto, ao membro suplente do Presidente, o exercício do direito de voto na condição de Conselheiro.

§8º - Ocorrendo vacância do cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, o Conselho de Administração elegerá seus substitutos na primeira reunião a ser realizada após a vacância.

§9º - Em seus impedimentos ou ausências temporárias, os Conselheiros serão substituídos pelos respectivos suplentes.

§10 - No caso de vacância do cargo de Conselheiro ou de seu suplente, o substituto poderá ser nomeado pelos membros remanescentes, e servirá até a primeira assembléia geral, que deliberará sobre a sua eleição. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, será convocada assembléia geral para proceder nova eleição para os cargos vagos.

§11 - Sempre que a eleição para o Conselho de Administração se der pelo regime de voto múltiplo previsto no Artigo 141 da Lei nº 6.404/1976, a Presidência da assembléia geral deverá informar aos acionistas presentes que as ações que elegerem um membro do Conselho de Administração, utilizando o direito de votação em separado, de que tratam os **§§2º e 3º** deste **Art. 11**, não poderão participar do regime de voto múltiplo e, evidentemente, não participarão do cálculo do respectivo quorum. Após a realização da

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

votação em separado é que apurar-se-á, definitivamente, o coeficiente para fins do procedimento de voto múltiplo.

§12- Com exceção dos membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos em votação em separado, respectivamente, pelo conjunto de empregados da sociedade e pelos titulares de ações preferenciais, conforme **inciso II, §2º** deste **Art. 11**, sempre que a eleição para o Conselho de Administração for realizada pelo regime de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração, titular ou suplente, pela assembléia geral, implicará na destituição dos demais membros do Conselho de Administração, procedendo-se, conseqüentemente, à nova eleição; nos demais casos de vaga, não havendo suplente, a primeira assembléia geral procederá à nova eleição de todo o Conselho.

§13- Sempre que, cumulativamente, a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais ou conjunto de empregados exercerem a prerrogativa prevista nos **§§ 2º, 3º e 5º** acima, será assegurado a acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que 50% (cinquenta por cento) das ações com direito de voto, o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de conselheiros previsto no “**caput**” deste **Art. 11**.

§14 - O Conselho de Administração terá um Secretário, designado pelo Presidente do Conselho de Administração, que será, necessariamente, um empregado ou administrador da sociedade, em cuja ausência ou impedimento será substituído por outro empregado ou administrador que o Presidente do Conselho de Administração designar.

Subseção II - Do Funcionamento

Art. 12 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente deste órgão ou ainda por quaisquer 02 (dois) Conselheiros em conjunto.

Art. 13 - As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros e estes somente deliberarão mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes.

§1º - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração que, após lidas e aprovadas pelos conselheiros presentes às reuniões, serão assinadas em número suficiente por quantos bastem para constituir a maioria necessária à aprovação das matérias examinadas.

§2º - O Secretário será o responsável pela lavratura, distribuição, arquivamento e guarda das respectivas atas de reunião do Conselho de Administração, bem como pela emissão de extratos das atas e certificados das deliberações do Conselho de Administração.

Subseção III - Das Atribuições

Art. 14 - Compete ao Conselho de Administração:

- I. eleger, avaliar e destituir, a qualquer tempo, os Diretores Executivos da sociedade, e fixar-lhes as suas atribuições;
- II. distribuir a remuneração fixada pela assembléia geral entre os seus membros e os da Diretoria Executiva;
- III. atribuir a um Diretor Executivo a função de Relações com os Investidores;
- IV. deliberar sobre as políticas de seleção, avaliação, desenvolvimento e remuneração dos membros da Diretoria Executiva;

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- V.** deliberar sobre as políticas gerais de recursos humanos da sociedade propostas pela Diretoria Executiva;
- VI.** fixar a orientação geral dos negócios da sociedade, suas subsidiárias integrais e sociedades controladas;
- VII.** deliberar sobre as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da sociedade propostos, anualmente, pela Diretoria Executiva;
- VIII.** deliberar sobre os orçamentos anual e plurianual da sociedade, propostos pela Diretoria Executiva;
- IX.** acompanhar e avaliar o desempenho econômico-financeiro da sociedade, podendo solicitar à Diretoria Executiva, relatórios com indicadores de desempenho específicos;
- X.** deliberar sobre oportunidades de investimento e/ou desinvestimento propostas pela Diretoria Executiva que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria Executiva definidos pelo Conselho de Administração;
- XI.** manifestar-se sobre operações de fusão, cisão, incorporação em que a sociedade seja parte, bem como sobre aquisições de participações acionárias propostas pela Diretoria Executiva;
- XII.** observado o disposto no **Art. 2º** deste Estatuto Social, deliberar sobre a constituição de sociedades ou a sua transformação em outro tipo de sociedade, a participação ou retirada, direta ou indireta, no capital de outras sociedades, consórcios, fundações e outras entidades, através do exercício do direito de retirada, do exercício ou renúncia de direitos de preferência na subscrição e na aquisição, direta ou indiretamente, de participações societárias, ou de qualquer outra forma de participação ou retirada admitida em lei, nela incluídas, mas não limitadas às operações de fusão, cisão e incorporação nas sociedades em que participe;
- XIII.** deliberar sobre as políticas de riscos corporativos e financeiras da sociedade propostas pela Diretoria Executiva;
- XIV.** deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real proposta pela Diretoria Executiva;
- XV.** deliberar sobre as contas da Diretoria Executiva, consubstanciadas no Relatório Anual de Administração, bem como sobre as Demonstrações Financeiras, para posterior encaminhamento à apreciação da assembleia geral ordinária de acionistas;
- XVI.** deliberar sobre a destinação do lucro do exercício, a distribuição de dividendos e, quando necessário, o orçamento de capital, propostos pela Diretoria Executiva, para posterior encaminhamento à apreciação da assembleia geral ordinária de acionistas;
- XVII.** escolher e destituir os auditores externos da sociedade, por recomendação do Conselho Fiscal, em conformidade com o inciso (ii) do §1º do Artigo 39;
- XVIII.** nomear e destituir o responsável pela auditoria interna e pela ouvidoria da sociedade, os quais se subordinarão diretamente ao Conselho de Administração;
- XIX.** deliberar sobre as políticas e o plano anual de auditoria interna da sociedade, propostos por seu responsável, bem como tomar conhecimento dos seus relatórios e determinar a adoção de medidas necessárias;
- XX.** fiscalizar a gestão dos Diretores Executivos e examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, de forma a garantir a integridade financeira da sociedade;

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- XXI.** deliberar sobre as alterações nas regras de governança corporativa, que incluem mas não se limitam ao processo de prestação de contas e ao processo de divulgação de informações;
- XXII.** deliberar sobre políticas de condutas funcionais pautadas em padrões éticos e morais consubstanciados no código de ética da sociedade, a ser respeitado por todos os administradores e empregados da sociedade, suas subsidiárias e controladas;
- XXIII.** deliberar sobre políticas para evitar conflitos de interesses entre a sociedade e seus acionistas ou seus administradores, bem como sobre a adoção de providências julgadas necessárias na eventualidade de surgirem conflitos dessa natureza;
- XXIV.** deliberar sobre as políticas de responsabilidade institucional da sociedade em especial aquelas referentes a: meio-ambiente, saúde e segurança do trabalho, e responsabilidade social da sociedade propostas pela Diretoria Executiva;
- XXV.** estabelecer alçadas da Diretoria Executiva para aquisição, alienação e oneração de bens do ativo permanente e para a constituição de ônus reais, observado o disposto no **Art. 7º** deste Estatuto Social;
- XXVI.** deliberar sobre prestação de garantias em geral, e estabelecer alçadas da Diretoria Executiva para a contratação de empréstimos e financiamentos e para a celebração de demais contratos;
- XXVII.** estabelecer alçadas da Diretoria Executiva para a celebração de compromissos, renúncia de direitos e transações de qualquer natureza, exceto quanto à renúncia aos direitos de preferência na subscrição e na aquisição de participação societária, nos termos do **inciso XII** deste **Art. 14**;
- XXVIII.** deliberar sobre quaisquer matérias que não são de competência da Diretoria Executiva, nos termos do presente Estatuto Social, bem como matérias cujos limites ultrapassem a alçada estabelecida para a Diretoria Executiva, conforme previsto neste **Art. 14**;
- XXIX.** deliberar sobre quaisquer reformulações, alterações, ou aditamentos de acordos de acionistas, ou de contratos de consórcios, ou entre acionistas ou entre consorciados de sociedades ou consórcios dos quais a sociedade participe e, ainda, a celebração de novos acordos e/ou contratos de consórcios que contemplem matérias desta natureza;
- XXX.** autorizar a negociação, celebração ou alteração de contrato de qualquer espécie ou valor entre a sociedade e (i) seus acionistas, diretamente ou através de sociedades interpostas, (ii) sociedades que participem, direta, ou indiretamente, do capital do acionista controlador ou sejam controladas, ou estejam sob controle comum, por entidades que participem do capital do acionista controlador, e/ou (iii) sociedades nas quais o acionista controlador da sociedade participe, podendo o Conselho de Administração estabelecer delegações, com alçadas e procedimentos, que atendam as peculiaridades e a natureza das operações, sem prejuízo de manter-se o referido colegiado devidamente informado sobre todas as transações da sociedade com partes relacionadas;
- XXXI.** manifestar-se sobre qualquer assunto a ser submetido à assembléia geral de acionistas;
- XXXII.** autorizar a aquisição de ações de sua emissão para manutenção em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação;
- XXXIII.** deliberar sobre recomendações encaminhadas pelo Conselho Fiscal da sociedade decorrentes de suas atribuições legais e estatutárias.

§1º - Caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a indicação, proposta pela Diretoria Executiva, das pessoas que devam integrar órgãos da administração, consultivo e fiscal das sociedades e entidades em que a sociedade tenha participação, inclusive indireta.

§2º- O Conselho de Administração pode, nos casos em que julgar conveniente, delegar a atribuição mencionada no parágrafo anterior à Diretoria Executiva.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

SEÇÃO II - DOS COMITÊS

Art. 15 - O Conselho de Administração, para seu assessoramento, contará, em caráter permanente, com 05 (cinco) comitês técnicos e consultivos, a seguir denominados: Comitê de Desenvolvimento Executivo, Comitê Estratégico, Comitê Financeiro, Comitê de Controladoria e Comitê de Governança e Sustentabilidade.

§1º - O Conselho de Administração, sempre que julgar necessário, poderá criar, ainda, para o seu assessoramento, outros comitês que preencham funções consultivas ou técnicas, que não aquelas previstas para os comitês de caráter permanente de que trata o *"caput"* deste Artigo.

§2º - Os membros dos comitês serão remunerados conforme estabelecido pelo Conselho de Administração, sendo que aqueles que forem administradores da sociedade, não farão jus a percepção de remuneração adicional por participação nos comitês.

Subseção I - Da Missão

Art. 16 - A missão dos comitês é assessorar o Conselho de Administração, inclusive no acompanhamento das atividades da sociedade, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às suas decisões.

Subseção II - Da Composição

Art. 17 - Os membros dos comitês deverão ter notória experiência e capacidade técnica em relação às matérias objeto de responsabilidade do comitê em que participam e estarão sujeitos aos mesmos deveres e responsabilidades legais dos administradores.

Art. 18 - A composição de cada comitê será definida pelo Conselho de Administração.

§1º - Os membros dos comitês serão nomeados pelo Conselho de Administração e poderão ou não pertencer aos órgãos de administração da sociedade.

§2º - O início do prazo de gestão dos membros dos comitês se dará a partir da sua nomeação pelo Conselho de Administração, e o término coincidirá sempre com o término do prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração, permitida a recondução.

§3º - Durante sua gestão, os membros dos comitês poderão ser destituídos do seu mandato pelo Conselho de Administração.

Subseção III - Do Funcionamento

Art. 19 - As normas relativas ao funcionamento de cada comitê serão definidas pelo Conselho de Administração.

§1º - Os comitês instituídos no âmbito da sociedade não terão funções executivas ou caráter deliberativo e seus pareceres e propostas serão encaminhados ao Conselho de Administração para deliberação.

§2º - Os pareceres dos comitês não constituem condição necessária para a apresentação de matérias ao exame e deliberação do Conselho de Administração.

Subseção IV - Das Atribuições

Art. 20 - As principais atribuições dos comitês estão previstas no **Art. 21** e subsequentes, enquanto as atribuições detalhadas serão definidas pelo Conselho de Administração.

Art. 21 - Compete ao Comitê de Desenvolvimento Executivo:

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- I -** emitir parecer sobre as políticas gerais de recursos humanos da sociedade propostas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração;
- II -** analisar e emitir parecer ao Conselho de Administração sobre a adequação da remuneração dos membros da Diretoria Executiva;
- III -** propor e manter atualizada a metodologia de avaliação de desempenho dos membros da Diretoria Executiva; e
- IV -** emitir parecer sobre as políticas de responsabilidade institucional da sociedade tais como meio-ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da sociedade apresentadas pela Diretoria Executiva.

Art. 22 - Compete ao Comitê Estratégico:

- I -** emitir parecer sobre as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da sociedade propostos, anualmente, pela Diretoria Executiva;
- II -** emitir parecer sobre os orçamentos de investimentos anual e plurianual da sociedade propostos pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração;
- III -** emitir parecer sobre as oportunidades de investimento e/ou desinvestimento propostas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração;
- IV -** emitir parecer sobre as operações de fusão, cisão e incorporação em que a sociedade e suas controladas sejam parte, bem como sobre aquisições de participações acionárias propostas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração.

Art. 23 - Compete ao Comitê Financeiro:

- I -** emitir parecer sobre as políticas de riscos corporativos e financeiras e sistemas internos de controle financeiro da sociedade;
- II -** emitir parecer sobre a compatibilidade entre o nível de remuneração dos acionistas e os parâmetros estabelecidos no orçamento e na programação financeira anuais, bem como sua consistência com a política geral de dividendos e a estrutura de capital da sociedade.

Art. 24 - Compete ao Comitê de Controladoria:

- I -** propor indicação ao Conselho de Administração do responsável pela auditoria interna da sociedade;
- II -** emitir parecer sobre as políticas e o plano anual de auditoria da sociedade apresentados pelo responsável pela auditoria interna, bem como sobre a sua execução;
- III -** acompanhar os resultados da auditoria interna da sociedade, e identificar, priorizar, e propor ao Conselho de Administração ações a serem acompanhadas junto à Diretoria Executiva;
- IV -** analisar o Relatório Anual de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras da sociedade e fazer recomendação ao Conselho de Administração.

Art. 25 - Compete ao Comitê de Governança e Sustentabilidade:

- I -** avaliar a eficácia das práticas de governança da companhia e de funcionamento do Conselho de Administração, e propor melhorias;

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- II -** propor melhorias no código de ética e no sistema de gestão para evitar a ocorrência de conflitos de interesse entre a sociedade e seus acionistas ou administradores da sociedade;
- III -** emitir parecer sobre potenciais conflitos de interesse entre a sociedade e seus acionistas ou administradores.

SEÇÃO III - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Subseção I – Da Composição

Art. 26 - A Diretoria Executiva, órgão de administração executiva da sociedade, será composta de 06 (seis) a 09 (nove) membros, sendo um deles o Diretor-Presidente, e os demais, Diretores Executivos.

- §1º -** O Diretor-Presidente submeterá ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos à Diretoria Executiva com notório conhecimento e especialização sobre a matéria de responsabilidade de sua área de atuação, podendo, inclusive, propor ao Conselho de Administração sua destituição a qualquer tempo.
- §2º -** Os Diretores Executivos terão suas atribuições individuais definidas pelo Conselho de Administração.
- §3º -** O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Subseção II – Do Funcionamento

Art. 27 - Em caso de impedimento temporário do Diretor-Presidente, este será substituído por outro Diretor Executivo designado pela maioria dos votos dos membros da Diretoria Executiva, sendo que no caso de ausência, o Diretor-Presidente poderá designar o seu próprio substituto, o qual assumirá todas as suas atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares.

- §1º -** Em caso de impedimento temporário ou ausência de qualquer outro Diretor Executivo, este será substituído por um dos Diretores Executivos indicado pelo Diretor-Presidente, que acumulará as atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares do Diretor Executivo ausente ou impedido, enquanto no exercício do cargo do Diretor Executivo substituído, excluído o direito de voto nas reuniões da Diretoria Executiva.
- § 2º -** Em caso de vacância no cargo de Diretor Executivo, o membro substituto será selecionado e o seu nome será submetido pelo Diretor-Presidente ao Conselho de Administração que o elegerá para completar o prazo de gestão remanescente do substituído.
- § 3º -** Em caso de vacância do Diretor-Presidente, o Diretor Executivo responsável pela área de Finanças substituirá o Diretor-Presidente, acumulando as suas atribuições, direitos e responsabilidades com as do Diretor-Presidente até que o Conselho de Administração realize nova eleição para o cargo de Diretor-Presidente.

Art. 28 - Respeitados os limites de alçada estabelecidos para cada Diretor Executivo, as decisões sobre as matérias afetas a área específica de sua atuação, desde que a matéria não afete a área de atuação de outro Diretor Executivo, serão tomadas por ele próprio ou em conjunto com o Diretor-Presidente, em matérias ou situações preestabelecidas por este último.

Art. 29 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada quinzena, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou seu substituto.

Parágrafo Único - O Diretor-Presidente deverá convocar reunião extraordinária da Diretoria Executiva em virtude de solicitação de pelo menos 3 (três) membros da Diretoria Executiva;

Art. 30 - As reuniões da Diretoria Executiva somente se instalarão com a presença da maioria dos seus membros.

Art. 31 - O Diretor-Presidente conduzirá as reuniões da Diretoria Executiva de modo a priorizar as deliberações consensuais dentre os seus membros.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

§1º - Não obtido o consenso dentre os membros da Diretoria, o Diretor-Presidente poderá (i) retirar a matéria da pauta, (ii) articular a formação da maioria, inclusive fazendo uso do voto de qualidade ou, (iii) no interesse da sociedade e mediante exposição fundamentada, decidir individualmente sobre matérias de deliberação colegiada, inclusive aquelas relacionadas no **Art. 32**, e não excetuadas no **§2º** a seguir.

§2º - As decisões relativas aos orçamentos anual e plurianual e ao plano estratégico e ao Relatório Anual de Administração da sociedade serão tomadas pela maioria dos votos, quando considerados todos os Diretores Executivos, desde que dentre os quais conste o voto favorável do Diretor-Presidente.

§3º O Diretor-Presidente deverá dar ciência ao Conselho de Administração da utilização da prerrogativa de que trata o item (iii) do §1º acima, na primeira reunião do Conselho de Administração que suceder à decisão correspondente.

Subseção III – Das Atribuições

Art. 32 - Compete à Diretoria Executiva:

- I** - deliberar sobre a criação e a eliminação das Diretorias de Departamento subordinadas a cada Diretor Executivo;
- II** - elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas gerais de recursos humanos da sociedade, e executar as políticas aprovadas;
- III** - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da sociedade estabelecida pelo Conselho de Administração;
- IV** - elaborar e propor, anualmente, ao Conselho de Administração as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da sociedade, e executar o plano estratégico aprovado;
- V** - elaborar e propor ao Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual da sociedade, e executar os orçamentos aprovados;
- VI** - planejar e conduzir as operações da sociedade e reportar ao Conselho de Administração o desempenho econômico-financeiro da sociedade, produzindo inclusive relatórios com indicadores de desempenho específicos;
- VII** - identificar, avaliar e propor ao Conselho de Administração oportunidades de investimento e/ou desinvestimento que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria Executiva estabelecidos pelo Conselho de Administração, e executar os investimentos e/ou desinvestimentos aprovados;
- VIII** - identificar, avaliar e propor ao Conselho de Administração operações de fusão, cisão e incorporação em que a sociedade seja parte, bem como aquisições de participações acionárias, e conduzir as fusões, cisões, incorporações e aquisições aprovadas;
- IX** - elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas financeiras da sociedade, e executar as políticas aprovadas;
- X** - propor ao Conselho de Administração a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- XI** - definir e propor ao Conselho de Administração, após o levantamento do balanço, a destinação do lucro do exercício, a distribuição dos dividendos da sociedade e, quando necessário, o orçamento de capital;
- XII** - elaborar, em cada exercício, o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras a serem submetidas ao Conselho de Administração e, posteriormente, à assembléia geral;
- XIII** - aderir e promover a adesão dos empregados ao código de ética da sociedade, estabelecido pelo Conselho de Administração;

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- XIV -** elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas de responsabilidade institucional da sociedade, tais como meio-ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da sociedade e implementar as políticas aprovadas;
- XV -** autorizar a aquisição, alienação e oneração de bens móveis ou imóveis, inclusive valores mobiliários, contratação de serviços, sendo a sociedade prestadora ou tomadora dos mesmos, podendo estabelecer normas e delegar poderes, tudo conforme as alçadas da Diretoria Executiva estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- XVI -** autorizar a celebração de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a sociedade, podendo estabelecer normas e delegar poderes, tudo conforme as alçadas da Diretoria Executiva estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- XVII -** propor ao Conselho de Administração quaisquer reformulações, alterações, ou aditamentos de acordos de acionistas ou entre acionistas, ou de contratos de consórcio ou entre consorciados, de sociedades ou consórcios dos quais a sociedade participe e, ainda, propor a celebração de novos acordos e contratos de consórcio que contemplem matérias desta natureza;
- XVIII -** autorizar a criação e o encerramento de filiais, sucursais, agências, depósitos, armazéns, escritório de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimento no País e no exterior;
- XIX -** autorizar a celebração de compromissos, renúncia de direitos e transações de qualquer natureza, exceto quanto à renúncia aos direitos de preferência na subscrição e na aquisição, nos termos do **inciso XII do Art. 14**, podendo estabelecer normas e delegar poderes, tudo conforme as alçadas da Diretoria Executiva estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- XX -** estabelecer e informar ao Conselho de Administração os limites de alçada individual de Diretores Executivos, respeitados os limites de alçadas da Diretoria Executiva colegiada estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- XXI -** estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados pelo Conselho de Administração para a Diretoria Executiva, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da sociedade.
- §1º -** Caberá à Diretoria Executiva a fixação da orientação de voto a ser seguida por seus representantes, em assembleias gerais ou equivalentes nas sociedades, fundações e outras entidades de que participa a sociedade, direta ou indiretamente, respeitadas as oportunidades de investimento da sociedade e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como o respectivo orçamento, e observado sempre o limite de sua alçada com respeito, dentre outros, ao endividamento, à alienação ou oneração de ativos, à renúncia de direitos e ao aumento ou redução de participação societária.
- § 2º -** Caberá à Diretoria Executiva indicar para deliberação do Conselho de Administração as pessoas que devam integrar órgãos da administração, consultivo e fiscal das sociedades e entidades em que a sociedade tenha participação, inclusive indireta.

Art. 33 - São atribuições do Diretor-Presidente:

- I -** presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- II -** exercer a direção executiva da sociedade, cumprindo-lhe, para tanto, a coordenação e a supervisão das atividades dos demais Diretores Executivos, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e pela assembleia geral;
- III -** coordenar e supervisionar as atividades das áreas e unidades de negócio que lhe estiverem diretamente subordinadas;
- IV -** selecionar e submeter ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos a cargos de Diretor Executivo, a serem eleitos pelo Conselho de Administração, bem como propor a respectiva destituição;
- V -** coordenar o processo de tomada de decisão da Diretoria Executiva, conforme disposto no **Art. 31 da Subseção II – Do Funcionamento**;

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- VI -** conceder licenças aos membros da Diretoria Executiva, e designar outros Diretores Executivos como seus substitutos;
- VII -** manter o Conselho de Administração informado das atividades da sociedade;
- VIII -** elaborar, junto com os demais Diretores Executivos, o Relatório Anual de Administração e levantar as demonstrações financeiras;

Art. 34 - São atribuições dos Diretores Executivos:

- I -** executar as atribuições relativas à sua área de atuação;
- II -** participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela sociedade e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação;
- III -** cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da sociedade estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação;
- IV -** contratar os serviços previstos no §2º do Artigo 39, em atendimento às determinações do Conselho Fiscal.

Art. 35 - A representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive na assinatura de documentos que importem em responsabilidade para esta, deverá ser realizada sempre por 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto, ou por 2 (dois) procuradores constituídos na forma do **§ 1º** deste Artigo, ou por 01 (um) procurador em conjunto com um Diretor Executivo.

§ 1º - Salvo quando da essência do ato for obrigatória a forma pública, os mandatários serão constituídos por procuração sob a forma de instrumento particular, no qual serão especificados os poderes outorgados, limitado o prazo de validade das procurações *"ad negotia"* ao dia 31 de dezembro do ano em que for outorgada a procuração.

§ 2º - Pode, ainda, a sociedade ser representada por um único procurador nas assembléias gerais de acionistas, ou equivalentes, de sociedades, consórcios e outras entidades das quais participe a sociedade, ou em atos decorrentes do exercício de poderes constantes de procuração *"ad judicia"* ou: (a) perante órgãos de qualquer esfera de governo, alfândega e concessionárias de serviço público para atos específicos nos quais não seja necessária ou até permitida a presença do segundo procurador; (b) na assinatura de instrumentos contratuais em solenidade e/ou circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo procurador; e (c) na assinatura de documentos de qualquer espécie que importem em obrigação para a sociedade cujos limites de valores sejam estabelecidos pela Diretoria Executiva.

§ 3º - No caso de obrigações a serem assumidas no exterior, a sociedade poderá ser representada por apenas um membro da Diretoria Executiva, ou por um único procurador com poderes específicos e limitados, nos termos deste Estatuto Social.

§ 4º - As citações e notificações judiciais ou extra-judiciais serão feitas na pessoa do Diretor Executivo responsável pelas funções de Relações com Investidores, ou por procurador constituído na forma do **§ 1º** deste Artigo.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Art. 36 - O Conselho Fiscal, órgão de funcionamento permanente, será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, que fixará a sua remuneração.

Art. 37 - Os membros do Conselho Fiscal exercerão suas funções até a primeira Assembléia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

Art. 38 - Em suas ausências, impedimentos ou nos casos de vacância, os membros do Conselho Fiscal serão substituídos pelos respectivos suplentes.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Art. 39 - Ao Conselho Fiscal compete exercer as atribuições previstas na legislação aplicável em vigor, neste estatuto social, e regulamentadas em Regimento Interno próprio a ser aprovado por seus membros.

§ 1º - O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá regulamentar, além das atribuições já estabelecidas na Lei 6.404/76, necessariamente, as seguintes:

- (i) estabelecer procedimentos a serem utilizados pela sociedade para receber, processar e tratar denúncias e reclamações relacionadas a questões contábeis, de controles contábeis e matérias de auditoria, bem como assegurar que os mecanismos de recebimento de denúncias garantam sigilo e anonimato aos denunciantes;
- (ii) recomendar e auxiliar o Conselho de Administração na escolha, remuneração e destituição dos auditores externos da sociedade;
- (iii) deliberar sobre a contratação de novos serviços passíveis de serem prestados pelos auditores externos da sociedade;
- (iv) supervisionar e avaliar os trabalhos dos auditores externos, e determinar à administração da sociedade a eventual retenção da remuneração do auditor externo, bem como mediar eventuais divergências entre a administração e os auditores externos sobre as demonstrações financeiras da sociedade.

§ 2º - Para o adequado desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá determinar a contratação de serviços de advogados, consultores e analistas, e outros recursos que sejam necessários ao desempenho de suas funções, observado o orçamento, proposto pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo do estabelecido no § 8º do Artigo 163 da Lei 6.404/76.

§3º - Os membros do Conselho Fiscal deverão disponibilizar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias à realização da Assembléia Geral Ordinária, manifestação sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

CAPÍTULO VI - DO PESSOAL DA SOCIEDADE

Art. 40 - A sociedade manterá um plano de seguridade social para os empregados, gerido por fundação instituída para este fim, observado o disposto na legislação específica.

CAPÍTULO VII - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

Art. 41 - O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras.

Art. 42 - Depois de constituída a reserva legal, a destinação da parcela remanescente do lucro líquido apurado ao fim de cada exercício social (que coincidirá com o ano civil) será, por proposta da Administração, submetida à deliberação da Assembléia Geral.

Parágrafo Único - O valor dos juros, pago ou creditado, a título de juros sobre o capital próprio nos termos do Artigo 9º, § 7º da lei nº 9249, de 26/12/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório e ao dividendo anual mínimo para as ações preferenciais, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais.

Art. 43 - Deverá ser considerada na proposta para distribuição de lucros, a constituição das seguintes reservas:

- I.** Reserva de Exaustão, a ser constituída na forma da legislação fiscal;
- II.** Reserva de Investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades principais que compõem o objeto social da sociedade, em montante não superior a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido distribuível até o limite máximo do capital social da sociedade.

Art. 44 - Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos anuais, ajustados na forma da lei, serão destinados ao pagamento de dividendos.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Art. 45 - O Conselho de Administração, por proposta da Diretoria Executiva, poderá determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.

Art. 46 - Os dividendos e os juros sobre capital próprio de que trata o **Parágrafo único** do **Art. 42** serão pagos nas épocas e locais indicados pela Diretoria Executiva, revertendo a favor da sociedade os que não forem reclamados dentro de 3 (três) anos após a data do início do pagamento.

O presente Estatuto Social faz parte integrante da Ata das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia Vale do Rio Doce realizadas em 27 de abril de 2006.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2006.

Jorge Luiz Pacheco
Presidente

Kátia Christina V. Rabelo de Melo
Secretária

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO**Controlada/Coligada : ITABIRA RIO DOCE COMPANY LTDA.**

A Itaco atua como trading company dos produtos manufaturados pelas Empresas do Grupo CVRD e como tal não sofre concorrência do grupo, comercializando para clientes localizados na América Latina e do Norte, África, Ásia, Oriente Médio e Europa.

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00417-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA VALE DO RIO DOCE	3 - CNPJ 33.592.510/0001-54
---------------------------	--	--------------------------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL ITABIRA RIO DOCE COMPANY LTDA.
--

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54
------------------------------	--------------------

19.03 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Controlada/Coligada : ITABIRA RIO DOCE COMPANY LTDA.

A Itaco atua como trading company não realizando qualquer beneficiamento nos produtos. Em dezembro de 2005 a posição total de fornecedores era de US\$ 627 milhões sendo somente US\$ 5 milhões com terceiros. Em 2004 encerramos o ano com US\$ 485 milhões em fornecedores, essa abrupta elevação é devido a renegociação de preços dos contratos de minério de ferro e pelotas.

A seguir apresentamos os fornecedores do Grupo que compõem o saldo de dezembro de 2005:

- Albrás;
- Alunorte;
- CVRD ;
- CVRD Overseas;
- Mineração Rio do Norte – MRN;
- Rio Doce Manganês;
- Rio Doce Manganese Norway;
- Seamar; e
- Urucum.

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

19.04 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

Controlada/Coligada : ITABIRA RIO DOCE COMPANY LTDA.

Entre 2004 e 2005 a receita por venda de produtos da Itaco cresceu aproximadamente 78% (US\$ 3,3 bilhões em 2004 contra US\$ 5,8 bilhões em 2005). Esse crescimento é uma consequência do excelente resultado observado nos produtos minério de ferro e pelotas. Esses produtos respondem por 81% da receita total da empresa.

Abaixo descrevemos os principais clientes para cada tipo de produto comercializado pela empresa.

- **Minério de Ferro:** Bao Steel, Corus, Gulf Industrial, Maanshan Iron & Steel, Nippon Steel, Philipine Sinter Corp, Rogesa, Sollac, Sumitomo Metal e Tangshan Iron;
- **Pelotas:** Bao Steel, Caribbean Ispat, Rio Doce Ltd, Siderar e Wheeling;
- **Cobre:** LG – Nikko Copper, Sterlite Industries e Glencore International;
- **Manganês:** Best Power, Nikopol, Rio Doce Manganese Europe, Rio Doce Manganese Norway, Shanghai, SK Resources e Tongchuan;
- **Alumina:** Alcan, Glencore e Hydro Aluminium;
- **Alumínio:** Hydro Aluminium e Noble Resources; e
- **Bauxita:** Glencore, Limerick Alumina Refining e Ormet Primary Aluminum Corporation.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
ITABIRA RIO DOCE COMPANY LTDA.

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	0
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	0	0	0	0	0	0

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
ITABIRA RIO DOCE COMPANY LTDA.

19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	0
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	0	0	0	0	0	0

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
ITABIRA RIO DOCE COMPANY LTDA.

19.08.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	0
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	0	0	0	0	0	0

Reapresentação Espontânea

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54
------------------------------	--------------------

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : ITABIRA RIO DOCE COMPANY LTDA.

A Itaco comercializa minério de ferro, pelotas, manganês, ferroligas e alumina para Europa, Ásia, América Latina e do Norte, Oriente Médio e África.

Informações Trimestrais - ITR da Companhia Terceiro Trimestre de 2006

[página intencionalmente deixada em branco]

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00417-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA VALE DO RIO DOCE	3 - CNPJ 33.592.510/0001-54
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Graça Aranha, 26		2 - BAIRRO OU DISTRITO Castelo	
3 - CEP 20030-900	4 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro		5 - UF RJ
6 - DDD 021	7 - TELEFONE 3814-9631	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
11 - DDD 021	12 - FAX 3814-4057	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL fabio.barbosa@cvrld.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Fabio de Oliveira Barbosa			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Graça Aranha, 26		3 - BAIRRO OU DISTRITO Castelo	
4 - CEP 20030-900	5 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro		6 - UF RJ
7 - DDD 021	8 - TELEFONE 3814-8888	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
12 - DDD 021	13 - FAX 3814-8820	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL fabio.barbosa@cvrld.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2006	31/12/2006	3	01/07/2006	30/09/2006	2	01/04/2006	30/06/2006
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes					10 - CÓDIGO CVM 00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Marcelo Cavalcanti Almeida					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 335.905.597-72		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2006	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2006	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	1.499.899	1.499.899	1.499.899
2 - Preferenciais	959.758	959.758	959.758
3 - Total	2.459.657	2.459.657	2.459.657
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	28.291	28.291	28.291
5 - Preferenciais	15.172	1.304	1.304
6 - Total	43.463	29.595	29.595

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1030 - Extração Mineral
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Extração, Beneficiamento e comércio de minério de ferro
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Com Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	19/10/2006	Juros Sobre Capital Próprio	31/10/2006	ON	0,5587300800
02	RCA	19/10/2006	Juros Sobre Capital Próprio	31/10/2006	PN	0,5587300800
03	RCA	19/10/2006	Dividendo	31/10/2006	ON	0,0153278290
04	RCA	19/10/2006	Dividendo	31/10/2006	PN	0,0153278290

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	31/03/2006	19.492.401	5.492.401	Incorporação ações controlada	64.151	85,6164000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
08/11/2006	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
1	Ativo Total	65.492.059	60.367.186
1.01	Ativo Circulante	6.959.863	5.686.050
1.01.01	Disponibilidades	387.053	116.099
1.01.02	Créditos	4.013.629	3.266.635
1.01.02.01	Contas a receber de clientes	3.497.398	2.243.382
1.01.02.02	Partes relacionadas	516.231	1.023.253
1.01.03	Estoques	1.317.302	1.331.895
1.01.04	Outros	1.241.879	971.421
1.01.04.01	Tributos a recuperar ou compensar	311.592	257.182
1.01.04.02	IR e CS diferidos	691.049	425.575
1.01.04.03	Outros	239.238	288.664
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.562.050	2.435.017
1.02.01	Créditos Diversos	108.734	107.170
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	405.238	404.800
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	405.238	404.800
1.02.02.03.01	Partes relacionadas	405.238	404.800
1.02.03	Outros	2.048.078	1.923.047
1.02.03.01	Depósito Judicial	1.394.004	1.284.908
1.02.03.02	IR e CS diferidos	391.720	399.246
1.02.03.03	Tributos a recuperar ou compensar	216.311	214.572
1.02.03.05	Outros	46.043	24.321
1.03	Ativo Permanente	55.970.146	52.246.119
1.03.01	Investimentos	31.946.346	29.292.636
1.03.01.01	Participações em Coligadas	2.612.943	2.460.794
1.03.01.02	Participações em Controladas	29.329.529	26.828.334
1.03.01.03	Outros Investimentos	3.874	3.508
1.03.02	Imobilizado	24.023.800	22.953.483
1.03.03	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
2	Passivo Total	65.492.059	60.367.186
2.01	Passivo Circulante	9.379.439	8.504.339
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	916.453	621.121
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.356.044	1.398.583
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	231.511	93.506
2.01.05	Dividendos a Pagar	1.356.851	1.357.850
2.01.06	Provisões	157.039	144.663
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	4.636.618	4.279.199
2.01.08	Outros	724.923	609.417
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	17.166.028	16.283.943
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.893.589	2.049.055
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	3.428.258	3.272.789
2.02.03.01	Provisões para contingências	2.482.295	2.322.604
2.02.03.02	Provisão para passivos ambientais	336.384	326.953
2.02.03.03	Provisão para derivativos	65.720	77.567
2.02.03.04	Outros	543.859	545.665
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	11.128.813	10.255.884
2.02.05	Outros	715.368	706.215
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	38.946.592	35.578.904
2.05.01	Capital Social Realizado	19.492.401	19.492.401
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	9.391.637	9.996.844
2.05.04.01	Legal	1.399.413	1.399.413
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	236.167	236.167
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	7.756.057	8.361.264
2.05.04.07.01	Reserva de Expansão	8.462.996	8.462.996
2.05.04.07.02	Reserva de Exaustão	0	0
2.05.04.07.03	Incentivos Fiscais	83.365	83.365
2.05.04.07.04	Ações em tesouraria	(790.304)	(185.097)
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	10.062.554	6.089.659

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	5.729.879	14.482.735	4.724.605	13.277.033
3.02	Deduções da Receita Bruta	(301.571)	(781.214)	(288.875)	(775.663)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	5.428.308	13.701.521	4.435.730	12.501.370
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.994.667)	(7.877.551)	(2.529.189)	(7.032.494)
3.05	Resultado Bruto	2.433.641	5.823.970	1.906.541	5.468.876
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	1.852.139	5.054.742	1.176.232	3.407.132
3.06.01	Com Vendas	454	(2.734)	(588)	(1.185)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(213.028)	(623.939)	(175.261)	(460.060)
3.06.03	Financeiras	(308.161)	(342.086)	254.867	710.315
3.06.03.01	Receitas Financeiras	158.332	173.139	(50.867)	(140.349)
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(466.493)	(515.225)	305.734	850.664
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	48.625	925.197	44.090	145.027
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(339.367)	(1.676.510)	(252.663)	(705.888)
3.06.05.01	Pesquisa e Desenvolvimento	(158.224)	(393.346)	(131.267)	(306.154)
3.06.05.02	Outras	(181.143)	(1.283.164)	(121.396)	(399.734)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	2.663.616	6.774.814	1.305.787	3.718.923
3.07	Resultado Operacional	4.285.780	10.878.712	3.082.773	8.876.008
3.08	Resultado Não Operacional	53.764	53.764	0	0
3.08.01	Receitas	53.764	53.764	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	4.339.544	10.932.476	3.082.773	8.876.008
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(366.649)	(869.922)	(371.312)	(1.070.072)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	3.972.895	10.062.554	2.711.461	7.805.936
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	2.416.194	2.416.194	2.430.062	2.430.062
	LUCRO POR AÇÃO	1,64428	4,16463	1,11580	3,21224
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS FINDAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Valores expressos em milhares de reais)

5.1- Contexto Operacional

A Companhia Vale do Rio Doce é uma sociedade anônima aberta que tem como atividades preponderantes a extração, o beneficiamento e a venda de minério de ferro, pelotas, cobre e potássio, a prestação de serviços logísticos, a geração de energia elétrica e a pesquisa e desenvolvimento mineral. Além disso, através de suas controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado, opera nas áreas de minério de ferro, pelotas, manganês, ferroligas, caulim, produtos siderúrgicos, produtos da cadeia de alumínio e serviços de logística.

5.2- Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei das Sociedades por Ações, e as normas e pronunciamentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

5.3- Princípios e Práticas de Consolidação

As informações trimestrais consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 30/09/06 e em 30/06/06 e das operações dos períodos findos em 30/09/06 e 30/09/05 da Controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado;

Os saldos das transações intercompanhias e a participação da Controladora no patrimônio líquido de suas controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado foram eliminados na consolidação, tendo sido destacadas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado as participações que cabem aos acionistas minoritários;

No caso de investimentos nas sociedades em que o controle acionário é compartilhado com outros acionistas, os componentes do ativo, do passivo e das receitas e despesas são agregados às informações trimestrais consolidadas na proporção da participação da Controladora no capital social de cada investida; e

As principais cifras das informações trimestrais individuais das empresas controladas e controladas de controle compartilhado consolidadas estão apresentadas no anexo I.

5.4- Sumário das Principais Práticas Contábeis

- (a) Adoção do regime contábil de competência de exercícios;
- (b) Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das informações trimestrais são considerados como não circulantes;
- (c) Os títulos e valores mobiliários, classificados como disponibilidades, são representados por aplicações com prazo inferior a 90 dias, sendo demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data das informações trimestrais;
- (d) Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e as importações em andamento são avaliadas ao custo individual de compra, que não excedem aos valores de mercado ou de realização;

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (e) Os direitos e obrigações em moedas estrangeiras são demonstrados às taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais e os em moeda nacional, quando aplicável, são atualizados monetariamente segundo os índices contratuais;
- (f) Os valores antecipados a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, por conta de contrato de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, são classificados como “adiantamentos a fornecedores de energia” no realizável a longo prazo;
- (g) Os investimentos em controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas são ajustados pela equivalência patrimonial com base nos patrimônios líquidos das investidas e, quando aplicável, acrescidos/deduzidos de ágio/deságio a amortizar e de provisão para perdas. Os outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas. No consolidado os efeitos do câmbio sobre o patrimônio líquido das investidas no exterior estão classificados na linha de variações monetárias e cambiais, incluídas como resultado financeiro líquido;
- (h) O imobilizado está registrado ao custo histórico acrescido das correções monetárias até 1995 e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção, sendo depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. A exaustão das jazidas é constituída com base na relação obtida entre a produção efetiva e a possança (reservas provadas e prováveis);
- (i) Os gastos com estudos e pesquisas minerais são considerados como despesas operacionais até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida. A partir desta comprovação, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo de desenvolvimento de mina;
- (j) Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, os gastos de remoção de estéril são contabilizados como parte dos custos de desenvolvimento. Após o início da fase produtiva da mina, os gastos com remoção de estéril são tratados como custo de produção;
- (k) Os gastos pré-operacionais, exceto os encargos financeiros, capitalizados conforme letra (h) acima, são diferidos e amortizáveis em dez anos. No consolidado, o diferido refere-se basicamente aos projetos de expansão da Alunorte e Albras; e
- (l) A Companhia adota as práticas contábeis previstas na Deliberação CVM 371/00 para reconhecimento dos passivos e resultados advindos da avaliação atuarial do fundo de pensão de seus funcionários.

5.5- Incorporação das ações da Caemi

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31/03/06 foi aprovada a incorporação das ações de emissão da Caemi Mineração e Metalurgia - Caemi pela Vale, com o aumento do capital social, realizado com as ações de emissão de Caemi incorporadas ao patrimônio da Companhia, mediante a emissão de 64.151.361 (128.302.722 pós-desdobramento) ações preferenciais da classe A.

A Vale que era proprietária de 100% das ações ordinárias e 40,06% das ações preferenciais, detendo 60,23% do capital total da Caemi, passou a deter 100% do capital total.

Caso a companhia detivesse 100% das ações totais da Caemi nos períodos apresentados os resultados seriam como segue:

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhões de reais (exceto quando mencionado)			
Consolidado			
30/09/06			
	Consolidado	Caemi - Aquisição adicional (39,77%)	Pro Forma (não auditado)
Resultado operacional	12.770	-	12.770
Imposto de renda e contribuição social	(1.970)	-	(1.970)
Participação minoritária	(737)	(*) 117	(620)
Lucro líquido do período	10.063	117	10.180
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	2.416.194	-	2.416.194
Lucro líquido do período (por ação)	4,16	-	4,21
30/09/05			
	Consolidado	Caemi - Aquisição adicional (39,77%)	Pro Forma (não auditado)
Resultado operacional	10.846	-	10.846
Imposto de renda e contribuição social	(2.215)	-	(2.215)
Participação minoritária	(825)	492	(333)
Lucro líquido do período	7.806	492	8.298
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	2.303.040	-	2.303.040
Lucro líquido do período (por ação)	3,39	-	3,60

(*) Representa o efeito dos 3 primeiros meses de 2006.

5.6- Aquisição e Desinvestimento

Em novembro de 2006 o Conselho de Administração da Vale aprovou a entrada da Companhia no grupo de controle da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A – USIMINAS (Usiminas) e a reestruturação de sua participação acionária nessa empresa. Tal reestruturação compreenderá a venda parcial do estoque de ações ordinárias. A Vale venderá para Nippon Steel, Votorantim Participações S/A e Camargo Correa S/A, 5.562.928 ações ordinárias no montante de R\$378,6 milhões e as 13.829.192 ações ordinárias da Usiminas excedentes as que fazem parte do grupo de controle remanescentes serão vendidas através de oferta pública.

Durante o terceiro trimestre, a Vale vendeu 1.361.100 ações da GERDAU por R\$40.578 o que gerou um ganho de R\$34.438. No período subsequente ao encerramento do 3º trimestre, a Vale vendeu as 3.379.825 ações restantes por R\$104 milhões o que gerou um ganho de aproximadamente R\$88 milhões.

Em julho de 2006 a Vale adquiriu por cerca de R\$60 milhões, os restantes 45,5% do capital da Valesul Alumínio S.A., empresa controlada de controle compartilhado da área de alumínio que a partir de então passou a ser nossa controlada integral.

Em 29/05/06 a Vale vendeu por R\$910.349 sua participação indireta de 50% na Gulf Industrial Investment Company (GIIC), gerando ganho líquido de R\$736.866.

Em fevereiro de 2006 a Vale vendeu para a JFE Steel Corporation (JFE) por R\$30.205 sua participação total na Nova Era Silicon (49% do capital), obtendo ganho líquido de R\$19.326.

Em novembro e dezembro de 2005 e em fevereiro de 2006, a Vale adquiriu 93%, 6,2%, e 0,8% do capital votante da Canico Resources Corp. (Canico) por R\$1.656, R\$112, e R\$14, respectivamente. A Canico é uma empresa canadense de exploração mineral focada no desenvolvimento de Onça Puma, projeto de níquel laterítico. Após estas aquisições a referida empresa tornou-se uma subsidiária integral da CVRD.

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5.7- Disponibilidades

	Consolidado		Controladora	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
Caixas e bancos	622.669	575.239	33.140	25.796
Aplicações vinculadas ao CDI	1.384.817	1.262.704	353.913	90.303
Aplicações time deposit	4.572.727	2.664.010	-	-
	6.580.213	4.501.953	387.053	116.099

5.8- Contas a Receber de Clientes

	Consolidado		Controladora	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
No país	883.894	838.487	883.980	879.646
No exterior	4.479.943	3.834.401	2.699.269	1.446.256
	5.363.837	4.672.888	3.583.249	2.325.902
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(113.632)	(110.510)	(52.456)	(52.005)
Provisão para diferença de peso de minério no destino	(37.139)	(34.507)	(33.395)	(30.515)
	5.213.066	4.527.871	3.497.398	2.243.382

Nenhum cliente individual foi responsável por mais de 10% das receitas totais.

5.9- Partes Relacionadas

Decorrem de vendas e compras de produtos e serviços ou de operações de mútuos, pactuados em condições normais de mercado para operações semelhantes, com prazos que vão até o ano 2008, como segue:

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	30/09/06		30/06/06	
	Clientes	Partes relacionadas	Clientes	Partes relacionadas
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	69.758	897	64.711	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	38.117	130	52.861	131
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	34.813	-	43.797	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	45.892	-	45.841	600
Usina Siderúrgica de Minas Gerais S.A. - USIMINAS	54.850	23.540	40.766	26.606
Samarco Mineração S.A.	4.298	-	4.392	7.379
MRS Logística S.A.	52	3	219	366
Baovale Mineração S.A.	63	-	106	-
Mineração Rio do Norte S.A.	334	88	523	-
Minas da Serra Geral S.A.	133	546	134	546
Outras	9.503	1.803	14.504	1.224
Total	257.813	27.007	267.854	36.852
Registrado no:				
Curto Prazo	257.813	16.173	267.854	22.626
Longo Prazo	-	10.834	-	14.226
	257.813	27.007	267.854	36.852

	30/09/06		30/06/06	
	Fornecedores	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	15.494	21.986	34.644	29.799
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	43.961	148	37.306	11.357
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	13.497	257	25.819	1.998
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	30.008	3.449	11.414	4.220
Usina Siderúrgica de Minas Gerais S.A. - USIMINAS	82	31	866	-
Samarco Mineração S.A.	-	-	-	-
MRS Logística S.A.	3.915	14.641	1.172	14.922
Baovale Mineração S.A.	21.313	-	18.179	-
Mineração Rio do Norte S.A.	31.208	-	24.960	-
Minas da Serra Geral S.A.	5.879	5.676	-	5.848
Outras	2.427	6.419	8.816	7.743
Total	167.784	52.607	163.176	75.887
Registrado no:				
Curto Prazo	167.784	49.812	163.176	73.040
Longo Prazo	-	2.795	-	2.847
	167.784	52.607	163.176	75.887

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5.10- Estoques

	Consolidado		Controladora	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
Produtos acabados				
. Minério de ferro e pelotas	742.150	916.155	414.826	534.472
. Manganês e ferroligas	259.834	276.236	-	-
. Alumínio	261.917	248.421	-	-
. Produtos siderúrgicos	96.156	59.328	-	-
. Cobre	25.566	26.906	25.566	26.906
. Outros	132.305	136.212	17.080	46.505
	1.517.928	1.663.258	457.472	607.883
Peças de reposição e manutenção	1.925.045	1.679.717	859.830	724.012
	3.442.973	3.342.975	1.317.302	1.331.895

5.11- Tributos a Recuperar ou Compensar

	Consolidado		Controladora	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
IRRF sobre aplicações financeiras e JCP recebidos	58.599	52.687	6.936	9.978
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	564.884	551.133	438.370	419.813
PIS e COFINS não cumulativos	440.511	355.145	36.926	15.504
IR antecipado	76.304	90.592	-	-
Outros	75.945	52.202	45.671	26.459
Total	1.216.243	1.101.759	527.903	471.754
Circulante	738.056	787.265	311.592	257.182
Longo Prazo	478.187	314.494	216.311	214.572
	1.216.243	1.101.759	527.903	471.754

5.12- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O lucro da Companhia está sujeito ao regime comum de tributação aplicável às empresas em geral. Os saldos diferidos, líquidos apresentam-se como segue:

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		Diferido Líquido Controladora	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
Resultado fiscal a compensar	611.310	554.819	280.993	107.763
Diferenças temporárias:				
. Fundo de pensão - Valia	211.807	210.961	211.807	210.961
. Provisão para contingências	733.191	672.406	658.609	604.810
. Provisão para perdas em ativos	243.842	181.349	166.858	156.091
. Outras	(145.957)	(165.381)	(235.498)	(254.804)
	1.042.883	899.335	801.776	717.058
Total	1.654.193	1.454.154	1.082.769	824.821
Circulante	773.557	509.073	691.049	425.575
Longo prazo	880.636	945.081	391.720	399.246
	1.654.193	1.454.154	1.082.769	824.821

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período são demonstrados como segue:

	Trimestres			Consolidado Acumulado	
	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.021.213	4.732.604	3.756.149	12.770.385	10.846.353
Resultado da participações societárias	14.035	57.280	(15.527)	54.905	(170.657)
Resultado na venda de ativos	(34.438)	(736.866)	(297.700)	(790.630)	(297.700)
	5.000.810	4.053.018	3.442.922	12.034.660	10.377.996
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.700.275)	(1.378.026)	(1.170.593)	(4.091.784)	(3.528.519)
Ajustes ao lucro líquido que afetaram o resultado do período:					
Imposto de renda e contribuição social de juros sobre o capital próprio	173.230	184.154	115.863	555.848	551.029
Incentivos fiscais	74.977	97.977	133.608	242.382	244.853
Resultados de empresas no exterior não tributadas (Acordo internacional de bitributação)	693.799	467.349	105.282	1.408.558	506.895
Incentivo de alíquota reduzida	33.574	26.705	37.627	78.223	87.708
Outros	(67.077)	8.739	14.144	(163.435)	(77.458)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(791.772)	(593.102)	(764.069)	(1.970.208)	(2.215.492)

	Controladora Acumulado	
	30/09/06	30/09/05
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.932.476	8.876.008
Resultado da participações societárias	(6.774.814)	(3.726.006)
Resultado na venda de ativos	(53.764)	-
	4.103.898	5.150.002
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.395.325)	(1.751.001)
Ajustes ao lucro líquido que afetaram o resultado do período:		
Imposto de renda e contribuição social de juros sobre o capital próprio	555.848	551.029
Incentivos fiscais	10.831	109.567
Resultados de empresas no exterior não tributadas (Acordo internacional de bitributação)	-	-
Incentivo de alíquota reduzida	-	-
Outros	(41.276)	20.333
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(869.922)	(1.070.072)

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

A Companhia detém incentivos fiscais relativos às operações de manganês em Carajás, bauxita em Oriximiná, potássio em Rosário do Catete, alumina e alumínio em Barcarena e caulim em Ipixuna e Mazagão. Os incentivos relativos ao manganês contemplam isenção parcial até 2013. Os incentivos relativos à alumina e potássio compreendem isenção total de imposto de renda sobre níveis de produção definidos até 2009 e 2013, respectivamente, enquanto que a isenção parcial dos incentivos relativos ao alumínio e caulim expira em 2013 e da bauxita em 2008. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deverá ser apropriado a uma conta de reserva no patrimônio líquido e não poderá ser distribuído aos acionistas.

5.13- Participações Societárias Consolidadas

	Investimentos		Resultado de Participações Societárias			
			Trimestres		Acumulado	
	30/09/06	30/06/06	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06
Investimento em empresas coligadas						
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (a)	1.118.497	1.064.154	93.595	59.473	74.379	209.390
Shandong Yankuang International Company Ltd	55.273	46.561	-	-	-	-
Henan Longyu Energy Resources Co. Ltd. (b)	254.829	200.172	21.235	9.931	(11.084)	45.543
Ágio / Deságio em empresas consolidadas	5.091.993	5.394.664	(130.750)	(132.256)	(57.270)	(300.947)
Outros	6.523	6.493	-	-	9.666	-
Variação cambial s/ o patrimônio líquido das empresas no exterior	-	-	(2.610)	(900)	-	(22.628)
Investimentos ao custo						
SIDERAR Sociedad Anonima Industrial Y Comercial (a)	32.613	32.465	-	-	-	-
Quadrem International Holdings Ltd.	10.140	10.094	-	-	-	-
Outros (b)	151.657	62.040	4.301	6.018	-	16.394
Variação cambial	-	-	194	454	(2.525)	(2.657)
	6.721.525	6.816.643	(14.035)	(57.280)	13.166	(54.905)
						163.574

(a) Participações a preço de mercado - Usiminas R\$ 1.909.994 e Siderar R\$ 238.554; e

(b) Dividendos recebidos da GERDAU, R\$ 4.195 (3T/06 R\$ 1.659, 2T/06 R\$ 1.209 e 1T/06 R\$ 1.327), Longyu 2T/06 R\$ 33.147, Usiminas R\$ 98.039 (3T/06 - R\$ 38.965, 2T/06 R\$ 59.074) e outras ao custo R\$ 356.

5.14- Imobilizado

(a) Por tipo de ativo:

	Taxas médias de depreciação	Consolidado			
		30/09/06		30/06/06	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	2,82%	4.045.973	(1.528.432)	2.517.541	2.224.384
Instalações	3,69%	17.881.280	(6.529.988)	11.351.292	10.336.524
Equipamentos	9,52%	5.742.956	(2.729.719)	3.013.237	3.781.821
Equipamentos de Informática	20,00%	1.226.867	(491.730)	735.137	703.945
Ferrovias	3,87%	8.755.513	(3.433.341)	5.322.172	4.902.076
Direitos minerários (nota 5.4 (h))	1,84%	1.761.673	(439.301)	1.322.372	1.092.864
Outros	14,50%	3.088.465	(1.287.021)	1.801.444	2.029.454
		42.502.727	(16.439.532)	26.063.195	25.071.068
Imobilizações em curso	-	12.056.225	-	12.056.225	11.468.569
Total		54.558.952	(16.439.532)	38.119.420	36.539.637

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Por tipo de ativo:

					Controladora
		30/09/06			30/06/06
	Taxas médias de depreciação	Depreciação acumulada		Líquido	Líquido
		Custo			
Imóveis	2,82%	2.203.660	(767.652)	1.436.008	1.371.601
Instalações	3,69%	8.496.799	(3.165.809)	5.330.990	5.060.290
Equipamentos	9,52%	2.884.195	(1.020.949)	1.863.246	1.645.307
Equipamentos de Informática	20,00%	1.068.310	(386.531)	681.779	651.734
Ferrovias	3,87%	8.436.576	(3.324.465)	5.112.111	4.981.594
Direitos minerários (nota 5.4 (h))	1,84%	1.304.203	(204.632)	1.099.571	1.117.506
Outros	14,50%	2.143.197	(831.332)	1.311.865	1.112.103
		26.536.940	(9.701.370)	16.835.570	15.940.135
Imobilizações em curso	-	7.188.230	-	7.188.230	7.013.348
Total		33.725.170	(9.701.370)	24.023.800	22.953.483

(b) Por área de negócio:

					Consolidado
		30/09/06			30/06/06
		Depreciação acumulada		Líquido	Líquido
		Custo			
Ferrosos					
Em operação		26.513.717	(10.868.654)	15.645.063	15.344.432
Imobilizações em curso		6.263.395	-	6.263.395	5.938.563
		32.777.112	(10.868.654)	21.908.458	21.282.995
Não Ferrosos					
Em operação		3.076.350	(838.673)	2.237.677	2.188.554
Imobilizações em curso		3.038.543	-	3.038.543	2.939.831
		6.114.893	(838.673)	5.276.220	5.128.385
Logística					
Em operação		4.072.520	(1.279.478)	2.793.042	2.227.806
Imobilizações em curso		213.895	-	213.895	238.096
		4.286.415	(1.279.478)	3.006.937	2.465.902
Participações					
Em operação		7.701.846	(3.080.904)	4.620.942	4.607.879
Imobilizações em curso		2.056.420	-	2.056.420	1.636.522
		9.758.266	(3.080.904)	6.677.362	6.244.401
Corporação					
Em operação		1.138.292	(371.823)	766.469	702.397
Imobilizações em curso		483.974	-	483.974	715.557
		1.622.266	(371.823)	1.250.443	1.417.954
Total		54.558.952	(16.439.532)	38.119.420	36.539.637

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5.15- Empréstimos e Financiamentos

Captados a curto prazo

	Consolidado		Controladora	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
Financiamento de comércio exterior	843.733	448.208	438.419	-
Capital de giro	218.404	204.181	-	-
	1.062.137	652.389	438.419	-

Captados a longo prazo

	Consolidado			
	Passivo circulante		Exigível a longo prazo	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
Operações no exterior				
Empréstimos e financiamentos em:				
Dólares norte-americanos	1.412.394	1.533.949	4.663.174	4.371.768
Outras	7.768	7.827	30.811	31.562
Títulos em dólares norte-americanos	-	-	4.417.672	4.406.214
Securitização de exportações	183.366	181.128	609.017	653.013
Notas perpétuas	-	-	185.968	173.969
Encargos decorridos	185.340	287.341	-	-
	1.788.868	2.010.245	9.906.642	9.636.526
Operações no país				
Indexados por TJLP, TR e IGP-M	178.182	166.432	339.119	343.497
Cesta de moedas	3.536	3.530	16.824	17.642
Empréstimos em dólares norte-americanos	187.708	256.073	226.777	236.398
Debêntures não conversíveis em ações	-	690	352.590	342.680
Encargos decorridos	59.450	77.259	-	-
	428.876	503.984	935.310	940.217
	2.217.744	2.514.229	10.841.952	10.576.743

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora			
	Passivo circulante		Exigível a longo prazo	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
Operações no exterior				
Empréstimos e financiamentos em:				
Dólares norte-americanos	402.094	516.607	1.686.872	1.832.982
Outras	7.768	7.827	30.811	31.562
Títulos em dólares norte-americanos	-	-	-	-
Securitização de exportações	-	-	-	-
Notas perpétuas	-	-	-	-
Encargos decorridos	18.717	46.067	-	-
	428.579	570.501	1.717.683	1.864.544
Operações no país				
Indexados por TJLP, TR e IGP-M	44.660	44.945	159.350	167.211
Cesta de moedas	3.270	3.259	16.545	17.289
Empréstimos em dólares norte-americanos	406	825	-	-
Debêntures não conversíveis em ações	-	690	11	11
Encargos decorridos	1.119	901	-	-
	49.455	50.620	175.906	184.511
	478.034	621.121	1.893.589	2.049.055

- (a) Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais, sendo US\$1,00 equivalente a R\$2,1742 em 30/09/06 (R\$2,1643 em 30/06/06) e ¥ 1,00 equivalente a R\$0,018408 em 30/09/06 (R\$0,018920 em 30/06/06);
- (b) Em 30 de setembro de 2006, nossos empréstimos e financiamentos consolidados apresentavam as seguintes garantias:
- Avals recebidos da União no valor de R\$227.365 para os quais oferecemos contragarantia;
 - Programa de securitização de recebíveis no valor de R\$ 801.223;
 - Bens do imobilizado no valor de R\$ 98.345;
 - Outros ativos no valor de R\$1.005.221.
- (c) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos dos empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem em 30/09/06 ao seguinte escalonamento:

	Consolidado		Controladora	
2007	423.473	4%	53.021	3%
2008	955.093	9%	429.980	23%
2009	754.642	7%	388.779	21%
2010 em diante	8.170.197	75%	1.021.809	53%
Sem data de vencimento (notas perpétuas e debêntures)	538.547	5%	-	-
	10.841.952	100%	1.893.589	100%

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (d) Em outubro de 2005, a controlada Vale Overseas Limited, emitiu US\$300 milhões, em bônus com vencimento em 2034, com remuneração de 7,65% a.a. Estes bônus compõem uma série única juntamente com o valor face de US\$500 milhões dos bônus emitidos em janeiro de 2004, com cupom de 8,25% a.a..
- (e) Em janeiro de 2006 a controlada Vale Overseas Limited emitiu bônus de 10 anos, no valor de US\$1 bilhão, com juros de 6,250% a.a., pago semestralmente, com vencimento em 2016 e ao preço de 99,97% do valor de face do título.
- (f) Em janeiro de 2006, a controlada Vale Overseas Limited concluiu, a recompra de US\$300 milhões das Guaranteed Notes com vencimento em 2013 e juros de 9,0% a.a..

5.16- Passivos Contingentes

Na data das informações trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos contingentes:

- (a) Provisões para contingências e depósitos judiciais (registrados no exigível a longo prazo e no realizável a longo prazo, respectivamente), considerados pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos como suficientes para cobrir perdas em processos judiciais de qualquer natureza, como segue:

Consolidado					
Depósitos Judiciais	Depósitos Judiciais tributários	Depósitos judiciais trabalhistas e previdenciários	Reclamações cíveis	Outras	Total
Saldo em 30/06/2006	1.291.736	396.054	263.588	2.585	1.953.963
Adições	77.221	39.215	43.017	907	160.360
Baixas	(56.860)	(3.355)	(1.434)	(1.825)	(63.474)
Atualizações	8.494	54.598	766	103	63.961
Saldo em 30/09/2006	1.320.591	486.512	305.937	1.770	2.114.810
Controladora					
Depósitos Judiciais	Depósitos Judiciais tributários	Depósitos judiciais trabalhistas e previdenciários	Reclamações cíveis	Outras	Total
Saldo em 30/06/2006	795.983	297.818	188.730	2.377	1.284.908
Adições	72.145	23.043	13.831	905	109.924
Baixas	(56.860)	(2.800)	(1.433)	(1.825)	(62.918)
Atualizações	6.910	54.311	766	103	62.090
Saldo em 30/09/2006	818.178	372.372	201.894	1.560	1.394.004
Consolidado					
Provisões para contingências	Contingências tributárias	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Reclamações cíveis	Outras	Total
Saldo em 30/06/2006	1.753.984	696.267	528.147	62.428	3.040.826
Adições	34.799	185.836	35.556	(4.392)	251.799
Baixas	(56.284)	(118.382)	(20.343)	(122)	(195.131)
Atualizações	153.956	20.743	3.865	453	179.017
Saldo em 30/09/2006	1.886.455	784.464	547.225	58.367	3.276.511
Controladora					
Provisões para contingências	Contingências tributárias	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Reclamações cíveis	Outras	Total
Saldo em 30/06/2006	1.367.715	556.072	373.461	25.356	2.322.604
Adições	7.216	158.339	6.677	86	172.318
Baixas	(52.610)	(118.403)	(18.752)	(124)	(189.889)
Atualizações	151.918	21.414	3.474	456	177.262
Saldo em 30/09/2006	1.474.239	617.422	364.860	25.774	2.482.295

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião da Diretoria Jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

Tributárias - referem-se, principalmente, as ações movidas pela Companhia, relativos a diversos aspectos da legislação do imposto de renda, do PIS, da COFINS, e autuações sofridas relacionadas a ICMS que ainda se encontram em discussão.

Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem principalmente de: (i) horas "itinere", (ii) adicional de periculosidade e insalubridade, (iii) reclamações vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias.

Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados relativas a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos e acidentes.

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes no montante de R\$2.632.317 (R\$1.966.662 na controladora) para os quais, com base no prognóstico de nossos advogados, não há provisões constituídas.

- (b) Avais e garantias concedidos pela Companhia a empresas controladas de controle compartilhado, conforme abaixo:

Coligada	Valor da garantia		Moeda corrente	Propósito	Vencimento	Contra-garantias
	30/09/06	30/06/06				
SAMARCO	5.890	8.508	US\$	Garantia de dívida IFC	2008	Nenhuma

A Companhia tem a expectativa de que tais garantias não serão executadas e, portanto, não há passivos registrados.

- (c) Por ocasião do primeiro passo de nossa privatização, em 1997, a Companhia emitiu debêntures para os acionistas existentes na ocasião, incluindo o Governo Brasileiro. Os termos das debêntures foram estabelecidos para garantir que os acionistas pré-privatização, incluindo o Governo Brasileiro, participassem conosco em possíveis benefícios futuros, que puderem ser obtidos a partir da exploração de nossos recursos minerais.

Foram emitidas 388.559.056 debêntures com valor unitário na data de emissão de R\$0,01 (hum centavo de real), cuja atualização se dá de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, conforme o disposto na escritura de emissão.

Em 04/10/02, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM aprovou o registro da negociação pública das debêntures e desde 28/10/02, as mesmas já podem ser negociadas no mercado secundário.

Os debenturistas têm o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a um percentual das receitas líquidas provenientes de determinados recursos minerais possuídos em maio de 1997 e cobertos pela escritura de emissão.

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com a escritura de emissão, o valor do prêmio deverá ser acrescido de juros até o mês anterior ao do efetivo pagamento, e de 1% no mês em que o recurso for disponibilizado ao debenturista. Em cumprimento ao disposto na escritura de emissão, o pagamento é realizado semestralmente, em março e setembro.

Com o início das operações de cobre em 2004, iniciou-se a apuração de prêmios referentes a esses direitos minerários. Considerando as vendas de minério de ferro, estima-se que os patamares mencionados na escritura de emissão serão alcançados, aproximadamente, em 2032 e 2019, para os Sistemas Sul e Norte, respectivamente. Com relação aos demais minerais, tais como bauxita e níquel, a previsão de início de exploração é para a segunda metade desta década e de acordo com os critérios estabelecidos na escritura de emissão, o pagamento será devido sobre o faturamento líquido das vendas ocorridas a partir do quarto ano seguinte à data da primeira comercialização. A obrigação de efetuar os pagamentos aos debenturistas cessará quando os recursos minerais pertinentes forem esgotados.

Em 03/04/2006 e 02/10/2006 disponibilizamos para pagamento de remuneração das debêntures participativas o valor de R\$4.491 e R\$8.379, respectivamente.

5.17- Provisão com Obrigações para Desmobilização de Ativos

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais são debitados ao custo de produção ou capitalizados quando incorridos. A Companhia gerencia suas relações com o meio ambiente como um fator estratégico, tendo como premissa o pleno atendimento da legislação aplicável, e as diretrizes e normas internas estabelecidas por seu sistema de gestão ambiental, de pleno acordo com as especificações da Norma ISO 14.001. A Companhia desenvolve programas contínuos que têm por objetivo minimizar o impacto ambiental de suas operações de mineração, bem como reduzir os custos que venham a incorrer com o término das atividades de cada lavra. Em 30/09/06, a provisão com obrigações para desmobilização de ativos consolidada corresponde ao montante de R\$549.305 (R\$336.384 na controladora), classificada em "Provisão com obrigações para desmobilização de ativos" no passivo não circulante e R\$17.191 (R\$17.191 na controladora) classificado em "Outros" no passivo circulante. A Companhia adota os conceitos de provisionamento dos custos de fechamento de mina, a saber:

- . Os custos com fechamento de minas passam a ser registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos;
- . As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco; e
- . As estimativas de custos são revistas anualmente, com a conseqüente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

5.18- Ações em Tesouraria

O Conselho de Administração autorizou, nos termos do inciso XXXII do Art. 14 do Estatuto Social e com base no Art. 30 da Lei nº 6.404/76 e nas Instruções CVM nº 10, de 14/02/80 e 268, de 13/11/97, a aquisição pela Companhia de suas próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento.

Em 21/06/06 o Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de suas ações preferenciais durante o prazo máximo de 180 dias, envolvendo até 47.986.763 ações preferenciais, correspondentes a 5% do número total de ações

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

preferenciais PNA em circulação ("free float") em 31 de maio de 2006. Até 30/09/2006 haviam sido adquiridas 15.149.600 ações preferenciais.

Em 30/09/06, estavam em tesouraria 28.291.020 ações ordinárias e 15.172.516 ações preferenciais, no montante de R\$790.304. As 28.291.020 ações ordinárias estão em garantia de um empréstimo da nossa controlada Alunorte. Em 30 de setembro de 2006, 4.924.760 destas ações, cotadas a valor de mercado, seriam suficientes para quitar o saldo da dívida.

Classe	Ações		Custo de aquisição unitário			Cotação média em	
	Quantidade		Médio	Mínimo	Máximo	30/09/06	30/06/06
	30/09/06	30/06/06					
Preferenciais	15.172.516	1.304.016	43,45	41,13	45,15	43,59	44,56
Ordinárias	28.291.020	28.291.020	4,63	3,34	8,68	50,55	51,78
	43.463.536	29.595.036					

5.19- Capital Social

Através da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31/03/06, o capital social da Companhia passou a ser de R\$19.492.400.974,56, correspondendo a 1.229.828.529 ações escriturais, sendo R\$9.007.032.395,62 divididos em 749.949.429 ações ordinárias e R\$10.485.368.578,94, divididos em 479.879.100 ações preferenciais classe "A", incluindo 03 (três) de classe especial, todas em valor nominal.

Após o desdobramento o capital social da Companhia de R\$19,5 bilhões passou a ser composto por 2.459.657.058 ações escriturais sendo 1.499.898.858 ações ordinárias, 959.758.200 ações preferenciais classe "A", incluindo seis ações de classe especial e sem valor nominal ("Golden share"). A razão ação/ADR foi mantida em 1/1, portanto cada ação ordinária ou cada ação preferencial continua sendo representada por um ADR lastreado por uma ação ordinária ou por um ADR lastreado por uma ação preferencial classe "A", respectivamente.

As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração, e têm prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual de 6%, calculado sobre a parcela de capital constituída por esta classe de ações ou de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, o que for maior entre eles.

A Companhia realizou em 22/05/06 o desdobramento de ações aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/04/06. Cada ação existente, tanto ordinária quanto preferencial, passou a ser representada por duas ações.

Para fins de comparativos consideramos retroativamente os efeitos do desdobramento de ações no cálculo do lucro líquido por ações em circulação, apresentadas na demonstração do resultado.

5.20- Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

Em 31/10/06 foi feito pagamento da segunda parcela de remuneração mínima aos acionistas no valor total de R\$1.387.035 correspondente a R\$0,574057909 por ação ordinária ou preferencial em circulação. Desse total, foram pagos, sob a forma de juros sobre o capital próprio, o montante de R\$1.350.000, correspondendo a R\$0,558730080 por ação ordinária ou preferencial, e R\$37.035 sob a forma de dividendos, correspondendo a R\$0,015327829 por ação ordinária ou preferencial.

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 28/04/06 foi feito pagamento da primeira parcela de remuneração mínima aos acionistas no valor total de R\$1.392.300, correspondente a R\$1,145292894 por ação ordinária ou preferencial em circulação. Desse total, foram pagos, sob a forma de juros sobre o capital próprio, o montante de R\$809.800, correspondendo a R\$0,666133869 por ação ordinária ou preferencial, e R\$582.500 sob a forma de dividendos, correspondendo a R\$0,479159025 por ação ordinária ou preferencial.

5.21- Resultado Financeiro

Consolidado

	3T/06			2T/06			3T/05		
	Variações monetárias e cambiais passivas			Variações monetárias e cambiais passivas			Variações monetárias e cambiais passivas		
	Despesas financeiras	Total		Despesas financeiras	Total		Despesas financeiras	Total	
Empréstimos e financiamentos externos	(128.180)	(149.987)		(123.118)	(46.698)		(152.781)	388.288	235.507
Empréstimos e financiamentos internos	(38.621)	(34.827)		(41.444)	(142.018)		(18.959)	129.667	110.708
Partes relacionadas	(1.507)	(1.364)		(1.911)	(1.918)		(5.500)	758	(4.742)
	(168.308)	(186.178)		(166.473)	(190.634)		(177.240)	518.713	341.473
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(62.594)	(183.901)		(56.236)	(64.007)		(65.724)	30.752	(34.972)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	71.261	71.777		3.244	3.271		3.106	741	3.847
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro, alumínio, alumina e cobre)	91.078	89.695		(110.679)	(109.045)		(172.567)	13.380	(159.187)
Prêmio em opção de compra	(187.346)	(187.346)		-	-		-	-	-
CPMF	(42.480)	(42.480)		(42.486)	(42.486)		(34.536)	-	(34.536)
Outras	(100.757)	(103.611)		(184.189)	(233.523)		(62.542)	(94.612)	(157.154)
	(399.146)	(542.044)		(556.819)	(636.424)		(509.503)	468.974	(40.529)
	Variações monetárias e cambiais ativas			Variações monetárias e cambiais ativas			Variações monetárias e cambiais ativas		
	Receitas financeiras	Total		Receitas financeiras	Total		Receitas financeiras	Total	
Partes relacionadas	1.395	1.492		5.050	3.607		800	(13.174)	(12.374)
Aplicações financeiras	103.191	117.260		55.001	45.712		60.473	(104.074)	(43.601)
Outras	33.622	174.683		44.713	120.700		4.067	(226.828)	(222.761)
	138.208	293.435		104.764	170.019		65.340	(344.076)	(278.736)
Resultado financeiro líquido	(260.938)	(248.609)		(452.055)	(466.405)		(444.163)	124.898	(319.265)

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	30/09/06			Acumulado 30/09/05		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(367.259)	296.872	(70.387)	(334.780)	1.158.793	824.013
Empréstimos e financiamentos internos	(117.198)	58.390	(58.808)	(138.010)	354.061	216.051
Partes relacionadas	(6.082)	11	(6.071)	(16.414)	771	(15.643)
	(490.539)	355.273	(135.266)	(489.204)	1.513.625	1.024.421
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(175.740)	(142.823)	(318.563)	(128.310)	(11.660)	(139.970)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	76.094	975	77.069	1.816	3.307	5.123
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro, alumínio, alumina e cobre)	(178.871)	50.477	(128.394)	(165.552)	52.161	(113.391)
Prêmio em opção de compra	(187.346)	-	(187.346)	-	-	-
CPMF	(133.422)	-	(133.422)	(104.231)	-	(104.231)
Outras	(393.212)	(207.882)	(601.094)	(166.521)	(255.308)	(421.829)
	(1.483.036)	56.020	(1.427.016)	(1.052.002)	1.302.125	250.123
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	7.236	(1.342)	5.894	15.607	(5.236)	10.371
Aplicações financeiras	227.218	(47.749)	179.469	155.081	(320.207)	(165.126)
Outras	116.625	150.960	267.585	65.629	(672.838)	(607.209)
	351.079	101.869	452.948	236.317	(998.281)	(761.964)
Resultado financeiro líquido	(1.131.957)	157.889	(974.068)	(815.685)	303.844	(511.841)

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controladora						
	30/09/06			Acumulado 30/09/05		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(81.234)	(32.960)	(114.194)	(49.463)	289.425	239.962
Empréstimos e financiamentos internos	(24.269)	(65.054)	(89.323)	(16.550)	68.284	51.734
Partes relacionadas	(282.941)	467.913	184.972	(205.406)	659.117	453.711
	(388.444)	369.899	(18.545)	(271.419)	1.016.826	745.407
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(166.814)	(140.098)	(306.912)	(118.325)	(9.354)	(127.679)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	2.200	(196)	2.004	(3.264)	(546)	(3.810)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro)	(16.025)	3.887	(12.138)	(8.662)	7.198	(1.464)
CPMF	(82.035)	-	(82.035)	(61.293)	-	(61.293)
Outras	(224.190)	126.591	(97.599)	(72.067)	371.571	299.504
	(875.308)	360.083	(515.225)	(535.030)	1.385.695	850.665
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	54.353	(95.645)	(41.292)	42.981	(225.571)	(182.590)
Aplicações financeiras	45.294	72	45.366	40.466	9.782	50.248
Outras	17.810	151.255	169.065	31.904	(39.912)	(8.008)
	117.457	55.682	173.139	115.351	(255.701)	(140.350)
Resultado financeiro líquido	(757.851)	415.765	(342.086)	(419.679)	1.129.994	710.315

5.22- Instrumentos Financeiros – Derivativos

A volatilidade das taxas de juros, das taxas de câmbio e dos preços de commodities são os principais riscos de mercado a que estamos expostos e todos os três são gerenciados através de operações com derivativos. Estas operações são realizadas com o objetivo exclusivo de reduzir nossa exposição ao risco. Não as utilizamos para fins especulativos.

Monitoramos e avaliamos as posições regularmente e ajustamos nossa estratégia sempre de acordo com as condições de mercado. Periodicamente, revisamos os limites e possibilidades de crédito de nossos "parceiros" nessas transações. De acordo com as políticas e práticas estabelecidas para as operações com derivativos, a Administração considera que a ocorrência de situações de risco não previstas são improváveis.

O saldo ativo (passivo) e a oscilação do valor de mercado de instrumentos derivativos financeiros são como segue:

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consolidado							
3T/06							
Juros (libor)	Moedas (*)	Ouro	Alumínio	Alumina	Cobre (*)	Total	
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/06/06	(2.301)	4.228	(131.294)	(385.442)	(160.801)	-	(675.610)
Liquidação financeira	377	-	10.121	26.381	23.670	-	60.549
Despesas financeiras, líquidas	(715)	71.976	9.888	69.973	5.434	5.783	162.339
Variações monetárias, líquidas	(14)	530	(406)	(589)	(386)	(2)	(867)
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/06	(2.653)	76.734	(111.691)	(289.677)	(132.083)	5.781	(453.589)

2T/06							
Juros (libor)	Moedas (*)	Ouro	Alumínio	Alumina	Cobre (*)	Total	
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/03/06	(6.361)	2.325	(126.624)	(353.234)	(158.748)	-	(642.642)
Liquidação financeira	2.692	-	8.253	32.316	29.545	-	72.806
Despesas financeiras, líquidas	1.358	1.886	(11.688)	(68.105)	(30.886)	-	(107.435)
Variações monetárias, líquidas	10	17	(1.235)	3.581	(712)	-	1.661
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/06/06	(2.301)	4.228	(131.294)	(385.442)	(160.801)	-	(675.610)

3T/05							
Juros (libor)	Moedas (*)	Ouro	Alumínio	Alumina	Cobre (*)	Total	
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/06/05	(21.173)	3.719	(69.555)	(127.240)	(50.832)	-	(265.081)
Liquidação financeira	1.453	(884)	6.122	15.387	16.072	-	38.150
Despesas financeiras, líquidas	3.397	(292)	(21.382)	(116.147)	(35.036)	-	(169.460)
Variações monetárias, líquidas	938	(195)	3.668	6.940	2.772	-	14.123
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/05	(15.385)	2.348	(81.147)	(221.060)	(67.024)	-	(382.268)

Controladora					
30/09/06					
Juros (libor)	Moedas (*)	Ouro	Cobre (*)	Total	
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/05	(5)	1.725	(63.408)	-	(61.688)
Liquidação financeira	-	-	15.802	-	15.802
Despesas financeiras, líquidas	5	2.195	(22.002)	5.977	(13.825)
Variações monetárias, líquidas	-	(196)	3.888	-	3.692
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/06	-	3.724	(65.720)	5.977	(56.019)

30/09/05					
Juros (libor)	Moedas (*)	Ouro	Cobre (*)	Total	
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/04	(9.268)	9.405	(55.406)	-	(55.269)
Liquidação financeira	7.354	(2.081)	9.775	-	15.048
Despesas financeiras, líquidas	698	(3.953)	(8.663)	-	(11.918)
Variações monetárias, líquidas	480	(1.023)	7.198	-	6.655
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/05	(736)	2.348	(47.096)	-	(45.484)

(*) Incluído como outros ativos no circulante.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros consolidados são como segue:

Ouro	Dezembro de 2008
Juros (LIBOR)	Outubro de 2007
Moedas	Dezembro de 2011
Alumina	Dezembro de 2008
Alumínio	Dezembro de 2008
Cobre	Dezembro de 2008

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5.23- Despesas Vendas e Administrativas e Outras Despesas Operacionais

	Trimestres			Consolidado		Controladora	
	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05	30/09/06	30/09/05
Administrativas							
Pessoal	152.197	142.299	138.272	431.781	344.878	224.272	181.687
Consultoria técnica	43.674	33.179	89.146	115.289	236.116	71.533	86.366
Propaganda e publicidade	24.946	54.536	24.422	106.242	68.761	104.505	67.552
Depreciação	62.348	53.240	32.572	167.645	91.866	119.785	41.331
Despesas de viagem	13.187	13.509	10.116	37.401	34.161	31.638	29.198
Aluguéis e impostos	14.030	15.001	6.255	39.082	39.569	19.308	21.718
Comunidades Indígenas	7.737	4.120	3.470	15.920	13.395	15.920	13.395
Outras	58.336	64.750	28.407	174.636	69.055	36.978	18.813
Subtotal	376.455	380.634	332.660	1.087.996	897.801	623.939	460.060
Vendas	25.692	131.160	90.782	261.738	286.445	2.734	1.185
Total	402.147	511.794	423.442	1.349.734	1.184.246	626.673	461.245

	Trimestres			Consolidado		Controladora	
	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05	30/09/06	30/09/05
Outras despesas (receitas) operacionais							
Provisão para contingências	73.717	44.334	118.333	149.071	178.461	12.131	81.000
Provisão para perdas com créditos de ICMS	24.335	13.935	15.515	53.128	24.224	-	-
Provisão para participação no resultado	75.619	78.441	52.966	216.509	159.647	174.000	135.000
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	15.040	2.573	9.642	20.911	42.120	18.883	41.770
Outras	159.107	36.619	92.132	272.926	224.774	152.953	(3.063)
Total	347.818	175.902	288.588	712.545	629.226	357.967	254.707

5.24 - Aquisição da Inco

Em 23 de outubro de 2006 a Vale adquiriu a Inco Limited (Inco), uma empresa canadense produtora de níquel, por US\$13,3 bilhões, correspondente a 174.623.019 ações ordinárias, por Cdn\$ 86,00 por ação, representando 75,66% das ações ordinárias.

A aquisição é consistente com a estratégia corporativa de longo prazo e a estratégia para os negócios de metais não ferrosos da CVRD. Este é um novo passo para continuarmos a desenvolver, operar e maximizar a performance de ativos de larga escala, vida útil longa e baixos custos.

Esta aquisição possibilitará melhor diversificação para a CVRD em termos de produto, mercados e localização geográfica de ativos, contribuindo para a redução de riscos.

A Inco é uma empresa canadense líder no mercado global de níquel, sendo uma das maiores produtoras e a primeira em termos de reservas de níquel do mundo.

Com o objetivo de adquirir 100% das ações da Inco, a Vale está desenvolvendo todos os esforços para comprar as ações remanescentes. Até 03/11/06 a Vale já havia adquirido 196.078.276 ações por aproximadamente US\$15 bilhões representando 86,57% do capital da Inco.

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O dispêndio financeiro com a aquisição de todas as ações da Inco é estimado em US\$17,6 bilhões. A maior parte dos recursos é oriundo de um empréstimo ponte contratado junto a um sindicato de bancos. O prazo dessa linha de crédito é de dois anos, com custo de Libor mais 40 pontos base durante o primeiro ano e Libor mais 60 pontos base no segundo. A Companhia espera concluir em breve transações de refinanciamento do empréstimo ponte, com o objetivo de alongar o perfil da dívida para nível próximo ao registrado antes da aquisição, superior a sete anos.

4- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	Trimestres			Consolidado		Controladora	
	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05	30/09/06	30/09/05
Fluxo de caixa das operações:							
Lucro líquido período	3.972.895	3.905.097	2.711.461	10.062.554	7.805.936	10.062.554	7.805.936
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com recursos provenientes de atividades operacionais:							
Resultado de participações societárias	14.035	57.280	(13.166)	54.905	(163.574)	(6.774.814)	(3.718.923)
Resultado na venda de ativos	(34.438)	(736.866)	(297.700)	(790.630)	(297.700)	(53.764)	-
Depreciação, amortização e exaustão	510.447	445.923	399.859	1.376.700	1.169.372	762.451	638.634
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(258.455)	95.560	(283.442)	(239.445)	(344.161)	(327.556)	(126.283)
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais, líquidas	251.162	64.191	(419.936)	(273.072)	(1.355.193)	(269.220)	(967.354)
Participações de minoritários	256.546	234.405	280.619	737.623	824.925	-	-
Baixa na alienação de bens do imobilizado	43.227	60.059	1.066	121.939	76.695	33.632	3.693
Amortização de ágio no custo dos produtos vendidos	94.008	94.090	94.726	280.085	286.916	275.961	286.916
Perdas líquidas não realizadas com derivativos	(162.339)	107.435	169.460	102.777	163.734	13.825	11.918
Dividendos/juros sobre o capital próprio recebidos	40.624	93.786	58.682	135.737	147.604	1.446.112	885.691
Outros	(137.518)	(24.506)	37.366	(140.007)	13.571	(18.626)	57.427
	4.590.194	4.396.454	2.738.995	11.429.166	8.328.125	5.150.555	4.877.655
Redução (aumento) nos ativos:							
Contas a receber de clientes	(681.401)	(895.971)	734.537	(1.084.916)	(628.914)	(1.458.972)	170.853
Estoques	(370.530)	89.591	(69.137)	(469.296)	(206.341)	(78.405)	(267.050)
Adiantamentos a fornecedores de energia	(66.395)	(66.786)	-	(200.743)	-	-	-
Outros	(268.908)	210.128	(870.320)	(426.141)	(1.585.281)	151.668	(304.250)
	(1.387.234)	(663.038)	(204.920)	(2.181.096)	(2.420.536)	(1.385.709)	(400.447)
Aumento (redução) nos passivos:							
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	240.266	242.012	(291.233)	(359.690)	35.852	(411.478)	357.278
Salários e encargos sociais	108.183	109.629	54.757	(23.898)	(9.070)	(47.887)	(31.154)
Tributos e Contribuições	394.705	267.800	1.264.561	333.089	1.571.119	141.184	452.592
Outros	299.263	(147.612)	(348.009)	(133.859)	(316.472)	(375.172)	104.274
	1.042.417	471.829	680.076	(184.358)	1.281.429	(693.353)	882.990
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	4.245.377	4.205.245	3.214.151	9.063.712	7.189.018	3.071.493	5.360.198

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos:							
Empréstimos e adiantamentos a receber	94.148	(180.756)	88.501	(60.837)	57.090	219.873	(79.912)
Depósitos e garantias	(131.033)	(28.305)	(84.464)	(276.545)	(173.517)	(106.421)	(94.684)
Adições em investimentos	(122.057)	-	(30.662)	(234.138)	(249.244)	(3.478.246)	(645.685)
Adições ao imobilizado	(1.777.102)	(2.434.198)	(2.464.450)	(5.910.435)	(6.146.102)	(4.209.737)	(4.283.310)
Recursos provenientes da alienação de bens do imobilizado/investimentos	43.017	970.440	301.284	1.061.810	311.345	63.870	13.645
Recursos utilizados para aquisição de subsidiárias	(25.978)	-	-	(25.978)	-	-	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(1.919.005)	(1.672.819)	(2.189.791)	(5.446.123)	(6.200.428)	(7.510.661)	(5.089.946)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos:							
Empréstimos de curto prazo	431.648	(54.637)	(435.280)	532.191	255.559	565.436	121.115
Empréstimos e financiamentos captados a longo prazo	445.146	27.965	26.292	3.563.810	1.093.729	6.882.940	2.003.668
Pagamentos:							
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	(280.279)
Instituições financeiras	(477.094)	(449.775)	(369.931)	(1.665.965)	(1.985.467)	(702.315)	(884.777)
Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas	(79.311)	(1.377.591)	-	(1.511.657)	(1.279.900)	(1.392.300)	(1.279.900)
Ações em tesouraria	(605.210)	(53.797)	-	(659.007)	-	(659.007)	-
Recursos líquidos proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamentos	(284.821)	(1.907.835)	(778.919)	259.372	(1.916.079)	4.694.754	(320.173)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	2.041.551	624.591	245.441	3.876.961	(927.489)	255.586	(49.921)
Caixa e equivalentes no início do período	4.538.662	3.877.362	2.743.828	2.703.252	3.916.758	131.467	305.927
Caixa e equivalentes no final do período	6.580.213	4.501.953	2.989.269	6.580.213	2.989.269	387.053	256.006
Pagamentos efetuados durante o período por:							
Juros de curto prazo	(11.157)	(8.170)	(10.367)	(27.202)	(31.591)	(14.997)	(6.109)
Juros de longo prazo	(326.204)	(164.077)	(196.209)	(709.424)	(550.721)	(412.020)	(239.586)
Imposto de renda e contribuição social	(579.886)	(101.492)	(468.890)	(1.113.314)	(1.057.958)	(386.892)	(778.068)
Transações que não envolveram caixa:							
Adições ao imobilizado com capitalizações de juros	100.330	88.562	119.684	(31.276)	495.141	(38.981)	179.648
AFACs transferidos para investimento	-	-	-	-	-	(256.790)	(510.500)
Imposto de renda e contribuição social compensados	(194.694)	(77.646)	(63.724)	(354.418)	(168.564)	(51.509)	(24.815)

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das informações trimestrais

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

8.2- Comentários Sobre o Resultado das Operações da Controladora

8.2.1- Receita bruta

O aumento de 9% na receita bruta (R\$ 14.482.735 em 30/09/06 contra R\$ 13.277.033 em 30/09/05) é derivado do crescimento de 11% nos volumes vendidos de minério de ferro, acrescido do aumento de preços praticados. Estes efeitos positivos foram parcialmente reduzidos pela valorização média do real de 12% frente à moeda norte-americana, incidente sobre as receitas da Companhia.

8.2.2- Custos dos produtos e serviços

Os custos de produtos e serviços vendidos apurados em 30/09/06 foram de R\$7.877.551, contra R\$7.032.494 em 30/09/05 representando um acréscimo de 12%, tendo como principais fatores, maior volume comercializado, os reajustes contratuais e aumento na base de ativos com conseqüente crescimento dos gastos com depreciação.

8.2.3- Margem bruta

A margem bruta apresentou queda de 1,2 P.P (42,5% em 30/09/06 contra 43,7% em 30/09/05) tendo como principal fator a desvalorização do dólar frente ao real tendo em vista que a maior parte das receitas esta vinculada ao dólar.

8.2.4- Resultado de participações societárias por área de negócio

Os números abaixo não representam obrigatoriamente os resultados individuais por empresa, mas sim os valores efetivamente aplicáveis a cada área de negócio.

Área de negócio	30/09/06	30/09/05
Minerais Ferrosos		
. Minério de ferro	6.313.992	3.183.737
. Pelotas	528.738	771.926
. Manganês e ferroligas	(89.126)	105.241
Minerais Não-Ferrosos	(37.075)	(29.957)
Logística	126.757	171.108
Participações		
. Siderurgia	318.659	373.802
. Alumínio	802.726	538.971
. Pesquisas e desenvolvimento	(107.575)	(58.993)
Outros	(12.921)	(4.448)
Equivalência patrimonial	7.844.175	5.051.387
Provisão para perdas	(154.088)	(97.528)
Amortização de ágio	(302.451)	(171.810)
Variação cambial sobre o Patrimônio Líquido das empresas no exterior	(612.822)	(1.063.126)
Resultado de Participações Societárias	6.774.814	3.718.923

Os resultados de participações societárias estão fortemente impactados pelos efeitos da variação das dívidas, que influenciaram de forma positiva em função da valorização do real, perante o dólar, no período de janeiro a setembro de 2006 de 8% e de 16% no mesmo período de 2005. Esse efeito é substancialmente compensado com a variação cambial negativa apurada nos investimentos no exterior.

Operacionalmente ocorreu o aumento nos volumes e nos preços de venda das áreas de minério de ferro e alumínio. Este aumento foi parcialmente compensado pela redução nos preços médios de venda e volume das áreas de ferroligas, manganês e siderurgia. A queda na área de pelotas deve-se a redução no volume de vendas.

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O resultado de equivalência negativa em pesquisa e desenvolvimento, conforme acima apresentado, corresponde a gastos com as subsidiárias de prospecção mineral na África, América do Sul e Oceania.

8.2.5- Despesas com vendas e administrativas

As despesas com vendas aumentaram R\$1.549, de R\$1.185 em 30/09/05 para R\$2.734 em 30/09/06, enquanto as despesas administrativas aumentaram 36%, de R\$460.060 em 30/09/05 para R\$623.939 em 30/09/06, devido basicamente ao aumento nos gastos com pessoal decorrente de acordo coletivo de trabalho e gastos com depreciação.

8.2.6- Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram 28%, de R\$306.154 em 30/09/05 para R\$393.346 em 30/09/06, refletindo os planos de expansão da Companhia para a diversificação e expansão da produção, visando atender à demanda mundial.

8.2.7- Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais aumentaram R\$103.260, de R\$254.707 em 30/09/05 para R\$357.967 em 30/09/06.

8.2.8- Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido variou R\$1.052.401 (R\$342.086 de despesa em 30/09/06 contra R\$710.315 de receita em 30/09/05) basicamente como reflexo dos efeitos da valorização cambial do real frente ao dólar norte-americano que indexa a maior parte da dívida e ao ajuste das debêntures participativas a valor de mercado.

8.2.9- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social apresentaram uma despesa de R\$869.922 em 30/09/06 comparativamente a uma despesa de R\$1.070.072 em 30/09/05, em decorrência principalmente da queda do lucro tributável.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
1	Ativo Total	67.885.012	63.197.296
1.01	Ativo Circulante	17.533.100	14.659.527
1.01.01	Disponibilidades	6.580.213	4.501.953
1.01.02	Créditos	5.229.239	4.550.497
1.01.02.01	Contas a receber de clientes	5.213.066	4.527.871
1.01.02.02	Partes relacionadas	16.173	22.626
1.01.03	Estoques	3.442.973	3.342.975
1.01.04	Outros	2.280.675	2.264.102
1.01.04.01	Tributos a recuperar ou compensar	738.056	787.265
1.01.04.02	IR e CS diferidos	773.557	509.073
1.01.04.03	Outros	769.062	967.764
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.324.772	4.997.804
1.02.01	Créditos Diversos	159.820	144.144
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	10.834	14.226
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	10.834	14.226
1.02.03	Outros	5.154.118	4.839.434
1.02.03.01	IR e CS diferidos	880.636	945.081
1.02.03.02	Depósitos Judiciais	2.114.810	1.953.963
1.02.03.03	Despesas antecipadas	122.765	264.010
1.02.03.04	Tributos a recuperar ou compensar	478.187	314.494
1.02.03.05	Imobilizado disponível para venda	107.767	110.972
1.02.03.06	Adiantamentos a fornecedores de energia	927.970	861.575
1.02.03.07	Outros	521.983	389.339
1.03	Ativo Permanente	45.027.140	43.539.965
1.03.01	Investimentos	6.721.525	6.816.643
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.03.02	Imobilizado	38.119.420	36.539.637
1.03.03	Diferido	186.195	183.685

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
2	Passivo Total	67.885.012	63.197.296
2.01	Passivo Circulante	9.507.118	8.855.240
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.279.881	3.166.618
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	2.189.233	2.002.471
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	1.082.606	781.517
2.01.05	Dividendos a Pagar	1.356.851	1.440.843
2.01.06	Provisões	543.239	413.094
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	49.812	73.040
2.01.08	Outros	1.005.496	977.657
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	16.793.180	16.393.179
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.841.952	10.576.743
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	4.361.920	4.262.295
2.02.03.01	Provisões para contingências	3.276.511	3.040.826
2.02.03.02	Provisão para passivos ambientais	549.305	541.631
2.02.03.03	Provisão para derivativos	536.104	679.838
2.02.03.04	Outras	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	2.795	2.847
2.02.05	Outros	1.586.513	1.551.294
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	7.056	6.787
2.04	Participações Minoritárias	2.631.066	2.363.186
2.05	Patrimônio Líquido	38.946.592	35.578.904
2.05.01	Capital Social Realizado	19.492.401	19.492.401
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	9.391.637	9.996.844
2.05.04.01	Legal	1.399.413	1.399.413
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	236.167	236.167
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	7.756.057	8.361.264
2.05.04.07.01	Reserva de Expansão	8.462.996	8.462.996
2.05.04.07.02	Reserva de Exaustão	0	0
2.05.04.07.03	Incentivos Fiscais	83.365	83.365
2.05.04.07.04	Ações em tesouraria	(790.304)	(185.097)
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	10.062.554	6.089.659

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	11.642.333	30.054.122	9.041.947	26.145.758
3.02	Deduções da Receita Bruta	(417.309)	(1.083.955)	(236.659)	(1.068.442)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	11.225.024	28.970.167	8.805.288	25.077.316
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(4.936.544)	(13.231.976)	(4.108.271)	(11.903.910)
3.05	Resultado Bruto	6.288.480	15.738.191	4.697.017	13.173.406
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(1.301.705)	(3.758.436)	(1.238.568)	(2.624.753)
3.06.01	Com Vendas	(25.692)	(261.738)	(90.782)	(286.445)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(376.455)	(1.087.996)	(332.660)	(897.801)
3.06.03	Financeiras	(248.609)	(974.068)	(319.265)	(511.841)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	293.435	452.948	(278.736)	(761.964)
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(542.044)	(1.427.016)	(40.529)	250.123
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	97.768	172.560
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(636.914)	(1.379.729)	(606.795)	(1.264.800)
3.06.05.01	Pesquisa e Desenvolvimento	(289.096)	(667.184)	(220.439)	(463.014)
3.06.05.02	Outras	(347.818)	(712.545)	(386.356)	(801.786)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(14.035)	(54.905)	13.166	163.574
3.07	Resultado Operacional	4.986.775	11.979.755	3.458.449	10.548.653
3.08	Resultado Não Operacional	34.438	790.630	297.700	297.700
3.08.01	Receitas	34.438	790.630	297.700	297.700
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	5.021.213	12.770.385	3.756.149	10.846.353
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(791.772)	(1.970.208)	(784.069)	(2.215.492)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
3.14	Participações Minoritárias	(256.546)	(737.623)	(280.619)	(824.925)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	3.972.895	10.062.554	2.711.461	7.805.936
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	2.416.194	2.416.194	2.430.062	2.430.062
	LUCRO POR AÇÃO	1,64428	4,16463	1,11580	3,21224
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

B- INFORMAÇÕES ADICIONAIS

8- COMENTÁRIOS SOBRE O RESULTADO DAS OPERAÇÕES EM 30 DE SETEMBRO DE 2006 E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Na análise dessas informações, alguns aspectos gerais devem ser considerados, como segue:

Em 30/09/06 cerca de 92% da receita bruta consolidada da Companhia e 25% dos custos consolidados estão vinculados à moeda norte-americana. Conseqüentemente, as flutuações na taxa de câmbio têm um impacto significativo sobre o resultado.

Dos empréstimos e financiamentos consolidados da Companhia em 30/09/06, 84% são em dólares norte-americanos. Portanto, as flutuações na taxa de câmbio têm impacto significativo sobre as despesas e receitas financeiras.

As taxas do dólar norte-americano caíram respectivamente 12,37% entre os períodos (R\$2,19 em 30/09/06 contra R\$2,49 em 30/09/05) e 2,16% (R\$2,17 em 30/09/06 contra R\$2,22 em 30/09/05), compensando parte do reajuste dos preços.

Em 2006, os preços de minério de ferro sofreram acréscimo médio de 19%, enquanto as pelotas sofreram redução de 3%.

O saldo da Balança Comercial Consolidada foi de:

	Trimestres			em US\$ milhões	
	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05
Exportações	2.412	2.543	1.723	7.237	5.010
Importações	(229)	(221)	(134)	(678)	(509)
	2.183	2.322	1.589	6.559	4.501

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

8.1- Comentários Sobre o Resultado das Operações do Consolidado

8.1.1- Receita bruta

	Em milhares de toneladas (exceto transporte ferroviário)				
	Trimestres			Acumulado	
	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05
Minério de ferro	63.119	59.703	55.203	177.682	157.331
Pelotas (*)	9.611	7.438	8.774	24.816	27.247
	72.730	67.141	63.977	202.498	184.578
Manganês	224	198	271	571	663
Ferroligas	131	144	136	401	423
Cobre	120	105	96	295	286
Potássio	291	121	197	515	464
Caulim	283	305	280	909	863
Transporte ferroviário (milhões de TKU) (**)	10.745	10.374	10.468	29.454	28.820
Serviços portuários	8.197	7.781	8.315	22.167	22.908
Serviços de rebocadores	-	-	-	-	-
Transporte marítimo	-	-	-	-	-
Alumínio	141	125	122	390	367
Alumina	829	867	504	2.186	1.335
Bauxita	1.049	1.056	1.422	3.213	4.056
Siderúrgico	-	-	-	-	-
Ferro Gusa	66	71	-	137	-
Outros produtos e serviços	-	-	-	46	-
	-	-	-	-	-

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

	Em milhares de reais				
	Trimestres			Acumulado	
	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05
Minério de ferro	6.024.461	5.129.829	4.462.634	15.301.139	12.288.242
Pelotas (*)	1.584.879	1.224.643	1.643.421	4.161.162	4.787.234
	7.609.340	6.354.472	6.106.055	19.462.301	17.075.476
Manganês	38.542	25.581	48.920	88.992	174.288
Ferroligas	280.974	274.665	225.891	787.132	1.041.744
	319.516	300.246	274.811	876.124	1.216.032
Cobre	608.662	447.328	214.632	1.297.728	643.182
Potássio	118.937	49.377	111.296	217.202	267.175
Caulim	114.913	100.151	98.681	321.391	314.212
	842.512	596.856	424.609	1.836.321	1.224.569
Transporte ferroviário (milhões de TKU) (**)	715.694	688.756	694.261	1.939.287	1.830.719
Serviços portuários	146.164	127.014	141.752	378.832	379.002
Serviços de rebocadores	14.629	12.670	17.637	40.214	49.851
Transporte marítimo	79.571	67.528	84.306	197.337	250.814
	956.058	895.968	937.956	2.555.670	2.510.386
Alumínio	788.209	736.242	536.302	2.175.548	1.729.792
Alumina	588.504	743.806	332.974	1.668.378	929.403
Bauxita	62.962	64.248	86.039	192.597	264.258
	1.439.675	1.544.296	955.315	4.036.523	2.923.453
Siderúrgico	414.752	381.832	339.851	1.145.493	1.170.701
Ferro Gusa	43.356	42.769	-	86.125	-
Outros produtos e serviços	17.124	14.226	3.350	55.565	25.141
	475.232	438.827	343.201	1.287.183	1.195.842
	11.642.333	10.130.665	9.041.947	30.054.122	26.145.758

(*) Inclui receita de prestação de serviços às controladas de controle compartilhado nos valores de R\$17.878, R\$16.799, R\$18.772, R\$52.568 e R\$52.674 referentes ao 3T/06, 2T/06, 3T/05, 30/09/06 e 30/09/05 respectivamente.

(**) A Companhia efetuou através de seu sistema ferroviário o transporte de 7.951, 7.962, 8.242, 22.083 e 22.006 milhões de TKU de carga geral e 2.794, 2.412, 2.226, 7.371 e 6.814 milhões de TKU de minério de ferro para terceiros referentes ao 3T/06, 2T/06, 3T/05, 30/09/06 e 30/09/05 respectivamente.

Volume de vendas e receitas por produtos e serviços:

O aumento de 15% na receita bruta, de R\$26.145.758 para R\$30.054.122 deve-se:

- Ao reajuste dos preços de referência do minério de ferro com aumento 19% e das pelotas com redução de 3%, respectivamente;
- Ao aumento nos preços do cobre;
- Ao aumento no volume vendido de minério de ferro; e
- As vendas de ferro gusa e carvão iniciadas em 2006.

Os efeitos acima foram parcialmente compensados com:

- A desvalorização do Dólar médio frente ao Real em 12%; e

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- As quedas nos preços de ferroligas (devido ao aumento de oferta iniciado no final de 2004) e no volume vendido de manganês.

Receita bruta por segmento

	Minerais Ferrosos	Minerais Não-Ferrosos	Logística	Participações		3T/06	%
				Alumínio	Outras		
Mercado externo							
Américas, exceto EUA	533.008	463	17.622	275.052	-	826.145	7
Estados Unidos (EUA)	249.320	10.358	-	58.351	458.108	776.137	7
Alemanha	701.350	77.625	-	-	-	778.975	7
França	391.757	9.974	-	-	-	401.731	3
Inglatera	223.639	475	2.722	11.324	-	238.160	2
Europa, exceto Alemanha, França e Inglaterra	834.984	277.323	-	494.223	-	1.606.530	14
Oriente Médio, África e Oceania	378.712	166	1.422	113.327	-	493.627	4
China	2.084.804	43.264	12.660	25.489	-	2.166.217	19
Coreia do Sul	254.081	93.569	-	-	-	347.650	3
Japão	787.184	28.225	-	297.802	-	1.113.211	10
Ásia, exceto China, Coreia do Sul e Japão	366.532	93.089	-	-	-	459.621	4
	6.805.371	634.531	34.426	1.275.568	458.108	9.208.004	80
Brasil	1.159.541	207.981	898.697	168.110	-	2.434.329	20
Total	7.964.912	842.512	933.123	1.443.678	458.108	11.642.333	100

	Trimestres				Acumulado			
	2T/06	%	3T/05	%	30/09/06	%	30/09/05	%
Mercado externo								
Américas, exceto EUA	655.990	6	517.929	6	2.049.106	7	1.784.288	7
Estados Unidos (EUA)	671.110	7	560.134	6	1.973.159	7	2.018.770	8
Alemanha	716.065	7	734.431	8	2.111.219	7	2.090.776	8
França	276.966	3	276.642	3	900.619	3	856.044	3
Inglatera	197.582	2	124.438	1	601.521	2	435.257	2
Europa, exceto Alemanha, França e Inglaterra	1.502.731	15	1.316.048	14	4.280.271	14	3.924.127	15
Oriente Médio, África e Oceania	606.604	6	596.025	7	1.512.687	5	1.653.215	6
China	1.850.157	18	1.429.907	16	5.511.111	18	3.394.959	13
Coreia do Sul	172.063	2	321.722	4	813.579	3	698.952	3
Japão	863.720	9	794.636	9	2.813.738	9	2.232.962	9
Ásia, exceto China, Coreia do Sul e Japão	523.256	5	238.139	3	1.197.519	4	836.911	3
	8.036.244	80	6.910.051	77	23.764.529	79	19.926.261	77
Brasil	2.094.421	20	2.131.896	23	6.289.593	21	6.219.497	23
Total	10.130.665	100	9.041.947	100	30.054.122	100	26.145.758	100

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

8.1.2- Custo dos produtos e serviços

Composição por Natureza

	Denominados em		Trimestres		
	R\$	US\$	3T/06	2T/06	3T/05
Pessoal	471.499	27.799	499.298	403.940	377.497
Material	784.624	179.400	964.024	813.058	821.211
Óleo combustível e gases	470.691	137.957	608.648	530.903	457.719
Serviços contratados	793.880	281.535	1.075.415	930.713	861.637
Energia	394.167	30.239	424.406	338.239	361.033
Matéria-prima	14.562	504.997	519.559	553.791	481.847
Depreciação e exaustão	433.791	12.393	446.184	391.861	366.235
Amortização de ágio	94.008	-	94.008	94.090	94.726
Outros	261.323	43.679	305.002	294.127	286.366
Total	3.718.545	1.217.999	4.936.544	4.350.722	4.108.271
	75%	25%			

	Acumulado	
	30/09/06	30/09/05
Pessoal	1.275.653	1.031.788
Material	2.488.856	2.328.060
Óleo combustível e gases	1.595.846	1.310.626
Serviços contratados	2.871.129	2.414.664
Energia	1.066.424	1.050.050
Matéria-prima	1.597.188	1.644.702
Depreciação e exaustão	1.205.673	1.074.761
Amortização de ágio	280.085	286.916
Outros	851.122	762.343
Total	13.231.976	11.903.910

O aumento de 11% nos custos de produtos e serviços (R\$13.231.976 em 30/09/06 contra R\$11.903.910 em 30/09/05) decorre de variações nos volumes vendidos e reajustes nos preços dos materiais, óleo combustível, energia e serviços que compõem os custos do período.

8.1.3- Despesas com vendas e administrativas

As despesas com vendas diminuíram 9%, de R\$286.445 em 30/09/05 para R\$261.738 em 30/09/06, enquanto as despesas administrativas aumentaram 21%, de R\$897.801 em 30/09/05 para R\$1.087.996 em 30/09/06, devido basicamente ao aumento dos gastos com pessoal decorrente de acordo coletivo de trabalho e de depreciação.

8.1.4- Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram 44%, de R\$463.014 em 30/09/05 para R\$667.184 em 30/09/06, refletindo os planos de expansão da Companhia para a diversificação e expansão da produção, para atender à demanda mundial.

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

8.1.5- Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais aumentaram 13%, de R\$629.226 em 30/09/05 para R\$712.545 em 30/09/06. Vide nota 5.23.

8.1.6- Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido variou R\$462.227 (R\$974.068 de despesa em 30/09/06 contra R\$511.841 de despesa em 30/09/05), reflexo dos efeitos da atualização monetária passiva, ao ajuste das debêntures participativas a valor de mercado e ao prêmio na compra de opção, compensado parcialmente com a receita sobre as aplicações no exterior.

8.1.7- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social apresentaram uma despesa de R\$1.970.208 em 30/09/06 comparativamente a uma despesa de R\$2.215.492 em 30/09/05, em decorrência do aumento do lucro tributável, parcialmente compensado pelo lucro não tributável no exterior (Acordo internacional de bi-tributação).

8.1.8- Geração de caixa

A geração de caixa consolidada medida pelo EBITDA (LAJIDA) (lucro antes do resultado financeiro, resultado de participações societárias, imposto de renda e contribuição social e depreciação, amortização e exaustão e acréscido dos dividendos recebidos) foi de R\$14.801.250 em 30/09/06 contra R\$12.500.812 em 30/09/05, representando um acréscimo de 18%.

EBITDA não é uma medida de mensuração em BR GAAP e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e por isso não deverá ser considerado como uma medida alternativa para o lucro (prejuízo) líquido, como um indicador de nosso desempenho operacional ou como uma alternativa para o fluxo de caixa como fonte de liquidez.

Nossa definição de EBITDA pode não ser comparável com o EBITDA, por definição, segundo outras companhias.

Embora o EBITDA, como definido anteriormente, não forneça uma medida de mensuração em BR GAAP para fluxo de caixa operacional, nossa Administração utiliza este indicador para mensuração de nosso desempenho operacional e é freqüentemente usado por analistas financeiros na avaliação de nossos negócios.

EBITDA (LAJIDA)

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

	Trimestres		
	3T/06	2T/06	3T/05
Resultado operacional - EBIT	5.249.419	4.519.423	3.764.548
Depreciação/Amortização de ágio	604.455	540.013	494.585
	5.853.874	5.059.436	4.259.133
Dividendos recebidos	40.624	93.786	58.682
EBITDA (LAJIDA)	5.894.498	5.153.222	4.317.815
Depreciação/Amortização de ágio	(604.455)	(540.013)	(494.585)
Dividendos recebidos	(40.624)	(93.786)	(58.682)
Resultado de participações societárias	(14.035)	(57.280)	13.166
Venda de ativos	34.438	736.866	297.700
Resultado Financeiro líquido	(248.609)	(466.405)	(319.265)
Imposto de renda e contribuição social	(791.772)	(593.102)	(764.069)
Participações de minoritários	(256.546)	(234.405)	(280.619)
Lucro líquido do período	3.972.895	3.905.097	2.711.461
Passivo circulante			
Parcela circulante de dívidas de longo prazo - terceiros	2.217.744	2.514.229	1.627.663
Dívida de curto prazo	1.062.137	652.389	708.488
Partes relacionadas	49.812	73.040	69.097
	3.329.693	3.239.658	2.405.248
Passivo exigível a longo prazo			
Dívidas de longo prazo - terceiros	10.841.952	10.576.743	7.145.652
Partes relacionadas	2.795	2.847	2.935
	10.844.747	10.579.590	7.148.587
Dívida bruta	14.174.440	13.819.248	9.553.835
Juros pagos	337.361	172.247	206.576
Patrimônio líquido	38.946.592	35.578.904	25.973.882
EBITDA (LAJIDA)/ Juros pagos (LTM)	21,37	22,98	19,51
Margem EBITDA (LTM)	50%	49%	47%
Margem EBIT (LTM)	44%	43%	43%
Dívida bruta / EBITDA (LAJIDA) (LTM)	0,75	0,79	0,62
Dívida bruta / Capitalização Patrimonial	27	28	27

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

		Acumulado
	30/09/06	30/09/05
Resultado operacional - EBIT	13.008.728	10.896.920
Depreciação/Amortização de ágio	1.656.785	1.456.288
	14.665.513	12.353.208
Dividendos recebidos	135.737	147.604
EBITDA (LAJIDA)	14.801.250	12.500.812
Depreciação/Amortização de ágio	(1.656.785)	(1.456.288)
Dividendos recebidos	(135.737)	(147.604)
Resultado de participações societárias	(54.905)	163.574
Venda de ativos	790.630	297.700
Resultado Financeiro líquido	(974.068)	(511.841)
Imposto de renda e contribuição social	(1.970.208)	(2.215.492)
Participações de minoritários	(737.623)	(824.925)
Lucro líquido do período	10.062.554	7.805.936
Passivo circulante		
Parcela circulante de dívidas de longo prazo - terceiros	2.217.744	1.627.663
Dívida de curto prazo	1.062.137	708.488
Partes relacionadas	49.812	69.097
	3.329.693	2.405.248
Passivo exigível a longo prazo		
Dívidas de longo prazo - terceiros	10.841.952	7.145.652
Partes relacionadas	2.795	2.935
	10.844.747	7.148.587
Dívida bruta	14.174.440	9.553.835
Juros pagos	736.626	582.312
Patrimônio líquido	38.946.592	25.973.882
EBITDA (LAJIDA)/ Juros pagos (LTM)	21,37	19,51
Margem EBITDA (LTM)	50%	47%
Margem EBIT (LTM)	44%	43%
Dívida bruta / EBITDA (LAJIDA) (LTM)	0,75	0,62
Dívida bruta / Capitalização Patrimonial	27	27

EBITDA (LAJIDA) Consolidado por Segmento

	Trimestres			EBITDA Acumulado	
Segmentos	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05
Minerais ferrosos	4.445.344	3.656.493	3.671.245	11.040.865	10.052.672
Minerais não-ferrosos	427.584	339.293	84.221	883.766	270.487
Logística	447.515	333.346	340.060	1.015.624	996.357
Participações					
Alumínio	596.016	771.774	305.212	1.804.051	1.107.472
Siderurgia	110.624	135.247	68.490	312.522	252.136
Outras	(132.585)	(82.931)	(151.413)	(255.578)	(178.312)
	5.894.498	5.153.222	4.317.815	14.801.250	12.500.812

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	02
2 - Nº ORDEM	06
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/SEC/2002/004
4 - DATA DO REGISTRO CVM	04/10/2002
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	08/07/1997
9 - DATA DE VENCIMENTO	
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SUBORDINADA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	0,021564359
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	0,02
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	9.381.364
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	388.559.056
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	388.559.056
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	29/03/2006

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

3- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	Notas	Capital social	Expansão/ Investimentos	Exaustão	Lucros a realizar
Em 31 de dezembro de 2004		7.300.000	8.206.978	1.004.166	345.728
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-
Capitalização de reservas		6.700.000	(5.129.319)	(1.004.166)	-
Realização de reservas		-	-	-	(109.561)
Permuta ações Samitri		-	-	-	-
Ações em tesouraria		-	-	-	-
Destinação do resultado:					
Juros sobre o capital próprio intermediários		-	-	-	-
Dividendos intermediários		-	-	-	-
Remuneração adicional proposta		-	-	-	-
Apropriação às reservas de lucros		-	5.385.337	-	-
Em 31 de dezembro de 2005		14.000.000	8.462.996	-	236.167
Aumento de capital		5.492.401	-	-	-
Lucro Líquido do período		-	-	-	-
Em 31 de março de 2006		19.492.401	8.462.996	-	236.167
Lucro Líquido do período		-	-	-	-
Ações em tesouraria		-	-	-	-
Em 30 de junho de 2006		19.492.401	8.462.996	-	236.167
Ações em tesouraria		-	-	-	-
Lucro Líquido do período		-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2006		19.492.401	8.462.996	-	236.167

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das informações trimestrais

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

	Reservas de			Lucros acumulados	Total
	Legal	Incentivos fiscais	Ações em tesouraria		
Em 31 de dezembro de 2004	1.403.117	40.663	(131.318)	-	18.169.334
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.442.986	10.442.986
Capitalização de reservas	(525.853)	(40.662)	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	109.561	-
Permuta ações Samitri	-	-	21	-	21
Ações em tesouraria	-	-	(3)	-	(3)
Destinação do resultado:					
Juros sobre o capital próprio intermediários	-	-	-	(783.387)	(783.387)
Dividendos intermediários	-	-	-	(1.028.160)	(1.028.160)
Remuneração adicional proposta	-	-	-	(2.750.150)	(2.750.150)
Apropriação às reservas de lucros	522.149	83.364	-	(5.990.850)	-
Em 31 de dezembro de 2005	1.399.413	83.365	(131.300)	-	24.050.641
Aumento de capital	-	-	-	-	5.492.401
Lucro líquido do período	-	-	-	2.184.562	2.184.562
Em 31 de março de 2006	1.399.413	83.365	(131.300)	2.184.562	31.727.604
Lucro líquido do período	-	-	-	3.905.097	3.905.097
Ações em tesouraria	-	-	(53.797)	-	(53.797)
Em 30 de junho de 2006	1.399.413	83.365	(185.097)	6.089.659	35.578.904
Ações em tesouraria	-	-	(605.207)	-	(605.207)
Lucro líquido do período	-	-	-	3.972.895	3.972.895
Em 30 de setembro de 2006	1.399.413	83.365	(790.304)	10.062.554	38.946.592

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das informações trimestrais

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

6- ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Período findo em 30 de setembro de 2006

	% de participação		Ativo			
			Circulante			
			Realizável a longo prazo	Partic. Societárias, Imobilizado e Diferido	Circulante	Circulante
	Total	Votante				
Controladas (a)						
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. (c)	51,00	51,00	417.686	1.402.889	1.050.092	282.483
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. (c)	57,03	61,74	790.012	158.257	3.707.209	293.098
Brasilux S.A.	100,00	100,00	2.261	33.565	535	13.584
Caemi Mineração e Metalurgia S.A.(b, c)	100,00	100,00	2.507.690	1.204.848	2.106.827	807.737
Companhia Paulista de Ferro Ligas	100,00	100,00	70.241	166.160	3.831	146.596
Companhia Portuária Baía de Sepetiba - CPBS	100,00	100,00	211.640	5.969	148.302	61.595
CVRD Overseas Ltd.	100,00	100,00	1.113.635	609.018	865.340	1.758.171
Docepar S.A.	100,00	100,00	2.621	324.478	149	21.430
Ferrovia Centro - Atlântica S.A.	100,00	100,00	323.681	132.199	1.484.868	211.771
Ferro Gusa Carajás S.A.	77,97	77,97	140.235	152	284.786	343.497
Florestas Rio Doce S.A.(c)	100,00	100,00	31.849	35.431	3.730	10.803
CVRD International S.A. (d)	100,00	100,00	9.834.500	10.912.583	4.267.129	3.742.503
Mineração Tacumã Ltda.	100,00	100,00	128	-	1.603.157	16.319
Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE (c)	100,00	100,00	429.752	23.294	434.188	84.394
Rio Doce International Finance Ltd.	100,00	100,00	589	13.381	-	8.815
Rio Doce Manganês Europe - RDME	100,00	100,00	236.355	210	74.895	115.406
Rio Doce Manganês Norway AS	100,00	100,00	93.366	7.354	61.557	78.421
Rio Doce Manganês S.A.	100,00	100,00	416.631	213.276	374.642	288.339
Salobo Metais S.A.	100,00	100,00	1.314	-	865.619	684
TVV - Terminal de Vila Velha S.A. (c)	100,00	99,89	50.278	7.875	54.891	27.152
Urucum Mineração S.A.	100,00	100,00	106.938	19.346	69.887	28.950
Valeoverseas Ltd.	100,00	100,00	65.241	4.532.039	-	65.239
Valesul Alumínio S.A. (c)	100,00	100,00	257.452	70.266	119.816	104.816
Controladas de controle compartilhado (a)						
California Steel Industries, Inc.	50,00	50,00	1.250.972	4.892	512.074	699.541
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBASCO (c)	50,00	50,00	170.150	27.735	246.128	171.807
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS (c)	50,89	51,00	221.885	45.955	76.630	132.162
Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO (c)	50,90	51,00	188.929	57.574	74.649	114.114
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO (c)	51,00	51,11	308.902	83.074	128.693	310.493
Minas da Serra Geral S.A. - MSG (c)	50,00	50,00	27.845	14.397	83.871	3.065
Mineração Rio do Norte S.A. (c)	40,00	40,00	149.956	507.954	956.587	574.171
MRS Logística S.A. (c)	40,45	37,23	878.852	286.733	1.310.079	785.515
Samarco Mineração S.A. (c)	50,00	50,00	706.259	171.442	1.808.061	881.821
Baovale Mineração S.A. (c)	50,00	100,00	43.089	-	50.378	1.446

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Período findo em 30 de setembro de 2006

Em milhares de reais

	Informações contábeis							
	Passivo e Patrimônio Líquido							Resultado
	Não circulante							
	Exigível a longo prazo, Resultado de exercícios futuros e Participações de minoritários	Patrimônio líquido (ajustado)	Vendas líquidas	Custo dos produtos e serviços vendidos	Receitas (despesas) operac.	Resultado não operac.	IR e CSL	Lucro (prejuízo) ajustado
Controladas (a)								
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. (c)	1.008.443	1.579.741	1.803.302	(1.148.693)	(67.129)	122	(138.980)	448.622
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. (c)	1.257.132	3.105.248	1.911.731	(1.111.091)	(103.401)	365	(130.266)	567.338
Brasilux S.A.	-	22.777	-	-	(1.250)	-	-	(1.250)
Caemi Mineração e Metalurgia S.A.(b, c)	985.271	4.026.357	4.063.696	(1.616.479)	(324.365)	(242.246)	(407.665)	1.472.941
Companhia Paulista de Ferro Ligas	96.053	(2.417)	-	-	4.124	253	(7.306)	(2.929)
Companhia Portuária Baía de Sepetiba - CPBS	29	304.287	204.492	(73.556)	6.574	-	(46.756)	90.754
CVRD Overseas Ltd.	43.636	786.186	2.074.881	(1.395.550)	(30.503)	-	-	648.828
Dooepar S.A.	273.387	32.431	-	-	(10.690)	-	(213)	(10.903)
Ferrovia Centro - Atlântica S.A.	1.900.664	(171.687)	537.105	(522.180)	(65.145)	-	-	(50.220)
Ferro Gusa Carajás S.A.	647	81.029	86.443	(92.097)	(36.306)	-	-	(41.960)
Florestas Rio Doce S.A.(c)	32.981	27.226	-	-	6.458	-	(2.958)	3.500
CVRD International S.A. (d)	7.081.542	14.190.167	12.964.755	(9.486.634)	63.663	750.313	-	4.292.097
Mineração Tacumã Ltda.	1.773.342	(186.376)	-	-	(69.681)	-	-	(69.681)
Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE (c)	541.855	260.985	43.091	(13.137)	(8.376)	(5)	(12.412)	9.161
Rio Doce International Finance Ltd.	138	5.017	-	(647)	156.846	-	-	156.199
Rio Doce Manganês Europe - RDME	2.405	193.649	334.243	(328.144)	(15.892)	18	(728)	(10.504)
Rio Doce Manganês Norway AS	14.805	69.051	116.442	(106.224)	(525)	-	-	9.693
Rio Doce Manganês S.A.	192.097	524.113	461.544	(409.267)	(127.434)	(43.946)	9.303	(109.800)
Salobo Metais S.A.	590.114	276.135	-	-	-	-	-	-
TVV - Terminal de Vila Velha S.A. (c)	9.956	75.936	88.553	(63.624)	(2.954)	-	(7.277)	14.698
Urucum Mineração S.A.	111.322	55.899	106.381	(61.369)	(26.961)	(2.731)	(6.438)	8.882
Valeoverseas Ltd.	4.532.039	1	-	-	-	-	-	-
Valesul Alumínio S.A. (c)	30.891	311.827	421.871	(322.080)	(20.256)	5.590	(27.673)	57.452
Controladas de controle compartilhado (a)								
California Steel Industries, Inc.	326.129	742.268	2.290.987	(1.857.562)	(123.283)	-	(144.537)	165.605
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO (c)	105.845	166.361	573.519	(450.804)	(7.618)	727	(41.172)	74.652
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS (c)	54.685	157.623	515.694	(415.652)	(23.530)	-	(30.757)	45.755
Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO (c)	64.544	142.494	469.854	(386.582)	(17.382)	-	(25.099)	40.791
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO (c)	63.398	146.776	867.228	(710.412)	(56.147)	-	(39.470)	61.199
Minas da Serra Geral S.A. - MSG (c)	23.453	99.595	18.467	(8.061)	(3.737)	207	(2.238)	4.638
Mineração Rio do Norte S.A. (c)	227.695	812.631	681.410	(406.274)	(5.582)	(676)	(36.097)	232.781
MRS Logística S.A. (c)	669.992	1.020.157	1.441.932	(764.281)	(82.585)	(2.472)	(201.653)	390.941
Samarco Mineração S.A. (c)	1.036.446	767.495	1.745.106	(609.293)	(227.157)	4.440	(158.840)	754.256
Baovale Mineração S.A. (c)	-	92.021	22.078	(3.268)	(17.565)	-	(2.475)	(1.230)

Observações:

- Os montantes acima correspondem aos totais apresentados nas demonstrações contábeis dessas empresas em 30 de setembro de 2006, ajustadas e não auditadas;
- A partir de 31/03/2005 a Vale passou a deter 100% do capital total (vide nota 5.5). O resultado consolidado da Caemi contempla o valor de R\$247.179 referente a participação de minoritários;
- Recebemos os seguintes dividendos no período: Albrás R\$62.593, Alunorte R\$30.832, Baovale R\$963, Belém R\$19.818, Caemi R\$334.238, CPBS R\$34.500, Docenave R\$70.134, Florestas R\$29.997, Hispanobras R\$29.950, Itabasco R\$25.450, Kobrasco R\$24.193, MRS R\$10.183, MRN R\$165.198, MSG R\$1.480, Nibrasco R\$46.713, Samarco R\$437.601, TVV R\$18.787 e Valesul 896;
- Nova razão social da Itabira Rio Doce Company Limited – ITACO.

Informações adicionais das principais empresas investidas estão disponíveis no website da Companhia, www.cvrld.com.br, relações com investidores.

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

GOVERNANÇA CORPORATIVA - NÍVEL 1

Em atendimento ao disposto no regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa - nível 1 -, seguem informações referentes a data base de 30/09/2006.

1) Acionistas pessoas ligadas

	30/09/06		30/09/05	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
	Classe A		Classe A	
Conselho de Administração	15.631	682	15.670	3.724
Diretoria	439.114	80.198	459.706	80.198
Controlador	-	784.294.266	-	784.294.266
Conselho Fiscal	250	-	15.200	3.600
Total	454.995	784.375.146	490.576	784.381.788

Split em 22 de maio de 2006

2) Posição acionária dos acionistas com mais de 5% de toda espécie e classe de ação

Acionista	Nota	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	%
			%		%		
Valepar		784.294.266	52,29%	-	-	784.294.266	31,89%
BNDES Participações S.A	(1)	103.639.868	6,91%	4.574.308	0,48%	108.214.176	4,40%
Ações em tesouraria		28.291.020	1,89%	15.172.516	1,58%	43.463.536	1,77%
Outros		583.673.704	38,91%	940.011.376	97,94%	1.523.685.080	61,95%
Total		1.499.898.858	100,00%	959.758.200	100,00%	2.459.657.058	100,01%

Nota:

(1) - Empresa aberta

3) Distribuição do capital social da Valepar

Nome	Nota	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total	%	CPF/CNPJ
Litel Participações S.A	(2)	315.982.596	49,00%	99.568.944	71,41%	415.551.540	52,98%	00.743.065-0001/27
Eletron S.A		188.718	0,03%	-	-	188.718	0,02%	00.514.998-0001/42
Litela Participações S.A		-	-	39.862.884	28,59%	39.862.884	5,08%	05.495.546-0001/84
Mitsui & Co Ltd	(1)	117.644.142	18,24%	-	-	117.644.142	15,00%	
BNDES Participações S.A	(2)	74.250.000	11,51%	-	-	74.250.000	9,47%	00.383.281-0001/09
Bradespar S.A	(2)	136.796.982	21,22%	-	-	136.796.982	17,45%	03.847.461/0001-92
Total		644.862.438	100,00%	139.431.828	100,00%	784.294.266	100,00%	

Nota:

(1) - Empresa estrangeira

(2) - Empresa aberta

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

4) Distribuição do capital social da LITELA

Nome	Nota	Ações		Ações		Total	%	CPF/CNPJ
		ordinárias	%	preferenciais	%			
Litel Participações S.A	(1)	28.386.274	100,00%	-	0,00%	28.386.274	100,00%	00.743.065-0001/27
Total		28.386.274	100,00%	-	0,00%	28.386.274	100,00%	

(1) - Empresa aberta

5) Ações em circulação

Ações	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Ações totais	
		%		%		%
Emitidas	1.499.898.858	100,00%	959.758.200	100,00%	2.459.657.058	100,00%
Tesouraria	(28.291.020)	1,89%	(15.172.516)	1,58%	(43.463.536)	1,77%
Acionista controlador	(784.294.266)	52,28%	-	-	(784.294.266)	31,89%
Administradores - Conselho de Administração	(682)	-	(15.631)	-	(16.313)	-
Administradores - Diretoria	(80.198)	0,01%	(439.114)	0,06%	(519.312)	0,02%
Conselho Fiscal	-	-	(250)	-	(250)	-
Total de ações em circulação	687.232.692	45,82%	944.130.689	98,37%	1.631.363.381	66,32%

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

10- CONSELHEIROS, MEMBROS DOS COMITÊS E DIRETORES

Conselho de Administração

Sérgio Ricardo Silva Rosa

Presidente

Arlindo Magno de Oliveira

Eduardo Fernando Jardim Pinto

Erik Persson

Francisco Augusto da Costa e Silva

Hiroshi Tada

Julio Sérgio Gomes de Almeida

Jorge Luiz Pacheco

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Oscar Augusto de Camargo Filho

Renato da Cruz Gomes

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Comitê de Controladoria

Antonio José de Figueiredo Ferreira

Inácio Clemente da Silva

Paulo Roberto Ferreira de Medeiros

Comitê de Desenvolvimento Executivo

Arlindo Magno de Oliveira

João Moisés de Oliveira

Olga Nietta Loffredi

Oscar Augusto de Camargo Filho

Comitê Estratégico

Roger Agnelli

Gabriel Stoliar

Demian Fiocca

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Oscar Augusto de Camargo Filho

Sérgio Ricardo Silva Rosa

Comitê Financeiro

Fábio de Oliveira Barbosa

Rômulo de Mello Dias

Wanderlei Viçoso Fagundes

Ivan Luiz Modesto Schara

Comitê de Governança e Sustentabilidade

Renato da Cruz Gomes

Ricardo Simonsen

Ricardo Carvalho Giambroni

Conselho Fiscal

Marcelo Amaral Moraes

Presidente

Anibal Moreira dos Santos

Bernard Appy

José Bernardo de Medeiros Neto

Diretoria Executiva

Roger Agnelli

Diretor-Presidente

Murilo de Oliveira Ferreira

Diretor Executivo da Área de Participações e Desenvolvimento de Negócios

José Carlos Martins

Diretor Executivo da Área de Ferrosos

Carla Grasso

Diretora Executiva de Recursos Humanos e Serviços Corporativos

José Lancaster

Diretor Executivo da Área de Não-Ferrosos

Fábio de Oliveira Barbosa

Diretor Executivo de Finanças e Relação com Investidores

Gabriel Stoliar

Diretor Executivo de Planejamento e Gestão

Tito Botelho Martins

Diretor Executivo da Área de Logística em exercício

Tito Botelho Martins

Diretor Executivo de Assuntos Corporativos

Otto de Souza Marques Júnior

Diretor do Departamento de Controladoria

Marcus Vinicius Dias Severini

Gerente Geral de Controladoria

Contador CRC-RJ 093982/O-3

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - COM RESSALVA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Vale do Rio Doce
Rio de Janeiro – RJ

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais – ITR da Companhia Vale do Rio Doce, controladora e consolidado, referentes ao trimestre e ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2006, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e sob a responsabilidade da Administração da Companhia, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido e o relatório de desempenho.
2. Exceto quanto ao mencionado no parágrafo 3, nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas empresas investidas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e suas empresas investidas.
3. Não foram revisadas por auditores independentes as demonstrações contábeis, em 30 de setembro de 2006, de certas empresas controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas, nas quais são mantidos investimentos relevantes. Dessa forma, as conclusões alcançadas em nossa revisão não abrangem R\$6.882.668 mil desses investimentos e R\$257.325 mil dos ganhos produzidos no trimestre findo naquela data.
4. Baseados em nossa revisão especial, exceto pelos efeitos de eventuais ajustes que poderiam ser requeridos caso as demonstrações contábeis das sociedades mencionadas no parágrafo 3 tivessem sido revisadas por auditores independentes, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais obrigatórias.

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE

33.592.510/0001-54

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - COM RESSALVA

Companhia Vale do Rio Doce

2

5. Nossa revisão especial foi conduzida com o objetivo de emitirmos relatório sobre as informações trimestrais referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa, controladora e consolidado, que estão sendo apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Companhia e suas empresas investidas, não são requeridas como parte das informações trimestrais. As demonstrações dos fluxos de caixa foram submetidas aos procedimentos de revisão descritos no parágrafo 2 e não temos conhecimento de quaisquer modificações relevantes que devam ser feitas nessas demonstrações, para que as mesmas estejam adequadamente apresentadas em relação às informações contábeis trimestrais.
6. Anteriormente, revisamos os balanços patrimoniais, controladora e consolidado, levantados em 30 de junho de 2006 e as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa correspondentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2005, apresentados para fins de comparação, sobre os quais emitimos relatórios de revisão especial, datados de 2 de agosto de 2006 e 9 de novembro de 2005, respectivamente, com exceção quanto a não revisão por auditores independentes das demonstrações contábeis de certas empresas controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-SP 011609/O-S-RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC-RJ 036206/O

00417-0 CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54
------------------------------	--------------------

19.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Movimentação do Fluxo de Caixa do quadro 16.01 para o quadro 04.01 e alteração de data da tabela de acionistas pessoas ligadas no quadro 16.01.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00417-0	CIA VALE DO RIO DOCE	33.592.510/0001-54

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	8
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	30
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	32
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	33
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	34
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	36
10	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	44
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	45
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	52
19	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	54

[página intencionalmente deixada em branco]

Demonstrações Financeiras do exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2005

[página intencionalmente deixada em branco]



Companhia Vale do Rio Doce
Diretoria de Controle - DICT



Demonstrações Contábeis de 2005

BRGAAP

Arquivada na CVM e na SEC em 06/03/06

Gerência Geral de Controladoria - GECOL

ÍNDICE

A - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3
1- BALANÇO PATRIMONIAL	3
2- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
3- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
4- DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	6
5- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
6- DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8
7- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004	9
7.1- Contexto Operacional	9
7.2- Apresentação das Demonstrações Contábeis	9
7.3- Pronunciamentos Contábeis Recentemente Emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários	9
7.4- Princípios e Práticas de Consolidação	9
7.5- Sumário das Principais Práticas Contábeis	9
7.6- Política com relação aos Auditores Independentes	10
7.7- Principais Aquisições e Desinvestimentos	10
7.8- Disponibilidades	10
7.9- Contas a Receber de Clientes	11
7.10- Estoques	11
7.11- Partes Relacionadas	11
7.12- Tributos a Recuperar ou Compensar	12
7.13- Imposto de Renda e Contribuição Social	12
7.14- Participações Societárias – Consolidado e Controladora	14
7.15- Imobilizado	16
7.16- Empréstimos e Financiamentos	17
7.17- Passivos Contingentes	18
7.18- Custos Ambientais e de Recuperação e Restauração	19
7.19- Fundo de Pensão - Valia	20
7.20- Capital Social	23
7.21- Programa de ADRs - <i>American Depositary Receipts</i>	23
7.22- Ações em Tesouraria	23
7.23- Remuneração aos Acionistas	24
7.24- Resultado Financeiro	25
7.25- Instrumentos Financeiros - Derivativos	26
7.26- Despesas Administrativas e Outras Despesas Operacionais	28
7.27- Concessões e Arrendamentos	28
7.28- Efeitos se Adotadas as Demonstrações em Moeda de Capacidade Aquisitiva Constante (não auditado)	30
7.29- Seguros	31
7.30- Plano de Participação nos Resultados	31
7.31- Eventos Subseqüentes	31
8- ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS	32
9- PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	33
10- PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005.	34
11- PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	35

B- INFORMAÇÕES ADICIONAIS	35
12- COMENTÁRIOS SOBRE O RESULTADO DAS OPERAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	36
12.1- Comentários Sobre o Resultado das Operações do Consolidado	36
12.1.1- Receita Bruta	36
12.1.2- Custos dos Produtos e Serviços	37
12.1.3- Despesas com vendas	38
12.1.4- Despesas administrativas	38
12.1.5- Pesquisa e desenvolvimento	38
12.1.6- Outras despesas operacionais	38
12.1.7- Resultado Financeiro Líquido	38
12.1.8- Imposto de Renda e Contribuição Social	38
12.1.9- Geração de Caixa	39
12.1.10- Demonstrações do Resultado Consolidado por Segmentos de Negócios	41
12.2- Comentários Sobre o Resultado das Operações da Controladora	43
12.2.1- Receita Bruta	43
12.2.2- Custos dos produtos e serviços	43
12.2.3- Margem Bruta	43
12.2.4- Resultado de Participações Societárias por Área de Negócio	43
12.2.5- Despesas com vendas	44
12.2.6- Despesas administrativas	44
12.2.7- Pesquisa e desenvolvimento	44
12.2.8- Outras despesas operacionais	44
12.2.9- Resultado Financeiro Líquido	44
12.2.10- Imposto de Renda e Contribuição Social	44
12.3- Balanço Social	45
12.4- Moeda Funcional	46
13- CONSELHEIROS, MEMBROS DOS COMITÊS E DIRETORES	47

A - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1- BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2005	2004	2005	2004
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades	7.8	2.703	3.917	131	306
Contas a receber de clientes	7.9	4.183	3.076	2.038	1.850
Partes relacionadas	7.11	134	73	778	589
Estoque	7.10	3.235	2.894	1.127	870
Tributos a recuperar ou compensar	7.12	986	801	492	414
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.13	428	428	334	347
Outros	-	902	643	306	253
		12.571	11.832	5.206	4.629
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	7.11	6	109	459	587
Empréstimos e financiamentos	-	143	150	107	106
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.13	1.043	1.058	421	523
Depósitos judiciais	7.17	1.667	1.680	1.030	1.147
Tributos a recuperar ou compensar	7.12	313	185	170	98
Imobilizado disponível para venda	-	54	111	-	-
Adiantamentos a fornecedores de energia	7.5 (f)	727	259	-	-
Provisão para derivativos	7.25	2	9	2	9
Outros	-	280	257	8	28
		4.235	3.818	2.197	2.498
Participações societárias	7.14	2.814	2.830	17.834	12.975
Imobilizado	7.15	33.768	24.798	20.761	15.246
Diferido	-	206	203	-	-
		36.788	27.831	38.595	28.221
		53.594	43.481	45.998	35.348
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	7.16	517	515	-	-
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	7.16	2.940	2.526	882	670
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	-	2.684	1.972	1.768	1.516
Partes relacionadas	7.11	81	106	3.609	2.043
Salários e encargos sociais	-	542	399	424	288
Fundo de pensão - Valia	7.19	70	91	70	91
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	7.23	2.907	1.557	2.750	1.279
Tributos e contribuições	-	909	1.286	68	527
Outros	-	1.017	874	490	379
		11.667	9.326	10.061	6.793
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	7.16	9.066	9.045	2.146	2.911
Partes relacionadas	7.11	3	41	5.701	3.784
Provisões para contingências	7.17	3.183	2.604	2.503	1.953
Fundo de pensão - Valia	7.19	563	570	563	570
Provisão para passivos ambientais	7.18	549	354	336	255
Provisão para derivativos	7.25	610	441	63	64
Outros	-	941	889	573	848
		14.915	13.944	11.885	10.385
Resultado de exercícios futuros	-	9	10	-	-
Participações de minoritários	-	2.951	2.031	-	-
Patrimônio líquido					
Capital social	7.20	14.000	7.300	14.000	7.300
Reservas de lucros	-	10.052	10.870	10.052	10.870
		24.052	18.170	24.052	18.170
		53.594	43.481	45.998	35.348

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis.

2- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

Notas	(Não Auditados) Trimestres			Consolidado		Controladora	
	4T/05	3T/05	4T/04	2005	2004	2005	2004
Receita bruta	12.1.1						
Vendas de minerais e metais	12.2.1						
Minério de ferro e pelotas	6.362	6.107	4.131	23.438	15.626	14.921	11.198
Manganês e ferroligas	272	275	594	1.488	2.084	-	-
Cobre	294	214	324	937	592	773	592
Potássio	92	111	98	359	362	359	362
Caulim	114	98	113	428	468	-	-
	7.134	6.805	5.260	26.650	19.132	16.053	12.152
Serviços de transporte	781	938	789	3.291	3.025	1.801	1.556
Vendas de produtos da área de alumínio	933	956	1.090	3.857	4.055	189	26
Vendas de produtos siderúrgicos	338	340	623	1.509	2.731	-	-
Outros produtos e serviços	18	3	22	43	77	55	51
	9.204	9.042	7.784	35.350	29.020	18.098	13.785
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços	(288)	(237)	(400)	(1.357)	(1.476)	(1.004)	(697)
Receita operacional líquida	8.916	8.805	7.384	33.993	27.544	17.094	13.088
Custos dos produtos e serviços	12.1.2						
Minerais e metais	12.2.2						
Serviços de transporte	(535)	(511)	(498)	(1.977)	(1.805)	(637)	(479)
Produtos da área de alumínio	(626)	(642)	(571)	(2.361)	(2.013)	(111)	(16)
Produtos siderúrgicos	(295)	(333)	(411)	(1.364)	(1.738)	-	-
Outros produtos e serviços	(6)	(6)	(7)	(24)	(39)	(22)	(12)
	(4.407)	(4.108)	(3.837)	(16.311)	(14.123)	(9.603)	(7.147)
Lucro bruto	4.509	4.697	3.547	17.682	13.421	7.491	5.941
Margem bruta	50,6%	53,3%	48,0%	52,0%	48,7%	43,8%	45,4%
Despesas operacionais							
Com vendas	(54)	(90)	(97)	(340)	(412)	(3)	(25)
Administrativas	(382)	(333)	(362)	(1.280)	(1.125)	(685)	(531)
Pesquisa e desenvolvimento	(209)	(221)	(184)	(672)	(440)	(415)	(349)
Outras despesas operacionais	(205)	(288)	(371)	(834)	(955)	(235)	(548)
Item não recorrente - amortização de ágio Samitri	-	-	-	-	(183)	-	(183)
	(850)	(932)	(1.014)	(3.126)	(3.115)	(1.338)	(1.636)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	3.659	3.765	2.533	14.556	10.306	6.153	4.305
Resultado de participações societárias	105	14	136	269	156	5.466	3.251
Equivalência patrimonial	136	84	192	498	408	6.875	3.947
Amortização de ágio	(51)	(57)	(57)	(223)	(252)	(223)	(252)
Provisão para perdas	-	-	-	-	-	(308)	(79)
Variação cambial sobre o Patrimônio Líquido das empresas no exterior	20	(13)	1	(6)	-	(878)	(365)
Resultado financeiro líquido	(764)	(320)	(271)	(1.276)	(2.000)	81	(752)
Venda de ativos	-	298	85	298	551	-	541
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.000	3.757	2.483	13.847	9.013	11.700	7.345
Imposto de renda e contribuição social	(153)	(764)	(761)	(2.368)	(1.810)	(1.257)	(885)
Lucro antes das participações de minoritários	2.847	2.993	1.722	11.479	7.203	10.443	6.460
Participações de minoritários	(210)	(281)	(195)	(1.036)	(743)	-	-
Lucro líquido do exercício	2.637	2.712	1.527	10.443	6.460	10.443	6.460
Quantidade de ações em circulação no final do exercício (em milhares)	1.151.520	1.151.520	1.151.520	1.151.520	1.151.520	1.151.520	1.151.520
Lucro líquido por ação em circulação no final do exercício (R\$)	2,29	2,36	1,33	9,07	5,61	9,07	5,61

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis.

3- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

Notas	Capital social	Expansão/ Investimentos	Exaustão	Lucros a realizar	Legal	Incentivos fiscais	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2003	6.300	6.039	1.004	557	1.081	90	(131)	-	14.940
Capitalização de reservas	1.000	(910)	-	-	-	(90)	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	(211)	-	-	-	211	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.460	6.460
Juros sobre o capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(1.671)	(1.671)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(280)	(280)
Remuneração adicional proposta	-	-	-	-	-	-	-	(1.279)	(1.279)
Apropriação às reservas de lucros	-	3.077	-	-	323	41	-	(3.441)	-
Em 31 de dezembro de 2004	7.300	8.206	1.004	346	1.404	41	(131)	-	18.170
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	10.443	10.443
Capitalização de reservas	6.700	(5.129)	(1.004)	-	(526)	(41)	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	(109)	-	-	-	109	-
Destinação do resultado:									
Juros sobre o capital próprio intermediários	7.23	-	-	-	-	-	-	(783)	(783)
Dividendos intermediários	7.23	-	-	-	-	-	-	(1.028)	(1.028)
Remuneração adicional proposta	7.23	-	-	-	-	-	-	(2.750)	(2.750)
Apropriação às reservas de lucros	7.23	5.386	-	-	522	83	-	(5.991)	-
Em 31 de dezembro de 2005	14.000	8.463	-	237	1.400	83	(131)	-	24.052

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis.

4- DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Origens				
Lucro líquido do exercício	10.443	6.460	10.443	6.460
Valores que não representam movimento no capital circulante:				
Resultado de participações societárias	(269)	(156)	(5.466)	(3.251)
Dividendos/juros sobre o capital próprio	151	66	1.441	974
Depreciação, amortização e exaustão	1.615	1.406	869	704
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(442)	324	102	218
Baixa em investimentos	298	1.701	-	1.267
Resultado na venda de ativos	(298)	(551)	-	(541)
Variações monetárias e cambiais líquidas dos ativos e passivos de longo prazo	(1.035)	(554)	(586)	145
Baixa na alienação de bens do imobilizado	123	17	20	5
Amortização de ágio no custo dos produtos vendidos	379	384	379	384
Item não recorrente - ágio Samitri	-	183	-	183
Perdas líquidas não realizadas com derivativos	416	368	31	22
Participações de minoritários	1.036	743	-	-
Outros	706	503	729	317
Total dos recursos provenientes das operações	13.123	10.894	7.962	6.887
Empréstimos concedidos a controladas, coligadas e fundações transferidos para o ativo circulante	234	43	138	162
Empréstimos e financiamentos obtidos	4.489	3.664	813	1.106
Empréstimos obtidos de controladas, coligadas e fundações	11	36	3.392	798
Outras origens	444	793	89	136
Total dos recursos obtidos	18.301	15.430	12.394	9.089
Aplicações				
Empréstimos e financiamentos transferidos para o passivo circulante	3.187	3.785	2.180	1.902
Empréstimos concedidos a controladas, coligadas e fundações	13	62	283	79
Imobilizações	9.048	5.891	6.366	3.774
Integralização de capital em empresas controladas e coligadas	1.893	289	1.219	798
Dividendos/juros sobre o capital próprio	4.561	3.230	4.561	3.230
Cauções e depósitos	217	256	107	163
Adiantamentos a fornecedores de energia	468	259	-	-
Outros	516	164	369	68
Total das aplicações	19.903	13.936	15.085	10.014
Aumento (redução) no capital circulante	(1.602)	1.494	(2.691)	(925)
A variação no capital circulante líquido é assim demonstrado:				
Ativo circulante:				
No fim do exercício	12.571	11.832	5.206	4.629
No início do exercício	11.832	8.709	4.629	4.009
	739	3.123	577	620
Passivo circulante:				
No fim do exercício	11.667	9.326	10.061	6.793
No início do exercício	9.326	7.697	6.793	5.248
	2.341	1.629	3.268	1.545
Aumento (redução) no capital circulante	(1.602)	1.494	(2.691)	(925)

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis.

5- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	(Não Auditados) Trimestres			Consolidado Acumulado		Controladora Acumulado	
	4T/05	3T/05	4T/04	2005	2004	2005	2004
Fluxo de caixa proveniente das operações:							
Lucro líquido exercício	2.637	2.712	1.527	10.443	6.460	10.443	6.460
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do ano com recursos provenientes de atividades operacionais:							
Resultado de participações societárias	(105)	(14)	(136)	(269)	(156)	(5.466)	(3.251)
Resultado na venda de ativos	-	(298)	(85)	(298)	(551)	-	(541)
Depreciação, amortização e exaustão	446	400	356	1.615	1.406	869	704
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(201)	(283)	1.141	(545)	873	114	269
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais, líquidas	437	(420)	(342)	(919)	(144)	(542)	106
Participações de minoritários	210	281	195	1.036	743	-	-
Baixa na alienação de bens do imobilizado	46	1	1	123	17	20	5
Amortização de ágio no custo dos produtos vendidos	92	95	96	379	384	379	384
Item não recorrente - ágio Samitri	-	-	-	-	183	-	183
Perdas líquidas não realizadas com derivativos	252	169	174	416	368	31	22
Dividendos/juros sobre o capital próprio recebidos	4	59	30	151	66	1.554	716
Outros	(20)	37	154	(6)	247	7	(22)
	3.798	2.739	3.111	12.126	9.896	7.409	5.035
Redução (aumento) nos ativos:							
Contas a receber de clientes	(376)	735	116	(1.005)	(503)	(188)	(663)
Estoques	(21)	(69)	(164)	(228)	(699)	(193)	(317)
Adiantamentos a fornecedores de energia	(142)	(139)	(147)	(468)	(259)	-	-
Outros	327	(731)	(114)	(931)	(462)	(488)	8
	(212)	(204)	(309)	(2.632)	(1.923)	(869)	(972)
Aumento (redução) nos passivos:							
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	365	(291)	941	401	787	252	705
Salários e encargos sociais	93	55	55	84	137	77	66
Tributos e Contribuições	(980)	1.265	(422)	591	678	277	673
Outros	216	(350)	(795)	(102)	453	(65)	213
	(306)	679	(221)	974	2.055	541	1.657
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	3.280	3.214	2.581	10.468	10.028	7.081	5.720
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos:							
Empréstimos e adiantamentos a receber	66	88	(17)	123	81	(202)	318
Depósitos e garantias	(43)	(84)	(66)	(217)	(256)	(107)	(163)
Adições em investimentos	(23)	(31)	(184)	(272)	(289)	(1.219)	(798)
Adições ao imobilizado	(3.099)	(2.464)	(2.256)	(9.245)	(6.014)	(6.461)	(3.810)
Caixa líquido utilizado na aquisição e aporte em subsidiárias	(1.621)	-	-	(1.621)	-	-	-
Recursos provenientes da alienação de bens do imobilizado/investimentos	37	301	472	348	1.736	49	1.268
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(4.683)	(2.190)	(2.051)	(10.884)	(4.742)	(7.940)	(3.185)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos:							
Empréstimos de curto prazo	(145)	(435)	(263)	111	(203)	784	(308)
Empréstimos e financiamentos captados a longo prazo	3.406	26	606	4.500	3.669	4.205	2.380
Pagamentos:							
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	(266)	(475)
Instituições financeiras	(334)	(370)	(1.639)	(2.319)	(4.693)	(949)	(1.897)
Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas	(1.810)	-	(1.478)	(3.090)	(2.271)	(3.090)	(2.271)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	1.117	(779)	(2.774)	(798)	(3.498)	684	(2.571)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(286)	245	(2.244)	(1.214)	1.788	(175)	(36)
Caixa e equivalentes no início do exercício	2.989	2.744	6.161	3.917	2.129	306	342
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.703	2.989	3.917	2.703	3.917	131	306
Pagamentos efetuados durante o exercício por:							
Juros de curto prazo	(18)	(10)	(14)	(49)	(52)	(11)	(5)
Juros de longo prazo	(135)	(196)	(199)	(686)	(913)	(284)	(340)
Imposto de renda e contribuição social	(173)	(469)	(171)	(1.231)	(318)	(892)	-
Transações que não envolveram caixa:							
Adições ao imobilizado com capitalizações de juros	(123)	120	138	372	123	96	35
AFACs transferidos para investimento	-	-	-	-	-	(1.009)	-
Imposto de renda e contribuição social compensados	(315)	(64)	-	(483)	(311)	(261)	-

6- DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Consolidado				Controladora			
	2005	%	2004	%	2005	%	2004	%
Geração do valor adicionado								
Receita bruta	35.350	100	29.020	100	18.098	100	13.785	100
Menos: Aquisição de produtos	(2.239)	(6)	(2.755)	(9)	(1.897)	(10)	(1.368)	(11)
Serviços contratados	(3.784)	(11)	(4.156)	(14)	(2.356)	(13)	(2.005)	(15)
Materiais	(3.125)	(9)	(2.497)	(9)	(1.891)	(10)	(1.453)	(12)
Óleo combustível e gases	(1.829)	(5)	(1.698)	(6)	(868)	(5)	(848)	(6)
Pesquisa e desenvolvimento, comerciais e administrativas	(1.142)	(3)	(764)	(3)	(491)	(3)	(432)	(3)
Outras despesas operacionais	(2.822)	(8)	(2.207)	(8)	(706)	(4)	(782)	(6)
Valor adicionado bruto	20.409	58	14.943	51	9.889	55	6.897	47
Depreciação, amortização e exaustão	(1.994)	(6)	(1.694)	(6)	(1.248)	(7)	(1.007)	(7)
Valor adicionado líquido	18.415	52	13.249	45	8.641	48	5.890	40
Recebido de terceiros								
Receitas financeiras (a)	(319)	(1)	347	1	175	1	102	1
Resultado de participações societárias	269	1	156	1	5.466	30	3.251	24
Resultado na venda de ativos	298	1	551	2	-	-	541	4
Valor adicionado total a distribuir	18.663	53	14.303	49	14.282	79	9.784	69
Distribuição do valor adicionado								
Empregados	1.884	10	1.885	13	1.054	7	901	9
Governo	4.510	24	2.862	20	2.792	19	1.653	17
Financiadores (juros e variações monetárias e cambiais, líquidas) (b)	790	4	2.353	16	(7)	-	770	8
Acionistas	4.561	24	3.230	23	5.221	37	3.230	33
Participação minoritária	1.036	6	743	5	-	-	-	-
Reinvestido	5.882	32	3.230	23	5.222	37	3.230	33
Valor adicionado total distribuído	18.663	100	14.303	100	14.282	100	9.784	100

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis.

- (a) Contempla as perdas nas variações monetárias e cambiais ativas;
(b) Contempla os ganhos nas variações monetárias e cambiais passivas;

7- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

Valores expressos em milhões de reais

7.1- Contexto Operacional

A Companhia Vale do Rio Doce é uma sociedade anônima aberta que tem como atividades preponderantes à extração, o beneficiamento e a venda de minério de ferro, pelotas, cobre e potássio, a prestação de serviços logísticos, a geração de energia elétrica e a pesquisa e desenvolvimento mineral. Além disso, através de suas controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado, opera nas áreas de minério de ferro, pelotas, manganês, ferroligas, caulim, produtos siderúrgicos, produtos da cadeia de alumínio e serviços de logística.

7.2- Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei das Sociedades por Ações, e as normas e pronunciamentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON. As informações contábeis referentes aos trimestres findos em 31/12/2005, 30/09/2005 e 31/12/2004 não foram auditadas, mas sofreram revisão especial por parte de nossos auditores nos termos das normas específicas aplicáveis a revisão de informações trimestrais – ITR.

7.3- Pronunciamentos Contábeis Recentemente Emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários

- (a) Em 03/10/2005 a CVM divulgou a Deliberação Nº 488, que aprovou o Pronunciamento do IBRACON NPC 27 sobre a apresentação e a divulgação das Demonstrações Contábeis, cuja obrigatoriedade foi prorrogada para os exercícios sociais que iniciem após 31/12/2005 através da Deliberação Nº 496 de 03/01/06; e
- (b) Na mesma data a CVM divulgou a Deliberação Nº 489, que aprovou o Pronunciamento do IBRACON NPC 22 sobre provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas.

A Companhia já vem adotando substancialmente os preceitos previstos nas referidas deliberações e não espera alterações significativas quando de sua implantação definitiva.

7.4- Princípios e Práticas de Consolidação

- (a) As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31/12/05 e em 31/12/04 e das operações dos exercícios findos nessas datas da Controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado;
- (b) Os saldos das transações intercompanhias e a participação da Controladora no patrimônio líquido de suas controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado foram eliminados na consolidação, tendo sido destacadas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado as participações que cabem aos acionistas minoritários;
- (c) No caso de investimentos nas sociedades em que o controle acionário é compartilhado com outros acionistas, os componentes do ativo, do passivo e das receitas e despesas são agregados às demonstrações contábeis consolidadas na proporção da participação da Controladora no capital social de cada investida; e
- (d) As principais cifras das demonstrações contábeis individuais das empresas controladas e controladas de controle compartilhado consolidadas estão apresentadas no anexo I.

7.5- Sumário das Principais Práticas Contábeis

- (a) Adoção do regime contábil de competência de exercícios;
- (b) Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como de não circulantes;
- (c) Os títulos e valores mobiliários, classificados como disponibilidades, são representados por aplicações com prazo inferior a 90 dias, sendo demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis;
- (d) Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e as importações em andamento são avaliadas ao custo individual de compra, que não excedem aos valores de mercado ou de realização;
- (e) Os direitos e obrigações em moedas estrangeiras são demonstrados às taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis e os em moeda nacional, quando aplicável, são atualizados monetariamente segundo os índices contratuais;
- (f) Os valores antecipados a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte por conta de contrato de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, são classificados como “adiantamentos a fornecedores de energia” no realizável a longo prazo;
- (g) Os investimentos em controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas são ajustados pela equivalência patrimonial com base nos patrimônios líquidos das investidas e, quando aplicável, acrescidos/deduzidos de ágio/deságio a amortizar e de provisão para perdas. Os outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição e deduzidos, quando aplicável, de provisão para

perdas. No consolidado os efeitos do câmbio sobre o patrimônio líquido das investidas no exterior estão classificados na linha de variações monetárias e cambiais, incluídas como resultado financeiro líquido;

- (h) O imobilizado está registrado ao custo histórico acrescido das correções monetárias até 1995 e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção, sendo depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. A exaustão das jazidas é constituída com base na relação obtida entre a produção efetiva e a capacidade estimada;
- (i) Os gastos com estudos e pesquisas minerais são considerados como despesas operacionais até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida. A partir desta comprovação, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo de desenvolvimento de mina;
- (j) Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, os gastos de remoção de estéril são contabilizados como parte dos custos de desenvolvimento. Após o início da fase produtiva da mina, os gastos com remoção de minério são tratados como custo de produção;
- (k) Os gastos pré-operacionais, exceto os encargos financeiros, capitalizados conforme letra (h) acima, são diferidos e amortizáveis em dez anos. No consolidado, o diferido refere-se basicamente aos projetos de expansão da Alunorte e Albras;
- (l) A Companhia adota as práticas contábeis previstas na Deliberação CVM 371/00 para reconhecimento dos passivos e resultados advindos da avaliação atuarial do fundo de pensão de seus funcionários; e
- (m) As demonstrações contábeis da Controladora refletem a proposta do Conselho de Administração para a destinação do lucro líquido do exercício no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

7.6- Política com relação aos Auditores Independentes

A política da Companhia com relação aos Auditores Independentes, na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, fundamenta-se em princípios que preservam a independência dos auditores. Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, todos os serviços prestados por nossos auditores independentes são pré-aprovados pelo Conselho Fiscal. Durante o exercício de 2005, o valor correspondente aos serviços não relacionados à auditoria externa foi inferior a 5% (cinco por cento) dos honorários pagos aos Auditores Independentes.

7.7- Principais Aquisições e Desinvestimentos

- (a) Em novembro e dezembro de 2005, a Vale adquiriu 93,0% e 6,2% do capital votante da Canico Resources Corp. (Canico) por R\$ 1.656 e R\$ 112, respectivamente. A Canico é uma empresa júnior, de capital aberto, canadense, tendo como principal ativo à participação na mineração Onça Puma Ltda, empresa pré-operacional de exploração mineral focada no desenvolvimento do projeto de níquel laterítico.

Em fevereiro de 2006, a Companhia concluiu a aquisição das ações ordinárias em circulação da Canico 0,8% por um custo de R\$ 14. Atualmente, a Vale detém 100% de participação na Canico e fechará seu capital;
- (b) Em julho de 2005, a subsidiária Caemi vendeu a investida Quebec Cartier Mining Company (QCM) para a Dofasco Inc. (Dofasco) por R\$ 298. O valor contábil do investimento havia sido totalmente baixado e portanto a operação foi integralmente registrada como ganho; e
- (c) Em 2004, a Companhia vendeu a totalidade da participação detida na Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST, contabilizando ganho de R\$ 541.

7.8- Disponibilidades

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Caixas e bancos	586	416	10	90
Aplicações vinculadas ao CDI	785	1.156	121	216
Aplicações <i>time deposit / overnight</i>	1.332	2.313	-	-
Aplicações em renda fixa (fundos)	-	25	-	-
Outros	-	7	-	-
	2.703	3.917	131	306

7.9- Contas a Receber de Clientes

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
No país	745	587	736	568
No exterior	3.574	2.622	1.382	1.367
	4.319	3.209	2.118	1.935
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(101)	(101)	(49)	(55)
Provisão para diferença de peso de minério no destino	(35)	(32)	(31)	(30)
	4.183	3.076	2.038	1.850

Nenhum cliente individual foi responsável por mais de 10% das receitas totais.

7.10- Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Produtos acabados				
. Minério de ferro e pelotas	820	592	413	363
. Manganês e ferroligas	378	389	-	-
. Alumínio	185	232	-	-
. Produtos siderúrgicos	81	93	-	-
. Cobre	6	7	6	7
. Outros	47	71	5	5
	1.517	1.384	424	375
Peças de reposição e manutenção	1.718	1.510	703	495
	3.235	2.894	1.127	870

7.11- Partes Relacionadas

Decorrem de vendas e compras de produtos e serviços ou de operações de mútuos, pactuados em condições normais de mercado para operações semelhantes, com prazos que vão até o ano 2013, como segue:

	Consolidado							
	Ativo				Passivo			
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
	Clientes	Partes relacionadas ativo	Clientes	Partes relacionadas ativo	Fornecedores	Partes relacionadas passivo	Fornecedores	Partes relacionadas passivo
Nibrasco	54	-	37	-	70	25	21	17
Hispanobras	27	15	32	-	36	12	39	11
Itabasco	27	12	32	-	16	3	34	3
Kobrasco	38	1	25	30	16	15	8	16
Gulf Industrial Investment Co. - GILC	11	-	14	-	27	-	-	-
Usiminas	33	-	21	-	-	-	-	-
Samarco Mineração S.A	2	-	2	-	-	-	-	-
MRS Logística	-	83	4	26	4	14	4	42
Baovale Mineração S.A	-	-	-	-	21	-	18	-
Ferrobarr	-	-	1	102	-	-	-	22
Mineração Rio do Norte	-	15	-	-	47	-	32	-
Valepar S.A	-	-	-	-	-	10	-	13
Minas da Serra Geral	-	3	-	-	9	1	-	-
FVRD	-	-	-	6	-	-	1	11
Nova Era Silicon	-	4	-	4	-	-	-	-
Outras	14	7	27	14	8	4	3	12
Total	206	140	195	182	254	84	160	147
Registrado no:								
Curto Prazo	206	134	195	73	254	81	160	106
Longo Prazo	-	6	-	109	-	3	-	41
	206	140	195	182	254	84	160	147

Os principais resultados apurados nas transações comerciais e financeiras realizadas pela Controladora com partes relacionadas, classificados na demonstração de resultado como receitas e custos de vendas e serviços e receitas e despesas financeiras, estão demonstradas como segue:

	Consolidado			
	Receita		Despesa / Custo	
	2005	2004	2005	2004
Baovale Mineração S.A.	-	-	15	14
California Steel Industries, Inc.	4	35	-	-
Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST	-	579	-	-
Gulf Industrial Investment Co.-GIIC	163	91	3	2
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	182	146	347	151
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	168	125	151	39
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	184	135	274	104
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	299	218	572	221
Mineração Rio do Norte S.A.	-	1	243	267
MRS Logística S.A.	6	-	657	525
Samarco Mineração S.A.	52	24	-	-
Valesul Alumínio S.A.	66	9	-	-
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - USIMINAS	617	394	-	-
Outros	21	1	10	1
	1.762	1.758	2.272	1.324

7.12- Tributos a Recuperar ou Compensar

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
IRRF sobre aplicações financeiras e JCP recebidos	64	68	22	36
ICMS	672	491	481	359
PIS e COFINS não cumulativos	230	180	4	90
IR antecipado	290	54	127	5
Outros	43	193	28	22
Total	1.299	986	662	512
Circulante	986	801	492	414
Longo Prazo	313	185	170	98
	1.299	986	662	512

7.13-Imposto de Renda e Contribuição Social

O lucro da Companhia está sujeito ao regime comum de tributação aplicável às empresas em geral. Os saldos diferidos, líquidos apresentam-se como segue:

	Diferido Líquido			
	Consolidado		Controladora	
	31/12/05	31/12/04	31/12/05	31/12/04
Resultado fiscal a compensar	469	558	-	-
Diferenças temporárias:				
. Fundo de pensão - Valia	215	247	215	247
. Provisão para contingências	677	593	593	536
. Provisão para perdas em ativos	131	166	131	156
. Outras	(21)	(78)	(184)	(69)
	1.002	928	755	870
Total	1.471	1.486	755	870
Circulante	428	428	334	347
Longo prazo	1.043	1.058	421	523
	1.471	1.486	755	870

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	(Não auditados) Trimestres			Consolidado		Controladora	
	4T/05	3T/05	4T/04	2005	2004	2005	2004
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.000	3.757	2.483	13.847	9.013	11.700	7.345
Equivalência patrimonial	(136)	(84)	(192)	(498)	(408)	(6.875)	(3.947)
Variação cambial sobre o Patrimônio Líquido	(20)	13	(1)	6	-	878	365
Ágio e provisão para perdas não-dedutíveis	49	55	55	213	220	531	220
Resultado na venda de ativos	-	(298)	(85)	(298)	(551)	-	(541)
	2.893	3.443	2.260	13.270	8.274	6.234	3.442
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(984)	(1.171)	(768)	(4.512)	(2.813)	(2.120)	(1.170)
Ajustes ao lucro líquido que afetaram o resultado do exercício:							
. Imposto de renda e contribuição social de juros sobre o capital próprio	150	116	151	701	577	701	568
. Incentivos fiscais	5	134	25	250	152	110	41
. JCP Recebidos	-	-	-	-	-	(11)	(48)
. Resultados de empresas no exterior não tributadas (Acordo internacional de bitributação)	833	105	175	1.239	464	-	-
. Deságio amortizado tributado	-	-	(99)	-	(99)	-	(99)
. Diferença temporária sobre provisão para perdas tornada não dedutível	-	-	(176)	-	(176)	-	(176)
. Incentivo de alíquota reduzida	28	38	(7)	116	62	-	-
. Reversão de provisão para perdas	-	-	105	-	105	-	-
. Outros	(185)	14	(167)	(162)	(82)	63	(1)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(153)	(764)	(761)	(2.368)	(1.810)	(1.257)	(885)

Os ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

Estas diferenças temporárias, que serão realizadas quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores, apresentam as seguintes expectativas:

Anos	Valor líquido dos créditos	
	Consolidado	Controladora
2006	428	334
2007	289	135
2008	268	135
2009	130	4
2010	124	22
2011	77	23
2012	76	23
2013	23	23
2014	23	23
2015	33	33
	1.471	755

Adicionalmente aos créditos registrados, a Companhia possui ação judicial pleiteando o expurgo de 51,8% da correção monetária dos meses de janeiro e fevereiro de 1989 (Plano Verão), já tendo obtido liminar para compensação dos créditos correspondentes ao expurgo de 42,7% em vez dos 51,8% pleiteados, todavia ainda não utilizados. Os valores dos créditos cobertos pela liminar atingem aproximadamente R\$ 309 e seus efeitos contábeis no resultado da Companhia ainda não foram reconhecidos.

A Companhia possui ainda ação judicial discutindo a incidência de PIS/COFINS sobre outras receitas no período de vigência no artigo 3º da Lei 9718/98. Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal - STF considerou inconstitucional a referida previsão da Lei. O valor recuperável no caso de confirmação do ganho de causa é de R\$ 458, ainda não reconhecido no resultado da Companhia.

Não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a evolução da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo de lucros futuros da Companhia.

A Companhia detém incentivos fiscais relativos às operações de minério de ferro e manganês em Carajás, bauxita em Oriximiná, potássio em Rosário do Catete, alumina e alumínio em Barcarena e caulim em Ipixuna e Mazagão. Os incentivos relativos ao minério de ferro compreendem isenção total de imposto de renda sobre níveis de produções definidos até 2005 e para o manganês isenção parcial até 2013. Os incentivos relativos à alumina e potássio compreendem isenção total de imposto de renda sobre níveis de produção definidos até 2009 e 2013, respectivamente, enquanto que a isenção parcial dos incentivos relativos ao alumínio e caulim se expira 2013 e da bauxita em 2008. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deverá ser apropriado a uma conta de reserva no patrimônio líquido e não poderá ser distribuído aos acionistas.

7.14- Participações Societárias – Consolidado e Controladora

CONSOLIDADO

	Investimentos		Resultado de participações societárias			
			(Não auditados) Trimestres			Acumulado
	2005	2004	4T/05	3T/05	4T/04	2005
Investimento em empresas coligadas						
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (a) e (b)	1.017	759	88	74	171	402
Shandong Yankuang International Company Ltd	50	28	-	-	-	-
Henan Longyu Energy Resources Co. Ltd.	225	-	23	-	-	23
Ágio em empresas consolidadas	1.418	1.997	(51)	(57)	(57)	(223)
Outros	7	8	17	(11)	-	-
Investimentos ao custo						
SIDERAR Sociedad Anonima Industrial Y Comercial (a)	35	40	-	-	-	-
Quadrem International Holdings Ltd.	11	12	-	-	-	-
Outros	51	(14)	28	8	22	67
	2.814	2.830	105	14	136	269
						156

(a) Participações a preço de mercado - Usiminas R\$ 1.324 e Siderar R\$ 332; e

(b) Dividendos recebidos da Usiminas em 2005, R\$ 144.

	% de participação	Patrimônio líquido ajustado	Resultado do exercício ajustado	Investimentos		Resultado de participações societárias		Dividendos recebidos
				31/12/05	31/12/04	31/12/05	31/12/04	
Minério de Ferro e Pelotas								
Caemi Mineração e Metalurgia S.A. (e.g)	60,23	2.882	1.759	1.415	654	1.005	333	-
Ágio na aquisição da Caemi	-	-	-	1.005	1.147	(142)	(142)	-
KOBRASCO	50,00	188	121	94	34	61	31	-
HISpanoBRÁS	50,89	112	136	57	58	69	22	48
ITABRASCO	50,90	102	108	52	46	55	14	23
NIBRASCO	51,00	269	181	137	82	92	39	45
CVRD Overseas Ltd. (a)	100,00	646	660	646	621	660	235	-
Gulf Industrial Investment Co. - GIIC (a)	50,00	289	315	144	120	157	42	-
ITACO/ RDE (a)	100,00	5.102	2.176	5.102	2.282	2.176	210	-
Minas da Serra Geral S.A. - MSG (g)	50,00	99	(9)	50	47	(4)	(8)	-
Samarco Mineração S.A. (g)	50,00	887	1.229	443	285	615	350	522
Companhia Portuária da Bahia de Sepetiba	100,00	248	83	248	223	83	63	58
Outras	-	-	-	281	248	30	40	-
Ágio de empresas incorporadas (c)	-	-	-	379	757	-	-	-
Ágio na aquisição de outras empresas	-	-	-	35	19	(10)	(10)	30
				10.088	6.623	4.847	1.219	726
Manganês e Ferroligas								
Rio Doce Manganês Europe - RDME (a)	100,00	204	(76)	204	280	(76)	92	-
Rio Doce Manganês S.A. (g)	100,00	634	58	634	867	58	321	296
Ágio na aquisição da Rio Doce Manganês	-	-	-	-	71	(71)	(75)	-
Urucum Mineração S.A. (g)	100,00	47	20	47	46	20	15	39
Outras	-	-	-	36	112	(54)	142	22
				921	1.376	(123)	495	357
Não-Ferrosos								
Cadam S. A. (g)	37,03	343	(28)	127	-	(10)	-	-
Pará Pigmentos S.A. (g)	49,41	111	(9)	55	60	(5)	25	-
Ferro-Gusa Carajás (g)	77,97	123	(14)	96	107	(11)	-	-
Salobo Metais S.A. (f.g)	100,00	262	-	262	233	-	-	-
AFAC Salobo Metais	-	-	-	12	26	-	-	-
Outras	-	-	-	(1)	(3)	(2)	(31)	1
				551	423	(28)	(6)	1
Logística								
Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (g)	100,00	(121)	(160)	(121)	39	(160)	(95)	-
AFAC Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	-	-	-	1.525	531	-	-	-
MRS Logística S.A. (b.g)	29,35	629	410	185	121	120	72	9
DOCENAVE (g)	100,00	322	86	322	242	86	92	6
TVV - Terminal de Vila Velha S.A. (g)	99,89	80	20	80	71	20	16	11
CPP Participações	100,00	(14)	2	(14)	(16)	2	(1)	-
Ágio na aquisição da CPP Participações	-	-	-	-	-	-	(23)	-
Outras	-	-	-	(14)	(11)	(1)	-	-
				1.963	977	67	61	26
Siderurgia								
California Steel Industries, Inc - CSI (a)	50,00	749	59	374	411	29	95	-
CST (d)	-	-	-	-	-	-	325	-
Rio Doce Limited (a)	100,00	312	-	312	313	-	-	-
USIMINAS (e)	11,46	8.870	3.505	1.017	759	402	332	144
Outras	-	-	-	46	-	(5)	-	-
				1.749	1.483	426	752	144
Alumínio								
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A.	51,00	1.131	178	577	549	91	226	103
ALUNORTE	57,03	2.084	334	1.188	934	190	244	14
Itabira Rio Doce (ITACO) (a)	-	-	-	-	-	130	28	-
Mineração Rio do Norte S.A. (g)	40,00	932	425	373	348	170	191	143
Valesul Alumínio S.A. (g)	54,51	254	2	139	149	1	41	20
				2.277	1.980	582	730	280
Outros								
DOCEPAR S.A. (g)	100,00	43	5	43	39	5	13	-
Quadrem International Holdings Ltd	9,00	-	-	11	12	(1)	(1)	-
Florestas Rio Doce S.A.	100,00	54	(12)	54	78	(12)	2	13
Henan Longyu Energy Resources Co. Ltd (a)	25,00	899	120	225	-	30	2	-
Tethys Mining LLC (a)	100,00	(3)	(15)	(3)	-	(15)	-	-
Compagnie Minière Trois Rivière - CMTR (a.g)	100,00	4	(48)	4	-	(48)	-	-
Compañia Minera Andino-Brasileira Ltd-CMAB (a)	100,00	-	(4)	-	-	(4)	(17)	-
Compañia Minera Latino Americana - CMLA (a)	100,00	-	(45)	-	(3)	(45)	(14)	-
Rio Doce South Africa (a)	100,00	6	(54)	6	-	(54)	-	-
Rio Doce Moçambique (a)	100,00	5	(14)	5	-	(14)	-	-
Rio Doce Argentina (a)	100,00	7	(2)	7	-	(2)	-	-
Gevale-Indústria Mineira Ltda. (a.g)	51,00	3	(9)	1	-	(5)	-	-
Rio Doce Austrália Pty Ltd. (a)	100,00	5	(15)	5	-	(15)	-	-
CVRD Holdings GMBH (a)	100,00	(103)	(103)	(103)	-	(103)	-	-
Shandong Yankuang International Coking Co. Ltd. (a)	25,00	201	(17)	50	-	(4)	-	-
Outras	-	-	-	(35)	(28)	(18)	15	7
AFAC outras empresas	-	-	-	15	15	-	-	-
				285	113	(305)	-	20
				17.834	12.975	5.466	3.251	1.554

(a) O patrimônio líquido das empresas sediadas no exterior foi convertido em moeda nacional às taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. A equivalência patrimonial compreende, além da participação no resultado, os efeitos da variação cambial;

(b) A participação da Companhia na MRS Logística S. A. é detida direta e indiretamente através da Caemi Mineração e Metalurgia S.A.;

(c) Empresas incorporadas (Fertec, Socoimex e Samitri) - amortização do ágio registrado no custo dos produtos vendidos da incorporadora;

(d) Empresas Vendidas;

(e) Investimentos que possuem ações cotadas em bolsas de valores em 2005 não refletindo, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo em ações;

(f) Empresas em fase pré-operacional;

(g) Empresas que tiveram suas demonstrações auditadas por nossos auditores.

7.15- Imobilizado

(a) Por tipo de ativo:

	Taxas médias de depreciação	Consolidado				Controladora			
		2005		2004		2005		2004	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	2,82%	2.929	(1.148)	1.781	1.981	1.942	(729)	1.213	1.068
Instalações	3,69%	13.734	(4.563)	9.171	7.029	7.695	(3.008)	4.687	3.492
Equipamentos	9,52%	6.557	(3.042)	3.515	2.652	2.454	(927)	1.527	759
Equipamentos de Informática	20,00%	1.118	(436)	682	177	936	(311)	625	138
Ferrovias	3,87%	7.646	(3.170)	4.476	3.359	7.799	(3.182)	4.617	3.216
Direitos minerários (*)	1,84%	1.995	(849)	1.146	986	1.323	(175)	1.148	908
Outros	14,50%	3.865	(1.982)	1.883	1.170	1.760	(748)	1.012	703
		37.844	(15.190)	22.654	17.354	23.909	(9.080)	14.829	10.284
Imobilizações em curso	-	11.114	-	11.114	7.444	5.932	-	5.932	4.962
Total		48.958	(15.190)	33.768	24.798	29.841	(9.080)	20.761	15.246

(*) Calculado em função do volume de minério extraído em relação a possança (reservas provadas e prováveis).

(b) Por área de negócio:

	Consolidado			
	2005			2004
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Ferrosos				
Minério	19.946	(8.690)	11.256	8.262
Pelotização	2.827	(1.382)	1.445	1.247
Manganês e ferroligas	1.121	(566)	555	486
Energia	908	(70)	838	491
Imobilizações em curso	4.983	-	4.983	4.254
	29.785	(10.708)	19.077	14.740
Não Ferrosos				
Potássio	398	(102)	296	89
Ouro	6	(2)	4	5
Cobre	1.712	(237)	1.475	1.350
Caulim	740	(303)	437	385
Estudos e Pesquisas	100	(63)	37	33
Imobilizações em curso	2.950	-	2.950	1.581
	5.906	(707)	5.199	3.443
Logística				
Marítimo	19	(10)	9	9
Portuário	939	(350)	589	428
Ferrovário	1.966	(413)	1.553	958
Imobilizações em curso	232	-	232	277
	3.156	(773)	2.383	1.672
Participações				
Alumínio	5.366	(2.337)	3.029	3.181
Siderurgia	840	(392)	448	305
Outras	4	-	4	4
Imobilizações em curso	2.341	-	2.341	935
	8.551	(2.729)	5.822	4.425
Corporação				
Em operação	952	(273)	679	122
Imobilizações em curso	608	-	608	396
	1.560	(273)	1.287	518
Total	48.958	(15.190)	33.768	24.798

7.16- Empréstimos e Financiamentos

Captados a curto prazo

	Consolidado	
	2005	2004
Financiamento de comércio exterior	354	254
Capital de giro	163	261
	517	515

Captados a longo prazo

	Consolidado				Controladora			
	Passivo circulante		Exigível a longo prazo		Passivo circulante		Exigível a longo prazo	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Operações no exterior								
Empréstimos e financiamentos em:								
Dólares norte-americanos	2.013	1.345	4.040	3.233	775	545	1.903	2.669
Outras	8	11	36	65	8	11	36	57
Títulos em dólares norte-americanos	101	93	2.836	2.628	-	-	-	-
Securitização de exportações	191	146	805	1.130	-	-	-	-
Notas perpétuas	-	-	176	174	-	-	-	-
Encargos decorridos	74	213	-	-	46	34	-	-
	2.387	1.808	7.893	7.230	829	590	1.939	2.726
Operações no país								
Indexados por TJLP, TR e IGP-M	175	168	290	392	46	20	187	39
Cesta de moedas	4	21	20	111	4	11	-	1
Empréstimos em dólares norte-americanos	318	471	531	996	1	48	20	144
Debêntures não conversíveis em ações	1	-	330	311	1	-	-	1
Encargos decorridos	55	58	2	5	1	1	-	-
	553	718	1.173	1.815	53	80	207	185
	2.940	2.526	9.066	9.045	882	670	2.146	2.911

- (a) Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 2,3407 em 2005 (R\$ 2,6544 em 2004) e ¥ 1,00 equivalente a R\$ 0,019833 em 2005 (R\$ 0,025935 em 2004);
- (b) Em 31 de dezembro de 2005, nossos empréstimos e financiamentos consolidados apresentavam as seguintes garantias:
- Avais recebidos da União no valor de R\$ 317, para os quais oferecemos contragarantia;
 - Programa de securitização de recebíveis no valor de R\$ 1.007;
 - Bens do imobilizado no valor de R\$ 287;
 - Outros ativos no valor de R\$ 765.
- (c) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos dos empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem em 2005 ao seguinte escalonamento:

	Consolidado		Controladora	
2007	844	9%	460	21%
2008	1.172	13%	460	21%
2009	1.084	12%	402	19%
2010 em diante	5.460	60%	824	39%
Sem data de vencimento (notas perpétuas e debêntures)	506	6%	-	0%
	9.066	100%	2.146	100%

- (d) Sobre os empréstimos e financiamentos externos e internos captados a longo prazo incidem juros, além da variação cambial e monetária, cujas taxas anuais em 2005 são como segue:

	Consolidado		Controladora	
Taxas de captação				
Até 3%	184	2%	1	0%
De 3,1 a 5%	4.427	37%	1.436	47%
De 5,1 a 7%	2.782	23%	965	32%
De 7,1 a 9%	4.067	34%	575	19%
De 9,1 a 11%	56	0%	51	2%
Acima de 11%	293	2%	-	0%
Variável (notas perpétuas)	197	2%	-	0%
	12.006	100%	3.028	100%

- (e) Em outubro de 2005, a controlada Vale Overseas Limited, emitiu US\$ 300 milhões, em bônus com vencimento em 2034, com remuneração de 7,65% a.a. Estes bônus compõem uma série única juntamente com o valor face de US\$ 500 milhões dos bônus emitidos em janeiro de 2004, com cupom de 8,25% a.a..

7.17- Passivos Contingentes

Na data das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos contingentes:

- (a) Provisões para contingências e depósitos judiciais (registrados no exigível a longo prazo e no realizável a longo prazo, respectivamente), considerados pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos como suficientes para cobrir perdas em processos judiciais de qualquer natureza, como segue:

	Consolidado				Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências		Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Contingências tributárias	1.064	1.175	2.054	1.435	576	750	1.686	1.001
Contingências trabalhistas e previdenciárias	338	293	549	606	249	227	423	501
Reclamações cíveis	257	197	508	547	190	156	364	434
Outras	8	15	72	16	15	14	30	17
Total	1.667	1.680	3.183	2.604	1.030	1.147	2.503	1.953

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião da Diretoria Jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

Tributárias - referem-se, principalmente, as ações movidas pela Companhia, discutindo diversos aspectos da legislação do imposto de renda, do PIS, da COFINS, e autuações sofridas relacionadas a ICMS que ainda se encontram em discussão.

Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem principalmente em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias.

Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados relativas a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos.

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes no montante de R\$ 2.466 (R\$ 1.643 na controladora) para os quais com base no prognóstico de nossos advogados não há provisões constituídas.

- (b) Avais e garantias concedidos pela Companhia a empresas controladas de controle compartilhado, conforme abaixo:

Coligada	Valor da garantia		Moeda corrente	Propósito	Vencimento	Contra-garantias
	2005	2004				
SAMARCO	11	17	US\$	garantia de dívida IFC	2008	Nenhuma
VALESUL	1	1	R\$	garantia de dívida BNDES	2007	Nenhuma

A Companhia tem a expectativa de que tais garantias não serão executadas, portanto não há passivos registrados. Pela concessão de garantia a Valesul não cobramos encargos.

- (c) O governo brasileiro, ao ensejo da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, determinou que a Companhia emitisse debêntures participativas, não conversíveis em ações (Debêntures), com a finalidade de garantir aos acionistas pré-privatização, inclusive à União Federal, o direito de participação no faturamento líquido de algumas de suas jazidas minerais e de suas controladas, cujos recursos minerais não foram valorados por ocasião da fixação do preço mínimo das ações da Companhia, objeto do leilão público realizado em 1997.

Foram emitidas 388.559.056 debêntures com valor unitário na data de emissão de R\$ 0,01 (hum centavo de real), cuja atualização se dá de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, conforme o disposto na escritura de emissão.

Em 04/10/02, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM aprovou o registro da negociação pública das debêntures e desde 28/10/02, as mesmas já podem ser negociadas no mercado secundário.

Os debenturistas têm o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a um percentual das receitas líquidas provenientes de determinados recursos minerais possuídos em maio de 1997 e cobertos pela escritura de emissão.

De acordo com a escritura de emissão, o valor do prêmio deverá ser acrescido de juros até o mês anterior ao do efetivo pagamento, e de 1% no mês em que o recurso for disponibilizado ao debenturista. Em cumprimento ao disposto na escritura de emissão, o pagamento é realizado semestralmente, em março e setembro.

Devido ao início das operações de cobre, iniciou-se a apuração de prêmios referentes a esses direitos minerários. Considerando as vendas de minério de ferro, estima-se que os patamares mencionados na escritura de emissão serão alcançados, aproximadamente, em 2030 e 2020, para os Sistemas Sul e Norte, respectivamente. Com relação aos demais minerais, tais como bauxita e níquel, a previsão de início de exploração é para a segunda metade desta década e de acordo com os critérios estabelecidos na escritura de emissão, o pagamento será devido sobre o faturamento líquido das vendas ocorridas a partir do quarto ano seguinte à data da primeira comercialização. A obrigação de efetuar os pagamentos aos debenturistas cessará quando os recursos minerais pertinentes forem esgotados.

No exercício de 2005 disponibilizamos para pagamento de remuneração das debêntures participativas o valor de R\$ 12.

- (d) Estamos comprometidos por um contrato de *take-or-pay*, a adquirir aproximadamente 33.733 mil toneladas métricas de bauxita da Mineração Rio do Norte S.A. – MRN com preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (London Metal Exchange – LME).

Baseado no preço de mercado de US\$ 23,01 (R\$ 53,86) por tonelada métrica, em 31 de dezembro de 2005, representa um compromisso no montante de R\$ 1.817 milhões, conforme demonstrado abaixo:

2006	339
2007	339
2008	339
2009	339
2010	339
2011 em diante	122
	<u>1.817</u>

7.18- Custos Ambientais e de Recuperação e Restauração

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais são debitados ao custo de produção ou capitalizados quando incorridos. A Companhia gerencia suas relações com o meio ambiente como um fator estratégico, tendo como premissa o pleno atendimento da legislação aplicável, e as diretrizes e normas internas estabelecidas por seu sistema de gestão ambiental, de pleno acordo com as especificações da Norma ISO 14.001. A Companhia desenvolve programas contínuos que têm por objetivo minimizar o impacto ambiental de suas operações de mineração, bem como reduzir os custos que venham a incorrer com o término das atividades de cada lavra. Em 2005, a provisão para passivos ambientais corresponde ao montante de R\$ 549 (R\$ 354 em 2004), classificada em "Provisão para passivos ambientais" no exigível a longo prazo. A Companhia adota os conceitos de provisionamento dos custos de fechamento de mina, a saber:

- Os custos com fechamento de minas passam a ser registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos;
- As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco; e
- As estimativas de custos são revistas anualmente, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

7.19- Fundo de Pensão - Valia

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia é uma entidade fechada de previdência complementar, com fins não-lucrativos e personalidade jurídica própria, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia, de suas controladas e coligadas e outras que participam ou venham a participar dos planos por ela administrados.

A Companhia e diversas de suas controladas e coligadas são patrocinadoras da Valia, nos seguintes planos de benefícios:

(a) Plano de Benefício

Plano de Benefício Definido - BD

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1973, no início das atividades da Valia, o qual foi fechado a novas adesões e continua mantido apenas para os participantes assistidos e para alguns participantes ativos, em caráter residual.

Plano Misto de Benefícios - Vale Mais

Plano misto que contempla benefícios programáveis de renda para aposentadoria, do tipo contribuição definida, desvinculados da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento - *Vesting*, além dos chamados benefícios de risco: aposentadoria por invalidez, pensão por morte e auxílio-doença, bem como regras mais modernas, transparentes e flexíveis que o tornaram mais atrativo para os empregados e econômico para as patrocinadoras. Este plano foi implementado em maio de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos nas patrocinadoras (cerca de 98,7% do total).

As contribuições das patrocinadoras ao Plano Vale Mais são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, são idênticas à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano (R\$ 1.810,41 em dezembro de 2005).
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

Os resultados dessa avaliação atuarial estão assim representados:

Evolução do valor justo dos ativos

	2005	2004
Valor justo dos ativos no início do exercício	5.516	4.728
Rendimento real dos ativos	1.289	1.078
Contribuição da patrocinadora	54	45
Benefício pago no exercício	(353)	(335)
Valor justo dos ativos no final do exercício	6.506	5.516

Evolução do valor presente das obrigações

	2005	2004
Valor presente das obrigações no início do exercício	3.983	4.131
Custo do serviço corrente	5	4
Custo dos juros	510	484
Benefício pago no exercício	(353)	(335)
Alteração das hipóteses	25	(357)
Perda no passivo	4	56
Valor presente das obrigações no final do exercício	4.174	3.983

Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço

	2005	2004
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(4.174)	(3.983)
Valor justo dos ativos	6.506	5.516
Valor líquido dos ganhos não reconhecidos no balanço	(1.795)	(1.297)
Ativo atuarial líquido a ser provisionado	(*) 537	(*) 236

(*) A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial o ativo decorrente da avaliação atuarial, por não haver claramente uma evidência na realização, conforme estabelece o item 4.9 da NPC 26.

(b) Metas de Investimentos e composição dos ativos do plano

O valor de mercado dos ativos destes planos é R\$ 6.506 e R\$ 5.516 no final de 2005 e 2004, respectivamente. A alocação de ativos para os planos de pensão da Companhia no final de 2005 e 2004 e a meta de alocação para 2006, por categoria de ativo, segue:

Categoria de ativos	Meta de Alocação para 2006 (não auditado)	Percentual dos Ativos do Plano em 31 de dezembro	
		2005	2004
Ações	27%	30%	29%
Imobiliário	6%	5%	6%
Empréstimos	4%	4%	3%
Renda fixa	63%	61%	62%
Total	100%	100%	100%

A meta de alocação de renda fixa de 63% foi estabelecida para nivelar o ativo com os pagamentos dos benefícios. A proposta para 2006 é restabelecer os investimentos em fundos indexados pela inflação em até 35%. Os investimentos remanescentes em renda fixa serão utilizados para pagar os benefícios do plano a curto prazo.

O aumento na meta de alocação em 27% reflete um aumento esperado do IBOVESPA (índice das ações brasileiras) bem como das taxas de juros brasileiras.

(c) Passivo Atuarial

Abono Complementação e Plano de Assistência Médica para Aposentados

Refere-se à responsabilidade da Companhia na complementação de aposentadorias, pensões e assistência médica relacionadas a incentivo ao desligamento de funcionários nos períodos de 1987 e 1989.

Os resultados da avaliação atuarial desse passivo estão assim representados:

Evolução do valor justo dos ativos (*)

	Abono Complementação	
	2005	2004
Valor justo dos ativos no início do exercício	76	58
Rendimento real dos ativos	26	7
Contribuição da patrocinadora	102	64
Benefício pago no exercício	(58)	(53)
Valor justo dos ativos no final do exercício	146	76

(*) Não se aplica o valor justo dos ativos para fins de assistência médica

Evolução do valor presente das obrigações

	Assistência Médica		Abono Complementação	
	2005	2004	2005	2004
Valor presente das obrigações no início do exercício	174	152	582	507
Custo dos juros	23	19	74	65
Benefício pago no exercício	(12)	(10)	(58)	(53)
Alteração das hipóteses	-	-	-	6
Perda no passivo	(2)	13	(14)	57
Valor presente das obrigações no final do exercício	183	174	584	582

Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço

	Assistência Médica		Abono Complementação	
	2005	2004	2005	2004
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(183)	(174)	(584)	(582)
Valor justo dos ativos	-	-	146	76
Valor líquido dos (ganhos) perdas não reconhecidos no balanço	11	13	(23)	6
Passivo atuarial líquido provisionado	(172)	(161)	(461)	(500)

Custos reconhecidos na demonstração de resultados do exercício

	Assistência Médica		Abono Complementação	
	2005	2004	2005	2004
Custo de juros	23	19	74	65
Rendimento real dos ativos	-	-	(11)	(7)
Total dos custos líquidos	23	19	63	58

(d) Contribuições da Patrocinadora

	2005	2004
Plano misto de benefícios - VALE MAIS - renda	(23)	(19)
Plano misto de benefícios - VALE MAIS - risco e benefício proporcional	(54)	(45)
Plano abono complementação (*)	(102)	(64)
Plano de assistência médica para aposentados (*)	(12)	(10)
Total de contribuições	(191)	(138)

(*) Referente ao passivo atuarial

(e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2005	2004
Hipóteses econômicas:		
- Taxa de desconto	13,4% a.a. (nominal)	13,4% a.a. (nominal)
- Taxa de retorno esperado dos ativos	13,4% a.a. (nominal)	13,4% a.a. (nominal)
- Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	9,2% a.a.	9,2% a.a.
- Crescimentos salariais futuros	8,15% a.a. até 47 anos	6,91% a.a. até 47 anos
- Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	5,0% a.a.	5,0% a.a.
- Inflação	5,0% a.a.	5,0% a.a.

Todas as premissas foram revistas em 2005.

7.20- Capital Social

Desde a AGO de 27/04/05, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 14 bilhões, realizado com capitalização de reservas no montante de R\$ 6.700.

A AGE de 18/08/04 aprovou o desdobramento acionário no qual cada ação da Companhia foi desdobrada em três ações. Conseqüentemente o capital social passou a ser composto de 1.165.677.165 ações, sendo 749.949.429 ações ordinárias e 415.727.736 ações preferenciais classe "A".

As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para a eleição de membros do Conselho de Administração, e têm prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual de 6%, calculado sobre a parcela de capital constituída por esta classe de ações ou de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, o que for maior entre eles.

Em 31/12/05, o capital social compõe-se conforme abaixo:

Acionistas	Quantidade de ações					
	ON	%	PNA	%	Total	%
Valepar S.A.	392.147.133	52	-	-	392.147.133	34
Governo Brasileiro (Tesouro Nacional / BNDES / INSS / FPS)	14.178	-	15.226.023	4	15.240.201	1
Investidores estrangeiros em ADRs	196.433.872	26	190.162.779	46	386.596.651	34
FMP - FGTS	37.881.084	5	-	-	37.881.084	3
BNDESPar	50.289.430	7	364.333	-	50.653.763	4
Investidores institucionais estrangeiros no mercado local	18.010.853	2	66.808.192	16	84.819.045	7
Investidores institucionais	25.071.898	4	71.196.249	17	96.268.147	8
Investidores de varejo no país	15.955.471	2	71.958.702	17	87.914.173	8
Ações em tesouraria no país	14.145.510	2	11.458	-	14.156.968	1
Total	749.949.429	100	415.727.736	100	1.165.677.165	100

Os conselheiros e diretores, como grupo, detêm 43.761 ações ordinárias e 261.187 ações preferenciais.

7.21- Programa de ADRs - American Depositary Receipts

Em junho/00, a Companhia obteve registro da *Securities and Exchange Commission* – SEC, iniciando processo de negociação de ações preferenciais na Bolsa de Valores de Nova York - NYSE. A partir de 21/03/02, em conexão com o processo de alienação das ações do BNDES e da União, as ações ordinárias da Companhia passaram a ser negociadas também na NYSE. Cada ADR - *American Depositary Receipts* representa 1 (uma) ação preferencial classe "A" ou ordinária, negociada com os códigos "RIOPR" e "RIO", respectivamente.

A partir de 07/09/2004 cada ADR - *American Depositary Receipts* também foi desdobrado em 3 (três). Deste modo foi mantida a proporção de 1 (uma) ADR para cada ação ordinária ou preferencial.

7.22- Ações em Tesouraria

O Conselho de Administração autorizou, nos termos do inciso XV do Art. 13 do Estatuto Social e com base no Art. 30 da Lei nº 6.404/76 e nas Instruções CVM nº 10, de 14/02/80 e 268, de 13/11/97, a aquisição pela Companhia de suas próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento.

Em 31/12/05, estavam em tesouraria 14.145.510 ações ordinárias e 11.458 ações preferenciais, no montante de R\$ 131. Em 2005, 493 ações preferenciais que estavam em tesouraria foram trocadas por ações da Samitri, empresa incorporada. As 14.145.510 ações ordinárias estão em garantia de um empréstimo da nossa controlada Alunorte.

Classe	Ações		Custo de aquisição			Cotação média em	
	2005	2004	Unitário médio	Mínimo	Máximo	2005	2004
Preferenciais	11.458	11.951	17,12	4,67	17,47	70,97	47,93
Ordinárias	14.145.510	14.145.510	9,27	6,69	17,36	82,35	56,13
	14.156.968	14.157.461					

7.23- Remuneração aos Acionistas

Resumidamente, a remuneração total de 2005 foi paga como segue:

<u>Deliberação</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Exercício base</u>	<u>R\$</u>
14/04/2005 - JCP	30/04/05	2004	(c) 1.279
14/04/2005 - JCP	30/04/05	2005	1
13/10/2005 - JCP	29/10/05	2005	782
13/10/2005 - Dividendos	29/10/05	2005	1.028
Total pago em 2005			(b) 3.090
Remuneração complementar de 2005 proposta			(a) 2.750
Remuneração competência 2005 (a +b - c)			4.561

A remuneração aos acionistas proposta para 2005 foi calculada como segue:

Lucro líquido do exercício	10.443
Reserva de incentivos fiscais	(83)
Reserva legal	(522)
Realização da reserva de lucros a realizar	109
Lucro líquido ajustado	9.947
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (R\$ 2,15 por ação em circulação)	2.487
Estatutário das ações preferenciais (3% do PL R\$ 0,61 por ação em circulação)	253
Estatutário das ações preferenciais (6% do capital R\$ 0,72 por ação em circulação)	300
Dividendos/Juros sobre o capital próprio totais (R\$ 3,96 por ação em circulação)	4.561

Em atendimento à Deliberação CVM nº 207/96, a Companhia optou, para fins de atendimento às normas fiscais, por contabilizar os juros sobre o capital próprio em contrapartida da conta "Despesas financeiras", e revertê-lo em conta específica, não sendo apresentado, entretanto, na demonstração do resultado, tendo em vista não produzir efeito no lucro líquido final, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica "Imposto de renda e contribuição social".

Destinação do Resultado do Exercício

Origens:

Lucro líquido do exercício	10.443
Realização da reserva de lucros a realizar (*)	109
	10.552

Destinação:

Reserva legal (5%)	522
Reserva de expansão/investimento	5.386
Reserva de incentivos fiscais	83
Juros sobre o capital próprio intermediários	783
Dividendos intermediários	1.028
Remuneração adicional proposta	2.750
	10.552

(*) Realização com base no recebimento de dividendos, baixa ou alienação de participações societárias e pela depreciação, baixa e alienação do imobilizado.

7.24- Resultado Financeiro

Consolidado

							(Não auditados) Trimestres		
	4T/05			3T/05			4T/04		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	12	(714)	(702)	(153)	388	235	(190)	323	133
Empréstimos e financiamentos internos	(25)	(75)	(100)	(19)	130	111	(55)	121	66
Partes relacionadas	(3)	-	(3)	(6)	1	(5)	(3)	370	367
	(16)	(789)	(805)	(178)	519	341	(248)	814	566
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(23)	(27)	(50)	(65)	31	(34)	(31)	(28)	(59)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	4	-	4	3	1	4	10	5	15
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro)	(257)	(30)	(287)	(173)	13	(160)	(27)	9	(18)
CPMF	(48)	-	(48)	(35)	-	(35)	(38)	-	(38)
Outras	(187)	159	(28)	(62)	(95)	(157)	(229)	1.243	1.014
	(527)	(687)	(1.214)	(510)	469	(41)	(563)	2.043	1.480
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	(6)	4	(2)	1	(13)	(12)	20	(511)	(491)
Aplicações financeiras	70	237	307	60	(104)	(44)	70	(268)	(198)
Outras	39	106	145	4	(227)	(223)	19	(1.081)	(1.062)
	103	347	450	65	(344)	(279)	109	(1.860)	(1.751)
Resultado financeiro líquido	(424)	(340)	(764)	(445)	125	(320)	(454)	183	(271)

	2005			Acumulado 2004		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(323)	445	122	(675)	299	(376)
Empréstimos e financiamentos internos	(162)	279	117	(228)	113	(115)
Partes relacionadas	(20)	1	(19)	(55)	464	409
	(505)	725	220	(958)	876	(82)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(152)	(39)	(191)	(114)	(119)	(233)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	6	3	9	2	3	5
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro, alumínio e alumina)	(423)	22	(401)	(213)	10	(203)
CPMF	(152)	-	(152)	(120)	-	(120)
Outras	(354)	(96)	(450)	(463)	800	337
	(1.580)	615	(965)	(1.866)	1.570	(296)
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	9	(1)	8	64	(757)	(693)
Aplicações financeiras	225	(83)	142	159	(262)	(103)
Outras	105	(566)	(461)	74	(982)	(908)
	339	(650)	(311)	297	(2.001)	(1.704)
Resultado financeiro líquido	(1.241)	(35)	(1.276)	(1.569)	(431)	(2.000)

	2005			Acumulado 2004		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(59)	145	86	(116)	148	32
Empréstimos e financiamentos internos	(18)	64	46	(22)	26	4
Partes relacionadas	(223)	396	173	(208)	335	127
	(300)	605	305	(346)	509	163
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(141)	(36)	(177)	(113)	(119)	(232)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	(4)	-	(4)	3	2	5
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro)	(27)	4	(23)	(25)	9	(16)
CPMF	(89)	-	(89)	(70)	-	(70)
Outras	(114)	181	67	(216)	(287)	(503)
	(675)	754	79	(767)	114	(653)
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	51	(131)	(80)	62	(256)	(194)
Aplicações financeiras	51	13	64	19	57	76
Outras	37	(19)	18	21	(2)	19
	139	(137)	2	102	(201)	(99)
Resultado financeiro líquido	(536)	617	81	(665)	(87)	(752)

7.25- Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os principais riscos de mercado com que a Vale se depara são aqueles relativos a taxas de juros, taxas de câmbio e de preço de *commodities*. A Companhia tem como política gerenciar tais riscos através da utilização de instrumentos derivativos.

As atividades de gerenciamento de risco seguem políticas e diretrizes revistas e aprovadas pela alta direção da Companhia (Conselho de Administração e Diretoria Executiva). Estas normas proíbem negociação especulativa, venda a descoberto e determinam a diversificação de instrumentos e contrapartes. A política da Companhia tem sido liquidar financeiramente todos os contratos, sem a entrega física de produtos. Os limites e a qualidade de crédito das contrapartes são revistos periodicamente e definidos de acordo com as normas aprovadas pela alta Administração da Companhia. Os resultados das atividades de *hedge* são reconhecidos mensalmente no resultado da Companhia.

Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros é proveniente da parcela da dívida contratada a taxas flutuantes decorrentes, principalmente, das operações de *trade finance*. A parcela da dívida em moeda estrangeira com taxa flutuante está sujeita, principalmente, às oscilações da *LIBOR - London Interbank Offered Rate*. A parcela da dívida expressa em reais sujeita à taxa flutuante envolve, basicamente, a taxa de juros brasileira de longo prazo - TJLP, estabelecida pelo Banco Central. Desde maio de 1998, a Companhia tem utilizado instrumentos derivativos para proteger sua exposição às oscilações da *LIBOR*.

A carteira de derivativos de taxa de juros é formada por instrumentos que buscam limitar a exposição à flutuação da taxa de juros, estabelecendo limite superior e inferior para a flutuação das mesmas. Algumas operações estão sujeitas a provisões de *knock-out* que, se acionadas, eliminam a proteção contratada.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio é derivado da dívida em moeda estrangeira. Por outro lado, parte substancial das receitas da Companhia é denominada ou indexada ao dólar norte-americano, enquanto que parcela majoritária dos custos é expressa em reais. Isto fornece um *hedge* natural contra eventuais desvalorizações da moeda brasileira frente ao dólar. Em eventos dessa natureza, há impacto negativo imediato sobre a dívida em moeda estrangeira, compensado pelo efeito positivo sobre os fluxos de caixa futuros.

A Companhia adota a estratégia de monitorar as oscilações de mercado, realizando eventualmente operações com derivativos para cobrir riscos específicos relacionados a estas variações.

A parcela da dívida denominada em euros e ienes (principais componentes dos empréstimos em cesta de moedas) é protegida utilizando derivativos para cobrir o risco de flutuação específico destas moedas.

Risco de Preço e Commodities

Os preços do minério de ferro, o principal produto da Companhia, são fixados através de negociações anuais entre produtores e consumidores, apresentando notável estabilidade ao longo do tempo. A Companhia não contrata operações para proteção contra variação no preço do minério de ferro.

A Companhia utiliza instrumentos de *hedge* para gerenciar sua exposição às mudanças no preço de mercado do ouro, alumínio e alumina. As operações com derivativos permitem fixar lucro médio mínimo para a produção futura. A Companhia gerencia ativamente as posições contratadas, sendo os resultados destas atividades acompanhados mensalmente, a fim de permitir que sejam feitos ajustes nas metas e estratégias em resposta às condições de mercado.

O ganho ou (perda) não realizado representa o valor atual a pagar ou a receber caso todas as operações fossem liquidadas nas datas apresentadas, cuja movimentação ocorre conforme abaixo:

Consolidado						
(Não auditado) 4T/05						
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Alumínio	Alumina	Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/05	(15)	2	(81)	(221)	(67)	(382)
Liquidação financeira	2	-	9	23	24	58
Despesas financeiras, líquidas	5	-	(30)	(150)	(77)	(252)
Variações monetárias, líquidas	(1)	-	(5)	(20)	(6)	(32)
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/05	(9)	2	(107)	(368)	(126)	(608)

(Não auditados) 3T/05						
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Alumínio	Alumina	Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/06/05	(21)	4	(70)	(127)	(51)	(265)
Liquidação financeira	2	(1)	6	15	16	38
Despesas financeiras, líquidas	3	(1)	(21)	(116)	(35)	(170)
Variações monetárias, líquidas	1	-	4	7	3	15
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/05	(15)	2	(81)	(221)	(67)	(382)

(Não auditados) 4T/04						
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Alumínio	Alumina	Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/04	(89)	4	(91)	(186)	(106)	(468)
Liquidação financeira	34	-	6	-	-	40
Despesas financeiras, líquidas	4	5	(21)	34	(41)	(19)
Variações monetárias, líquidas	6	-	9	-	-	15
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/04	(45)	9	(97)	(152)	(147)	(432)

2005						
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Alumínio	Alumina	Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/04	(45)	9	(97)	(152)	(147)	(432)
Liquidação financeira	21	(2)	27	88	82	216
Despesas financeiras, líquidas	11	(5)	(44)	(305)	(73)	(416)
Variações monetárias, líquidas	4	-	7	1	12	24
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/05	(9)	2	(107)	(368)	(126)	(608)

2004						
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Alumínio	Alumina	Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/03	(136)	16	(92)	(59)	(52)	(323)
Liquidação financeira	86	(7)	10	-	-	89
Despesas financeiras, líquidas	1	1	(25)	(93)	(95)	(211)
Variações monetárias, líquidas	4	(1)	10	-	-	13
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/04	(45)	9	(97)	(152)	(147)	(432)

Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/04
 Liquidação financeira
 Despesas financeiras, líquidas
 Variações monetárias, líquidas
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/05

Controladora			
2005			
Juros (libor)	Moedas	Ouro	Total
(9)	9	(55)	(55)
8	(2)	15	21
1	(5)	(27)	(31)
-	-	4	4
-	2	(63)	(61)

2004			
Juros (libor)	Moedas	Ouro	Total
(136)	16	(92)	(212)
122	(7)	53	168
2	1	(25)	(22)
3	(1)	9	11
(9)	9	(55)	(55)

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros consolidados são como segue:

Ouro	Dezembro de 2008
Juros (LIBOR)	Outubro de 2007
Moedas	Dezembro de 2011
Alumina	Dezembro de 2008
Alumínio	Dezembro de 2008

7.26- Despesas Administrativas e Outras Despesas Operacionais

Administrativas	(Não auditados) Trimestres			Consolidado		Controladora	
	4T/05	3T/05	4T/04	2005	2004	2005	2004
Pessoal	115	138	135	460	434	263	202
Consultoria técnica e serviços de infraestrutura e apoio	99	89	34	335	229	94	104
Propaganda e publicidade	44	24	32	113	68	112	61
Depreciação	49	33	31	141	116	68	39
Despesas de viagem	14	10	19	48	39	41	25
Aluguéis e impostos	16	6	52	56	86	31	31
Comunidades Indígenas	4	4	-	17	-	17	-
Outras	41	29	59	110	153	59	69
Total	382	333	362	1.280	1.125	685	531

Outras despesas (receitas) operacionais	(Não auditados) Trimestres			Consolidado		Controladora	
	4T/05	3T/05	4T/04	2005	2004	2005	2004
Provisão para contingências	97	117	124	275	277	86	166
Provisão para perdas com créditos de ICMS	23	16	26	40	130	-	90
Provisão para participação no resultado	70	53	41	230	196	180	176
Doações	34	10	7	76	34	66	27
Outras	(19)	92	173	213	318	(97)	89
Total	205	288	371	834	955	235	548

7.27- Concessões e Arrendamentos

(a) Empresas de Transporte Ferroviário

A Companhia e algumas empresas do Grupo celebraram com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, contratos de concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços.

Os prazos de concessão por ferrovia são:

Ferrovia	Término do prazo de concessão
Vitória a Minas (direta) (*)	Junho de 2027
Carajás (direta) (*)	Junho de 2027
Malha Centro-Leste (indireta via FCA)	Agosto de 2026
Malha Sudeste (indireta via MRS)	Dezembro de 2026

(*) Concessões não onerosas.

A concessão se extinguirá com a concretização de um dos seguintes fatos: término do prazo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação e falência ou extinção da concessionária.

As concessões e arrendamentos das empresas controladas são tratados contabilmente no conceito de arrendamento operacional e apresentam as seguintes características:

	FCA	MRS
1) Nº de parcelas totais	112	83
2) Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
3) Índice de atualização	IGP-DI FGV	IGP-DI FGV
4) Nº de parcelas já pagas	30	34
5) Valor atualizado da prestação		
Concessão	R\$ 1	R\$ 2
Arrendamento	R\$ 28	R\$ 40

(b) Portos

A Companhia possui terminais portuários especializados, conforme abaixo:

Terminal (*)	Localização	Término do prazo de concessão
Terminal de Tubarão	Vitória - ES	2020
Terminal de Praia Mole	Vitória - ES	2020
Terminal de Produtos Diversos	Vitória - ES	2020
Terminal de Vila Velha	Vila Velha - ES	2023
Cais de Paul	Vila Velha - ES	2005
Terminal de Granéis Líquidos	Vitória - ES	2020
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira - Pier I	São Luís - MA	2018
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira - Pier II	São Luís - MA	2010
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira - Pier III	São Luís - MA	2018
Terminal Marítimo Inácio Barbosa	Aracaju - SE	2012

(*) Concessões não onerosas.

(c) Projetos de Usinas Hidrelétricas

A Companhia desenvolve projetos de geração hidrelétrica com o objetivo de suprir seu consumo. Os projetos com participação acionária da Companhia são os seguintes:

Projetos	Situação	% de participação
Funil	Em operação	51,00
Candonga	Em operação	50,00
Igarapava	Em operação	38,15
Porto Estrela	Em operação	33,33
Aimorés	Em operação	51,00
Capim Branco I	Fevereiro de 2006	48,42
Capim Branco II	2007	48,42
Estreito	2009	30,00
Foz do Chapecó (*)	-	40,00

(*) Em 10/02/2006 a Companhia celebrou com Furnas Centrais Elétricas (Furnas) um contrato de venda de sua participação de 40% no consórcio para construção e operação da usina hidrelétrica Foz do Chapecó, por R\$ 9.

7.28- Efeitos se Adotadas as Demonstrações em Moeda de Capacidade Aquisitiva Constante (não auditado)

A principal diferença entre as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas emanadas pela Legislação Societária e em moeda de capacidade aquisitiva constante é devida ao não reconhecimento da correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado em moeda de capacidade aquisitiva constante, a preços de 31 de dezembro de 2005, foram elaborados, de forma resumida, utilizando como índice o IGP-M da FGV.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Ativo				
Circulante	12.424	11.974	5.304	4.784
Não circulante				
Realizável a longo prazo	3.626	3.331	1.481	1.886
Participações societárias	7.136	7.153	34.493	29.510
Imobilizado	53.261	43.925	28.461	22.852
Diferido	1.467	1.462	-	-
	61.864	52.540	62.954	52.362
	77.914	67.845	69.739	59.032
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante	11.667	9.437	10.061	6.875
Não circulante				
Exigível a longo prazo	17.066	16.287	13.457	12.101
Resultado de exercícios futuros	9	10	-	-
Participações de minoritários	2.951	2.055	-	-
Patrimônio líquido				
Capital social	14.113	7.502	14.113	7.502
Reserva de capital	5.989	5.783	5.989	5.783
Reservas de lucros	26.119	26.771	26.119	26.771
	46.221	40.056	46.221	40.056
	77.914	67.845	69.739	59.032

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Consolidado		Controladora	
	2005	2004	2005	2004
Receita bruta	35.385	31.360	18.114	14.891
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços	(1.359)	(1.595)	(1.005)	(752)
Receita operacional líquida	34.026	29.765	17.109	14.139
Custos dos produtos e serviços	(16.328)	(15.262)	(9.611)	(7.722)
Lucro bruto	17.698	14.503	7.498	6.417
Margem bruta	52,0%	48,7%	43,8%	45,4%
Despesas operacionais, líquidas	(4.404)	(4.401)	(1.213)	(1.662)
Lucro operacional antes das participações societárias	13.294	10.102	6.285	4.755
Resultado de participações societárias	270	169	5.510	3.927
Lucro operacional	13.564	10.271	11.795	8.682
Resultado na venda de ativos	298	595	-	367
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.862	10.866	11.795	9.049
Imposto de renda e da contribuição social	(2.371)	(2.490)	(1.340)	(1.476)
Lucro antes das participações minoritárias	11.491	8.376	10.455	7.573
Participação de minoritários	(1.036)	(803)	-	-
Lucro líquido do exercício	10.455	7.573	10.455	7.573

7.29- Seguros

Riscos Operacionais

A Companhia possui um amplo programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para todos os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de uma apólice do tipo *All Risks*. Este programa contempla inspeções e treinamentos *in loco* utilizando-se da estrutura de vários comitês de risco espalhados pela Companhia, suas controladas e coligadas. Procura alinhar os riscos em todas as áreas, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando nos mercados nacional e internacional coberturas compatíveis com uma empresa do seu porte.

Seguros

Visando buscar os melhores instrumentos para uma gestão mais eficaz a Companhia implementou em 2002 uma resseguradora cativa, criada no intuito de melhorar a sua administração de riscos, bem como fornecer um instrumento mais eficiente de negociação, servindo exclusivamente para subscrição de riscos de empresas do Grupo, no Brasil e no exterior. Além disso, vem sendo realizada uma intensificação da atuação dos comitês de risco visando o atendimento das recomendações técnicas do mercado segurador e ressegurador nas inspeções anuais, e que estão em linha também com os investimentos do Grupo em operação e manutenção.

7.30- Plano de Participação nos Resultados

O plano de participação dos empregados nos resultados da Companhia é composto de parcela vinculada aos resultados econômico-financeiros, medida através de indicadores como o fluxo de caixa operacional e pelo cumprimento das metas de desempenho de cada unidade e individuais.

7.31- Eventos Subseqüentes

Emissão de US\$ 1 bilhão em bônus de 10 anos

Em janeiro de 2006 a subsidiária integral financeira da CVRD, Vale Overseas Limited emitiu bônus de 10 anos, no valor de US\$ 1 bilhão com juros de 6,250% ao ano, pago semestralmente, com vencimento em 2016 e ao preço de 99,97% do valor de face do título.

Recompra de títulos de dívida

Em janeiro de 2006, a subsidiária integral financeira da CVRD, Vale Overseas Limited concluiu, a recompra de US\$ 300 milhões das Guaranteed Notes com vencimento em 2013 e juros de 9,0% ao ano.

Incorporação de ações da Caemi

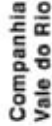
Em janeiro de 2006 os acionistas da VALEPAR S.A. (VALEPAR), controladora da Vale, aprovaram a proposta da Diretoria Executiva da Companhia para promover a incorporação, de todas as ações em circulação da Caemi. Essa proposta foi ratificada pelo Conselho de Administração (CA), e contempla a troca de todas as 1.558.963.806 ações preferenciais da Caemi em circulação no mercado (de acordo com o artigo 4º parágrafo segundo da Lei 6.404/76) por novas ações preferenciais (PNA) a serem emitidas pela Vale.

A relação de troca será de 0,04115 ações PNA de emissão da CVRD por cada ação preferencial de emissão da Caemi de sua propriedade e reflete a evolução das referidas ações no mercado nos últimos 90 dias.

A Vale é proprietária de 100% das ações ordinárias e 40,06% das ações preferenciais da Caemi, correspondendo a 60,23% de seu capital total. Com a incorporação de ações, a Companhia passará a deter a totalidade das ações de emissão da Caemi.

Orçamento de Investimentos

Em janeiro de 2006 o CA da Companhia aprovou o orçamento de investimentos para 2006 no valor de R\$ 11,8 bilhões (US\$ 4,6 bilhões).



8- ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2005

Em milhões de reais

[illegible]**Observações:**

(a) Os montantes acima correspondem aos totais apresentados nas demonstrações contábeis dessas empresas em 31 de dezembro de 2005, ajustadas e não auditadas; e

(b) As demonstrações contábeis da Caemi são consolidadas e inclui R\$ 178 de participação de minoritários e ganho de capital de R\$ 298 na venda de investimento na QCM, na rubrica de resultado não operacional

Informações adicionais das principais empresas investidas estão disponíveis no *website* da Companhia, www.cvr.com.br, relações com investidores.

9- PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Vale do Rio Doce
Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Vale do Rio Doce, controladora e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Os exames das demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, de certas empresas controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas, identificadas na nota explicativa 7.14, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes e o nosso parecer, no que se refere aos valores desses investimentos, nos montantes de R\$7.386 milhões em 31 de dezembro de 2005 e de R\$ 6.749 milhões em 31 de dezembro de 2004 e aos lucros por eles produzidos em 2005 e 2004 nos montantes de R\$4.058 milhões e R\$ 2.231 milhões, respectivamente, está baseado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas empresas investidas, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas empresas investidas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, com base nos nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Vale do Rio Doce, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa (controladora e consolidado) e do valor adicionado (controladora e consolidado) apresentadas para propiciar informações suplementares, não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis. As demonstrações do fluxo de caixa (controladora e consolidado) e do valor adicionado (controladora e consolidado) foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-SP 011609/O-S-RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC-RJ 036206/O



10- PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005.

O Conselho Fiscal da Companhia Vale do Rio Doce, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da Companhia, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Origens e Aplicações de Recursos, das Mutações Patrimoniais e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, e tomando como base o parecer dos auditores independentes é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontra-se em condições de serem aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária da Sociedade.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2006.

Marcelo Amaral Moraes
Presidente

Aníbal Moreira dos Santos

Joaquim Vieira Ferreira Levy

José Bernardo de Medeiros Neto



11- PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

O Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações contábeis da Sociedade, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos merecem a aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2006.

Sérgio Ricardo Silva Rosa
Presidente

Mário da Silveira Teixeira Júnior
Conselheiro

Arlindo Magno de Oliveira
Conselheiro

Oscar Augusto de Camargo Filho
Conselheiro

Erik Persson
Conselheiro

Eduardo Fernando Jardim Pinto
Conselheiro

Jaques Wagner
Conselheiro

Francisco Augusto da Costa e Silva
Conselheiro

Hiroshi Tada
Conselheiro

Jorge Luiz Pacheco
Conselheiro

Renato da Cruz Gomes
Conselheiro

12- COMENTÁRIOS SOBRE O RESULTADO DAS OPERAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa e com intuito de viabilizar maior transparência das operações da Companhia, apresentamos essas informações adicionais que foram revisadas por nossos auditores independentes.

Na análise dessas informações, alguns aspectos gerais devem ser considerados, como segue:

Em 2005 cerca de 87% da receita bruta consolidada da Companhia e 28% dos custos consolidados estão vinculados à moeda norte-americana. Conseqüentemente, as flutuações na taxa de câmbio têm um impacto significativo sobre o resultado.

Dos empréstimos e financiamentos consolidados da Companhia em 2005, 86% são em dólares norte-americanos. Portanto, as flutuações na taxa de câmbio têm impacto significativo sobre as despesas e receitas financeiras.

A taxa do dólar médio norte-americano caiu 16,8% entre os períodos (R\$ 2,4341 em 2005 contra R\$ 2,9257 em 2004), compensando parte do reajuste dos preços, e a taxa final caiu 11,8% (R\$ 2,3407 em 2005 contra R\$ 2,6544 em 2004).

Em 2005, os preços de minério de ferro foram reajustados em 71,5% e os preços de pelotas em 86,4%.

O saldo da Balança Comercial Consolidada foi de:

		em US\$ milhões				
		(Não auditados) Trimestres			Acumulado	
		4T/05	3T/05	4T/04	2005	2004
Exportações		2.011	1.723	1.364	7.021	5.534
Importações		(173)	(134)	(252)	(682)	(916)
		1.838	1.589	1.112	6.339	4.618

12.1- Comentários Sobre o Resultado das Operações do Consolidado

12.1.1- Receita Bruta

Volume de vendas e receitas por produtos e serviços:

	Em milhares de toneladas (exceto para transporte ferroviário)						Em milhões de reais					
	Trimestres			Acumulado			(Não auditados) Trimestres			Acumulado		
	4T/05	3T/05	4T/04	2005	2004	Δ%	4T/05	3T/05	4T/04	2005	2004	Δ%
Minério de ferro	56.007	55.203	51.165	213.338	190.651	12	4.404	4.463	2.954	16.693	11.030	51
Pelotas (*)	11.604	8.774	10.230	38.851	39.230	(1)	1.958	1.644	1.177	6.745	4.596	47
	67.611	63.977	61.395	252.189	229.881	10	6.362	6.107	4.131	23.438	15.626	50
Manganês	244	271	320	907	999	(9)	40	49	47	214	178	20
Ferroligas	124	136	112	547	542	1	232	226	547	1.274	1.906	(33)
							272	275	594	1.488	2.084	(29)
Cobre	112	96	139	398	269	48	294	214	324	937	592	58
Potássio	176	197	165	640	630	2	92	111	98	359	362	(1)
Caulim	355	280	311	1.218	1.207	1	114	98	113	428	468	(9)
							500	423	535	1.724	1.422	21
Transporte ferroviário (milhões de TKU) (**)	8.705	10.468	9.371	37.525	38.271	(2)	575	694	550	2.405	2.125	13
Serviços portuários	7.622	8.315	6.910	30.530	28.697	6	111	142	118	490	450	9
Transporte marítimo	-	-	-	-	-	-	95	102	121	396	450	(12)
							781	938	789	3.291	3.025	9
Alumínio	131	122	119	498	477	4	571	537	606	2.300	2.439	(6)
Alumina	403	504	366	1.738	1.678	4	268	333	411	1.199	1.315	(9)
Bauxita	1.544	1.422	1.529	5.600	5.429	3	94	86	73	358	301	19
							933	956	1.090	3.857	4.055	(5)
Siderúrgico	-	-	-	-	-	-	338	340	623	1.509	2.731	(45)
Outros produtos e serviços	-	-	-	-	-	-	18	3	22	43	77	(44)
							9.204	9.042	7.784	35.350	29.020	22

(*) Inclui receita de prestação de serviços às controladas de controle compartilhado nos valores de R\$ 19, R\$ 19, R\$ 20, R\$ 71 e R\$ 77 referentes ao 4T/05, 3T/05, 4T/04, 2005 e 2004, respectivamente.

(**) A Companhia efetuou através de seu sistema ferroviário o transporte de 6.373, 8.242, 6.806, 28.379 e 28.214 milhões de TKU de carga geral e 2.332, 2.226, 2.565, 9.146 e 10.057 milhões de TKU de minério de ferro para terceiros referentes ao 4T/05, 3T/05, 4T/04, 2005 e 2004, respectivamente.

O aumento de 22% na receita bruta, de R\$ 29.020 para R\$ 35.350 deve-se:



- Ao reajuste dos preços de referência do minério de ferro e das pelotas de 71,5% e 86,4%, respectivamente;
- Ao aumento nos preços do cobre;
- Ao aumento nos preços dos serviços de transporte ferroviário e operação portuária; e
- Ao aumento no volume vendido de minério de ferro e cobre, este com início de operações a partir de junho/04 comparado a todo o ano de comercialização em 2005.

Os efeitos acima foram parcialmente compensados com:

- A desvalorização do Dólar médio frente ao Real em 17%;
- Venda da CST no segundo semestre de 2004; e
- Da queda nos preços de ferroligas (devido ao aumento de oferta iniciado no final de 2004) e da queda do volume vendido de manganês.

Receita bruta por segmento

	Participações					(Não auditados) Trimestres						Acumulado			
	Minerais Ferrosos	Minerais Não-Ferrosos	Logística	Alumínio	Siderurgia	4T/05	%	3T/05	%	4T/04	%	2005	%	2004	%
Mercado externo															
Américas, exceto EUA	471	-	16	113	-	600	7	518	6	744	10	2.385	7	2.096	7
Estados Unidos (EUA)	187	9	-	93	338	627	7	560	6	890	11	2.647	7	3.272	11
Alemanha	588	95	-	-	-	683	7	734	8	574	7	2.774	8	2.168	7
França	286	14	-	-	-	300	3	277	3	280	4	1.156	3	1.169	4
Inglaterra	151	-	-	4	-	155	2	124	1	103	1	590	2	293	1
Europa, exceto Alemanha, França e Inglaterra	705	168	11	325	-	1.209	13	1.316	15	957	12	5.132	15	4.382	15
Oriente Médio, África e Oceania	569	1	-	62	-	632	7	596	7	386	5	2.285	6	1.333	5
China	1.692	32	8	27	-	1.759	19	1.430	16	842	11	5.154	15	3.079	11
Coreia do Sul	308	8	-	-	-	316	3	322	4	291	4	1.015	3	890	3
Japão	552	25	-	233	-	810	9	795	9	651	8	3.044	9	2.528	9
Ásia, exceto China, Coreia do Sul e Japão	221	36	-	1	-	258	3	238	3	240	3	1.095	3	880	3
Total	5.730	388	35	858	338	7.349	80	6.910	78	5.958	76	27.277	78	22.090	76
Brasil	930	113	732	80	-	1.855	20	2.132	22	1.826	24	8.073	22	6.930	24
Total	6.660	501	767	938	338	9.204	100	9.042	100	7.784	100	35.350	100	29.020	100

12.1.2- Custos dos Produtos e Serviços

Composição por Natureza

	Denominados em		(Não auditados) Trimestres						Acumulado			
	R\$	US\$	4T/05	%	3T/05	%	4T/04	%	2005	%	2004	% Δ%
Pessoal	395	24	419	10	377	9	374	10	1.451	9	1.412	10 3
Material	641	136	777	18	821	20	674	17	3.105	19	2.325	16 34
Óleo combustível e gases	430	89	519	12	458	11	441	11	1.829	11	1.597	11 15
Serviços contratados	770	222	992	23	862	21	738	19	3.406	21	2.474	18 38
Energia	353	9	362	8	361	9	381	10	1.412	9	1.253	9 13
Matéria-prima	7	587	594	13	482	12	558	15	2.239	14	2.520	18 (11)
Depreciação e exaustão	379	14	393	9	366	9	306	8	1.468	9	1.191	8 23
Amortização de ágio	95	-	95	2	95	2	96	3	382	2	384	3 (1)
Outros	110	146	256	5	286	7	269	7	1.019	6	967	7 5
Total	3.180	1.227	4.407	100	4.108	100	3.837	100	16.311	100	14.123	100 15
	72%	28%										

O aumento de 15% (R\$ 2.188) nos custos de produtos e serviços (R\$ 16.311 em 2005 contra R\$ 14.123 em 2004) decorre de variações nos volumes vendidos e reajustes nos preços dos materiais, óleo combustível, energia e serviços que compõem os custos do período.

12.1.3- Despesas com vendas

As despesas com vendas diminuíram 17,5%, de R\$ 412 em 2004 para R\$ 340 em 2005, devido basicamente a venda da CST no segundo semestre de 2004 e diminuição no pagamento de comissões.

12.1.4- Despesas administrativas

As despesas administrativas aumentaram 13,8%, de R\$ 1.125 em 2004 para R\$ 1.280 em 2005, devido basicamente ao aumento dos gastos com pessoal decorrente de acordo coletivo de trabalho e de gastos com consultoria técnica e infra-estrutura e apoio.

12.1.5- Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram 52,7%, de R\$ 440 em 2004 para R\$ 672 em 2005, refletindo os planos de expansão da Companhia para a diversificação da produção e expansão da produção para atender à demanda mundial.

12.1.6- Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais apresentaram queda de R\$ 116, de R\$ 955 em 2004 para R\$ 834 em 2005, decorrente basicamente da queda na necessidade de provisão para perdas com créditos de ICMS.

12.1.7- Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido variou R\$ 724 (R\$ 1.276 de despesa em 2005 contra R\$ 2.000 de despesa em 2004) como reflexo dos efeitos da variação do real frente ao dólar sobre a dívida, da redução da despesa financeira em função da queda do saldo médio da dívida e do incremento da receita financeira em função do aumento das taxas sobre aplicações financeiras no exterior.

12.1.8- Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social apresentaram uma despesa de R\$ 2.368 em 2005 comparativamente a uma despesa de R\$ 1.810 em 2004, em decorrência principalmente do aumento do lucro tributável.

12.1.9- Geração de Caixa

A geração de caixa consolidada medida pelo EBITDA (LAJIDA) (lucro antes do resultado financeiro, resultado de participações societárias, imposto de renda e contribuição social e depreciação, amortização e exaustão e acrescido dos dividendos recebidos) foi de R\$ 16.701 em 2005 contra R\$ 12.249 em 2004, representando um acréscimo de 36,3%.

EBITDA (LAJIDA)

	(Não auditados) Trimestres			Acumulado	
	4T/05	3T/05	4T/04	2005	2004
Receita operacional líquida	8.916	8.805	7.384	33.993	27.544
Custo dos produtos e serviços	(4.407)	(4.108)	(3.837)	(16.311)	(14.123)
Despesas operacionais	(850)	(932)	(1.014)	(3.126)	(3.115)
Resultado operacional	3.659	3.765	2.533	14.556	10.306
Depreciação/Amortização de ágio	538	495	440	1.994	1.694
	4.197	4.260	2.973	16.550	12.000
Dividendos recebidos	3	58	30	151	66
Item não recorrente - amortização de ágio Samitri	-	-	-	-	183
EBITDA (LAJIDA)	4.200	4.318	3.003	16.701	12.249
Passivo circulante					
Parcela circulante de dívidas de longo prazo - terceiros	2.940	1.628	2.526	2.940	2.526
Dívida de curto prazo	517	708	515	517	515
Partes relacionadas	81	69	106	81	106
	3.538	2.405	3.147	3.538	3.147
Passivo exigível a longo prazo					
Dívidas de longo prazo - terceiros	9.066	7.146	9.045	9.066	9.045
Partes relacionadas	3	3	41	3	41
	9.069	7.149	9.086	9.069	9.086
Dívida bruta	12.607	9.554	12.233	12.607	12.233
Juros pagos	153	206	213	735	965
Patrimônio líquido	24.052	25.974	18.170	24.052	18.170
EBITDA (LAJIDA)/ Juros pagos (LTM)	22,72	19,51	12,69	22,72	12,69
Margem EBITDA (LTM)	49%	47%	44%	49%	44%
Margem EBIT (LTM)	43%	43%	38%	43%	38%
Dívida bruta / EBITDA (LAJIDA) (LTM)	0,75	0,62	1,00	0,75	1,00
Dívida bruta / Capitalização Patrimonial	34	27	40	34	40

EBITDA (LAJIDA) Consolidado por Segmento

Segmentos	(Não auditados) Trimestres						Acumulado			
	4T/05	% do total	3T/05	% do total	4T/04	% do total	2005	% do total	2004	% do total
Minerais ferrosos	3.528	82%	3.671	83%	2.062	69%	13.582	81%	7.947	65%
Minerais não-ferrosos	157	4%	84	2%	82	3%	428	3%	309	3%
Logística	221	5%	340	6%	277	9%	1.217	7%	1.234	10%
Participações										
Alumínio	339	8%	305	7%	520	17%	1.446	9%	1.965	16%
Siderurgia	46	1%	68	2%	62	2%	298	2%	794	6%
Outras	(91)	-	(150)	-	-	-	(270)	-2%	-	-
	4.200	100%	4.318	100%	3.003	100%	16.701	100%	12.249	100%

Informações por segmentos e destinação geográfica

As áreas de negócios da Companhia estão atualmente organizadas como segue:

Ferrosos – compreendem a extração de minério de ferro e produção de pelotas, bem como os sistemas de transporte do Norte e do Sul, incluindo ferrovias, portos e terminais, vinculadas a estas operações com produtos próprios. O minério de manganês e ferroligas também estão incluídos neste segmento.

Não-ferrosos – incluem a produção de minerais não-ferrosos.

Logística – compreende o sistema de transporte de cargas para terceiros divididos em serviços de transporte ferroviário, portuário e de navegação.

Participações – dividem-se nos segmentos de:

Alumínio – compreende a comercialização de produtos de alumínio, o refino da alumina e investimentos em *joint ventures* e coligadas responsáveis pela mineração de bauxita e fundição do alumínio.

Siderurgia – compreende os investimentos em *joint ventures* e coligadas de siderurgia.

Outras – compreendem os investimentos em *joint ventures* e coligadas em outros negócios.

12.1.10- Demonstrações do Resultado Consolidado por Segmentos de Negócios
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	2005							
	Participações							
	Minerais Ferrosos	Minerais Não- Ferrosos	Logística	Alumínio	Siderurgia	Outras	Centro Corporativo	Total
Receita bruta								
Vendas de minerais e metais								
Minério de ferro e pelotas	23.438	-	-	-	-	-	-	23.438
Manganês e ferroligas	1.488	-	-	-	-	-	-	1.488
Cobre	-	937	-	-	-	-	-	937
Potássio	-	359	-	-	-	-	-	359
Caulim	-	428	-	-	-	-	-	428
	24.926	1.724	-	-	-	-	-	26.650
Serviços de transporte	-	-	3.291	-	-	-	-	3.291
Vendas de produtos da área de alumínio	-	-	-	3.857	-	-	-	3.857
Vendas de produtos siderúrgicos	-	-	-	-	1.509	-	-	1.509
Outros produtos e serviços	33	1	-	9	-	-	-	43
	24.959	1.725	3.291	3.866	1.509	-	-	35.350
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços	(701)	(62)	(494)	(100)	-	-	-	(1.357)
Receita operacional líquida	24.258	1.663	2.797	3.766	1.509	-	-	33.993
Custos dos produtos e serviços								
Minerais e metais	(9.531)	(1.054)	-	-	-	-	-	(10.585)
Serviços de transporte	-	-	(1.977)	-	-	-	-	(1.977)
Produtos da área de alumínio	-	-	-	(2.361)	-	-	-	(2.361)
Produtos siderúrgicos	-	-	-	-	(1.364)	-	-	(1.364)
Outros produtos e serviços	(21)	(2)	-	(1)	-	-	-	(24)
	(9.552)	(1.056)	(1.977)	(2.362)	(1.364)	-	-	(16.311)
Lucro bruto	14.706	607	820	1.404	145	-	-	17.682
Margem bruta	60,6%	36,5%	29,3%	37,3%	9,6%	-	-	52,0%
Despesas operacionais								
Com vendas	(242)	(53)	(12)	(27)	(6)	-	-	(340)
Administrativas	(990)	(46)	(81)	(141)	(20)	(2)	-	(1.280)
Pesquisa e desenvolvimento	(210)	(184)	(10)	(14)	-	(254)	-	(672)
Outras despesas operacionais	(716)	(51)	(52)	3	(2)	(16)	-	(834)
	(2.158)	(334)	(155)	(179)	(28)	(272)	-	(3.126)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias	12.548	273	665	1.225	117	(272)	-	14.556
Resultado de participações societárias								
Equivalência patrimonial	94	-	-	-	397	1	-	492
Amortização de ágio	(223)	-	-	-	-	-	-	(223)
Provisão para perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
	(129)	-	-	-	397	1	-	269
Resultado financeiro								
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	-	(1.240)	(1.240)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	-	-	-	(36)	(36)
	-	-	-	-	-	-	(1.276)	(1.276)
Lucro (prejuízo) operacional	12.419	273	665	1.225	514	(271)	(1.276)	13.549
Resultado na venda de ativos	-	-	-	-	-	298	-	298
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda e contribuição social	12.419	273	665	1.225	514	27	(1.276)	13.847
Imposto de renda e contribuição social	(2.136)	(3)	(98)	(95)	(46)	10	-	(2.368)
Lucro (prejuízo) antes das participações	10.283	270	567	1.130	468	37	(1.276)	11.479
Participações de minoritários	(619)	-	(121)	(230)	-	(66)	-	(1.036)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	9.664	270	446	900	468	(29)	(1.276)	10.443

2004

	Participações						Total
	Minerais Ferrosos	Minerais Não-Ferrosos	Logística	Alumínio	Siderurgia	Outras	
Receita bruta							
Vendas de minerais e metais							
Minério de ferro e pelotas	15.626	-	-	-	-	-	15.626
Manganês e ferroligas	2.084	-	-	-	-	-	2.084
Cobre	-	592	-	-	-	-	592
Potássio	-	362	-	-	-	-	362
Caulim	-	468	-	-	-	-	468
	17.710	1.422	-	-	-	-	19.132
Serviços de transporte	-	-	3.025	-	-	-	3.025
Vendas de produtos da área de alumínio	-	-	-	4.055	-	-	4.055
Vendas de produtos siderúrgicos	-	-	-	-	2.731	-	2.731
Outros produtos e serviços	68	1	-	8	-	-	77
	17.778	1.423	3.025	4.063	2.731	-	29.020
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços	(738)	(77)	(462)	(112)	(87)	-	(1.476)
Receita operacional líquida	17.040	1.346	2.563	3.951	2.644	-	27.544
Custos dos produtos e serviços							
Minerais e metais	(7.873)	(655)	-	-	-	-	(8.528)
Serviços de transporte	-	-	(1.805)	-	-	-	(1.805)
Produtos da área de alumínio	-	-	-	(2.013)	-	-	(2.013)
Produtos siderúrgicos	-	-	-	-	(1.738)	-	(1.738)
Outros produtos e serviços	(33)	(6)	-	-	-	-	(39)
	(7.906)	(661)	(1.805)	(2.013)	(1.738)	-	(14.123)
Lucro bruto	9.134	685	758	1.938	906	-	13.421
Margem bruta	53,6%	50,9%	29,6%	49,1%	34,3%	-	48,7%
Despesas operacionais							
Com vendas	(192)	(97)	(40)	(45)	(38)	-	(412)
Administrativas	(865)	(11)	(59)	(132)	(56)	(2)	(1.125)
Pesquisa e desenvolvimento	(133)	(303)	(4)	-	-	-	(440)
Item não recorrente - amortização de ágio Samitri	(183)	-	-	-	-	-	(183)
Outras despesas operacionais	(847)	(49)	(25)	(8)	(27)	1	(955)
	(2.220)	(460)	(128)	(185)	(121)	(1)	(3.115)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias	6.914	225	630	1.753	785	(1)	10.306
Resultado de participações societárias							
Equivalência patrimonial	76	-	-	-	332	-	408
Amortização de ágio	(229)	-	(23)	-	-	-	(252)
Provisão para perdas	-	-	-	-	-	-	-
	(153)	-	(23)	-	332	-	156
Resultado financeiro							
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(1.556)	(1.556)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	-	-	(444)	(444)
	-	-	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Lucro (prejuízo) operacional	6.761	225	607	1.753	1.117	(1)	8.462
Resultado na venda de ativos	(6)	-	21	(5)	541	-	551
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda e contribuição social	6.755	225	628	1.748	1.658	(1)	9.013
Imposto de renda e contribuição social	(1.532)	(22)	(68)	(127)	(51)	(10)	(1.810)
Lucro (prejuízo) antes das participações	5.223	203	560	1.621	1.607	(11)	7.203
Participações de minoritários	(297)	(26)	(22)	(398)	-	-	(743)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.926	177	538	1.223	1.607	(11)	6.460

12.2- Comentários Sobre o Resultado das Operações da Controladora

12.2.1- Receita Bruta

O aumento de 31% na receita bruta (R\$ 18.098 em 2005 contra R\$ 13.785 em 2004) é derivado do crescimento de 10% nos volumes vendidos de minério de ferro e pelotas e de 7% nos volumes de serviços portuários, acrescido do aumento de preços praticados. Adicionalmente, as receitas do período incluem vendas de cobre iniciadas em junho de 2004. Estes efeitos positivos foram parcialmente reduzidos pela valorização média do real de 17% frente à moeda norte-americana, incidente sobre as receitas da Companhia.

12.2.2- Custos dos produtos e serviços

O custo de produtos e serviços vendidos apurados em 2005 foram de R\$ 9.603, contra R\$ 7.147 em 2004 representando um acréscimo de 34,4%, tendo como principais fatores o início da comercialização de cobre a partir de junho/04, bem como, maior volume comercializado dos demais produtos, os reajustes contratuais e aumento na base de ativos com conseqüente crescimento dos gastos com depreciação.

12.2.3- Margem Bruta

A margem bruta apresentou uma redução de 1,6% (43,8% em 2005 contra 45,4% em 2004) tendo como principais fatores à perda cambial nas receitas, conforme descrito acima, e o aumento dos custos unitários na produção de minério de ferro, cobre e potássio ocorrido no ano de 2005.

12.2.4- Resultado de Participações Societárias por Área de Negócio

Os números abaixo não representam obrigatoriamente os resultados individuais por empresa, mas sim os valores efetivamente aplicáveis a cada área de negócio.

Área de negócio	2005	Acumulado	
		2004	Δ%
Minerais Ferrosos			
. Minério de ferro	4.560	1.168	290
. Pelotas	1.063	498	113
. Manganês e ferroligas	30	572	(95)
Minerais Não-Ferrosos	(28)	(4)	600
Logística	231	166	39
Participações			
. Siderurgia	480	802	(40)
. Alumínio	582	728	(20)
Outros	(43)	17	353
Equivalência patrimonial	6.875	3.947	74
Provisão para perdas	(308)	(79)	(290)
Amortização de ágio	(223)	(252)	12
Variação cambial sobre o Patrimônio Líquido das empresas no exterior	(878)	(365)	141
Resultado de Participações Societárias	5.466	3.251	68

Os resultados de participações societárias estão fortemente impactados pelos efeitos da variação das dívidas, que influenciaram de forma positiva em função da valorização do real, perante o dólar, nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2005 de 11,8% contra 8,1% nos doze meses findos em 2004. Esse efeito é parcialmente compensado com a variação cambial negativa apurada nos investimentos no exterior.

Operacionalmente ocorreu aumento nos volumes e nos preços médios de venda em todas as áreas de negócios, exceto a área de ferroligas, onde houve redução significativa no preço médio de vendas. A queda em siderurgia é decorrente principalmente da venda da CST e, na área de alumínio, devido ao aumento dos custos de produção de bauxita e energia elétrica.

O resultado de equivalência negativa em outros corresponde a gastos com as subsidiárias de extração mineral na África, América do Sul e Oceania.

12.2.5- Despesas com vendas

As despesas com vendas diminuíram 88,0%, de R\$ 25 em 2004 para R\$ 3 em 2005, devido basicamente a diminuição do pagamento de comissões.

12.2.6- Despesas administrativas

As despesas administrativas aumentaram 29,0%, de R\$ 531 em 2004 para R\$ 685 em 2005, devido basicamente ao aumento nos gastos com pessoal decorrente de acordo coletivo de trabalho e de gastos com consultoria técnica e infra-estrutura e apoio.

12.2.7- Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram 18,9%, de R\$ 349 em 2004 para R\$ 415 em 2005, refletindo os planos de expansão da Companhia para a diversificação e expansão da produção visando atender à demanda mundial.

12.2.8- Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais apresentaram queda de R\$ 313, de R\$ 548 em 2004 para R\$ 235 em 2005 decorrentes basicamente da queda na necessidade de provisão para perdas com créditos de ICMS e de contingências.

12.2.9- Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido variou R\$ 833 (R\$ 81 de receita em 2005 contra R\$ 752 de despesa em 2004) como reflexo dos efeitos da valorização cambial do real frente ao dólar norte-americano que indexa a maior parte da dívida.

12.2.10- Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social apresentaram uma despesa de R\$ 1.257 em 2005 comparativamente a uma despesa de R\$ 885 em 2004, em decorrência principalmente do aumento do lucro tributável.

12.3- Balanço Social

Exercícios findos em 31 de dezembro

Base de cálculo	Consolidado (não auditado)				Controladora			
	2005		2004		2005		2004	
	Valor	Folha de pagamento bruta	Lucro operacional	% sobre	Valor	Folha de pagamento bruta	Lucro operacional	% sobre
Receita bruta	122	10	1	9	72	10	1	1
Lucro operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias	460	38	3	35	287	41	5	6
Folha de pagamento bruta	102	8	1	8	85	12	1	2
	91	7	1	77	54	8	1	1
	113	9	1	66	70	10	1	1
	235	19	2	21	180	26	4	4
	160	13	-	11	77	12	1	2
Total - Indicadores laborais	1.283	104	9	1.125	825	119	14	17
Indicadores sociais	2005		2004		2005		2004	
	Valor	Folha de pagamento bruta	Lucro operacional	% sobre	Valor	Folha de pagamento bruta	Lucro operacional	% sobre
	Valor	Lucro operacional	Faturamento bruto		Valor	Lucro operacional	Faturamento bruto	
Impostos	4.219	29	12	2.124	21	42	14	10
Investimentos em cidadania	108	-	-	81	1	1	1	1
Projetos e ações sociais	90	-	-	62	1	1	1	1
Comunidades indígenas	18	-	-	19	-	-	-	-
Investimentos em meio ambiente	197	1	-	166	1	2	1	1
Operacionais	175	1	-	128	2	2	1	1
Em programas e/ou projetos externos	22	-	-	38	-	-	-	-
Total - Indicadores sociais	4.524	30	12	2.371	23	45	16	12
Indicadores do corpo funcional	2005		2004		2005		2004	
	Valor	Folha de pagamento bruta	Lucro operacional	% sobre	Valor	Folha de pagamento bruta	Lucro operacional	% sobre
	Valor	Lucro operacional	Faturamento bruto		Valor	Lucro operacional	Faturamento bruto	
Nº de empregados no final do ano	38.828	-	-	36.176	21.882	-	-	18.457
Nº de admissões durante o ano	6.910	-	-	5.275	4.424	-	-	3.060

Os valores do consolidado referem-se ao percentual de participação da Controladora nas empresas.

12.4- Moeda Funcional

Em outubro de 2005, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC emitiu a resolução CFC nº 1.052/05, que aprova a NBC T 7 – Conversão de Moeda Estrangeira nas Demonstrações Contábeis que em linha com os pronunciamentos e práticas internacionais, institui o conceito de moeda funcional e moeda de relatório e instrui que os efeitos monetários apurados no processo de conversão das Demonstrações Contábeis de empresas com moeda funcional diferente da moeda funcional da investidora, passam a ser registrados diretamente em conta específica do Patrimônio Líquido.

A aplicação da referida norma traria os seguintes impactos nos resultados do exercício de 2005:

	2005		
	CVRD Consolidada	(*) Ajuste NBC T 7	Com Ajuste NBC T 7
Receita operacional líquida	33.993	-	33.993
Custos dos produtos e serviços	(16,311)	-	(16,311)
Lucro bruto	17.682	-	17.682
Despesas operacionais	(3,126)	-	(3,126)
Resultado operacional	14.556	-	14.556
Resultado de participações societárias	269	4	273
Resultado financeiro	(1,276)	48	(1,228)
Venda de ativos	298	-	298
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.847	52	13.899
Imposto de renda e contribuição social	(2,368)	-	(2,368)
Lucro antes das participações minoritárias	11.479	52	11.531
Participações minoritárias	(1,036)	-	(1,036)
Lucro líquido do exercício	10.443	52	10.495

(*) Ajuste no resultado contra conta específica de patrimônio líquido de da variação cambial referente a conversão de entidades no exterior com moeda funcional diferente do Real.

13- CONSELHEIROS, MEMBROS DOS COMITÊS E DIRETORES

Conselho de Administração

Sérgio Ricardo Silva Rosa
Presidente

Arlindo Magno de Oliveira

Eduardo Fernando Jardim Pinto

Erik Persson

Francisco Augusto da Costa e Silva

Hiroshi Tada

Jaques Wagner

Jorge Luiz Pacheco

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Oscar Augusto de Camargo Filho

Renato da Cruz Gomes

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Comitê de Controladoria

Antonio José de Figueiredo Ferreira
Inácio Clemente da Silva
Paulo Roberto Ferreira de Medeiros

Comitê de Desenvolvimento Executivo

Arlindo Magno de Oliveira
João Moisés de Oliveira
Olga Nietta Loffredi
Oscar Augusto de Camargo Filho

Comitê Estratégico

Roger Agnelli
Gabriel Stoliar
Cezar Manoel de Medeiros
José Roberto Mendonça de Barros
Luciano Coutinho

Comitê Financeiro

Roger Agnelli
Fábio de Oliveira Barbosa
Rômulo de Mello Dias
Wanderlei Viçoso Fagundes
Ivan Luiz Modesto Schara

Comitê de Governança e Ética

Renato da Cruz Gomes
Ricardo Simonsen
Ricardo Carvalho Giambroni

Conselho Fiscal

Marcelo Amaral Moraes
Presidente

Anibal Moreira dos Santos

Joaquim Vieira Ferreira Levy

José Bernardo de Medeiros Neto

Diretoria Executiva

Roger Agnelli

Diretor-Presidente

Murilo de Oliveira Ferreira
**Diretor Executivo da Área de Participações
e Desenvolvimento de Negócios**

José Carlos Martins
Diretor Executivo da Área de Ferrosos

Carla Grasso

**Diretora Executiva de Recursos Humanos
e Serviços Corporativos**

José Lancaster

Diretor Executivo da Área de Não-Ferrosos

Fábio de Oliveira Barbosa
Diretor Executivo de Finanças

Gabriel Stoliar
Diretor Executivo de Planejamento e Gestão

Guilherme Rodolfo Laager
Diretor Executivo da Área de Logística

Otto de Souza Marques Junior
Diretor do Departamento de Controladoria

Marcus Vinícius Dias Severini
Gerente Geral de Controladoria
Contador CRC-RJ 093982/O-3

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS – 31/12/2005

CAEMI (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2005					2004				
	1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
MINÉRIO DE FERRO										
Quantidade vendida -ME	9.560	9.949	10.737	9.174	39.420	7.855	7.407	9.311	9.446	34.019
Quantidade vendida -MI	1.946	2.388	2.673	2.570	9.577	1.941	2.851	2.525	2.349	9.666
Quantidade vendida-total	11.506	12.337	13.410	11.744	48.997	9.796	10.258	11.836	11.795	43.685
Preço médio - ME	22,49	39,40	38,69	36,52	34,44	18,95	22,68	21,63	22,50	21,48
Preço médio - MI	17,91	32,29	26,63	27,20	26,42	14,14	14,62	15,33	17,62	15,44
Preço médio-total	21,71	38,02	36,30	34,69	32,92	18,00	20,44	20,28	21,53	20,14
BAUXITA REFRATÁRIA										
Quantidade vendida -ME	-	-	-	-	-	19	-	-	-	19
Quantidade vendida -MI	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Quantidade vendida-total	-	-	-	-	-	20	-	-	-	20
Preço médio - ME	-	-	-	-	-	148,20	-	-	-	148,20
Preço médio - MI	-	-	-	-	-	158,00	-	-	-	158,00
Preço médio-total	-	-	-	-	-	148,67	-	-	-	148,67
CAULIM										
Quantidade vendida -ME	253	267	253	321	1.094	169	175	170	156	670
Quantidade vendida -MI	29	29	32	34	124	18	18	20	18	74
Quantidade vendida-total	282	296	285	355	1.218	187	193	190	174	744
Preço médio - ME	167,32	175,04	175,68	165,27	170,54	153,64	161,84	161,44	164,46	160,28
Preço médio - MI	197,76	202,59	212,12	249,42	216,76	210,17	184,56	200,15	235,06	207,29
Preço médio-total	170,45	177,74	178,81	173,07	174,94	159,08	163,94	165,51	171,86	164,96
SERVIÇOS DE TRANSPORTE (*)										
Quantidade vendida -MI	25.190	27.196	28.059	27.841	108.286	21.819	24.314	25.632	26.333	98.098
Quantidade vendida-total	25.190	27.196	28.059	27.841	108.286	21.819	24.314	25.632	26.333	98.098
Preço médio - MI	6,75	6,93	8,15	8,62	7,64	5,29	5,05	5,36	5,65	5,35
Preço médio-total	6,75	6,93	8,15	8,62	7,64	5,29	5,05	5,36	5,65	5,35
Endividamento bruto contratado a longo prazo	302	252	242	223	223	265	241	254	254	254
Endividamento bruto contratado a curto prazo	24	16	5	-	-	18	13	9	6	6
Endividamento bruto total	326	268	247	223	223	283	254	263	260	260
Patrimônio líquido	1.462	1.942	2.367	2.882	2.882	1.093	1.265	1.440	1.300	1.300
Receita líquida	792	1.443	1.272	1.120	4.627	600	708	792	798	2.898
Custo de produtos	(426)	(469)	(493)	(509)	(1.897)	(330)	(304)	(369)	(356)	(1.359)
Outras despesas/receitas	(96)	(97)	(104)	(122)	(419)	(58)	(73)	(72)	(135)	(338)
Depreciação, amortização e exaustão	79	76	87	93	335	45	46	47	60	199
EBITDA	349	953	762	582	2.646	257	377	398	367	1.399
Depreciação, amortização e exaustão	(79)	(76)	(87)	(93)	(335)	(45)	(46)	(47)	(60)	(199)
EBIT	270	877	675	489	2.311	212	331	351	307	1.201
Venda de ativos	-	-	298	-	298	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	7	30	(27)	8	18	5	1	(5)	(9)	(8)
Resultado financeiro líquido	7	(99)	(58)	52	(98)	(20)	(19)	(41)	(42)	(122)
Lucro antes do IR/CSL	284	808	888	549	2.529	197	313	305	256	1.071
IR/CSL	(93)	(256)	(232)	46	(535)	(67)	(108)	(99)	(78)	(352)
Participação monofitárias	(29)	(77)	(55)	(74)	(235)	(21)	(34)	(30)	(27)	(112)
Resultado do período	162	475	601	521	1.759	109	171	176	151	607

Área de Alumínio - Albras (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME Quantidade vendida -MI Quantidade vendida-total Preço médio - ME Preço médio - MI Preço médio-total Endividamento bruto contratado a longo prazo Endividamento bruto contratado a curto prazo Endividamento bruto total Patrimônio líquido Receita líquida Custo de produtos Outras despesas/receitas Depreciação, amortização e exaustão EBITDA Depreciação, amortização e exaustão EBIT Baixa de ativos Resultado financeiro líquido Lucro antes do IR/CSL IR/CSL Resultado do período	ton (mil)	104	106	106	110	426	94	115	96	108	413
	ton (mil)	5	4	6	6	21	3	4	5	5	17
	ton (mil)	109	110	112	116	447	97	119	101	113	430
	US\$	1.787,71	1.819,42	1.754,44	1.844,43	1.801,97	1.565,46	1.626,62	1.644,42	1.728,79	1.643,55
	US\$	1.860,15	1.874,87	1.588,67	1.310,50	1.628,35	1.618,11	1.660,01	1.700,23	1.787,36	1.701,90
	US\$	1.790,92	1.821,74	1.745,56	1.816,81	1.793,81	1.567,28	1.627,72	1.647,09	1.731,32	1.645,86
	US\$	172	152	132	237	237	319	264	244	202	202
	US\$	23	142	190	172	172	-	-	-	-	-
	US\$	195	294	322	409	409	319	264	244	202	202
	R\$	1.169	1.308	1.288	1.131	1.131	835	1.028	1.143	1.076	1.076
R\$	521	496	457	480	1.954	442	587	494	542	2.066	
R\$	(353)	(348)	(333)	(342)	(1.376)	(258)	(346)	(289)	(392)	(1.285)	
R\$	(29)	(20)	(28)	(30)	(107)	(30)	(26)	(17)	(39)	(112)	
R\$	15	17	17	20	69	16	16	17	17	66	
R\$	154	145	113	128	540	170	231	206	128	735	
R\$	(15)	(17)	(17)	(20)	(69)	(16)	(16)	(17)	(17)	(66)	
R\$	139	128	96	108	471	154	215	189	111	669	
R\$	-	-	-	-	-	(5)	1	-	(1)	(5)	
R\$	(24)	51	(92)	(229)	(294)	(101)	(49)	(59)	31	(178)	
R\$	115	179	4	(121)	177	48	167	130	141	486	
R\$	(23)	(40)	(24)	88	1	(53)	27	(15)	(2)	(43)	
R\$	92	139	(20)	(33)	178	(5)	194	115	139	443	

Área de Alumínio - Alunorte (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME	ton (mil)	395	366	404	393	1.558	439	343	487	414	1.683
Quantidade vendida -MI	ton (mil)	263	249	271	246	1.029	231	212	216	218	877
Quantidade vendida-total	ton (mil)	658	615	675	639	2.587	670	555	703	632	2.560
Preço médio - ME	US\$	244,47	249,98	239,25	261,44	248,69	204,29	234,99	225,85	230,49	223,23
Preço médio - MI	US\$	231,66	234,08	204,17	219,59	222,12	207,14	210,68	206,77	221,70	211,52
Preço médio-total	US\$	239,35	241,38	225,17	245,33	237,61	205,30	225,71	222,76	227,46	219,99
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	464	454	546	582	582	361	351	334	402	402
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	33	-	34	1	1	90	64	58	9	9
Endividamento bruto total	US\$	497	454	580	583	583	451	415	392	411	412
Patrimônio líquido	R\$	1.728	2.042	2.096	2.084	2.084	970	1.244	1.432	1.637	1.637
Receita líquida	R\$	407	351	357	354	1.469	385	375	448	386	1.594
Custo de produtos	R\$	(238)	(236)	(270)	(263)	(1.007)	(238)	(207)	(280)	(231)	(956)
Outras despesas/receitas	R\$	(19)	(14)	(1)	(12)	(46)	(12)	(11)	(12)	(17)	(52)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	23	22	21	23	89	19	20	22	23	83
EBITDA	R\$	173	123	107	102	505	154	177	178	161	670
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(23)	(22)	(21)	(23)	(89)	(19)	(20)	(22)	(23)	(83)
EBIT	R\$	150	101	86	79	416	135	157	156	138	586
Resultado financeiro líquido	R\$	(22)	138	(7)	(129)	(20)	(87)	(80)	34	(29)	(162)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	128	239	79	(50)	396	48	77	190	109	424
IR/CSL	R\$	(12)	(40)	(24)	14	(62)	(11)	52	(3)	(35)	3
Resultado do período	R\$	116	199	55	(36)	334	37	129	187	74	427

Área de Alumínio - MRN (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
ton (mil)	Quantidade vendida -ME	1.426	1.461	1.433	1.509	5.829	1.106	1.157	1.699	1.715	5.677
	Quantidade vendida -MI	2.431	2.972	3.165	3.398	11.966	2.198	2.834	2.728	3.016	10.776
	Quantidade vendida-total	3.857	4.433	4.598	4.907	17.795	3.304	3.991	4.427	4.731	16.453
US\$	Preço médio - ME	26,01	26,61	27,23	27,67	26,89		22,00	22,70	23,89	23,64
	Preço médio - MI	22,27	22,78	23,31	23,69	23,07	18,84	19,43	20,45	21,49	20,14
	Preço médio-total	24,14	24,70	25,27	24,91	24,78	19,90	20,38	21,77	22,80	21,35
US\$	Endividamento bruto contratado a longo prazo	26	17	7	5	5	40	60	53	40	40
	Endividamento bruto contratado a curto prazo	189	238	216	170	170	192	171	149	150	150
	Endividamento bruto total	215	255	223	175	175	232	231	202	190	190
R\$	Patrimônio líquido	849	794	905	932	932	777	729	880	870	870
	Receita líquida	225	240	260	265	990	178	242	262	265	947
	Custo de produtos	(98)	(118)	(140)	(146)	(502)	(75)	(98)	(105)	(116)	(394)
	Outras despesas/receitas	(6)	(7)	(4)	(11)	(28)	(3)	(2)	(11)	(9)	(25)
	Depreciação, amortização e exaustão	26	26	27	33	112	25	26	26	26	103
	EBITDA	147	141	143	141	572	125	168	172	166	631
	Depreciação, amortização e exaustão	(26)	(26)	(27)	(33)	(112)	(25)	(26)	(26)	(26)	(103)
	EBIT	121	115	116	108	460	100	142	146	140	528
	Resultado financeiro líquido	(6)	21	8	(7)	16	(6)	(23)	18	8	(3)
	Lucro antes do IR/CSL	115	136	124	101	476	94	119	164	148	525
	IR/CSL	(12)	(12)	(13)	(14)	(51)	(11)	(12)	(13)	(13)	(48)
	Resultado do período	103	124	111	87	425	83	107	151	135	476

Área de Alumínio - Valesul (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
ton (mil)	Quantidade vendida -ME	12	12	8	11	43	15	15	12	12	54
	Quantidade vendida -MI	11	12	12	16	51	10	10	12	12	44
	Quantidade vendida-total	23	24	20	27	94	25	25	24	24	98
US\$	Preço médio - ME	1.927,69	2.030,87	1.999,47	2.119,86	2.019,00	1.676,30	1.802,97	1.782,17	1.846,29	1.772,79
	Preço médio - MI	2.578,41	2.674,31	2.565,35	2.833,68	2.677,99	2.240,26	2.214,30	2.330,97	2.435,48	2.312,34
	Preço médio-total	2.494,08	2.216,68	2.339,00	2.542,86	2.404,27	1.903,80	1.969,71	2.063,19	2.137,55	2.016,89
US\$	Endividamento bruto contratado a longo prazo	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
	Endividamento bruto contratado a curto prazo	1	-	-	-	-	1	1	1	-	-
	Endividamento bruto total	-	-	-	-	-	2	1	1	-	-
R\$	Patrimônio líquido	287	274	266	254	254	273	254	273	273	273
R\$	Receita líquida	128	126	107	133	494	128	146	135	132	541
R\$	Custo de produtos	(111)	(115)	(108)	(124)	(458)	(102)	(113)	(112)	(104)	(431)
R\$	Outras despesas/receitas	-	3	(3)	(13)	(13)	(3)	(7)	1	(6)	(15)
R\$	Depreciação, amortização e exaustão	4	4	3	4	15	4	4	4	4	16
R\$	EBITDA	21	18	(1)	-	38	27	30	28	26	111
R\$	Depreciação, amortização e exaustão	(4)	(4)	(3)	(4)	(15)	(4)	(4)	(4)	(4)	(16)
R\$	EBIT	17	14	(4)	(4)	23	23	26	24	22	95
R\$	Resultado financeiro líquido	3	(2)	-	-	1	1	1	2	1	5
R\$	Lucro antes do IR/CSL	20	12	(4)	(4)	24	24	27	26	23	100
R\$	IR/CSL	(7)	(6)	(4)	(5)	(22)	(6)	(6)	(6)	(6)	(24)
R\$	Resultado do período	13	6	(8)	(9)	2	18	21	20	17	76

Área de Pelotização - Hispanobras (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2005						2004					
	1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado		
Quantidade vendida - ME ton (mil)	500	459	320	331	1.610	425	99	246	442	1.212		
Quantidade vendida - MI ton (mil)	620	550	730	685	2.585	460	790	795	675	2.720		
Quantidade vendida - total ton (mil)	1.120	1.009	1.050	1.016	4.195	885	889	1.041	1.117	3.932		
Preço médio - ME US\$	38,46	69,35	72,19	71,87	60,84	32,48	57,40	38,57	39,18	38,20		
Preço médio - MI US\$	38,43	50,85	74,00	73,14	60,32	31,18	42,37	37,67	38,62	38,17		
Preço médio - total US\$	38,45	59,27	73,45	72,73	60,52	31,83	44,04	37,88	38,84	38,18		
Patrimônio líquido R\$	125	189	147	112	112	95	113	120	115	115		
Receita líquida R\$	114	265	178	168	725	82	121	119	120	443		
Custo de produtos R\$	(93)	(152)	(121)	(126)	(492)	(81)	(97)	(96)	(91)	(365)		
Outras despesas/receitas R\$	(4)	(2)	(2)	(7)	(15)	3	6	(4)	(7)	(2)		
Depreciação, amortização e exaustão R\$	1	1	1	1	4	3	1	1	1	6		
EBITDA R\$	18	112	56	36	222	7	32	20	23	82		
Depreciação, amortização e exaustão R\$	(1)	(1)	(1)	(1)	(4)	(3)	(1)	(1)	(1)	(6)		
EBIT R\$	17	111	55	35	218	4	31	19	22	76		
Resultado financeiro líquido R\$	-	(9)	(2)	3	(8)	(1)	1	(5)	(2)	(7)		
Lucro antes do IR/CSL R\$	17	102	53	38	210	3	32	14	20	69		
IR/CSL R\$	(7)	(35)	(18)	(14)	(74)	(1)	(11)	(5)	(8)	(25)		
Resultado do exercício R\$	10	67	35	24	136	2	21	9	12	44		

Área de Pelotização - Itabasco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
	ton (mil)	769	730	670	688	2.857	762	903	486	674	2.825
	ton (mil)	176	230	340	189	935	-	105	260	407	772
	ton (mil)	945	960	1.010	877	3.792	762	1.008	746	1.081	3.597
Preço médio - ME	US\$	39,14	71,97	73,16	73,70	63,83	32,84	43,39	39,02	39,15	38,78
Preço médio - MI	US\$	39,40	73,27	73,78	73,57	67,14	-	38,29	39,33	39,28	39,16
Preço médio - total	US\$	39,18	72,29	73,37	73,67	64,65	32,84	42,86	39,13	39,20	38,86
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	4	9	-	-	-	1	8	1	-	-
Endividamento bruto total	US\$	4	9	-	-	-	1	8	1	-	-
Patrimônio líquido	R\$	94	157	133	102	102	66	79	84	89	89
Receita líquida	R\$	99	246	172	147	664	72	132	87	117	408
Custo de produtos	R\$	(84)	(145)	(123)	(112)	(464)	(70)	(111)	(72)	(101)	(354)
Outras despesas/receitas	R\$	(6)	(3)	(7)	(4)	(20)	-	4	(4)	(7)	(7)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	-	-	2	1	3	-	1	1	-	2
EBITDA	R\$	9	98	44	32	183	2	26	12	9	49
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	-	-	(2)	(1)	(3)	-	(1)	(1)	-	(2)
EBIT	R\$	9	98	42	31	180	2	25	11	9	47
Equivalência patrimonial	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	R\$	(1)	(1)	(6)	-	(8)	-	(1)	(2)	1	(2)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	8	97	36	31	172	2	24	9	10	45
IR/CSL	R\$	(4)	(33)	(15)	(12)	(64)	(1)	(9)	(4)	(4)	(18)
Resultado do período	R\$	4	64	21	19	108	1	15	5	6	27

Área de Pelotização - Kobrasco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
ton (mil)	Quantidade vendida - ME	597	980	782	829	3.188	617	437	852	549	2.455
	Quantidade vendida - MI	662	329	400	310	1.701	623	460	320	544	1.947
	Quantidade vendida - total	1.259	1.309	1.182	1.139	4.889	1.240	897	1.172	1.093	4.402
US\$	Preço médio - ME	38,08	71,48	75,54	73,27	66,69	34,27	38,04	37,94	38,20	37,09
	Preço médio - MI	39,32	73,80	71,98	72,85	59,78	33,26	39,59	38,96	39,36	37,40
	Preço médio - total	38,73	72,26	74,34	73,16	64,34	33,76	38,84	38,22	38,77	37,24
US\$	Endividamento bruto contratado a longo prazo	87	70	49	27	27	97	92	87	83	83
	Endividamento bruto total	87	70	49	27	27	97	92	87	83	83
R\$	Patrimônio líquido	78	144	164	188	188	15	15	44	67	67
	Receita líquida	130	230	208	187	755	122	106	135	118	481
	Custo de produtos	(98)	(152)	(143)	(136)	(529)	(106)	(92)	(107)	(96)	(401)
	Outras despesas/receitas	(9)	-	(27)	(7)	(43)	2	8	(5)	(3)	2
	Depreciação, amortização e exaustão	2	2	2	2	8	2	2	2	2	8
	EBITDA	25	80	40	46	191	20	24	25	21	90
	Depreciação, amortização e exaustão	(2)	(2)	(2)	(2)	(8)	(2)	(2)	(2)	(2)	(8)
	EBIT	23	78	38	44	183	18	22	23	19	82
	Resultado financeiro líquido	(3)	23	3	(5)	18	(4)	(21)	21	17	13
	Lucro antes do IR/CSL	20	101	41	39	201	14	1	44	36	95
R\$	IR/CSL	(9)	(35)	(22)	(14)	(80)	(6)	-	(16)	(13)	(34)
	Resultado do período	11	66	19	25	121	9	1	28	23	61

Área de Pelotização - Nibrasco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2005					2004				
	1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME ton (mil)	675	627	827	807	2.936	563	803	776	833	2.975
Quantidade vendida - MI - CVRD ton (mil)	996	1.149	1.000	1.289	4.434	1.327	903	899	779	3.908
Quantidade vendida - MI - Outros ton (mil)	35	34	35	34	138	33	33	31	30	127
Quantidade vendida - total ton (mil)	1.706	1.810	1.862	2.130	7.508	1.923	1.739	1.706	1.642	7.010
Preço médio - ME US\$	37,13	64,94	86,42	80,36	68,84	31,45	34,49	40,37	36,40	35,98
Preço médio - MI US\$	37,77	68,70	106,16	70,54	70,74	31,51	35,96	37,51	37,40	35,09
Preço médio - total US\$	37,51	67,39	97,22	73,13	69,63	31,49	33,23	38,84	36,90	34,98
Endividamento bruto contratado a longo prazo US\$	4	4	4	3	3	-	-	3	4	4
Endividamento bruto contratado a curto prazo US\$	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Endividamento bruto total US\$	4	4	4	3	3	1	-	3	4	4
Patrimônio líquido R\$	174	154	204	269	269	116	129	143	161	161
Receita líquida R\$	185	326	313	383	1.207	188	202	217	186	793
Custo de produtos R\$	(156)	(238)	(210)	(271)	(875)	(171)	(173)	(183)	(143)	(670)
Outras despesas/receitas R\$	(4)	(4)	(17)	(12)	(37)	7	12	(6)	(22)	(9)
Depreciação, amortização e exaustão R\$	1	2	2	2	7	2	2	1	1	6
EBITDA R\$	26	86	88	102	302	26	43	29	22	120
Depreciação, amortização e exaustão R\$	(1)	(2)	(2)	(2)	(7)	(2)	(2)	(1)	(1)	(6)
EBIT R\$	25	84	86	100	295	24	41	28	21	114
Resultado financeiro líquido R\$	(1)	(3)	(8)	-	(12)	-	-	(4)	8	4
Lucro antes do IR/CSL R\$	24	81	78	100	283	24	41	24	29	118
IR/CSL R\$	(11)	(28)	(29)	(34)	(102)	(9)	(13)	(9)	(11)	(42)
Resultado do período R\$	13	53	49	66	181	15	28	15	18	76

Área de Pelotização - Samarco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - Pelotas	ton (mil)	3.297	3.024	3.666	4.089	14.076	3.462	3.177	3.264	3.918	13.821
Quantidade vendida - Minério de ferro	ton (mil)	239	431	407	330	1.407	497	471	688	367	2.023
Preço médio - Pelotas	US\$	43,88	76,50	80,98	79,60	70,93	39,31	39,11	38,89	40,62	39,54
Preço médio - Minério de ferro	US\$	31,04	32,18	38,68	37,23	35,05	16,88	19,66	21,78	21,28	19,99
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	52	42	41	39	39	21	46	42	58	58
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	156	140	156	299	299	174	153	139	141	141
Endividamento bruto total	US\$	208	182	197	338	338	195	199	181	199	199
Patrimônio líquido	R\$	767	935	960	887	887	626	558	662	569	569
Receita líquida	R\$	411	612	697	730	2.450	373	404	424	480	1.681
Custo de produtos	R\$	(168)	(176)	(209)	(252)	(805)	(165)	(154)	(173)	(217)	(709)
Outras despesas	R\$	(28)	(74)	(19)	(14)	(135)	(31)	(46)	(42)	(55)	(174)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	11	12	15	9	47	11	12	13	12	48
EBITDA (*)	R\$	226	374	484	473	1.557	188	216	222	220	846
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(11)	(12)	(15)	(9)	(47)	(11)	(12)	(13)	(12)	(48)
EBIT	R\$	215	362	469	464	1.510	177	204	209	208	798
Equivalência patrimonial	R\$	7	9	10	(6)	20	11	(5)	20	(1)	25
Resultado financeiro líquido	R\$	13	-	(46)	(14)	(47)	(5)	(54)	41	2	(15)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	235	371	433	444	1.483	183	145	270	209	808
IR/CSL	R\$	(37)	(60)	(75)	(82)	(254)	(31)	(18)	(58)	-	(108)
Resultado do período	R\$	198	311	358	362	1.229	152	127	212	209	700

Área de Pelotização - GIIC (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	710	1.058	893	932	3.593	906	683	1.003	1.092	3.684
Preço médio - ME	US\$	88,06	118,15	109,34	108,11	107,41	52,68	58,27	55,78	54,82	55,19
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	10	10	5	5	5	20	20	25	25	25
Endividamento bruto total	US\$	10	10	5	5	5	20	20	25	25	25
Patrimônio líquido	R\$	303	328	282	289	289	221	240	245	240	240
Receita líquida	R\$	167	321	220	226	934	138	121	167	185	611
Custo de produtos	R\$	(102)	(156)	(133)	(129)	(520)	(104)	(102)	(131)	(137)	(474)
Outras despesas/receitas	R\$	(3)	(46)	(23)	(16)	(88)	(11)	(9)	(10)	(16)	(46)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	2	2	2	2	8	2	2	2	2	8
EBITDA	R\$	64	121	66	83	334	25	12	28	34	99
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(2)	(2)	(2)	(2)	(8)	(2)	(2)	(2)	(2)	(8)
EBIT	R\$	62	119	64	81	326	23	10	26	32	91
Ganho/perda na conversão de moedas	R\$	-	(16)	4	15	3	-	2	(4)	(6)	(7)
Resultado financeiro líquido	R\$	-	-	(15)	1	(14)	-	-	-	-	(1)
Resultado do exercício	R\$	62	103	53	97	315	23	12	22	26	83

Área de Manganês e Ferroligas - Urucum (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME - Ferro	ton (mil)	222	263	279	198	962	127	106	254	172	659
	Quantidade vendida -MI - Ferro	1	-	4	17	22	-	3	-	46	49
	Quantidade vendida-total	223	263	283	215	984	127	109	254	218	708
Quantidade vendida -ME - Manganês	ton (mil)	26	50	7	38	121	22	4	39	56	121
	Quantidade vendida -MI - Manganês	64	48	48	36	196	50	62	52	50	214
	Quantidade vendida-total	90	98	55	74	317	72	66	91	106	335
Quantidade vendida -ME - Ferroligas	ton (mil)	5	4	2	2	13	4	4	4	3	15
	Quantidade vendida -MI - Ferroligas	-	-	2	4	6	1	-	-	-	1
	Quantidade vendida-total	5	4	4	6	19	5	4	4	3	16
Preço médio - ME - Ferro	US\$	17,89	32,72	34,19	32,09	29,59	15,05	19,09	19,18	18,45	18,18
	Preço médio - MI - Ferro	2,63	-	23,25	22,53	21,76	-	2,28	-	37,13	35,00
	Preço médio-total	17,85	32,72	34,04	31,33	29,43	15,05	18,63	19,18	22,39	19,34
	Preço médio - ME - Manganês	115,85	98,34	124,86	67,37	93,91	49,84	54,87	45,72	45,33	46,59
	Preço médio - MI - Manganês	72,57	114,52	107,81	111,19	98,57	44,19	47,69	55,82	68,27	53,66
	Preço médio-total	85,16	106,27	109,98	88,69	96,82	45,92	48,10	51,53	56,10	51,09
	Preço médio - ME - Ferroligas	918,43	775,24	942,00	798,00	859,47	564,53	863,73	1.285,47	1.227,89	969,24
	Preço médio - MI - Ferroligas	-	-	210,00	622,86	485,24	394,48	-	-	-	394,48
	Preço médio-total	918,43	775,24	576,00	681,24	741,29	546,44	863,73	1.285,47	1.227,89	938,29
	Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	12	17	19	23	23	-	3	1	8
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	-	-	-	-	-	4	1	1	-	-
Endividamento bruto total	US\$	12	17	19	23	23	4	4	2	8	8
Patrimônio líquido	R\$	46	54	60	47	47	61	44	54	46	46
	Receita líquida	41	50	42	39	172	21	24	40	39	124
	Custo de produtos	(18)	(19)	(17)	(28)	(82)	(11)	(11)	(15)	(19)	(56)
	Outras despesas/receitas	(5)	(11)	(9)	(13)	(38)	(4)	(3)	(7)	(22)	(36)
	Depreciação, amortização e exaustão	1	1	1	1	4	1	1	1	1	4
	EBITDA	19	21	17	(1)	56	7	11	19	(1)	36
	Depreciação, amortização e exaustão	(1)	(1)	(1)	(1)	(4)	(1)	(1)	(1)	(1)	(4)
	EBIT	18	20	16	(2)	52	6	10	18	(2)	32
	Baixa de Ativos	-	(1)	-	(3)	(4)	(1)	-	-	(1)	(2)
	Resultado financeiro líquido	(1)	(7)	(5)	-	(13)	-	-	(2)	(2)	(4)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	17	12	11	(5)	35	5	10	16	(5)	26
	IR/CSL	(6)	(4)	(5)	-	(15)	(2)	(3)	(6)	-	(11)
	Resultado do período	11	8	6	(5)	20	3	7	10	(5)	15

Área de Manganês e Ferroligas - RDME (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2005					2004				
	1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME - Sinter Ton (mil)	47	27	11	25	110	66	86	88	38	278
Quantidade vendida - ME - Manganês Ton (mil)	45	6	28	77	156	55	33	68	15	171
Quantidade vendida - ME - Ferroligas Ton (mil)	50	51	38	31	170	64	41	47	41	193
Preço Médio - ME - Sinter US\$	134,00	155,00	157,00	120,52	138,39	103,70	108,70	95,68	118,63	104,75
Preço Médio - ME - Manganês US\$	122,00	139,00	147,93	99,97	116,43	73,22	78,16	100,35	83,18	85,84
Preço médio - ME - Ferroligas US\$	1.049,00	739,00	571,87	574,13	762,75	588,12	954,98	1.213,38	1.295,42	968,57
Endividamento bruto contratado a longo prazo US\$	3	2	2	-	-	3	3	3	3	3
Endividamento bruto contratado a curto prazo US\$	-	1	-	4	4	-	-	-	-	-
Endividamento bruto total US\$	3	3	2	4	4	3	3	3	3	3
Patrimônio líquido R\$	281	231	212	204	204	194	207	246	280	280
Receita líquida R\$	181	127	87	79	474	147	165	209	167	688
Custo de produtos R\$	(152)	(121)	(88)	(82)	(443)	(134)	(156)	(134)	(115)	(539)
Outras despesas/receitas R\$	(7)	(7)	(6)	(14)	(34)	(3)	(9)	(24)	(3)	(39)
Depreciação, amortização e exaustão R\$	3	3	3	3	12	3	3	5	5	16
EBITDA R\$	25	2	(4)	(14)	9	13	3	56	54	126
Depreciação, amortização e exaustão R\$	(3)	(3)	(3)	(3)	(12)	(3)	(3)	(5)	(5)	(16)
EBIT R\$	22	(1)	(7)	(17)	(3)	10	-	51	49	110
Ganho/ perdas na conversão de moedas R\$	(12)	(17)	(18)	8	(39)	-	(1)	(1)	(5)	(7)
Resultado financeiro líquido R\$	-	-	(30)	(1)	(31)	2	-	-	-	2
Lucro antes do IR/CSL R\$	10	(18)	(55)	(10)	(73)	12	(1)	50	44	105
IR/CSL R\$	(8)	-	2	3	(3)	-	-	-	(13)	(13)
Resultado do exercício R\$	2	(18)	(53)	(7)	(76)	12	(1)	50	31	92

Área de Siderurgia - CSI (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - total	ton (mil)	448	428	459	479	1.814	566	530	558	452	2.106
Preço médio - total	US\$	746,28	709,09	627,27	627,43	676,01	419,00	539,53	694,15	748,56	592,97
Patrimônio líquido	R\$	777	762	683	749	749	629	754	785	822	822
Receita líquida	R\$	906	756	680	677	3.019	675	879	1.158	945	3.657
Custo de produtos	R\$	(776)	(703)	(666)	(589)	(2.734)	(654)	(712)	(854)	(770)	(2.990)
Outras despesas/receitas	R\$	(19)	(7)	(11)	(1)	(38)	-	-	(2)	-	(2)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	18	15	17	15	65	20	18	19	17	74
EBITDA	R\$	129	61	20	102	312	41	185	321	192	739
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(18)	(15)	(17)	(15)	(65)	(20)	(18)	(19)	(17)	(74)
EBIT	R\$	111	46	3	87	247	21	167	302	175	665
Equivalência patrimonial	R\$	-	-	-	-	-	4	3	(17)	2	(8)
Ganho/perda na conversão de moedas	R\$	8	(110)	(45)	49	(98)	-	3	(13)	(20)	(30)
Resultado financeiro líquido	R\$	(9)	(7)	(7)	26	3	(15)	(34)	(52)	(14)	(115)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	110	(71)	(49)	162	152	10	139	220	143	512
IR/CSL	R\$	(44)	(15)	3	(37)	(93)	(4)	(56)	(96)	(66)	(222)
Resultado do exercício	R\$	66	(86)	(46)	125	59	6	83	124	77	290

Área de Logística - Docenave (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Transporte marítimo: Quantidades - Mercado externo:	.Granel	889	881	777	812	3.359	1.426	1.430	1.047	1.228	5.131
	.Carga geral (Container-TEUS)	9.888	8.845	8.907	6.663	34.303	7.444	8.674	10.194	10.991	37.303
	.Serviços portuários	556	804	991	416	2.767	698	623	617	819	2.757
Transporte marítimo: Quantidades - Mercado interno:	.Granel	345	291	330	-	966	129	495	573	411	1.608
	.Carga geral (Container-TEUS)	13.826	12.964	14.288	18.432	59.510	14.532	15.916	15.895	15.064	61.407
	.Serviços portuários	1.126	968	899	1.512	4.505	912	986	1.135	926	3.959
Preços médio - Mercado externo	.Granel	15,55	11,25	14,89	16,85	14,58	10,83	11,83	16,47	16,21	13,55
	.Carga geral (Container-TEUS)	616,40	753,31	713,37	1.048,33	760,78	569,99	585,77	605,55	778,73	644,88
	.Serviços portuários	3.453,24	3.075,23	3.112,53	5.921,07	3.592,40	3.005,73	3.321,03	3.414,91	3.063,49	3.185,71
Preços médio - Mercado interno	.Granel	9,88	7,56	7,00	-	8,20	3,81	8,37	7,23	11,68	8,44
	.Carga geral (Container-TEUS)	817,37	865,17	893,48	794,24	838,89	594,62	619,63	681,54	628,98	632,03
	.Serviços portuários	3.449,38	3.931,46	4.362,93	2.996,97	3.583,43	3.003,29	3.294,12	3.376,21	3.019,44	3.186,41
Exigível a longo prazo	US\$	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1
Exigível a curto prazo	US\$	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1
Total exigível	US\$	1	1	1	-	-	2	2	2	2	2
Patrimônio líquido	R\$	266	268	284	322	322	259	298	319	242	242
Receita líquida	R\$	104	86	90	90	370	96	118	131	130	475
Custo de serviços	R\$	(64)	(53)	(57)	(66)	(240)	(77)	(79)	(91)	(97)	(344)
Outras receitas/(despesas)	R\$	(4)	(1)	(5)	(5)	(15)	(8)	(6)	(5)	(17)	(36)
Depreciação	R\$	3	2	2	3	10	-	3	2	1	6
EBITDA	R\$	39	34	30	22	125	11	36	37	17	101
Depreciação	R\$	(3)	(2)	(2)	(3)	(10)	-	(3)	(2)	(1)	(6)
EBIT	R\$	36	32	28	19	115	11	33	35	16	95
Equivalência patrimonial	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Varição cambial s/ PL investimentos no exterior	R\$	1	(33)	(9)	11	(30)	-	-	-	-	-
Baixa de ativos	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	R\$	4	11	6	12	33	13	14	(7)	(9)	11
Lucro antes do IR/CSLL	R\$	41	10	25	42	118	24	47	28	7	106
IR/CSLL	R\$	(11)	(8)	(9)	(4)	(32)	(4)	(1)	(7)	(2)	(14)
Resultado do período	R\$	30	2	16	38	86	20	46	21	5	92

Área de Logística - FCA (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2005					2004				
	1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -MI ton (mil)	6.103	7.416	7.616	6.425	27.560	5.807	6.943	6.931	7.086	26.767
Preço médio - MI R\$	26,20	30,09	31,18	29,26	29,34	22,77	24,95	26,19	24,99	24,81
Endividamento bruto contratado a longo prazo US\$	127	136	133	-	-	111	107	109	134	134
Endividamento bruto contratado a curto prazo US\$	-	-	-	-	-	18	18	18	-	-
Endividamento bruto total US\$	127	136	133	-	-	129	125	127	134	134
Patrimônio líquido R\$	24	40	(37)	(121)	(121)	108	82	73	39	39
Receita líquida R\$	131	187	198	154	670	113	143	152	145	553
Custo de produtos R\$	(147)	(176)	(192)	(213)	(728)	(130)	(132)	(150)	(159)	(572)
Outras despesas/receitas R\$	-	(16)	(53)	(32)	(101)	4	(13)	(13)	(22)	(44)
Depreciação, amortização e exaustão R\$	13	15	18	23	69	10	9	12	14	45
EBITDA R\$	(3)	10	(29)	(68)	(90)	(4)	7	1	(22)	(18)
Depreciação, amortização e exaustão R\$	(13)	(15)	(18)	(23)	(69)	(10)	(9)	(12)	(14)	(45)
EBIT R\$	(16)	(5)	(47)	(91)	(159)	(14)	(2)	(11)	(36)	(63)
Resultado financeiro líquido R\$	1	21	(29)	6	(1)	(12)	(24)	3	1	(32)
Lucro antes do IR/CSL R\$	(15)	16	(76)	(85)	(160)	(26)	(26)	(8)	(35)	(95)
IR/CSL R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do período R\$	(15)	16	(76)	(85)	(160)	(26)	(26)	(8)	(35)	(95)

[página intencionalmente deixada em branco]

Demonstrações Financeiras do exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2004

[página intencionalmente deixada em branco]



Companhia Vale do Rio Doce
Diretoria de Controle - DICT



Demonstrações Contábeis de 2004

BRGAAP

Arquivada na CVM e na SEC em
21/03/05

Gerência Geral de Controladoria - GECOL

ÍNDICE

PARTE I	3
1- COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RESULTADO DAS OPERAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 COMPARADO COM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	3
1.1- Aspectos Gerais	3
1.2- Comentários Sobre a Controladora	6
1.2.1- Receita Bruta	6
1.2.2- Custo dos Produtos e Serviços	7
1.2.3- Resultado de Participações Societárias por Área de Negócio	8
1.2.4- Despesas Operacionais	9
1.2.5- Item não Recorrente - Amortização de Ágio Samitri	9
1.2.6- Resultado Financeiro Líquido	9
1.2.7- Imposto de Renda e Contribuição Social	10
1.2.8- Geração de Caixa	10
1.3- Comentários Sobre o Consolidado	11
1.3.1- Receita Bruta	11
1.3.2- Custo dos Produtos e Serviços	12
1.3.3- Geração de Caixa	13
PARTE II	14
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS	14
2- BALANÇO PATRIMONIAL	14
3- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	15
4- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
5- DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	17
6- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (INFORMAÇÃO ADICIONAL)	18
7- DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (INFORMAÇÃO ADICIONAL)	19
8- BALANÇO SOCIAL (INFORMAÇÃO ADICIONAL)	20
9- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS (INFORMAÇÃO ADICIONAL)	21
10- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003	23
10.1- Contexto Operacional	23
10.2- Apresentação das Demonstrações Contábeis	23
10.3- Consolidação ALBRAS	23
10.4- Princípios e Práticas de Consolidação	25
10.5- Sumário das Principais Práticas Contábeis	26
10.6- Disponibilidades	26
10.7- Contas a Receber de Clientes	27
10.8- Partes Relacionadas	27
10.9- Estoques	28
10.10- Tributos a Recuperar ou Compensar	28
10.11- Imposto de Renda e Contribuição Social	29
10.12- Participações Societárias	31
10.13- Imobilizado	32
10.14- Empréstimos e Financiamentos	33
10.15- Securitização de Recebíveis de Exportação	35
10.16- Passivos Contingentes	35
10.17- Custos Ambientais e de Recuperação e Restauração	37
10.18- Fundo de Pensão - Valia	37
10.19- Capital Social	41
10.20- Programa de ADRs - <i>American Depositary Receipts</i>	41

10.21- Ações em Tesouraria	42
10.22- Remuneração aos Acionistas	42
10.23- Resultado Financeiro - Controladora e Consolidado	43
10.24- Instrumentos Financeiros - Derivativos	45
10.25- Exposição Cambial	49
10.26- Despesas Administrativas e Outras Despesas Operacionais	49
10.27- Concessões e Arrendamentos	50
10.28- Efeitos se Adotadas as Demonstrações em Moeda de Capacidade Aquisitiva Constante (não auditado)	51
10.29- Seguros	52
10.30- Plano de Participação nos Resultados	52

PARTE III 53

11- ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS	53
13 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	54
14- PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004.	55
15- PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	56
16- CONSELHEIROS, MEMBROS DOS COMITÊS E DIRETORES	57

PARTE I

Valores expressos em milhões de reais

1- COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RESULTADO DAS OPERAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 COMPARADO COM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

1.1- Aspectos Gerais

(a) Os principais segmentos de negócio da Companhia Vale do Rio Doce são a mineração e a logística, a saber:

- Minerais ferrosos: minério de ferro, pelotas, manganês e ferroligas;
- Minerais não-ferrosos: potássio, caulim e cobre;
- Logística: ferrovias, portos, terminais marítimos e navegação; e
- Outros negócios: investimentos na área de alumínio, siderurgia e geração de energia elétrica.

Minerais Ferrosos

Minério de Ferro e Pelotas

Operado em dois sistemas integrados de primeira linha no Brasil para a produção e a distribuição do minério, cada um formado por minas, ferrovias e terminais marítimos. O Sistema Sul, com base nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e o Sistema Norte, com base nos estados do Pará e Maranhão. Atualmente, a Vale opera nove usinas de pelotização no Brasil, cinco delas organizadas como *joint ventures* com parceiros internacionais e, adicionalmente, participa com 50% no capital social da Samarco, que possui e opera duas usinas de pelotização no Espírito Santo e com 50% na GIC que opera uma usina de pelotização no Bahrein.

As vendas de minério de ferro e pelotas são realizadas sob contratos de fornecimento de longo prazo que estipulam renegociações anuais dos preços. Mudanças cíclicas na demanda mundial por produtos de aço influenciam preços e volumes de venda no mercado mundial de minério de ferro. Fatores diversos influenciam os preços, tais como o teor de ferro em cada jazida, os vários processos de beneficiamento exigidos para produzir o produto final, a granulometria, o teor de umidade e o tipo e concentração de contaminantes (tais como fósforo, alumina e manganês) no minério. Custos de transporte também influenciam os preços contratuais. Geralmente as renegociações anuais de preços contratuais ocorrem de novembro a fevereiro, com preços de referência distintos estabelecidos para os mercados asiático e europeu. No mercado asiático, os preços renegociados vigoram de abril de cada ano até março do ano seguinte. No mercado europeu, os preços renegociados vigoram de janeiro a dezembro do ano da renegociação. Em razão da variedade de qualidades e características físicas, nossos produtos de minério de ferro e pelotas não são tratados estritamente como *commodities*, que são substituíveis e têm preços padronizados no mercado internacional. Por esta razão, não há um mercado de derivativos de minério de ferro e pelotas no qual poderíamos, se desejássemos, realizar operações para mitigar nossa exposição à variação nos preços desses produtos. Atualmente, não realizamos quaisquer operações de *hedge* de preços de minério de ferro e pelotas.

Manganês e Ferroligas

Esta atividade dá-se por intermédio das controladas RDM, localizada na Bahia e em Minas Gerais, Urucum, no Mato Grosso do Sul, Rio Doce Manganês Europe, na França e Rio Doce Manganese Norway, na Noruega.

Minerais Não-Ferrosos

Potássio

O potássio é uma importante matéria-prima para a produção de fertilizantes. A Companhia mantém arrendada desde 1995 uma mina de potássio (única mina desse tipo no Brasil), no estado de Sergipe, da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.

Em novembro de 2004, a CVRD venceu concorrência internacional para pesquisa, avaliação e exploração de depósito de potássio na região de Neuquén na Argentina.

Cobre

A produção de cobre teve início em junho de 2004 com a entrada em operação da mina de Sossego, localizada no estado do Pará. Sossego é a primeira mina de cobre da Companhia e o único projeto greenfield no mundo a começar a operar em 2004.

Caulim

O caulim é utilizado nas indústrias de papel, cerâmica e farmacêutica como agente de revestimento e preenchimento. As atividades comerciais de caulim dão-se por intermédio da Caemi, controladora da Pará Pigmentos S.A. e da Cadam.

Ouro

As operações de produção de ouro foram substancialmente reduzidas quando da venda da mina de Fazenda Brasileiro em 2003. Atualmente, as operações de ouro estão vinculadas com as operações do cobre do qual o ouro é obtido como subproduto e com a produção de pequena quantidade na mina de Itabira em conjunto com as operações de minério de ferro.

Logística

O sistema de logística da Companhia inclui a Estrada de Ferro Vitória a Minas e o Complexo Portuário de Tubarão, no Sistema Sul, e a Estrada de Ferro Carajás e o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, no Sistema Norte. Adicionalmente, a Companhia controla a Ferrovia Centro-Atlântica S.A. – FCA e detém participação acionária no capital social da MRS Logística. As principais cargas transportadas por suas estradas de ferro são o minério de ferro próprio, aço, carvão, ferro-gusa e calcário, produtos agrícolas e combustíveis. A Companhia cobra tarifas de mercado pelo frete de terceiros, que variam com base na distância percorrida e na densidade da carga em questão.

Energia

A Companhia possui participação em nove consórcios de usinas hidrelétricas, dos quais quatro encontram-se em operação. Os investimentos da Companhia no setor têm como objetivo otimizar o suprimento de energia elétrica ao Grupo.

Participações Societárias

Operações com Alumínio

A Companhia vende alumínio, alumina e bauxita em um mercado mundial ativo em que os preços são determinados com base nos valores do alumínio primário, negociados na Bolsa de Metais de Londres e na Commodity Exchange, Inc. (Bolsa de *Commodities*), ou Comex.

A operação de extração de bauxita se dá através de uma participação de 40% na *joint venture* Mineração Rio do Norte S.A. - MRN. A Companhia participa de 57,03% no capital votante da *joint venture* de refino de alumina, a Alunorte. Atua também na fundição de alumínio através da Albras e da Valesul, nas quais detém participação de 51% e de 54,51%, respectivamente.

Siderurgia

As atividades comerciais de aço ocorrem por intermédio da controlada de controle compartilhado Califórnia Steel Industries Inc. (50% do capital total), companhia situada nos Estados Unidos e da coligada Usiminas (11,46% do capital total).

- (b) **As variações das principais moedas e índices em relação ao real, com reflexos no resultado da Companhia e de suas controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas, foram as seguintes:**

Moedas / Índices	Δ%				Paridade	
Período	DÓLAR	IENE	IGP-M	TJLP	US\$ x R\$	US\$ x Iene
No ano de 2004	(8,1)	(4,0)	12,4	9,8	2,6544	102,55
4T/04	(7,1)	(0,2)	2,0	2,4	2,6544	102,55
3T/04	(8,0)	(9,1)	3,3	2,4	2,8586	110,17
No ano de 2003	(18,2)	(9,3)	8,7	11,5	2,8892	107,17
4T/03	(1,2)	3,0	1,5	2,6	2,8892	107,17

Da receita bruta da Companhia em 2004, cerca de 83% (84% no consolidado) está vinculada à moeda norte-americana. Cerca de 31% dos custos (cerca de 36% no consolidado) também estão vinculados à moeda norte-americana. Conseqüentemente, as flutuações na taxa de câmbio têm um impacto significativo sobre a geração operacional de caixa.

Dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 2004, 96% (91% no consolidado) são em dólares norte-americanos. Portanto, as flutuações na taxa de câmbio têm impacto significativo sobre as despesas financeiras (notas explicativas 10.14 e 10.23).

(c) Desinvestimentos

CST

A Companhia, através de sua controlada indireta Rio Doce International Finance Ltd. vendeu à Arcelor sua participação na Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) por US\$ 578,5 milhões, apurando um resultado na operação de R\$ 541 milhões (R\$463 no 3T04, e R\$78 no 4T04), apresentado na linha de “ Resultado na venda de ativos” na demonstração do resultado.

PPSA

A Companhia alienou para a Caemi Mineração e Metalurgia S.A., em outubro/04 por US\$ 117,8 milhões, o controle acionário da Pará Pigmentos S.A. O resultado apurado na operação foi tratado nas demonstrações contábeis como resultado não realizado na controladora.

(d) Consolidação

A Companhia tendo obtido a concordância da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e de seus auditores independentes, passou a consolidar integralmente a Albras Alumínio Brasileiro S.A. (Albras), empresa produtora de alumínio.

Para manutenção do atributo da comparabilidade, estamos apresentando os saldos “Proforma” de 2003 com os ajustes necessários para refletir os efeitos da consolidação integral naquele exercício. (Nota explicativa 10.3)

(e) Em 2004, o saldo da Balança Comercial Consolidada atingiu US\$ 4.618 milhões:

	Consolidado (em US\$ milhões)	
	2003	2004
Exportações	4.229	5.534
Importações	(557)	(916)
	3.672	4.618

(f) Governança corporativa - Lei Sarbanes-Oxley

A Lei Sarbanes-Oxley, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos, é de observância obrigatória por todas as empresas daquele país e as estrangeiras registradas na *Securities and Exchange Commission* - SEC que negociam *American Depositary Receipts* - ADRs nas Bolsas de Valores norte-americanas. A Companhia mantém programa de ADR na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) e vem cumprindo as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores.

(g) Política com relação aos Auditores Independentes

A política da Companhia com relação aos Auditores Independentes, na prestação de serviços não relacionados à Auditoria Externa, fundamenta-se em princípios que preservam a independência dos auditores. Durante o exercício de 2004, o valor correspondente aos serviços não relacionados à Auditoria Externa foi inferior a 5% (cinco por cento) dos honorários pagos aos Auditores Independentes.

A partir do exercício de 2004 a Companhia passou a ser auditada pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes em atendimento à instrução CVM 308 que trata da obrigatoriedade do rodízio de auditores.

(h) Desdobramento de ações (Stock Split)

Foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas realizada em 18/08/04 o desdobramento acionário. Consequentemente, o capital social da Companhia passou a ser composto por 1.165.677.168 ações, sendo 749.949.429 ações ordinárias e 415.727.739 ações preferenciais classe “A”.

A partir de 19 de agosto, cada ação da Companhia negociada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) foi desdobrada em três ações. Portanto, cada ação anterior, tanto ordinária (VALE3) quanto preferencial (VALE5), passou a ser representada por três ações pós-desdobramento.

A partir do dia 7 de setembro, cada American Depositary Receipt (ADR) listado na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) representativo de ações ordinárias (RIO) ou preferenciais (RIOPR) da Companhia também foi desdobrado em três ADRs pós desdobramento. Desse modo, foi mantida a proporção de um ADR para cada ação ordinária ou preferencial.

1.2- Comentários Sobre a Controladora

O resultado da Companhia em 2004 foi de R\$ 6.460, comparativamente aos R\$ 4.509 apurados em 2003 (lucro por ação em circulação de R\$ 5,61 em 2004 contra R\$ 3,92 em 2003).

A margem bruta declinou de 46,5% em 2003 para 45,4% em 2004. A receita bruta cresceu R\$ 3.418 (de R\$ 10.367 em 2003 para R\$ 13.785 em 2004), enquanto o custo dos produtos e serviços aumentou R\$ 1.790 (de R\$ 5.357 em 2003 para R\$ 7.147 em 2004).

1.2.1- Receita Bruta

O aumento da receita bruta de 33% (R\$ 13.785 em 2004 contra R\$ 10.367 em 2003) é derivado do crescimento de 19% nos volumes vendidos de minério de ferro e pelotas, resultante da incorporação da Ferteco em setembro de 2003 e da plena operação da Usina de Pelotização de São Luís (UPSL) desde junho de 2003, acrescido do aumento de preço de seus produtos e serviços. Adicionalmente, as receitas do período incluem embarques de cobre (269 mil toneladas – R\$ 592) iniciados em junho de 2004. Este efeito foi parcialmente reduzido pela valorização média do real de 4,8% frente à moeda norte-americana, incidente sobre 83% das receitas da Companhia.

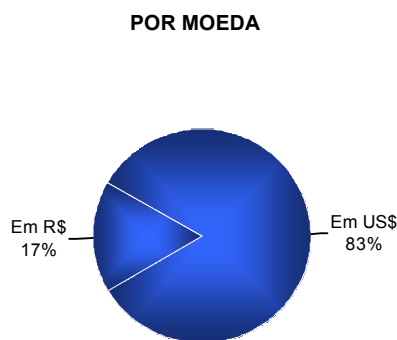
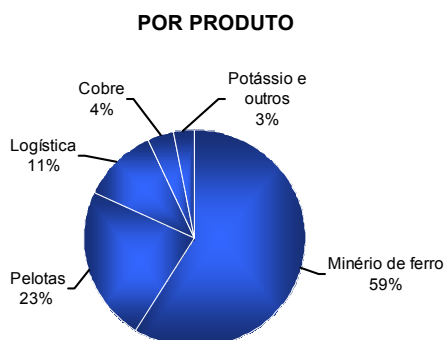
Os principais aumentos de volumes vendidos de minério de ferro e pelotas ocorreram na Europa (23%), Ásia (17%) e siderúrgicas no país (25%).

	Em milhares de toneladas (exceto para ouro e transporte ferroviário)						Em milhões de reais					
	Trimestres			Acumulado			Trimestres			Acumulado		
	4T/04	3T/04	4T/03	2004	2003	Δ%	4T/04	3T/04	4T/03	2004	2003	Δ%
Mercado externo												
Minério de ferro - fino	29.183	28.538	25.769	108.772	91.812	18	1.450	1.507	1.295	5.548	4.513	23
Minério de ferro - granulado	2.516	2.646	2.611	9.105	7.866	16	146	164	140	535	422	27
Pelotas	5.729	5.742	5.416	22.595	17.231	31	564	611	503	2.359	1.621	46
	37.428	36.926	33.796	140.472	116.909	20	2.160	2.282	1.938	8.442	6.556	29
Mercado interno												
Minério de ferro - fino	8.042	7.992	7.494	31.914	30.206	6	386	410	302	1.533	1.314	17
Minério de ferro - granulado	2.641	2.615	2.260	9.946	7.089	40	128	132	71	476	244	95
Pelotas (*)	1.293	1.360	1.247	5.115	3.709	38	200	191	161	747	498	50
	11.976	11.967	11.001	46.975	41.004	15	714	733	534	2.756	2.056	34
Total												
Minério de ferro - fino	37.225	36.530	33.263	140.686	122.018	15	1.836	1.917	1.597	7.081	5.827	22
Minério de ferro - granulado	5.157	5.261	4.871	19.051	14.955	27	274	296	211	1.011	666	52
Pelotas	7.022	7.102	6.663	27.710	20.940	32	764	802	664	3.106	2.119	47
	49.404	48.893	44.797	187.447	157.913	19	2.874	3.015	2.472	11.198	8.612	30
Cobre	139	96	-	269	-	-	324	196	-	592	-	-
Potássio	165	161	169	630	674	(7)	98	103	73	362	289	25
Ouro (Kg)	33	-	63	33	1.921	(98)	1	-	3	1	71	(99)
Transporte ferroviário (milhões de TKU) (**)	6.063	6.783	5.605	24.941	22.434	11	305	333	249	1.218	1.059	15
Serviços portuários	6.221	6.654	5.761	25.406	25.311	-	87	89	77	338	307	10
Alumina	28	-	-	28	-	-	26	-	-	26	-	-
Outros produtos e serviços	-	-	-	-	-	-	20	6	3	50	29	72
	3.735	3.742	2.877	13.785	10.367	33						

(*) Inclui receita de prestação de serviços às coligadas de pelotização nos valores de R\$ 40, R\$ 34, R\$ 41, R\$ 156 e R\$ 137, referentes ao 4T/04, 3T/04, 4T/03, 2004 e 2003, respectivamente.

(**) A Companhia efetuou através de seu sistema ferroviário, o transporte 4.350, 5.034, 4.041, 18.222 e 16.302 milhões de TKUs de carga geral e 1.713, 1.749, 1.564, 6.719 e 6.132 milhões de TKUs de minério de ferro e pelotas referentes ao 4T/04, 3T/04, 4T/03, 2004 e 2003, respectivamente.

Receita Bruta em 2004 - R\$ 13.785



Receita bruta por segmento

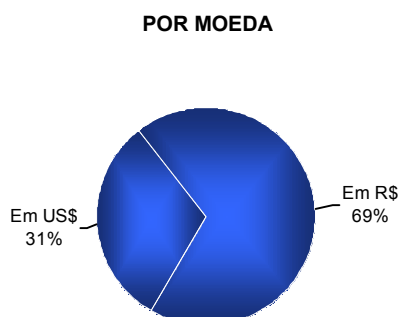
	Minerais Ferrosos	Minerais Não-Ferrosos	Logística	Total			
				2004	%	2003	%
Mercado externo							
Américas, exceto EUA	661	-	-	661	5	484	5
Estados Unidos (EUA)	325	1	-	326	2	301	3
Europa	3.522	142	-	3.664	26	2.727	26
Oriente Médio, África e Oceania	771	-	-	771	6	549	5
Japão	804	-	-	804	6	787	8
China	1.577	96	-	1.673	12	1.226	12
Ásia, exceto Japão/China	783	303	-	1.086	8	552	5
	8.443	542	-	8.985	65	6.626	64
Mercado interno	2.805	439	1.556	4.800	35	3.741	36
Total da receita bruta	11.248	981	1.556	13.785	100	10.367	100

1.2.2- Custo dos Produtos e Serviços

O aumento de 33% (R\$ 1.790) no custo dos produtos e serviços (R\$ 7.147 em 2004 contra R\$ 5.357 em 2003) decorre, dos seguintes e principais fatores:

- Incorporação da Ferteco em setembro de 2003, agregando custos de R\$ 607 decorrentes do crescimento nas vendas de 12.233 mil toneladas de minério de ferro e pelotas, incluindo neste, o impacto de R\$ 137 da amortização de ágio;
- Aceleração da amortização do ágio da Samitri decorrente da revisão das projeções de rentabilidade, aumentando os custos nos doze meses de 2004 em R\$ 81;
- Maior volume adquirido de minério de ferro e pelotas aliado ao reajuste de preços, impactando em R\$ 93;
- Plena operação da Usina de Pelotização de São Luis (UPSL), agregando R\$ 147 aos custos, decorrentes do crescimento nas vendas de 2.386 mil toneladas em 2004;
- Inclusão de embarques de concentrado de cobre da mina de Sossego, agregando R\$ 262 aos custos decorrentes da venda de 269 mil toneladas em 2004; e
- R\$ 693 decorrentes do crescimento das vendas, incremento nos gastos com manutenção de bens e equipamentos, reajustes nos contratos de prestação de serviços e aquisição de derivados do petróleo.

Custo dos Produtos e Serviços em 2004 - R\$ 7.147



Composição por Natureza

	2004		Trimestres						Acumulado			
	Denominados		4T/04		3T/04		4T/03		2004		2003	
	R\$	US\$		%		%		%		%		%
Pessoal	691	-	185	9	191	10	185	12	691	10	572	11
Material	917	431	432	21	350	19	243	16	1.348	19	874	16
Óleo combustível e gases	777	-	217	11	204	11	180	12	777	11	636	12
Serviços contratados	971	-	228	11	269	15	250	16	971	14	753	14
Transporte contratado	358	-	130	6	73	4	50	3	358	5	86	2
Energia	217	-	50	2	69	4	51	3	217	3	151	3
Aquisição de minério de ferro e pelotas	-	1.247	329	16	329	18	232	15	1.247	17	1.154	21
Industrialização por encomenda	-	89	38	2	17	1	17	1	89	1	38	1
Depreciação e exaustão	584	-	158	8	151	8	154	10	584	8	554	10
Amortização de ágio	384	-	96	5	96	5	76	5	384	5	166	3
Outros	59	422	178	9	106	5	110	7	481	7	373	7
Total	4.958	2.189	2.041	100	1.855	100	1.548	100	7.147	100	5.357	100
	69%	31%										

1.2.3- Resultado de Participações Societárias por Área de Negócio

Os números abaixo não representam obrigatoriamente os resultados individuais por empresa, e sim os valores efetivamente aplicáveis a cada área de negócio.

Área de negócio	Trimestres			Acumulado		
	4T/04	3T/04	4T/03	2004	2003	Δ %
Minerais Ferrosos						
. Minério de ferro e pelotas	512	505	20	1.666	783	113
. Manganês e ferroligas	138	207	221	572	385	49
Minerais Não-Ferrosos	(24)	16	(39)	(4)	(56)	93
Logística	17	68	17	166	(143)	216
Participações						
. Siderurgia	251	178	93	802	436	84
. Alumínio	176	235	138	728	761	(4)
Outros	17	(3)	(24)	17	(91)	119
Equivalência patrimonial	1.087	1.206	426	3.947	2.075	90
Provisão para perdas	(12)	(10)	(154)	(81)	175	(146)
Amortização de ágio	(55)	(57)	(114)	(250)	(503)	50
Variação cambial sobre o Patrimônio Líquido das empresas no exterior	(318)	(236)	(9)	(365)	(625)	42
Resultado de Participações Societárias	702	903	149	3.251	1.122	190

Os efeitos da variação monetária sobre as dívidas, impactaram comparativamente, de forma negativa, os resultados de equivalência patrimonial em função da valorização do real, perante o dólar, de apenas 8,1% em 2004 contra uma valorização de 18,2% em 2003.

Minerais Ferrosos

(a) Minério de Ferro e Pelotas

Operacionalmente ocorreram aumentos no volume de vendas tanto de minério de ferro quanto de pelotas e dos preços médios, parcialmente amenizados pelos efeitos da valorização média de 4,8% do real (a taxa média de câmbio flutuou de R\$ 3,0723 em 2003 para R\$ 2,9257 em 2004).

Em setembro de 2003 a Companhia aumentou sua participação na Caemi Mineração e Metalurgia S.A. e como consequência, o resultado de equivalência patrimonial foi apurado com base na participação de 60,23% em 2004 enquanto que nos oito primeiros meses de 2003 foi apurado com base na participação de 16,86%. Em contrapartida, com a incorporação da Ferteco Mineração S.A. em setembro de 2003, o período de 2004 não contempla equivalência nessa empresa, enquanto que nos oito primeiros meses de 2003 contemplavam.

(b) Manganês e Ferroligas

Os resultados de equivalência patrimonial apresentaram acréscimo principalmente em função dos aumentos no volume e no preço médio de vendas tanto de manganês quanto de ferro ligas, parcialmente amenizado pelos efeitos da valorização média de 4,8% do real.

Minerais Não-Ferrosos

Operacionalmente ocorreram aumentos no volume de vendas, estabilidade nos preços médios em dólar. Os ganhos foram parcialmente reduzidos em função dos efeitos negativos da valorização média de 4,8% do real e incremento de despesas com pesquisas minerais em diversas empresas no exterior.

Logística

Os resultados de equivalência patrimonial apresentaram substancial acréscimo em função do aumento do volume transportado pelas ferrovias e pela navegação de cabotagem, parcialmente amenizado pela redução no volume de transporte de granéis, em linha com o programa de desinvestimentos no setor de navegação de longo curso. Os preços médios de venda cresceram principalmente em função da forte demanda por serviços de transporte, principalmente nos setores exportadores.

Adicionalmente, o resultado de equivalência de 2003 estava impactado negativamente pelo efeito da mudança de prática contábil de reconhecimento dos custos de arrendamento de concessões em R\$ 238 referente a FCA.

Participações

(a) Siderurgia

Os resultados de equivalência patrimonial apresentaram acréscimo principalmente em função dos aumentos no volume de vendas e dos preços médios, parcialmente amenizados pelos efeitos da valorização média de 4,8% do real.

Adicionalmente, a CST registrou em junho de 2004 créditos de imposto de renda e contribuição social advindos de ganho de ação judicial referente ao Plano Verão e de reversão de provisão para contingências que geraram resultados positivos de equivalência patrimonial de R\$ 74. Em junho/2004 houve redução no percentual de participação acionária na CST de 28,02% para 7,91%, cujo desinvestimento foi concluído em dezembro/04.

(b) Alumínio

Operacionalmente, houve aumento no volume de vendas de alumina e bauxita em decorrência do aumento da capacidade de produção das plantas. O aumento no preço médio de venda foi parcialmente eliminado pelos efeitos da valorização do real e os custos de produção do alumínio cresceram como reflexo do aumento do custo de energia.

Adicionalmente, como decorrência do aumento dos preços dos metais, a marcação a mercado dos derivativos de preço gerou perda em 2004.

1.2.4- Despesas Operacionais

As despesas operacionais, exceto item não recorrente que se refere à amortização de ágio da Samitri, aumentaram R\$ 277 (R\$ 1.453 em 2004 contra R\$ 1.176 em 2003), como reflexo do aumento das despesas administrativas e dos gastos com estudos e pesquisas vinculados principalmente ao cobre e níquel.

1.2.5- Item não Recorrente - Amortização de Ágio Samitri

Em 2004, com base na instrução 247 da CVM revisamos o prazo de amortização do ágio gerado na aquisição da Samitri. Após a revisão das projeções de resultados futuros, adotamos novo prazo de amortização de 5 (cinco) anos, principalmente devido ao aumento do fluxo de dividendos recebidos da Samarco e reconhecemos no resultado uma despesa extraordinária de R\$ 183.

1.2.6- Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido variou R\$ 1.146 (R\$ 752 de despesa em 2004 contra R\$ 394 de receita em 2003) devido, principalmente, à queda no ganho na variação cambial sobre a dívida líquida da Companhia em 2004, tendo em vista a valorização do real frente à moeda norte-americana de 18,2% em 2003 contra 8,1% em 2004 (nota explicativa 10.23).

1.2.7- Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social apresentaram uma despesa de R\$ 885 em 2004 comparativamente a uma despesa de R\$ 487 em 2003, em decorrência principalmente da redução do benefício fiscal dos juros sobre capital próprio, de diferença temporária sobre provisão para perda em investimento tornada não dedutível, e da tributação de deságio amortizado quando da venda de investimento (nota explicativa 10.11).

1.2.8- Geração de Caixa

A geração operacional de caixa medida pelo EBITDA (LAJIDA) (lucro antes do resultado financeiro, participações societárias, imposto de renda e contribuição social e depreciação, amortização e exaustão acrescido dos dividendos recebidos) foi de R\$ 6.211 em 2004 contra R\$ 4.877 em 2003, representando um acréscimo de 27,4%.

EBITDA (LAJIDA)

	Trimestres			Acumulado	
	4T/04	3T/04	4T/03	2004	2003
Receita operacional líquida	3.563	3.534	2.798	13.088	10.013
Custo dos produtos e serviços	(2.041)	(1.855)	(1.548)	(7.147)	(5.357)
Despesas operacionais	(425)	(467)	(357)	(1.636)	(1.176)
Resultado operacional	1.097	1.212	893	4.305	3.480
Depreciação/Amortização/Exaustão	260	258	244	1.007	759
	1.357	1.470	1.137	5.312	4.239
Dividendos recebidos	245	68	102	716	602
Baixa de ativos	-	-	-	-	36
Ágio Samitri	-	-	-	183	-
EBITDA (LAJIDA) R\$	1.602	1.538	1.239	6.211	4.877
Passivo circulante					
Parcela circulante de dívidas de longo prazo - terceiros	670	785	1.897	670	1.897
Dívidas de curto prazo	-	142	106	-	106
Partes relacionadas	2.043	1.564	1.365	2.043	1.365
	2.713	2.491	3.368	2.713	3.368
Passivo exigível a longo prazo					
Dívidas de longo prazo - terceiros	2.911	3.214	2.771	2.911	2.771
Partes relacionadas	3.784	4.388	4.395	3.784	4.395
	6.695	7.602	7.166	6.695	7.166
Dívida bruta	9.408	10.093	10.534	9.408	10.534
Juros pagos	69	71	92	345	369
Patrimônio líquido	18.170	18.621	14.940	18.170	14.940
EBITDA (LAJIDA)/ Juros pagos	23,22	21,66	13,47	18,00	13,22
Dívida bruta / EBITDA (LAJIDA) LTM	1,51	1,73	2,16	1,51	2,16
Dívida bruta / Capitalização Patrimonial	34	35	41	34	41

1.3- Comentários Sobre o Consolidado

1.3.1- Receita Bruta

Volume de vendas e receitas por produtos e serviços:

	Em milhares de toneladas (exceto para ouro e transporte ferroviário)			Em milhões de reais		
	2004	2003 Proforma	Δ%	2004	2003 Proforma	Δ%
Minério de ferro	190.651	154.172	24	11.030	7.743	42
Pelotas (*)	40.853	32.640	25	4.596	3.414	35
	231.504	186.812	24	15.626	11.157	40
Manganês	999	885	13	178	150	19
Ferroligas	542	512	6	1.906	948	101
Cobre	269	-	-	592	-	-
Potássio	630	674	(7)	362	289	25
Caulim	1.207	731	65	468	320	46
Ouro (kg)	33	1.921	(98)	1	71	(99)
Transporte ferroviário (milhões de TKU)	40.055	30.171	33	2.125	1.431	48
Serviços portuários	28.697	28.743	-	450	371	21
Transporte Marítimo	-	-	-	450	332	36
Alumínio	477	488	(2)	2.439	2.151	13
Alumina	1.678	1.805	(7)	1.315	1.134	16
Bauxita	5.429	4.326	25	301	249	21
Siderúrgico	-	-	-	2.731	2.217	23
Outros produtos e serviços	-	-	-	76	75	1
				29.020	20.895	39

(*) Inclui receita de prestação de serviços às coligadas de pelotização nos valores de R\$ 77 e R\$ 68 referente a 2004 e 2003, respectivamente.

A receita de minério de ferro e pelotas cresceu 40% (R\$ 15.626 em 2004 contra R\$ 11.157 em 2003) em função da modificação do *mix* de produtos, e pelo aumento dos preços praticados em 2004.

As receitas com manganês e ferroligas cresceram 90% (R\$ 2.084 em 2004 contra R\$ 1.098 em 2003) e referem-se aos desempenhos operacionais positivos das empresas do segmento, comentados em 1.2.3 Minerais Ferrosos (b) Manganês e ferroligas.

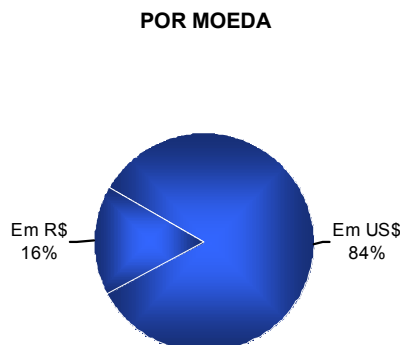
As receitas de caulim cresceram 46% (R\$ 468 em 2004 contra R\$ 320 em 2003). Esse aumento deve-se, basicamente, à consolidação da Cadam, via aquisição de controle da Caemi, a partir de setembro de 2003.

As receitas decorrentes dos serviços de transporte ferroviário cresceram 48% (R\$ 2.125 em 2004 contra R\$ 1.431 em 2003) em função, basicamente, do aumento no percentual de participação na MRS via Caemi e na FCA, ambas a partir de setembro de 2003, aliado ao aumento nos preços dos serviços de transporte ferroviário.

As receitas da área de alumínio cresceram 15% (R\$ 4.055 em 2004 contra R\$ 3.534 em 2003) em função do aumento da capacidade de produção das plantas de bauxita e alumina e dos preços médios de venda, comentados no item 1.2.3 Participações (b) Alumínio.

As receitas de produtos siderúrgicos cresceram 23% (R\$ 2.731 em 2004 contra R\$ 2.217 em 2003) e referem-se aos desempenhos da CSI e da CST comentados no item 1.2.3 Participações (a) Siderurgia.

2004 - R\$ 29.020



Receita bruta por segmento

							Total			
	Minerais Ferrosos	Minerais Não-Ferrosos	Logística	Alumínio	Siderurgia	Eliminações	2004	%	2003 Proforma	%
Mercado externo										
Américas, exceto EUA	2.170	6	196	672	138	(1.086)	2.096	7	1.410	7
Estados Unidos (EUA)	1.564	1	44	727	2.063	(1.127)	3.272	11	2.004	10
Europa	10.024	541	31	2.189	43	(4.816)	8.012	28	5.828	28
Oriente Médio, África e Oceania	1.721	12	-	7	-	(407)	1.333	4	1.082	5
Japão	2.240	77	-	1.059	-	(847)	2.529	9	2.249	10
China	4.271	238	-	380	45	(1.855)	3.079	11	2.025	10
Ásia, exceto Japão/China	2.104	604	1	-	148	(1.087)	1.770	6	1.229	6
	24.094	1.479	272	5.034	2.437	(11.225)	22.091	76	15.827	76
Mercado interno	4.711	486	3.029	1.127	367	(2.791)	6.929	24	5.068	24
Total da receita bruta	28.805	1.965	3.301	6.161	2.804	(14.016)	29.020	100	20.895	100

1.3.2- Custo dos Produtos e Serviços

Composição por Natureza

	Denominados em		Total		
	Reais	Dólares	2004	2003 Proforma	Δ%
Pessoal	1.262	150	1.412	1.213	16
Material	1.547	778	2.325	1.797	29
Óleo combustível e gases	1.212	385	1.597	1.362	17
Serviços contratados	2.169	305	2.474	1.802	37
Energia	686	567	1.253	998	26
Matéria-prima	258	2.262	2.520	2.262	11
Depreciação e exaustão	1.125	66	1.191	1.035	15
Amortização de ágio	384	-	384	166	131
Outros	466	501	967	695	39
Total	9.109	5.014	14.123	11.330	25
	64%	36%			

O aumento de 25% (R\$ 2.793) nos custos de produtos e serviços decorre dos efeitos de movimentos societários estratégicos, de variações nos volumes vendidos e nos preços dos diversos fatores que compõem os custos de produção, como segue:

Movimentos societários:

- Aumento no percentual de consolidação da FCA (100% desde setembro/03);
- Redução no percentual de consolidação da CST (28,73% até junho/04, e 7,91% entre julho e dezembro/04);
- Aumento no percentual de consolidação da CAEMI (100% desde setembro/03);
- Incorporação da Ferteco desde setembro/03; e
- Incorporação da Mineração Serra do Sossego desde dezembro/03.

Variações nos volumes vendidos:

- Aumentos de 24% e 25% nos volumes de vendas de minério de ferro e pelotas, respectivamente;
- Aumentos de 13% e 6%, nos volumes vendidos de manganês e ferroligas, respectivamente; e
- Aumento de 25%, redução de 7% e redução de 2% nos volumes vendidos de bauxita, alumina e alumínio, respectivamente.

Variações nos componentes de custos:

- Reajustes salariais das diversas categorias profissionais;
- Aumento nos custos de materiais e contratos vinculados ao US\$ ou indicadores de atualização (INPC, IGP-M, etc.);
- Aumentos nos preços e volumes de minério de ferro e bauxita adquiridos de terceiros;
- Reajuste das tarifas de energia elétrica; e
- Aumento no valor da amortização de ágio em função da incorporação da Ferteco e revisão das projeções de rentabilidade do ágio da Samitri.

1.3.3- Geração de Caixa

A geração de caixa consolidado medida pelo EBITDA (LAJIDA) (lucro antes do resultado financeiro, resultado de participações societárias, imposto de renda e contribuição social e depreciação, amortização e exaustão e acrescido dos dividendos recebidos) foi de R\$ 12.249 em 2004 contra R\$ 8.100 em 2003, representando um acréscimo de 51,22%.

EBITDA (LAJIDA)

	Acumulado	
	2004	2003 Proforma
Receita operacional líquida	27.544	20.116
Custo dos produtos e serviços	(14.123)	(11.330)
Despesas operacionais	(3.115)	(2.121)
Resultado operacional	10.306	6.665
Depreciação/Amortização de ágio	1.694	1.302
	12.000	7.967
Dividendos recebidos	66	38
Baixa de ativos	183	95
EBITDA (LAJIDA) R\$	12.249	8.100
Passivo circulante		
Parcela circulante de dívidas de longo prazo - terceiros	2.526	3.575
Dívida de curto prazo	515	888
Partes relacionadas	73	63
	3.114	4.526
Passivo exigível a longo prazo		
Dívidas de longo prazo - terceiros	9.045	9.724
Partes relacionadas	41	9
	9.086	9.733
Dívida bruta	12.200	14.259
Juros pagos	965	838
Patrimônio líquido	18.170	14.940
EBITDA (LAJIDA)/ Juros pagos	12,69	9,67
Dívida bruta / EBITDA (LAJIDA)	1,00	1,76
Dívida bruta / Capitalização Patrimonial	40	49

EBITDA (LAJIDA) Consolidado por Segmento

	2004			2003 Proforma		
	EBITDA	EBITDA % do total	EBITDA margem %	EBITDA	EBITDA % do total	EBITDA margem %
Minerais ferrosos	7.947	65%	47%	5.360	66%	45%
Minerais não-ferrosos	309	3%	23%	127	2%	20%
Logística	1.234	10%	48%	689	8%	35%
Participações						
Alumínio	1.965	16%	50%	1.432	18%	46%
Siderurgia	794	6%	30%	452	6%	21%
Outras	-	-	-	40	-	-
	12.249	100%	44%	8.100	100%	41%

PARTE II

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

2- BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

		Controladora		Consolidado	
		2004	2003	2004	2003
					Proforma
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades	10.6	306	342	3.917	2.129
Contas a receber de clientes	10.7	1.850	1.187	3.076	2.577
Partes relacionadas	10.8	589	668	73	48
Estoques	10.9	870	553	2.894	2.195
Tributos a recuperar ou compensar	10.10	512	537	898	800
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.11	347	398	428	299
Outros	-	253	324	644	661
		4.727	4.009	11.930	8.709
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	10.8	587	708	109	59
Empréstimos e financiamentos	-	106	143	150	197
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.11	523	740	1.058	1.325
Depósitos judiciais	10.16	1.147	985	1.680	1.430
Despesas antecipadas	-	-	-	95	118
Contas a receber por venda de ativos	-	-	-	38	119
Imobilizado disponível para venda	-	-	-	111	86
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	69
Adiantamentos a fornecedores de energia	-	-	-	99	-
Outros	-	28	27	371	361
		2.391	2.603	3.711	3.764
Permanente					
Participações societárias	10.12	12.975	11.241	2.830	3.313
Imobilizado	10.13	15.246	12.362	24.798	21.717
Diferido	-	-	-	203	236
		28.221	23.603	27.831	25.266
		35.339	30.215	43.472	37.739
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10.14	-	106	515	888
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	10.14	670	1.897	2.526	3.575
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	-	1.516	959	1.972	1.518
Partes relacionadas	10.8	2.043	1.365	73	63
Salários e encargos sociais	-	288	169	399	268
Fundo de pensão - Valia	10.18	91	92	91	92
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	-	1.279	319	1.557	337
Tributos e contribuições	-	527	99	1.286	225
Outros	-	379	242	907	731
		6.793	5.248	9.326	7.697
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	10.14	2.911	2.771	9.045	9.724
Partes relacionadas	10.8	3.784	4.395	41	9
Provisões para contingências	10.16	1.953	1.483	2.604	2.086
Fundo de pensão - Valia	10.18	570	570	570	570
Provisão para passivos ambientais	10.17	255	232	255	232
Provisão para derivativos	-	55	212	430	323
Outros	-	848	364	990	537
		10.376	10.027	13.935	13.481
Resultado de exercícios futuros					
	10.30	-	-	10	157
Participações de minoritários					
	-	-	-	2.031	1.464
Patrimônio líquido					
Capital social	10.19	7.300	6.300	7.300	6.300
Reservas de lucros	-	10.870	8.640	10.870	8.640
		18.170	14.940	18.170	14.940
		35.339	30.215	43.472	37.739

As informações adicionais, as notas explicativas e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis.

3- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Notas	Trimestres			Controladora		Consolidado	
					Acumulado		Acumulado	
		4T/04	3T/04	4T/03	2004	2003	2004	2003
							2003	Proforma
Receita bruta	1.2.1 e 1.3.1							
Vendas de minerais e metais								
Minério de ferro e pelotas		2.874	3.015	2.472	11.198	8.612	15.626	11.157
Manganês e ferroligas		-	-	-	-	-	2.084	1.098
Cobre		324	196	-	592	-	592	-
Potássio		98	103	73	362	289	362	289
Caulim		-	-	-	-	-	468	320
Ouro		1	-	3	1	71	1	71
		3.297	3.314	2.548	12.153	8.972	19.133	12.935
Serviços de transporte		392	422	326	1.556	1.366	3.025	2.134
Vendas de produtos da área de alumínio		26	-	-	26	-	4.055	3.534
Vendas de produtos siderúrgicos		-	-	-	-	-	2.731	2.217
Outros produtos e serviços		20	6	3	50	29	76	75
		3.735	3.742	2.877	13.785	10.367	29.020	20.895
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços		(172)	(208)	(79)	(697)	(354)	(1.476)	(779)
Receita operacional líquida		3.563	3.534	2.798	13.088	10.013	27.544	20.116
Custos dos produtos e serviços	1.2.2 e 1.3.2							
Minerais e metais		(1.878)	(1.730)	(1.420)	(6.640)	(4.888)	(8.528)	(6.255)
Serviços de transporte		(147)	(119)	(121)	(479)	(449)	(1.805)	(1.397)
Produtos da área de alumínio		(16)	-	-	(16)	-	(2.013)	(2.072)
Produtos siderúrgicos		-	-	-	-	-	(1.738)	(1.551)
Outros produtos e serviços		-	(6)	(7)	(12)	(20)	(39)	(55)
		(2.041)	(1.855)	(1.548)	(7.147)	(5.357)	(14.123)	(11.330)
Lucro bruto		1.522	1.679	1.250	5.941	4.656	13.421	8.786
Margem bruta		42,7%	47,5%	44,7%	45,4%	46,5%	48,7%	43,7%
Despesas operacionais								
Com vendas		(7)	(8)	(64)	(25)	(217)	(412)	(295)
Administrativas	10.26	(169)	(123)	(124)	(531)	(406)	(1.125)	(822)
Pesquisa e desenvolvimento		(111)	(99)	(95)	(349)	(233)	(440)	(249)
Outras despesas operacionais	10.26	(138)	(237)	(74)	(548)	(320)	(955)	(755)
Item não recorrente - amortização de ágio Samitri		-	-	-	(183)	-	(183)	-
		(425)	(467)	(357)	(1.636)	(1.176)	(3.115)	(2.121)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias		1.097	1.212	893	4.305	3.480	10.306	6.665
Resultado de participações societárias	10.12							
Equivalência patrimonial		1.087	1.206	426	3.947	2.075	408	209
Amortização de ágio		(55)	(57)	(114)	(250)	(503)	(252)	(612)
Provisão para perdas		(12)	(10)	(154)	(81)	175	-	(137)
Variação cambial sobre o Patrimônio Líquido das empresas no exterior		(318)	(236)	(9)	(365)	(625)	-	-
		702	903	149	3.251	1.122	156	(540)
Resultado financeiro	10.23	211	(54)	(261)	(752)	394	(2.000)	(203)
Lucro operacional		2.010	2.061	781	6.804	4.996	8.462	5.922
Mudança de prática contábil		-	-	-	-	-	-	(91)
Resultado na venda de ativos		78	463	-	541	-	551	174
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.088	2.524	781	7.345	4.996	9.013	6.005
Imposto de renda e contribuição social	10.11	(560)	(228)	11	(885)	(487)	(1.810)	(963)
Lucro antes das participações		1.528	2.296	792	6.460	4.509	7.203	5.042
Participações de minoritários		-	-	-	-	-	(743)	(533)
Lucro líquido do exercício		1.528	2.296	792	6.460	4.509	6.460	4.509
Quantidade de ações em circulação no final do exercício (em milhares)		1.151.520	1.151.520	1.151.520	1.151.520	1.151.520		
Lucro líquido por ação em circulação no final do exercício (R\$)		1,33	1,99	0,69	5,61	3,92		

As informações adicionais, as notas explicativas e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis.

4- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Notas	Capital social	Reservas de lucros							Total
			Expansão/ Investimentos	Exaustão	Lucros a realizar	Legal	Incentivos fiscais	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2002		5.000	5.277	1.004	746	855	-	(131)	-	12.751
Mudança de prática - Provisão Meio Ambiente		-	-	-	-	-	-	-	(66)	(66)
Capitalização de reservas		1.300	(1.300)	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas		-	-	-	(189)	-	-	-	189	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	4.509	4.509
Destinação do resultado:										
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(2.254)	(2.254)
Apropriação às reservas de lucros		-	2.062	-	-	226	90	-	(2.378)	-
Em 31 de dezembro de 2003		6.300	6.039	1.004	557	1.081	90	(131)	-	14.940
Capitalização de reservas		1.000	(910)	-	-	-	(90)	-	-	-
Realização de reservas	10.22	-	-	-	(211)	-	-	-	211	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	6.460	6.460
Destinação do resultado:										
Juros sobre capital próprio intermediários	10.22	-	-	-	-	-	-	-	(1.671)	(1.671)
Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	-	(280)	(280)
Remuneração adicional proposta		-	-	-	-	-	-	-	(1.279)	(1.279)
Apropriação às reservas de lucros		-	3.077	-	-	323	41	-	(3.441)	-
Em 31 de dezembro de 2004		7.300	8.206	1.004	346	1.404	41	(131)	-	18.170

As informações adicionais, as notas explicativas e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis.

5- DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003 Proforma
Origens				
Lucro líquido do exercício	6.460	4.509	6.460	4.509
Valores que não representam movimento no capital circulante:				
Resultado de participações societárias	(3.251)	(1.122)	(156)	540
Dividendos/juros sobre o capital próprio	974	549	66	38
Depreciação, amortização e exaustão	704	601	1.406	1.144
Imposto de renda e contribuição social diferidos	218	21	324	69
Baixa em investimentos	1.267	-	1.701	-
Resultado na venda de ativos	(541)	-	(551)	(174)
Variações monetárias e cambiais líquidas dos ativos e passivos de longo prazo	266	(612)	(344)	(1.136)
Baixa na alienação de bens do imobilizado	5	36	17	88
Amortização de ágio no custo dos produtos vendidos	384	166	384	166
Item não recorrente - ágio Samitri	183	-	183	-
Perdas líquidas não realizadas com derivativos	22	57	368	216
Participações de minoritários	-	-	743	533
Outros	230	69	416	260
Total dos recursos provenientes das operações	6.921	4.274	11.017	6.253
Empréstimos concedidos a controladas, coligadas e fundações transferidos para o ativo circulante	162	2.624	43	351
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.106	1.172	3.664	3.323
Empréstimos obtidos de controladas, coligadas e fundações	798	1.621	36	12
Outras origens	234	439	632	506
Total dos recursos obtidos	9.221	10.130	15.392	10.445
Aplicações				
Empréstimos e financiamentos transferidos para o passivo circulante	1.902	2.218	3.785	3.663
Empréstimos concedidos a controladas, coligadas e fundações	79	1.265	62	225
Imobilizações	3.810	2.857	6.014	5.110
Integralização de capital em empresas controladas e coligadas	798	2.642	289	889
Dividendos/juros sobre o capital próprio	3.230	2.255	3.230	2.255
Cauções e depósitos	163	260	256	499
Outros	66	-	164	877
Total das aplicações	10.048	11.497	13.800	13.518
Aumento (redução) no capital circulante	(827)	(1.367)	1.592	(3.073)
A variação no capital circulante líquido é assim demonstrado:				
Ativo circulante:				
No fim do exercício	4.727	4.009	11.930	8.709
No início do exercício	4.009	4.346	8.709	10.878
	718	(337)	3.221	(2.169)
Passivo circulante:				
No fim do exercício	6.793	5.248	9.326	7.697
No início do exercício	5.248	4.218	7.697	6.793
	1.545	1.030	1.629	904
Aumento (redução) no capital circulante	(827)	(1.367)	1.592	(3.073)

As informações adicionais, as notas explicativas e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis.

6- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Trimestres			Controladora		Consolidado	
	Acumulado			Acumulado		Acumulado	
	4T/04	3T/04	4T/03	2004	2003	2004	2003
							Proforma
Fluxo de caixa proveniente das operações:							
Lucro líquido do exercício	1.528	2.296	792	6.460	4.509	6.460	4.509
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:							
Resultado de participações societárias	(702)	(903)	(149)	(3.251)	(1.122)	(156)	540
Depreciação, amortização e exaustão	185	182	176	704	601	1.406	1.144
Imposto de renda e contribuição social diferidos	682	(347)	51	269	427	873	1.066
Resultado na venda de ativos	(78)	(463)	-	(541)	-	(551)	(174)
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais líquidas	(69)	(429)	167	106	(1.035)	(144)	(1.989)
Participações de minoritários	-	-	-	-	-	743	533
Baixa na alienação de bens do imobilizado	(14)	(12)	30	5	36	17	88
Amortização de ágio no custo dos produtos vendidos	96	96	76	384	166	384	166
Item não recorrente - ágio Samitri	-	-	-	183	-	183	-
Perdas líquidas não realizadas com derivativos	10	31	16	22	57	368	216
Dividendos/juros sobre o capital próprio recebidos	245	68	102	716	602	66	38
Outros	(21)	(2)	(40)	(22)	(53)	247	76
	1.862	517	1.221	5.035	4.188	9.896	6.213
Redução (aumento) nos ativos:							
Contas a receber de clientes	1.043	(1.531)	265	(663)	547	(503)	26
Estoques	(123)	(49)	2	(317)	(61)	(699)	(243)
Outros	(86)	120	(268)	8	(194)	(721)	(429)
	834	(1.460)	(1)	(972)	292	(1.923)	(646)
Aumento (redução) nos passivos:							
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	686	108	130	705	148	787	97
Salários e encargos sociais	36	63	(45)	66	(14)	137	(42)
Tributos e Contribuições	(81)	574	116	673	70	678	245
Outros	(543)	692	83	213	44	453	(214)
	98	1.437	284	1.657	248	2.055	86
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	2.794	494	1.504	5.720	4.728	10.028	5.653
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos:							
Empréstimos e adiantamentos a receber	158	(126)	265	318	(798)	81	(51)
Depósitos e garantias	(42)	(26)	(29)	(163)	(260)	(256)	(499)
Adições em investimentos	(253)	(130)	(45)	(798)	(292)	(289)	(889)
Adições ao imobilizado	(1.457)	(569)	(1.079)	(3.810)	(2.811)	(6.014)	(5.110)
Recursos provenientes da alienação de bens do imobilizado/investimentos	431	834	18	1.268	188	1.736	427
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(1.163)	(17)	(870)	(3.185)	(3.973)	(4.742)	(6.122)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos:							
Empréstimos de curto prazo	71	356	404	(308)	(206)	(203)	(194)
Empréstimos e financiamentos captados a longo prazo	12	-	287	2.380	2.793	3.669	3.335
Pagamentos:							
Partes relacionadas	(108)	(368)	-	(475)	-	-	-
Instituições financeiras	(113)	(399)	(857)	(1.897)	(1.542)	(4.693)	(2.993)
Dividendos/juros sobre o capital próprio pagos a acionistas	(1.481)	-	(1.212)	(2.271)	(1.930)	(2.271)	(1.930)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(1.619)	(411)	(1.378)	(2.571)	(885)	(3.498)	(1.782)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	12	66	(744)	(36)	(130)	1.788	(2.251)
Caixa e equivalentes no início do exercício	294	228	965	342	259	2.129	4.380
Caixa de empresa incorporada	-	-	121	-	213	-	-
Caixa e equivalentes no final do exercício	306	294	342	306	342	3.917	2.129
Pagamentos efetuados durante o exercício por:							
Juros de curto prazo	(1)	-	-	(5)	(16)	(52)	(87)
Juros de longo prazo	(68)	(71)	(92)	(340)	(353)	(913)	(751)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-	(47)	(318)	(184)
Transações que não envolveram caixa:							
AFACs transferidos para investimento	(185)	(130)	(321)	(566)	(2.117)	-	-
Adições do imobilizado com encargos financeiros	78	95	(5)	35	90	123	420
Adições ao imobilizado com incorporações	-	-	(1.342)	-	(1.831)	-	-

As informações adicionais, as notas explicativas e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis.

7- DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Controladora				Consolidado			
	2004	%	2003	%	2004	%	2003	%
Geração do valor adicionado								
Receita bruta	13.785	100	10.367	100	29.020	100	20.895	100
Menos: Aquisição de produtos	(1.368)	(11)	(1.154)	(11)	(2.755)	(9)	(2.300)	(11)
Serviços contratados	(2.005)	(15)	(1.317)	(13)	(4.156)	(14)	(2.862)	(14)
Materiais	(1.453)	(12)	(880)	(8)	(2.497)	(9)	(1.797)	(9)
Óleo combustível e gases	(848)	(6)	(636)	(6)	(1.698)	(6)	(1.402)	(7)
Pesquisa e desenvolvimento, comerciais e administrativas	(432)	(3)	(397)	(4)	(764)	(3)	(939)	(4)
Outras despesas operacionais	(782)	(6)	(232)	(2)	(2.207)	(8)	(1.135)	(5)
Valor adicionado bruto	6.897	50	5.751	56	14.943	51	10.460	50
Depreciação, amortização e exaustão	(1.007)	(7)	(759)	(7)	(1.694)	(6)	(1.302)	(6)
Valor adicionado líquido	5.890	43	4.992	49	13.249	45	9.158	44
Recebido de terceiros								
Receitas financeiras	102	1	53	1	347	1	335	2
Resultado de participações societárias	3.251	24	1.122	11	156	1	(540)	(3)
Resultado na venda de ativos	541	4	-	-	551	2	174	1
Valor adicionado total a distribuir	9.784	72	6.167	61	14.303	49	9.127	44
Distribuição do valor adicionado								
Empregados	901	9	770	12	1.885	13	1.335	14
Governo	1.653	17	1.301	21	2.862	20	2.307	25
Financiadores (juros e variações monetárias e cambiais, líquidas)	770	8	(413)	(7)	2.353	16	443	5
Acionistas	3.230	33	2.254	37	3.230	23	2.254	25
Participação minoritária	-	-	-	-	743	5	533	6
Reinvestido	3.230	33	2.255	37	3.230	23	2.255	25
Valor adicionado total distribuído	9.784	100	6.167	100	14.303	100	9.127	100

8- BALANÇO SOCIAL (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Controladora				Consolidado (não auditado)			
	2004		2003		2004		2003	
	Base de cálculo						Proforma	
Receita bruta	13.785		10.367		29.020		20.895	
Lucro operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias	4.305		3.480		10.306		6.665	
Folha de pagamento bruta	585		471		1.195		990	
	2004		2003		2004		2003	
	% sobre		% sobre		% sobre		% sobre	
	Folha de pagamento bruta		Folha de pagamento bruta		Folha de pagamento bruta		Folha de pagamento bruta	
	Lucro operacional		Lucro operacional		Lucro operacional		Lucro operacional	
	Valor		Valor		Valor		Valor	
Indicadores laborais								
Alimentação	58	10	44	9	106	9	78	8
Encargos sociais compulsórios	244	42	201	43	416	35	359	36
Previdência privada	73	12	52	11	91	8	82	8
Saúde	40	7	34	7	77	6	64	6
Educação	40	7	29	6	66	6	44	4
Participação nos resultados	176	30	96	20	252	21	148	15
Outros benefícios	69	13	54	12	117	11	98	11
Total - Indicadores laborais	700	121	510	108	1.125	96	873	88
	2004		2003		2004		2003	
	% sobre		% sobre		% sobre		% sobre	
	Lucro operacional		Lucro operacional		Lucro operacional		Lucro operacional	
	Valor		Valor		Valor		Valor	
Indicadores sociais								
Impostos	1.366	32	1.183	34	2.124	21	2.109	32
Investimentos em cidadania	54	1	54	2	81	1	61	1
Projetos e ações sociais	35	1	36	1	62	1	43	1
Comunidades indígenas	19	-	18	1	19	-	18	-
Investimentos em meio ambiente	107	2	110	3	166	1	157	2
Operacionais	69	1	90	2	128	1	137	2
Em programas e/ou projetos externos	38	1	20	1	38	-	20	-
Total - Indicadores sociais	1.527	35	1.347	39	2.371	23	2.327	35
	2004		2003		2004		2003	
Indicadores do corpo funcional								
Nº de empregados no final do ano	18.457		16.338		36.176 (*)		33.282	
Nº de admissões durante o ano	3.060		3.245		5.275		6.588	

Os valores do consolidado referem-se ao percentual de participação da Controladora nas empresas.

(*) Redução de 1.138 empregados em função do desinvestimento na CST.

9- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

2004

	Participações						Centro Corporativo	Total
	Minerais Ferrosos	Minerais Não-Ferrosos	Logística	Alumínio	Siderurgia	Outras		
Receita bruta								
Vendas de minerais e metais								
Minério de ferro e pelotas	15.626	-	-	-	-	-	-	15.626
Manganês e ferroligas	2.084	-	-	-	-	-	-	2.084
Cobre	-	592	-	-	-	-	-	592
Potássio	-	362	-	-	-	-	-	362
Caulim	-	468	-	-	-	-	-	468
Ouro	-	1	-	-	-	-	-	1
	17.710	1.423	-	-	-	-	-	19.133
Serviços de transporte	-	-	3.025	-	-	-	-	3.025
Vendas de produtos da área de alumínio	-	-	-	4.055	-	-	-	4.055
Vendas de produtos siderúrgicos	-	-	-	-	2.731	-	-	2.731
Outros produtos e serviços	68	-	-	8	-	-	-	76
	17.778	1.423	3.025	4.063	2.731	-	-	29.020
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços	(738)	(77)	(462)	(112)	(87)	-	-	(1.476)
Receita operacional líquida	17.040	1.346	2.563	3.951	2.644	-	-	27.544
Custos dos produtos e serviços								
Minerais e metais	(7.873)	(655)	-	-	-	-	-	(8.528)
Serviços de transporte	-	-	(1.805)	-	-	-	-	(1.805)
Produtos da área de alumínio	-	-	-	(2.013)	-	-	-	(2.013)
Produtos siderúrgicos	-	-	-	-	(1.738)	-	-	(1.738)
Outros produtos e serviços	(33)	(6)	-	-	-	-	-	(39)
	(7.906)	(661)	(1.805)	(2.013)	(1.738)	-	-	(14.123)
Lucro bruto	9.134	685	758	1.938	906	-	-	13.421
Margem bruta	53,6%	50,9%	29,6%	49,1%	34,3%	-	-	48,7%
Despesas operacionais								
Com vendas	(192)	(97)	(40)	(45)	(38)	-	-	(412)
Administrativas	(865)	(11)	(59)	(132)	(56)	(2)	-	(1.125)
Pesquisa e desenvolvimento	(133)	(303)	(4)	-	-	-	-	(440)
Item não recorrente - amortização de ágio Samitri	(183)	-	-	-	-	-	-	(183)
Outras despesas operacionais	(847)	(49)	(25)	(8)	(27)	1	-	(955)
	(2.220)	(460)	(128)	(185)	(121)	(1)	-	(3.115)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias	6.914	225	630	1.753	785	(1)	-	10.306
Resultado de participações societárias								
Equivalência patrimonial	76	-	-	-	332	-	-	408
Amortização de ágio	(229)	-	(23)	-	-	-	-	(252)
	(153)	-	(23)	-	332	-	-	156
Resultado financeiro								
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	-	(1.556)	(1.556)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	-	-	-	(444)	(444)
	-	-	-	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Lucro (prejuízo) operacional	6.761	225	607	1.753	1.117	(1)	(2.000)	8.462
Resultado na venda de ativos	(6)		21	(5)	541			551
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.755	225	628	1.748	1.658	(1)	(2.000)	9.013
Imposto de renda e contribuição social	(1.532)	(22)	(68)	(127)	(51)	(10)	-	(1.810)
Lucro antes das participações	5.223	203	560	1.621	1.607	(11)	(2.000)	7.203
Participações de minoritários	(297)	(26)	(22)	(398)	-	-	-	(743)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.926	177	538	1.223	1.607	(11)	(2.000)	6.460

	Participações						Centro Corporativo	Total
	Minerais Ferrosos	Minerais Não-Ferrosos	Logística	Alumínio	Siderurgia	Outras		
Receita bruta								
Vendas de minerais e metais								
Minério de ferro e pelotas	11.157	-	-	-	-	-	-	11.157
Manganês e ferroligas	1.098	-	-	-	-	-	-	1.098
Potássio	-	289	-	-	-	-	-	289
Caulim	-	320	-	-	-	-	-	320
Ouro	-	71	-	-	-	-	-	71
	12.255	680	-	-	-	-	-	12.935
Serviços de transporte	-	-	2.134	-	-	-	-	2.134
Vendas de produtos da área de alumínio	-	-	-	3.534	-	-	-	3.534
Vendas de produtos siderúrgicos	-	-	-	-	2.217	-	-	2.217
Outros produtos e serviços	62	-	-	13	-	-	-	75
	12.317	680	2.134	3.547	2.217	-	-	20.895
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços	(378)	(58)	(214)	(70)	(59)	-	-	(779)
Receita operacional líquida	11.939	622	1.920	3.477	2.158	-	-	20.116
Custos dos produtos e serviços								
Minerais e metais	(5.824)	(431)	-	-	-	-	-	(6.255)
Serviços de transporte	-	-	(1.397)	-	-	-	-	(1.397)
Produtos da área de alumínio	-	-	-	(2.072)	-	-	-	(2.072)
Produtos siderúrgicos	-	-	-	-	(1.551)	-	-	(1.551)
Outros produtos e serviços	(36)	(16)	-	(3)	-	-	-	(55)
	(5.860)	(447)	(1.397)	(2.075)	(1.551)	-	-	(11.330)
Lucro bruto	6.079	175	523	1.402	607	-	-	8.786
Margem bruta	50,9%	28,1%	27,2%	40,3%	28,1%	-	-	43,7%
Despesas operacionais								
Com vendas	(211)	(21)	(5)	(27)	(31)	-	-	(295)
Administrativas	(556)	(22)	(50)	(125)	(68)	(1)	-	(822)
Pesquisa e desenvolvimento	(59)	(190)	-	-	-	-	-	(249)
Outras despesas operacionais	(700)	22	(54)	20	(37)	(6)	-	(755)
	(1.526)	(211)	(109)	(132)	(136)	(7)	-	(2.121)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias	4.553	(36)	414	1.270	471	(7)	-	6.665
Resultado de participações societárias								
Equivalência patrimonial	53	-	(4)	-	136	24	-	209
Amortização de ágio	(335)	(78)	(149)	(50)	-	-	-	(612)
Provisão para perdas	-	-	(128)	-	-	(9)	-	(137)
	(282)	(78)	(281)	(50)	136	15	-	(540)
Resultado financeiro								
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	-	(1.046)	(1.046)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	-	-	-	843	843
	-	-	-	-	-	-	(203)	(203)
Lucro (prejuízo) operacional	4.271	(114)	133	1.220	607	8	(203)	5.922
Resultado na venda de ativos	-	-	-	-	-	174	-	174
Mudança de prática contábil	-	-	(91)	-	-	-	-	(91)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.271	(114)	42	1.220	607	182	(203)	6.005
Imposto de renda e contribuição social	(705)	(13)	12	(223)	(38)	4	-	(963)
Lucro antes das participações	3.566	(127)	54	997	569	186	(203)	5.042
Participações de minoritários	(156)	(12)	48	(413)	-	-	-	(533)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.410	(139)	102	584	569	186	(203)	4.509

10- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhões de reais

10.1- Contexto Operacional

A Companhia Vale do Rio Doce é uma sociedade anônima aberta que tem como atividades preponderantes a extração, o beneficiamento e a venda de minério de ferro, pelotas, cobre e potássio, a prestação de serviços logísticos, a geração de energia elétrica e a pesquisa e desenvolvimento mineral. Além disso, através de suas controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado, opera nas áreas de minério de ferro, pelotas, manganês, ferroligas, caulim, produtos siderúrgicos, produtos da cadeia de alumínio e serviços de logística.

10.2- Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei das Sociedades por Ações, e as normas e pronunciamentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON.

Visando ao aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando, como informação adicional da Controladora e do Consolidado:

- a) Demonstração dos Fluxos de Caixa - Conforme os critérios da NPC 20 do IBRACON;
- b) Demonstração do Valor Adicionado - De acordo com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/00;
- c) Demonstração do Balanço Social - Seguindo o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE; e
- d) Demonstração do Resultado por Segmentos de Negócios - Elaborada com base nas áreas de negócio da Companhia: minerais ferrosos, minerais não-ferrosos, alumínio, siderurgia, logística, outras e o suporte do centro corporativo.

10.3- Consolidação ALBRAS

A partir desse exercício, com a concordância da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), está sendo consolidada integralmente a participação acionária na ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A. Muito embora a Companhia já detivesse 51% do seu capital, a mesma vinha sendo tratada até 2003, para efeito de consolidação, como controlada de controle compartilhado, em decorrência da inexistência na preponderância nas deliberações sociais advinda de condições previstas no acordo de acionistas da sociedade.

A instrução CVM 408, de 18/08/04, que dispõe sobre a inclusão de Entidades de Propósito Específico – EPE nas demonstrações contábeis consolidadas das Companhias abertas, muito embora trate especificamente de uma EPE, traz no item II de seu Art.1º, aspectos de consolidação envolvendo conceitos de participação variável em função dos benefícios e riscos assumidos por um determinado sócio em relação aos demais.

Durante 2004, a CVRD passou a ser a única garantidora nas novas captações de recursos e contratos de fornecimento de longo prazo de energia, necessários à operação da ALBRAS, caracterizando uma dependência direta de um dos sócios, no caso a CVRD que passou a arcar com riscos e benefícios superiores às limitações previstas no acordo de acionistas, em linha com os conceitos de participação variável em função dos benefícios e riscos assumidos.

De forma a preservarmos o atributo da comparabilidade na apresentação de nossas demonstrações contábeis, estamos apresentando os saldos “pró-forma” das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/03 como se a ALBRAS tivesse sido tratada como uma controlada desde aquele exercício.

Os principais efeitos dessa alteração em relação às demonstrações contábeis publicadas do exercício de 2003 são os que seguem:

1- Balanço Patrimonial

Ativo	Consolidado		
	2003 Proforma	2003	Δ
Circulante			
Disponibilidades	2.129	2.092	37
Estoques	2.195	2.113	82
Outros	4.385	4.354	31
	8.709	8.559	150
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.325	1.405	(80)
Outros	2.439	2.421	18
	3.764	3.826	(62)
Permanente			
Imobilizado	21.717	21.166	551
Outros	3.549	3.541	8
	25.266	24.707	559
	37.739	37.092	647
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	3.575	3.365	210
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	1.518	1.302	216
Outros	2.604	2.912	(308)
	7.697	7.579	118
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	9.724	9.456	268
Outros	3.757	3.963	(206)
	13.481	13.419	62
Resultado de exercícios futuros	157	157	-
Participações de minoritários	1.464	997	467
Patrimônio líquido			
Capital social	6.300	6.300	-
Reservas de lucros	8.640	8.640	-
	14.940	14.940	-
	37.739	37.092	647

2- Demonstração do Resultado

	Consolidado		
	2003 Proforma	2003	Δ
Receita bruta			
Vendas de produtos da área de alumínio	3.534	2.858	676
Outros produtos e serviços	17.361	17.361	-
	20.895	20.219	676
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços	(779)	(776)	(3)
Receita operacional líquida	20.116	19.443	673
Custos dos produtos e serviços			
Produtos da área de alumínio	(2.072)	(1.729)	(343)
Outros produtos e serviços	(9.258)	(9.256)	(2)
	(11.330)	(10.985)	(345)
Lucro bruto	8.786	8.458	328
Margem bruta	43,7%	43,5%	0,2%
Despesas operacionais	(2.121)	(2.087)	(34)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias	6.665	6.371	294
Resultado de participações societárias	(540)	(540)	-
Resultado financeiro			
Despesas financeiras, líquidas	(1.046)	(975)	(71)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	843	721	122
	(203)	(254)	51
Lucro operacional	5.922	5.577	345
Resultado em operações descontinuadas	174	174	-
Mudança de prática contábil	(91)	(91)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.005	5.660	345
Imposto de renda e contribuição social	(963)	(898)	(65)
Lucro antes das participações	5.042	4.762	280
Participações de minoritários	(533)	(253)	(280)
Lucro líquido do exercício	4.509	4.509	-

10.4- Princípios e Práticas de Consolidação

- As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31/12/04 e em 31/12/03 e das operações dos exercícios findos nessas datas da Controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado;
- Os saldos das transações interCompanhias e a participação da Controladora no patrimônio líquido de suas controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado foram eliminados na consolidação, tendo sido destacadas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado as participações que cabem aos acionistas minoritários;
- No caso de investimentos nas sociedades em que o controle acionário é compartilhado com outros acionistas, os componentes do ativo, do passivo e das receitas e despesas são agregados às demonstrações contábeis consolidadas na proporção da participação da Controladora no capital social de cada investida;
- As principais cifras das demonstrações contábeis individuais das empresas controladas e controladas de controle compartilhado consolidadas estão apresentadas no anexo I.

10.5- Sumário das Principais Práticas Contábeis

- (a) Adoção do regime contábil de competência de exercícios;
- (b) Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como de longo prazo;
- (c) Os títulos e valores mobiliários, classificados como disponibilidades, são representados por aplicações a curto prazo e demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis;
- (d) Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e as importações em andamento são avaliadas ao custo individual de compra, que não excedem aos valores de mercado ou de realização;
- (e) Os direitos e obrigações em moedas estrangeiras são demonstrados às taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis e os em moeda nacional, quando aplicável, são atualizados monetariamente segundo índices contratuais;
- (f) Os investimentos em controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas são ajustados pela equivalência patrimonial com base nos patrimônios líquidos das investidas e, quando aplicável, acrescidos/deduzidos de ágio/deságio a amortizar e de provisão para perdas. Os outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas;
- (g) O imobilizado está registrado ao custo histórico acrescido das correções monetárias até 1995 e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção, sendo depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. A exaustão das jazidas é constituída com base na relação obtida entre a produção efetiva e a capacidade estimada.
- (h) Os gastos com estudos e pesquisas minerais são considerados como despesas operacionais até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida. A partir desta comprovação, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo de desenvolvimento de mina.
- (i) Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, os gastos de remoção de estéril são contabilizados como parte dos custos de desenvolvimento. Após o início da fase produtiva da mina, os gastos com remoção de minério são tratados como custo de produção.
- (j) Os gastos pré-operacionais, exceto os encargos financeiros, capitalizados conforme letra (g) acima, são diferidos e amortizáveis em dez anos. No consolidado, o diferido refere-se basicamente aos projetos de cobre e de expansão da Alunorte e Albras;
- (k) Objetivando o aprimoramento de suas práticas contábeis, a FCA alterou em 2003 o reconhecimento dos custos de arrendamentos e concessões, buscando reconhecê-los como arrendamento operacional. Como reflexo desta alteração, foi ajustada diretamente na conta de lucros acumulados, a baixa do saldo de "despesa de arrendamento e concessão paga antecipadamente", já incorrida. A administração da FCA entende que a adoção deste procedimento está em linha com as melhores práticas de contabilização de concessões governamentais, previstas na minuta de deliberação colocada em audiência pública pela CVM em 14/12/01. Atendendo ao disposto na instrução CVM 247 de 27 de março de 1996, a CVRD reconheceu os efeitos dos ajustes feitos pela FCA diretamente no resultado de participações societárias. Para fins das Demonstrações Contábeis Consolidadas, os reflexos não eliminados desses ajustes estão sendo apresentados em linha própria da demonstração do resultado sob a rubrica "Mudança de Prática Contábil"; e
- (l) As demonstrações contábeis da Controladora refletem a proposta do Conselho de Administração para a destinação do lucro líquido do exercício no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

10.6- Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003 Proforma
Caixas e bancos	90	8	416	381
Aplicações vinculadas ao CDI	216	300	821	635
Aplicações <i>time deposit / overnight</i>	-	-	1.946	543
Aplicações em renda fixa (fundos)	-	30	25	242
Outros	-	4	709	328
	306	342	3.917	2.129

10.7- Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003 Proforma
No país	568	433	587	467
No exterior	1.378	841	2.753	2.341
	1.946	1.274	3.340	2.808
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(55)	(53)	(221)	(197)
Provisão para diferença de peso de minério no destino	(41)	(34)	(43)	(34)
	1.850	1.187	3.076	2.577

10.8- Partes Relacionadas

Decorrem de vendas e compras de produtos e serviços ou de operações de mútuos, pactuados em condições normais de mercado para operações semelhantes, com prazos que vão até o ano 2013, como segue:

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	2004	2003	2004	2003
Controladas				
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	347	804	18	54
CVRD Overseas Ltd.	143	104	1.547	1.747
Alumínio Brasileiro S.A. - ALBRAS	132	3	4	193
Itabira Rio Doce Company Limited - ITACO	1.029	550	2.339	1.437
Rio Doce International Finance Ltd.	-	7	1.498	1.975
Rio Doce Manganês S.A. - RDM	86	8	296	10
Salobo Metais S.A.	232	226	-	-
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	25	5	18	8
Urucum Mineração S. A .	5	8	-	-
Outros	224	114	319	421
	2.223	1.829	6.039	5.845
Controladas de controle compartilhado				
Baovale Mineração S.A.	1	2	35	28
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	107	145	47	39
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	73	51	103	84
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	61	45	75	48
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	78	103	78	73
Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST	-	79	-	-
Samarco Mineração S.A.	71	5	-	-
Mineração Rio do Norte	23	20	-	-
Valesul Alumínio S. A .	10	8	-	-
Nova Era Silicom S.A.	2	2	-	-
Outros	47	9	12	72
	473	469	350	344
Coligadas				
	47	49	-	2
	2.743	2.347	6.389	6.191
Representadas por:				
Saldos comerciais (vendas e compras de produtos e serviços) (*)	1.567	971	562	431
Saldos financeiros a curto prazo	589	668	2.043	1.365
Saldos financeiros a longo prazo	587	708	3.784	4.395
	2.743	2.347	6.389	6.191

(*) Classificados nas rubricas "Contas a receber de clientes" e "Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros".

Os principais resultados apurados nas transações comerciais e financeiras realizadas pela Controladora com partes relacionadas, classificados na demonstração de resultado como receitas e custos de vendas e serviços e receitas e despesas financeiras, estão demonstrados como segue:

	Controladora			
	Receita		Despesa / custo	
	2004	2003	2004	2003
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	(6)(*)	(184)(*)	21	3
Baovale Mineração S.A.	-	-	28	24
Brasilux S.A.	-	-	1	183
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBASCO	268	211	199	177
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	289	228	305	212
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	246	210	79	60
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	426	404	435	408
Companhia Portuária Baía de Sepetiba	-	-	143	33
Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST	606	478	-	-
CVRD Overseas Ltd.	1.800 (**)	1.346	(22)(*)	(165)(*)
Ferteco Mineração S.A.	-	78	-	61
Itabira Rio Doce Company Limited - ITACO	6.444 (**)	4.494	(148)(*)	(99)
Minas da Serra Geral S.A.	-	1	-	79
MSE Serviços de Operação, Manutenção e Montagens Ltda.	-	1	-	32
MRS Logística S.A.	-	-	207	-
Rio Doce International Finance Ltd.	(32)(*)	(49)(*)	(154)(*)	(293)(*)
Rio Doce Manganês S.A.	74	69	22	36
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS	346	245	-	-
Outras	166	77	193	90
	10.627	7.609	1.309	841

(*) Refere-se, basicamente, à variação cambial.

(**) Refere-se basicamente, à venda de produtos e serviços.

10.9- Estoques

	Controladora		Consolidado	
			2003	
	2004	2003	2004	Proforma
Produtos acabados				
. Minério de ferro e pelotas	363	220	592	604
. Manganês e ferroligas	-	-	389	211
. Alumínio	-	-	232	141
. Produtos siderúrgicos	-	-	93	94
. Cobre	7	-	7	-
. Outros	5	2	71	216
	375	222	1.384	1.266
Peças de reposição e manutenção	495	331	1.510	929
	870	553	2.894	2.195

10.10- Tributos a Recuperar ou Compensar

	Controladora		Consolidado	
			2003	
	2004	2003	2004	Proforma
IRRF sobre aplicações financeiras e JCP recebidos	36	169	68	214
ICMS	359	346	448	433
PIS e COFINS não cumulativo	91	-	180	-
Outros	26	22	202	153
	512	537	898	800

10.11- Imposto de Renda e Contribuição Social

O lucro da Companhia está sujeito ao regime comum de tributação aplicável às empresas em geral. Os saldos diferidos, líquidos apresentam-se como segue:

	Diferido Líquido		Diferido Líquido	
	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
				Proforma
Resultado fiscal a compensar	-	126	558	726
Diferenças temporárias:				
. Fundo de pensão	247	236	247	236
. Provisão para contingências	536	366	593	396
. Provisão para perdas em ativos	156	415	166	432
. Provisão para perdas em instrumentos financeiros - derivativos	-	77	-	77
. Outras	(69)	(82)	(78)	(243)
	870	1.012	928	898
Total	870	1.138	1.486	1.624
Circulante	347	398	428	299
Longo prazo	523	740	1.058	1.325
	870	1.138	1.486	1.624

Os ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Estas diferenças temporárias, que serão realizadas quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores, apresentam as seguintes expectativas:

Anos	Valor líquido dos créditos	
	Controladora	Consolidado
2005	347	428
2006	175	312
2007	132	253
2008	25	121
2009	41	117
2010	23	75
2011	23	73
2012	23	27
2013	23	23
2014	58	57
	870	1.486

Adicionalmente aos créditos registrados, a Companhia possui ação judicial pleiteando o expurgo de 51,8% da correção monetária dos meses de janeiro e fevereiro de 1989 (Plano Verão), já tendo obtido liminar para compensação dos créditos correspondentes ao expurgo de 42,7% em vez dos 51,8% pleiteados, todavia ainda não utilizados em função da situação tributária da Companhia. Os valores dos créditos cobertos pela liminar atingem aproximadamente R\$ 309 e seus efeitos contábeis no resultado da Companhia ainda não foram reconhecidos.

Não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a evolução da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo de lucros futuros da Companhia.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora				Consolidado	
	Trimestres			Acumulado	Acumulado	
	4T/04	3T/04	4T/03	2004	2003	2004 Pro forma
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.088	2.524	781	7.345	4.996	9.013
Equivalência patrimonial	(1.087)	(1.206)	(426)	(3.947)	(2.075)	(408)
Variação cambial sobre o Patrimônio Líquido	318	236	9	365	625	-
Ágio e provisão para perdas não-dedutíveis	55	57	42	220	225	220
Resultado na venda de ativos	(78)	(463)	-	(541)	-	(551)
	1.296	1.148	406	3.442	3.771	8.274
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(441)	(390)	(138)	(1.170)	(1.282)	(2.813)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado do exercício:						
. Imposto de renda e contribuição social de juros sobre o capital próprio	143	119	108	568	766	577
. Incentivos fiscais	(11)	52	19	41	90	152
. JCP Recebidos	(7)	(11)	-	(48)	(55)	-
. Diferença temporária sobre provisão para perda em investimentos tomada não dedutível	(176)	-	-	(176)	-	(176)
. Deságio amortizado tributado	(99)	-	-	(99)	-	(99)
. Resultado de empresas no exterior	-	-	-	-	-	464
. Reversão de provisão para perdas	-	-	-	-	-	105
. Outros	30	2	22	(1)	(6)	(20)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(561)	(228)	11	(885)	(487)	(1.810)

10.12- Participações Societárias

	% de participação	Resultado líquido do exercício ajustado	Participações societárias				E Equivalência patrimonial				Provisão para perdas				Amortização de ágio				Resultado de participações societárias				Cotação de mercado 4/7/04				
			AFAC				Apoio/desajuste				E Equivalência patrimonial				Provisão para perdas				Amortização de ágio					Total			
			2004	2003	Investimentos		2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003		2004	2003		
Minério de Ferro e Pelotas																											
Caern Mineração e Metalurgia S.A. (e, f)	60,23	1.300	607	536	-	-	-	1.147	1.290	71	94	19	-	-	-	35	58	(17)	191	(25)	-	-	-	5,312			
KOBRAASCO	50,00	67	34	3	-	-	-	-	-	12	14	3	-	25	-	12	14	28	31	57	-	-	-	-			
HISPRONBRAS	50,89	115	44	47	-	-	-	-	-	6	4	1	-	-	-	6	4	1	22	9	1	1	-	-			
ITABRASCO	50,90	89	27	33	-	-	-	-	-	3	2	1	-	-	-	3	2	1	14	8	-	-	-	-			
NIBRASCO (i)	51,00	161	76	52	-	-	-	-	-	10	7	2	-	-	-	10	7	2	39	9	-	-	-	-			
CVRD Overseas Ltd. (a,i)	100,00	621	234	419	-	-	-	-	-	60	81	5	-	-	-	60	81	5	235	87	-	-	-	-			
Gulf Industrial Investment Co. - GLIC (a,i)	50,00	240	83	120	116	-	-	-	-	14	11	9	-	-	-	14	11	9	42	35	-	-	-	-			
ITACO RDE (a,i)	100,00	2.282	210	1.072	-	-	-	-	-	(22)	13	(58)	-	-	-	(22)	13	(58)	210	(357)	-	-	-	-			
Minas da Serra Geral S.A. - MSG (i)	50,00	94	(16)	47	45	-	-	-	(2)	(2)	(1)	(4)	-	-	-	(2)	(1)	(1)	(8)	8	-	-	-	-			
Samarco Mineração S.A.	50,00	569	700	292	-	-	-	757	1.325	104	106	36	-	-	-	104	106	36	350	229	85	54	73	-			
Empresas Incorporadas (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126	-	-	-	-			
Companhia Portuária da Bahia de Sapitiba (i)	100,00	223	63	161	-	-	-	19	28	(22)	14	2	(2)	(1)	-	19	17	5	63	5	4	12	1	-			
Outras	-	-	248	232	-	-	-	1.923	2.643	253	362	24	(2)	-	24	36	38	(39)	1.219	199	90	67	75	-			
Manganes e Ferroligas																											
Rio Doce Manganes Europe - RDM (e)	100,00	280	92	187	-	-	-	-	-	32	34	6	-	-	-	32	34	6	92	(14)	-	-	-	-			
Rio Doce Manganes S.A.	100,00	867	323	619	-	-	-	71	148	72	118	175	-	-	-	53	59	155	246	169	-	-	-	-			
Urcum Mineração S.A.	100,00	46	15	58	-	-	-	-	-	(5)	11	5	-	-	-	(5)	11	5	15	24	-	-	-	-			
Outras	-	-	112	52	-	-	-	-	-	41	28	33	-	-	-	41	28	33	142	91	-	1	-	-			
Não-Ferrosos																											
Pala Figueiras S.A.	49,41	121	31	74	-	-	-	71	148	140	191	219	-	-	-	121	172	199	495	270	-	1	24	-			
Paraí Pignattos S.A.	87,92	121	-	107	-	-	-	-	-	5	16	7	-	-	-	5	16	7	25	32	-	-	-	-			
Ferro-Oxos Capiati (i)	100,00	233	210	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Saldo Minas S.A. (f)	-	-	(3)	91	-	-	-	-	-	(30)	-	(46)	-	-	-	(30)	-	(56)	(31)	(56)	1	-	-	-			
Outras	-	-	397	482	-	-	-	-	-	(25)	16	(39)	-	-	-	(25)	16	(49)	(6)	(24)	-	-	-	-			
Logística																											
Companhia Ferroviária do Nordeste (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	100,00	39	(95)	-	-	-	-	-	-	(34)	-	-	-	-	-	(34)	(9)	(80)	(95)	(384)	-	-	-	-			
MRS Logística S.A. (b)	23,35	414	247	121	75	-	-	247	-	21	24	24	-	-	-	24	21	62	72	104	-	-	-	-			
DOCENAVE	100,00	242	92	242	243	-	-	-	-	5	21	(13)	-	-	-	5	21	(13)	92	21	84	-	-	-			
Sapitiba Tecnol S.A. (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-			
TVM - Terminal de Vila Velha S.A.	99,89	71	16	59	-	-	-	-	-	5	3	1	-	-	-	5	3	1	16	8	4	3	-	-			
CPP Participações	100,00	(16)	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24)	-	-	-	-	-			
Outras	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Siderurgia																											
California Steel Industries, Inc. - CSI (a,i)	50,00	822	290	314	-	-	-	-	-	(4)	9	(2)	-	-	-	-	35	(150)	61	(360)	88	-	3	-			
CST (d)	-	-	-	983	-	-	-	-	(129)	40	39	71	-	-	-	(4)	40	39	71	325	291	-	-	-			
Rio Doce Limited (a,i)	100,00	313	-	305	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
USIMINAS (e,i)	11,46	6.626	2.898	759	494	-	-	-	-	171	77	17	-	-	-	171	77	17	332	138	30	-	-	-			
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,283			
Alumínio																											
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. (i)	51,00	1.076	443	426	-	-	-	-	(129)	207	125	86	-	-	-	207	125	86	752	301	30	-	-	-			
ALUNORTE (i)	57,03	1.637	427	474	-	-	-	-	-	71	59	21	-	-	-	71	59	21	226	297	-	-	-	-			
Itabira Rio Doce (ITACO) (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	107	25	-	-	-	42	107	(20)	244	133	-	-	-	-			
Mineração Rio do Norte S.A.	40,00	870	476	319	-	-	-	-	-	(2)	40	-	-	-	-	(2)	40	-	28	88	-	-	-	-			
ALUVALE - operações próprias (g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54	60	39	-	-	-	54	60	39	191	132	35	-	-	-			
Valeul Alumínio S.A.	54,51	273	76	149	145	-	-	-	-	9	11	6	-	-	-	9	11	6	41	712	30	-	-	-			
Outras	-	-	1.980	1.354	-	-	-	-	-	176	235	138	-	-	-	176	235	93	730	712	35	-	-	-			
Outros																											
CELMAR (g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	-	-	-	-			
DOCEPAR S.A.	100,00	39	13	26	-	-	-	-	-	17	(5)	1	-	-	-	17	(5)	1	13	12	-	-	-	-			
FOSFERTIL (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-	-	-			
Floreiras Rio Doce S.A.	100,00	78	2	78	158	-	-	-	-	-	1	(23)	-	-	-	-	1	(23)	2	(9)	-	-	-	-			
Outras	-	-	(19)	(2)	15	15	-	-	-	1	(4)	(23)	(10)	(10)	-	(9)	-	(18)	(15)	(19)	-	-	-	-			
	-	-	98	182	15	15	-	-	-	18	4	417	-	-	-	8	4	40	24	24	-	-	-	-			
	-	-	10.409	8.549	572	30	1.994	2.662	769	970	417	(12)	(10)	(154)	702	903	149	3.251	1.122	245	68	102	-	-			

(a) O patrimônio líquido das empresas sediadas no exterior foi convertido em moeda nacional às taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. A equivalência patrimonial compreende, além da participação no resultado, os efeitos da variação cambial;

(b) A participação da Companhia na MRS Logística S.A. é detida direta e indiretamente através da Caerni Mineração e Metalurgia S.A.;

(c) Empresas incorporadas (Ferteco, Socolimex e Samitri) - amortização do ágio registrado no custo dos produtos vendidos da incorporadora;

(d) Empresas vendidas;

(e) Investimentos que possuem ações cotadas em bolsas de valores em 2004 não refletindo, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações;

(f) Empresas em fase pré-operacional;

(g) Empresas incorporadas;

(h) Aquisição em 02/09/03 da Mitsui & Co., Ltd. de 659.375.000 ações ordinárias e 1.040.671.032 ações preferenciais (43,37% do capital total da Caerni) totalizando 100% das ações ordinárias e 40,06% das ações preferenciais da Caerni (60,23% do capital total); e

(i) Auditadas por outros auditores independentes.

10.13- Imobilizado

(a) Por área de negócio:

	Controladora				Consolidado			
	2004		2003		2004		2003	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido Proforma
Ferrosos - Sistema Norte								
Mineração	2.104	(884)	1.220	1.050	2.104	(884)	1.220	1.083
Ferrovia	3.014	(1.243)	1.771	1.705	3.014	(1.243)	1.771	1.704
Porto	769	(270)	499	360	769	(270)	499	360
Imobilizações em curso	1.576	-	1.576	858	1.576	-	1.576	939
	7.463	(2.397)	5.066	3.973	7.463	(2.397)	5.066	4.086
Ferrosos - Sistema Sul								
Mineração	3.310	(1.799)	1.511	1.465	5.050	(2.744)	2.306	2.235
Ferrovia	3.602	(1.913)	1.689	1.478	3.602	(1.913)	1.689	1.503
Porto	597	(446)	151	144	597	(446)	151	326
Imobilizações em curso	1.488	-	1.488	985	1.753	-	1.753	1.073
	8.997	(4.158)	4.839	4.072	11.002	(5.103)	5.899	5.137
Pelotização								
Sul	778	(564)	214	198	2.072	(1.310)	762	751
Norte	523	(38)	485	500	523	(38)	485	501
Imobilizações em curso	248	-	248	195	376	-	376	264
	1.549	(602)	947	893	2.971	(1.348)	1.623	1.516
Não Ferrosos								
Potássio	161	(72)	89	90	161	(72)	89	92
Ouro	10	(5)	5	3	10	(5)	5	3
Cobre	1.537	(187)	1.350		1.537	(187)	1.350	-
Pesquisas e projetos	101	(70)	31	73	104	(71)	33	74
Caulim	-	-	-	-	643	(258)	385	387
Imobilizações em curso	657	-	657	1.523	1.910	-	1.910	2.298
	2.466	(334)	2.132	1.689	4.365	(593)	3.772	2.854
Logística								
Em operação	1.316	(601)	715	640	3.062	(1.041)	2.021	1.342
Imobilizações em curso	108	-	108	55	301	-	301	126
	1.424	(601)	823	695	3.363	(1.041)	2.322	1.468
Participações								
Siderurgia	-	-	-	-	726	(421)	305	1.460
Alumínio	-	-	-	-	5.346	(2.165)	3.181	3.096
Manganês e ferroligas	-	-	-	-	1.070	(584)	486	438
Outras	-	-	-	-	39	(35)	4	6
Imobilizações em curso	-	-	-	-	645	-	645	545
	-	-	-	-	7.826	(3.205)	4.621	5.545
Energia								
Em operação	526	(46)	480	338	539	(48)	491	349
Imobilizações em curso	486	-	486	452	486	-	486	452
	1.012	(46)	966	790	1.025	(48)	977	801
Corporação								
Em operação	188	(111)	77	104	239	(117)	122	163
Imobilizações em curso	396	-	396	146	396	-	396	147
	584	(111)	473	250	635	(117)	518	310
Total	23.495	(8.249)	15.246	12.362	38.650	(13.852)	24.798	21.717

(b) Por tipo de ativo:

	Taxas médias de depreciação	Controladora				Consolidado			
		2004		2003		2004		2003	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido Proforma
Imóveis	3,00%	1.782	(714)	1.068	942	3.453	(1.473)	1.980	2.120
Instalações	3,42%	6.299	(2.807)	3.492	2.426	11.716	(5.024)	6.692	6.172
Equipamentos	9,32%	1.551	(792)	759	623	5.225	(2.601)	2.624	2.212
Ferrovias	3,85%	6.186	(2.971)	3.215	2.864	6.387	(3.028)	3.359	3.023
Direitos minerários (*)	1,87%	1.019	(111)	908	293	1.263	(277)	986	383
Outros	8,85%	1.696	(854)	842	1.000	3.162	(1.449)	1.713	1.963
		18.533	(8.249)	10.284	8.148	31.206	(13.852)	17.354	15.873
Imobilizações em curso	-	4.962	-	4.962	4.214	7.444	-	7.444	5.844
Total		23.495	(8.249)	15.246	12.362	38.650	(13.852)	24.798	21.717

(*) Calculada em função do volume de minério extraído em relação à possança (reservas provadas e prováveis).

10.14- Empréstimos e Financiamentos

Captados a curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003 Proforma
Financiamento de comércio exterior	-	106	254	553
Capital de giro	-	-	261	335
	-	106	515	888

Captados a longo prazo

	Controladora				Consolidado			
	Passivo circulante		Exigível a longo prazo		Passivo circulante		Exigível a longo prazo	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003 Proforma	2004	2003 Proforma
Operações no exterior								
Empréstimos e financiamentos em:								
Dólar norte-americano	545	781	2.669	2.437	1.345	1.392	3.233	3.549
Iene	2	88	5	7	2	279	5	7
Outras	9	10	52	61	9	9	60	72
Títulos em dólares norte-americanos	-	867	-	-	93	871	2.628	2.033
Securitização de exportações	-	-	-	-	146	159	1.130	1.497
Notas perpétuas	-	-	-	-	-	-	174	200
Encargos decorridos	34	47	-	-	213	139	-	10
	590	1.793	2.726	2.505	1.808	2.849	7.230	7.368
Operações no país								
Indexados por TJLP, TR e IGP-M	20	18	39	43	168	171	392	558
Cesta de moedas	11	35	1	12	21	94	111	71
Empréstimos em dólares norte-americanos	48	48	144	210	471	442	996	1.467
Debêntures não conversíveis em ações	-	-	1	1	-	-	311	260
Encargos decorridos	1	3	-	-	58	19	5	-
	80	104	185	266	718	726	1.815	2.356
	670	1.897	2.911	2.771	2.526	3.575	9.045	9.724

- (a) Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 2,6544 em 2004 (R\$ 2,8892 em 2003) e ¥ 1,00 equivalente a R\$ 0,025935 em 2004 (R\$ 0,027011 em 2003);
- (b) Em 31 de dezembro de 2004, nossos empréstimos e financiamentos consolidados apresentavam as seguintes garantias:

- Avais recebidos da União no valor de R\$ 450, para os quais oferecemos contragarantia;
- Programa de securitização de recebíveis no valor de R\$ 1.276;
- Bens do imobilizado no valor de R\$ 668;
- Outros ativos no valor de R\$ 784.

- (c) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos dos empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem em 2004 ao seguinte escalonamento:

	Controladora		Consolidado	
2006	1.086	37%	2.016	22%
2007	460	16%	1.488	17%
2008	409	14%	853	10%
2009 em diante	956	33%	4.204	46%
Sem data de vencimento (notas perpétuas e debêntures)	-	-	484	5%
	2.911	100%	9.045	100%

- (d) Sobre os empréstimos e financiamentos externos e internos captados a longo prazo incidem juros, além da variação cambial e monetária, cujas taxas anuais em 2004 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
Captados a longo prazo				
Até 3%	1.343	38%	1.418	12%
De 3,1 a 5%	1.426	39%	3.580	31%
De 5,1 a 7%	561	16%	2.354	20%
De 7,1 a 9%	211	6%	3.190	28%
De 9,1 a 11%	12	-	390	3%
Acima de 11%	28	1%	418	4%
Variável (notas perpétuas)	-	-	221	2%
	3.581	100%	11.571	100%

- (e) Os valores estimados de mercado dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, obtidos através do valor presente às taxas de juros disponíveis em 2004, apresentam-se próximos ao valor contábil.
- (f) Em 08/03/02, a Companhia, através da sua controlada Vale Overseas Limited, efetuou a operação de captação de recursos de US\$ 300 milhões com juros de 8,625% a.a., através da emissão de Notes com vencimento em 08/03/07, prorrogável até setembro de 2008. Em dezembro de 2004, através de oferta pública, a Companhia recomprou US\$ 186.996 mil de principal das notas em circulação pagando US\$ 1.117,34 para cada US\$ 1.000,00 de principal em títulos. Esses títulos são garantidos pela Vale com proteção de risco político e encontram-se registrados junto a *US Securities and Exchange Commission - SEC*, bem como listada na Luxembourg Stock Exchange.
- (g) Em 01/08/03 a Vale Overseas Limited precificou oferta de bônus de US\$ 300 milhões com prazo de dez anos. Os bônus possuem cupom de 9,00% ao ano e pagamentos semestrais de juros. Eles são obrigações não garantidas e não subordinadas da Vale Overseas Limited e contam com a garantia completa e incondicional da CVRD.
- (h) Em 09/01/04 a Vale Overseas Limited lançou US\$ 500 milhões de bônus com vencimento em 2034. Os títulos têm cupom de 8,25% ao ano com pagamento semestral. Eles são obrigações não garantidas e não subordinadas da Vale Overseas Limited e contam com a garantia completa e incondicional da CVRD.

10.15- Securitização de Recebíveis de Exportação

Em 29/09/00, a Companhia realizou operação de securitização de recebíveis existentes e futuros gerados pela sua controlada CVRD Overseas Ltd. no valor de US\$ 300 milhões. A operação é lastreada em exportações de minério de ferro e pelotas para seis dos maiores clientes da Vale, localizados na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia, e foi dividida em três *tranches*. Em 28/07/03 a CVRD realizou outra operação de securitização de recebíveis, no valor de US\$ 250 milhões, prazo total de 10 (dez) anos, cupom de 4,43% ao ano e rendimento para o investidor de 4,48% ao ano (pagamento de juros trimestral). Ambas operações estão sumariadas da seguinte forma:

<i>Tranches</i>	Valor (US\$ milhões)	Vencimento	Carência (anos)	Cupom	Taxa para o investidor (a.a.)
1	25	15/10/2007	2	-	8,682%
2 (com seguro)	125	15/10/2007	2	-	Libor+0,65%
3	150	15/10/2010	3	-	8,926%
4 (com seguro)	250	15/07/2013	2	4,43%	4,48%

O saldo do principal em 2004 monta R\$ 1.276 (R\$ 146 no passivo circulante e R\$ 1.130 no exigível a longo prazo) e está registrado em partes relacionadas com a controlada CVRD Overseas Ltd. (nota explicativa 10.8).

10.16- Passivos Contingentes

Na data das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos contingentes:

- (a) Provisões para contingências e depósitos judiciais (registrados no exigível a longo prazo e no realizável a longo prazo, respectivamente), considerados pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos como suficientes para cobrir perdas em processos judiciais de qualquer natureza, como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências		Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003 Proforma	2004	2003 Proforma
Contingências tributárias	750	680	1.001	604	1.175	1.052	1.435	993
Contingências trabalhistas e previdenciárias	227	155	501	444	293	207	606	534
Reclamações cíveis	156	135	434	419	197	157	547	543
Outras	14	15	17	16	15	14	16	16
Total	1.147	985	1.953	1.483	1.680	1.430	2.604	2.086

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião da Diretoria Jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

Tributárias - referem-se, principalmente, à ação de inconstitucionalidade da CPMF e outras relativas a ICMS.

Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem principalmente em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias.

Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados relativas a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos.

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes no montante de R\$ 1.117 (R\$ 1.932 no consolidado) para os quais com base no prognóstico de nossos advogados não há provisões constituídas.

- (b) Avais e garantias concedidos pela Companhia a empresas controladas de controle compartilhado, conforme abaixo:

Coligada	Valor da garantia		Moeda corrente	Propósito	Vencimento	Contra-garantias
	2004	2003 Proforma				
SAMARCO	17	28	US\$	garantia de dívida IFC	2008	Nenhuma
VALESUL	1	-	R\$	garantia de dívida BNDES	2007	Nenhuma

A Companhia tem a expectativa de que tais garantias não serão executadas, portanto não há passivos registrados. Pela concessão de garantia a Valesul não cobramos encargos.

- (c) O governo brasileiro, ao ensejo da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, determinou que a Companhia emitisse debêntures participativas, não conversíveis em ações (Debêntures), com a finalidade de garantir aos acionistas pré-privatização, inclusive à União Federal, o direito de participação no faturamento líquido de algumas de suas jazidas minerais e de suas controladas, cujos recursos minerais não foram valorados por ocasião da fixação do preço mínimo das ações da Companhia, objeto do leilão público realizado em 1997.

Foram emitidas 388.559.056 debêntures com valor unitário na data de emissão de R\$ 0,01 (hum centavo de real), cuja atualização se dá de acordo com a variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M, conforme o disposto na escritura de emissão.

Em 04/10/02, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM aprovou o registro da negociação pública das debêntures, cujo pedido foi protocolado pela Companhia em 28/06/02. Desde 28/10/02, as debêntures já podem ser negociadas no mercado secundário.

Os debenturistas têm o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a um percentual das receitas líquidas provenientes de determinados recursos minerais possuídos em maio de 1997 e cobertos pela escritura de emissão.

De acordo com a escritura de emissão, o valor do prêmio deverá ser acrescido de juros até o mês anterior ao do efetivo pagamento, e de 1% no mês em que o recurso for disponibilizado ao debenturista. Em cumprimento ao disposto na escritura de emissão, o pagamento será realizado semestralmente em março e setembro.

Em 01/04/04 foi efetuado o primeiro pagamento aos debenturistas, no valor de R\$5, apurados com base nas atividades vinculadas à área de ouro e pela venda da mina de Fazenda Brasileiro.

Com base no início das operações dos projetos de cobre, iniciou-se apuração de prêmios referentes a esses direitos minerários. Considerando as vendas de minério de ferro, estima-se que os patamares mencionados na escritura de emissão serão alcançados, aproximadamente, em 2030 e 2020, para os Sistemas Sul e Norte, respectivamente. Com relação aos demais minerais, tais como bauxita e níquel, a previsão de início de exploração é para a segunda metade da década e de acordo com os critérios estabelecidos na escritura de emissão, o pagamento será devido sobre o faturamento líquido das vendas ocorridas a partir do quarto ano seguinte à data da primeira comercialização. A obrigação de efetuar os pagamentos aos debenturistas cessará quando os recursos minerais pertinentes forem esgotados.

- (d) Estamos comprometidos por um contrato de *take-or-pay*, a adquirir aproximadamente 42.391 toneladas métricas de bauxita da Mineração Rio do Norte S.A. – MRN com preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (London Metal Exchange – LME).

Baseado no preço de mercado de US\$ 20,45 por tonelada métrica, em 31 de dezembro de 2004, representa um compromisso no montante de R\$ 2.263 milhões, conforme demonstrado abaixo:

2005	151
2006	151
2007	151
2008	151
2009 em diante	1.659
	2.263

10.17- Custos Ambientais e de Recuperação e Restauração

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais são debitados ao custo de produção ou capitalizados quando incorridos. A Companhia gerencia suas relações com o meio ambiente como um fator estratégico, tendo como premissa o pleno atendimento da legislação aplicável, e as diretrizes e normas internas estabelecidas por seu sistema de gestão ambiental, de pleno acordo com as especificações da Norma ISO 14.001. A Companhia desenvolve programas contínuos que têm por objetivo minimizar o impacto ambiental de suas operações de mineração, bem como reduzir os custos que venham a incorrer com o término das atividades de cada lavra. Em 2004, a provisão para passivos ambientais corresponde ao montante de R\$ 255 (R\$ 232 em 2003), classificada em "Provisão para passivos ambientais" no exigível a longo prazo. A Companhia adota os conceitos de provisionamento dos custos de fechamento de mina, a saber:

- Os custos com fechamento de minas passam a ser registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos;
- As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco; e
- As estimativas de custos serão revistas anualmente, com a conseqüente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

10.18- Fundo de Pensão - Valia

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia é uma entidade fechada de previdência complementar, com fins não-lucrativos e personalidade jurídica própria, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia, de suas controladas e coligadas e outras que participam ou venham a participar dos planos por ela administrados.

A Companhia e diversas de suas controladas e coligadas são patrocinadoras da Valia, nos seguintes planos de benefícios:

(a) Plano de Benefício

Plano de Benefício Definido - BD

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1973, no início das atividades da Valia, o qual foi fechado a novas adesões e continua mantido apenas para os participantes assistidos e para alguns participantes ativos, em caráter residual.

Plano Misto de Benefícios - Vale Mais

Plano misto que contempla benefícios programáveis de renda para aposentadoria, do tipo contribuição definida, desvinculados da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento - *Vesting*, além dos chamados benefícios de risco: aposentadoria por invalidez, pensão por morte e auxílio-doença, bem como regras mais modernas, transparentes e flexíveis que o tornaram mais atrativo para os empregados e econômico para as patrocinadoras. Este plano foi implementado em maio de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos nas patrocinadoras (cerca de 98,7% do total).

As contribuições das patrocinadoras ao Plano Vale Mais são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, são idênticas à contribuição dos participantes e limitam-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano (R\$ 1.810,41 em dezembro de 2004).
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

Os resultados dessa avaliação atuarial estão assim representados:

Evolução do valor justo dos ativos

	2004	2003
Valor justo dos ativos no início do exercício	4.728	3.763
Rendimento real dos ativos	1.078	1.265
Contribuição da patrocinadora	45	41
Benefício pago no exercício	(335)	(341)
Valor justo dos ativos no final do exercício	5.516	4.728

Evolução do valor presente das obrigações

	2004	2003
Valor presente das obrigações no início do exercício	4.131	3.831
Custo do serviço corrente	4	5
Custo dos juros	484	416
Benefício pago no exercício	(335)	(341)
Alteração das hipóteses	(357)	-
Perda no passivo	56	220
Valor presente das obrigações no final do exercício	3.983	4.131

Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço

	2004	2003
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(3.983)	(4.131)
Valor justo dos ativos	5.516	4.728
Valor líquido dos ganhos não reconhecidos no balanço	(1.297)	(569)
Ativo atuarial líquido a ser provisionado	(*) 236	(*) 28

(*) A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial o ativo decorrente da avaliação atuarial, por não haver claramente uma evidência na realização, conforme estabelece o item 4.9 da NPC 26.

(b) Passivo Atuarial

Abono Complementação e Plano de Assistência Médica para Aposentados

Refere-se à responsabilidade da Companhia na complementação de aposentadorias, pensões e assistência médica relacionadas a incentivo ao desligamento de funcionários nos períodos de 1987 e 1989.

Os resultados da avaliação atuarial desse passivo estão assim representados:

Evolução do valor justo dos ativos do abono complementação

	2004	2003
Valor justo dos ativos no início do exercício	58	-
Rendimento real dos ativos	7	-
Contribuição da patrocinadora	64	112
Benefício pago no exercício	(53)	(54)
Valor justo dos ativos no final do exercício	76	58

Evolução do valor presente das obrigações do abono complementação

	2004	2003
Valor presente das obrigações no início do exercício	507	493
Custo dos juros	65	47
Benefício pago no exercício	(53)	(54)
Alteração das hipóteses	6	-
Perda no passivo	57	21
Valor presente das obrigações no final do exercício	582	507

Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço do abono complementação

	2004	2003
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(582)	(507)
Valor justo dos ativos	76	58
Valor líquido dos (ganhos) perdas não reconhecidos no balanço	6	(58)
Passivo atuarial líquido provisionado	(500)	(507)

Custos reconhecidos na demonstração de resultados do exercício do abono complementação

	2004	2003
Custo de juros	65	47
Rendimento real dos ativos	(7)	-
Total dos custos líquidos	58	47

Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço do plano de assistência médica

	2004	2003
Valor presente das obrigações atuariais (plano sem ativo financeiro)	(174)	(152)
Valor líquido das perdas não reconhecidas no balanço	13	-
Passivo atuarial líquido provisionado	(161)	(152)

Custos reconhecidos na demonstração de resultados do exercício do plano de assistência médica

	2004	2003
Custo de juros	19	17

(c) Contribuições da Patrocinadora

	2004	2003
Plano misto de benefício - VALE MAIS - renda	(19)	(16)
Plano misto de benefício - VALE MAIS - risco e benefício proporcional	(45)	(41)
Plano abono complementação (*)	(64)	(112)
Plano de assistência médica para aposentados (*)	(10)	(9)
Total de contribuições	(138)	(178)

(*) Referente ao passivo atuarial

(d) **Hipóteses Atuariais , Econômicas e Biométricas**

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipótese econômicas :

	2004	2003
Hipóteses econômicas:		
- Taxa de desconto	13,4% a.a. (nominal)	11,3% a.a. (nominal)
- Taxa de retorno esperado dos ativos	13,4% a.a. (nominal)	13,4% a.a. (nominal)
- Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	9,2% a.a.	9,2% a.a.
- Crescimentos salariais futuros	6,91% a.a. até 47 anos 5% a.a. a partir de 48 anos	6,91% a.a. até 47 anos 5% a.a. a partir de 48 anos
- Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	5,0% a.a.	5,0% a.a.
- Inflação	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Fator de capacidade:		
- Salários	99%	99%
- Benefícios	99%	99%
Hipóteses demográficas:		
- Tábua de mortalidade	AT 83 Male	AT 49
- Tábua de mortalidade de inválidos	AT 83 Male	AT 49
- Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
- Tábua de rotatividade	3%	Experiência Valia
- Idade de aposentadoria	Informação Valia	Informação Valia
- Idade de entrada no INSS	Informação Valia	Informação Valia

Todas as premissas foram revistas em 2004.

10.19- Capital Social

Desde a AGO de 28/04/04, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 7,3 bilhões, realizado com capitalização de parte da reserva de expansão no valor de R\$ 1 bilhão.

A AGE de 18/08/04 aprovou o desdobramento acionário no qual cada ação da Companhia foi desdobrada em três ações. Conseqüentemente o capital social passou a ser composto de 1.165.677.168 ações, sendo 749.949.429 ações ordinárias e 415.727.739 ações preferenciais classe "A".

As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para a eleição de membros do Conselho de Administração, e têm prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual de 6%, calculado sobre a parcela de capital constituída por esta classe de ações ou de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, o que for maior entre eles.

Em 31/12/04, o capital social compõe-se conforme abaixo:

Acionistas	Quantidade de ações					
	ON	%	PNA	%	Total	%
Valepar S.A.	392.147.133	52	-	-	392.147.133	34
Governo Brasileiro (Tesouro Nacional / BNDES / INSS / FPS)	14.178	-	15.226.026	4	15.240.204	1
Investidores estrangeiros em ADRs	202.245.385	27	188.190.061	45	390.435.446	34
FMP - FGTS	38.799.345	5	-	-	38.799.345	3
BNDESPar	52.189.680	7	3.054.645	1	55.244.325	5
Investidores institucionais estrangeiros no mercado local	17.283.576	2	82.587.138	20	99.870.714	9
Investidores institucionais	17.888.126	3	67.240.608	16	85.128.734	7
Investidores de varejo no país	15.236.496	2	59.417.310	14	74.653.806	6
Ações em tesouraria no país	14.145.510	2	11.951	-	14.157.461	1
Total	749.949.429	100	415.727.739	100	1.165.677.168	100

Os conselheiros e diretores, como grupo, detêm 30.577 ações ordinárias e 45.624 ações preferenciais.

Em 31/12/04, a Companhia apresenta excesso de reservas de lucros sobre o capital social. Em atendimento à Legislação Societária (Art. 199 da Lei nº 6.404/76), a Administração proporá em assembléia geral de acionistas o aumento de capital da Companhia com reservas de lucros (expansão/investimento e incentivos fiscais) de R\$ 2.700 milhões, sem emissão de novas ações.

10.20- Programa de ADRs - American Depositary Receipts

Em junho/00, a Companhia obteve registro da *Securities and Exchange Commission* – SEC, iniciando processo de negociação de ações preferenciais na Bolsa de Valores de Nova York - NYSE. A partir de 21/03/02, em conexão com o processo de alienação das ações do BNDES e da União, as ações ordinárias da Companhia passaram a ser negociadas também na NYSE. Cada ADR - *American Depositary Receipts* representa 1 (uma) ação preferencial classe "A" ou ordinária, negociada com os códigos "RIOPR" e "RIO", respectivamente.

10.21- Ações em Tesouraria

O Conselho de Administração autorizou, nos termos do inciso XV do Art. 13 do Estatuto Social e com base no Art. 30 da Lei nº 6.404/76 e nas Instruções CVM nº 10, de 14/02/80 e 268, de 13/11/97, a aquisição pela Companhia de suas próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento.

Em 31/12/04, estavam em tesouraria 14.145.510 ações ordinárias e 11.951 ações preferenciais, no montante de R\$ 131. Em 2004, 598 ações preferenciais que estavam em tesouraria foram trocadas por ações da Samitri, empresa incorporada. As 14.145.510 ações ordinárias estão em garantia de um empréstimo da nossa controlada Alunorte.

Classe	Ações		Custo de aquisição			Cotação média em	
	Quantidade		Unitário médio	Mínimo	Máximo	2004	2003 (a)
	2004	2003 (a)					
Preferenciais	11.951	12.549	17,12	4,67	17,47	47,93	32,64
Ordinárias	14.145.510	14.145.510	9,27	6,69	17,36	56,13	35,45
	14.157.461	14.158.059					

(a) Considerando como se o *Stock Split* de ações ocorrido em agosto de 2004 já estivesse efetivo em 2003 (Vide item 10.19)

10.22- Remuneração aos Acionistas

Ao longo do exercício de 2004, a CVRD pagou a seus acionistas uma remuneração total de R\$ 2.271, dos quais R\$ 320 se referiram à competência contábil do exercício de 2003.

Resumidamente, a remuneração total de 2004 foi paga como segue:

Deliberação	Pagamento	Exercício base	R\$	US\$
14/04/04	30/04/04	JCP - 2003	(c) 320	108
14/04/04	30/04/04	JCP - 2004	471	161
13/10/04	29/10/04	JCP - 2004	781	273
13/10/04	29/10/04	JCP - 2004	419	147
13/10/04	29/10/04	Dividendos - 2004	280	98
Total pago em 2004			(b) 2.271	787
Remuneração complementar de 2004 proposta			(a) 1.279	481
Remuneração competência 2004 (a +b - c)			3.230	1.160

A remuneração aos acionistas proposta para 2004 foi calculada como segue:

Lucro líquido do exercício	6.460
Reserva de incentivos fiscais	(41)
Reserva legal	(323)
Realização da reserva de lucros a realizar	211
Lucro líquido ajustado	6.307
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (R\$ 1,37 por ação em circulação)	1.577
Estatutário das ações preferenciais (3% do PL R\$ 0,47 por ação em circulação)	197
Estatutário das ações preferenciais (6% do capital R\$ 0,38 por ação em circulação)	156
Dividendos/Juros sobre o capital próprio propostos (R\$ 2,82 por ação em circulação)	3.230

Em atendimento à Deliberação CVM nº 207/96, a Companhia optou, para fins de atendimento às normas fiscais, por contabilizar os juros sobre o capital próprio em contrapartida da conta "Despesas financeiras", e revertê-lo em conta específica, não sendo apresentado, entretanto, na demonstração do resultado, tendo em vista não produzir efeito no lucro líquido final, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica "Imposto de renda e contribuição social".

Destinação do Resultado do Exercício

Origens:

Lucro líquido do exercício	6.460
Realização da reserva de lucros a realizar (a)	211
	6.671

Destinação:

Reserva legal (5%)	323
Reserva de expansão/investimento (b)	3.077
Reserva de incentivos fiscais	41
Juros sobre o capital próprio	2.950
Dividendos intermediários	280
	6.671

(a) Realização com base no recebimento de dividendos, baixa ou alienação de participações societárias e pela depreciação, baixa e alienação do imobilizado;

(b) Com base no orçamento de capital aprovado

10.23- Resultado Financeiro - Controladora e Consolidado

Controladora

	4T/04			3T/04			Trimestres 4T/03		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(23)	151	128	(3)	211	208	(46)	29	(17)
Empréstimos e financiamentos internos	(5)	19	14	(5)	30	25	(7)	3	(4)
Partes relacionadas	(57)	281	224	(57)	360	303	(49)	36	(13)
	(85)	451	366	(65)	601	536	(102)	68	(34)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(31)	(27)	(58)	(38)	(34)	(72)	(72)	(13)	(85)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	10	4	14	(11)	7	(4)	18	-	18
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro)	(20)	8	(12)	(20)	7	(13)	(34)	-	(34)
CPMF	(15)	-	(15)	(18)	-	(18)	(25)	-	(25)
Outras	(31)	(5)	(36)	(124)	(104)	(228)	(25)	(109)	(134)
	(172)	431	259	(276)	477	201	(240)	(54)	(294)
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	15	(85)	(70)	14	(270)	(256)	19	(25)	(6)
Aplicações financeiras	7	8	15	5	19	24	27	12	39
Outras	6	1	7	5	(28)	(23)	5	(5)	-
	28	(76)	(48)	24	(279)	(255)	51	(18)	33
Resultado financeiro líquido	(144)	355	211	(252)	198	(54)	(189)	(72)	(261)

	2004			Acumulado 2003		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(116)	148	32	(214)	885	671
Empréstimos e financiamentos internos	(22)	26	4	(34)	97	63
Partes relacionadas	(208)	335	127	(180)	429	249
	(346)	509	163	(428)	1.411	983
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(113)	(119)	(232)	(138)	(65)	(203)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	3	2	5	7	-	7
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro)	(25)	9	(16)	(64)	-	(64)
CPMF	(70)	-	(70)	(71)	-	(71)
Outras	(216)	(287)	(503)	(39)	9	(30)
	(767)	114	(653)	(733)	1.355	622
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	62	(256)	(194)	108	(454)	(346)
Aplicações financeiras	19	57	76	88	63	151
Outras	21	(2)	19	26	(59)	(33)
	102	(201)	(99)	222	(450)	(228)
Resultado financeiro líquido	(665)	(87)	(752)	(511)	905 (*)	394

(*) Vide explicação no item 1.2.6 - Resultado financeiro líquido.

	2004			Acumulado 2003 Proforma		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(675)	299	(376)	(591)	1.891	1.300
Empréstimos e financiamentos internos	(228)	113	(115)	(163)	322	159
Partes relacionadas	(55)	464	409	(77)	1.151	1.074
	(958)	876	(82)	(831)	3.364	2.533
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(114)	(119)	(233)	(146)	(65)	(211)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	2	3	5	7	-	7
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro, alumínio e alumina)	(213)	10	(203)	(223)	-	(223)
CPMF	(120)	-	(120)	(98)	-	(98)
Outras	(463)	800	337	(77)	1.341	1.264
	(1.866)	1.570	(296)	(1.368)	4.640	3.272
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	64	(757)	(693)	27	(1.459)	(1.432)
Aplicações financeiras	159	(262)	(103)	198	(554)	(356)
Outras	74	(982)	(908)	97	(1.784)	(1.687)
	297	(2.001)	(1.704)	322	(3.797)	(3.475)
Resultado financeiro líquido	(1.569)	(431)	(2.000)	(1.046)	843	(203)

10.24- Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os principais riscos de mercado com que a Vale se depara são aqueles relativos a taxas de juros, taxas de câmbio e de preço de *commodities*. A Companhia tem como política gerenciar tais riscos através da utilização de instrumentos derivativos.

As atividades de gerenciamento de risco seguem políticas e diretrizes revistas e aprovadas pela alta direção da Companhia (Conselho de Administração e Diretoria Executiva). Estas normas proíbem negociação especulativa, venda a descoberto e determinam a diversificação de instrumentos e contrapartes. A política da Companhia tem sido liquidar financeiramente todos os contratos, sem a entrega física de produtos. Os limites e a qualidade de crédito das contrapartes são revistos periodicamente e definidos de acordo com as normas aprovadas pela alta Administração da Companhia. Os resultados das atividades de *hedge* são reconhecidos mensalmente no resultado da Companhia.

Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros é proveniente da parcela da dívida contratada a taxas flutuantes decorrentes, principalmente, das operações de *trade finance*. A parcela da dívida em moeda estrangeira com taxa flutuante está sujeita, principalmente, às oscilações da *LIBOR - London Interbank Offered Rate*. A parcela da dívida expressa em reais sujeita à taxa flutuante envolve, basicamente, a taxa de juros brasileira de longo prazo - TJLP, estabelecida pelo Banco Central. Desde maio de 1998, a Companhia tem utilizado instrumentos derivativos para proteger sua exposição às oscilações da *LIBOR*.

A carteira de derivativos de taxa de juros é formada por instrumentos que buscam limitar a exposição à flutuação da taxa de juros, estabelecendo limite superior e inferior para a flutuação das mesmas. Algumas operações estão sujeitas a provisões de *knock-out* que, se acionadas, eliminam a proteção contratada.

A tabela abaixo apresenta as informações com respeito ao portfólio de derivativos de taxas de juros em 2004 e 2003:

Tipo	2004				2003		
	Valor nominal (em US\$ milhões)	Faixa de taxa	Perda não realizada (em R\$ milhões)	Último vencimento	Valor nominal (em US\$ milhões)	Faixa de taxa	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)
Cap	150	5,7 - 6,8%	-	Nov/06	500	5,7 - 11,0%	1
Floor	150	5,7 - 6,0%	(9)	Nov/06	500	5,7 - 6,0%	(49)
Swap					454	5,8 - 6,7%	(88)
Total			(9)				(136)

A perda não realizada representa o valor atual a pagar caso todas as operações fossem liquidadas em 31/12/04.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio é derivado da dívida em moeda estrangeira. Por outro lado, parte substancial das receitas da Companhia é denominada ou indexada ao dólar norte-americano, enquanto que parcela majoritária dos custos é expressa em reais. Isto fornece um *hedge* natural contra eventuais desvalorizações da moeda brasileira frente ao dólar. Em eventos dessa natureza, há impacto negativo imediato sobre a dívida em moeda estrangeira, compensado pelo efeito positivo sobre os fluxos de caixa futuros.

A Companhia adota a estratégia de monitorar as oscilações de mercado, realizando eventualmente operações com derivativos para cobrir riscos específicos relacionados a estas variações.

A parcela da dívida denominada em euros e ienes (principais componentes dos empréstimos em cesta de moedas) é protegida utilizando derivativos para cobrir o risco de flutuação específico destas moedas.

A tabela abaixo informa o portfólio de derivativos de taxa de câmbio em 2004 e 2003. Estas operações *forwards* e *range forwards* foram estruturados para garantir o preço de compra das seguintes moedas:

Tipo	2004				2003		
	Valor nominal (em milhões)	Faixa de taxa	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)	Último vencimento	Valor nominal (em milhões)	Faixa de taxa	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)
Iene comprado	¥ 65	¥ 79 - 83 por US\$	(1)	Abr/05	¥ 3.385	¥ 79 - 83 por US\$	9
Euro comprado	€ 18	€ 1,04 - 1,23 por US\$	10	Dez/11	€ 23	€ 1,22 - 1,23 por US\$	8
Euro vendido	-	-	-	-	€ 5	€ 1,2 - 1,3 por US\$	(1)
Total			9				16

O ganho não realizado representa o valor atual a receber caso todas as operações fossem liquidadas em 31/12/04.

Risco de Preço e Commodities

Os preços do minério de ferro, o principal produto da Companhia, são fixados através de negociações anuais entre produtores e consumidores, apresentando notável estabilidade ao longo do tempo. A Companhia não contrata operações para proteção contra variação no preço do minério de ferro.

A Companhia utiliza instrumentos de *hedge* para gerenciar sua exposição às mudanças no preço de mercado do ouro, alumínio e alumina. As operações com derivativos permitem fixar lucro médio mínimo para a produção futura. A Companhia gerencia ativamente as posições contratadas, sendo os resultados destas atividades acompanhados mensalmente, a fim de permitir que sejam feitos ajustes nas metas e estratégias em resposta às condições de mercado.

A tabela abaixo informa o portfólio de derivativos de ouro da Companhia em 2004 e 2003:

Tipo	2004				2003		
	Quantidade (oz)	Faixa de preço (US\$/oz)	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)	Último vencimento	Quantidade (oz)	Faixa de preço (US\$/oz)	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)
Puts compradas	198.000	294 - 385	2	Dez/08	393.000	270 - 385	3
Calls vendidas	237.000	330 - 440	(57)	Dez/08	423.000	317 - 440	(91)
Instrumentos híbridos	-	-	-	-	20.000	-	(4)
Total			(55)				(92)

A perda não realizada representa o valor atual a pagar caso todas as operações fossem liquidadas em 31/12/04.

Consolidado

A tabela abaixo informa o portfólio de derivativos de alumínio da sua controlada Albras em 2004 e 2003:

Tipo	2004				2003 Proforma		
	Quantidade (ton.)	Faixa de preço (US\$/ton.)	Perda não realizada (em R\$ milhões)	Último vencimento	Quantidade (ton.)	Faixa de preço (US\$/ton.)	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)
Puts compradas	-	-	-	-	148.500	1.390 - 1.450	5
Forwards vendidas	9.000	1.545 - 1.650	(63)	Dez/06	27.000	1.400 - 1.600	(16)
Calls vendidas	116.000	1.540 - 1.590	(72)	Set/06	160.500	1.570 - 1.630	(28)
Outros instrumentos	155.000	1.395 - 1.700	(17)	Dez/08	246.000	1.390 - 1.680	(20)
Total			(152)				(59)

A perda não realizada representa o valor atual a pagar caso todas as operações fossem liquidadas em 31/12/04.

A tabela abaixo informa o portfólio de derivativos de alumina da sua controlada Alunorte em 2004 e 2003:

Tipo	2004				2003 Proforma		
	Quantidade (ton.)	Faixa de preço (US\$/ton.)	Perda não realizada (em R\$ milhões)	Último vencimento	Quantidade (ton.)	Faixa de preço (US\$/ton.)	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)
Puts compradas	-	-	-	-	101.000	1.390 - 1.400	2
Calls vendidas	125.000	1.535 - 1.590	(79)	Set/06	113.000	1.540 - 1.580	(18)
Outros instrumentos	108.000	1.390 - 1.625	(68)	Dez/06	240.000	1.380 - 1.690	(36)
Total			(147)				(52)

A perda não realizada representa o valor atual a pagar caso todas as operações fossem liquidadas em 31/12/04.

A tabela abaixo informa o portfólio de derivativos de taxa de juros da sua controlada Itaco em 2004:

2004			
Tipo	Valor nominal (em US\$ milhões)	Perda não realizada (em R\$ milhões)	Último vencimento
Swap	150	(23)	Mai/07
Swap	81	(13)	Out/07
Total		(36)	

A tabela abaixo informa o portfólio de derivativos de ouro da sua controlada Itaco em 2004:

2004				
Tipo	Quantidade (Oz)	Faixa de preço (US\$/Oz)	Perda não realizada (em R\$ milhões)	Último vencimento
Calls Vendidas	156.000	-	(42)	Dez/07

A movimentação dos (ganhos) e perdas com derivativos ocorre conforme tabela:

Controladora				
4T/04				
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/04	(89)	4	(91)	(176)
Liquidação financeira	70	1	48	119
Despesas financeiras, líquidas	5	5	(20)	(10)
Variações monetárias, líquidas	5	(1)	8	12
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/04	(9)	9	(55)	(55)
3T/04				
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/06/04	(92)	3	(79)	(168)
Liquidação financeira	8	-	1	9
Despesas financeiras, líquidas	(12)	1	(20)	(31)
Variações monetárias, líquidas	7	-	7	14
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/04	(89)	4	(91)	(176)
4T/03				
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/03	(178)	6	(66)	(238)
Liquidação financeira	32	2	8	42
Despesas financeiras, líquidas	6	8	(36)	(22)
Variações monetárias, líquidas	4	-	2	6
Ganhos e (perdas) não realizadas em 31/12/03	(136)	16	(92)	(212)

	Controladora				Consolidado		
					2003		
					Proforma		
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Total	Alumínio	Alumina	Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/02	(213)	(4)	(53)	(270)	19	11	(240)
Ganho e (perda) reconhecido com a consolidação da Albrás	-	-	-	-	18	-	18
Liquidação financeira	87	3	25	115	-	-	115
Despesas financeiras, líquidas	(55)	17	(74)	(112)	(96)	(63)	(271)
	32	20	(49)	3	(96)	(63)	(138)
Variações monetárias, líquidas	45	-	10	55	-	-	55
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/03	(136)	16	(92)	(212)	(59)	(52)	(323)

	Controladora			
	2004			
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/03	(136)	16	(92)	(212)
Liquidação financeira	122	(7)	53	168
Despesas financeiras, líquidas	2	1	(25)	(22)
Variações monetárias, líquidas	3	(1)	9	11
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/04	(9)	9	(55)	(55)

	Consolidado					
	2004					
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Alumínio	Alumina	Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/03 - Proforma	(136)	16	(92)	(59)	(52)	(323)
Liquidação financeira	86	(7)	10	-	-	89
Despesas financeiras, líquidas	1	1	(25)	(93)	(95)	(211)
Variações monetárias, líquidas	4	(1)	10	-	-	13
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/04	(45)	9	(97)	(152)	(147)	(432)

10.25- Exposição Cambial

A exposição cambial está preponderantemente relacionada ao dólar norte-americano, conforme abaixo demonstrado:

Ativo	Em milhões de reais			
	Controladora		Controladas e Coligadas (*)	
	2004	2003	2004	2003
Circulante				
Disponibilidades	-	264	458	298
Outros ativos circulantes	2.240	1.731	1.130	1.143
	2.240	1.995	1.588	1.441
Realizável a longo prazo	398	531	73	49
Investimentos	4.997	2.854	-	16
Total	7.635	5.380	1.661	1.506
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	650	1.985	869	1.358
Outros passivos circulantes	2.220	1.288	329	494
	2.870	3.273	1.198	1.852
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos	2.871	2.728	1.169	1.683
Outros exigíveis a longo prazo	3.689	4.118	324	428
	6.560	6.846	1.493	2.111
Total	9.430	10.119	2.691	3.963
Ativo - Passivo - R\$	(1.795)	(4.739)	(1.030)	(2.457)
Ativo - Passivo - US\$	(676)	(1.640)	(388)	(850)

(*) Proporcional ao percentual de participação.

10.26- Despesas Administrativas e Outras Despesas Operacionais

	Controladora				Consolidado	
	Trimestres			Acumulado	Acumulado	
	4T/04	3T/04	4T/03		2004	2003 Proforma
Administrativas						
Pessoal	59	52	61	202	164	434
Consultoria técnica	37	18	33	104	109	229
Propaganda e publicidade	28	13	7	61	33	68
Depreciação	8	9	9	39	35	116
Despesas de viagem	9	5	4	25	19	39
Aluguéis e impostos	17	7	10	31	28	86
Outras (*)	11	19	-	69	18	153
	169	123	124	531	406	1.125
						822

(*) Refere-se, basicamente, a despesas com a manutenção dos escritórios.

	Controladora				Consolidado	
	Trimestres			Acumulado	Acumulado	
	4T/04	3T/04	4T/03		2004	2003 Proforma
Outras despesas (receitas) operacionais						
Provisão para contingências	27	84	27	166	129	277
Provisão para perdas com créditos de ICMS	26	64	-	90	84	130
Provisão para participação no resultado	36	50	24	176	96	196
Despesas operacionais cobre/ Pelotizadora de São Luis	-	24	-	24	36	24
Doações	6	6	9	27	19	34
Provisão para perda de ativos	51	-	-	51	-	51
Outras	(8)	9	14	14	(44)	243
	138	237	74	548	320	955
						755

10.27- Concessões e Arrendamentos

(a) Empresas de Transporte Ferroviário

A Companhia e algumas empresas do Grupo celebraram com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, contratos de concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços.

Os prazos de concessão por ferrovia são:

Ferrovia	Término do prazo de concessão
Vitória a Minas (direta) (*)	Junho de 2027
Carajás (direta) (*)	Junho de 2027
Malha Centro-Leste (indireta via FCA)	Agosto de 2026
Malha Sudeste (indireta via MRS)	Dezembro de 2026

(*) Concessões não onerosas.

A concessão se extinguirá com a concretização de um dos seguintes fatos: término do prazo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação e falência ou extinção da concessionária.

As concessões e arrendamentos das empresas controladas são tratadas contabilmente no conceito de arrendamento operacional e apresentam as seguintes características:

	FCA	MRS
1) Nº de parcelas totais	112	87
2) Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
3) Índice de atualização	IGP-DI FGV	IGP-DI FGV
4) Nº de parcelas já pagas	26	30
5) Valor atualizado da prestação		
Concessão	R\$ 1	R\$ 2
Arrendamento	R\$ 22	R\$ 40

(b) Portos

A Companhia possui terminais portuários especializados, conforme abaixo:

Terminal (*)	Localização	Término do prazo de concessão
Terminal de Tubarão	Vitória - ES	2020
Terminal de Praia Mole	Vitória - ES	2020
Terminal de Produtos Diversos	Vitória - ES	2020
Terminal de Vila Velha	Vila Velha - ES	2023
Cais de Paul	Vila Velha - ES	2005
Terminal de Granéis Líquidos	Vitória - ES	2020
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira - Pier I	São Luís - MA	2018
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira - Pier II	São Luís - MA	2010
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira - Pier III	São Luís - MA	2018
Terminal Marítimo Inácio Barbosa	Aracaju - SE	2012

(*) Concessões não onerosas.

(c) Projetos de Usinas Hidrelétricas

A Companhia desenvolve projetos de geração hidrelétrica com o objetivo de suprir seu consumo. Os projetos com participação acionária da Companhia são os seguintes:

Projetos	Situação	% de participação
Funil	Em operação	51,00
Candonga	Em operação	50,00
Igarapava	Em operação	38,15
Porto Estrela	Em operação	33,33
Aimorés	Julho de 2005	51,00
Capim Branco I	2006	48,42
Capim Branco II	2006	48,42
Foz do Chapecó	-	40,00
Estreito	-	30,00

10.28- Efeitos se Adotadas as Demonstrações em Moeda de Capacidade Aquisitiva Constante (não auditado)

A principal diferença entre as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas emanadas pela Legislação Societária e em moeda de capacidade aquisitiva constante é devida ao não reconhecimento da correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado em moeda de capacidade aquisitiva constante, a preços de 31 de dezembro de 2004, foram elaborados, de forma resumida, utilizando como índice o IGP-M da FGV.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003 Proforma
Ativo				
Circulante	4.727	4.506	11.930	9.625
Realizável a longo prazo	1.864	2.926	3.184	4.301
Permanente				
Participações societárias	29.160	24.044	7.068	7.536
Imobilizado	22.579	22.579	43.404	39.495
Diferido	-	-	1.447	831
	51.739	46.623	51.919	47.862
	58.330	54.055	67.033	61.788
Passivo				
Circulante	6.793	5.898	9.326	8.521
Exigível a longo prazo	11.957	13.049	16.086	16.862
Resultado de exercícios futuros	-	-	10	176
Participações de minoritários	-	-	2.031	1.121
Patrimônio líquido				
Capital social	7.413	7.413	7.413	7.413
Reservas de lucros	32.167	27.695	32.167	27.695
	39.580	35.108	39.580	35.108
	58.330	54.055	67.033	61.788

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003 Proforma
Receita bruta	14.714	12.394	30.988	24.978
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços	(743)	(423)	(1.576)	(931)
Receita operacional líquida	13.971	11.971	29.412	24.047
Custos dos produtos e serviços	(7.630)	(6.403)	(15.081)	(13.543)
Lucro bruto	6.341	5.568	14.331	10.504
Margem bruta	45,4%	46,5%	48,7%	43,7%
Despesas operacionais, líquidas	(1.642)	(55)	(4.349)	(1.526)
Lucro operacional antes das participações societárias	4.699	5.513	9.982	8.978
Resultado de participações societárias	3.880	1.602	167	(645)
Lucro operacional	8.579	7.115	10.149	8.333
Resultado na venda de ativos	363	-	588	99
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.942	7.115	10.737	8.432
Imposto de renda e contribuição social	(1.458)	(969)	(2.460)	(1.673)
Lucro antes das participações minoritárias	7.484	6.146	8.277	6.759
Participações de minoritários	-	-	(793)	(613)
Lucro líquido do exercício - R\$	7.484	6.146	7.484	6.146
Lucro líquido do exercício - US\$	2.819	2.127		

10.29- Seguros

Riscos Operacionais

A Companhia possui um amplo programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para todos os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de uma apólice do tipo *All Risks*. Este programa contempla inspeções e treinamentos *in loco* utilizando-se da estrutura de vários comitês de risco espalhados pela Companhia, suas controladas e coligadas. Procura alinhar os riscos em todas as áreas, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando nos mercados nacional e internacional coberturas compatíveis com uma empresa do porte da Companhia. As coberturas compreendem, além dos ativos e perda de produção, danos pessoais, danos a terceiros, danos ambientais e a cargas transportadas através da Companhia.

Seguros

Visando buscar os melhores instrumentos para uma gestão mais eficaz, além da busca de alternativas devido à crise porque vem passando o mercado internacional de seguros, a Companhia implementou em 2003 uma resseguradora cativa, criada no intuito de melhorar a sua administração de riscos, bem como fornecer um instrumento mais eficiente de negociação e penetração nos mercados, servindo exclusivamente para subscrição de riscos de empresas do Grupo, no Brasil e no exterior. Além disso, uma intensificação da atuação dos comitês de risco vem sendo realizada visando aperfeiçoar o nível de operação e manutenção de instalações e equipamentos da Companhia.

10.30- Plano de Participação nos Resultados

O plano de participação dos empregados nos resultados da Companhia é composto de parcela vinculada aos resultados econômico-financeiros, medida através de indicadores como o fluxo de caixa operacional e pelo cumprimento das metas de desempenho de cada unidade e individuais.

Em 2004 a Companhia provisionou R\$ 176 (R\$ 96 em 2003) para participação no resultado (nota explicativa 10.26).

PARTE III

11- ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2004

Em milhões de reais

	% de participação					Ativo		Passivo		Custo dos produtos e serviços vendidos		Recetas (despesas) operac.		Resultado não-operac.		Resultado líquido (prejuízo) ajustado	
	Total		Volante		Circulante	Realizável a longo prazo		Circulante	Exigível a longo prazo	Patrimônio líquido (ajustado)	Vendas líquidas			Resultado não-operac.	IR e CSL		
Controladas (a)																	
Amazon Iron Ore Overseas Co. Ltd.	100,00	100,00			173	8		1.933	-	1.157	-	957	-	368	-	-	368
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A.	51,00	51,00			569	581		1.078	638	514	2.066	1.076	(1.277)	(304)	(5)	(37)	443
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	57,03	61,74			460	209	2.333	325	1.040	1.637	1.595	1.637	(957)	(177)	-	(34)	427
Brasilux S.A.	100,00	100,00			11	45	1	31	-	26	29	26	(28)	-	-	-	1
Caemi Mineração e Metalurgia S.A. (b)	60,23	100,00			1.413	170	1.754	1.287	750	1.300	2.902	1.300	(1.362)	(469)	(112)	(352)	607
Companhia Portuária Baía de Sepetiba	100,00	100,00			113	6	148	44	-	223	144	223	(50)	2	-	(33)	63
CVRD Overseas Ltd.	100,00	100,00			1.193	1.130	-	519	1.183	621	2.117	621	(1.804)	(79)	-	-	234
Doeepar S.A.	100,00	100,00			13	157	-	14	117	39	-	39	-	(3)	21	(5)	13
Ferrovia Centro - Atlântica S.A.	99,99	100,00			180	184	908	249	984	39	553	39	(572)	(76)	-	-	(95)
Fertec Internacional	100,00	100,00			3	55	-	4	-	54	1	54	-	(6)	-	-	(5)
Florestas Rio Doce S.A.	100,00	100,00			63	57	4	27	19	78	-	78	-	12	-	(10)	2
Itabira Rio Doce Company Limited - ITACO	100,00	100,00			2.441	2.855	3.275	2.968	2.775	2.828	9.474	2.828	(8.373)	400	-	-	1.501
Mineração Tucumã Ltda.	100,00	100,00			1	533	39	17	-	556	-	-	-	(92)	-	-	(92)
Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE	100,00	100,00			407	114	10	177	112	242	475	242	(344)	(24)	-	(15)	92
Para Pigmentos S.A.	49,41	51,54			72	1	234	160	26	121	187	121	(114)	(40)	-	(2)	31
Rio Doce América Inc.	100,00	100,00			76	21	762	86	12	763	5	763	(5)	156	-	(10)	146
Rio Doce Limited	100,00	100,00			208	407	411	271	30	725	507	725	(496)	157	-	(21)	147
Rio Doce International Finance Ltd.	100,00	100,00			2.810	1.800	8	493	590	3.535	57	3.535	(47)	(28)	548	-	530
Rio Doce Manganes Europe - RDME	100,00	100,00			350	-	102	162	10	280	763	280	(602)	(54)	-	(15)	92
Rio Doce Manganes Norway AS	100,00	100,00			179	17	74	78	71	121	335	121	(152)	(78)	-	(33)	72
Rio Doce Manganes S.A.	100,00	100,00			893	353	285	523	141	867	1.150	867	(526)	(170)	(7)	(124)	323
Salobo Metais S.A.	100,00	100,00			-	-	827	1	593	233	-	233	-	-	-	-	-
TW - Terminal de Vila Velha S.A.	99,89	99,89			34	5	54	18	4	71	90	71	(67)	(1)	-	(6)	16
Urucum Mineração S.A.	100,00	100,00			50	12	50	26	40	46	125	46	(56)	(40)	(3)	(11)	15
Valeoverseas Ltd.	100,00	100,00			37	2.460	-	37	2.460	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras					61	45	50	44	2	110	48	110	(58)	12	(5)	-	1
Controladas de controle compartilhado (a)																	
California Steel Industries, Inc.	50,00	50,00			993	7	628	252	554	822	3.661	822	(2.963)	(150)	(34)	(224)	290
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	50,00	50,00			82	80	213	297	11	67	481	67	(401)	15	-	(34)	61
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS	50,89	51,00			164	40	58	118	29	115	443	115	(365)	(23)	16	(27)	44
Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	50,90	51,00			118	71	57	92	65	89	409	89	(354)	(23)	13	(18)	27
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	51,00	51,11			201	54	108	172	30	161	792	161	(690)	16	-	(42)	76
Gulf Industrial Investment Co.-GILIC	50,00	50,00			277	614	99	91	45	240	614	240	(500)	(31)	-	-	83
Minas da Serra Geral S.A. - MSG	50,00	50,00			14	8	103	2	29	94	1	94	-	(15)	-	(2)	(16)
Mineração Rio do Norte S.A.	40,00	40,00			166	409	1.031	519	217	870	975	870	(417)	(18)	(10)	(54)	476
MRS Logística S.A.	29,35	28,75			581	312	847	774	552	414	1.396	414	(755)	(281)	(7)	(106)	247
Samarco Mineração S.A.	50,00	50,00			479	94	948	715	237	569	1.681	569	(709)	(164)	-	(108)	700
Valeisul Alumínio S.A.	54,51	54,51			233	72	134	73	93	273	541	273	(430)	(10)	-	(25)	76
Baovale Mineração	50,00	100,00			36	-	58	2	-	92	27	92	(6)	-	-	(3)	18
Nova Era Silicon S.A.	49,00	49,00			26	8	44	16	30	32	114	32	(82)	(19)	-	(4)	9

Observações:

- (a) Os montantes acima correspondem aos totais apresentados nas demonstrações contábeis dessas empresas em 31 de dezembro de 2004 e não somente à parcela incluída no consolidado da Companhia.
- (b) As demonstrações contábeis da Caemi são consolidadas e inclui R\$ 288 de participações de minoritários.

Informações adicionais das principais empresas investidas estão disponíveis no [website](http://www.cvd.com.br) da Companhia, www.cvd.com.br, relações com investidores.

13 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Vale do Rio Doce
Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Vale do Rio Doce, controladora e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2004 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Os exames das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004, de certas empresas controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas, identificadas na nota explicativa 10.12, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes e o nosso parecer, no que se refere aos valores desses investimentos e aos lucros por eles produzidos, nos montantes de R\$6.749 milhões e R\$2.231 milhões, respectivamente, está baseado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, com base no nosso exame e nos pareceres de outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Vale do Rio Doce, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa (controladora e consolidado), do valor adicionado (controladora e consolidado), do balanço social (controladora) e do resultado por segmentos de negócios (consolidado), apresentadas para propiciar informações suplementares, não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis. As demonstrações do fluxo de caixa (controladora e consolidado), do valor adicionado (controladora e consolidado), do balanço social (controladora) e do resultado por segmentos de negócios (consolidado) foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
5. As demonstrações contábeis e as demonstrações suplementares referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer de auditoria datado de 20 de fevereiro de 2004, sem ressalva e com divisão de responsabilidade quanto aos exames por outros auditores independentes das demonstrações contábeis de certas empresas controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2005

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-SP 011609/O-S-RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC-RJ 036206/O

14- PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004.

O Conselho Fiscal da Companhia Vale do Rio Doce, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da Companhia, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Origens e Aplicações de Recursos, das Mutações Patrimoniais e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004, e tomando como base o parecer dos auditores independentes, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontra-se em condições de serem aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária da Sociedade.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2005.

Joaquim Vieira Ferreira Levy

Marcelo Amaral Moraes

Oswaldo Mário Pego de Amorim Azevedo

Pedro Carlos de Mello

15- PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

O Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos merecem a aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2004.

Sérgio Ricardo Silva Rosa
Presidente

Mário da Silveira Teixeira Júnior
Vice-Presidente

Arlindo Magno de Oliveira
Conselheiro

Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes
Conselheiro

Erik Person
Conselheiro

Francisco Valadares Póvoa
Conselheiro

Jacques Wagner
Conselheiro

Oscar Augusto de Camargo Filho
Conselheiro

Katsuto Momii
Conselheiro

Ricardo Carvalho Giambroni
Conselheiro

Renato da Cruz Gomes
Conselheiro

16- CONSELHEIROS, MEMBROS DOS COMITÊS E DIRETORES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sérgio Ricardo Silva Rosa
Presidente

Arlindo Magno de Oliveira

Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes

Erik Persson

Francisco Valadares Póvoa

Jaques Wagner

Katsuto Momii

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Oscar Augusto de Camargo Filho

Renato da Cruz Gomes

Ricardo Carvalho Giambroni

COMITÊS DE APOIAMENTO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comitê de Auditoria

Antonio José de Figueiredo Ferreira
Heitor Ribeiro Filho
Inácio Clemente da Silva
Paulo Roberto Ferreira de Medeiros

Comitê de Desenvolvimento Executivo

Arlindo Magno de Oliveira
Francisco Valadares Póvoa
João Moisés de Oliveira
Olga Loffredi
Oscar Augusto de Camargo Filho

Comitê Estratégico

Roger Agnelli
Gabriel Stoliar
César Manoel de Medeiros
José Roberto Mendonça de Barros
Samir Zraick

Comitê Financeiro

Roger Agnelli
Fábio de Oliveira Barbosa
Rômulo de Mello Dias
Wanderlei Viçoso Fagundes
Wanderley Rezende de Souza

Comitê de Governança e Ética

Renato da Cruz Gomes
Ricardo Simonsen
Ricardo Carvalho Giambroni

CONSELHO FISCAL

Pedro Carlos de Mello

Marcelo Amaral Moraes

Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo

Joaquim Vieira Ferreira Levy

Diretoria Executiva

Roger Agnelli

Diretor-Presidente

José Carlos Martins

Diretor Executivo da Área de Participações e Desenvolvimento de Negócios

Armando de Oliveira Santos Neto

Diretor Executivo da Área de Ferrosos

Carla Grasso

Diretora Executiva de Recursos Humanos e Serviços Corporativos

José Lancaster

Diretor Executivo da Área de Não-Ferrosos

Fábio de Oliveira Barbosa

Diretor Executivo de Finanças

Gabriel Stoliar

Diretor Executivo de Planejamento e Gestão

Guilherme Rodolfo Laager

Diretor Executivo da Área de Logística

Marcus Vinícius Dias Severini
Gerente Geral de Controladoria
Contador CRC-RJ 093982/O-3

Otto de Souza Marques Junior
Diretor do Departamento de Controladoria

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

CAEMI (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2004					2003				
	1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
MINÉRIO DE FERRO										
Quantidade vendida -ME	7.855	7.407	9.311	9.446	34.019			8.099	8.597	16.696
ton (mil)	1.941	2.851	2.525	2.349	9.666			1.743	1.868	3.611
Quantidade vendida-total	9.796	10.258	11.836	11.795	43.685			9.842	10.465	20.307
Preço médio - ME	18,95	22,68	21,63	22,50	21,48			18,87	18,83	18,85
US\$										
Preço médio - MI	14,14	14,62	15,33	17,62	15,44			9,52	10,87	10,22
US\$										
Preço médio-total	18,00	20,44	20,28	21,53	20,14			17,22	17,41	17,32
BAUXITA REFRATÁRIA										
Quantidade vendida -ME	19	-	-	-	19			9	12	21
ton (mil)	1	-	-	-	1			5	13	18
Quantidade vendida-total	20	-	-	-	20			14	25	39
Preço médio - ME	148,20	-	-	-	148,20			185,19	160,65	171,17
US\$										
Preço médio - MI	158,00	-	-	-	158,00			139,84	163,38	156,84
US\$										
Preço médio-total	148,67	-	-	-	148,67			165,07	160,88	162,38
CAULIM										
Quantidade vendida -ME	169	175	170	156	670			157	145	302
ton (mil)	18	18	20	18	74			18	18	36
Quantidade vendida-total	187	193	190	174	744			175	163	338
Preço médio - ME	153,64	161,84	161,44	164,46	160,28			153,11	165,71	159,16
US\$										
Preço médio - MI	210,17	184,56	200,15	235,06	207,29			189,66	219,80	204,73
US\$										
Preço médio-total	159,08	163,94	165,51	171,86	164,96			156,62	172,21	164,14
SERVIÇOS DE TRANSPORTE (*)										
Quantidade vendida -MI	21.819	24.314	25.632	26.333	98.098			23.000	22.800	45.800
ton (mil)										
Quantidade vendida-total	21.819	24.314	25.632	26.333	98.098			23.000	22.800	45.800
Preço médio - MI	5,29	5,05	5,36	5,65	5,35			5,40	5,30	5,35
US\$										
Preço médio-total	5,29	5,05	5,36	5,65	5,35			5,40	5,30	5,35
Endividamento bruto contratado a longo prazo	265	241	254	254	254			287	269	269
US\$										
Endividamento bruto contratado a curto prazo	18	13	9	6	6			5	11	11
US\$										
Endividamento bruto total	283	254	263	260	260			292	280	280
Patrimônio líquido	1.093	1.265	1.440	1.300	1.300			869	985	985
Recetta líquida	600	708	792	798	2.898			202	635	837
R\$										
Custo de produtos	(330)	(304)	(369)	(356)	(1.359)			(107)	(363)	(470)
R\$										
Outras despesas/receitas	(58)	(73)	(72)	(135)	(338)			(18)	(60)	(78)
R\$										
Depreciação, amortização e exaustão	45	46	47	60	198			13	44	57
R\$										
EBITDA	257	377	398	367	1.399			91	256	347
Depreciação, amortização e exaustão	(45)	(46)	(47)	(60)	(198)			(13)	(44)	(57)
R\$										
EBIT	212	331	351	307	1.201			77	212	289
Baixa de ativos	-	-	-	-	-			-	(35)	(35)
R\$										
Equivalência patrimonial	5	1	(5)	(9)	(8)			(5)	1	(4)
R\$										
Resultado financeiro líquido	(20)	(19)	(41)	(42)	(122)			(14)	(33)	(47)
R\$										
Lucro antes do IR/CSL	197	313	305	256	1.071			58	145	203
R\$										
IR/CSL	(67)	(108)	(99)	(78)	(352)			(17)	(5)	(22)
R\$										
Participação monofonários	(21)	(34)	(30)	(27)	(112)			(7)	(23)	(30)
R\$										
Resultado do período	109	171	176	151	607			34	117	151

(*) - SERVIÇO DE TRANSPORTE 100% MRS

Área de Alumínio - Albras (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2004					2003				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME	ton (mil)	94	115	96	108	413				110	418
Quantidade vendida -MI	ton (mil)	3	4	5	5	17	99	102	107	4	16
Quantidade vendida-total	ton (mil)	97	119	101	113	430	103	106	111	114	434
Preço médio - ME	US\$	1.565,46	1.626,62	1.644,42	1.728,79	1.643,55	1.336,40	1.324,49	1.365,02	1.417,96	1.362,28
Preço médio - MI	US\$	1.618,11	1.660,01	1.700,23	1.787,36	1.701,90	1.376,14	1.365,10	1.398,92	1.455,46	1.398,91
Preço médio-total	US\$	1.567,28	1.627,72	1.647,09	1.731,32	1.645,86	1.337,98	1.326,07	1.366,25	1.419,37	1.363,68
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	319	264	244	202	202	451	400	387	337	337
Endividamento bruto total	US\$	319	264	244	202	202	451	400	387	337	337
Patrimônio líquido	R\$	835	1.028	1.143	1.076	1.076	480	727	798	840	840
Receita líquida	R\$	442	587	495	542	2.066	480	424	446	468	1.818
Custo de produtos	R\$	(258)	(346)	(289)	(392)	(1.285)	(285)	(271)	(274)	(292)	(1.122)
Outras despesas/receitas	R\$	(30)	(26)	(17)	(39)	(112)	(16)	(11)	(17)	(29)	(73)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	16	16	17	17	66	18	16	15	16	65
EBITDA	R\$	170	231	206	128	735	197	158	170	163	688
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(16)	(16)	(17)	(17)	(66)	(18)	(16)	(15)	(16)	(65)
EBIT	R\$	154	215	189	111	669	179	142	155	147	623
Baixa de ativos	R\$	(5)	1	-	(1)	(5)	-	(12)	1	-	(11)
Resultado financeiro líquido	R\$	(101)	(49)	(59)	31	(178)	64	176	(76)	(59)	105
Lucro antes do IR/CSL	R\$	48	167	130	141	486	243	306	80	88	717
IR/CSL	R\$	(53)	27	(15)	(2)	(43)	(19)	(59)	(8)	(46)	(132)
Resultado do período	R\$	(5)	194	115	139	443	224	247	72	42	585

Área de Alumínio - Alunorte (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2004					2003				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME	ton (mil)	439	343	487	414	1.683	289	303	395	410	1.397
Quantidade vendida -MI	ton (mil)	231	212	216	218	877	201	234	236	207	878
Quantidade vendida-total	ton (mil)	670	555	703	632	2.560	490	537	631	617	2.275
Preço médio - ME	US\$	204,29	234,99	225,85	230,49	223,23	170,93	172,57	190,01	182,59	180,10
Preço médio - MI	US\$	207,14	210,68	206,77	221,70	211,52	173,60	175,13	178,71	184,00	177,83
Preço médio-total	US\$	205,30	225,71	222,76	227,46	219,99	172,03	173,68	185,78	183,07	179,23
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	361	351	334	402	402	482	494	479	490	490
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	90	64	58	9	9	-	4	8	-	-
Endividamento bruto total	US\$	451	415	392	411	411	482	498	487	490	490
Patrimônio líquido	R\$	970	1.244	1.432	1.637	1.637	546	698	789	832	832
Receita líquida	R\$	385	375	448	386	1.594	292	273	340	331	1.236
Custo de produtos	R\$	(238)	(207)	(280)	(231)	(956)	(218)	(218)	(235)	(233)	(904)
Outras despesas/receitas	R\$	(12)	(11)	(12)	(17)	(52)	(6)	(6)	(13)	(4)	(29)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	19	20	22	23	84	15	19	17	19	70
EBITDA	R\$	154	177	178	161	670	83	68	109	113	373
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(19)	(20)	(22)	(23)	(84)	(15)	(19)	(17)	(19)	(70)
EBIT	R\$	135	157	156	138	586	68	49	92	94	303
Resultado financeiro líquido	R\$	(87)	(80)	34	(29)	(162)	44	137	(62)	(41)	78
Lucro antes do IR/CSL	R\$	48	77	190	109	424	112	186	30	53	381
IR/CSL	R\$	(11)	52	(3)	(35)	3	(10)	(35)	(7)	(9)	(61)
Resultado do período	R\$	37	129	187	74	427	102	151	23	44	320

Área de Alumínio - MRN (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2004						2003			
	1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME	1.106	1.157	1.699	1.715	5.677	711	958	1.324	1.347	4.340
Quantidade vendida -MI	2.198	2.834	2.728	3.016	10.776	1.485	2.554	2.725	3.016	9.780
Quantidade vendida-total	3.304	3.991	4.427	4.731	16.453	2.196	3.512	4.049	4.363	14.120
Preço médio - ME	22,00	22,70	23,89	25,10	23,64	21,31	21,20	21,27	21,61	21,37
Preço médio - MI	18,84	19,43	20,45	21,49	20,14	18,24	18,15	18,21	18,50	18,29
Preço médio-total	19,90	20,38	21,77	22,80	21,35	19,23	18,98	19,21	19,46	19,23
Endividamento bruto contratado a longo prazo	40	60	53	40	40	69	66	58	49	49
Endividamento bruto contratado a curto prazo	192	171	149	150	150	44	134	145	162	162
Endividamento bruto total	232	231	202	190	190	113	200	203	211	211
Patrimônio líquido	777	729	880	870	870	732	807	826	796	796
Receita líquida	178	242	262	265	947	140	184	211	224	759
Custo de produtos	(75)	(98)	(105)	(116)	(394)	(69)	(89)	(100)	(105)	(363)
Outras despesas/receitas	(3)	(2)	(11)	(9)	(25)	(5)	(3)	(5)	3	(10)
Depreciação, amortização e exaustão	25	26	26	26	103	15	18	21	24	78
EBITDA	125	168	172	166	631	81	110	127	146	464
Depreciação, amortização e exaustão	(25)	(26)	(26)	(26)	(103)	(15)	(18)	(21)	(24)	(78)
EBIT	100	142	146	140	528	66	92	106	122	386
Resultado financeiro líquido	(6)	(23)	18	8	(3)	-	(11)	(2)	(3)	(16)
Lucro antes do IR/CSL	94	119	164	148	525	66	81	104	119	370
IR/CSL	(11)	(12)	(13)	(13)	(49)	(5)	(6)	(7)	(25)	(43)
Resultado do período	83	107	151	135	476	61	75	97	94	327

Área de Alumínio - Valesul (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2004					2003				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
ton (mil)	Quantidade vendida -ME	15	15	12	12	54	9	15	17	17	58
	Quantidade vendida -MI	10	10	12	12	44	10	9	9	12	40
	Quantidade vendida-total	25	25	24	24	98	19	24	26	29	98
US\$	Preço médio - ME	1.676,30	1.802,97	1.782,17	1.846,29	1.772,79	1.505,49	1.516,01	1.518,30	1.570,41	1.530,99
	Preço médio - MI	2.240,26	2.214,30	2.330,97	2.435,48	2.312,34	1.933,02	1.970,53	1.974,21	1.957,43	1.958,05
	Preço médio-total	1.903,80	1.969,71	2.063,19	2.137,55	2.016,89	1.730,60	1.685,83	1.668,32	1.731,60	1.703,41
US\$	Endividamento bruto contratado a longo prazo	1	-	-	-	-	1	1	1	1	1
	Endividamento bruto contratado a curto prazo	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1
	Endividamento bruto total	2	1	1	-	-	2	2	2	2	2
R\$	Patrimônio líquido	273	254	273	273	273	288	273	286	266	266
R\$	Receita líquida	128	146	135	132	541	108	112	121	137	478
	Custo de produtos	(102)	(113)	(112)	(104)	(431)	(69)	(89)	(99)	(114)	(371)
	Outras despesas/receitas	(3)	(7)	1	(6)	(15)	(7)	(15)	(4)	(5)	(31)
	Depreciação, amortização e exaustão	4	4	4	4	16	3	6	4	4	17
R\$	EBITDA	27	30	28	26	111	35	14	22	22	93
	Depreciação, amortização e exaustão	(4)	(4)	(4)	(4)	(16)	(3)	(6)	(4)	(4)	(17)
	EBIT	23	26	24	22	95	32	8	18	18	76
	Resultado financeiro líquido	1	1	2	1	5	-	-	1	-	1
R\$	Lucro antes do IR/CSL	24	27	26	23	100	32	8	19	18	77
	IR/CSL	(6)	(6)	(6)	(6)	(24)	(5)	(5)	(6)	(6)	(22)
	Resultado do período	18	21	20	17	76	27	3	13	12	55

Área de Pelotização - Hispanobras (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2004					2003				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	425	99	246	442	1.212	268	625	94	386	1.373
Quantidade vendida - MI	ton (mil)	460	790	795	675	2.720	637	265	730	580	2.212
Quantidade vendida - total	ton (mil)	885	889	1.041	1.117	3.932	905	890	824	966	3.585
Preço médio - ME	US\$	32,48	57,40	38,57	39,18	38,20	29,54	33,75	32,62	33,06	32,66
Preço médio - MI	US\$	31,18	42,37	37,67	38,62	38,17	29,95	38,90	32,56	33,13	32,72
Preço médio - total	US\$	31,83	44,04	37,88	38,84	38,18	29,75	36,33	32,59	33,10	32,94
Patrimônio líquido	R\$	95	113	120	115	115	91	97	98	93	93
Receita líquida	R\$	82	122	119	120	443	94	93	79	91	357
Custo de produtos	R\$	(81)	(97)	(96)	(91)	(365)	(81)	(85)	(64)	(97)	(327)
Outras despesas/receitas	R\$	3	6	(4)	(7)	(2)	(2)	7	(11)	7	1
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	3	1	1	1	6	2	2	2	3	9
EBITDA	R\$	7	32	20	23	82	13	17	6	4	40
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(3)	(1)	(1)	(1)	(6)	(2)	(2)	(2)	(3)	(9)
EBIT	R\$	4	31	19	22	76	11	15	4	1	31
Resultado financeiro líquido	R\$	(1)	1	(5)	(2)	(7)	(4)	(7)	-	1	(10)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	3	32	14	20	69	7	8	4	2	21
IR/CSL	R\$	(1)	(11)	(5)	(8)	(25)	(3)	-	(2)	1	(4)
Resultado do exercício	R\$	2	21	9	12	44	4	8	2	3	17

Área de Pelotização - Itabasco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2004						2003					
	1T	2T	3T	4T	Acumulado		1T	2T	3T	4T	Acumulado	
ton (mil)												
Quantidade vendida - ME	762	903	486	674	2.825		306	778	838	700	2.622	
Quantidade vendida - MI	-	105	260	407	772		507	65	-	81	653	
Quantidade vendida - total	762	1.008	746	1.081	3.597		813	843	838	781	3.275	
US\$	32,84	43,39	39,02	39,15	38,78		29,97	33,53	32,96	32,97	32,78	
Preço médio - ME												
US\$	-	38,29	39,33	39,28	39,16		29,20	55,87	-	33,20	32,35	
Preço médio - total	32,84	42,86	39,13	39,20	38,86		29,54	35,25	32,96	33,00	32,71	
US\$	1	8	1	-	-		5	-	1	1	1	
Endividamento bruto contratado a curto prazo												
Endividamento bruto total	1	8	1	-	-		5	-	1	1	1	
R\$	66	79	84	89	89		59	65	69	65	65	
Receita líquida	72	132	87	117	408		85	91	80	74	330	
Custo de produtos	(70)	(111)	(72)	(101)	(354)		(73)	(76)	(73)	(69)	(291)	
Outras despesas/receitas	-	4	(4)	(7)	(7)		(2)	(1)	(2)	(4)	(9)	
Depreciação, amortização e exaustão	-	1	1	-	2		-	-	-	-	-	
EBITDA	2	26	12	9	49		10	14	5	1	30	
R\$												
Depreciação, amortização e exaustão	-	(1)	(1)	-	(2)		-	-	-	-	-	
EBIT	2	25	11	9	47		10	14	5	1	30	
R\$												
Resultado financeiro líquido	-	(1)	(2)	1	(2)		(4)	(5)	2	1	(6)	
Lucro antes do IR/CSL	2	24	9	10	45		6	9	7	2	24	
R\$												
IR/CSL	(1)	(9)	(4)	(4)	(18)		(3)	(3)	(3)	-	(9)	
Resultado do período	1	15	5	6	27		3	6	4	2	15	
R\$												

Área de Pelotização - Kobrasco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2004					2003				
	1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME	617	437	852	549	2.455	453	667	800	722	2.642
Quantidade vendida - MI	623	460	320	544	1.947	681	461	200	360	1.702
Quantidade vendida - total	1.240	897	1.172	1.093	4.402	1.134	1.128	1.000	1.082	4.344
Preço médio - ME	34,27	38,04	37,94	38,20	37,09	29,89	29,98	33,57	32,04	31,61
Preço médio - MI	33,26	39,59	38,96	39,36	37,40	30,72	30,90	38,68	33,33	32,26
Preço médio - total	33,76	38,84	38,22	38,77	37,24	30,39	30,35	34,59	32,47	31,86
Endividamento bruto contratado a longo prazo	97	92	87	83	83	124	102	102	96	96
Endividamento bruto total	97	92	87	83	83	124	102	102	96	96
Patrimônio líquido	15	15	44	67	67	(89)	(54)	(49)	6	6
Receita líquida	122	106	135	118	481	117	102	102	102	423
Custo de produtos	(106)	(92)	(107)	(96)	(401)	(95)	(89)	(82)	(90)	(356)
Outras despesas/receitas	2	8	(5)	(3)	2	(8)	(6)	(3)	7	(10)
Depreciação, amortização e exaustão	2	2	2	2	8	2	2	2	2	8
EBITDA	20	24	25	21	90	16	9	19	21	65
Depreciação, amortização e exaustão	(2)	(2)	(2)	(2)	(8)	(2)	(2)	(2)	(2)	(8)
EBIT	18	22	23	19	82	14	7	17	19	57
Baixa de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	76	76
Resultado financeiro líquido	(4)	(21)	21	17	13	18	50	(8)	(56)	4
Lucro antes do IR/CSL	14	1	44	36	95	32	57	9	39	137
IR/CSL	(5)	-	(16)	(13)	(34)	(14)	(21)	(4)	16	(23)
Resultado do período	9	1	28	23	61	18	36	5	55	114

Área de Pelotização - Nibrasco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2004					2003				
	1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME ton (mil)	563	803	776	833	2.975	469	513	509	761	2.252
Quantidade vendida - MI - CVRD ton (mil)	1.327	903	899	779	3.908	1.303	1.180	1.085	874	4.442
Quantidade vendida - MI - Outros ton (mil)	33	33	31	30	127	28	26	32	33	119
Quantidade vendida - total ton (mil)	1.923	1.739	1.706	1.642	7.010	1.800	1.719	1.626	1.668	6.813
Preço médio - ME US\$	31,45	34,49	40,37	36,40	35,98	28,76	27,69	32,96	32,41	30,70
Preço médio - MI US\$	31,51	35,96	37,51	37,40	35,09	27,38	28,23	34,18	30,44	29,87
Preço médio - total US\$	31,49	33,23	38,84	36,90	34,98	27,75	28,07	33,79	31,35	30,14
Endividamento bruto contratado a longo prazo US\$	-	-	3	4	4	1	-	-	-	-
Endividamento bruto contratado a curto prazo US\$	1	-	-	-	-	2	2	2	1	1
Endividamento bruto total US\$	1	-	3	4	4	3	2	2	1	1
Patrimônio líquido R\$	116	129	143	161	161	87	82	99	101	101
Receita líquida R\$	188	202	217	186	793	175	147	174	166	662
Custo de produtos R\$	(171)	(173)	(183)	(143)	(670)	(167)	(153)	(156)	(156)	(632)
Outras despesas/receitas R\$	7	12	(6)	(22)	(9)	(2)	(2)	(1)	(2)	(7)
Depreciação, amortização e exaustão R\$	2	2	1	1	6	4	4	3	4	15
EBITDA R\$	26	43	29	22	120	10	(4)	20	12	38
Depreciação, amortização e exaustão R\$	(2)	(2)	(1)	(1)	(6)	(4)	(4)	(3)	(4)	(15)
EBIT R\$	24	41	28	21	114	6	(8)	17	8	23
Baixa de ativos R\$	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Resultado financeiro líquido R\$	-	-	(4)	8	4	1	2	(5)	(1)	(3)
Lucro antes do IR/CSL R\$	24	41	24	29	118	7	(6)	14	7	22
IR/CSL R\$	(9)	(13)	(9)	(11)	(42)	(4)	-	2	(3)	(5)
Resultado do período R\$	15	28	15	18	76	3	(6)	16	4	17

Área de Pelotização - Samarco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2004					2003				
	1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
ton (mil)										
Quantidade vendida - Pelotas	3.462	3.177	3.264	3.918	13.821	3.338	3.339	3.359	3.454	13.490
Quantidade vendida - Minério de ferro	497	471	688	367	2.023	650	938	569	319	2.476
Quantidade vendida - total	3.959	3.648	3.952	4.285	15.844	3.988	4.277	3.928	3.773	15.966
US\$										
Preço médio - Pelotas	39,31	39,11	38,89	40,62	39,54	29,78	35,03	35,47	35,85	34,05
US\$										
Preço médio - Minério de ferro	16,88	19,66	21,78	21,28	19,99	16,39	16,57	17,56	14,36	16,47
Preço médio - total	36,49	36,60	35,91	38,96	37,04	27,59	30,98	32,88	34,03	31,32
US\$										
Endividamento bruto contratado a longo prazo	21	46	42	58	58	56	50	38	25	25
US\$										
Endividamento bruto contratado a curto prazo	174	153	139	141	141	123	138	136	167	167
Endividamento bruto total	195	199	181	199	199	179	188	174	192	192
R\$										
Patrimônio líquido	626	558	662	569	569	627	641	658	583	583
R\$										
Receita líquida	373	404	424	480	1.681	361	371	348	343	1.423
R\$										
Custo de produtos	(165)	(154)	(173)	(217)	(709)	(163)	(166)	(163)	(170)	(662)
R\$										
Outras despesas	(31)	(46)	(42)	(55)	(174)	(11)	(48)	(33)	(25)	(117)
R\$										
Depreciação, amortização e exaustão	11	12	13	12	48	10	11	11	12	44
EBITDA (*)	188	216	222	220	846	197	168	163	160	688
R\$										
Depreciação, amortização e exaustão	(11)	(12)	(13)	(12)	(48)	(10)	(11)	(11)	(12)	(44)
EBIT	177	204	209	208	798	187	157	152	148	644
R\$										
Baixa de ativos	-	-	-	-	-	-	(37)	-	(72)	(109)
R\$										
Equivalência patrimonial	11	(5)	20	(1)	25	(3)	18	(8)	11	18
R\$										
Resultado financeiro líquido	(5)	(54)	41	2	(16)	-	25	(14)	(7)	4
Lucro antes do IR/CSL	183	145	270	209	807	184	163	130	80	557
R\$										
IR/CSL	(31)	(18)	(58)	-	(107)	(44)	(20)	(24)	(11)	(99)
Resultado do período	152	127	212	209	700	140	143	106	69	458
R\$										

(*) O 2T/03 foi ajustado.

Área de Pelotização - GILC (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2004					2003				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	906	683	1.003	1.092	3.684	772	1.178	900	1.089	3.939
	ton (mil)	906	683	1.003	1.092	3.684	772	1.178	900	1.089	3.939
Preço médio - ME	US\$	52,68	58,27	55,78	54,82	55,19	41,00	43,30	41,18	43,11	42,31
Preço médio - total	US\$	52,68	58,27	55,78	54,82	55,19	41,00	43,30	41,18	43,11	42,31
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	20	20	25	25	25	35	35	30	25	25
Endividamento bruto total	US\$	20	20	25	25	25	35	35	30	25	25
Patrimônio líquido	R\$	221	240	245	240	240	226	242	218	234	234
Receita líquida	R\$	138	121	167	185	611	112	152	126	142	532
Custo de produtos	R\$	(104)	(102)	(131)	(137)	(474)	(87)	(116)	(97)	(111)	(411)
Outras despesas/receitas	R\$	(11)	(9)	(10)	(16)	(46)	(10)	(6)	(18)	(17)	(51)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	2	2	2	2	8	3	-	3	3	9
EBITDA	R\$	25	12	28	34	99	18	30	14	17	79
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(2)	(2)	(2)	(2)	(8)	(3)	-	(3)	(3)	(9)
EBIT	R\$	23	10	26	32	91	15	30	11	14	70
Gainho/perda na conversão de moedas	R\$	-	2	(4)	(6)	(8)	(1)	(9)	8	1	(1)
Resultado do exercício	R\$	23	12	22	26	83	14	21	19	15	69

Área de Manganês e Ferroligas - RDM (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2004					2003				
	1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME - Ferroligas ton (mil)	37	31	39	38	145	30	40	47	51	168
Quantidade vendida -MI - Ferroligas ton (mil)	45	47	40	42	174	37	38	43	46	164
Quantidade vendida-total ton (mil)	82	78	79	80	319	67	78	90	97	332
Quantidade vendida -ME - Manganês ton (mil)	213	350	465	421	1.449	147	306	261	294	1.008
Quantidade vendida -MI - Manganês ton (mil)	72	72	61	78	283	94	76	83	76	329
Quantidade vendida-total ton (mil)	285	422	526	499	1.732	241	382	344	370	1.337
Preço médio - ME - Ferroligas US\$	713,01	1.006,84	1.151,05	1.229,41	1028,98	573,88	549,79	534,97	621,32	571,66
Preço médio - MI - Ferroligas US\$	700,76	1.038,88	1.484,10	1.496,32	1164,20	505,02	664,75	607,37	623,79	602,18
Preço médio-total US\$	706,34	1.026,72	1.316,89	1.366,98	1101,56	536,68	606,47	569,57	622,52	587,07
Preço médio - ME - Manganês US\$	44,98	48,51	56,12	72,01	57,26	46,71	42,17	43,96	43,14	43,58
Preço médio - MI - Manganês US\$	45,15	55,80	54,94	53,41	52,25	36,35	46,00	50,48	43,29	43,75
Preço médio-total US\$	45,02	49,76	55,98	69,10	56,44	42,65	42,93	45,52	43,17	43,61
Endividamento bruto contratado a longo prazo US\$	12	11	12	11	11	20	39	39	19	19
Endividamento bruto contratado a curto prazo US\$	40	34	33	31	31	37	25	18	42	42
Endividamento bruto total US\$	52	45	45	42	42	57	64	57	61	61
Patrimônio líquido R\$	658	751	879	867	867	310	336	365	619	619
Receita líquida R\$	179	265	350	356	1.150	142	171	177	197	687
Custo de produtos R\$	(111)	(110)	(137)	(167)	(525)	(84)	(93)	(112)	(134)	(423)
Outras despesas/receitas R\$	(26)	(23)	(38)	(73)	(160)	(23)	(27)	(28)	(50)	(128)
Depreciação, amortização e exaustão R\$	6	5	7	6	24	5	6	6	2	19
EBITDA R\$	48	137	182	122	489	40	57	43	15	155
Depreciação, amortização e exaustão R\$	(6)	(5)	(7)	(6)	(24)	(5)	(6)	(6)	(2)	(19)
EBIT R\$	42	132	175	116	465	35	51	37	13	136
Baixa de ativos R\$	-	-	-	(7)	(7)	-	-	-	(46)	(46)
Alienação de investimentos R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	174	174
Resultado financeiro líquido R\$	3	5	(15)	(13)	(20)	(11)	(19)	(6)	(1)	(37)
Lucro antes do IR/CSL R\$	45	137	160	96	438	24	32	31	140	227
IR/CSL R\$	(6)	(43)	(42)	(24)	(115)	(6)	(7)	(2)	34	19
Resultado do período R\$	39	94	118	72	323	18	25	29	174	246

Área de Manganês e Ferroligas - Urucum (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2004						2003					
	1T	2T	3T	4T	Acumulado		1T	2T	3T	4T	Acumulado	
Quantidade vendida -ME - Ferro	127	106	254	172	659	ton (mil)	238	174	214	261	887	
Quantidade vendida -MI - Ferro	-	3	-	46	49	ton (mil)	7	-	3	-	10	
Quantidade vendida-total	127	109	254	218	708	ton (mil)	245	174	217	261	897	
Quantidade vendida -ME - Manganês	22	4	39	56	121	ton (mil)	18	43	52	30	143	
Quantidade vendida -MI - Manganês	50	62	52	50	214	ton (mil)	46	66	55	82	249	
Quantidade vendida-total	72	66	91	106	335	ton (mil)	64	109	107	112	392	
Quantidade vendida -ME - Ferroligas	4	4	4	3	15	ton (mil)	5	3	8	4	20	
Quantidade vendida -MI - Ferroligas	1	-	-	-	1	ton (mil)	-	-	-	1	1	
Quantidade vendida-total	5	4	4	3	16	ton (mil)	5	3	8	5	21	
Preço médio - ME - Ferro	15,05	19,09	19,18	18,45	18,18	US\$	13,70	15,03	15,86	14,99	14,86	
Preço médio - MI - Ferro	-	2,28	-	37,13	35,00	US\$	3,26	-	2,21	-	2,95	
Preço médio-total	15,05	18,63	19,18	22,39	19,34	US\$	13,43	15,03	15,67	14,99	14,74	
Preço médio - ME - Manganês	49,84	54,87	45,72	45,33	46,59	US\$	36,35	35,81	38,95	37,07	37,28	
Preço médio - MI - Manganês	44,19	47,69	55,82	68,27	53,66	US\$	32,91	38,10	42,22	42,84	39,61	
Preço médio-total	45,92	48,10	51,53	56,10	51,09	US\$	33,87	37,18	40,66	41,30	38,77	
Preço médio - ME - Ferroligas	564,53	863,73	1.285,47	1.227,89	969,24	US\$	509,35	503,55	483,38	483,45	492,91	
Preço médio - MI - Ferroligas	394,48	-	-	-	394,48	US\$	-	-	-	388,80	388,80	
Preço médio-total	546,44	863,73	1.285,47	1.227,89	938,29	US\$	509,35	503,55	483,38	470,78	489,44	
Endividamento bruto contratado a longo prazo	-	3	1	8	8	US\$	-	-	-	-	-	
Endividamento bruto contratado a curto prazo	4	1	1	-	-	US\$	-	5	5	8	8	
Endividamento bruto total	4	4	2	8	8	US\$	-	5	5	8	8	
Patrimônio líquido	61	44	54	46	46	R\$	76	47	53	58	58	
Receita líquida	21	24	40	39	124	R\$	27	23	31	29	110	
Custo de produtos	(11)	(11)	(15)	(19)	(56)	R\$	(11)	(10)	(18)	(14)	(53)	
Outras despesas/receitas	(4)	(3)	(7)	(22)	(36)	R\$	(5)	1	(5)	(11)	(20)	
Depreciação, amortização e exaustão	1	1	1	1	4	R\$	1	1	1	2	5	
EBITDA	7	11	19	(1)	36	R\$	12	15	9	6	42	
Depreciação, amortização e exaustão	(1)	(1)	(1)	(1)	(4)	R\$	(1)	(1)	(1)	(2)	(5)	
EBIT	6	10	18	(2)	32	R\$	11	14	8	4	37	
Baixa de Ativos	(1)	-	-	(1)	(2)	R\$	-	-	-	-	-	
Resultado financeiro líquido	-	-	(2)	(2)	(4)	R\$	(1)	(7)	-	2	(6)	
Lucro antes do IR/CSL	5	10	16	(5)	26	R\$	10	7	8	6	31	
IR/CSL	(2)	(3)	(6)	-	(11)	R\$	(3)	-	(4)	-	(7)	
Resultado do período	3	7	10	(5)	15	R\$	7	7	4	6	24	

Área de Manganês e Ferroligas - RDME (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2004					2003				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME - Sinter	Ton (mil)	66	86	88	38	278	34	82	23	30	169
Quantidade vendida - ME - Manganês	Ton (mil)	55	33	68	15	171	31	64	51	51	197
Quantidade vendida - ME - Ferroligas	Ton (mil)	64	41	47	41	193	43	36	40	53	172
Preço Médio - ME - Sinter	US\$	103,70	108,70	95,68	118,63	104,75	114,14	109,89	107,72	101,00	108,87
Preço Médio - ME - Manganês	US\$	73,22	78,16	100,35	83,18	85,84	105,84	75,29	83,72	81,70	83,94
Preço médio - ME - Ferroligas	US\$	588,12	954,98	1.213,38	1.295,42	968,57	609,69	583,89	546,69	572,76	578,26
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	3	3	3	3	3	2	2	5	4	4
Endividamento bruto total	US\$	3	3	3	3	3	2	2	5	4	4
Patrimônio líquido	R\$	194	207	246	280	280	197	174	183	187	187
Receita líquida	R\$	147	165	209	167	688	110	109	93	124	436
Custo de produtos	R\$	(134)	(156)	(134)	(115)	(539)	(100)	(100)	(84)	(111)	(395)
Outras despesas/receitas	R\$	(3)	(9)	(24)	(3)	(39)	(10)	(4)	(3)	(7)	(24)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	3	3	5	5	16	4	4	4	5	17
EBITDA	R\$	13	3	56	54	126	4	9	10	11	34
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(3)	(3)	(5)	(5)	(16)	(4)	(4)	(4)	(5)	(17)
EBIT	R\$	10	-	51	49	110	-	5	6	6	17
Ganho/ perdas na conversão de moedas	R\$	-	(1)	(1)	(5)	(7)	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	R\$	2	-	-	-	2	1	-	1	(1)	1
Lucro antes do IR/CSL	R\$	12	(1)	50	44	105	1	5	7	5	18
IR/CSL	R\$	-	-	-	(13)	(13)	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	R\$	12	(1)	50	31	92	1	5	7	5	18

Área de Siderurgia - CSI (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2004					2003				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - total	ton (mil)	566	530	558	452	2.106	442	447	507	489	1.885
Preço médio - total	US\$	419,00	539,53	694,15	748,56	592,97	445,80	401,96	374,08	389,72	401,57
Patrimônio líquido	R\$	629	754	785	822	822	827	708	695	628	628
Receita líquida	R\$	675	879	1.158	945	3.657	694	542	561	556	2.353
Custo de produtos	R\$	(654)	(712)	(854)	(770)	(2.990)	(652)	(535)	(573)	(534)	(2.294)
Outras despesas/receitas	R\$	-	-	(2)	-	(2)	-	1	-	(1)	-
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	20	18	19	17	74	25	23	21	20	89
EBITDA	R\$	41	185	321	192	739	67	31	9	41	148
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(20)	(18)	(19)	(17)	(74)	(25)	(23)	(21)	(20)	(89)
EBIT	R\$	21	167	302	175	665	42	8	(12)	21	59
Equivalência patrimonial	R\$	4	3	(17)	2	(8)	1	1	1	2	5
Ganho/perda na conversão de moedas	R\$	-	3	(13)	(20)	(30)	(1)	(3)	-	-	(4)
Resultado financeiro líquido	R\$	(15)	(34)	(52)	(14)	(115)	(12)	(10)	(9)	(10)	(41)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	10	139	220	143	512	30	(4)	(20)	13	19
IR/CSL	R\$	(4)	(56)	(96)	(66)	(222)	(12)	1	9	(5)	(7)
Resultado do exercício	R\$	6	83	124	77	290	18	(3)	(11)	8	12

Área de Logística - Docenave (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2004					2003				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Transporte marítimo: Quantidades - Mercado externo:	. Granel	1.426	1.430	1.047	1.228	5.131	2.559	1.837	1.703	1.835	7.934
	. Carga geral (Container-TEUS)	7.444	8.674	10.194	10.991	37.303	2.360	3.427	4.682	6.797	17.266
	. Serviços portuários	698	623	617	819	2.757	632	776	773	983	3.164
Transporte marítimo: Quantidades - Mercado interno:	. Granel	129	495	573	411	1.608	441	251	410	285	1.387
	. Carga geral (Container-TEUS)	14.532	15.916	15.895	15.064	61.407	9.682	11.987	12.053	14.872	48.594
	. Serviços portuários	912	986	1.135	926	3.959	1.114	1.242	1.132	1.448	4.936
Preços médio - Mercado externo	. Granel	10,83	11,83	16,47	16,21	13,55	7,18	8,73	6,79	9,39	8,01
	. Carga geral (Container-TEUS)	569,99	585,77	605,55	778,73	644,88	525,00	451,12	576,68	684,27	587,05
	. Serviços portuários	3.005,73	3.321,03	3.414,91	3.063,49	3.185,71	2.446,20	2.695,88	2.733,51	2.237,03	2.512,64
Preços médio - Mercado interno	. Granel	3,81	8,37	7,23	11,68	8,44	5,56	3,69	6,37	3,85	5,11
	. Carga geral (Container-TEUS)	594,62	619,63	681,54	628,98	632,03	744,16	621,84	629,55	635,56	652,32
	. Serviços portuários	3.003,29	3.294,12	3.376,21	3.019,44	3.186,41	2.447,94	2.706,12	2.749,12	2.212,02	2.512,76
Exigível a longo prazo		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Exigível a curto prazo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Total exigível		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Patrimônio líquido		259	298	319	242	242	453	302	255	243	243
Receita líquida		96	118	131	130	475	114	93	86	106	399
	. Custo de serviços	(77)	(79)	(91)	(97)	(344)	(116)	(74)	(83)	(88)	(361)
	. Outras receitas/(despesas)	(8)	(6)	(5)	(17)	(36)	9	56	(27)	(28)	10
	Depreciação	-	3	2	1	6	-	-	-	-	-
EBITDA		11	36	37	17	101	7	75	(24)	(10)	48
Depreciação		-	(3)	(2)	(1)	(6)	-	-	-	-	-
EBIT		11	33	35	16	95	7	75	(24)	(10)	48
Resultado financeiro líquido		13	14	(7)	(9)	11	(4)	(57)	39	(1)	(23)
Lucro antes do IR/CSLL		24	47	28	7	106	3	18	15	(11)	25
IR/CSLL		(4)	(1)	(7)	(2)	(14)	(4)	4	-	(4)	(4)
Resultado do período		20	46	21	5	92	(1)	22	15	(15)	21

Área de Logística - FCA (Ajustadas e Não Auditadas)

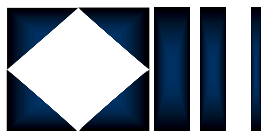
Dados		2004					2003				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -MI	ton (mil)	5.807	6.943	6.931	7.086	26.767	5.431	6.024	6.336	6.028	23.819
Preço médio - MI	R\$	22,77	24,95	26,19	24,99	24,81	19,46	21,01	23,08	22,29	21,53
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	111	107	109	134	134	103	120	115	115	115
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	18	18	18	-	-	13	16	16	17	17
Endividamento bruto total	US\$	129	125	127	134	134	116	136	131	132	132
Patrimônio líquido	R\$	108	82	73	39	39	(533)	(759)	108	130	130
Receita líquida	R\$	113	143	152	145	553	92	112	130	118	452
Custo de produtos	R\$	(131)	(132)	(150)	(159)	(572)	(100)	(151)	(131)	(166)	(548)
Outras despesas/receitas	R\$	4	(13)	(13)	(22)	(44)	(17)	(9)	(20)	(23)	(69)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	10	9	12	14	45	8	9	9	10	36
EBITDA	R\$	(4)	7	1	(22)	(18)	(17)	(39)	(12)	(61)	(129)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(10)	(9)	(12)	(14)	(45)	(8)	(9)	(9)	(10)	(36)
EBIT	R\$	(14)	(2)	(11)	(36)	(63)	(25)	(48)	(21)	(71)	(165)
Baixa de ativos	R\$	-	-	-	-	-	-	(198)	-	-	(198)
Resultado financeiro líquido	R\$	(12)	(24)	3	1	(32)	(1)	20	(13)	(7)	(1)
Resultado do período	R\$	(26)	(26)	(8)	(35)	(95)	(26)	(226)	(34)	(78)	(364)

Área de Minerais Não-Ferrosos - PPSA (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2004					2003				
	1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME ton (mil)	85	88	112	114	399	91	71	101	104	367
Quantidade vendida -MI ton (mil)	13	13	18	20	64	17	13	13	13	56
Quantidade vendida-total ton (mil)	98	101	130	134	463	108	84	114	117	423
Preço médio - ME US\$	153,43	154,75	152,65	163,25	156,31	156,52	159,99	143,15	153,80	152,74
Preço médio - MI US\$	157,45	157,92	181,72	166,90	167,32	127,82	165,77	156,85	159,62	150,75
Preço médio-total US\$	153,94	155,42	156,67	163,79	157,88	152,00	160,88	144,71	154,45	152,48
Endividamento bruto contratado a longo prazo US\$	39	31	31	15	15	77	72	44	44	44
Endividamento bruto contratado a curto prazo US\$	5	1	11	38	38	13	3	12	9	9
Endividamento bruto total US\$	44	32	42	53	53	90	75	56	53	53
Patrimônio líquido R\$	97	95	114	121	121	(51)	(3)	82	90	90
Receita líquida R\$	44	50	48	48	190	56	39	47	52	194
Custo de produtos R\$	(27)	(32)	(27)	(30)	(116)	(27)	(25)	(33)	(30)	(115)
Outras despesas/receitas R\$	(6)	(10)	(6)	(12)	(34)	(10)	(19)	(9)	(9)	(47)
Depreciação, amortização e exaustão R\$	4	4	5	3	16	3	3	3	5	14
EBITDA R\$	15	12	20	9	56	22	(2)	8	18	46
Depreciação, amortização e exaustão R\$	(4)	(4)	(5)	(3)	(16)	(3)	(3)	(3)	(5)	(14)
EBIT R\$	11	8	15	6	40	19	(5)	5	13	32
Resultado financeiro líquido R\$	(4)	(8)	4	2	(6)	15	39	(14)	(1)	39
Lucro antes do IR/CSL R\$	7	-	19	8	34	34	34	(9)	12	71
IR/CSL R\$	-	(1)	-	(2)	(3)	(3)	2	-	(6)	(7)
Resultado do exercício R\$	7	(1)	19	6	31	31	36	(9)	6	64

Demonstrações Financeiras do exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2003

[página intencionalmente deixada em branco]



DCs BR GAAP de 2003

Arquivada na Comissão de Valores
Mobiliários – CVM e na Security
Exchange Commission - SEC em
24/03/2004

ÍNDICE

PARTE I	3
1- COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RESULTADO DAS OPERAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 COMPARADO COM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	3
1.1- Aspectos Gerais	3
1.2- Comentários Sobre o Resultado da Controladora	7
1.2.1- Receita Bruta	8
1.2.2- Custo dos Produtos e Serviços	9
1.2.3- Resultado de Participações Societárias por Área de Negócio	10
1.2.4- Despesas Operacionais	12
1.2.5- Resultado Financeiro Líquido	12
1.2.6- Imposto de Renda e Contribuição Social	12
1.2.7- Geração de Caixa	12
1.2.8- Juros sobre o Capital Próprio	14
1.2.9- Política de Remuneração aos Acionistas para 2004	14
1.2.10- Concessões e Arrendamentos	14
1.3- Comentários Sobre o Consolidado	16
1.3.1- Receita Bruta Consolidada	16
1.3.2- Custo dos Produtos e Serviços Consolidado	17
PARTE II	19
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS	19
2- BALANÇO PATRIMONIAL	19
3- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	20
4- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
5- DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	22
6- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (INFORMAÇÃO ADICIONAL)	23
7- DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (INFORMAÇÃO ADICIONAL)	24
8- BALANÇO SOCIAL (INFORMAÇÃO ADICIONAL)	25
9- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS (INFORMAÇÃO ADICIONAL)	26
10- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002	28
10.1- Contexto Operacional	28
10.2- Apresentação das Demonstrações Contábeis	28
10.3- Princípios e Práticas de Consolidação	28
10.4- Sumário das Principais Práticas Contábeis	28
10.5- Disponibilidades	29
10.6- Contas a Receber de Clientes	29
10.7- Partes Relacionadas	30
10.8- Estoques	31
10.9- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32
10.10- Participações Societárias	34
10.11- Imobilizado	37
10.12- Empréstimos e Financiamentos	38
10.13- Securitização de Recebíveis de Exportação	40
10.14- Passivos Contingentes	40
10.15- Custos Ambientais e de Recuperação e Restauração	42
10.16- Fundo de Pensão - Valia	43
10.17- Capital Social	45
10.18- Programa de ADRs - <i>American Depositary Receipts</i>	45
10.19- Ações em Tesouraria	46

10.20- Remuneração aos Acionistas	46
10.21- Resultado Financeiro - Controladora e Consolidado	47
10.22- Instrumentos Financeiros - Derivativos	48
10.23- Exposição Cambial	52
10.24- Despesas Administrativas e Outras Despesas Operacionais	52
10.25- Efeitos se Adotadas as Demonstrações em Moeda de Capacidade Aquisitiva Constante (não auditado)	53
10.26- Seguros	54
10.27- Plano de Participação nos Resultados	54
10.28- Resultado de Exercícios Futuros	54
10.29- Evento Subseqüente	54
10.30- Participações Societárias (Organograma Societário em 31/12/03)	55
PARTE III	56
11-ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS	56
12-ANEXO II - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	57
12.1 - Área de Alumínio – Albras (Ajustadas e Não Auditadas)	57
12.2 - Área de Alumínio – Alunorte (Ajustadas e Não Auditadas)	58
12.3 - Área de Alumínio – Aluvalle (Ajustadas e Não Auditadas)	59
12.4 - Área de Alumínio – MRN (Ajustadas e Não Auditadas)	60
12.5 - Área de Alumínio – Valesul (Ajustadas e Não Auditadas)	61
12.6 - Área de Pelotização – Hispanobras (Ajustadas e Não Auditadas)	62
12.7 - Área de Pelotização – Itabasco (Ajustadas e Não Auditadas)	63
12.8 - Área de Pelotização – Kobrasco (Ajustadas e Não Auditadas)	64
12.9 - Área de Pelotização – Nibrasco (Ajustadas e Não Auditadas)	65
12.10 - Área de Pelotização – Samarco (Ajustadas e Não Auditadas)	66
12.11 - Área de Pelotização – GIIC (Ajustadas e Não Auditadas)	67
12.12 - Área de Pelotização – Ferteco (Ajustadas e Não Auditadas)	68
12.13 - Área de Manganês e Ferroligas – RDM (Ajustadas e Não Auditadas)	69
12.14 - Área de Manganês e Ferroligas – Urucum (Ajustadas e Não Auditadas)	70
12.15 - Área de Manganês e Ferroligas – RDME (Ajustadas e Não Auditadas)	71
12.16 - Área de Siderurgia – CST (Ajustadas e Não Auditadas)	72
12.17 - Área de Siderurgia – CSI (Ajustadas e Não Auditadas)	73
12.18 - Área de Logística – Docenave (Ajustadas e Não Auditadas)	74
12.19 - Área de Logística – FCA (Ajustadas e Não Auditadas)	75
12.20 - Área de Minerais Não-Ferrosos – PPSA (Ajustadas e Não Auditadas)	76
13-ANEXO III – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	77
13.1 - Indicadores de Desempenho Empresarial - Controladora	77
13.2 - Vendas de Minério de Ferro e Pelotas (Principais Mercados) (Não Auditada)	78
14 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	79
15-PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	80
16-PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	81
17- CONSELHEIROS, MEMBROS DOS COMITÊS E DIRETORES	82

PARTE I

Valores expressos em milhões de reais

1- COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RESULTADO DAS OPERAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 COMPARADO COM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

1.1- Aspectos Gerais

(a) Os segmentos de negócio da Companhia Vale do Rio Doce são a mineração, a logística e a energia elétrica, a saber:

- minerais ferrosos: negócios de minério de ferro e pelotas e de manganês e ferroligas;
- minerais não-ferrosos: negócios de potássio, caulim e cobre;
- logística: ferrovias, portos e terminais marítimos, bem como negócios de navegação;
- energia elétrica: negócios de geração de energia; e
- participações societárias: investimentos em alumínio e siderurgia.

Minerais Ferrosos

Minério de Ferro e Pelotas

As principais atividades de mineração envolvem o minério de ferro, o qual é operado em dois sistemas integrados de primeira linha no Brasil para a produção e a distribuição do minério, cada um formado por minas, ferrovias e terminais marítimos. O Sistema Sul, com base nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, contém um total de reservas de minério de ferro provadas e prováveis de aproximadamente 2,3 bilhões de toneladas. O Sistema Norte, com base nos estados do Pará e Maranhão, contém um total de reservas de minério de ferro provadas e prováveis de aproximadamente 1,2 bilhão de toneladas. Atualmente, a Vale opera nove usinas de pelotização, seis delas organizadas como *joint ventures* com parceiros internacionais e, adicionalmente, participa com 50% no capital social da Samarco, que possui e opera duas usinas de pelotização. A usina de pelotização de São Luís foi inaugurada em 26/03/02, com capacidade de produção anual de 6 milhões de toneladas.

As vendas de minério de ferro e pelotas para exportação são geralmente realizadas sob contratos de fornecimento de longo prazo que estipulam renegociações anuais dos preços. Mudanças cíclicas na demanda mundial por produtos de aço influenciam preços e volumes de venda no mercado mundial de minério de ferro. Fatores diversos influenciam os preços, tais como o teor de ferro em cada jazida, os vários processos de beneficiamento e purificação exigidos para produzir o produto final, o tamanho das partículas, o teor de umidade e o tipo e concentração de contaminantes (tais como fósforo, alumina e manganês) no minério. Custos de transporte também influenciam os preços contratuais. Minério fino, minério granulado e pelotas têm preços diferenciados. Geralmente as renegociações anuais de preços contratuais ocorrem de novembro a fevereiro, com preços de referência distintos estabelecidos para os mercados asiático e europeu. No mercado asiático, os preços renegociados vigoram de abril de cada ano até março do ano seguinte. No mercado europeu, os preços renegociados vigoram de janeiro a dezembro do ano da renegociação. Em razão da variedade de qualidades e características físicas de minério de ferro e de pelotas, nossos produtos de minério de ferro e pelotas não são tratados estritamente como *commodities*, que são substituíveis e têm preços padronizados no mercado internacional. Por esta razão e como resultado das participações no mercado, não surgiu um mercado de derivativos de minério de ferro e pelotas no qual poderíamos, se desejássemos, realizar operações para mitigar nossa exposição à variação nos preços desses produtos. Atualmente, não realizamos quaisquer operações de *hedge* de preços de minério de ferro e pelotas.

Manganês e Ferroligas

Esta atividade dá-se por intermédio das controladas RDM localizada na Bahia, Urucum localizada no Mato Grosso, Rio Doce Manganèse Europe localizada na França e Rio Doce Manganese Norway localizada na Noruega. O minério é extraído da Mina do Azul, na região de Carajás, no estado do Pará, e da Mina de Urucum, na região do Pantanal, no estado do Mato Grosso do Sul. Em ambas as unidades o beneficiamento é feito *in loco*.

Minerais Não-Ferrosos

Ouro

Operado pela própria Companhia. As operações de produção de ouro foram iniciadas em 1984 e encerradas com a venda da mina de Fazenda Brasileiro em 2003, localizada na Bahia. As operações do ouro continuarão com o início das operações do cobre, do qual aquele será obtido como subproduto.

Potássio

O potássio é encontrado na natureza em jazidas de salgema, sendo uma importante matéria-prima para a produção de fertilizantes. A Companhia arrendou uma mina de potássio, no estado de Sergipe, da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS. Esta é a única mina desse tipo no Brasil e sua capacidade nominal de produção corresponde a 600 mil toneladas por ano.

Caulim

O caulim é uma argila branca fina de silicato de alumínio, utilizada nas indústrias de papel, cerâmica e farmacêutica como agente de revestimento e preenchimento. As atividades comerciais de caulim dão-se por intermédio da controlada Pará Pigmentos S.A. e, de forma indireta, da Cadam, através da Caemi. A Pará Pigmentos iniciou suas operações em 1996, com capacidade instalada de 300 mil toneladas/ano. No segundo semestre de 2002 concluiu a expansão de sua capacidade produtiva para 600 mil toneladas/ano. A Cadam dedica-se à extração e ao beneficiamento de caulim. Suas minas estão localizadas no estado do Amapá, em região próxima às instalações de beneficiamento e embarque, situadas no estado do Pará, tendo capacidade produtiva de 810 mil toneladas/ano.

Cobre

Atividade ainda em fase de implantação. A Companhia detém 100% dos projetos das minas de Sossego e Salobo, localizadas na região de Carajás, com capacidade produtiva estimada de 140 mil toneladas e 200 mil toneladas de cobre por ano, respectivamente. Participa em *joint ventures* de quatro projetos brasileiros de desenvolvimento de cobre em Carajás. Estes seis projetos contêm aproximadamente 1,7 bilhão de toneladas de recursos, com um teor médio de minério de 1,02%.

Logística

A Vale presta diversos serviços de logística aos clientes. Construído originariamente para servir à atividade comercial de minério de ferro, o sistema de logística inclui a Estrada de Ferro Vitória a Minas e o Complexo Portuário de Tubarão, no Sistema Sul, e a Estrada de Ferro Carajás e o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, no Sistema Norte. Adicionalmente, nos últimos cinco anos a Companhia adquiriu lotes de ações de quatro ferrovias privatizadas. As principais cargas transportadas por suas estradas de ferro são o minério de ferro próprio, aço, carvão, ferro-gusa e calcário, transportados para siderúrgicas localizadas nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Além disso a Companhia transporta produtos agrícolas, principalmente grãos. A Vale cobra tarifas de mercado pelo frete de terceiros, que variam com base na distância percorrida e na densidade da carga em questão.

Energia

A Companhia possui participação em nove consórcios de usinas hidrelétricas, das quais três encontram-se em operação, duas estão programadas para entrar em operação em 2004 e quatro ainda não tiveram suas obras iniciadas. Neste total não se inclui o Consórcio Geração Santa Isabel, cuja devolução foi solicitada à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, devido à impossibilidade de obtenção de licença ambiental, tendo em vista que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, considerou o empreendimento inviável do ponto de vista ambiental. Os investimentos da Companhia no setor têm como objetivo otimizar o suprimento de energia elétrica do Grupo.

Participações Societárias

Operações com Alumínio

A Companhia vende alumínio em um mercado mundial ativo em que os preços são determinados com base nos valores da *commodity* (alumínio primário) negociados na Bolsa de Metais de Londres e na Commodity Exchange, Inc. (Bolsa de *Commodities*), ou Comex, na época da entrega.

Até 30/12/03, a Companhia conduziu suas operações com alumínio através de sua subsidiária integral Aluvale, a qual realizava as operações com alumínio fundamentalmente através de *joint ventures* que se dedicam à extração de bauxita, ao refino de alumina, à fundição e ao comércio de alumínio. A Aluvale conduzia a operação de extração de bauxita através de uma participação de 40% na *joint venture* Mineração Rio do Norte S.A. - MRN, que detém substanciais reservas de bauxita com baixo índice de separação e alta taxa de recuperação. A Aluvale detém uma participação de 57,03% no capital votante de uma *joint venture* de refino de alumina, a Alunorte. Atuou também na fundição de alumínio através da Albras e da Valesul, nas quais detém participação de 51% e de 54,51%, respectivamente. Em 30/12/03 a Aluvale foi incorporada.

Siderurgia

As atividades comerciais de aço ocorrem por intermédio da controlada por controle compartilhado CST (28% do capital total), que comercializa placas de aço nos mercados interno e externo e da CSI (50% do capital total), uma companhia situada na Califórnia, que manufatura vários produtos derivados de aço, e da coligada Usiminas (11% do capital total).

(b) Incorporações

Ferteco

Em 29/08/03 a Assembléia Geral Extraordinária da Vale aprovou a incorporação da Ferteco Mineração S.A. (Ferteco). Essa incorporação não acarretou na emissão de novas ações nem alteração no capital social da Companhia. Os ativos da Ferteco foram incorporados pelo valor contábil do balanço patrimonial referente a 31/07/03, de R\$ 1.307 milhões. A Companhia assumiu incondicionalmente todos os bens, direitos e obrigações da Ferteco, de ordem legal ou convencional, nos termos da legislação vigente.

A incorporação produziu, a partir do terceiro trimestre de 2003, efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia Controladora. Entretanto, as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil não foram impactados, pois os resultados da Ferteco já são consolidados, uma vez que a Vale possui, desde o segundo trimestre de 2001, 100% do capital social dessa empresa.

Com a incorporação a Companhia assume diretamente a administração das minas de minério de ferro de Córrego do Feijão e Fábrica e da planta de pelotização de Fábrica, localizadas no Quadrilátero Ferrífero, estado de Minas Gerais.

A Ferteco foi adquirida pela Vale em abril de 2001 pelo valor de US\$ 566 milhões. A exploração de sinergias entre as duas empresas vem se materializando desde então através de redução direta de custos e da obtenção de maior flexibilidade operacional na produção de minério de ferro e nas operações de logística. A incorporação da Ferteco na Vale facilita a aceleração da exploração de tais sinergias, o que se traduz em geração de valor para os acionistas da Companhia.

Celmar

Em 29/08/03 foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária a incorporação da Celmar S.A. – Indústria de Celulose e Papel (Celmar).

A Celmar possuía 30.000 hectares de florestas renováveis de eucalipto, ativos que foram aportados na Ferro Gusa Carajás S.A. (Ferro Gusa), joint venture formada entre Vale e Nucor Corporation, siderúrgica norte americana. A Ferro Gusa irá investir na construção de uma planta para produção de ferro gusa no norte do Brasil.

O eucalipto será utilizado pela Ferro Gusa para a produção de carvão vegetal, único redutor de minério de ferro que permite a produção de ferro gusa de forma ambientalmente sustentável. Conforme anunciado em 24/04/03, a planta a ser construída terá capacidade de produção de 380.000 toneladas métricas de ferro gusa por ano e utilizará minério de ferro produzido em Carajás.

Docegeo, MSS, Aluvale e MVC

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30/12/03 foi aprovada a incorporação das empresas Rio Doce Geologia e Mineração S.A. – Docegeo (Docegeo), Mineração Serra do Sossego S.A. (MSS), Vale do Rio Doce Alumínio S.A. – Aluvale (Aluvale) e Mineração Vera Cruz S.A. (MVC). Nenhuma dessas incorporações envolveu a emissão de novas ações nem alteração no capital social da Vale. Os ativos da Docegeo, MSS, Aluvale e MVC foram incorporados na Vale pelo valor contábil do balanço patrimonial referente a 30/11/03 e a Companhia assumiu incondicionalmente todos os bens, direitos e obrigações das empresas incorporadas, de ordem legal ou convencional, nos termos da legislação vigente. Essas incorporações tiveram como objetivo a simplificação da estrutura organizacional da Companhia.

(c) As variações das principais moedas e índices em relação ao real, com reflexos no resultado da Companhia e de suas controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas, foram as seguintes:

Moedas / Índices	Δ%					Paridade	
	DÓLAR	IENE	OURO	IGP-M	TJLP	US\$ x R\$	US\$ x lene
Período							
Até 31/12/03	(18,2)	(9,3)	19,9	8,7	11,5	2,8892	107,17
4T/03	(1,2)	3,0	7,3	1,5	2,6	2,8892	107,17
3T/03	1,8	9,4	12,1	1,1	2,9	2,9234	111,65
Até 31/12/02	52,3	68,2	25,0	25,3	9,9	3,5333	118,87
4T/02	(9,3)	(7,0)	8,5	13,4	2,4	3,5333	118,87

Da receita bruta da Companhia em 2003, cerca de 64% (cerca de 74% no consolidado) é derivada de exportações e, adicionalmente, parte das vendas ao mercado interno é referenciada à moeda norte-americana. Cerca de 32% dos custos também

estão vinculados à moeda norte-americana. Conseqüentemente, as flutuações na taxa de câmbio têm um impacto significativo sobre a geração operacional de caixa.

Dos empréstimos e financiamentos da Companhia, 94% (92% no consolidado) em 2003 estão expressos em dólares norte-americanos. Portanto, as flutuações na taxa de câmbio têm impacto significativo sobre as despesas financeiras (notas explicativas 10.12 e 10.21).

(d) Desinvestimentos

Fazenda Brasileiro

Em 15/08/03 a Companhia concretizou a venda dos ativos relacionados à mina de ouro de Fazenda Brasileiro, para a Yamana Resources Inc. (Yamana), empresa de mineração canadense. O valor da transação totalizou R\$ 63.

Resultado em Operações Descontinuadas

Fosfertil

Em 24/10/03 a subsidiária Companhia Paulista de Ferro Ligas (CPFL) concretizou a venda de ações da Fertilizantes Fosfatados S.A. (Fosfertil) para a Bunge Fertilizantes S.A. por R\$ 240. O lucro da operação totalizou R\$ 174.

Esta transação alinha-se consistente com o foco da Vale em mineração e logística e com a estratégia de venda de participações que tenham assumido o caráter de investimento de portfólio.

(e) Reestruturação

Manganês e ferroligas

Em 28/10/03 a Vale promoveu alguns passos para a simplificação da estrutura operacional de seus negócios de manganês e ferroligas. Sua subsidiária SIBRA passou, desde o dia 15/10/03, a ser denominada Rio Doce Manganês S.A. (RDM). As operações das empresas controladas pela RDM, entre as quais a Companhia Paulista de Ferro Ligas (CPFL), serão transferidas para a própria RDM a partir de janeiro de 2004.

Atualmente os principais ativos da RDM são a mina do Azul, localizada em Carajás, no estado do Pará, com capacidade anual de produção de 2 milhões de toneladas de minério de manganês, e uma planta produtora de ferroligas de manganês com capacidade de 180.000 toneladas por ano, em Simões Filho, no estado da Bahia. A CPFL possui 4 plantas produtoras de ferroligas no estado de Minas Gerais (Barbacena, Ouro Preto, Santa Rita e São João del Rei). Após a incorporação dos ativos da CPFL e das demais empresas controladas, produtoras de minério de manganês de menor porte localizadas nos estados de Minas Gerais e Bahia (Minérios Metalúrgicos do Nordeste S.A., Mineração Urandi S.A. e Sociedade Mineira de Mineração Ltda.), a RDM contará com capacidade total de produção anual de 2.330.000 toneladas de minério de manganês e 350.000 toneladas de ferroligas.

Desta forma, as operações de manganês e ferroligas da Vale serão conduzidas por quatro subsidiárias integrais: RDM, Urucum Mineração S.A., em Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul, Rio Doce Manganese Europe (RDME), em Dunkerque, na França, e Rio Doce Manganese Norway (RDMN), em Mo I Rana, na Noruega.

A Vale é a segunda maior produtora mundial de minério de manganês, com capacidade de produção total de 2,9 milhões de toneladas por ano, calculado com base no manganês contido.

Logística

Em 07/11/03 a Companhia concluiu a reestruturação de participações societárias em empresas de logística.

A realização de um conjunto de transações teve como objetivo a eliminação das relações entre a Vale e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) na estrutura acionária da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (FCA), Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) e CSN Aceros S.A. (CSN Aceros). Essas transações compreendem:

- (a) a venda da totalidade das ações da FCA detidas pela CSN para a Mineração Tacumã Ltda., empresa controlada pela Vale;
- (b) a venda da totalidade das ações da CFN de propriedade da Vale para a CSN e Taquari Participações S.A.;
- (c) a venda pela Itabira Rio Doce Company Limited, empresa controlada pela Vale, da totalidade das ações da CSN Aceros, acionista da Sepetiba Tecon S.A. (STSA), para a CSN Panamá S.A., controlada da CSN;
- (d) a transferência da totalidade das debêntures conversíveis em ações de emissão de STSA detidas pela Vale para a CSN; e

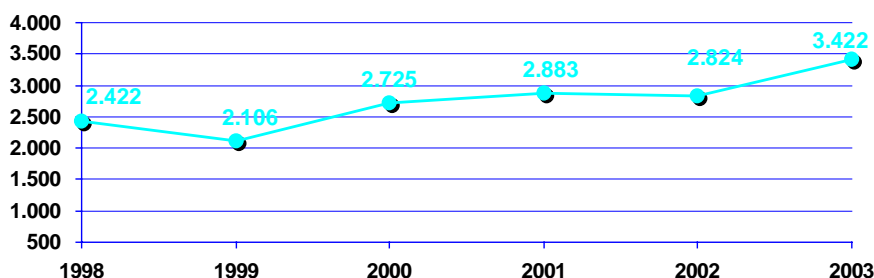
- (e) a assinatura de contratos de prestação de serviços de movimentação de contêineres entre a STSA e a Vale, de transporte ferroviário de calcário entre a FCA e a CSN e de transporte ferroviário de calcário dolomítico e bentonita entre a CFN e a Vale.

As obrigações de compra e venda acima mencionadas constituem um negócio único, que resultou em desembolso líquido pela CVRD do valor de R\$ 23 milhões na data da liquidação financeira, dia 14/11/03.

(f) Em 2003, o saldo da Balança Comercial Consolidada atingiu US\$ 3.422 milhões:

	Consolidado (em US\$ milhões)					
	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Exportações	2.660	2.271	3.016	3.297	3.173	3.952
Importações	(238)	(165)	(291)	(414)	(349)	(530)
	2.422	2.106	2.725	2.883	2.824	3.422

Balança Comercial Consolidada (Em US\$ milhões)



(g) Governança corporativa - Lei Sarbanes-Oxley

Os diversos escândalos em 2002 no mercado de capitais americano resultaram na aprovação pelo congresso dos Estados Unidos da Lei Sarbanes-Oxley de observância obrigatória por todas as empresas daquele país e as estrangeiras registradas na Securities and Exchange Commission (SEC) que negociam American Depositary Receipts (ADRs) nas Bolsas de Valores norte-americanas. A CVRD mantém programa de ADR nível 3 na Bolsa de Nova York.

A Sarbanes-Oxley objetivou proteger os investidores através do estabelecimento de padrões mais rígidos de governança corporativa abrangendo requisitos adicionais de disclosure, procedimentos mais severos para o levantamento de Demonstrações Contábeis e padrões mais rígidos de controles internos das informações divulgadas pelas companhias.

As exigências da Lei para o ano de 2003 foram atendidas pela CVRD e o Formulário 20-F (Form 20-F) de 2002 foi arquivado na SEC, acompanhado, além das certificações de responsabilidade assinadas pelo Presidente (CEO) e pelo Diretor Executivo de Finanças (CFO), das certificações relativas aos demais diretores executivos, bem como de diretores departamentais das áreas geradoras das informações para o FORM 20-F.

(h) Política com relação a Auditores Independentes

A política da Companhia com relação aos Auditores Independentes, na prestação de serviços não relacionados à Auditoria Externa, fundamenta-se em princípios que preservam a independência dos Auditores. Durante o exercício de 2003, o valor correspondente aos serviços não relacionados à Auditoria Externa foi inferior a 5% (cinco por cento) dos honorários pagos aos Auditores Independentes.

1.2- Comentários Sobre o Resultado da Controladora

O resultado da Companhia em 2003 foi de R\$ 4.509, comparativamente aos R\$ 2.043 apurados em 2002 (lucro por ação em circulação de R\$ 11,75 em 2003 contra R\$ 5,32 em 2002).

A margem bruta declinou de 49,8% em 2002 para 46,5% em 2003. A receita bruta cresceu 21% (de R\$ 8.570 em 2002 para R\$ 10.367 em 2003), enquanto o custo dos produtos e serviços aumentou 29,6% (de R\$ 4.133 em 2002 para R\$ 5.357 em 2003).

Durante 2003 a Companhia pagou juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 1.935, e em 2004 complementar com pagamento de R\$ 319, totalizando R\$ 2.254, equivalente a R\$ 5,87 de remuneração por ação ordinária ou preferencial em circulação (nota explicativa 10.20).

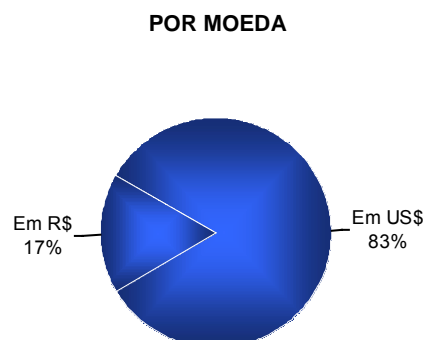
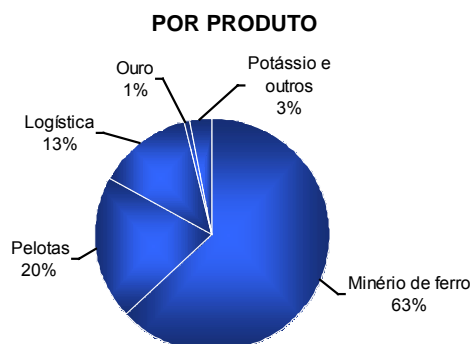
1.2.1- Receita Bruta

O aumento da receita bruta de 21% (R\$ 10.367 em 2003 contra R\$ 8.570 em 2002) é derivado da modificação no mix de produtos, aliado à valorização média de 4,9% do dólar norte-americano frente ao real, incidente sobre 83% das receitas da Companhia, e do crescimento nos volumes vendidos de minério de ferro e pelotas, decorrente da incorporação da Ferteco em setembro de 2003, conforme tabela a seguir. Do crescimento de R\$ 1.797, 17% é atribuído ao câmbio, 21% ao acréscimo de volumes e 62% ao aumento de preço. O aumento no volume vendido de minério de ferro e pelotas decorre basicamente do crescimento dos mercados chinês (33,7%), europeu (10,3%) e norte-americano (2,5%).

	Em milhares de toneladas (exceto para ouro)						Em milhões de reais					
	Trimestres			Acumulado			Trimestres			Acumulado		
	4T/03	3T/03	4T/02	2003	2002	Δ%	4T/03	3T/03	4T/02	2003	2002	Δ%
Mercado externo												
Minério de ferro - fino	25.769	23.734	20.003	91.812	83.836	10	1.295	1.245	1.192	4.513	3.583	26
Minério de ferro - granulado	2.611	2.052	3.980	7.866	7.659	3	140	122	109	422	349	21
Pelotas	5.416	4.026	4.123	17.231	13.676	26	503	400	438	1.621	1.169	39
	33.796	29.812	28.106	116.909	105.171	11	1.938	1.767	1.739	6.556	5.101	29
Mercado interno												
Minério de ferro - fino	7.494	7.863	6.994	30.206	31.493	(4)	302	346	415	1.314	1.226	7
Minério de ferro - granulado	2.260	1.781	3.580	7.089	6.905	3	71	64	48	244	164	49
Pelotas (*)	1.247	841	744	3.709	2.773	34	161	123	109	498	336	48
	11.001	10.485	11.318	41.004	41.171	-	534	533	572	2.056	1.726	19
Total												
Minério de ferro - fino	33.263	31.597	26.997	122.018	115.329	6	1.597	1.591	1.607	5.827	4.809	21
Minério de ferro - granulado	4.871	3.833	7.560	14.955	14.564	3	211	186	157	666	513	30
Pelotas	6.663	4.867	4.867	20.940	16.449	27	664	523	547	2.119	1.505	41
	44.797	40.297	39.424	157.913	146.342	8	2.472	2.300	2.311	8.612	6.827	26
Transporte ferroviário	12.095	13.675	15.218	51.486	58.143	(11)	249	281	249	1.059	881	20
Serviços portuários	5.761	6.515	7.634	25.311	27.165	(7)	77	78	78	307	261	18
Ouro (kg)	-	442	1.265	1.858	10.311	(82)	3	16	48	71	280	(75)
Potássio	169	198	203	674	731	(8)	73	81	91	290	272	7
Outros produtos e serviços	-	-	-	-	-	-	3	10	9	28	49	(43)
	2.877	2.766	2.786	10.367	8.570							

(*) Inclui receita de prestação de serviços às coligadas de pelotização nos valores de R\$ 41, R\$ 36, R\$ 32, R\$ 137 e R\$ 105, referentes ao 4T/03, 3T/03, 4T/02, 2003 e 2002, respectivamente.

Receita Bruta em 2003 - R\$ 10.367 / US\$ 3.395



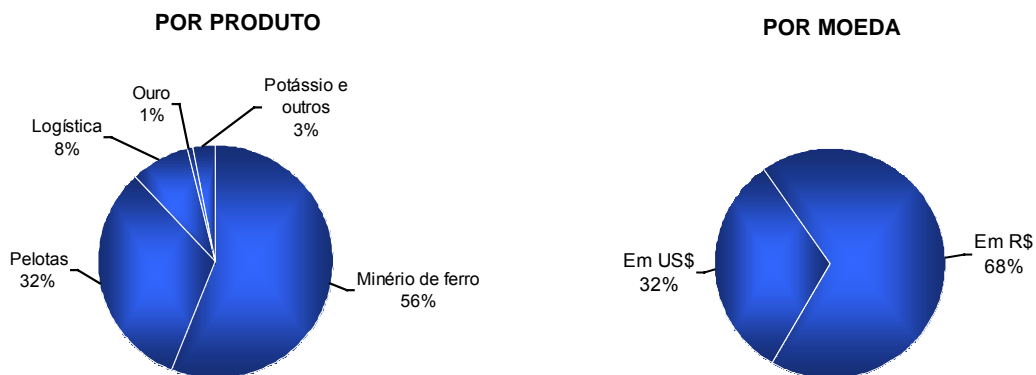
Receita bruta por segmento

	Minerais Ferrosos	Minerais Não-	Logística	Total	
				2003	2002
Mercado externo					
Américas, exceto EUA	484	-	-	484	327
Estados Unidos (EUA)	279	22	-	301	376
Europa	2.678	49	-	2.727	2.197
Oriente Médio, África e Oceania	549	-	-	549	515
Japão	787	-	-	787	671
China	1.226	-	-	1.226	796
Ásia, exceto Japão/China	552	-	-	552	499
	6.555	71	-	6.626	5.381
Mercado interno	2.461	290	990	3.741	3.189
Total da receita bruta	9.016	361	990	10.367	8.570

1.2.2- Custo dos Produtos e Serviços

O aumento de 29,6% no custo dos produtos e serviços (R\$ 5.357 em 2003 contra R\$ 4.133 em 2002) decorre principalmente do aumento nas vendas de pelotas compradas, do incremento nos gastos com manutenção de bens e equipamentos, do reajuste nos derivados de petróleo e do impacto cambial incidente sobre a parcela dos custos denominada em dólares norte-americanos (32%).

Custo dos Produtos e Serviços em 2003 - R\$ 5.357 / US\$ 1.757



Composição por Natureza

	2003												
	Denominados						Trimestres				Acumulado		Δ%
	R\$	US\$	4T/03	%	3T/03	%	4T/02	%	2003	%	2002	%	
Pessoal	572	-	185	12	144	11	123	10	572	11	513	12	12
Material	606	268	243	16	214	16	272	21	874	16	636	15	37
Óleo combustível e gases	636	-	180	12	162	12	111	9	636	12	392	10	62
Serviços contratados	834	5	300	19	229	17	142	11	839	16	552	13	52
Energia	151	-	51	3	43	3	31	2	151	3	121	3	25
Aquisição de minério de ferro e pelotas	-	1.192	249	16	294	22	388	30	1.192	22	1.039	25	15
Depreciação e exaustão	554	-	154	10	143	11	129	10	554	10	536	13	3
Amortização de ágio	166	-	76	5	42	3	24	2	166	3	98	2	69
Outros	114	259	110	7	80	5	61	5	373	7	246	7	52
Total	3.633	1.724	1.548	100	1.351	100	1.281	100	5.357	100	4.133	100	30
	68%	32%											

1.2.3- Resultado de Participações Societárias por Área de Negócio

Os números abaixo não representam obrigatoriamente os resultados individuais por empresa, e sim os valores efetivamente aplicáveis à cada área de negócio.

Área de negócio	Trimestres				Acumulado		
	4T/03	3T/03	%	4T/02	2003	2002	%
Minerais Ferrosos							
. Minério de ferro e pelotas	5	158	(97)	(143)	194	1.331	(85)
. Manganês e ferroligas	199	44	352	91	270	230	17
Minerais Não-Ferrosos	(49)	(26)	(88)	24	(24)	(64)	63
Logística	(145)	9	(1.711)	(98)	(355)	(384)	8
Participações							
. Siderurgia	86	135	(36)	119	301	302	-
. Alumínio	93	130	(28)	459	712	76	837
Outros	(40)	37	(208)	(40)	24	73	(67)
	149	487	(69)	412	1.122	1.564	(28)

Minerais Ferrosos

(a) Minério de ferro e pelotas

- Ferteco - Comparando 8 meses de 2003 contra 12 meses de 2002 devido a incorporação da companhia em 29/08/03, houve melhora no resultado de equivalência patrimonial de R\$ 100 (ganho de R\$ 221 em 2003 contra um ganho de R\$ 121 em 2002), redução na quantidade vendida de minério de ferro em 11,5% (12.155 mil toneladas em 2003 contra 13.728 mil toneladas em 2002) e redução na quantidade vendida de pelotas em 38,8% (2.788 mil toneladas em 2003 contra 4.558 mil toneladas em 2002). Com relação aos preços médios de venda de seus produtos, houve um aumento no da pelota em 24,3% (US\$ 31,31 por tonelada em 2003 contra US\$ 25,18 por tonelada em 2002), enquanto o de minério de ferro manteve-se estável (US\$ 13,74 por tonelada em 2003 contra US\$ 13,46 por tonelada em 2002). Em 2003, foi registrado R\$ 164 de amortização de ágio, sendo que R\$ 68 estão sendo alocados ao custo da controladora desde setembro de 2003.
- Caemi – Melhora no resultado de equivalência patrimonial de R\$ 74 (ganho de R\$ 42 em 2003 contra uma perda de R\$ 32 em 2002) devido ao aumento na quantidade vendida em 14,1% (38.017 mil toneladas em 2003 contra 33.312 mil toneladas em 2002) e aos efeitos positivos da variação cambial sobre o endividamento. No ano anterior, o destaque negativo foi a provisão para perdas decorrente da reestruturação da Québec Cartier Mining Company (QCM).
- Itaco/RDE - Redução no resultado de equivalência patrimonial de R\$ 1.120 (perda de R\$ 270 em 2003 contra um ganho de R\$ 850 em 2002), devido basicamente ao impacto da desvalorização do dólar frente ao real sobre o patrimônio líquido neste ano (variação cambial negativa de R\$ 704 em 2003 contra variação cambial positiva de R\$ 1.243 em 2002). Em termos operacionais, houve acréscimo no volume vendido de minério de ferro em 11,0% (96.137 mil toneladas em 2003 contra 86.634 mil toneladas em 2002) e de pelotas em 22,9% (14.092 mil toneladas em 2003 contra 11.465 mil toneladas em 2002), incluindo vendas da sua controlada CVRD Overseas.
- Kobrasco - Melhora no resultado de participação societária, devido a reversão de parte da provisão para perdas, no montante de R\$ 117 (ganho de R\$ 57 em 2003 contra uma perda de R\$ 60 em 2002), e aos efeitos positivos da variação cambial sobre a dívida. Em termos operacionais, houve acréscimo na quantidade vendida em 7,7% (4.344 mil toneladas em 2003 contra 4.034 mil toneladas em 2002) e um acréscimo no preço médio de venda de 5,9% (US\$ 31,86 por tonelada em 2003 contra US\$ 30,09 por tonelada em 2002).
- Nibrasco - Redução no resultado de equivalência patrimonial de R\$ 1 (ganho de R\$ 9 em 2003 contra um ganho de R\$ 10 em 2002), devido a redução na quantidade vendida de 5,6% (6.813 mil toneladas em 2003 contra 7.215 mil toneladas em 2002), compensado em parte com o aumento no preço médio de venda de 3,9% (US\$ 30,14 por tonelada em 2003 contra US\$ 29,01 por tonelada em 2002).
- Samarco - Melhora no resultado de equivalência patrimonial de R\$ 129 (ganho de R\$ 229 em 2003 contra um ganho de R\$ 100 em 2002), devido aos efeitos positivos da variação cambial sobre a dívida. Em termos operacionais, houve aumento na quantidade vendida em 10,6% (15.966 mil toneladas em 2003 contra 14.442 mil toneladas em 2002) e um acréscimo no preço médio de venda de 9,5% (US\$ 31,32 por tonelada em 2003 contra US\$ 28,60 por tonelada em 2002).

(b) Manganês e ferroligas

- RDM - Aumento no resultado de equivalência patrimonial de R\$ 166 (ganho de R\$ 247 em 2003 contra um ganho de R\$ 81 em 2002), devido a venda de participação societária (Fosfertil), reduzido dos efeitos negativos da variação cambial sobre o contas a receber no 3T/03, compensado, em parte, com os efeitos positivos da variação cambial sobre as exportações. Em termos operacionais, houve um aumento na quantidade vendida de ferroligas em 1,5% (332 mil toneladas em 2003 contra 327 mil toneladas em 2002), e um aumento na quantidade vendida de manganês em 30,3% (1.337 mil toneladas em 2003 contra 1.026 mil toneladas em 2002), o preço médio de venda de ferroligas aumentou 29,5% (US\$ 587,07 por tonelada em 2003 contra US\$ 453,43 por tonelada em 2002) e o preço médio de venda de manganês decresceu 7,0% (US\$ 43,61 por tonelada em 2003 contra US\$ 46,86 por tonelada em 2002).

Minerais Não-Ferrosos

- Pará Pigmentos - Melhora no resultado de participação societária de R\$ 95 (ganho de R\$ 32 em 2003 contra uma perda de R\$ 63 em 2002) devido aos efeitos positivos no 3T/03 da variação cambial sobre a dívida. Em termos operacionais, houve acréscimo na quantidade vendida em 28,2% (423 mil toneladas em 2003 contra 330 mil toneladas em 2002) e um decréscimo no preço médio de venda de 0,7% (US\$ 152,48 por tonelada em 2003 contra US\$ 153,48 por tonelada em 2002).

Logística

- Docenave - Redução no resultado de equivalência patrimonial de R\$ 83 (ganho de R\$ 21 em 2003 contra um ganho de R\$ 104 em 2002), devido à desvalorização do dólar frente ao real no 3T/03 incidente sobre os ativos dolarizados e constituição de provisões para perdas de ativos. Em termos operacionais, houve acréscimo no volume transportado de granel em 17,9% (9.321 mil toneladas em 2003 contra 7.906 mil toneladas em 2002), assim como no volume de manobras realizadas com serviços de rebocadores em 18,7% (8.100 manobras em 2003 contra 6.822 manobras em 2002), compensado em parte com a redução na operação de movimentação de containers em 4,1% (65.860 TEUs movimentados em 2003 contra 68.663 TEUs movimentados em 2002). O aumento verificado no preço médio de frete em 53,4% (US\$ 7,53 por tonelada transportada em 2003 contra US\$ 4,91 por tonelada transportada em 2002), foram basicamente neutralizados pelo aumento nos custos de afretamento de embarcações que aumentaram 79,8% em relação ao período anterior, impulsionado basicamente pela demanda do mercado asiático por afretamento de navios tipo panamax/cape size a partir de 2003.
- FCA - Registro em 2003 de R\$ 364 de resultado negativo de participação societária (R\$ 208 de provisão para perdas e R\$ 156 de amortização de ágio) contra R\$ 346 em 2002 (R\$ 137 de provisão para perdas e R\$ 209 de amortização de ágio). No 2T/03 a mudança de prática contábil de reconhecimento dos custos de arrendamentos e concessões resultou em aumento no montante de R\$ 238. A participação da Vale neste investimento é detida através da controlada Mineração Tacumã.
- MRS - Melhora no resultado de participação societária de R\$ 153 (ganho de R\$ 104 em 2003 contra uma perda de R\$ 49 em 2002) devido, aos efeitos positivos da variação cambial sobre a dívida, o favorável desempenho operacional e da constituição de créditos de IR/CSSL.

Participações

(a) Siderurgia

- CSI - Redução no resultado de equivalência patrimonial de R\$ 424 (perda de R\$ 128 em 2003 contra um ganho de R\$ 296 em 2002), devido basicamente à desvalorização do dólar frente ao real (variação cambial negativa de R\$ 135 em 2003 contra variação cambial positiva de R\$ 234 em 2002). Em termos operacionais, houve redução nas quantidades vendidas de produtos siderúrgicos em 6,4% (1.885 mil toneladas em 2003 contra 2.014 mil toneladas em 2002).
- CST - Melhora no resultado de equivalência patrimonial de R\$ 245 (ganho de R\$ 291 em 2003 contra um ganho de R\$ 46 em 2002), devido, basicamente, aos efeitos positivos da variação cambial sobre a dívida. Em termos operacionais, houve um aumento do preço médio de venda em aproximadamente 23,4%, compensado em parte com a redução na quantidade vendida de placas em 20,7% (3.688 mil toneladas em 2003 contra 4.651 mil toneladas em 2002).
- Usiminas - Melhora no resultado de equivalência patrimonial de R\$ 151 (ganho de R\$ 138 em 2003 contra uma perda de R\$ 13 em 2002), devido, principalmente, a redução dos efeitos negativos da variação cambial sobre o endividamento.

(b) Alumínio

- Albras - Melhora no resultado de equivalência patrimonial de R\$ 283 (ganho de R\$ 297 em 2003 contra um ganho de R\$ 14 em 2002) devido aos efeitos positivos da variação cambial sobre a dívida. Em termos operacionais, houve aumento na quantidade vendida de alumínio em 6,9% (434 mil toneladas em 2003 contra 406 mil toneladas em 2002), bem como no preço médio de venda de 4,4% (US\$ 1.363,68 por tonelada em 2003 contra US\$ 1.306,38 por tonelada em 2002).

- Alunorte - Melhora no resultado de equivalência patrimonial de R\$ 272 (ganho de R\$ 183 em 2003 contra uma perda de R\$ 89 em 2002), devido aos efeitos positivos da variação cambial sobre a dívida. Em termos operacionais, houve acréscimo de 42,9% no volume vendido de alumina (2.275 mil toneladas em 2003 contra 1.592 mil toneladas em 2002), devido a entrada em operação da 3ª linha de produção em março de 2003, bem como o aumento do preço médio de venda em 8,9% (US\$ 179,23 por tonelada em 2003 contra US\$ 164,56 por tonelada em 2002). Em 30/09/03 e 31/10/03, foram registrados R\$ 5 e R\$ 45 de amortização de ágio, respectivamente.
- MRN - Melhora no resultado de equivalência patrimonial de R\$ 35 (ganho de R\$ 132 em 2003 contra um ganho de R\$ 97 em 2002), devido ao aumento de 42,2% no volume vendido (14.120 mil toneladas em 2003 contra 9.928 mil toneladas em 2002), em decorrência da conclusão da expansão da capacidade produtiva iniciada em abril de 2000, além do aumento do preço médio de venda de bauxita em 1,5% (US\$ 19,23 por tonelada em 2003 contra US\$ 18,95 por tonelada em 2002).
- Valesul - Redução no resultado de equivalência patrimonial de R\$ 13 (ganho de R\$ 30 em 2003 contra um ganho de R\$ 43 em 2002), devido ao impacto do aumento do custo de energia elétrica, apesar do aumento de 8,9% nas quantidades vendidas (98 mil toneladas em 2003 contra 90 mil toneladas em 2002) e aumento no preço médio de venda de alumínio em 2,5% (US\$ 1.703,41 por tonelada em 2003 contra US\$ 1.661,77 por tonelada em 2002).
- Aluvale - Melhora no resultado de equivalência patrimonial (operações próprias) de R\$ 7 (ganho de R\$ 32 em 2003 contra um ganho de R\$ 25 em 2002) em função, basicamente, do benefício fiscal sobre juros sobre o capital próprio.
- Itaco - Melhora no resultado de equivalência patrimonial de R\$ 102 (ganho de R\$ 88 em 2003 contra uma perda de R\$ 14 em 2002), devido ao acréscimo nos preços médios de venda de alumina de 34,0%, bauxita de 9,7% e alumínio de 2,5% enquanto que o volume vendido de alumínio, alumina e bauxita aumentou em 7,1%, 325,9% e 27,7%, respectivamente.

1.2.4- Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram R\$ 87 (R\$ 1.176 em 2003 contra R\$ 1.089 em 2002), em função de gastos com estudos e pesquisas devido ao maior gasto com projetos de cobre e níquel.

1.2.5- Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido positivo aumentou R\$ 3.620 (R\$ 394 de receita em 2003 contra R\$ 3.226 de despesa em 2002) devido, principalmente, à queda na variação cambial sobre a dívida líquida da Companhia em 2003 (nota explicativa 10.21).

1.2.6- Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social apresentaram uma despesa de R\$ 487 comparativamente a um crédito de R\$ 690 em 2002, em decorrência principalmente do aumento da base tributária (lucro antes do IR e CSL menos equivalência patrimonial e ágio e provisões para perdas não-dedutíveis) para R\$ 3.771 em 2003, contra R\$ 880 negativos em 2002, parcialmente reduzida pelos benefícios advindos do provisionamento do benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio de R\$ 766 em 2003 (R\$ 350 em 2002) (nota explicativa 10.9).

1.2.7- Geração de Caixa

A geração operacional de caixa medida pelo EBITDA/LAJIDA (lucro antes das despesas financeiras, IR e depreciação, amortização e exaustão) foi de R\$ 4.877 em 2003 contra R\$ 3.975 em 2002, representando um acréscimo de 22,7%.

EBITDA/LAJIDA Controladora

	Trimestres			Acumulado	
	4T/03	3T/03	4T/02	2003	2002
Receita operacional líquida	2.798	2.679	2.672	10.013	8.237
Custo dos produtos e serviços	(1.548)	(1.351)	(1.281)	(5.357)	(4.133)
Despesas operacionais	(357)	(226)	(362)	(1.176)	(1.089)
Resultado operacional	893	1.102	1.029	3.480	3.015
Depreciação/Amortização de ágio	244	192	150	759	659
	1.137	1.294	1.179	4.239	3.674
Dividendos recebidos	102	212	34	602	154
Baixa de ativos	-	-	147	36	147
EBITDA/LAJIDA R\$	1.239	1.506	1.360	4.877	3.975
US\$ médio	2,8993	2,9332	3,6774	3,0723	2,9290
EBITDA/LAJIDA US\$	427	513	370	1.587	1.357

EBITDA/LAJIDA Controladora por Segmento

	2003			2002		
	EBITDA	EBITDA % do total	EBITDA margem %	EBITDA	EBITDA % do total	EBITDA margem %
Minerais ferrosos	3.966	81,3%	45,3%	3.310	83,3%	55,5%
Minerais não-ferrosos	31	0,6%	9,5%	172	4,3%	33,1%
Logística	667	13,7%	72,7%	419	10,5%	60,9%
Outros	213	4,4%	-	74	1,9%	-
	4.877	100,0%	48,7%	3.975	100,0%	49,2%

EBITDA/LAJIDA Consolidado

	Acumulado	
	2003	2002
Receita operacional líquida	19.443	14.678
Custo dos produtos e serviços	(10.985)	(7.646)
Despesas operacionais	(2.087)	(1.790)
Resultado operacional	6.371	5.242
Depreciação/Amortização de ágio	1.268	1.117
	7.639	6.359
Dividendos recebidos	38	17
Baixa de ativos	88	233
EBITDA/LAJIDA R\$	7.765	6.609
US\$ médio	3,0723	2,9290
EBITDA/LAJIDA US\$	2.527	2.256

EBITDA/LAJIDA Consolidado por Segmento

	2003			2002		
	EBITDA	EBITDA % do total	EBITDA margem %	EBITDA	EBITDA % do total	EBITDA margem %
Minerais ferrosos	5.360	69,1%	45,1%	4.692	71,0%	50,6%
Minerais não-ferrosos	127	1,6%	19,9%	237	3,6%	34,2%
Logística	689	8,9%	35,2%	401	6,0%	30,5%
Participações						
Alumínio	1.097	14,1%	39,2%	773	11,7%	45,6%
Siderurgia	452	5,8%	21,0%	348	5,3%	20,4%
Outras	40	0,5%	-	158	2,4%	-
	7.765	100,0%	39,9%	6.609	100,0%	45,0%

1.2.8- Juros sobre o Capital Próprio

A Companhia deliberou remuneração total de R\$ 2.254 (nota explicativa 10.20) a título de juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, a saber:

Data do pagamento	R\$ milhões	US\$ milhões	
	Valor	Valor na data da deliberação	Valor na data do pagamento
30/04/03	622	200	215
31/10/03	745	250	261
31/10/03	568	200	199
A partir de 30/04/04	319	111	(*) 111
	2.254	761	786

(*) O valor a pagar em dólar sofrerá alteração uma vez que o saldo está fixado em reais e será convertido pelo dólar da data do pagamento, para efeito de desembolso.

Juros sobre o capital próprio pagos em 2003 totalizam R\$ 1.935 (US\$ 650 milhões) e a pagar em 2004 referente a 2003 monta a R\$ 319 (US\$ 111 milhões).

1.2.9- Política de Remuneração aos Acionistas para 2004

Em 28/01/04 a Vale informou que a Diretoria Executiva submeterá à aprovação do Conselho de Administração da Companhia proposta para pagamento de remuneração mínima ao acionista para o ano de 2004 no valor de US\$ 1,43 por ação totalizando US\$ 550 milhões, ordinária ou preferencial, em duas parcelas iguais, em 30 de abril e 29 de outubro.

O Conselho de Administração da Vale apreciará a proposta da Diretoria Executiva nas reuniões agendadas para os dias 14 de abril e 13 de outubro. O valor anunciado será pago em moeda nacional e calculado com base no valor da taxa de câmbio real/dólar norte-americano (Ptax opção 5) divulgada pelo Banco Central do Brasil no dia útil anterior ao da realização da reunião do Conselho de Administração que aprovará distribuição e o respectivo pagamento da remuneração aos acionistas.

1.2.10- Concessões e Arrendamentos

(a) Empresas de Transporte Ferroviário

A Companhia e algumas empresas do Grupo celebraram com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, contratos de concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços.

Os prazos de concessão por ferrovia são:

Ferrovias	Término do prazo de concessão
Vitória-Minas (direta)	Junho de 2027
Carajás (direta)	Junho de 2027
Centro-Atlântica (indireta)	Agosto de 2026
Ferrobarragem (direta)	Dezembro de 2027
MRS (direta e indireta)	Dezembro de 2026

A concessão se extinguirá com a concretização de um dos seguintes fatos: término do prazo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação e falência ou extinção da concessionária.

(b) Projetos de Usinas Hidrelétricas

Atualmente, a Companhia atua como agente no mercado brasileiro de energia, ao mesmo tempo em que desenvolve projetos de geração hidrelétrica e aprimora sua capacitação para atuar competitivamente neste mercado.

Os projetos com participação acionária da Companhia são os seguintes:

Igarapava	Já iniciada	38,15
Porto Estrela	Já iniciada	33,33
Funil	Já iniciada	51,00
Candonga	Maio de 2004	50,00
Aimorés	Outubro de 2004	51,00
Capim Branco I	Fevereiro de 2006	48,42
Capim Branco II	Dezembro de 2006	48,42
Foz do Chapecó	Julho de 2008	40,00
Estreito	Outubro de 2008	30,00

(c) Portos

A Companhia possui terminais portuários especializados, conforme abaixo:

Terminal	Localização	Término do prazo de concessão
Terminal de Tubarão	Vitória - ES	2020
Terminal de Praia Mole	Vitória - ES	2020
Terminal de Produtos Diversos	Vitória - ES	2020
Terminal de Vila Velha	Vila Velha - ES	2023
Cais de Paul	Vitória - ES	2005
Terminal de Granéis Líquidos	Vitória - ES	2020
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira - Pier I	São Luís - MA	2018
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira - Pier II	São Luís - MA	2010
Terminal Marítimo Inácio Barbosa	Aracaju - SE	2004

1.3- Comentários Sobre o Consolidado

1.3.1- Receita Bruta Consolidada

Volume de vendas e receitas por produtos e serviços:

	Em milhares de toneladas (exceto para ouro)			Em milhões de reais		
	2003	2002	Δ%	2003	2002	Δ%
Minério de ferro	154.172	135.187	14,0	7.743	5.987	29,3
Pelotas	32.640	28.729	13,6	3.414	2.741	24,6
	186.812	163.916	14,0	11.157	8.728	27,8
Serviços de transporte	91.381	76.323	19,7	1.700	1.101	54,4
Serviços portuários	36.843	27.288	35,0	434	334	29,9
Ouro (kg)	1.921	10.310	(81,4)	71	280	(74,6)
Siderúrgico	2.236	1.925	16,2	2.217	1.713	29,4
Alumínio	6.824	4.341	57,2	2.858	1.767	61,7
Manganês e ferroligas	1.397	1.187	17,7	1.098	845	29,9
Potássio	674	731	(7,8)	289	272	6,3
Caulim	731	451	62,1	320	179	78,8
Outros produtos e serviços	-	-	-	75	48	56,3
				20.219	15.267	32,4

A receita de minério de ferro e pelotas cresceu 27,8% (R\$ 11.157 em 2003 contra R\$ 8.728 em 2002) em função da modificação do *mix* de produtos, aliado à valorização média do dólar em 4,91% frente ao real, e pelo aumento dos preços praticados em 2003. Contribuiu ainda a consolidação integral da Caemi a partir de setembro de 2003.

As receitas decorrentes dos serviços de transporte cresceram 54,4% (R\$ 1.700 em 2003 contra R\$ 1.101 em 2002) em função, basicamente, da aquisição do controle indireto da MRS (controlada da Caemi), aliado ao aumento nos preços dos serviços de transporte ferroviário.

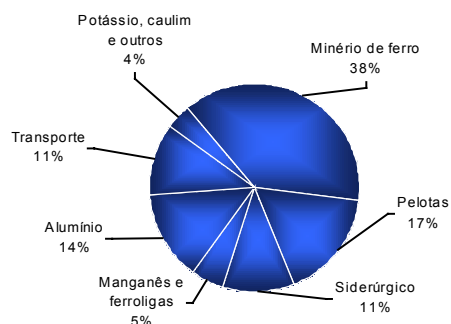
As receitas de produtos siderúrgicos cresceram 29,4% (R\$ 2.217 em 2003 contra R\$ 1.713 em 2002) e referem-se aos desempenhos da CSI e da CST comentados no item 1.2.3 Participações (a) Siderurgia.

As receitas da área de alumínio cresceram 61,7% (R\$ 2.858 em 2003 contra R\$ 1.767 em 2002) em função do *mix* de produtos e referem-se, basicamente, ao desempenho das empresas Albras, Alunorte, MRN, Valesul e Aluvale, comentados no item 1.2.3 Participações (b) Alumínio.

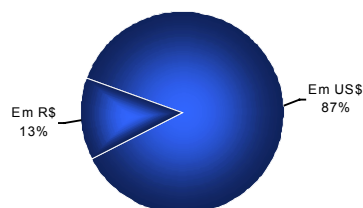
As receitas com manganês e ferroligas cresceram 29,9% (R\$ 1.098 em 2003 contra R\$ 845 em 2002) e referem-se aos desempenhos das empresas RDM, RDME e Urucum, comentados em 1.2.3 Minerais Ferrosos (b) Manganês e ferroligas.

As receitas de caulim cresceram 78,8% (R\$ 320 em 2003 contra R\$ 179 em 2002). Esse aumento deve-se, basicamente, à aquisição do controle indireto da Cadam, via aumento de participação na controlada Caemi.

POR PRODUTO



POR MOEDA



Receita bruta consolidada por segmento

	Minerais Ferrosos	Minerais Não-Ferrosos	Logística	Participações			Total	
				Alumínio	Siderurgia	Eliminações	2003	2002
Mercado externo								
Américas, exceto EUA	1.658	1	116	517	108	(990)	1.410	965
Estados Unidos (EUA)	1.061	23	-	201	1.435	(733)	1.987	2.061
Europa	7.089	245	93	1.574	72	(3.540)	5.533	4.429
Oriente Médio, África e Oceania	1.325	4	14	13	6	(280)	1.082	833
Japão	1.915	44	-	862	-	(1.115)	1.706	1.338
China	2.873	24	-	228	124	(1.224)	2.025	1.255
Ásia, exceto Japão/China	1.595	7	8	58	240	(679)	1.229	942
	17.516	348	231	3.453	1.985	(8.561)	14.972	11.823
Mercado interno	4.089	332	1.909	910	323	(2.316)	5.247	3.444
Total da receita bruta	21.605	680	2.140	4.363	2.308	(10.877)	20.219	15.267

1.3.2- Custo dos Produtos e Serviços Consolidado

Composição por Natureza

	Denominados		2003	2002	Δ%
	R\$	US\$			
Pessoal	1.067	123	1.190	973	22,3
Material	1.255	497	1.752	1.053	66,4
Óleo combustível e gases	1.304	97	1.401	850	64,8
Serviços contratados	1.602	111	1.713	1.108	54,6
Energia	694	154	848	567	49,6
Matéria-prima	-	2.214	2.214	1.401	58,0
Depreciação e exaustão	954	56	1.010	945	6,9
Amortização de ágio	166	-	166	101	64,4
Outros	373	318	691	648	6,6
Total	7.415	3.570	10.985	7.646	43,7
	68%	32%	100%		

O aumento de 43,7% nos custos de produtos e serviços decorre de movimentos societários estratégicos, de variações nos volumes vendidos e nos preços dos diversos fatores que compõem os custos de produção, como segue:

Movimentos societários:

- Aumento no percentual de consolidação da Alunorte (de 45,58% até junho/02 para 100% desde julho/02);
- Aumento no percentual de consolidação da FCA (de 45,65% até agosto/03 para 100% a partir de setembro/03);
- Aumento no percentual de consolidação da CST (de 23,62% até abril/03 para 28,73% desde maio/03); e
- Aumento no percentual de consolidação da CAEMI (de 16,85% até agosto/03 para 100% desde setembro/03).

Variações nos volumes vendidos:

- Aumento de 14% nos volumes de vendas de minério de ferro e pelotas;
- Aumentos de 33% e 10%, nos volumes vendidos de manganês e ferroligas, respectivamente;
- Aumentos de 20% e 5%, nos volumes transportados pelas ferrovias e operados pelos portos, respectivamente; e
- Aumentos de 58%, 51% e 11%, nos volumes vendidos de alumina, alumínio e bauxita, respectivamente.

Variações nos componentes de custos:

- Reajustes salariais das diversas categorias profissionais que variaram entre 12% na FCA e 20,45% na ALBRAS;
- Repasse de custos de materiais e contratos vinculados ao US\$ ou indicadores de atualização (INPC, IGP-M, etc.)
- Reajuste nos preços de combustíveis, lubrificantes e gases de cerca de 43%;
- Aumentos nos preços e volumes de minério, alumina e bauxita adquiridos de terceiros;
- Reajuste das tarifas de energia elétrica; e
- Aumento no valor da amortização de ágio em função da incorporação da Ferteco.

PARTE II

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

2- BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2003	2002	2003	2002
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades	10.5	342	259	2.092	4.271
Contas a receber de clientes	10.6	1.187	1.436	2.595	2.621
Partes relacionadas	10.7	668	986	48	56
Estoques	10.8	553	419	2.113	1.869
Tributos a recuperar ou compensar	-	537	129	766	366
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.9	398	812	299	812
Outros	-	324	305	646	883
		4.009	4.346	8.559	10.878
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	10.7	708	1.377	59	210
Empréstimos e financiamentos	-	143	269	197	284
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.9	826	791	1.405	1.356
Depósitos judiciais	10.14	985	709	1.425	927
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	-	-	-	118	108
Contas a receber	-	-	-	119	136
Imobilizado disponível para venda	-	-	-	86	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	69	-
Outros	-	27	21	348	312
		2.689	3.167	3.826	3.333
Permanente					
Participações societárias	10.10	11.241	10.614	3.313	2.938
Imobilizado	10.11	12.362	8.707	21.166	15.666
Diferido	-	-	-	228	651
		23.603	19.321	24.707	19.255
		30.301	26.834	37.092	33.466
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10.12	106	398	888	1.124
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	10.12	1.897	1.828	3.365	3.190
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	-	959	684	1.302	1.386
Partes relacionadas	10.7	1.365	948	378	141
Salários e encargos sociais	-	169	168	264	305
Fundo de pensão - Valia	-	92	81	92	81
Juros sobre o capital próprio propostos	-	319	-	319	-
Tributos e contribuições	-	99	29	225	128
Outros	-	242	82	746	438
		5.248	4.218	7.579	6.793
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	10.12	2.771	4.064	9.456	10.225
Partes relacionadas	10.7	4.395	3.300	9	26
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.9	86	85	235	250
Provisões para contingências	10.14	1.483	1.272	2.056	1.724
Fundo de pensão - Valia	-	570	499	570	499
Outros	-	808	645	1.093	852
		10.113	9.865	13.419	13.576
Resultado de exercícios futuros	10.28	-	-	157	156
Participações de minoritários	-	-	-	997	190
Patrimônio líquido					
Capital social	10.17	6.300	5.000	6.300	5.000
Reservas de lucros	-	8.640	7.751	8.640	7.751
		14.940	12.751	14.940	12.751
		30.301	26.834	37.092	33.466

As informações adicionais, as notas explicativas e os anexos I, II e III são parte integrante das demonstrações contábeis.

3- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

		Controladora				Consolidado		
		Trimestres			Acumulado		Acumulado	
Notas		4T/03	3T/03	4T/02	2003	2002	2003	2002
Receita bruta	1.2.1 e							
Vendas de minerais e metais	1.3.1							
Minério de ferro e pelotas		2.472	2.300	2.311	8.612	6.827	11.157	8.728
Ouro		3	16	48	71	280	71	280
Manganês e ferroligas		-	-	-	-	-	1.098	845
Potássio		73	81	91	290	272	289	272
		2.548	2.397	2.450	8.973	7.379	12.615	10.125
Serviços ferroviários e portuários		326	359	327	1.366	1.142	2.134	1.435
Vendas de produtos da área de alumínio		-	-	-	-	-	2.858	1.767
Vendas de produtos siderúrgicos		-	-	-	-	-	2.217	1.713
Outros produtos e serviços		3	10	9	28	49	395	227
		2.877	2.766	2.786	10.367	8.570	20.219	15.267
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços		(79)	(87)	(114)	(354)	(333)	(776)	(589)
Receita operacional líquida		2.798	2.679	2.672	10.013	8.237	19.443	14.678
Custos dos produtos e serviços	1.2.2 e							
Minerais e metais	1.3.2	(1.420)	(1.237)	(1.160)	(4.888)	(3.698)	(6.089)	(4.397)
Serviços ferroviários e portuários		(121)	(109)	(116)	(449)	(402)	(1.397)	(926)
Produtos da área de alumínio		-	-	-	-	-	(1.729)	(966)
Produtos siderúrgicos		-	-	-	-	-	(1.551)	(1.229)
Outros produtos e serviços		(7)	(5)	(5)	(20)	(33)	(219)	(128)
		(1.548)	(1.351)	(1.281)	(5.357)	(4.133)	(10.985)	(7.646)
Lucro bruto		1.250	1.328	1.391	4.656	4.104	8.458	7.032
Margem bruta		44,7%	49,6%	52,1%	46,5%	49,8%	43,5%	47,9%
Despesas operacionais								
Com vendas		(64)	(56)	(79)	(217)	(186)	(289)	(228)
Administrativas	10.24	(124)	(97)	(98)	(406)	(374)	(792)	(681)
Pesquisa e desenvolvimento		(95)	(64)	(47)	(233)	(147)	(249)	(148)
Outras despesas operacionais	10.24	(74)	(9)	(138)	(320)	(382)	(757)	(733)
		(357)	(226)	(362)	(1.176)	(1.089)	(2.087)	(1.790)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias		893	1.102	1.029	3.480	3.015	6.371	5.242
Resultado de participações societárias								
Equivalência patrimonial	10.10	417	246	472	1.450	2.461	209	50
Amortização de ágio	10.10	(114)	(113)	(194)	(503)	(472)	(612)	(523)
Provisão para perdas	10.10	(154)	354	134	341	(425)	29	-
Alienação de investimentos	10.10	-	-	-	(166)	-	(166)	-
		149	487	412	1.122	1.564	(540)	(473)
Resultado financeiro								
Despesas financeiras, líquidas	10.21	(189)	(85)	(28)	(511)	(756)	(975)	(1.050)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	10.21	(72)	(188)	626	905	(2.470)	721	(2.431)
		(261)	(273)	598	394	(3.226)	(254)	(3.481)
Lucro operacional		781	1.316	2.039	4.996	1.353	5.577	1.288
Resultado em operações descontinuadas	1.1	-	-	-	-	-	174	-
Mudança de prática contábil	10.4 (i)	-	-	-	-	-	(91)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		781	1.316	2.039	4.996	1.353	5.660	1.288
Imposto de renda e contribuição social	10.9	11	(38)	(498)	(487)	690	(898)	634
Lucro antes das participações		792	1.278	1.541	4.509	2.043	4.762	1.922
Participações de minoritários		-	-	-	-	-	(253)	121
Lucro líquido do exercício		792	1.278	1.541	4.509	2.043	4.509	2.043
Quantidade de ações em circulação no final do exercício (em milhares)		383.840	383.840	383.839	383.840	383.839		
Lucro líquido por ação em circulação no final do exercício (R\$)		2,06	3,33	4,01	11,75	5,32		

As informações adicionais, as notas explicativas e os anexos I, II e III são parte integrante das demonstrações contábeis.

As informações trimestrais foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers.

4- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

Notas	Reservas de capital			Reservas de lucros							Total
	Capital social	Resultado na permuta de ações	Especial Lei nº 8.200/91	Expansão/ Investimentos	Exaustão	Lucros a realizar	Legal	Incentivos fiscais	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2001	4.000	4	440	3.869	1.506	1.272	753	54	(131)	-	11.767
Capitalização de reservas	1.000	(4)	(440)	-	(502)	-	-	(54)	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	(526)	-	-	-	526	-
Déficit atuarial - fundo de pensão - coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30)	(30)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.043	2.043
Destinação dos lucros:											
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.029)	(1.029)
Apropriação às reservas de lucros	-	-	-	1.408	-	-	102	-	-	(1.510)	-
Em 31 de dezembro de 2002	5.000	-	-	5.277	1.004	746	855	-	(131)	-	12.751
Mudança de prática - Provisão Meio Ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(66)	(66)
Capitalização de reservas	1.300	-	-	(1.300)	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	(189)	-	-	-	189	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.509	4.509
Proposta para destinação dos lucros:											
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.254)	(2.254)
Apropriação às reservas de lucros	-	-	-	2.062	-	-	226	90	-	(2.378)	-
Em 31 de dezembro de 2003	6.300	-	-	6.039	1.004	557	1.081	90	(131)	-	14.940

As informações adicionais, as notas explicativas e os anexos I, II e III são parte integrante das demonstrações contábeis.

5- DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Origens				
Lucro líquido do exercício	4.509	2.043	4.509	2.043
Valores que não representam movimento no capital circulante:				
Resultado de participações societárias	(1.122)	(1.564)	540	473
Depreciação, amortização e exaustão	601	567	1.110	1.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(496)	40	(706)
Resultado em operações descontinuadas	-	-	(174)	-
Variações monetárias e cambiais líquidas dos ativos e passivos de longo prazo	(612)	2.858	(1.045)	3.533
Perda na alienação de bens do imobilizado	35	136	88	23
Amortização de ágio no custo dos produtos vendidos	166	98	166	101
Perdas (ganhos) líquidas não realizadas com derivativos	57	194	169	167
Outros	69	113	186	14
Total dos recursos provenientes das operações	3.724	3.949	5.589	6.670
Empréstimos concedidos a controladas, coligadas e fundações transferidos para o ativo circulante	2.624	292	351	854
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.172	594	3.263	2.418
Empréstimos obtidos de controladas, coligadas e fundações	1.621	162	12	22
Dividendos/juros sobre o capital próprio	549	199	38	17
Outras origens	438	255	324	530
Total dos recursos obtidos	10.128	5.451	9.577	10.511
Aplicações				
Empréstimos e financiamentos transferidos para o passivo circulante	2.218	1.742	3.554	2.989
Empréstimos concedidos a controladas, coligadas e fundações	1.266	505	225	70
Imobilizações	2.857	1.818	5.085	3.236
Integralização de capital em empresas controladas e coligadas	2.642	405	889	371
Juros sobre o capital próprio	2.254	1.029	2.254	1.029
Cauções e depósitos	260	191	494	292
Outros	-	-	183	339
Total das aplicações	11.497	5.690	12.684	8.326
Aumento (redução) no capital circulante	(1.369)	(239)	(3.107)	2.185
A variação no capital circulante líquido é assim demonstrado:				
Ativo circulante:				
No fim do exercício	4.009	4.346	8.558	10.878
No início do exercício	4.346	3.990	10.878	7.206
	(337)	356	(2.320)	3.672
Passivo circulante:				
No fim do exercício	5.250	4.218	7.580	6.793
No início do exercício	4.218	3.623	6.793	5.306
	1.032	595	787	1.487
Aumento (redução) no capital circulante	(1.369)	(239)	(3.107)	2.185

As informações adicionais, as notas explicativas e os anexos I, II e III são parte integrante das demonstrações contábeis.

6- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Trimestres			Controladora		Consolidado	
	4T/03	3T/03	4T/02	Acumulado		Acumulado	
				2003	2002	2003	2002
Fluxo de caixa proveniente das operações:							
Lucro líquido do exercício	792	1.278	1.541	4.509	2.043	4.509	2.043
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:							
Resultado de participações societárias	(149)	(487)	(412)	(1.122)	(1.564)	540	473
Depreciação, amortização e exaustão	175	150	135	601	567	1.110	1.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	51	74	498	427	(695)	447	(815)
Resultado em operações descontinuadas	-	-	-	-	-	(174)	-
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais líquidas	167	98	(506)	(1.035)	3.249	(1.989)	4.645
Perda na alienação de bens do imobilizado	31	(17)	113	36	136	88	23
Amortização de ágio no custo dos produtos vendidos	76	42	24	166	98	166	101
Perdas líquidas não realizadas com derivativos	16	44	28	57	269	169	249
Dividendos/juros sobre o capital próprio recebidos	102	212	34	602	154	38	17
Outros	(40)	(26)	(237)	(53)	131	377	510
	1.221	1.368	1.218	4.188	4.388	5.281	8.268
Redução (aumento) nos ativos:							
Contas a receber de clientes	265	(58)	(57)	547	(572)	26	(1.104)
Estoques	2	(33)	(31)	(61)	31	(243)	(487)
Outros	(268)	138	26	(194)	(5)	(36)	(230)
	(1)	47	(62)	292	(546)	(253)	(1.821)
Aumento (redução) nos passivos:							
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	131	(104)	86	148	161	34	504
Salários e encargos sociais e outros	(45)	22	13	(14)	50	(42)	72
Outros	198	(237)	173	114	191	549	511
	284	(319)	272	248	402	541	1.087
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	1.504	1.096	1.428	4.728	4.244	5.569	7.534
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos:							
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a receber	265	(1.029)	410	(798)	(162)	(51)	229
Depósitos e garantias	(29)	205	(53)	(260)	(191)	(494)	(292)
Adições em investimentos	(45)	70	(9)	(291)	(14)	(916)	(8)
Adições ao imobilizado	(1.079)	(772)	(484)	(2.811)	(1.523)	(5.012)	(3.165)
Caixa líquido utilizado na aquisição e aporte em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	(316)
Recursos provenientes da alienação de bens do imobilizado/investimentos	18	63	1	187	5	427	5
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(870)	(1.463)	(135)	(3.973)	(1.885)	(6.046)	(3.547)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos:							
Empréstimos de curto prazo	405	(250)	(981)	(206)	(1.232)	(160)	(1.582)
Empréstimos e financiamentos captados a longo prazo	286	1.600	(152)	2.793	756	3.381	2.421
Pagamentos:							
Partes relacionadas	-	-	39	-	(51)	-	-
Instituições financeiras	(857)	(276)	(121)	(1.542)	(411)	(2.993)	(1.558)
Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas	(1.212)	(98)	(1.029)	(1.930)	(1.807)	(1.930)	(1.807)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(1.378)	976	(2.244)	(885)	(2.745)	(1.702)	(2.526)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(744)	609	(951)	(130)	(386)	(2.179)	1.461
Caixa e equivalentes no início do exercício	965	264	1.210	259	645	4.271	2.810
Caixa de empresa incorporada	121	92	-	213	-	-	-
Caixa e equivalentes no final do exercício	342	965	259	342	259	2.092	4.271
Pagamentos efetuados durante o exercício por:							
Juros de curto prazo	-	-	(20)	(16)	(53)	(87)	(169)
Juros de longo prazo	(92)	(95)	(82)	(353)	(307)	(751)	(413)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(47)	(4)	(184)	(120)
Transações que não envolveram caixa:							
AFACs transferidos para investimento	(321)	(466)	(236)	(2.117)	(401)	-	-
Empréstimos/adiantamentos transferidos para investimento	-	(233)	-	(233)	-	-	-
Adições do imobilizado com incorporações	(1.342)	(489)	(26)	(1.831)	(26)	-	-

As informações trimestrais foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers.

7- DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Controladora				Consolidado			
	2003	%	2002	%	2003	%	2002	%
Geração do valor adicionado								
Receita de vendas	10.367	100	8.570	100	20.219	100	15.267	100
Menos: Aquisição de produtos	(1.192)	(12)	(1.039)	(12)	(2.214)	(11)	(1.401)	(9)
Serviços contratados	(1.279)	(12)	(854)	(10)	(2.702)	(13)	(1.832)	(12)
Materiais	(880)	(9)	(641)	(7)	(1.752)	(9)	(1.216)	(8)
Óleo combustível e gases	(636)	(6)	(391)	(5)	(1.401)	(7)	(850)	(6)
Pesquisa e desenvolvimento, comerciais e administrativas	(397)	(4)	(372)	(4)	(939)	(5)	(849)	(6)
Outras despesas operacionais	(232)	(2)	(286)	(3)	(1.163)	(6)	(499)	(3)
Valor adicionado bruto	5.751	55	4.987	59	10.048	49	8.620	56
Depreciação e exaustão	(593)	(6)	(561)	(7)	(1.102)	(5)	(1.016)	(7)
Amortização de ágio	(166)	(2)	(98)	(1)	(166)	(1)	(101)	(1)
Valor adicionado líquido	4.992	47	4.328	51	8.780	43	7.503	48
Recebido de terceiros								
Receitas financeiras	53	1	597	7	196	1	360	2
Resultado de participações societárias	1.122	11	1.564	18	(540)	(3)	(473)	(3)
Resultado em operações descontinuadas	-	-	-	-	174	1	-	-
Valor adicionado total a distribuir	6.167	59	6.489	76	8.610	42	7.390	47
Distribuição do valor adicionado								
Empregados	770	12	699	11	1.312	15	1.153	16
Governo	1.301	21	101	2	2.185	26	554	7
Financiadores (juros e variações monetárias e cambiais, líquidas)	(413)	(7)	3.646	55	351	4	3.761	51
Acionistas	2.254	37	1.029	16	2.254	26	1.029	14
Participação minoritária	-	-	-	-	253	3	(121)	(2)
Reinvestido	2.255	37	1.014	16	2.255	26	1.014	14
Valor adicionado total distribuído	6.167	100	6.489	100	8.610	100	7.390	100

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

(*) Em 2002 foram excluídos os encargos sociais, o imposto de renda e a contribuição social até o limite do crédito tributário;
 (**) Em 2003, foram agregados 1.648 funcionários derivados de incorporação. Vide incorporações item 1.1.1.d
 (***) Em 2002 foram excluídos os encargos sociais, o imposto de renda e a contribuição social até o limite do crédito tributário;

Os valores do consolidado referem-se ao percentual de participação da Controladora nas empresas.

9- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	2003						
	Participações						
	Minerais Ferrosos	Minerais Não- Ferrosos	Logística	Alumínio	Siderurgia	Outras	Centro Corporativo
							Total
Receita bruta							
Vendas de minerais e metais							
Minério de ferro e pelotas	11.157	-	-	-	-	-	11.157
Ouro	-	71	-	-	-	-	71
Manganês e ferroligas	1.098	-	-	-	-	-	1.098
Potássio	-	289	-	-	-	-	289
	12.255	360	-	-	-	-	12.615
Serviços ferroviários e portuários	-	-	2.134	-	-	-	2.134
Vendas de produtos da área de alumínio	-	-	-	2.858	-	-	2.858
Vendas de produtos siderúrgicos	-	-	-	-	2.217	-	2.217
Outros produtos e serviços	62	320	-	13	-	-	395
	12.317	680	2.134	2.871	2.217	-	20.219
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços	(421)	(42)	(174)	(75)	(64)	-	(776)
Receita operacional líquida	11.896	638	1.960	2.796	2.153	-	19.443
Custos dos produtos e serviços							
Minerais e metais	(5.894)	(195)	-	-	-	-	(6.089)
Serviços ferroviários e portuários	-	-	(1.397)	-	-	-	(1.397)
Produtos da área de alumínio	-	-	-	(1.729)	-	-	(1.729)
Produtos siderúrgicos	-	-	-	-	(1.551)	-	(1.551)
Outros produtos e serviços	(45)	(171)	-	(3)	-	-	(219)
	(5.939)	(366)	(1.397)	(1.732)	(1.551)	-	(10.985)
Lucro bruto	5.957	272	563	1.064	602	-	8.458
Margem bruta	50,1%	42,6%	28,7%	38,1%	28,0%	-	43,5%
Despesas operacionais							
Com vendas	(211)	(21)	(5)	(21)	(31)	-	(289)
Administrativas	(556)	(22)	(50)	(95)	(68)	(1)	(792)
Pesquisa e desenvolvimento	(59)	(190)	-	-	-	-	(249)
Outras despesas operacionais	(700)	22	(54)	18	(37)	(6)	(757)
	(1.526)	(211)	(109)	(98)	(136)	(7)	(2.087)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias	4.431	61	454	966	466	(7)	6.371
Resultado de participações societárias							
Equivalência patrimonial	53	-	(4)	-	136	24	209
Amortização de ágio	(335)	(78)	(149)	(50)	-	-	(612)
Provisão para perdas	-	-	38	-	-	(9)	29
Perda na venda de investimentos	-	-	(166)	-	-	-	(166)
	(282)	(78)	(281)	(50)	136	15	(540)
Resultado financeiro							
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	-	(975)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	-	-	-	721
	-	-	-	-	-	-	(254)
Lucro (prejuízo) operacional	4.149	(17)	173	916	602	8	5.577
Resultado em operações descontinuadas	-	-	-	-	-	174	174
Mudança de prática contábil	-	-	(91)	-	-	-	(91)
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	4.149	(17)	82	916	602	182	5.660
Imposto de renda e contribuição social	(705)	(13)	12	(158)	(38)	4	(898)
Lucro antes das participações	3.444	(30)	94	758	564	186	4.762
Participações de minoritários	(156)	(12)	48	(133)	-	-	(253)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.288	(42)	142	625	564	186	4.509

	Participações							Total
	Minerais Ferrosos	Minerais Não-Ferrosos	Logística	Alumínio	Siderurgia	Outras	Centro Corporativo	
Receita bruta								
Vendas de minerais e metais								
Minério de ferro e pelotas	8.728	-	-	-	-	-	-	8.728
Ouro	-	280	-	-	-	-	-	280
Manganês e ferroligas	845	-	-	-	-	-	-	845
Potássio	-	272	-	-	-	-	-	272
	9.573	552	-	-	-	-	-	10.125
Serviços ferroviários e portuários	-	-	1.435	-	-	-	-	1.435
Vendas de produtos da área de alumínio	-	-	-	1.749	-	-	-	1.749
Vendas de produtos siderúrgicos	-	-	-	-	1.713	-	-	1.713
Outros produtos e serviços	48	179	-	18	-	-	-	245
	9.621	731	1.435	1.767	1.713	-	-	15.267
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços	(351)	(38)	(121)	(71)	(8)	-	-	(589)
Receita operacional líquida	9.270	693	1.314	1.696	1.705	-	-	14.678
Custos dos produtos e serviços								
Minerais e metais	(4.095)	(302)	-	-	-	-	-	(4.397)
Serviços ferroviários e portuários	-	-	(926)	-	-	-	-	(926)
Produtos da área de alumínio	-	-	-	(961)	-	-	-	(961)
Produtos siderúrgicos	-	-	-	-	(1.229)	-	-	(1.229)
Outros produtos e serviços	(42)	(86)	-	(5)	-	-	-	(133)
	(4.137)	(388)	(926)	(966)	(1.229)	-	-	(7.646)
Lucro bruto	5.133	305	388	730	476	-	-	7.032
Margem bruta	55,4%	44,0%	29,5%	43,0%	27,9%	-	-	47,9%
Despesas operacionais								
Com vendas	(154)	(9)	(15)	(8)	(42)	-	-	(228)
Administrativas	(130)	(13)	(39)	(85)	(39)	(1)	(374)	(681)
Pesquisa e desenvolvimento	(26)	(116)	(6)	-	-	-	-	(148)
Outras despesas operacionais	(452)	(138)	(97)	52	(61)	125	(162)	(733)
	(762)	(276)	(157)	(41)	(142)	124	(536)	(1.790)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias	4.371	29	231	689	334	124	(536)	5.242
Resultado de participações societárias								
Equivalência patrimonial	55	-	(8)	-	(13)	16	-	50
Amortização de ágio	(297)	-	(226)	-	-	-	-	(523)
	(242)	-	(234)	-	(13)	16	-	(473)
Resultado financeiro								
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	-	(1.050)	(1.050)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	-	-	-	-	(2.431)	(2.431)
	-	-	-	-	-	-	(3.481)	(3.481)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.129	29	(3)	689	321	140	(4.017)	1.288
Imposto de renda e contribuição social	589	-	(27)	134	(26)	(36)	-	634
Lucro antes das participações	4.718	29	(30)	823	295	104	(4.017)	1.922
Participações de minoritários	-	(20)	-	141	-	-	-	121
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.718	9	(30)	964	295	104	(4.017)	2.043

10- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhões de reais

10.1- Contexto Operacional

A Companhia Vale do Rio Doce é uma sociedade anônima aberta que tem como atividades preponderantes a extração, o beneficiamento e a venda de minério de ferro, pelotas, ouro e potássio e a prestação de serviços logísticos e a geração de energia elétrica. Além disso, através de suas controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado, opera nas áreas de manganês e ferroligas, siderurgia, alumínio, caulim e em serviços de logística e de pesquisa e desenvolvimento mineral.

10.2- Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei das Sociedades por Ações, e as normas e pronunciamentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Visando o aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando, como informação adicional da Controladora e do Consolidado:

- a) Demonstração dos Fluxos de Caixa – NPC 20 do IBRACON;
- b) Demonstração do Valor Adicionado – Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/00;
- c) Demonstração do Balanço Social – modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE; e
- d) Demonstração do Resultado por Segmentos de Negócios, foi elaborada com base nas áreas de negócio da Companhia, sendo essas: minerais ferrosos, minerais não-ferrosos, alumínio, siderurgia, logística, outras e o suporte do centro corporativo.

Apesar de não individualmente relevantes, certas cifras relativas às demonstrações contábeis de 2002 foram reclassificadas para fins de melhor comparabilidade.

10.3- Princípios e Práticas de Consolidação

- (a) As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31/12/03 e em 31/12/02 e das operações dos exercícios findos nessas datas da Controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado;
- (b) Os saldos das transações intercompanhias e a participação da Controladora no patrimônio líquido de suas controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado foram eliminados na consolidação, tendo sido destacadas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado as participações que cabem aos acionistas minoritários;
- (c) No caso de investimentos nas sociedades em que o controle acionário é compartilhado com outros acionistas, os componentes do ativo, do passivo e das receitas e despesas são agregados às demonstrações contábeis consolidadas na proporção da participação da Controladora no capital social de cada investida;
- (d) As principais cifras das demonstrações contábeis individuais das empresas controladas e controladas de controle compartilhado consolidadas estão apresentadas no anexo I.

10.4- Sumário das Principais Práticas Contábeis

- (a) Adoção do regime contábil de competência de exercícios;
- (b) Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como de longo prazo;
- (c) Os títulos e valores mobiliários, classificados como disponibilidades, são representados por aplicações a curto prazo e demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis;
- (d) Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e as importações em andamento são avaliadas ao custo individual de compra, que não excedem aos valores de mercado ou de realização;
- (e) Os direitos e obrigações em moedas estrangeiras são demonstrados às taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis e os em moeda nacional, quando aplicável, são atualizados monetariamente segundo índices contratuais;
- (f) Os investimentos em controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas são ajustados pela equivalência patrimonial com base nos patrimônios líquidos das investidas e, quando aplicável, acrescidos/deduzidos de ágio/deságio a amortizar e de provisão para perdas. Os outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas;

- (g) O imobilizado está registrado ao custo histórico acrescido das correções monetárias até 1995 e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção, sendo depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. A exaustão das jazidas é constituída com base na relação obtida entre a produção efetiva e a capacidade estimada.
- (h) Os gastos pré-operacionais, exceto os encargos financeiros, capitalizados conforme letra (g) acima, são diferidos e amortizáveis em dez anos. No consolidado, o diferido refere-se basicamente aos projetos de cobre, Alunorte e Caemi;
- (i) Objetivando o aprimoramento de suas práticas contábeis, a FCA alterou o reconhecimento dos custos de arrendamentos e concessões, buscando reconhecê-los como arrendamento operacional. Como reflexo desta alteração, foi ajustado diretamente na conta de lucros acumulados, a baixa do saldo e despesa de arrendamento e concessão pagas antecipadamente, já incorridos. A administração da FCA entende que a adoção deste procedimento está em linha com as melhores práticas de contabilização de concessões governamentais, previstas na minuta de deliberação colocada em audiência pública pela CVM em 14/12/01. Atendendo o disposto na instrução CVM 247 de 27 de março de 1996 a Vale reconheceu os efeitos dos ajustes feitos pela FCA diretamente no resultado de participações societárias. Para fins das Demonstrações Contábeis Consolidadas, os reflexos não eliminados desses ajustes estão sendo apresentados em linha própria da demonstração do resultado sob a rubrica "Mudança de Prática Contábil"; e
- (j) As demonstrações contábeis da Controladora refletem a proposta do Conselho de Administração para a destinação do lucro líquido do exercício no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

10.5- Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Aplicações vinculadas ao CDI (*)	300	157	610	324
Aplicações <i>time deposit / overnight</i>	-	-	534	2.908
Aplicações em renda fixa (fundos)	30	24	242	518
Títulos públicos (NBC-E, NTN-D, LFT)	5	74	40	88
Outros	7	4	666	433
	342	259	2.092	4.271

- (*) Para parte destas aplicações financeiras, a Companhia contratou operações de *Swap* com instituições financeiras, relacionadas com a troca de taxas e/ou de moedas.

10.6- Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
No país	433	523	485	571
No exterior	841	978	2.341	2.175
	1.274	1.501	2.826	2.746
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(53)	(42)	(197)	(100)
Provisão para diferença de peso de minério no destino	(34)	(23)	(34)	(25)
	1.187	1.436	2.595	2.621

10.7- Partes Relacionadas

Decorrem de vendas e compras de produtos e serviços ou de operações de mútuos, pactuados em condições normais de mercado para operações semelhantes, com prazos que vão até o ano 2013, como segue:

	Ativo		Passivo	
	2003	2002	2003	2002
Controladas				
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	804	1.055	54	53
CVRD Overseas Ltd.	104	163	1.747	1.375
Ferrovias Centro-Atlântica S.A.	6	77	8	3
Itabira Rio Doce Company Limited - ITACO	550	667	1.437	559
Mineração Andirá Ltda. (participa na Mineração Serra do Sossego S.A.)	1	80	2	-
Rio Doce International Finance Ltd.	7	326	1.975	1.855
Rio Doce Manganês S.A. - RDM	8	80	10	7
Salobo Metais S.A.	226	209	-	-
Outros	120	287	419	362
	1.826	2.944	5.652	4.214
Controladas de controle compartilhado				
Alumínio Brasileiro S.A. - ALBRAS	3	2	193	109
Baovale Mineração S.A.	2	1	28	21
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBASCO	145	139	39	23
Companhia Ferroviária do Nordeste	-	15	-	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	51	64	84	89
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	45	65	48	50
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	103	91	73	61
Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST	79	78	-	-
Gulf Industrial Investment Co.	-	2	-	-
Mineração Serra Geral S. A.	4	3	49	36
Samarco Mineração S.A.	5	48	-	-
Outros	35	57	23	-
	472	565	537	389
Coligadas	49	35	2	-
	2.347	3.544	6.191	4.603
Representadas por:				
Saldos comerciais (vendas e compras de produtos e serviços) (*)	971	1.181	431	355
Saldos financeiros a curto prazo	668	986	1.365	948
Saldos financeiros a longo prazo	708	1.377	4.395	3.300
	2.347	3.544	6.191	4.603

(*) Classificados nas rubricas "Contas a receber de clientes" e "Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros".

Os principais resultados apurados nas transações comerciais e financeiras realizadas pela Controladora com partes relacionadas, classificados na demonstração de resultado como receitas e custos de vendas e serviços e receitas e despesas financeiras, estão demonstrados como segue:

	Controladora			
	Receita		Despesa / custo	
	2003	2002	2003	2002
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	(184)(*)	426	3	18
Baovale Mineração S.A.	-	-	24	21
Brasilux S.A.	-	13	183	168
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	211	237	177	104
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	228	222	212	225
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	210	215	60	116
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	404	422	408	437
Companhia Portuária Baía de Sepetiba	-	-	33	-
Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST	478	500	-	-
CVRD Overseas Ltd.	1.346	1.193	(165)(*)	552
Ferteco Mineração S.A.	78	135	61	195
Itabira Rio Doce Company Limited - ITACO	4.494	3.693	(99)	221
Minas da Serra Geral S.A.	1	-	79	56
MSE Serviços de Operação, Manutenção e Montagens Ltda.	1	-	32	-
Rio Doce International Finance Ltd.	(49)(*)	347	(293)(*)	488
Rio Doce Manganês S.A.	69	55	36	9
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS	245	221	-	-
Outras	77	784	90	113
	7.609	8.463	841	2.723

(*) Refere-se, basicamente, à variação cambial.

10.8- Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Produtos acabados				
. Minério de ferro e pelotas	220	158	604	436
. Manganês e ferroligas	-	-	211	184
. Alumínio	-	-	141	108
. Produtos siderúrgicos	-	-	94	359
. Outros	2	10	134	94
	222	168	1.184	1.181
Peças de reposição e manutenção	331	251	929	688
	553	419	2.113	1.869

10.9- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O lucro da Companhia está sujeito ao regime comum de tributação aplicável às empresas em geral. Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	Diferido ativo		Diferido passivo	
	2003	2002	2003	2002
Resultado fiscal a compensar	127	397	-	-
Diferenças temporárias:				
. Fundo de pensão	236	208	-	-
. Provisão para contingências	365	345	-	-
. Provisão para perdas em ativos	415	476	-	-
. Provisão para perdas em instrumentos financeiros - derivativos	77	92	-	-
. Outras	4	85	-	-
	1.097	1.206	-	-
Depreciação acelerada	-	-	9	11
Vendas a longo prazo	-	-	71	68
Outros	-	-	6	6
Total	1.224	1.603	86	85
Empresas consolidadas (*)	480	565	149	165
Total consolidado	1.704	2.168	235	250
Controladora				
Circulante	398	812	-	-
Longo prazo	826	791	86	85
	1.224	1.603	86	85
Consolidado				
Circulante	299	812	-	-
Longo prazo	1.405	1.356	235	250
	1.704	2.168	235	250

(*) Compreende, basicamente, prejuízos fiscais de empresas nas áreas de alumínio e ferroligas e diferenças temporárias.

Os ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Estas diferenças temporárias, que serão realizadas quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores, apresentam as seguintes expectativas:

Anos	Valor líquido dos créditos	
	Controladora	Consolidado
2004	397	298
2005	266	340
2006	153	222
2007	56	128
2008	138	207
2009	(28)	44
2010	20	80
2011 a 2013	136	150
	1.138	1.469

Adicionalmente aos créditos registrados, a Companhia possui ação judicial pleiteando o expurgo de 51,8% da correção monetária dos meses de janeiro e fevereiro de 1989 (Plano Verão), já tendo obtido liminar para compensação dos créditos correspondentes ao expurgo de 42,7% em vez dos 51,8% pleiteados, todavia ainda não utilizados em função da situação tributária da Companhia. O valor dos créditos cobertos pela liminar atingem aproximadamente R\$ 309 e seus efeitos contábeis no resultado da Companhia ainda não foram reconhecidos.

Não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a evolução da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo de lucros futuros da Companhia.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

Controladora

	Trimestres			Acumulado	
	4T/03	3T/03	4T/02	2003	2002
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	781	1.316	2.039	4.996	1.353
(-) Equivalência patrimonial	(417)	(246)	(472)	(1.450)	(2.461)
(+) Ágio e provisão para perdas não-dedutíveis	42	61	(96)	225	228
	406	1.131	1.471	3.771	(880)
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(138)	(384)	(500)	(1.282)	299
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado do exercício:					
. Imposto de renda e contribuição social de juros sobre o capital próprio	108	317	-	766	350
. Incentivos fiscais	19	18	-	90	-
. Outros	22	11	2	(61)	41
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	11	(38)	(498)	(487)	690

Consolidado

	2003	2002
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.660	1.288
(-) Equivalência patrimonial	(209)	(50)
	5.451	1.238
Alíquota combinada do Imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.853)	(421)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado do exercício:		
Imposto de renda e contribuição social de juros sobre o capital próprio	777	350
Incentivos Fiscais	94	14
Outros	84	691
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(898)	634

10.10- Participações Societárias

[illegible]

a) O patrimônio líquido das empresas sediadas no exterior foi convertido em moeda nacional às taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. A equivalência patrimonial compreende, além da participação no resultado, os efeitos da variação cambial;

b) Empresas que tiveram suas demonstrações contábeis auditadas por outros auditores;

c) A participação da Vale na MRS Logística S.A. é detida direta e indiretamente através da Caemi Mineração e Metalurgia S.A.;

d) Empresas incorporadas (Socimex e Samitri) - amortização do ágio registrado no custo dos produtos vendidos da incorporadora;

e) Aquisição em 24/04/03 da Acesita S.A., de 1.765.470 ações preferenciais e 869.046 ações ordinárias (5,17% do capital total da CST), totalizando 24,93% das ações ordinárias e 29,96% das ações preferenciais da CST (28,02% do capital total);

f) Investimentos que possuem ações cotadas em bolsas de valores em 2003 não refletindo, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações;

Empresas que tiveram suas demonstrações contábeis auditadas por nossos auditores;

h) Empresas em fase pré-operacional;

Empresas incorporadas em 29/08/03; e

i) Aquisição em 02/09/03 da Mitsui & Co., Ltd. de 859.375.000 ações ordinárias e 1.040.671.032 ações preferenciais (43,37% do capital total da Caemi) totalizando 100% das ações ordinárias e 40,06% das ações preferenciais da Caemi (60,23% do capital total).

Incorporações no exercício

Ferteco

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29/08/03 foi aprovada a incorporação da Ferteco Mineração S.A. (Ferteco).

A incorporação dos ativos da Ferteco envolvendo duas minas de ferro (Córrego do Feijão e Fábrica) e uma planta de pelotização (Fábrica) localizadas no Quadrilátero Ferrífero, Estado de Minas Gerais, adicionou R\$ 1.336 aos diversos ativos da Companhia, antes refletidos por investimentos na controladora. A operação destas minas e da pelotizadora agregará à capacidade instalada da Companhia cerca de 11 milhões de toneladas/ano de minério de ferro e 4 milhões de toneladas/ano de pelotas (não auditado quanto às quantidades).

Balanço Patrimonial – 31/08/03

	CVRD sem Ferteco	Ferteco	Combinado	Eliminações	CVRD após incorporação
Ativo					
Circulante					
Disponível	873	92	965	-	965
Contas a receber de clientes	2.554	382	2.936	(41)	2.895
Estoques	474	76	550	-	550
Outros ativos circulantes	1.143	131	1.274	(68)	1.206
	5.044	681	5.725	(109)	5.616
Realizável a longo prazo	2.608	213	2.821	(175)	2.646
Permanente					
Investimentos					
Ferteco - investimento	850	-	850	(850)	-
Ferteco - ágio	476	-	476	243	719
Outros	11.193	222	11.415	-	11.415
	12.519	222	12.741	(607)	12.134
Imobilizado	9.823	220	10.043	-	10.043
	22.342	442	22.784	(607)	22.177
	29.994	1.336	31.330	(891)	30.439
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	2.617	48	2.665	-	2.665
Contas a pagar	3.264	214	3.478	(41)	3.437
Outros passivos circulantes	288	1	289	-	289
	6.169	263	6.432	(41)	6.391
Exigível a longo prazo	9.292	223	9.515	-	9.515
Patrimônio líquido	14.533	850	15.383	(850)	14.533
	29.994	1.336	31.330	(891)	30.439

	CVRD sem Ferteco	Ferteco	Combinado	Eliminações	CVRD após incorporação
Receita operacional líquida	7.215	710	7.925	(140)	7.785
Custos dos produtos e serviços	(3.809)	(434)	(4.243)	140	(4.103)
Lucro bruto	3.406	276	3.682	-	3.682
Margem bruta	47,2%	38,9%	46,5%	0,0%	47,3%
Despesas operacionais	(819)	(58)	(877)	-	(877)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias	2.587	218	2.805	-	2.805
Resultado de participações societárias	973	80	1.053	(244)	809
Resultado financeiro	655	8	663	-	663
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.215	306	4.521	(244)	4.277
Imposto de renda e contribuição social	(498)	(62)	(560)	-	(560)
Lucro líquido do período	3.717	244	3.961	(244)	3.717

Sossego

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30/12/03 foi aprovada a incorporação da Mineração Serra do Sossego S.A.. A incorporação dos seus ativos montou a R\$ 1.310.

Além da Ferteco e da Sossego, foram incorporadas em 2003, as empresas Rio Doce Geologia e Mineração S.A. (Docegeo), Vale do Rio Doce Alumínio S.A. (Aluvalle) e Mineração Vera Cruz S.A., que geraram um aumento do capital circulante de R\$ 167, ativo imobilizado de R\$ 30.

10.11- Imobilizado

(a) Por área de negócio:

	Controladora				Consolidado			
	2003		2002		2003		2002	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Ferrosos - Sistema Norte								
Mineração	1.853	(803)	1.050	928	1.888	(805)	1.083	928
Ferrovia	2.833	(1.128)	1.705	1.659	2.832	(1.128)	1.704	1.659
Porto	619	(259)	360	290	619	(259)	360	290
Imobilizações em curso	858	-	858	546	939	-	939	546
	6.163	(2.190)	3.973	3.423	6.278	(2.192)	4.086	3.423
Ferrosos - Sistema Sul								
Mineração	3.182	(1.717)	1.465	1.041	4.836	(2.601)	2.235	1.329
Ferrovia	3.333	(1.855)	1.478	1.293	3.421	(1.918)	1.503	1.325
Porto	587	(443)	144	152	836	(510)	326	315
Imobilizações em curso	985	-	985	394	1.073	-	1.073	394
	8.087	(4.015)	4.072	2.880	10.166	(5.029)	5.137	3.363
Pelotização								
Sul	743	(545)	198	174	1.998	(1.247)	751	738
Norte	522	(22)	500	516	522	(22)	500	516
Imobilizações em curso	195	-	195	185	265	-	265	305
	1.460	(567)	893	875	2.785	(1.269)	1.516	1.559
Não Ferrosos								
Potássio	149	(59)	90	84	150	(59)	91	84
Ouro	72	(69)	3	44	72	(69)	3	44
Pesquisas e projetos	258	(185)	73	36	262	(187)	75	52
Caulim	-	-	-	-	603	(216)	387	203
Imobilizações em curso	1.523	-	1.523	75	2.298	-	2.298	527
	2.002	(313)	1.689	239	3.385	(531)	2.854	910
Logística								
Em operação	1.210	(570)	640	414	2.100	(758)	1.342	771
Imobilizações em curso	55	-	55	84	126	-	126	94
	1.265	(570)	695	498	2.226	(758)	1.468	865
Participações								
Siderurgia	-	-	-	-	2.550	(1.090)	1.460	1.480
Alumínio	-	-	-	-	4.033	(1.463)	2.570	1.616
Manganês e ferroligas	-	-	-	-	989	(551)	438	355
Outras	-	-	-	-	39	(33)	6	36
Imobilizações em curso	-	-	-	-	520	-	520	1.256
	-	-	-	-	8.131	(3.137)	4.994	4.743
Energia								
Em operação	370	(32)	338	185	383	(34)	349	196
Imobilizações em curso	452	-	452	477	452	-	452	477
	822	(32)	790	662	835	(34)	801	673
Corporação								
Em operação	183	(79)	104	82	245	(82)	163	82
Imobilizações em curso	146	-	146	48	147	-	147	48
	329	(79)	250	130	392	(82)	310	130
Total	20.128	(7.766)	12.362	8.707	34.198	(13.032)	21.166	15.666

(b) Por tipo de ativo:

	Taxas médias de depreciação	Controladora				Consolidado			
		2003		2002		2003		2002	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	3,00%	1.663	(721)	942	860	3.404	(1.452)	1.952	1.689
Instalações	3,42%	5.108	(2.682)	2.426	2.123	10.861	(5.003)	5.858	4.442
Equipamentos	9,32%	1.330	(707)	623	380	4.320	(2.114)	2.206	1.575
Ferrovias	3,85%	5.690	(2.826)	2.864	2.517	5.925	(2.902)	3.023	2.597
Direitos minerários	-	383	(90)	293	257	689	(306)	383	366
Outros	-	1.740	(740)	1.000	761	3.179	(1.255)	1.924	1.350
		15.914	(7.766)	8.148	6.898	28.378	(13.032)	15.346	12.019
Imobilizações em curso	-	4.214	-	4.214	1.809	5.820	-	5.820	3.647
Total		20.128	(7.766)	12.362	8.707	34.198	(13.032)	21.166	15.666

A exaustão das jazidas é calculada em função do volume de minério extraído em relação à possança (reservas provadas e prováveis).

A depreciação, a amortização e a exaustão foram alocadas como segue:

	Controladora					Consolidado	
	Trimestres			Acumulado		Acumulado	
	4T/03	3T/03	4T/02	2003	2002	2003	2002
Depreciação e amortização	154	143	129	554	536	948	907
Amortização do diferido	-	-	-	-	-	62	38
Custos de produção e serviços	154	143	129	554	536	1.010	945
Despesas administrativas	9	7	6	35	23	88	69
Pesquisa e desenvolvimento	4	-	-	4	2	4	2
Efeito no resultado	167	150	135	593	561	1.102	1.016
Alocados a projetos	8	-	-	8	6	8	6
	175	150	135	601	567	1.110	1.022

10.12- Empréstimos e Financiamentos

Captados a curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Financiamento de comércio exterior	106	398	553	976
Capital de giro	-	-	335	148
	106	398	888	1.124

Captados a longo prazo

	Controladora				Consolidado			
	Passivo circulante		Exigível a longo prazo		Passivo circulante		Exigível a longo prazo	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Operações no exterior								
Empréstimos e financiamentos em:								
Dólar norte-americano	781	998	2.437	2.461	1.392	1.787	3.549	4.203
Iene	88	2	7	104	185	110	7	211
Outras	10	1	61	1	9	4	72	5
Títulos em dólares norte-americanos	867	707	-	1.060	871	707	2.033	2.120
Securitização de exportações	-	-	-	-	159	150	1.497	1.487
Notas perpétuas	-	-	-	-	-	-	200	109
Encargos decorridos	47	55	-	-	139	77	10	38
	1.793	1.763	2.505	3.626	2.755	2.835	7.368	8.173
Operações no país								
Indexados por TJLP, TR e IGP-M	18	15	43	57	171	96	557	369
Cesta de moedas	35	42	12	56	94	45	72	138
Empréstimos em dólares norte-americanos	48	3	210	315	331	179	1.199	1.295
Debêntures não conversíveis em ações	-	-	1	10	-	5	260	250
Encargos decorridos	3	5	-	-	14	30	-	-
	104	65	266	438	610	355	2.088	2.052
	1.897	1.828	2.771	4.064	3.365	3.190	9.456	10.225

(a) Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 2,8892 em 2003 (R\$ 3,5333 em 2002) e ¥ 1,00 equivalente a R\$ 0,027011 em 2003 (R\$ 0,029779 em 2002);

(b) Em 31 de dezembro de 2003, nossos empréstimos e financiamentos consolidados apresentavam as seguintes garantias:

- Avais recebidos da União no valor de R\$ 767, para os quais oferecemos R\$ 476 em contragarantia;
- Programa de securitização de recebíveis no valor de R\$ 1.673;
- Bens do imobilizado no valor de R\$ 1.013;
- Ações e títulos de controladas e coligadas entregues em caução no valor de R\$ 769;
- Ativos de controladas e coligadas, principalmente, no valor de R\$ 1.435.

- (c) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos dos empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem em 2003 ao seguinte escalonamento:

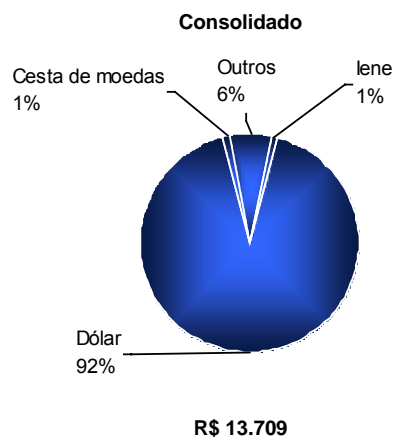
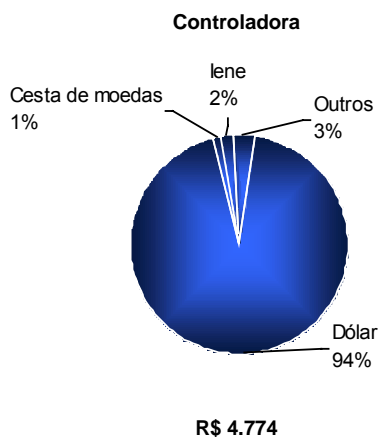
	Controladora		Consolidado	
2005	584	21%	2.048	22%
2006	990	36%	1.969	21%
2007	320	11%	1.788	19%
2008	266	10%	669	7%
2009 em diante	611	22%	2.522	26%
Sem data de vencimento (notas perpétuas e debêntures)	-	-	460	5%
	2.771	100%	9.456	100%

- (d) Sobre os empréstimos e financiamentos externos e internos incidem juros, além da variação cambial e monetária, cujas taxas anuais em 2003 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
Captados a curto prazo				
A 3,19%	106		888	
Captados a longo prazo				
Até 3%	2.110	45%	2.539	20%
De 3,1 a 5%	983	21%	3.980	31%
De 5,1 a 7%	323	7%	1.417	11%
De 7,1 a 9%	276	6%	2.997	23%
De 9,1 a 11%	890	19%	1.107	9%
Acima de 11%	86	2%	581	5%
Variável (notas perpétuas)	-	-	200	1%
	4.668	100%	12.821	100%
	4.774		13.709	

- (e) Os valores estimados de mercado dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, obtidos através do valor presente às taxas de juros disponíveis em 2003, apresentam-se próximos ao valor contábil.

- (f) Composição dos empréstimos e financiamentos da Controladora e Consolidado por moeda/índice:



- (g) Em 08/03/02, a Companhia, através da sua controlada Vale Overseas Limited, efetuou a operação de captação de recursos de US\$ 300 milhões com juros de 8,625% a.a., através da emissão de Notes com vencimento em 08/03/07, prorrogável até setembro de 2008. Esta operação é garantida pela Vale com proteção de risco político e encontra-se registrada junto à *US Securities and Exchange Commission - SEC*, bem como listada na Luxembourg Stock Exchange.
- (h) Em 01/08/03 a Vale Overseas Limited precificou oferta de bônus de US\$ 300 milhões com prazo de 10 anos. Os bônus possuem cupom de 9,00% ao ano, pagamentos semestrais de juros e preço de 98,386% do valor de face. Eles são obrigações não garantidas e não subordinadas da Vale Overseas Limited e contam com a garantia completa e incondicional da Vale.

10.13- Securitização de Recebíveis de Exportação

Em 29/09/00, a Companhia concluiu as condições financeiras da operação de securitização de recebíveis existentes e futuros gerados pela sua controlada CVRD Overseas Ltd. no valor de US\$ 300 milhões. A operação, estruturada pelo Bank of America Securities LLC, é lastreada em exportações de minério de ferro e pelotas para seis dos maiores clientes da Vale, localizados na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia, e foi dividida em três *tranches*. Em 28/07/03 a CVRD realizou com sucesso operação de securitização de recebíveis no valor de US\$ 250 milhões, prazo total de 10 (dez) anos, cupom de 4,43% ao ano e rendimento para o investidor de 4,48% ao ano (pagamento de juros trimestral). Ambas operações estão sumariadas da seguinte forma:

Tranches	Valor (US\$ milhões)	Vencimento	Carência (anos)	Cupom	Taxa para o investidor (a.a.)
1	25	15/10/2007	2	-	8,682%
2 (com seguro)	125	15/10/2007	2	-	Libor+0,65%
3	150	15/10/2010	3	-	8,926%
4 (com seguro)	250	15/07/2013	-	4,43%	4,48%

O saldo em 2003 monta a R\$ 1.532 (R\$ 143 no passivo circulante e R\$ 1.389 no exigível a longo prazo) e está registrado em partes relacionadas com a controlada CVRD Overseas Ltd. (nota explicativa 10.7).

10.14- Passivos Contingentes

Na data das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos contingentes:

- (a) Provisões para contingências e depósitos judiciais (registrados no exigível a longo prazo e no realizável a longo prazo, respectivamente), considerados pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos como suficientes para cobrir perdas em processos judiciais de qualquer natureza, como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências		Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Contingências tributárias	680	454	604	603	1.049	607	991	936
Contingências trabalhistas e previdenciárias	155	138	444	345	205	202	529	417
Reclamações cíveis	135	113	419	303	156	114	520	350
Outras	15	4	16	21	15	4	16	21
Total	985	709	1.483	1.272	1.425	927	2.056	1.724

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião da Diretoria Jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

Tributárias - referem-se, principalmente, à ação de inconstitucionalidade da CPMF e outras relativas a ICMS.

Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem principalmente em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias.

Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados relativas a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos.

- (b) Avais e garantias concedidos pela Companhia a empresas controladas de controle compartilhado, conforme abaixo:

	2003	2002
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A.	784	1.221
Samarco Mineração S.A.	28	-
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	-	398
Sepetiba Tecon S.A.	-	80
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	-	47
	812	1.746

A composição dos avais e garantias por moeda está apresentada a seguir:

	2003	2002
Dólar norte-americano	696	1.361
Real	116	385
	812	1.746

Coligadas ou <i>joint venture</i>	Valor da garantia R\$	Moeda corrente	Propósito	Vencimento	Contra-garantias
ALBRAS	668	US\$	garantia de dívida BNDES	2007	Nenhuma
	116	R\$	garantia de dívida BNDES	2010	Nenhuma
SAMARCO	28	US\$	garantia de dívida IFC	2020	Nenhuma

A Companhia tem a expectativa de que tais garantias não serão executadas e portanto não há passivos relacionados. Cobramos encargos pela concessão dessas garantias.

- (c) O governo brasileiro, ao ensejo da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, determinou que a Vale emitisse debêntures participativas, não conversíveis em ações (Debêntures), com a finalidade de garantir aos acionistas pré-privatização, inclusive à União Federal, o direito de participação no faturamento líquido de algumas jazidas minerais da Companhia e de suas controladas, cujos recursos minerais não foram valorados por ocasião da fixação do preço mínimo das ações da Companhia, objeto do leilão público realizado em 1997.

Foram emitidas 388.559.056 debêntures com valor unitário na data de emissão de R\$ 0,01 (um centavo de real), cuja atualização se dá de acordo com a variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M, conforme o disposto na escritura de emissão.

Em 04/10/02, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM aprovou o registro da negociação pública das debêntures, cujo pedido foi protocolado pela Vale em 28/06/02. A partir de 28/10/02, as debêntures já poderiam ser negociadas no mercado secundário.

Os debenturistas têm o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a um percentual das receitas líquidas provenientes de determinados recursos minerais possuídos em maio de 1997 e cobertos pela Escritura, conforme resumido nos Quadros I e II a seguir.

O valor do prêmio acumulado, acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais acumulada mensalmente, calculados a partir das datas de apuração previstas até 31/12/03, é de R\$ 5 e inclui o prêmio apurado sobre o preço líquido da venda da mina de Fazenda Brasileiro.

De acordo com a escritura de emissão, o valor do prêmio deverá ser acrescido de juros até o mês anterior ao do efetivo pagamento, e de 1% no mês em que o recurso for disponibilizado ao debenturista. Em cumprimento ao disposto na escritura de emissão, o pagamento será realizado até 31/03/04.

Com base nas estimativas de início das operações dos projetos de cobre, prevê-se apuração de prêmios referentes aos direitos minerários afetos à Escritura a partir de 2004. Considerando as vendas de minério de ferro, estima-se que os patamares mencionados na Escritura serão alcançados, aproximadamente, em 2030 e 2020, para o Sistema Sul e Norte, respectivamente. Com relação aos demais minerais, tais como bauxita e níquel, a previsão de início de exploração é para a segunda metade da década e de acordo com os critérios estabelecidos na Escritura, o pagamento será devido sobre o faturamento líquido das vendas ocorridas a partir do quarto ano seguinte à data da primeira comercialização. A obrigação de efetuar os pagamentos aos debenturistas cessará quando os recursos minerais pertinentes forem esgotados.

Critérios e Parâmetros Básicos para a Composição e Aplicabilidade do Prêmio:

Quadro I

Produto mineral	Prêmio	Aplicabilidade
Minério de ferro	1,8% do faturamento líquido	Pagamento calculado sobre faturamento líquido de vendas ocorridas a partir da data em que o volume acumulado de vendas, desde maio de 1997, atingir 1,7 bilhão de toneladas no Sistema Sul, inclusive Urucum, e 1,2 bilhão de toneladas do Sistema Norte.
Ouro e cobre e subprodutos	2,5% do faturamento líquido	<p>Pagamento a partir do início da comercialização, observadas as seguintes condições e ressalvas às áreas de Carajás-Serra Leste e Salobo, dentre outras:</p> <p>(i) O prêmio será devido considerando as frações correspondentes à participação que a Emissora e/ou suas Controladas detinham sobre as áreas objeto de associações com terceiros em 15 de abril de 1997 (por exemplo: Igarapé-Bahia, Alemão, Pojuca, Andorinhas, Liberdade e Sossego).</p> <p>(ii) O prêmio relativo a Igarapé-Bahia/Alemão será devido, a partir da data em que ocorrerem vendas em excesso a um volume acumulado de vendas, desde maio de 1997, de 70 toneladas de ouro.</p> <p>(*) (iii) O prêmio relativo à Fazenda Brasileiro será devido a partir da data em que ocorrerem vendas em excesso a um volume acumulado de vendas, desde maio de 1997, de 26 toneladas de ouro.</p>
Demais minerais	1% do faturamento líquido	Pagamento devido sobre o faturamento líquido de vendas ocorridas a partir do quarto ano seguinte à data da primeira comercialização dos minerais.

(*) O ativo foi alienado em 15/08/03.

Quadro II

Outros critérios	Prêmio
Alienação dos direitos minerários	1% do preço líquido da alienação de cada produto mineral.
Arrendamento dos direitos minerários	O prêmio será devido integralmente pela Emissora e/ou Controladas, nos mesmos termos aplicáveis a cada produto mineral, como se o arrendamento não tivesse sido contratado.
Substituição dos direitos minerários	A permuta dos direitos minerários de qualquer um dos produtos minerais, que compõem o Quadro I, será considerada para fins de composição do prêmio como se tivesse sido prevista originalmente na escritura.

- (d) A Companhia tem compromissada, por um contrato de *take-or-pay*, a aquisição de aproximadamente 207.060 toneladas de alumínio por ano da Albras, a preço de mercado. Essa estimativa é baseada em 51% da produção estimada da Albras, a um preço de mercado de US\$ 1.458,16 por tonelada em 2003, representando um compromisso anual de R\$ 927, baseado na taxa de câmbio média para o ano de 2003. Da mesma forma com relação a 462.000 toneladas de alumina por ano produzida pela Alunorte que, ao preço de mercado de US\$ 189,05 por tonelada em 2003, representam um compromisso anual de R\$ 196. A retirada (*take*) efetiva da Albras foi de R\$ 439 e R\$ 751 em 2003 e 2002, respectivamente, e diretamente da Alunorte (líquido do *take* cedido para a Albras), foi de R\$ 249 e R\$ 125 em 2003 e 2002, respectivamente.

10.15- Custos Ambientais e de Recuperação e Restauração

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais são debitados ao custo de produção ou capitalizados quando incorridos. A Companhia gerencia suas relações com o meio ambiente como um fator estratégico, tendo como premissa o pleno atendimento da legislação aplicável, e as diretrizes e normas internas estabelecidas por seu sistema de gestão ambiental, em pleno acordo com as especificações da Norma ISO 14.001. A Vale desenvolve programas contínuos que têm por objetivo minimizar o impacto ambiental de suas operações de mineração, bem como reduzir os custos que venham a incorrer com o término das atividades de cada lavra. Em 2003, a provisão para passivos ambientais corresponde ao montante de R\$ 232 (R\$ 52 em 2002), classificada em "Outros" no exigível a longo prazo. A variação decorre do permanente aprimoramento da apresentação das Demonstrações Contábeis Societárias e alinhamento com a política de elaborá-las de acordo com práticas contábeis aderentes às práticas internacionais, principalmente aquelas relacionadas com a atividade de mineração, a Companhia adotou, a partir de 01/01/2003, também para fins societários, os conceitos do SFAS 143, a saber:

- Os custos com fechamento de minas passam a ser registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos;
- As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco; e
- As estimativas de custos serão revistas anualmente, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

Desta forma, em 01/01/2003, os impactos iniciais da aplicação desta nova prática contábil sobre a provisão para custo com fechamento de minas, líquidos dos efeitos tributários, foram registrados diretamente no patrimônio líquido como ajuste de exercícios anteriores, no montante de R\$ 66 milhões.

10.16- Fundo de Pensão - Valia

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia é uma entidade fechada de previdência complementar, com fins não-lucrativos e personalidade jurídica própria, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia, de suas controladas e coligadas e outras que participam ou venham a participar dos planos por ela administrados.

A Companhia e diversas de suas controladas e coligadas são patrocinadoras da Valia, nos seguintes planos de benefícios:

(a) Plano de Benefício

Plano de Benefício Definido – BD

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1973, no início das atividades da Valia, o qual foi fechado a novas adesões e continua mantido apenas para os participantes assistidos e para alguns participantes ativos, em caráter residual.

Plano Misto de Benefícios - Vale Mais

Plano misto que contempla benefícios programáveis de renda para aposentadoria, do tipo contribuição definida, desvinculados da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento - *Vesting*, além dos chamados benefícios de risco: aposentadoria por invalidez, pensão por morte e auxílio-doença, bem como regras mais modernas, transparentes e flexíveis que o tornaram mais atrativo para os empregados e econômico para as patrocinadoras. Este plano foi implementado em maio de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos nas patrocinadoras (cerca de 98,7% do total).

As contribuições das patrocinadoras ao Plano Vale Mais são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, são idênticas à contribuição dos participantes e limitam-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano (R\$ 1.732,45 em dezembro de 2003).
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

Durante o exercício findo em 2003, foram efetuadas pela Companhia contribuições à Valia no montante de R\$ 65 para custeio dos planos de benefícios.

(b) Passivo Atuarial

Refere-se à responsabilidade da Companhia na complementação de aposentadorias e pensões relacionadas a incentivo ao desligamento de funcionários em 1987 e 1989, conhecido como Abono Complementação, no valor de R\$ 662. Essas obrigações foram calculadas por atuário independente, para a data-base em 31/12/2003, e representam o valor presente dos benefícios e pensões. Parte está registrada na rubrica "Fundo de pensão - Valia" no circulante - R\$ 92 (R\$ 81 em 31/12/02) e parte no longo prazo - R\$ 570 (R\$ 499 em 31/12/02).

Os resultados dessa avaliação atuarial estão assim representados:

Evolução do valor justo dos ativos

	2003	2002
Valor justo dos ativos no início do exercício	3.763	3.189
Rendimento real dos ativos	1.265	813
Contribuição da patrocinadora	41	35
Benefício pago no exercício	(341)	(274)
Valor justo dos ativos no final do exercício	4.728	3.763

Evolução do valor presente das obrigações

	2003	2002
Valor presente das obrigações no início do exercício	3.831	3.222
Custo do serviço corrente	5	4
Custo dos juros	416	352
Benefício pago no exercício	(341)	(274)
Perda no passivo	220	527
Valor presente das obrigações no final do exercício	4.131	3.831

Benefícios de aposentadoria

	2003	2002
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(4.131)	(3.831)
Valor justo dos ativos	4.728	3.763
Valor líquido dos (ganhos) / perdas não reconhecidos no balanço	(569)	65
Ativo / (Passivo) a ser reconhecido no balanço patrimonial	(*) 28	(3)

(*) A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial o ativo decorrente da avaliação atuarial, por não haver claramente uma evidência na realização, conforme estabelece o item 4.9 da NPC 26.

As principais premissas atuariais em 31 de dezembro são as seguintes:

	2003	2002
Hipóteses econômicas:		
Taxa de desconto	11,3% a.a. (nominal)	11,3% a.a. (nominal)
Taxa de retorno esperado dos ativos	13,4% a.a. (nominal)	11,3% a.a. (nominal)
	6,91% a.a. até 47 anos	6,91% a.a. até 47 anos
	5% a.a. a partir de 48 anos	0% a.a. a partir de 48 anos
Crescimentos salariais futuros		
Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Inflação	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Fator de capacidade		
- Salários	99%	99%
- Benefícios	99%	99%
Hipóteses demográficas:		
Tábua de mortalidade	AT 1949	AT 1949
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 1949	AT 1949
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de rotatividade	Experiência Valia	Experiência Valia
Idade de aposentadoria	Informação Valia	Informação Valia
Idade de entrada no INSS	Informação Valia	Informação Valia

Todas as premissas serão revistas em 2004.

10.17- Capital Social

O capital social da Companhia passou a ser de R\$ 6,3 bilhões, realizado com capitalização de parte da reserva de expansão no valor de R\$ 1,3 bilhão, correspondendo a 388.559.056 ações escriturais, sendo 249.983.143 ações ordinárias, 138.575.913 ações preferenciais classe "A", incluindo 1 (uma) ação de classe especial (*golden share*), todas sem valor nominal.

As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para a eleição de membros do Conselho de Administração, e têm prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual de 6%, calculado sobre a parcela de capital constituída por esta classe de ações ou de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, o que for maior entre eles.

A ação preferencial de classe especial, criada por ocasião da privatização em 1997, pertence ao Governo Brasileiro e lhe confere o direito permanente de veto quanto a mudanças na Companhia relativas à razão social, localização de sua sede, finalidade quanto à exploração mineral, operação contínua de seus sistemas integrados de mineração, transporte e embarque de minério de ferro e outros assuntos determinados no Estatuto Social.

Em 31/12/03, o capital social compõe-se conforme abaixo:

Acionistas	Quantidade de ações					
	ON	%	PN	%	Total	%
Valepar S.A.	130.715.711	52	-	-	130.715.711	34
Governo Brasileiro (Tesouro Nacional / BNDES / INSS / FPS) (a)	4.726	-	5.075.342	4	5.080.068	1
<i>American Depositary Receipts - ADRs</i>	65.227.484	26	66.579.564	48	131.807.048	34
FMP - FGTS	14.232.745	6	-	-	14.232.745	4
BNDESPar	17.667.640	7	1.401.978	1	19.069.618	5
Investidores institucionais no exterior	6.064.295	2	28.927.590	21	34.991.885	9
Investidores institucionais	6.130.855	3	19.121.569	14	25.252.424	6
Investidores de varejo no país	5.224.517	2	17.465.687	12	22.690.204	6
Ações em tesouraria no país	4.715.170	2	4.183	-	4.719.353	1
Total	249.983.143	100	138.575.913	100	388.559.056	100

(a) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em nome próprio e em nome da União, conforme termos do edital e dando prosseguimento ao processo de privatização iniciado em 1997, vendeu em 21/03/02 sua participação no capital ordinário da Companhia, equivalente a 78.787.838 ações ordinárias.

Em 31/12/03, o número de acionistas registrados residentes no Brasil era de 30.010. Esses acionistas detinham 221.596.694 ações, o que representa 57% de nosso capital social.

Os conselheiros e diretores, como grupo, detêm 10.559 ações ordinárias e 1.104 ações preferenciais.

Em 31/12/03, a Companhia apresenta excesso de reservas de lucros sobre o capital social. Em atendimento à Legislação Societária (Art. 199 da Lei nº 6.404/76), a Administração proporá em assembléia de acionistas o aumento de capital da Companhia com reservas de lucros (expansão/investimento e incentivos fiscais), visando o suprimento de recursos necessários ao orçamento de investimentos da Companhia no montante de R\$ 1 bilhão, sem emissão de novas ações.

10.18- Programa de ADRs - *American Depositary Receipts*

Desde 20/06/00, a Companhia obteve registro da *Securities and Exchange Commission - SEC* iniciando processo de negociação na Bolsa de Valores de Nova York - *NYSE* para ações preferenciais. A partir de 21/03/02, em conexão com o processo de alienação das ações do BNDES e da União, as ações ordinárias da Companhia passaram a ser negociadas também na *NYSE*. Cada *ADR - American Depositary Receipts* representa 1 (uma) ação preferencial classe "A" ou ordinária, negociada com os códigos "RIOPR" e "RIO", respectivamente.

10.19- Ações em Tesouraria

O Conselho de Administração autorizou, nos termos do inciso XV do Art. 13 do Estatuto Social e com base no Art. 30 da Lei nº 6.404/76 e nas Instruções CVM nº 10, de 14/02/80 e 268, de 13/11/97, a aquisição pela Companhia de suas próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento.

Até 2003, haviam sido adquiridas 4.715.170 ações ordinárias e 4.183 ações preferenciais, que permanecem em tesouraria, no montante de R\$ 131. As 4.715.170 ações ordinárias estão em garantia de um empréstimo da nossa controlada Alunorte.

Classe	Ações		Custo de aquisição			Cotação média em	
	Quantidade		Unitário médio	Mínimo	Máximo	2003	2002
	2003	2002					
Preferenciais	4.183	4.481	51,36	14,02	52,40	97,91	96,99
Ordinárias	4.715.170	4.715.170	27,80	20,07	52,09	106,34	102,88
	4.719.353	4.719.651					

10.20- Remuneração aos Acionistas

Os juros sobre o capital próprio, deliberados pelo Conselho de Administração da Companhia para o exercício social encerrado em 31/12/03, por ação ordinária ou preferencial em circulação, são de R\$ 5,87 (R\$ 2,68 em 2002), totalizando R\$ 2.254 (R\$ 1.029 em 2002). Os pagamentos estão descritos na tabela do item 1.2.8.

A remuneração aos acionistas proposta para 2003 foi calculada como segue:

Lucro líquido do exercício	4.509
Reserva de incentivos fiscais	(90)
Reserva legal	(226)
Realização da reserva de lucros a realizar	189
Lucro líquido ajustado	4.382
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (R\$ 2,85 por ação em circulação)	1.095
Estatutário das ações preferenciais (3% do PL R\$ 1,17 por ação em circulação)	162
Estatutário das ações preferenciais (6% do capital R\$ 0,97 por ação em circulação)	135
Juros sobre o capital próprio propostos (R\$ 5,87 por ação em circulação)	2.254

Em atendimento à Deliberação CVM nº 207/96, a Companhia optou, para fins de atendimento às normas fiscais, por contabilizar os juros sobre o capital próprio em contrapartida da conta "Despesas financeiras", e revertê-lo em conta específica, não sendo apresentado, entretanto, na demonstração do resultado, tendo em vista não produzir efeito no lucro líquido final, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica "Imposto de renda e contribuição social".

A retenção da reserva de expansão/investimentos (reserva de lucros), no montante de R\$ 2.062, visa atender aos recursos necessários ao orçamento de investimento aprovado pelos acionistas da Companhia que para o exercício de 2004, é no montante de R\$ 5.844 (US\$ 1.815 milhões x 3,22). A realização da reserva de lucros a realizar ocorre pelo recebimento de dividendos, baixa ou alienação de investimentos e pela depreciação, baixa e alienação do imobilizado.

10.21- Resultado Financeiro - Controladora e Consolidado

Controladora

	4T/03			3T/03			Trimestres 4T/02		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(46)	29	(17)	(55)	(68)	(123)	(71)	596	525
Empréstimos e financiamentos internos	(7)	3	(4)	(8)	(9)	(17)	(18)	127	109
Partes relacionadas	(49)	36	(13)	(45)	(48)	(93)	(46)	220	174
	(102)	68	(34)	(108)	(125)	(233)	(135)	943	808
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(72)	(13)	(85)	(28)	(8)	(36)	(20)	(93)	(113)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	18	-	18	52	(47)	5	(13)	23	10
CPMF	(25)	-	(25)	(16)	-	(16)	(18)	-	(18)
Outras	(59)	(109)	(168)	(45)	(152)	(197)	113	3	116
	(240)	(54)	(294)	(145)	(332)	(477)	(73)	876	803
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	19	(25)	(6)	20	38	58	31	(257)	(226)
Aplicações financeiras	27	12	39	34	101	135	-	33	33
Outras	5	(5)	-	6	5	11	14	(26)	(12)
	51	(18)	33	60	144	204	45	(250)	(205)
Resultado financeiro líquido	(189)	(72)	(261)	(85)	(188)	(273)	(28)	626	598

	2003			Acumulado 2002		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(214)	885	671	(223)	(1.651)	(1.874)
Empréstimos e financiamentos internos	(34)	97	63	(79)	(768)	(847)
Partes relacionadas	(180)	429	249	(158)	(625)	(783)
	(428)	1.411	983	(460)	(3.044)	(3.504)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(138)	(65)	(203)	(182)	(162)	(344)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	7	-	7	(181)	(24)	(205)
CPMF	(71)	-	(71)	(53)	-	(53)
Outras	(103)	9	(94)	(85)	(770)	(855)
	(733)	1.355	622	(961)	(4.000)	(4.961)
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	108	(454)	(346)	103	1.222	1.325
Aplicações financeiras	88	63	151	63	108	171
Outras	26	(59)	(33)	39	200	239
	222	(450)	(228)	205	1.530	1.735
Resultado financeiro líquido	(511)	905^(*)	394	(756)	(2.470)	(3.226)

(*) Vide explicação no item 1.2.5 - Resultado financeiro líquido.

	2003			Acumulado 2002		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(579)	1.868	1.289	(566)	(2.493)	(3.059)
Empréstimos e financiamentos internos	(135)	217	82	(185)	(1.298)	(1.483)
Partes relacionadas	(84)	1.155	1.071	(52)	(885)	(937)
	(798)	3.240	2.442	(803)	(4.676)	(5.479)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(146)	(65)	(211)	(188)	(162)	(350)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	7	-	7	(181)	(24)	(205)
CPMF	(98)	-	(98)	(70)	-	(70)
Outras	(202)	1.339	1.137	(203)	(1.283)	(1.486)
	(1.237)	4.514	3.277	(1.445)	(6.145)	(7.590)
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	28	(1.457)	(1.429)	59	1.296	1.355
Aplicações financeiras	190	(553)	(363)	158	238	396
Outras	44	(1.783)	(1.739)	178	2.180	2.358
	262	(3.793)	(3.531)	395	3.714	4.109
Resultado financeiro líquido	(975)	721	(254)	(1.050)	(2.431)	(3.481)

Índices sobre a Dívida

	4T/03	3T/03	4T/02	Controladora 2003	Consolidado 2003
Passivo circulante					
Parcela circulante de dívidas de longo prazo - terceiros	1.897	2.560	1.828	1.897	3.365
Dívida de curto prazo	106	106	398	106	888
Partes relacionadas	1.365	1.012	948	1.365	378
	3.368	3.678	3.174	3.368	4.631
Passivo exigível a longo prazo					
Dívidas de longo prazo - terceiros	2.771	3.007	4.064	2.771	9.456
Partes relacionadas	4.395	3.977	3.300	4.395	9
	7.166	6.984	7.364	7.166	9.465
Dívida Bruta	10.534	10.662	10.538	10.534	14.096
Juros Pagos	92	95	102	369	838
EBITDA/LAJIDA	1.239	1.506	1.360	4.877	7.765
Patrimônio Líquido	14.940	14.533	12.751	14.940	14.940
EBITDA / Juros Pagos	13,47	15,85	13,33	13,22	9,27
Dívida Bruta / EBITDA/LAJIDA	2,13	1,77	1,94	2,16	1,82
Dívida Bruta / Capitalização Patrimonial	41	42	45	41	49

10.22- Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os principais riscos de mercado com que a Vale se depara são aqueles relativos a taxas de juros, taxas de câmbio e de preço de *commodities*. A Companhia tem como política gerenciar tais riscos através da utilização de instrumentos derivativos.

As atividades de gerenciamento de risco seguem políticas e diretrizes revistas e aprovadas pela alta direção da Companhia (Conselho de Administração e Diretoria Executiva). Estas normas proíbem negociação especulativa, venda a descoberto e determinam a diversificação de instrumentos e contrapartes. A política da Companhia tem sido liquidar financeiramente todos os contratos, sem a entrega física de produtos. Os limites e a qualidade de crédito das contrapartes são revistos periodicamente e definidos de acordo com as normas aprovadas pela alta Administração da Companhia. Os resultados das atividades de *hedge* são reconhecidos mensalmente no resultado da Companhia.

Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros é proveniente da parcela da dívida contratada a taxas flutuantes decorrentes, principalmente, das operações de *trade finance*. A parcela da dívida em moeda estrangeira com taxa flutuante está sujeita, principalmente, às oscilações da *LIBOR - London Interbank Offered Rate*. A parcela da dívida expressa em reais sujeita à taxa flutuante envolve, basicamente, a taxa de juros brasileira de longo prazo - TJLP, estabelecida pelo Banco Central. Desde maio de 1998, a Companhia tem utilizado instrumentos derivativos para proteger sua exposição às oscilações da *LIBOR*.

A carteira de derivativos de taxa de juros é formada por instrumentos que buscam limitar a exposição à flutuação da taxa de juros, estabelecendo limite superior e inferior para a flutuação das mesmas. Algumas operações estão sujeitas a provisões de *knock-out* que, se acionadas, eliminam a proteção contratada.

A tabela abaixo apresenta as informações com respeito ao portfólio de derivativos de taxas de juros em 2003 e 2002:

Tipo	2003				2002		
	Valor nominal (em US\$ milhões)	Faixa de taxa	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)	Último vencimento	Valor nominal (em US\$ milhões)	Faixa de taxa	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)
Cap	500	5,7 - 11,0%	1	Mai/07	500	5,7 - 11,0%	1
Floor	500	5,7 - 6,0%	(49)	Nov/06	500	5,7 - 6,3%	(48)
Swap	454	5,8 - 6,7%	(88)	Out/07	475	5,8 - 6,7%	(166)
Total			(136)				(213)

A perda não realizada representa o valor atual a pagar caso todas as operações fossem liquidadas em 31/12/03.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio é derivado da dívida em moeda estrangeira. Por outro lado, parte substancial das receitas da Companhia é denominada ou indexada ao dólar norte-americano, enquanto que parcela majoritária dos custos é expressa em reais. Isto fornece um *hedge* natural contra eventuais desvalorizações da moeda brasileira frente ao dólar. Em eventos dessa natureza, há impacto negativo imediato sobre a dívida em moeda estrangeira, compensado pelo efeito positivo sobre os fluxos de caixa futuros.

A Companhia adota a estratégia de monitorar as oscilações de mercado, realizando eventualmente operações com derivativos para cobrir riscos específicos relacionados a estas variações.

A parcela da dívida denominada em euros e ienes (principais componentes dos empréstimos em cesta de moedas) é protegida utilizando derivativos para cobrir o risco de flutuação específico destas moedas.

A tabela abaixo informa o portfólio de derivativos de taxa de câmbio em 2003 e 2002. Estas operações *forwards* e *range forwards* foram estruturados para garantir o preço de compra das seguintes moedas:

	2003				2002			
	Valor nominal (em milhões)	Faixa de taxa	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)	Último vencimento	Valor nominal (em milhões)	Faixa de taxa	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)	
Tipo								
Iene comprado	¥ 3.385	¥ 79 - 83 por US\$	9	Abr/05	¥ 3.543	¥ 83 - 91 por US\$	(1)	
Euro comprado	€ 23	€ 1,22 - 1,23 por US\$	8	Dez/11	€ 5	€ 1,18 - 1,23 por US\$	(3)	
Euro vendido	€ 5	€ 1,2 - 1,3 por US\$	(1)	Fev/04	-	-	-	
Total			16				(4)	

O ganho não realizado representa o valor atual a receber caso todas as operações fossem liquidadas em 31/12/03.

Risco de Preço e Commodities

Os preços do minério de ferro, o principal produto da Companhia, são fixados através de negociações anuais entre produtores e consumidores, apresentando notável estabilidade ao longo do tempo. A Companhia não contrata operações para proteção contra variação no preço do minério de ferro.

A Companhia utiliza instrumentos de *hedge* para gerenciar sua exposição às mudanças no preço de mercado do ouro, alumínio e alumina. As operações com derivativos permitem fixar lucro médio mínimo para a produção futura. A Companhia gerencia ativamente as posições contratadas, sendo os resultados destas atividades acompanhados mensalmente, a fim de permitir que sejam feitos ajustes nas metas e estratégias em resposta às condições de mercado.

A tabela abaixo informa o portfólio de derivativos de ouro da Companhia em 2003 e 2002:

Tipo	2003				2002		
	Quantidade (oz)	Faixa de preço (US\$/oz)	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)	Último vencimento	Quantidade (oz)	Faixa de preço (US\$/oz)	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)
<i>Puts</i> compradas	393.000	270 - 385	3	Dez/08	428.000	270 - 355	11
<i>Calls</i> vendidas	423.000	317 - 440	(91)	Dez/08	595.000	316 - 407	(63)
Instrumentos híbridos	20.000	-	(4)	Nov/06	20.000	-	(1)
Total			(92)				(53)

A perda não realizada representa o valor atual a pagar caso todas as operações fossem liquidadas em 31/12/03.

Consolidado

A tabela abaixo informa o portfólio de derivativos de alumínio da sua controlada de controle compartilhado Albras em 2003 e 2002:

Tipo	2003				2002		
	Quantidade (ton.)	Faixa de preço (US\$/ton.)	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)	Último vencimento	Quantidade (ton.)	Faixa de preço (US\$/ton.)	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)
<i>Puts</i> compradas	148.500	1.390 - 1.450	5	Jun/05	46.500	1.390 - 1.500	19
<i>Forwards</i> vendidas	27.000	1.400 - 1.600	(16)	Dez/06	39.250	1.400 - 1.600	21
<i>Calls</i> vendidas	160.500	1.570 - 1.630	(28)	Jun/05	59.500	1.580 - 1.700	(1)
Outros instrumentos	246.000	1.390 - 1.680	(20)	Dez/08	106.000	-	(3)
Total			(59)				36

A perda não realizada representa o valor atual a pagar caso todas as operações fossem liquidadas em 31/12/03.

A tabela abaixo informa o portfólio de derivativos de alumina da sua controlada Alunorte em 2003 e 2002:

Tipo	2003				2002		
	Quantidade (ton.)	Faixa de preço (US\$/ton.)	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)	Último vencimento	Quantidade (ton.)	Faixa de preço (US\$/ton.)	Ganho (perda) não realizado (em R\$ milhões)
<i>Puts</i> compradas	101.000	1.390 - 1.400	2	Jun/05	27.250	1.400 - 1.530	8
<i>Forwards</i> vendidas	-	-	-	-	12.000	1.400 - 1.578	6
<i>Calls</i> vendidas	113.000	1.540 - 1.580	(18)	Jun/05	27.250	1.710 - 1.732	(1)
Outros instrumentos	240.000	1.380 - 1.690	(36)	Dez/08	69.500	-	(2)
Total			(52)				11

A perda não realizada representa o valor atual a pagar caso todas as operações fossem liquidadas em 31/12/03.

A movimentação dos (ganhos) e perdas com derivativos ocorre conforme tabela:

	Controladora			
	4T/03			
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Total
(Ganhos) e perdas não realizados em 30/09/03	178	(6)	66	238
Liquidação financeira	(32)	(2)	(8)	(42)
Despesas financeiras, líquidas	(10)	(8)	34	16
	(42)	(10)	26	(26)
(Ganhos) e perdas não realizados em 31/12/03	136	(16)	92	212

	3T/03			
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Total
(Ganhos) e perdas não realizados em 30/06/03	187	2	31	220
Liquidação financeira	(12)	-	(14)	(26)
Despesas financeiras, líquidas	(43)	(9)	41	(11)
	(55)	(9)	27	(37)
Variações monetárias, líquidas	46	1	8	55
(Ganhos) e perdas não realizados em 30/09/03	178	(6)	66	238

	4T/02			
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Total
(Ganhos) e perdas não realizados em 30/09/02	255	(10)	15	260
Liquidação financeira	(10)	(8)	-	(18)
Despesas financeiras, líquidas	(9)	22	39	52
	(19)	14	39	34
Variações monetárias, líquidas	(23)	-	(1)	(24)
Perdas não realizadas em 31/12/02	213	4	53	270

	Controladora				Consolidado		
					31/12/02		
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Total	Alumínio	Alumina	Total
(Ganhos) e perdas não realizados em 31/12/01	83	9	(16)	76	1	(11)	66
Liquidação financeira	(70)	(10)	5	(75)	-	-	(75)
Despesas financeiras, líquidas	179	2	59	240	(20)	-	220
	109	(8)	64	165	(20)	-	145
Variações monetárias, líquidas	21	3	5	29	-	-	29
(Ganhos) e perdas não realizados em 31/12/02	213	4	53	270	(19)	(11)	240

	Controladora				Consolidado		
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Total	Alumínio	Alumina	Total
(Ganhos) e perdas não realizados em 31/12/02	213	4	53	270	(19)	(11)	240
Liquidação financeira	(87)	(3)	(25)	(115)	-	-	(115)
Despesas financeiras, líquidas	10	(17)	64	57	49	63	169
	(77)	(20)	39	(58)	49	63	54
(Ganhos) e perdas não realizados em 31/12/03	136	(16)	92	212	30	52	294

10.23- Exposição Cambial

A exposição cambial está preponderantemente relacionada ao dólar norte-americano, conforme abaixo demonstrado:

Em milhões de reais				
Ativo	Controladora		Controladas e Coligadas (*)	
	2003	2002	2003	2002
Circulante				
Disponibilidades	264	189	298	410
Outros ativos circulantes	1.731	1.953	1.143	1.237
	1.995	2.142	1.441	1.647
Realizável a longo prazo	531	1.230	49	52
Investimentos	2.854	4.438	16	26
Total	5.380	7.810	1.506	1.725
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	1.985	2.210	1.358	1.604
Outros passivos circulantes	1.288	921	494	384
	3.273	3.131	1.852	1.988
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos	2.728	4.000	1.683	2.262
Outros exigíveis a longo prazo	4.118	2.999	428	848
	6.846	6.999	2.111	3.110
Total	10.119	10.130	3.963	5.098
Ativo - Passivo - R\$	(4.739)	(2.320)	(2.457)	(3.373)
Ativo - Passivo - US\$	(1.640)	(657)	(850)	(955)

(*) Proporcional ao percentual de participação.

10.24- Despesas Administrativas e Outras Despesas Operacionais

	Controladora			Consolidado	
	Trimestres			Acumulado	
	4T/03	3T/03	4T/02	2003	2002
Administrativas					
Pessoal	61	34	43	164	136
Consultoria técnica	33	29	15	109	100
Propaganda e publicidade	7	9	3	33	25
Depreciação	9	7	6	35	23
Despesas de viagem	4	6	7	19	19
Aluguéis e impostos	10	5	2	28	16
Outras (*)	-	7	22	18	55
	124	97	98	406	374
				792	681

(*) Refere-se, basicamente, a despesas com a manutenção dos escritórios.

	Controladora			Consolidado	
	Trimestres			Acumulado	
	4T/03	3T/03	4T/02	2003	2002
Outras despesas operacionais					
Provisão para contingências	27	27	6	129	96
Provisão para perdas com créditos de ICMS	-	56	(17)	84	-
Provisão para participação no resultado	24	5	62	96	120
Despesas operacionais UPSL	-	-	-	36	-
Venda de ativos de ouro	-	(63)	-	(63)	-
Amortização de crédito tributário	-	-	-	-	45
Provisão para baixa imobilizado - ouro	-	-	147	-	147
Provisão para perda de ativos	-	-	-	-	29
Outras	23	(16)	(60)	38	19
	74	9	138	320	382
				757	733

10.25- Efeitos se Adotadas as Demonstrações em Moeda de Capacidade Aquisitiva Constante (não auditado)

A principal diferença entre as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas emanadas pela Legislação Societária e em moeda de capacidade aquisitiva constante é devida ao não reconhecimento da correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado em moeda de capacidade aquisitiva constante, a preços de 31 de dezembro de 2003 foram elaborados, de forma resumida, utilizando como índice o IGP-M da FGV.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Ativo				
Circulante	4.009	4.725	8.451	11.825
Realizável a longo prazo	2.689	4.197	3.826	3.624
Permanente				
Participações societárias	21.388	19.787	6.704	6.329
Imobilizado	20.086	16.199	35.134	29.120
Diferido	-	-	739	1.220
	41.474	35.986	42.577	36.669
	48.172	44.908	54.854	52.118
Passivo				
Circulante	5.250	4.585	7.260	7.385
Exigível a longo prazo	11.694	12.070	15.212	16.104
Resultado de exercícios futuros	-	-	157	170
Participações de minoritários	-	-	997	206
Patrimônio líquido				
Capital social	7.413	9.472	7.413	9.472
Reservas de lucros	23.815	18.781	23.815	18.781
	31.228	28.253	31.228	28.253
	48.172	44.908	54.854	52.118

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Receita operacional líquida	10.649	9.266	20.676	16.513
Custos dos produtos e serviços	(5.696)	(4.650)	(11.682)	(8.601)
Lucro bruto	4.953	4.616	8.994	7.912
Margem bruta	46,5%	49,8%	43,5%	47,9%
Receitas (despesas) operacionais	1.376	137	(2.303)	(3.231)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.329	4.753	6.691	4.681
Imposto de renda e contribuição social	(862)	(253)	(955)	(316)
Lucro antes das participações	5.467	4.500	5.736	4.365
Participações de minoritários	-	-	(269)	135
Lucro líquido do exercício - R\$	5.467	4.500	5.467	4.500
Lucro líquido do exercício - US\$	1.892	1.558		

10.26- Seguros

Riscos Operacionais

A Companhia possui um amplo programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para todos os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de uma apólice do tipo *All Risks*. Este programa contempla inspeções e treinamentos *in loco* utilizando-se da estrutura de vários comitês de risco espalhados pela Vale, suas controladas e coligadas. Procura alinhar os riscos em todas as áreas, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando nos mercados nacional e internacional coberturas compatíveis com uma empresa do porte da Vale. As coberturas compreendem, além dos ativos e perda de produção, danos pessoais, danos a terceiros, danos ambientais e a cargas transportadas através da Companhia.

Seguros

Visando buscar os melhores instrumentos para uma gestão mais eficaz, além da busca de alternativas devido à crise porque vem passando o mercado internacional de seguros, a Companhia implementou em 2002 uma resseguradora cativa. Essa seguradora foi criada no intuito de melhorar a sua administração de riscos, bem como fornecer um instrumento mais eficiente de negociação e penetração nos mercados, servindo exclusivamente para subscrição de riscos de empresas do Grupo, no Brasil e no exterior. Além disso, uma intensificação da atuação dos comitês de risco vem sendo realizada visando aperfeiçoar o nível de operação e manutenção de instalações e equipamentos da Companhia.

10.27- Plano de Participação nos Resultados

O plano de participação dos empregados nos resultados da Companhia é composto de parcela vinculada aos resultados econômico-financeiros, medida através de indicadores como o fluxo de caixa operacional e pelo cumprimento das metas de desempenho de cada unidade.

Em 2003 a Companhia provisionou R\$ 96 (R\$ 120 em 2002) para participação no resultado (nota explicativa 10.24).

10.28- Resultado de Exercícios Futuros

Refere-se, basicamente, ao deságio na aquisição da CST.

10.29- Evento Subseqüente

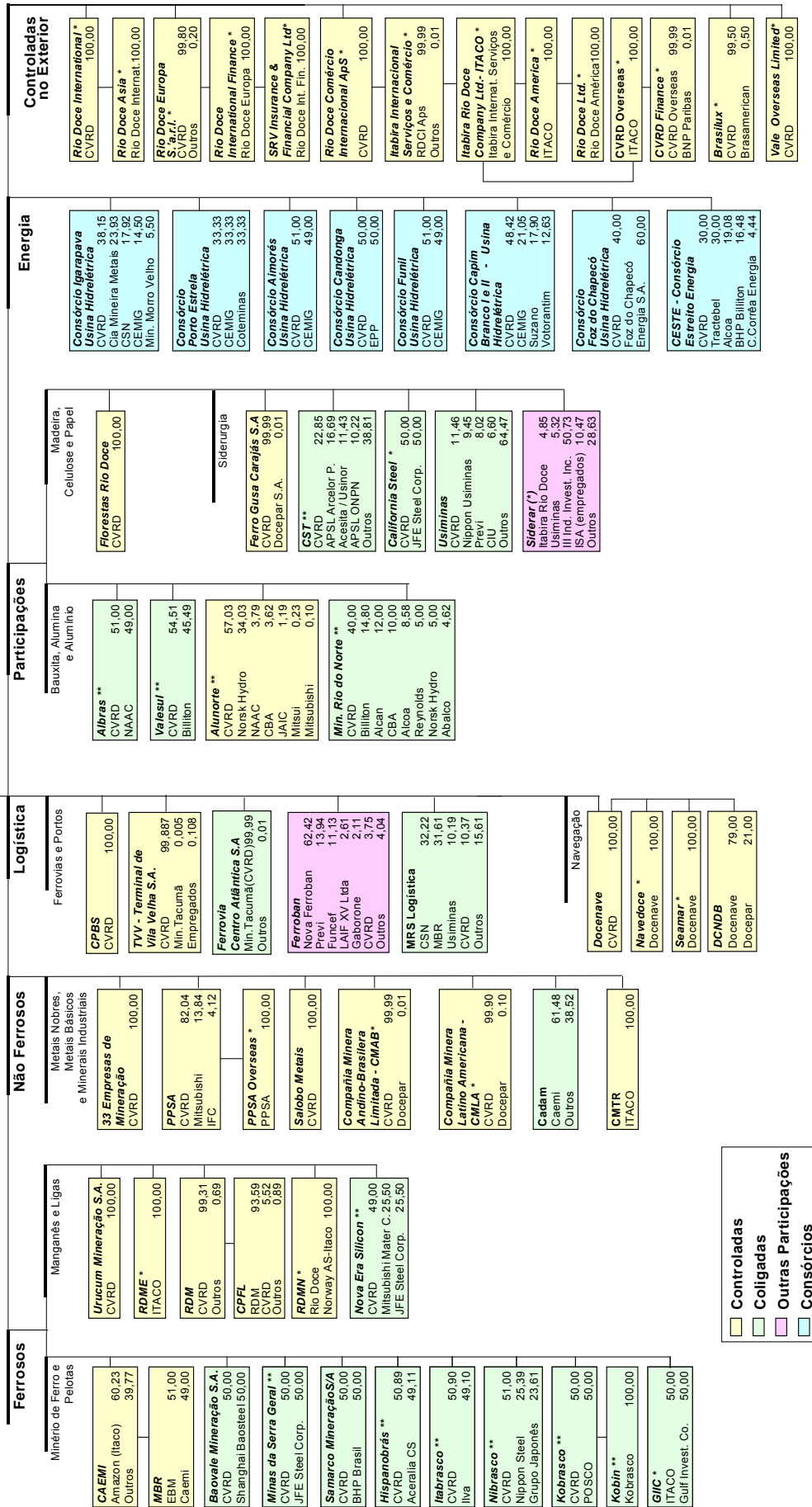
Em 09/01/04 a Companhia lançou US\$ 500 milhões de Bônus com vencimento em 2034. Os títulos têm cupom de 8,25% ao ano com pagamento semestral e serão vendidos a 98,904% do valor de face. Os Bônus foram precificados com retorno ao investidor (yield to maturity) de 8,35% ao ano e com spread de 336 pontos base sobre o título de 30 anos do Tesouro Americano. Os Bônus possuem vencimento em 17 de Janeiro de 2034 e receberam classificação de risco (rating) Ba2 pela Moody's Investor Services. O prazo de 30 anos é o mais longo já verificado para bônus emitidos por uma empresa brasileira no mercado internacional de capitais.

Os Bônus são obrigações não garantidas e não subordinadas da Vale Overseas Limited e contarão com a garantia completa e incondicional da Vale. A garantia será "pari passu" a todas as obrigações da Vale de natureza semelhante. Os recursos captados com esta emissão serão destinados à cobertura das necessidades gerais da Vale.

10.30- Participações Societárias (Organograma Societário em 31/12/03)

	Companhia Vale do Rio Doce	
	Valepar	33,64%
	Público	66,36%

Principais Empresas do Grupo CVRD
Participação Acionária - Capital Total (%)



	Controladas
	Coligadas
	Outras Participações
	Consórcios

* Empresas sediadas no exterior
** Participação vinculada a Acionistas

PARTE III

11- ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2003

Em milhões de reais

	% de participação				Ativo		Passivo		Informações contábeis						
	Total	Votante	Circulante	Realizável a longo prazo	Permanente	Circulante	Exigível a longo prazo	Patrimônio líquido (ajustado)	Vendas líquidas	Custo dos produtos e vendidos	Receitas (despesas) operac. não-operac.	Resultado	Resultado		
													IR e	CSL	
Controladas (a)															
Amazon Iron Ore Overseas Co. Ltd.	100,00	100,00	-	8	1.870	-	1.238	640	-	-	172	-	-	172	
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	57,03	61,74	374	226	1.852	660	960	832	1.236	(904)	49	-	(61)	320	
Brasilux S.A.	100,00	100,00	125	60	1	157	-	29	312	(307)	(2)	-	-	3	
Caemi Mineração e Metalurgia S.A.(b)	60,23	100,00	1.212	157	1.326	864	868	963	2.312	(1.281)	(444)	13	(180)	420	
Companhia Portuária Baía de Sepetiba	100,00	100,00	36	6	155	11	25	161	27	(18)	(1)	-	(3)	5	
CVRD Overseas Ltd.	100,00	100,00	765	1.406	-	288	1.464	419	1.436	(1.285)	(65)	-	-	86	
Doepar S.A.	100,00	100,00	3	151	2	30	100	26	-	-	12	-	-	12	
Ferrovia Centro - Atlântica S.A.	99,99	100,00	150	146	487	185	468	130	452	(548)	(70)	(198)	-	(364)	
Ferteco Internacional	100,00	100,00	66	6	-	10	-	62	4	-	(2)	-	-	2	
Ferteco Mineração S.A.	100,00	100,00	-	-	-	-	-	-	795	(442)	(45)	-	(65)	243	
Florestas Rio Doce S.A.	100,00	100,00	63	133	4	14	28	158	-	-	(12)	(1)	4	(9)	
Itabira Rio Doce Company Limited - ITACO	100,00	100,00	1.469	3.077	2.214	2.766	2.493	1.501	6.622	(6.240)	98	(41)	-	439	
Mineração Tacumã Ltda.	100,00	100,00	1	2	134	15	797	(675)	-	-	(364)	-	-	(364)	
Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE	100,00	100,00	268	220	12	80	177	243	399	(361)	(61)	48	(4)	21	
Para Pigmentos S.A.	82,04	85,57	84	-	200	159	35	90	194	(115)	(8)	-	(7)	64	
Rio Doce América Inc.	100,00	100,00	87	398	313	147	20	631	319	(310)	27	-	(10)	26	
Rio Doce Europa S.ª a.r.l.	100,00	100,00	109	-	2.967	43	-	3.033	-	-	205	-	-	205	
Rio Doce International Finance Ltd.	100,00	100,00	664	3.845	6	144	1.404	2.967	298	(86)	4	-	-	216	
Rio Doce Manganesê Europe - RDME	100,00	100,00	222	-	96	118	13	187	436	(400)	(15)	(3)	-	18	
Rio Doce Manganesê S.A.	100,00	100,00	630	180	257	341	107	619	687	(423)	(165)	128	19	246	
Salobo Metais S.A.	100,00	100,00	-	-	714	1	503	210	-	-	-	-	-	-	
TVV - Terminal de Vila Velha S.A.	99,89	99,89	15	4	55	13	2	59	69	(59)	-	-	(2)	8	
Urucum Mineração S.A.	100,00	100,00	43	27	42	40	15	57	110	(53)	(26)	-	(7)	24	
Valeoverseas Ltd.	100,00	100,00	61	1.755	-	61	1.755	-	-	-	-	-	-	-	
Vale do Rio Doce Alumínio S.A. - ALUVALE	100,00	100,00	-	-	-	-	-	-	36	-	590	-	(11)	615	
Outras			79	4	227	74	72	164	139	(100)	(5)	(5)	(13)	16	
Controladas de controle compartilhado (a)															
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A.	51,00	51,00	619	357	1.107	577	666	840	1.818	(1.122)	32	(11)	(132)	585	
California Steel Industries, Inc.	50,00	50,00	677	8	781	247	591	628	2.353	(2.294)	(40)	-	(7)	12	
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	50,00	50,00	59	86	207	61	285	6	423	(356)	70	-	(23)	114	
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	50,89	51,00	102	34	47	63	27	93	357	(327)	(9)	-	(4)	17	
Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	50,90	51,00	95	65	38	70	63	65	330	(291)	(15)	-	(9)	15	
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	51,00	51,11	128	46	79	133	19	101	662	(632)	(10)	2	(5)	17	
Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST	28,02	20,51	1.521	134	5.100	1.271	1.952	3.532	3.735	(2.390)	(182)	40	(100)	1.103	
Gulf Industrial Investment Co.-GILC	50,00	50,00	285	-	108	88	72	233	532	(411)	(52)	-	-	69	
Minas da Serra Geral S.A. - MSG	50,00	50,00	64	9	78	25	37	89	69	(36)	(11)	-	(6)	16	
Mineração Rio do Norte S.A.	40,00	40,00	150	375	1.089	571	247	796	759	(363)	(26)	-	(43)	327	
MRS Logística S.A.	29,35	28,75	421	384	648	514	683	256	1.216	(515)	(343)	(4)	22	376	
Samarco Mineração S.A.	50,00	50,00	393	47	894	584	167	583	1.423	(662)	(106)	(98)	(99)	458	
Valesul Alumínio S.A.	54,51	54,51	186	68	141	63	66	266	478	(371)	(30)	-	(22)	55	
Outras			49	7	99	30	23	102	113	(76)	(14)	-	(5)	18	

Observações:

- (a) Os montantes acima correspondem aos totais apresentados nas demonstrações contábeis dessas empresas em 31 de dezembro de 2003 e não somente à parcela incluída no consolidado da Companhia.
- (b) As demonstrações contábeis da Caemi são consolidadas e inclui R\$ 204 de participação de minoritários.

12- ANEXO II - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
12.1 - Área de Alumínio – Albras (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003					2002				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME	ton (mil)	99									
Quantidade vendida -MI	ton (mil)	4	102	107	110	418	84	108	101	100	393
Quantidade vendida-total	ton (mil)	103	106	111	114	434	88	110	104	104	406
Preço médio - ME	US\$	1.336,40	1.324,49	1.365,02	1.417,96	1.362,28	1.318,33	1.409,42	1.288,20	1.304,79	1.304,70
Preço médio - MI	US\$	1.376,14	1.365,10	1.398,92	1.455,46	1.398,91	1.352,12	1.330,47	1.335,69	1.356,26	1.355,55
Preço médio-total	US\$	1.337,98	1.326,07	1.366,25	1.419,37	1.363,68	1.319,81	1.332,13	1.289,68	1.306,47	1.306,38
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	451	400	387	337	337	524	507	499	466	466
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	-	-	-	-	-	73	49	20	20	20
Endividamento bruto total	US\$	451	400	387	337	337	597	556	519	486	486
Patrimônio líquido	R\$	480	727	798	840	840	299	113	(209)	257	257
Receita líquida	R\$	480	424	446	468	1.818	274	366	414	490	1.544
Custo de produtos	R\$	(285)	(271)	(274)	(292)	(1.122)	(171)	(224)	(249)	(288)	(932)
Outras despesas/receitas	R\$	(16)	(11)	(17)	(29)	(73)	(13)	(10)	(22)	(6)	(51)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	18	16	15	16	65	16	17	17	17	67
EBITDA	R\$	197	158	170	163	688	106	149	160	213	628
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(18)	(16)	(15)	(16)	(65)	(16)	(17)	(17)	(17)	(67)
EBIT	R\$	179	142	155	147	623	90	132	143	196	561
Baixa de ativos	R\$	-	(12)	1	-	(11)	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	R\$	64	176	(76)	(59)	105	(11)	(333)	(505)	176	(673)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	243	306	80	88	717	79	(201)	(362)	372	(112)
IR/CSL	R\$	(19)	(59)	(8)	(46)	(132)	(3)	14	40	88	139
Resultado do exercício	R\$	224	247	72	42	585	76	(187)	(322)	460	27

12.2 - Área de Alumínio – Alunorte (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003					2002				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME	ton (mil)	289	303	395	410	1.397	222	175	115	208	720
Quantidade vendida -MI	ton (mil)	201	234	236	207	878	205	235	233	199	872
Quantidade vendida-total	ton (mil)	490	537	631	617	2.275	427	410	348	407	1.592
Preço médio - ME	US\$	170,93	172,57	190,01	182,59	180,10	148,20	152,79	162,37	154,43	153,39
Preço médio - MI	US\$	173,60	175,13	178,71	184,00	177,83	175,94	175,38	173,97	169,51	173,79
Preço médio-total	US\$	172,03	173,68	185,78	183,07	179,23	161,55	165,72	170,13	161,79	164,56
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	482	494	479	490	490	455	455	473	481	481
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	-	4	8	-	-	-	-	-	-	-
Endividamento bruto total	US\$	482	498	487	490	490	455	455	473	481	481
Patrimônio líquido	R\$	546	698	789	832	832	574	452	226	445	445
Receita líquida	R\$	292	273	340	331	1.236	165	174	196	250	785
Custo de produtos	R\$	(218)	(218)	(235)	(233)	(904)	(136)	(135)	(131)	(174)	(576)
Outras despesas/receitas	R\$	(6)	(6)	(13)	(4)	(29)	(7)	(4)	(4)	(7)	(22)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	15	19	17	19	70	13	13	13	13	52
EBITDA	R\$	83	68	109	113	373	35	48	74	82	239
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(15)	(19)	(17)	(19)	(70)	(13)	(13)	(13)	(13)	(52)
EBIT	R\$	68	49	92	94	303	22	35	61	69	187
Baixa de ativos	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	R\$	44	137	(62)	(41)	78	(11)	(198)	(374)	114	(469)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	112	186	30	53	381	11	(163)	(313)	183	(282)
IR/CSL	R\$	(10)	(35)	(7)	(9)	(61)	(1)	21	6	73	99
Resultado do exercício	R\$	102	151	23	44	320	10	(142)	(307)	256	(183)

12.3 - Área de Alumínio – Aluvale (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003					2002				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Patrimônio líquido	R\$	1.116	1.352	1.448	1.503	1.503	891	752	448	917	917
Receita líquida	R\$	7	4	6	7	24	4	4	5	6	19
Custo de produtos	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas/receitas	R\$	(1)	(1)	(1)	(1)	(4)	(1)	(1)	(1)	(10)	(13)
Dividendos recebidos	R\$	17	5	34	5	61	29	28	23	23	103
EBITDA	R\$	23	8	39	11	81	32	31	27	19	109
Dividendos recebidos	R\$	(17)	(5)	(34)	(5)	(61)	(29)	(28)	(23)	(23)	(103)
EBIT	R\$	6	3	5	6	20	3	3	4	(4)	6
Baixa de ativos	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de participações societárias	R\$	211	241	93	48	593	59	(147)	(304)	469	77
Resultado financeiro líquido	R\$	4	4	2	3	13	5	5	1	2	13
Lucro antes do IR/CSL	R\$	221	248	100	57	626	67	(139)	(299)	467	96
IR/CSL	R\$	7	(2)	(3)	(2)	-	(3)	(2)	(2)	(1)	(8)
Resultado do exercício	R\$	228	246	97	55	626	64	(141)	(301)	466	88

12.4 - Área de Alumínio – MRN (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003					2002				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME	ton (mil)	711	958	1.324	1.347	4.340	485	790	740	601	2.616
Quantidade vendida -MI	ton (mil)	1.485	2.554	2.725	3.016	9.780	1.296	1.821	1.814	2.381	7.312
Quantidade vendida-total	ton (mil)	2.196	3.512	4.049	4.363	14.120	1.781	2.611	2.554	2.982	9.928
Preço médio - ME	US\$	21,31	21,20	21,27	21,61	21,37	20,56	19,09	19,21	21,42	19,93
Preço médio - MI	US\$	18,24	18,15	18,21	18,50	18,29	19,46	18,01	18,16	20,32	19,06
Preço médio-total	US\$	19,23	18,98	19,21	19,46	19,23	19,76	18,34	18,46	20,54	18,95
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	69	65	58	49	49	96	90	78	76	76
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	44	134	145	162	162	14	19	23	29	29
Endividamento bruto total	US\$	113	199	203	211	211	110	109	101	105	105
Patrimônio líquido	R\$	732	807	826	796	796	595	563	498	672	672
Receita líquida	R\$	140	184	211	224	759	76	111	147	204	538
Custo de produtos	R\$	(69)	(89)	(100)	(105)	(363)	(40)	(61)	(73)	(78)	(252)
Outras despesas/receltas	R\$	(5)	(3)	(5)	3	(10)	(1)	(5)	(2)	(3)	(11)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	15	18	21	24	78	10	13	15	15	53
EBITDA (*)	R\$	81	110	127	146	464	45	58	87	138	328
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(15)	(18)	(21)	(24)	(78)	(10)	(13)	(15)	(15)	(53)
EBIT	R\$	66	92	106	122	386	35	45	72	123	275
Resultado de participações societárias	R\$	-	-	-	-	-	(3)	(1)	-	2	(2)
Baixa de ativos	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	17	17
Resultado financeiro líquido	R\$	-	(11)	(2)	(3)	(16)	(2)	(32)	(74)	102	(6)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	66	81	104	119	370	30	12	(2)	244	284
IR/CSL	R\$	(5)	(6)	(7)	(25)	(43)	(7)	(4)	(5)	(26)	(42)
Resultado do exercício	R\$	61	75	97	94	327	23	8	(7)	218	242

12.5 - Área de Alumínio – Valesul (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003					2002				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME	ton (mil)	9	15	17	17	58	9	12	8	13	42
Quantidade vendida -MI	ton (mil)	10	9	9	12	40	12	12	10	14	48
Quantidade vendida-total	ton (mil)	19	24	26	29	98	21	24	18	27	90
Preço médio - ME	US\$	1.505,49	1.516,01	1.518,30	1.570,41	1.530,99	1.467,44	1.481,49	1.485,09	1.413,67	1.459,01
Preço médio - MI	US\$	1.933,02	1.970,53	1.974,21	1.957,43	1.958,05	1.906,21	1.865,52	1.779,65	1.801,29	1.837,32
Preço médio-total	US\$	1.730,60	1.685,83	1.668,32	1.731,60	1.703,41	1.720,97	1.663,20	1.654,96	1.618,98	1.661,77
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	1	1	1	1	1	1	1	-	1	1
Endividamento bruto total	US\$	2	2	2	2	2	3	2	1	2	2
Patrimônio líquido	R\$	288	273	286	266	266	231	246	266	261	261
Receita líquida	R\$	108	112	121	137	478	78	93	94	146	411
Custo de produtos	R\$	(69)	(89)	(99)	(114)	(371)	(64)	(72)	(62)	(87)	(285)
Outras despesas/receitas	R\$	(7)	(15)	(4)	(5)	(31)	(3)	(1)	(7)	(14)	(25)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	3	6	4	4	17	3	4	3	3	13
EBITDA	R\$	35	14	22	22	93	14	24	28	48	114
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(3)	(6)	(4)	(4)	(17)	(3)	(4)	(3)	(3)	(13)
EBIT	R\$	32	8	18	18	76	11	20	25	45	101
Baixa de ativos	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	R\$	-	-	1	-	1	(1)	1	(1)	(2)	(3)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	32	8	19	18	77	10	21	24	43	98
IR/CSL	R\$	(5)	(5)	(6)	(6)	(22)	(4)	(6)	(4)	(6)	(20)
Resultado do exercício	R\$	27	3	13	12	55	6	15	20	37	78

12.6 - Área de Pelotização – Hispanobras (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003					2002				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	268	625	94	386	1.373	487	356	165	313	1.321
Quantidade vendida - MI	ton (mil)	637	265	730	580	2.212	420	480	520	826	2.246
Quantidade vendida - total	ton (mil)	905	890	824	966	3.585	907	836	685	1.139	3.567
Preço médio - ME	US\$	29,54	33,75	32,62	33,06	32,66	31,33	31,49	31,39	24,28	29,71
Preço médio - MI	US\$	29,95	38,90	32,56	33,13	32,72	31,43	31,63	32,28	27,31	30,15
Preço médio - total	US\$	29,75	36,33	32,59	33,10	32,94	31,38	31,56	32,07	25,80	29,77
Patrimônio líquido	R\$	91	97	98	93	93	85	86	94	86	86
Receita líquida	R\$	94	93	79	91	357	67	59	67	126	319
Custo de produtos	R\$	(81)	(85)	(64)	(97)	(327)	(58)	(56)	(57)	(106)	(277)
Outras despesas/receitas	R\$	(2)	7	(11)	7	1	(2)	(6)	(3)	(3)	(14)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	2	2	2	3	9	2	2	2	2	8
EBITDA	R\$	13	17	6	4	40	9	(1)	9	19	36
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(2)	(2)	(2)	(3)	(9)	(2)	(2)	(2)	(2)	(8)
EBIT	R\$	11	15	4	1	31	7	(3)	7	17	28
Baixa de ativos	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	R\$	(4)	(7)	-	1	(10)	1	6	8	(3)	12
Lucro antes do IR/CSL	R\$	7	8	4	2	21	8	3	15	14	40
IR/CSL	R\$	(3)	-	(2)	1	(4)	(3)	(1)	(5)	(5)	(14)
Resultado do exercício	R\$	4	8	2	3	17	5	2	10	9	26

12.7 - Área de Pelotização – Itabasco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003						2002					
		1T	2T	3T	4T	Acumulado		1T	2T	3T	4T	Acumulado	
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	306	778	838	700	2.622		644	533	572	431	2.180	
Quantidade vendida - MI	ton (mil)	507	65	-	81	653		233	169	243	482	1.127	
Quantidade vendida - total	ton (mil)	813	843	838	781	3.275		877	702	815	913	3.307	
Preço médio - ME	US\$	29,97	33,53	32,96	32,97	32,78		31,16	28,46	29,96	30,01	29,71	
Preço médio - MI	US\$	29,20	55,87	0,00	33,20	32,35		31,90	27,79	30,33	30,60	29,13	
Preço médio - total	US\$	29,54	35,25	32,96	33,00	32,71		31,35	28,30	30,06	30,18	29,51	
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	5	-	-	1	1		18	17	16	-	-	
Endividamento bruto total	US\$	5	-	-	1	1		18	17	16	-	-	
Patrimônio líquido	R\$	59	65	69	65	65		60	66	78	56	56	
Receita líquida	R\$	85	91	80	74	330		66	50	80	94	290	
Custo de produtos	R\$	(73)	(76)	(73)	(69)	(291)		(57)	(48)	(67)	(89)	(261)	
Outras despesas/receitas	R\$	(2)	(1)	(2)	(4)	(9)		(4)	(2)	(6)	4	(8)	
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	
EBITDA	R\$	10	14	5	1	30		5	-	7	9	21	
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	
EBIT	R\$	10	14	5	1	30		5	-	7	9	21	
Baixa de ativos	R\$	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	
Resultado financeiro líquido	R\$	(4)	(5)	2	1	(6)		(1)	9	13	(5)	16	
Lucro antes do IR/CSL	R\$	6	9	7	2	24		4	9	20	4	37	
IR/CSL	R\$	(3)	(3)	(3)	-	(9)		(2)	(4)	(8)	2	(12)	
Resultado do exercício	R\$	3	6	4	2	15		2	5	12	6	25	

12.8 - Área de Pelotização – Kobrasco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003					2002				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	453	667	800	722	2.642	436	534	850	1.074	2.894
Quantidade vendida - MI	ton (mil)	681	461	200	360	1.702	420	478	-	242	1.140
Quantidade vendida - total	ton (mil)	1.134	1.128	1.000	1.082	4.344	856	1.012	850	1.316	4.034
Preço médio - ME	US\$	29,89	29,98	33,57	32,04	31,61	31,31	29,34	29,47	29,89	29,88
Preço médio - MI	US\$	30,72	30,90	38,68	33,33	32,26	32,08	29,24	-	30,32	30,51
Preço médio - total	US\$	30,39	30,35	34,59	32,47	31,86	31,69	29,30	29,47	29,97	30,09
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	124	102	102	96	96	150	143	147	114	114
Endividamento bruto total	US\$	124	102	102	96	96	150	143	147	114	114
Patrimônio líquido	R\$	(89)	(54)	(49)	6	6	17	(33)	(125)	(107)	(107)
Receita líquida	R\$	117	102	102	102	423	64	72	74	143	353
Custo de produtos	R\$	(95)	(89)	(82)	(90)	(356)	(50)	(67)	(60)	(112)	(289)
Outras despesas/receitas	R\$	(8)	(6)	(3)	7	(10)	(4)	(2)	(7)	(29)	(42)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	2	2	2	2	8	2	2	2	2	8
EBITDA	R\$	16	9	19	21	65	12	5	9	4	30
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(2)	(2)	(2)	(2)	(8)	(2)	(2)	(2)	(2)	(8)
EBIT	R\$	14	7	17	19	57	10	3	7	2	22
Baixa de ativos	R\$	-	-	-	76	76	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	R\$	-	-	-	-	-	-	1	2	(3)	-
Resultado financeiro líquido	R\$	18	50	(8)	(56)	4	(4)	(78)	(147)	45	(184)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	32	57	9	39	137	6	(74)	(138)	44	(162)
IR/CSL	R\$	(14)	(21)	(4)	16	(23)	(3)	25	46	(27)	41
Resultado do exercício	R\$	18	36	5	55	114	3	(49)	(92)	17	(121)

12.9 - Área de Pelotização – Nibrasco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003					2002				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	469	513	509	761	2.252	407	686	290	783	2.166
Quantidade vendida - MI - CVRD	ton (mil)	1.303	1.180	1.085	874	4.442	584	1.544	1.520	1.301	4.949
Quantidade vendida - MI - Outros	ton (mil)	28	26	32	33	119	9	27	32	32	100
Quantidade vendida - total	ton (mil)	1.800	1.719	1.626	1.668	6.813	1.000	2.257	1.842	2.116	7.215
Preço médio - ME	US\$	28,76	27,69	32,96	32,41	30,70	30,25	30,88	27,39	28,95	29,60
Preço médio - MI	US\$	27,38	28,23	34,18	30,44	29,87	30,49	31,58	25,69	28,25	28,77
Preço médio - total	US\$	27,75	28,07	33,79	31,35	30,14	30,39	31,36	25,96	28,52	29,01
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	1	-	-	-	-	4	2	2	1	1
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	2	2	2	1	1	2	2	2	2	2
Endividamento bruto total	US\$	3	2	2	1	1	6	4	4	3	3
Patrimônio líquido	R\$	87	82	99	101	101	79	84	88	102	102
Receita líquida	R\$	175	147	174	166	662	71	164	162	220	617
Custo de produtos	R\$	(167)	(153)	(156)	(156)	(632)	(70)	(144)	(148)	(191)	(553)
Outras despesas/receitas	R\$	(2)	(2)	(1)	(2)	(7)	(2)	(5)	(4)	(8)	(19)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	4	4	3	4	15	4	4	4	4	16
EBITDA	R\$	10	(4)	20	12	38	3	19	14	25	61
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(4)	(4)	(3)	(4)	(15)	(4)	(4)	(4)	(4)	(16)
EBIT	R\$	6	(8)	17	8	23	(1)	15	10	21	45
Baixa de ativos	R\$	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	R\$	1	2	(5)	(1)	(3)	(2)	(4)	(2)	1	(7)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	7	(6)	14	7	22	(3)	11	8	22	38
IR/CSL	R\$	(4)	-	2	(3)	(5)	-	(5)	(4)	(9)	(18)
Resultado do exercício	R\$	3	(6)	16	4	17	(3)	6	4	13	20

12.10 - Área de Pelotização – Samarco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2003						2002					
	1T	2T	3T	4T	Acumulado		1T	2T	3T	4T	Acumulado	
Quantidade vendida - Pelotas ton (mil)	3.338	3.339	3.359	3.454	13.490		2.629	2.886	3.275	3.370	12.160	
Quantidade vendida - Minério de ferro ton (mil)	650	938	569	319	2.476		672	550	596	464	2.282	
Quantidade vendida - total ton (mil)	3.988	4.277	3.928	3.773	15.966		3.301	3.436	3.871	3.834	14.442	
Preço médio - Pelotas US\$	29,78	35,03	35,47	35,85	34,05		32,03	31,42	30,13	31,27	31,16	
Preço médio - Minério de ferro US\$	16,39	16,57	17,56	14,36	16,47		14,59	14,95	15,81	14,30	14,94	
Preço médio - total US\$	27,59	30,98	32,88	34,03	31,32		28,48	28,78	27,93	29,22	28,60	
Endividamento bruto contratado a longo prazo US\$	56	50	38	25	25		93	87	76	67	67	
Endividamento bruto contratado a curto prazo US\$	123	138	136	167	167		169	181	170	142	142	
Endividamento bruto total US\$	179	188	174	192	192		262	268	246	209	209	
Patrimônio líquido R\$	627	641	658	583	583		510	418	344	494	494	
Receita líquida R\$	361	371	348	343	1.423		213	239	311	398	1.161	
Custo de produtos R\$	(163)	(166)	(163)	(170)	(662)		(109)	(115)	(138)	(145)	(507)	
Outras despesas R\$	(11)	(48)	(33)	(25)	(117)		(20)	(29)	(45)	(21)	(115)	
Depreciação, amortização e exaustão R\$	10	11	11	12	44		8	9	9	9	35	
EBITDA (*) R\$	197	168	163	160	688		92	104	137	241	574	
Depreciação, amortização e exaustão R\$	(10)	(11)	(11)	(12)	(44)		(8)	(9)	(9)	(9)	(35)	
EBIT R\$	187	157	152	148	644		84	95	128	232	539	
Baixa de ativos R\$	-	(37)	-	(72)	(109)		-	-	-	-	-	
Equivalência patrimonial R\$	(3)	18	(8)	11	18		2	(12)	(42)	17	(35)	
Resultado financeiro líquido R\$	-	25	(14)	(7)	4		(15)	(95)	(163)	27	(246)	
Lucro antes do IR/CSL R\$	184	163	130	80	557		71	(12)	(77)	276	258	
IR/CSL R\$	(44)	(20)	(24)	(11)	(99)		(13)	(7)	4	(42)	(58)	
Resultado do exercício R\$	140	143	106	69	458		58	(19)	(73)	234	200	

(*) O 2T/03 foi ajustado.

12.11 - Área de Pelotização – GILC (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003					2002				
		1º Trim (*)	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Acumulado	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Acumulado
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	772	1.178	900	1.089	3.939	823	676	643	932	3.074
Quantidade vendida - total	ton (mil)	772	1.178	900	1.089	3.939	823	676	643	932	3.074
Preço médio - ME	US\$	41,00	43,30	41,18	43,11	42,31	41,76	40,30	41,55	40,40	40,98
Preço médio - total	US\$	41,00	43,30	41,18	43,11	42,31	41,76	40,30	41,55	40,40	40,98
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	35	35	30	25	25	40	40	40	35	35
Endividamento bruto total	US\$	35	35	30	25	25	40	40	40	35	35
Patrimônio líquido	R\$	226	242	218	233	233	154	193	272	257	257
Receita líquida	R\$	112	152	126	142	532	83	67	81	140	371
Custo de produtos	R\$	(87)	(116)	(97)	(111)	(411)	(64)	(57)	(69)	(103)	(293)
Outras despesas/receitas	R\$	(10)	(6)	(18)	(17)	(51)	(7)	(10)	(6)	(26)	(49)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	3	-	3	3	9	2	2	6	7	17
EBITDA	R\$	18	30	14	17	79	14	2	12	18	46
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(3)	-	(3)	(3)	(9)	(2)	(2)	(6)	(7)	(17)
EBIT	R\$	15	30	11	14	70	12	-	6	11	29
Gainho/perda na conversão de moedas	R\$	(1)	(9)	8	1	(1)	(3)	6	2	2	7
Resultado do exercício	R\$	14	21	19	15	69	9	6	8	13	36

(*) Base resultado acumulado fevereiro/03

12.12 - Área de Pelotização – Ferteco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003								2002	
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME - Minério de ferro	ton (mil)	3.503	2.917	1.417		7.837	2.020	2.713	2.769	2.142	9.644
Quantidade vendida -MI - Minério de ferro	ton (mil)	1.376	1.509	1.433		4.318	512	832	1.594	1.146	4.084
Quantidade vendida total - Minério de ferro	ton (mil)	4.879	4.426	2.850	-	12.155	2.532	3.545	4.363	3.288	13.728
Quantidade vendida -ME - Pelotas	ton (mil)	358	514	393		1.265	448	736	554	645	2.383
Quantidade vendida -MI - Pelotas	ton (mil)	498	661	364		1.523	277	498	703	697	2.175
Quantidade vendida total - Pelotas	ton (mil)	856	1.175	757	-	2.788	725	1.234	1.257	1.342	4.558
Preço médio - ME - Minério de ferro	US\$	16,29	18,82	19,38		17,79	16,53	17,32	16,38	16,56	16,76
Preço médio - MI - Minério de ferro	US\$	7,73	8,69	7,96		8,14	3,71	6,20	6,47	5,42	6,02
Preço médio total - Minério de ferro	US\$	13,87	13,67	13,64		13,74	14,59	14,70	12,66	12,68	13,46
Preço médio - ME - Pelotas	US\$	28,51	31,05	31,85		30,58	28,08	29,68	26,78	28,73	28,45
Preço médio - MI - Pelotas	US\$	30,40	32,42	33,05		31,91	19,02	23,15	23,38	19,73	21,60
Preço médio total - Pelotas	US\$	29,62	31,82	32,42		31,31	26,63	27,05	24,88	24,06	25,18
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	82	78	78		78	94	88	74	82	82
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	10	-	-		-	55	58	52	23	23
Endividamento bruto total	US\$	92	78	78	-	78	149	146	126	105	105
Patrimônio líquido	R\$	708	807	850		850	215	544	568	619	619
Receita líquida	R\$	311	299	185		795	127	195	302	293	917
Custo de produtos	R\$	(181)	(150)	(111)		(442)	(70)	(128)	(187)	(141)	(526)
Outras despesas/receitas	R\$	(23)	(25)	(26)		(74)	(13)	(29)	(15)	(100)	(157)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	25	26	17		68	7	25	23	24	79
EBITDA (*)	R\$	132	150	65	-	347	51	63	123	76	313
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(25)	(26)	(17)	-	(68)	(7)	(25)	(23)	(24)	(79)
EBIT	R\$	107	124	48	-	279	44	38	100	52	234
Baixa de ativos	R\$	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-
Resultado de Participações Societárias	R\$	4	9	12		25	-	(29)	(20)	22	(27)
Resultado financeiro líquido	R\$	(9)	7	5		3	(5)	(44)	(59)	7	(101)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	102	140	66	-	308	39	(35)	21	81	106
IR/CSL	R\$	(13)	(29)	(23)		(65)	(11)	24	3	(31)	(15)
Resultado do exercício	R\$	89	111	43	-	243	28	(11)	24	50	91

(*) O 1T/03 e o 2T/03 foram ajustados.

A Companhia foi incorporada em 29/08/2003.

12.13 - Área de Manganês e Ferroligas – RDM (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003					2002				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME - Ferroligas	ton (mil)	30	40	47	51	168	23	39	63	35	160
Quantidade vendida -MI - Ferroligas	ton (mil)	37	38	43	46	164	37	39	41	50	167
Quantidade vendida-total	ton (mil)	67	78	90	97	332	60	78	104	85	327
Quantidade vendida -ME - Manganês	ton (mil)	147	306	261	294	1.008	243	212	181	192	828
Quantidade vendida -MI - Manganês	ton (mil)	94	76	83	76	329	15	35	58	90	198
Quantidade vendida-total	ton (mil)	241	382	344	370	1.337	258	247	239	282	1.026
Preço médio - ME - Ferroligas	US\$	573,88	549,79	534,97	621,32	571,66	525,00	384,64	483,67	548,54	479,65
Preço médio - MI - Ferroligas	US\$	505,02	664,75	607,37	623,79	602,18	519,19	506,79	379,56	339,76	428,31
Preço médio-total	US\$	536,68	606,47	569,57	622,52	587,07	521,43	445,72	442,63	425,73	453,43
Preço médio - ME - Manganês	US\$	46,71	42,17	43,96	43,14	43,58	52,49	44,38	44,91	46,96	46,96
Preço médio - MI - Manganês	US\$	36,35	46,00	50,48	43,29	43,75	68,27	58,11	50,97	46,47	46,47
Preço médio-total	US\$	42,65	42,93	45,52	43,17	43,61	53,40	46,32	46,38	45,86	46,86
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	20	39	39	19	19	21	18	20	22	22
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	37	25	18	42	42	30	28	25	36	36
Endividamento bruto total	US\$	57	64	57	61	61	51	46	45	58	58
Patrimônio líquido	R\$	310	336	365	619	619	245	262	307	293	293
Receita líquida	R\$	142	171	177	197	687	96	106	168	153	523
Custo de produtos	R\$	(84)	(93)	(112)	(134)	(423)	(51)	(69)	(101)	(86)	(307)
Outras despesas/receitas	R\$	(23)	(27)	(28)	(50)	(128)	(9)	(6)	(18)	(56)	(89)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	5	6	6	2	19	3	3	5	4	15
EBITDA	R\$	40	57	43	15	155	39	34	54	15	142
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(5)	(6)	(6)	(2)	(19)	(3)	(3)	(5)	(4)	(15)
EBIT	R\$	35	51	37	13	136	36	31	49	11	127
Baixa de ativos	R\$	-	-	-	(46)	(46)	-	-	-	-	-
Alienação de investimento	R\$	-	-	-	174	174	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	R\$	(11)	(19)	(6)	(1)	(37)	(1)	(4)	13	(34)	(26)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	24	32	31	140	227	35	27	62	(23)	101
IR/CSL	R\$	(6)	(7)	(2)	34	19	(2)	(4)	(16)	3	(19)
Resultado do exercício	R\$	18	25	29	174	246	33	23	46	(20)	82

12.14 - Área de Manganês e Ferroligas – Urucum (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2003						2002					
	1T	2T	3T	4T	Acumulado		1T	2T	3T	4T	Acumulado	
Quantidade vendida -ME - Ferro	238	174	214	261	887	ton (mil)	220	226	197	118	761	
Quantidade vendida -MI - Ferro	7	-	3	-	10	ton (mil)	13	5	1	2	21	
Quantidade vendida-total	245	174	217	261	897	ton (mil)	233	231	198	120	782	
Quantidade vendida -ME - Manganês	18	43	52	30	143	ton (mil)	4	37	25	25	91	
Quantidade vendida -MI - Manganês	46	66	55	82	249	ton (mil)	87	45	53	74	259	
Quantidade vendida-total	64	109	107	112	392	ton (mil)	91	82	78	99	350	
Quantidade vendida -ME - Ferroligas	5	3	8	4	20	ton (mil)	3	6	3	4	16	
Quantidade vendida -MI - Ferroligas	-	-	-	1	1	ton (mil)	-	1	-	-	1	
Quantidade vendida-total	5	3	8	5	21	ton (mil)	3	7	3	4	17	
Preço médio - ME - Ferro	13,70	15,03	15,86	14,99	14,86	US\$	13,92	15,11	14,36	13,77	14,36	
Preço médio - MI - Ferro	3,26	-	2,21	-	2,95	US\$	4,26	4,21	4,13	3,10	4,11	
Preço médio-total	13,43	15,03	15,67	14,99	14,74	US\$	13,38	14,88	14,31	13,56	14,09	
Preço médio - ME - Manganês	36,35	35,81	38,95	37,07	37,28	US\$	41,06	36,58	46,16	46,54	42,13	
Preço médio - MI - Manganês	32,91	38,10	42,22	42,84	39,61	US\$	47,20	47,42	38,15	32,36	41,19	
Preço médio-total	33,87	37,18	40,66	41,30	38,77	US\$	47,00	42,52	40,76	35,89	41,43	
Preço médio - ME - Ferroligas	509,35	503,55	483,38	483,45	492,91	US\$	456,32	457,11	452,09	485,44	462,15	
Preço médio - MI - Ferroligas	-	-	-	388,80	388,80	US\$	-	232,48	-	-	232,48	
Preço médio-total	509,35	503,55	483,38	470,78	489,44	US\$	456,32	445,98	452,09	485,44	457,60	
Endividamento bruto contratado a curto prazo	-	5	5	8	8	US\$	-	-	-	-	-	
Endividamento bruto total	-	5	5	8	8	US\$	-	-	-	-	-	
Patrimônio líquido	76	47	53	57	57	R\$	53	65	70	69	69	
Receita líquida	27	23	31	29	110	R\$	19	24	21	24	88	
Custo de produtos	(11)	(10)	(18)	(14)	(53)	R\$	(9)	(10)	(9)	(9)	(37)	
Outras despesas/receitas	(5)	1	(5)	(11)	(20)	R\$	-	(3)	(1)	(8)	(12)	
Depreciação, amortização e exaustão	1	1	1	2	5	R\$	1	1	1	-	3	
EBITDA	12	15	9	6	42	R\$	11	12	12	7	42	
Depreciação, amortização e exaustão	(1)	(1)	(1)	(2)	(5)	R\$	(1)	(1)	(1)	-	(3)	
EBIT	11	14	8	4	37	R\$	10	11	11	7	39	
Baixa de Ativos	-	-	-	-	-	R\$	-	-	-	(5)	(5)	
Resultado financeiro líquido	(1)	(7)	-	2	(6)	R\$	-	2	5	(4)	3	
Lucro antes do IR/CSL	10	7	8	6	31	R\$	10	13	16	(2)	37	
IR/CSL	(3)	-	(4)	-	(7)	R\$	(1)	(2)	(10)	-	(13)	
Resultado do exercício	7	7	4	6	24	R\$	9	11	6	(2)	24	

12.15 - Área de Manganês e Ferroligas – RDME (Ajustadas e Não Auditadas)

		2003					2002				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME - Sinter	Ton (mil)	34	82	23	30	169	33	52	73	51	209
Quantidade vendida-total	Ton (mil)	34	82	23	30	169	33	52	73	51	209
Quantidade vendida - ME - Manganês	Ton (mil)	31	64	51	51	197	21	17	19	12	69
Quantidade vendida-total	Ton (mil)	31	64	51	51	197	21	17	19	12	69
Quantidade vendida - ME - Ferroligas	Ton (mil)	43	36	40	53	172	37	35	45	45	162
Quantidade vendida-total	Ton (mil)	43	36	40	53	172	37	35	45	45	162
Preço Médio - ME - Sinter	US\$	277,53	109,90	107,70	101,00	141,75	136,50	129,60	117,30	116,10	123,10
Preço médio-total	US\$	277,53	109,90	107,70	101,00	141,75	136,50	129,60	117,30	116,10	123,10
Preço Médio - ME - Manganês	US\$	105,80	75,30	83,70	81,70	83,93	93,90	97,90	98,90	87,90	95,22
Preço médio-total	US\$	105,80	75,30	83,70	81,70	83,93	93,90	97,90	98,90	87,90	95,22
Preço médio - ME - Ferroligas	US\$	609,70	583,90	546,70	572,80	578,28	553,50	534,10	537,30	578,90	551,86
Preço médio-total	US\$	609,70	583,90	546,70	572,80	578,28	553,50	534,10	537,30	578,90	551,86
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	2	2	5	4	4	5	5	2	2	2
Endividamento bruto total	US\$	2	2	5	4	4	5	5	2	2	2
Patrimônio líquido	R\$	197	174	183	187	187	92	113	154	140	140
Receita líquida	R\$	110	109	93	124	436	82	82	107	102	373
Costo de produtos	R\$	(100)	(100)	(84)	(111)	(395)	(76)	(79)	(99)	(92)	(346)
Outras despesas/receitas	R\$	(10)	(4)	(3)	(7)	(24)	(3)	(2)	(2)	(2)	(9)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	4	4	4	5	17	3	2	3	5	13
EBITDA	R\$	4	9	10	11	34	6	3	9	13	31
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(4)	(4)	(4)	(5)	(17)	(3)	(2)	(3)	(5)	(13)
EBIT	R\$	-	5	6	6	17	3	1	6	8	18
Ganho/ perdas na conversão de moedas	R\$	-	-	-	-	-	1	-	1	2	4
Resultado financeiro líquido	R\$	1	-	1	(1)	1	(1)	(1)	-	-	(2)
Resultado do exercício	R\$	1	5	7	5	18	3	-	7	10	20

12.16 - Área de Siderurgia – CST (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003						2002				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado		1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME	ton (mil)	1.013	964	902	802	3.681		1.127	1.309	1.098	1.102	4.636
Quantidade vendida -MI	ton (mil)	2	1	2	2	7		9	2	2	2	15
Quantidade vendida-total	ton (mil)	1.015	965	904	804	3.688		1.136	1.311	1.100	1.104	4.651
Preço médio - ME	US\$	229,78	238,69	244,16	235,70	236,93		154,22	169,23	216,45	233,71	192,09
Preço médio - MI	US\$	219,12	255,89	253,93	256,56	245,02		154,76	149,24	155,97	152,51	153,89
Preço médio-total	US\$	229,76	238,71	244,18	235,75	236,94		154,22	169,20	216,34	233,56	191,97
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	619	628	635	619	619		752	741	605	598	598
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	168	148	150	143	143		282	265	221	245	245
Endividamento bruto total	US\$	787	776	785	762	762		1.034	1.006	826	843	843
Patrimônio líquido	R\$	3.200	3.223	3.416	3.532	3.532		2.845	2.715	2.620	2.914	2.914
Receita líquida	R\$	993	921	951	870	3.735		440	582	802	1.017	2.841
Custo de produtos	R\$	(601)	(605)	(573)	(611)	(2.390)		(411)	(486)	(452)	(548)	(1.897)
Outras despesas/receitas	R\$	(51)	(80)	(67)	(116)	(314)		(33)	(50)	(45)	(67)	(195)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	65	81	71	78	295		68	84	61	64	277
EBITDA	R\$	406	317	382	221	1.326		64	130	366	466	1.026
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(65)	(81)	(71)	(78)	(295)		(68)	(84)	(61)	(64)	(277)
EBIT	R\$	341	236	311	143	1.031		(4)	46	305	402	749
Resultado financeiro líquido	R\$	53	164	(60)	15	172		(17)	(248)	(448)	127	(586)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	394	400	251	158	1.203		(21)	(202)	(143)	529	163
IR/CSL	R\$	(107)	(67)	(59)	133	(100)		11	72	96	(140)	39
Resultado do exercício	R\$	287	333	192	291	1.103		(10)	(130)	(47)	389	202

12.17 - Área de Siderurgia – CSI (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003					2002				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	442	447	507	489	1.885	475	537	508	494	2.014
Quantidade vendida - total	ton (mil)	442	447	507	489	1.885	475	537	508	494	2.014
Preço médio - ME	US\$	445,80	401,96	374,08	389,72	401,57	328,65	394,64	382,38	428,79	381,69
Preço médio - total	US\$	445,80	401,96	374,08	389,72	401,57	328,65	394,64	382,38	428,79	381,69
Patrimônio líquido	R\$	827	708	695	628	628	539	660	924	873	873
Receita líquida	R\$	694	542	561	556	2.353	375	471	611	781	2.238
Custo de produtos	R\$	(652)	(535)	(573)	(534)	(2.294)	(360)	(413)	(521)	(681)	(1.975)
Outras despesas/receitas	R\$	-	1	-	(1)	-	1	-	-	-	1
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	25	23	21	20	89	18	18	22	25	83
EBITDA	R\$	67	31	9	41	148	34	76	112	125	347
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(25)	(23)	(21)	(20)	(89)	(18)	(18)	(22)	(25)	(83)
EBIT	R\$	42	8	(12)	21	59	16	58	90	100	264
Equivalência patrimonial	R\$	1	1	1	2	5	(1)	(1)	-	3	1
Ganho/perda na conversão de moedas	R\$	(1)	(3)	-	-	(4)	-	5	23	(11)	17
Resultado financeiro líquido	R\$	(12)	(10)	(9)	(10)	(41)	(8)	(9)	(29)	(43)	(89)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	30	(4)	(20)	13	19	7	53	84	49	193
IR/CSL	R\$	(12)	1	9	(5)	(7)	(2)	(19)	(25)	(24)	(70)
Resultado do exercício	R\$	18	(3)	(11)	8	12	5	34	59	25	123

12.18 - Área de Logística – Docenave (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003					2002				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Transporte marítimo: Quantidades - Mercado externo:											
.Grel	MT (Milhares)	2.559	1.837	1.703	1.835	7.934	1.198	1.572	1.544	1.576	5.890
.Carga geral (Container-TEUS)	TEUS	2.360	3.427	4.682	6.797	17.266	1.619	2.326	1.486	3.349	8.780
.Serviços portuários	Mandras	632	776	773	983	3.164	631	827	638	791	2.887
Transporte marítimo: Quantidades - Mercado interno:											
.Grel	MT (Milhares)	441	251	410	285	1.387	377	505	643	491	2.016
.Carga geral (Container-TEUS)	TEUS	9.682	11.987	12.053	14.872	48.594	14.563	16.222	14.176	14.922	59.883
.Serviços portuários	Mandras	1.114	1.242	1.132	1.448	4.936	965	940	967	1.063	3.935
Preços médio - Mercado externo											
.Grel	US\$	7,18	8,73	6,79	9,39	8,01	6,28	5,44	4,37	5,36	5,32
.Carga geral (Container-TEUS)	US\$	525,00	451,12	576,68	684,27	587,05	980,23	386,07	1.914,54	408,18	762,76
.Serviços portuários	US\$	2.446,20	2.695,88	2.733,51	2.237,03	2.512,64	2.393,03	1.983,07	2.092,48	1.994,94	2.100,10
Preços médio - Mercado interno											
.Grel	US\$	5,56	3,69	6,37	3,85	5,11	4,11	4,07	2,05	5,46	3,77
.Carga geral (Container-TEUS)	US\$	744,16	621,84	629,55	635,56	652,32	697,38	653,68	516,30	588,59	615,57
.Serviços portuários	US\$	2.447,94	2.706,12	2.749,12	2.212,02	2.512,76	2.394,82	1.920,21	2.097,21	1.996,24	2.100,64
Exigível a longo prazo	US\$	1	1	1	1	1	34	33	32	2	2
Exigível a curto prazo	US\$	1	1	1	1	1	5	5	5	1	1
Total exigível	US\$	2	2	2	2	2	39	38	37	3	3
Patrimônio líquido	R\$	453	302	255	243	243	368	402	458	454	454
Receita líquida	R\$	114	93	86	106	399	58	67	62	74	281
Custo de serviços	R\$	(116)	(74)	(83)	(88)	(361)	(52)	(67)	(53)	(62)	(234)
Outras receitas/(despesas)	R\$	9	56	(27)	(28)	10	27	10	(54)	(3)	(20)
Depreciação	R\$	-	-	-	-	-	5	6	4	6	21
EBITDA	R\$	7	75	(24)	(10)	48	38	16	(41)	15	28
Depreciação	R\$	-	-	-	-	-	(5)	(6)	(4)	(6)	(21)
EBIT	R\$	7	75	(24)	(10)	48	33	10	(45)	9	7
Baixa de ativos	R\$	(4)	(57)	39	(1)	(23)	(20)	(15)	(3)	5	(33)
Resultado financeiro líquido	R\$	(4)	(57)	39	(1)	(23)	4	50	92	(18)	128
Lucro antes do IR/CSLL	R\$	3	18	15	(11)	25	17	45	44	(4)	102
IR/CSLL	R\$	(4)	4	-	(4)	(4)	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	R\$	(1)	22	15	(15)	21	17	45	44	(4)	102

12.19 - Área de Logística – FCA (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003					2002				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -MI	ton (mil)	5.431	6.024	6.336	6.028	23.819	5.376	6.107	6.253	6.002	23.738
Preço médio - MI	R\$	19,46	21,01	23,08	22,29	21,53	14,83	16,31	16,90	17,67	16,47
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	103	120	115	115	115	122	109	96	107	107
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	13	16	16	17	17	7	14	11	21	21
Endividamento bruto total	US\$	116	136	131	132	132	129	123	107	128	128
Patrimônio líquido	R\$	(533)	(759)	108	130	130	(225)	(267)	(353)	(501)	(501)
Receita líquida	R\$	92	112	130	118	452	69	87	93	93	342
Custo de produtos	R\$	(100)	(151)	(131)	(166)	(548)	(65)	(74)	(84)	(111)	(334)
Outras despesas/receitas	R\$	(17)	(9)	(20)	(23)	(69)	(7)	(18)	(18)	(104)	(147)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	8	9	9	10	36	8	10	8	24	50
EBITDA	R\$	(17)	(39)	(12)	(61)	(129)	5	5	(1)	(98)	(89)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(8)	(9)	(9)	(10)	(36)	(8)	(10)	(8)	(24)	(50)
EBIT	R\$	(25)	(48)	(21)	(71)	(165)	(3)	(5)	(9)	(122)	(139)
Baixa de ativos	R\$	-	-	(198)	-	(198)	-	-	-	(37)	(37)
Resultado financeiro líquido	R\$	(1)	20	(13)	(7)	(1)	(9)	(37)	(77)	10	(113)
Resultado do exercício	R\$	(26)	(28)	(232)	(78)	(364)	(12)	(42)	(86)	(149)	(289)

12.20 - Área de Minerais Não-Ferrosos – PPSA (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2003						2002			
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME	ton (mil)	91	71	101	104	367	63	61	81	89	294
Quantidade vendida -MI	ton (mil)	17	13	13	13	56	9	13	8	6	36
Quantidade vendida-total	ton (mil)	108	84	114	117	423	72	74	89	95	330
Preço médio - ME	US\$	156,52	159,99	143,15	153,80	152,74	156,49	155,62	162,26	145,71	154,64
Preço médio - MI	US\$	127,82	165,77	156,85	159,62	150,75	156,78	142,00	123,88	156,17	144,03
Preço médio-total	US\$	152,00	160,88	144,71	154,45	152,48	156,53	153,23	158,81	146,37	153,48
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	77	72	44	44	44	35	57	57	99	99
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	13	3	12	9	9	34	41	29	16	16
Endividamento bruto total	US\$	90	75	56	53	53	69	98	86	115	115
Patrimônio líquido	R\$	(51)	(3)	82	90	90	9	(46)	(116)	(83)	(83)
Receita líquida	R\$	56	39	47	52	194	37	33	40	44	154
Custo de produtos	R\$	(27)	(25)	(33)	(30)	(115)	(24)	(26)	(18)	(22)	(90)
Outras despesas/receitas	R\$	(10)	(19)	(9)	(9)	(47)	(2)	(11)	(1)	(8)	(22)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	3	3	3	5	14	3	3	3	3	12
EBITDA	R\$	22	(2)	8	18	46	14	(1)	24	17	54
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(3)	(3)	(3)	(5)	(14)	(3)	(3)	(3)	(3)	(12)
EBIT	R\$	19	(5)	5	13	32	11	(4)	21	14	42
Resultado financeiro líquido	R\$	15	39	(14)	(1)	39	(2)	(51)	(93)	21	(125)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	34	34	(9)	12	71	9	(55)	(72)	35	(83)
IR/CSL	R\$	(3)	2	-	(6)	(7)	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	R\$	31	36	(9)	6	64	9	(55)	(72)	35	(83)

13- ANEXO III – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

13.1 - Indicadores de Desempenho Empresarial - Controladora

Indicadores Patrimoniais	CMI	Legislação Societária	
	31/12/03	31/12/03	31/12/02
1 - Índice do capital próprio $(A P / P L * 100) - (\%)$	132,81	157,99	151,53
2 - Índice de capital de terceiros $((A P / (P C + E L P) * 100) - (\%)$	244,78	153,66	137,19
3 - Participação de capital de terceiros $((P C + E L P) / P L) * 100 - (\%)$	54,26	102,82	110,45
4 - Composição do endividamento $(P C / (P C + E L P)) * 100 - (\%)$	30,98	34,16	29,95
5 - Garantia de capital de terceiros $(P L / (P C + E L P)) * 100 - (\%)$	184,30	97,26	90,54
6 - Imobilização de recursos não correntes $(A P / (P L + E L P) * 100 - (\%)$	96,63	94,21	85,43
7 - Net Debt (a)/ Equity (Dívida Líquida (a) / P L)	0,28	0,59	0,62
8 - Net Debt (a) / Ativo total	0,18	0,29	0,29
9 - Leverage (A T / P L)	1,54	2,03	2,10
Indicadores de Rentabilidade e Outros			
	31/12/03	31/12/03	31/12/02
1 - Margem bruta $(L B / R L * 100) - (\%)$	46,51	46,50	49,82
2 - Margem operacional $(R O / R L * 100) - (\%)$	59,43	49,90	15,08
3 - Margem líquida $(L L / R L * 100) - (\%)$	51,34	45,03	24,80
4 - Rent. Ativo $(L L / A T * 100) - ROA (\%)$	11,35	14,88	7,61
5 - Retorno s/capital próprio $(L L / P L) - ROE (\%)$	17,51	30,18	16,02
6 - Giro de ativo total $(R L / A T)$	0,22	0,33	0,31
7 - P/E (preço p/ação preferencial-A / lucro p/ação)	10,34	12,53	18,35
8 - P/BV (preço p/ação preferencial-A / valor patrimonial da ação)	1,81	3,78	2,94
9- Lucro por ação em circulação (lucro líquido / qtd ações em circulação)	14,24	11,75	5,32
10 - NOPLAT / Receita operacional líquida (%)	27,03	30,25	46,76
11 - EBITDA / Juros pagos	13,96	13,22	11,04
12- EBITDA / Receita operacional líquida (%)	48,36	48,71	48,26
13- Net debt (a) / EBITDA	1,71	1,81	1,99
14- FCOL / Juros pagos	13,62	12,81	11,79

Os índices apurados pela CMI não foram auditados.

Observação:

(a) Net Debt = empréstimos obtidos CP e LP, adicionado de empréstimos com partes relacionadas passiva, deduzidas de disponibilidades.

AP = Ativo permanente

RL = Receita líquida

AT = Ativo total

LL = Lucro Líquido

ELP = Exigível a longo prazo

ROA = Retorno sobre ativos

LB = Lucro bruto

ROE = Retorno sobre patrimônio líquido

PC = Passivo circulante

NOPLAT = Lucro operacional líquido menos imposto de renda e contribuição social

PL = Patrimônio líquido

EBITDA = LAJIDA – Lucro antes das despesas financeiras, IR e depreciação e amortização ajustado pelos dividendos recebidos

RO = Resultado operacional

FCOL = Fluxo de caixa operacional líquido

13.2 - Vendas de Minério de Ferro e Pelotas (Principais Mercados) (Não Auditada)

(Milhões de toneladas)									
	Trimestres						Acumulado		
	4T/02	%	3T/03	%	4T/03	%	2002	%	2003
MERCADO EXTERNO									
ÁSIA									
CHINA	3,9	10	7,1	18	6,4	15	17,5	12	23,7
CORÉIA	1,9	5	1,7	4	2,0	4	7,1	5	7,0
FILIPINAS	0,8	2	0,6	1	0,7	2	2,6	2	2,3
JAPÃO	4,3	11	4,1	10	4,0	9	16,3	11	16,1
TAIWAN	0,8	2	0,5	1	0,5	1	2,1	1	1,9
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	11,7	30	14,0	34	13,6	31	45,6	31	51,0
EUROPA									
ALEMANHA	4,3	11	4,4	11	5,2	12	14,7	10	15,9
ESPAÑA	0,7	2	0,4	2	1,0	2	2,9	2	3,1
FRANÇA	1,6	4	1,7	4	2,3	5	5,8	4	7,7
ITÁLIA	1,2	3	1,2	3	1,3	3	5,2	4	4,9
REINO UNIDO	0,4	1	0,6	1	0,9	2	2,3	2	2,6
OUTROS	3,7	9	3,6	9	4,7	10	13,4	9	14,3
	11,9	30	11,9	30	15,4	34	44,3	31	48,5
AMÉRICA									
ARGENTINA	0,7	2	0,7	2	0,9	2	2,3	2	3,2
ESTADOS UNIDOS	0,7	2	1,0	2	0,7	3	3,8	3	3,5
OUTROS	0,9	2	0,7	2	0,9	2	2,4	2	3,0
	2,3	6	2,4	6	2,5	7	8,5	7	9,7
ÁFRICA/OR.MÉDIO/OCEANIA									
BAHRAIN	0,5	1	1,0	2	0,8	2	2,4	2	2,7
OUTROS	1,6	4	0,5	1	1,5	3	4,3	3	5,0
	2,1	5	1,5	3	2,3	5	6,7	5	7,7
	28,0	71	29,8	73	33,8	77	105,1	74	116,9
MERCADO INTERNO									
SIDERÚRGICAS	6,0	15	5,7	14	6,4	14	22,3	14	21,8
COLIGADAS DE PELOTIZAÇÃO	5,3	14	4,7	13	4,6	9	18,9	12	19,2
	11,3	29	10,4	27	11,0	23	41,2	26	41,0
TOTAL GERAL	39,3	100	40,2	100	44,8	100	146,3	100	157,9

(Milhões de toneladas)									
	Trimestres						Acumulado		
	4T/02	%	3T/03	%	4T/03	%	2002	%	2003
SISTEMA NORTE	14,3	36	14,0	35	14,8	33	53,0	36	56,1
SISTEMA SUL	25,0	64	26,2	65	30,0	67	93,3	64	101,8
	39,3	100	40,2	100	44,8	100	146,3	100	157,9

14 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Vale do Rio Doce

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Vale do Rio Doce e os balanços patrimoniais consolidados da Companhia Vale do Rio Doce e suas controladas e controladas de controle compartilhado em 31 de dezembro de 2003 e de 2002 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Companhia Vale do Rio Doce e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da administração da companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. Os exames das demonstrações contábeis de certas empresas controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas, identificadas na Nota 10.10, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes e nosso parecer, no que se refere aos valores desses investimentos e aos lucros por eles produzidos, nos montantes de R\$ 3.433 milhões e R\$ 864 milhões, respectivamente (2002 - R\$ 2.413 milhões de investimentos e R\$ 401 milhões de lucros), está baseado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Com base em nossos exames e nos pareceres de responsabilidade de outros auditores independentes, somos de parecer que as demonstrações contábeis por nós examinadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Vale do Rio Doce e suas controladas e controladas de controle compartilhado em 31 de dezembro de 2003 e de 2002 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da Companhia Vale do Rio Doce dos exercícios findos nessas datas, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4 Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa (controladora e consolidado), do valor adicionado (controladora e consolidado), do balanço social (controladora) e do resultado por segmentos de negócios (consolidado), apresentados para propiciar informações suplementares, não são requeridos como parte integrante das demonstrações contábeis. As demonstrações do fluxo de caixa (controladora e consolidado), do valor adicionado (controladora e consolidado), do balanço social (controladora) e do resultado por segmentos de negócios (consolidado) foram submetidos aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentados em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2004

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC-SP-000160/O-5 "F" RJ

Otávio Cassou Maia
Sócio
Contador CRC-SP-158.611/O-8-S-RJ

Ronaldo Matos Valiño
Diretor
Contador CRC-RJ-069.958/O

**15- PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003**

O Conselho Fiscal da Companhia Vale do Rio Doce, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da Companhia, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Origens e Aplicações de Recursos, das Mutações Patrimoniais e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003, e tomando como base o parecer dos auditores independentes, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, que não exige informações em moeda constante, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da Sociedade.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2004

Joaquim Vieira Ferreira Levy

Luiz Octávio Nunes West

Pedro Carlos de Mello

Vicente Barcelos

Wilson Risolia Rodrigues

16- PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

O Conselho de Administração da Companhia Val e do Rio Doce, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos merecem a aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2004

Sérgio Ricardo Silva Rosa Presidente	Mário da Silveira Teixeira Júnior Vice-Presidente
Arlindo Magno de Oliveira Conselheiro	Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes Conselheiro
Erik Person Conselheiro	Francisco Valadares Póvoa Conselheiro
Katsuto Momii Conselheiro	Oscar Augusto de Camargo Filho Conselheiro
Renato da Cruz Gomes Conselheiro	Ricardo Carvalho Giambroni Conselheiro
Jacques Wagner Conselheiro	

17- CONSELHEIROS, MEMBROS DOS COMITÊS E DIRETORES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sérgio Ricardo Silva Rosa
Presidente

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Arlindo Magno de Oliveira

Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes

Erik Persson

Francisco Valadares Póvoa

Jaques Wagner

Katsuto Momii

Oscar Augusto de Camargo Filho

Renato da Cruz Gomes

Ricardo Carvalho Giambroni

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comitê de Auditoria

Antonio José de Figueiredo Ferreira
Marcos Fábio Coutinho
Paulo Roberto Ferreira de Medeiros
Ricardo Wiering de Barros

Comitê de Desenvolvimento Executivo

Arlindo Magno de Oliveira
Francisco Valadares Póvoa
João Moisés de Oliveira
Olga Loffredi
Oscar Augusto de Camargo Filho

Comitê Estratégico

Roger Agnelli
Gabriel Stoliar
Cézar Manoel de Medeiros
José Roberto Mendonça de Barros
Samir Zraick

Comitê Financeiro

Roger Agnelli
Fábio de Oliveira Barbosa
Luiz Carlos Siqueira Aguiar
Rômulo de Mello Dias
Wanderlei Viçoso Fagundes

Comitê de Governança e Ética

Renato da Cruz Gomes
Ricardo Simonsen
Ricardo Carvalho Giambroni

CONSELHO FISCAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

Luiz Octávio Nunes West

Pedro Carlos de Mello

Vicente Barcelos

Wilson Risolia Rodrigues

DIRETORIA EXECUTIVA

Roger Agnelli

Diretor-Presidente

Antonio Miguel Marques

Diretor Executivo da Área de Participações e Desenvolvimento de Negócios

Armando de Oliveira Santos Neto

Diretor Executivo da Área de Ferrosos

Carla Grasso

Diretora Executiva de Recursos Humanos e Serviços Corporativos

Diego Cristobal Hernández Cabrera

Diretor Executivo da Área de Não-Ferrosos

Fábio de Oliveira Barbosa

Diretor Executivo de Finanças

Gabriel Stoliar

Diretor Executivo de Planejamento e Gestão

Guilherme Rodolfo Laager

Diretor Executivo da Área de Logística

Eduardo de Carvalho Duarte
Gerente Geral de Controladoria
Contador CRC-RJ 57439

Otto de Souza Marques Junior
Diretor do Departamento de Controladoria

[página intencionalmente deixada em branco]

Demonstrações Financeiras do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006

[página intencionalmente deixada em branco]



Companhia Vale do Rio Doce
Diretoria de Controle - DICT



Demonstrações Contábeis de 30/09/2006

BR GAAP

Arquivada na CVM e na SEC em 08/11/06

Gerência Geral de Controladoria - GECOL

ÍNDICE

A – INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	2
1- BALANÇO PATRIMONIAL	2
2- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	3
3- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4
4- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	5
5- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS FINDAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2006 E DE 2005	6
5.1- Contexto Operacional	6
5.2- Apresentação das Informações Trimestrais	6
5.3- Princípios e Práticas de Consolidação	6
5.4- Sumário das Principais Práticas Contábeis	6
5.5- Incorporação das ações da Caemi	7
5.6- Aquisição e Desinvestimento	7
5.7- Disponibilidades	8
5.8- Contas a Receber de Clientes	8
5.9- Partes Relacionadas	9
5.10- Estoques	9
5.11- Tributos a Recuperar ou Compensar	9
5.12- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10
5.13- Participações Societárias Consolidadas	11
5.14- Imobilizado	12
5.15- Empréstimos e Financiamentos	13
5.16- Passivos Contingentes	14
5.17- Provisão com Obrigações para Desmobilização de Ativos	16
5.18- Ações em Tesouraria	16
5.19- Capital Social	16
5.20- Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	17
5.21- Resultado Financeiro	17
5.22- Instrumentos Financeiros – Derivativos	19
5.23- Despesas Vendas e Administrativas e Outras Despesas Operacionais	20
5.24- Aquisição da Inco	21
6- ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS	22
7- PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	23
B- INFORMAÇÕES ADICIONAIS	24
8- COMENTÁRIOS SOBRE O RESULTADO DAS OPERAÇÕES EM 30 DE SETEMBRO DE 2006 E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	24
8.1- Comentários Sobre o Resultado das Operações do Consolidado	25
8.1.1- Receita bruta	25
8.1.2- Custo dos produtos e serviços	27
8.1.3- Despesas com vendas e administrativas	27
8.1.4- Pesquisa e desenvolvimento	27
8.1.5- Outras despesas operacionais	27
8.1.6- Resultado financeiro líquido	27
8.1.7- Imposto de renda e contribuição social	28
8.1.8- Geração de caixa	28
8.2- Comentários Sobre o Resultado das Operações da Controladora	29
8.2.1- Receita bruta	29
8.2.2- Custos dos produtos e serviços	29
8.2.3- Margem bruta	29
8.2.4- Resultado de participações societárias por área de negócio	29
8.2.5- Despesas com vendas e administrativas	30
8.2.6- Pesquisa e desenvolvimento	30
8.2.7- Outras despesas operacionais	30
8.2.8- Resultado financeiro líquido	30
8.2.9- Imposto de renda e contribuição social	30
9- CONSELHEIROS, MEMBROS DOS COMITÊS E DIRETORES	31

A – INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

1- BALANÇO PATRIMONIAL

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

		Consolidado		Controladora	
	Notas	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades	5.7	6.580.213	4.501.953	387.053	116.099
Contas a receber de clientes	5.8	5.213.066	4.527.871	3.497.398	2.243.382
Partes relacionadas	5.9	16.173	22.626	516.231	1.023.253
Estoques	5.10	3.442.973	3.342.975	1.317.302	1.331.895
Tributos a recuperar ou compensar	5.11	738.056	787.265	311.592	257.182
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.12	773.557	509.073	691.049	425.575
Outros	-	769.062	967.764	239.238	288.664
		17.533.100	14.659.527	6.959.863	5.686.050
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	5.9	10.834	14.226	405.238	404.800
Empréstimos e financiamentos	-	159.820	144.144	108.734	107.170
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.12	880.636	945.081	391.720	399.246
Depósitos judiciais	5.16	2.114.810	1.953.963	1.394.004	1.284.908
Tributos a recuperar ou compensar	5.11	478.187	314.494	216.311	214.572
Imobilizado disponível para venda	-	107.767	110.972	-	-
Adiantamentos a fornecedores de energia	5.4 (f)	927.970	861.575	-	-
Despesas antecipadas	-	122.765	264.010	16.152	-
Outros	-	521.983	389.339	29.891	24.321
		5.324.772	4.997.804	2.562.050	2.435.017
Participações societárias	5.13	6.721.525	6.816.643	31.946.346	29.292.636
Imobilizado	5.14	38.119.420	36.539.637	24.023.800	22.953.483
Diferido	-	186.195	183.685	-	-
		45.027.140	43.539.965	55.970.146	52.246.119
		67.885.012	63.197.296	65.492.059	60.367.186
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	5.15	1.062.137	652.389	438.419	-
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	5.15	2.217.744	2.514.229	478.034	621.121
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	-	2.189.233	2.018.364	1.356.044	1.398.583
Partes relacionadas	5.9	49.812	73.040	4.636.618	4.279.199
Salários e encargos sociais	-	543.239	413.094	376.579	286.225
Fundo de pensão - Valia	-	79.104	74.808	79.104	74.808
Dividendos e juros sobre o capital próprio	5.20	1.356.851	1.440.843	1.356.851	1.357.850
Tributos e contribuições	-	1.082.606	781.517	231.511	93.506
Outros	-	926.392	886.956	426.279	393.047
		9.507.118	8.855.240	9.379.439	8.504.339
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	5.15	10.841.952	10.576.743	1.893.589	2.049.055
Partes relacionadas	5.9	2.795	2.847	11.128.813	10.255.884
Provisões para contingências	5.16	3.276.511	3.040.826	2.482.295	2.322.604
Fundo de pensão - Valia	-	545.704	545.665	543.859	565.177
Provisão com obrigações para desmobilização de ativos	5.17	549.305	541.631	336.384	326.753
Provisão para derivativos	5.22	536.104	679.838	65.720	77.567
Outros	-	1.040.809	1.005.629	715.368	686.903
		16.793.180	16.393.179	17.166.028	16.283.943
Resultado de exercícios futuros	-	7.056	6.787	-	-
Participações de minoritários	-	2.631.066	2.363.186	-	-
Patrimônio líquido					
Capital social	5.19	19.492.401	19.492.401	19.492.401	19.492.401
Reservas de lucros	-	19.454.191	16.086.503	19.454.191	16.086.503
		38.946.592	35.578.904	38.946.592	35.578.904
		67.885.012	63.197.296	65.492.059	60.367.186

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das informações trimestrais

2- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

Notas	Consolidado					Controladora	
	Trimestres			Acumulado		Acumulado	
	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05	30/09/06	30/09/05
Receita bruta							
Vendas de minerais e metais	8.1.1 e 8.2.1						
Minério de ferro e pelotas	7.609.340	6.354.472	6.106.055	19.462.301	17.075.476	11.817.334	10.907.459
Manganês e ferroligas	319.516	300.246	274.811	876.124	1.216.032	-	-
Cobre	608.662	447.328	214.632	1.297.728	643.182	892.909	563.007
Potássio	118.937	49.377	111.296	217.202	267.175	217.202	267.175
Caulim	114.913	100.151	98.681	321.391	314.212	-	-
	8.771.368	7.251.574	6.805.475	22.174.746	19.516.077	12.927.445	11.737.641
Serviços de transporte	956.058	895.968	937.956	2.555.670	2.510.386	1.415.925	1.359.334
Vendas de produtos da área de alumínio	1.439.675	1.544.296	955.315	4.036.523	2.923.453	74.420	145.564
Vendas de produtos siderúrgicos	414.752	381.832	339.851	1.145.493	1.170.701	-	-
Outros produtos e serviços	60.480	56.995	3.350	141.690	25.141	64.945	34.494
	11.642.333	10.130.665	9.041.947	30.054.122	26.145.758	14.482.735	13.277.033
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços	(417.309)	(350.794)	(236.659)	(1.083.955)	(1.068.442)	(781.214)	(775.663)
Receita operacional líquida	11.225.024	9.779.871	8.805.288	28.970.167	25.077.316	13.701.521	12.501.370
Custos dos produtos e serviços							
8.1.2 e 8.2.2							
Minerais e metais	(3.292.515)	(2.815.494)	(2.616.131)	(8.706.155)	(7.640.637)	(7.264.521)	(6.473.941)
Serviços de transporte	(449.706)	(426.850)	(510.926)	(1.329.520)	(1.441.595)	(537.964)	(463.261)
Produtos da área de alumínio	(821.559)	(761.378)	(641.939)	(2.183.614)	(1.735.006)	(51.762)	(75.918)
Produtos siderúrgicos	(333.889)	(308.211)	(333.430)	(921.006)	(1.069.246)	-	-
Outros produtos e serviços	(38.875)	(38.789)	(5.845)	(91.681)	(17.426)	(23.304)	(19.374)
	(4.936.544)	(4.350.722)	(4.108.271)	(13.231.976)	(11.903.910)	(7.877.551)	(7.032.494)
Lucro bruto	6.288.480	5.429.149	4.697.017	15.738.191	13.173.406	5.823.970	5.468.876
Margem bruta	56,0%	55,5%	53,3%	54,3%	52,5%	42,5%	43,7%
Despesas operacionais							
Com vendas e administrativas	5.23	(402.147)	(511.794)	(423.442)	(1.349.734)	(1.184.246)	(626.673)
Pesquisa e desenvolvimento	(289.096)	(222.030)	(220.439)	(667.184)	(463.014)	(393.346)	(306.154)
Outras despesas operacionais	5.23	(347.818)	(175.902)	(288.588)	(712.545)	(629.226)	(357.967)
	(1.039.061)	(909.726)	(932.469)	(2.729.463)	(2.276.486)	(1.377.986)	(1.022.106)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias		5.249.419	4.519.423	3.764.548	13.008.728	10.896.920	4.446.770
Resultado de participações societárias	5.13	(14.035)	(57.280)	13.166	(54.905)	163.574	6.774.814
Equivalência patrimonial		119.131	75.422	72.961	271.327	347.120	7.844.175
Amortização de ágio		(130.750)	(132.256)	(57.270)	(300.947)	(171.810)	(302.451)
Provisão para perdas		-	-	-	-	(154.088)	(97.528)
Variação cambial sobre o patrimônio líquido das empresas no exterior		(2.416)	(446)	(2.525)	(25.285)	(11.736)	(612.822)
		(248.609)	(466.405)	(319.265)	(974.068)	(342.086)	710.315
Resultado financeiro líquido	5.21	(248.609)	(466.405)	(319.265)	(974.068)	(342.086)	710.315
Venda de ativos	5.6	34.438	736.866	297.700	790.630	297.700	53.764
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.021.213	4.732.604	3.756.149	12.770.385	10.846.353	8.876.008
Imposto de renda e contribuição social	5.12	(791.772)	(593.102)	(764.069)	(1.970.208)	(2.215.492)	(869.922)
Lucro antes das participações de minoritários		4.229.441	4.139.502	2.992.080	10.800.177	8.630.861	10.062.554
Participações de minoritários		(256.546)	(234.405)	(280.619)	(737.623)	(824.925)	-
Lucro líquido do período		3.972.895	3.905.097	2.711.461	10.062.554	7.805.936	7.805.936
Quantidade de ações em circulação no final do período (em milhares)	5.18 e 5.19	2.416.194	2.430.062	2.303.040	2.416.194	2.303.040	2.416.194
Lucro líquido por ação em circulação no final do período (R\$)		1,64	1,61	1,18	4,16	3,39	4,16

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das informações trimestrais

3- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	Notas	Capital social	Reservas de					Lucros a realizar	Legal	Incentivos fiscais	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
			Expansão/ Investimentos	Exaustão	Lucros a realizar	Legal	Incentivos fiscais						
Em 31 de dezembro de 2004		7.300.000	8.206.978	1.004.166	345.728	1.403.117	40.663	(131.318)					18.169.334
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.442.986	10.442.986
Capitalização de reservas	6.700.000		(5.129.319)	(1.004.166)	-	(525.853)	(40.662)	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-		-	-	(109.561)	-	-	-	-	-	-	109.561	-
Permuta ações Samitri	-		-	-	-	-	-	21	-	-	-	-	21
Ações em tesouraria	-		-	-	-	-	-	(3)	-	-	-	-	(3)
Destinação do resultado:													
Juros sobre o capital próprio intermediários	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(783.387)	(783.387)
Dividendos intermediários	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.028.160)	(1.028.160)
Remuneração adicional proposta	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.750.150)	(2.750.150)
Apropriação às reservas de lucros	-		5.385.337	-	-	522.149	83.364	-	-	-	-	(5.990.850)	-
Em 31 de dezembro de 2005		14.000.000	8.462.996	-	236.167	1.399.413	83.365	(131.300)					24.050.641
Aumento de capital	5.492.401		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.492.401
Lucro líquido do período	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.184.562	2.184.562
Em 31 de março de 2006		19.492.401	8.462.996	-	236.167	1.399.413	83.365	(131.300)					31.727.604
Lucro líquido do período	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.905.097	3.905.097
Ações em tesouraria	-		-	-	-	-	-	(53.797)	-	-	-	-	(53.797)
Em 30 de junho de 2006		19.492.401	8.462.996	-	236.167	1.399.413	83.365	(185.097)					35.578.904
Ações em tesouraria	-		-	-	-	-	-	(605.207)	-	-	-	-	(605.207)
Lucro líquido do período	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.972.895	3.972.895
Em 30 de setembro de 2006		19.492.401	8.462.996	-	236.167	1.399.413	83.365	(790.304)					38.946.592

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das informações trimestrais

4- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	Trimestres			Consolidado		Controladora	
	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05	30/09/06	30/09/05
Fluxo de caixa das operações:							
Lucro líquido período	3.972.895	3.905.097	2.711.461	10.062.554	7.805.936	10.062.554	7.805.936
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com recursos provenientes de atividades operacionais:							
Resultado de participações societárias	14.035	57.280	(13.166)	54.905	(163.574)	(6.774.814)	(3.718.923)
Resultado na venda de ativos	(34.438)	(736.866)	(297.700)	(790.630)	(297.700)	(53.764)	-
Depreciação, amortização e exaustão	510.447	445.923	399.859	1.376.700	1.169.372	762.451	638.634
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(258.455)	95.560	(283.442)	(239.445)	(344.161)	(327.556)	(126.283)
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais, líquidas	251.162	64.191	(419.936)	(273.072)	(1.355.193)	(269.220)	(967.354)
Participações de minoritários	256.546	234.405	280.619	737.623	824.925	-	-
Baixa na alienação de bens do imobilizado	43.227	60.059	1.066	121.939	76.695	33.632	3.693
Amortização de ágio no custo dos produtos vendidos	94.008	94.090	94.726	280.085	286.916	275.961	286.916
Perdas líquidas não realizadas com derivativos	(162.339)	107.435	169.460	102.777	163.734	13.825	11.918
Dividendos/juros sobre o capital próprio recebidos	40.624	93.786	58.682	135.737	147.604	1.446.112	885.691
Outros	(137.518)	(24.506)	37.366	(140.007)	13.571	(18.626)	57.427
	4.590.194	4.396.454	2.738.995	11.429.166	8.328.125	5.150.555	4.877.655
Redução (aumento) nos ativos:							
Contas a receber de clientes	(681.401)	(895.971)	734.537	(1.084.916)	(628.914)	(1.458.972)	170.853
Estoque	(370.530)	89.591	(69.137)	(469.296)	(206.341)	(78.405)	(267.050)
Adiantamentos a fornecedores de energia	(66.395)	(66.786)	-	(200.743)	-	-	-
Outros	(268.908)	210.128	(870.320)	(426.141)	(1.585.281)	151.668	(304.250)
	(1.387.234)	(663.038)	(204.920)	(2.181.096)	(2.420.536)	(1.385.709)	(400.447)
Aumento (redução) nos passivos:							
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	240.266	242.012	(291.233)	(359.690)	35.852	(411.478)	357.278
Salários e encargos sociais	108.183	109.629	54.757	(23.898)	(9.070)	(47.887)	(31.154)
Tributos e Contribuições	394.705	267.800	1.264.561	333.089	1.571.119	141.184	452.592
Outros	299.263	(147.612)	(348.009)	(133.859)	(316.472)	(375.172)	104.274
	1.042.417	471.829	680.076	(184.358)	1.281.429	(693.353)	882.990
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	4.245.377	4.205.245	3.214.151	9.063.712	7.189.018	3.071.493	5.360.198
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos:							
Empréstimos e adiantamentos a receber	94.148	(180.756)	88.501	(60.837)	57.090	219.873	(79.912)
Depósitos e garantias	(131.033)	(28.305)	(84.464)	(276.545)	(173.517)	(106.421)	(94.684)
Adições em investimentos	(122.057)	-	(30.662)	(234.138)	(249.244)	(3.478.246)	(645.685)
Adições ao imobilizado	(1.777.102)	(2.434.198)	(2.464.450)	(5.910.435)	(6.146.102)	(4.209.737)	(4.283.310)
Recursos provenientes da alienação de bens do imobilizado/investimentos	43.017	970.440	301.284	1.061.810	311.345	63.870	13.645
Recursos utilizados para aquisição de subsidiárias	(25.978)	-	-	(25.978)	-	-	-
	(1.919.005)	(1.672.819)	(2.189.791)	(5.446.123)	(6.200.428)	(7.510.661)	(5.089.946)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(1.919.005)	(1.672.819)	(2.189.791)	(5.446.123)	(6.200.428)	(7.510.661)	(5.089.946)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos:							
Empréstimos de curto prazo	431.648	(54.637)	(435.280)	532.191	255.559	565.436	121.115
Empréstimos e financiamentos captados a longo prazo	445.146	27.965	26.292	3.563.810	1.093.729	6.882.940	2.003.668
Pagamentos:							
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	(280.279)
Instituições financeiras	(477.094)	(449.775)	(369.931)	(1.665.965)	(1.985.467)	(702.315)	(884.777)
Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas	(79.311)	(1.377.591)	-	(1.511.657)	(1.279.900)	(1.392.300)	(1.279.900)
Ações em tesouraria	(605.210)	(53.797)	-	(659.007)	-	(659.007)	-
	(284.821)	(1.907.835)	(778.919)	259.372	(1.916.079)	4.694.754	(320.173)
Recursos líquidos proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamentos	(284.821)	(1.907.835)	(778.919)	259.372	(1.916.079)	4.694.754	(320.173)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	2.041.551	624.591	245.441	3.876.961	(927.489)	255.586	(49.921)
Caixa e equivalentes no início do período	4.538.662	3.877.362	2.743.828	2.703.252	3.916.758	131.467	305.927
Caixa e equivalentes no final do período	6.580.213	4.501.953	2.989.269	6.580.213	2.989.269	387.053	256.006
Pagamentos efetuados durante o período por:							
Juros de curto prazo	(11.157)	(8.170)	(10.367)	(27.202)	(31.591)	(14.997)	(6.109)
Juros de longo prazo	(326.204)	(164.077)	(196.209)	(709.424)	(550.721)	(412.020)	(239.586)
Imposto de renda e contribuição social	(579.886)	(101.492)	(468.890)	(1.113.314)	(1.057.958)	(386.892)	(778.068)
Transações que não envolveram caixa:							
Adições ao imobilizado com capitalizações de juros	100.330	88.562	119.684	(31.276)	495.141	(38.981)	179.648
AFACs transferidos para investimento	-	660	-	-	-	(256.790)	(510.500)
Imposto de renda e contribuição social compensados	(194.694)	(77.646)	(63.724)	(354.418)	(168.564)	(51.509)	(24.815)

5- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS FINDAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Valores expressos em milhares de reais)

5.1- Contexto Operacional

A Companhia Vale do Rio Doce é uma sociedade anônima aberta que tem como atividades preponderantes a extração, o beneficiamento e a venda de minério de ferro, pelotas, cobre e potássio, a prestação de serviços logísticos, a geração de energia elétrica e a pesquisa e desenvolvimento mineral. Além disso, através de suas controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado, opera nas áreas de minério de ferro, pelotas, manganês, ferroligas, caulim, produtos siderúrgicos, produtos da cadeia de alumínio e serviços de logística.

5.2- Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei das Sociedades por Ações, e as normas e pronunciamentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

5.3- Princípios e Práticas de Consolidação

As informações trimestrais consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 30/09/06 e em 30/06/06 e das operações dos períodos findos em 30/09/06, 30/06/06 e 30/09/05 da Controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado;

Os saldos das transações intercompanhias e a participação da Controladora no patrimônio líquido de suas controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado foram eliminados na consolidação, tendo sido destacadas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado as participações que cabem aos acionistas minoritários;

No caso de investimentos nas sociedades em que o controle acionário é compartilhado com outros acionistas, os componentes do ativo, do passivo e das receitas e despesas são agregados às informações trimestrais consolidadas na proporção da participação da Controladora no capital social de cada investida; e

As principais cifras das informações trimestrais individuais das empresas controladas e controladas de controle compartilhado consolidadas estão apresentadas no anexo I.

5.4- Sumário das Principais Práticas Contábeis

- (a) Adoção do regime contábil de competência de exercícios;
- (b) Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das informações trimestrais são considerados como não circulantes;
- (c) Os títulos e valores mobiliários, classificados como disponibilidades, são representados por aplicações com prazo inferior a 90 dias, sendo demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data das informações trimestrais;
- (d) Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e as importações em andamento são avaliadas ao custo individual de compra, que não excedem aos valores de mercado ou de realização;
- (e) Os direitos e obrigações em moedas estrangeiras são demonstrados às taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais e os em moeda nacional, quando aplicável, são atualizados monetariamente segundo os índices contratuais;
- (f) Os valores antecipados a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, por conta de contrato de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, são classificados como "adiantamentos a fornecedores de energia" no realizável a longo prazo;
- (g) Os investimentos em controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas são ajustados pela equivalência patrimonial com base nos patrimônios líquidos das investidas e, quando aplicável, acrescidos/deduzidos de ágio/deságio a amortizar e de provisão para perdas. Os outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas. No consolidado os efeitos do câmbio sobre o patrimônio líquido das investidas no exterior estão classificados na linha de variações monetárias e cambiais, incluídas como resultado financeiro líquido;
- (h) O imobilizado está registrado ao custo histórico acrescido das correções monetárias até 1995 e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção, sendo depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. A exaustão das jazidas é constituída com base na relação obtida entre a produção efetiva e a possança (reservas provadas e prováveis);

- (i) Os gastos com estudos e pesquisas minerais são considerados como despesas operacionais até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida. A partir desta comprovação, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo de desenvolvimento de mina;
- (j) Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, os gastos de remoção de estéril são contabilizados como parte dos custos de desenvolvimento. Após o início da fase produtiva da mina, os gastos com remoção de estéril são tratados como custo de produção;
- (k) Os gastos pré-operacionais, exceto os encargos financeiros, capitalizados conforme letra (h) acima, são diferidos e amortizáveis em dez anos. No consolidado, o diferido refere-se basicamente aos projetos de expansão da Alunorte e Albras; e
- (l) A Companhia adota as práticas contábeis previstas na Deliberação CVM 371/00 para reconhecimento dos passivos e resultados advindos da avaliação atuarial do fundo de pensão de seus funcionários.

5.5- Incorporação das ações da Caemi

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31/03/06 foi aprovada a incorporação das ações de emissão da Caemi Mineração e Metalurgia - Caemi pela Vale, com o aumento do capital social, realizado com as ações de emissão de Caemi incorporadas ao patrimônio da Companhia, mediante a emissão de 64.151.361 (128.302.722 pós-desdobramento) ações preferenciais da classe A.

A Vale que era proprietária de 100% das ações ordinárias e 40,06% das ações preferenciais, detendo 60,23% do capital total da Caemi, passou a deter 100% do capital total.

Caso a companhia detivesse 100% das ações totais da Caemi nos períodos apresentados os resultados seriam como segue:

Em milhões de reais (exceto quando mencionado)			
Consolidado			
30/09/06			
	Consolidado	Caemi - Aquisição adicional (39,77%)	Pro Forma (não auditado)
Resultado operacional	12.770	-	12.770
Imposto de renda e contribuição social	(1.970)	-	(1.970)
Participação minoritária	(737)	(*) 117	(620)
Lucro líquido do período	10.063	117	10.180
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	2.416.194	-	2.416.194
Lucro líquido do período (por ação)	4,16	-	4,21
30/09/05			
	Consolidado	Caemi - Aquisição adicional (39,77%)	Pro Forma (não auditado)
Resultado operacional	10.846	-	10.846
Imposto de renda e contribuição social	(2.215)	-	(2.215)
Participação minoritária	(825)	492	(333)
Lucro líquido do período	7.806	492	8.298
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	2.303.040	-	2.303.040
Lucro líquido do período (por ação)	3,39	-	3,60

(*) Representa o efeito dos 3 primeiros meses de 2006.

5.6- Aquisição e Desinvestimento

Em novembro de 2006 o Conselho de Administração da Vale aprovou a entrada da Companhia no grupo de controle da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A – USIMINAS (Usiminas) e a reestruturação de sua participação acionária nessa empresa. Tal reestruturação compreenderá a venda parcial do estoque de ações ordinárias. A Vale venderá para Nippon Steel, Votorantim Participações S/A e Camargo Correa S/A, 5.562.928 ações ordinárias no montante de R\$378,6 milhões e as 13.829.192 ações ordinárias da Usiminas excedentes as que fazem parte do grupo de controle remanescentes serão vendidas através de oferta pública.

Durante o terceiro trimestre, a Vale vendeu 1.361.100 ações da GERDAU por R\$40.578 o que gerou um ganho de R\$34.438. No período subsequente ao encerramento do 3º trimestre, a Vale vendeu as 3.370.825 ações restantes por R\$104 milhões o que gerou um ganho de aproximadamente R\$88 milhões.

Em julho de 2006 a Vale adquiriu por cerca de R\$60 milhões, os restantes 45,5% do capital da Valesul Alumínio S.A., empresa controlada de controle compartilhado da área de alumínio que a partir de então passou a ser nossa controlada integral.

Em 29/05/06 a Vale vendeu por R\$910.349 sua participação indireta de 50% na Gulf Industrial Investment Company (GIIC), gerando ganho líquido de R\$736.866.

Em fevereiro de 2006 a Vale vendeu para a JFE Steel Corporation (JFE) por R\$30.205 sua participação total na Nova Era Silicon (49% do capital), obtendo ganho líquido de R\$19.326.

Em novembro e dezembro de 2005 e em fevereiro de 2006, a Vale adquiriu 93%, 6,2%, e 0,8% do capital votante da Canico Resources Corp. (Canico) por R\$1.656, R\$112, e R\$14, respectivamente. A Canico é uma empresa canadense de exploração mineral focada no desenvolvimento de Onça Puma, projeto de níquel laterítico. Após estas aquisições a referida empresa tornou-se uma subsidiária integral da CVRD.

5.7- Disponibilidades

	Consolidado		Controladora	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
Caixas e bancos	622.669	575.239	33.140	25.796
Aplicações vinculadas ao CDI	1.384.817	1.262.704	353.913	90.303
Aplicações time deposit	4.572.727	2.664.010	-	-
	6.580.213	4.501.953	387.053	116.099

5.8- Contas a Receber de Clientes

	Consolidado		Controladora	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
No país	883.894	838.487	883.980	879.646
No exterior	4.479.943	3.834.401	2.699.269	1.446.256
	5.363.837	4.672.888	3.583.249	2.325.902
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(113.632)	(110.510)	(52.456)	(52.005)
Provisão para diferença de peso de minério no destino	(37.139)	(34.507)	(33.395)	(30.515)
	5.213.066	4.527.871	3.497.398	2.243.382

Nenhum cliente individual foi responsável por mais de 10% das receitas totais.



5.9- Partes Relacionadas

Decorrem de vendas e compras de produtos e serviços ou de operações de mútuos, pactuados em condições normais de mercado para operações semelhantes, com prazos que vão até o ano 2008, como segue:

	Ativo				Passivo			
	30/09/06		30/06/06		30/09/06		30/06/06	
	Clientes	Partes relacionadas	Clientes	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	69.758	897	64.711	-	15.494	21.986	34.644	29.799
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	38.117	130	52.861	131	43.961	148	37.306	11.357
Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	34.813	-	43.797	-	13.497	257	25.819	1.998
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	45.892	-	45.841	600	30.008	3.449	11.414	4.220
Usina Siderúrgica de Minas Gerais S.A. - USIMINAS	54.850	23.540	40.766	26.606	82	31	866	-
Samarco Mineração S.A.	4.298	-	4.392	7.379	-	-	-	-
MRS Logística S.A.	52	3	219	366	3.915	14.641	1.172	14.922
Baovale Mineração S.A.	63	-	106	-	21.313	-	18.179	-
Mineração Rio do Norte S.A.	334	88	523	-	31.208	-	24.960	-
Minas da Serra Geral S.A.	133	546	134	546	5.879	5.676	-	5.848
Outras	9.503	1.803	14.504	1.224	2.427	6.419	8.816	7.743
Total	257.813	27.007	267.854	36.852	167.784	52.607	163.176	75.887
Registrado no:								
Curto Prazo	257.813	16.173	267.854	22.626	167.784	49.812	163.176	73.040
Longo Prazo	-	10.834	-	14.226	-	2.795	-	2.847
	257.813	27.007	267.854	36.852	167.784	52.607	163.176	75.887

5.10- Estoques

	Consolidado		Controladora	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
Produtos acabados				
. Minério de ferro e pelotas	742.150	916.155	414.826	534.472
. Manganês e ferroligas	259.834	276.236	-	-
. Alumínio	261.917	248.421	-	-
. Produtos siderúrgicos	96.156	59.328	-	-
. Cobre	25.566	26.906	25.566	26.906
. Outros	132.305	136.212	17.080	46.505
	1.517.928	1.663.258	457.472	607.883
Peças de reposição e manutenção	1.925.045	1.679.717	859.830	724.012
	3.442.973	3.342.975	1.317.302	1.331.895

5.11- Tributos a Recuperar ou Compensar

	Consolidado		Controladora	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
IRRF sobre aplicações financeiras e JCP recebidos	58.599	52.687	6.936	9.978
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	564.884	551.133	438.370	419.813
PIS e COFINS não cumulativos	440.511	355.145	36.926	15.504
IR antecipado	76.304	90.592	-	-
Outros	75.945	52.202	45.671	26.459
Total	1.216.243	1.101.759	527.903	471.754
Circulante	738.056	787.265	311.592	257.182
Longo Prazo	478.187	314.494	216.311	214.572
	1.216.243	1.101.759	527.903	471.754

5.12- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O lucro da Companhia está sujeito ao regime comum de tributação aplicável às empresas em geral. Os saldos diferidos, líquidos apresentam-se como segue:

	Consolidado		Diferido Líquido	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
Resultado fiscal a compensar	611.310	554.819	280.993	107.763
Diferenças temporárias:				
. Fundo de pensão - Valia	211.807	210.961	211.807	210.961
. Provisão para contingências	733.191	672.406	658.609	604.810
. Provisão para perdas em ativos	243.842	181.349	166.858	156.091
. Outras	(145.957)	(165.381)	(235.498)	(254.804)
	1.042.883	899.335	801.776	717.058
Total	1.654.193	1.454.154	1.082.769	824.821
Circulante	773.557	509.073	691.049	425.575
Longo prazo	880.636	945.081	391.720	399.246
	1.654.193	1.454.154	1.082.769	824.821

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período são demonstrados como segue:

	Trimestres			Consolidado		Controladora	
	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05	30/09/06	30/09/05
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.021.213	4.732.604	3.756.149	12.770.385	10.846.353	10.932.476	8.876.008
Resultado da participações societárias	14.035	57.280	(15.527)	54.905	(170.657)	(6.774.814)	(3.726.006)
Resultado na venda de ativos	(34.438)	(736.866)	(297.700)	(790.630)	(297.700)	(53.764)	-
	5.000.810	4.053.018	3.442.922	12.034.660	10.377.996	4.103.898	5.150.002
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.700.275)	(1.378.026)	(1.170.593)	(4.091.784)	(3.528.519)	(1.395.325)	(1.751.001)
Ajustes ao lucro líquido que afetaram o resultado do período:							
Imposto de renda e contribuição social de juros sobre o capital próprio	173.230	184.154	115.863	555.848	551.029	555.848	551.029
Incentivos fiscais	74.977	97.977	133.608	242.382	244.853	10.831	109.567
Resultados de empresas no exterior não tributadas (Acordo internacional de bitributação)	693.799	467.349	105.282	1.408.558	506.895	-	-
Incentivo de alíquota reduzida	33.574	26.705	37.627	78.223	87.708	-	-
Outros	(67.077)	8.739	14.144	(163.435)	(77.458)	(41.276)	20.333
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(791.772)	(593.102)	(764.069)	(1.970.208)	(2.215.492)	(869.922)	(1.070.072)

Os ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

A Companhia detém incentivos fiscais relativos às operações de manganês em Carajás, bauxita em Oriximiná, potássio em Rosário do Catete, alumina e alumínio em Barcarena e caulim em Ipixuna e Mazagão. Os incentivos relativos ao manganês contemplam isenção parcial até 2013. Os incentivos relativos à alumina e potássio compreendem isenção total de imposto de renda sobre níveis de produção definidos até 2009 e 2013, respectivamente, enquanto que a isenção parcial dos incentivos relativos ao alumínio e caulim expira em 2013 e da bauxita em 2008. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deverá ser apropriado a uma conta de reserva no patrimônio líquido e não poderá ser distribuído aos acionistas.

5.13- Participações Societárias Consolidadas

	Resultado de Participações Societárias				
	Investimentos		Trimestres		Acumulado
	30/09/06	30/06/06	3T/06	2T/06	30/09/05
Investimento em empresas coligadas					
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (a)	1.118.497	1.064.154	93.595	59.473	74.379
Shandong Yankuang International Company Ltd	55.273	46.561	-	-	-
Henan Longyu Energy Resources Co. Ltd. (b)	254.829	200.172	21.235	9.931	(11.084)
Ágio / Deságio em empresas consolidadas	5.091.993	5.394.664	(130.750)	(132.256)	(57.270)
Outros	6.523	6.493	-	-	9.666
Variação cambial s/ o patrimônio líquido das empresas no exterior	-	-	(2.610)	(900)	-
					(3.233)
Investimentos ao custo					
SIDERAR Sociedad Anonima Industrial Y Comercial (a)	32.613	32.465	-	-	-
Quadrem International Holdings Ltd.	10.140	10.094	-	-	-
Outros (b)	151.657	62.040	4.301	6.018	-
Variação cambial	-	-	194	454	(2.525)
					(8.503)
	6.721.525	6.816.643	(14.035)	(57.280)	13.166
					163.574

(a) Participações a preço de mercado - Usiminas R\$ 1.909.994 e Siderar R\$ 238.554; e

(b) Dividendos recebidos da GERDAU, R\$ 4.195 (3T/06 R\$ 1.659, 2T/06 R\$ 1.209 e 1T/06 R\$ 1.327), Longyu 2T/06 R\$ 33.147, Usiminas R\$ 98.039 (3T/06 - R\$ 38.965, 2T/06 R\$ 59.074) e outras ao custo R\$ 356.

5.14- Imobilizado

(a) Por tipo de ativo:

	Taxas médias de depreciação	Consolidado				Controladora			
		30/09/06			30/06/06	30/09/06			30/06/06
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	2,82%	4.045.973	(1.528.432)	2.517.541	2.224.384	2.203.660	(767.652)	1.436.008	1.371.601
Instalações	3,69%	17.881.280	(6.529.988)	11.351.292	10.336.524	8.496.799	(3.165.809)	5.330.990	5.060.290
Equipamentos	9,52%	5.742.956	(2.729.719)	3.013.237	3.781.821	2.884.195	(1.020.949)	1.863.246	1.645.307
Equipamentos de Informática	20,00%	1.226.867	(491.730)	735.137	703.945	1.068.310	(386.531)	681.779	651.734
Ferrovias	3,87%	8.755.513	(3.433.341)	5.322.172	4.902.076	8.436.576	(3.324.465)	5.112.111	4.981.594
Direitos minerários (nota 5.4 (h))	1,84%	1.761.673	(439.301)	1.322.372	1.092.864	1.304.203	(204.632)	1.099.571	1.117.506
Outros	14,50%	3.088.465	(1.287.021)	1.801.444	2.029.454	2.143.197	(831.332)	1.311.865	1.112.103
		42.502.727	(16.439.532)	26.063.195	25.071.068	26.536.940	(9.701.370)	16.835.570	15.940.135
Imobilizações em curso	-	12.056.225	-	12.056.225	11.468.569	7.188.230	-	7.188.230	7.013.348
Total		54.558.952	(16.439.532)	38.119.420	36.539.637	33.725.170	(9.701.370)	24.023.800	22.953.483

(b) Por área de negócio:

			Consolidado	
			30/09/06	30/06/06
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Ferrosos				
Em operação	26.513.717	(10.868.654)	15.645.063	15.344.432
Imobilizações em curso	6.263.395	-	6.263.395	5.938.563
	32.777.112	(10.868.654)	21.908.458	21.282.995
Não Ferrosos				
Em operação	3.076.350	(838.673)	2.237.677	2.188.554
Imobilizações em curso	3.038.543	-	3.038.543	2.939.831
	6.114.893	(838.673)	5.276.220	5.128.385
Logística				
Em operação	4.072.520	(1.279.478)	2.793.042	2.227.806
Imobilizações em curso	213.895	-	213.895	238.096
	4.286.415	(1.279.478)	3.006.937	2.465.902
Participações				
Em operação	7.701.846	(3.080.904)	4.620.942	4.607.879
Imobilizações em curso	2.056.420	-	2.056.420	1.636.522
	9.758.266	(3.080.904)	6.677.362	6.244.401
Corporação				
Em operação	1.138.292	(371.823)	766.469	702.397
Imobilizações em curso	483.974	-	483.974	715.557
	1.622.266	(371.823)	1.250.443	1.417.954
Total	54.558.952	(16.439.532)	38.119.420	36.539.637

5.15- Empréstimos e Financiamentos

Captados a curto prazo

	Consolidado		Controladora	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
Financiamento de comércio exterior	843.733	448.208	438.419	-
Capital de giro	218.404	204.181	-	-
	1.062.137	652.389	438.419	-

Captados a longo prazo

	Consolidado				Controladora			
	Passivo circulante		Exigível a longo prazo		Passivo circulante		Exigível a longo prazo	
	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06	30/09/06	30/06/06
Operações no exterior								
Empréstimos e financiamentos em:								
Dólares norte-americanos	1.412.394	1.533.949	4.663.174	4.371.768	402.094	516.607	1.686.872	1.832.982
Outras	7.768	7.827	30.811	31.562	7.768	7.827	30.811	31.562
Títulos em dólares norte-americanos	-	-	4.417.672	4.406.214	-	-	-	-
Securitização de exportações	183.366	181.128	609.017	653.013	-	-	-	-
Notas perpétuas	-	-	185.968	173.969	-	-	-	-
Encargos decorridos	185.340	287.341	-	-	18.717	46.067	-	-
	1.788.868	2.010.245	9.906.642	9.636.526	428.579	570.501	1.717.683	1.864.544
Operações no país								
Indexados por TJLP, TR e IGP-M	178.182	166.432	339.119	343.497	44.660	44.945	159.350	167.211
Cesta de moedas	3.536	3.530	16.824	17.642	3.270	3.259	16.545	17.289
Empréstimos em dólares norte-americanos	187.708	256.073	226.777	236.398	406	825	-	-
Debêntures não conversíveis em ações	-	690	352.590	342.680	-	690	11	11
Encargos decorridos	59.450	77.259	-	-	1.119	901	-	-
	428.876	503.984	935.310	940.217	49.455	50.620	175.906	184.511
	2.217.744	2.514.229	10.841.952	10.576.743	478.034	621.121	1.893.589	2.049.055

- (a) Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais, sendo US\$1,00 equivalente a R\$2,1742 em 30/09/06 (R\$2,1643 em 30/06/06) e ¥ 1,00 equivalente a R\$0,018408 em 30/09/06 (R\$0,018920 em 30/06/06);
- (b) Em 30 de setembro de 2006, nossos empréstimos e financiamentos consolidados apresentavam as seguintes garantias:
- Avais recebidos da União no valor de R\$227.365 para os quais oferecemos contragarantia;
 - Programa de securitização de recebíveis no valor de R\$ 801.223;
 - Bens do imobilizado no valor de R\$ 98.345;
 - Outros ativos no valor de R\$1.005.221.
- (c) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos dos empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem em 30/09/06 ao seguinte escalonamento:

	Consolidado		Controladora	
2007	423.473	4%	53.021	3%
2008	955.093	9%	429.980	23%
2009	754.642	7%	388.779	21%
2010 em diante	8.170.197	75%	1.021.809	53%
Sem data de vencimento (notas perpétuas e debêntures)	538.547	5%	-	-
	10.841.952	100%	1.893.589	100%

- (d) Em outubro de 2005, a controlada Vale Overseas Limited, emitiu US\$300 milhões, em bônus com vencimento em 2034, com remuneração de 7,65% a.a. Estes bônus compõem uma série única juntamente com o valor face de US\$500 milhões dos bônus emitidos em janeiro de 2004, com cupom de 8,25% a.a..
- (e) Em janeiro de 2006 a controlada Vale Overseas Limited emitiu bônus de 10 anos, no valor de US\$1 bilhão, com juros de 6,250% a.a., pago semestralmente, com vencimento em 2016 e ao preço de 99,97% do valor de face do título.
- (f) Em janeiro de 2006, a controlada Vale Overseas Limited concluiu, a recompra de US\$300 milhões das Guaranteed Notes com vencimento em 2013 e juros de 9,0% a.a..

5.16- Passivos Contingentes

Na data das informações trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos contingentes:

- (a) Provisões para contingências e depósitos judiciais (registrados no exigível a longo prazo e no realizável a longo prazo, respectivamente), considerados pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos como suficientes para cobrir perdas em processos judiciais de qualquer natureza, como segue:

Consolidado					
Depósitos Judiciais	Depósitos Judiciais tributários	Depósitos judiciais trabalhistas e previdenciários	Reclamações cíveis	Outras	Total
Saldo em 30/06/2006	1.291.736	396.054	263.588	2.585	1.953.963
Adições	77.221	39.215	43.017	907	160.360
Baixas	(56.860)	(3.355)	(1.434)	(1.825)	(63.474)
Atualizações	8.494	54.598	766	103	63.961
Saldo em 30/09/2006	1.320.591	486.512	305.937	1.770	2.114.810
Controladora					
Depósitos Judiciais	Depósitos Judiciais tributários	Depósitos judiciais trabalhistas e previdenciários	Reclamações cíveis	Outras	Total
Saldo em 30/06/2006	795.983	297.818	188.730	2.377	1.284.908
Adições	72.145	23.043	13.831	905	109.924
Baixas	(56.860)	(2.800)	(1.433)	(1.825)	(62.918)
Atualizações	6.910	54.311	766	103	62.090
Saldo em 30/09/2006	818.178	372.372	201.894	1.560	1.394.004
Consolidado					
Provisões para contingências	Contingências tributárias	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Reclamações cíveis	Outras	Total
Saldo em 30/06/2006	1.753.984	696.267	528.147	62.428	3.040.826
Adições	34.799	185.836	35.556	(4.392)	251.799
Baixas	(56.284)	(118.382)	(20.343)	(122)	(195.131)
Atualizações	153.956	20.743	3.865	453	179.017
Saldo em 30/09/2006	1.886.455	784.464	547.225	58.367	3.276.511
Controladora					
Provisões para contingências	Contingências tributárias	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Reclamações cíveis	Outras	Total
Saldo em 30/06/2006	1.367.715	556.072	373.461	25.356	2.322.604
Adições	7.216	158.339	6.677	86	172.318
Baixas	(52.610)	(118.403)	(18.752)	(124)	(189.889)
Atualizações	151.918	21.414	3.474	456	177.262
Saldo em 30/09/2006	1.474.239	617.422	364.860	25.774	2.482.295

as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião da Diretoria Jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

Tributárias - referem-se, principalmente, as ações movidas pela Companhia, relativos a diversos aspectos da legislação do imposto de renda, do PIS, da COFINS, e autuações sofridas relacionadas a ICMS que ainda se encontram em discussão.

Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem principalmente de: (i) horas "itinere", (ii) adicional de periculosidade e insalubridade, (iii) reclamações vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias.

Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados relativas a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos e acidentes.

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes no montante de R\$2.632.317 (R\$1.966.662 na controladora) para os quais, com base no prognóstico de nossos advogados, não há provisões constituídas.

- (b) Avais e garantias concedidos pela Companhia a empresas controladas de controle compartilhado, conforme abaixo:

Coligada	Valor da garantia		Moeda corrente	Propósito	Vencimento	Contra-garantias
	30/09/06	30/06/06				
SAMARCO	5.890	8.508	US\$	Garantia de dívida IFC	2008	Nenhuma

A Companhia tem a expectativa de que tais garantias não serão executadas e, portanto, não há passivos registrados.

- (c) Por ocasião do primeiro passo de nossa privatização, em 1997, a Companhia emitiu debêntures para os acionistas existentes na ocasião, incluindo o Governo Brasileiro. Os termos das debêntures foram estabelecidos para garantir que os acionistas pré-privatização, incluindo o Governo Brasileiro, participassem conosco em possíveis benefícios futuros, que puderem ser obtidos a partir da exploração de nossos recursos minerais.

Foram emitidas 388.559.056 debêntures com valor unitário na data de emissão de R\$0,01 (hum centavo de real), cuja atualização se dá de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, conforme o disposto na escritura de emissão.

Em 04/10/02, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM aprovou o registro da negociação pública das debêntures e desde 28/10/02, as mesmas já podem ser negociadas no mercado secundário.

Os debenturistas têm o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a um percentual das receitas líquidas provenientes de determinados recursos minerais possuídos em maio de 1997 e cobertos pela escritura de emissão.

De acordo com a escritura de emissão, o valor do prêmio deverá ser acrescido de juros até o mês anterior ao do efetivo pagamento, e de 1% no mês em que o recurso for disponibilizado ao debenturista. Em cumprimento ao disposto na escritura de emissão, o pagamento é realizado semestralmente, em março e setembro.

Com o início das operações de cobre em 2004, iniciou-se a apuração de prêmios referentes a esses direitos minerários. Considerando as vendas de minério de ferro, estima-se que os patamares mencionados na escritura de emissão serão alcançados, aproximadamente, em 2032 e 2019, para os Sistemas Sul e Norte, respectivamente. Com relação aos demais minerais, tais como bauxita e níquel, a previsão de início de exploração é para a segunda metade desta década e de acordo com os critérios estabelecidos na escritura de emissão, o pagamento será devido sobre o faturamento líquido das vendas ocorridas a partir do quarto ano seguinte à data da primeira comercialização. A obrigação de efetuar os pagamentos aos debenturistas cessará quando os recursos minerais pertinentes forem esgotados.

Em 03/04/2006 e 02/10/2006 disponibilizamos para pagamento de remuneração das debêntures participativas o valor de R\$4.491 e R\$8.379, respectivamente.

5.17- Provisão com Obrigações para Desmobilização de Ativos

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais são debitados ao custo de produção ou capitalizados quando incorridos. A Companhia gerencia suas relações com o meio ambiente como um fator estratégico, tendo como premissa o pleno atendimento da legislação aplicável, e as diretrizes e normas internas estabelecidas por seu sistema de gestão ambiental, de pleno acordo com as especificações da Norma ISO 14.001. A Companhia desenvolve programas contínuos que têm por objetivo minimizar o impacto ambiental de suas operações de mineração, bem como reduzir os custos que venham a incorrer com o término das atividades de cada lavra. Em 30/09/06, a provisão com obrigações para desmobilização de ativos consolidada corresponde ao montante de R\$549.305 (R\$336.384 na controladora), classificada em "Provisão com obrigações para desmobilização de ativos" no passivo não circulante e R\$17.191 (R\$17.191 na controladora) classificado em "Outros" no passivo circulante. A Companhia adota os conceitos de provisionamento dos custos de fechamento de mina, a saber:

- . Os custos com fechamento de minas passam a ser registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos;
- . As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco; e
- . As estimativas de custos são revistas anualmente, com a conseqüente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

5.18- Ações em Tesouraria

O Conselho de Administração autorizou, nos termos do inciso XXXII do Art. 14 do Estatuto Social e com base no Art. 30 da Lei nº 6.404/76 e nas Instruções CVM nº 10, de 14/02/80 e 268, de 13/11/97, a aquisição pela Companhia de suas próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento.

Em 21/06/06 o Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de suas ações preferenciais durante o prazo máximo de 180 dias, envolvendo até 47.986.763 ações preferenciais, correspondentes a 5% do número total de ações preferenciais PNA em circulação ("free float") em 31 de maio de 2006. Até 30/09/2006 haviam sido adquiridas 15.149.600 ações preferenciais.

Em 30/09/06, estavam em tesouraria 28.291.020 ações ordinárias e 15.172.516 ações preferenciais, no montante de R\$790.304. As 28.291.020 ações ordinárias estão em garantia de um empréstimo da nossa controlada Alunorte. Em 30 de setembro de 2006, 4.924.760 destas ações, cotadas a valor de mercado, seriam suficientes para quitar o saldo da dívida.

Classe	Ações		Custo de aquisição unitário			Cotação média em	
	Quantidade						
	30/09/06	30/06/06	Médio	Mínimo	Máximo	30/09/06	30/06/06
Preferenciais	15.172.516	1.304.016	43,45	41,13	45,15	43,59	44,56
Ordinárias	28.291.020	28.291.020	4,63	3,34	8,68	50,55	51,78
	43.463.536	29.595.036					

5.19- Capital Social

Através da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31/03/06, o capital social da Companhia passou a ser de R\$19.492.400.974,56, correspondendo a 1.229.828.529 ações escriturais, sendo R\$9.007.032.395,62 divididos em 749.949.429 ações ordinárias e R\$10.485.368.578,94, divididos em 479.879.100 ações preferenciais classe "A", incluindo 03 (três) de classe especial, todas em valor nominal.

Após o desdobramento o capital social da Companhia de R\$19,5 bilhões passou a ser composto por 2.459.657.058 ações escriturais sendo 1.499.898.858 ações ordinárias, 959.758.200 ações preferenciais classe "A", incluindo seis ações de classe especial e sem valor nominal ("Golden share"). A razão ação/ADR foi mantida em 1/1, portanto cada ação ordinária ou cada ação preferencial continua sendo representada por um ADR lastreado por uma ação ordinária ou por um ADR lastreado por uma ação preferencial classe "A", respectivamente.

As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração, e têm prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual de 6%, calculado sobre a parcela de capital constituída por esta classe de ações ou de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, o que for maior entre eles.

A Companhia realizou em 22/05/06 o desdobramento de ações aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/04/06. Cada ação existente, tanto ordinária quanto preferencial, passou a ser representada por duas ações.

Para fins de comparativos consideramos retroativamente os efeitos do desdobramento de ações no cálculo do lucro líquido por ações em circulação, apresentadas na demonstração do resultado.

5.20- Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

Em 31/10/06 foi feito pagamento da segunda parcela de remuneração mínima aos acionistas no valor total de R\$1.387.035 correspondente a R\$0,574057909 por ação ordinária ou preferencial em circulação. Desse total, foram pagos, sob a forma de juros sobre o capital próprio, o montante de R\$1.350.000, correspondendo a R\$0,558730080 por ação ordinária ou preferencial, e R\$37.035 sob a forma de dividendos, correspondendo a R\$0,015327829 por ação ordinária ou preferencial.

Em 28/04/06 foi feito pagamento da primeira parcela de remuneração mínima aos acionistas no valor total de R\$1.392.300, correspondente a R\$1,145292894 por ação ordinária ou preferencial em circulação. Desse total, foram pagos, sob a forma de juros sobre o capital próprio, o montante de R\$809.800, correspondendo a R\$0,666133869 por ação ordinária ou preferencial, e R\$582.500 sob a forma de dividendos, correspondendo a R\$0,479159025 por ação ordinária ou preferencial.

5.21- Resultado Financeiro

Consolidado

	3T/06			2T/06			3T/05		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(128.180)	(21.807)	(149.987)	(123.118)	76.420	(46.698)	(152.781)	388.288	235.507
Empréstimos e financiamentos internos	(38.621)	3.794	(34.827)	(41.444)	(100.574)	(142.018)	(18.959)	129.667	110.708
Partes relacionadas	(1.507)	143	(1.364)	(1.911)	(7)	(1.918)	(5.500)	758	(4.742)
	(168.308)	(17.870)	(186.178)	(166.473)	(24.161)	(190.634)	(177.240)	518.713	341.473
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(62.594)	(121.307)	(183.901)	(56.236)	(7.771)	(64.007)	(65.724)	30.752	(34.972)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	71.261	516	71.777	3.244	27	3.271	3.106	741	3.847
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro, alumínio, alumina e cobre)	91.078	(1.383)	89.695	(110.679)	1.634	(109.045)	(172.567)	13.380	(159.187)
Prêmio em opção de compra	(187.346)	-	(187.346)	-	-	-	-	-	-
CPMF	(42.480)	-	(42.480)	(42.486)	-	(42.486)	(34.536)	-	(34.536)
Outras	(100.757)	(2.854)	(103.611)	(184.189)	(49.334)	(233.523)	(62.542)	(94.612)	(157.154)
	(399.146)	(142.898)	(542.044)	(556.819)	(79.605)	(636.424)	(509.503)	468.974	(40.529)
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	1.395	97	1.492	5.050	(1.443)	3.607	800	(13.174)	(12.374)
Aplicações financeiras	103.191	14.069	117.260	55.001	(9.289)	45.712	60.473	(104.074)	(43.601)
Outras	33.622	141.061	174.683	44.713	75.987	120.700	4.067	(226.828)	(222.761)
	138.208	155.227	293.435	104.764	65.255	170.019	65.340	(344.076)	(278.736)
Resultado financeiro líquido	(260.938)	12.329	(248.609)	(452.055)	(14.350)	(466.405)	(444.163)	124.898	(319.265)



	30/09/06			Acumulado 30/09/05		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(367.259)	296.872	(70.387)	(334.780)	1.158.793	824.013
Empréstimos e financiamentos internos	(117.198)	58.390	(58.808)	(138.010)	354.061	216.051
Partes relacionadas	(6.082)	11	(6.071)	(16.414)	771	(15.643)
	(490.539)	355.273	(135.266)	(489.204)	1.513.625	1.024.421
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(175.740)	(142.823)	(318.563)	(128.310)	(11.660)	(139.970)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	76.094	975	77.069	1.816	3.307	5.123
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro, alumínio, alumina e cobre)	(178.871)	50.477	(128.394)	(165.552)	52.161	(113.391)
Prêmio em opção de compra	(187.346)	-	(187.346)	-	-	-
CPMF	(133.422)	-	(133.422)	(104.231)	-	(104.231)
Outras	(393.212)	(207.882)	(601.094)	(166.521)	(255.308)	(421.829)
	(1.483.036)	56.020	(1.427.016)	(1.052.002)	1.302.125	250.123
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	7.236	(1.342)	5.894	15.607	(5.236)	10.371
Aplicações financeiras	227.218	(47.749)	179.469	155.081	(320.207)	(165.126)
Outras	116.625	150.960	267.585	65.629	(672.838)	(607.209)
	351.079	101.869	452.948	236.317	(998.281)	(761.964)
Resultado financeiro líquido	(1.131.957)	157.889	(974.068)	(815.685)	303.844	(511.841)

Controladora

	30/09/06			Acumulado 30/09/05		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(81.234)	(32.960)	(114.194)	(49.463)	289.425	239.962
Empréstimos e financiamentos internos	(24.269)	(65.054)	(89.323)	(16.550)	68.284	51.734
Partes relacionadas	(282.941)	467.913	184.972	(205.406)	659.117	453.711
	(388.444)	369.899	(18.545)	(271.419)	1.016.826	745.407
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(166.814)	(140.098)	(306.912)	(118.325)	(9.354)	(127.679)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	2.200	(196)	2.004	(3.264)	(546)	(3.810)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro)	(16.025)	3.887	(12.138)	(8.662)	7.198	(1.464)
CPMF	(82.035)	-	(82.035)	(61.293)	-	(61.293)
Outras	(224.190)	126.591	(97.599)	(72.067)	371.571	299.504
	(875.308)	360.083	(515.225)	(535.030)	1.385.695	850.665
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	54.353	(95.645)	(41.292)	42.981	(225.571)	(182.590)
Aplicações financeiras	45.294	72	45.366	40.466	9.782	50.248
Outras	17.810	151.255	169.065	31.904	(39.912)	(8.008)
	117.457	55.682	173.139	115.351	(255.701)	(140.350)
Resultado financeiro líquido	(757.851)	415.765	(342.086)	(419.679)	1.129.994	710.315

5.22- Instrumentos Financeiros – Derivativos

A volatilidade das taxas de juros, das taxas de câmbio e dos preços de commodities são os principais riscos de mercado a que estamos expostos e todos os três são gerenciados através de operações com derivativos. Estas operações são realizadas com o objetivo exclusivo de reduzir nossa exposição ao risco. Não as utilizamos para fins especulativos.

Monitoramos e avaliamos as posições regularmente e ajustamos nossa estratégia sempre de acordo com as condições de mercado. Periodicamente, revisamos os limites e possibilidades de crédito de nossos "parceiros" nessas transações. De acordo com as políticas e práticas estabelecidas para as operações com derivativos, a Administração considera que a ocorrência de situações de risco não previstas são improváveis.

O saldo ativo (passivo) e a oscilação do valor de mercado de instrumentos derivativos financeiros são como segue:

Consolidado						
3T/06						
	Juros (libor)	Moedas (*)	Ouro	Alumínio	Alumina	Cobre (*) Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/06/06	(2.301)	4.228	(131.294)	(385.442)	(160.801)	- (675.610)
Liquidação financeira	377	-	10.121	26.381	23.670	- 60.549
Despesas financeiras, líquidas	(715)	71.976	9.888	69.973	5.434	5.783 162.339
Variações monetárias, líquidas	(14)	530	(406)	(589)	(386)	(2) (867)
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/06	(2.653)	76.734	(111.691)	(289.677)	(132.083)	5.781 (453.589)

2T/06						
	Juros (libor)	Moedas (*)	Ouro	Alumínio	Alumina	Cobre (*) Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/03/06	(6.361)	2.325	(126.624)	(353.234)	(158.748)	- (642.642)
Liquidação financeira	2.692	-	8.253	32.316	29.545	- 72.806
Despesas financeiras, líquidas	1.358	1.886	(11.688)	(68.105)	(30.886)	- (107.435)
Variações monetárias, líquidas	10	17	(1.235)	3.581	(712)	- 1.661
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/06/06	(2.301)	4.228	(131.294)	(385.442)	(160.801)	- (675.610)

3T/05						
	Juros (libor)	Moedas (*)	Ouro	Alumínio	Alumina	Cobre (*) Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/06/05	(21.173)	3.719	(69.555)	(127.240)	(50.832)	- (265.081)
Liquidação financeira	1.453	(884)	6.122	15.387	16.072	- 38.150
Despesas financeiras, líquidas	3.397	(292)	(21.382)	(116.147)	(35.036)	- (169.460)
Variações monetárias, líquidas	938	(195)	3.668	6.940	2.772	- 14.123
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/05	(15.385)	2.348	(81.147)	(221.060)	(67.024)	- (382.268)

Controladora				
30/09/06				
	Juros (libor)	Moedas (*)	Ouro	Cobre (*) Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/05	(5)	1.725	(63.408)	- (61.688)
Liquidação financeira	-	-	15.802	- 15.802
Despesas financeiras, líquidas	5	2.195	(22.002)	5.977 (13.825)
Variações monetárias, líquidas	-	(196)	3.888	- 3.692
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/06	-	3.724	(65.720)	5.977 (56.019)

30/09/05				
	Juros (libor)	Moedas (*)	Ouro	Cobre (*) Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/04	(9.268)	9.405	(55.406)	- (55.269)
Liquidação financeira	7.354	(2.081)	9.775	- 15.048
Despesas financeiras, líquidas	698	(3.953)	(8.663)	- (11.918)
Variações monetárias, líquidas	480	(1.023)	7.198	- 6.655
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/05	(736)	2.348	(47.096)	- (45.484)

(*) Incluído como outros ativos no circulante.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros consolidados são como segue:

Ouro	Dezembro de 2008
Juros (LIBOR)	Outubro de 2007
Moedas	Dezembro de 2011
Alumina	Dezembro de 2008
Alumínio	Dezembro de 2008
Cobre	Dezembro de 2008

5.23- Despesas Vendas e Administrativas e Outras Despesas Operacionais

	Consolidado					Controladora	
	Trimestres			Acumulado		Acumulado	
	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05	30/09/06	30/09/05
Administrativas							
Pessoal	152.197	142.299	138.272	431.781	344.878	224.272	181.687
Consultoria técnica	43.674	33.179	89.146	115.289	236.116	71.533	86.366
Propaganda e publicidade	24.946	54.536	24.422	106.242	68.761	104.505	67.552
Depreciação	62.348	53.240	32.572	167.645	91.866	119.785	41.331
Despesas de viagem	13.187	13.509	10.116	37.401	34.161	31.638	29.198
Aluguéis e impostos	14.030	15.001	6.255	39.082	39.569	19.308	21.718
Comunidades Indígenas	7.737	4.120	3.470	15.920	13.395	15.920	13.395
Outras	58.336	64.750	28.407	174.636	69.055	36.978	18.813
Subtotal	376.455	380.634	332.660	1.087.996	897.801	623.939	460.060
Vendas	25.692	131.160	90.782	261.738	286.445	2.734	1.185
Total	402.147	511.794	423.442	1.349.734	1.184.246	626.673	461.245

	Consolidado					Controladora	
	Trimestres			Acumulado		Acumulado	
	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05	30/09/06	30/09/05
Outras despesas (receitas) operacionais							
Provisão para contingências	73.717	44.334	118.333	149.071	178.461	12.131	81.000
Provisão para perdas com créditos de ICMS	24.335	13.935	15.515	53.128	24.224	-	-
Provisão para participação no resultado	75.619	78.441	52.966	216.509	159.647	174.000	135.000
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	15.040	2.573	9.642	20.911	42.120	18.883	41.770
Outras	159.107	36.619	92.132	272.926	224.774	152.953	(3.063)
Total	347.818	175.902	288.588	712.545	629.226	357.967	254.707

5.24- Aquisição da Inco

Em 23 de outubro de 2006 a Vale adquiriu a Inco Limited (Inco), uma empresa canadense produtora de níquel, por US\$13,3 bilhões, correspondente a 174.623.019 ações ordinárias, por Cdn\$ 86,00 por ação, representando 75,66% das ações ordinárias.

A aquisição é consistente com a estratégia corporativa de longo prazo e a estratégia para os negócios de metais não ferrosos da CVRD, Este é um novo passo para continuarmos a desenvolver, operar e maximizar a performance de ativos de larga escala, vida útil longa e baixos custos.

Esta aquisição possibilitará melhor diversificação para a CVRD em termos de produto, mercados e localização geográfica de ativos, contribuindo para a redução de riscos.

A Inco é uma empresa canadense líder no mercado global de níquel, sendo uma das maiores produtoras e a primeira em termos de reservas de níquel do mundo.

Com o objetivo de adquirir 100% das ações da Inco, a Vale está desenvolvendo todos os esforços para comprar as ações remanescentes. Até 03/11/06 a Vale já havia adquirido 196.078.276 ações por aproximadamente US\$15 bilhões representando 86,57% do capital da Inco.

O dispêndio financeiro com a aquisição de todas as ações da Inco é estimado em US\$17,6 bilhões. A maior parte dos recursos é oriundo de um empréstimo ponte contratado junto a um sindicato de bancos. O prazo dessa linha de crédito é de dois anos, com custo de Libor mais 40 pontos base durante o primeiro ano e Libor mais 60 pontos base no segundo.

A Companhia espera concluir em breve transações de refinanciamento do empréstimo ponte, com o objetivo de alongar o perfil da dívida para nível próximo ao registrado antes da aquisição, superior a sete anos.

6- ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Período findo em 30 de setembro de 2006

Período findo em 30 de setembro de 2006														
	% de participação			Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido				Em milhares de reais				
	Total	Volante	Circulante	Realizável a longo prazo	Societárias, Imobilizado e Diferido	Circulante		Não circulante		Receitas (despesas) operac.	Resultado não operac.	IR e CSL	Lucro (prejuízo) ajustado	
						Circulante	Exigível a longo prazo, Resultado de exercícios futuros e Participações de minoritários	Patrimônio líquido (ajustado)	Vendas líquidas					Custo dos produtos e serviços vendidos
Controladas (a)														
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. (c)	51,00	51,00	417.686	1.402.889	1.050.092	282.483	1.008.443	1.579.741	1.803.302	(1.148.693)	(67.129)	122	(138.980)	448.622
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. (c)	57,03	61,74	790.012	158.257	3.707.209	293.098	1.257.132	3.105.248	1.911.731	(1.111.091)	(103.401)	365	(130.266)	567.338
Braslux S.A.	100,00	100,00	2.261	33.565	535	13.584	-	22.777	-	-	(1.250)	-	-	(1.250)
Caemi Mineração e Metalurgia S.A.(b, c)	100,00	100,00	2.507.690	1.204.848	2.106.827	807.737	985.271	4.026.357	4.063.696	(1.616.479)	(324.365)	(242.246)	(407.665)	1.472.941
Companhia Paulista de Ferro Ligas	100,00	100,00	70.241	166.160	3.831	146.596	96.053	(2.417)	-	-	4.124	253	(7.306)	(2.929)
Companhia Portuária Baía de Sepetiba - CPBS	100,00	100,00	211.640	5.969	148.302	61.595	29	304.287	204.492	(73.556)	6.574	-	(46.756)	90.754
CVRD Overseas Ltd.	100,00	100,00	1.113.635	609.018	865.340	1.758.171	43.636	786.186	2.074.881	(1.395.550)	(30.503)	-	-	648.828
Docepar S.A.	100,00	100,00	2.621	324.478	149	21.430	273.387	32.431	-	-	(10.690)	-	(213)	(10.903)
Ferrovia Centro - Atlântica S.A.	100,00	100,00	323.681	132.199	1.484.868	171.771	1.900.664	(171.687)	537.105	(522.180)	(65.145)	-	-	(50.220)
Ferro Gusa Carajás S.A.	77,97	77,97	140.235	152	284.786	343.497	647	81.029	86.443	(92.097)	(36.306)	-	-	(41.960)
Florestas Rio Doce S.A.(c)	100,00	100,00	31.849	35.431	3.730	10.803	32.981	27.226	-	-	6.458	-	(2.958)	3.500
CVRD International S.A. (d)	100,00	100,00	9.834.500	10.912.583	4.267.129	3.742.503	7.081.542	14.190.167	12.964.755	(9.486.634)	63.663	750.313	-	4.292.097
Mineração Taumá Ltda.	100,00	100,00	128	-	1.603.157	16.319	1.773.342	(186.376)	-	-	(69.681)	-	-	(69.681)
Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE (c)	100,00	100,00	429.752	23.294	434.188	84.394	541.855	260.985	43.091	(13.137)	(8.376)	(5)	(12.412)	9.161
RioDoce International Finance Ltd.	100,00	100,00	589	13.381	-	8.815	138	5.017	-	(647)	156.846	-	-	156.199
RioDoce Manganês Europe - RDME	100,00	100,00	236.355	210	74.895	115.406	2.405	193.649	334.243	(328.144)	(15.892)	18	(728)	(10.504)
Rio Doce Manganês Norway AS	100,00	100,00	93.366	7.354	61.557	78.421	14.805	69.051	116.442	(106.224)	(525)	-	-	9.693
Rio Doce Manganês S.A.	100,00	100,00	416.631	213.276	374.642	288.339	192.097	524.113	461.544	(409.267)	(127.434)	(43.946)	9.303	(109.800)
Salobo Metais S.A.	100,00	100,00	1.314	-	865.619	684	590.114	276.135	-	-	-	-	-	-
TVV - Terminal de Vila Velha S.A. (c)	100,00	99,89	50.278	7.875	54.891	27.152	9.956	75.936	88.553	(63.624)	(2.954)	-	(7.277)	14.698
Unicum Mineração S.A.	100,00	100,00	106.938	19.346	69.887	28.950	111.322	55.899	106.381	(61.369)	(26.961)	(2.731)	(6.438)	8.882
Valeoverseas Ltd.	100,00	100,00	65.241	4.532.039	-	65.239	4.532.039	1	-	-	-	-	-	-
Valesul Alumínio S.A. (c)	100,00	100,00	257.452	70.266	119.816	104.816	30.891	311.827	421.871	(322.080)	(20.256)	5.590	(27.673)	57.452
Controladas de controle compartilhado (a)														
California Steel Industries, Inc.	50,00	50,00	1.250.972	4.892	512.074	699.541	326.129	742.268	2.290.987	(1.857.562)	(123.283)	-	(144.537)	165.605
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO (c)	50,00	50,00	170.150	27.735	246.128	171.807	105.845	166.361	573.519	(490.804)	(7.618)	727	(41.172)	74.652
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS (c)	50,89	51,00	221.885	45.955	76.630	132.162	54.685	157.623	515.694	(415.652)	(23.530)	-	(30.757)	45.755
Companhia Itai-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO (c)	50,90	51,00	188.929	57.574	74.649	114.114	64.544	142.494	469.854	(386.582)	(17.382)	-	(25.099)	40.791
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO (c)	51,00	51,11	308.902	83.074	128.693	310.493	63.398	146.776	867.228	(710.412)	(56.147)	-	(39.470)	61.199
Minas da Serra Geral S.A. - MSG (c)	50,00	50,00	27.845	14.397	83.871	3.065	23.453	99.595	18.467	(8.061)	(3.737)	207	(2.238)	4.638
Mineração Rio do Norte S.A. (c)	40,00	40,00	149.956	507.954	956.587	574.171	227.695	812.631	681.410	(406.274)	(5.582)	(676)	(36.097)	232.781
MRS Logística S.A. (c)	40,45	37,23	878.852	286.733	1.310.079	785.515	669.992	1.020.157	1.441.932	(764.281)	(82.585)	(2.472)	(201.653)	390.941
Samarco Mineração S.A. (c)	50,00	50,00	706.259	171.442	1.808.061	881.821	1.036.446	767.495	1.745.106	(609.293)	(227.157)	4.440	(158.840)	754.256
Baovale Mineração S.A. (c)	50,00	100,00	43.089	-	50.378	1.446	-	92.021	22.078	(3.268)	(17.565)	-	(2.475)	(1.230)

Observações:

- (a) Os montantes acima correspondem aos totais apresentados nas demonstrações contábeis dessas empresas em 30 de setembro de 2006, ajustadas e não auditadas;
- (b) A partir de 31/03/2005 a Vale passou a deter 100% do capital total (vide nota 5.5). O resultado consolidado da Caemi contempla o valor de R\$247.179 referente a participação de minoritários;
- (c) Recebemos os seguintes dividendos no período: Albrás R\$62.593, Alumorte R\$30.832, Baovale R\$36.500, Docenave R\$70.134, Florestas R\$29.997, Hispanobras R\$29.950, Itabrasco R\$25.450, Kobrasco R\$24.193, MRS R\$10.183, MRN R\$165.198, MSG R\$1.480, Nibrasco R\$46.713, Samarco R\$437.601, TVV R\$18.787 e Valesul 896;
- (d) Nova razão social da Itabira Rio Doce Company Limited – ITACO.

Informações adicionais das principais empresas investidas estão disponíveis no website da Companhia, www.cvd.com.br, relações com investidores.

7- PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Vale do Rio Doce
Rio de Janeiro – RJ

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais – ITR da Companhia Vale do Rio Doce, controladora e consolidado, referentes ao trimestre e ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2006, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e sob a responsabilidade da Administração da Companhia, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido e o relatório de desempenho.
2. Exceto quanto ao mencionado no parágrafo 3, nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas empresas investidas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e suas empresas investidas.
3. Não foram revisadas por auditores independentes as demonstrações contábeis, em 30 de setembro de 2006, de certas empresas controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas, nas quais são mantidos investimentos relevantes. Dessa forma, as conclusões alcançadas em nossa revisão não abrangem R\$6.882.668 mil desses investimentos e R\$257.325 mil dos ganhos produzidos no trimestre findo naquela data.
4. Baseados em nossa revisão especial, exceto pelos efeitos de eventuais ajustes que poderiam ser requeridos caso as demonstrações contábeis das sociedades mencionadas no parágrafo 3 tivessem sido revisadas por auditores independentes, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais obrigatórias.
5. Nossa revisão especial foi conduzida com o objetivo de emitirmos relatório sobre as informações trimestrais referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa, controladora e consolidado, que estão sendo apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Companhia e suas empresas investidas, não são requeridas como parte das informações trimestrais. As demonstrações dos fluxos de caixa foram submetidas aos procedimentos de revisão descritos no parágrafo 2 e não temos conhecimento de quaisquer modificações relevantes que devam ser feitas nessas demonstrações, para que as mesmas estejam adequadamente apresentadas em relação às informações contábeis trimestrais.
6. Anteriormente, revisamos os balanços patrimoniais, controladora e consolidado, levantados em 30 de junho de 2006 e as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa correspondentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2005, apresentados para fins de comparação, sobre os quais emitimos relatórios de revisão especial, datados de 2 de agosto de 2006 e 9 de novembro de 2005, respectivamente, com exceção quanto a não revisão por auditores independentes das demonstrações contábeis de certas empresas controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2006

B- INFORMAÇÕES ADICIONAIS

8- COMENTÁRIOS SOBRE O RESULTADO DAS OPERAÇÕES EM 30 DE SETEMBRO DE 2006 E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Na análise dessas informações, alguns aspectos gerais devem ser considerados, como segue:

Em 30/09/06 cerca de 92% da receita bruta consolidada da Companhia e 25% dos custos consolidados estão vinculados à moeda norte-americana. Conseqüentemente, as flutuações na taxa de câmbio têm um impacto significativo sobre o resultado.

Dos empréstimos e financiamentos consolidados da Companhia em 30/09/06, 84% são em dólares norte-americanos. Portanto, as flutuações na taxa de câmbio têm impacto significativo sobre as despesas e receitas financeiras.

As taxas do dólar norte-americano caíram respectivamente 12,37% entre os períodos (R\$2,19 em 30/09/06 contra R\$2,49 em 30/09/05) e 2,16% (R\$2,17 em 30/09/06 contra R\$2,22 em 30/09/05), compensando parte do reajuste dos preços.

Em 2006, os preços de minério de ferro sofreram acréscimo médio de 19%, enquanto as pelotas sofreram redução de 3%.

O saldo da Balança Comercial Consolidada foi de:

	Trimestres			em US\$ milhões	
	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05
Exportações	2.412	2.543	1.723	7.237	5.010
Importações	(229)	(221)	(134)	(678)	(509)
	2.183	2.322	1.589	6.559	4.501

8.1- Comentários Sobre o Resultado das Operações do Consolidado

8.1.1- Receita bruta

	Em milhares de toneladas (exceto transporte ferroviário)				Em milhares de reais			
	Trimestres			Acumulado	Trimestres			Acumulado
	3T/06	2T/06	3T/05		3T/06	2T/06	3T/05	
Minério de ferro	63.119	59.703	55.203	157.331	6.024.461	5.129.829	4.462.634	15.301.139
Pelotas (*)	9.611	7.438	8.774	27.247	1.584.879	1.224.643	1.643.421	4.161.162
	72.730	67.141	63.977	184.578	7.609.340	6.354.472	6.106.055	19.462.301
Manganês	224	198	271	663	38.542	25.581	48.920	88.992
Ferroligas	131	144	136	423	280.974	274.665	225.891	787.132
					319.516	300.246	274.811	876.124
Cobre	120	105	96	286	608.662	447.328	214.632	1.297.728
Potássio	291	121	197	464	118.937	49.377	111.296	217.202
Caulim	283	305	280	863	114.913	100.151	98.681	321.391
					842.512	596.856	424.609	1.836.321
Transporte ferroviário (milhões de TKU) (**)	10.745	10.374	10.468	28.820	715.694	688.756	694.261	1.939.287
Serviços portuários	8.197	7.781	8.315	22.908	146.164	127.014	141.752	378.832
Serviços de rebocadores	-	-	-	-	14.629	12.670	17.637	40.214
Transporte marítimo	-	-	-	-	79.571	67.528	84.306	197.337
					956.058	895.968	937.956	2.555.670
Alumínio	141	125	122	367	788.209	736.242	536.302	2.175.548
Alumina	829	867	504	1.335	588.504	743.806	332.974	1.668.378
Bauxita	1.049	1.056	1.422	4.056	62.962	64.248	86.039	192.597
					1.439.675	1.544.296	955.315	4.036.523
Siderúrgico	-	-	-	-	414.752	381.832	339.851	1.145.493
Ferro Gusa	66	71	-	137	43.356	42.769	-	86.125
Outros produtos e serviços	-	-	-	46	17.124	14.226	3.350	55.565
					475.232	438.827	343.201	1.287.183
					11.642.333	10.130.665	9.041.947	30.054.122

(*) Inclui receita de prestação de serviços às controladas de controle compartilhado nos valores de R\$17.878, R\$16.799, R\$18.772, R\$52.568 e R\$52.674 referentes ao 3T/06, 2T/06, 3T/05, 30/09/06 e 30/09/05 respectivamente.

(**) A Companhia efetuou através de seu sistema ferroviário o transporte de 7.951, 7.962, 8.242, 22.083 e 22.006 milhões de TKU de carga geral e 2.794, 2.412, 2.226, 7.371 e 6.814 milhões de TKU de minério de ferro para terceiros referentes ao 3T/06, 2T/06, 3T/05, 30/09/06 e 30/09/05 respectivamente.



Volume de vendas e receitas por produtos e serviços:

O aumento de 15% na receita bruta, de R\$26.145.758 para R\$30.054.122 deve-se:

- Ao reajuste dos preços de referência do minério de ferro com aumento 19% e das pelotas com redução de 3%, respectivamente;
 - Ao aumento nos preços do cobre;
 - Ao aumento no volume vendido de minério de ferro; e
 - As vendas de ferro gusa e carvão iniciadas em 2006.
- Os efeitos acima foram parcialmente compensados com:
- A desvalorização do Dólar médio frente ao Real em 12%; e
 - As quedas nos preços de ferroligas (devido ao aumento de oferta iniciado no final de 2004) e no volume vendido de manganês.

Receita bruta por segmento

98		Participações					Trimestres				Acumulado					
		Minerais Ferrosos	Minerais Não-Ferrosos	Logística	Alumínio	Outras	3T/06	%	2T/06	%	3T/05	%	30/09/06	%	30/09/05	%
Mercado externo	Américas, exceto EUA	533.008	463	17.622	275.052	-	826.145	7	655.990	6	517.929	6	2.049.106	7	1.784.288	7
	Estados Unidos (EUA)	249.320	10.358	-	58.351	458.108	776.137	7	671.110	7	560.134	6	1.973.159	7	2.018.770	8
	Alemanha	701.350	77.625	-	-	-	778.975	7	716.065	7	734.431	8	2.111.219	7	2.090.776	8
	França	391.757	9.974	-	-	-	401.731	3	276.966	3	276.642	3	900.619	3	856.044	3
	Inglaterra	223.639	475	2.722	11.324	-	238.160	2	197.582	2	124.438	1	601.521	2	435.257	2
	Europa, exceto Alemanha, França e Inglaterra	834.984	277.323	-	494.223	-	1.606.530	14	1.502.731	15	1.316.048	14	4.280.271	14	3.924.127	15
	Oriente Médio, África e Oceania	378.712	166	1.422	113.327	-	493.627	4	606.604	6	596.025	7	1.512.687	5	1.653.215	6
	China	2.084.804	43.264	12.660	25.489	-	2.166.217	19	1.850.157	18	1.429.907	16	5.511.111	18	3.394.959	13
	Coreia do Sul	254.081	93.569	-	-	-	347.650	3	172.063	2	321.722	4	813.579	3	698.952	3
	Japão	787.184	28.225	-	297.802	-	1.113.211	10	863.720	9	794.636	9	2.813.738	9	2.232.962	9
Ásia, exceto China, Coreia do Sul e Japão	366.532	93.089	-	-	-	459.621	4	523.256	5	238.139	3	1.197.519	4	836.911	3	
Brasil	6.805.371	634.531	34.426	1.275.568	458.108	9.208.004	80	8.036.244	80	6.910.051	77	23.764.529	79	19.926.261	77	
	1.159.541	207.981	898.697	168.110	-	2.434.329	20	2.094.421	20	2.131.896	23	6.289.593	21	6.219.497	23	
	7.964.912	842.512	933.123	1.443.678	458.108	11.642.333	100	10.130.665	100	9.041.947	100	30.054.122	100	26.145.758	100	

8.1.2- Custo dos produtos e serviços

Composição por Natureza

	Denominados em		Trimestres			Acumulado	
	R\$	US\$	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05
Pessoal	471.499	27.799	499.298	403.940	377.497	1.275.653	1.031.788
Material	784.624	179.400	964.024	813.058	821.211	2.488.856	2.328.060
Óleo combustível e gases	470.691	137.957	608.648	530.903	457.719	1.595.846	1.310.626
Serviços contratados	793.880	281.535	1.075.415	930.713	861.637	2.871.129	2.414.664
Energia	394.167	30.239	424.406	338.239	361.033	1.066.424	1.050.050
Matéria-prima	14.562	504.997	519.559	553.791	481.847	1.597.188	1.644.702
Depreciação e exaustão	433.791	12.393	446.184	391.861	366.235	1.205.673	1.074.761
Amortização de ágio	94.008	-	94.008	94.090	94.726	280.085	286.916
Outros	261.323	43.679	305.002	294.127	286.366	851.122	762.343
Total	3.718.545	1.217.999	4.936.544	4.350.722	4.108.271	13.231.976	11.903.910
	75%	25%					

O aumento de 11% nos custos de produtos e serviços (R\$13.231.976 em 30/09/06 contra R\$11.903.910 em 30/09/05) decorre de variações nos volumes vendidos e reajustes nos preços dos materiais, óleo combustível, energia e serviços que compõem os custos do período.

8.1.3- Despesas com vendas e administrativas

As despesas com vendas diminuíram 9%, de R\$286.445 em 30/09/05 para R\$261.738 em 30/09/06, enquanto as despesas administrativas aumentaram 21%, de R\$897.801 em 30/09/05 para R\$1.087.996 em 30/09/06, devido basicamente ao aumento dos gastos com pessoal decorrente de acordo coletivo de trabalho e de depreciação.

8.1.4- Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram 44%, de R\$463.014 em 30/09/05 para R\$667.184 em 30/09/06, refletindo os planos de expansão da Companhia para a diversificação e expansão da produção, para atender à demanda mundial.

8.1.5- Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais aumentaram 13%, de R\$629.226 em 30/09/05 para R\$712.545 em 30/09/06. Vide nota 5.23.

8.1.6- Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido variou R\$462.227 (R\$974.068 de despesa em 30/09/06 contra R\$511.841 de despesa em 30/09/05), reflexo dos efeitos da atualização monetária passiva, ao ajuste das debêntures participativas a valor de mercado e ao prêmio na compra de opção, compensado parcialmente com a receita sobre as aplicações no exterior.

8.1.7- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social apresentaram uma despesa de R\$1.970.208 em 30/09/06 comparativamente a uma despesa de R\$2.215.492 em 30/09/05, em decorrência do aumento do lucro tributável, parcialmente compensado pelo lucro não tributável no exterior (Acordo internacional de bi-tributação).

8.1.8- Geração de caixa

A geração de caixa consolidada medida pelo EBITDA (LAJIDA) (lucro antes do resultado financeiro, resultado de participações societárias, imposto de renda e contribuição social e depreciação, amortização e exaustão e acrescido dos dividendos recebidos) foi de R\$14.801.250 em 30/09/06 contra R\$12.500.812 em 30/09/05, representando um acréscimo de 18%.

EBITDA não é uma medida de mensuração em BR GAAP e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e por isso não deverá ser considerado como uma medida alternativa para o lucro (prejuízo) líquido, como um indicador de nosso desempenho operacional ou como uma alternativa para o fluxo de caixa como fonte de liquidez.

Nossa definição de EBITDA pode não ser comparável com o EBITDA, por definição, segundo outras companhias.

Embora o EBITDA, como definido anteriormente, não forneça uma medida de mensuração em BR GAAP para fluxo de caixa operacional, nossa Administração utiliza este indicador para mensuração de nosso desempenho operacional e é freqüentemente usado por analistas financeiros na avaliação de nossos negócios.

EBITDA (LAJIDA)

	Trimestres			Acumulado	
	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05
Resultado operacional - EBIT	5.249.419	4.519.423	3.764.548	13.008.728	10.896.920
Depreciação/Amortização de ágio	604.455	540.013	494.585	1.656.785	1.456.288
	5.853.874	5.059.436	4.259.133	14.665.513	12.353.208
Dividendos recebidos	40.624	93.786	58.682	135.737	147.604
EBITDA (LAJIDA)	5.894.498	5.153.222	4.317.815	14.801.250	12.500.812
Depreciação/Amortização de ágio	(604.455)	(540.013)	(494.585)	(1.656.785)	(1.456.288)
Dividendos recebidos	(40.624)	(93.786)	(58.682)	(135.737)	(147.604)
Resultado de participações societárias	(14.035)	(57.280)	13.166	(54.905)	163.574
Venda de ativos	34.438	736.866	297.700	790.630	297.700
Resultado Financeiro líquido	(248.609)	(466.405)	(319.265)	(974.068)	(511.841)
Imposto de renda e contribuição social	(791.772)	(593.102)	(764.069)	(1.970.208)	(2.215.492)
Participações de minoritários	(256.546)	(234.405)	(280.619)	(737.623)	(824.925)
Lucro líquido do período	3.972.895	3.905.097	2.711.461	10.062.554	7.805.936
Passivo circulante					
Parcela circulante de dívidas de longo prazo - terceiros	2.217.744	2.514.229	1.627.663	2.217.744	1.627.663
Dívida de curto prazo	1.062.137	652.389	708.488	1.062.137	708.488
Partes relacionadas	49.812	73.040	69.097	49.812	69.097
	3.329.693	3.239.658	2.405.248	3.329.693	2.405.248
Passivo exigível a longo prazo					
Dívidas de longo prazo - terceiros	10.841.952	10.576.743	7.145.652	10.841.952	7.145.652
Partes relacionadas	2.795	2.847	2.935	2.795	2.935
	10.844.747	10.579.590	7.148.587	10.844.747	7.148.587
Dívida bruta	14.174.440	13.819.248	9.553.835	14.174.440	9.553.835
Juros pagos	337.361	172.247	206.576	736.626	582.312
Patrimônio líquido	38.946.592	35.578.904	25.973.882	38.946.592	25.973.882
EBITDA (LAJIDA)/ Juros pagos (LTM)	21,37	22,98	19,51	21,37	19,51
Margem EBITDA (LTM)	50%	49%	47%	50%	47%
Margem EBIT (LTM)	44%	43%	43%	44%	43%
Dívida bruta / EBITDA (LAJIDA) (LTM)	0,75	0,79	0,62	0,75	0,62
Dívida bruta / Capitalização Patrimonial	27	28	27	27	27

EBITDA (LAJIDA) Consolidado por Segmento

Segmentos	Trimestres			EBITDA	
	3T/06	2T/06	3T/05	30/09/06	30/09/05
Minerais ferrosos	4.445.344	3.656.493	3.671.245	11.040.865	10.052.672
Minerais não-ferrosos	427.584	339.293	84.221	883.766	270.487
Logística	447.515	333.346	340.060	1.015.624	996.357
Participações					
Alumínio	596.016	771.774	305.212	1.804.051	1.107.472
Siderurgia	110.624	135.247	68.490	312.522	252.136
Outras	(132.585)	(82.931)	(151.413)	(255.578)	(178.312)
	5.894.498	5.153.222	4.317.815	14.801.250	12.500.812

8.2- Comentários Sobre o Resultado das Operações da Controladora

8.2.1- Receita bruta

O aumento de 9% na receita bruta (R\$ 14.482.735 em 30/09/06 contra R\$ 13.277.033 em 30/09/05) é derivado do crescimento de 11% nos volumes vendidos de minério de ferro, acrescido do aumento de preços praticados. Estes efeitos positivos foram parcialmente reduzidos pela valorização média do real de 12% frente à moeda norte-americana, incidente sobre as receitas da Companhia.

8.2.2- Custos dos produtos e serviços

Os custos de produtos e serviços vendidos apurados em 30/09/06 foram de R\$7.877.551, contra R\$7.032.494 em 30/09/05 representando um acréscimo de 12%, tendo como principais fatores, maior volume comercializado, os reajustes contratuais e aumento na base de ativos com conseqüente crescimento dos gastos com depreciação.

8.2.3- Margem bruta

A margem bruta apresentou queda de 1,2 P.P (42,5% em 30/09/06 contra 43,7% em 30/09/05) tendo como principal fator a desvalorização do dólar frente ao real tendo em vista que a maior parte das receitas esta vinculada ao dólar.

8.2.4- Resultado de participações societárias por área de negócio

Os números abaixo não representam obrigatoriamente os resultados individuais por empresa, mas sim os valores efetivamente aplicáveis a cada área de negócio.

Área de negócio	30/09/06	30/09/05
Minerais Ferrosos		
. Minério de ferro	6.313.992	3.183.737
. Pelotas	528.738	771.926
. Manganês e ferroligas	(89.126)	105.241
Minerais Não-Ferrosos	(37.075)	(29.957)
Logística	126.757	171.108
Participações		
. Siderurgia	318.659	373.802
. Alumínio	802.726	538.971
. Pesquisas e desenvolvimento	(107.575)	(58.993)
Outros	(12.921)	(4.448)
Equivalência patrimonial	7.844.175	5.051.387
Provisão para perdas	(154.088)	(97.528)
Amortização de ágio	(302.451)	(171.810)
Variação cambial sobre o Patrimônio Líquido das empresas no exterior	(612.822)	(1.063.126)
Resultado de Participações Societárias	6.774.814	3.718.923

Os resultados de participações societárias estão fortemente impactados pelos efeitos da variação das dívidas, que influenciaram de forma positiva em função da valorização do real, perante o dólar, no período de janeiro a setembro de 2006 de 8% e de 16% no mesmo período de 2005. Esse efeito é substancialmente compensado com a variação cambial negativa apurada nos investimentos no exterior.

Operacionalmente ocorreu o aumento nos volumes e nos preços de venda das áreas de minério de ferro e alumínio. Este aumento foi parcialmente compensado pela redução nos preços médios de venda e volume das áreas de ferroligas, manganês e siderurgia. A queda na área de pelotas deve-se a redução no volume de vendas.

O resultado de equivalência negativa em pesquisa e desenvolvimento, conforme acima apresentado, corresponde a gastos com as subsidiárias de prospecção mineral na África, América do Sul e Oceania.

8.2.5- Despesas com vendas e administrativas

As despesas com vendas aumentaram R\$1.549, de R\$1.185 em 30/09/05 para R\$2.734 em 30/09/06, enquanto as despesas administrativas aumentaram 36%, de R\$460.060 em 30/09/05 para R\$623.939 em 30/09/06, devido basicamente ao aumento nos gastos com pessoal decorrente de acordo coletivo de trabalho e gastos com depreciação.

8.2.6- Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram 28%, de R\$306.154 em 30/09/05 para R\$393.346 em 30/09/06, refletindo os planos de expansão da Companhia para a diversificação e expansão da produção, visando atender à demanda mundial.

8.2.7- Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais aumentaram R\$103.260, de R\$254.707 em 30/09/05 para R\$357.967 em 30/09/06.

8.2.8- Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido variou R\$1.052.401 (R\$342.086 de despesa em 30/09/06 contra R\$710.315 de receita em 30/09/05) basicamente como reflexo dos efeitos da valorização cambial do real frente ao dólar norte-americano que indexa a maior parte da dívida e ao ajuste das debêntures participativas a valor de mercado.

8.2.9- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social apresentaram uma despesa de R\$869.922 em 30/09/06 comparativamente a uma despesa de R\$1.070.072 em 30/09/05, em decorrência principalmente da queda do lucro tributável.

* * *

9- CONSELHEIROS, MEMBROS DOS COMITÊS E DIRETORES

Conselho de Administração

Sérgio Ricardo Silva Rosa

Presidente

Arlindo Magno de Oliveira

Eduardo Fernando Jardim Pinto

Erik Persson

Francisco Augusto da Costa e Silva

Hiroshi Tada

Julio Sérgio Gomes de Almeida

Jorge Luiz Pacheco

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Oscar Augusto de Camargo Filho

Renato da Cruz Gomes

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Comitê de Controladoria

Antonio José de Figueiredo Ferreira

Inácio Clemente da Silva

Paulo Roberto Ferreira de Medeiros

Comitê de Desenvolvimento Executivo

Arlindo Magno de Oliveira

João Moisés de Oliveira

Olga Nietta Loffredi

Oscar Augusto de Camargo Filho

Comitê Estratégico

Roger Agnelli

Gabriel Stoliar

Demian Fiocca

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Oscar Augusto de Camargo Filho

Sérgio Ricardo Silva Rosa

Comitê Financeiro

Fábio de Oliveira Barbosa

Rômulo de Mello Dias

Wanderlei Viçoso Fagundes

Ivan Luiz Modesto Schara

Comitê de Governança e Sustentabilidade

Renato da Cruz Gomes

Ricardo Simonsen

Ricardo Carvalho Giambroni

Conselho Fiscal

Marcelo Amaral Moraes

Presidente

Anibal Moreira dos Santos

Bernard Appy

José Bernardo de Medeiros Neto

Diretoria Executiva

Roger Agnelli

Diretor-Presidente

Murilo de Oliveira Ferreira

Diretor Executivo da Área de Participações e Desenvolvimento de Negócios

José Carlos Martins

Diretor Executivo da Área de Ferrosos

Carla Grasso

Diretora Executiva de Recursos Humanos e Serviços Corporativos

José Lancaster

Diretor Executivo da Área de Não-Ferrosos

Fábio de Oliveira Barbosa

Diretor Executivo de Finanças e Relação com Investidores

Gabriel Stoliar

Diretor Executivo de Planejamento e Gestão

Tito Botelho Martins

Diretor Executivo da Área de Logística em exercício

Tito Botelho Martins

Diretor Executivo de Assuntos Corporativos

Otto de Souza Marques Júnior

Diretor do Departamento de Controladoria

Marcus Vinícius Dias Severini

Gerente Geral de Controladoria

Contador CRC-RJ 093982/O-3

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS – 30/06/2006

CAEMI (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2006					2005				
		Período de três meses findos em				Total	Período de três meses findos em				
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro			31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro
Quantidade vendida - ME - Minério de ferro Quantidade vendida - MI - Minério de ferro Quantidade vendida - total	ton (mil)	10.339	12.504	12.413		35.256	9.560	9.949	10.737	9.174	39.420
	ton (mil)	2.245	3.426	4.341		10.012	1.946	2.388	2.673	2.570	9.577
	ton (mil)	12.584	15.930	16.754		45.268	11.506	12.337	13.410	11.744	48.997
Preço médio - ME - Minério de ferro Preço médio - MI - Minério de ferro Preço médio - total	US\$	37,37	40,93	48,62		42,59	22,49	39,40	38,69	36,52	34,44
	US\$	21,98	28,97	28,79		27,32	17,91	32,29	26,63	27,20	26,42
	US\$	34,62	38,36	43,48		39,22	21,71	38,02	36,30	34,69	32,92
Quantidade vendida - ME - Caulim Quantidade vendida - MI - Caulim Quantidade vendida - total	ton (mil)	290	278	251		819	253	267	253	321	1.094
	ton (mil)	31	27	32		90	29	29	32	34	124
	ton (mil)	321	305	283		909	282	296	285	355	1.218
Preço médio - ME - Caulim Preço médio - MI - Caulim Preço médio - total	US\$	141,94	144,35	185,24		156,03	167,32	175,04	175,68	165,27	170,54
	US\$	149,87	221,48	215,97		194,86	197,76	202,59	212,12	249,42	216,76
	US\$	142,70	151,18	188,57		159,83	170,45	177,74	178,81	173,07	174,94
Quantidade vendida - MI - Serviços de transporte Quantidade vendida - total	ton (mil)	24.970	27.936	30.876		83.782	25.190	27.196	28.059	27.841	108.286
	ton (mil)	24.970	27.936	30.876		83.782	25.190	27.196	28.059	27.841	108.286
Preço médio - MI - Serviços de transporte Preço médio - total	US\$	8,79	9,01	9,10		8,98	6,75	6,93	8,15	8,62	7,64
	US\$	8,79	9,01	9,10		8,98	6,75	6,93	8,15	8,62	7,64
Endividamento bruto contratado a longo prazo Endividamento bruto contratado a curto prazo Endividamento bruto total	US\$	231.469	233.345	209.244		209.244	302.148	251.929	241.930	222.539	222.539
	US\$	-	-	-		-	24.289	16.404	5.398	-	-
	US\$	231.469	233.345	209.244		209.244	326.437	268.333	247.328	222.539	222.539
Patrimônio líquido	R\$	2.847.968	3.328.933	4.026.357		4.026.357	1.462.327	1.941.515	2.366.797	2.882.368	2.882.368
Receita líquida Custo de produtos Outras despesas/receitas Depreciação, amortização e exaustão EBITDA	R\$	1.113.750	1.496.281	1.708.063		4.318.094	791.929	1.443.115	1.272.292	1.119.833	4.627.169
	R\$	(496.642)	(583.470)	(601.634)		(1.681.746)	(425.534)	(469.499)	(492.784)	(508.538)	(1.896.355)
	R\$	(108.485)	(178.695)	(114.219)		(401.399)	(96.083)	(97.241)	(103.935)	(122.480)	(419.739)
Depreciação, amortização e exaustão EBITDA	R\$	88.859	89.645	90.166		268.670	79.166	75.302	86.620	92.644	333.732
	R\$	597.482	823.761	1.082.376		2.503.619	349.478	951.677	762.193	581.459	2.644.807
	R\$	(88.859)	(89.645)	(90.166)		(268.670)	(79.166)	(75.302)	(86.620)	(92.644)	(333.732)
Depreciação, amortização e exaustão EBIT	R\$	508.623	734.116	992.210		2.234.949	270.312	876.375	675.573	488.815	2.311.075
	R\$	-	-	-		-	-	-	-	-	-
	R\$	(15.359)	8.230	(2.698)		(9.827)	7.401	30.261	(26.769)	7.834	297.700
Resultado de participações societárias Resultado financeiro líquido Lucro antes do IR/CSL	R\$	(47.304)	3.763	22.051		(21.490)	6.735	(99.285)	(58.028)	52.163	(98.415)
	R\$	445.960	746.109	1.011.563		2.203.632	284.448	807.351	888.476	548.812	2.529.087
	R\$	(98.415)	(171.365)	(194.165)		(463.945)	(93.354)	(256.398)	(231.782)	45.928	(535.606)
IR/CSL Participações minoritárias Resultado do exercício	R\$	(52.993)	(93.779)	(119.974)		(266.746)	(28.764)	(77.048)	(55.024)	(73.886)	(234.722)
	R\$	294.552	480.965	697.424		1.472.941	162.330	473.905	601.670	520.854	1.758.759

Área de Alumínio - Albras (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2006					2005				
	Período de três meses findos em					Período de três meses findos em				
	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total
Quantidade vendida - ME	106	107	111		324					
Quantidade vendida - MI	6	5	5		16	104	106	106	110	426
Quantidade vendida - total	112	112	116		340	109	110	112	116	447
Preço médio - ME	2.292,06	2.571,71	2.436,23		2.433,81	1.787,71	1.819,42	1.754,44	1.844,43	1.801,97
Preço médio - MI	1.823,50	2.422,20	2.427,20		2.199,25	1.860,15	1.874,87	1.588,67	1.310,50	1.628,35
Preço médio - total	2.266,96	2.565,04	2.374,43		2.422,77	1.790,92	1.821,74	1.745,56	1.816,81	1.793,81
Endividamento bruto contratado a longo prazo	396.392	355.867	341.202		341.202	171.996	152.240	132.411	237.572	237.572
Endividamento bruto contratado a curto prazo	102.178	51.175	14.722		14.722	23.126	142.494	189.705	171.986	171.986
Endividamento bruto total	498.570	407.042	355.924		355.924	195.122	294.734	322.116	409.558	409.558
Patrimônio líquido	1.276.663	1.402.623	1.579.741		1.579.741	1.168.783	1.308.065	1.288.203	1.131.122	1.131.122
Receita líquida	559.428	629.748	614.126		1.803.302	520.606	495.887	457.291	479.714	1.953.498
Custo de produtos	(363.070)	(380.791)	(404.832)		(1.148.693)	(352.950)	(347.478)	(332.790)	(342.362)	(1.375.580)
Outras despesas/receitas	(22.224)	(23.484)	(32.285)		(77.993)	(28.479)	(20.104)	(27.808)	(30.125)	(106.516)
Depreciação, amortização e exaustão	16.593	16.862	16.858		50.313	15.497	17.308	17.167	19.976	69.948
EBITDA	190.727	242.335	193.867	-	626.929	154.674	145.613	113.860	127.203	541.350
Depreciação, amortização e exaustão	(16.593)	(16.862)	(16.858)		(50.313)	(15.497)	(17.308)	(17.167)	(19.976)	(69.948)
EBIT	174.134	225.473	177.009	-	576.616	139.177	128.305	96.693	107.227	469.750
Resultado financeiro líquido	32.906	(69.509)	47.589		10.986	(23.676)	51.258	(92.238)	(229.271)	(293.927)
Lucro antes do IR/CSL	207.040	155.964	224.598		587.602	115.501	179.563	4.455	(122.044)	177.475
IR/CSL	(61.501)	(30.003)	(47.476)		(138.980)	(23.012)	(40.280)	(24.397)	87.695	6
Resultado do período	145.539	125.961	177.122		448.622	92.489	139.283	(19.942)	(34.349)	177.481

Área de Alumínio - MRN (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2006					2005				
		Período de três meses findos em					Período de três meses findos em				
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total
ton (mil) ton (mil) ton (mil)	Quantidade vendida - ME	1.127	890	755		2.772					
	Quantidade vendida - MI	2.428	3.503	4.187		10.118	1.426	1.461	1.433	1.509	5.829
	Quantidade vendida - total	3.555	4.393	4.942		12.890	2.431	2.972	3.165	3.398	11.966
							3.857	4.433	4.598	4.907	17.795
US\$ US\$ US\$	Preço médio - ME	26,63	27,25	27,74		27,13	26,01	26,61	27,23	27,67	26,89
	Preço médio - MI	21,93	24,09	23,89		23,49	22,78	22,78	23,31	23,69	23,07
	Preço médio - total	23,42	24,73	24,48		24,27	24,14	24,70	25,27	24,91	24,78
US\$ US\$ US\$	Endividamento bruto contratado a longo prazo	63.679	53.198	97.980		97.980	26.209	17.235	7.149	5.214	5.214
	Endividamento bruto contratado a curto prazo	181.130	198.347	254.834		254.834	189.191	237.756	215.871	169.990	169.990
	Endividamento bruto total	244.809	251.545	352.814		352.814	215.400	254.991	223.020	175.204	175.204
R\$	Patrimônio líquido	639.994	722.075	812.631		812.631	849.174	793.951	905.158	932.448	932.448
R\$ R\$ R\$ R\$ R\$	Receita líquida	181.384	237.433	262.593		681.410	224.543	239.597	260.248	265.389	989.777
	Custo de produtos	(110.949)	(138.709)	(156.616)		(406.274)	(97.810)	(117.745)	(140.173)	(145.723)	(501.451)
	Outras despesas/receitas	(5.227)	(7.517)	1.719		(11.025)	(5.638)	(6.678)	(4.291)	(11.203)	(27.810)
	Depreciação, amortização e exaustão	26.127	44.013	26.115		96.255	25.576	25.979	26.543	32.764	110.862
R\$ R\$ R\$ R\$ R\$	EBITDA	91.335	135.220	133.811		360.366	146.671	141.153	142.327	141.227	571.378
	Depreciação, amortização e exaustão	(26.127)	(44.013)	(26.115)		(96.255)	(25.576)	(25.979)	(26.543)	(32.764)	(110.862)
	EBIT	65.208	91.207	107.696		264.111	121.095	115.174	115.784	108.463	460.516
		6.534	3.266	(5.033)		4.767	(6.192)	20.883	8.654	(7.207)	16.138
R\$ R\$ R\$ R\$	Resultado financeiro líquido	71.742	94.473	102.663		268.878	114.903	136.057	124.438	101.256	476.654
	Lucro antes do IR/CSL	(10.718)	(12.393)	(12.986)		(36.087)	(11.939)	(12.277)	(13.229)	(14.446)	(51.891)
	IR/CSL										
	Resultado do período	61.024	82.080	89.677		232.791	102.964	123.780	111.209	86.810	424.763

Área de Alumínio - Valesul (Ajustadas e Não Auditadas)

Área de Pelotização - Hispanobras (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2006						2005			
		Período de três meses findos em				Período de três meses findos em					
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total
ton (mil)	Quantidade vendida - ME	524	623	613		1.760	500	459	320	331	1.610
	Quantidade vendida - MI	450	450	680		1.580	620	550	730	685	2.585
	Quantidade vendida - total	974	1.073	1.293		3.340	1.120	1.009	1.050	1.016	4.195
US\$	Preço médio - ME	71,62	67,87	68,98		69,37	38,46	69,35	72,19	71,87	60,84
	Preço médio - MI	71,92	69,95	73,14		71,88	38,43	50,85	74,00	73,14	60,32
	Preço médio - total	71,76	68,74	71,17		70,56	38,45	59,27	73,45	72,73	60,52
US\$	Endividamento bruto contratado a curto prazo	7.869	19.915	30.362		30.362	-	-	-	-	-
	Endividamento bruto total	7.869	19.915	30.362		30.362	-	-	-	-	-
R\$	Patrimônio líquido	134.669	141.567	157.623		157.623	125.019	189.084	146.572	111.869	111.869
R\$	Receita líquida	154.557	161.378	199.759		515.694	114.014	264.887	177.846	168.316	725.063
	Custo de produtos	(111.049)	(143.872)	(160.731)		(415.652)	(93.145)	(151.833)	(120.690)	(126.026)	(491.694)
	Outras despesas/receitas	(4.297)	(3.361)	(11.113)		(18.771)	(4.136)	(2.239)	(2.100)	(6.623)	(15.098)
	Depreciação, amortização e exaustão	1.345	1.641	1.869		4.855	1.091	1.123	651	1.383	4.248
	EBITDA	40.556	15.786	29.784		86.126	17.824	111.938	55.707	37.050	222.519
	Depreciação, amortização e exaustão	(1.345)	(1.641)	(1.869)		(4.855)	(1.091)	(1.123)	(651)	(1.383)	(4.248)
	EBIT	39.211	14.145	27.915		81.271	16.733	110.815	55.056	35.667	218.271
	Resultado financeiro líquido	(3.590)	(2.899)	1.730		(4.759)	394	(9.301)	(2.497)	3.050	(8.354)
	Lucro antes do IR/CSL	35.621	11.246	29.645		76.512	17.127	101.514	52.559	38.717	209.917
	IR/CSL	(12.821)	(4.347)	(13.589)		(30.757)	(6.607)	(34.818)	(17.871)	(14.566)	(73.862)
R\$	Resultado do período	22.800	6.899	16.056		45.755	10.520	66.696	34.688	24.151	136.055

Dados		2006				2005					
		Período de três meses findos em			Período de três meses findos em						
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total
Quantidade vendida - ME Quantidade vendida - MI Quantidade vendida - total	ton (mil)	661	820	905		2.386	769	730	670	688	2.857
	ton (mil)	148	300	203		651	176	230	340	189	935
	ton (mil)	809	1.120	1.108		3.037	945	960	1.010	877	3.792
Preço médio - ME Preço médio - MI Preço médio - total	US\$	71,43	70,93	70,81		71,02	39,14	71,97	73,16	73,70	63,83
	US\$	73,37	70,07	66,32		69,65	39,40	73,27	73,78	73,57	67,14
	US\$	71,78	70,70	69,99		70,73	39,18	72,29	73,37	73,67	64,65
Endividamento bruto contratado a curto prazo Endividamento bruto total	US\$	7.650	5.965	1.770		1.770	3.980	8.658	-	-	-
	US\$	7.650	5.965	1.770		1.770	3.980	8.658	-	-	-
	R\$	118.837	128.128	142.494		142.494	93.593	157.459	133.036	101.702	101.702
Receta líquida Custo de produtos Outras despesas/receitas	R\$	127.497	173.161	169.197		469.855	98.767	246.386	172.146	146.925	664.224
	R\$	(96.392)	(152.141)	(138.049)		(386.582)	(83.746)	(144.813)	(122.945)	(112.031)	(463.534)
	R\$	(2.394)	(2.103)	(5.027)		(9.524)	(5.513)	(3.487)	(6.640)	(4.431)	(20.071)
Depreciação, amortização e exaustão EBITDA Depreciação, amortização e exaustão	R\$	934	1.387	(968)		1.353	107	311	1.503	643	2.564
	R\$	29.645	20.304	25.153		75.102	9.616	98.397	44.064	31.106	183.183
	R\$	(934)	(1.387)	968		(1.353)	(107)	(311)	(1.503)	(643)	(2.564)
Equivalência patrimonial Resultado financeiro líquido Lucro antes do IR/CSL IR/CSL	R\$	28.711	18.917	26.121		73.749	9.509	98.086	42.561	30.463	180.619
	R\$	-	-	-		-	-	-	129	56	185
	R\$	(1.619)	(4.029)	(2.211)		(7.859)	(1.446)	(909)	(6.195)	323	(8.227)
Resultado do período	R\$	27.092	14.888	23.910		65.890	8.063	97.177	36.495	30.842	172.577
	R\$	(9.957)	(5.597)	(9.545)		(25.099)	(3.879)	(33.311)	(15.121)	(12.177)	(64.488)
	R\$	17.135	9.291	14.365		40.791	4.184	63.866	21.374	18.665	108.089

Área de Pelotização - Kobrasco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2006					2005				
	Período de três meses findos em					Período de três meses findos em				
	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total
Quantidade vendida - ME ton (mil)	525	616	421		1.562	597	980	782	829	3.188
Quantidade vendida - MI ton (mil)	797	510	760		2.067	662	329	400	310	1.701
Quantidade vendida - total ton (mil)	1.322	1.126	1.181		3.629	1.259	1.309	1.182	1.139	4.889
Preço médio - ME US\$	73,32	71,38	71,02		71,94	38,08	71,48	75,54	73,27	66,69
Preço médio - MI US\$	73,75	71,27	71,85		72,44	39,32	73,80	71,98	72,85	59,78
Preço médio - total US\$	73,58	71,33	71,55		72,22	38,73	72,26	74,34	73,16	64,34
Endividamento bruto contratado a longo prazo US\$	26.298	24.627	34.352		34.352	87.228	69.632	49.241	26.561	26.561
Endividamento bruto total US\$	26.298	24.627	34.352		34.352	87.228	69.632	49.241	26.561	26.561
Patrimônio líquido R\$	133.031	153.874	166.361		166.361	77.945	144.269	163.601	188.484	188.484
Receita líquida R\$	213.329	176.976	183.214		573.519	130.246	230.800	207.744	186.723	755.513
Custo de produtos R\$	(155.620)	(143.717)	(151.467)		(450.804)	(97.776)	(152.162)	(143.075)	(135.424)	(528.437)
Outras despesas/receitas R\$	(1.928)	(1.974)	(9.269)		(13.171)	(9.421)	(12)	(27.215)	(6.777)	(43.425)
Depreciação, amortização e exaustão R\$	2.377	1.938	1.965		6.280	2.286	2.309	2.428	2.163	9.186
EBITDA R\$	58.158	33.223	24.443		115.824	25.335	80.935	39.882	46.685	192.837
Depreciação, amortização e exaustão R\$	(2.377)	(1.938)	(1.965)		(6.280)	(2.286)	(2.309)	(2.428)	(2.163)	(9.186)
EBIT R\$	55.781	31.285	22.478		109.544	23.049	78.626	37.454	44.522	183.651
Resultado financeiro líquido R\$	7.656	837	(2.213)		6.280	(3.412)	22.858	3.739	(5.278)	17.907
Lucro antes do IR/CSL R\$	63.437	32.122	20.265		115.824	19.637	101.484	41.193	39.244	201.558
IR/CSL R\$	(22.114)	(11.280)	(7.778)		(41.172)	(8.962)	(35.160)	(21.859)	(14.362)	(80.343)
Resultado do período R\$	41.323	20.842	12.487		74.652	10.675	66.324	19.334	24.882	121.215

Área de Pelotização - Nibrasco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2006					2005				
	Período de três meses findos em					Período de três meses findos em				
	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total
Quantidade vendida - ME	743	880	1.102		2.725	675	627	827	807	2.936
Quantidade vendida - MI - CVRD	707	968	745		2.420	996	1.149	1.000	1.289	4.434
Quantidade vendida - MI - Outros	34	35	35		104	35	34	35	34	138
Quantidade vendida - total	1.484	1.883	1.882		5.249	1.706	1.810	1.862	2.130	7.508
Preço médio - ME	73,36	70,39	70,88		71,40	37,13	64,94	86,42	80,36	68,84
Preço médio - MI	67,69	67,54	65,43		66,93	37,77	68,70	106,16	70,54	70,74
Preço médio - total	68,98	67,62	67,40		68,91	37,51	67,39	97,22	73,13	69,63
Endividamento bruto contratado a longo prazo	4.117	3.777	3.386		3.386	3.584	4.067	4.301	2.785	2.785
Endividamento bruto total	4.117	3.777	3.386		3.386	3.584	4.067	4.301	2.785	2.785
Patrimônio líquido	213.136	148.618	146.776		146.776	174.274	154.264	203.949	268.764	268.764
Receita líquida	271.602	301.480	294.146		867.228	185.388	328.254	312.775	382.585	1.207.002
Custo de produtos	(204.598)	(253.769)	(252.045)		(710.412)	(156.223)	(237.686)	(209.878)	(270.853)	(874.640)
Outras despesas/receitas	(6.471)	(6.570)	(44.350)		(57.391)	(4.148)	(4.460)	(16.738)	(12.073)	(37.419)
Depreciação, amortização e exaustão	2.066	2.386	2.081		6.533	1.400	1.766	1.998	2.313	7.477
EBITDA	62.599	43.527	(168)		105.958	26.417	85.874	88.157	101.972	302.420
Depreciação, amortização e exaustão	(2.066)	(2.386)	(2.081)		(6.533)	(1.400)	(1.766)	(1.998)	(2.313)	(7.477)
EBIT	60.533	41.141	(2.249)		99.425	25.017	84.108	86.159	99.659	294.943
Resultado financeiro líquido	1.546	427	(729)		1.244	(1.193)	(2.808)	(7.656)	(331)	(11.988)
Lucro antes do IR/CSL	62.079	41.568	(2.978)		100.669	23.824	81.300	78.503	99.328	282.955
IR/CSL	(26.115)	(14.491)	1.136		(39.470)	(10.969)	(28.068)	(28.818)	(34.515)	(102.370)
Resultado do período	35.964	27.077	(1.842)		61.199	12.855	53.232	49.685	64.813	180.585

Área de Pelotização - Samarco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2006						2005					
	Período de três meses findos em			Período de três meses findos em			Período de três meses findos em					
	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total	
Quantidade vendida - Pelotas						ton (mil)						
Quantidade vendida - Minério de ferro	2.324	3.798	3.648		9.770	ton (mil)	3.297	3.024	3.666	4.089	14.076	
	509	671	169		1.349		239	431	407	330	1.407	
Preço médio - Pelotas	85,51	68,19	74,83		74,79	US\$	43,88	76,50	80,98	79,60	70,93	
Quantidade vendida - Minério de ferro	35,15	39,06	41,68		37,91	US\$	31,04	32,18	38,68	37,23	35,05	
Endividamento bruto contratado a longo prazo	38.211	33.752	435.093		435.093	US\$	51.856	42.249	41.753	38.805	38.805	
Endividamento bruto contratado a curto prazo	272.033	353.162	295.279		295.279	US\$	156.449	139.796	155.508	299.402	299.402	
Endividamento bruto total	310.244	386.914	730.372		730.372	US\$	208.305	182.045	197.261	338.207	338.207	
Patrimônio líquido	976.700	899.037	767.495		767.495	R\$	766.718	934.777	960.278	886.865	886.865	
Receita líquida	486.643	646.877	611.585		1.745.105	R\$	410.681	611.776	696.682	729.934	2.449.073	
Custo de produtos	(179.434)	(210.635)	(219.222)		(609.291)	R\$	(167.808)	(175.655)	(209.161)	(251.896)	(804.520)	
Outras despesas/receitas	(92.607)	(52.989)	(59.947)		(205.543)	R\$	(27.954)	(74.243)	(18.806)	(14.359)	(135.362)	
Depreciação, amortização e exaustão	10.307	12.422	4.505		27.234	R\$	11.426	11.726	14.998	8.831	46.981	
EBITDA	224.909	395.675	336.921		957.505	R\$	226.345	373.604	483.713	472.510	1.556.172	
Depreciação, amortização e exaustão	(10.307)	(12.422)	(4.505)		(27.234)	R\$	(11.426)	(11.726)	(14.998)	(8.831)	(46.981)	
EBIT	214.602	383.253	332.416		930.271	R\$	214.919	361.878	468.715	463.679	1.509.191	
Equivalência patrimonial	9.533	8.868	706		19.107	R\$	6.705	8.521	10.455	(6.060)	19.621	
Resultado financeiro líquido	15.056	(32.509)	(18.827)		(36.280)	R\$	13.204	694	(45.714)	(14.181)	(45.997)	
Lucro antes do IR/CSL	239.191	359.612	314.295		913.098	R\$	234.828	371.093	433.456	443.438	1.482.815	
IR/CSL	(40.881)	(58.662)	(59.297)		(158.840)	R\$	(37.135)	(60.045)	(74.580)	(81.797)	(253.557)	
Resultado do período	198.310	300.950	254.998		754.258	R\$	197.693	311.048	358.876	361.641	1.229.258	

Dados		2006				2005					
		Período de três meses findos em				Período de três meses findos em					
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total
ton (mil)	Quantidade vendida - ME- Ferroligas	21	47	28		96	34	57	50	32	173
	Quantidade vendida - MI- Ferroligas	31	40	43		114	36	41	33	35	145
	Quantidade vendida - total	52	87	71		210	70	98	83	67	318
ton (mil)	Quantidade vendida - ME- Manganês	206	187	252		645	355	312	419	334	1.420
	Quantidade vendida - MI- Manganês	56	36	50		142	69	68	76	46	259
	Quantidade vendida - total	262	223	302		787	424	380	495	380	1.679
US\$	Preço médio - ME - Ferroligas	713,33	804,68	881,75		807,18	1.477,75	799,63	599,86	586,00	835,65
	Preço médio - MI - Ferroligas	744,32	717,48	776,44		747,02	1.010,90	1.385,38	717,24	738,97	984,32
	Preço médio - total	731,80	764,59	817,97		774,52	1.237,52	1.049,97	646,53	665,91	905,04
US\$	Preço médio - ME - Manganês	47,52	48,06	45,31		46,81	71,67	79,40	78,23	75,24	76,14
	Preço médio - MI - Manganês	70,04	74,03	73,36		72,22	72,19	72,64	76,16	82,54	75,31
	Preço médio - total	52,33	52,25	49,95		51,39	72,10	73,80	77,91	76,12	76,01
US\$	Endividamento bruto contratado a longo prazo	98.757	93.131	93.262		93.262	8.167	47.949	49.634	90.480	90.480
	Endividamento bruto contratado a curto prazo	-	-	-		-	33.687	-	-	-	-
	Endividamento bruto total	98.757	93.131	93.262		93.262	41.854	47.949	49.634	90.480	90.480
R\$	Patrimônio líquido	617.574	595.398	524.113		524.113	684.388	708.553	704.962	633.913	633.913
R\$	Receita líquida	132.476	170.117	158.951		461.544	278.912	274.851	216.562	137.086	907.411
	Custo de produtos	(112.294)	(151.515)	(145.458)		(409.267)	(144.693)	(182.020)	(155.878)	(130.111)	(612.702)
	Outras despesas/receitas	(13.837)	(42.566)	(75.989)		(132.392)	(13.036)	(33.637)	(57.147)	(66.298)	(170.118)
	Depreciação, amortização e exaustão	6.826	7.515	8.361		22.702	6.187	6.652	6.164	5.301	24.304
R\$	EBITDA	13.171	(16.449)	(54.135)		(57.413)	127.370	65.846	9.701	(54.022)	148.895
	Depreciação, amortização e exaustão	(6.826)	(7.515)	(8.361)		(22.702)	(6.187)	(6.652)	(6.164)	(5.301)	(24.304)
	EBIT	6.345	(23.964)	(62.496)		(80.115)	121.183	59.194	3.537	(59.323)	124.591
	Baixa de ativos	-	-	-		-	1.984	(1.742)	-	-	242
R\$	Resultado financeiro líquido	(20.760)	(10.950)	(7.278)		(38.988)	1.073	(26.429)	(7.095)	8.571	(23.880)
	Lucro antes do IR/CSL	(14.415)	(34.914)	(69.774)		(119.103)	124.240	31.023	(3.568)	(50.752)	100.953
	IR/CSL	(1.924)	12.738	(1.511)		9.303	(31.287)	(6.857)	(34)	(4.450)	(42.628)
	Resultado do período	(16.339)	(22.176)	(71.285)		(109.800)	92.953	24.166	(3.592)	(55.202)	58.325

Área de Manganês e Ferroligas - Urucum (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2006							2005						
	Período de três meses findos em							Período de três meses findos em						
	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total			31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total		
Quantidade vendida - ME - Minério de ferro	262	249	226		737		ton (mil)	222	263	279	198	962		
Quantidade vendida - MI - Minério de ferro	21	22	20		63		ton (mil)	1	-	4	17	22		
Quantidade vendida - total	283	271	246		800		ton (mil)	223	263	283	215	984		
Quantidade vendida - ME- Manganês	3	42	28		73		ton (mil)	26	50	7	38	121		
Quantidade vendida - MI- Manganês	28	16	21		65		ton (mil)	64	48	48	36	196		
Quantidade vendida - total	31	58	49		138		ton (mil)	90	98	55	74	317		
Quantidade vendida - ME- Ferroligas	3	1	9		13		ton (mil)	5	4	2	2	13		
Quantidade vendida - MI- Ferroligas	4	-	-		4		ton (mil)	-	-	2	4	6		
Quantidade vendida - total	7	1	9		17		ton (mil)	5	4	4	6	19		
Preço médio - ME - Ferro	32,66	35,50	35,42		34,47		US\$	17,89	32,72	34,19	32,09	29,59		
Preço médio - MI - Ferro	26,19	29,91	27,95		28,05		US\$	2,63	-	23,25	22,53	21,76		
Preço médio - total	32,18	35,05	34,81		33,96		US\$	17,85	32,72	34,04	31,33	29,43		
Preço médio - ME - Manganês	131,67	42,90	98,79		67,99		US\$	115,85	98,34	124,86	67,37	93,91		
Preço médio - MI - Manganês	104,39	81,94	65,48		86,29		US\$	72,57	114,52	107,81	111,19	98,57		
Preço médio - total	107,03	53,67	84,51		76,61		US\$	85,16	106,27	109,98	88,69	96,82		
Preço médio - ME - Ferroligas	785,33	872,00	695,89		730,08		US\$	918,43	775,24	942,00	798,00	859,47		
Preço médio - MI - Ferroligas	527,00	-	-		527,00		US\$	-	-	210,00	622,86	485,24		
Preço médio - total	637,71	872,00	695,89		682,29		US\$	918,43	775,24	576,00	681,24	741,29		
Endividamento bruto contratado a longo prazo	27.813	30.848	35.297		35.297		US\$	12.391	16.597	18.773	22.873	22.873		
Endividamento bruto contratado a curto prazo	-	-	-		-		US\$	-	-	-	-	-		
Endividamento bruto total	27.813	30.848	35.297		35.297		US\$	12.391	16.597	18.773	22.873	22.873		
Patrimônio líquido	48.298	52.597	55.899		55.899		R\$	45.603	53.519	59.954	47.017	47.017		
Receita líquida	35.489	29.543	41.349		106.381		R\$	41.203	50.192	42.251	39.158	172.804		
Custo de produtos	(20.094)	(16.092)	(25.183)		(61.369)		R\$	(18.685)	(18.609)	(16.705)	(27.504)	(81.503)		
Outras despesas/receitas	(7.566)	(2.646)	(7.480)		(17.692)		R\$	(4.920)	(10.970)	(8.961)	(13.787)	(38.638)		
Depreciação, amortização e exaustão	1.154	1.239	1.481		3.874		R\$	1.238	1.215	1.303	1.069	4.825		
EBITDA	8.983	12.044	10.167		31.194		R\$	18.836	21.828	17.888	(1.064)	57.488		
Depreciação, amortização e exaustão	(1.154)	(1.239)	(1.481)		(3.874)		R\$	(1.238)	(1.215)	(1.303)	(1.069)	(4.825)		
EBIT	7.829	10.805	8.686		27.320		R\$	17.598	20.613	16.585	(2.133)	52.663		
Baixa de ativos	-	-	-		-		R\$	215	(934)	(171)	(3.039)	(3.929)		
Resultado financeiro líquido	(5.797)	(3.314)	(2.889)		(12.000)		R\$	(862)	(7.028)	(4.624)	152	(12.362)		
Lucro antes do IR/CSL	2.032	7.491	5.797		15.320		R\$	16.951	12.651	11.790	(5.020)	36.372		
IR/CSL	(751)	(3.192)	(2.495)		(6.438)		R\$	(5.798)	(4.734)	(5.356)	(126)	(16.014)		
Resultado do período	1.281	4.299	3.302		8.882		R\$	11.153	7.917	6.434	(5.146)	20.358		

Dados		2006				2005						
		Período de três meses findos em				Período de três meses findos em						
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro			
Quantidade vendida - ME - Sinter	ton (mil)	40	29	-		69	47	27	11	25	Total	110
Quantidade vendida - ME- Manganês	ton (mil)	132	143	200		475	45	6	28	77		156
Quantidade vendida - ME- Ferroligas	ton (mil)	51	42	34		127	50	51	38	31		170
Preço médio - ME - Sinter	US\$	111,02	116,69	-		113,40	134,00	155,00	157,00	120,52		138,39
Quantidade vendida - ME- Manganês	US\$	81,70	73,47	77,96		77,65	122,00	139,00	147,93	99,97		116,43
Preço médio - ME - Ferroligas	US\$	625,41	676,90	701,15		662,72	1.049,00	739,00	571,87	574,13		762,75
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	-	-	-		-	2.732	2.367	2.169	-		-
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	4.276	-	-		-	14	881	87	4.151		4.151
Endividamento bruto total	US\$	4.276	-	-		-	2.746	3.248	2.256	4.151		4.151
Patrimônio líquido	R\$	185.492	189.000	193.649		193.649	281.403	231.165	211.652	204.153		204.153
Receita líquida	R\$	121.378	104.875	107.989		334.242	181.526	126.629	86.801	78.998		473.954
Custo de produtos	R\$	(124.368)	(104.126)	(99.650)		(328.144)	(151.958)	(120.506)	(87.526)	(82.504)		(442.494)
Outras despesas/receitas	R\$	(5.139)	(6.869)	(8.457)		(20.465)	(7.383)	(7.115)	(6.475)	(13.754)		(34.727)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	3.051	5.105	10.611		18.767	3.051	2.653	2.504	2.976		11.184
EBITDA	R\$	(5.078)	(1.015)	10.493		4.400	25.236	1.661	(4.696)	(14.284)		7.917
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(3.051)	(5.105)	(10.611)		(18.767)	(3.051)	(2.653)	(2.504)	(2.976)		(11.184)
EBIT	R\$	(8.129)	(6.120)	(118)		(14.367)	22.185	(992)	(7.200)	(17.260)		(3.267)
Ganho/ perdas na conversão de moedas	R\$	(9.711)	9.791	4.840		4.920	(12.462)	(17.098)	(18.120)	7.877		(39.803)
Resultado financeiro líquido	R\$	(470)	13	128		(329)	(11)	35	(29.651)	(767)		(30.394)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	(18.310)	3.684	4.850		(9.776)	9.712	(18.055)	(54.971)	(10.150)		(73.464)
IR/CSL	R\$	(331)	(197)	(200)		(728)	(7.950)	(158)	2.288	3.175		(2.645)
Resultado do período	R\$	(18.641)	3.487	4.650		(10.504)	1.762	(18.213)	(52.683)	(6.975)		(76.109)

Área de Siderurgia - CSI (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2006					2005				
		Período de três meses findos em				Total	Período de três meses findos em				Total
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	
Quantidade vendida - total	ton (mil)	490	526	505		1.521	448	428	459	479	1.814
Preço médio - total	US\$	648,47	664,44	757,55		690,63	746,28	709,09	627,27	627,43	676,01
Patrimônio líquido	R\$	748.257	822.647	742.268		742.268	776.618	762.004	682.873	748.975	748.975
Receita líquida	R\$	697.818	763.666	829.503		2.290.987	905.683	756.016	679.703	676.608	3.018.010
Custo de produtos	R\$	(562.839)	(611.163)	(683.560)		(1.857.562)	(776.459)	(702.942)	(665.652)	(589.180)	(2.734.233)
Outras despesas/receitas	R\$	(16.909)	(16.804)	(17.992)		(51.705)	(18.796)	(7.023)	(11.076)	(948)	(37.843)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	15.231	16.647	14.794		46.672	18.054	14.958	16.598	15.213	64.823
EBITDA	R\$	133.301	152.346	142.745		428.392	128.482	61.009	19.573	101.693	310.757
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(15.231)	(16.647)	(14.794)		(46.672)	(18.054)	(14.958)	(16.598)	(15.213)	(64.823)
EBIT	R\$	118.070	135.699	127.951		381.720	110.428	46.051	2.975	86.480	245.934
Ganho/ perdas na conversão de moedas	R\$	(54.681)	(3.417)	4.693		(53.405)	8.630	(109.851)	(45.259)	48.611	(97.869)
Resultado financeiro líquido	R\$	(5.264)	(3.645)	(9.265)		(18.174)	(9.162)	(7.077)	(6.592)	25.846	3.015
Lucro antes do IR/CSL	R\$	58.125	128.637	123.379		310.141	109.896	(70.877)	(48.876)	160.937	151.080
IR/CSL	R\$	(46.303)	(54.200)	(44.033)		(144.536)	(43.737)	(14.829)	2.731	(36.508)	(92.343)
Resultado do período	R\$	11.822	74.437	79.346		165.605	66.159	(85.706)	(46.145)	124.429	58.737

Área de Logística - Docenave (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2006					2005					
		Período de três meses findos em				Total	Período de três meses findos em				Total	
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro		
Transporte marítimo: Quantidades - Mercado externo:	Granel	695	857	-				889	881	777	812	3.359
	Carga geral (Container-TEUS)	5.404	7.561	6.928				9.888	8.845	8.907	6.663	34.303
	Serviços portuários	837	1.313	1.270				556	804	991	416	2.767
Transporte marítimo: Quantidades - Mercado interno:	Granel	-	-	-				345	291	330	-	966
	Carga geral (Container-TEUS)	12.093	15.757	21.017				13.826	12.964	14.288	18.432	59.510
	Serviços portuários	937	549	526				1.126	968	899	1.512	4.505
Preço médio - Mercado externo	Granel	10,23	6,98	-				15,55	11,25	14,89	16,85	14,58
	Carga geral (Container-TEUS)	1.091,60	934,80	1.146,94				616,40	753,31	713,37	1.048,33	760,78
	Serviços portuários	3.168,98	3.026,39	3.631,31				3.453,24	3.075,23	3.112,53	5.921,07	3.592,40
Preço médio - Mercado interno	Granel	-	-	-				9,88	7,56	7,00	-	8,20
	Carga geral (Container-TEUS)	838,58	838,99	734,22				817,37	865,17	893,48	794,24	838,89
	Serviços portuários	3.169,23	3.031,65	3.727,32				3.449,38	3.931,46	4.362,93	2.996,97	3.583,43
Exigível a longo prazo		-	-	-				387	257	168	39	39
	Exigível a curto prazo	383	-	-				502	502	502	475	475
Total exigível		383	-	-				889	759	670	514	514
Patrimônio líquido		241.728	242.311	260.985				265.580	267.790	283.742	321.958	321.958
Receita líquida		61.372	67.205	63.300				103.619	86.196	90.220	89.480	369.515
Custo de produtos		(45.369)	(59.562)	(45.944)				(63.711)	(53.785)	(56.898)	(65.844)	(240.238)
Outras despesas/receitas		(11.874)	(11.829)	(12.891)				(4.332)	(992)	(4.779)	(5.281)	(15.384)
Depreciação		2.292	2.273	606				2.593	2.359	2.146	(16.945)	(9.847)
EBITDA		6.421	(1.913)	5.071				38.169	33.778	30.689	1.410	104.046
Depreciação		(2.292)	(2.273)	(606)				(2.593)	(2.359)	(2.146)	16.945	9.847
EBIT		4.129	(4.186)	4.465				35.576	31.419	28.543	18.355	113.893
Variação cambial s/ PL investimentos no exterior		(19.269)	1.693	9.435				1.164	(32.937)	(9.552)	11.330	(29.995)
Baixa de ativos		3	(8)	-				38	(3)	62	14	111
Resultado financeiro líquido		9.322	9.504	7.601				3.755	11.395	5.688	12.410	33.248
Lucro antes do IR/CSL		(5.815)	7.003	21.501				40.533	9.874	24.741	42.109	117.257
IR/CSL		(4.282)	(6.420)	(2.826)				(11.097)	(7.664)	(8.788)	(3.893)	(31.442)
Resultado do período		(10.097)	583	18.675				29.436	2.210	15.953	38.216	85.815

Dados		2006				2005					
		Período de três meses findos em				Período de três meses findos em					
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total
ton (mil)	Quantidade vendida - MI - Serviços Ferroviários	6.280	6.900	7.330		20.600		7.416	7.616	6.425	27.560
	Preço médio - MI - Serviços Ferroviários	23,69	34,64	26,58		28,43		30,09	31,18	29,26	29,34
	Endividamento bruto contratado a longo prazo	-	-	-		-	126.802	135.643	133.603	-	-
	Endividamento bruto contratado a curto prazo	-	-	-		-	-	-	-	-	-
Endividamento bruto total		-	-	-		-	126.802	135.643	133.603	-	-
Patrimônio líquido		(160.422)	(173.831)	(171.687)		(171.687)	23.610	39.630	(36.567)	(121.161)	(121.161)
R\$	Receita líquida	148.752	193.518	194.835		537.105	131.331	187.382	198.298	154.036	671.047
	Custo de produtos	(166.997)	(182.527)	(172.656)		(522.180)	(147.696)	(175.948)	(192.189)	(213.048)	(728.881)
	Outras despesas/receitas	(15.749)	(30.007)	(19.737)		(65.493)	95	(16.502)	(63.402)	(31.866)	(101.675)
	Depreciação, amortização e exaustão	20.456	21.079	21.931		63.466	12.832	15.009	17.932	22.851	68.624
	EBITDA	(13.538)	2.063	24.373		12.898	(3.438)	9.941	(29.361)	(68.027)	(90.885)
	Depreciação, amortização e exaustão	(20.456)	(21.079)	(21.931)		(63.466)	(12.832)	(15.009)	(17.932)	(22.851)	(68.624)
	EBIT	(33.994)	(19.016)	2.442		(50.568)	(16.270)	(5.068)	(47.293)	(90.878)	(159.509)
	Resultado financeiro líquido	(5.267)	5.607	8		348	1.038	21.043	(28.905)	6.330	(494)
	Lucro antes do IR/CSL	(39.261)	(13.409)	2.450		(50.220)	(15.232)	15.975	(76.198)	(84.548)	(160.003)
	IR/CSL	-	-	-		-	-	46	-	(46)	-
Resultado do período		(39.261)	(13.409)	2.450		(50.220)	(15.232)	16.021	(76.198)	(84.594)	(160.003)

Demonstrações Financeiras do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2005

[página intencionalmente deixada em branco]



Companhia Vale do Rio Doce
Departamento de Controladoria - DICT



Demonstrações Contábeis – BR GAAP

de 30/09/05

Gerência Geral de Controladoria - GECOL

PARTE I	2
1- RESULTADO DAS OPERAÇÕES PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2005 COMPARADO COM 30 DE SETEMBRO DE 2004	2
1.1- Aspectos Gerais	2
1.2- Comentários sobre o Consolidado	5
1.2.1- Receita Bruta	5
1.2.2- Custo dos Produtos e Serviços	6
1.2.3- Despesas Operacionais	7
1.2.4- Resultado Financeiro Líquido	7
1.2.5- Imposto de Renda e Contribuição Social	7
1.2.6- Geração de Caixa	8
1.3- Comentários Sobre a Controladora	9
1.3.1- Receita Bruta	9
1.3.2- Custos dos produtos e serviços	9
1.3.3- Margem Bruta	9
1.3.4- Resultado de Participações Societárias por Área de Negócio	9
1.3.5- Despesas Operacionais	10
1.3.6- Resultado Financeiro Líquido	10
1.3.7- Imposto de Renda e Contribuição Social	10
PARTE II	11
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E NOTAS EXPLICATIVAS	11
2- BALANÇO PATRIMONIAL	11
3- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	12
4- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (INFORMAÇÃO ADICIONAL)	13
5- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (INFORMAÇÃO ADICIONAL)	14
6- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2005 E 30 DE SETEMBRO DE 2004	15
6.1- Contexto Operacional	15
6.2- Apresentação das Informações Trimestrais	15
6.3- Sumário das Principais Práticas Contábeis	15
6.4- Princípios e Práticas de Consolidação	15
6.5- Disponibilidades	16
6.6- Contas a Receber de Clientes	16
6.7- Estoques	16
6.8- Partes Relacionadas	17
6.9- Tributos a Recuperar ou Compensar	17
6.10- Imposto de Renda e Contribuição Social	17
6.11- Participações Societárias Consolidadas	18
6.12- Imobilizado	19
6.13- Empréstimos e Financiamentos	20
6.14- Passivos Contingentes	21
6.15- Custos Ambientais e de Recuperação e Restauração	22
6.16- Capital Social	22
6.17- Ações em Tesouraria	23
6.18- Remuneração aos Acionistas	23
6.19- Resultado Financeiro	23
6.20- Instrumentos Financeiros - Derivativos	24
6.21- Despesas Administrativas e Outras Despesas Operacionais	26
6.22- Venda de Ativos	26
6.23- Eventos Subseqüentes	26
PARTE III	27
7- ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS	27
8- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	28
8.1- Vendas Consolidadas de Minério de Ferro e Pelotas - Principais Mercados (Não Auditada)	28
9 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL	29
10- MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DOS COMITÊS DE APOIO, DO COMITÊ DE APOIO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO FISCAL, DA DIRETORIA EXECUTIVA E DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICO	30

PARTE I

Valores expressos em milhares de reais

1- RESULTADO DAS OPERAÇÕES PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2005 COMPARADO COM 30 DE SETEMBRO DE 2004

1.1- Aspectos Gerais

(a) Os principais segmentos de negócios da Companhia Vale do Rio Doce são:

- Minerais ferrosos: minério de ferro, pelotas, manganês e ferroligas;
- Minerais não-ferrosos: potássio, caulim e cobre;
- Logística: ferrovias, portos, terminais marítimos e navegação; e.
- Outros negócios: investimentos na área de alumínio, siderurgia e geração de energia elétrica.

Minerais Ferrosos

Minério de Ferro e Pelotas

A Companhia opera dois sistemas integrados de classe internacional no Brasil para produção e distribuição de minério de ferro (Sistema Norte nos estados do Pará e Maranhão e Sistema Sul com base nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo), sendo cada um formado por minas, ferrovias e terminais marítimos. Além destes há um terceiro sistema que consiste em minas e instalações portuárias da controlada Caemi Mineração Metalurgia S.A. (Caemi).

Atualmente, a Vale opera nove usinas de pelotização no Brasil, cinco delas organizadas como *joint ventures* com parceiros internacionais e, adicionalmente, participa no capital social da controlada de controle compartilhado Samarco Mineração S.A. (Samarco), que possui e opera duas usinas de pelotização no Espírito Santo, e da Gulf Industrial Investment Company (GIIC), que opera uma usina de pelotização no Bahrein.

As vendas de minério de ferro e pelotas são realizadas sob contratos de fornecimento de longo prazo que estipulam renegociações anuais dos preços. Mudanças cíclicas na demanda mundial por produtos de aço influenciam preços e volumes de venda no mercado mundial de minério de ferro. Fatores diversos influenciam os preços, tais como o teor de ferro em cada jazida, os vários processos de beneficiamento exigidos para produzir o produto final, a granulometria, o teor de umidade e o tipo e concentração de contaminantes (tais como fósforo, alumina e manganês), bem como os custos de transporte.

Geralmente as renegociações anuais de preços contratuais ocorrem de novembro a fevereiro. No mercado asiático, os preços renegociados vigoram de abril de cada ano até março do ano seguinte. No mercado europeu, de janeiro a dezembro do ano da renegociação.

Manganês e Ferroligas

Esta atividade dá-se por intermédio das controladas Rio Doce Manganês (RDM), com operações na Bahia, no Pará e em Minas Gerais, Urucum, no Mato Grosso do Sul, Rio Doce Manganês Europe, na França e Rio Doce Manganese Norway, na Noruega.

Minerais Não-Ferrosos

Potássio

A Companhia, por meio de contrato de arrendamento com a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, mantém arrendado desde 1995 uma mina de potássio, localizada no estado de Sergipe. A mina é a única produtora de cloreto de potássio em atividade no Brasil. O potássio explorado pela Companhia é uma matéria-prima para a produção de fertilizantes.

Cobre

A produção de cobre teve início em junho de 2004 com a entrada em operação da mina de Sossego, localizada no estado do Pará. Esta é a primeira mina de cobre da Companhia.

Caulim

O caulim é utilizado nas indústrias de papel, cerâmica e farmacêutica como agente de revestimento e preenchimento. As atividades comerciais de caulim são realizadas através da Caemi, controladora da Pará Pigmentos S.A. e da Cadam.

Logística

O sistema de logística da Companhia inclui a Estrada de Ferro Vitória a Minas e o Complexo Portuário de Tubarão, no Sistema Sul, e a Estrada de Ferro Carajás e o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, no Sistema Norte. Adicionalmente, a Companhia controla a Ferrovia Centro-Atlântica S.A. – FCA, o Terminal Vila Velha S.A. – TVV, a Cia. Portuária da Baía de Sepetiba – CPBS, o Terminal Marítimo Ilha Gualba e detém participação acionária no capital social da MRS Logística.

As principais cargas transportadas através de seu sistema ferroviário são o minério de ferro próprio, aço, carvão, ferro-gusa e calcário, produtos agrícolas e combustíveis. A Companhia cobra tarifas de mercado pelo frete de terceiros, que variam com base na distância percorrida e na densidade da carga em questão.

Energia

A Companhia possui participação em nove consórcios de usinas hidrelétricas, dos quais cinco encontram-se em operação. Os investimentos da Companhia no setor têm como objetivo otimizar o suprimento de energia elétrica ao Grupo.

Participações Societárias

Operações com Alumínio

A Companhia vende alumínio, alumina e bauxita em um mercado mundial ativo em que os preços são determinados com base nos valores do alumínio primário, negociados na Bolsa de Metais de Londres (LME).

A operação de extração de bauxita se dá através da controlada de controle compartilhado Mineração Rio do Norte S.A. - MRN.

O refino de alumina é feito na ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. e a fundição de alumínio na ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. e na controlada de controle compartilhado Valesul Alumínio S.A.

Siderurgia

As atividades comerciais de aço ocorrem por intermédio da controlada de controle compartilhado Califórnia Steel Industries Inc., situada nos Estados Unidos, e da coligada Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas.

- (b) **As variações das principais moedas e índices em relação ao real, com reflexos no resultado da Companhia e de suas controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas, foram as seguintes:**

Moedas / Índices	Δ%			Paridade US\$ x R\$ no período	
	DÓLAR	IGP-M	TJLP	Final	Média
9M/05 (de 01/01/05 a 30/09/05)	(16,3)	(0,2)	7,2	2,2222	2,4938
3T/05 (de 01/07/05 a 30/09/05)	(5,5)	(1,5)	2,4	2,2222	2,3434
2T/05 (de 01/04/05 a 30/06/05)	(11,8)	0,2	2,4	2,3504	2,4792
9M/04 (de 01/01/04 a 30/09/04)	(1,1)	10,3	7,3	2,8586	2,9735
3T/04 (de 01/07/04 a 30/09/04)	(8,2)	3,3	2,4	2,8586	2,9783

Da receita bruta consolidada da Companhia em 30/09/05, cerca de 86% está vinculada à moeda norte-americana. Cerca de 31% dos custos consolidados também estão vinculados à moeda norte-americana. Conseqüentemente, as flutuações na taxa de câmbio têm um impacto significativo sobre a geração operacional de caixa.

Dos empréstimos e financiamentos consolidados em 30/09/05, 88% são em dólares norte-americanos. Portanto, as flutuações na taxa de câmbio têm impacto significativo sobre o resultado financeiro (notas explicativas 6.13 e 6.19).

- (c) **Em 30/09/05, o saldo da Balança Comercial Consolidada atingiu US\$ 4.501 milhões:**

	Consolidado (em US\$ milhões)				
	Trimestres			Acumulado	
	3T/05	2T/05	3T/04	30/09/05	30/09/04
Exportações	1.723	1.951	1.484	5.010	4.170
Importações	(134)	(134)	(225)	(509)	(664)
	1.589	1.817	1.259	4.501	3.506

(d) Aprovação de novo investimento em cobre

Em outubro de 2005 o Conselho de Administração aprovou o investimento no desenvolvimento do projeto de cobre 118. O 118 situa-se na província mineral de Carajás, no estado do Pará, Brasil, a 6,5 km da mina de cobre do Sossego. Sua capacidade de produção média estimada é de aproximadamente 36.000 toneladas por ano (tpa) de catodos de cobre, com vida útil prevista de 11 anos. O investimento estimado é de US\$ 232 milhões, com entrada em operação prevista para o primeiro semestre de 2008.

(e) Aprovação do aumento de capacidade de produção de pelotas

Em outubro de 2005 foram aprovados projetos para aumento de 14,6 milhões de toneladas na capacidade anual de produção de pelotas. As expansões ocorrerão na Samarco e Caemi. A Vale aprovou o projeto de sua subsidiária Caemi, para construção de planta de pelotização com capacidade de sete milhões de toneladas anuais e start up previsto para meados de 2008. O valor do investimento, que também engloba planta de concentração de minério de ferro e um mineroduto de 4 km para seu transporte, é estimado em US\$ 759 milhões.

O Conselho de Administração da Samarco aprovou investimento de US\$ 1,183 bilhão na construção de sua terceira planta de pelotização. A nova planta de pelotização adicionará 7,6 milhões de toneladas de capacidade a Samarco. A nova planta tem start up previsto para o primeiro semestre de 2008. O projeto inclui ainda a construção de nova planta de beneficiamento de minério e de um novo mineroduto de 400 km de extensão, assim como o aumento da capacidade de estocagem de produtos e de escoamento no porto.

(f) Expansão de capacidade em bauxita e alumina

Foram aprovados os desenvolvimentos dos módulos 6 e 7 da refinaria de alumina de sua subsidiária ALUNORTE, e da segunda fase da mina de bauxita de Paragominas, ambas situadas no estado do Pará, Brasil. A construção dos módulos 6 e 7 da refinaria, cada um com capacidade de produção anual de 935 mil toneladas de alumina, resultará em aumento da capacidade nominal de produção da Alunorte para 6,26 milhões de toneladas anuais (Mtpa).

O valor total do investimento é estimado em US\$ 846 milhões e o cronograma do projeto prevê início da produção para o segundo trimestre de 2008.

Atualmente, estão sendo desenvolvidos os módulos 4 e 5 da refinaria, o que proporcionará ampliação de sua capacidade nominal de produção de 2,5 Mtpa para 4,4 Mtpa. O início da produção desses módulos está programado para o primeiro trimestre de 2006, prevendo-se a conclusão do ramp-up para o terceiro trimestre de 2006.

O investimento previsto na segunda fase da mina de Paragominas, que expandirá sua capacidade de produção para 9,9 Mtpa de bauxita, está estimado em US\$ 196,1 milhões. A conclusão desse projeto está prevista para o segundo trimestre de 2008.

A primeira fase de Paragominas, que terá capacidade de produção de 5,4 Mtpa, encontra-se atualmente em desenvolvimento juntamente com a construção de um mineroduto de 244 km de extensão para transporte da bauxita produzida desde a mina até a refinaria de alumina em Barcarena, no estado do Pará. O mineroduto está dimensionado para uma capacidade de produção de 14,4 Mtpa, o que será alcançado na terceira fase de Paragominas. O início da produção da mina está previsto para o primeiro trimestre de 2007.

1.2- Comentários sobre o Consolidado

O resultado da Companhia em 30/09/05 foi de R\$ 7.805.936, comparativamente aos R\$ 4.933.077 apurados em 30/09/04 (lucro por ação em circulação de R\$ 6,78 em 30/09/05 contra R\$ 4,28 em 30/09/04). Este resultado é consequência do bom desempenho operacional acrescido pelo novo patamar dos preços de minério de ferro e pelotas em vigor a partir do 2T/05, sendo parcialmente atenuado pela valorização média de 16% do real frente à moeda norte-americana.

1.2.1- Receita Bruta

Volume de vendas e receitas por produtos e serviços:

	Em milhares de toneladas (exceto para transporte ferroviário)						Em milhares de reais					
	Trimestres			Acumulado		Δ%	Trimestres			Acumulado		Δ%
	3T/05	2T/05	3T/04	30/09/05	30/09/04		3T/05	2T/05	3T/04	30/09/05	30/09/04	
Minério de ferro	55.203	52.969	50.872	157.331	139.486	13	4.462.634	5.072.201	3.132.531	12.288.242	8.076.336	52
Pelotas (*)	8.774	8.748	10.160	27.247	30.013	(9)	1.643.421	1.955.682	1.215.372	4.787.234	3.418.546	40
	63.977	61.717	61.032	184.578	169.499	9	6.106.055	7.027.883	4.347.903	17.075.476	11.494.882	49
Manganês	271	194	313	663	679	(2)	48.920	62.013	67.269	174.288	131.187	33
Ferroligas	136	151	133	423	430	(2)	225.891	380.969	526.566	1.041.744	1.358.017	(23)
							274.811	442.982	593.835	1.216.032	1.489.204	(18)
Cobre	96	105	96	286	130	120	214.632	228.570	195.538	643.182	267.888	140
Potássio	197	129	161	464	465	-	111.296	75.506	103.410	267.175	264.858	1
Caulim	280	303	318	863	896	(4)	98.681	110.955	126.346	314.212	354.900	(11)
							424.609	415.031	425.294	1.224.569	887.646	38
Transporte ferroviário (milhões de TKU) (**)	10.468	10.019	10.560	28.820	28.900	-	694.261	630.946	565.535	1.830.719	1.574.949	16
Serviços portuários	8.315	8.280	7.454	22.908	21.787	5	141.752	122.875	117.064	379.002	332.325	14
Transporte marítimo	-	-	-	-	-	-	101.943	94.146	116.571	300.665	328.980	(9)
							937.956	847.967	799.170	2.510.386	2.236.254	12
Alumínio	122	123	115	367	358	3	536.302	582.268	607.578	1.729.792	1.833.310	(6)
Alumina	504	367	508	1.335	1.312	2	332.974	237.726	382.809	929.403	904.338	3
Bauxita	1.422	1.401	1.530	4.056	3.900	4	86.039	108.176	91.053	264.258	227.828	16
							955.315	928.170	1.081.440	2.923.453	2.965.476	(1)
Siderúrgico	-	-	-	-	-	-	339.851	378.697	669.867	1.170.701	2.108.243	(44)
Outros produtos e serviços	-	-	-	-	-	-	3.350	10.718	14.843	25.141	54.101	(54)
							9.041.947	10.051.448	7.932.352	26.145.758	21.235.806	23

(*) Inclui receita de prestação de serviços às controladas de controle compartilhado nos valores de R\$ 18.772, R\$ 12.689, R\$ 16.541, R\$ 52.674 e R\$ 57.307 referentes ao 3T/05, 2T/05, 3T/04, 30/09/05 e 30/09/04, respectivamente.

(**) A Companhia efetuou através de seu sistema ferroviário o transporte de 8.242, 7.755, 7.952, 22.006 e 21.408 milhões de TKU de carga geral e 2.226, 2.264, 2.608, 6.814 e 7.492 milhões de TKU de minério de ferro para terceiros referentes ao 3T/05, 2T/05, 3T/04, 30/09/05 e 30/09/04, respectivamente.

As receitas de todos os produtos comercializados nos nove meses findos em 30 de setembro de 2005 estão impactadas de forma negativa pela apreciação média do real frente ao dólar norte-americano, moeda de faturamento da maior parte de nossa receita, em 16% quando comparadas às realizadas no mesmo período de 2004.

Além deste impacto podemos destacar:

Nas receitas de minério de ferro e pelotas aumento de 49% (R\$ 17.075.476 em 30/09/05 contra R\$ 11.494.882 em 30/09/04) como reflexo do aumento dos preços praticados a partir do 2T/05 e do aumento de 9% nas quantidades vendidas.

Nas receitas de manganês e ferroligas redução de 18% (R\$ 1.216.032 em 30/09/05 contra R\$ 1.489.204 em 30/09/04) representado principalmente pela queda de preço de ferroligas.

Nas receitas com cobre o aumento de 140% (R\$ 643.182 em 30/09/05 contra R\$ 267.888 em 30/09/04) reflete o aumento nas quantidades vendidas de 120% tendo em vista que o início de comercialização deste metal ocorreu em junho de 2004, aliado ao aumento do preço no mercado internacional.

Nas receitas com potássio aumento de 1% (R\$ 267.175 em 30/09/05 contra R\$ 264.858 em 30/09/04) refletindo estabilidade cíclica do mercado de fertilizantes devido ao período de plantio.

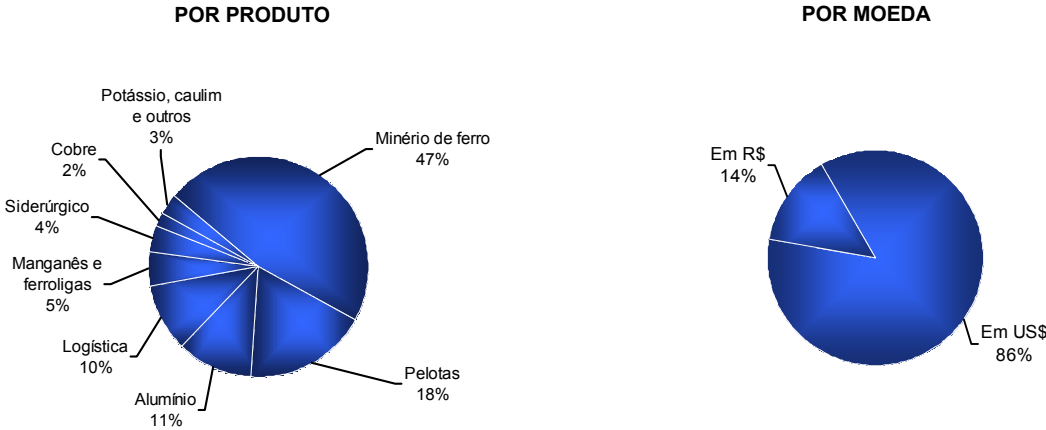
Nas receitas de caulim redução de 11% (R\$ 314.212 em 30/09/05 contra R\$ 354.900 em 30/09/04). Além de uma redução no volume comercializado em função de postergação de embarque de navio no final de setembro de 2005, o impacto negativo do câmbio compensou o aumento de preço.

Nas receitas decorrentes dos serviços de transporte o aumento de 12% (R\$ 2.510.386 em 30/09/05 contra R\$ 2.236.254 em 30/09/04) em função, basicamente, do aumento nos preços dos serviços de transporte ferroviário e portuário parcialmente compensado com a queda no preço do transporte marítimo.

Quanto às receitas da área de alumínio permaneceram estáveis (R\$ 2.923.453 em 30/09/05 contra R\$ 2.965.476 em 30/09/04).

Nas receitas de produtos siderúrgicos a redução de 44% (R\$ 1.170.701 em 30/09/05 contra R\$ 2.108.243 em 30/09/04) refere-se, basicamente, a venda da CST em dezembro de 2004.

Receita Bruta em 30/09/05 - R\$ 26.145.758



Receita Bruta por Área Geográfica e Segmento de Negócio

	Participações					Trimestres						Acumulado			
	Minerais Ferrosos	Minerais Não-Ferrosos	Logística	Alumínio	Siderurgia	3T/05	%	2T/05	%	3T/04	%	30/09/05	%	30/09/04	%
Mercado externo															
Américas, exceto EUA	388.752	185	14.913	114.079	-	517.929	6	748.101	7	426.824	5	1.784.288	7	1.352.560	6
Estados Unidos (EUA)	143.524	6.723	-	70.036	339.851	560.134	6	715.247	7	985.943	12	2.018.770	8	2.382.054	11
Alemanha	686.729	47.702	-	-	-	734.431	8	876.238	9	650.887	8	2.090.776	8	1.593.664	8
França	263.182	13.460	-	-	-	276.642	3	373.614	4	425.426	5	856.044	3	889.004	4
Inglaterra	121.044	431	-	2.963	-	124.438	1	162.813	2	99.216	1	435.257	2	190.191	1
Europa, exceto Alemanha, França e Inglaterra	923.356	64.218	16.530	311.944	-	1.316.048	15	1.613.854	16	1.111.879	14	3.924.127	15	3.424.201	16
Oriente Médio, África e Oceania	561.476	602	-	33.947	-	596.025	7	721.516	7	368.321	5	1.653.215	6	946.858	4
China	1.370.700	31.085	-	28.122	-	1.429.907	16	1.128.828	11	959.814	12	3.394.959	13	2.236.896	11
Coreia do Sul	285.886	35.836	-	-	-	321.722	4	189.524	2	235.446	3	698.952	3	599.252	3
Japão	536.163	31.884	-	226.589	-	794.636	9	841.129	8	634.911	8	2.232.962	9	1.877.649	9
Ásia, exceto China, Coreia do Sul e Japão	212.381	25.758	-	-	-	238.139	3	358.044	4	254.531	3	836.911	3	639.571	3
	5.493.193	257.884	31.443	787.680	339.851	6.910.051	78	7.728.908	77	6.153.198	76	19.926.261	77	16.131.900	76
Brasil	926.434	166.725	869.400	169.337	-	2.131.896	22	2.322.540	23	1.779.154	24	6.219.497	23	5.103.906	24
Total da receita bruta	6.419.627	424.609	900.843	957.017	339.851	9.041.947	100	10.051.448	100	7.932.352	100	26.145.758	100	21.235.806	100

1.2.2- Custo dos Produtos e Serviços

Composição por Natureza

	Denominados em		Trimestres					Acumulado				
	R\$	US\$	3T/05	%	2T/05	%	3T/04	%	30/09/05	%	30/09/04	% Δ%
Pessoal	345.536	31.961	377.497	9	340.120	8	364.674	10	1.031.788	9	1.037.846	10 (1)
Material	655.757	165.454	821.211	20	791.828	21	586.028	15	2.328.060	20	1.651.001	16 41
Óleo combustível e gases	372.525	85.194	457.719	11	446.398	11	409.235	11	1.310.626	11	1.155.970	11 13
Serviços contratados	617.923	243.714	861.637	21	794.865	20	629.775	17	2.414.664	20	1.736.343	17 39
Energia	336.810	24.223	361.033	9	371.472	9	346.172	9	1.050.050	9	872.491	8 20
Matéria-prima	12.193	469.654	481.847	12	569.851	14	753.516	20	1.644.702	14	1.961.676	19 (16)
Depreciação e exaustão	355.624	10.611	366.235	9	361.793	9	281.726	8	1.074.761	9	884.935	9 21
Amortização de ágio	94.726	-	94.726	2	96.095	2	96.096	3	286.916	2	288.288	3 -
Outros	156.824	129.542	286.366	7	238.238	6	255.647	7	762.343	6	697.296	7 9
Total	2.947.918	1.160.353	4.108.271	100	4.010.660	100	3.722.869	100	11.903.910	100	10.285.846	100 16
	72%	28%										

O aumento de 16% (R\$ 1.618.064) nos custos de produtos e serviços (R\$ 11.903.910 em 30/09/05 contra R\$ 10.285.846 em 30/09/04) decorre de variações nos volumes vendidos e reajustes dos preços dos materiais, óleo combustível, energia e serviços que compõem os custos dos produtos e serviços no período.

1.2.3- Despesas Operacionais

As despesas operacionais, exceto item não recorrente, aumentaram R\$ 358.704 (R\$ 2.276.486 em 30/09/05 contra R\$ 1.917.782 em 30/09/04) como reflexo principalmente do aumento com gastos de pesquisa e desenvolvimento.

1.2.4- Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido alterou R\$ 1.217.633 (R\$ 511.841 de despesa em 30/09/05 contra R\$ 1.729.474 de despesa em 30/09/04) como reflexo dos efeitos da variação do real frente ao dólar sobre a dívida.

1.2.5- Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social apresentaram uma despesa de R\$ 2.215.492 30/09/05 comparativamente a uma despesa de R\$ 1.048.874 em 30/09/04, em decorrência principalmente do aumento do lucro tributável (nota explicativa 6.10).

1.2.6- Geração de Caixa

A geração de caixa consolidado medida pelo EBITDA (LAJIDA) (lucro antes do resultado financeiro, resultado de participações societárias, imposto de renda e contribuição social e depreciação, amortização e exaustão e acrescido dos dividendos recebidos) foi de R\$ 12.500.812 em 30/09/05 contra R\$ 9.245.832 em 30/09/04, representando um acréscimo de 35%.

EBITDA (LAJIDA)

	Trimestres			Acumulado	
	3T/05	2T/05	3T/04	30/09/05	30/09/04
Receita operacional líquida	8.805.288	9.551.455	7.530.617	25.077.316	20.159.608
Custo dos produtos e serviços	(4.108.271)	(4.010.660)	(3.722.869)	(11.903.910)	(10.285.846)
Despesas operacionais	(932.469)	(784.322)	(781.684)	(2.276.486)	(2.100.578)
Resultado operacional	3.764.548	4.756.473	3.026.064	10.896.920	7.773.184
Depreciação/Amortização de ágio	494.585	488.208	400.556	1.456.288	1.253.789
	4.259.133	5.244.681	3.426.620	12.353.208	9.026.973
Dividendos recebidos	58.682	88.922	-	147.604	36.063
Item não recorrente - amortização de ágio Samitri	-	-	-	-	182.796
EBITDA (LAJIDA)	4.317.815	5.333.603	3.426.620	12.500.812	9.245.832
Passivo circulante					
Parcela circulante de dívidas de longo prazo - terceiros	1.627.663	1.966.679	2.796.928	1.627.663	2.796.928
Dívida de curto prazo	708.488	1.165.071	817.693	708.488	817.693
Partes relacionadas	69.097	84.038	163.155	69.097	163.155
	2.405.248	3.215.788	3.777.776	2.405.248	3.777.776
Passivo exigível a longo prazo					
Dívidas de longo prazo - terceiros	7.145.652	7.667.145	10.442.980	7.145.652	10.442.980
Partes relacionadas	2.935	33.973	4.320	2.935	4.320
	7.148.587	7.701.118	10.447.300	7.148.587	10.447.300
Dívida bruta	9.553.835	10.916.906	14.225.076	9.553.835	14.225.076
Juros pagos	206.576	148.068	296.490	582.312	752.520
Patrimônio líquido	25.973.882	23.262.421	18.620.809	25.973.882	18.620.809
EBITDA (LAJIDA)/ Juros pagos (LTM)	19,51	16,52	12,29	19,51	12,29
Margem EBITDA (LTM)	47%	47%	46%	47%	46%
Margem EBIT (LTM)	43%	42%	45%	43%	45%
Dívida bruta / EBITDA (LAJIDA) (LTM)	0,62	0,75	1,15	0,62	1,15
Dívida bruta / Capitalização Patrimonial	27	32	43	27	43

EBITDA (LAJIDA) Consolidado por Segmento

	3T/05		2T/05		3T/04		30/09/05		30/09/04	
	EBITDA		EBITDA		EBITDA		EBITDA		EBITDA	
	Segmentos	% do total	Segmentos	% do total	Segmentos	% do total	Segmentos	% do total	Segmentos	% do total
Minerais ferrosos	3.671.245	83%	4.445.461	83%	2.147.370	63%	10.052.672	79%	5.885.082	64%
Minerais não-ferrosos	84.221	2%	82.527	1%	55.527	2%	270.487	2%	227.311	2%
Logística	340.060	6%	364.264	7%	338.886	10%	996.357	8%	957.354	10%
Participações										
Alumínio	305.212	7%	348.276	7%	594.070	17%	1.107.472	9%	1.445.139	16%
Siderurgia	68.490	2%	119.974	2%	290.767	8%	252.136	2%	730.946	8%
Outras	(151.413)	-	(26.899)	-	-	-	(178.312)	-	-	-
	4.317.815	100%	5.333.603	100%	3.426.620	100%	12.500.812	100%	9.245.832	100%

1.3- Comentários Sobre a Controladora

1.3.1- Receita Bruta

O aumento de 32% na receita bruta (R\$ 13.277.033 até 30/09/05 contra R\$ 10.051.438 até 30/09/04) é derivado do crescimento de 9% nos volumes vendidos de minério de ferro e pelotas e de 6% nos volumes de serviços portuários, acrescido do aumento de preços praticados. Adicionalmente, as receitas do período incluem vendas de cobre e alumina, iniciadas em junho e dezembro de 2004, respectivamente. Estes efeitos positivos foram parcialmente reduzidos pela valorização média do real de 16% frente à moeda norte-americana, incidente sobre 89% das receitas da Companhia.

1.3.2- Custos dos produtos e serviços

O custo de produtos e serviços vendidos apurados até 30/09/05 foram de R\$ 7.032.494, contra R\$ 5.106.516 até 30/09/04 apresentado um acréscimo de 37,7%, tendo como principais fatores o início da comercialização de cobre e alumina, maior volume comercializado dos demais produtos, os reajustes contratuais, e o aumento na base de ativos com conseqüente aumento dos gastos com depreciação.

1.3.3- Margem Bruta

A margem bruta apresentou uma redução de 2,7% (43,7% até setembro deste ano contra 46,4% até 30/09/04) tendo como principais fatores a perda cambial nas receitas, conforme descrito acima, e o aumento dos custos unitários na produção de minério de ferro, cobre e potássio ocorrido no ano de 2005.

1.3.4- Resultado de Participações Societárias por Área de Negócio

Os números abaixo não representam obrigatoriamente os resultados individuais por empresa, e sim os valores efetivamente aplicáveis a cada área de negócio.

Área de negócio	Acumulado		
	30/09/05	30/09/04	Δ%
Minerais Ferrosos			
. Minério de ferro	3.183.737	804.719	296
. Pelotas	771.926	349.319	121
. Manganês e ferroligas	105.241	434.170	(76)
Minerais Não-Ferrosos	(29.957)	19.504	(254)
Logística	171.108	169.234	1
Participações			
. Siderurgia	373.802	551.604	(32)
. Alumínio	538.971	552.100	(2)
. Pesquisas e desenvolvimento de carvão	(58.993)	-	-
Outros	(4.448)	(2.541)	(75)
Equivalência patrimonial	5.051.387	2.878.109	76
Provisão para perdas	(97.528)	(68.590)	(42)
Amortização de ágio	(171.810)	(194.553)	12
Variação cambial sobre o Patrimônio Líquido das empresas no exterior	(1.063.126)	(66.334)	1.503
Resultado de Participações Societárias	3.718.923	2.548.632	46

Os resultados de participações societárias estão fortemente impactados pelos efeitos da variação as dívidas, que influenciaram de forma positiva em função da valorização do real, perante o dólar, nos nove meses findos em 30 de setembro de 2005 de 16,3% contra 1,1% nos nove meses findos em 30/09/04. Esse efeito é parcialmente compensado com a variação cambial negativa apurada nos investimentos no exterior.

Operacionalmente ocorreu aumento no volume e nos preços médios de venda em todas as áreas de negócios, exceto a área de ferroligas, onde houve redução significativa no preço médio de vendas. A queda em siderurgia é decorrente principalmente da venda da CST.

Em 2005 o resultado negativo de equivalência de minerais não-ferrosos refere-se basicamente ao reconhecimento de gastos com pesquisas minerais nas subsidiárias da América do Sul e África.

O resultado de equivalência negativa de pesquisas e desenvolvimento de carvão corresponde a gastos com as subsidiárias de extração mineral na África e Oceania.

1.3.5- Despesas Operacionais

As despesas operacionais, exceto item não recorrente em 2004, mantiveram-se praticamente estáveis com uma pequena redução de R\$ 7.159 (R\$ 1.022.106 em 30/09/05 contra R\$ 1.029.268 em 30/09/04).

1.3.6- Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido alterou R\$ 1.672.255 (R\$ 710.315 de receita em 30/09/05 contra R\$ 961.940 de despesa em 30/09/04) como reflexo dos efeitos cambiais sobre a dívida.

1.3.7- Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social apresentaram uma despesa de R\$ 1.070.072 em 30/09/05 comparativamente a uma despesa de R\$ 324.957 em 30/09/04, em decorrência principalmente do aumento do lucro tributável. (nota explicativa 6.10).

PARTE II

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E NOTAS EXPLICATIVAS

2- BALANÇO PATRIMONIAL

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	Notas	Consolidado		Controladora	
		30/09/05	30/06/05	30/09/05	30/06/05
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades	6.5	2.989.269	2.743.828	256.006	240.334
Contas a receber de clientes	6.6	3.806.588	4.439.511	1.679.101	2.191.521
Partes relacionadas	6.8	126.023	125.378	879.338	814.403
Estoques	6.7	3.129.710	3.038.371	1.160.283	1.074.457
Tributos a recuperar ou compensar	6.9	702.390	725.139	270.404	307.261
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.10	548.878	474.282	445.462	364.883
Outros	-	868.862	840.034	339.880	480.411
		12.171.720	12.386.543	5.030.474	5.473.270
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	6.8	-	90.721	435.280	486.640
Empréstimos e financiamentos	-	140.226	135.575	105.308	100.663
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.10	1.078.340	1.077.555	550.145	540.898
Depósitos judiciais	6.14	1.853.418	1.768.954	1.242.117	1.172.507
Despesas antecipadas	-	91.373	111.429	-	-
Contas a receber por venda de ativos	-	32.752	26.404	-	-
Imobilizado disponível para venda	-	73.980	59.212	-	-
Adiantamentos a fornecedores de energia	-	584.748	445.280	-	-
Outros	-	424.455	390.508	195.537	175.166
		4.279.292	4.105.638	2.528.387	2.475.874
Permanente					
Participações societárias	6.11	2.795.886	2.900.157	16.048.036	15.081.773
Imobilizado	6.12	29.312.304	27.369.703	18.670.666	17.265.235
Diferido	-	176.434	192.400	-	-
		32.284.624	30.462.260	34.718.702	32.347.008
		48.735.636	46.954.441	42.277.563	40.296.152
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	6.13	708.488	1.165.071	-	407.258
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	6.13	1.627.663	1.966.679	750.203	742.611
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	-	2.142.799	2.299.147	1.873.179	1.915.656
Partes relacionadas	6.8	69.097	84.038	2.827.124	3.434.537
Salários e encargos sociais	-	390.358	335.601	257.298	225.454
Fundo de pensão - Valia	-	66.947	102.407	66.947	102.407
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	-	44.917	39.142	-	-
Tributos e contribuições	-	1.168.607	1.067.655	277.391	218.210
Provisão para gastos operacionais	-	289.637	368.874	289.638	368.874
Outros	-	739.441	766.044	211.693	235.447
		7.247.954	8.194.658	6.553.473	7.650.454
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	6.13	7.145.652	7.667.145	1.883.659	2.235.844
Partes relacionadas	6.8	2.935	33.973	3.619.493	2.994.039
Provisões para contingências	6.14	3.301.569	3.266.629	2.674.150	2.611.990
Fundo de pensão - Valia	-	568.284	536.239	568.297	536.239
Provisão para passivos ambientais	-	292.273	260.648	261.755	260.648
Provisão para derivativos	-	382.544	265.081	47.710	39.503
Outros	-	1.036.807	888.509	695.144	705.014
		12.730.064	12.918.224	9.750.208	9.383.277
Resultado de exercícios futuros	-	14.229	7.948	-	-
Participações de minoritários	-	2.769.507	2.571.190	-	-
Patrimônio líquido					
Capital social	6.16	14.000.000	14.000.000	14.000.000	14.000.000
Reservas de lucros	6.16	11.973.882	9.262.421	11.973.882	9.262.421
		25.973.882	23.262.421	25.973.882	23.262.421
		48.735.636	46.954.441	42.277.563	40.296.152

As informações adicionais, as notas explicativas e o anexo I são parte integrante das informações trimestrais.

Períodos findos em 30 de setembro

						Consolidado	Controladora	
		Trimestres				Acumulado	Acumulado	
	Notas	3T/05	2T/05	3T/04	30/09/05	30/09/04	30/09/05	30/09/04
Receita bruta	1.2.1 e 1.3.2							
Vendas de minerais e metais								
Minério de ferro e pelotas		6.106.055	7.027.883	4.347.903	17.075.476	11.494.882	10.907.459	8.324.679
Manganês e ferroligas		274.811	442.982	593.835	1.216.032	1.489.204	-	-
Cobre		214.632	228.570	195.538	643.182	267.888	563.007	267.888
Potássio		111.296	75.506	103.410	267.175	264.858	267.175	264.858
Caulim		98.681	110.955	126.346	314.212	354.900	-	-
		6.805.475	7.885.896	5.367.032	19.516.077	13.871.732	11.737.641	8.857.425
Serviços de transporte		937.956	847.967	799.170	2.510.386	2.236.254	1.359.334	1.164.284
Vendas de produtos da área de alumínio		955.315	928.170	1.081.440	2.923.453	2.965.476	145.564	-
Vendas de produtos siderúrgicos		339.851	378.697	669.867	1.170.701	2.108.243	-	-
Outros produtos e serviços		3.350	10.718	14.843	25.141	54.101	34.494	29.729
		9.041.947	10.051.448	7.932.352	26.145.758	21.235.806	13.277.033	10.051.438
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços		(236.659)	(499.993)	(401.735)	(1.068.442)	(1.076.198)	(775.663)	(524.641)
Receita operacional líquida		8.805.288	9.551.455	7.530.617	25.077.316	20.159.608	12.501.370	9.526.797
Custos dos produtos e serviços	1.2.2 e 1.3.3							
Minerais e metais		(2.616.131)	(2.619.094)	(2.268.750)	(7.640.637)	(6.177.989)	(6.473.941)	(4.762.148)
Serviços de transporte		(510.926)	(489.874)	(470.886)	(1.441.595)	(1.306.513)	(463.261)	(332.316)
Produtos da área de alumínio		(641.939)	(543.775)	(528.016)	(1.735.006)	(1.442.044)	(75.918)	-
Produtos siderúrgicos		(333.430)	(352.156)	(443.717)	(1.069.246)	(1.327.135)	-	-
Outros produtos e serviços		(5.845)	(5.761)	(11.500)	(17.426)	(32.165)	(19.374)	(12.052)
		(4.108.271)	(4.010.660)	(3.722.869)	(11.903.910)	(10.285.846)	(7.032.494)	(5.106.516)
Lucro bruto		4.697.017	5.540.795	3.807.748	13.173.406	9.873.762	5.468.876	4.420.281
Margem bruta		53,3%	58,0%	50,6%	52,5%	49,0%	43,7%	46,4%
Despesas operacionais								
Com vendas		(90.782)	(95.514)	(90.531)	(286.445)	(314.638)	(1.185)	(20.026)
Administrativas	6.21	(332.660)	(307.592)	(245.754)	(897.801)	(763.645)	(460.060)	(361.365)
Pesquisa e desenvolvimento		(220.439)	(161.446)	(108.272)	(463.014)	(255.626)	(306.154)	(237.678)
Outras despesas operacionais	6.21	(288.588)	(219.770)	(337.127)	(629.226)	(583.873)	(254.707)	(410.196)
Item não recorrente - amortização de ágio Samitri		-	-	-	-	(182.796)	-	(182.796)
		(932.469)	(784.322)	(781.684)	(2.276.486)	(2.100.578)	(1.022.106)	(1.212.061)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias		3.764.548	4.756.473	3.026.064	10.896.920	7.773.184	4.446.770	3.208.220
Resultado de participações societárias	6.11	13.166	76.889	35.523	163.574	20.122	3.718.923	2.548.632
Equivalência patrimonial		84.526	146.831	99.013	361.716	215.666	5.051.387	2.878.109
Amortização de ágio		(57.270)	(57.270)	(57.270)	(171.810)	(194.553)	(171.810)	(194.553)
Provisão para perdas		-	-	-	-	-	(97.528)	(68.590)
Variação cambial sobre o Patrimônio Líquido das empresas no exterior		(14.090)	(12.672)	(6.220)	(26.332)	(991)	(1.06	

717

4- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

Em milhares de reais

Períodos findos em 30 de setembro

	Notas	Reservas de lucros							Total
		Capital social	Expansão/ Investimentos	Exaustão	Lucros a realizar	Legal	Incentivos fiscais	Ações em tesouraria	Lucros acumulados
Em 31 de dezembro de 2003		6.300.000	6.039.326	1.004.166	557.266	1.080.141	89.993	(131.318)	-
Capitalização de reservas		1.000.000	(910.007)	-	-	-	(89.993)	-	-
Realização de reservas		-	-	-	(211.538)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	211.538
Juros sobre capital próprio intermediários		-	-	-	-	-	-	-	6.459.519
Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	-	(1.671.484)
Remuneração adicional proposta		-	-	-	-	-	-	-	(279.763)
Apropriação às reservas de lucros		-	3.077.659	-	-	322.976	40.662	-	(1.278.513)
Em 31 de dezembro de 2004		7.300.000	8.206.978	1.004.166	345.728	1.403.117	40.662	(131.318)	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	5.094.475
Capitalização de reservas	6.16	6.700.000	(5.129.319)	(1.004.166)	-	(525.853)	(40.662)	-	-
Juros sobre capital próprio deliberados	6.18	-	-	-	-	-	-	-	(1.387)
Em 30 de junho de 2005		14.000.000	3.077.659	-	345.728	877.264	-	(131.318)	23.262.421
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	2.711.461
Em 30 de setembro de 2005		14.000.000	3.077.659	-	345.728	877.264	-	(131.318)	25.973.882

As informações adicionais, as notas explicativas e o anexo I são parte integrante das informações trimestrais.

5- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	Trimestres			Consolidado	Controladora	
	3T/05	2T/05	3T/04	Acumulado	Acumulado	Acumulado
				30/09/05	30/09/04	30/09/05
Fluxo de caixa proveniente das operações:						
Lucro líquido do período	2.711.461	3.479.285	2.296.222	7.805.936	4.933.077	7.805.936
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com recursos provenientes de atividades operacionais:						
Resultado de participações societárias	(13.166)	(76.889)	(35.523)	(163.574)	(20.122)	(3.718.923)
Resultado na venda de ativos	(297.700)	-	(466.248)	(297.700)	(466.248)	-
Depreciação, amortização e exaustão	399.859	384.488	362.024	1.169.372	1.050.161	638.634
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(283.442)	52.590	(239.684)	(344.161)	(267.651)	(126.283)
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais líquidas	(419.936)	(981.548)	(868.089)	(1.355.193)	198.331	(967.354)
Participações de minoritários	280.619	375.069	316.413	824.925	548.129	-
Ganho/(Perda) na alienação de bens do imobilizado	1.066	60.382	61.913	76.695	193.064	3.693
Amortização de ágio no custo dos produtos vendidos	94.726	96.095	96.096	286.916	288.286	288.916
Item não recorrente - ágio Samitri	-	-	-	-	182.796	-
Perdas líquidas não realizadas com derivativos	169.460	(10.321)	115.674	163.734	194.152	11.918
Dividendos/juros sobre o capital próprio recebidos	58.682	88.922	-	147.604	36.063	885.691
Outros	37.366	57.532	(142.986)	13.571	(84.283)	57.427
	2.738.995	3.525.605	1.495.812	8.328.125	6.785.755	4.877.655
Redução e (aumento) nos ativos:						
Contas a receber de clientes	734.537	(1.025.615)	(30.294)	(628.914)	(619.180)	170.853
Estoques	(69.137)	(67.305)	(160.930)	(206.341)	(535.362)	(267.050)
Outros	(870.320)	(592.634)	246.715	(1.585.281)	(460.168)	(304.250)
	(204.920)	(1.685.554)	55.491	(2.420.536)	(1.614.710)	(400.447)
Aumento (redução) nos passivos:						
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	(291.233)	278.468	101.151	35.852	(153.513)	357.278
Salários e encargos sociais	54.757	30.438	48.884	(9.070)	81.824	(31.154)
Tributos e Contribuições	1.264.561	885.434	576.691	1.571.119	1.099.849	452.592
Outros	(348.009)	288.291	629.065	(316.472)	1.248.304	104.274
	680.076	1.482.631	1.355.791	1.281.429	2.276.464	882.990
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	3.214.151	3.322.682	2.907.094	7.189.018	7.447.509	5.360.198
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos:						
Empréstimos e adiantamentos a receber	88.501	(43.441)	34.642	57.090	97.787	(79.912)
Depósitos e garantias	(84.464)	(37.493)	(52.722)	(173.517)	(189.875)	(94.684)
Adições em investimentos	(30.662)	(208.400)	-	(249.244)	(105.188)	(645.685)
Adições ao imobilizado	(2.464.450)	(1.926.388)	(1.302.298)	(6.146.102)	(3.758.361)	(4.283.310)
Recursos provenientes da alienação de bens do imobilizado/investimentos	301.284	3.584	1.260.668	311.345	1.263.628	13.645
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(2.189.791)	(2.212.138)	(59.710)	(6.200.428)	(2.692.009)	(5.089.946)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos:						
Empréstimos de curto prazo	(435.280)	469.987	70.929	255.559	59.527	121.115
Empréstimos e financiamentos captados a longo prazo	26.292	341.618	141.942	1.093.729	3.062.730	2.003.668
Pagamentos:						
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	(280.279)
Instituições financeiras	(369.931)	(1.138.189)	(690.814)	(1.985.467)	(3.054.474)	(884.777)
Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas	-	(1.279.900)	-	(1.279.900)	(790.710)	(1.279.900)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(778.919)	(1.606.484)	(477.943)	(1.916.079)	(722.927)	(320.173)
Aumento e (redução) no caixa e equivalentes	245.441	(495.940)	2.369.441	(927.489)	4.032.573	(49.921)
Caixa e equivalentes no início do período	2.743.828	3.239.768	3.791.676	3.916.758	2.128.544	305.927
Caixa e equivalentes no final do período	2.989.269	2.743.828	6.161.117	2.989.269	6.161.117	256.006
Pagamentos efetuados durante o período por:						
Juros de curto prazo	(10.367)	(19.680)	(12.333)	(31.591)	(38.057)	(6.109)
Juros de longo prazo	(196.209)	(128.388)	(284.157)	(550.721)	(714.463)	(239.586)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(468.890)	(378.297)	(12.000)	(1.057.958)	(146.996)	(778.068)
Transações que não envolveram caixa:						
Adições ao imobilizado com capitalizações de juros	119.684	402.249	209.806	495.141	(15.766)	179.648
AFACs transferidos para investimento	-	-	-	-	-	(510.500)
Imposto de renda e contribuição social compensados	(63.724)	(56.159)	(67.148)	(168.564)	(311.058)	(24.815)

As informações adicionais, as notas explicativas e o anexo I são parte integrante das informações trimestrais.

6- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2005 E 30 DE SETEMBRO DE 2004

Valores expressos em milhares de reais

6.1- Contexto Operacional

A Companhia Vale do Rio Doce é uma sociedade anônima aberta que tem como atividades preponderantes a extração, o beneficiamento e a venda de minério de ferro, pelotas, cobre e potássio, a prestação de serviços logísticos, a geração de energia elétrica e a pesquisa e desenvolvimento mineral. Além disso, através de suas controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado, opera nas áreas de minério de ferro, pelotas, manganês, ferroligas, caulim, produtos siderúrgicos, produtos da cadeia de alumínio e serviços de logística.

6.2- Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei das Sociedades por Ações, e as normas e pronunciamentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON.

Visando ao aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando, como informação adicional a Demonstração dos Fluxos de Caixa - Conforme os critérios da NPC 20 do IBRACON.

6.3- Sumário das Principais Práticas Contábeis

- (a) Adoção do regime contábil de competência de exercícios;
- (b) Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das informações trimestrais são considerados como de longo prazo;
- (c) Os títulos e valores mobiliários, classificados como disponibilidades, são representados por aplicações a curto prazo e demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data das informações trimestrais;
- (d) Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e as importações em andamento são avaliadas ao custo individual de compra, que não excedem aos valores de mercado ou de realização;
- (e) Os direitos e obrigações em moedas estrangeiras são demonstrados às taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais e os em moeda nacional, quando aplicável, são atualizados monetariamente segundo índices contratuais;
- (f) Os investimentos em controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas são ajustados pela equivalência patrimonial com base nos patrimônios líquidos das investidas e, quando aplicável, acrescidos/deduzidos de ágio/deságio a amortizar e de provisão para perdas. Os outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas;
- (g) O imobilizado está registrado ao custo histórico acrescido das correções monetárias até 1995 e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção, sendo depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. A exaustão das jazidas é constituída com base na relação obtida entre a produção efetiva e a capacidade estimada;
- (h) Os gastos com estudos e pesquisas minerais são considerados como despesas operacionais até que se tenha à comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida. A partir desta comprovação, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo de desenvolvimento de mina;
- (i) Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, os gastos de remoção de estéril são contabilizados como parte dos custos de desenvolvimento. Após o início da fase produtiva da mina, os gastos com remoção de minério são tratados como custo de produção; e.
- (j) Os gastos pré-operacionais, exceto os encargos financeiros, capitalizados conforme letra (g) acima, são diferidos e amortizáveis em dez anos. No consolidado, o diferido refere-se basicamente aos projetos de cobre e de expansão da Alunorte e Albras.

6.4- Princípios e Práticas de Consolidação

- (a) As informações trimestrais consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 30/09/05 e em 30/06/05 e das operações dos trimestres findos em 30/09/05, 30/06/05 e 30/09/04 da Controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado;

- (b) Os saldos das transações intercompanhias e a participação da Controladora no patrimônio líquido de suas controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado foram eliminados na consolidação, tendo sido destacadas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado as participações que cabem aos acionistas minoritários;
- (c) No caso de investimentos nas sociedades em que o controle acionário é compartilhado com outros acionistas, os componentes do ativo, do passivo e das receitas e despesas são agregados às informações trimestrais consolidadas na proporção da participação da Controladora no capital social de cada investida;
- (d) As principais cifras das informações trimestrais individuais das empresas controladas e controladas de controle compartilhado consolidadas estão apresentadas no anexo I.

6.5- Disponibilidades

	Consolidado		Controladora	
	30/09/05	30/06/05	30/09/05	30/06/05
Caixas e bancos	426.177	377.694	48.680	25.443
Aplicações vinculadas ao CDI	901.474	1.005.946	207.326	214.891
Aplicações <i>time deposit / overnight</i>	1.406.763	1.003.010	-	-
Outros	254.855	357.178	-	-
	2.989.269	2.743.828	256.006	240.334

6.6- Contas a Receber de Clientes

	Consolidado		Controladora	
	30/09/05	30/06/05	30/09/05	30/06/05
No país	786.246	751.144	788.276	846.773
No exterior	3.149.995	3.838.422	983.836	1.437.679
	3.936.241	4.589.566	1.772.112	2.284.452
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(92.432)	(102.031)	(46.948)	(46.948)
Provisão para diferença de peso de minério no destino	(37.221)	(48.024)	(46.063)	(45.983)
	3.806.588	4.439.511	1.679.101	2.191.521

6.7- Estoques

	Consolidado		Controladora	
	30/09/05	30/06/05	30/09/05	30/06/05
Produtos acabados				
. Minério de ferro e pelotas	900.784	660.018	478.601	379.882
. Manganês e ferroligas	334.161	409.551	-	-
. Alumínio	194.099	216.259	-	-
. Produtos siderúrgicos	68.972	81.266	-	-
. Cobre	39.786	28.545	39.786	28.545
. Outros	62.436	67.039	38.005	20.799
	1.600.238	1.462.678	556.392	429.226
Peças de reposição e manutenção	1.529.472	1.575.693	603.891	645.231
	3.129.710	3.038.371	1.160.283	1.074.457

6.8- Partes Relacionadas

	Consolidado							
	Ativo				Passivo			
	30/09/05		30/06/05		30/09/05		30/06/05	
	Clientes	Partes relacionadas ativo	Clientes	Partes relacionadas ativo	Fornecedores	Partes relacionadas passivo	Fornecedores	Partes relacionadas passivo
Nibrasco	64.491	18.303	74.052	26.457	63.538	15.526	94.455	-
Hispanobras	34.791	5.584	67.655	130	47.498	-	87.170	7.117
Itabrasco	30.366	-	64.753	367	30.334	1.333	39.306	2.336
Kobrasco	36.950	26.140	38.316	26.782	21.291	14.667	17.307	15.820
Gulf industrial investment Co. - GILC	18.329	-	5.687	-	704	-	88	-
Usiminas	49.286	-	46.470	-	13	-	-	-
Valesul	13.971	316	5.264	309	41	-	41	-
Samarco Mineração S.A	2.201	12.357	2.443	13.410	-	-	-	-
MRS Logística	165	40.273	249	18.031	5.527	14.645	1.404	26.418
Baovale Mineração S.A	12	-	264	85	19.386	-	14.072	-
Ferrobán	-	-	526	106.401	-	-	-	30.907
Mineração Rio do Norte	326	278	291	281	19.459	-	30.653	-
Nova Era Silicon	297	3.722	81	4.368	-	-	-	-
Outros	8.975	19.050	29.384	19.478	16.038	25.861	9.983	35.413
Total	260.160	126.023	335.435	216.099	223.829	72.032	294.479	118.011
Registrado no:								
Curto Prazo	260.160	126.023	335.435	125.378	223.829	69.097	294.479	84.038
Longo Prazo	-	-	-	90.721	-	2.935	-	33.973
	260.160	126.023	335.435	216.099	223.829	72.032	294.479	118.011

6.9- Tributos a Recuperar ou Compensar

	Consolidado		Controladora	
	30/09/05	30/06/05	30/09/05	30/06/05
IRRF sobre aplicações financeiras e JCP recebidos	70.175	47.177	19.354	15.987
ICMS	287.519	313.812	205.726	212.850
PIS e COFINS não cumulativo	191.444	172.359	12.355	48.213
IR antecipado	94.881	86.194	-	-
Outros	58.371	105.597	32.969	30.211
	702.390	725.139	270.404	307.261

6.10- Imposto de Renda e Contribuição Social

O lucro da Companhia está sujeito ao regime comum de tributação aplicável às empresas em geral. Os saldos diferidos, líquidos apresentam-se como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/05	30/06/05	30/09/05	30/06/05
Resultado fiscal a compensar	612.837	557.724	115.863	35.749
Diferenças temporárias:				
. Fundo de pensão	215.983	224.171	215.983	224.171
. Provisão para contingências	652.783	626.875	569.012	564.312
. Provisão para perdas em ativos	136.705	136.782	136.705	136.782
. Outras	8.910	6.285	(41.956)	(55.233)
	1.014.381	994.113	879.744	870.032
Total	1.627.218	1.551.837	995.607	905.781
Circulante	548.878	474.282	445.462	364.883
Longo prazo	1.078.340	1.077.555	550.145	540.898
	1.627.218	1.551.837	995.607	905.781

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período são demonstrados como segue:

				Consolidado		Controladora	
	3T/05	2T/05	3T/04	30/09/05	30/09/04	30/09/05	30/09/04
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.756.149	4.915.233	3.199.310	10.846.353	6.530.080	8.876.008	5.258.034
Equivalência patrimonial	(84.526)	(146.831)	(99.013)	(361.716)	(215.666)	(5.051.387)	(2.878.109)
Variação cambial sobre o Patrimônio Líquido	14.090	12.672	6.220	26.332	991	1.063.126	66.334
Ágio e provisão para perdas não-dedutíveis	54.909	54.909	54.909	164.727	164.729	262.255	164.729
Resultado na venda de ativos	(297.700)	-	(463.122)	(297.700)	(466.248)	-	(463.122)
	3.442.922	4.835.983	2.698.304	10.377.996	6.013.886	5.150.002	2.147.866
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.170.593)	(1.644.234)	(917.423)	(3.528.519)	(2.044.721)	(1.751.001)	(730.274)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado do período:							
. Imposto de renda e contribuição social de juros sobre o capital próprio	115.863	290.166	119.455	551.029	425.625	551.029	425.625
. Incentivos fiscais	133.608	52.764	91.150	244.853	127.160	109.567	51.652
. Resultado de empresas no exterior	105.282	178.790	9.348	506.895	289.078	-	-
. Incentivo de alíquota reduzida	37.627	29.335	39.210	87.708	69.360	-	-
. Outros	14.144	32.300	71.585	(77.458)	84.624	20.333	(71.960)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(764.069)	(1.060.879)	(586.675)	(2.215.492)	(1.048.874)	(1.070.072)	(324.957)

6.11- Participações Societárias Consolidadas

	Resultado de Participações Societárias						
	Investimentos		Trimestres			Acumulado	
	30/09/05	30/06/05	3T/05	2T/05	3T/04	30/09/05	30/09/04
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (a) e (b).....	928.775	911.319	74.379	127.999	76.594	313.884	160.594
Yankuang.....	24.989	24.989	-	(3.358)	-	(3.233)	-
SIDERAR (a).....	33.330	35.256	(1.926)	(4.737)	(3.734)	(6.486)	(459)
Rio Doce Argentina.....	-	1.034	-	(661)	-	(659)	-
Quadrem.....	10.363	10.962	(599)	(1.473)	(1.512)	(2.017)	(326)
Larco.....	6.666	7.051	(385)	(948)	(747)	(1.297)	(108)
Longyu.....	191.779	202.863	(11.084)	-	-	(11.084)	-
Ágio em empresas consolidadas.....	1.561.751	1.688.062	(57.270)	(57.270)	(57.270)	(171.810)	(194.553)
Outros.....	38.233	18.621	10.051	17.337	22.192	46.276	54.974
	2.795.886	2.900.157	13.166	76.889	35.523	163.574	20.122

(a) Participações a preço de mercado - Usiminas R\$ 1.210.523 e Siderar R\$ 397.629,

(b) Dividendos recebidos da Usiminas no 3º trimestre de 2005, R\$ 56.923,

6.12- Imobilizado

(a) Por tipo de ativo:

	Taxas médias de depreciação	Consolidado				Controladora			
		30/09/05		30/06/05		30/09/05		30/06/05	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	3,00%	3.537.846	(1.527.949)	2.009.897	2.026.430	1.873.890	(745.261)	1.128.629	1.126.771
Instalações	3,42%	12.909.760	(5.322.516)	7.587.244	7.097.684	7.271.184	(2.954.172)	4.317.012	3.909.998
Equipamentos	9,32%	5.827.097	(2.595.106)	3.231.991	2.928.103	2.209.113	(888.850)	1.320.263	1.078.671
Ferrovias	3,85%	7.245.045	(3.189.721)	4.055.324	3.594.022	7.048.837	(3.123.124)	3.925.713	3.473.437
Direitos minerários (*)	1,87%	1.422.261	(350.956)	1.071.305	1.022.788	1.149.399	(168.432)	980.967	945.744
Outros	8,85%	3.917.216	(1.777.643)	2.139.573	1.980.136	2.155.757	(993.569)	1.162.188	1.059.886
		34.859.225	(14.763.891)	20.095.334	18.649.163	21.708.180	(8.873.408)	12.834.772	11.594.507
Imobilizações em curso	-	9.216.970	-	9.216.970	8.720.540	5.835.894	-	5.835.894	5.670.728
Total		44.076.195	(14.763.891)	29.312.304	27.369.703	27.544.074	(8.873.408)	18.670.666	17.265.235

(*) Calculado em função do volume de minério extraído em relação a possança (reservas provadas e prováveis).

(b) Por área de negócio:

	Consolidado			
	30/09/05		30/06/05	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Minerais Ferrosos				
Em operação	22.009.986	(10.388.290)	11.621.696	10.867.301
Imobilização em curso	4.224.440	-	4.224.440	4.007.348
	26.234.426	(10.388.290)	15.846.136	14.874.649
Minerais Não Ferrosos				
Em operação	2.823.773	(689.104)	2.134.669	1.986.386
Imobilização em curso	1.298.148	-	1.298.148	1.384.883
	4.121.921	(689.104)	3.432.817	3.371.269
Logística				
Em operação	2.622.030	(718.180)	1.903.850	1.613.277
Imobilização em curso	215.529	-	215.529	255.169
	2.837.559	(718.180)	2.119.379	1.868.446
Participações				
Em operação	6.010.952	(2.669.014)	3.341.938	3.371.022
Imobilização em curso	2.079.944	-	2.079.944	1.664.650
	8.090.896	(2.669.014)	5.421.882	5.035.672
Energia				
Em operação	823.425	(62.464)	760.961	520.610
Imobilização em curso	422.080	-	422.080	590.886
	1.245.505	(62.464)	1.183.041	1.111.496
Centro Corporativo				
Em operação	569.061	(236.839)	332.222	290.567
Imobilização em curso	976.827	-	976.827	817.604
	1.545.888	(236.839)	1.309.049	1.108.171
Total	44.076.195	(14.763.891)	29.312.304	27.369.703

6.13- Empréstimos e Financiamentos

Captados a curto prazo

	Consolidado		Controladora	
	30/09/05	30/06/05	30/09/05	30/06/05
Financiamento de comércio exterior	523.634	830.152	-	407.258
Capital de giro	184.854	334.919	-	-
	708.488	1.165.071	-	407.258

Captados a longo prazo

	Consolidado				Controladora			
	Passivo circulante		Exigível a longo prazo		Passivo circulante		Exigível a longo prazo	
	30/09/05	30/06/05	30/09/05	30/06/05	30/09/05	30/06/05	30/09/05	30/06/05
Operações no exterior								
Empréstimos e financiamentos em:								
Dólar norte-americano	894.793	908.057	2.810.233	2.816.000	702.753	673.260	1.824.179	2.171.642
Outras	7.559	9.168	42.714	45.537	7.014	8.158	38.439	40.984
Títulos em dólares norte-americanos	27.311	225.698	2.025.138	2.322.205	-	-	-	-
Securitização de exportações	178.863	169.114	810.820	905.804	-	-	-	-
Notas perpétuas	-	-	167.634	164.354	-	-	-	-
Encargos decorridos	37.497	155.190	-	-	18.714	38.895	-	-
	1.146.023	1.467.227	5.856.539	6.253.900	728.481	720.313	1.862.618	2.212.626
Operações no país								
Indexados por TJLP, TR e IGP-M	179.567	175.120	337.933	312.604	18.421	19.257	20.166	21.774
Cesta de moedas	3.393	3.531	21.096	23.173	199	153	452	537
Empréstimos em dólares norte-americanos	246.356	261.626	607.562	742.635	1.694	1.791	412	895
Debêntures não conversíveis em ações	667	705	318.253	327.979	667	705	11	12
Encargos decorridos	51.657	58.470	4.269	6.854	741	392	-	-
	481.640	499.452	1.289.113	1.413.245	21.722	22.298	21.041	23.218
	1.627.663	1.966.679	7.145.652	7.667.145	750.203	742.611	1.883.659	2.235.844

- (a) Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 2,2222 em 30/09/05 (R\$ 2,3504 em 30/06/05).
- (b) Em 30 de setembro de 2005, nossos empréstimos e financiamentos consolidados apresentavam as seguintes garantias:
- Avais recebidos da União no valor de R\$ 310, para os quais oferecemos contragarantia;
 - Programa de securitização de recebíveis no valor de R\$ 1.000;
 - Bens do imobilizado no valor de R\$ 321;
 - Outros ativos no valor de R\$ 483.
- (c) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos dos empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem em 30/09/05 ao seguinte escalonamento:

	Consolidado		Controladora	
2006	334.972	5%	74.666	4%
2007	973.151	14%	388.015	21%
2008	1.209.702	17%	388.248	21%
2009 em diante	4.141.955	57%	1.032.730	54%
Sem data de vencimento (notas perpétuas e debêntures)	485.872	7%	-	-
	7.145.652	100%	1.883.659	100%

Os valores estimados de mercado dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, obtidos através do valor presente às taxas de juros disponíveis em 30/09/05, apresentam-se próximos ao valor contábil.

- (d) Em março de 2002 a Companhia, através da sua controlada Vale Overseas Limited, efetuou a operação de captação de recursos de US\$ 300 milhões com juros de 8,625% a.a., através da emissão de bônus com vencimento em 08/03/07, prorrogável até setembro de 2008. Em dezembro de 2004, através de oferta pública, a Companhia recomprou US\$ 186.996 mil de principal das notas em circulação pagando US\$ 1.117,34 para cada US\$ 1.000,00 de principal em títulos. Esses títulos são garantidos pela Vale com proteção de risco político e encontram-se registrados junto a *US Securities and Exchange Commission - SEC*, bem como listados na Luxembourg Stock Exchange.
- (e) Em agosto de 2003 a Vale Overseas Limited precificou oferta de bônus de US\$ 300 milhões com prazo de dez anos. Os bônus possuem cupom de 9,00% ao ano e pagamentos semestrais de juros. Eles são obrigações não garantidas e não subordinadas da Vale Overseas Limited e contam com a garantia completa e incondicional da Vale.
- (f) Em janeiro 2004 a Vale Overseas Limited lançou US\$ 500 milhões de bônus com vencimento em 2034. Os títulos têm cupom de 8,25% ao ano com pagamento semestral. Eles são obrigações não garantidas e não subordinadas da Vale Overseas Limited e contam com a garantia completa e incondicional da CVRD.

6.14- Passivos Contingentes

Na data das informações trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos contingentes:

- (a) Provisões para contingências e depósitos judiciais (registrados no exigível a longo prazo e no realizável a longo prazo, respectivamente), considerados pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos como suficientes para cobrir perdas em processos judiciais de qualquer natureza, como segue:

	Consolidado				Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências		Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	30/09/05	30/06/05	30/09/05	30/06/05	30/09/05	30/06/05	30/09/05	30/06/05
Contingências tributárias	1.258.365	1.186.589	2.101.426	2.035.662	803.921	731.196	1.739.001	1.650.033
Contingências trabalhistas e previdenciárias	335.519	312.872	597.149	613.755	242.286	236.166	497.342	504.636
Reclamações cíveis	251.209	245.321	543.215	498.829	187.794	180.207	418.595	420.053
Outras	8.325	24.172	59.779	118.383	8.116	24.938	19.212	37.268
Total	1.853.418	1.768.954	3.301.569	3.266.629	1.242.117	1.172.507	2.674.150	2.611.990

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião da Diretoria Jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

Tributárias - referem-se, principalmente, à ação de inconstitucionalidade da CPMF, compensação de imposto de renda com créditos e outras relativas a ICMS.

Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem principalmente em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias.

Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados relativas a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos.

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes no montante de R\$ 1.020.762 (R\$ 1.690.808 no consolidado) em 30/09/05 para os quais com base no prognóstico de nossos advogados não há provisões constituídas.

- (b) Avais e garantias concedidos pela Companhia a empresas controladas de controle compartilhado, conforme abaixo:

Coligada	Valor da garantia	Moeda corrente	Propósito	Vencimento	Contra-garantias
	30/09/05				
SAMARCO	5.416	US\$	garantia de dívida IFC	2008	Nenhuma
VALESUL	345	R\$	garantia de dívida BNDES	2007	Nenhuma

A Companhia tem a expectativa de que tais garantias não serão executadas, portanto não há passivos registrados. Pela concessão de garantia a Valesul não cobramos encargos.

- (c) O governo brasileiro, ao ensejo da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, determinou que a Companhia emitisse debêntures participativas, não conversíveis em ações (Debêntures), com a finalidade de garantir aos acionistas pré-privatização, inclusive à União Federal, o direito de participação no faturamento líquido de algumas de suas jazidas minerais e de suas controladas, cujos recursos minerais não foram valorados por ocasião da fixação do preço mínimo das ações da Companhia, objeto do leilão público realizado em 1997.

Foram emitidas 388.559.056 debêntures com valor unitário na data de emissão de R\$ 0,01 (hum centavo de real), cuja atualização se dá de acordo com a variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M, conforme o disposto na escritura de emissão.

Em 04/10/02, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM aprovou o registro da negociação pública das debêntures, cujo pedido foi protocolado pela Companhia em 28/06/02. Desde 28/10/02, as debêntures já podem ser negociadas no mercado secundário.

Os debenturistas têm o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a um percentual das receitas líquidas provenientes de determinados recursos minerais possuídos em maio de 1997 e cobertos pela escritura de emissão.

De acordo com a escritura de emissão, o valor do prêmio deverá ser acrescido de juros até o mês anterior ao do efetivo pagamento, e de 1% no mês em que o recurso for disponibilizado ao debenturista. Em cumprimento ao disposto na escritura de emissão, o pagamento será realizado semestralmente, em março e setembro.

Devido ao início das operações de cobre, iniciou-se a apuração de prêmios referentes a esses direitos minerários. Considerando as vendas de minério de ferro, estima-se que os patamares mencionados na escritura de emissão serão alcançados, aproximadamente, em 2030 e 2020, para os Sistemas Sul e Norte, respectivamente. Com relação aos demais minerais, tais como bauxita e níquel, a previsão de início de exploração é para a segunda metade da década e de acordo com os critérios estabelecidos na escritura de emissão, o pagamento será devido sobre o faturamento líquido das vendas ocorridas a partir do quarto ano seguinte à data da primeira comercialização. A obrigação de efetuar os pagamentos aos debenturistas cessará quando os recursos minerais pertinentes forem esgotados.

Desde 03/10/05 está disponível o pagamento de remuneração das debêntures participativas no valor de R\$ 4.840.

6.15- Custos Ambientais e de Recuperação e Restauração

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais são debitados ao custo de produção ou capitalizados quando incorridos. A Companhia gerencia suas relações com o meio ambiente como um fator estratégico, tendo como premissa o pleno atendimento da legislação aplicável, e as diretrizes e normas internas estabelecidas por seu sistema de gestão ambiental, de pleno acordo com as especificações da Norma ISO 14.001. A Companhia desenvolve programas contínuos que têm por objetivo minimizar o impacto ambiental de suas operações de mineração, bem como reduzir os custos que venham a incorrer com o término das atividades de cada lavra. Em 30/09/05, a provisão para passivos ambientais corresponde ao montante de R\$ 292.273 (R\$ 260.648 em 30/06/05), classificada em "Provisão para passivos ambientais" no exigível a longo prazo. A Companhia adota os conceitos de provisionamento dos custos de fechamento de mina, a saber:

- . Os custos com fechamento de minas passam a ser registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos;
- . As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco; e
- . As estimativas de custos são revistas anualmente, com a conseqüente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

6.16- Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 14 bilhões, equivalente a 1.165.677.168 ações, sendo 749.949.429 ações ordinárias e 415.727.739 ações preferenciais classe "A".

As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para a eleição de membros do Conselho de Administração, e têm prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual de 6%, calculado sobre a parcela de capital constituída por esta classe de ações ou de 3% do valor do patrimônio líquido da companhia que for maior entre eles.

6.17- Ações em Tesouraria

O Conselho de Administração autorizou, nos termos do inciso XV do Art. 13 do Estatuto Social e com base no Art. 30 da Lei nº 6.404/76 e nas Instruções CVM nº 10, de 14/02/80 e 268, de 13/11/97, a aquisição pela Companhia de suas próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento.

Em 30/09/05, estavam em tesouraria 14.145.510 ações ordinárias e 11.803 ações preferenciais, no montante de R\$ 131.318. As ações ordinárias estão em garantia de um empréstimo da nossa controlada Alunorte.

Classe	Ações		Custo de aquisição unitário			Cotação média em	
	Quantidade		Médio	Mínimo	Máximo	30/09/05	30/06/05
	30/09/05	30/06/05					
Preferenciais	11.803	11.803	17,12	4,67	17,47	47,93	47,93
Ordinárias	14.145.510	14.145.510	9,27	6,69	17,36	56,13	56,13
	14.157.313	14.157.313					

6.18- Remuneração aos Acionistas

Em 29/04/05 foi feito pagamento da primeira parcela de remuneração mínima aos acionistas no valor total de R\$ 1.279.000, equivalente a R\$ 1,11 por ação ordinária ou preferencial em circulação na forma de juros sobre capital próprio, sendo R\$ 1.278.513 relativos à remuneração adicional proposta do exercício de 2004 e R\$ 1.387 relativos ao exercício de 2005.

6.19- Resultado Financeiro

Controladora

	9M/05			9M/04		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(49.463)	289.425	239.962	(92.518)	(2.070)	(94.588)
Empréstimos e financiamentos internos	(16.550)	68.284	51.734	(16.911)	6.281	(10.630)
Partes relacionadas	(205.406)	659.117	453.711	(151.439)	54.756	(96.683)
	(271.419)	1.016.826	745.407	(260.868)	58.967	(201.901)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(118.325)	(9.354)	(127.679)	(82.492)	(91.786)	(174.278)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	(3.264)	(546)	(3.810)	(6.986)	(2.005)	(8.991)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro)	(8.662)	7.198	(1.464)	(4.642)	846	(3.796)
CPMF	(61.293)	-	(61.293)	(55.000)	-	(55.000)
Outras	(72.067)	371.571	299.504	(185.025)	(282.287)	(467.312)
	(535.030)	1.385.695	850.665	(595.013)	(316.265)	(911.278)
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	42.981	(225.571)	(182.590)	47.087	(170.815)	(123.728)
Aplicações financeiras	40.466	9.782	50.248	11.884	49.693	61.577
Outras	31.904	(39.912)	(8.008)	15.054	(3.565)	11.489
	115.351	(255.701)	(140.350)	74.025	(124.687)	(50.662)
Resultado financeiro líquido	(419.679)	1.129.994	710.315	(520.988)	(440.952)	(961.940)

	3T/05			2T/05			3T/04		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(152.781)	388.288	235.507	(101.289)	780.104	678.815	(132.515)	683.696	551.181
Empréstimos e financiamentos internos	(18.959)	129.667	110.708	(54.481)	235.822	181.341	(53.640)	172.097	118.457
Partes relacionadas	(5.500)	758	(4.742)	16.459	4.124	20.583	(10.392)	139.389	128.997
	(177.240)	518.713	341.473	(139.311)	1.020.050	880.739	(196.547)	995.182	798.635
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(65.724)	30.752	(34.972)	(31.575)	(18.697)	(50.272)	(38.618)	(33.910)	(72.528)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	3.106	741	3.847	(5.878)	2.637	(3.241)	(11.701)	7.383	(4.318)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro, alumínio e alumina)	(172.567)	13.380	(159.187)	16.198	41.964	58.162	(60.936)	6.570	(54.366)
CPMF	(34.536)	-	(34.536)	(46.111)	-	(46.111)	(21.754)	-	(21.754)
Outras	(62.542)	(94.612)	(157.154)	(40.815)	(85.525)	(126.340)	(145.950)	(210.471)	(356.421)
	(509.503)	468.974	(40.529)	(247.492)	960.429	712.937	(475.506)	764.754	289.248
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	800	(13.174)	(12.374)	(14.186)	(5.169)	(19.355)	21.105	(414.921)	(393.816)
Aplicações financeiras	60.473	(104.074)	(43.601)	51.507	(230.392)	(178.885)	30.868	(165.349)	(134.481)
Outras	4.067	(226.828)	(222.761)	20.816	(453.642)	(432.826)	21.527	(111.003)	(89.476)
	65.340	(344.076)	(278.736)	58.137	(689.203)	(631.066)	73.500	(691.273)	(617.773)
Resultado financeiro líquido	(444.163)	124.898	(319.265)	(189.355)	271.226	81.871	(402.006)	73.481	(328.525)

	9M/05			9M/04		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(334.780)	1.158.793	824.013	(484.462)	(23.508)	(507.970)
Empréstimos e financiamentos internos	(138.010)	354.061	216.051	(172.778)	(8.508)	(181.286)
Partes relacionadas	(16.414)	771	(15.643)	(52.273)	93.773	41.500
	(489.204)	1.513.625	1.024.421	(709.513)	61.757	(647.756)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(128.310)	(11.660)	(139.970)	(82.832)	(91.787)	(174.619)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	1.816	3.307	5.123	(7.357)	(2.004)	(9.361)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro, alumínio e alumina)	(165.552)	52.161	(113.391)	(185.663)	846	(184.817)
CPMF	(104.231)	-	(104.231)	(82.874)	-	(82.874)
Outras	(166.521)	(255.308)	(421.829)	(234.449)	(442.313)	(676.762)
	(1.052.002)	1.302.125	250.123	(1.302.688)	(473.501)	(1.776.189)
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	15.607	(5.236)	10.371	43.988	(246.176)	(202.188)
Aplicações financeiras	155.081	(320.207)	(165.126)	88.781	5.638	94.419
Outras	65.629	(672.838)	(607.209)	55.593	98.891	154.484
	236.317	(998.281)	(761.964)	188.362	(141.647)	46.715
Resultado financeiro líquido	(815.685)	303.844	(511.841)	(1.114.326)	(615.148)	(1.729.474)

6.20- Instrumentos Financeiros - Derivativos

A volatilidade das taxas de juros, das taxas de câmbio e dos preços de commodities são os principais riscos de mercado a que estamos expostos e todos os três são gerenciados através de operações com derivativos. Estas operações são realizadas com o objetivo exclusivo de reduzir nossa exposição ao risco. Não as utilizamos para fins especulativos.

Monitoramos e avaliamos as posições regularmente e ajustamos nossa estratégia sempre de acordo com as condições de mercado. Periodicamente, revisamos os limites e possibilidades de crédito de nossos "parceiros" nessas transações. De acordo com as políticas e práticas estabelecidas para as operações com derivativos, a Administração considera que a ocorrência de situações de risco não previstas são improváveis.

O saldo ativo (passivo) e a oscilação do valor de mercado de instrumentos derivativos financeiros é como segue (as informações trimestrais não foram auditadas):

Consolidado						
3T/05						
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Alumínio	Alumina	Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/06/05	(21.173)	3.719	(69.555)	(127.240)	(50.832)	(265.081)
Liquidação financeira	1.453	(884)	6.122	15.387	16.072	38.150
Despesas financeiras, líquidas	3.397	(292)	(21.382)	(116.147)	(35.036)	(169.460)
Variações monetárias, líquidas	938	(195)	3.668	6.940	2.772	14.123
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/05	(15.385)	2.348	(81.147)	(221.060)	(67.024)	(382.268)
2T/05						
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Alumínio	Alumina	Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/03/05	(30.577)	7.192	(83.661)	(138.303)	(134.046)	(379.395)
Liquidação financeira	10.162	(991)	5.629	22.936	21.657	59.393
Despesas financeiras, líquidas	(4.239)	(1.638)	(1.228)	(28.254)	45.680	10.321
Variações monetárias, líquidas	3.481	(844)	9.705	16.381	15.877	44.600
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/06/05	(21.173)	3.719	(69.555)	(127.240)	(50.832)	(265.081)
3T/04						
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Alumínio	Alumina	Total
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/06/04	(92.449)	3.485	(78.436)	(115.659)	(91.820)	(374.879)
Liquidação financeira	7.613	331	634	-	-	8.578
Despesas financeiras, líquidas	(12.038)	708	(20.246)	(70.150)	(13.948)	(115.674)
Variações monetárias, líquidas	7.585	(252)	6.572	-	-	13.905
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/04	(89.289)	4.272	(91.476)	(185.809)	(105.768)	(468.070)
Controladora						
9M/05						
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Total		
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/04	(9.268)	9.405	(55.406)	(55.269)		
Liquidação financeira	7.354	(2.081)	9.775	15.048		
Despesas financeiras, líquidas	698	(3.953)	(8.663)	(11.918)		
Variações monetárias, líquidas	480	(1.023)	7.198	6.655		
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/05	(736)	2.348	(47.096)	(45.484)		
9M/05						
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Total		
Ganhos e (perdas) não realizados em 31/12/03	(135.977)	15.856	(91.980)	(212.101)		
Liquidação financeira	51.879	(7.413)	4.301	48.767		
Despesas financeiras, líquidas	(3.206)	(4.151)	(4.643)	(12.000)		
Variações monetárias, líquidas	(1.985)	(20)	846	(1.159)		
Ganhos e (perdas) não realizados em 30/09/04	(89.289)	4.272	(91.476)	(176.493)		

As datas de vencimento dos instrumentos acima são como segue:

Ouro.....	Dezembro de 2008
Juros (LIBOR).....	Outubro de 2007
Moedas.....	Dezembro de 2011
Alumina.....	Dezembro de 2008
Alumínio.....	Dezembro de 2008

6.21- Despesas Administrativas e Outras Despesas Operacionais

	Consolidado				Controladora	
	3T/05	2T/05	3T/04	30/09/05	30/09/04	30/09/05
Administrativas						
Pessoal	138.272	102.856	90.757	344.878	298.698	181.687
Consultoria técnica e serviços de infraestrutura e apoio	89.146	85.066	72.633	236.116	194.925	86.366
Propaganda e publicidade	24.422	29.739	14.476	68.761	35.817	67.552
Depreciação	32.572	29.487	27.462	91.866	85.294	41.331
Despesas de viagem	10.116	15.041	6.466	34.161	20.207	29.198
Aluguéis e impostos	6.255	21.014	12.901	39.569	34.531	21.718
Comunidades Indígenas	3.470	5.042	9.315	13.395	16.453	13.395
Outras	28.407	19.347	11.744	69.055	77.719	18.813
	332.660	307.592	245.754	897.801	763.644	460.060
						361.365

	Consolidado				Controladora	
	3T/05	2T/05	3T/04	30/09/05	30/09/04	30/09/05
Outras despesas (receitas) operacionais						
Provisão para contingências	118.333	34.490	76.270	178.461	152.936	81.000
Provisão para perdas com créditos de ICMS	15.515	8.709	93.945	24.224	103.927	-
Provisão para participação no resultado	52.966	59.992	48.304	159.647	154.985	135.000
Doações	9.642	26.588	8.518	42.120	26.626	41.770
Fundo de Pensão	-	17.000	-	17.000	-	17.000
Outras	92.132	72.991	110.090	207.774	145.399	(20.063)
	288.588	219.770	337.127	629.226	583.873	254.707
						410.196

6.22- Venda de Ativos

A Caemi efetuou venda de sua participação na Quebec Cartier Mining Company (QCM) para a Dofasto Inc. por R\$ 297.700 em julho/05.

6.23- Eventos Subseqüentes

Emissão de R\$ 300 milhões em bônus

Em 26/10/05, a Controlada Vale Overseas Limited, emitiu R\$ 300 milhões, em bônus com vencimento em 2034, com remuneração de 7,65% a.a. Estes bônus compõem uma série única juntamente com o valor face de US\$ 500 milhões dos bônus emitidos em janeiro/04 (Vide nota 6.13 (f)), com cupom de 8,25% a.a.

Remuneração aos Acionistas

Em outubro de 2005 foi aprovado o pagamento da segunda parcela de remuneração mínima aos acionistas referente ao exercício de 2005, no valor de US\$ 500 milhões, e o pagamento de remuneração adicional no valor de US\$ 300 milhões. O pagamento da remuneração total aprovada no valor de US\$ 800 milhões, correspondente a US\$ 0,69 por ação, foi efetuado a partir de 31/10/05.

O pagamento da segunda parcela de remuneração mínima, no montante de US\$ 500 milhões foi realizado a partir de 31 de outubro, da seguinte forma:

. R\$ 782.000 a título de juros sobre capital próprio, equivalente a R\$ 0,67 por ação ordinária ou preferencial em circulação. Este valor corresponde a US\$ 346 milhões - US\$ 0,30 por ação ordinária ou preferencial em circulação.

. R\$ 349.350 a título de dividendos, equivalente a R\$ 0,30 por ação ordinária ou preferencial em circulação. Este valor corresponde a US\$ 154 milhões - US\$ 0,13 por ação ordinária ou preferencial em circulação.

A remuneração adicional ao acionista para este ano, no montante de US\$ 300 milhões, equivalente a R\$ 678.810 ou R\$ 0,58 por ação ordinária ou preferencial a título de dividendos. Este valor corresponde a R\$ 0,58 ou US\$ 0,26 por ação ordinária ou preferencial em circulação.

Portanto, em 31/10/05 foi distribuído aos acionistas da CVRD o total de R\$ 1.810.160 equivalente a R\$ 1,57 por ação ordinária ou preferencial em circulação.

Durante o ano de 2005, a CVRD distribuirá aos seus acionistas US\$ 1,300 milhões, o que representa crescimento de 65% relativamente ao valor pago em 2004 e crescimento médio anual de 39% desde 2002.

PARTE III

7- ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Exercício findo em 30 de setembro de 2005

Exercício findo em 30 de setembro de 2005														
	% de participação				Ativo			Passivo		Informações contábeis				
	Total	Votante	Circulante	Realizável a longo prazo	Permanente	Circulante	Exigível a longo prazo	Patrimônio líquido (ajustado)	Vendas líquidas	Custo dos produtos e serviços vendidos	Receitas (despesas) operac.	Resultado não-operac.	IR e CSL	Resultado Lucro líquido (prejuízo) ajustado
Controladas (a)														
Amazon Iron Ore Overseas Co. Ltd.	100,00	100,00	298.633	6.973	2.465.701	241	986.566	1.744.500	-	-	951.028	-	-	-
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A.	51,00	51,00	544.498	869.211	1.068.576	793.228	390.854	1.288.203	1.473.784	(1.033.218)	(141.111)	64	(87.689)	211.830
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	57,03	61,74	452.194	161.752	3.014.988	403.183	1.129.343	2.096.408	1.114.680	(743.989)	74.649	(9)	(76.099)	369.233
Brasilux S.A.	100,00	100,00	3.266	32.902	563	14.123	-	22.608	-	-	(3.822)	-	-	(3.822)
Caemi Mineração e Metalurgia S.A.(b)	60,23	100,00	2.148.415	91.001	1.724.384	842.172	754.831	2.366.797	3.301.542	(1.324.876)	(384.380)	186.294	(540.675)	1.237.905
Companhia Paulista de Ferro Ligas	100,00	100,00	185.644	36.829	3.182	147.468	78.243	(56)	-	-	(27.187)	(1.926)	(5.448)	(34.561)
Companhia Portuária Baía de Sepetiba	100,00	100,00	177.661	5.950	150.035	103.787	-	229.859	134.688	(47.161)	8.818	(274)	(32.261)	63.810
CVRD Overseas Ltd.	100,00	100,00	734.486	810.818	722.762	1.503.433	44.600	720.033	2.127.899	(1.581.766)	(79.182)	-	-	466.951
Dooepar S.A.	100,00	100,00	21.639	308.660	147	18.761	271.967	39.718	-	-	1.359	-	(439)	920
Ferrovia Centro - Atlântica S.A.	100,00	100,00	301.928	122.445	1.241.941	341.984	1.360.897	(36.567)	517.011	(515.833)	(76.633)	-	46	(75.409)
Florestas Rio Doce S.A.	100,00	100,00	55.579	43.220	3.729	28.286	14.038	60.204	-	-	692	-	(5.794)	(5.102)
Itabira Rio Doce Company Limited - ITAOC	100,00	100,00	4.977.822	2.537.668	4.131.038	3.122.403	3.072.838	5.451.287	9.794.624	(7.615.844)	479.598	1.253	1.556	2.661.187
Mineração Taumá Ltda.	100,00	100,00	154	-	995.935	15.690	1.031.000	(50.601)	-	-	(75.961)	-	-	(75.961)
Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAV	100,00	100,00	257.417	38.330	693.339	100.996	604.358	283.742	68.645	(28.489)	29.642	97	(22.296)	47.599
Rio Doce Limited	100,00	100,00	159.300	324.951	353.561	147.425	26.807	663.580	348.078	(372.675)	82.535	-	(1.277)	56.661
Rio Doce International Finance Ltd.	100,00	100,00	1.608.866	2.145.171	5.738	372.317	425.538	2.961.920	-	(16.838)	74.913	-	-	58.075
Rio Doce Manganesse Europe - RDME	100,00	100,00	240.406	-	70.250	92.586	6.418	211.652	394.956	(359.990)	(50.170)	(2.578)	(5.820)	(23.602)
Rio Doce Manganesse Norway AS	100,00	100,00	84.563	-	59.018	34.505	12.646	96.430	67.311	(38.316)	(40.605)	-	-	(31.610)
Rio Doce Mangantes S.A.	100,00	100,00	851.394	179.671	357.553	584.498	99.168	704.962	770.325	(482.591)	(131.033)	(4.996)	(38.178)	113.527
Saldo Metais S.A.	100,00	100,00	399	-	822.999	616	561.072	261.710	-	-	-	-	-	-
TJV - Terminal de Vila Velha S.A.	100,00	99,89	47.927	4.841	54.431	25.053	3.052	79.094	80.396	(52.995)	1.861	-	(10.306)	18.956
Unucum Mineração S.A.	100,00	100,00	97.091	13.270	59.779	48.591	61.595	59.954	133.646	(53.999)	(37.540)	(715)	(15.888)	25.504
Valeoverseas Ltd.	100,00	100,00	33.376	2.051.781	-	33.368	2.051.759	30	-	-	20	-	-	20
Controladas de controle compartilhado (a)														
California Steel Industries, Inc.	50,00	50,00	813.656	5.573	527.448	330.474	333.330	682.873	2.341.402	(2.145.053)	(72.331)	-	(55.835)	68.183
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBASCO	50,00	50,00	167.600	56.298	218.398	190.973	87.722	163.801	568.790	(393.013)	(13.554)	91	(65.981)	96.333
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS	50,89	51,00	230.537	45.657	68.675	146.040	52.257	146.572	556.747	(365.668)	(20.483)	604	(59.296)	111.904
Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	50,90	51,00	218.050	58.289	68.615	160.649	51.269	133.036	517.269	(351.503)	(24.425)	364	(52.311)	89.424
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	51,00	51,11	332.548	64.609	118.096	278.107	33.197	203.949	824.417	(603.787)	(37.003)	-	(67.855)	115.772
Gulf Industrial Investment Co.-GIC	50,00	50,00	288.653	-	109.823	84.875	11.111	282.490	707.434	(390.168)	(99.378)	-	-	217.888
Minas da Serra Geral S.A. - MSG	50,00	50,00	21.166	12.590	96.403	1.965	30.162	98.032	12.651	(8.436)	(15.101)	994	(202)	(10.094)
Mineração Rio do Norte S.A.	40,00	40,00	167.094	404.852	970.476	543.590	93.674	905.158	724.388	(355.728)	14.584	(7.846)	(37.445)	337.953
MRS Logística S.A.	29,35	28,75	713.907	275.730	1.016.665	723.897	563.721	718.684	1.252.594	(686.232)	(89.388)	(25.728)	(146.395)	304.851
Samarco Mineração S.A.	50,00	50,00	552.035	97.708	1.015.884	489.783	215.566	960.278	1.719.139	(552.624)	(127.011)	(127)	(171.760)	867.617
Valeco Alumínio S.A.	54,51	54,51	183.476	60.262	124.796	73.003	29.439	286.092	360.056	(333.737)	452	1.498	(16.464)	11.805
Biovale Mineração	50,00	100,00	36.297	-	54.704	1.127	-	89.874	21.694	(33.680)	(17.254)	-	(2.432)	(1.672)
Nova Era Silicon S.A.	49,00	49,00	24.617	12.293	45.111	22.162	30.415	29.444	68.179	(55.225)	(14.971)	(7)	(128)	(2.152)

Observações:

- (a) Os montantes acima correspondem aos totais apresentados nas demonstrações contábeis dessas empresas em 30 de setembro de 2005 e não somente à parcela incluída no consolidado da Companhia.
(b) As demonstrações contábeis da Caemi são consolidadas e inclui R\$ 112.092 de participação de minoritários e ganho de capital de R\$ 297.700 na venda de investimento na QCM, na rubrica de resultado não operacional.

8- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

8.1- Vendas Consolidadas de Minério de Ferro e Pelotas - Principais Mercados (Não Auditada)

Em milhões de toneladas

	Trimestres						Acumulado			
	3T/05	%	2T/05	%	3T/04	%	30/09/05	%	30/09/04	%
MERCADO EXTERNO										
ÁSIA										
CHINA	14,9	23	12,3	20	12,1	20	38,7	21	30,5	18
CORÉIA DO SUL	2,9	5	1,3	2	3,2	5	6,7	4	8,1	5
FILIPINAS	0,7	1	1,1	2	0,9	1	2,8	2	2,7	2
JAPÃO	6,2	10	6,6	11	5,4	9	18,6	10	17,0	10
TAIWAN	1,0	2	0,9	1	1,1	2	3,1	2	3,2	2
OUTROS	0,3	-	0,3	-	0,1	-	1,3	1	1,2	1
	26,0	41	22,5	36	22,8	37	71,2	40	62,7	38
EUROPA										
ALEMANHA	6,3	10	6,5	11	6,8	11	18,7	10	18,4	11
ESPAÑA	0,9	1	1,1	2	0,9	1	2,9	2	3,1	2
FRANÇA	3,0	5	3,0	5	3,2	5	8,6	5	9,0	5
INGLATERRA	1,2	2	1,5	2	0,9	1	4,0	2	1,8	1
ITÁLIA	3,1	5	3,4	6	2,3	4	8,7	5	7,2	4
OUTROS	4,9	8	5,1	8	5,5	9	15,1	8	14,7	9
	19,4	31	20,6	34	19,6	31	58,0	32	54,2	32
AMÉRICA										
ARGENTINA	1,2	2	1,1	2	1,3	2	3,5	2	3,5	2
ESTADOS UNIDOS	0,9	1	1,1	2	1,1	2	3,3	2	3,6	2
OUTROS	1,3	2	1,8	3	1,6	3	4,9	3	4,7	3
	3,4	5	4,0	7	4,0	7	11,7	7	11,8	7
ÁFRICA/OR.MÉDIO/OCEANIA										
BAHRAIN	1,0	2	1,0	2	1,2	2	2,8	2	2,8	2
OUTROS	2,6	4	2,2	4	2,2	4	6,7	4	6,1	4
	3,6	6	3,2	6	3,4	6	9,5	6	8,9	6
	52,4	83	50,3	83	49,8	81	150,4	85	137,6	83
BRASIL	11,6	17	11,4	17	11,2	19	34,2	15	31,9	17
	64,0	100	61,7	100	61,0	100	184,6	100	169,5	100

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Vale do Rio Doce
Rio de Janeiro – RJ

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais – ITR da Companhia Vale do Rio Doce, controladora e consolidado, referentes ao trimestre e ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2005, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e sob a responsabilidade da Administração da Companhia, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado e o relatório de desempenho.
2. Exceto quanto ao mencionado no parágrafo 3, nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas empresas investidas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e suas empresas investidas.
3. Não foram revisadas por auditores independentes as demonstrações contábeis, em 30 de setembro de 2005, de certas empresas controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas, nas quais são mantidos investimentos relevantes. Dessa forma, as conclusões alcançadas em nossa revisão não abrangem R\$7.682.593 mil desses investimentos e R\$1.055.479 mil dos ganhos produzidos no trimestre findo naquela data.
4. Baseados em nossa revisão especial, exceto pelos efeitos de eventuais ajustes que poderiam ser requeridos caso as demonstrações contábeis das sociedades mencionadas no parágrafo 3 tivessem sido revisadas por auditores independentes, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais obrigatórias.
5. Nossa revisão especial foi conduzida com o objetivo de emitirmos relatório sobre as informações trimestrais referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa (controladora e consolidado), que estão sendo apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Companhia e suas empresas investidas, não são requeridas como parte das informações trimestrais. As demonstrações do fluxo de caixa foram submetidas aos procedimentos de revisão descritos no parágrafo 2 e não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nessas demonstrações, para que as mesmas estejam adequadamente apresentadas em relação às informações contábeis trimestrais.
6. Anteriormente, revisamos os balanços patrimoniais, controladora e consolidado, levantados em 30 de junho de 2005 e as demonstrações do resultado correspondentes ao trimestre e ao período de seis meses findos em 30 de setembro de 2004, apresentados para fins de comparação, compondo o resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2004, sobre os quais emitimos relatórios de revisão especial, datados de 10 de agosto de 2005 e 10 de novembro de 2004, respectivamente, com ressalva quanto à não revisão por auditores independentes das demonstrações contábeis de certas empresas controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas. Adicionalmente, a demonstração do resultado correspondente ao trimestre findo em 31 de março de 2004, apresentada para fins de comparação, compondo o resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2004, foi revisada por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 7 de maio de 2004, com ressalva quanto à não revisão por auditores independentes das demonstrações contábeis de certas empresas controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2005

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-SP 011609/O-S-RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC-RJ 036206/O

10- MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DOS COMITÊS DE ASSESSORAMENTO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO FISCAL, DA DIRETORIA EXECUTIVA E DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sérgio Ricardo Silva Rosa
Presidente

Arlindo Magno de Oliveira

Eduardo Fernando Jardim Pinto

Erik Persson

Francisco Augusto da Costa e Silva

Jaques Wagner

Hiroshi Tada

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Oscar Augusto de Camargo Filho

Renato da Cruz Gomes

Jorge Luiz Pacheco

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comitê de Controladoria

Antonio José de Figueiredo Ferreira
Inácio Clemente da Silva
Paulo Roberto Ferreira de Medeiros

Comitê de Desenvolvimento Executivo

Arlindo Magno de Oliveira
João Moisés de Oliveira
Olga Nietta Loffredi
Oscar Augusto de Camargo Filho

Comitê Estratégico

Roger Agnelli
Gabriel Stoliar
Cézar Manoel de Medeiros
José Roberto Mendonça de Barros
Luciano Coutinho

Comitê Financeiro

Roger Agnelli
Fábio de Oliveira Barbosa
Rômulo de Mello Dias
Wanderlei Viçoso Fagundes
Ivan Luiz Modesto Schara

Comitê de Governança e Ética

Renato da Cruz Gomes
Ricardo Simonsen
Ricardo Carvalho Giambroni

CONSELHO FISCAL

José Bernardo de Medeiros Neto

Marcelo Amaral Moraes

Aníbal Moreira dos Santos

Joaquim Vieira Ferreira Levy

Diretoria Executiva

Roger Agnelli
Diretor-Presidente

Murilo Pinto de Oliveira Ferreira
Diretor Executivo da Área de Participações e Desenvolvimento de Negócios

José Carlos Martins
Diretor Executivo da Área de Ferrosos

Carla Grasso
Diretora Executiva de Recursos Humanos e Serviços Corporativos

José Lancaster
Diretor Executivo da Área de Não-Ferrosos

Fábio de Oliveira Barbosa
Diretor Executivo de Finanças e Relação com Investidores

Gabriel Stoliar
Diretor Executivo de Planejamento e Gestão

Guilherme Rodolfo Laager
Diretor Executivo da Área de Logística

Marcus Vinícius Dias Severini
Gerente Geral de Controladoria
Contador CRC-RJ 093982/O-3

Otto de Souza Marques Junior
Diretor do Departamento de Controladoria

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS – 30/09/2005

CAEMI (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
MINÉRIO DE FERRO	ton (mil)	9.560	9.949	10.737		30.246	7.855	7.407	9.311	9.446	34.019
	ton (mil)	1.946	2.388	2.673		7.007	1.941	2.851	2.525	2.349	9.666
	ton (mil)	11.506	12.337	13.410		37.253	9.796	10.258	11.836	11.795	43.685
	US\$	22,49	39,40	38,69		33,80	18,95	22,68	21,63	22,50	21,48
	US\$	17,91	32,29	26,63		26,14	14,14	14,62	15,33	17,62	15,44
	US\$	21,71	38,02	36,30		32,36	18,00	20,44	20,28	21,53	20,14
BAUXITA REFRATÁRIA	ton (mil)	-	-	-		-	19	-	-	-	19
	ton (mil)	-	-	-		-	1	-	-	-	1
	ton (mil)	-	-	-		-	20	-	-	-	20
	US\$	-	-	-		-	148,20	-	-	-	148,20
	US\$	-	-	-		-	158,00	-	-	-	158,00
	US\$	-	-	-		-	148,67	-	-	-	148,67
CAULIM	ton (mil)	253	267	253		773	169	175	170	156	670
	ton (mil)	29	29	32		90	18	18	20	18	74
	ton (mil)	282	296	285		863	187	193	190	174	744
	US\$	167,32	175,04	175,68		172,72	153,64	161,84	161,44	164,46	160,28
	US\$	197,76	202,59	212,12		204,42	210,17	184,56	200,15	235,06	207,29
	US\$	170,45	177,74	178,81		175,71	159,08	163,94	165,51	171,86	164,97
SERVIÇOS DE TRANSPORTE (*)	ton (mil)	25.190	27.196	28.059		80.445	21.819	24.314	25.632	26.333	98.098
	ton (mil)	25.190	27.196	28.059		80.445	21.819	24.314	25.632	26.333	98.098
	US\$	6,75	6,93	8,15		7,30	5,29	5,05	5,36	5,65	5,35
	US\$	6,75	6,93	8,15		7,30	5,29	5,05	5,36	5,65	5,35
	US\$	302,148	251,929	241,930		241,930	264,849	240,950	253,802	254,404	254,404
	US\$	24,289	16,404	5,398		5,398	17,506	12,747	8,704	5,740	5,740
	US\$	326,437	268,333	247,328		247,328	282,355	253,697	262,506	260,144	260,144
	R\$	1.462,327	1.941,515	2.366,797		2.366,797	1.093,177	1.264,784	1.440,263	1.299,998	1.299,998
	R\$	791,929	1.443,115	1.272,292		3.507,336	600,043	708,137	791,505	798,288	2.897,973
	R\$	(425,534)	(469,499)	(492,784)		(1.387,817)	(329,928)	(303,719)	(369,268)	(355,774)	(1.358,689)
	R\$	(96,083)	(97,241)	(103,935)		(297,259)	(58,450)	(72,877)	(72,442)	(134,543)	(338,312)
	R\$	79,166	75,302	86,620		241,088	45,016	46,239	47,218	60,051	198,524
	R\$	349,478	951,677	762,193		2.063,348	256,681	377,780	397,013	368,022	1.399,496
	R\$	(79,166)	(75,302)	(86,620)		(241,088)	(45,016)	(46,239)	(47,218)	(60,051)	(198,524)
	R\$	270,312	876,375	675,573		1.822,260	211,665	331,541	349,795	307,971	1.200,972
	R\$	-	-	297,700		297,700	-	-	-	-	-
	R\$	7,401	30,261	(26,769)		10,893	4,709	1,416	(4,606)	(9,508)	(7,989)
	R\$	6,735	(99,285)	(58,028)		(150,578)	(19,576)	(18,750)	(41,415)	(42,375)	(122,116)
	R\$	284,448	807,351	888,476		1.980,275	196,798	314,207	303,774	256,088	1.070,867
	R\$	(93,354)	(256,398)	(231,782)		(581,534)	(67,048)	(108,211)	(98,650)	(78,044)	(351,953)
	R\$	(28,764)	(77,048)	(55,024)		(160,836)	(21,163)	(34,389)	(29,645)	(26,886)	(112,083)
	R\$	162,330	473,905	601,670		1.237,905	108,587	171,607	175,479	151,158	606,831

Área de Alumínio - Albras (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME	ton (mil)	104	106	106		316	94	115	96	108	413
Quantidade vendida -MI	ton (mil)	5	4	6		15	3	4	5	5	17
Quantidade vendida-total	ton (mil)	109	110	112		331	97	119	101	113	430
Preço médio - ME	US\$	1.787,71	1.819,42	1.754,44		1.787,19	1.565,46	1.626,62	1.644,42	1.728,79	1.643,55
Preço médio - MI	US\$	1.860,15	1.874,87	1.588,67		1.755,48	1.618,11	1.660,01	1.700,23	1.787,36	1.701,90
Preço médio-total	US\$	1.790,92	1.821,74	1.745,56		1.785,75	1.567,28	1.627,72	1.647,09	1.731,32	1.645,86
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	171.996	152.240	132.411		132.411	319.259	263.992	243.995	202.426	202.426
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	23.126	142.494	189.705		189.705	-	-	-	-	-
Endividamento bruto total	US\$	195.122	294.734	322.116		322.116	319.259	263.992	243.995	202.426	202.426
Patrimônio líquido	R\$	1.168.783	1.308.065	1.288.203		1.288.203	834.690	1.028.215	1.143.038	1.076.202	1.076.202
Receita líquida	R\$	520.606	495.887	457.291		1.473.784	442.246	587.060	494.300	542.256	2.065.862
Custo de produtos	R\$	(352.950)	(347.478)	(332.790)		(1.033.218)	(257.968)	(345.548)	(288.688)	(392.178)	(1.284.382)
Outras despesas/receitas	R\$	(28.479)	(20.104)	(27.808)		(76.391)	(30.335)	(26.362)	(16.525)	(39.212)	(112.434)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	15.497	17.308	17.167		49.972	16.327	16.468	16.902	17.185	66.882
EBITDA	R\$	154.674	145.613	113.860		414.147	170.270	231.618	205.989	128.051	735.928
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(15.497)	(17.308)	(17.167)		(49.972)	(16.327)	(16.468)	(16.902)	(17.185)	(66.882)
EBIT	R\$	139.177	128.305	96.693		364.175	153.943	215.150	189.087	110.866	669.046
Baixa de ativos	R\$	-	-	-		-	(4.949)	646	(145)	(629)	(5.077)
Resultado financeiro líquido	R\$	(23.676)	51.258	(92.238)		(64.656)	(100.561)	(49.206)	(59.007)	31.420	(177.354)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	115.501	179.563	4.455		299.519	48.433	166.590	129.935	141.657	486.615
IR/CSL	R\$	(23.012)	(40.280)	(24.397)		(87.689)	(53.603)	26.935	(15.111)	(2.388)	(44.167)
Resultado do período	R\$	92.489	139.283	(19.942)		211.830	(5.170)	193.525	114.824	139.269	442.448

Área de Alumínio - Alunorte (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME	ton (mil)	395	366	404		1.165	439	343	487	414	1.683
Quantidade vendida -MI	ton (mil)	263	249	271		783	231	212	216	218	877
Quantidade vendida-total	ton (mil)	658	615	675		1.948	670	555	703	632	2.560
Preço médio - ME	US\$	244,47	249,98	239,25		244,39	204,29	234,99	225,85	230,49	223,23
Preço médio - MI	US\$	231,66	234,08	204,17		222,92	207,14	210,68	206,77	221,70	211,52
Preço médio-total	US\$	239,35	241,38	225,17		235,76	205,30	225,71	222,76	227,46	219,99
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	463.697	454.423	546.318		546.318	360.762	350.874	333.550	402.458	402.458
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	33.143	-	33.652		33.652	90.004	64.135	57.680	9.155	9.155
Endividamento bruto total	US\$	496.840	454.423	579.970		579.970	450.766	415.009	391.230	411.613	411.613
Patrimônio líquido	R\$	1.727.554	2.042.051	2.096.408		2.096.408	970.319	1.243.699	1.432.074	1.636.985	1.636.985
Receita líquida	R\$	406.704	350.888	357.088		1.114.680	384.835	375.161	448.134	385.819	1.593.949
Custo de produtos	R\$	(237.859)	(235.776)	(270.354)		(743.989)	(238.121)	(207.398)	(279.515)	(230.991)	(956.025)
Outras despesas/receitas	R\$	(18.903)	(13.848)	(1.403)		(34.154)	(12.070)	(10.699)	(11.736)	(17.215)	(51.720)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	22.815	22.170	20.885		65.870	19.004	19.878	21.712	22.736	83.330
EBITDA	R\$	172.757	123.434	106.216		402.407	153.648	176.942	178.595	160.349	669.534
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(22.815)	(22.170)	(20.885)		(65.870)	(19.004)	(19.878)	(21.712)	(22.736)	(83.330)
EBIT	R\$	149.942	101.264	85.331		336.537	134.644	157.064	156.883	137.613	586.204
Resultado financeiro líquido	R\$	(22.152)	138.235	(7.289)		108.794	(86.599)	(80.399)	34.019	(29.161)	(162.140)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	127.790	239.499	78.042		445.331	48.045	76.665	190.902	108.452	424.064
IR/CSL	R\$	(12.328)	(40.093)	(23.678)		(76.099)	(11.001)	51.642	(2.530)	(34.923)	3.188
Resultado do período	R\$	115.462	199.406	54.364		369.232	37.044	128.307	188.372	73.529	427.252

Área de Alumínio - MRN (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados	2005					2004				
	1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME	1.426	1.461	1.433		4.320	1.106	1.157	1.699	1.715	5.677
Quantidade vendida -MI	2.431	2.972	3.165		8.568	2.198	2.834	2.728	3.016	10.776
Quantidade vendida-total	3.857	4.433	4.598		12.888	3.304	3.991	4.427	4.731	16.453
Preço médio - ME	26,01	26,61	27,23		26,62	22,00	22,70	23,89	25,10	23,64
Preço médio - MI	22,27	22,78	23,31		22,83	18,84	19,43	20,45	21,49	20,14
Preço médio-total	24,14	24,70	25,27		24,74	19,90	20,38	21,77	22,80	21,35
Endividamento bruto contratado a longo prazo	26.209	17.235	7.149		7.149	39.956	59.606	53.275	40.340	40.340
Endividamento bruto contratado a curto prazo	189.191	237.756	215.871		215.871	191.833	171.208	148.665	150.263	150.263
Endividamento bruto total	215.400	254.991	223.020		223.020	231.789	230.814	201.940	190.603	190.603
Patrimônio líquido	849.174	793.951	905.158		905.158	776.584	728.781	879.701	870.021	870.021
Receita líquida	224.543	239.597	260.248		724.388	178.101	241.884	261.556	265.335	946.876
Custo de produtos	(97.810)	(117.745)	(140.173)		(355.728)	(74.584)	(97.803)	(105.217)	(116.379)	(393.983)
Outras despesas/receitas	(5.638)	(6.678)	(4.291)		(16.607)	(3.207)	(2.356)	(11.330)	(8.467)	(25.360)
Depreciação, amortização e exaustão	25.576	25.979	26.543		78.098	25.452	25.521	26.052	26.130	103.155
EBITDA	146.671	141.153	142.327		430.151	125.762	167.246	171.061	166.619	630.688
Depreciação, amortização e exaustão	(25.576)	(25.979)	(26.543)		(78.098)	(25.452)	(25.521)	(26.052)	(26.130)	(103.155)
EBIT	121.095	115.174	115.784		352.053	100.310	141.725	145.009	140.489	527.533
Resultado financeiro líquido	(6.192)	20.883	8.654		23.345	(5.823)	(23.067)	18.484	7.515	(2.891)
Lucro antes do IR/CSL	114.903	136.057	124.438		375.398	94.487	118.658	163.493	148.004	524.642
IR/CSL	(11.939)	(12.277)	(13.229)		(37.445)	(10.712)	(12.030)	(12.572)	(12.949)	(48.263)
Resultado do período	102.964	123.780	111.209		337.953	83.775	106.628	150.921	135.055	476.379

Área de Alumínio - Valesul (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME	ton (mil)	12	12	8		32	15	15	12	12	54
Quantidade vendida -MI	ton (mil)	11	12	12		35	10	10	12	12	44
Quantidade vendida-total	ton (mil)	23	24	20		67	25	25	24	24	98
Preço médio - ME	US\$	1.927,69	2.030,87	1.999,47		1.984,33	1.676,30	1.802,97	1.782,17	1.846,29	1.772,79
Preço médio - MI	US\$	2.578,41	2.674,31	2.565,35		2.606,81	2.240,26	2.214,30	2.330,97	2.435,48	2.312,34
Preço médio-total	US\$	2.494,08	2.216,68	2.339,00		2.348,42	1.903,80	1.969,71	2.063,19	2.137,55	2.016,89
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	287	234	156		156	603	475	434	378	378
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	437	456	461		461	748	503	590	490	490
Endividamento bruto total	US\$	724	690	617		617	1.351	978	1.024	868	868
Patrimônio líquido	R\$	286.773	273.861	266.092		266.092	272.773	253.713	273.304	272.988	272.988
Receita líquida	R\$	127.649	125.658	106.749		360.056	127.513	146.194	135.217	132.245	541.169
Custo de produtos	R\$	(110.835)	(115.305)	(107.597)		(333.737)	(101.823)	(112.509)	(111.915)	(103.767)	(430.014)
Outras despesas/receitas	R\$	260	2.958	(3.078)		140	(3.473)	(7.424)	1.013	(5.709)	(15.593)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	3.622	3.673	3.397		10.692	3.923	4.158	3.814	3.656	15.551
EBITDA	R\$	20.696	16.984	(529)		37.151	26.140	30.419	28.129	26.425	111.113
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(3.622)	(3.673)	(3.397)		(10.692)	(3.923)	(4.158)	(3.814)	(3.656)	(15.551)
EBIT	R\$	17.074	13.311	(3.926)		26.459	22.217	26.261	24.315	22.769	95.562
Resultado financeiro líquido	R\$	3.269	(1.886)	427		1.810	866	1.149	1.575	1.335	4.925
Lucro antes do IR/CSL	R\$	20.343	11.425	(3.499)		28.269	23.083	27.410	25.890	24.104	100.487
IR/CSL	R\$	(6.558)	(5.638)	(4.268)		(16.464)	(5.659)	(6.472)	(6.299)	(6.465)	(24.895)
Resultado do período	R\$	13.785	5.787	(7.767)		11.805	17.424	20.938	19.591	17.639	75.592

Área de Pelotização - Hispanobras (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
ton (mil)	Quantidade vendida - ME	500	459	320		1.279	425	99	246	442	1.212
	Quantidade vendida - MI	620	550	730		1.900	460	790	795	675	2.720
	Quantidade vendida - total	1.120	1.009	1.050		3.179	885	889	1.041	1.117	3.932
US\$	Preço médio - ME	38,46	69,35	72,19		57,98	32,48	57,40	38,57	39,18	38,20
US\$	Preço médio - MI	38,43	50,85	74,00		55,69	31,18	42,37	37,67	38,62	38,17
US\$	Preço médio - total	38,45	59,27	73,45		56,62	31,83	44,04	37,88	38,84	38,18
R\$	Patrimônio líquido	125.019	189.084	146.572		146.572	94.698	113.301	119.917	114.501	114.501
R\$	Receita líquida	114.014	264.887	177.846		556.747	81.893	121.437	118.855	120.498	442.683
	Custo de produtos	(93.145)	(151.833)	(120.690)		(365.668)	(81.144)	(96.794)	(96.161)	(91.135)	(365.234)
	Outras despesas/receitas	(4.136)	(2.239)	(2.100)		(8.475)	3.291	5.921	(3.873)	(7.115)	(1.776)
	Depreciação, amortização e exaustão	1.091	1.123	651		2.865	2.525	1.102	1.092	1.091	5.810
	EBITDA	17.824	111.938	55.707		185.469	6.565	31.666	19.913	23.339	81.483
	Depreciação, amortização e exaustão	(1.091)	(1.123)	(651)		(2.865)	(2.525)	(1.102)	(1.092)	(1.091)	(5.810)
	EBIT_{LIQ}	16.733	110.815	55.056		182.604	4.040	30.564	18.821	22.248	75.673
R\$	Resultado financeiro líquido	394	(9.301)	(2.497)		(11.404)	(593)	1.253	(5.175)	(2.571)	(7.086)
R\$	Lucro antes do IR/CSL	17.127	101.514	52.559		171.200	3.447	31.817	13.646	19.677	68.587
R\$	IR/CSL	(6.607)	(34.818)	(17.871)		(59.296)	(1.434)	(10.988)	(4.857)	(7.656)	(24.935)
R\$	Resultado do exercício	10.520	66.696	34.688		111.904	2.013	20.829	8.789	12.021	43.652

Área de Pelotização - Itabrasco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	769	730	670		2.169	762	903	486	674	2.825
Quantidade vendida - MI	ton (mil)	176	230	340		746	-	105	260	407	772
Quantidade vendida - total	ton (mil)	945	960	1.010		2.915	762	1.008	746	1.081	3.597
Preço médio - ME	US\$	39,14	71,97	73,16		60,70	32,84	43,39	39,02	39,15	38,78
Preço médio - MI	US\$	39,40	73,27	73,78		65,51	-	38,29	39,33	39,28	39,16
Preço médio - total	US\$	39,18	72,29	73,37		61,93	32,84	42,86	39,13	39,20	38,86
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	3.980	8.658	-		-	557	7.931	567	-	-
Endividamento bruto total	US\$	3.980	8.658	-		-	557	7.931	567	-	-
Patrimônio líquido	R\$	93.593	157.459	133.036		133.036	65.673	79.100	83.819	89.407	89.407
Receita líquida	R\$	98.767	246.386	172.146		517.299	72.293	132.327	86.404	117.273	408.297
Custo de produtos	R\$	(83.745)	(144.813)	(122.945)		(351.503)	(70.203)	(110.634)	(71.500)	(101.464)	(353.801)
Outras despesas/receitas	R\$	(5.513)	(3.487)	(6.640)		(15.640)	(283)	3.538	(4.404)	(7.332)	(8.481)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	107	311	1.503		1.921	498	622	597	491	2.208
EBITDA	R\$	9.616	98.397	44.064		152.077	2.305	25.853	11.097	8.968	48.223
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(107)	(311)	(1.503)		(1.921)	(498)	(622)	(597)	(491)	(2.208)
EBIT	R\$	9.509	98.086	42.561		150.156	1.807	25.231	10.500	8.477	46.015
Equivalência patrimonial	R\$	-	-	129		129	-	-	-	170	170
Resultado financeiro líquido	R\$	(1.446)	(909)	(6.195)		(8.550)	(14)	(1.015)	(1.805)	1.258	(1.576)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	8.063	97.177	36.495		141.735	1.793	24.216	8.695	9.905	44.609
IR/CSL	R\$	(3.879)	(33.311)	(15.121)		(52.311)	(679)	(8.767)	(3.976)	(4.317)	(17.739)
Resultado do período	R\$	4.184	63.866	21.374		89.424	1.114	15.449	4.719	5.588	26.870

Área de Pelotização - Kobrasco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	597	980	782		2.359	617	437	852	549	2.455
Quantidade vendida - MI	ton (mil)	662	329	400		1.391	623	460	320	544	1.947
Quantidade vendida - total	ton (mil)	1.259	1.309	1.182		3.750	1.240	897	1.172	1.093	4.402
Preço médio - ME	US\$	38,08	71,48	75,54		64,37	34,27	38,04	37,94	38,20	37,09
Preço médio - MI	US\$	39,32	73,80	71,98		56,87	33,26	39,59	38,96	39,36	37,40
Preço médio - total	US\$	38,73	72,26	74,34		61,66	33,76	38,84	38,22	38,77	37,24
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	87.228	69.632	49.241		49.241	96.512	92.206	87.344	83.166	83.166
Endividamento bruto total	US\$	87.228	69.632	49.241		49.241	96.512	92.206	87.344	83.166	83.166
Patrimônio líquido	R\$	77.945	144.269	163.601		163.601	14.633	15.341	44.033	67.268	67.268
Receita líquida	R\$	130.246	230.800	207.744		568.790	121.982	105.641	135.138	118.048	480.809
Custo de produtos	R\$	(97.776)	(152.162)	(143.075)		(393.013)	(106.312)	(92.233)	(107.020)	(95.834)	(401.399)
Outras despesas/receitas	R\$	(9.421)	(12)	(27.215)		(36.648)	2.210	8.290	(4.827)	(3.141)	2.532
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	2.286	2.309	2.428		7.023	2.269	2.279	2.286	2.286	9.120
EBITDA	R\$	25.335	80.935	39.882		146.152	20.149	23.977	25.577	21.359	91.062
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(2.286)	(2.309)	(2.428)		(7.023)	(2.269)	(2.279)	(2.286)	(2.286)	(9.120)
EBIT	R\$	23.049	78.626	37.454		139.129	17.880	21.698	23.291	19.073	81.942
Resultado financeiro líquido	R\$	(3.412)	22.858	3.739		23.185	(3.769)	(20.954)	21.078	16.936	13.291
Lucro antes do IR/CSL	R\$	19.637	101.484	41.193		162.314	14.111	744	44.369	36.009	95.233
IR/CSL	R\$	(8.962)	(35.160)	(21.859)		(65.981)	(5.555)	(36)	(15.678)	(12.772)	(34.041)
Resultado do período	R\$	10.675	66.324	19.334		96.333	8.556	708	28.691	23.237	61.192

Área de Pelotização - Nibrasco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
ton (mil)	Quantidade vendida - ME	675	627	827		2.129	563	803	776	833	2.975
	Quantidade vendida - MI - CVRD	996	1.149	1.000		3.145	1.327	903	899	779	3.908
	Quantidade vendida - MI - Outros	35	34	35		104	33	33	31	30	127
	Quantidade vendida - total	1.706	1.810	1.827		5.378	1.923	1.739	1.706	1.642	7.010
US\$	Preço médio - ME	37,13	64,94	86,42		64,47	31,45	34,49	40,37	36,40	35,98
US\$	Preço médio - MI	37,77	68,70	106,16		70,82	31,51	35,96	37,51	37,40	35,09
US\$	Preço médio - total	37,51	67,39	97,22		66,94	31,49	33,23	38,84	36,90	34,98
US\$	Endividamento bruto contratado a longo prazo	3.584	4.067	4.301		4.301	-	-	3.343	3.614	3.614
US\$	Endividamento bruto contratado a curto prazo	-	-	-		-	1.200	-	-	-	-
US\$	Endividamento bruto total	3.584	4.067	4.301		4.301	1.200	-	3.343	3.614	3.614
R\$	Patrimônio líquido	174.274	154.264	203.949		203.949	115.823	128.711	143.243	161.421	161.421
R\$	Receita líquida	185.388	326.254	312.775		824.417	188.081	201.815	216.426	186.261	792.583
R\$	Custo de produtos	(156.223)	(237.686)	(209.878)		(603.787)	(170.722)	(172.775)	(183.788)	(142.879)	(670.164)
R\$	Outras despesas/receitas	(4.148)	(4.460)	(16.738)		(25.346)	7.031	12.290	(5.527)	(21.831)	(8.037)
R\$	Depreciação, amortização e exaustão	1.400	1.766	1.998		5.164	2.490	2.250	1.419	1.417	7.576
R\$	EBITDA	26.417	85.874	88.157		200.448	26.880	43.580	28.530	22.968	121.958
R\$	Depreciação, amortização e exaustão	(1.400)	(1.766)	(1.998)		(5.164)	(2.490)	(2.250)	(1.419)	(1.417)	(7.576)
R\$	EBIT	25.017	84.108	86.159		195.284	24.390	41.330	27.111	21.551	114.382
R\$	Resultado financeiro líquido	(1.193)	(2.808)	(7.656)		(11.657)	(380)	(85)	(3.512)	7.794	3.817
R\$	Lucro antes do IR/CSL	23.824	81.300	78.503		183.627	24.010	41.245	23.599	29.345	118.199
R\$	IR/CSL	(10.969)	(28.068)	(28.818)		(67.855)	(9.318)	(12.803)	(9.067)	(11.167)	(42.355)
R\$	Resultado do período	12.855	53.232	49.685		115.772	14.692	28.442	14.532	18.178	75.844

Área de Pelotização - Samarco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
ton (mil)	Quantidade vendida - Pelotas	3.297	3.024	3.666		9.987	3.462	3.177	3.264	3.918	13.821
	Quantidade vendida - Minério de ferro	239	431	407		1.077	497	471	688	367	2.023
US\$	Preço médio - Pelotas	43,88	76,50	80,98		67,38	39,31	39,11	38,89	40,62	39,54
US\$	Preço médio - Minério de ferro	31,04	32,18	38,68		34,38	16,88	19,66	21,78	21,28	19,99
US\$	Endividamento bruto contratado a longo prazo	51.856	42.249	41.753		41.753	21.400	46.067	42.067	58.300	58.300
US\$	Endividamento bruto contratado a curto prazo	156.449	139.796	155.508		155.508	173.753	152.845	139.007	140.503	140.503
US\$	Endividamento bruto total	208.305	182.045	197.261		197.261	195.153	198.912	181.074	198.803	198.803
R\$	Patrimônio líquido	766.718	934.777	960.278		960.278	625.633	557.528	661.925	569.025	569.025
R\$	Receita líquida	410.681	611.776	696.682		1.719.139	372.919	404.208	423.799	479.900	1.680.826
R\$	Custo de produtos	(167.808)	(175.655)	(209.161)		(552.624)	(165.160)	(154.345)	(172.591)	(217.391)	(709.487)
R\$	Outras despesas	(27.954)	(74.243)	(18.806)		(121.003)	(30.828)	(45.910)	(42.137)	(54.813)	(173.688)
R\$	Depreciação, amortização e exaustão	11.426	11.726	14.998		38.150	11.373	11.744	12.744	12.008	47.869
R\$	EBITDA (*)	226.345	373.604	483.713		1.083.662	188.304	215.697	221.815	219.704	845.520
R\$	Depreciação, amortização e exaustão	(11.426)	(11.726)	(14.998)		(38.150)	(11.373)	(11.744)	(12.744)	(12.008)	(47.869)
R\$	EBIT_y	214.919	361.878	468.715		1.045.512	176.931	203.953	209.071	207.696	797.651
R\$	Equivalência patrimonial	6.705	8.521	10.455		25.681	11.109	(4.762)	19.788	(785)	25.350
R\$	Resultado financeiro líquido	13.204	694	(45.714)		(31.816)	(4.618)	(53.845)	41.281	2.441	(14.741)
R\$	Lucro antes do IR/CSL	234.828	371.093	433.456		1.039.377	183.422	145.346	270.140	209.352	808.260
R\$	IR/CSL	(37.135)	(60.045)	(74.580)		(171.760)	(31.058)	(18.267)	(58.247)	(396)	(107.968)
R\$	Resultado do período	197.693	311.048	358.876		867.617	152.364	127.079	211.893	208.956	700.292

Área de Pelotização - GILC (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	710	1.058	893		2.661	906	683	1.003	1.092	3.684
Preço médio - ME	US\$	88,06	118,15	109,34		107,16	52,68	58,27	55,78	54,82	55,19
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	10.000	10.000	5.000		5.000	20.000	20.000	25.000	25.000	25.000
Endividamento bruto total	US\$	10.000	10.000	5.000		5.000	20.000	20.000	25.000	25.000	25.000
Patrimônio líquido	R\$	302.732	327.589	282.490		282.490	221.358	239.629	245.145	239.453	239.453
Receita líquida	R\$	166.812	320.533	220.089		707.434	138.158	121.300	166.624	185.011	611.093
Custo de produtos	R\$	(101.650)	(155.898)	(132.620)		(390.168)	(103.595)	(101.937)	(131.123)	(137.183)	(473.838)
Outras despesas/receitas	R\$	(3.251)	(46.137)	(23.004)		(72.392)	(11.268)	(9.109)	(9.802)	(16.058)	(46.237)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	1.756	1.681	1.627		5.064	1.893	2.008	1.992	1.870	7.763
EBITDA	R\$	63.667	120.179	66.092		249.938	25.188	12.262	27.691	33.640	98.781
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(1.756)	(1.681)	(1.627)		(5.064)	(1.893)	(2.008)	(1.992)	(1.870)	(7.763)
EBIT⁷⁴	R\$	61.911	118.498	64.465		244.874	23.295	10.254	25.699	31.770	91.018
Ganho/perda na conversão de moedas	R\$	(69)	(15.559)	3.260		(12.368)	110	1.779	(3.817)	(5.515)	(7.443)
Resultado financeiro líquido	R\$	398	96	(15.112)		(14.618)	(229)	(463)	42	103	(547)
Resultado do exercício	R\$	62.240	103.035	52.613		217.888	23.176	11.570	21.924	26.358	83.028

Área de Manganês e Ferroligas - RDM (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
ton (mil)	Quantidade vendida -ME - Ferroligas	34	57	50		141	37	31	39	38	145
	Quantidade vendida -MI - Ferroligas	36	41	33		110	45	47	40	42	174
	Quantidade vendida-total	70	98	83		251	82	78	79	80	319
	Quantidade vendida -ME - Manganês	355	312	419		1.086	213	350	465	421	1.449
	Quantidade vendida -MI - Manganês	69	68	76		213	72	72	61	78	283
	Quantidade vendida-total	424	380	495		1.299	285	422	526	499	1.732
US\$	Preço médio - ME - Ferroligas	1.477,75	799,63	599,86		892,31	713,01	1.006,84	1.151,05	1.229,41	1.028,98
	Preço médio - MI - Ferroligas	1.010,90	1.385,38	717,24		1.062,38	700,76	1.038,88	1.484,10	1.496,32	1.164,20
	Preço médio-total	1.237,52	1.049,97	646,53		966,84	706,34	1.026,72	1.316,89	1.366,98	1.101,56
	Preço médio - ME - Manganês	71,67	79,40	78,23		76,42	44,98	48,51	56,12	72,01	57,26
	Preço médio - MI - Manganês	72,19	72,64	76,16		73,75	45,15	55,80	54,94	53,41	52,25
	Preço médio-total	72,10	73,80	77,91		75,98	45,02	49,76	55,98	69,10	56,44
US\$	Endividamento bruto contratado a longo prazo	8.167	47.949	49.634		49.634	12.361	10.705	11.919	11.331	11.331
	Endividamento bruto contratado a curto prazo	33.687	-	-		-	40.135	33.797	33.057	31.402	31.402
	Endividamento bruto total	41.854	47.949	49.634		49.634	52.496	44.502	44.976	42.733	42.733
R\$	Patrimônio líquido	684.388	708.553	704.962		704.962	657.722	751.433	879.256	866.779	866.779
	Receita líquida	278.912	274.851	216.562		770.325	178.314	265.252	350.360	355.899	1.149.825
	Custo de produtos	(144.693)	(182.020)	(155.878)		(482.591)	(110.687)	(110.988)	(137.187)	(166.475)	(525.337)
	Outras despesas/receitas	(13.036)	(33.637)	(57.147)		(103.820)	(25.763)	(23.025)	(38.393)	(73.153)	(160.334)
	Depreciação, amortização e exaustão	6.187	6.652	6.164		19.003	5.545	5.293	6.745	5.942	23.525
	EBITDA	127.370	65.846	9.701		202.917	47.409	136.532	181.525	122.213	487.679
	Depreciação, amortização e exaustão	(6.187)	(6.652)	(6.164)		(19.003)	(5.545)	(5.293)	(6.745)	(5.942)	(23.525)
	EBIT	121.183	59.194	3.537		183.914	41.864	131.239	174.780	116.271	464.154
	Baixa de ativos	1.984	(1.742)	-		242	-	-	184	(6.593)	(6.409)
	Resultado financeiro líquido	1.073	(26.429)	(7.095)		(32.451)	2.741	5.163	(14.834)	(12.716)	(19.646)
	Lucro antes do IR/CSL	124.240	31.023	(3.558)		151.705	44.605	136.402	160.130	96.962	438.099
	IR/CSL	(31.287)	(6.857)	(34)		(38.178)	(5.829)	(42.691)	(41.643)	(24.634)	(114.797)
	Resultado do período	92.953	24.166	(3.592)		113.527	38.776	93.711	118.487	72.328	323.302

Área de Manganês e Ferroligas - Urucum (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -ME - Ferro	ton (mil)	222	263	279		764	127	106	254	172	659
Quantidade vendida -MI - Ferro	ton (mil)	1	-	4		5	-	3	-	46	49
Quantidade vendida-total	ton (mil)	223	263	283		769	127	109	254	218	708
Quantidade vendida -ME - Manganês	ton (mil)	26	50	7		83	22	4	39	56	121
Quantidade vendida -MI - Manganês	ton (mil)	64	48	48		160	50	62	52	50	214
Quantidade vendida-total	ton (mil)	90	98	55		243	72	66	91	106	335
Quantidade vendida -ME - Ferroligas	ton (mil)	5	4	2		11	4	4	4	3	15
Quantidade vendida -MI - Ferroligas	ton (mil)	-	-	2		2	1	-	-	-	1
Quantidade vendida-total	ton (mil)	5	4	4		13	5	4	4	3	16
Preço médio - ME - Ferro	US\$	17,89	32,72	34,19		28,95	15,05	19,09	19,18	18,45	18,18
Preço médio - MI - Ferro	US\$	2,63	-	23,25		19,13	-	2,28	-	37,13	35,00
Preço médio-total	US\$	17,85	32,72	34,04		28,89	15,05	18,63	19,18	22,39	19,34
Preço médio - ME - Manganês	US\$	115,85	98,34	124,86		106,06	49,84	54,87	45,72	45,33	46,59
Preço médio - MI - Manganês	US\$	72,57	114,52	107,81		95,73	44,19	47,69	55,82	68,27	53,66
Preço médio-total	US\$	85,16	106,27	109,98		99,29	45,92	48,10	51,53	56,10	51,09
Preço médio - ME - Ferroligas	US\$	918,43	775,24	942,00		870,65	564,53	863,73	1.285,47	1.227,89	969,24
Preço médio - MI - Ferroligas	US\$	-	-	210,00		210,00	394,48	-	-	-	394,48
Preço médio-total	US\$	918,43	775,24	576,00		769,01	546,44	863,73	1.285,47	1.227,89	938,29
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	12.391	16.597	18.773		18.773	-	3.014	807	8.058	8.058
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	-	-	-		-	3.577	1.012	1.340	-	-
Endividamento bruto total	US\$	12.391	16.597	18.773		18.773	3.577	4.026	2.147	8.058	8.058
Patrimônio líquido	R\$	45.603	53.519	59.954		59.954	60.621	43.735	54.415	45.754	45.754
Receita líquida	R\$	41.203	50.192	42.251		133.646	21.070	23.911	39.832	39.650	124.463
Custo de produtos	R\$	(18.685)	(18.609)	(16.705)		(53.999)	(11.132)	(10.784)	(14.550)	(19.444)	(55.910)
Outras despesas/receitas	R\$	(4.920)	(10.970)	(8.961)		(24.851)	(4.285)	(3.357)	(7.276)	(21.914)	(36.832)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	1.238	1.215	1.303		3.756	1.005	992	966	1.017	3.980
EBITDA	R\$	18.836	21.828	17.888		58.552	6.658	10.762	18.972	(691)	35.701
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(1.238)	(1.215)	(1.303)		(3.756)	(1.005)	(992)	(966)	(1.017)	(3.980)
EBIT	R\$	17.598	20.613	16.585		54.796	5.653	9.770	18.006	(1.708)	31.721
Baixa de Ativos	R\$	215	(934)	(171)		(890)	(562)	22	(2)	(1.294)	(1.836)
Resultado financeiro líquido	R\$	(862)	(7.028)	(4.624)		(12.514)	(128)	(145)	(1.752)	(1.693)	(3.718)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	16.951	12.651	11.790		41.392	4.963	9.647	16.252	(4.695)	26.167
IR/CSL	R\$	(5.798)	(4.734)	(5.356)		(15.888)	(1.867)	(3.457)	(5.572)	130	(10.766)
Resultado do período	R\$	11.153	7.917	6.434		25.504	3.096	6.190	10.680	(4.565)	15.401

Área de Manganês e Ferroligas - RDME (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - ME - Sinter	Ton (mil)	47	27	11		85	66	86	88	38	278
Quantidade vendida - ME - Manganês	Ton (mil)	45	6	28		79	55	33	68	15	171
Quantidade vendida - ME - Ferroligas	Ton (mil)	50	51	38		139	64	41	47	41	193
Preço Médio - ME - Sinter	US\$	134,00	155,00	157,00		143,65	103,70	108,70	95,68	118,63	104,75
Preço Médio - ME - Manganês	US\$	122,00	139,00	147,93		132,48	73,22	78,16	100,35	83,18	85,84
Preço médio - ME - Ferroligas	US\$	1.049,00	739,00	571,87		804,82	588,12	954,98	1.213,38	1.295,42	968,57
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	2.732	2.367	2.169		2.169	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	14	881	87		87	4	4	4	4	4
Endividamento bruto total	US\$	2.746	3.248	2.256		2.256	3.004	3.004	3.004	3.004	3.004
Patrimônio líquido	R\$	281.403	231.165	211.652		211.652	194.179	206.893	245.746	278.712	278.712
Receita líquida	R\$	181.526	126.629	86.801		394.956	146.972	165.435	208.483	166.802	687.692
Custo de produtos	R\$	(151.958)	(120.506)	(87.526)		(359.990)	(134.464)	(155.673)	(133.591)	(114.832)	(538.560)
Outras despesas/receitas	R\$	(7.383)	(7.115)	(6.475)		(20.973)	(3.332)	(8.631)	(23.849)	(3.047)	(38.859)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	3.051	2.653	2.504		8.208	2.918	3.007	5.237	4.847	16.009
EBITDA	R\$	25.236	1.661	(4.696)		22.201	12.094	4.138	56.280	53.770	126.282
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(3.051)	(2.653)	(2.504)		(8.208)	(2.918)	(3.007)	(5.237)	(4.847)	(16.009)
EBIT	R\$	22.185	(992)	(7.200)		13.993	9.176	1.131	51.043	48.923	110.273
Ganho/ perdas na conversão de moedas	R\$	8	(844)	(1.312)		(2.148)	(18)	(657)	(1.008)	(4.774)	(6.457)
Resultado financeiro líquido	R\$	(11)	35	(29.651)		(29.627)	2.318	-	4	69	2.391
Lucro antes do IR/CSL	R\$	22.182	(1.801)	(38.163)		(17.782)	11.479	477	50.042	44.221	106.207
IR/CSL	R\$	(7.950)	(158)	2.288		(5.820)	(29)	(30)	(23)	(12.797)	(12.879)
Resultado do exercício	R\$	14.232	(1.959)	(35.875)		(23.602)	11.450	447	50.019	31.424	93.328

Área de Siderurgia - CSI (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida - total	ton (mil)	448	428	459		1.335	566	530	558	452	2.106
Preço médio - total	US\$	746,28	709,09	627,27		693,44	419,00	539,53	694,15	748,56	592,97
Patrimônio líquido	R\$	776.618	762.004	682.873		682.873	629.306	754.072	785.282	822.210	822.210
Receita líquida	R\$	905.683	756.016	679.703		2.341.402	674.606	879.168	1.157.415	945.371	3.656.560
Custo de produtos	R\$	(776.459)	(702.942)	(665.652)		(2.145.053)	(654.582)	(711.791)	(854.203)	(769.665)	(2.990.241)
Outras despesas/receitas	R\$	(18.796)	(7.023)	(11.076)		(36.895)	411	(424)	(1.638)	22	(1.629)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	18.054	14.958	16.598		49.610	19.709	18.141	18.605	17.352	73.807
EBITDA	R\$	128.482	61.009	19.573		209.064	40.144	185.094	320.179	193.080	738.497
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(18.054)	(14.958)	(16.598)		(49.610)	(19.709)	(18.141)	(18.605)	(17.352)	(73.807)
EBIT	R\$	110.428	46.051	2.975		159.454	20.435	166.953	301.574	175.728	664.690
Equivalência patrimonial	R\$	-	-	-		-	3.890	3.239	(16.637)	1.825	(7.683)
Ganho/perda na conversão de moedas	R\$	4.975	(12.031)	(5.549)		(12.605)	(374)	2.341	(12.517)	(19.655)	(30.205)
Resultado financeiro líquido	R\$	(9.162)	(7.077)	(6.592)		(22.831)	(15.399)	(34.228)	(51.998)	(13.837)	(115.462)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	106.241	26.943	(9.166)		124.018	8.552	138.305	220.422	144.061	511.340
IR/CSL	R\$	(43.737)	(14.829)	2.731		(55.835)	(3.670)	(55.801)	(95.606)	(66.023)	(221.100)
Resultado do exercício	R\$	62.504	12.114	(6.435)		68.183	4.882	82.504	124.816	78.038	290.240

Área de Logística - Docenave (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Transporte marítimo: Quantidades - Mercado externo:	.Grael	889	881	777		2.547	1.426	1.430	1.047	1.228	5.131
	.Carga geral (Container-TEUS)	9.888	8.845	8.907		27.640	7.444	8.674	10.194	10.991	37.303
	.Serviços portuários	556	804	991		2.351	698	623	617	819	2.757
Transporte marítimo: Quantidades - Mercado interno:	.Grael	345	291	330		966	129	495	573	411	1.608
	.Carga geral (Container-TEUS)	13.826	12.964	14.288		41.078	14.532	15.916	15.895	15.064	61.407
	.Serviços portuários	1.126	968	899		2.993	912	986	1.135	926	3.959
Preços médio - Mercado externo	.Grael	15,55	11,25	14,89		13,86	10,83	11,83	16,47	16,21	13,55
	.Carga geral (Container-TEUS)	616,40	753,31	713,37		691,46	569,99	585,77	605,55	778,73	644,88
	.Serviços portuários	3.453,24	3.075,23	3.112,53		3.180,35	3.005,73	3.321,03	3.414,91	3.063,49	3.185,71
Preços médio - Mercado interno	.Grael	9,88	7,56	7,00		8,20	3,81	8,37	7,23	11,68	8,44
	.Carga geral (Container-TEUS)	817,37	865,17	893,48		858,93	594,62	619,63	681,54	628,98	632,03
	.Serviços portuários	3.449,38	3.931,46	4.362,93		3.879,70	3.003,29	3.294,12	3.376,21	3.019,44	3.186,41
Exigível a longo prazo		387	257	168		168	908	768	639	512	512
Exigível a curto prazo		502	502	502		502	502	502	502	502	502
Total exigível		889	759	670		670	1.410	1.270	1.141	1.014	1.014
Patrimônio líquido		265.580	267.790	283.742		283.742	258.815	297.633	318.692	242.430	242.430
Receita líquida		103.619	86.196	90.220		280.035	95.843	118.536	130.790	129.719	474.888
Custo de serviços		(63.711)	(53.785)	(56.898)		(174.394)	(77.858)	(78.900)	(90.570)	(96.943)	(344.271)
Outras receitas/(despesas)		(4.332)	(992)	(4.779)		(10.103)	(7.670)	(5.949)	(5.223)	(16.963)	(35.805)
Depreciação		2.593	2.359	2.146		7.098	396	2.940	1.711	1.119	6.166
EBITDA		38.169	33.778	30.689		102.636	10.711	36.627	36.708	16.932	100.978
Depreciação		(2.593)	(2.359)	(2.146)		(7.098)	(396)	(2.940)	(1.711)	(1.119)	(6.166)
EBIT		35.576	31.419	28.543		95.538	10.315	33.687	34.997	15.813	94.812
Equivalência patrimonial		-	-	-		-	-	-	-	-	-
Variação cambial s/ PL investimentos no exterior		1.164	(32.937)	(9.552)		(41.325)	-	-	-	-	-
Baixa de ativos		38	(3)	62		97	-	(4)	-	(194)	(198)
Resultado financeiro líquido		3.755	11.395	5.688		20.838	13.111	13.976	(6.453)	(9.211)	11.423
Lucro antes do IR/CSLL		40.533	9.874	24.741		75.148	23.426	47.659	28.544	6.408	106.037
IR/CSLL		(11.097)	(7.664)	(8.788)		(27.549)	(3.759)	(1.121)	(7.485)	(1.837)	(14.202)
Resultado do período		29.436	2.210	15.953		47.599	19.667	46.538	21.059	4.571	91.835

Área de Logística - FCA (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2005					2004				
		1T	2T	3T	4T	Acumulado	1T	2T	3T	4T	Acumulado
Quantidade vendida -MI	ton (mil)	6.103	7.416	7.616		21.135	5.807	6.943	6.931	7.086	26.767
Preço médio - MI	R\$	26,20	30,09	31,18		29,36	22,77	24,95	26,19	24,99	24,81
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	126.802	135.643	133.603		133.603	110.691	106.705	108.645	134.044	134.044
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	-	-	-		-	17.713	17.849	18.291	-	-
Endividamento bruto total	US\$	126.802	135.643	133.603		133.603	128.404	124.554	126.936	134.044	134.044
Patrimônio líquido	R\$	23.610	39.630	(36.567)		(36.567)	108.025	81.852	72.660	38.841	38.841
Receita líquida	R\$	131.331	187.382	198.298		517.011	112.859	142.963	151.559	145.436	552.817
Custo de produtos	R\$	(147.696)	(175.948)	(192.189)		(515.833)	(130.325)	(132.242)	(150.482)	(158.507)	(571.556)
Outras despesas/receitas	R\$	95	(16.502)	(53.402)		(69.809)	3.783	(12.829)	(13.279)	(21.628)	(43.953)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	12.832	15.009	17.932		45.773	10.003	9.401	11.797	13.634	44.835
EBITDA	R\$	(3.438)	9.941	(29.361)		(22.858)	(3.680)	7.293	(405)	(21.065)	(17.857)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(12.832)	(15.009)	(17.932)		(45.773)	(10.003)	(9.401)	(11.797)	(13.634)	(44.835)
EBIT	R\$	(16.270)	(5.068)	(47.293)		(68.631)	(13.683)	(2.108)	(12.202)	(34.699)	(62.692)
Resultado financeiro líquido	R\$	1.038	21.043	(28.905)		(6.824)	(12.019)	(24.065)	3.010	881	(32.193)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	(15.232)	15.975	(76.198)		(75.455)	(25.702)	(26.173)	(9.192)	(33.818)	(94.885)
IR/CSL	R\$		46	-		46	-	-	-	-	-
Resultado do período	R\$	(15.232)	16.021	(76.198)		(75.409)	(25.702)	(26.173)	(9.192)	(33.818)	(94.885)

Parecer dos auditores independentes

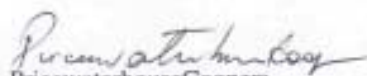
Aos Administradores e Acionistas
Companhia Vale do Rio Doce

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Vale do Rio Doce e os balanços patrimoniais consolidados da Companhia Vale do Rio Doce e suas controladas e controladas de controle compartilhado em 31 de dezembro de 2003 e de 2002 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Companhia Vale do Rio Doce e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da administração da companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. Os exames das demonstrações contábeis de certas empresas controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas, identificadas na Nota 10.10, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes e nosso parecer, no que se refere aos valores desses investimentos e aos lucros por eles produzidos, nos montantes de R\$ 3.433 milhões e R\$ 864 milhões, respectivamente (2002 - R\$ 2.413 milhões de investimentos e R\$ 401 milhões de lucros), está baseado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Com base em nossos exames e nos pareceres de responsabilidade de outros auditores independentes, somos de parecer que as demonstrações contábeis por nós examinadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Vale do Rio Doce e suas controladas e controladas de controle compartilhado em 31 de dezembro de 2003 e de 2002 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da Companhia Vale do Rio Doce dos exercícios findos nessas datas, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

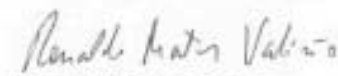
Companhia Vale do Rio Doce

- 4 Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa (controladora e consolidado), do valor adicionado (controladora e consolidado), do balanço social (controladora) e do resultado por segmentos de negócios (consolidado), apresentados para propiciar informações suplementares, não são requeridos como parte integrante das demonstrações contábeis. As demonstrações do fluxo de caixa (controladora e consolidado), do valor adicionado (controladora e consolidado), do balanço social (controladora) e do resultado por segmentos de negócios (consolidado) foram submetidos aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentados em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2004


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Otavio Cassou Maia
Contador CRC 1SP158611/O-8 "S" RJ


Ronaldo Matos Valério
Contador CRC 1RJ069958/O

Anexo A – Estatuto Social da Companhia

[página intencionalmente deixada em branco]



ESTATUTO SOCIAL

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

Art. 1º - A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, abreviadamente CVRD, é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - A sociedade tem por objeto:

- I.** realizar o aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e no exterior, através da pesquisa, exploração, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais;
- II.** construir ferrovias, operar e explorar o tráfego ferroviário próprio ou de terceiros;
- III.** construir e operar terminais marítimos próprios ou de terceiros, bem como explorar as atividades de navegação e de apoio portuário;
- IV.** prestar serviços de logística integrada de transporte de carga, compreendendo a captação, armazenagem, transbordo, distribuição e entrega no contexto de um sistema multimodal de transporte;
- V.** produzir, beneficiar, transportar, industrializar e comercializar toda e qualquer fonte e forma de energia, podendo, ainda, atuar na produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos;
- VI.** exercer, no País ou no exterior, outras atividades que possam interessar, direta ou indiretamente, à realização do objeto social, inclusive pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação, bem como a exploração, industrialização e comercialização de recursos florestais e a prestação de serviços de qualquer natureza;
- VII.** constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades cujos objetos sociais sejam direta ou indiretamente, vinculados, acessórios ou instrumentais ao seu objeto social.

Art. 3º - A sociedade tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo, para melhor desempenho de suas atividades, criar sucursais, filiais, depósitos, agências, armazéns, escritórios de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimento no País e no exterior.

Art. 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 5º - O capital social é de R\$19.492.400.974,56 (dezenove bilhões, quatrocentos e noventa e dois milhões, quatrocentos mil, novecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) correspondendo a 2.459.657.058 (dois bilhões, quatrocentas e cinquenta e nove milhões, seiscentas e cinquenta e sete mil e cinquenta e oito) ações escriturais, sendo R\$9.007.032.395,62 (nove bilhões, sete milhões, trinta e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos) divididos em 1.499.898.858 (um bilhão, quatrocentas e noventa e nove milhões, oitocentas e noventa e oito mil e oitocentas e cinquenta e oito) ações ordinárias e R\$10.485.368.578,94 (dez bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e oito mil, quinhentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos), divididos em 959.758.200 (novecentas e cinquenta e nove milhões, setecentas e cinquenta e oito mil e duzentas) ações preferenciais classe “A”, incluindo 06 (seis) de classe especial, todas sem valor nominal.

- § 1º - As ações são ordinárias e preferenciais. As ações preferenciais são das classes "A" e “especial”.
- § 2º - As ações preferenciais da classe especial pertencerão exclusivamente à União Federal. Além dos demais direitos que lhe são expressa e especificamente atribuídos no presente Estatuto Social, as ações preferenciais da classe especial terão os mesmos direitos das ações preferenciais classe "A".
- § 3º - Cada ação ordinária, cada ação preferencial classe “A” e cada ação preferencial de classe especial dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais, respeitado o disposto no § 4º a seguir.
- § 4º - As ações preferenciais das classes "A" e especial terão os mesmos direitos políticos das ações ordinárias, com exceção do voto para a eleição dos membros do Conselho de Administração, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º do **Art. 11** a seguir, bem como o direito de eleger e destituir, um membro do Conselho Fiscal e o respectivo suplente.
- § 5º - Os titulares das ações preferenciais das classes “A” e especial terão direito de participar do dividendo a ser distribuído calculado na forma do Capítulo VII, de acordo com o seguinte critério:
 - a) prioridade no recebimento dos dividendos mencionados neste §5º correspondente a (i) no mínimo 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, calculado com base nas demonstrações financeiras levantadas que serviram como referência para o pagamento dos dividendos ou (ii) 6% (seis por cento) calculado sobre a parcela do capital constituída por essa classe de ação, o que for maior entre eles;
 - b) direito de participar dos lucros distribuídos, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de a estas assegurado

dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com a alínea “a” acima; e

c) direito de participar de eventuais bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias, observada a prioridade estabelecida para a distribuição de dividendos.

§ 6º - As ações preferenciais adquirirão o exercício pleno e irrestrito do direito de voto se a sociedade deixar de pagar, pelo prazo de 03 (três) exercícios sociais consecutivos, os dividendos mínimos conferidos às ações preferenciais, a que fizerem jus nos termos do §5º do **Art. 5º**.

Art. 6º - A sociedade fica autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.800.000.000 (um bilhão e oitocentos milhões) de ações ordinárias e de 3.600.000.000 (três bilhões e seiscentos milhões) de ações preferenciais classe “A”. Dentro do limite autorizado neste Artigo, poderá a sociedade, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais.

§ 1º- O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

§ 2º- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, nos termos estabelecidos na Lei 6.404/76.

§ 3º - Obedecidos os planos aprovados pela Assembléia Geral, a sociedade poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, com ações em tesouraria ou mediante emissão de novas ações, excluindo o direito de preferência para os acionistas.

Art. 7º - A ação de classe especial terá direito de veto sobre as seguintes matérias:

I - alteração da denominação social;

II - mudança da sede social;

III - mudança no objeto social no que se refere à exploração mineral;

IV - liquidação da sociedade;

V - alienação ou encerramento das atividades de qualquer uma ou do conjunto das seguintes etapas dos sistemas integrados de minério de ferro da sociedade: (a) depósitos minerais, jazidas, minas; (b) ferrovias; (c) portos e terminais marítimos;

VI - qualquer modificação dos direitos atribuídos às espécies e classes das ações de emissão da sociedade previstos neste Estatuto Social;

VII - qualquer modificação deste Artigo 7º ou de quaisquer dos demais direitos atribuídos neste Estatuto Social à ação de classe especial.

CAPÍTULO III - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 8º - A Assembléia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Conselho de Administração.

§ 1º - É competência da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre as matérias objeto do **Art. 7º**.

§ 2º - O acionista titular da ação de classe especial será convocado formalmente pela sociedade, através de correspondência pessoal dirigida ao seu representante legal, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para apreciar as matérias objeto do **Art. 7º**.

§ 3º - Em caso de ausência do titular da ação de classe especial na Assembléia Geral convocada para esse fim ou em caso de abstenção de seu voto, as matérias objeto do **Art. 7º** serão consideradas aprovadas pelo detentor da referida classe especial.

Art. 9º - A Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária será presidida pelo Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração da sociedade, e secretariada pelo Secretário do Conselho de Administração designado na forma do **§14 do Art. 11**.

Parágrafo Único - Nos casos de ausência ou impedimento temporário do Presidente ou do Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Assembléia Geral dos Acionistas será presidida pelos seus respectivos suplentes, ou na ausência ou impedimentos dos mesmos, por Conselheiro especialmente indicado pelo Presidente do Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10 - A administração da sociedade competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

§1º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

§2º - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

- §3º - A remuneração global e anual dos administradores será fixada pela assembléia geral, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. O Conselho de Administração distribuirá a remuneração fixada pela assembléia geral entre os seus membros e os membros da Diretoria Executiva.
- §4º - O Conselho de Administração será assessorado por órgãos técnicos e consultivos, denominados Comitês, regulados conforme **Seção II – Dos Comitês** adiante.

SEÇÃO I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Subseção I - Da Composição

Art. 11 - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, será eleito pela assembléia geral e composto por 11 (onze) membros titulares e respectivos suplentes, acionistas da sociedade, sendo um deles o Presidente do Conselho e outro o Vice-Presidente.

- §1º - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.
- §2º - Nos termos do Artigo 141 da Lei 6.404/76, terão direito de eleger e destituir 01 (um) membro e seu suplente do Conselho de Administração, em votação em separado na assembléia geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares, respectivamente:
- I - de ações ordinárias, que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto; e
 - II - de ações preferenciais, que representem, pelo menos, 10% (dez por cento) do capital social.
- §3º - Verificando-se que nem os titulares de ações ordinárias e nem os titulares de ações preferenciais perfizeram, respectivamente, o quorum exigido nos **incisos I e II** do §2º acima, ser-lhes-á facultado agregar suas ações para elegerem em conjunto um membro e seu suplente para o Conselho de Administração, observando-se, nessa hipótese, o quorum exigido pelo **inciso II** do §2º deste Artigo.
- §4º - Somente poderão exercer o direito previsto no §2º deste Artigo, os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária ali exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da assembléia geral que eleger membros do Conselho de Administração.

- §5º - Dentre os 11 (onze) membros titulares e respectivos suplentes do Conselho de Administração, 01 (um) membro e seu suplente, serão eleitos e/ou destituídos, em votação em separado, pelo conjunto de empregados da sociedade.
- §6º - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre os Conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a assembléia geral que os eleger.
- §7º - Em caso de impedimento ou ausência temporária, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, o qual, no período de substituição, terá atribuições idênticas às do Presidente, cabendo, entretanto, ao membro suplente do Presidente, o exercício do direito de voto na condição de Conselheiro.
- §8º - Ocorrendo vacância do cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, o Conselho de Administração elegerá seus substitutos na primeira reunião a ser realizada após a vacância.
- §9º - Em seus impedimentos ou ausências temporárias, os Conselheiros serão substituídos pelos respectivos suplentes.
- §10 - No caso de vacância do cargo de Conselheiro ou de seu suplente, o substituto poderá ser nomeado pelos membros remanescentes, e servirá até a primeira assembléia geral, que deliberará sobre a sua eleição. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, será convocada assembléia geral para proceder nova eleição para os cargos vagos.
- §11 - Sempre que a eleição para o Conselho de Administração se der pelo regime de voto múltiplo previsto no Artigo 141 da Lei nº 6.404/1976, a Presidência da assembléia geral deverá informar aos acionistas presentes que as ações que elegerem um membro do Conselho de Administração, utilizando o direito de votação em separado, de que tratam os §§2º e 3º deste **Art. 11**, não poderão participar do regime de voto múltiplo e, evidentemente, não participarão do cálculo do respectivo quorum. Após a realização da votação em separado é que apurar-se-á, definitivamente, o coeficiente para fins do procedimento de voto múltiplo.
- §12- Com exceção dos membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos em votação em separado, respectivamente, pelo conjunto de empregados da sociedade e pelos titulares de ações preferenciais, conforme **inciso II, §2º** deste **Art. 11**, sempre que a eleição para o Conselho de Administração for realizada pelo regime de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração, titular ou suplente, pela assembléia geral, implicará na destituição dos demais membros do Conselho de Administração, procedendo-se, conseqüentemente, à nova eleição; nos demais casos de vaga, não havendo suplente, a primeira assembléia geral procederá à nova eleição de todo o Conselho.

§13- Sempre que, cumulativamente, a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais ou conjunto de empregados exercerem a prerrogativa prevista nos §§ 2º, 3º e 5º acima, será assegurado a acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que 50% (cinquenta por cento) das ações com direito de voto, o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de conselheiros previsto no “**caput**” deste **Art. 11**.

§14 - O Conselho de Administração terá um Secretário, designado pelo Presidente do Conselho de Administração, que será, necessariamente, um empregado ou administrador da sociedade, em cuja ausência ou impedimento será substituído por outro empregado ou administrador que o Presidente do Conselho de Administração designar.

Subseção II - Do Funcionamento

Art. 12 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente deste órgão ou ainda por quaisquer 02 (dois) Conselheiros em conjunto.

Art. 13 - As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros e estes somente deliberarão mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes.

§1º - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração que, após lidas e aprovadas pelos conselheiros presentes às reuniões, serão assinadas em número suficiente por quantos bastem para constituir a maioria necessária à aprovação das matérias examinadas.

§2º - O Secretário será o responsável pela lavratura, distribuição, arquivamento e guarda das respectivas atas de reunião do Conselho de Administração, bem como pela emissão de extratos das atas e certificados das deliberações do Conselho de Administração.

Subseção III - Das Atribuições

Art. 14 - Compete ao Conselho de Administração:

- I.** eleger, avaliar e destituir, a qualquer tempo, os Diretores Executivos da sociedade, e fixar-lhes as suas atribuições;
- II.** distribuir a remuneração fixada pela assembléia geral entre os seus membros e os da Diretoria Executiva;

- III.** atribuir a um Diretor Executivo a função de Relações com os Investidores;
- IV.** deliberar sobre as políticas de seleção, avaliação, desenvolvimento e remuneração dos membros da Diretoria Executiva;
- V.** deliberar sobre as políticas gerais de recursos humanos da sociedade propostas pela Diretoria Executiva;
- VI.** fixar a orientação geral dos negócios da sociedade, suas subsidiárias integrais e sociedades controladas;
- VII.** deliberar sobre as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da sociedade propostos, anualmente, pela Diretoria Executiva;
- VIII.** deliberar sobre os orçamentos anual e plurianual da sociedade, propostos pela Diretoria Executiva;
- IX.** acompanhar e avaliar o desempenho econômico-financeiro da sociedade, podendo solicitar à Diretoria Executiva, relatórios com indicadores de desempenho específicos;
- X.** deliberar sobre oportunidades de investimento e/ou desinvestimento propostas pela Diretoria Executiva que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria Executiva definidos pelo Conselho de Administração;
- XI.** manifestar-se sobre operações de fusão, cisão, incorporação em que a sociedade seja parte, bem como sobre aquisições de participações acionárias propostas pela Diretoria Executiva;
- XII.** observado o disposto no **Art. 2º** deste Estatuto Social, deliberar sobre a constituição de sociedades ou a sua transformação em outro tipo de sociedade, a participação ou retirada, direta ou indireta, no capital de outras sociedades, consórcios, fundações e outras entidades, através do exercício do direito de retirada, do exercício ou renúncia de direitos de preferência na subscrição e na aquisição, direta ou indiretamente, de participações societárias, ou de qualquer outra forma de participação ou retirada admitida em lei, nela incluídas, mas não limitadas às operações de fusão, cisão e incorporação nas sociedades em que participe;
- XIII.** deliberar sobre as políticas de riscos corporativos e financeiras da sociedade propostas pela Diretoria Executiva;
- XIV.** deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real proposta pela Diretoria Executiva;
- XV.** deliberar sobre as contas da Diretoria Executiva, consubstanciadas no Relatório Anual de Administração, bem como sobre as Demonstrações Financeiras, para posterior encaminhamento à apreciação da assembléia geral ordinária de acionistas;

- XVI.** deliberar sobre a destinação do lucro do exercício, a distribuição de dividendos e, quando necessário, o orçamento de capital, propostos pela Diretoria Executiva, para posterior encaminhamento à apreciação da assembléia geral ordinária de acionistas;
- XVII.** escolher e destituir os auditores externos da sociedade, por recomendação do Conselho Fiscal, em conformidade com o inciso (ii) do §1º do Artigo 39;
- XVIII.** nomear e destituir o responsável pela auditoria interna e pela ouvidoria da sociedade, os quais se subordinarão diretamente ao Conselho de Administração;
- XIX.** deliberar sobre as políticas e o plano anual de auditoria interna da sociedade, propostos por seu responsável, bem como tomar conhecimento dos seus relatórios e determinar a adoção de medidas necessárias;
- XX.** fiscalizar a gestão dos Diretores Executivos e examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, de forma a garantir a integridade financeira da sociedade;
- XXI.** deliberar sobre as alterações nas regras de governança corporativa, que incluem mas não se limitam ao processo de prestação de contas e ao processo de divulgação de informações;
- XXII.** deliberar sobre políticas de condutas funcionais pautadas em padrões éticos e morais consubstanciados no código de ética da sociedade, a ser respeitado por todos os administradores e empregados da sociedade, suas subsidiárias e controladas;
- XXIII.** deliberar sobre políticas para evitar conflitos de interesses entre a sociedade e seus acionistas ou seus administradores, bem como sobre a adoção de providências julgadas necessárias na eventualidade de surgirem conflitos dessa natureza;
- XXIV.** deliberar sobre as políticas de responsabilidade institucional da sociedade em especial aquelas referentes a: meio-ambiente, saúde e segurança do trabalho, e responsabilidade social da sociedade propostas pela Diretoria Executiva;
- XXV.** estabelecer alçadas da Diretoria Executiva para aquisição, alienação e oneração de bens do ativo permanente e para a constituição de ônus reais, observado o disposto no **Art. 7º** deste Estatuto Social;
- XXVI.** deliberar sobre prestação de garantias em geral, e estabelecer alçadas da Diretoria Executiva para a contratação de empréstimos e financiamentos e para a celebração de demais contratos;

- XXVII.** estabelecer alçadas da Diretoria Executiva para a celebração de compromissos, renúncia de direitos e transações de qualquer natureza, exceto quanto à renúncia aos direitos de preferência na subscrição e na aquisição de participação societária, nos termos do **inciso XII** deste **Art. 14**;
- XXVIII.** deliberar sobre quaisquer matérias que não são de competência da Diretoria Executiva, nos termos do presente Estatuto Social, bem como matérias cujos limites ultrapassem a alçada estabelecida para a Diretoria Executiva, conforme previsto neste **Art. 14**;
- XXIX.** deliberar sobre quaisquer reformulações, alterações, ou aditamentos de acordos de acionistas, ou de contratos de consórcios, ou entre acionistas ou entre consorciados de sociedades ou consórcios dos quais a sociedade participe e, ainda, a celebração de novos acordos e/ou contratos de consórcios que contemplem matérias desta natureza;
- XXX.** autorizar a negociação, celebração ou alteração de contrato de qualquer espécie ou valor entre a sociedade e (i) seus acionistas, diretamente ou através de sociedades interpostas, (ii) sociedades que participem, direta, ou indiretamente, do capital do acionista controlador ou sejam controladas, ou estejam sob controle comum, por entidades que participem do capital do acionista controlador, e/ou (iii) sociedades nas quais o acionista controlador da sociedade participe, podendo o Conselho de Administração estabelecer delegações, com alçadas e procedimentos, que atendam as peculiaridades e a natureza das operações, sem prejuízo de manter-se o referido colegiado devidamente informado sobre todas as transações da sociedade com partes relacionadas;
- XXXI.** manifestar-se sobre qualquer assunto a ser submetido à assembléia geral de acionistas;
- XXXII.** autorizar a aquisição de ações de sua emissão para manutenção em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação;
- XXXIII.** deliberar sobre recomendações encaminhadas pelo Conselho Fiscal da sociedade decorrentes de suas atribuições legais e estatutárias.

§1º - Caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a indicação, proposta pela Diretoria Executiva, das pessoas que devam integrar órgãos da administração, consultivo e fiscal das sociedades e entidades em que a sociedade tenha participação, inclusive indireta.

§2º- O Conselho de Administração pode, nos casos em que julgar conveniente, delegar a atribuição mencionada no parágrafo anterior à Diretoria Executiva.

SEÇÃO II - DOS COMITÊS

Art. 15 - O Conselho de Administração, para seu assessoramento, contará, em caráter permanente, com 05 (cinco) comitês técnicos e consultivos, a seguir denominados:

Comitê de Desenvolvimento Executivo, Comitê Estratégico, Comitê Financeiro, Comitê de Controladoria e Comitê de Governança e Sustentabilidade.

§1º - O Conselho de Administração, sempre que julgar necessário, poderá criar, ainda, para o seu assessoramento, outros comitês que preencham funções consultivas ou técnicas, que não aquelas previstas para os comitês de caráter permanente de que trata o “*caput*” deste Artigo.

§2º - Os membros dos comitês serão remunerados conforme estabelecido pelo Conselho de Administração, sendo que aqueles que forem administradores da sociedade, não farão jus a percepção de remuneração adicional por participação nos comitês.

Subseção I - Da Missão

Art. 16 - A missão dos comitês é assessorar o Conselho de Administração, inclusive no acompanhamento das atividades da sociedade, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às suas decisões.

Subseção II - Da Composição

Art. 17 - Os membros dos comitês deverão ter notória experiência e capacidade técnica em relação às matérias objeto de responsabilidade do comitê em que participam e estarão sujeitos aos mesmos deveres e responsabilidades legais dos administradores.

Art. 18 - A composição de cada comitê será definida pelo Conselho de Administração.

§1º - Os membros dos comitês serão nomeados pelo Conselho de Administração e poderão ou não pertencer aos órgãos de administração da sociedade.

§2º - O início do prazo de gestão dos membros dos comitês se dará a partir da sua nomeação pelo Conselho de Administração, e o término coincidirá sempre com o término do prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração, permitida a recondução.

§3º - Durante sua gestão, os membros dos comitês poderão ser destituídos do seu mandato pelo Conselho de Administração.

Subseção III - Do Funcionamento

Art. 19 - As normas relativas ao funcionamento de cada comitê serão definidas pelo Conselho de Administração.

§1º - Os comitês instituídos no âmbito da sociedade não terão funções executivas ou caráter deliberativo e seus pareceres e propostas serão encaminhados ao Conselho de Administração para deliberação.

§2º - Os pareceres dos comitês não constituem condição necessária para a apresentação de matérias ao exame e deliberação do Conselho de Administração.

Subseção IV - Das Atribuições

Art. 20 - As principais atribuições dos comitês estão previstas no **Art. 21** e subsequentes, enquanto as atribuições detalhadas serão definidas pelo Conselho de Administração.

Art. 21 - Compete ao Comitê de Desenvolvimento Executivo:

- I** - emitir parecer sobre as políticas gerais de recursos humanos da sociedade propostas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração;
- II** - analisar e emitir parecer ao Conselho de Administração sobre a adequação da remuneração dos membros da Diretoria Executiva;
- III** - propor e manter atualizada a metodologia de avaliação de desempenho dos membros da Diretoria Executiva; e
- IV** - emitir parecer sobre as políticas de responsabilidade institucional da sociedade tais como meio-ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da sociedade apresentadas pela Diretoria Executiva.

Art. 22 - Compete ao Comitê Estratégico:

- I** - emitir parecer sobre as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da sociedade propostos, anualmente, pela Diretoria Executiva;
- II** - emitir parecer sobre os orçamentos de investimentos anual e plurianual da sociedade propostos pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração;
- III** - emitir parecer sobre as oportunidades de investimento e/ou desinvestimento propostas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração;
- IV** - emitir parecer sobre as operações de fusão, cisão e incorporação em que a sociedade e suas controladas sejam parte, bem como sobre aquisições de participações acionárias propostas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração.

Art. 23 - Compete ao Comitê Financeiro:

- I** - emitir parecer sobre as políticas de riscos corporativos e financeiras e sistemas internos de controle financeiro da sociedade;

- II -** emitir parecer sobre a compatibilidade entre o nível de remuneração dos acionistas e os parâmetros estabelecidos no orçamento e na programação financeira anuais, bem como sua consistência com a política geral de dividendos e a estrutura de capital da sociedade.

Art. 24 - Compete ao Comitê de Controladoria:

- I -** propor indicação ao Conselho de Administração do responsável pela auditoria interna da sociedade;
- II -** emitir parecer sobre as políticas e o plano anual de auditoria da sociedade apresentados pelo responsável pela auditoria interna, bem como sobre a sua execução;
- III -** acompanhar os resultados da auditoria interna da sociedade, e identificar, priorizar, e propor ao Conselho de Administração ações a serem acompanhadas junto à Diretoria Executiva;
- IV -** analisar o Relatório Anual de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras da sociedade e fazer recomendação ao Conselho de Administração.

Art. 25 - Compete ao Comitê de Governança e Sustentabilidade:

- I -** avaliar a eficácia das práticas de governança da companhia e de funcionamento do Conselho de Administração, e propor melhorias;
- II -** propor melhorias no código de ética e no sistema de gestão para evitar a ocorrência de conflitos de interesse entre a sociedade e seus acionistas ou administradores da sociedade;
- III -** emitir parecer sobre potenciais conflitos de interesse entre a sociedade e seus acionistas ou administradores.

SEÇÃO III - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Subseção I – Da Composição

Art. 26 - A Diretoria Executiva, órgão de administração executiva da sociedade, será composta de 06 (seis) a 09 (nove) membros, sendo um deles o Diretor-Presidente, e os demais, Diretores Executivos.

- §1º -** O Diretor-Presidente submeterá ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos à Diretoria Executiva com notório conhecimento e especialização sobre a matéria de responsabilidade de sua área de atuação, podendo, inclusive, propor ao Conselho de Administração sua destituição a qualquer tempo.

§2º - Os Diretores Executivos terão suas atribuições individuais definidas pelo Conselho de Administração.

§3º - O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Subseção II – Do Funcionamento

Art. 27 - Em caso de impedimento temporário do Diretor-Presidente, este será substituído por outro Diretor Executivo designado pela maioria dos votos dos membros da Diretoria Executiva, sendo que no caso de ausência, o Diretor-Presidente poderá designar o seu próprio substituto, o qual assumirá todas as suas atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares.

§1º - Em caso de impedimento temporário ou ausência de qualquer outro Diretor Executivo, este será substituído por um dos Diretores Executivos indicado pelo Diretor-Presidente, que acumulará as atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares do Diretor Executivo ausente ou impedido, enquanto no exercício do cargo do Diretor Executivo substituído, excluído o direito de voto nas reuniões da Diretoria Executiva.

§ 2º - Em caso de vacância no cargo de Diretor Executivo, o membro substituto será selecionado e o seu nome será submetido pelo Diretor-Presidente ao Conselho de Administração que o elegerá para completar o prazo de gestão remanescente do substituído.

§ 3º - Em caso de vacância do Diretor-Presidente, o Diretor Executivo responsável pela área de Finanças substituirá o Diretor-Presidente, acumulando as suas atribuições, direitos e responsabilidades com as do Diretor-Presidente até que o Conselho de Administração realize nova eleição para o cargo de Diretor-Presidente.

Art. 28 - Respeitados os limites de alçada estabelecidos para cada Diretor Executivo, as decisões sobre as matérias afetas a área específica de sua atuação, desde que a matéria não afete a área de atuação de outro Diretor Executivo, serão tomadas por ele próprio ou em conjunto com o Diretor-Presidente, em matérias ou situações preestabelecidas por este último.

Art. 29 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada quinzena, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou seu substituto.

Parágrafo Único - O Diretor-Presidente deverá convocar reunião extraordinária da Diretoria Executiva em virtude de solicitação de pelo menos 3 (três) membros da Diretoria Executiva;

Art. 30 - As reuniões da Diretoria Executiva somente se instalarão com a presença da maioria dos seus membros.

Art. 31 - O Diretor-Presidente conduzirá as reuniões da Diretoria Executiva de modo a priorizar as deliberações consensuais dentre os seus membros.

§1º - Não obtido o consenso dentre os membros da Diretoria, o Diretor-Presidente poderá (i) retirar a matéria da pauta, (ii) articular a formação da maioria, inclusive fazendo uso do voto de qualidade ou, (iii) no interesse da sociedade e mediante exposição fundamentada, decidir individualmente sobre matérias de deliberação colegiada, inclusive aquelas relacionadas no **Art. 32**, e não excetuadas no §2º a seguir.

§2º - As decisões relativas aos orçamentos anual e plurianual e ao plano estratégico e ao Relatório Anual de Administração da sociedade serão tomadas pela maioria dos votos, quando considerados todos os Diretores Executivos, desde que dentre os quais conste o voto favorável do Diretor-Presidente.

§3º O Diretor-Presidente deverá dar ciência ao Conselho de Administração da utilização da prerrogativa de que trata o item (iii) do §1º acima, na primeira reunião do Conselho de Administração que suceder à decisão correspondente.

Subseção III – Das Atribuições

Art. 32 - Compete à Diretoria Executiva:

- I** - deliberar sobre a criação e a eliminação das Diretorias de Departamento subordinadas a cada Diretor Executivo;
- II** - elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas gerais de recursos humanos da sociedade, e executar as políticas aprovadas;
- III** - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da sociedade estabelecida pelo Conselho de Administração;
- IV** - elaborar e propor, anualmente, ao Conselho de Administração as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da sociedade, e executar o plano estratégico aprovado;
- V** - elaborar e propor ao Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual da sociedade, e executar os orçamentos aprovados;
- VI** - planejar e conduzir as operações da sociedade e reportar ao Conselho de Administração o desempenho econômico-financeiro da sociedade, produzindo inclusive relatórios com indicadores de desempenho específicos;

- VII -** identificar, avaliar e propor ao Conselho de Administração oportunidades de investimento e/ou desinvestimento que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria Executiva estabelecidos pelo Conselho de Administração, e executar os investimentos e/ou desinvestimentos aprovados;
- VIII -** identificar, avaliar e propor ao Conselho de Administração operações de fusão, cisão e incorporação em que a sociedade seja parte, bem como aquisições de participações acionárias, e conduzir as fusões, cisões, incorporações e aquisições aprovadas;
- IX -** elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas financeiras da sociedade, e executar as políticas aprovadas;
- X -** propor ao Conselho de Administração a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- XI -** definir e propor ao Conselho de Administração, após o levantamento do balanço, a destinação do lucro do exercício, a distribuição dos dividendos da sociedade e, quando necessário, o orçamento de capital;
- XII -** elaborar, em cada exercício, o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras a serem submetidas ao Conselho de Administração e, posteriormente, à assembléia geral;
- XIII -** aderir e promover a adesão dos empregados ao código de ética da sociedade, estabelecido pelo Conselho de Administração;
- XIV -** elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas de responsabilidade institucional da sociedade, tais como meio-ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da sociedade e implementar as políticas aprovadas;
- XV -** autorizar a aquisição, alienação e oneração de bens móveis ou imóveis, inclusive valores mobiliários, contratação de serviços, sendo a sociedade prestadora ou tomadora dos mesmos, podendo estabelecer normas e delegar poderes, tudo conforme as alçadas da Diretoria Executiva estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- XVI -** autorizar a celebração de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a sociedade, podendo estabelecer normas e delegar poderes, tudo conforme as alçadas da Diretoria Executiva estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- XVII -** propor ao Conselho de Administração quaisquer reformulações, alterações, ou aditamentos de acordos de acionistas ou entre acionistas, ou de contratos de consórcio ou entre consorciados, de sociedades ou consórcios dos quais a sociedade participe e, ainda, propor a celebração de

novos acordos e contratos de consórcio que contemplem matérias desta natureza;

XVIII - autorizar a criação e o encerramento de filiais, sucursais, agências, depósitos, armazéns, escritório de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimento no País e no exterior;

XIX - autorizar a celebração de compromissos, renúncia de direitos e transações de qualquer natureza, exceto quanto à renúncia aos direitos de preferência na subscrição e na aquisição, nos termos do **inciso XII do Art. 14**, podendo estabelecer normas e delegar poderes, tudo conforme as alçadas da Diretoria Executiva estabelecidas pelo Conselho de Administração;

XX - estabelecer e informar ao Conselho de Administração os limites de alçada individual de Diretores Executivos, respeitados os limites de alçadas da Diretoria Executiva colegiada estabelecidos pelo Conselho de Administração;

XXI - estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados pelo Conselho de Administração para a Diretoria Executiva, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da sociedade.

§1º - Caberá à Diretoria Executiva a fixação da orientação de voto a ser seguida por seus representantes, em assembléias gerais ou equivalentes nas sociedades, fundações e outras entidades de que participa a sociedade, direta ou indiretamente, respeitadas as oportunidades de investimento da sociedade e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como o respectivo orçamento, e observado sempre o limite de sua alçada com respeito, dentre outros, ao endividamento, à alienação ou oneração de ativos, à renúncia de direitos e ao aumento ou redução de participação societária.

§ 2º - Caberá à Diretoria Executiva indicar para deliberação do Conselho de Administração as pessoas que devam integrar órgãos da administração, consultivo e fiscal das sociedades e entidades em que a sociedade tenha participação, inclusive indireta.

Art. 33 - São atribuições do Diretor-Presidente:

I - presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

II - exercer a direção executiva da sociedade, cumprindo-lhe, para tanto, a coordenação e a supervisão das atividades dos demais Diretores Executivos, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e pela assembléia geral;

III - coordenar e supervisionar as atividades das áreas e unidades de negócio que lhe estiverem diretamente subordinadas;

- IV - selecionar e submeter ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos a cargos de Diretor Executivo, a serem eleitos pelo Conselho de Administração, bem como propor a respectiva destituição;
- V - coordenar o processo de tomada de decisão da Diretoria Executiva, conforme disposto no **Art. 31 da Subseção II – Do Funcionamento**;
- VI - conceder licenças aos membros da Diretoria Executiva, e designar outros Diretores Executivos como seus substitutos;
- VII - manter o Conselho de Administração informado das atividades da sociedade;
- VIII - elaborar, junto com os demais Diretores Executivos, o Relatório Anual de Administração e levantar as demonstrações financeiras;

Art. 34 - São atribuições dos Diretores Executivos:

- I - executar as atribuições relativas à sua área de atuação;
- II - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela sociedade e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação;
- III - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da sociedade estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação;
- IV - contratar os serviços previstos no §2º do Artigo 39, em atendimento às determinações do Conselho Fiscal.

Art. 35 - A representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive na assinatura de documentos que importem em responsabilidade para esta, deverá ser realizada sempre por 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto, ou por 2 (dois) procuradores constituídos na forma do § 1º deste Artigo, ou por 01 (um) procurador em conjunto com um Diretor Executivo.

§ 1º - Salvo quando da essência do ato for obrigatória a forma pública, os mandatários serão constituídos por procuração sob a forma de instrumento particular, no qual serão especificados os poderes outorgados, limitado o prazo de validade das procurações “*ad negotia*” ao dia 31 de dezembro do ano em que for outorgada a procuração.

§ 2º- Pode, ainda, a sociedade ser representada por um único procurador nas assembleias gerais de acionistas, ou equivalentes, de sociedades, consórcios e outras entidades das quais participe a sociedade, ou em atos decorrentes do exercício de poderes constantes de procuração “*ad judicia*” ou: (a) perante órgãos de qualquer esfera de governo, alfândega e concessionárias de serviço público para atos específicos nos quais não seja necessária ou até permitida a presença do segundo procurador; (b) na assinatura de instrumentos contratuais

em solenidade e/ou circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo procurador; e (c) na assinatura de documentos de qualquer espécie que importem em obrigação para a sociedade cujos limites de valores sejam estabelecidos pela Diretoria Executiva.

§ 3º - No caso de obrigações a serem assumidas no exterior, a sociedade poderá ser representada por apenas um membro da Diretoria Executiva, ou por um único procurador com poderes específicos e limitados, nos termos deste Estatuto Social.

§ 4º - As citações e notificações judiciais ou extra-judiciais serão feitas na pessoa do Diretor Executivo responsável pelas funções de Relações com Investidores, ou por procurador constituído na forma do § 1º deste Artigo.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Art. 36 - O Conselho Fiscal, órgão de funcionamento permanente, será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, que fixará a sua remuneração.

Art. 37 - Os membros do Conselho Fiscal exercerão suas funções até a primeira Assembléia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

Art. 38 - Em suas ausências, impedimentos ou nos casos de vacância, os membros do Conselho Fiscal serão substituídos pelos respectivos suplentes.

Art. 39 - Ao Conselho Fiscal compete exercer as atribuições previstas na legislação aplicável em vigor, neste estatuto social, e regulamentadas em Regimento Interno próprio a ser aprovado por seus membros.

§ 1º- O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá regulamentar, além das atribuições já estabelecidas na Lei 6.404/76, necessariamente, as seguintes:

- (i) estabelecer procedimentos a serem utilizados pela sociedade para receber, processar e tratar denúncias e reclamações relacionadas a questões contábeis, de controles contábeis e matérias de auditoria, bem como assegurar que os mecanismos de recebimento de denúncias garantam sigilo e anonimato aos denunciantes;
- (ii) recomendar e auxiliar o Conselho de Administração na escolha, remuneração e destituição dos auditores externos da sociedade;
- (iii) deliberar sobre a contratação de novos serviços passíveis de serem prestados pelos auditores externos da sociedade;
- (iv) supervisionar e avaliar os trabalhos dos auditores externos, e determinar à administração da sociedade a eventual retenção da remuneração do auditor externo, bem como mediar eventuais divergências entre a administração e os auditores externos sobre as demonstrações financeiras da sociedade.

§ 2º - Para o adequado desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá determinar a contratação de serviços de advogados, consultores e analistas, e outros recursos que sejam necessários ao desempenho de suas funções, observado o orçamento, proposto pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo do estabelecido no § 8º do Artigo 163 da Lei 6.404/76.

§3º - Os membros do Conselho Fiscal deverão disponibilizar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias à realização da Assembléia Geral Ordinária, manifestação sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

CAPÍTULO VI - DO PESSOAL DA SOCIEDADE

Art. 40 - A sociedade manterá um plano de seguridade social para os empregados, gerido por fundação instituída para este fim, observado o disposto na legislação específica.

CAPÍTULO VII - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

Art. 41 - O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras.

Art. 42 - Depois de constituída a reserva legal, a destinação da parcela remanescente do lucro líquido apurado ao fim de cada exercício social (que coincidirá com o ano civil) será, por proposta da Administração, submetida à deliberação da Assembléia Geral.

Parágrafo Único - O valor dos juros, pago ou creditado, a título de juros sobre o capital próprio nos termos do Artigo 9º, § 7º da lei nº 9249, de 26/12/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório e ao dividendo anual mínimo para as ações preferenciais, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais.

Art. 43 - Deverá ser considerada na proposta para distribuição de lucros, a constituição das seguintes reservas:

- I.** Reserva de Exaustão, a ser constituída na forma da legislação fiscal;
- II.** Reserva de Investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades principais que compõem o objeto social da sociedade, em montante não superior a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido distribuível até o limite máximo do capital social da sociedade.

Art. 44 - Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos anuais, ajustados na forma da lei, serão destinados ao pagamento de dividendos.

Art. 45 - O Conselho de Administração, por proposta da Diretoria Executiva, poderá determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.

Art. 46 - Os dividendos e os juros sobre capital próprio de que trata o **Parágrafo único** do **Art. 42** serão pagos nas épocas e locais indicados pela Diretoria Executiva, revertendo a favor da sociedade os que não forem reclamados dentro de 3 (três) anos após a data do início do pagamento.

O presente Estatuto Social faz parte integrante da Ata das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia Vale do Rio Doce realizadas em 27 de abril de 2006.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2006.

Jorge Luiz Pacheco
Presidente

Kátia Christina V. Rabelo de Melo
Secretária

Este documento consolida as alterações do Estatuto Social da Companhia Vale do Rio Doce, a partir da última consolidação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2002 até a presente data, listadas a seguir: (i) artigos 5º e 6º - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2006; (ii) incisos VIII, XIII, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII, XXIV, e XXXIII do artigo 14 - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19/07/2005; (iii) caput do artigo 15 - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2006; (iv) artigo 16 - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2006; (v) inclusão de inciso IV ao artigo 21 - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2006; (vi) inciso I do artigo 23 redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19/07/2005; (vii) caput e inciso I do artigo 24 - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19/07/2005; (viii) caput do artigo 25 e supressão do seu inciso III - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2006; (ix) inciso V do artigo 32 - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19/07/2005; (x) inciso IV do artigo 34 - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19/07/2005; e (xi) artigo 39, com inclusão dos parágrafos 1º, 2º e 3º - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19/07/2005.

[página intencionalmente deixada em branco]

Anexo B – Escritura de Emissão

[página intencionalmente deixada em branco]

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES QUIROGRAFÁRIAS E NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA
SÉTIMA EMISSÃO PÚBLICA DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

São partes nesta "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Sétima Emissão Pública da Companhia Vale do Rio Doce" ("Escritura de Emissão"):

I. como emissora ("Companhia"):

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Graça Aranha 26, 19º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 33.592.510/0001-54, neste ato representada nos termos de seu estatuto social; e

II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures" e "Debenturistas") ("Agente Fiduciário"):

PENTÁGONO S.A. D.T.V.M., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social;

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

I. AUTORIZAÇÃO

- I.1 A emissão das Debêntures e a Oferta (conforme definido abaixo) são realizadas com base nas deliberações (i) da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 19 de outubro de 2006, cujo extrato da ata foi arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 31 de outubro de 2006 e publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "DCI – Diário Comércio e Indústria" e "Jornal do Commercio" em 17 de novembro de 2006; e (ii) da reunião da diretoria executiva da Companhia que ratificará o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), cujo extrato da ata será arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "DCI – Diário Comércio e Indústria" e "Jornal do Commercio".



2. REQUISITOS

2.1 A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ter sido inscritos na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 62 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.404/76");
- II. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (b) negociação no mercado secundário (i) através do SND – Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (ii) através do Sistema BovespaFix ("BovespaFix"), administrado pela Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC");
- III. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A Oferta deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei n.º 6.404/76, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e
- IV. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A Oferta deverá ser registrada na ANBID no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da concessão do respectivo registro pela CVM, em atendimento ao Código de Auto-Regulação ANBID para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 9 de maio de 2006 ("Código de Auto-Regulação ANBID").

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

3.1 A Companhia tem por objeto social, diretamente ou através da participação em outras sociedades, (i) realizar o aproveitamento de jazidas minerais no



território nacional e no exterior, através da pesquisa, exploração, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais; (ii) construir ferrovias, operar e explorar o tráfego ferroviário próprio ou de terceiros; (iii) construir e operar terminais marítimos próprios ou de terceiros, bem como explorar as atividades de navegação e de apoio portuário; (iv) prestar serviços de logística integrada de transporte de carga, compreendendo a captação, armazenagem, transbordo, distribuição e entrega no contexto de um sistema multimodal de transporte; (v) produzir, beneficiar, transportar, industrializar e comercializar toda e qualquer fonte e forma de energia, podendo, ainda, atuar na produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos, (vi) exercer, no País ou no exterior, outras atividades que possam interessar, direta ou indiretamente, à realização do objeto social, inclusive pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação, bem como a exploração, industrialização e comercialização de recursos florestais e a prestação de serviços de qualquer natureza; e (vii) constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades cujos objetos sociais sejam direta ou indiretamente, vinculados, acessórios ou instrumentais ao seu objeto social.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos obtidos pela Companhia com a Oferta serão utilizados para amortizar parcialmente os valores devidos pela Companhia no âmbito do empréstimo-ponte denominado "*Credit Agreement*", financiamento obtido pela Companhia em 25 de outubro de 2006 para a aquisição do controle acionário da Inco Limited, conforme informado em fato relevante publicado em 11 de agosto de 2006.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("*Oferta*"), sob o regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.
- 5.2 *Coletas de intenções de investimento (bookbuilding).* Será adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelas instituições intermediárias da Oferta ("*Coordenadores*"), por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da



Instrução CVM n.º 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição ("Procedimento de Bookbuilding"):

- I. da quantidade das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) e das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo), observadas as quantidades mínima e máxima das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série previstas na Cláusula 6.5 abaixo, bem como observado que o somatório das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série não poderá exceder R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), e nem 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo) e as Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo); e
 - II. da Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo) e da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), observados os limites previstos na deliberação(h) da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 19 de outubro de 2006.
- 5.2.1 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado pela diretoria executiva da Companhia e será divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM n.º 400/03, bem como será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão.
- 5.3 *Prazo de subscrição.* Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"); e (iii) a disponibilização do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do Anúncio de Início.
- 5.4 *Forma de subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio dos procedimentos da CETIP.
- 5.5 *Forma e preço de integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, sendo que:
- I. as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; e
 - II. as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada



pro rata temporis desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

- 5.6 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BovespaFix.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da emissão.* As Debêntures representam a sétima emissão pública de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) na Data de Emissão, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais.
- 6.3 *Quantidade* Serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo.
- 6.3.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures suplementares ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores no contrato de colocação das Debêntures, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia até a data de publicação do Anúncio de Início. A critério dos Coordenadores e da Companhia, conforme verificado pelo excesso da demanda, as Debêntures Suplementares poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série.
- 6.3.2 Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 100.000 (cem mil) Debêntures adicionais ("Debêntures Adicionais"), que poderão ser emitidas pela Companhia, a seu critério, até a data de publicação do Anúncio de Início. A critério da Companhia e dos Coordenadores, as Debêntures Adicionais poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série.
- 6.4 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 6.5 *Séries.* A emissão será realizada em duas séries, observado que o somatório das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série não



poderá exceder 500.000 (quinhentas mil) Debêntures e nem R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), e que a quantidade de cada série será definida no Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que:

- I. a primeira série será composta por, no mínimo, 100.000 (cem mil) Debêntures e, no máximo, 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais) ("Debêntures da Primeira Série"); e
 - II. a segunda série será composta por, no mínimo, 100.000 (cem mil) Debêntures e, no máximo, 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais) ("Debêntures da Segunda Série").
- 6.5.1 A Companhia não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado.
- 6.5.2 Ressalvadas as referências específicas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
- 6.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures ("Instituição Depositária", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula), e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta um relatório de posição de ativos, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos; e (ii) para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC; que, igualmente, em ambos os casos, servirão de comprovante de titularidade de Debêntures.
- 6.7 *Convertibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 6.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei n° 6.404/76.
- 6.8.1 Tendo em vista que, (i) na data de assinatura desta Escritura de Emissão, o capital social da Companhia é de R\$19.492.400.974,56 (dezenove bilhões, quatrocentos e noventa e dois milhões, quatrocentos mil, novecentos e setenta



e quatro reais e cinquenta e seis centavos); e (ii) as Debêntures, somadas às debêntures da sexta emissão da Companhia não resgatadas ou canceladas, no valor de R\$3.885.590,56 (três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos), totalizam R\$5.003.885.590,56 (cinco bilhões, três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos); o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76 está atendido

- 6.9 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 20 de novembro de 2006 ("Data de Emissão").
- 6.10 *Prazo e data de vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de 4 (quatro) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de novembro de 2010 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de novembro de 2013 ("Data de Vencimento da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, "Data de Vencimento").
- 6.11 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal (i) das Debêntures da Primeira Série será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento da Primeira Série; e (ii) das Debêntures da Segunda Série será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento da Segunda Série.
- 6.12 *Atualização Monetária.* O Valor Nominal não será atualizado.
- 6.13 *Remuneração.*
- 6.13.1 *Remuneração da Primeira Série.* Sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração da Primeira Série"). A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2007 e, o último, na Data de Vencimento da Primeira Série. Farão jus à Remuneração da Primeira Série os titulares das Debêntures da Primeira Série ao final do 1º (primeiro) dia útil anterior à respectiva data de pagamento.



A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [FatorDI - 1], \text{ onde:}$$

JR = valor da Remuneração da Primeira Série, devida nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{S}{100} \right) \right], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

$k = 1, 2, \dots, n;$

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia " k "; e

S = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*.

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k \times S/100)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k \times S/100)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.



6.13.2 *Remuneração da Segunda Série* Sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* ou sobretaxa, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração da Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, "Remuneração"). A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2007 e, o último, na Data de Vencimento da Segunda Série. Farão jus à Remuneração da Segunda Série os titulares das Debêntures da Segunda Série ao final do 1º (primeiro) dia útil anterior à respectiva data de pagamento.

A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VN \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}, \text{ onde:}$$

J = valor da Remuneração da Segunda Série, devida nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VN = Valor Nominal, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das Taxas DI, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{i=1}^{nDI} [1 + (TDI_i)], \text{ onde:}$$

nDI = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

TDIk = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}}, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DIk = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = spread ou sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:



$$\text{FatorSpread} = \left[\left(1 + \frac{\text{spread}}{100} \right)^n \right], \text{ onde:}$$

spread = a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*;

N = 252;

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

Observações:

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.13.3 *Indisponibilidade temporária da Taxa DI.* Observado o disposto na Cláusula 6.13.4 abaixo, se, na data de vencimento de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, não houver apuração e/ou divulgação da Taxa DI, será aplicada à Remuneração da Primeira Série e/ou à Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Companhia e os titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

6.13.4 *Substituição da Taxa DI.* Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início



desta Cláusula, para deliberar, de comum acordo com a Companhia, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração da Primeira Série e/ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso. Caso titulares das Debêntures da Primeira Série, reunidos em assembleia, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e/ou titulares das Debêntures da Segunda Série, reunidos em assembleia, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, não aprovem o parâmetro proposto pela Companhia, as Debêntures da Primeira Série em circulação e/ou as Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, deverão ser resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, na sua totalidade, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, devida desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de encerramento da(s) assembleia(s) geral(is) de Debenturistas a que se refere esta Cláusula. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio ou penalidade de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou do resgate, conforme o caso, será utilizado o mesmo percentual da última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, calculada *pro rata temporis*.

6.14 *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.

6.15 *Resgate antecipado facultativo.* A Companhia.

- I. não terá a faculdade de resgatar antecipadamente quaisquer das Debêntures da Primeira Série; e
- II. a partir de 20 de novembro de 2010 (inclusive), terá a faculdade de resgatar antecipadamente a totalidade (e apenas a totalidade) das Debêntures da Segunda Série em circulação (com seu conseqüente cancelamento), mediante:
 - (a) aprovação do conselho de administração da Companhia;
 - (b) publicação de aviso nos termos da Cláusula 6.22 abaixo, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias da data do resgate ("Data do Resgate"), informando (i) a data da reunião do conselho de administração da Companhia que aprovou o resgate



antecipado total; (ii) a Data do Resgate; e (iii) quaisquer outras informações necessárias ao evento; e

- (c) pagamento (i) do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série em circulação, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração da Segunda Série até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) de prêmio calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Prêmio");

$$P = \frac{d}{D} \times 0,35\%, \text{ onde:}$$

P = Prêmio;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a Data do Resgate e a Data de Vencimento da Segunda Série; e

D = quantidade de dias corridos entre 20 de novembro de 2010 e a Data de Vencimento da Segunda Série.

- 6.16 *Aquisição facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 6.17 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").
- 6.18 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer



comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

- 6.19 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 6.19.1 Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Companhia fará as retenções dos tributos previstos em lei.
- 6.20 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
- 6.21 *Vencimento antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.21.1, 6.21.2 e 6.21.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso III abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.21.2 abaixo), independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:
1. (a) decretação de falência da Companhia; (b) pedido de autofalência pela Companhia; (c) pedido de falência da Companhia formulado por




- terceiros não elidido pela Companhia no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia;
- II. transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei n.º 6.404/76;
 - III. não pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal, da Remuneração, do Prêmio ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas respectivas datas de pagamento previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados das datas dos respectivos vencimentos;
 - IV. descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, e tal descumprimento não seja sanado no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento de aviso escrito neste sentido que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
 - V. caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 10 abaixo provarem-se falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
 - VI. ocorrência de inadimplemento ou de evento de inadimplemento pela Companhia ou por qualquer Controlada Relevante, que não esteja sanado, de qualquer contrato, instrumento ou documento evidenciando dívida em aberto em valor igual ou superior a R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM") (ou seu contravalor em outras moedas, conforme calculado pela taxa de conversão de venda aplicável divulgada pelo Banco Central do Brasil no dia útil anterior), desde que tal inadimplemento ou evento de inadimplemento resulte no efetivo vencimento antecipado da referida dívida;
 - VII. redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 174 da Lei n.º 6.404/76, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei n.º 6.404/76; ou
 - VIII. aprovação de incorporação (somente quando a Companhia for a incorporada), fusão ou cisão da Companhia ou venda, pela



Companhia, de todos ou de substancialmente todos os seus ativos ou as suas propriedades de mineração, observado que o disposto neste inciso não se aplica:

- (a) conforme previsto no artigo 231 da Lei n.º 6.404/76, às operações de incorporação (somente quando a Companhia for a incorporada), fusão ou cisão da Companhia desde que (i) qualquer uma das operações a que se refere esta alínea tenha sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação; ou (ii) tenha sido assegurado aos titulares das Debêntures que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação da(s) ata(s) da(s) assembléia(s) geral(is) relativa(s) à(s) operação(ões), o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso; e
- (b) às operações de venda, pela Companhia, de todos ou de substancialmente todos os seus ativos ou as suas propriedades de mineração, desde que:
 - (i) tenha sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação; ou
 - (ii) tenha sido assegurado aos titulares das Debêntures que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação da(s) ata(s) da(s) assembléia(s) geral(is) relativa(s) à(s) operação(ões), o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso; ou
 - (iii) os seguintes requisitos tenham sido cumulativamente satisfeitos: (1) a entidade ou pessoa receptora de todos ou de substancialmente todos os ativos ou propriedades de mineração da Companhia ("Sucessora") assumiu expressamente o integral e pontual pagamento devido de todas as obrigações relacionadas às Debêntures, assim como o cumprimento de todos os compromissos e



obrigações da Companhia relacionados às Debêntures; (2) imediatamente após a realização de qualquer uma das operações a que se refere esta alínea, não tenha ocorrido e não seja existente qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Cláusula; (3) a Companhia entregue ao Agente Fiduciário uma declaração assinada por dois de seus diretores e uma opinião legal de um escritório de advocacia externo, independente e de reputação, ambas afirmando que a operação (dentre aquelas a que se refere esta alínea) atende às disposições desta alínea; e (4) a Sucessora concorde expressamente a indenizar os Debenturistas com relação a qualquer tributo, tarifa, emolumento ou taxa governamental devida no Brasil ou na jurisdição da Sucessora que venha a ser devido com relação a qualquer pagamento relativo às Debêntures em decorrência da operação (dentre aquelas a que se refere esta alínea) e a pagar tais valores adicionais que sejam necessários para assegurar que os valores líquidos recebidos pelos Debenturistas após tais retenções ou deduções sejam equivalentes aos valores que seriam recebidos pelos Debenturistas caso a operação (dentre aquelas a que se refere esta alínea) não tivesse ocorrido.

Para os fins desta Escritura de Emissão:

"Controlada" significa, a qualquer tempo, qualquer entidade em que a Companhia seja, direta ou indiretamente, titular de mais de 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto em circulação e que a Companhia tenha o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou outros órgãos de administração.

"Controlada Relevante" significa, a qualquer tempo, uma Controlada na qual a participação proporcional da Companhia (incluindo eventuais participações indiretas por meio de outras Controladas) nos ativos totais da Controlada (após exclusões por conta da consolidação) exceda 10% (dez por cento) dos ativos consolidados totais da Companhia ao final do último exercício social encerrado, nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil.

- 6.21.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I, II ou III, da Cláusula 6.21 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.



- 6.21.2 Ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos na Cláusula 6.21 acima (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.21.1 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.5 e 8.5.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleias gerais de Debenturistas, a se realizarem no prazo mínimo previsto em lei. Se, nas referidas assembleias gerais de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, das referidas assembleias gerais de titulares das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.
- 6.21.3 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso (e, no caso do inciso III da Cláusula 6.21 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) dias úteis contados da data de comunicação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.
- 6.22 **Publicidade.** Exceto o Anúncio de Início, o anúncio de encerramento da Oferta ("Anúncio de Encerramento"), o aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM n.º 400/03 e eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados nos jornais "DCI – Diário



Comércio e Indústria", "Jornal do Commercio" e "Gazeta Mercantil", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "DCI - Diário Comércio e Indústria" e "Jornal do Commercio", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação do aviso. A Companhia poderá alterar os jornais acima por outros jornais de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, nos jornais a serem substituídos.

- 6.23 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

Companhia Vale do Rio Doce
Av. Graça Aranha, 26, 19º andar
20030-900 Rio de Janeiro, RJ
At.: Guilherme Cavalcanti
Telefone: (21) 3814-4477
Fac-símile: (21) 3814-4040
Correio Eletrônico: guilherme.cavalcanti@cvrd.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. D.T.V.M.
Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Mauricio da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: mribeiro@pentagonotrustee.com.br

[Handwritten signature]



7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores (www.cvr.com.br):
 - (a) no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e demais normas de consolidação emitidas pela CVM;
 - (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - (c) as informações obrigatórias previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM; e
 - (d) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Companhia, assim como extratos de atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração, desde que envolvam diretamente o interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que foram realizados;
- II. fornecer ao Agente Fiduciário, imediatamente após sua ocorrência, informações a respeito de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 6.21 acima;
- III. fornecer ao Agente Fiduciário resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação;
- IV. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não



afete de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;

- V. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e Debenturistas, pelo menos anualmente, as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei n° 6.404/76, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- VI. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- VII. manter todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor;
- VIII. contratar e manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BovespaFix);
- IX. contratar, para o início da Oferta, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco;
- X. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos do inciso III da Cláusula 8.3 abaixo;
- XI. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Companhia; e

[assinatura]



- XII. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil;
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/83;
- V. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VI. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VII. verificou a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;
- VIII. é equiparada a uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- IX. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- X. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário, e



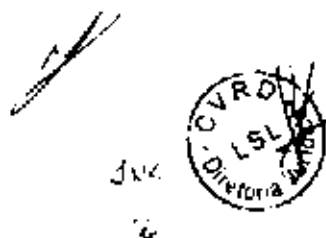
- XI. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos.
- 8.2 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, independentemente de anuência ou concordância da Companhia;
 - II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição;
 - III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembléia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
 - IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação e das Debêntures da Segunda Série em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
 - V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
 - VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
 - VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo



valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;

- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.22 e 6.23 acima;
 - IX. o Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição; e
 - X. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.3 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

- I. receberá uma remuneração (a) de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela anual da remuneração devida até o 5º (quinto) dia útil contado da data de concessão do registro da Oferta pela CVM, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes; (b) reajustada anualmente, desde a data de assinatura desta Escritura de Emissão, pela variação do IGPM, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário; e (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;
- II. poderá, a partir do 60º (sexagésimo) dia de inadimplência no pagamento da remuneração a que se refere o inciso I acima por parte da Companhia, emitir boleto de cobrança do valor em atraso para os Debenturistas, na proporção de seus créditos, para poder continuar o Agente Fiduciário a prestar e manter a qualidade dos serviços contratados;
- III. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos no prazo de até 30 (trinta)



dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo despesas com:

- (a) especialistas, caso sejam considerados necessários em base razoável, tais como auditoria, fiscalização, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas;
 - (b) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - (c) extração de certidões;
 - (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis; e
 - (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;
- IV. poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere o inciso III acima por um período superior a 60 (sessenta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação; e



- V. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso IV acima será acrescido à dívida da Companhia e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.
- 8.4 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
 - II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
 - III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
 - IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - VI. verificar a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
 - VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
 - VIII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
 - IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - X. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures.



- XI. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- XII. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia;
- XIII. convocar, quando necessário, assembléia geral de Debenturistas e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembléia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;
- XIV. comparecer à assembléia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, no 1º (primeiro) dia útil contado da data da realização da assembléia geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembléia geral de Debenturistas;
- XV. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XVI. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XV acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP, na Bovespa e na sede dos Coordenadores;
- XVII. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.22 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVI acima;
- XVIII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Companhia, à Instituição Depositária, à CETIP e à Bovespa, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, a CETIP e a Bovespa a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XIX. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- XXI. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da



comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM, à CETIP e à Bovespa; e

XXII. fazer com que a Companhia cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco nos termos do inciso IX da Cláusula 7.1 acima, e encaminhar à Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID cópia das referidas atualizações em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua respectiva divulgação.

8.5 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.21 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 6.21, 6.21.1, 6.21.2 e 6.21.3 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Companhia se não existirem garantias reais;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.21, 6.21.1, 6.21.2 e 6.21.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I, II e III acima da Cláusula 8.5 acima se, convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 8.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e das Debêntures da Segunda Série em circulação.

9. ASSEMBLÉIAS GERAIS DE DEBENTURISTAS

9.1 Os titulares de Debêntures da Primeira Série e os titulares de Debêntures da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures da Primeira Série e dos titulares de Debêntures da Segunda Série.



- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas de cada uma das séries poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação e 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.
- 9.3 As assembleias gerais de Debenturistas de cada uma das séries se instalarão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em circulação ou metade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.4 A presidência das assembleias gerais de Debenturistas de cada uma das séries caberá aos Debenturistas eleitos pelos titulares das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.5 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas de cada uma das séries, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas de cada uma das séries dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.
- 9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, conforme disposto no artigo 71, parágrafo 5º, da Lei n.º 6.404/76, (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.13.4 acima; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) da espécie das Debêntures; (e) da alteração das disposições sobre resgate antecipado facultativo; ou (f) criação de evento de repactuação.
- 9.6 Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer assembleia geral de Debenturistas, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Companhia, ou a qualquer controladora ou controlada, direta



ou indireta, da Companhia, ou qualquer de seus diretores ou conselheiros, e (ii) do quorum de deliberação em qualquer assembléia geral de Debenturistas, além do disposto no item (i) acima, também serão excluídos os votos em branco.

- 9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembléias gerais de Debenturistas.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembléias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 Aplica-se às assembléias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1 A Companhia neste ato declara que:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a colocação das Debêntures, (a) não infringem seu estatuto social ou qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia, e (b) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- VI. as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e



suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

- VII. o prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e o Prospecto Definitivo (o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo em conjunto, "Prospectos") (a) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Companhia, suas controladas, diretas ou indiretas, e suas coligadas, e suas atividades e situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às atividades da Companhia; (b) não contém declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes; e (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código de Auto-Regulação ANBID;
- VIII. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Companhia, às suas controladas diretas e indiretas e às suas coligadas foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- IX. as demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- X. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- XI. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- XII. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal



ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa afetar de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão; e

XIII. o registro de companhia aberta da Companhia está atualizado perante a CVM.

10.1.1 A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Companhia compromete-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas

11 DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. RENÚNCIA

12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Companhia prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso


SEC. 

13. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

15. LEI APLICÁVEL

- 15.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.



16. FORO

- 16.1 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 2006.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes).



SLC



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES QUIROGRAFÁRIAS E
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SÉTIMA EMISSÃO PÚBLICA DA COMPANHIA VALE
DO RIO DOCE, CELEBRADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2006 ENTRE COMPANHIA VALE
DO RIO DOCE E PENTÁGONO S.A. D.T.V.M. – PÁGINA DE ASSINATURAS 1/3.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE


Nome: Fábio Barbosa
Cargo: Diretor Executivo

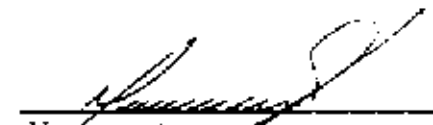

Nome: Gabriel Boller
Cargo: Diretor Executivo



ARC
13

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES QUIROGRAFÁRIAS E NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SÉTIMA EMISSÃO PÚBLICA DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, CELEBRADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2006 ENTRE COMPANHIA VALE DO RIO DOCE E PENTÁGONO S.A. D.T.V.M. – PÁGINA DE ASSINATURAS 2/3.

PENTÁGONO S.A. D.T.V.M.


Nome: MARCELO DO CARMO PISCIA
Cargo: DIRETOR

Nome: _____
Cargo: _____




ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES QUIROGRAFÁRIAS E NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SÉTIMA EMISSÃO PÚBLICA DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, CELEBRADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2006 ENTRE COMPANHIA VALE DO RIO DOCE E PENTÁGONO S.A. D.T.V.M. – PÁGINA DE ASSINATURAS 3/3.

Testemunhas

Luciano Ribeiro da Costa
 Nome: Luciano Ribeiro da Costa
 Id: 8223884-0

Priscila Gomes da Silva
 Nome: Priscila Gomes da Silva
 Id: 107422416-0



 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE Data: 21/12/2006 Processo: 02/2006-07287 CERTIFICADO DE REGISTRO EM 07/01/2007 E DATA ABERTA	Data: 05/12/2006 e O Melhorar para o Bem da
ED33000083-5/000	
DATA: 05/12/2006	
Validação da Junta N.º de Emissão: 11/01/2007	

PRIMEIRO ADITAMENTO À
ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES QUIROGRAFÁRIAS E NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA
SÉTIMA EMISSÃO PÚBLICA DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

São partes nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo):

I. como emissora ("Companhia"):

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Graça Aranha 26, 19º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 33.592.510/0001-54, neste ato representada nos termos de seu estatuto social; e

II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures" e "Debenturistas") ("Agente Fiduciário):

PENTÁGONO S.A. D.T.V.M., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social;

CONSIDERANDO que:

- (A) houve a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), pelo qual foi definida:
- (i) a emissão de (a) 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo); e (b) 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) (já considerando a emissão de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures Suplementares (conforme definido abaixo);
 - (ii) a Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo), correspondente a 101,75% (cento e um inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) da variação acumulada da Taxa DI; e
 - (iii) a Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), correspondente à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* ou sobretaxa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento); e



- (B) o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi aprovado pela diretoria executiva da Companhia em reunião realizada em 8 de dezembro de 2006;

resolvem aditar e consolidar a "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Sétima Emissão Pública da Companhia Vale do Rio Doce" que, nos termos deste "Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Sétima Emissão Pública da Companhia Vale do Rio Doce" ("Escritura"), passa a vigorar de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures e a Oferta (conforme definido abaixo) são realizadas com base nas deliberações (i) da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 19 de outubro de 2006, cujo extrato da ata foi arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 31 de outubro de 2006 e publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "DCI -- Diário Comércio e Indústria" e "Jornal do Commercio" em 17 de novembro de 2006; e (ii) da reunião da diretoria executiva da Companhia realizada em 8 de dezembro de 2006, cujo extrato da ata será arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "DCI -- Diário Comércio e Indústria" e "Jornal do Commercio".

2. REQUISITOS

- 2.1 A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:
- I. *inscrição desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ter sido inscritos na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 62 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.404/76");
 - II. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo as

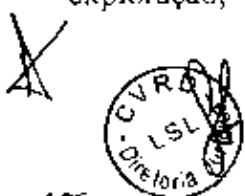


Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (b) negociação no mercado secundário (i) através do SND – Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (ii) através do Sistema BovespaFix ("BovespaFix"), administrado pela Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC");

- III. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")*. A Oferta deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei n.º 6.404/76, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e
- IV. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID")*. A Oferta deverá ser registrada na ANBID no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da concessão do respectivo registro pela CVM, em atendimento ao Código de Auto-Regulação ANBID para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 9 de maio de 2006 ("Código de Auto-Regulação ANBID").

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social, diretamente ou através da participação em outras sociedades, (i) realizar o aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e no exterior, através da pesquisa, exploração, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais; (ii) construir ferrovias, operar e explorar o tráfego ferroviário próprio ou de terceiros; (iii) construir e operar terminais marítimos próprios ou de terceiros, bem como explorar as atividades de navegação e de apoio portuário; (iv) prestar serviços de logística integrada de transporte de carga, compreendendo a captação, armazenagem, transbordo, distribuição e entrega no contexto de um sistema multimodal de transporte; (v) produzir, beneficiar, transportar, industrializar e comercializar toda e qualquer fonte e forma de energia, podendo, ainda, atuar na produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos; (vi) exercer, no País ou no exterior, outras atividades que possam interessar, direta ou indiretamente, à realização do objeto social, inclusive pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação, bem como a exploração, industrialização e comercialização de recursos florestais e a



prestação de serviços de qualquer natureza; e (vii) constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades cujos objetos sociais sejam direta ou indiretamente, vinculados, acessórios ou instrumentais ao seu objeto social.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos obtidos pela Companhia com a Oferta serão utilizados para amortizar parcialmente os valores devidos pela Companhia no âmbito do empréstimo-ponte denominado "*Credit Agreement*", financiamento obtido pela Companhia em 25 de outubro de 2006 para a aquisição do controle acionário da Inco Limited, conforme informado em fato relevante publicado em 11 de agosto de 2006.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("*Oferta*"). sob o regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.
- 5.2 *Coletas de intenções de investimento (bookbuilding).* Foi adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelas instituições intermediárias da Oferta ("*Coordenadores*"), por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição ("*Procedimento de Bookbuilding*"):
- I. da quantidade das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) e das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo), observado que (a) a primeira série deveria ser composta por, no mínimo, 100.000 (cem mil) Debêntures e, no máximo, 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais (conforme definido abaixo)); (b) a segunda série deveria ser composta por, no mínimo, 100.000 (cem mil) Debêntures e, no máximo, 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais); e (c) o somatório das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série não poderia exceder R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), e nem 500.000 (quinhentas mil)



Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; e

- II. da Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo) e da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), observados os limites previstos na deliberação (h) da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 19 de outubro de 2006.

5.2.1 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado pela diretoria executiva da Companhia e será divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM n.º 400/03.

5.3 *Prazo de subscrição.* Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"); e (iii) a disponibilização do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do Anúncio de Início.

5.4 *Forma de subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio dos procedimentos da CETIP.

5.5 *Forma e preço de integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, sendo que:

- I. as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; e
- II. as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

5.6 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BovespaFix.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1 *Número da emissão.* As Debêntures representam a sétima emissão pública de debêntures da Companhia.



- 6.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$5.500.000.000,00 (cinco bilhões e quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão, já considerando as Debêntures Suplementares.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) Debêntures, já considerando as Debêntures Suplementares, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo.
- 6.3.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada foi acrescida em 50.000 (cinquenta mil) Debêntures suplementares ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Companhia aos Coordenadores no contrato de colocação das Debêntures, que foi exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia, sendo todas Debêntures da Segunda Série. A Cláusula 6.3 acima já inclui as Debêntures Suplementares.
- 6.3.2 Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderia ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 100.000 (cem mil) Debêntures adicionais ("Debêntures Adicionais"), que poderiam ser emitidas pela Companhia, a seu critério, não tendo havido tal emissão.
- 6.4 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 6.5 *Séries.* A emissão será realizada em duas séries, tendo a quantidade de cada série sido definida no Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que:
- I. a primeira série será composta por 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures ("Debêntures da Primeira Série"); e
 - II. a segunda série será composta por 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures (já considerando as Debêntures Suplementares) ("Debêntures da Segunda Série").
- 6.5.1 A Companhia não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado.
- 6.5.2 Ressalvadas as referências específicas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
- 6.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de



direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures ("Instituição Depositária", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula), e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta um relatório de posição de ativos, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos; e (ii) para as Debêntures custodiadas na CBLIC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLIC; que, igualmente, em ambos os casos, servirão de comprovante de titularidade de Debêntures.

- 6.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 6.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei n.º 6.404/76.
- 6.8.1 Tendo em vista que, (i) na data de assinatura desta Escritura de Emissão, o capital social da Companhia é de R\$19.492.400.974,56 (dezenove bilhões, quatrocentos e noventa e dois milhões, quatrocentos mil, novecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos); e (ii) as Debêntures, somadas às debêntures da sexta emissão da Companhia não resgatadas ou canceladas, no valor de R\$3.885.590,56 (três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos), totalizam R\$5.503.885.590,56 (cinco bilhões, quinhentos e três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos); o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76 está atendido.
- 6.9 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 20 de novembro de 2006 ("Data de Emissão").
- 6.10 *Prazo e data de vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de 4 (quatro) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de novembro de 2010 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de novembro de 2013 ("Data de Vencimento da Segunda Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, "Data de Vencimento").
- 6.11 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal (i) das Debêntures da Primeira Série será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento da Primeira Série; e (ii) das Debêntures da Segunda Série será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento da Segunda Série.



6.12 *Atualização Monetária.* O Valor Nominal não será atualizado.

6.13 *Remuneração.*

6.13.1 *Remuneração da Primeira Série.* Sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 101,75% (cento e um inteiros e setenta e cinco centésimos por cento), definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"). calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração da Primeira Série"). A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2007 e, o último, na Data de Vencimento da Primeira Série. Farão jus à Remuneração da Primeira Série os titulares das Debêntures da Primeira Série ao final do 1º (primeiro) dia útil anterior à respectiva data de pagamento.

A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$JR = VN \times [FatorDI - 1]$, onde:

JR = valor da Remuneração da Primeira Série, devida nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusiva, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{S}{100} \right) \right], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;



TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "k"; e

$S = 101,75$ (cento e um inteiros e setenta e cinco centésimos), aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, definido no Procedimento de *Bookbuilding*.

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k \times S/100)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k \times S/100)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

- 6.13.2 *Remuneração da Segunda Série.* Sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* ou sobretaxa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração da Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, "Remuneração"). A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2007 e, o último, na Data de Vencimento da Segunda Série. Farão jus à Remuneração da Segunda Série os titulares das Debêntures da Segunda Série ao final do 1º (primeiro) dia útil anterior à respectiva data de pagamento.



A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VN \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}, \text{ onde:}$$

J = valor da Remuneração da Segunda Série, devida nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VN = Valor Nominal, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das Taxas DI, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)], \text{ onde:}$$

nDI = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = spread ou sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{N}} \right], \text{ onde:}$$

spread = 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), definido no Procedimento de *Boor:building*;

N = 252;

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

Observações:

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.



Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.13.3 *Indisponibilidade temporária da Taxa DI.* Observado o disposto na Cláusula 6.13.4 abaixo, se, na data de vencimento de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, não houver apuração e/ou divulgação da Taxa DI, será aplicada à Remuneração da Primeira Série e/ou à Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Companhia e os titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

6.13.4 *Substituição da Taxa DI.* Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula, para deliberar, de comum acordo com a Companhia, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração da Primeira Série e/ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso. Caso titulares das Debêntures da Primeira Série, reunidos em assembleia, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, e/ou titulares das Debêntures da Segunda Série, reunidos em assembleia, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, não aprovem o parâmetro proposto pela Companhia, as Debêntures da Primeira Série em circulação

4

100

36

CVRD
DLSL
E

e/ou as Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, deverão ser resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, na sua totalidade, pelo Valor Nominal acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, devida desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de encerramento da(s) assembléia(s) geral(is) de Debenturistas a que se refere esta Cláusula. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio ou penalidade de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou do resgate, conforme o caso, será utilizado o mesmo percentual da última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, calculada *pro rata temporis*.

6.14 *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.

6.15 *Resgate antecipado facultativo.* A Companhia:

- I. não terá a faculdade de resgatar antecipadamente quaisquer das Debêntures da Primeira Série; e
- II. a partir de 20 de novembro de 2010 (inclusive), terá a faculdade de resgatar antecipadamente a totalidade (e apenas a totalidade) das Debêntures da Segunda Série em circulação (com seu conseqüente cancelamento), mediante:
 - (a) aprovação do conselho de administração da Companhia;
 - (b) publicação de aviso nos termos da Cláusula 6.22 abaixo, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias da data do resgate ("Data do Resgate"), informando (i) a data da reunião do conselho de administração da Companhia que aprovou o resgate antecipado total; (ii) a Data do Resgate; e (iii) quaisquer outras informações necessárias ao evento; e
 - (c) pagamento (i) do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série em circulação, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração da Segunda Série até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) de prêmio calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Prêmio"):

$$P = \frac{d}{D} \times 3,35\%, \text{ onde:}$$

P = Prêmio;




d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a Data do Resgate e a Data de Vencimento da Segunda Série; e

D = quantidade de dias corridos entre 20 de novembro de 2010 e a Data de Vencimento da Segunda Série.

- 6.16 *Aquisição facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 6.17 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").
- 6.18 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.19 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.



LAC
88

- 6.19.1 Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Companhia fará as retenções dos tributos previstos em lei.
- 6.20 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
- 6.21 *Vencimento antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.21.1, 6.21.2 e 6.21.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso III abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.21.2 abaixo), independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:
- I. (a) decretação de falência da Companhia; (b) pedido de autofalência pela Companhia; (c) pedido de falência da Companhia formulado por terceiros não elidido pela Companhia no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia;
 - II. transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei n.º 6.404/76;
 - III. não pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal, da Remuneração, do Prêmio ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas respectivas datas de pagamento previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados das datas dos respectivos vencimentos;



SJC
SG

- IV. descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, e tal descumprimento não seja sanado no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento de aviso escrito neste sentido que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- V. caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 10 abaixo provarem-se falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- VI. ocorrência de inadimplemento ou de evento de inadimplemento pela Companhia ou por qualquer Controlada Relevante, que não esteja sanado, de qualquer contrato, instrumento ou documento evidenciando dívida em aberto em valor igual ou superior a R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM") (ou seu contravalor em outras moedas, conforme calculado pela taxa de conversão de venda aplicável divulgada pelo Banco Central do Brasil no dia útil anterior), desde que tal inadimplemento ou evento de inadimplemento resulte no efetivo vencimento antecipado da referida dívida;
- VII. redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 174 da Lei n.º 6.404/76, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei n.º 6.404/76; ou
- VIII. aprovação de incorporação (somente quando a Companhia for a incorporada), fusão ou cisão da Companhia ou venda, pela Companhia, de todos ou de substancialmente todos os seus ativos ou as suas propriedades de mineração, observado que o disposto neste inciso não se aplica:
- (a) conforme previsto no artigo 231 da Lei n.º 6.404/76, às operações de incorporação (somente quando a Companhia for a incorporada), fusão ou cisão da Companhia desde que (i) qualquer uma das operações a que se refere esta alínea tenha sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação; ou (ii) tenha sido assegurado aos titulares das Debêntures que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis)

doc.



meses contados da data de publicação da(s) ata(s) da(s) assembléia(s) geral(is) relativa(s) à(s) operação(ões), o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso; e

- (b) às operações de venda, pela Companhia, de todos ou de substancialmente todos os seus ativos ou as suas propriedades de mineração, desde que:
- (i) tenha sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação; ou
 - (ii) tenha sido assegurado aos titulares das Debêntures que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação da(s) ata(s) da(s) assembléia(s) geral(is) relativa(s) à(s) operação(ões), o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso; ou
 - (iii) os seguintes requisitos tenham sido cumulativamente satisfeitos: (1) a entidade ou pessoa receptora de todos ou de substancialmente todos os ativos ou propriedades de mineração da Companhia ("Sucessora") assuma expressamente o integral e pontual pagamento devido de todas as obrigações relacionadas às Debêntures, assim como o cumprimento de todos os compromissos e obrigações da Companhia relacionados às Debêntures; (2) imediatamente após a realização de qualquer uma das operações a que se refere esta alínea, não tenha ocorrido e não seja existente qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Cláusula; (3) a Companhia entregue ao Agente Fiduciário uma declaração assinada por dois de seus diretores e uma opinião legal de um escritório de advocacia externo, independente e de reputação, ambas afirmando que a operação (dentre aquelas a que se refere esta alínea) atende às disposições desta alínea; e (4) a Sucessora concorde expressamente a indenizar os Debenturistas com relação a qualquer tributo, tarifa, emolumento ou taxa governamental devida

no Brasil ou na jurisdição da Sucessora que venha a ser devido com relação a qualquer pagamento relativo às Debêntures em decorrência da operação (dentre aquelas a que se refere esta alínea) e a pagar tais valores adicionais que sejam necessários para assegurar que os valores líquidos recebidos pelos Debenturistas após tais retenções ou deduções sejam equivalentes aos valores que seriam recebidos pelos Debenturistas caso a operação (dentre aquelas a que se refere esta alínea) não tivesse ocorrido.

Para os fins desta Escritura de Emissão:

"Controlada" significa, a qualquer tempo, qualquer entidade em que a Companhia seja, direta ou indiretamente, titular de mais de 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto em circulação e que a Companhia tenha o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou outros órgãos de administração.

"Controlada Relevante:" significa, a qualquer tempo, uma Controlada na qual a participação proporcional da Companhia (incluindo eventuais participações indiretas por meio de outras Controladas) nos ativos totais da Controlada (após exclusões por conta da consolidação) exceda 10% (dez por cento) dos ativos consolidados totais da Companhia ao final do último exercício social encerrado, nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil.

6.21.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I, II ou III da Cláusula 6.21 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.21.2 Ocorrendo quaisquer dos demais eventos previstos na Cláusula 6.21 acima (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.21.1 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.5 e 8.5.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembléias gerais de Debenturistas, a se realizarem no prazo mínimo previsto em lei. Se, nas referidas assembléias gerais de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou, ainda, em caso de suspensão dos





trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, das referidas assembleias gerais de titulares das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

- 6.21.3 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso (e, no caso do inciso III da Cláusula 6.21 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) dias úteis contados da data de comunicação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.
- 6.22 *Publicidade.* Exceto o Anúncio de Início, o anúncio de encerramento da Oferta ("Anúncio de Encerramento"), o aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM n.º 400/03 e eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados nos jornais "DCI - Diário Comércio e Indústria", "Jornal do Commercio" e "Gazeta Mercantil", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "DCI - Diário Comércio e Indústria" e "Jornal do Commercio", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação do aviso. A Companhia poderá alterar os jornais acima por outros jornais de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, nos jornais a serem substituídos.


soc.


- 6.23 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

Companhia Vale do Rio Doce
Av. Graça Aranha, 26, 19º andar
20030-900 Rio de Janeiro, RJ
At.: Guilherme Cavalcanti
Telefone: (21) 3814-4477
Fac-símile: (21) 3814-4040
Correio Eletrônico: guilherme.cavalcanti@cvrd.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. D.T.V.M.
Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Maurício da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: mrribeiro@pentagonotrustee.com.br

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores (www.cvrd.com.br):
 - (a) no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e demais normas de consolidação emitidas pela CVM;



19

802

836

33

- (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - (c) as informações obrigatórias previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM; e
 - (d) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Companhia, assim como extratos de atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração, desde que envolvam diretamente o interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que foram realizados;
- II. fornecer ao Agente Fiduciário, imediatamente após sua ocorrência, informações a respeito de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 6.21 acima;
 - III. fornecer ao Agente Fiduciário resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação;
 - IV. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
 - V. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e Debenturistas, pelo menos anualmente, as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
 - VI. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e



20

837

órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;

- VII. manter todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor;
- VIII. contratar e manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BovespaFix);
- IX. contratar, para o início da Oferta, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco;
- X. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos do inciso III da Cláusula 8.3 abaixo;
- XI. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembléia geral de Debenturistas pela Companhia; e
- XII. comparecer às assembléias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:



ARC
M

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
 - II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
 - III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil;
 - IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/83;
 - V. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
 - VI. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
 - VII. verificou a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;
 - VIII. é equiparada a uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
 - IX. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - X. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
 - XI. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exeqüível de acordo com os seus termos.
- 8.2 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, independentemente de anuência ou concordância da Companhia;



- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembléia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação e das Debêntures da Segunda Série em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembléia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembléia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.22 e 6.23 acima;
- IX. o Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual

✓

loc

30



23

840

aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição; e

X. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.3 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

- I. receberá uma remuneração (a) de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela anual da remuneração devida até o 5º (quinto) dia útil contado da data de concessão do registro da Oferta pela CVM, e as demais, no mesmo dia dos anos subseqüentes; (b) reajustada anualmente, desde a data de assinatura desta Escritura de Emissão, pela variação do IGPM, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário; e (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;
- II. poderá, a partir do 60º (sexagésimo) dia de inadimplência no pagamento da remuneração a que se refere o inciso I acima por parte da Companhia, emitir boleto de cobrança do valor em atraso para os Debenturistas, na proporção de seus créditos, para poder continuar o Agente Fiduciário a prestar e manter a qualidade dos serviços contratados;
- III. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo despesas com:
 - (a) especialistas, caso sejam considerados necessários em base razoável, tais como auditoria, fiscalização, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas;
 - (b) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - (c) extração de certidões;

- (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;

IV. poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere o inciso III acima por um período superior a 60 (sessenta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas. despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação; e

V. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso IV acima será acrescido à dívida da Companhia e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.4 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

X
soc
2001



25

842

- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VIII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- X. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- XII. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia;
- XIII. convocar, quando necessário, assembléia geral de Debenturistas e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da primeira publicação,

4

exc

38



26

843

cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembleia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;

- XIV. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, no 1º (primeiro) dia útil contado da data da realização da assembleia geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembleia geral de Debenturistas;
- XV. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XVI. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XV acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP, na Bovespa e na sede dos Coordenadores;

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]



- XVII. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.22 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVI acima;
- XVIII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Companhia, à Instituição Depositária, à CETIP e à Bovespa, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, a CETIP e a Bovespa a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XIX. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- XXI. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM, à CETIP e à Bovespa; e
- XXII. fazer com que a Companhia cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco nos termos do inciso IX da Cláusula 7.1 acima, e encaminhar à Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID cópia das referidas atualizações em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua respectiva divulgação.
- 8.5 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.21 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de



SPC

toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 6.21, 6.21.1, 6.21.2 e 6.21.3 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. requerer a falência da Companhia se não existirem garantias reais;
 - III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.
- 8.5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.21, 6.21.1, 6.21.2 e 6.21.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I, II e III acima da Cláusula 8.5 acima se, convocadas as assembléias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 8.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e das Debêntures da Segunda Série em circulação.

9. ASSEMBLÉIAS GERAIS DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os titulares de Debêntures da Primeira Série e os titulares de Debêntures da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures da Primeira Série e dos titulares de Debêntures da Segunda Série.
- 9.2 As assembléias gerais de Debenturistas de cada uma das séries poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação e 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.
- 9.3 As assembléias gerais de Debenturistas de cada uma das séries se instalarão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em circulação ou metade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.



- 9.4 A presidência das assembléias gerais de Debenturistas de cada uma das séries caberá aos Debenturistas eleitos pelos titulares das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.5 Nas deliberações das assembléias gerais de Debenturistas de cada uma das séries, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de Debenturistas de cada uma das séries dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.
- 9.5.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.5 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação e, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, conforme disposto no artigo 71, parágrafo 5º, da Lei n.º 6.404/76, (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.13.4 acima; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) da espécie das Debêntures; (e) da alteração das disposições sobre resgate antecipado facultativo; ou (f) criação de evento de repactuação.
- 9.6 Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer assembléia geral de Debenturistas, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Companhia, ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Companhia, ou qualquer de seus diretores ou conselheiros; e (ii) do quorum de deliberação em qualquer assembléia geral de Debenturistas, além do disposto no item (i) acima, também serão excluídos os votos em branco.
- 9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembléias gerais de Debenturistas.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembléias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.



- 9.9 Aplica-se às assembléias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1 A Companhia neste ato declara que:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a colocação das Debêntures, (a) não infringem seu estatuto social ou qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia; e (b) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- VI. as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- VII. o prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e o Prospecto Definitivo (o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo em conjunto, "Prospectos") (a) contêm, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Companhia, suas controladas, diretas ou indiretas, e suas coligadas, e suas atividades e situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às atividades da Companhia; (b) não contêm declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes; e

- (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código de Auto-Regulação ANBID;
- VIII. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Companhia, às suas controladas diretas e indiretas e às suas coligadas foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- IX. as demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- X. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- XI. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- XII. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa afetar de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão; e
- XIII. o registro de companhia aberta da Companhia está atualizado perante a CVM.






10.1.1 A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Companhia compromete-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

11. DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. RENÚNCIA

12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Companhia prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

13.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil,



sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

15. LEI APLICÁVEL

- 15.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

16. FORO

- 16.1 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 2006.


(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes).

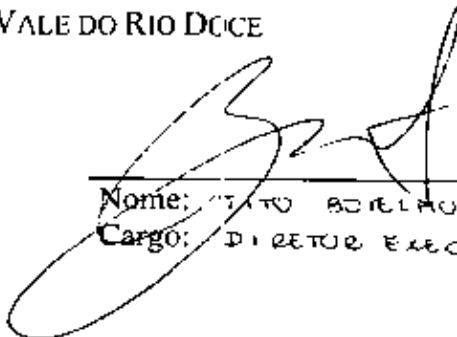





PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES QUIROGRAFÁRIAS E NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SÉTIMA EMISSÃO PÚBLICA DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, CELEBRADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2006 ENTRE COMPANHIA VALE DO RIO DOCE E PENTÁGONO S.A. D.T.V.M. – PÁGINA DE ASSINATURAS 1/3.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE


Nome: GABRIEL STOLAR
Cargo: DIRETOR EXECUTIVO



Nome: RENATO BORELLO MARTINS
Cargo: DIRETOR EXECUTIVO



306 20

PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES QUIROGRAFÁRIAS E NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SÉTIMA EMISSÃO PÚBLICA DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, CELEBRADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2006 ENTRE COMPANHIA VALE DO RIO DOCE E PENTÁGONO S.A. D.T.V.M. – PÁGINA DE ASSINATURAS 2/3.

PENTÁGONO S.A. D.T.V.M.


Nome: MARCO AURÉLIO R. FERREIRA
Cargo: PROCURADOR

Nome: _____
Cargo: _____



Sec.

33

PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES QUIROGRAFÁRIAS E NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SÉTIMA EMISSÃO PÚBLICA DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, CELEBRADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2006 ENTRE COMPANHIA VALE DO RIO DOCE E PENTÁGONO S.A. D.T.V.M. – PÁGINA DE ASSINATURAS 3/3.

Testemunhas:

Luciana Ribeiro da Costa
Nome: *Luciana Ribeiro da Costa*
Id.: 8273884-0

Bruna Braz Gonçalves Botelho
Nome: BRUNA BRAZ GONÇALVES BOTELHO
Id.: 10462491-3



Anexo C – Atos Societários da Companhia Relativos à Oferta

[página intencionalmente deixada em branco]

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia aprovando a Oferta

[página intencionalmente deixada em branco]



CNPJ 33.592.510/0001-54
NIRE 33.300.019.766

**EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2006.**

No dia 19 de outubro de 2006, às 10:30 horas, reuniram-se, ordinariamente, na sede social da Sociedade, na Avenida Graça Aranha nº 26, 19º andar, nesta cidade do Rio de Janeiro, os membros titulares Srs. Renato da Cruz Gomes (que presidiu a reunião), Jorge Luiz Pacheco, Arlindo Magno de Oliveira, Francisco Augusto da Costa e Silva, Erik Persson e Eduardo Fernando Jardim Pinto, e no exercício da titularidade os membros suplentes Srs. Hidehiro Takahashi, João Moisés de Oliveira, Wanderlei Viçoso Fagundes e Luciano Siani Pires, tendo deliberado, por unanimidade dos presentes, sobre a **Emissão Pública de Debêntures Simples pela Companhia Vale do Rio Doce ("CVRD")** – O Conselho de Administração, nos termos do artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da companhia, aprovou a emissão pública de debêntures, nominativas, escriturais, da espécie quirografária e não conversíveis em ações da Companhia ("Debêntures"), de acordo com as seguintes condições: (a) Volume da Emissão: R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), podendo referido valor ser aumentado em (i) até 20% (vinte por cento), a critério da CVRD, por decisão do seu Diretor Executivo de Finanças, nos termos do § 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003 ("ICVM 400"), sem prejuízo do disposto no item (ii) adiante; e (ii) até 15% (quinze por cento), a critério da(s) instituição(ões) intermediária(s), mediante opção a ser outorgada pela CVRD, nos termos do artigo 24 da ICVM 400; (b) Conversibilidade, Tipo, Forma e Espécie: as Debêntures serão simples, quirografárias, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem garantias; (c) Séries: As Debêntures serão emitidas em 2 (duas) séries: a 1.ª Série e a 2.ª Série. A alocação das Debêntures entre as séries será definida em processo de coleta de intenções de investimento (bookbuilding), sendo que o volume mínimo por série deverá ser de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). O volume final de Debêntures alocada em cada série será ratificado pela Diretoria Executiva; (d) Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário: serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, com valor nominal unitário ("Valor Nominal Unitário") de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão, sendo que a quantidade de títulos poderá ser aumentada de acordo com o disposto no § 2º do artigo 14 e no artigo 24 da ICVM 400 e em consonância com o item (a) acima; (e) Data de Emissão: 20 de novembro de 2006; (f) Prazo e Data de Vencimento: as Debêntures da 1.ª Série terão prazo de vencimento de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, com vencimento em 20 de



CNPJ 33.592.510/0001-54
NIRE 33.300.019.766

novembro de 2010. As Debêntures da 2.ª Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, com vencimento em 20 de novembro de 2013; (g) Amortização: as Debêntures, da 1.ª e 2.ª Séries serão amortizadas em parcela única, na data de seus respectivos vencimentos, conforme discriminados no item (f) acima; (h) Remuneração: a Remuneração das Debêntures será diferenciada de acordo com a série, conforme a seguir: 1.ª Série: a remuneração das Debêntures da 1.ª Série será estabelecida pela CVRD, mediante deliberação da Diretoria Executiva, que ratificará o resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento, (bookbuilding) observada a taxa máxima de 102% (cento e dois por cento) da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CENP (a "Taxa DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos. 2.ª Série: as Debêntures da 2.ª Série farão jus a uma remuneração a ser definida pela CVRD, mediante deliberação da Diretoria Executiva, que ratificará o resultado obtido em procedimento de coleta de intenções de investimento (bookbuilding), com base na Taxa DI, acrescida de spread máximo de até 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos; (i) Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios: a periodicidade de pagamento da Remuneração das Debêntures da 1.ª Série e das Debêntures da 2.ª Série será semestral, a partir da Data de Emissão; (j) Prazo, Forma e Preço de Subscrição e Integralização: as Debêntures poderão, observado o parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva integralização; (k) Repactuação: não haverá repactuação das Debêntures; (l) Regime de Colocação: as Debêntures serão colocadas nas taxas máximas do processo de coleta de intenções de investimento (bookbuilding), conforme mencionadas no item (h) acima, sendo que o montante de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), será colocado em regime de garantia firme, que poderá ser exercida em qualquer das séries, respeitando-se o volume mínimo por série de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais); (m) Negociação das Debêntures: as Debêntures serão negociadas por meio do SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro e operacionalizado



CNPJ 33.592.510/0001-54
NIRE 33.300.019.766

pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, e/ou Sistema de Negociação BovespaFIX, operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa; (n) Resgate Antecipado Facultativo: não haverá resgate antecipado facultativo para as Debêntures da 1.ª Série. A CVRD poderá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 2.ª Série em circulação, mediante deliberação do Conselho de Administração e publicação de aviso aos debenturistas, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data do resgate antecipado ("Data do Resgate"). As Debêntures da 2ª Série somente poderão ser resgatadas a partir do primeiro dia útil do 5º ano após a Data de Emissão. O preço a ser pago pela CVRD no resgate de cada Debênture da 2ª Série será seu Valor Nominal Unitário acrescido (i) da Remuneração devida até a Data de Resgate; e (ii) de prêmio de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento), calculado conforme fórmula a seguir ("Prêmio"), onde: $P = \text{Prêmio}$; d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a Data de Resgate e a data de vencimento final; D = quantidade de dias corridos entre a data de início do exercício do direito de resgate antecipado facultativo (primeiro dia útil do 5º ano) e a data de vencimento final; (o) Vencimento Antecipado: as Debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses usuais definidas em operações da espécie, conforme prática de mercado; (p) Coordenadores e Bookrunners: Banco Santander Banespa S.A., Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco UBS S.A. e Banco ABN Amro Real S.A. ("ABN"), podendo haver sindicalização no valor de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais); (q) Coordenador Líder: Banco Santander Banespa S.A.; (r) Agente Fiduciário: Pentágono Trustee; (s) Banco Escriturador/ Mandatário: Banco Bradesco S.A. (t) delegação de poderes à Diretoria Executiva para, após procedimento de coleta de intenções de investimento (bookbuilding), (i) ratificar as taxas de remuneração obtidas e definir o valor e o número de Debêntures a ser alocado em cada série, observados os limites aqui estabelecidos e (ii) praticar todos os demais atos necessários, conexos e/ou convenientes à implementação da emissão das Debêntures. Atesto que a deliberação descrita acima foi extraída da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da sociedade.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2006.


Pedro Aguiar de Freitas

Secretário do Conselho de Administração

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome : COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
 Nire : 33.3.0001975-6
 Protocolo : 00-2006/146941-6
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 31/10/2006 E O REGISTRO SOB O NÚMERO 00001649305
 E DATA ABAIXO.

31/10/2006

Valéria E. A. Serra
 SECRETARIA GERAL

00001649305
 DATA : 31/10/2006

Denise Pinheiro Bastos
 Escrivente Substituta

1º Ofício de Notas - JOSÉ DE BRITTO FREIRE
 Av. Rio Branco, nº 120 - sala 20 - (21)2509-3006

AUTENTICAÇÃO
 Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado. Conf. por
 08 de novembro de 2006. Valor: 4,14

DENISE PINHEIRO BASTOS

CORREGEDORIA GERAL
 DA JUSTIÇA - RJ
 SELO DE FISCALIZAÇÃO

AUTENTICAÇÃO
 OVQ
 1 ATO
 EAR79630

14.50

Extrato da Ata da Reunião da Diretoria Executiva da Companhia ratificando o Bookbuilding

[página intencionalmente deixada em branco]



Companhia
Vale do Rio Doce

CNPJ 33.582.510/0001-54
NIRE 33.300.019.766

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que no dia 8 de dezembro de 2006, às 11:30 horas, a Diretoria Executiva desta Companhia, presentes os Srs. Roger Agnelli, Diretor-Presidente, Gabriel Stoliar, Diretor-Executivo da Área de Planejamento e Gestão, Fabio de Oliveira Barbosa, Diretor-Executivo da Área de Finanças e de Relações com Investidores, José Auto Lancaster Oliveira, Diretor-Executivo da Área de Não-Ferrosos, Tito Botelho Martins, Diretor-Executivo da Área de Assuntos Corporativos, e Orlando Lima, Secretário, com base nos poderes delegados pelo Conselho de Administração, na reunião realizada em 19 de outubro de 2006, aprovou, por unanimidade dos presentes, sobre: (I) a ratificação: (a) da remuneração das debêntures da primeira série, definida em procedimento de coleta de intenções de investimentos (bookbuilding), organizado pelos coordenadores em conjunto com a Companhia ("Procedimento de Bookbuilding"), no valor equivalente a 101,75% (cento e um inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação ("Taxa DI"), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal das debêntures da primeira série, de acordo com a fórmula e demais disposições previstas na escritura particular de emissão pública de debêntures quirografárias e não conversíveis em ações da sétima emissão pública da Companhia Vale do Rio Doce; e (b) da remuneração das debêntures da segunda série, definida no Procedimento de Bookbuilding, no valor equivalente à variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal das debêntures da segunda série, de acordo com a fórmula e demais disposições previstas na escritura particular de emissão pública de debêntures quirografárias e não conversíveis em ações da sétima emissão pública da Companhia Vale do Rio Doce; (II) a alocação, definida no Procedimento de Bookbuilding, de 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures na primeira série, e de 400.000 (quatrocentas mil) debêntures na segunda série (quantidade esta que já inclui 50.000 (cinquenta mil) debêntures suplementares, conforme previsto na deliberação (a)(ii) da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de outubro de 2006), cada uma no valor nominal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos da escritura particular de emissão pública de debêntures quirografárias e não conversíveis em ações da sétima emissão pública da Companhia Vale do Rio Doce.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 2006.

Orlando Lima
Secretário

[página intencionalmente deixada em branco]

Anexo D – Súmulas de Classificação de Risco das Debêntures

[página intencionalmente deixada em branco]

Súmula de Classificação de Risco da Standard & Poor's

[página intencionalmente deixada em branco]

Standard & Poor's atribui rating 'brAAA' à Companhia Vale do Rio Doce e à sua emissão de debêntures

Analistas: Reginaldo Takara, São Paulo (55) 11-5501-8932, reginaldo_takara@standardandpoors.com; Milena Zaniboni, São Paulo (55) 11-5501-8945, milena_zaniboni@standardandpoors.com

São Paulo, 16 de novembro de 2006 (Standard & Poor's) – A Standard & Poor's Ratings Services disse hoje que atribuiu seu rating de crédito corporativo 'brAAA' na Escala Nacional Brasil à **Companhia Vale do Rio Doce** (CVRD), bem como o rating 'brAAA' à futura emissão de debêntures da empresa, no valor de R\$ 5 bilhões e prazos de 4 anos (primeira série) e 7 anos (segunda série). A perspectiva do rating de crédito corporativo é estável. Os recursos serão utilizados no refinanciamento parcial do empréstimo-ponte tomado pela CVRD para a aquisição da produtora de níquel canadense **Inco Ltd.** (Inco).

Os ratings atribuídos à CVRD refletem o robusto perfil de negócios da empresa, caracterizado por sua liderança no mercado transoceânico de minério de ferro e também pela crescente diversificação geográfica e de produtos; os sólidos fundamentos e as boas perspectivas de crescimento do mercado de minério de ferro; e a estrutura de custo competitiva nas principais *commodities* metálicas que a empresa comercializa. Os ratings incorporam os efeitos da aquisição da Inco pela CVRD. Dessa forma, os ratings consideram, como fator positivo, o aumento da diversificação de negócios decorrentes dessa aquisição.

Esses pontos positivos são parcialmente compensados pelo forte aumento da alavancagem financeira a curto prazo, decorrente do financiamento da aquisição do controle da Inco; por certa concentração geográfica, mesmo considerando-se o crescimento da operação em níquel, já que a empresa continuará contando fortemente com a geração de caixa decorrente de uma base de reservas concentrada no Brasil (60% das receitas continuarão sendo geradas no País); pelo agressivo programa de investimentos da empresa, que permanece bastante ambicioso para os próximos anos, projetando-se expansão em diversas frentes de negócio no Brasil e no exterior e exigindo esforços na mobilização de capital; e pela política de dividendos até certo ponto agressiva, que tradicionalmente tem causado desembolsos relevantes quando comparados à geração livre de caixa da empresa. Ainda assim, esperamos que a CVRD mantenha uma política financeira moderada.

O rating 'brAAA' é superior ao rating de crédito soberano 'brAA+' atribuído à República Federativa do Brasil. Acreditamos que as características do principal negócio da CVRD, o minério de ferro, combinadas à sua crescente diversificação geográfica de fluxos de caixa, ao efetivo controle de grande parte da infra-estrutura necessária para sustentar seu negócio de exportação e à baixa dependência de fontes de financiamento locais, permitem que a empresa enfrente condições econômicas voláteis no mercado local e tenha assim maior capacidade para resistir a cenários severos de estresse do governo soberano.

O perfil de negócios da CVRD é muito sólido, amparado por sua liderança e excelente posição de custo no negócio de minério de ferro, setor tipicamente mais concentrado e menos comoditizado do que os de outros recursos

minerais e produtos metálicos. O aumento da importância das operações de níquel no portfólio da CVRD tem efeito líquido positivo, mas traz alguns riscos. Como fatores positivos, a operação em níquel aumenta a diversificação geográfica e de produtos da empresa (o produto deve responder por mais de 20% das receitas durante os próximos dois anos, assumindo-se a forte valorização de preço), posicionando a CVRD imediatamente como a segunda maior produtora mundial da *commodity* e também como principal responsável pelo aumento da capacidade produtiva nos próximos anos. Como fator negativo, a volatilidade de resultados do níquel deve ser muito mais pronunciada do que a do minério de ferro. Parte dos riscos associados à volatilidade da *commodity* é compensada pela posição de custo favorável das operações já existentes da Inco e também esperada para os projetos da CVRD.

O perfil financeiro da CVRD deve permanecer moderado mesmo após a incorporação das dívidas que financiarão a aquisição do controle da Inco. Os indicadores de crédito da empresa devem se enfraquecer inicialmente, mas acreditamos que as condições favoráveis no mercado de minério de ferro nos próximos dois anos contribuirão para manter níveis fortes de geração interna de caixa (*Funds from Operations* - FFO), que deve ser utilizada ao menos parcialmente no resgate de dívidas além de financiar o programa de investimentos da empresa. Além disso, acreditamos que a CVRD tem à sua disposição grande flexibilidade para administrar fontes alternativas de caixa nos próximos dois anos, de forma a também contribuir para o ritmo de redução de dívida para patamares mais compatíveis com sua geração de caixa “ao longo do ciclo”. O índice de FFO sobre endividamento total foi de 102% nos últimos doze meses findos em 30 de setembro de 2006 e deve se enfraquecer para menos da metade desse valor após a aquisição da Inco. Acreditamos, no entanto, que a CVRD será capaz de sustentar pelo menos um patamar de FFO pela dívida total superior a 40%, bem como um índice de dívida total pelo EBITDA menor do que 2,0x (atualmente de 0,8x em setembro de 2006) nos próximos dois anos, progredindo para níveis ainda mais robustos à medida que parcelas importantes da dívida da aquisição sejam também resgatadas.

Liquidez

A liquidez da CVRD deve permanecer forte mesmo após a aquisição da Inco. As reservas de caixa da CVRD somavam US\$2,9 bilhões em 30 de setembro de 2006 (contra dívidas de curto prazo de US\$1,2 bilhão no período), porém devem declinar com o pagamento da aquisição da Inco. Ainda assim, a flexibilidade financeira da CVRD deverá permanecer adequada, contando com total disponibilidade em suas linhas de crédito compromissadas, que somavam US\$1,2 bilhão. Grande parte da dívida existente da CVRD pré-aquisição é de longo prazo, com um cronograma de amortizações pulverizado e os empréstimos a serem assumidos da Inco também possuem perfil adequado. A estruturação do pacote de refinanciamento do empréstimo-ponte ainda não está plenamente definida. No entanto, a CVRD está trabalhando em uma série de operações financeiras com o objetivo de refinar parte do empréstimo-ponte que possuem cronogramas de amortização adequados e que minimizam os riscos de refinanciamento e a concentração de vencimentos. Acreditamos também que a CVRD preservará seu acesso privilegiado a crédito no futuro, resultado do movimento de *flight-to-quality* por parte dos bancos locais mesmo em situações de menor liquidez no mercado financeiro.

Perspectiva

A perspectiva estável dos ratings de crédito corporativo na Escala Nacional Brasil reflete nossa expectativa de que o perfil financeiro da CVRD continuará moderado, a despeito do repique inicial da alavancagem financeira da empresa. Consideramos que os benefícios ao perfil de negócio da CVRD são

substanciais e a colocam em uma posição privilegiada dentre as demais empresas analisadas pela Standard & Poor's no Brasil. Acreditamos que a forte geração de caixa esperada no negócio de minério de ferro, combinadas aos resultados voláteis, mas ainda assim positivos a curto prazo, no níquel e outras *commodities* metálicas (bauxita e alumínio em particular) e às demais flexibilidades à disposição da CVRD na administração de sua geração de caixa livre devam permitir à empresa reduzir rapidamente seu endividamento nos próximos dois anos, trazendo suas métricas de crédito a níveis compatíveis com os anteriores à aquisição. Por outro lado, o ambicioso programa de investimentos da empresa e a distribuição de dividendos são saídas relevantes de caixa que, se combinadas a uma reversão súbita e inesperada na tendência das *commodities* metálicas podem ter efeitos negativos sobre os ratings. Embora o perfil financeiro definitivo da CVRD dependa da forma como será estruturado o pacote de refinanciamento do empréstimo-ponte inicial, não vemos pressão de rebaixamento para o rating 'brAAA' na Escala Nacional Brasil caso o pacote envolva exclusivamente instrumentos de dívida.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2005 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

[página intencionalmente deixada em branco]

Súmula de Classificação de Risco da Moody's

[página intencionalmente deixada em branco]

Rating Action: Companhia Vale do Rio Doce - CVRD

Moody's atribui ratings Baa3 em moeda local e Aaa.br na escala nacional brasileira a emissão de debêntures da CVRD; a perspectiva e estavel

Aproximadamente BRL 5 bilhões de Títulos de Longo Prazo Classificados

New York, November 16, 2006 -- A Moody's America Latina atribuiu ratings Baa3 em moeda local e Aaa.br na escala nacional brasileira a emissão de BRL 5 bilhões de debêntures sênior sem garantia da Companhia Vale do Rio Doce. A emissão das debêntures e parte do refinanciamento das linhas bancárias utilizadas para a aquisição da Inco. As debêntures serão emitidas em duas series, uma com vencimento em 4 anos e outra com vencimento em 7 anos. A Moody's revisou a minuta da documentação legal preliminar da emissão de debêntures proposta. Os ratings atribuídos assumem que não haverá variação material em relação as minutas revisadas e que todos contratos são legalmente validos, obrigatórios e exequíveis.

O rating Baa3 em moeda local da CVRD reflete a dívida adicional significativa incorrida para financiar aquisição da Inco, com um nível absoluto de dívida de \$22 bilhões, pro-forma. O rating também reflete os desafios para a CVRD integrar a Inco, de forma agil, sob varias perspectivas: sistemas de reporte, assimilações culturais e o atingimento de uma cultura comum, problemas trabalhistas e o risco de execução do projeto. O rating também captura os planos para uma consideravel expansão de capital da CVRD que pode impedir os planos de desalavancagem financeira nos próximos 15 meses, cuja possibilidade depende da continuidade de preços robustos das commodities conjuntamente a venda de ativos.

Todavia, o rating considera a posição da CVRD como líder nos mercados globais de minério de ferro e níquel; o amplo alcance e escopo geografico de sua plataforma de negócios e sua posição importante nos nichos de mercado de bauxita, alumina, aluminio e logística (no Brasil).

O rating Aaa.br, na escala nacional, atribuido as debêntures da CVRD reflete a continuidade da qualidade de credito da empresa relativamente a seus pares domesticos. As Escalas Nacionais de Ratings (NSR) da Moody's devem ser interpretadas como medidas de credito relativas entre emissões de dívida e emissores num determinado pais, permitindo aos participantes do mercado uma melhor diferenciación de riscos relativos. Os NSRs no Brasil são designados pelo sufixo "br". Os NSRs se diferenciam dos ratings em escala global, uma vez que não são comparaveis globalmente ao universo de entidades classificadas pela Moody's, mas somente a outras entidades no mesmo pais.

A perspectiva estavel reflete a forte posição de mercado da CVRD em varios minerais importantes e incorpora a expectativa da Moody's de preços acima da media, apesar dos preços moderados do níquel e cobre, bem como para os preços de minério de ferro contratados no medio prazo. Um elemento importante da perspectiva e que a CVRD mantenha-se comprometida em reduzir sua dívida par níveis mais gerenciaveis, nos próximos quinze meses.

Assignments:

..Issuer: Companhia Vale do Rio Doce - CVRD

....Senior Unsecured Regular Bond/Debenture, Assigned a range of Baa3 to Aaa.br

A CVRD e a maior produtora mundial de minério de ferro, com uma participação estimada de 32% do comercio marítimo de minério de ferro. A CVRD também mantém interesses importantes em bauxita, alumina e aluminio, concentrado de cobre, potassio (matéria prima para fertilizante), logística, incluindo ferrovias, embarcações e operações portuárias no Brasil, com participação minoritaria na produção de aço. Após a aquisição da Inco Limited (Inco), a segunda maior produtora mundial de níquel, a CVRD coloca-se agora entre as maiores mineradoras do mundo. No ano fiscal de 2005 a CVRD apresentou as exportações pro-forma de aproximadamente 225 milhões de toneladas de minério de ferro e 246.000 toneladas de níquel, gerando receita de cerca de US\$ 17 bilhões.

Sediada no Rio de Janeiro, no Brasil, a CVRD apresentou receita liquida de US\$ 12,8 bilhões em 2005.

Corporate Finance Group
Moody's Investors Service
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

New York
Brian Oak
Managing Director
Corporate Finance Group
Moody's Investors Service
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

© Copyright 2006, Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors including Moody's Assurance Company, Inc. (together, "MOODY'S"). All rights reserved.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY COPYRIGHT LAW AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, such information is provided "as is" without warranty of any kind and MOODY'S, in particular, makes no representation or warranty, express or implied, as to the accuracy, timeliness, completeness, merchantability or fitness for any particular purpose of any such information. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The credit ratings and financial reporting analysis observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER. Each rating or other opinion must be weighed solely as one factor in any investment decision made by or on behalf of any user of the information contained herein, and each such user must accordingly make its own study and evaluation of each security and of each issuer and guarantor of, and each provider of credit support for, each security that it may consider purchasing, holding or selling.

MOODY'S hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MOODY'S have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MOODY'S for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to \$2,400,000. Moody's Corporation (MCO) and its wholly-owned credit rating agency subsidiary, Moody's Investors Service (MIS), also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually on Moody's website at www.moody's.com under the heading "Shareholder Relations - Corporate Governance - Director and Shareholder Affiliation Policy."

This credit rating opinion has been prepared without taking into account any of your objectives, financial situation or needs. You should, before acting on the opinion, consider the appropriateness of the opinion having regard to your own objectives, financial situation and needs.

Anexo E – Declaração da Companhia nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03

[página intencionalmente deixada em branco]



Companhia
Vale do Rio Doce

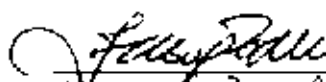
DECLARAÇÃO

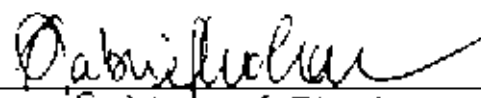
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, com sede na Cidade do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, na Av. Graça Aranha 26, 15º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 33.592.510/0001-54, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Companhia"), vem, no âmbito do pedido de registro de oferta pública de 500.000 (quinhentas mil) debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações e quirografárias em duas séries, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) em 20 de novembro de 2006 ("Data de Emissão"), perfazendo o total de R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) na Data de Emissão, de sua sétima emissão pública ("Debêntures" e "Oferta"), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400/03"), declarar que

- I as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- II os prospectos, preliminar e definitivo, da Oferta ("Prospectos") contêm as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- III os Prospectos foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM nº 400/03.

Rio de Janeiro - 4 de dezembro de 2006

Companhia Vale do Rio Doce


Nome FÁBIO AZEITEIRO
Cargo DIRETOR EXECUTIVO


Nome GABRIEL STULIAC
Cargo DIRETOR EXECUTIVO



[página intencionalmente deixada em branco]

Anexo F – Declaração do Coordenador Líder nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03

[página intencionalmente deixada em branco]

DECLARAÇÃO

BANCO SANTANDER BANESPA S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno 474, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 90.400.888/0001-42, neste ato representado nos termos de seu estatuto social, vem, na qualidade de coordenador líder da distribuição pública de 500.000 (quinhentas mil) debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações e quirografárias, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) em 20 de novembro de 2006 ("Data de Emissão"), perfazendo o total de R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) na Data de Emissão, da sétima emissão pública de Companhia Vale do Rio Doce ("Companhia", "Debêntures" e "Oferta"), nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"), declarar que:

- I. tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pela Companhia fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia que integram os prospectos, preliminar e definitivo, da Oferta ("Prospectos"), fossem suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da emissão das Debêntures;
- II. os Prospectos contêm as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- III. os Prospectos foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM n.º 400/03.

São Paulo, 4 de dezembro de 2006.

BANCO SANTANDER BANESPA S.A.

Nome: Pedro Coutinho
Cargo: Vice Presidente Executivo

Nome: Ricardo Corradi Leoni
Cargo: Mercado de Capitais
CPF: 250.055.918-10
RG: 16.333.462-6

